

# 2022 BALANÇO GERAL

RELATÓRIO  
CONTÁBIL



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DA FAZENDA



## Mensagem do Governador

É com satisfação que apresento o Balanço Geral do Estado do Ceará com suas respectivas Demonstrações Contábeis do exercício de 2022. Este relatório tem a finalidade de apresentar à sociedade, numa visão compreensiva, a situação fiscal e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial do Estado do Ceará.

Grandes avanços foram conquistados em 2022, em especial, todos os esforços empreendidos pelo Governo do Ceará para a continuidade no enfrentamento dos efeitos sanitários, econômicos e sociais da crise gerada pelo Coronavírus.

Foram estabelecidos alvos e metas, vencidos obstáculos, de forma a consolidar uma estrutura institucional e aperfeiçoar o ambiente de boa governança, necessária ao pleno desenvolvimento do Estado, especialmente nas áreas prioritárias da educação, saúde, segurança pública e assistência social com foco na redução da pobreza e da desigualdade social.

É importante destacar que o Estado do Ceará implementou essa estratégia de forma responsável, sem comprometer suas finanças públicas em função de uma gestão fiscal equilibrada que permitiu a geração de poupança pública, garantindo, assim, as bases para o enfrentamento da crise e buscar o desenvolvimento econômico e social. Para manter os seus investimentos, a sustentabilidade financeira e honrar compromissos, o Estado se vale de austeridade econômica e fiscal. Trabalhamos para qualificar a aplicação de nossos recursos e estamos entre os que mais investem no Brasil em relação à sua receita corrente líquida. Somos um Estado inventivo, dedicado, resiliente e que busca modernizar seus processos a cada dia.

Este relatório apresenta um apanhado das ações realizadas em 2022 no Ceará e aponta os desafios para 2023 a fim de que nosso Estado continue avançando de forma consistente nas melhorias históricas alcançadas. Graças a sua política de equilíbrio fiscal o Estado manteve um elevado volume de investimentos públicos. Isso significa a construção de novas estradas, escolas, obras hídricas, equipamentos de saúde e segurança, e toda a parte de infraestrutura necessária para atrair novos investidores, criando mais oportunidades para a vida dos milhões de cearenses.

O ano de 2022 encerrou um ciclo de um governo exitoso e competente e que dedicou suas habilidades em prol do Ceará e do Povo Cearense. O ano de 2023 inicia um novo ciclo. Somos honrados com a oportunidade de dedicar nossa capacidade e sensibilidade em prol dos nossos irmãos e irmãs cearenses. Rogo a Deus para que, a cada dia, sigamos firmes para conseguir honrar essa confiança. Lutarei todos os dias por isso. E tenho a absoluta certeza de que vamos conseguir superar todos esses desafios e sair ainda mais fortes.

Assim, este relatório reflete o compromisso de buscar o desenvolvimento econômico e social mesmo diante de um cenário econômico desafiador, maximizando a eficiência fiscal em direção a um futuro mais seguro e próspero para a população cearense.

Sempre juntos!

**GOVERNADOR**

Elmano de Freitas da Costa

**SECRETÁRIO DA FAZENDA**

Fabrízio Gomes Santos

**SECRETÁRIOS EXECUTIVOS**

Liana Maria Machado de Souza  
Márcio Cardeal Queiroz da Silva  
Saulo Araújo Toscano Júnior

**SECRETÁRIO EXECUTIVO DO TESOIRO ESTADUAL E METAS FISCAIS**

Márcio Cardeal Queiroz da Silva

**COORDENADORIAS E ASSESSORIA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOIRO  
ESTADUAL E METAS FISCAIS**

**COORDENADOR DE GESTÃO DA EXECUO ORÇAMENTÁRIA,  
PATRIMONIAL E CONTÁBIL**

Talvani Rabelo Aguiar

**COORDENADOR DE GESTÃO FISCAL**

Takeshi Cardoso Koshima

**COORDENADOR DE GESTÃO FINANCEIRA**

Aline Marie Teófilo de Moura – até 01/04/2022

José Garrido Braga Neto

Guilherme França Moraes (Atual)

## **CÉLULAS DA SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOUREO ESTADUAL E METAS FISCAIS**

### **CÉLULA DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO - CECOG**

Saulo Moreira Braga (Orientador)  
Débora Maria Rodrigues Nascimento  
Felipe Alves Saraiva Barbosa  
Francisco das Chagas da Silva  
Maria Eliete Ferreira  
Milton Batista Junior  
Raimunda Jorge de Medeiros  
Roberto Daniel Foltz  
Soraya Nunes Nntua  
Ubirajara Araújo Filho  
Vânia Maria da Silva Alcântara

### **CÉLULA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA DOS ÓRGÃOS - CEORG**

Victor Hugo Magalhães Alexandre (Orientador atual)  
André Luiz Sales Nascimento  
Danyelle Andrade da Silva  
Franklin Alves Ferreira  
Igor Silvestre Freitas Gomes  
João Carlos Rodrigues dos Santos  
Juciene Maria de Arruda Pinto  
Karen Ketilen Peixoto Almeida  
Maria Edilza de Assis Sousa  
Maria Marlucia Sulina Bezerra Moura  
Misael Aquino da Silva  
Waldir Meireles Conde  
Vânia Maria Campos da Silva

### **CÉLULA DE ESTUDOS E NORMAS CONTÁBEIS - CENOC**

Tony Coelho Magalhães (Orientador)  
Angelo Garcia Bezerra  
Cibele Pires de Matos  
Márcia de Azevedo Franco Dantas  
Renata Reina Montenegro de Albuquerque

## **CÉLULA DE PROGRAMAO E EXECUO FINANCEIRA - CEPEF**

Francisco Xavier de Vasconcelos (Orientador)  
Antonia Gleyciane Cavalcante dos Santos  
Ana Kesia Alencar Xavier  
Cícero Alexandre de Aquino Braz  
Fernando César Ferreira de Queiroz  
Lourival Anchieta Júnior  
Luana Emídio da Silva  
Mariana Tostes Campos  
Michelle Campos Martins  
Rodrigo Ferreira de Camargo  
Verngela Ramos de Souza

## **CÉLULA DE GESTÃO DOS ENCARGOS GERAIS DO ESTADO - CENGE**

Neuton Tavares de Oliveira (Orientador)  
Carlos Iago Maia Fernandes  
Felipe Gondim Melo  
Francisco David Incio da Silva  
Francisco Ernane de Freitas  
Gabriel Costa Santos Dantas  
Jane Mary Rocha  
Maria das Dores da Silva

## **CÉLULA DE PLANEJAMENTO E QUALIDADE DO GASTO - CEPLA**

Pedro Miguel dos Santos Barros (Orientador)  
Anderson Rodrigues de Souza  
Antonio Gomes Lima  
Iram Carvalho do Nascimento  
Leonardo Batisti de Faria  
Marco Antônio de Brito  
Uelsivanda Barbosa da Silva  
Wilson Gomes de Oliveira Júnior

## **CÉLULA DE GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA - CEDIP**

James Antônio Ferreira Uchoa (Orientador)  
Erbia Freitas do Nascimento  
Fábio Silva Duarte  
Fernando Antônio Melo Fontenele  
Monique Mayara Alves Machado  
Paulo Sérgio Rocha

**CÉLULA DE ESTUDOS ECONÔMICOS - TRIBUTÁRIOS - CEESE**

Wesley Sousa Chaves (Orientador)  
Carlos Alberto Alves de Almeida  
Cleverton Lopes Ventura  
Juliana Maria Fernandes Correia de Araújo  
Luiz Fernando Pinheiro  
Marcelo Eduardo Lamas Pereira



## ÍNDICE GERAL

Apresentação .....	17
1. INTRODUÇÃO.....	18
1.1. Contexto Operacional .....	18
1.2. Análise Econômica .....	22
1.2.1. Contexto Econômico Mundial, Nacional e do Ceará .....	22
1.2.2. Contexto jurídico e tributário das perdas do ICMS em combustíveis, energia e comunicação .....	32
1.2.3. Resiliência Fiscal .....	35
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA .....	37
2.1. Balanço Orçamentário.....	47
2.2. Receita Orçamentária.....	53
2.2.1 Receitas Correntes .....	55
2.2.2 Receitas de Capital.....	84
2.2.3 Receitas dos Fundos Previdenciários .....	90
2.2.4 Receitas Correntes Intraorçamentárias por Tipo de Administração.....	92
2.2.5 Receitas Desvinculadas no Exercício .....	93
2.3 Despesa Orçamentária.....	94
2.3.1 Despesa Orçamentária por Tipo de Orçamento e Categoria Econômica ....	94
2.3.2 Despesa Orçamentária por Tipo de Crédito .....	94
2.3.3 Despesa Orçamentária por Poder e Categoria Econômica .....	95
2.3.4 Despesa Orçamentária por Poder e Órgão .....	96
2.3.5 Despesa Orçamentária por Modalidade de Licitação .....	101
2.3.6 Despesa Orçamentária Consolidada por Função.....	102
2.3.7 Despesa por Categoria Econômica e Grupo .....	104
2.3.8 Despesas Correntes .....	105
2.3.9 Despesas de Capital .....	109
2.3.10 Despesas dos Fundos Previdenciários .....	114
2.3.11 Despesas com Enfrentamento a COVID-19.....	116
2.3.12 Receita e Despesa Consolidadas por Fonte de Recursos .....	117
2.3.13 Descentralização de Créditos Orçamentários .....	118
3. GESTÃO FINANCEIRA .....	119
3.1 Balanço Financeiro Consolidado .....	119
3.2 Demonstrativo da Dívida Flutuante.....	121

3.3	Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	122
4.	GESTÃO PATRIMONIAL .....	124
4.1	Balço Patrimonial Consolidado .....	124
4.2	Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidadas .....	126
5.	GESTÃO FISCAL .....	128
5.1	Lei de Responsabilidade Fiscal .....	128
5.2	Relatório Resumido da Execução Orçamentária .....	129
5.2.1	Resultado Primário Nominal .....	129
5.2.2	Receita Corrente Líquida .....	132
5.2.3	Gasto com Educação .....	135
5.2.4	Gasto com Saúde .....	140
5.3	Relatório de Gestão Fiscal .....	144
5.3.1	Despesa com Pessoal .....	144
5.3.2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida .....	148
5.3.3	Dívida Pública Estadual .....	149
5.3.4	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores .....	159
5.3.5	Demonstrativo das Operações de Créditos .....	160
5.3.6	Resumo dos Principais Indicadores Fiscais do Estado .....	165
6.	NOTAS EXPLICATIVAS .....	167
6.1	Notas Explicativas de Caráter Geral .....	167
6.1.1	Apresentação das Demonstrações Contábeis e Evidenciação das Políticas Contábeis .....	167
6.1.2	Padronização dos Registros Contábeis e Plano de Contas. ....	168
6.1.3	Moeda Funcional e de Apresentação .....	168
6.1.4	Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas... 168	
6.2	Resumo das Principais Práticas Contábeis .....	169
6.2.1	Caixa e Equivalente de Caixa .....	169
6.2.2	Créditos e Dívidas .....	169
6.2.3	Investimento e Aplicações Temporárias a Curto e Longo Prazo dos Regimes Próprios de Previdência Social .....	169
6.2.4	Estoques .....	169
6.2.5	Investimentos Permanentes .....	170
6.2.6	Imobilizado .....	170
6.2.7	Intangível .....	170
6.2.8	Depreciação, Amortização e Exaustão .....	170

6.2.9 Passivos Circulantes e Não Circulantes.....	170
6.2.10 Depositos Judiciais .....	171
6.2.11 Sequestro Judiciais .....	171
6.2.12 Bloqueios Judiciais .....	171
6.2.13 Custos dos Empréstimos .....	171
6.2.14 Restos a Pagar .....	171
6.2.15 Contabilizao das Retenoes para Fins Orçamentários .....	172
6.2.16 Registro da Receita Orçamentária .....	172
6.2.17 Liberao de Recursos de Fonte Tesouro .....	172
6.2.18 Distino entre Circulante e Não Circulante .....	172
6.2.19 Liquidao de Despesas de Exercícios Anteriores.....	173
6.2.20 Desvinculao das Receitas Estaduais (DRE) .....	173
6.2.21 Transferências Constitucionais .....	173
6.2.22 Incentivos Fiscais - Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI .....	173
6.2.23 Incentivos Fiscais Não Decorrentes de Programas .....	173
6.2.24 Apurao do Resultado.....	174
6.2.25 Consolidao das Demonstraoes Contábeis .....	174
6.2.26 Providências Referentes s Recomendaoes do TCE Constantes do Parecer Prévio das Contas do Governo do Exercício de 2021.....	174
6.2.27 Nota explicativa específica ao Contrato de Financiamento não 13.2.0967.1 com o BNDES: “Operaão BNDES Estados” .....	175
6.2.28 Nota explicativa específica aos dados incluídos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Controladas pelo Estado .....	177
6.2.29 Notas explicativas conforme resoluo COGERF não 10/2020 (DOE 17/06/2020) .....	177
6.2.30 Nota explicativa específica ao Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará (FIMPC).....	178
6.3 Notas Explicativas Das Demonstraoes Contábeis .....	182
6.3.1 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário.....	182
6.3.2 Notas Explicativas do Balanço Financeiro.....	187
6.3.3 Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial .....	193
6.3.4 Notas Explicativas da Demonstrao das Variaoes Patrimoniais .....	219
6.3.5 Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante .....	226
6.3.6 Notas Explicativas da Demonstrao dos Fluxos de Caixa.....	229

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de variação do PIB Mundial – Estimativas e Projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) - 2021 a 2024 .....	27
Tabela 2 - Receita ICMS (2 sem. de 2022 e 2021) – Valores Nominais - Combustível, Energia e Comunicação.....	35
Tabela 3 - Demonstrativo do Orçamento por Categoria Econômica da Receita e Tipo de Administração .....	38
Tabela 4 - Valores por Esfera Orçamentária .....	39
Tabela 5 - Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Poder.....	39
Tabela 6 - Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Grupo de Despesas...	40
Tabela 7 - Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Função .....	41
Tabela 8 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta por rgo .....	42
Tabela 9 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Indireta Por Entidade .....	43
Tabela 10 - Demonstrativo do Orçamento da Administração por Categoria Econômica, Grupo de Despesa e tipo de Administração .....	46
Tabela 11 - Demonstrativo do Balanço Orçamentário Consolidado .....	48
Tabela 12 - Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar não Processados - Anexo 1 – Consolidado .....	50
Tabela 13 - Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Processados - Anexo 2 – Consolidado.....	51
Tabela 14 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias Consolidadas .....	52
Tabela 15 - Demonstrativo Comparativo da Receita Orçamentária Prevista com a Realizada, por Categoria Econômica e Grupo – Consolidada.....	54
Tabela 16 - Demonstrativo Comparativo das Receitas Correntes (Exceto Intraorçamentárias) Previstas com as Realizadas por Tipo de Administração /Categoria Econômica e Grupo .....	56
Tabela 17 - Variáveis Econômicas Projetadas .....	58
Tabela 18 - Demonstrativo da Composição da Receita Tributária Valores Correntes Brutos .....	60
Tabela 19 - Demonstrativo Comparativo da Receita Tributária Valores Brutos .....	61
Tabela 20 - Demonstrativo da Evolução da Arrecadação do ICMS do Estado do Ceará - 2021/2022 .....	63
Tabela 21 - Demonstrativo da Evolução da Arrecadação do ICMS do Brasil - 2021/2022.....	65
Tabela 22 - Demonstrativo da Evolução da Arrecadação do ICMS do Estado do Ceará - 2013 a 2022 .....	67
Tabela 23 - Comparativo da Composição da Arrecadação do ICMS por Segmento - Ceará - 2021/2022.....	69
Tabela 24 - Arrecadação do ICMS Brasil e Estados - Variação Relativa - Variação Nominal- 2021/2022 .....	73
Tabela 25 - Demonstrativo Comparativo das Transferências Constitucionais da União – Valores Nominais.....	78

Tabela 26 - Demonstrativo das Origens dos Recursos do FUNDEB do Estado do Ceará.....	80
Tabela 27 - Demonstrativo dos Recursos Transferidos ao FUNDEB pelo Estado do Ceará.....	80
Tabela 28 - Demonstrativo do Resultado do FUNDEB no Estado do Ceará .....	81
Tabela 29 - Demonstrativo das Transferências aos Municípios .....	82
Tabela 30 - Memória de Cálculo de Repasses ao Municípios e ao FUNDEB .....	83
Tabela 31 - Demonstrativo da Base de Cálculo da Quota parte do ICMS aos Municípios .....	83
Tabela 32 - Demonstrativo Comparativo das Receitas de Capital Previstas com as Realizadas por Tipo de Administração/Categoria Econômica e Grupo .....	84
Tabela 33 - Demonstrativo Comparativo da Previsão com a Arrecadação da Receita de Operações de Créditos .....	85
Tabela 34 - Demonstrativo da Evolução das Operações de Crédito em Relação à Receita Total .....	87
Tabela 35 - Demonstrativo da Evolução da Receita de Operações de Crédito Interna e Externa .....	88
Tabela 36 - Demonstrativo da Receita Consolidada dos Fundos: FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID (Origem de Recursos).....	90
Tabela 37 - Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro FUNAPREV (Origem de Recursos) .....	91
Tabela 38 - Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVMILITAR (Origem de Recursos) .....	91
Tabela 39 - Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVID (Origem de Recursos) .....	91
Tabela 40 - Demonstrativo da Receita do Fundo de Previdência Parlamentar - FPP (Origem de Recursos).....	92
Tabela 41 - Demonstrativo Comparativo das Receitas Correntes Intraorçamentárias Previstas com as Realizadas por Tipo Administração / Categoria Econômica e Grupo .....	93
Tabela 42 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Tipo de Orçamento e Categoria Econômica .....	94
Tabela 43 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada por Tipo de Crédito	95
Tabela 44 - Demonstrativo Comparativo da Consolidação da Despesa Fixada com a Realizada por Poder e Categoria Econômica .....	95
Tabela 45 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, por Poder e Órgão .....	97
Tabela 46 - Demonstrativo da Aplicação dos Recursos do FECOP por Órgão .....	100
Tabela 47 - Demonstrativo da Despesa do Estado por Modalidade de Licitação .....	101
Tabela 48 - Demonstrativo da Despesa Orçamentária Consolidada por Função .....	102
Tabela 49 - Demonstrativo da Despesa Orçamentária Consolidada por Categoria Econômica e Grupo .....	104
Tabela 50 - Demonstrativo dos Juros e Encargos da Dívida.....	106
Tabela 51 - Demonstrativo dos Despesas por Modalidades de Aplicações no Grupo de Outras Despesas Correntes.....	108

Tabela 52 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidada da Categoria “Despesas de Capital” por Grupo, Modalidade de Aplicação e Natureza da Despesa .....	110
Tabela 53 - Demonstrativo dos Investimentos nos Programas de Governo de Maior Relevância.....	111
Tabela 54 - Demonstrativo dos Investimentos nas Funções de Governo.....	112
Tabela 55 - Demonstrativo da Amortização da Dívida .....	113
Tabela 56 - Demonstrativo Consolidado das Despesas Empenhadas dos Fundos: FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID E FPP .....	114
Tabela 57 - Demonstrativo das Despesas Empenhadas do FPP .....	115
Tabela 58 - Demonstrativo das Despesas Empenhadas do FUNAPREV.....	115
Tabela 59 - Demonstrativo das Despesas Empenhadas do PREVID.....	115
Tabela 60 - Demonstrativo das Despesas Empenhadas do PREVMILITAR .....	116
Tabela 61 - Gastos em Ações Específicas – COVID.....	117
Tabela 62 - Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa Orçamentárias, por Fontes de Recursos.....	117
Tabela 63 - Demonstrativo Resumido do Balanço Financeiro Consolidado .....	121
Tabela 64 - Demonstrativo da Dívida Flutuante – Consolidada.....	122
Tabela 65 - Resumo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	123
Tabela 66 - Demonstrativo do Balanço Patrimonial Consolidado .....	125
Tabela 67 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais .....	127
Tabela 68 - Demonstrativo Comparativo da Previsão de Metas Fiscais com a Realização, de Acordo os Arts.4º, § 1º e Art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal .	130
Tabela 69 - Comparação de Resultado Primário Exercício 2021 - LDO x MDF .....	131
Tabela 70 - Comparação de Resultado Nominal Exercício 2021 - LDO x MDF.....	131
Tabela 71 - Evolução do Resultado Nominal – “Acima da Linha.....	132
Tabela 72 - Receita Corrente Líquida .....	133
Tabela 73 - Composição da RLIT .....	134
Tabela 74 - Dispêndios com Educação.....	135
Tabela 75 - Despesa Empenhada em Educação por Grupo de Despesa .....	136
Tabela 76 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (Art.212 da Constituição Federal) - RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72) .....	137
Tabela 77 - Demonstrativo da Despesa com Educação x Receita Líquida de Impostos .....	139
Tabela 78 - Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) RREO - Anexo 12 (LC 1412012, art. 35).....	141
Tabela 79 - Demonstrativo da Despesa com Saúde x Receita Líquida de Impostos.	142
Tabela 80 - Demonstrativo das Despesas com Saúde Total, Computadas e não Computadas .....	142
Tabela 81 - Detalhamento das Despesas não Computadas .....	142
Tabela 82 - Despesas Executadas pelos Consórcios Públicos de Saúde em 2022 ..	143
Tabela 83 - Variação Gasto de Pessoal.....	145
Tabela 84 - Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal x Receita Corrente Líquida.....	145

Tabela 85 - Representatividade das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida .....	145
Tabela 86 - Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos de Saúde...	146
Tabela 87 - Demonstrativo das Nomeações de Novos Servidores - Arts. 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal .....	147
Tabela 88 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL – LRF - Anexo 2..	148
Tabela 89 - Demonstrativo do Composição da Dívida Consolidada Estadual .....	155
Tabela 90 - Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada por Credor .....	155
Tabela 91 - Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada por Moeda.....	156
Tabela 92 - Demonstrativo da Evolução do Serviço da Dívida Pública Estadual.....	157
Tabela 93 - Demonstrativo dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito .....	158
Tabela 94 - Demonstrativo das Garantias – LRF .....	159
Tabela 95 - Demonstrativo das Operações de Crédito – LRF - Anexo 4 .....	160
Tabela 96 - Demonstrativo da Captação das Operações de Crédito e sua Finalidade .....	162
Tabela 97 - Demonstrativo das Liberações Anuais das Operações de Crédito e o seu Limite de 16% da RCL.....	163
Tabela 98 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - LRF - Consolidado - Anexo 5.....	164
Tabela 99 - Resumo de Indicadores Fiscais – Receita e Disponibilidade.....	165
Tabela 100 - Resumo de Indicadores Fiscais – Índices Legais.....	166
Tabela 101 - Volume de Recursos Reembolsados - por PPA da Execução do Investimento - Programa - Projeto e Fonte .....	176
Tabela 102 - Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará - CEARAPAR .....	177
Tabela 103 - Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR .	178
Tabela 104 - Atendimentos Realizados e Créditos Contratados por Região de Planejamento.....	180
Tabela 105 - Atendimentos Realizados e Créditos Contratados por Região de Planejamento.....	180
Tabela 106 - Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR .	181
Tabela 107 - Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada .....	182
Tabela 108 - Demonstrativo da Composição da Receita Realizada.....	182
Tabela 109 - Demonstrativo da Composição da Dotação Atualizada – Consolidada	183
Tabela 110 - Demonstrativo da Fixação e Execução da Despesa por Tipo de Crédito – Consolidada.....	183
Tabela 111 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias Pagas ..	184
Tabela 112 - Demonstrativo do Cálculo dos Recebimentos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – Consolidado.....	189
Tabela 113 - Demonstrativo do Cálculo dos Pagamentos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – Consolidado.....	190
Tabela 114 - Demonstrativo de Outros Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários.....	191
Tabela 115 - Demonstrativo dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – Consolidado.....	192

Tabela 116 - Demonstrativo dos Créditos a Curto Prazo .....	193
Tabela 117 - Demonstrativo dos Créditos Tributários a Receber de Curto Prazo .....	194
Tabela 118 - Demonstrativo dos Créditos do FDI .....	195
Tabela 119 - Demonstrativo da Dívida Ativa .....	196
Tabela 120 - Demonstrativo das Ações Ajuizadas para Cobrança da Dívida Ativa ...	200
Tabela 121 - Demonstrativo da Evolução do Montante de Créditos Tributários Passíveis de Cobrança Administrativa .....	200
Tabela 122 - Demonstrativo de Adiantamentos Concedidos .....	200
Tabela 123 - Demonstrativo de Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo – Consolidado .....	201
Tabela 124 - Demonstrativo do Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo-Consolidado .....	201
Tabela 125 - Demonstrativo das Aplicações Temporárias .....	202
Tabela 126 - Demais VPD a Apropriar .....	202
Tabela 127 - Demonstrativo dos Créditos a Longo Prazo – Consolidado .....	203
Tabela 128 - Demonstrativo das Participações Permanentes .....	203
Tabela 129 - Demonstrativo das Participações Avaliadas pelo MEP .....	204
Tabela 130 - Demonstrativo das Participações do Estado do Ceará em Sociedades Controladas .....	204
Tabela 131 - Demonstrativo do Imobilizado .....	205
Tabela 132 - Demonstrativo de Depreciação e Amortização Acumulada de Bens Móveis e Imóveis .....	205
Tabela 133 - Demonstrativo de Amortização Acumulada .....	206
Tabela 134 - Demonstrativo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo .....	206
Tabela 135 - Demonstrativo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo .....	206
Tabela 136 - Demonstrativo de Valores Restituíveis .....	207
Tabela 137 - Provisões Matemáticas Previdenciárias do SUPSEC FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID .....	211
Tabela 138 - Provisões Matemáticas Previdenciárias do Fundo de Previdência Parlamentar FPP .....	212
Tabela 139 - Demonstrativo dos Resultados Acumulados .....	213
Tabela 140 - Demonstrativo do Cálculo do Superávit Financeiro Consolidado .....	214
Tabela 141 - Demonstrativo do Superávit Financeiro Consolidado por Fonte .....	216
Tabela 142 - Demonstrativo do Superávit Financeiro Consolidado por Poder por Fonte e Detalhamento de Fonte .....	217
Tabela 143 - Demonstrativo de Reavaliações Positivas .....	219
Tabela 144 - Demonstrativo de Reavaliações Positivas por Órgão .....	220
Tabela 145 - Demonstrativo de Reavaliações Negativas .....	220
Tabela 146 - Demonstrativo de Reavaliações Negativa por Órgão .....	220
Tabela 147 - Demonstrativo das Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas .....	221
Tabela 148 - Detalhamento de VPA Fatos Geradores Diversos .....	221
Tabela 149 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas .....	224
Tabela 150 - Detalhamento de VPD Fatos Geradores Diversos .....	225
Tabela 151 - Demonstrativo das Movimentações de Restos a Pagar não Processados da Dívida Flutuante do Estado .....	226



Tabela 152 - Demonstrativo das Movimentações de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante do Estado.....	226
Tabela 153 - Demonstrativo da composição de depósitos de diversas origens.....	227
Tabela 154 - Demonstrativo dos Ingressos de Valores Restituíveis – Consolidado ..	230
Tabela 155 - Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis Consolidados....	231
Tabela 156 - Demonstrativo dos Valores a Repassar Consolidados.....	232
Tabela 157 - Demonstrativo de Valores a Receber Consolidados .....	232
Tabela 158 - Demonstrativo das Saídas de Caixa a Regularizar Consolidadas .....	234
Tabela 159 - Demonstrativo das Saídas de Caixa Regularizadas Consolidadas .....	234
Tabela 160 - Demonstrativo das Entradas de Caixa a Regularizar Consolidadas.....	235
Tabela 161 - Demonstrativo das Entradas de Caixa Regularizadas Consolidadas ...	235

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Inflação mundial: Panorama histórico.....	23
Gráfico 2 - Histórico IPCA em relação à meta.....	24
Gráfico 3 - Inflação cheia em 12 meses - em %.....	24
Gráfico 4 - IPCA Ceará x Brasil .....	25
Gráfico 5 - PIB mundial - taxa de crescimento real .....	26
Gráfico 6 - Meta para a Selic (% a.a.) – Dados Diários .....	28
Gráfico 7 - PIB Ceará x Brasil .....	29
Gráfico 8 - Taxa de Câmbio Nominal (R\$/US\$), Cotação de venda, Dados diários ....	29
Gráfico 9 - Taxa de desocupação – Desemprego (%) – Dados trimestrais divulgados mensalmente.....	30
Gráfico 10 - Reservas internacionais .....	30
Gráfico 11 - Resultados – Primário e Nominal - % PIB, em 12 meses, setor público consolidado, dados mensais.....	31
Gráfico 12 - DLSP e DBGG - % do PIB, dados mensais.....	32
Gráfico 13 - Demonstrativo do Quociente da Execuão Orçamentária .....	50
Gráfico 14 - Receitas Correntes x Receitas de Capital x Receitas Intraorçamentárias (Líquidas).....	55
Gráfico 15 - Evoluão do ICMS Ceará – 2021/2022 .....	64
Gráfico 16 - Evoluão da Arrecadação do ICMS – Brasil – 2021/2022 .....	65
Gráfico 17 - Evoluão da Arrecadação do ICMS - Ceará – 2013 a 2022.....	67
Gráfico 18 - Comparativo do ICMS Ceará com o IPCA - 2013 a 2022 .....	68
Gráfico 19 - Participação Percentual do PIB Cearense no PIB do Brasil - 2013 a 2022 (%).....	70
Gráfico 20 - Participação Percentual do ICMS no PIB do Ceará - 2013 a 2022 (%)....	71
Gráfico 21 - Evoluão da Receita Patrimonial.....	76
Gráfico 22 - Evoluão da Receita do FPE - Valores Brutos.....	79
Gráfico 23 - Evoluão das perdas do FUNDEB.....	81
Gráfico 24 - Comparativo da Previsão com a Arrecadação da Receita de Operaão de Créditos .....	86
Gráfico 25 - Evoluão das Operaões de Crédito .....	87
Gráfico 26 - Participação das Operaões de Crédito em Relação à Receita Total.....	88
Gráfico 27 - Evoluão da Receita de Operaão de Créditos Interna e Externa .....	89
Gráfico 28 - Despesa Realizada por Poder.....	99
Gráfico 29 - Despesas do FECOP por Função de Governo .....	103
Gráfico 30 - Evoluão da RCL e RLIT.....	135
Gráfico 31 - Evoluão da Perda com o FUNDEB .....	136
Gráfico 32 - Evoluão da Cotação do Dólar Fim de Período.....	151
Gráfico 33 - Demonstrativo da Composição da Dívida Fundada Estadual .....	153
Gráfico 34 - Evoluão da Dívida Fundada em Relação ao PIB e RCL .....	154
Gráfico 35 - Capacidade de Pagamento Anual da Dívida Pública-Limitada 11,5% da RCL .....	157

## Apresentação

O Balanço Geral do Estado, nos termos do art. 88, inciso XVI, da Constituição Estadual, diz respeito à prestação de contas que o Excelentíssimo Senhor Governador apresenta anualmente à Augusta Assembleia Legislativa, *in verbis*:

“Art.88. Compete privativamente ao Governo do Estado:

XVI - prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior e, em caso de decretação de calamidade pública, este prazo será de até 120 (cento e vinte) dias após a abertura da sessão legislativa”

Integram o Balanço Geral as demonstrações pertinentes às execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, elaboradas em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações, que trata de normas gerais de consolidação das Contas Públicas.

O Balanço Geral é composto de dois volumes e um Relatório das Demonstrações Contábeis. O primeiro volume contém os balanços e demonstrativos da Administração Direta. O segundo engloba os balanços e demonstrativos - consolidados e por entidade das autarquias, fundações e fundos e ainda as demonstrações financeiras das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Por seu turno, o relatório contém as explicações e a análise das execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, distribuídas em capítulos, tendo como objetivo facilitar o manuseio e dar melhor configuração aos dados e informações.

O Balanço Geral é um instrumento legal imprescindível à sociedade, porquanto lhe permite acesso às informações que identificam a origem e a destinação dos recursos públicos, que visam melhorar a qualidade de vida do povo cearense, bem como a avaliação do desempenho da gestão pública.

Em cumprimento à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado nº 12.509, de 06/12/95, alterada pela Lei nº 17.209, de 15.05.2020 - D.O.E. 15.05.2020, acompanha a Prestação de Contas o parecer do Controle Interno que evidencia o cumprimento da legislação vigente quanto à forma de apresentação das demonstrações contábil, financeira e fiscal.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Contexto Operacional

O presente relatório tem por finalidade demonstrar os resultados alcançados pelo Governo do Estado do Ceará, representados pelo Excelentíssimo Senhor Governador Camilo Sobreira de Santana, até 01/04/2022, pela Excelentíssima Senhora Maria Izolda Cela de Arruda Coelho, a partir de 02/04/2022, em função das ações governamentais desenvolvidas, tomando por base as informações contábeis contidas no Balanço Geral. Essas ações foram voltadas predominante na prestação de serviços públicos, que são financiados com a arrecadação de tributos e contribuições de competência própria ou por intermédio de transferências constitucionais ou legais, bem como a contratação de Operações de Crédito e as transferências voluntárias.

As atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2022 foram amparadas pela Lei Estadual nº 17.860, de 29 de dezembro de 2021 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2022), alterada pela Lei nº 18.197, de 31 de agosto de 2022 e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2022.

O Balanço Geral do Estado consolida as contas dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta de todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), do Ministério Público e da Defensoria Pública, integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Realizando suas funções por meio dos órgãos da administração direta, entidades (fundos, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista) que são considerados administração indireta e agentes que integram a Administração Pública do Estado. E tem como objetivo principal fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público do Estado e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nele, a sociedade pode encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Governo Estadual.

O Governo do Estado do Ceará é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 07.954.480/0001-79, tendo a sua sede administrativa situada em Fortaleza, na Av. Barão de Studart n.º 401 e conta com uma estrutura organizacional constitucional e legalmente definida da seguinte forma:

#### PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará  
Tribunal de Contas do Estado do Ceará

#### PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

## PODER EXECUTIVO

### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará  
Assessoria Especial da Vice-Governadoria  
Casa Civil  
Conselho Estadual de Educação  
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário  
Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado  
Corpo de Bombeiros Militar do Ceará  
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará  
Perícia Forense do Estado do Ceará  
Polícia Militar do Ceará  
Procuradoria-Geral do Estado  
Secretaria da Cultura  
Secretaria da Educação  
Secretaria da Fazenda  
Secretaria da Infraestrutura  
Secretaria do Meio Ambiente  
Secretaria do Planejamento e Gestão  
Secretaria da Saúde  
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social  
Secretaria das Cidades  
Secretaria de Administração Penitenciária  
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior  
Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos  
Secretaria do Desenvolvimento Agrário  
Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho  
Secretaria do Esporte e Juventude  
Secretaria do Turismo  
Secretaria dos Recursos Hídricos  
Superintendência da Polícia Civil  
Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará  
Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo

### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

#### AUTARQUIAS

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará  
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará  
Departamento Estadual de Trânsito  
Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues  
Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará  
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará  
Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará  
Junta Comercial do Estado do Ceará  
Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará  
Superintendência Estadual do Meio Ambiente  
Superintendência de Obras Hidráulicas  
Superintendência de Obras Públicas

#### FUNDAÇÕES

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos  
Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará

Fundação de Teleducação do Ceará  
Fundação Universidade Estadual do Ceará  
Fundação Universidade Regional do Cariri  
Fundação Universidade Vale do Acaraú

**EMPRESAS PÚBLICAS**

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará  
Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Ceará

**SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA**

Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A  
Centrais de Abastecimento do Ceará S/A  
Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos  
Companhia da Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará  
Companhia de Água e Esgoto do Ceará  
Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém S/A  
Companhia de Gás do Ceará  
Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará S/A

**MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA**

Ministério Público do Estado do Ceará  
Defensoria Pública Geraldo Estado do Ceará

Quanto a natureza jurídica dos órgãos da Administração Indireta, há 12 Autarquias, 7 Fundações, 35 Fundos Especiais, 2 Empresas Públicas Dependentes (EMATERCE e ETICE), 1 Sociedade de Economia Mista Dependente (COHAB, em liquidação) e 8 Sociedades de Economia Mista Independentes. Em atendimento à portaria nº 589/STN, de 27/12/2001, as estatais dependentes ETICE, EMATERCE e COHAB realizaram suas execuções orçamentárias no Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará (SIAFECE), sem prejuízo da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. As empresas estatais independentes, oito no total, a saber: ADECE, CEGÁS, CEASA, CAGECE, COGERH, CEARÁPORTOS, METROFOR e CEARAPAR não têm obrigação legal de escriturar suas operações no SIAFECE, dispõem de sistema contábil próprio e seus dados do orçamento de capital fixados na LOA não são consolidados nos demonstrativos apresentados neste relatório.

De acordo com o art. 17 da Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, alterada pela Lei nº 16.863, de 15 de abril de 2019, que dispõe sobre o modelo de gestão do poder executivo, compete à Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará gerenciar o sistema de execução orçamentária financeira e contábil-patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Estadual e gerenciar e divulgar informações financeiras e contábeis.

Dentro da estrutura organizacional da Secretaria da Fazenda, encontra-se a Secretaria Executiva do Tesouro Estadual e de Metas Fiscais, e nesta, a Coordenadoria de Gestão da Execução Orçamentária, Patrimonial e Contábil (COPAC), que *tem dentre as suas competências a adequação dos processos, procedimentos e relatórios às normas e diretrizes da legislação relacionada e dos órgãos de controle, além de garantir a consistência e conformidade dos dados, informações, relatórios e demonstrativos da execução orçamentária, contábil, patrimonial e financeira do Estado do Ceará, promovendo a transparência pela divulgação tempestiva dos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Balanço Geral do Estado à sociedade.*

A COPAC é composta por três células que desenvolvem atividades voltadas ao acompanhamento dos serviços de contabilidade dos órgãos da Administração Direta e Indireta. A Célula de Estudos e Normas Contábeis - CENOC, a Célula de Contabilidade Centralizada dos Órgãos - CEORG e a Célula de Contabilidade Geral do Estado – CECOG.

Dentre um dos objetivos do planejamento estratégico da SEFAZ para o período 2020-2023 estava previsto:

“Implantar um novo sistema de gestão financeira, fiscal e contábil do Governo do Estado do Ceará, junto com a transformação necessárias de processos, garantindo a modernização da gestão do Estado em conformidade com as determinações legais”

Atendendo a esse objetivo, em 1º de janeiro de 2022 entrou em funcionamento o Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira – SIAFE, nova solução de tecnologia da informação que além de atender ao objetivo estratégico descrito acima, atende ao Decreto nº 10.540, de 5 de novembro de 2020 que dispõe:

“Art. 1º A transparência da gestão fiscal de todos os entes federativos em relação à adoção de Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - Siafic, será assegurada pela observância do padrão mínimo de qualidade estabelecido neste Decreto e do disposto no art. 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, sem prejuízo de outras disposições previstas em lei ou em atos normativos aplicáveis.

§ 1º O Siafic corresponde à solução de tecnologia da informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, incluídos os módulos complementares, as ferramentas e as informações dela derivados, utilizada por todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluídas as defensorias públicas de cada ente federativo, resguardada a autonomia, e tem a finalidade de registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial [...].”

“Art. 18. Os entes federativos deverão observar as disposições deste Decreto a partir de 1º de janeiro de 2023.”

Por fim, com a implantação do SIAFE a geração do Balanço Geral do Estado, dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal e da transparência das informações a partir dos dados contábeis diretamente de seu banco de dados, alcança a modernização da gestão do Estado do Ceará e atende a convergência às normas contábeis nacionais e internacionais.

## 1.2. Análise Econômica

### 1.2.1. Contexto Econômico Mundial, Nacional e do Ceará

O ano de 2022 foi marcado pela crise do custo de vida, pelo aperto das condies financeiras na maioria das regiões, pela invasão da Ucrânia pela Rússia, pela persistente pandemia de COVID-19 e pelas aes judiciais e legislativas lideradas pelo governo federal que distorceram o federalismo fiscal brasileiro, impactando negativamente as receitas dos entes subnacionais e prejudicando a execuo de políticas públicas essenciais para a populao brasileira.

A atividade econômica mundial está passando por uma desacelerao ampla e mais acentuada do que o esperado, com uma inflao mais alta do que a observada em várias décadas. No contexto brasileiro o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que a subida das taxas, promovida pelo Banco Central para combater a inflao e a guerra da Rússia na Ucrânia, continue a pesar sobre a atividade econômica. Destaca-se que a rápida disseminao do COVID-19 na China, prejudicou o crescimento mundial em 2022, mas a recente reabertura abriu caminho para uma recuperao mais rápida do que o esperado. Espera-se que a inflao global caia de 8,8% em 2022 para 6,6% em 2023 e 4,3% em 2024, ainda acima dos níveis anteriores a pandemia, de 2017 a 2019, de cerca de 3,5%<sup>1</sup>. A figura a seguir apresenta um panorama histórico da inflao mundial.

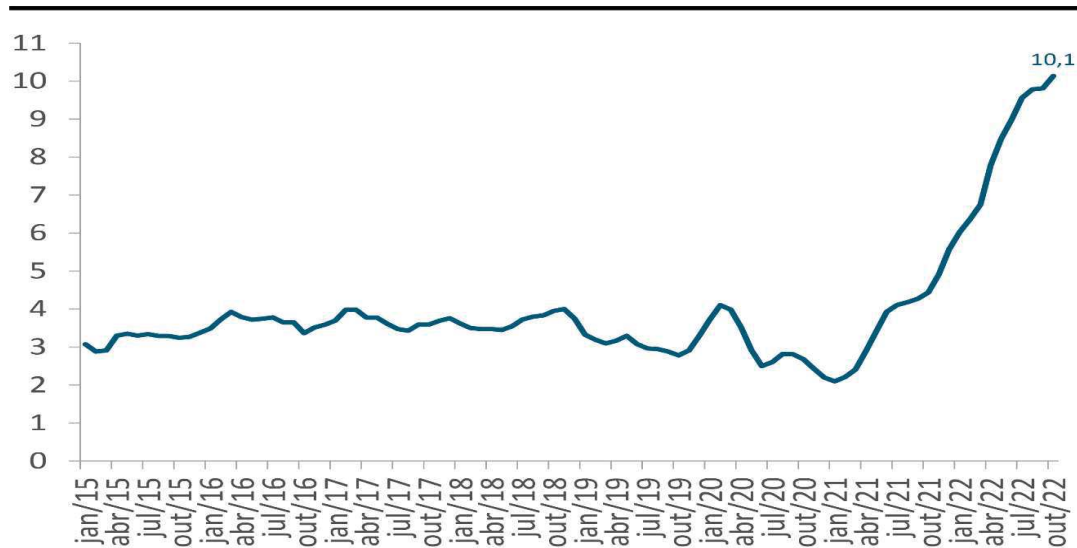
---

<sup>1</sup> Global inflation will fall in 2023 and 2024 amid subpar economic growth. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/01/31/world-economic-outlook-update-january-2023>>



**Gráfico 1 - Inflao mundial: Panorama histórico**

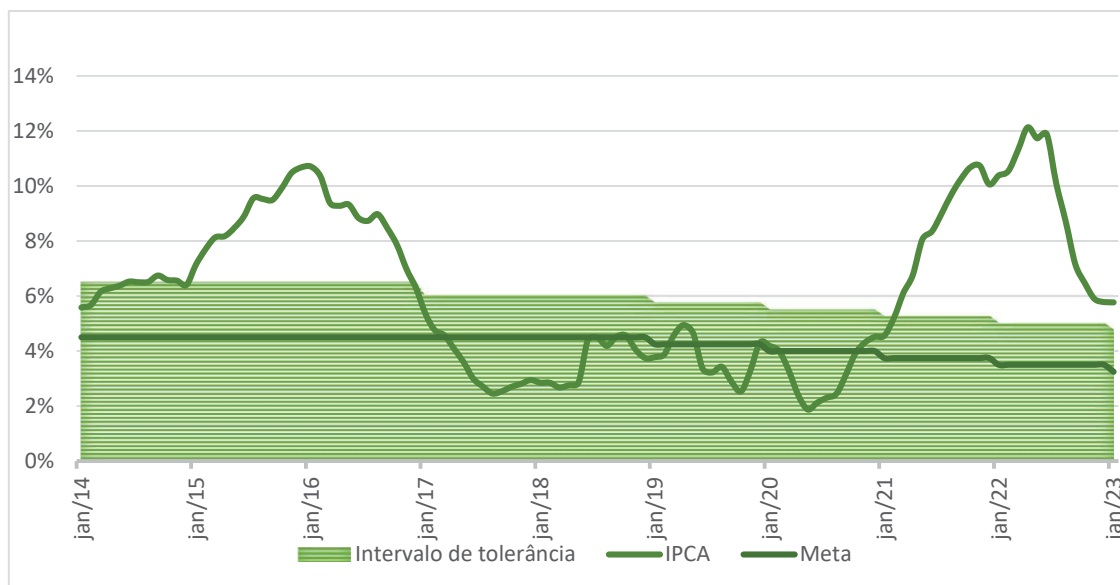
## **Inflao mundial** (Em %)



Fonte: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/taq/inflacao-mundial/>

No Brasil, o IPCA (12 meses) segue em tendência de queda, após seu pico de 12,1% em abril de 2022, fechando o ano em 5,79%. Essa queda do ndice consolidado da inflao nacional não foi uniforme em todos os segmentos da economia. Produtos e serviços essenciais para a populao mais carente sofreram grandes variaes, como alimentao no domicílio (13,23%), saúde e cuidados pessoais (11,43%) e vestuário (18,02%). Por outro lado, grupos como gasolina (-25,78%), que favorece especialmente cidadãos proprietários de veículos, sofreram reduo. Desta forma, percebe-se o efeito regressivo das aes lideradas do governo federal, favorecendo os mais ricos e prejudicando os mais pobres ao retirar recursos dos Estados e Municípios que seriam destinados para setores como saúde, educao e segurança pública. A política monetária do Banco Central, por sua vez, elevou consideravelmente a taxa Selic – taxa de juros da economia – chegando a 13,75% ao ano, comprometendo o ambiente de negócios e a recuperao da economia brasileira. O Gráfico a seguir demonstra o histórico do IPCA em relao  meta no Brasil.

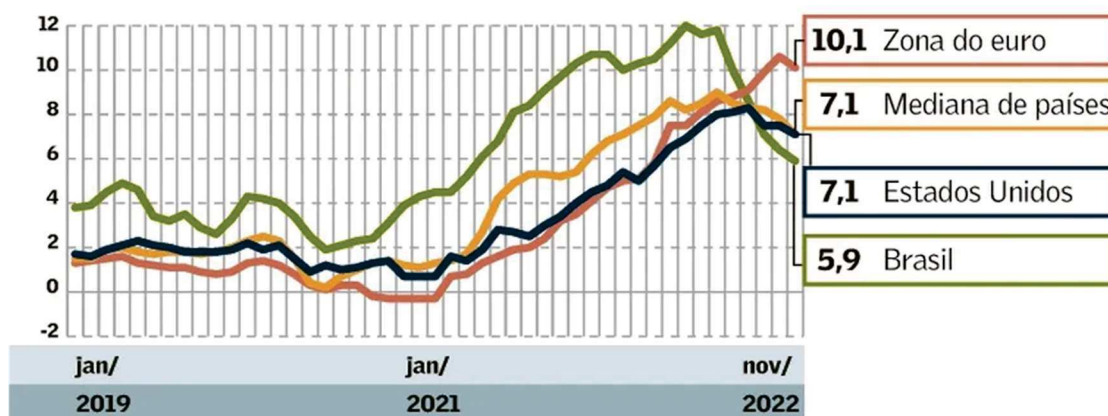
**Gráfico 2 - Histórico IPCA em relao  meta**



Fonte: IBGE e Banco Central; Elaborao: IFI

A elevao da taxa Selic causa um efeito contracionista na economia (reduo do crescimento do PIB e da renda), uma vez que provoca a reduo de moeda em circulao (causa um atrativo para investir o dinheiro em títulos públicos e em outros investimentos). Como resultado, há uma reduo da atratividade da atividade da economia real, em favor das aplicaes financeiras. O gráfico abaixo apresenta um panorama da inflao dos últimos 12 meses não são do Brasil, como também dos EUA, países que compõem a Zona do Euro e a mediana das naes do mundo.

**Gráfico 3 - Inflao cheia em 12 meses - em %**

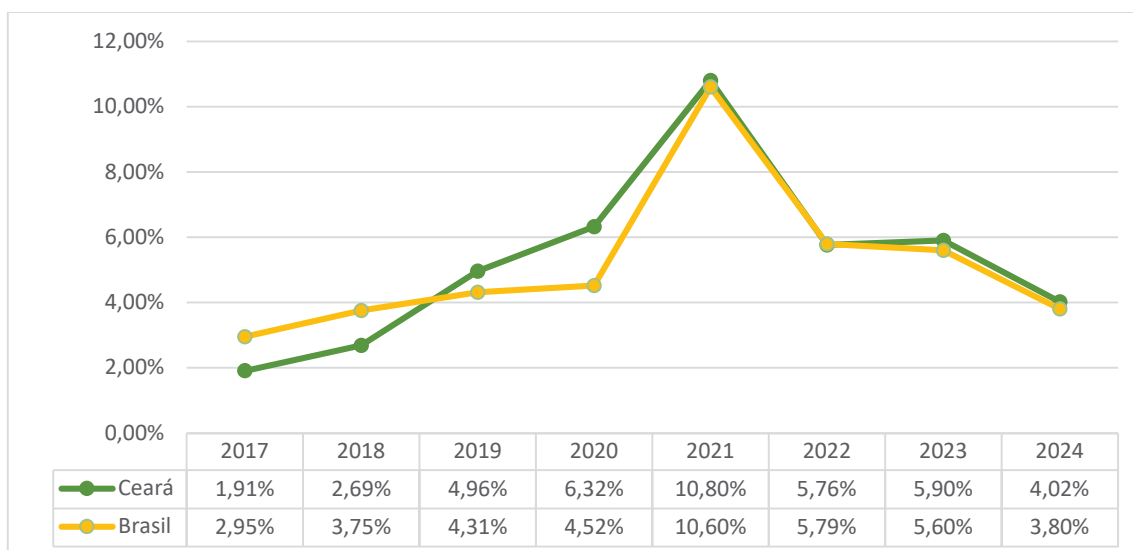


Fonte: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/03/06/inflacao-do-brasil-menor-que-de-europa-e-eua-esconde-cenario-complexo.ghtml>

As políticas econômicas devem se pautar na busca pelo equilíbrio do sistema econômico através do uso de seus instrumentos monetários, fiscais e creditícios. Sendo assim, é preciso cautela no uso desses instrumentos, principalmente da política monetária (instrumento que apresenta impactos mais rapidamente na economia). Assim, é importante calibrar a taxa de juros de forma eficiente para conter a pressão inflacionária, sem esquecer da contrao da demanda agregada e do impacto no custo da dívida pública.

Em relao ao Estado do Ceará, o IPCA medido pela região metropolitana de Fortaleza fechou o ano de 2022 em 5,76%, bem abaixo dos 10,62% registrados no mesmo período em 2021 e, depois de 3 anos consecutivos, ligeiramente abaixo do nacional. Não obstante, projeoes apontam para uma provável superioridade em relao ao nacional para os próximos dois anos. Segue gráfico do IPCA do Ceará e do Brasil.

**Gráfico 4 - IPCA Ceará x Brasil**

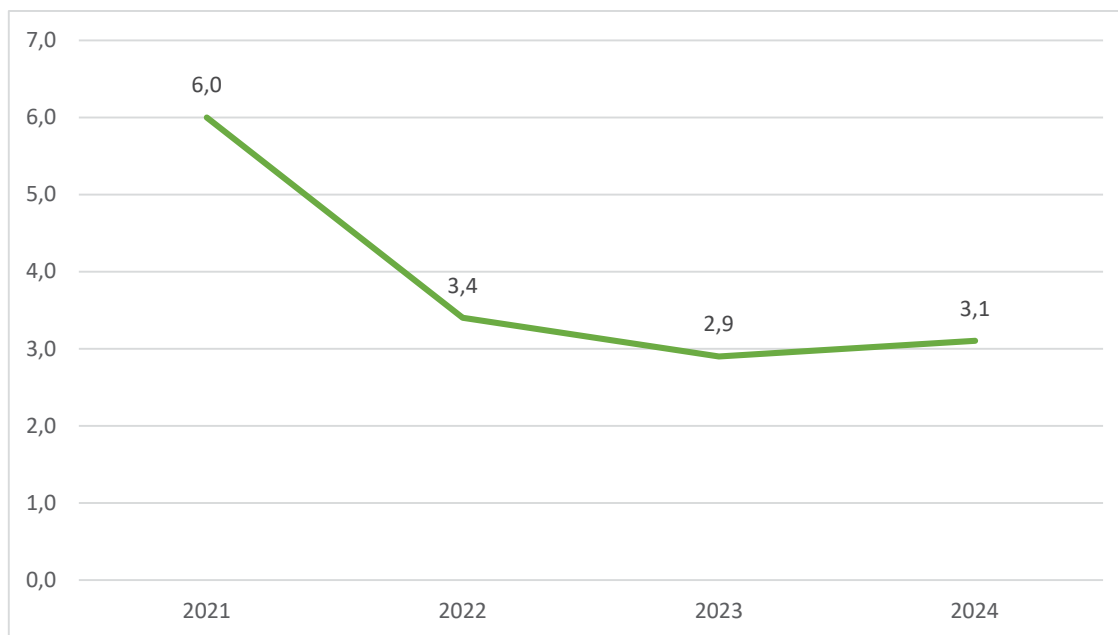


Fonte: IBGE. Elaborao: Sefaz

Com relao ao PIB, o FMI prevê que o crescimento mundial desacelere de 6%, em 2021, para 3,4% em 2022 e 2,9% em 2023. Desconsiderando a crise financeira mundial e a fase aguda da pandemia da COVID-19, este é o perfil de crescimento mais fraco desde 2001<sup>2</sup>. Tal desacelerao tem como uma de suas causas, a política monetária contracionista utilizada no combate ao nível alto de inflao que a economia mundial vem sofrendo. A taxa de crescimento real do PIB mundial está disposta no próximo Gráfico.

<sup>2</sup> Global inflation will fall in 2023 and 2024 amid subpar economic growth. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/01/31/world-economic-outlook-update-january-2023>>

**Gráfico 5 - PIB mundial - taxa de crescimento real**



Fonte: FMI. Elaboração: Sefaz

O PIB do Brasil, após crescer 5% em 2021, teve um desempenho menor e cresceu 2,9% em 2022. Estimativas do FMI publicadas no World Economic Outlook de janeiro de 2023<sup>3</sup>, indicam que esse crescimento está abaixo do nível mundial (3,4%), dos países emergentes e em desenvolvimento (3,9%), da América Latina e Caribe (3,9%), porém acima das economias desenvolvidas (2,7%).

Por outro lado, todas essas regiões apresentaram considerável crescimento em 2021: mundo (6,2%), economias desenvolvidas (5,4%), países emergentes e em desenvolvimento (6,7%) e América Latina e Caribe (7,0%). Atribui-se a esse cenário a recessão ocorrida no ano de 2020, causada pela pandemia do COVID – 19.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em sua Carta de Conjuntura (2022)<sup>4</sup>, a desaceleração externa deverá afetar negativamente o Brasil, mas a situação do país é diferente da observada na maioria dos países desenvolvidos e em muitos emergentes. A tabela em sequência apresenta as taxas de variação do PIB mundial e sua respectiva projeção.

<sup>3</sup> World Economic Outlook: FMI com previsões negativas para 2023. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/economia/2022/10/15/world-economic-outlook-fmi-com-previsoes-negativas-para-2023/82517>

<sup>4</sup> Marco A. F. H et al. Visão Geral Conjunta. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/sumario-executivo/>

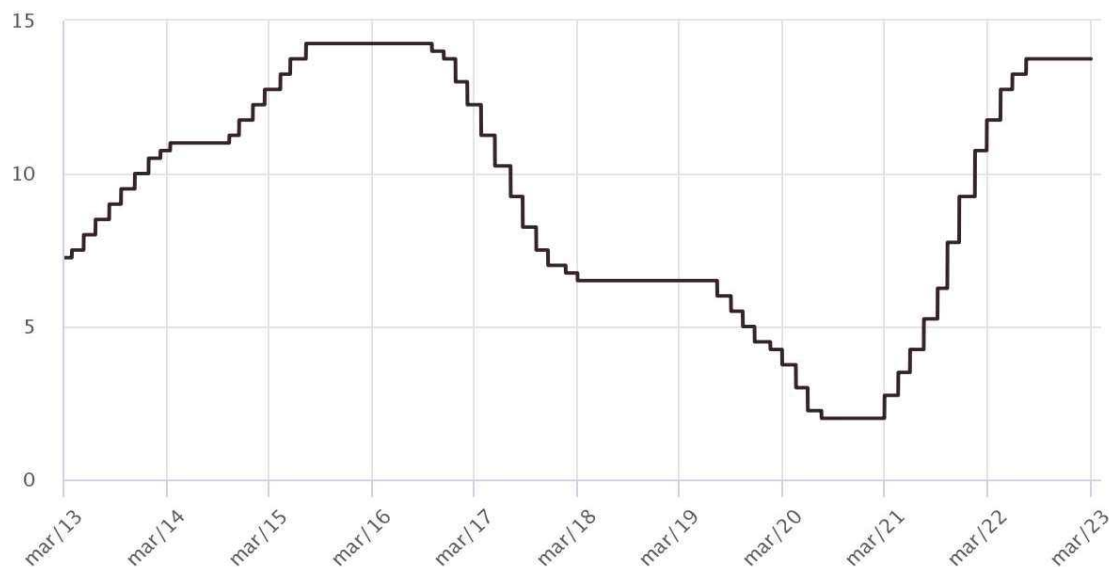
**Tabela 1 - Taxas de variação do PIB Mundial – Estimativas e Projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) - 2021 a 2024**

Descrição	Estimado		Projeções	
	2021	2022	2023	2024
<b>Mundo</b>	<b>6,2</b>	<b>3,4</b>	<b>2,9</b>	<b>3,1</b>
<b>Economias Desenvolvidas</b>	<b>5,4</b>	<b>2,7</b>	<b>1,2</b>	<b>1,4</b>
Estados Unidos	5,9	2,0	1,4	1,0
Zona do Euro	5,3	3,5	0,7	1,6
Alemanha	2,6	1,9	0,1	1,4
França	6,8	2,6	0,7	1,6
Itália	6,7	3,9	0,6	0,9
Espanha	5,5	5,2	1,1	2,4
Japão	2,1	1,4	1,8	0,9
Reino Unido	7,6	4,1	-0,6	0,9
Canadá	5,0	3,5	1,5	1,5
Outras Economias Avançadas	5,3	2,8	2,0	2,4
<b>Países Emergentes e em Desenvolvimento</b>	<b>6,7</b>	<b>3,9</b>	<b>4,0</b>	<b>4,2</b>
Emergentes e Ásia em Desenvolvimento	7,4	4,3	5,3	5,2
China	8,4	3,0	5,2	4,5
Índia	8,7	6,8	6,1	6,8
Emergentes e Europa em Desenvolvimento	6,9	0,7	1,5	2,6
Rússia	4,7	-2,2	0,3	2,1
América Latina e Caribe	7,0	3,9	1,8	2,1
<b>Brasil</b>	<b>5,0</b>	<b>3,1</b>	<b>1,2</b>	<b>1,5</b>
México	4,7	3,1	1,7	1,6
Oriente Médio e Ásia Central	4,5	5,3	3,2	3,7
Arábia Saudita	3,2	8,7	2,6	3,4
África abaixo do Saara	4,7	3,8	3,8	4,1
Nigéria	3,6	3,0	3,2	2,9
África do Sul	4,9	2,6	1,2	1,3
Crescimento Mundial – Taxas de Câmbio	6,0	3,1	2,4	2,5
União Europeia	5,5	3,7	0,7	1,8
Oriente Médio e Norte da África	4,1	5,4	3,2	3,5
Mercados Emergentes e Economias da renda média	7,0	3,8	4,0	4,1
Países em Desenvolvimento de renda baixa	4,1	4,9	4,9	5,6
<b>Volume do comércio mundial (bens e serviços)</b>	<b>10,4</b>	<b>5,4</b>	<b>2,4</b>	<b>3,4</b>
Economias desenvolvidas	9,4	6,6	2,3	2,7
Economias emergentes e em Desenvolvimento	12,1	3,4	2,6	4,6
<b>Preço de commodities</b>				
Petróleo	65,8	39,8	-16,2	-7,1
Não-combustível (média baseada no peso das importações de commodities no mundo)	26,4	7,0	-6,3	-0,4
<b>Preço do consumo mundial</b>	<b>4,7</b>	<b>8,8</b>	<b>6,6</b>	<b>4,3</b>
Economias desenvolvidas	3,1	7,3	4,6	2,6
Economias emergentes e em Desenvolvimento	5,9	9,9	8,1	5,5

Fonte: Estimativas e Projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) - 2021 a 2024  
<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/01/31/world-economic-outlook-update-january-2023>

O ciclo de aperto monetário, iniciado há um ano e meio pelo Banco Central, parece estar próximo do fim e a discussão passa a se concentrar em quando o Banco Central poderá iniciar a redução da Selic. A inflação está em queda, bem como suas previsões, indicando espaço para a redução da taxa. O gráfico a seguir apresenta a meta para a Taxa Selic. As projeções do FMI para 2023 e 2024 para o Brasil (+1,2% e +1,5%) indica um crescimento bem menor que o esperado para o mundo (+2,9% e +3,1%).

**Gráfico 6 - Meta para a Selic (% a.a.) – Dados Diários**

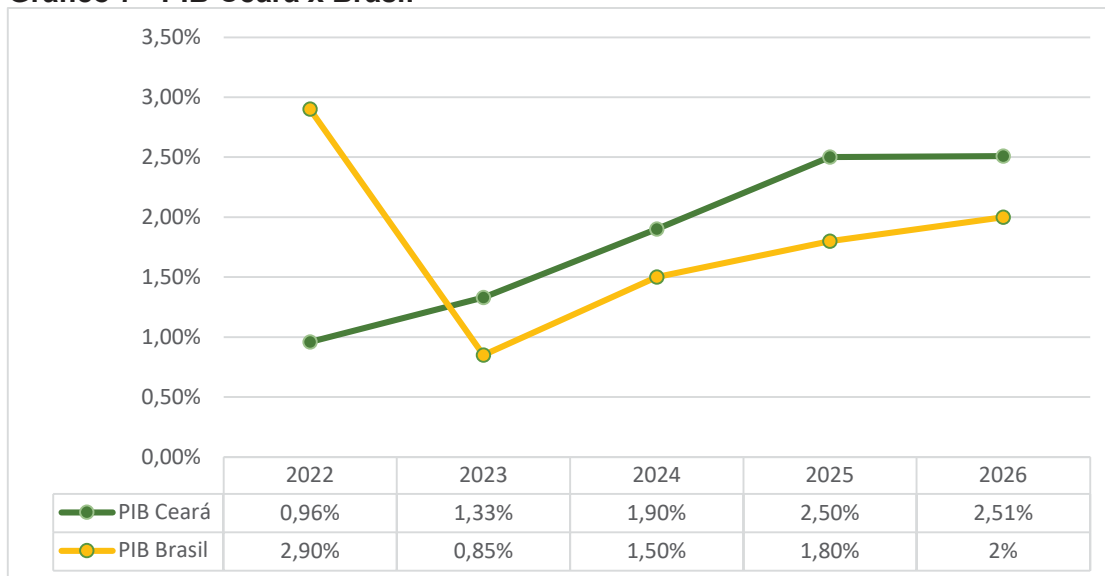


Fonte: Bacen – Estatísticas

O Ceará, por sua vez, obteve um desempenho de sua economia abaixo do que foi verificado no âmbito nacional, não obstante, a previsão para 2023 é de melhora no cenário econômico do Estado com crescimento superior ao nacional. Segundo dados<sup>5</sup> do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), o Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará fechou, em 2022, com crescimento de 0,96% em relação a 2021. A estimativa do PIB do Ceará para 2023 é de 1,33%, maior que a projeção do índice nacional de 0,85%, previsto pelo relatório Focus do Banco Central e do 1,2% previsto pelo FMI. O gráfico seguinte apresenta o comparativo dessa projeção do Ceará em relação ao Brasil.

<sup>5</sup> PIB cearense cresce 0,96% em 2022 e previsão para 2023 é de 1,33%. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/2023/03/20/pib-cearense-cresce-096-em-2022-e-previsao-para-2023-e-de-133/>

**Gráfico 7 - PIB Ceará x Brasil**



Fonte: IPECE (2023)

Em relação ao câmbio, após seu pico no início do período de pandemia, o que ocasionou uma grande desvalorização do real frente ao dólar, vem apresentando uma certa estabilidade. No ano de 2022, o real permaneceu no patamar dos R\$ 5,00, oscilando abaixo disso apenas nos meses de março e abril, mas não muito distante, seja para mais ou para menos, fechando o ano em R\$ 5,10.

Essa estabilização do câmbio, propicia uma melhor organização interna. Primeiro com relação as dvidas externas que passam ter maior estabilidade frente ao real e segundo com a manutenção do patamar das exportações e importações, que são impactadas fortemente pela variação cambial e, assim, impactam a oferta interna, ocasionando uma pressão inflacionária maior nos preços internos.

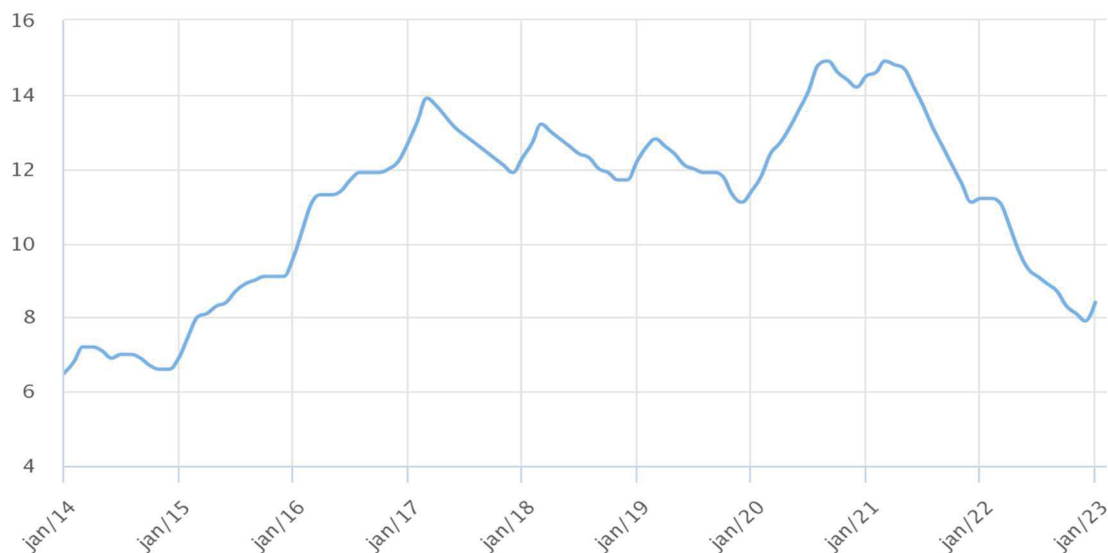
**Gráfico 8 - Taxa de Câmbio Nominal (R\$/US\$), Cotação de venda, Dados diários**



Fonte: Bacen – Estatísticas

Sobre a taxa de desocupação do Brasil, após seu pico no período pandêmico, segue uma tendência de queda iniciada em maio de 2021 e fechando o ano de 2022 em 7,9%, menor percentual desde março de 2015. Essa taxa ainda é considerada elevada, mas demonstra uma recuperação da economia pós pandemia e, conseqüentemente, a geração de postos de trabalho. A taxa de desocupação em dados trimestrais é elencada no próximo Gráfico.

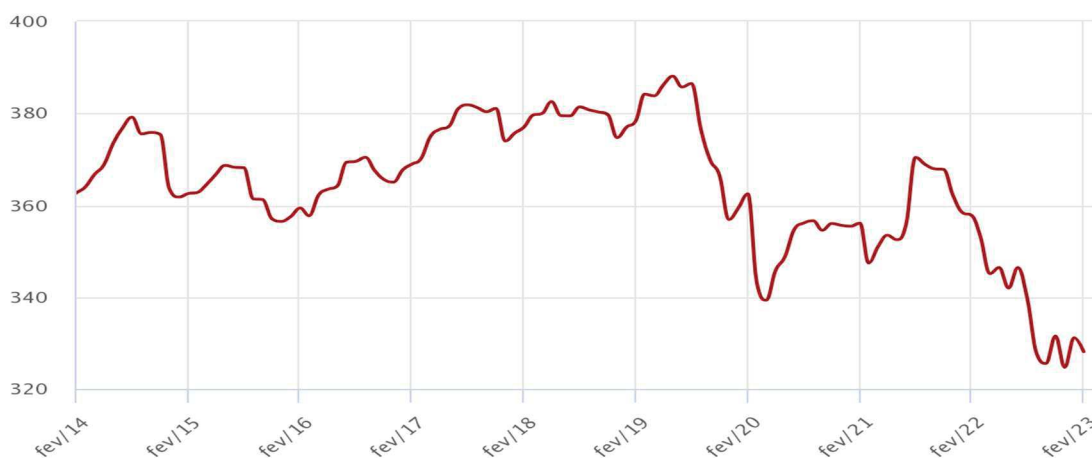
**Gráfico 9 - Taxa de desocupação – Desemprego (%) – Dados trimestrais divulgados mensalmente**



Fonte: Bacen – Estatísticas

No que tange às reservas internacionais, indicador importante para credibilidade internacional e atração de investimentos, estas seguem em patamar abaixo do pico atingido em junho de 2019 (US\$ 388 bilhões), fechando o ano de 2022 em US\$ 324,703 bilhões. Não obstante, apesar da diminuição dessa reserva, esse valor ainda é considerável, o que possibilita seu uso para intervenções e estabilização do câmbio.

**Gráfico 10 - Reservas internacionais**



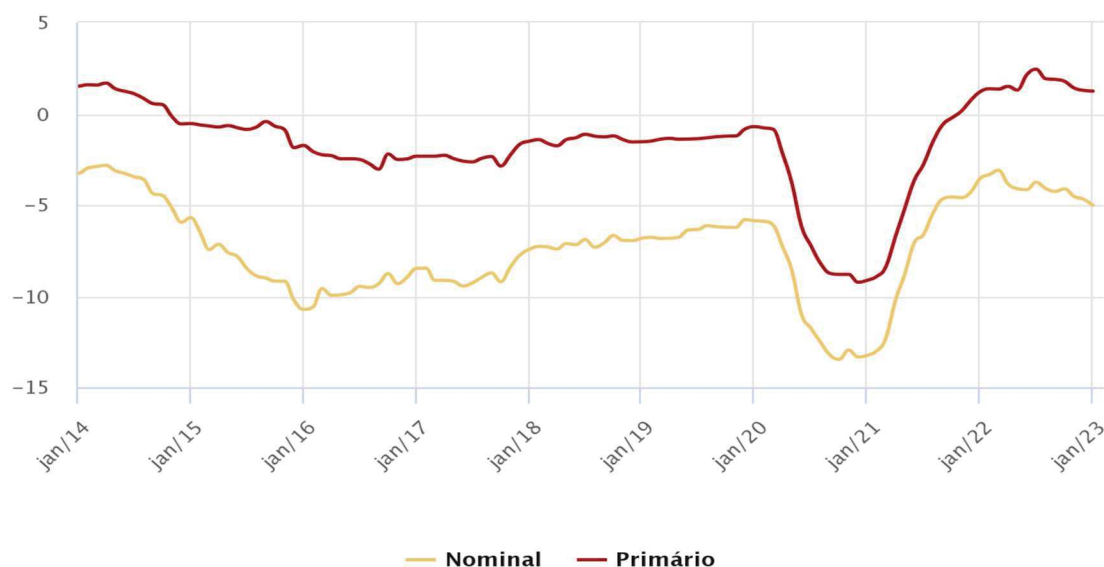
Fonte: Bacen – Estatísticas



Destaca-se também que os resultados da atividade da economia brasileira têm reflexo também sobre o resultado primário e o endividamento do setor público. Neste sentido, quando a atividade econômica se retrai, a receita do governo diminui, por conseguinte, os gastos podem não ser supridos, o que acarretaria déficits fiscais e aumento da dívida pública.

Contudo, os números dos Resultados Primário e Nominal indicam uma recuperação desde novembro de 2021, estendendo-se por todo o ano de 2022, como pode ser observado no Gráfico a seguir.

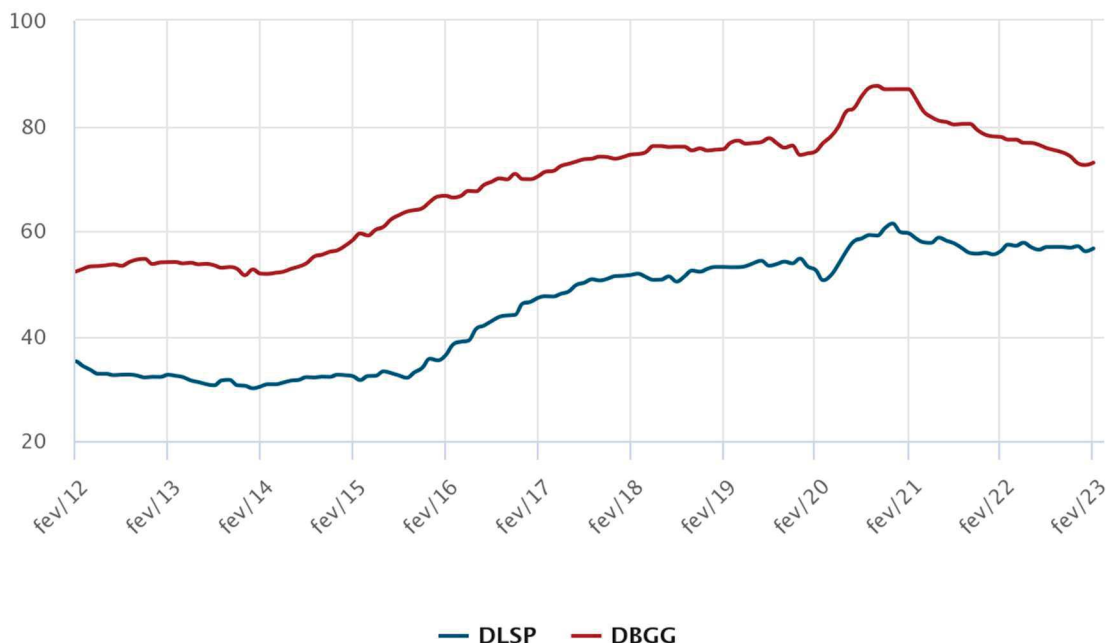
**Gráfico 11 - Resultados – Primário e Nominal - % PIB, em 12 meses, setor público consolidado, dados mensais**



Fonte: Bacen – Estatísticas

A composição dos resultados nominais e primários refletem o valor consolidado da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e na Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG). Destaca-se que o valor da DLSP vem se mantendo estável desde agosto de 2021 e a DBGG tem mantido queda constante desde fevereiro de 2021, conforme pode ser observado no Gráfico seguinte.

**Gráfico 12 - DLSP e DBGG - % do PIB, dados mensais**



Fonte: Bacen – Estatísticas

### 1.2.2. Contexto jurđico e tributário das perdas do ICMS em combustıveis, energia e comunicação

A polıtica monetária, que, em 2021, já havia passado do estımulos elevado para o território contracionista, avançou substancialmente no terreno contracionista em 2022. Conforme aponta a carta aberta disposta no Ofıcio 423/2023<sup>6</sup> do Banco Central do Brasil, entre os fatores responsáveis por diminuir o desvio da inflação em relação à meta, destaca-se a redução na tributação sobre combustıveis, energia elétrica e telecomunicações.

Assim, a mudança no arquetıptico jurđico tributário para os segmentos de combustıveis, energia elétrica e comunicação, é o ponto de destaque para esse tpico. A despeito das mais variadas mudanças legislativas comumente realizadas pelo Poder Legislativo, o *leading case* promovido pelo Recurso Extraordinário<sup>7</sup> (RE 714139), foi responsável por impactos orçamentários significativos para todos os Estados brasileiros.

O tema fundamenta-se no alcance do art. 155, § 2<sup>o</sup>, III, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), que prevê a aplicação do princıpio da seletividade ao ICMS. No recurso extraordinário, discutiu-se,  luz dos arts. 150, II, e 155, § 2<sup>o</sup>, III, da CF/988, a constitucionalidade do art. 19, I, a, da Lei 10.297/1996 do Estado de Santa Catarina, que

<sup>6</sup> OFıCIO 423/2023-BCB/SECRE Descrição: Carta Aberta explicando a inflação acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta em 2022. Disponıvel em:

[https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao\\_docs/carta\\_aberta/carta2022.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/carta2022.pdf)

<sup>7</sup> STF. Plenário. ADI 7111/PA, ADI 7113/TO, ADI 7116/MG, ADI 7119/RO e ADI 7122/GO, Rel. Min. Edson Fachin, julgados em 26/8/2022 (Info 1065). Inteiro teor do RE 714139 está disponıvel em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/obterInteiroTeor.asp?idDocumento=759632154>

estabeleceu alíquota diferenciada de 25% para o ICMS incidente sobre o fornecimento de energia elétrica e os serviços de telecomunicação, em contrapartida à alíquota de 17% aplicada para as “operações em geral”.

A despeito da Constituição Federal não obrigar os entes competentes a adotar a seletividade no ICMS, o Supremo Tribunal Federal defendeu a evidente preocupação do constituinte de que, uma vez adotada a seletividade, haja a ponderação criteriosa das características intrínsecas do bem ou serviço. Essa ponderação envolve a análise da essencialidade com outros elementos, tais como a capacidade econômica do consumidor final, a destinação do bem ou serviço e, ao cabo, a justiça fiscal, tendente à menor regressividade desse tributo indireto.

Nesse sentido, foi fixada a seguinte tese para o Tema nº 745: adotada pelo legislador estadual a técnica da seletividade em relação ao ICMS, discrepam do figurino constitucional alíquotas sobre as operações de energia elétrica e serviços de telecomunicação em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços.

Para além dos patamares jurisprudenciais, destaca-se a Lei Complementar 194, de 23 de junho de 2022, que alterou o Código Tributário Nacional e a Lei Kandir (LC 87/96). Essa alteração consubstancia a positivação a essencialidade dos bens e serviços relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo.

O Código Tributário Nacional passou a vigorar acrescido do seguinte art. 18-A:

Para fins da incidência do imposto de que trata o inciso II do caput do art. 155 da Constituição Federal, os combustíveis, o gás natural, a energia elétrica, as comunicações e o transporte coletivo são considerados bens e serviços essenciais e indispensáveis, que não podem ser tratados como supérfluos. Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo:

I - é vedada a fixação de alíquotas sobre as operações referidas no caput deste artigo em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços;  
II - é facultada ao ente federativo competente a aplicação de alíquotas reduzidas em relação aos bens referidos no caput deste artigo, como forma de beneficiar os consumidores em geral; e  
III - é vedada a fixação de alíquotas reduzidas de que trata o inciso II deste parágrafo, para os combustíveis, a energia elétrica e o gás natural, em percentual superior ao da alíquota vigente por ocasião da publicação deste artigo. (grifo próprio)

Por sua vez, a Lei Kandir (LC 87/96) passou a vigorar acrescida do art. 32-A:

As operações relativas aos combustíveis, ao gás natural, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, para fins de incidência de imposto de que trata esta Lei Complementar, são consideradas operações de bens e serviços essenciais e indispensáveis, que não podem ser tratados como supérfluos.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo:

I - é vedada a fixação de alíquotas sobre as operações referidas no caput deste artigo em patamar superior ao das operações em geral, considerada a

essencialidade dos bens e serviços;  
II - é facultada ao ente federativo competente a aplicação de alíquotas reduzidas em relação aos bens referidos no caput deste artigo, como forma de beneficiar os consumidores em geral; e  
III - é vedada a fixação de alíquotas reduzidas de que trata o inciso II deste parágrafo, para os combustíveis, a energia elétrica e o gás natural, em percentual superior ao da alíquota vigente por ocasião da publicação deste artigo.

§ 2º No que se refere aos combustíveis, a alíquota definida conforme o disposto no § 1º deste artigo servirá como limite máximo para a definição das alíquotas específicas (ad rem) a que se refere a alínea b do inciso V do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022. (grifo próprio)

Em termos econômicos, as medidas tributárias sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações contribuíram para a redução da inflação em -2,33 p.p.<sup>8</sup> É importante ressaltar que essa estimativa considera apenas o impacto direto das medidas sobre os bens e serviços afetados e incorpora apenas a parcela do impacto das medidas que teria se materializado em redução de preços ao consumidor no ano de 2022.

Por outro lado, o COMSEFAZ (2022)<sup>9</sup> divulgou que as medidas tributárias acima elencadas promoveram reduções estruturais nos orçamentos estaduais e municipais, retirando, por exercício fiscal, mais de R\$ 124 bilhões de arrecadação de ICMS. Esses recursos são fundamentais para manter o funcionamento de serviços públicos e, sem medidas de reequilíbrio fiscal, os entes subnacionais enfrentarão um cenário preocupante a partir de 2023.

Desta forma, houve um grande impacto fiscal causado pelas decisões judiciais e alterações da legislação lideradas pelo governo federal na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) sobre Combustíveis, Energia e Comunicação. Com a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal acerca da essencialidade desses produtos e necessário enquadramento deles na alíquota modal, houve uma queda considerável de arrecadação no segundo semestre de 2022, impactando os resultados fiscais de Estados e Municípios em geral, retirando recursos que seriam destinados ao financiamento de políticas públicas para a população em geral. A seguir os dados apurados para o Estado do Ceará:

<sup>8</sup> OFÍCIO 423/2023-BCB/SECRE Descrição: Carta Aberta explicando a inflação acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta em 2022. Disponível em:

[https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao\\_docs/carta\\_aberta/carta2022.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/carta2022.pdf)

<sup>9</sup> COMSEFAZ, 2022. Comsefaz calcula renivelamento da alíquota modal do ICMS para manter o financiamento dos serviços públicos. Disponível em: <https://comsefaz.org.br/novo/comsefaz-calcula-renivelamento-da-aliquota-modal-do-icms-para-manter-o-mesmo-financiamento-dos-servicos-publicos/>

**Tabela 2 - Receita ICMS (2º sem. de 2022 e 2021) – Valores Nominais - Combustível, Energia e Comunicação**

Período	Receita - Semestre Referência (2022.2)	Receita - Semestre Anterior (2021.2)	Δ \$ (Semestre Ref. (2022.2) - Semestre Anterior (2021.2))	Δ % (Semestre Ref. (2022.2) / Semestre Anterior (2021.2))
ICMS Combustível	1.495.578.755,05	1.973.770.336,03	- 478.191.580,98	-24,23%
ICMS Energia Elétrica	938.100.813,85	1.169.469.934,83	- 231.369.120,98	-19,78%
ICMS Comunicação	238.080.124,71	308.909.590,34	- 70.829.465,63	-22,93%
<b>Total</b>	<b>2.671.759.693,61</b>	<b>3.452.149.861,20</b>	<b>- 780.390.167,59</b>	<b>-22,61%</b>

Fonte: Sefaz/Cofis/Tableau

As perdas reais de arrecadação de ICMS ocorridas no 2º semestre de 2022 para esses três setores (combustível, energia elétrica e comunicação) são ainda maiores. Quando os dados do Estado são corrigidos pela inflação (IPCA-E), o total de recursos reduzidos em relação ao mesmo período de 2021 totalizam R\$ 1,13 bilhão (-28%), com R\$ 680 milhões (-30%) de combustíveis, R\$ 348 milhões (-25%) de energia elétrica e R\$ 103 milhões (-28%) de comunicações.

### 1.2.3. Resiliência Fiscal

Nos últimos anos, o Estado tem se mostrado peça fundamental para o enfrentamento de crises e retomada da organização econômica e social. Nesta linha, a capacidade de resiliência governamental é fundamental para fazer frente a esses momentos pós pandêmicos.

Mas, o que seria essa resiliência governamental? Seria a capacidade, os meios e os recursos necessários para fazer frente a momentos de instabilidades econômicas, sociais e sanitárias. Dentre as várias vertentes da resiliência governamental, está a resiliência da gestão financeira/fiscal, que diz respeito à capacidade dos governos de antecipar, absorver e reagir aos choques que afetam suas finanças no curto e no longo prazo.

Nesta linha, destaca-se que a análise da vulnerabilidade financeira do ente federado está relacionada com sua autonomia financeira, folga fiscal, volatilidade das receitas próprias e nível de endividamento. O tratamento e análise dessas questões permite referenciar o patamar de preparo e prontidão que o ente possui para mitigação e enfrentamento dos riscos.

No âmbito da resiliência governamental, a folga fiscal aparece como fator de resposta para mitigar os riscos advindos de choques externos. Aliado a isso, importante destacar a preocupação do governo do Ceará com os princípios da gestão fiscal eficiente, utilizando-se das seguintes áreas chaves de resultados, fundadas em seis pilares: (1º) o aumento da arrecadação e o controle dos gastos correntes (2º); a fim de gerar poupança pública (3º); para suportar a elevação dos investimentos (4º); aliada a captação de recursos onerosos (5º) para o financiamento complementar dos investimentos requeridos pela sociedade; e o controle diligente do nível de endividamento (6º).

Com base na análise dos seus resultados fiscais, ressalta-se que o Estado do Ceará segue os preceitos de uma Gestão Fiscal Eficiente, uma vez que houve geração de poupança e captação de recursos para suportar o investimento. Do ponto de vista da equação fiscal, no confronto entre receitas e despesas, do lado da receita, podemos afirmar que o crescimento da arrecadação estadual se dá a partir da implementação de medidas que tornem mais eficazes a cobrança dos tributos estaduais da sua competência.

Do lado da despesa, trata-se da otimização dos gastos sem redução dos serviços ou prejuízo à qualidade do que é ofertado, de forma a ampliar a capacidade de investimento aliada à estratégia de gestão do endividamento público, que se materializa a partir da captação de recursos sem comprometimento da capacidade de pagamento e de endividamento, tendo a dívida pública como fator de alavancagem adicional do investimento.

Foi justamente esse patamar de resiliência financeira/fiscal do Ceará, que permitiu o enfrentamento da queda de arrecadação nos combustíveis, energia e comunicação causadas por decisões do Supremo Tribunal Federal e por mudanças nas legislações.

Essa capacidade do Estado de suportar choques vai além da proteção ao equilíbrio de suas contas, trata-se de uma proteção a sua população que não ficará desguarnecida dos seus serviços, principalmente para a parcela mais carente e vulnerável da população.

## 2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2022, aprovado pela Lei n 17.860, de 29 de dezembro de 2021, foi elaborado em consonância com o disposto no Artigo 203, § 3, da Constituição Estadual, observados os objetivos e prioridades da Administração Pública Estadual, bem como as consignações integrantes da Lei Estadual n 17.573, de 23 de julho de 2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Além da Legislação Estadual, o Orçamento foi elaborado em harmonia com a Legislação Federal, destacando-se a Portaria Interministerial n 163, de 04/05/2001 e suas alterações, Portaria n 42, de 14/04/1999 e suas alterações, Portaria n 548/2015 e Portaria Interministerial STN/SOF/MPOG n 419/2016, todas do Ministério da Economia que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e das funções e subfunções de Governo.

A Lei Orçamentária Anual – LOA - compreende as receitas previstas e as despesas fixadas balizadas por princípios contábeis e orçamentários. Destacamos o princpio do equilíbrio orçamentário que tem como essência que receitas e despesas devem apresentar os mesmos totais.

Inicialmente, a tabela a seguir visa demonstrar como foi distribuída na LOA as receitas previstas por categoria econômica e origem para o exercício de 2022, trazendo por tipo de Administração seus valores brutos e as deduções previstas pela Constituição Federal e de execução obrigatória pelos entes da federação.

**Tabela 3 - Demonstrativo do Orçamento por Categoria Econômica da Receita e Tipo de Administração**

(R\$ Milhares)

Categoria da Receita / Origem da Receita	Previsão Inicial da Receita Bruta			(-) Deduções da Receita Prevista Inicial			Total
	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total	
1 - Receitas Correntes	30.914.693	3.366.341	34.281.034	-8.620.496	0	-8.620.496	25.660.538
11 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	18.366.683	728.945	19.095.629	-6.871.740	0	-6.871.740	12.223.888
12 - Contribuições	0	1.126.354	1.126.354	0	0	0	1.126.354
13 - Receita Patrimonial	493.250	100.204	593.454	0	0	0	593.454
16 - Receita de Serviços	5.846	283.618	289.464	0	0	0	289.464
17 - Transferências Correntes	11.530.796	994.087	12.524.883	-1.748.755	0	-1.748.755	10.776.128
19 - Outras Receitas Correntes	518.118	133.133	651.251	0	0	0	651.251
2 - Receitas de Capital	1.914.872	136.899	2.051.771	0	0	0	2.051.771
21 - Operações de Crédito	1.386.245	0	1.386.245	0	0	0	1.386.245
22 - Alienação de Bens	0	74	74	0	0	0	74
23 - Amortização de Empréstimos	0	19.340	19.340	0	0	0	19.340
24 - Transferências de Capital	528.627	117.485	646.112	0	0	0	646.112
7 - Receitas Intraorçamentárias	21.134	1.995.924	2.017.058	0	0	0	2.017.058
71 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.000	2.624	7.624	0	0	0	7.624
72 - Contribuições	0	1.445.588	1.445.588	0	0	0	1.445.588
76 - Receita de Serviços	0	92.285	92.285	0	0	0	92.285
79 - Outras Receitas Correntes	16.134	455.427	471.562	0	0	0	471.562
<b>Total</b>	<b>32.850.699</b>	<b>5.499.164</b>	<b>38.349.863</b>	<b>-8.620.496</b>	<b>0</b>	<b>-8.620.496</b>	<b>29.729.368</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

Na tabela demonstrada anteriormente, não inclui o valor das empresas independentes no montante de R\$ 982.622.408,00. O valor total apresentado das receitas orçamentárias é proveniente de agentes econômicos que não integram o orçamento fiscal e da seguridade social do Estado, e R\$ 2.017.058.060 representam a previsão inicial das Receitas intraorçamentárias, aquelas provenientes de transações realizadas entre órgãos que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado.

A previsão inicial da receita líquida é obtida a partir da tabela acima, deduzidas as transferências ao FUNDEB no valor de R\$ 4.249.232.402,00 e R\$ 4.371.263.100,00 referente às transferências constitucionais aos municípios de responsabilidade do Estado que a partir deste exercício passou a ser prevista e executada diretamente como dedução de receita.

A receita prevista da Administração Direta totaliza o valor de R\$ 24.230.203.568,00 incluídos neste valor um total de receitas intraorçamentárias de R\$ 21.134.316,00.

Nos exercícios anteriores, as transferências constitucionais e legais eram previstas e executadas como despesa. Como já foi citado anteriormente, a partir desse exercício essas obrigações constam como deduções de receita. A despesa fixada para o exercício, traz uma divisão que demonstra como as ações governamentais atingem suas finalidades através das esferas orçamentárias. Há ainda um procedimento criado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN que deve ser destacado, pois busca eliminar dos cálculos e demonstrativos consolidados a duplicidade de valores através da categoria econômica da despesa, em uma modalidade específica, criada para este fim, a modalidade 91. Assim como na receita, temos as despesas



intraorçamentárias que tem o montante fixado em R\$ 2.017.058.060,00 e não inclui o valor das empresas independentes previsto no mesmo valor da receita.

As esferas orçamentárias previstas são: Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Empresas controladas pelo Estado.

**Tabela 4 - Valores por Esfera Orçamentária**

(R\$ Milhares)

Esfera	(A) Todas as Modalidades	(B) Apenas Modalidade 91	(C) Total (A)-(B)
01 - FISCAL	20.691.704	1.877.404	18.814.300
02 - SEGURIDADE SOCIAL	9.037.663	139.654	8.898.009
03 - INVESTIMENTOS ESTATAIS	982.622	0	982.622
<b>Total</b>	<b>30.711.990</b>	<b>2.017.058</b>	<b>28.694.932</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG - Excluídas a modalidade 91 e empresas independentes conforme tabela anterior.

A seguir é demonstrado uma visão da distribuição pelos poderes que compõem o Estado no Orçamento. Desse modo, verifica-se que ao Executivo coube 90,29% em relação ao total consignado na LOA, sendo 86,23% relativos ao total das fontes de recursos do tesouro e 97,24% do total das outras fontes.

**Tabela 5 - Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Poder**

(R\$ Milhares)

Poder	Tesouro		Outras Fontes		Total	Δ%/Total
	Valor	Δ%/Total	Valor	Δ%/Total		
1 - LEGISLATIVO	744.237	4,11	15.863	0,15	760.100	2,65
2 - JUDICIÁRIO	1.163.453	6,43	203.759	1,92	1.367.212	4,76
3 - MINISTÉRIO PUBLICO	426.992	2,36	37.342	0,35	464.334	1,62
4 - EXECUTIVO	15.611.104	86,23	10.297.779	97,24	25.908.883	90,29
5 - EXECUTIVO AUTONOMO	159.166	0,88	35.235	0,33	194.401	0,68
Total	18.104.953	100,00	10.589.979	100,00	28.694.932	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG - Excluídas a modalidade 91 e empresas independentes conforme tabela anterior.

Uma outra visão fornecida  através dos grupos de natureza econômica da despesa, onde é possível concluir que as maiores despesas são pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e investimentos com percentuais em relação ao total fixado na LOA de, respectivamente, 48,39%, 29,58% e 13,08%. Veja na tabela a seguir a distribuição em todos os grupos.

**Tabela 6 - Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Grupo de Despesas**

(R\$ milhares)

Grupo de Despesa	Tesouro	Outras Fontes	Total	Δ%/Total
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.470.983	4.415.803	13.886.786	48,39
2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	606.274	0	606.274	2,11
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.864.215	2.624.050	8.488.265	29,58
4 - INVESTIMENTOS	811.743	2.940.245	3.751.988	13,08
5 - INVERSOES FINANCEIRAS	112.045	26.513	138.558	0,48
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.214.694	304.969	1.519.663	5,30
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000	278.400	303.400	1,06
<b>Total</b>	<b>18.104.953</b>	<b>10.589.979</b>	<b>28.694.932</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG - Excluidas a modalidade 91 e empresas independentes conforme tabela anterior.

Das 28 funçoes de governo, elencadas na Portaria n 42, de 14/04/1999, alterada pelas Portarias n 37/2007, n 41/2008, n 54/2011 e n 67, de 20.07.2012, do Ministério da Economia, que dispoe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas, a Lei de Orçamento para o exercício atual, alocou recursos em 27.

A função Saúde representou a maior parte da alocação de recursos, e foi seguida pelas Funçoes Previdência Social, Segurança Pública e Educação, cujos percentuais de participação se encontram demonstrados na tabela seguinte. O montante relativo às fontes de recursos originárias do Tesouro foi equivalente a 63,09% do total da LOA.

**Tabela 7 - Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Função**

(R\$ Milhares)

Função	Tesouro	Outras Fontes	Total	Δ%/Total
01 - LEGISLATIVA	744.237	3.928	748.165	2,61
02 - JUDICIÁRIA	1.163.453	203.759	1.367.212	4,76
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	495.706	54.809	550.515	1,92
04 - ADMINISTRAÇÃO	1.095.776	273.337	1.369.113	4,77
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	3.777.165	247.769	4.024.934	14,03
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	361.152	38.880	400.032	1,39
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.246.536	2.782.765	4.029.301	14,04
10 - SAÚDE	3.565.134	1.195.077	4.760.211	16,59
11 - TRABALHO	151.140	27.610	178.750	0,62
12 - EDUCAÇÃO	1.455.062	2.209.742	3.664.804	12,77
13 - CULTURA	204.011	46.886	250.897	0,87
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	246.190	54.847	301.037	1,05
15 - URBANISMO	109.199	34.270	143.469	0,50
16 - HABITAÇÃO	28.046	12.854	40.900	0,14
17 - SANEAMENTO	48.556	907.327	955.883	3,33
18 - GESTÃO AMBIENTAL	120.607	529.632	650.239	2,27
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	92.397	174.638	267.035	0,93
20 - AGRICULTURA	312.248	65.998	378.246	1,32
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	5.152	3.800	8.952	0,03
22 - INDÚSTRIA	22.029	48.435	70.464	0,25
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	50.209	28.258	78.467	0,27
24 - COMUNICAÇÕES	52.353	107.628	159.981	0,56
25 - ENERGIA	12.864	67.130	79.994	0,28
26 - TRANSPORTE	521.468	873.331	1.394.799	4,86
27 - DESPORTO E LAZER	53.021	14.040	67.061	0,23
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	2.146.240	304.829	2.451.069	8,54
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000	278.400	303.400	1,06
<b>Total</b>	<b>18.104.953</b>	<b>10.589.979</b>	<b>28.694.932</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG - Excluídas a modalidade 91 e empresas independentes conforme tabela anterior.

Na sequência, demonstra-se o orçamento inicial da Administração Direta por órgão, onde a Secretaria da Educação atingiu a maior participação percentual orçamentária entre as Unidades Gestoras da Administração Direta com 18,92%. Os Encargos Gerais do Estado, que estão representados por uma unidade orçamentária sob controle da Secretaria da Fazenda, porém com orçamento próprio e dessa desvinculado, tiveram seu orçamento fixado em R\$ 3.014.037.373, equivalente a 17,29% do orçamento total da Administração Direta. Em sequência, surge a Polícia Militar com o percentual de 12,81%. Dentre as duas Administrações, a Direta alcançou o equivalente a 58,63% do Orçamento Geral do Estado. No decorrer do exercício, foram realizadas alterações no Orçamento inicial da Administração Direta, por meio da abertura de créditos adicionais, modificando o valor da fixação da Despesa, que finalizou com R\$ 20,7 bilhões.

**Tabela 8 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta por  rg o**

(R\$ Milhares)

Unidade Gestora	Dotação Inicial	Modalidade 91	Vr Líquido (A-B)	Δ%/Total
010001 - ASSEMBLEIA	568.386	31.647	536.739	3,42
020001 - TCE	243.814	32.388	211.426	1,35
040001 - TJ	1.396.319	198.766	1.197.552	7,63
060001 - DPGE	201.713	37.229	164.484	1,05
080001 - SEINFRA	595.109	2.031	593.078	3,78
100001 - SSPDS	177.233	4.756	172.477	1,10
101021 - PCCE	774.612	90.706	683.906	4,36
101031 - PMCE	2.232.685	269.655	1.963.030	12,51
101041 - CBMCE	251.987	30.137	221.850	1,41
101071 - PEFOCE	127.603	13.563	114.040	0,73
101081 - A ESP/CE	13.936	65	13.871	0,09
101091 - SUPESP	3.653	8	3.645	0,02
130001 - PGE	81.422	12.708	68.714	0,44
150001 - PGJ	502.126	74.953	427.173	2,72
170001 - CEE	4.467	158	4.309	0,03
180001 - SAP	701.576	80.190	621.386	3,96
190001 - SEFAZ	812.650	117.923	694.727	4,43
191011 - ENCARGOS	3.014.037	441.427	2.572.610	16,39
210001 - SDA	263.776	3.947	259.829	1,66
220001 - SEDUC	3.298.469	258.862	3.039.607	19,37
270001 - SECULT	215.554	1.667	213.887	1,36
290001 - SRH	493.807	1.109	492.698	3,14
300001 - CASA CIVIL	155.906	1.294	154.612	0,99
310001 - SECITECE	193.498	608	192.890	1,23
360001 - SETUR	94.172	487	93.685	0,60
410001 - CGE	39.722	5.498	34.224	0,22
420001 - SEJUV	34.969	261	34.708	0,22
430001 - CIDADES	263.587	1.023	262.564	1,67
460001 - SEPLAG	142.864	14.165	128.699	0,82
461031 - EGP	2.509	17	2.492	0,02
470001 - SPS	287.125	9.752	277.373	1,77
470104 - SEAS	112.507	468	112.039	0,71
530001 - CGD	10.028	110	9.918	0,06
560001 - SEDET	61.465	182	61.283	0,39
570001 - SEMA	41.844	298	41.545	0,26
580001 - VICEGOV	15.619	55	15.564	0,10
<b>Total</b>	<b>17.430.747</b>	<b>1.738.114</b>	<b>15.692.634</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG - Excl idas empresas independentes conforme tabela anterior.

Outra visão detalhada por Administração é a tabela a seguir que trata das entidades que compõem a indireta, destacando a modalidade 91, onde o Fundo Estadual da Saúde (FUNDES) atingiu a maior participação percentual orçamentária entre as entidades da Indireta com 27,52% e o Fundo de Previdência (FUNAPREV) com 21,65%.

**Tabela 9 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Indireta Por Entidade**

(R\$ Milhares)

Unidade Gestora	Dotação Inicial	Modalidade 91	Vr Líquido (A-B)	Δ%/Total
010101 - FPP	11.935	0	11.935	0,10
040101 - FERMOJU	159.500	3.704	155.796	1,30
040301 - FUNSEG	3.551	0	3.551	0,03
040401 - FECDOJ	10.313	0	10.313	0,09
060101 - FAADep	30.000	82	29.918	0,25
080301 - DETRAN	552.135	20.850	531.285	4,42
081401 - SOP	580.572	8.694	571.878	4,76
100601 - FSPDS	38.780	0	38.780	0,32
100607 - FDS PC	700	0	700	0,01
100608 - FDS PM	4.270	0	4.270	0,04
100609 - FDS CB	4.500	0	4.500	0,04
100610 - FSPDS C PM	4.100	0	4.100	0,03
100611 - FSPDS C B	2.000	0	2.000	0,02
105001 - FDC	12.000	0	12.000	0,10
130101 - ARCE	33.988	4.489	29.499	0,25
130201 - FUNPECEPGE	19.227	2.251	16.977	0,14
130301 - FECA	1.950	1.450	500	0,00
150201 - FDID	4.068	0	4.068	0,03
150301 - FUNSIT	405	0	405	0,00
150501 - FRMMP	32.928	240	32.688	0,27
180401 - FUNPEN	9.905	0	9.905	0,08
190401 - JUCEC	15.515	1.608	13.908	0,12
210101 - EMATERCE	134.038	425	133.613	1,11
210301 - IDACE	15.414	1.179	14.235	0,12
211101 - ADAGRI	27.492	1.810	25.682	0,21
211301 - FDAF	2.460	0	2.460	0,02
240301 - ESP/CE	2.145	0	2.145	0,02
240344 - CEO-RT	1.080	0	1.080	0,01
240401 - FUNDES	3.414.174	106.518	3.307.656	27,52
240424 - HEMOCE	89.573	375	89.198	0,74
240479 - HGPMJMA	36.969	0	36.969	0,31
241281 - HGF	333.761	0	333.761	2,78
241291 - HCAS	247.470	0	247.470	2,06
241301 - HGCCO	114.688	0	114.688	0,95
241311 - HIAS	177.462	0	177.462	1,48
241321 - HSM	23.911	0	23.911	0,20
241331 - HSJDI	51.597	0	51.597	0,43
241501 - CEO-CENTRO	9.027	0	9.027	0,08
241521 - IPCC	5.675	0	5.675	0,05
241531 - LACEN	40.061	0	40.061	0,33
241561 - CIDH	3.475	0	3.475	0,03
241581 - CRDL	3.392	0	3.392	0,03

Unidade Gestora	Dotação Inicial	Modalidade 91	Vr Líquido (A-B)	Δ%/Total
241591 - CSM	27.994	0	27.994	0,23
241621 - CEO-JTAV	2.046	0	2.046	0,02
270401 - F E C	30.010	0	30.010	0,25
290101 - SOHIDRA	24.871	731	24.140	0,20
300101 - FUNTELC	9.244	577	8.667	0,07
310101 - FUNECE	316.504	40.259	276.245	2,30
310201 - UVA	102.483	14.824	87.659	0,73
310301 - URCA	129.964	19.348	110.615	0,92
310401 - FUNCEME	31.701	2.816	28.885	0,24
310501 - FUNCAP	138.591	150	138.441	1,15
310601 - NUTEC	17.709	1.055	16.654	0,14
360101 - FUNDETUR	1.140	50	1.090	0,01
420101 - FUNDEJ	12.400	0	12.400	0,10
430801 - FESB	6.000	0	6.000	0,05
460101 - ISSEC	22.850	1.507	21.343	0,18
460201 - ETICE	165.840	1.173	164.667	1,37
460301 - IPECE	16.093	467	15.626	0,13
460401 - FUNAPREV	2.610.530	7.730	2.602.799	21,65
460501 - PREVMILIT	881.053	7.730	873.323	7,27
460601 - COHAB	4.295	23	4.272	0,04
460701 - PREVID	802.151	7.730	794.421	6,61
460801 - FASSEC	280.113	14.000	266.113	2,21
460901 - CEARAPREV	25.222	0	25.222	0,21
470101 - FECA	3.000	0	3.000	0,02
470201 - FEAS	158.599	60	158.539	1,32
470301 - FUNDART	1.050	0	1.050	0,01
470501 - FEICE	2.000	0	2.000	0,02
480201 - FDI	19.010	0	19.010	0,16
480401 - FIEE	1.387	0	1.387	0,01
490101 - SEMACE	61.743	5.039	56.704	0,47
560901 - FET	20	0	20	0,00
561001 - FIMPCE	126.500	0	126.500	1,05
561101 - FUNDEAGRO	301	0	301	0,00
<b>Total</b>	<b>12.298.620</b>	<b>278.945</b>	<b>12.019.676</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG - Excluídas empresas independentes conforme tabela anterior.

A classificação por fonte de recursos representa um mecanismo integrador entre a receita e a despesa, exercendo um duplo papel na execução orçamentária e, simultaneamente, busca a identificação da origem do recurso segundo seu fato gerador. Os recursos são originários do Tesouro ou de Outras Fontes. Os chamados “Recursos do Tesouro” são aqueles geridos de forma centralizada pelo Poder Executivo, ao qual cabe a responsabilidade e o controle sobre as disponibilidades financeiras. Os “Recursos de Outras Fontes” são aqueles arrecadados e controlados de forma descentralizada e cuja disponibilidade está sob responsabilidade desses órgãos e entidades, mesmo nos casos em que dependam de autorização do Órgão Central de Programação Financeira para dispor desses valores. As diversas fontes de recursos constam descritas ao final deste Relatório.

Com a implantação do sistema SIAFE, as fontes que desde 2016 eram operacionalmente representadas nos controles orçamentários e contábeis por uma codificação que seguia o formato X.YY.ZZ passou a ter o seguinte formato nos controles contábeis X.YY.T.AABBZZ, em virtude da implantação do sistema SIAFE. Essa “adaptação” fez-se necessária devido ao formato semelhante utilizado pela União que o SIAFE adota. Após consenso entre a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), que é responsável pelos controles orçamentários, e a Secretaria da Fazenda (SEFAZ), que é responsável pelos controles contábeis, durante o exercício de 2022, a compatibilidade seria alcançada da seguinte forma, a partir dos formatos descritos anteriormente:

- Posição representada pela letra X: utilizada para ser preenchida com os códigos 1,2,3 ou 6, com os seguintes significados respectivamente, “Tesouro do exercício corrente”, “Outras fontes do exercício corrente”, “Tesouro de exercício anterior” e “Outras fontes de exercício anterior”;
- Posições representadas pelas letras YY: representa a fonte de recursos.;
- Posição representada pela letra T: utilizada internamente pelo sistema SIAFE para determinar as ações inteligentes do sistema, podendo ser preenchida com 0 ou 1, onde o SIAFE entende que há obrigatoriedade do preenchimento do detalhamento da fonte ou não, representada pelas letras AABBZZ;
- Posição representada pelas letras AABB: sem utilização pelo padrão definido durante a implantação do sistema SIAFE, sempre tem o valor de “0000”;
- Posição representada pelas letras ZZ: denominada “subfonte” ou “fonte qualificada”, é um desdobramento da fonte (letras YY).

Na prática não houve alteração do padrão de fonte de recursos do Estado, mas uma adequação operacional no sistema SIAFE.

No tocante a esse tema, em 2023 o Estado do Ceará passa a adotar o padrão nacional de fonte de recursos, conforme estabelecido pela Portaria STN nº 710/2021.

Dentre as visões já apresentadas anteriormente, uma visão por tipo de Administração, a Lei Orçamentária fixou a Despesa por Categoria Econômica e Grupo, conforme a composição dos registros integrantes da tabela a seguir:

**Tabela 10 - Demonstrativo do Orçamento da Administração por Categoria Econômica, Grupo de Despesa e tipo de Administração**

(R\$ Milhares)

Categoria da Despesa / Grupo de Despesa	Adm. Direta		Adm. Indireta		Total	
	Dotação Inicial	Δ%/Total	Dotação Inicial	Δ%/Total	Dotação Inicial	Δ%/Total
<b>3 - DESPESAS CORRENTES</b>	<b>13.965.493</b>	<b>80,12</b>	<b>11.019.718</b>	<b>89,60</b>	<b>24.985.210</b>	<b>84,04</b>
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.256.902	53,11	6.083.264	49,46	15.340.166	51,60
2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	606.273	3,48	1	0,00	606.274	2,04
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.102.317	23,53	4.936.454	40,14	9.038.770	30,40
<b>4 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.440.255</b>	<b>19,74</b>	<b>1.000.503</b>	<b>8,14</b>	<b>4.440.758</b>	<b>14,94</b>
4 - INVESTIMENTOS	1.911.313	10,97	871.225	7,08	2.782.537	9,36
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	9.520	0,05	129.038	1,05	138.558	0,47
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.519.422	8,72	240	0,00	1.519.662	5,11
<b>9 - RESERVA DE CONTIGENCIA</b>	<b>25.000</b>	<b>0,14</b>	<b>278.400</b>	<b>2,26</b>	<b>303.400</b>	<b>1,02</b>
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000	0,14	278.400	2,26	303.400	1,02
<b>Total</b>	<b>17.430.747</b>	<b>100,00</b>	<b>12.298.620</b>	<b>100,00</b>	<b>29.729.368</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG - Excluídas empresas independentes conforme tabela anterior.



## 2.1. Balanço Orçamentário

Conforme a Lei 4.320/64, o Balanço Orçamentário consiste na comparação entre as receitas previstas com as realizadas e entre as despesas fixadas com as executadas.

Desta forma, o demonstrativo apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, detalhando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas, o saldo da dotação e saldo dos restos a pagar não processados do exercício.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- Demonstrativo Principal;
- Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados.

A seguir evidencia-se cada um desses demonstrativos.

No Balanço Orçamentário Consolidado, da confrontação entre a Receita Arrecadada (líquida) e a Despesa Realizada (empenhada), no exercício de 2022, verifica-se um superávit orçamentário de R\$ 350.897.920,13. As receitas realizadas líquidas foram superiores às despesas empenhadas em 1,01%.

**Tabela 11 - Demonstrativo do Balanco Orçamentário Consolidado**

Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) =(c-b)
<b>Receitas Correntes (I)</b>		<b>27.677.596.106,00</b>	<b>30.780.227.817,67</b>	<b>34.159.005.349,66</b>	<b>3.378.777.531,99</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		12.231.512.066,00	12.448.343.286,76	13.845.922.214,32	1.397.578.927,56
Receita de Contribuições		2.571.941.462,00	2.728.941.462,00	3.104.896.693,39	375.955.231,39
Receita Patrimonial		593.453.591,00	602.580.078,88	1.269.976.313,32	667.396.234,44
Receita Agropecuária		0,00	0,00	8.528,44	8.528,44
Receita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		381.748.432,00	387.939.995,59	414.817.472,15	26.877.476,56
Transferências Correntes		10.776.127.904,00	13.476.420.280,65	14.242.627.790,15	766.207.509,50
Outras Receitas Correntes		1.122.812.651,00	1.136.002.713,79	1.280.756.337,89	144.753.624,10
<b>Receitas de Capital (II)</b>		<b>2.051.771.395,00</b>	<b>2.062.348.355,96</b>	<b>783.845.422,00</b>	<b>-1.278.502.933,96</b>
Operações de Crédito		1.386.245.478,00	1.396.009.307,00	593.504.606,13	-802.504.700,87
Alienação de Bens		74.004,00	74.004,00	93.021,98	19.017,98
Amortização de Empréstimos		19.340.000,00	19.340.000,00	6.536.010,84	-12.803.989,16
Transferências de Capital		646.111.913,00	646.925.044,96	183.711.783,05	-463.213.261,91
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>		<b>29.729.367.501,00</b>	<b>32.842.576.173,63</b>	<b>34.942.850.771,66</b>	<b>2.100.274.598,03</b>
<b>Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)</b>		<b>29.729.367.501,00</b>	<b>32.842.576.173,63</b>	<b>34.942.850.771,66</b>	<b>2.100.274.598,03</b>
<b>Déficit (VI)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>		<b>29.729.367.501,00</b>	<b>32.842.576.173,63</b>	<b>34.942.850.771,66</b>	<b>2.100.274.598,03</b>
<b>Saldos de Exercícios Anteriores</b>		<b>0,00</b>	<b>6.837.749.969,47</b>	<b>4.315.600.612,39</b>	<b>-2.522.149.357,08</b>

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	6.837.749.969,47	4.315.600.612,39	-2.522.149.357,08
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

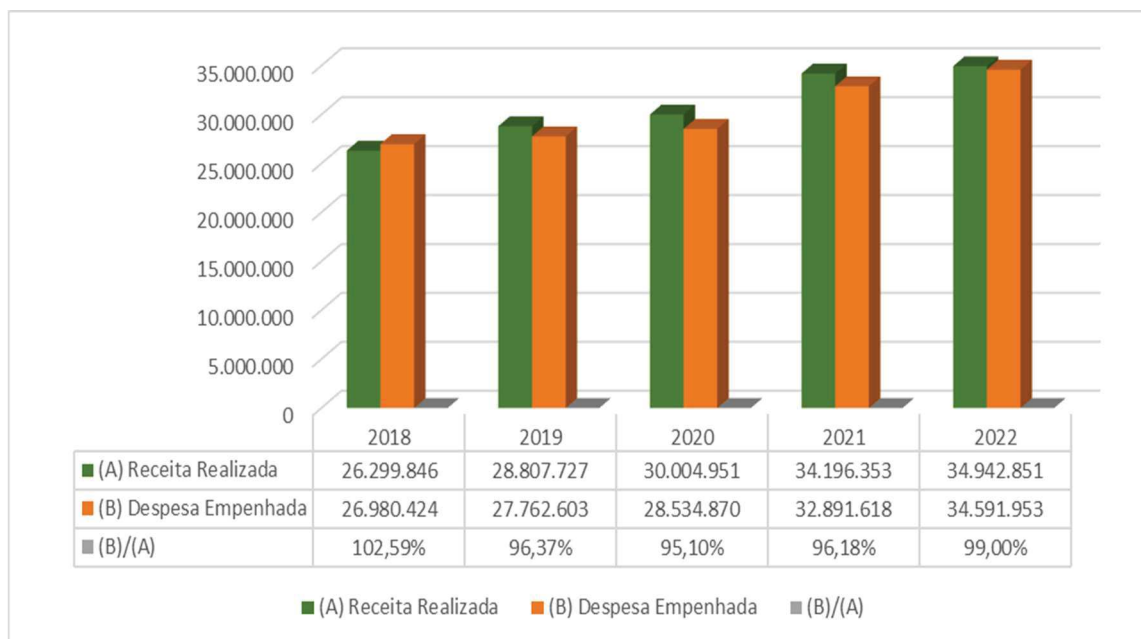
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
<b>Despesas Correntes (VIII)</b>	<b>24.985.210.390,00</b>	<b>30.053.013.684,21</b>	<b>29.131.506.398,59</b>	<b>28.403.408.372,30</b>	<b>28.268.139.238,51</b>	<b>921.507.285,62</b>
Pessoal e Encargos Sociais	15.340.166.110,00	17.258.749.905,27	16.927.044.748,92	16.926.370.395,07	16.838.329.676,63	331.705.156,35
Juros e Encargos da Dívida	606.273.888,00	864.273.888,00	855.325.594,66	855.325.594,66	855.325.594,66	8.948.293,34
Outras Despesas Correntes	9.038.770.392,00	11.929.989.890,94	11.349.136.055,01	10.621.712.382,57	10.574.483.967,22	580.853.835,93
<b>Despesas de Capital (IX)</b>	<b>4.440.757.559,00</b>	<b>6.974.696.243,44</b>	<b>5.460.446.452,94</b>	<b>5.117.905.894,48</b>	<b>5.102.372.108,41</b>	<b>1.514.249.790,50</b>
Investimentos	2.782.537.423,00	5.328.688.857,12	3.863.883.324,29	3.525.370.735,49	3.509.836.949,42	1.464.805.532,83
Inversões Financeiras	138.557.999,00	195.443.281,94	155.869.890,48	151.841.920,82	151.841.920,82	39.573.391,46
Amortização da Dívida	1.519.662.137,00	1.450.564.104,38	1.440.693.238,17	1.440.693.238,17	1.440.693.238,17	9.870.866,21
Reserva de Contingência (X)	303.399.552,00	142.506.133,00	0,00	0,00	0,00	142.506.133,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)</b>	<b>29.729.367.501,00</b>	<b>37.170.216.060,65</b>	<b>34.591.952.851,53</b>	<b>33.521.314.266,78</b>	<b>33.370.511.346,92</b>	<b>2.578.263.209,12</b>
<b>Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)</b>	<b>29.729.367.501,00</b>	<b>37.170.216.060,65</b>	<b>34.591.952.851,53</b>	<b>33.521.314.266,78</b>	<b>33.370.511.346,92</b>	<b>2.578.263.209,12</b>
Superávit (XIV)	0,00	0,00	350.897.920,13	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL ( XV) = ( XIII + XIV)</b>	<b>29.729.367.501,00</b>	<b>37.170.216.060,65</b>	<b>34.942.850.771,66</b>	<b>33.521.314.266,78</b>	<b>33.370.511.346,92</b>	<b>2.578.263.209,12</b>
Reserva do RPPS	278.399.552,00	117.506.133,00	0,00	0,00	0,00	117.506.133,00

FONTE: SEFAZ/CECOG

A partir do Balço Orçamentário Consolidado  possível verificar que as receitas realizadas foram superiores as despesas executadas, em sua série histórica que demonstra o equilíbrio fiscal que o Estado persegue a vários anos, conforme demonstrado a seguir.

**Gráfico 13 - Demonstrativo do Quociente da Execuo Orçamentária**

(R\$ Milhares)



Fonte: SEFAZ/CECOG

No demonstrativo da Execuo dos Restos a Pagar Não Processados - Anexo 1 - evidencia-se os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execuo (liquidao, pagamento e cancelamento). As duas tabelas seguintes demonstram a execuo dos restos a pagar provenientes dos exercícios de anterior e exercício atual.

**Tabela 12 - Demonstrativo da Execuo de Restos a Pagar não Processados - Anexo 1 – Consolidado**

(R\$ milhares)

Execuo de Restos a Pagar não Processados	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a + b - d - e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício				
<b>Despesas Correntes</b>	65.879	<b>605.136</b>	<b>517.108</b>	<b>516.315</b>	<b>89.348</b>	<b>65.353</b>
Pessoal e Encargos Sociais	381	1.061	960	960	420	62
Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	65.498	604.075	516.147	515.355	88.898	65.298
<b>Despesas de Capital</b>	<b>104.380</b>	<b>1.201.288</b>	<b>1.037.656</b>	<b>1.037.108</b>	<b>168.936</b>	<b>99.623</b>
Investimentos	104.306	1.196.284	1.032.656	1.032.108	168.862	99.620
Inversões Financeiras	74	5.004	5.000	5.000	74	4
Amortizao da Dívida	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>170.259</b>	<b>1.806.425</b>	<b>1.554.763</b>	<b>1.553.423</b>	<b>258.284</b>	<b>164.976</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

Por sua vez, no demonstrativo da Execuo dos Restos a Pagar Processados - Anexo 2 - evidencia-se os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execuo (pagamento e cancelamento).

**Tabela 13 - Demonstrativo da Execuo de Restos a Pagar Processados - Anexo 2 – Consolidado**

(R\$ Milhares)

Execuo de Restos a Pagar Processados	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo ( e ) = ( a + b - c - d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dez. do Exer. Anterior (b)			
<b>Despesas Correntes</b>	<b>217</b>	<b>248.255</b>	<b>243.280</b>	<b>3.906</b>	<b>1.287</b>
Pessoal e Encargos Sociais	60	150.159	149.602	48	569
Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	157	98.097	93.678	3.858	717
<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.714</b>	<b>5.191</b>	<b>5.112</b>	<b>908</b>	<b>884</b>
Investimentos	1.714	5.191	5.112	908	884
Inversões Financeiras	0	0	0	0	0
Amortizao da Dívida	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.931</b>	<b>253.446</b>	<b>248.393</b>	<b>4.814</b>	<b>2.171</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

Importante ressaltar que por conta da Lei Estadual n 11.714, de 25 de julho de 1990, as inscrições de restos a pagar processados e não processados são válidas por dois anos, sendo canceladas automaticamente após esse período.

No total da Receita e Despesa Orçamentária constam as Receitas e Despesas intraorçamentárias.

A tabela a seguir demonstra o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, evidenciando-se por categoria econômica e confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a sua realizao.

**Tabela 14 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias Consolidadas**

(R\$ Milhares)

Receitas Intraorçamentárias	N.E	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receita Realizada (b)	Saldo (c)=(a-b)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		7.624	7.624	14	7.610
Taxas		7.624	7.624	14	7.610
Contribuições		1.445.588	1.545.588	1.769.891	-224.303
Contribuições Sociais		1.445.588	1.545.588	1.769.891	-224.303
Receita de Serviços		92.285	92.445	23.803	68.642
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		92.285	92.445	23.803	68.642
Outras Receitas Correntes		471.562	471.562	522.501	-50.939
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		455.049	455.049	264.435	190.614
Demais Receitas Correntes		16.513	16.513	258.066	-241.552
<b>Total (I)</b>		<b>2.017.058</b>	<b>2.117.218</b>	<b>2.316.208</b>	<b>-198.990</b>
<b>Déficit (j)=(IIf-Ib)</b>				<b>145.477</b>	<b>-145.477</b>

Despesas IntraOrçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesa Empenhada (f)	Despesa Liquidada (g)	Despesa Paga (h)	Saldo Dotação (i) = (e-f)
Despesas Correntes	2.003.886	2.481.654	2.432.834	2.423.895	2.388.220	48.820
Pessoal e Encargos Sociais	1.453.380	1.795.068	1.777.956	1.777.500	1.742.030	17.112
Outras Despesas Correntes	550.506	686.585	654.878	646.395	646.190	31.708
Despesas de Capital	13.172	31.818	28.851	24.227	24.227	2.966
Investimentos	13.172	31.818	28.851	24.227	24.227	2.966
<b>Total (II)</b>	<b>2.017.058</b>	<b>2.513.471</b>	<b>2.461.685</b>	<b>2.448.122</b>	<b>2.412.446</b>	<b>51.786</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

A diferença entre as receitas intraorçamentárias realizadas e as despesas intraorçamentárias pagas está evidenciada em nota explicativa. Tratando-se de receitas e despesas intraorçamentárias, observa-se que a realização da receita no valor de R\$ 2,31 bilhões excedeu a previsão atualizada em aproximadamente R\$199,00 milhões. Outrossim, constata-se que a dotação atualizada foi superior à despesa empenhada no valor de R\$ 51,78 milhões. Do cotejamento entre a receita realizada e a despesa empenhada intraorçamentárias resultou um déficit intraorçamentário de R\$ 145,47 milhões. Importante esclarecer que a maior parte das receitas intraorçamentárias é realizada nos órgãos da Administração Indireta.

## **2.2. Receita Orçamentária.**

A Receita Orçamentária Realizada Bruta da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB), alcançou o montante de R\$ 45.213.878.745,27 em valores brutos, incluindo as receitas intraorçamentárias no valor de R\$ 2.316.241.955,48, também em valores brutos. Em comparação com o exercício anterior, houve um acréscimo nominal de 16,12%.

A Receita Orçamentária realizada tem como principal componente a categoria “Receitas Correntes” no valor de R\$ 42,11 bilhões, já excluídas as receitas intraorçamentárias no total de R\$ 2,31 bilhões

**Tabela 15 - Demonstrativo Comparativo da Receita Orçamentária Prevista com a Realizada, por Categoria Econômica e Grupo - Consolidada**  
(R\$ Milhares)

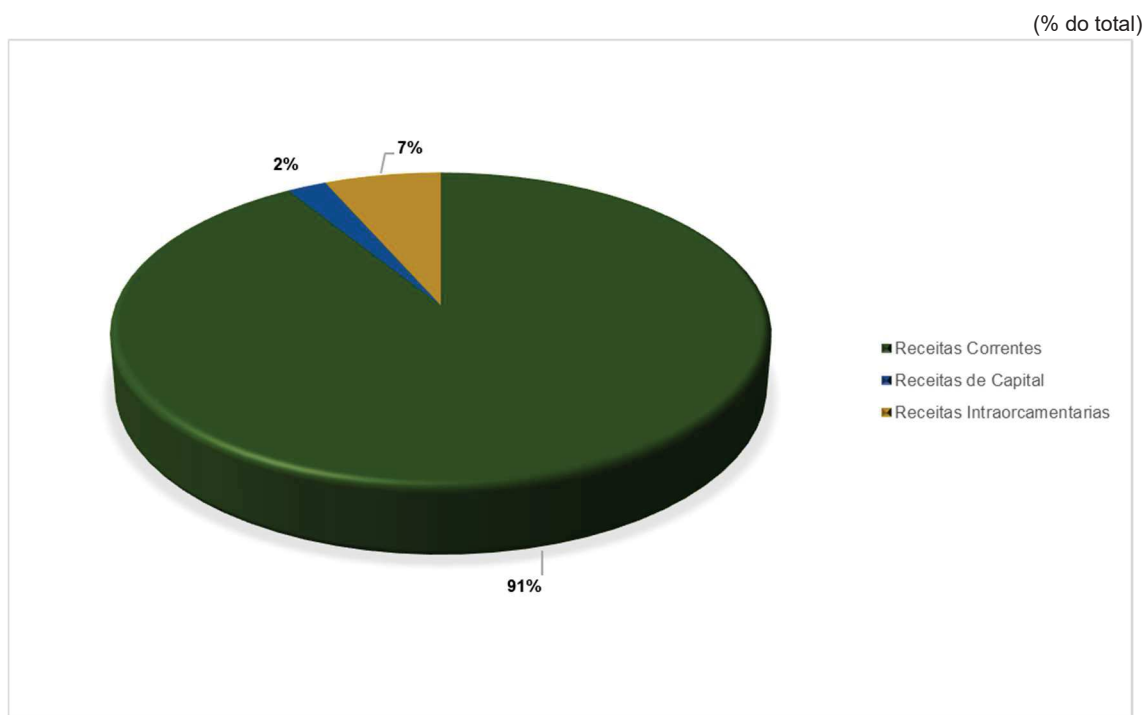
Especificação da Receita	Prevista (A)	Realizada (B)	Realização (%) - (B)/(A)	Participação (%) - (B)/total
<b>1 - Receitas Correntes Sem Deduções</b>	<b>37.785.338</b>	<b>42.113.791</b>	<b>111,46</b>	<b>93,14</b>
1.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	19.312.460	21.795.495	112,86	48,21
1.2 - Contribuições	1.183.354	1.343.241	113,51	2,97
1.3 - Receita Patrimonial	602.580	1.296.282	215,12	2,87
1.4 - Receita Agropecuária	0	9	0,00	0,00
1.5 - Receita de Serviços	797.328	403.816	50,65	0,89
1.6 - Transferências Correntes	15.225.175	16.451.822	108,06	36,39
1.7 - Outras Receitas Correntes	664.441	823.127	123,88	1,82
<b>1.8 (-) Deduções</b>	<b>-8.620.496</b>	<b>-10.270.994</b>	<b>119,15</b>	<b>100,00</b>
<b>1.8.1(-) Deduções do FUNDEB</b>	<b>-4.249.232</b>	<b>-5.030.587</b>	<b>118,39</b>	<b>48,98</b>
1.8.1.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-2.520.156	-2.848.832	113,04	27,74
1.8.1.2 - Transferências Correntes	-1.729.076	-2.181.755	126,18	21,24
<b>1.8.2 - (-) Deduções da Receita Prevista Atualizada - Transferências Constitucionais e Legais a Municípios</b>	<b>-4.371.263</b>	<b>-4.867.306</b>	<b>111,35</b>	<b>47,39</b>
1.8.2.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-4.351.584	-4.839.873	111,22	47,12
1.8.2.2 - Transferências Correntes	-19.679	-27.433	139,40	0,27
<b>1.8.3 (-) Restituição de Receita</b>	<b>0,00</b>	<b>-373.101</b>	<b>0,00</b>	<b>3,63</b>
1.8.3.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0	-260.881	0,00	2,54
1.8.3.2 Contribuições	0	-8.236	0,00	0,08
1.8.3.3 Receita Patrimonial	0	-26.306	0,00	0,26
1.8.3.4 Receita de Serviços	0	-12.801	0,00	0,12
1.8.3.5 Transferências Correntes	0	-6	0,00	0,00
1.8.3.6 Outras Receitas Correntes	0	-64.872	0,00	0,63
<b>Receitas Correntes Líquidas</b>	<b>29.164.842</b>	<b>31.842.797</b>	<b>109,18</b>	<b>91,13</b>
<b>2 - Receitas de Capital Sem Deduções</b>	<b>2.543.139</b>	<b>783.845</b>	<b>30,82</b>	<b>2,24</b>
2.1 - Operações de Crédito	1.850.304	593.505	32,08	1,70
2.2 - Alienação de Bens	74	93	125,70	0,00
2.3 - Amortização de Empréstimos	19.340	6.536	33,80	0,02
2.4 - Transferências de Capital	673.420	183.712	27,28	0,53
<b>Receitas de Capital Líquidas</b>	<b>2.543.139</b>	<b>783.845</b>	<b>30,82</b>	<b>2,24</b>
<b>3 - Receitas Intraorçamentárias Sem Deduções</b>	<b>2.117.218</b>	<b>2.316.242</b>	<b>109,40</b>	<b>5,12</b>
3.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.624	45	0,60	0,00
3.2 - Contribuições	1.545.588	1.769.891	114,51	3,91
3.3 - Receita de Serviços	92.445	23.805	25,75	0,05
3.4 - Outras Receitas Correntes	471.562	522.501	110,80	1,16
<b>3.5 (-) Deduções</b>	<b>0</b>	<b>-34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>3.5.1 (-) Restituição de Receita</b>	<b>0</b>	<b>-34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
3.5.1.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0	-31	0,00	0,00
3.5.1.2 - Receita de Serviços	0	-2	0,00	0,00
<b>Receitas Intraorçamentárias Líquidas</b>	<b>2.117.218</b>	<b>2.316.208</b>	<b>109,40</b>	<b>6,63</b>
<b>4-Total das Receitas Sem Deduções (1+2+3)</b>	<b>42.445.694</b>	<b>45.213.879</b>	<b>106,52</b>	<b>100,00</b>
<b>5-Total das Deduções (1,8+3,5)</b>	<b>-8.620.496</b>	<b>-10.271.028</b>	<b>119,15</b>	<b>100,00</b>
<b>6-Total das Receitas Líquidas (4-5)</b>	<b>33.825.199</b>	<b>34.942.851</b>	<b>103,30</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/CEOG



O gráfico a seguir evidencia os percentuais de participação de cada categoria econômica pelos valores líquidos.

**Gráfico 14 - Receitas Correntes x Receitas de Capital x Receitas Intraorçamentárias (Líquidas)**



FONTE: SEFAZ/CECOG

### 2.2.1 Receitas Correntes

Essa Categoria Econômica é composta pelas Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, Patrimoniais, de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes. Excluídas as receitas intraorçamentárias, participou com um percentual de 93,14% da Receita Orçamentária Bruta, tendo sido superior à sua previsão em 11,46%.

A tabela que segue demonstra o comportamento das Receitas Correntes previstas e realizadas (sem as intraorçamentárias) por tipo de Administração, Categoria e Grupo e evidencia o total deduções. Evidencia também a participação de cada receita bruta em relação ao total bruto da categoria.

**Tabela 16 - Demonstrativo Comparativo das Receitas Correntes (Exceto Intraorçamentárias) Previstas com as Realizadas por Tipo de Administração /Categoria Econômica e Grupo** (R\$ Milhares)

Especificação da Receita	Prevista (A)	Realizada (B)	Realização % (B/A)	Part. % (B)/(Total B)
<b>1. Administração Direta</b>				
<b>1.1 - Receitas Correntes Sem Deduções</b>	<b>33.799.816</b>	<b>37.740.950</b>	<b>111,66</b>	<b>89,62</b>
1.1.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	18.571.253	20.686.591	111,39	49,12
1.1.2 - Receita Patrimonial	501.616	963.513	192,08	2,29
1.1.3 - Receita de Serviços	5.846	22.109	378,22	0,05
1.1.4 - Transferências Correntes	14.193.376	15.539.192	109,48	36,90
1.1.5 - Outras Receitas Correntes	527.725	529.545	100,35	1,26
<b>1.1.6 (-) Deduções</b>	<b>-8.620.496</b>	<b>-9.935.344</b>	<b>115,25</b>	<b>96,73</b>
<b>1.1.6.1 - Deduções do FUNDEB</b>	<b>-4.249.232</b>	<b>-5.030.587</b>	<b>118,39</b>	<b>48,98</b>
1.1.6.1.2 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-2.520.156	-2.848.832	113,04	27,74
1.1.6.1.3 - Transferências Correntes	-1.729.076	-2.181.755	126,18	21,24
<b>1.1.6.2 - Deduções da Receita Prevista Atualizada - Transferências Constitucionais e Legais a Municípios</b>	<b>-4.371.263</b>	<b>-4.867.306</b>	<b>111,35</b>	<b>47,39</b>
1.1.6.3.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-4.351.584	-4.839.873	111,22	47,12
1.1.6.3.2 - Transferências Correntes	-19.679	-27.433	139,40	0,27
<b>1.1.6.3 Restituição de Receita</b>	<b>0,00</b>	<b>-37.451</b>	<b>0,00</b>	<b>0,36</b>
1.1.6.3.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0	-33.209	0,00	0,32
1.1.6.3.2 - Receita Patrimonial	0	-509	0,00	0,00
1.1.6.3.3 - Receita de Serviços	0	0	0,00	0,00
1.1.6.3.5 - Outras Receitas Correntes	0	-3.734	0,00	0,04
<b>Receitas Correntes Líquidas da Administração Direta</b>	<b>25.179.321</b>	<b>27.805.606</b>	<b>110,43</b>	<b>87,32</b>
<b>2. Administração Indireta</b>				
<b>2.1 - Receitas Correntes Sem Deduções</b>	<b>3.985.521</b>	<b>4.372.841</b>	<b>109,72</b>	<b>10,38</b>
2.1.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	741.207	1.108.904	149,61	2,63
2.1.2 - Contribuições	1.183.354	1.343.241	113,51	3,19
2.1.3 - Receita Patrimonial	100.964	332.769	329,59	0,79
2.1.4 - Receita Agropecuária	0	9	0,00	0,00
2.1.5 - Receita de Serviços	791.482	381.707	48,23	0,91
2.1.6 - Transferências Correntes	1.031.799	912.629	88,45	2,17
2.1.7 - Outras Receitas Correntes	136.716	293.582	214,74	0,70
<b>2.1.8 (-) Deduções</b>	<b>0,00</b>	<b>-335.649</b>	<b>0,00</b>	<b>3,27</b>
<b>2.1.8.2 (-) Restituição de Receita</b>	<b>0,00</b>	<b>-335.649</b>	<b>0,00</b>	<b>3,27</b>
2.1.8.2.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0	-227.672	0,00	2,22
2.1.8.2.2 - Contribuições	0	-8.236	0,00	0,08
2.1.8.2.3 - Receita Patrimonial	0	-25.797	0,00	0,25
2.1.8.2.4 - Receita de Serviços	0	-12.801	0,00	0,12
2.1.8.2.5 - Transferências Correntes	0	-6	0,00	0,00
2.1.8.2.6 - Outras Receitas Correntes	0	-61.138	0,00	0,60
<b>Receitas Correntes Líquidas da Adm. Indireta</b>	<b>3.985.521</b>	<b>4.037.192</b>	<b>101,30</b>	<b>100,00</b>
<b>3.Total das Rec. Correntes Sem Deduções (1.1+2.1)</b>	<b>37.785.338</b>	<b>42.113.791</b>	<b>111,46</b>	<b>100,00</b>
<b>4.Total das Deduções (1.1.6+2.1.8)</b>	<b>-8.620.496</b>	<b>-10.270.994</b>	<b>119,15</b>	<b>100,00</b>
<b>5.Total das Receitas Líquidas (3-4)</b>	<b>29.164.842</b>	<b>31.842.797</b>	<b>109,18</b>	<b>100,00</b>

Conforme tabela anterior, consta que a Administração Direta participou com 89,62% das Receitas Correntes brutas (exceto intraorçamentárias). Vale salientar que na administração direta estão as duas fontes de receita do Estado com maior participação: o ICMS, que atingiu a cifra de R\$ 17.154.294.058,63 e o FPE, com R\$ 10.848.197.902,14, valores brutos. Juntas, representaram 74,19%, da categoria Receitas Correntes brutas na Administração Direta e 66,49%, da receita Corrente bruta do Estado.

Da receita bruta do ICMS, 25% são destinados aos Municípios cearenses e 20% (sobre líquido do cálculo anterior) são destinados para a formação do FUNDEB. Quanto ao FPE, também são destinados 20% para formação do FUNDEB.

Quanto às Receitas Correntes da Administração Indireta (exceto intraorçamentárias), estas participaram R\$ 4.372.841.137,00 representando 10,38% das Receitas Correntes Brutas (exceto intraorçamentárias). As receitas mais relevantes da Administração Indireta são as receitas de Contribuições no valor de R\$1.343.241.261,00, com o percentual de 30,71%.

A apuração da Receita Corrente Líquida detalhada encontra-se no capítulo que trata dos Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### 2.2.1.1 Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

A previsão da receita tributária do Estado do Ceará para o exercício de 2022, projetada com base em um modelo de consistência econômica desenvolvido pelo IPECE/SEPLAG e que consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (2022), Anexo II - Metas Fiscais, levou em consideração um cenário com base nas expectativas de crescimento dos indicadores macroeconômicos do PIB (nacional e estadual), da inflação e de tendências específicas de cada tributo analisado.

Em resumo, para a projeção da receita tributária do Estado do Ceará relativa ao exercício de 2022, foram consideradas as variáveis macroeconômicas que possibilitam identificar a influência do nível de atividade econômica na arrecadação tributária e a inflação, especificadas a seguir:

**Tabela 17 - Variáveis Econômicas Projetadas**

Variáveis Macroeconômicas Projetadas para 2022	(Em %)
Taxas de Inflação esperada (IPCA)	3,50
Taxa de Crescimento esperado para o PIB Nacional	2,39
Taxa de Crescimento esperado para o PIB Estadual	2,91

Fonte: IPECE - LDO 2022 Anexo II - Metas Fiscais

No entanto, em relação à taxa de inflação esperada (IPCA) para 2022, observou-se um aumento acumulado de 5,79%, segundo os dados oficiais do IBGE, destacando uma diferença relevante entre a taxa de inflação esperada e a real variação de preço apresentada pela economia brasileira. Nota-se, também, que a inflação oficial ficou acima do centro da meta (3,50%), cujo teto era 5,00%, definido pelo Conselho Monetário Nacional para o ano em exercício (2022).

Esse resultado apresentado foi influenciado, segundo o posicionamento do IBGE<sup>10</sup> (2023), citado na introdução (seção 1.2.1.), dentre alguns fatores, pelo grupo de alimentação e bebidas (+11,64%) e o grupo de saúde e cuidados pessoais (+11,43%), ambos registraram os maiores impactos sobre a variação de preço no ano em análise, 2,41 p.p. e 1,42 p.p., respectivamente. Vale mencionar que, a alta no grupo de alimentação e bebidas foi alavancada pela variação apresentada pela alimentação no domicílio (+13,23%), puxada pelo aumento registrado no preço da cebola (+130,14%) e do leite (+26,18%). Destaca-se, também, para o outro grupo citado, saúde e cuidados pessoais, a maior contribuição proveniente do aumento dos preços dos itens de higiene pessoal (+16,69), em especial os perfumes e os produtos para cabelo, variando 22,61% e 14,97%, respectivamente.

<sup>10</sup> IBGE, 2023. Diretoria de pesquisas, Coordenação de índices de preços, Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor, Indicadores IBGE. IPCA e INPC. Dezembro de 2022, Rio de Janeiro. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc\\_ipca\\_2022\\_dez.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2022_dez.pdf)

No que concerne ao PIB (Produto Interno Bruto), para o Brasil, notou-se uma evolução acima dos valores previstos na LDO, Anexo II – Metas Fiscais (2,39%), com uma alta, ao final de 2022, de 2,9%, totalizando R\$ 9,9 trilhões de reais (IBGE, 2023)<sup>11</sup>.

O crescimento da economia nacional foi corroborado, especialmente, pelas altas dos setores de serviços (+4,2%), pois todas as atividades que compõem esse setor apresentaram crescimento. Destacam-se os grupos de outras atividades de serviços e de transporte, armazenagem e correio com uma alta de 11,1% e 8,4%, nessa ordem; e da indústria (+1,6%), na qual se realça o desempenho da indústria de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e da construção, subindo 10,1% e 6,9%, respectivamente, em 2022.

No tocante à economia cearense, percebeu-se um crescimento menor do que o projetado (2,91%), expandindo o PIB do Estado em 0,96%, segundo os dados do IPECE (2022)<sup>12</sup>. Diferentemente do destacado para o Brasil, o setor responsável, principalmente, por esse crescimento menor do que o projetado pelo PIB do Ceará, foi o industrial, que apresentou uma contração de -6,28%.

Ademais, a retração observada no setor Industrial no Ceará (-6,28%), em grande parte, foi ocasionada pelo aumento cambial pós início da guerra na Ucrânia e pelo aumento da taxa de juros nacional, impactando, diretamente e de forma negativa, o setor.

## DA PREVISÃO DE RECEITA

Na tabela abaixo, apresenta-se o valor estimado pelo Governo do Estado do Ceará para a receita tributária, R\$ 19.095.628.700, contido no comparativo da receita prevista com a arrecadada, no exercício de 2022, estabelecido de acordo com as variáveis supracitadas.

<sup>11</sup> IBGE, 2023. Diretoria de pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais. Indicadores de Volume e Valores Correntes. Out.-Dez. 2022, Rio de Janeiro. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt\\_2022\\_4tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2022_4tri.pdf)

<sup>12</sup> IPECE, 2023. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, IPECE. Diretoria de Estudo Econômicos, DIEC. PIB TRIMESTRAL DO CEARÁ 4º TRIMESTRE E ANO DE 2022. Março de 2023, Ceará. Disponível em: [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2023/03/APRESENTAÇÃO\\_PIB\\_4oTRIM2022.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2023/03/APRESENTAÇÃO_PIB_4oTRIM2022.pdf)

**Tabela 18 - Demonstrativo da Composição da Receita Tributária Valores Correntes Brutos**  
(R\$ milhares)

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	VARIÇÃO%	
			REALIZAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %
<b>IMPOSTOS</b>	<b>18.337.272</b>	<b>20.621.792</b>	<b>112,46</b>	<b>95,76</b>
ICMS	15.586.028	17.124.668	109,87	79,52
IPVA	1.281.830	1.479.628	115,43	6,87
ITCD	84.508	141.359	167,27	0,66
IRRF	1.384.906	1.876.138	135,47	8,71
<b>TAXAS</b>	<b>770.618,22</b>	<b>912.821</b>	<b>120,37</b>	<b>4,24</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>19.095.629</b>	<b>21.534.614</b>	<b>112,77</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/COPAC, Valores brutos correntes, considerando às restituições

No exercício de 2021, a economia nacional e a cearense obtiveram uma recuperação significativa quando comparado com os dados oficiais de 2020. Em termos gerais, a economia reabriu, influenciando positivamente o crescimento da arrecadação tributária estadual. Nota-se, então, que o ano de 2022 se destacou como o primeiro período completo sem nenhuma medida de isolamento social e de diminuição considerável das restrições socioeconômica ocasionadas pela pandemia do COVID-19.

Sendo assim, considerando a reabertura e o forte crescimento econômico que Estado do Ceará viveu em 2021, procedeu-se o confronto entre os valores estimados e os realizados do exercício de 2022 com o objetivo de avaliar a efetividade do esforço fazendário na consecução de suas finalidades para o ano em exercício.

A receita tributária efetivamente arrecadada em 2022 atingiu R\$ 21.534.613.665,69, quando o previsto era R\$ 19.095.628.700, o que correspondente a um montante 12,77% superior ao previsto. Tal crescimento percentual é maior do que o ocorrido no ano de 2021 (6,76%). Assim, denota-se uma maior eficiência da Sefaz/Ceará na realização das suas atividades no momento de recondução da economia em 2022.

Ressalte-se que a previsão referente à arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre os rendimentos pagos pelo Estado, suas Autarquias e Fundações alcançou um valor bem maior do que o previsto. Para o exercício de 2022, a previsão do IRRF foi de R\$ 1.384.906.361, porém, o valor efetivamente arrecadado foi de R\$ 1.876.137.910,41, apresentando um incremento de 35,47% em relação ao valor previsto. Outro destaque, também, foi o montante arrecadado pelo Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD), apresentando um acréscimo de 67,27% do valor previsto (R\$ 84.507.727,00) para o valor arrecado (R\$ 141.359.241,82).

Observa-se, assim, no âmbito da gestão financeira, o governo do Estado vem desenvolvendo esforços para obter esse bom desempenho de sua receita tributária, através do aproveitamento do seu potencial de arrecadação. Essas ações vêm sendo desenvolvidas de forma consistente e contínua, por intermédio da melhor capacitação dos recursos humanos, da melhoria da infraestrutura, da tecnologia da informação, dos processos e procedimentos no campo fiscal tributário, do relacionamento com o contribuinte e com o cidadão.

## DA EXECUÇÃO DA RECEITA

A arrecadação da receita tributária do Estado do Ceará, no período de janeiro a dezembro de 2022, atingiu o montante de R\$ 21.534.613.665,69 em termos nominais. Na composição da arrecadação, o ICMS apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo com 79,52% da Receita Tributária, o IPVA contribuiu com 6,87%, o ITCD com 0,66% e as taxas 4,24%. Cumpre esclarecer que, na consolidação dos impostos arrecadados pelo Estado do Ceará, encontra-se a arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente na Fonte sobre Rendimentos pagos a qualquer título pelo Estado, suas Autarquias e pelas Fundações – IRRF, cuja participação foi de 8,71%.

## DESEMPENHO DA RECEITA TRIBUTÁRIA EM VALORES NOMINAIS

A receita tributária referente ao exercício de 2022, no valor de R\$ 21.534.613.665,69, apresentou crescimento de 9,68%, em valores nominais, quando comparada com seu desempenho no exercício de 2021, conforme demonstrado na Tabela a seguir.

**Tabela 19 - Demonstrativo Comparativo da Receita Tributária Valores Brutos**

(R\$ milhares)

RECEITAS	VALOR R\$ mil		VARIAÇÃO %	Partic
	2021	2022	2021/2022	rel. %
<b>Impostos</b>	<b>18.821.141</b>	<b>20.621.792</b>	<b>9,57</b>	<b>95,76</b>
ICMS	16.231.220	17.124.668	5,50	79,52
IPVA	1.177.971	1.479.628	25,61	6,87
ITCD	95.684	141.359	47,74	0,66
IRRF	1.316.267	1.876.138	42,53	8,71
<b>Taxas</b>	<b>812.871</b>	<b>912.821</b>	<b>12,30</b>	<b>4,24</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>19.634.012</b>	<b>21.534.614</b>	<b>9,68</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/COPAC, Valores brutos correntes, considerando às restituições

A totalidade dos impostos arrecadados no exercício de 2022 – receita tributária excluído o valor das taxas e considerando as restituições - representou 95,76% da receita tributária, alcançando o valor de R\$ 20.621.792.363,57. Isso representa um crescimento de 9,57%, em valores nominais, quando comparado com o exercício de 2021, conforme demonstrado na Tabela acima.

### **IPVA**

A arrecadação do IPVA em 2022 foi de R\$ 1.479.627.510,95 bilhões, com crescimento nominal de 25,61%, comparado ao arrecado no ano anterior (2021). Vale salientar que, desde 2002, para efeito de cobrança do IPVA, o Estado vem utilizando como base de cálculo os preços definidos na tabela elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Na composição da tabela, levam-se em conta os valores e as marcas dos veículos em seus diversos modelos e versões, bem como a depreciação do veículo.

### **ITCD**

A arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD, em 2022, foi de R\$ 141.359.241,82, apresentando um crescimento considerável de 47,74%, quando comparado com 2021. A arrecadação do ITCD resulta em grande parte de ações realizadas quanto aos processos de avaliação dos bens.

### **IRRF**

O Artigo nº 157, inciso I da CF/1988, determina que pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem. Por fim, informamos que o § 1º, do Artigo nº 159 da CF/1988, disciplina que para efeito de cálculo do FPE, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Em 11/10/2021, o Supremo Tribunal Federal – STF ao julgar o Recurso Extraordinário RE nº 1.293.453, decidiu que pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, ou seja, o STF convalidou o entendimento já adotado pelo Estado.

No exercício de 2022 as receitas com o IRRF totalizaram R\$ 1.876.137.910,41, apresentando um crescimento de 42,53% em relação a 2021. Importante ressaltar que o IRRF é a segunda maior receita de impostos do Ceará.



## ICMS

Imprescindível para o equilíbrio das contas públicas estadual, destaca-se, agora, o ICMS, que correspondeu a 79,52% da receita tributária do Ceará, em 2022, respondendo pelo ingresso de R\$ 17.124.667.700,39 do montante arrecadado pelo estado.

Adicionalmente, destaca-se o crescimento nominal de 5,50%, quando se compara a receita de 2022 ao ano anterior (2021). Além disso, o segundo trimestre de 2022, abril-maio-junho, apresentou os maiores crescimentos nominais do período, 34,16%, 29,89% e 20,56%, respectivamente.

Em contrapartida ao alto crescimento observado nesse segundo trimestre de 2022, ressalta-se uma contração na arrecadação do ICMS observada de -4,35%, no segundo semestre, quando comparado ao mesmo período do ano imediatamente anterior. Sendo tal retração mais forte no último trimestre do ano de 2022 (-8,64%). Um dos fatores para essa diminuição de receita são às alterações legislativas que impactaram a arrecadação dos Estados sobre segmentos de combustíveis, energia e comunicações.

Demonstra-se, a seguir, a Tabela dos valores mensais referentes ao ICMS CEARÁ – 2021/2022, com seu respectivo gráfico de evolução temporal dos anos destacados:

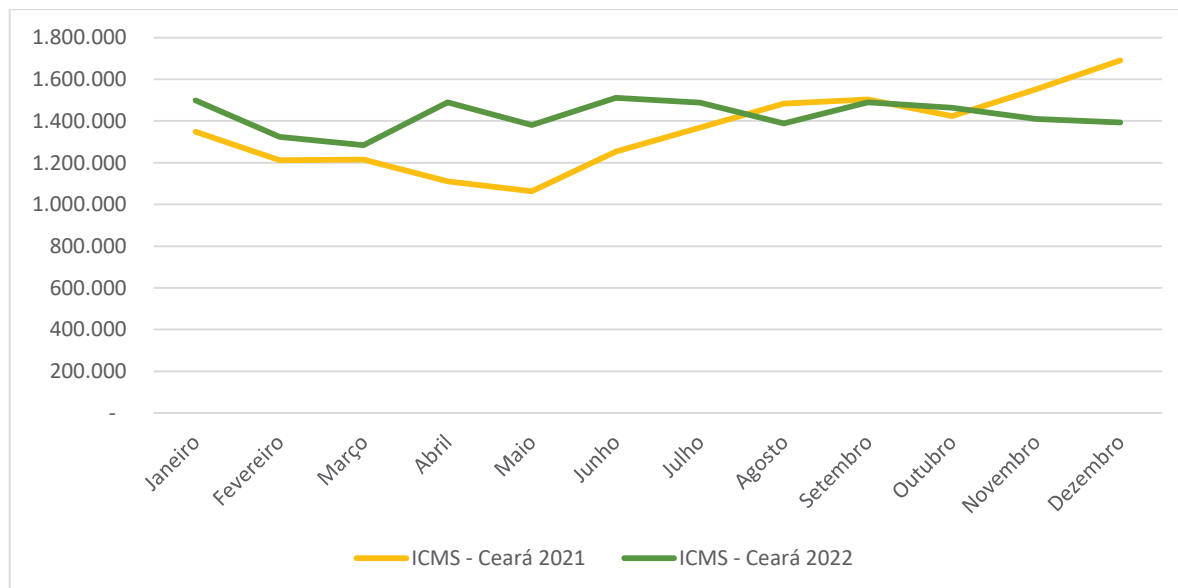
**Tabela 20 - Demonstrativo da Evolução da Arrecadação do ICMS do Estado do Ceará - 2021/2022**

(R\$ milhares)

PERÍODO	ICMS - Ceará 2021	ICMS - Ceará 2022	VARIAÇÃO %2021/2022
Janeiro	1.348.061	1.499.062	11,20
Fevereiro	1.213.027	1.325.086	9,24
Março	1.215.356	1.283.941	5,64
Abril	1.110.558	1.489.901	34,16
Maio	1.063.355	1.381.193	29,89
Junho	1.253.422	1.511.161	20,56
Julho	1.369.158	1.488.954	8,75
Agosto	1.484.851	1.388.256	-6,51
Setembro	1.503.589	1.490.623	-0,86
Outubro	1.424.635	1.463.932	2,76
Novembro	1.553.530	1.408.803	-9,32
Dezembro	1.691.677	1.393.758	-17,61
<b>TOTAL</b>	<b>16.231.220</b>	<b>17.124.668</b>	<b>5,50</b>

Fonte: SEFAZ/COPAC, Valores brutos correntes, considerando às restituições

**Gráfico 15 - Evolução do ICMS Ceará – 2021/2022**



Fonte: SEFAZ

Em seguida, apresenta-se outra Tabela inerente à arrecadação mensal do ICMS BRASIL–2021/2022, com seu respectivo gráfico de dinâmica temporal:

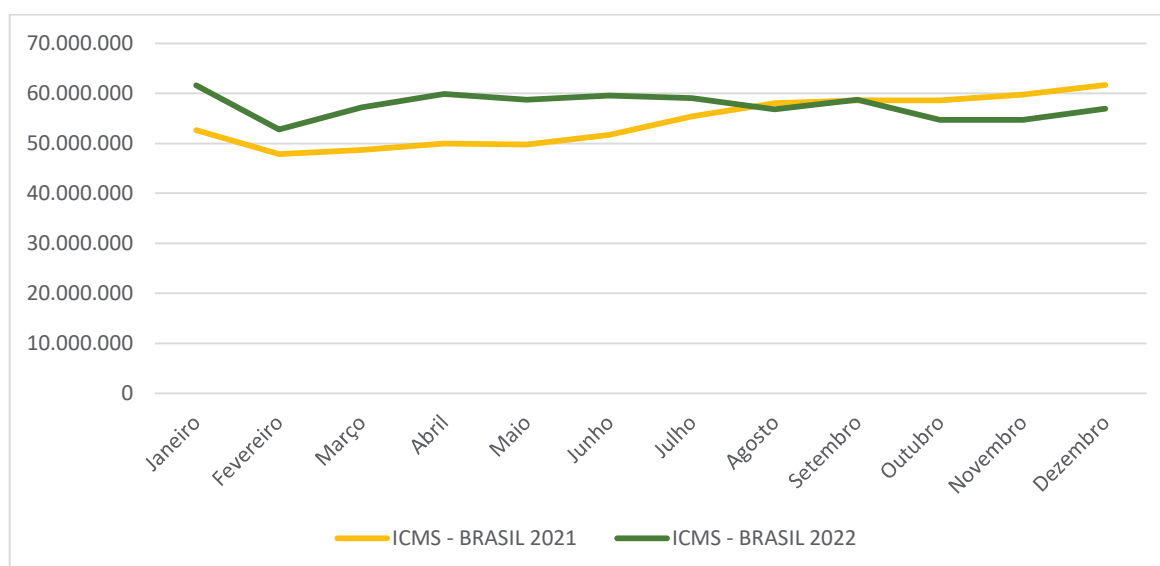
**Tabela 21 - Demonstrativo da Evolução da Arrecadação do ICMS do Brasil - 2021/2022**

(R\$ milhares)

PERÍODO	ICMS - BRASIL 2021	ICMS - BRASIL 2022	VARIAÇÃO % 2021/2022
Janeiro	52.626.246	61.616.004	17,08
Fevereiro	47.811.277	52.784.487	10,40
Março	48.686.289	57.218.807	17,53
Abril	50.006.492	59.855.062	19,69
Maiο	49.759.882	58.715.362	18,00
Junho	51.635.085	59.578.086	15,38
Julho	55.364.225	59.082.215	6,72
Agosto	58.024.029	56.850.505	-2,02
Setembro	58.569.240	58.670.214	0,17
Outubro	58.585.437	54.725.219	-6,59
Novembro	59.766.043	54.728.118	-8,43
Dezembro	61.638.247	56.955.407	-7,60
<b>Total</b>	<b>652.472.493</b>	<b>690.779.486</b>	<b>5,87</b>

Fonte: CONFAZ - Boletim de Arrecadação

**Gráfico 16 - Evolução da Arrecadação do ICMS – Brasil – 2021/2022**



Fonte: CONFAZ – Boletim de Arrecadação

Assim, observando as duas Tabelas acima, e seus respectivos gráficos temporais, Ceará e Brasil, nessa ordem, comparando os resultados apresentados para o ICMS no Ceará com os valores apresentados para a arrecadação no Brasil, verifica-se, para 2022, em relação ao segundo trimestre, como supracitado, que a arrecadação cearense apresenta um forte crescimento (+27,86%) em relação ao mesmo período de 2021, sendo, em magnitude, esse incremento maior do que o observado para o segundo trimestre da arrecadação nacional (+17,67%). Vale ressaltar que, no mês de abril/2022, observou-se a maior variação positiva do ICMS do estado do Ceará no exercício, de 34,16%, quando comparado com abril do ano anterior (2021), crescimento este, também, maior que o encontrado para o ICMS do Brasil (19,69%). Estes desempenhos foram extremamente importantes para que o Estado do Ceará apresentasse um crescimento nominal em 2022.

Nota-se, ademais, que a arrecadação de ICMS cearense, como citado, elevou o seu respectivo montante em 5,50%, entre 2022-2021, bem próximo do crescimento observado para todos os Estados brasileiros conjuntamente, 5,87%, nesse mesmo período.

O crescimento observado de 5,50%, do ICMS do Estado foi essencial para garantir a capacidade econômico-financeira do Ceará, frente aos desafios apresentados pelo ano de 2022. Esse ano foi marcado pela crise do custo de vida, pelo aperto das condições financeiras na maioria das regiões, pela guerra da Ucrânia, pela persistente pandemia de COVID-19 e pelas decisões judiciais e alterações legislativas que impactaram a arrecadação dos estados nos segmentos de combustíveis, energia e comunicações. Portanto, o crescimento observado forneceu bases para garantir um bom equilíbrio fiscal para o Estado.

Adiante, notam-se os últimos anos (2013-2022) e suas respectivas arrecadações de ICMS para o estado do Ceará, sintetizadas na Tabela abaixo e no gráfico que o segue. Destaca-se uma dinâmica evolutiva da receita estadual desse tributo, observando seguidos crescimentos entre os anos destacados para análise, sobretudo com a maior variação da série em 2021, 22,69%.

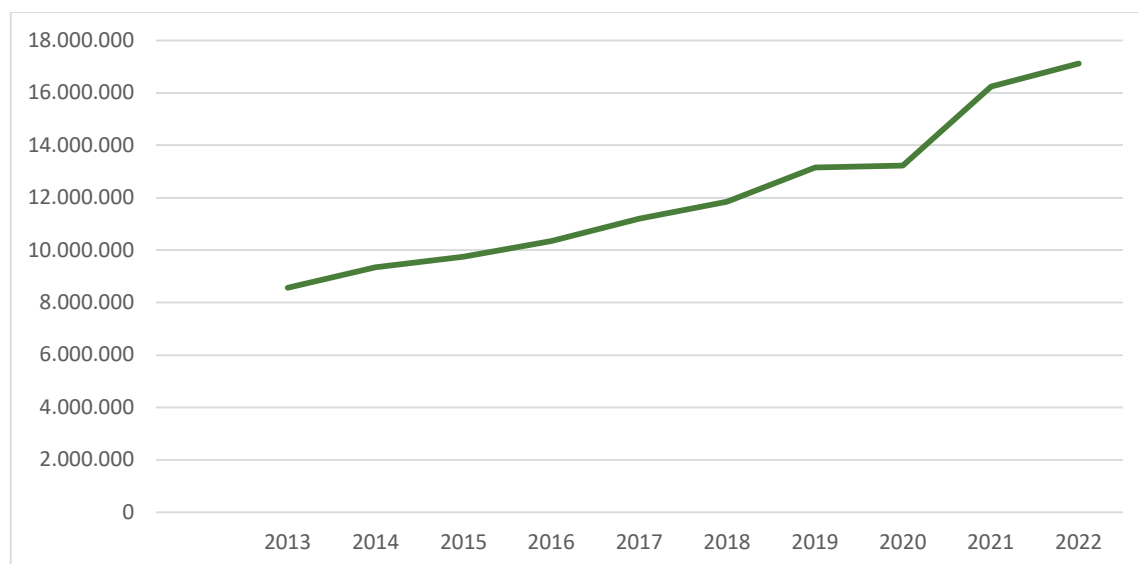
**Tabela 22 - Demonstrativo da Evolução da Arrecadação do ICMS do Estado do Ceará - 2013 a 2022**

(R\$ milhares)

DISCRIMINAÇÃO	ICMS - VALORES CORRENTES EM R\$ mil	VARIAÇÃO % REALIZAÇÃO
2013	8.565.579	0,00
2014	9.350.981	9,17
2015	9.746.023	4,22
2016	10.341.956	6,11
2017	11.193.455	8,23
2018	11.854.218	5,90
2019	13.155.258	10,98
2020	13.229.000	0,56
2021	16.231.220	22,69
<b>2022</b>	<b>17.124.668</b>	<b>5,50</b>

Fonte: SEFAZ/COPAC, Valores brutos correntes, considerando às restituições

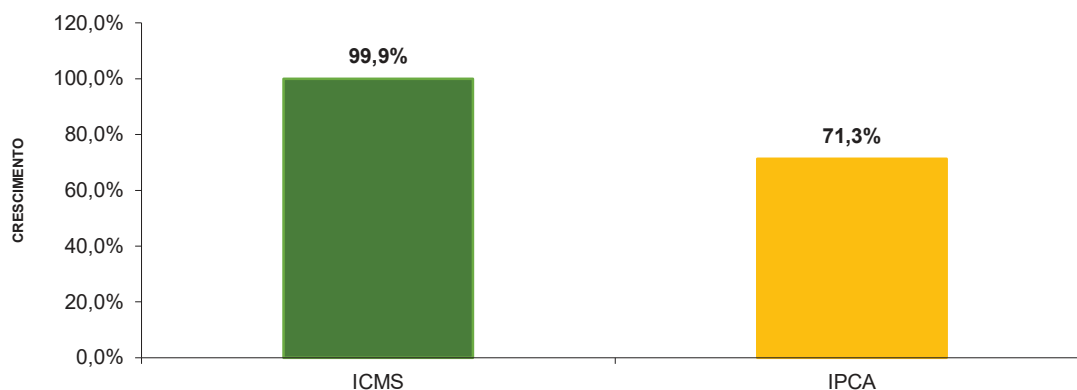
**Gráfico 17 - Evolução da Arrecadação do ICMS - Ceará – 2013 a 2022**



Fonte: SEFAZ/COPAC, Valores brutos correntes, considerando às restituições

A seguir apresentamos um comparativo entre o ICMS e o *IPCA*, entre os anos de 2013 e 2022:

**Gráfico 18 - Comparativo do ICMS Ceará com o IPCA - 2013 a 2022**



Fonte: SEFAZ/CEESE e IBGE

Também se observa que a arrecadação do ICMS apresentou, no exercício de 2022, em comparação ao exercício de 2013, um crescimento nominal de 99,9%. Se procedermos ao comparativo da evolução do ICMS anual, com base o ano de 2022, com a arrecadação de 2013, levando-se em consideração, também, o crescimento do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), para o mesmo período, observa-se uma evolução de 71,3% do IPCA. Isso evidencia um crescimento real da receita tributária do ICMS ao longo dos anos e um bom desempenho da arrecadação do estado do Ceará.

### **ICMS ARRECADAÇÃO POR SEGMENTO**

A arrecadação do ICMS, especificada pelos principais segmentos econômicos, evidencia que no exercício de 2022 os setores industriais, comércio atacadista, comércio varejista, energia elétrica, combustível, demais segmentos e o Fundo de Combate à Pobreza – FECOP apresentaram crescimento, quando comparados ao exercício de 2021.

**Tabela 23 - Comparativo da Composição da Arrecadação do ICMS por Segmento - Ceará - 2021/2022**

(R\$ milhares)

SEGMENTOS	VALOR		VARIAÇÃO %	PART. %
	2021	2022	2021/2022	TOTAL ICMS 2022
Industrial	3.269.332	3.572.392	9,27	20,86
Serviços de comunicação	598.978	522.210	-12,82	3,05
Comercio atacadista	3.489.493	3.757.944	7,69	21,94
Comercio varejista	2.211.169	2.353.777	6,45	13,74
Energia elétrica	2.047.736	2.148.122	4,90	12,54
Combustível	3.317.495	3.379.504	1,87	19,73
Demais segmentos	608.270	693.189	13,96	4,05
FECOP	688.748	697.528	1,27	4,07
<b>Total ICMS</b>	<b>16.231.220</b>	<b>17.124.668</b>	<b>5,50</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/COPAC, Valores brutos correntes, considerando às restituições

As atividades econômicas que agrupam os contribuintes atuantes no comércio atacadista e varejista apresentam participação de 21,94% e 13,74% respectivamente, na arrecadação do ICMS global do Estado. Tais atividades ocasionaram como resultado um aumento da arrecadação, de 7,69%, para o comércio atacadista e de 6,45%, para o comércio varejista, apesar do baixo crescimento apresentado pelo PIB do comércio cearense para o ano de 2022 (0,12%), segundo IPECE (2023)<sup>13</sup>.

O segmento industrial, com uma participação no ICMS total de 20,86%, apresentou crescimento nominal de 9,27%, totalizando um montante arrecadado, em 2022, de R\$ 3.572.392.106,79. Vale ressaltar que, para esse segmento, a despeito da forte contração observada pelo PIB industrial do Ceará (-6,28%), observou-se um crescimento na arrecadação. Esse incremento justifica-se, entre outros fatores, pelo aumento do volume de operações do comércio e pelo cômputo do tributo a título de substituição tributária.

O segmento que congrega as empresas de combustíveis, responsável por 19,73% do total do ICMS, apresentou pequeno crescimento de 1,87% da arrecadação, comparativamente ao exercício de 2021. As alterações legislativas impactaram de forma considerável a arrecadação desse segmento em 2022, o que justifica esse baixo desempenho apresentado.

<sup>13</sup> IPECE (2023). PIB TRIMESTRAL DO CEARÁ 4º TRIMESTRE E ANO DE 2022. Disponível em: [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2023/03/APRESENTACAO\\_PIB\\_4oTRIM2022.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2023/03/APRESENTACAO_PIB_4oTRIM2022.pdf)

A arrecadação do segmento de energia elétrica apresentou participação de 12,54% no ICMS total e uma variação positiva de 4,90% no exercício de 2022, quando comparado com o exercício anterior (2021). Tal incremento, menor do que o observado para os anos 2021-2020 (+28,46%), resulta, também, da alteração legislativa que influenciou na mudança de alíquota e impactou no crescimento da arrecadação relacionada ao consumo de energia.

O segmento serviço de comunicação contribuiu com 3,05% da participação global e foi o único que apresentou uma variação negativa de (-12,82%). Um fator que merece destaque no segmento comunicação é a corrosão de sua base, em razão do surgimento de novos aplicativos gratuitos de envio de dados, imagens e vozes e, do mesmo modo, da alteração legislativa supracitada.

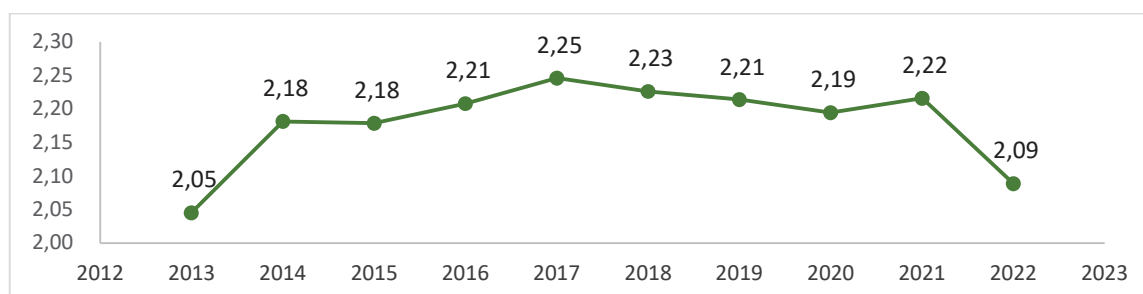
A arrecadação do ICMS relativo ao FECOP, instituído pela Lei Complementar nº 37 em 2003, representando 4,07% do ICMS total, teve crescimento no exercício de 2022 de 1,27% quando comparado ao exercício de 2021. Esse incremento é considerado baixo, no momento em que é confrontado com o incremento observado no biênio 2021-2020 (+16,75%). Essa arrecadação foi influenciada, de certa forma, pelo desempenho de setores primordiais para economia cearense e para respectiva arrecadação do fundo, tais como: combustível e energia elétrica.

## PARTICIPAÇÃO DO ICMS NO PIB ESTADUAL

Em relação à participação do PIB do Ceará no valor adicionado a economia brasileira no ano de 2022, observou-se, impulsionado, especialmente, pela agropecuária do Estado, um crescimento de 0,96 do PIB do Ceará. Esse resultado, além de não superar o crescimento nacional de 2,9%, revela a contração do setor industrial da economia cearense, no ano de 2022.

Percebe-se, dessa forma, uma diminuição na participação do Estado no PIB nacional, passando de 2,22%, em 2021, para 2,09%, em 2022. Assim, ressalta-se o baixo crescimento de setores essenciais para arrecadação do ICMS no Ceará, denotado pela alteração legislativa das alíquotas e pela forte contração apresentada pelo PIB da Indústria no Estado (-6,28).

**Gráfico 19 - Participação Percentual do PIB Cearense no PIB do Brasil - 2013 a 2022 (%)**



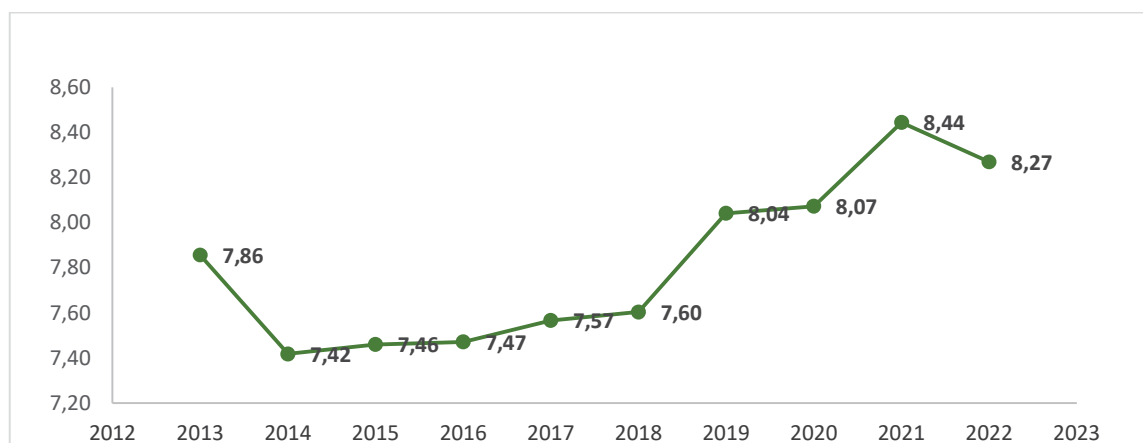
Fonte: SEFAZ/CEESE



Adicionalmente, quando se compara a participação do ICMS do Estado do Ceará no conjunto global das riquezas produzidas em seu território – Produto Interno Bruto (PIB), percebe-se, no gráfico a seguir, que há uma variabilidade na participação do ICMS no PIB do Estado entre 7,42% e 8,44%, valor de menor e maior participação, respectivamente, ao longo da série (2013-2022). Ademais, observa-se a maior participação no PIB, na série destacada, no ano, 2021. Nota-se que, em 2022, a participação do ICMS no PIB do Ceará passou a ser de 8,27%, diminuindo 0,17 p.p. de 2021 para 2022, e aumentou 0,41 p.p. de 2013 para o último ano da série (2022), realçando o bom desempenho na arrecadação desse tributo, apesar da diminuição de participação entre o biênio 2022-2021.

Dentre os fatores que influenciam a performance do ICMS, ao longo da série destacada (2013-2022), realçam-se o esforço fazendário, a modernização e a eficiência da Secretaria da Fazenda, requisitos fundamentais para obtenção dos bons resultados apresentados.

**Gráfico 20 - Participação Percentual do ICMS no PIB do Ceará - 2013 a 2022 (%)**



Fonte: SEFAZ/CEESE

## COMPARATIVO ICMS CEARÁ X ICMS BRASIL

Com o objetivo de oferecer uma visão comparativa da performance arrecadatória do ICMS do Estado do Ceará no contexto federativo, é apresentada, na Tabela a seguir, a arrecadação total do ICMS por Unidade da Federação, incluindo a dívida ativa, multas e juros, nos exercícios de 2021 e de 2022, constante do Boletim do ICMS editado pela Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE/ICMS. Sendo assim, como destacado, para o Brasil, percebe-se uma variação nominal positiva de 5,87% em 2022, quando comparada com o exercício de 2021, totalizando um montante de R\$ 690,7 bilhões. Nesse mesmo período, destacando agora as regiões do país, nota-

se que apenas as regiões do Norte e Nordeste apresentaram crescimentos nominais maiores que o demonstrado pelo Brasil, 10,41% e 6,07%, nessa ordem.

Em relação às demais regiões, observou-se uma variação nominal positiva de 5,27%, no Sul, 5,51%, da região Sudeste, e 5,28% para o Centro-Oeste. É de referir, ademais, que as regiões Norte e Nordeste apresentaram, para o período, o maior crescimento entre regiões do Brasil, dentre alguns motivos para explicar esse fato, destacam-se o bom desempenho do setor de serviços e o respectivo impacto sobre o comércio e o turismo na região, dado a normalização socioeconômica e a diminuição das implicações ocasionadas pelo Covid-19.

O ICMS arrecadado no Estado do Ceará, no exercício de 2022, apresenta um crescimento de 5,50% em relação a igual período de 2021, a arrecadação cearense ocupa o 3º lugar em valores nominalmente captados, em relação aos Estados da Região Nordeste e 12º lugar, no contexto nacional.

Esse resultado (5,50%) é menor que a variação positiva apresentada em 2021. No entanto, esse crescimento foi maior do que o incremento observado por 11 estados e 2 regiões (Centro-Oeste e Sul), realçando o comprometimento da arrecadação estadual, sobretudo nas ações que vêm sendo desenvolvidas, de forma consistente e contínua, com foco na melhor capacitação dos recursos humanos, na melhoria da infraestrutura, da tecnologia da informação e dos processos e procedimentos no campo fiscal tributário.

Além disso, cabe destacar que, dos Estados do Nordeste, o Estado do Ceará está abaixo em relação a participação do ICMS Brasil apenas dos Estados da Bahia e Pernambuco, realçando a relevância da arrecadação do ICMS no Ceará.

Na Tabela a seguir são detalhados os dados da arrecadação do ICMS no contexto nacional e regional:

**Tabela 24 - Arrecadação do ICMS Brasil e Estados - Variação Relativa - Variação Nominal- 2021/2022**

(R\$ milhares)

Regiões/Estados	2021	VAR RELATIVA		2022	VAR RELATIVA		VAR nominal %		CLASSIFICAÇÃO 2022	
		% Brasil			% Brasil		22/21		BR	Região
<b>Norte</b>	<b>44.475.542</b>	<b>6,82</b>		<b>49.106.655</b>	<b>7,11</b>		<b>10,41</b>		<b>5</b>	<b>-</b>
Acre	1.699.401	0,26		1.792.450	0,26		5,48		25	5
Amapá	1.280.810	0,20		1.353.724	0,20		5,69		27	7
Amazonas	13.016.522	1,99		13.944.934	2,02		7,13		15	2
Pará	16.945.382	2,60		19.974.289	2,89		17,87		10	1
Rondônia	5.764.521	0,88		5.959.476	0,86		3,38		20	3
Roraima	1.569.336	0,24		1.596.731	0,23		1,75		26	6
Tocantins	4.199.569	0,64		4.485.052	0,65		6,80		24	4
<b>Nordeste</b>	<b>108.892.199</b>	<b>16,69</b>		<b>115.503.807</b>	<b>16,72</b>		<b>6,07</b>		<b>3</b>	<b>-</b>
Alagoas	5.397.896	0,83		5.819.291	0,84		7,81		21	7
Bahia	31.273.800	4,79		33.744.252	4,88		7,90		7	1
<b>Ceará</b>	<b>16.231.220</b>	<b>2,49</b>		<b>17.124.668</b>	<b>2,48</b>		<b>5,50</b>		<b>12</b>	<b>3</b>
Maranhão	9.975.060	1,53		11.494.589	1,66		15,23		16	4
Paraíba	7.521.301	1,15		7.690.069	1,11		2,24		18	5
Pernambuco	21.643.712	3,32		22.037.686	3,19		1,82		9	2
Piauí	5.705.537	0,87		5.776.388	0,84		1,24		22	8
Rio Grande do Norte	6.868.594	1,05		7.194.984	1,04		4,75		19	6
Sergipe	4.275.079	0,66		4.592.228	0,66		7,42		23	9
<b>Sudeste</b>	<b>319.264.918</b>	<b>48,93</b>		<b>336.853.513</b>	<b>48,76</b>		<b>5,51</b>		<b>1</b>	<b>-</b>
Espírito Santo	15.341.364	2,35		16.577.176	2,40		8,06		13	4
Minas Gerais	67.811.780	10,39		70.712.938	10,24		4,28		2	2
Rio de Janeiro	47.136.864	7,22		44.957.737	6,51		-4,62		3	3
São Paulo	188.974.908	28,96		204.605.662	29,62		8,27		1	1
<b>Sul</b>	<b>113.960.826</b>	<b>17,47</b>		<b>119.966.533</b>	<b>17,37</b>		<b>5,27</b>		<b>2</b>	<b>-</b>
Paraná	39.133.009	6,00		42.286.815	6,12		8,06		5	2
Rio Grande do Sul	45.737.554	7,01		43.252.633	6,26		-5,43		4	1
Santa Catarina	29.090.262	4,46		34.427.085	4,98		18,35		6	3
<b>C. Oeste</b>	<b>65.871.479</b>	<b>10,10</b>		<b>69.348.977</b>	<b>10,04</b>		<b>5,28</b>		<b>4</b>	<b>-</b>
Distrito Federal	9.893.449	1,52		10.107.744	1,46		2,17		17	4
Goiás	23.482.976	3,60		24.257.443	3,51		3,30		8	1
Mato Grosso	18.663.728	2,86		19.699.559	2,85		5,55		11	2
Mato Grosso do Sul	13.831.326	2,12		15.284.232	2,21		10,50		14	3
<b>Total</b>	<b>652.464.962</b>	<b>100,00</b>		<b>690.779.486</b>	<b>100,00</b>		<b>5,87</b>		<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: SEFAZ/CEESE

## AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SEFAZ-CE EM 2022

A política fiscal adotada pelo Estado, fundamenta-se na busca do aumento da arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária, combate à sonegação e incremento do bem-estar social de todos os cearenses. Assim, essa política atua em prol de um suporte fiscal para todas as medidas socioeconômicas adotadas pelo Governo Estadual, denotando, assim, a importância da Secretaria da Fazenda (Sefaz-CE) para toda a sociedade.

Foram realizadas ações com foco em: representação fiscal, comitê interinstitucional de recuperação de ativos e ações conjuntas com Ministério Público Estadual, delegacia de combate aos crimes contra a ordem tributária e Polícia Rodoviária Federal. A seguir, destacam-se algumas ações realizadas e os respectivos resultados obtidos em 2022:

- Representação fiscal: no ano de 2022, foram enviadas ao Ministério Público 198 Representações Fiscais, referentes a 256 Autos de Infração, inscritos na Dívida Ativa, que configuram, em tese, redução ou supressão de tributo, no valor total de ICMS R\$66.987.294,61, Multa R\$ 68.384.117,00, perfazendo um total de R\$135.371.411,61;

- Comitê interinstitucional de recuperação de ativos – (CIRA): durante o ano de 2022, foram selecionados 60 CNPJ's básico de empresas que declararam o ICMS, resultados da apuração mensal, e que não recolheram ao erário estadual, configurando a apropriação indébita, conforme Lei nº 17.354/2020 (Devedor Contumaz), para notificação e realização de audiências com os órgãos participantes do comitê. Das selecionadas, foi expedida notificação para 10 delas, que somam débitos no valor de R\$ 8.833.130,68 (oito milhões, oitocentos e trinta e três mil, cento e trinta reais e sessenta e oito centavos).

Ações conjuntas com ministério público estadual, delegacia de combate aos crimes contra a ordem tributária – (DCCOT) e polícia rodoviária federal:

- Operação cigarro<sup>14</sup> – 14/02/2022: uma ação conjunta da Polícia Rodoviária Federal e a Secretaria da Fazenda do Ceará resultou na identificação e apreensão de um veículo oriundo do estado do Rio de Janeiro que transportava 60.000 maços (pacotes com 10 carteiras) de cigarros, totalizando 1.200 caixas, enquanto nas notas fiscais informava apenas 200 caixas. As notas fiscais eram de diferentes destinatários como BA, PE e CE. Após as análises e diligências fiscais, foram lavrados 04 autos de infração, totalizando R\$ 1.692.977,25 de ICMS e multa;

- Operação LOTHARI<sup>15,16</sup> – 10/03/2022: um trabalho investigativo da Polícia Civil do Estado do Ceará (PC-CE), por meio da Delegacia de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária (Deccot), em conjunto com a Secretaria da Fazenda (Sefaz-CE) e a Coordenadoria de Inteligência da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) resultou no cumprimento de cinco mandados de buscas e apreensão e sequestro de oito veículos em

<sup>14</sup> Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/prf-apreende-carga-de-cigarro-avaliado-em-r-3-milhoes-no-eusebio-1.3192785>

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/2022/03/10/operacao-de-combate-a-sonegacao-fiscal-resulta-no-cumprimento-de-mandados-em-desfavor-de-empresas-distribuidoras-de-bebidas-de-fortaleza/>

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2022/03/10/combate-a-sonegacao-fiscal-empresas-distribuidoras-de-bebidas-sao-alvo-de-operacao-no-ceara.html>

desfavor de empresas atuantes em Fortaleza do setor de bebidas. Durante a ofensiva, mais de R\$ 115 mil em espécie foram apreendidos, além de celulares, computadores e notebooks;

- Operação Escócia<sup>17,18</sup> – 24/05/2022: a Secretaria da Fazenda do Ceará (Sefaz-CE) e o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) deflagram, em 24/05/2023, a Operação Escócia, com o objetivo de desarticular um esquema milionário de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro envolvendo o segmento de bebidas. A Vara de Delitos de Organizações Criminosas expediu 32 mandados de busca e apreensão e oito mandados de prisão, sendo seis mandados de prisão temporária e dois mandados de prisão preventiva contra empresários, contadores e facilitadores em oito municípios cearenses (Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Eusébio, Juazeiro do Norte, Iguatu, Crateús e Quixadá).

Apurou-se que, entre o exercício de 2017 até meados de 2020, o esquema delituoso registrou cerca de R\$ 95 milhões em operações com fortes indícios de irregularidades, o que implica dizer que aproximadamente R\$ 28 milhões deixaram de ser recolhidos aos cofres públicos em decorrência da ação contínua do grupo criminoso.

### **2.2.1.2. Receita de Contribuições**

A Receita de Contribuições, com previsão final de arrecadação no valor de R\$ 1,18 bilhão, no exercício, atingiu o montante de arrecadação bruta de R\$ 1,34 bilhão, excluídas as receitas de contribuições patronais, intraorçamentárias, no valor de R\$1,54 bilhão, representa 4,20 % da Receita Corrente bruta.

### **2.2.1.3. Receita Patrimonial**

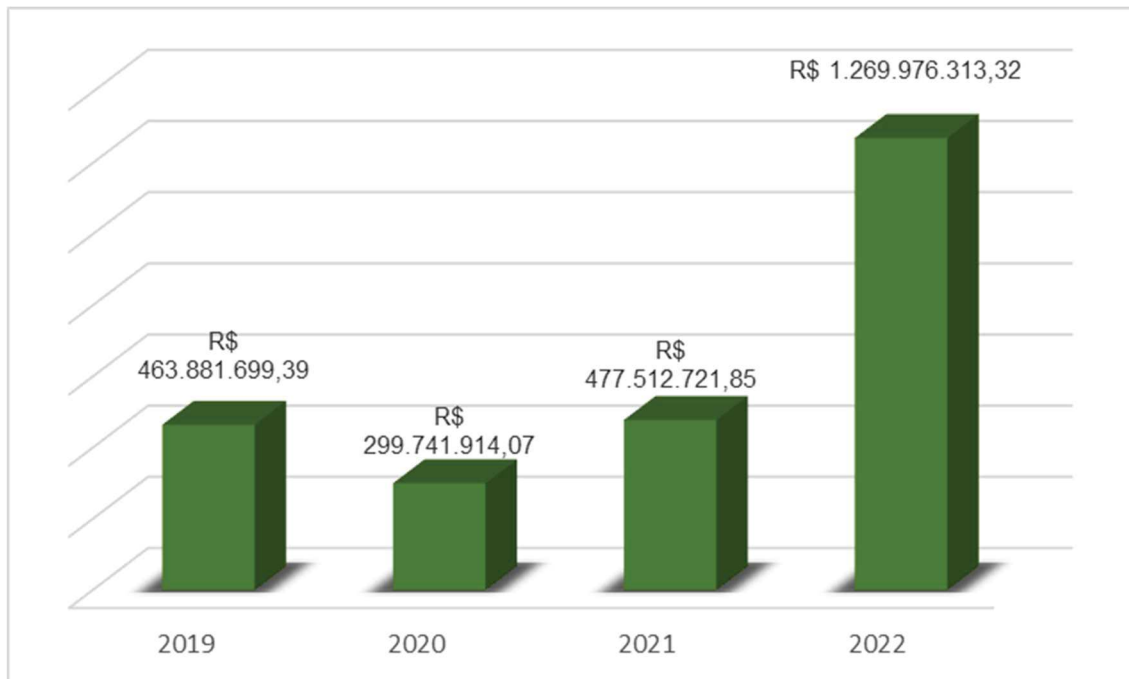
A Receita Patrimonial, com previsão final de R\$ 602,6 milhões, no exercício atual, atingiu a quantia de R\$ 1,3 bilhões, correspondendo a 3,08% das Receitas Correntes (excluídas as receitas intraorçamentárias) e participando apenas com 2,87% da receita total bruta. Do montante realizado, 74,33% estão na administração direta e 25,67% na administração indireta.

As receitas de juros e correção monetária, que correspondem sobretudo a juros e títulos de renda, remuneração de depósitos bancários e juros sobre o capital próprio, somaram montante aproximado de R\$ 1,25 bilhão, representando mais de 93,77% do total da receita patrimonial. A receita de dividendos contribui com R\$ 45,75 milhões.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2022/05/24/sefaz-ceara-e-mpce-deflagram-operacao-de-combate-a-sonegacao-no-setor-de-bebidas/>

<sup>18</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/05/24/operacao-investiga-empresa-de-bebidas-que-teria-sonegado-quase-r-30-milhoes.ghtml>

**Gráfico 21 - Evoluão da Receita Patrimonial**



FONTE: SEFAZ/CECOG

#### 2.2.1.4 Receita Agropecuária

No exercício atual, não foi previsto arrecadao para essa subcategoria de receita, porém ocorreu realizao de receita de quase R\$ 9 mil correspondendo a 0,02% das Receitas Correntes.

#### 2.2.1.5 Receitas de Serviços

Para as Receitas de Serviços (excluindo as intraorçamentárias no valor de R\$ 23 milhões), no exercício atual, foi prevista uma arrecadao de R\$ 797 milhões, e foi realizada R\$ 404 milhões, representando 60,69 % do que foi previsto. Em comparao com a arrecadao do exercício anterior, esta receita cresceu 42,16% em termos nominais. Duas receitas tiveram uma arrecadao expressiva: a receita de serviços e atividades referentes a saúde que atingiu a cifra de R\$ 147 milhões e a receita de serviços administrativos e comerciais gerais que alcançou o montante de R\$ 247 milhões, juntas representam 97,90% do seu grupo.

#### 2.2.1.6 Transferências Correntes

Na origem Transferências Correntes, com previsão final de R\$ 15,23 bilhões, foi arrecadado o valor bruto de R\$16,45 bilhões, acima do que foi previsto em 8,06%. Em relao ao exercício anterior, comparando-se as receitas brutas, verifica-se um aumento no total de transferências recebidas de 26,80%.

Desse total, no que diz respeito às transferências constitucionais e legais realizadas pela União ao Estado, no exercício atual, estas somaram R\$ 16,37 bilhões e, em relao ao exercício anterior, tiveram um incremento nominal de 27,42%, conforme demonstrado na tabela seguinte.

**Tabela 25 - Demonstrativo Comparativo das Transferências Constitucionais da União – Valores Nominais**

(R\$ Milhares)

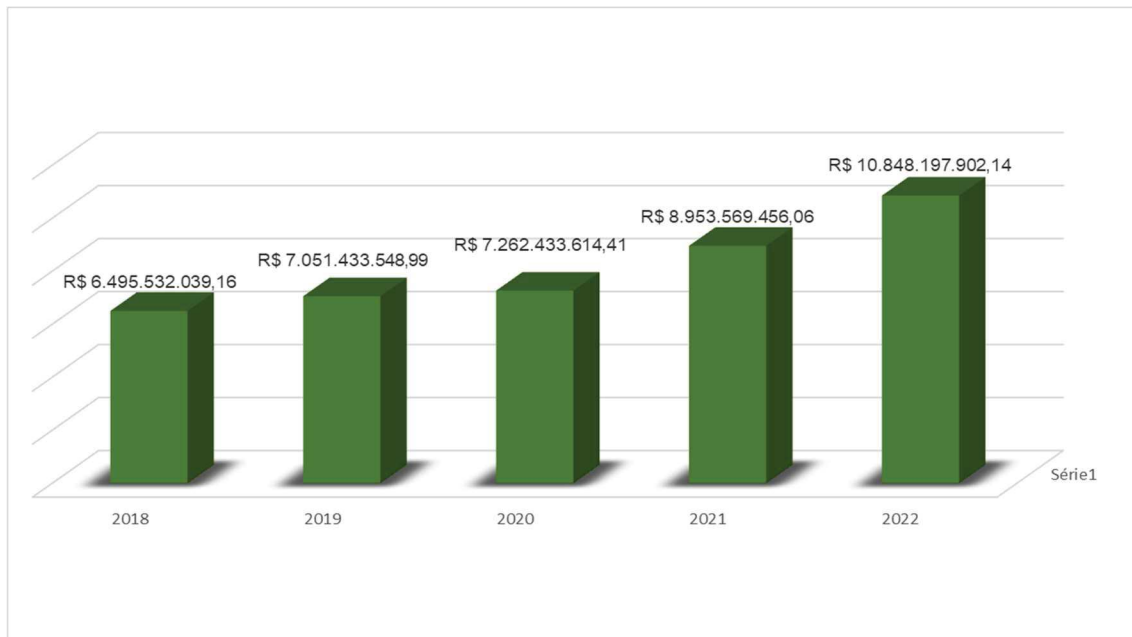
Receitas	2021 (A)	2022 (B)	Var % B/A	Partic. % (B/Total B)
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	8.953.569	10.848.197	21,16	66,24
Cota-Parte da Contribuição. de Intervenção no Domínio Econômico	16.733	26.108	56,03	0,16
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo	39.924	58.127	45,59	0,35
Cota-parte Royalties – Comp. Fin. pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89	2.612	2.855	9,30	0,02
Cota-parte Royalties pelo Exc. da Prod. do Petróleo – Lei nº 9.478/97, art 49, I e II	1.099	1.203	9,46	0,01
Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Cambio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização de ouro	16	1	-93,75	0,00
Assistência Financeira Transporte Coletivo – Art. 5º, inciso IV - EC nº 123/2022	0	24.706	-	0,15
Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	0	31.135	-	0,19
Cota-Parte do Imposto sobre Produtos. Industrializados Estados Exportadores	67.774	49.631	-26,77	0,30
Bônus de Cessão Onerosa - Lei nº 13885/2019	0	108.939	-	0,67
Transferências Provenientes da Lei 14.172/2021	0	210.296	-	1,28
Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	2.140	3.051	42,57	0,02
Transf. de Rec. do Fundo de Man. e Des. da Educação Básica e de Val. dos Prof.	1.703.672	1.913.824	12,34	11,69
Tran. Rec. da Com. da União ao Fun.de Man e Des.da Edu. Bás. e de Val dos Prof.	682.233	830.184	21,69	5,07
Transf. Diretas do FNDE ref. ao Programa Nacional de Alim. Escolar – PNAE	48.871	51.061	4,48	0,31
Transf. Diretas do FNDE ref. ao Pro. Nac. de Apoio ao Trans. do Escolar – PNATE	1.966	2.690	36,83	0,02
Transferências Decorrentes de Decisão Judicial (precatórios) Relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF	0	1.218.366	-	7,44
Transferências do Salário-Educação	75.452	81.941	8,60	0,50
Transferências Oriundas da Lei Pelé	3.293	3.874	17,64	0,02
Transf. de Rec.do- SUS Rep. Fundo a Fundo Cust. das Ações e Ser. Púb. de Saúde.	911.647	697.296	-23,51	4,26
Emendas Parlamentares Individuais Impositivas	183	300	63,93	0,00
Emendas Parlamentares de Bancada	103.096	87.902	-14,74	0,54
Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	1.204	441	-63,37	0,00
Transferência LC 176/2020 - Compensação de Créditos Lei Kandir	38.633	31.500	-18,46	0,19
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	81.588	27.678	-66,08	0,17
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	13.539	2.596	-80,83	0,02
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	1.669	11.288	576,33	0,07
Transferências destinadas ao Fundo Estadual do Trabalho - FET	0	1.635	-	0,01
Transf. Diretas do FNDE ref. ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	0	1	-	0,00
Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	2.390	20.404	753,72	0,12
Outras Transferências de Convênios da União	59.028	28.512	-51,70	0,17
Outras Transferências da União	39.630	793	-98,00	0,00
<b>Total geral</b>	<b>12.851.961</b>	<b>16.376.547</b>	<b>27,42</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SEFAZ/CECOG



Contribuíram para esse incremento, principalmente, as transferências originárias da Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, que totalizaram mais de R\$ 10,84 bilhões em valores brutos, e as decorrentes de Precatórios relativos aos Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

**Gráfico 22 - Evolução da Receita do FPE - Valores Brutos**



FONTE: SEFAZ/CECOG

## FUNDEB

As receitas que compõem a base de cáculo do FUNDEB foram registradas pelos seus valores brutos. Contudo, os percentuais deduzidos da arrecadação das receitas e aqueles retidos automaticamente das transferências, ambos destinados o formação do FUNDEB foram registrados em conta contábil de dedução da Receita Orçamentária Arrecadada, conforme Portaria Conjunta STN/SOF/ME n 117, de 28 de outubro de 2021 – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As tabelas seguintes demonstram a composição dos recursos que formam o FUNDEB, bem como os que o Estado do Ceará transfere para o Fundo. A composição das origens do FUNDEB está discriminada na tabela a seguir.

**Tabela 26 - Demonstrativo das Origens dos Recursos do FUNDEB do Estado do Ceará**

(R\$ Milhares)

Receitas que Compõem o Retorno do FUNDEB (Origem dos Recursos)	Valor	Part. %
ICMS	868.657	31,66
FPE	547.133	19,94
FPM	411.286	14,99
IPVA	75.319	2,74
ITCD	7.185	0,26
IPI	2.503	0,09
AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART. 5º, INCISO V, EC Nº 123/2022	1.570	0,06
ITR	170	0,01
<b>Total do Retorno do FUNDEB</b>	<b>1.913.825</b>	<b>69,75</b>
Complemento da União do Exercício	798.903	29,11
Complemento da União União de Exercícios Anteriores	31.281	1,14
<b>Total do Complemento da União</b>	<b>830.184</b>	<b>30,25</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.744.009</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados coletados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A

Nota: A Complementação da União de Exercícios Anteriores está prevista na Portaria Interministerial nº 1, de 25 de abril de 2022

Os recursos transferidos ao FUNDEB, que correspondem a 20% da parcela pertencente ao Governo Estadual do ICMS, inclusive o adicional ao FECOP, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação e do Auxílio Financeiro concedido pelo Governo Federal com base na Emenda Constitucional nº 123/2022 foram registrados como dedução da respectiva Receita Orçamentária, conforme discriminado a seguir.

O resultado negativo do FUNDEB representa a participação que os Municípios auferiram nos recursos transferidos pelo Estado ao Fundo, conforme composição distributiva estabelecida pela Lei nº 14.113/2020. Os valores computados pelo regime de caixa com repasses realizados em 2022, constam repasses complementares de 2021: ICMS: R\$ 49.727.723,28; FECOP: R\$ 13.162.648,96; IPVA: R\$ 1.733.784,07; ITCD: R\$ 3.051.663,66 e parcela da receita arrecadada em 2022 foi repassada ao FUNDEB em 2023: ICMS: R\$ 38.063.740,89; ICMS FECOP: R\$ 11.104.426,36; IPVA: R\$ 405.851,67; ITCD: R\$ 2.915.349,91.

**Tabela 27 - Demonstrativo dos Recursos Transferidos ao FUNDEB pelo Estado do Ceará**

Fontes	Valor	% Part.
ICMS	2.515.143,70	50,00
ICMS FECOP	152.668,31	3,03
FPE	2.169.639,58	43,13
IPI EXP	7.444,77	0,15
ITCMD	31.323,51	0,62
IPVA	149.696,00	2,98
AUX. FINANCEIRO EC 123/2022	4.670,35	0,09
<b>Total</b>	<b>5.030.586</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados coletados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A e do Sistema de Arrecadação da SEFAZ/CE;

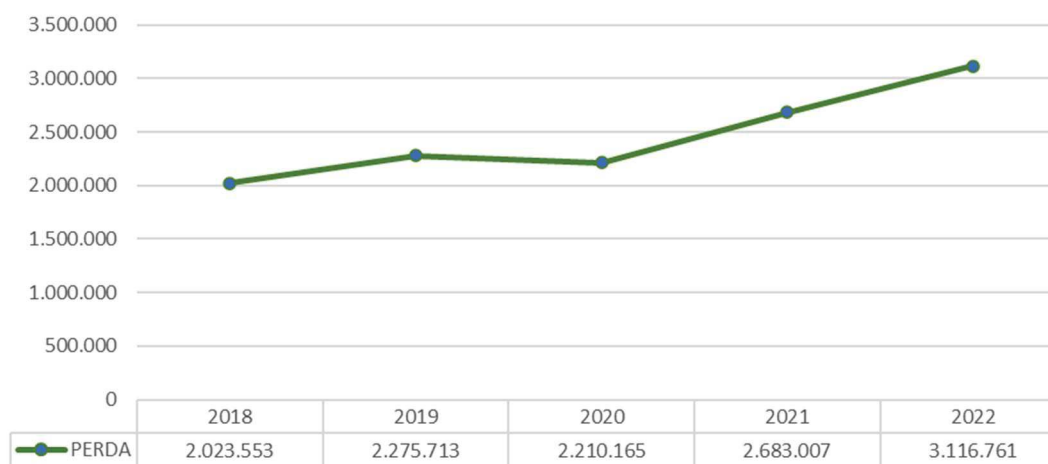
O Estado apresentou o seguinte resultado ao final do exercício.

**Tabela 28 - Demonstrativo do Resultado do FUNDEB no Estado do Ceará**

(R\$ milhares)	
Descrio	Valor
Transferências do Estado	-5.030.586
Retorno	1.913.825
<b>Perda do Estado</b>	<b>-3.116.761</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

**Gráfico 23 - Evoluão das perdas do FUNDEB**



FONTE: SEFAZ/CECOG

### 2.2.1.7 Outras Receitas Correntes

Esse grupo de receitas, em valores brutos (exceto receitas intraorçamentárias), em 2022, apresentou previsão final de arrecadao no valor de R\$ 664,44 milhões e alcançou a cifra realizada de R\$ 823,12 milhões, o que representa 23,88% superior ao previsto. Apresentou, ainda um crescimento em termos nominais de 9,27% em relao ao exercício anterior. A maior parte dessas receitas fazem parte da espécie Demais Receitas Correntes, que gerou um total de arrecadao de R\$ 427,39 milhões (51,92%). Já as receitas de Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais somaram R\$ 234,73 milhões, representando 28,51% do total. Outra Receita com arrecadao expressiva desse grupo são as Indenizaoes, Ressarcimento e Restituoes que contribuíram com R\$161,00 milhões, representando 19,56% da sua subcategoria. Merecem ser citadas as receitas:

Multas Previstas na Legislaço de Trânsito: 151,77 milhões; Recursos de Desvinculao das receitas do Estado: 284,35 milhões; e Participao nos Encargos do FDI-diferido: R\$ 47,27 milhões.

### 2.2.1.8 Dedução da Receita Corrente: Transferências aos Municípios

A Constituição Federal prevê que os Estados repassem parte de sua arrecadação para os municípios que estão dentro de suas fronteiras. A Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas do Estado para os municípios, que antes era tratado como uma despesa (Outras Despesas Correntes), passou a ser lançada como dedução de Receita a partir desse ano. A tabela abaixo mostra os valores da arrecadação estadual que foram repassados aos municípios:

**Tabela 29 - Demonstrativo das Transferências aos Municípios**

(R\$ milhares)

Distribuição de Receitas aos Municípios	Valor
Transferências a Municípios-ICMS	4.107.844
Transferências a Municípios-IPVA	739.814
Transferências a Municípios-IPI-Exportação	12.408
Transferências a Municípios-Royalties	714
Transferências a Municípios-CIDE	6.527
<b>Total</b>	<b>4.867.307</b>

FONTE: SEFAZ

Os Estados e o Distrito Federal recebem da União:

- 10% dos recursos arrecadados pelo imposto sobre produtos industrializados – IPI – proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados, o chamado IPI-Exportação. Desse montante, 25% são repassados aos Municípios conforme art. 159, inciso II e §§ 2º e 3º da Constituição Federal.
- 29% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool – CIDE-Combustíveis. Desse montante, 25% são repassados aos Municípios conforme lei federal nº 10.866, de 04 de maio de 2004.

Os municípios ficam com 50% da arrecadação bruta do IPVA e com 25% da arrecadação bruta do ICMS (art. 158, incisos III e IV da Constituição Federal). Somente depois é calculado o aporte ao FUNDEB, no percentual de 20% sobre a sua cota parte já líquida das transferências aos municípios. Sobre multas e juros de penalidade do ICMS e ICMS FECOP incide somente repasse ao FUNDEB, no percentual de 20%.

Abaixo segue a tabela com a memória de Cálculo das transferências aos municípios e ao FUNDEB:

**Tabela 30 - Memória de Cálculo de Repasses ao Municípios e ao FUNDEB**

(R\$ Milhares)

Tributo\Transferência	Arrecadação Bruta (a)	Restituições (b)	Arrecadação Líquida (c) = (a) - (b)	Dedução de TRANF aos Municípios - Conta (d) - 621310201	Dedução de FUNDEB (e) - 621310101	Conferência Cálculo - Municípios - Diferenças (f) = ((c) *%) - (d)	Conferência Cálculo - FUNDEB (g) = (((c)-(d)x0,2)-(e)
IPVA	1.480.538	911	1.479.628	739.814	149.697	0	-1.734
ITCD	143.907	2.548	141.359	0	31.324	0	-3.052
ICMS	16.429.458	29.220	16.400.238	4.100.060	2.509.337	0	-49.301
ICMS PENALIDADES	26.901	0	26.901	0	5.806	-	-426
ICMS FECOP	697.935	406	697.528	0	152.668	-	-13.163
AUXÍLIO FINANCEIRO	31.136	0	31.136	7.784	4.670	0	0
FPE	10.848.198	0	10.848.198	0	2.169.640	-	0
IPI	49.632	0	49.632	12.408	7.445	0	0
CIDE	26.109	0	26.109	6.527	-	0	-

Fonte: SEFAZICECOG

A diferença nas transferências do cálculo do FUNDEB, no valor de R\$ 67.675.819,97 se refere a arrecadação do exercício de 2021, cujo passivo foi reconhecido em 2021, ainda no S2GPR (NLC01345983, NLC01345984, NLC01345985, NLC01345986, NLC01345987, NLC01345988, NLC01345989), a dedução da receita e seu repasse financeiro ocorreu em somente em 2022. Com a implantação do SiafeCe, o reconhecimento do passivo a dedução da receita são feitos no mesmo momento.

**Tabela 31 - Demonstrativo da Base de Cálculo da Quota parte do ICMS aos Municípios**

(R\$ Milhares)

Especificação	Valor
ICMS	16.257.610
Multas e Juros de Mora do ICMS	71.899
Dívida Ativa do ICMS	91.366
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS	8.583
Aux. Fin. - Outorga Créd. Trib. ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Principal	31.136
<b>Total</b>	<b>16.460.594</b>
(-) Restituições	29.220
Restituições do ICMS Principal	29.220
<b>Total</b>	<b>29.220</b>
<b>Base de Cálculo da Quota Parte do ICMS aos Municípios</b>	<b>16.431.374</b>

## 2.2.2 Receitas de Capital

A categoria Receitas de capital, em 2022 teve uma previsão total de aproximadamente R\$ 2,06 bilhões, e atingiu o montante arrecadado de R\$ 783,84 milhões, participando com 1,73% do total da Receita Orçamentária bruta. As receitas com maior participação nessa categoria foram as Operações de Crédito, com valor arrecadado de R\$ 593,50 milhões e Transferências de Capital com R\$ 183,71 milhões, representando 75,71% e 23,43% da categoria, respectivamente.

**Tabela 32 - Demonstrativo Comparativo das Receitas de Capital Previstas com as Realizadas por Tipo de Administração/Categoria Econômica e Grupo**

(R\$ milhões)

Receita	Prevista (A)	Realizada (B)	% Realização (B/A)	% Part. (B/Total B)
1. Administração Direta				
1.1 Receitas de Capital sem Deduções	1.929.406	742.310	38,47	100,00
1.1.1 Operacoes de Credito	1.396.009	593.505	42,51	79,95
1.1.2 Alienação de Bens	0	88	0,00	0,01
1.1.3 Amortização de Empréstimos	0	5.934	0,00	0,80
1.1.4 Transferências de Capital	533.397	142.783	26,77	19,23
1.2 (-) Deduções	0	0	0,00	0,00
1.2.1 Restitues de Receitas	0	0	0,00	0,00
<b>Total de Receitas de Capital Líquida - Ad. Direta</b>	<b>1.929.406</b>	<b>742.310</b>	<b>38,47</b>	<b>100,00</b>
2. Administração Indireta				
2.1 Receitas de Capital sem Deduções	132.942	41.536	31,24	100,00
2.1.1 Operações de Crédito	0	0	0,00	0,00
2.1.2 Alienação de Bens	74	5	0,07	0,01
2.1.3 Transferências de Capital	113.528	40.929	36,05	98,54
2.1.4 Amortização de Empréstimos	19.340	602	0,03	1,45
2.2 (-) Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1 Restitues de Receitas	0,00	0,00	0,00	0
<b>Total de Receitas de Capital Líquida - Ad. Indireta</b>	<b>132.942</b>	<b>41.536</b>	<b>31,24</b>	<b>100,00</b>
3. Totais				
3.1 Receitas sem Deduções	2.062.348	783.846	38,01	100,00
3.2 Deduções	0	0	0,00	0,00
3.3 Receitas Líquidas (3.1-3.2)	2.062.348	783.846	38,01	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG - Não inclui empresas estatais independentes

### 2.2.2.1 Operações de Créditos

O conceito de operação de créditos, evidenciado pelo item III do art. 29 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

As Operações de Crédito previstas na Lei nº 4.320/1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Resolução do Senado Federal nº 43/2001, são compostas por operações que integram a dívida flutuante e operações da dívida fundada ou consolidada, sendo classificadas em interna ou externa.

Em 2022, as Receitas de Operações de Crédito apresentaram um decréscimo nominal de 57,82% em relação ao ano de 2021. As receitas de Operações de Crédito Externas foram as responsáveis por essa redução, pois apresentaram uma variação negativa em termos nominais de 198,70%, se comparado com o exercício anterior.

Com relação às Operações de Crédito Internas, em 2022, verificou-se um decréscimo de 90,31% em termos nominais, resultado do baixo volume de liberações no ano, se comparado com o exercício anterior. No tocante às Operações de Crédito Externas, observa-se um acréscimo de 38,34% em relação ao exercício de 2021, mas com baixo impacto no Estoque da Dívida que decresceu 6,79%, fortemente afetado pela variação cambial negativa do período.

A Tabela a seguir equipara as Operações de Crédito Previstas e Realizadas e sua efetiva arrecadação para o período de 2018 a 2022.

**Tabela 33 - Demonstrativo Comparativo da Previsão com a Arrecadação da Receita de Operações de Créditos**

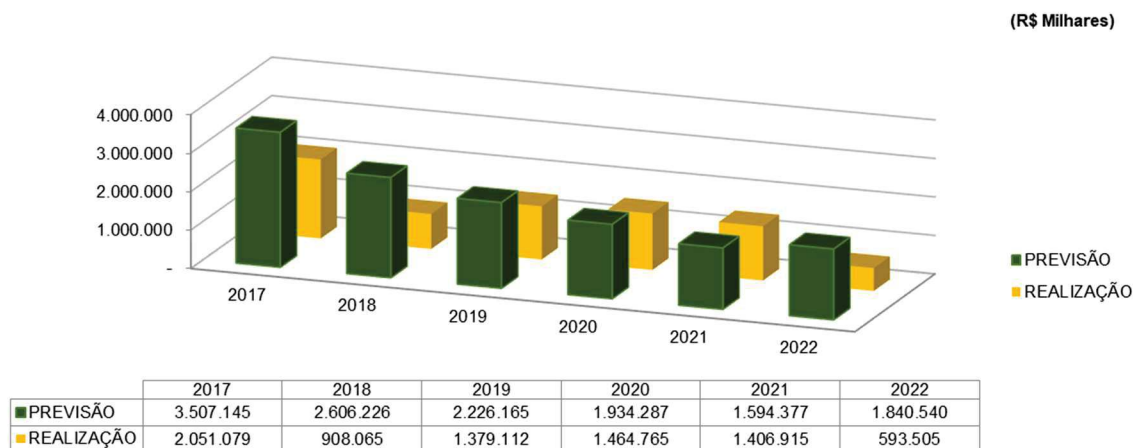
(R\$ Milhares)					
Ano	Previsão(A)	Realização (B)	% Realizado (B/A)	Variação %	
2018	2.606.226	908.065	34,84	-55,73	
2019	2.226.165	1.379.112	61,95	51,87	
2020	1.934.287	1.464.765	75,73	6,21	
2021	2.534.377	1.406.915	88,24	-3,95	
2022	1.396.009	593.505	42,51	-57,82	

Fonte: SEFAZ/COFIS/CEDIP

No tocante à Previsão e à Arrecadação das Receitas de Operação de Créditos, verificou-se que, no exercício 2022, foram realizadas 32,25% das receitas de Operações de Crédito previstas, percentual bem inferior aos 88,24% do exercício de 2021.

No gráfico abaixo, podemos observar a relação entre a Previsão e Arrecadação das Receitas de Operação de Créditos ao longo dos últimos cinco anos.

**Gráfico 24 - Comparativo da Previsão com a Arrecadação da Receita de Operação de Créditos**



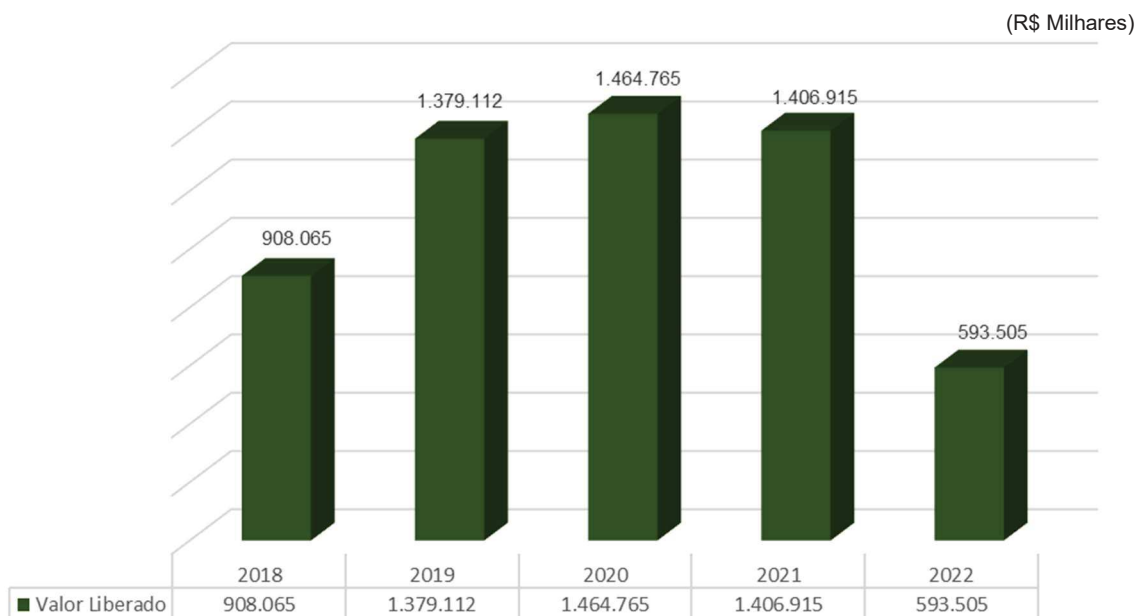
Fonte: SEFAZ/COFIS/CEDIP

Em 2022, a arrecadação de Operação de Crédito atingiu o montante de R\$593.504.606,13, ao passo que no ano de 2021, o valor efetivamente arrecadado foi de R\$1.406.915.418,29. Desse modo, observa-se uma redução de 57,82% das receitas com Operação de Crédito no exercício 2022, quando comparadas com as receitas dessa rubrica no exercício de 2021.

A evolução das Operação Créditos realizadas nos últimos cinco anos, pode ser observada no gráfico a seguir:



### Gráfico 25 - Evoluão das Operaão es de Crédito



Fonte: SEFAZ/COFIS/CEDIP

A participao das Operaão es de Crédito em relao  receita total, nos últimos cinco anos, encontra-se demonstrada na tabela a seguir:

**Tabela 34 - Demonstrativo da Evoluão das Operaão es de Crédito em Relao  Receita Total**

(R\$ Milhares)

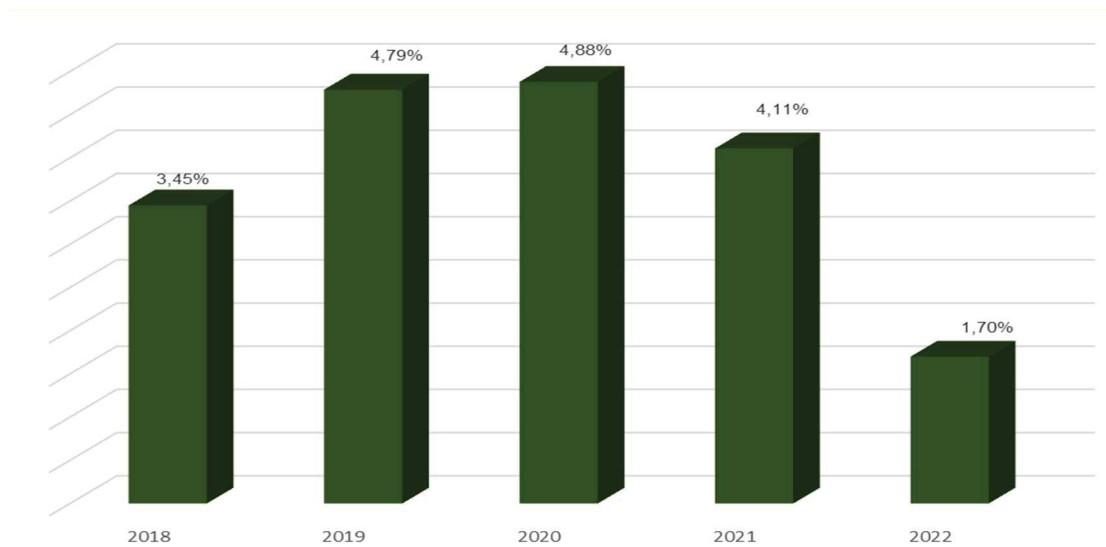
Ano	Valor Liberado	Receita Total	Part %
2018	908.065	25.439.222	3,57
2019	1.379.112	32.602.069	4,23
2020	1.464.765	30.004.951	4,88
2021	1.406.915	34.196.353	4,11
2022	593.505	34.942.851	1,70

FONTE: SEFAZ/COFIS/CEDIP/COPAC/CECOG

No ano de 2022 a Receita Total atingiu a cifra de R\$ 34.942.850.771,66, e a decorrente de Operaão es de Créditos, o montante de R\$ 593.504.606,13, representando 1,70% de participao da Receita Total.

No gráfico a seguir, evidenciam-se os percentuais obtidos, nos últimos cinco anos, das Operaão es de Crédito em relao  Receita Total Líquida

**Gráfico 26 - Participação das Operação de Crédito em Relação  Receita Total**



Fonte: SEFAZ/COFIS/CEDIP

Conforme demonstrado no gráfico acima, as receitas com operação de créditos, no exercício de 2022, representaram o percentual de participação na Receita Total de 1,70%. Já em relação ao exercício de 2021 essa proporção foi de 4,11%. Observa-se que nos últimos cinco anos as Operação de Crédito tiveram uma participação média de 3,79% em relação  receita total.

Quanto  realização de receitas de operação de créditos, verifica-se que houve uma redução significativa (57,82%) no total de captação de recursos, quando se compara os anos de 2022 e 2021. O motivo da diminuio no montante total captado em 2022, deve-se ao fato do Estado do Ceará não ter contratado Operação de Créditos Interna junto ao Banco do Brasil, cujo valor em 2021 foi na ordem de R\$ 940 milhões.

O montante total captado em 2022 foi de R\$ 593.504.606,13, do qual o valor de R\$101.871.389,28 refere-se às Operação de Crédito internas e o valor de R\$ 491.633.216,85 às captação externas, conforme tabela abaixo:

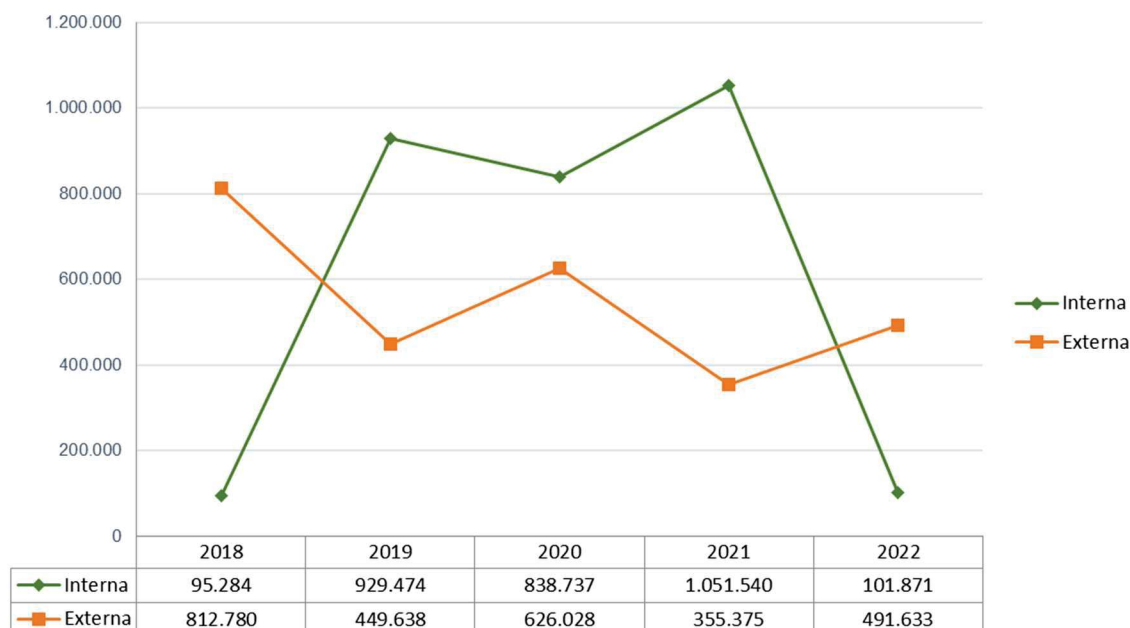
**Tabela 35 - Demonstrativo da Evolução da Receita de Operação de Crédito Interna e Externa**

(R\$ Milhares)

Ano	Interna	Externa	Total	Var. %
2017	1.220.423	830.656	2.051.079	0,00
2018	95.284	812.780	908.065	-55,73
2019	929.474	449.638	1.379.112	51,87
2020	838.737	626.028	1.464.765	6,21
2021	1.051.540	355.375	1.406.915	-3,95
2022	101.871	491.633	593.505	-57,82

Fonte: SEFAZ/COFIS/CEDIP

**Gráfico 27 - Evolução da Receita de Operação de Créditos Interna e Externa**



Fonte: SEFAZ/COFIS/CEDIP

Quando se analisa a captação Interna, nota-se que o volume liberado em 2022 apresentou um decréscimo de 90,31% se comparado com ano anterior. Todavia, a receita com operação de crédito externa observou um acréscimo de 38,24%, neste mesmo período.

### 2.2.2.2 Alienação de Bens

Em 2022, a previsão atualizada para a Receita de Alienação de Bens correspondeu ao valor de R\$74.000,00, já o valor arrecadado totalizou aproximadamente R\$ 93.000,00, superando em 25% a previsão. Do valor arrecadado, R\$ 84.900,00 refere-se à Alienação de Bens Imóveis e R\$ 8.121,98 às receitas de Alienação de Bens Móveis e Semoventes.

### 2.2.2.3 Amortização de Empréstimos

A previsão da Receita para tal categoria de receita somou R\$ 19,34 milhões. Porém Foi arrecadada a importância de R\$ 6,53 milhões, contribuindo com 0,83% para composição das receitas de capital. Comparando o valor realizado com o exercício anterior, essa subcategoria de receita apresentou uma variação positiva de 1.923,53%. Os valores arrecadados se referem em sua maioria a retornos do programa PROAPI – Programa de Incentivo às Atividades Portuárias e Industriais.

### 2.2.2.4 Transferência de Capital

Para essa subcategoria de receita foi prevista em 2022 a importância de R\$ 646,92 milhões, e foi realizada a cifra de R\$ 183,71 milhões, uma realização de apenas 28,43%. Em termos de realização apresentou uma variação negativa nominal de 2,97% em relação ao exercício anterior. As receitas de Transferências da União e suas entidades participam com 97,67%. As Transferências de Convênios têm sempre se destacado na realização da receita Transferências de Capital. Vale enfatizar, que em 2022 as receitas de Convênios de Capital recebidas sofreram uma redução de 2,97%.

### 2.2.3 Receitas dos Fundos Previdenciários

O total das Receitas de Contribuições, no montante de R\$ 3.104.897 mil, corresponde a 50,50% da Receita Orçamentária arrecadada Líquida da Administração Indireta, firmando-se como sua maior fonte de receita. São responsáveis por esta arrecadação os fundos previdenciários FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID e FPP, Unidades Gestoras – UG’s n.é 460401, 460501, 460701 e 010101, respectivamente.

As receitas formadas pelas contribuições dos servidores, contribuição patronal, rendimentos de aplicações financeiras, compensação previdenciária e outras receitas dos Fundos de Previdência (FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID e FPP), recursos de arrecadação própria, registradas nas fontes 2.03.00, 2.04.00, 2.05.00 e 2.06.00, somaram R\$ 3.439.782mil, representando 55,94% do total da Receita Orçamentária arrecadada da Administração Indireta. Evidenciamos suas receitas nas tabelas a seguir:

**Tabela 36 - Demonstrativo da Receita Consolidada dos Fundos: FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID (Origem de Recursos)**

Especificação	(R\$ milhões)			
	Previsão Atualizada	Realização	% Realização	% Participação
1. Receitas Correntes	3.218.164	3.439.782	106,89	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	2.728.941	3.104.897	113,78	90,26
1.1.1. Contribuições dos Segurados para o RPPS	1.181.444	1.333.858	112,9	38,78
1.1.1.1. Ativos	828.559	960.712	115,95	27,93
1.1.1.2. Inativos	259.524	287.853	110,92	8,37
1.1.1.3. Pensionistas	93.361	85.294	91,36	2,48
1.1.2. Contribuição Patronal para o RPPS	1.547.497	1.771.038	114,45	51,49
1.2. Receita Patrimonial	53.320	109.768	205,87	3,19
1.3. Receitas de Serviços	100	30	29,66	0,00
1.4. Outras Receitas Correntes	435.803	225.088	51,65	6,54
1.4.1. Compenso Financeira entre Regimes Previdenciários	10.603	0	0	0,00
1.4.2. Demais Receitas Correntes	425.200	225.088	52,94	6,54
<b>Total</b>	<b>3.218.164</b>	<b>3.439.782</b>	<b>106,89</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/CEORG

**Tabela 37 - Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro FUNAPREV (Origem de Recursos)**

(R\$ milhares)

Especificação	Previsão Atualizada	Realização	% Realização	
			% Realização	% Participação
1. Receitas Correntes	1.836.486	2.048.620	111,55	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	1.824.028	2.031.452	111,37	99,16
1.1.1. Contribuições dos Segurados para o RPPS	808.733	887.961	109,8	43,34
1.1.1.1. Ativos	574.482	637.565	110,98	31,12
1.1.1.2. Inativos	200.057	239.129	119,53	11,67
1.1.1.3. Pensionistas	34.194	11.267	32,95	0,55
1.1.2. Contribuição Patronal para o RPPS	1.015.295	1.143.490	112,63	55,82
1.2. Receita Patrimonial	1.854	17.169	925,81	0,84
1.3. Receitas de Serviços	0	0	0	0,00
1.4. Outras Receitas Correntes	10.603	0	0	0,00
1.4.1. Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	10.603	0	0	0,00
1.4.2. Demais Receitas Correntes	0	0	0	0,00
<b>Total</b>	<b>1.836.486</b>	<b>2.048.620</b>	<b>111,55</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/CEORG

**Tabela 38 - Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVMILITAR (Origem de Recursos)**

(R\$ milhares)

Especificação	Previsão Atualizada	Realização	% Realização	
			% Realização	% Participação
1. Receitas Correntes	567.592	614.275	108,22	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	566.999	608.468	107,31	99,05
1.1.1. Contribuições dos Segurados para o RPPS	242.314	258.256	106,58	42,04
1.1.1.1. Ativos	156.087	181.991	116,6	29,63
1.1.1.2. Inativos	58.033	47.620	82,06	7,75
1.1.1.3. Pensionistas	28.194	28.645	101,6	4,66
1.1.2. Contribuição Patronal para o RPPS	324.685	350.212	107,86	57,01
1.2. Receita Patrimonial	593	5.807	979,18	0,95
1.3. Receitas de Serviços	0	0	0	0,00
1.4. Outras Receitas Correntes	0	0	0	0,00
1.4.1. Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	0	0	0	0,00
1.4.2. Demais Receitas Correntes	0	0	0	0,00
<b>Total</b>	<b>567.592</b>	<b>614.275</b>	<b>108,22</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/CEORG

**Tabela 39 - Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVID (Origem de Recursos)**

(R\$ milhares)

Especificação	Previsão Atualizada	Realização	% Realização	
			% Realização	% Participação
1. Receitas Correntes	802.151	757.071	94,38	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	330.479	458.871	138,85	60,61
1.1.1. Contribuições dos Segurados para o RPPS	126.742	184.296	145,41	24,34
1.1.1.1. Ativos	95.640	139.102	145,44	18,37
1.1.1.2. Inativos	172	-146	-84,57	-0,02
1.1.1.3. Pensionistas	30.930	45.339	146,59	5,99
1.1.2. Contribuição Patronal para o RPPS	203.737	274.575	134,77	36,27
1.2. Receita Patrimonial	46.672	73.138	156,71	9,66
1.3. Receitas de Serviços	0	0	0	0,00
1.4. Outras Receitas Correntes	425.000	225.063	52,96	29,73
1.4.1. Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	0	0	0	0,00
1.4.2. Demais Receitas Correntes	425.000	225.063	52,96	29,73
<b>Total</b>	<b>802.151</b>	<b>757.071</b>	<b>94,38</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/CEORG

**Tabela 40 - Demonstrativo da Receita do Fundo de Previdência Parlamentar - FPP (Origem de Recursos)**

(R\$ milhares)

Especificação	Previsão Atualizada	Realização	% Realização	% Participação
1. Receitas Correntes	11.935	19.816	166,02	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	7.435	6.107	82,13	30,82
1.1.1. Contribuições dos Segurados para o RPPS	3.655	3.345	91,51	16,88
1.1.1.1. Ativos	2.350	2.054	87,37	10,37
1.1.1.2. Inativos	1.263	1.250	98,96	6,31
1.1.1.3. Pensionistas	42	42	99,03	0,21
1.1.2. Contribuição Patronal para o RPPS	3.780	2.762	73,07	13,94
1.2. Receita Patrimonial	4.200	13.654	325,1	68,90
1.3. Receitas de Serviços	100	30	29,66	0,15
1.4. Outras Receitas Correntes	200	25	12,5	0,13
1.4.1. Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	0	0	0	0,00
1.4.2. Demais Receitas Correntes	200	25	12,5	0,13
<b>Total</b>	<b>11.935</b>	<b>19.816</b>	<b>166,02</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/CEORG

A receita de Contribuição denominada Patronal/Autopatrocínio, integrante do Fundo de Previdência Parlamentar - FPP, mesmo contabilizada com vinculação à fonte de recursos 2.06.00, não se caracteriza como intraorçamentária, tendo em vista tratar-se do valor custeado pelo próprio ex-parlamentar.

#### 2.2.4 Receitas Correntes Intraorçamentárias por Tipo de Administração

São receitas correntes de órgãos, autarquias, fundações, empresa dependentes e de outras entidades, integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, cujo fato gerador tenha sido originado de despesas pela compra de materiais, bens e serviços, pagamentos de impostos, taxas e contribuições e outras, quando o credor também fizer parte da mesma esfera de governo.

Durante o exercício, foi arrecadado o valor bruto de R\$ 2,31 bilhões de receitas intraorçamentárias. Dentro dessa categoria, a receita de contribuições, a mais relevante, encerrou o exercício com arrecadação de aproximadamente R\$ 1,77 bilhão, o que representa 76,62% do total da receita intraorçamentária bruta. Na receita de contribuições intraorçamentárias, destacam-se as contribuições patronais aos regimes próprios de previdência social.

Como demonstra a tabela a seguir, a administração direta atingiu o montante de R\$ 246,89 milhões, que corresponde a 10,66% das receitas intraorçamentárias. Já a Administração Indireta acumulou a importância aproximada de R\$ 2,07 bilhões, representando 89,34% do total das receitas Correntes Intraorçamentárias.

**Tabela 41 - Demonstrativo Comparativo das Receitas Correntes Intraorçamentárias Previstas com as Realizadas por Tipo Administração / Categoria Econômica e Grupo**

(R\$ Milhares)

Receita	Prevista(A)	Realizada(B)	%Realiz.(B/A)	%Part.( B/Total B)
1-Administração Direta	21.134	246.899	1.168	10,66
1.1 - Receitas Intraorçamentárias Sem deduções	21.134	246.899	1.168	10,66
1.1.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.000	0	0,00	0,00
1.1.2 - Outras Receitas Correntes	16.134	246.899	1.530	10,66
1.2-deduções	0	0	0,00	0,00
1.2.1-Outras Deduções da Receita realizada	0	0	0,00	0,00
1.2.3 - Receitas Intraorçamentárias Líquidas	21.134	246.899	1.168	10,66
2-Administração Indireta	2.096.084	2.069.343	98,72	89,34
2.1 - Receitas Intraorçamentárias Sem deduções	2.096.084	2.069.343	98,72	89,34
2.1.1- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.624	45	1,73	0,00
2.1.2 - Contribuições	1.545.588	1.769.891	115	76,41
2.1.3 - Receita de Serviços	92.445	23.805	25,75	1,03
2.14 - Outras Receitas Correntes	455.427	275.602	60,52	11,90
2.2-Deduções	0	33	0,00	0,00
2.2.1-Outras Deduções da Receita realizada	0	33	0,00	0,00
2.2.1.1-Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0	31	0,00	0,00
2.2.1.2-receita de serviços	0	2	0,00	0,00
2.3 - Receitas Intraorçamentárias Líquidas	0	2.069.310	0,00	89,34
3- Totais				
3.1-Receitas Sem Deduções	2.117.218	2.316.242	109,40	100,00
3.2-Deduções	0	33	0,00	0,00
<b>3.2-Receitas Líquidas</b>	<b>2.117.218</b>	<b>2.316.209</b>	<b>109,40</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

## 2.2.5 Receitas Desvinculadas no Exercício

No exercício de 2019 foi implementada a Desvinculação de Receitas dos Estados - DRE, autorizada pelo Emenda Constitucional nº 93/2016 e regulamentada pela Lei nº 16.721, de 21/12/2018. Pela sistemática utilizada, deduzem-se as receitas nas unidades gestoras arrecadoras e a receita orçamentária é lançada no Tesouro Estadual, em fonte de recursos desvinculada.

No exercício corrente foi desvinculado um total de recursos de R\$ 284.325.359,95, sendo que o Departamento Estadual de Trânsito respondeu com 100,00% da receita desvinculada.

## 2.3 Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária realizada pela Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB), derivada da Lei Orçamentária Anual de 2022 e de seus créditos adicionais, atingiu o montante de R\$ 34.591.952.851,53, correspondendo a 93,06% do valor fixado final, portanto uma realização a menor no montante de R\$ 2.578.263.209,12, equivalente a 6,94% do valor final autorizado.

### 2.3.1 Despesa Orçamentária por Tipo de Orçamento e Categoria Econômica

A tabela a seguir demonstra a despesa orçamentária por tipo de orçamento e categoria econômica. Não contempla os valores autorizados do orçamento das empresas estatais independentes que não executam seus orçamentos no sistema de execução orçamentária do Estado.

**Tabela 42 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Tipo de Orçamento e Categoria Econômica**

(R\$ milhares)

Especificação	Autorização (A)	Realização (B)	Realizada % (B/A)	Participação % (B/Total B)
<b>Fiscal</b>	<b>25.774.673</b>	<b>23.750.637</b>	<b>92,15</b>	<b>68,66</b>
Despesas Correntes	19.042.122	18.549.980	97,42	53,63
Despesas de Capital	6.590.326	5.200.657	78,91	15,03
Reserva de Contingência	142.226	0	0,00	0,00
<b>Seguridade Social</b>	<b>11.343.164</b>	<b>10.818.698</b>	<b>95,38</b>	<b>31,28</b>
Despesas Correntes	10.987.513	10.558.909	96,10	30,52
Despesas de Capital	355.370	259.789	73,10	0,75
Reserva de Contingência	280	0	0,00	0,00
<b>Investimentos Estatais</b>	<b>52.379</b>	<b>22.617</b>	<b>43,18</b>	<b>0,07</b>
Despesas Correntes	23.379	22.617	96,74	0,07
Despesas de Capital	29.000	0	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>37.170.216</b>	<b>34.591.953</b>	<b>93,06</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG - Não incluso as empresas independentes

### 2.3.2 Despesa Orçamentária por Tipo de Crédito

A tabela a seguir demonstra a despesa orçamentária por tipo de crédito. Havia na LOA uma permissão prevista para abertura de créditos especiais de até 32% do valor previsto inicial.



**Tabela 43 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada por Tipo de Crédito**

(R\$ Milhares)

Créditos	Autorização
Ordinários	31.417.362
Suplementares	5.648.749
Especiais	104.105
<b>Total</b>	<b>37.170.216</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

### 2.3.3 Despesa Orçamentária por Poder e Categoria Econômica

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, que obedeceu à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022, a despesa autorizada e a realizada por tipo de orçamento e segundo as categorias econômicas, estão demonstradas a seguir:

**Tabela 44 - Demonstrativo Comparativo da Consolidação da Despesa Fixada com a Realizada por Poder e Categoria Econômica**

(R\$ milhares)

Especificação	Autorizada (A)	Realizada (B)	Realiz.% B/A	part.% (B/Tot.B)
Poder Legislativo	995.675	979.458	98,37	2,83
- Despesas Correntes	963.119	948.074	98,44	2,74
- Despesas de Capital	32.275	31.384	97,24	0,09
- Reserva de Contingência	280	0	0,00	0,00
Poder Judiciário	1.703.102	1.659.028	97,41	4,80
- Despesas Correntes	1.637.276	1.601.174	97,80	4,63
- Despesas de Capital	65.826	57.854	87,89	0,17
Ministério Público	606.401	597.471	98,53	1,73
- Despesas Correntes	593.552	586.910	98,88	1,70
- Despesas de Capital	12.849	10.560	82,19	0,03
Executivo	33.607.589	31.104.058	92,55	89,92
- Despesas Correntes	26.610.176	25.750.204	96,77	74,44
- Despesas de Capital	6.855.187	5.353.855	78,10	15,48
Reserva de Contingência	142.226	0	0,00	0,00
Executivo Autônomo	257.451	251.938	97,86	0,73
Despesas Correntes	248.892	245.144	98,49	0,71
Despesas de Capital	8.559	6.794	79,38	0,02
<b>Total</b>	<b>37.170.216</b>	<b>34.591.953</b>	<b>93,06</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG - Não inclui empresas independentes.

### **2.3.4 Despesa Orçamentária por Poder e rgo**

A tabela abaixo traz a despesa orçamentária total do Estado do Ceará em 2022 e evidencia a parcela de cada órgão e, conseqüentemente, de cada poder nessa despesa.

É feito um comparativo entre a dotação autorizada (toda e qualquer verba aprovada pela Assembleia Legislativa) e o efetivamente realizado durante o ano. Do fruto dessa comparação surge o Saldo a Realizar, que nos diz o quanto da Dotação Autorizada não foi executada durante o ano por diversos motivos.

Por fim, a tabela nos informa a parcela que cada órgão/poder consumiu da despesa realizada total do estado.

**Tabela 45 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, por Poder e Órgão**

(R\$ milhares)

Especificação	Dot. Atualizada(A)	Desp. Realizadas (B)	Saldo a Realizar (A-B)	% Part.(B/A)
<b>Legislativo</b>	<b>995.675</b>	<b>979.458</b>	<b>16.217</b>	<b>2,83</b>
010001 - Assembleia Legislativa	702.959	702.639	320	2,03
010101 - Fundo de Previdência Parlamentar da Assembl Legislativa do Ceará	11.935	10.735	1.200	0,03
020001 - Tribunal de Contas do Estado	280.780	266.084	14.696	0,77
<b>Judiciário</b>	<b>1.703.102</b>	<b>1.659.028</b>	<b>44.074</b>	<b>4,80</b>
040001 - Tribunal de Justiça	1.484.666	1.456.279	28.387	4,21
040101 - Fundo Especial de Reparelhamento e Moderniz do Judicia	198.385	186.139	12.246	0,54
040301 - Fundo Estadual de Segurança Dos Magistrados	3.916	2.103	1.813	0,01
040401 - Fundo Especial de Custeio Das Despesas Com Diligências Dos Oficiais de	16.134	14.507	1.627	0,04
<b>Ministério Público</b>	<b>606.401</b>	<b>597.471</b>	<b>8.930</b>	<b>1,73</b>
150001 - Procuradoria Geral da Justiça	562.321	559.604	2.717	1,62
150201 - Fundo de Defesa Dos Direitos Difusos do Estado do Ceará	4.068	106	3.962	0,00
150301 - Fundo de Seg. Inst. e Inteligência do Ministério Público do Estado do Ceará	405	0	405	0,00
150501 - Fundo de Reap. de Modernização do Ministério Público do Ceará	39.606	37.760	1.846	0,11
<b>Executivo</b>	<b>33.607.589</b>	<b>31.104.058</b>	<b>2.503.531</b>	<b>89,92</b>
080001 - Secretaria da Infraestrutura	701.151	426.077	275.074	1,23
080301 - Departamento Estadual de Trânsito	797.757	709.169	88.588	2,05
081401 - Superintendência de Obras Públicas	2.086.931	1.921.203	165.728	5,55
100001 - Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	181.494	173.176	8.318	0,50
100601 - Fundo de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará	18.339	8.709	9.630	0,03
100607 - FDS Polícia Civil	11.631	10.369	1.262	0,03
100608 - FDS Polícia Militar	21.935	17.043	4.892	0,05
100609 - FDS Corpo de Bombeiros	11.399	8.964	2.435	0,03
100610 - FSPDS Colégio Polícia Militar	3.300	2.521	779	0,01
100611 - FSPDS Colégio Corpo de Bombeiros	1.210	1.015	195	0,00
101021 - Superintendência da Polícia Civil	823.209	808.880	14.329	2,34
101031 - Polícia Militar do Ceará	2.343.260	2.321.710	21.550	6,71
101041 - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará	277.696	274.524	3.172	0,79
101071 - Perícia Forense do Estado do Ceará	148.872	143.522	5.350	0,41
101081 - Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará	37.462	34.072	3.390	0,10
101091 - Sup. de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará	4.832	3.906	926	0,01
105001 - Fundo De Defesa Civil Do Estado do Ceará	14.998	1.820	13.178	0,01
130001 - Procuradoria Geral do Estado	95.406	88.534	6.872	0,26
130101 - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Est. do Ceará	60.620	49.134	11.486	0,14
130201 - Fundo de Modernização e Reparelhamento da PGE	20.738	14.452	6.286	0,04
130301 - Fundo Estadual de Fortalecimento ao Controle Administrativo	1.950	0	1.950	0,00
170001 - Conselho Estadual de Educação	6.797	6.291	506	0,02
180001 - Secretaria da Administração Penitenciária	774.147	759.933	14.214	2,20
180401 - Fundo Penitenciário do Estado do Ceará	16.715	10.870	5.845	0,03
190001 - Secretaria da Fazenda	869.175	853.163	16.012	2,47
190401 - Junta Comercial do Estado do Ceará	37.184	32.050	5.134	0,09
191011 - Encargos Gerais do Estado	3.142.055	3.086.474	55.581	8,92
210001 - Secretaria do Desenvolvimento Agrário	329.394	293.247	36.147	0,85
210101 - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará	142.232	122.936	19.296	0,36
210301 - Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará	41.567	39.157	2.410	0,11
211101 - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará	37.130	32.323	4.807	0,09
211301 - Fundo Est. de Desenvolvimento da Agricultura Familiar	10.150	9.505	645	0,03
220001 - Secretaria da Educação	4.779.535	4.666.830	112.705	13,49

(R\$ milhares)

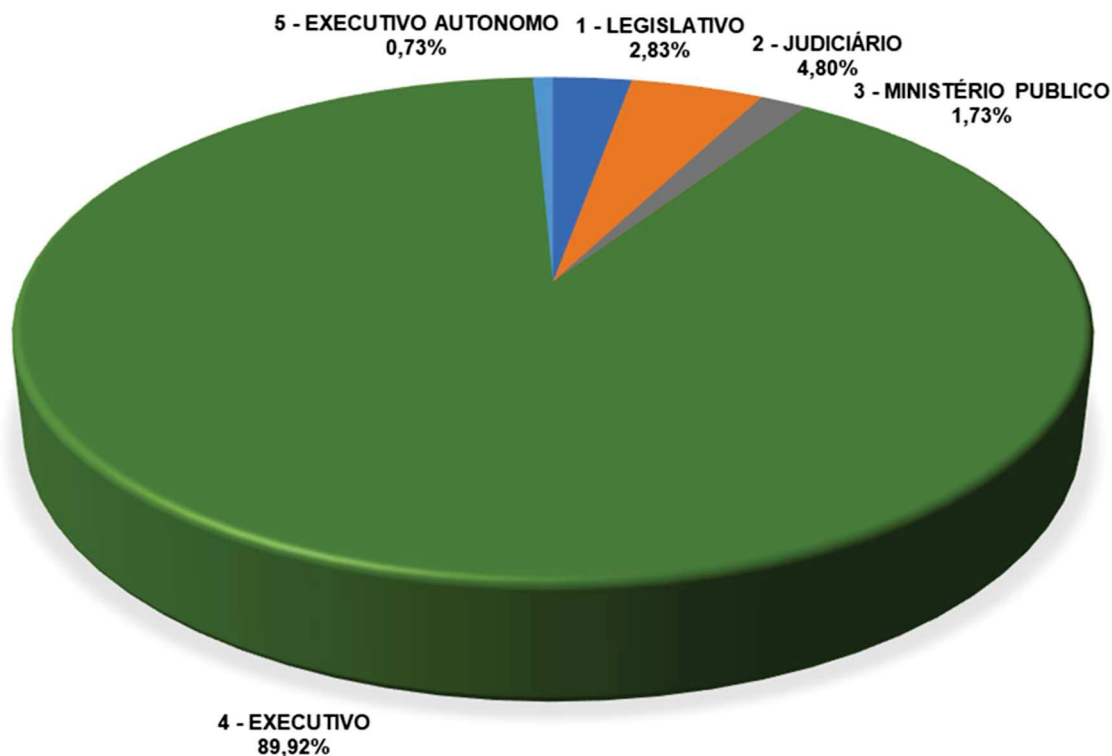
Especificação	Dot.	Desp.	Saldo a	%
	Atualizada(A)	Realizadas (B)	Realizar (A-B)	Part.(B/A)
240301 - Escola de Saúde Pública	3.118	1.729	1.389	0,00
240344 - Centro Odontológico Tipo II - Rodolfo Teófilo	1.508	1.303	205	0,00
240401 - Fundo Estadual de Saúde	4.457.887	4.230.693	227.194	12,23
240424 - Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará	136.096	126.498	9.598	0,37
240479 - Hosp.Geral Policia Militar José Martiniano de Alencar-HGPM	46.122	42.695	3.427	0,12
241281 - Hospital Geral de Fortaleza	433.911	417.895	16.016	1,21
241291 - Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes - Messejana	310.077	288.280	21.797	0,83
241301 - Hospital Geral Dr. Cesar Cals De Oliveira	133.586	126.922	6.664	0,37
241311 - Hospital Infantil Dr. Albert Sabin	218.962	212.165	6.797	0,61
241321 - Hospital de Saúde Mental de Messejana	35.295	33.082	2.213	0,10
241331 - Hospital São José de Doenças Infecciosas	62.374	60.646	1.728	0,18
241501 - Centro Odontológico - Tipo I	10.745	8.610	2.135	0,02
241521 - Instituto de Prevenção Do Câncer	8.472	6.128	2.344	0,02
241531 - Laboratório Central de Saúde Pública	66.487	56.934	9.553	0,16
241561 - Centro Integrado de Diabetes e Hipertensão	5.490	4.334	1.156	0,01
241581 - Centro de Referência Nacional em Dermatologia Sanitária Dona Libânia	4.460	3.663	797	0,01
241591 - Centro Saúde Escola - Meireles	30.718	30.125	593	0,09
241621 - Centro Odontológico - Tipo II - Joaquim Távora	2.731	1.843	888	0,01
270001 - Secretaria da Cultura	270.347	240.921	29.426	0,70
270401 - Fundo Estadual de Cultura	35.155	33.161	1.994	0,10
290001 - Secretaria dos Recursos Hídricos	472.883	139.223	333.660	0,40
290101 - Superintendência de Obras Hidráulicas	81.788	80.516	1.272	0,23
300001 - Casa Civil	266.598	256.778	9.820	0,74
300101 - Fundação de Teleeducação do Ceará	11.272	9.865	1.407	0,03
310001 - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	200.496	104.929	95.567	0,30
310101 - Fundação Universidade Estadual do Ceará	366.056	347.748	18.308	1,01
310201 - Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú	119.145	112.732	6.413	0,33
310301 - Fundação Universidade Regional do Cariri	153.836	144.462	9.374	0,42
310401 - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos	35.641	29.046	6.595	0,08
310501 - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	129.577	115.342	14.235	0,33
310601 - Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará - NUTEC	21.816	21.222	594	0,06
360001 - Secretaria do Turismo	104.651	81.688	22.963	0,24
360101 - Fundo Estadual de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Ceará	1.140	0	1.140	0,00
410001 - Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado	44.085	41.691	2.394	0,12
420001 - Secretaria do Esporte E Juventude do Estado do Ceará	72.325	64.948	7.377	0,19
420101 - Fundo do Desenvolvimento do Esporte e Juventude	15.300	13.108	2.192	0,04
430001 - Secretaria Das Cidades	491.941	344.517	147.424	1,00
430801 - Fundo Estadual de Saneamento Básico	29.803	14.575	15.228	0,04
460001 - Secretaria do Planejamento e Gestão	188.038	156.327	31.711	0,45
460101 - Instituto de Saúde Dos Servidores do Estado do Ceará	24.067	17.113	6.954	0,05
460201 - Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará	193.276	184.252	9.024	0,53
460301 - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	16.706	15.075	1.631	0,04
460401 - Fundo Financeiro Funaprev	3.012.431	3.004.868	7.563	8,69
460501 - Fundo Financeiro Prevmilitar do RPPS/SUPSEC do Estado do Ceará	949.753	948.321	1.432	2,74
460601 - Companhia de Habitação do Ceará	4.978	4.582	396	0,01
460701 - Fundo Previdenciário Previd do RPPS/SUPSEC do Estado do Ceará	802.151	525.107	277.044	1,52
460801 - Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Ceará	321.432	304.713	16.719	0,88
460901 - Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará	25.577	23.631	1.946	0,07

(R\$ milhares)

Especificação	Dot. Atualizada(A)	Desp. Realizadas (B)	Saldo a Realizar (A-B)	% Part.(B/A)
461031 - Escola De Gestao Publica do Estado Do Ceara	4.644	4.462	182	0,01
470001 - Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Dh	501.589	446.145	55.444	1,29
470101 - Fundo Estadual Para Criança e Adolescência	4.700	3.694	1.006	0,01
470104 - Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Sócioeducativo	127.361	117.169	10.192	0,34
470201 - Fundo Estadual de Assistência	250.202	246.716	3.486	0,71
470301 - Fundo Est. Esp. do Des. e Comercialização do Artesanato	2.735	2.555	180	0,01
470501 - Fundo Estadual do Idoso do Ceará	4.023	3.917	106	0,01
480201 - Fundo de Desenvolvimento Industrial	16.163	11.803	4.360	0,03
480401 - Fundo de Incentivo à Eficiência Energética	3.805	2.467	1.338	0,01
490101 - Superintendencia Estadual do Meio Ambiente	108.923	72.788	36.135	0,21
530001 - Controladoria Geral de Disc. Dos Org. de Seg. Púb. e Sistema Penitenciário	14.086	13.271	815	0,04
560001 - Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho	116.967	70.012	46.955	0,20
560901 - Fundo Estadual do Trabalho	740	0	740	0,00
561001 - Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará	94.422	57.222	37.200	0,17
561101 - Fundo de Defesa Agropecuário do Estado do Ceará	301	17	284	0,00
570001 - Secretaria do Meio Ambiente	58.796	70.767	-11.971	0,20
570301 - Fundo Estadual do Meio Ambiente	0	0	0	0,00
580001 - Assessoria Especial da Vice-Governadoria	17.555	15.468	2.087	0,04
<b>Executivo Autonomo</b>	<b>257.451</b>	<b>251.938</b>	<b>5.513</b>	<b>0,73</b>
060001 - Defensoria Pública Geral	222.451	217.830	4.621	0,63
060101 - Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública	35.000	34.108	892	0,10
<b>Total</b>	<b>37.170.216</b>	<b>34.591.953</b>	<b>2.578.263</b>	<b>100,00</b>

FONTE:SEFAZ/CECOG

### Gráfico 28 - Despesa Realizada por Poder



FONTE: SEFAZ/CECOG

O gráfico acima mostra o percentual de cada poder na despesa total. Já as áreas do Poder Executivo que mais se destacaram foram: Secretaria da Educação (13,49%), Fundo Estadual de Saúde (12,23%), Funaprev (8,69%), Encargos Gerais do Estado (8,92%) e Polícia Militar (6,71%).

Os “Encargos Gerais do Estado” representam uma unidade orçamentária ligada à Secretaria da Fazenda em que são realizadas as despesas que abrangem todo o Estado, tais como: o Serviço e Amortização da Dívida Pública, as Transferências Constitucionais aos Municípios, Sentenças Judiciais, PASEP, Pensões Especiais, Indenizações e Restituições e outras.

## FECOP

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, criado através da Lei Complementar nº 37, de 26/11/2003 (DOE de 27/11/2003), e regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/2009), trata-se de um Fundo Especial de Gestão, de natureza contábil, cuja finalidade consiste em viabilizar, para a população pobre e extremamente pobre do Estado do Ceará, acesso a níveis dignos de subsistência, mediante a aplicação de recursos em ações suplementares de assistência social, nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço da renda familiar, combate à seca, desenvolvimento infantil, e outros programas de relevante interesse social, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida. A seguir evidenciamos a execução orçamentária por unidade executora dos recursos do FECOP:

**Tabela 46 - Demonstrativo da Aplicação dos Recursos do FECOP por Órgão**

Especificação	(R\$ milhares)	
	Despesa Empenhada	Part. %
180001 - Secretaria da Administração Penitenciária	6.389	0,94
210001 - Secretaria do Desenvolvimento Agrário	70.964	10,41
210101 - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará	3.219	0,47
220001 - Secretaria da Educação	7.866	1,15
240401 - Fundo Estadual de Saúde	110.143	16,16
270001 - Secretaria da Cultura	6.876	1,01
310501 - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	17.768	2,61
420001 - Secretaria do Esporte e Juventude do Estado do Ceará	15.489	2,27
430001 - Secretaria Das Cidades	26.981	3,96
470001 - Sec. Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Dh	109.570	16,08
470201 - Fundo Estadual de Assistência	222.735	32,68
560001 - Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho	26.393	3,87
561001 - Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará	57.222	8,40
<b>Total</b>	<b>681.615</b>	<b>100,00</b>

FONTES:SEFAZ/CECOG

### 2.3.5 Despesa Orçamentária por Modalidade de Licitação

Licitação é um procedimento administrativo para a contratação de serviços ou aquisição de produtos o Estado. O art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021 diz que os objetivos da licitação são:

- Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
- Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Do total das despesas executada (empenhada) foi licitado o valor de R\$ 11,1 bilhões. O valor não licitado, R\$ 23,5 bilhões, se refere a despesas com pessoal, transferências constitucionais a municípios, transferências voluntárias, pagamento de tributos e contribuições sociais, concessão de diárias, suprimentos de fundos e outras despesas que não se submetem a processo licitatório.

**Tabela 47 - Demonstrativo da Despesa do Estado por Modalidade de Licitação**

(R\$ milhares)	
Tipo de licitação	Valor
Chamada de Oportunidade	59.164
Concorrência	1.360.434
Concurso	1.007
Convite	174.145
Licitação Internacional	211.878
Pregão	2.155.441
Pregão Eletrônico	2.402.262
Pregão Presencial	354.808
Regime diferenciado de Contratação	282.380
Tomada de preços	32.450
Registro de Preço	10.571
Dispensa de Licitação	2.873.238
Inexigível	1.208.302
<b>Total Licitado</b>	<b>11.126.080</b>
<b>Licitação Não Aplicável</b>	<b>23.465.873</b>

FONTE: SEFAZ/CECOG

### 2.3.6 Despesa Orçamentária Consolidada por Função

A despesa por função revela quanto o Estado do Ceará gasta em suas áreas de atuação, como educação, saúde, segurança pública e outras. Essas diferentes funções agregam os gastos de acordo com categorias predefinidas, permitindo comparações das prioridades definidas pelo Estado.

Excluindo-se a função “Encargos Especiais”, cujo percentual de realização foi de 8,92%, quatro funções de governo tiveram realizações expressivas: Saúde (17,22%), Educação (16,19%), Previdência (13,05%) e Segurança Pública (13,79%). O total da despesa realizada nas quatro funções alcança a cifra de R\$20,8 bilhões, representando 60,25% da despesa consolidada.

**Tabela 48 - Demonstrativo da Despesa Orçamentária Consolidada por Função**

(R\$ milhares)

Função	Dotação Atualizada (A)	% Part. (A/Total A)	Despesas Empenhadas(B)	% Part. (B/Total B)	% Realizado (B/A)
01-Legislativa	983.739	2,66	968.723	2,80	98,47
02 - Judiciária	1.703.102	4,60	1.659.028	4,80	97,41
03 - Essencial à Justiça	725.884	1,96	700.456	2,02	96,50
04 - Administração	1.909.838	5,16	1.815.004	5,25	95,03
06 - Segurança Pública	4.896.081	13,22	4.771.437	13,79	97,45
08 - Assistência Social	701.923	1,90	662.547	1,92	94,39
09 - Previdência Social	4.684.142	12,65	4.512.663	13,05	96,34
10 - Saúde	6.290.404	16,99	5.956.948	17,22	94,70
11 - Trabalho	198.510	0,54	116.992	0,34	58,94
12 - Educação	5.761.481	15,56	5.601.077	16,19	97,22
13 - Cultura	353.973	0,96	322.434	0,93	91,09
14 - Direitos da Cidadania	407.493	1,10	371.816	1,07	91,24
15 - Urbanismo	639.882	1,73	560.809	1,62	87,64
16 - Habitação	45.019	0,12	30.345	0,09	67,40
17 - Saneamento	322.527	0,87	208.726	0,60	64,72
18 - Gestão Ambiental	754.637	2,04	389.354	1,13	51,59
19 - Ciência e Tecnologia	260.811	0,70	159.266	0,46	61,07
20 - Agricultura	457.857	1,24	403.523	1,17	88,13
21 - Organização Agrária	33.711	0,09	29.547	0,09	87,65
22 - Indústria	23.555	0,06	16.646	0,05	70,67
23 - Comércio e Serviços	122.025	0,33	109.106	0,32	89,41
24 - Comunicações	191.688	0,52	182.321	0,53	95,11
25 - Energia	89.294	0,24	86.120	0,25	96,45
26 - Transporte	2.218.050	5,99	1.770.026	5,12	79,80
27 - Desporto e Lazer	110.051	0,30	100.564	0,29	91,38
28 - Encargos Especiais	3.142.035	8,49	3.086.474	8,92	98,23
<b>Total</b>	<b>37.027.712</b>	<b>100,00</b>	<b>34.591.952</b>	<b>100,00</b>	<b>93,42</b>

Fonte: SEFAZ - Exclui a reserva de contingência no valor de R\$ 142.506



### 2.3.7 Despesa do FECOP por Função

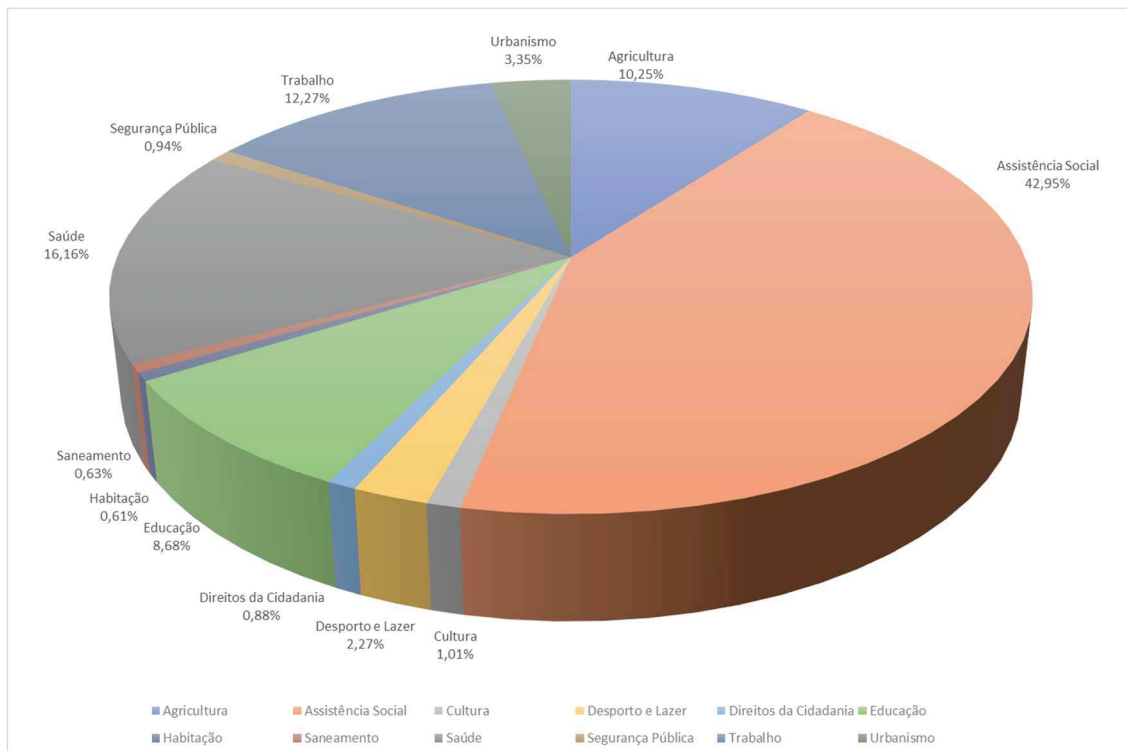
Ressalte-se que no Estado do Ceará a operacionalização do FECOP  individualizada por fonte de recursos (10).

Fonte de recurso é um mecanismo integrador entre a receita e a despesa. Por meio de um codigo, ele exerce um duplo papel no processo orçamentário. Para a receita orçamentária (arrecadação), esse codigo tem a finalidade de indicar a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas orçamentárias, ou seja, quando arrecadado, o dinheiro  “carimbado” para ser utilizado apenas aquele fim especifico. Para a despesa orçamentária, identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados, ou seja, é uma garantia de que aquele recurso “carimbado” quando da arrecadação foi utilizado para o fim a que se propos.

*“§ 3 Os programas, projetos e atividades financiados pelo Fundo Estadual de Combate  Pobreza - FECOP, terão suas dotações orçamentárias consignadas nos órgãos e entidades executores, com fonte de recursos identificada por codigo proprio, denominado “Recursos Provenientes do FECOP” – do art. 1 da Lei Complementar n 37/2003*

Como se percebe, para o cumprimento da missão constitucional do FECOP, as dotações orçamentárias são consignadas nos diversos órgãos e entidades que tenham em suas missões atividades que se relacionem com o combate à pobreza.

**Gráfico 29 - Despesas do FECOP por Função de Governo**



Fonte: SEFAZ/CECOG

Das despesas do FECOP, as que receberam maiores recursos no exercício de 2022, foram os gastos nas seguintes Funções: Assistência Social 42,95%, Saúde 16,16%, Trabalho 12,27% e Agricultura 10,25%.

As despesas vinculadas aos recursos do FECOP apresentaram um incremento de 15,87% em relação ao exercício anterior. As funções que tiveram crescimento nominal significativo de um ano para o outro foram: Segurança pública, Desporto e Lazer e Saneamento.

### 2.3.7 Despesa por Categoria Econômica e Grupo

A tabela abaixo traz a despesa autorizada, exceto a reserva de contingência, evidenciando pela categoria econômica (corrente ou de capital) e pelo Grupo de Natureza de Despesa.

É feito um comparativo entre a dotação autorizada (toda e qualquer verba aprovada pela Assembleia Legislativa) e a despesa empenhada tanto para a administração direta como para a indireta. Do fruto dessa comparação surge a Diferença, que nos diz o quanto da Dotação Autorizada não foi executada durante o ano por diversos motivos.

**Tabela 49 - Demonstrativo da Despesa Orçamentária Consolidada por Categoria Econômica e Grupo**

(R\$ milhares)

Categoria Econômica / Grupo de Despesa	Autorização (A)	Despesas Empenhadas			Diferença E=(A-D)
		Administração Direta (B)	Administração Indireta (C)	Total (D)=(B+C)	
<b>Despesas Correntes</b>	<b>30.053.014</b>	<b>16.118.882</b>	<b>13.012.626</b>	<b>29.131.508</b>	<b>921.506</b>
Pessoal E Encargos Sociais	17.258.750	10.258.315	6.668.730	16.927.045	331.705
Juros E Encargos Da Dívida	864.274	855.326	0	855.326	8.948
Outras Despesas Correntes	11.929.990	5.005.241	6.343.896	11.349.137	580.853
<b>Despesas De Capital</b>	<b>6.974.696</b>	<b>3.192.209</b>	<b>2.268.237</b>	<b>5.460.446</b>	<b>1.514.250</b>
Investimentos	5.328.689	1.666.173	2.197.710	3.863.883	1.464.806
Inversões Financeiras	195.443	85.899	69.971	155.870	39.573
Amortização Da Dívida	1.450.564	1.440.137	556	1.440.693	9.871
<b>Total</b>	<b>37.027.710</b>	<b>19.311.091</b>	<b>15.280.863</b>	<b>34.591.954</b>	<b>2.435.756</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG - Exclui a reserva de contingência no valor de R\$142.506.

Das Despesas Consolidadas, o grupo de Pessoal e Encargos Sociais foi o mais representativo, cuja participação foi de 48,93% do total do gasto do Estado.

A Administração Direta realizou 55,83% das despesas, enquanto o percentual de realização da Administração Indireta foi de 44,17%.

A tabela não considera o valor autorizado no montante de R\$ 142,5 milhões a título de Reserva de Contingência, que é uma dotação global com a finalidade de atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos e que não é destinada a nenhum órgão ou projeto específico, pois não especifica ou detalha onde os recursos serão alocados.

### 2.3.8 Despesas Correntes

As Despesas Correntes são aquelas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. São despesas realizadas para custeio e manutenção dos órgãos da Administração Pública, ou seja, as despesas do dia a dia, tais como: folha de pagamento, energia elétrica, aquisição de material de consumo, servios de terceiros, dentre outras. São classificadas em Pessoal; Juros e Encargos da Dívida; e Outras Despesas Correntes, e são realizadas pelos órgãos do Estado para a manutenção e o funcionamento da máquina administrativa.

Em 2022, alcançaram o montante de R\$ 29,1 bilhões, correspondente a 84,21% da Despesa Orçamentária. A Administração Direta realizou R\$ 16,1 bilhões, participando com 55,33%, e a Administração Indireta, formada pelas Autarquias, Fundaoes, Empresas Estatais Dependentes e pelos Fundos, realizaram R\$ 13 bilhões, participando com 44,67%.

#### **PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

A Despesa com Pessoal e Encargos, no valor de R\$ 16,9 bilhões, representando 58,1% do total da categoria, é o grupo mais expressivo dentro das Despesas Correntes.

Destaque-se que existe uma diferença no total do grupo Pessoal e Encargos Sociais, em relação ao valor apurado no Demonstrativo da Despesa de Pessoal em razão de incluoes e excluoes no cálculo do gasto de pessoal em relação a Receita Corrente Líquida, nos termos do art.18 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e regras estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais.

#### **JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA**

De acordo com a tabela seguinte, os Juros e Encargos da Dívida Interna, no ano de 2022, somaram R\$ 689.820.634,75, representando 2,37% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo de 75,80%, em decorrência, principalmente, do aumento significativo na taxa básica de juros (Selic).

Em relação a dívida interna, o pagamento de Juros sobre a Dívida por Contratos atingiu a cifra de R\$ 631.163.814,05, representando 92,79% do total dos pagamentos dos juros internos. Quanto aos pagamentos de Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato, no valor de R\$ 8.905.605,78, representam 92,29% do total dos pagamentos de encargos internos. Nos pagamentos com a rubrica Outros Encargos foram desembolsados o valor total de R\$743.853,46, representando 7,71% do total de pagamentos da dívida dos Encargos Internos.

No que se refere aos pagamentos da dívida da Lei 9.496/97, foram pagos de juros o total de R\$ 39.920.407,91, o que representa 5,87% do total dos pagamentos da Dívida dos Juros Internos.

**Tabela 50 - Demonstrativo dos Juros e Encargos da Dívida**

(R\$ milhares)

Especificação	Exercícios		Var. % (B/A)
	2021(A)	2022(B)	
<b>Pagamento da Dívida Interna</b>			
<b>Juros Sobre a Dívida Por Contrato</b>	<b>338.568</b>	<b>631.164</b>	<b>86,42</b>
Juros da Dívida Contratada- Empréstimos Internos	338.568	631.164	86,42
<b>Outros Encargos Sobre a Dívida Por Contrato</b>	<b>18.453</b>	<b>8.906</b>	<b>-51,74</b>
Encargos da Dívida Interna Por Contrato-Empréstimos	18.453	8.906	-51,74
Encargos da Dívida Interna Por Contrato-Financiamentos			
<b>Total</b>	<b>357.021</b>	<b>640.069</b>	<b>79,28</b>
<b>Pagamento da Dívida - Lei nº 9.496</b>			
<b>Juros da Dívida Por Contrato</b>	<b>24.996</b>	<b>39.920</b>	<b>59,71</b>
Juros da Dívida Contratada- Empréstimos Internos	24.996	39.920	59,71
<b>Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato</b>	<b>679</b>	<b>744</b>	<b>9,52</b>
Encargos da Dívida Interna Por Contrato-Empréstimos	679	744	9,52
<b>Total</b>	<b>25.675</b>	<b>40.664</b>	<b>58,38</b>
<b>Pagamento da Dívida Junto a União-COHAB</b>			
<b>Juros Pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares</b>	<b>9.697</b>	<b>9.087</b>	<b>-6,29</b>
Juros Contratuais-Honra de Garantias Concedidas- Instituições Financeiras	9.697	9.087	-6,29
Juros Contratuais-Honra de Garantias Concedidas- Tesouro Nacional	0	0	0,00
<b>Encargos Pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
Encargos Contratuais-Honra de Garantias Concedidas- Tesouro Nacional	0	0	0,00
<b>Total</b>	<b>9.697</b>	<b>9.087</b>	<b>6,71</b>
<b>Total Pagamento Dívida Interna</b>	<b>392.393</b>	<b>689.821</b>	<b>75,80</b>
<b>Pagamento da Dívida Externa</b>			
<b>Juros Sobre a Dívida Por Contrato</b>	<b>115.552</b>	<b>159.044</b>	<b>37,64</b>
Juros da Dívida contratada- Empréstimos Externos	115.552	159.044	37,64
<b>Outros Encargos Sobre a Dívida Por Contrato</b>	<b>8.419</b>	<b>6.461</b>	<b>-23,26</b>
Encargos da Dívida Externa Por Contrato- Empréstimos	8.419	6.461	-23,26
<b>Total Pagamento Dívida Externa</b>	<b>123.970</b>	<b>165.505</b>	<b>33,50</b>
<b>Total Geral</b>	<b>516.363</b>	<b>855.326</b>	<b>65,64</b>

Fonte: SEFAZ/COFIS/CEDIP

Com relação aos pagamentos dos Juros Contratuais - Honra de Garantias Concedidas - Instituições Financeiras, foram desembolsados o montante de R\$ 9.086.953,55 referente a Dívida da COHAB. É importante mencionar que houve uma redução de 6,29%, em termos nominais, dos pagamentos com juros da Dívida da COHAB, em comparação aos valores pagos em 2021.

Os pagamentos dos Juros e Encargos da Dívida Externa foram no montante de R\$165.504.959,91, no exercício de 2022, representando 0,57% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo de 33,50% nessa despesa, devido as elevações das taxas *London Interbank Offered Rate* (LIBOR) e *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR), que referenciam os contratos externos das instituições multilaterais do qual o Estado do Ceará detém suas relações.

## **OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

As despesas do grupo Outras Despesas Correntes executadas em 2022 somaram R\$ 11,3 bilhões e constitui 38,96% da categoria econõmica Despesas Correntes. Houve diminuiçõo de 15,81% em termos nominais em comparaçõo com o exercício anterior, uma vez que Distribuicõo Constitucional ou Legal de Receitas do Estado para os municípios, que antes era uma despesa executada orçamentariamente neste grupo, passou a ser efetivada como deducõo de receita orçamentária no exercício de 2022.

A tabela a seguir demonstra as despesas por modalidades de aplicações e as principais naturezas de despesas no grupo de Despesas Correntes.



No orçamento foi autorizado o montante de 11,9 bilhões para ser gasto no grupo “Outras Despesas Correntes”. Ao todo foram empenhados 11,3 bilhões, sendo que a Administração Direta empenhou R\$ 5 bilhões e a Administração Indireta, R\$ 6,3 bilhões.

Nas modalidades de Transferências, as despesas mais relevantes deste grupo estão nas modalidades Transferências a Municípios (modalidade 40) e Transferências às Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (modalidade 50) .

A modalidade Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, alcançou R\$1,7 bilhão, contribuindo com 15,13% na composição do seu grupo. Do total executado nessa modalidade, R\$ 1,4 bilhão foi empenhado na natureza de despesa Contrato de Gestão, correspondendo a 83,91% do gasto.

Quanto às Aplicações Diretas, nessa modalidade, as despesas são realizadas diretamente pela unidade orçamentária detentora de crédito orçamentário ou mediante a descentralização a outras entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade social no âmbito da mesma esfera de governo. Em 2022, representaram 69,25% das despesas do grupo, atingindo a cifra de R\$ 7,8 bilhões, em razão do incremento de R\$1,3 bilhão, em termos nominais, ao percentual de 20,73% do exercício anterior. As despesas integrantes desta modalidade que mais se destacaram em 2022 foram: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, cuja despesa realizada foi de R\$ 2,1 bilhões, crescendo 23,79% em termos nominais em relação ao exercício anterior, seguido da despesa Locação de Mão-de-Obra, cuja realização chegou a R\$ 1,2 bilhão, equivalente 15,38% desta modalidade e 10,65% do grupo. 2.21

### **2.3.9 Despesas de Capital**

Despesas de capital são despesas relacionadas com a compra de máquinas, equipamentos, realizações de obras, aquisição de participações acionárias de Empresas, aquisição de imóveis, concessão de empréstimos e financiamentos, dentre outras. Na administração pública essas despesas são realizadas com a finalidade de criar ou adquirir bens de capital.

No exercício de 2022, estas despesas atingiram R\$ 5,46 bilhões, representando 15,78% da Despesa Orçamentária realizada pelo Estado. Confrontando-se a despesa de capital realizada desse exercício com a do ano anterior, cuja execução foi de R\$ 5,02 bilhões, essa categoria apresentou uma variação positiva de 8,76% em termos nominais.

No total das Despesas de Capital, a Administração Direta participou com R\$ 3,1 bilhões, representando 58,46%. Já as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes participaram com R\$ 2,3 bilhões, representando 41,54% da categoria.

**Tabela 52 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidada da Categoria “Despesas de Capital” por Grupo, Modalidade de Aplicação e Natureza da Despesa**

Grupo/Modalidade/Elemento de despesa	Autorização (A)	Despesas Empenhadas (Realizadas)			Diferença E=(A-D)	% Realização (D/A)	% Part (D/Total D)
		Adm. Direta (B)	Adm. Indireta (C)	Total (D) = (B+C)			
<b>Investimentos</b>	<b>5.328.689</b>	<b>1.666.173</b>	<b>2.197.710</b>	<b>3.863.883</b>	<b>1.464.806</b>	<b>27,49</b>	<b>70,76</b>
<b>Transferências a Municípios</b>	<b>626.984</b>	<b>188.870</b>	<b>358.052</b>	<b>546.922</b>	<b>80.062</b>	<b>12,77</b>	<b>10,02</b>
Contribuições	66.258	2.740	7.010	9.750	56.508	85,28	0,18
Auxílios	559.826	185.583	351.042	536.625	23.201	4,14	9,83
Despesas de Exercícios Anteriores	900	547	0	547	354	39,29	0,01
<b>Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos</b>	<b>48.485</b>	<b>19.200</b>	<b>12.145</b>	<b>31.344</b>	<b>17.141</b>	<b>35,35</b>	<b>0,57</b>
Material de Consumo	5	0	0	0	5	100,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.500	2.456	0	2.456	3.044	55,35	0,04
Contribuições	248	0	0	0	248	100,00	0,00
Auxílios	27.045	1.335	12.145	13.480	13.565	50,16	0,25
Obras e Instalações	1	0	0	0	1	100,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	100	0	0	0	100	100,00	0,00
Contrato de Gestão	15.586	15.408	0	15.408	178	1,14	0,28
<b>Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP</b>	<b>9.817</b>	<b>9.809</b>	<b>0</b>	<b>9.809</b>	<b>9</b>	<b>0,09</b>	<b>0,18</b>
Despesas Decorrentes de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP, Exceto Subvenções Econômicas, Aporte e Fundo Garantidor	9.817	9.809	0	9.809	9	0,09	0,18
<b>Transferências ao Exterior</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>
Obras e Instalações	16	0	0	0	16	100,00	0,00
<b>Aplicações Diretas</b>	<b>4.611.569</b>	<b>1.431.632</b>	<b>1.815.325</b>	<b>3.246.957</b>	<b>1.364.612</b>	<b>29,59</b>	<b>59,46</b>
Diárias - Civil	259	18	48	66	193	74,64	0,00
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	2.653	0	2.517	2.517	136	5,14	0,05
Material de Consumo	9.666	3.203	2.737	5.940	3.725	38,54	0,11
Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita	5.787	0	0	0	5.787	100,00	0,00
Passagens e Despesas Com Locomoção	89	11	48	59	30	33,89	0,00
Serviços de Consultoria	102.490	31.465	22.377	53.842	48.647	47,47	0,99
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.784	177	1	178	2.606	93,60	0,00
Locação de Mão-de-Obra	3.225	3.009	0	3.009	216	6,70	0,06
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	854.547	78.439	694.357	772.796	81.751	9,57	14,15
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	63.584	38.886	8.280	47.166	16.419	25,82	0,86
Auxílios	521	0	0	0	521	100,00	0,00
Subvenções Econômicas	10	0	0	0	10	100,00	0,00
Obrigações Tributárias E Contributivas	679	296	215	511	168	24,77	0,01
Obras e Instalações	2.296.050	589.645	795.054	1.384.698	911.351	39,69	25,36
Equipamentos e Material Permanente	983.037	565.235	167.922	733.157	249.880	25,42	13,43
Aquisição de Imóveis	28.837	10.189	17.403	27.592	1.245	4,32	0,51
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	15.854	10.331	0	10.331	5.523	34,84	0,19
Sentenças Judiciais	3.706	1.972	0	1.972	1.735	46,81	0,04
Despesas de Exercícios Anteriores	92.050	34.950	46.596	81.546	10.503	11,41	1,49
Indenizações e Restituições	145.742	63.807	57.771	121.578	24.164	16,58	2,23
<b>Aplicação Direta Decorrente de Operações Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal</b>	<b>31.818</b>	<b>16.663</b>	<b>12.188</b>	<b>28.851</b>	<b>2.966</b>	<b>9,32</b>	<b>0,53</b>
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1	0	0	0	1	100,00	0,00
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	30.675	16.172	12.114	28.286	2.389	7,79	0,52
Obrigações Tributárias e Contributivas	912	369	67	436	476	52,18	0,01
Indenizações E Restituições	229	122	7	129	100	43,59	0,00
<b>Inversões Financeiras</b>	<b>195.443</b>	<b>85.899</b>	<b>69.971</b>	<b>155.870</b>	<b>39.573</b>	<b>20,25</b>	<b>2,85</b>
<b>Aplicações Diretas</b>	<b>195.443</b>	<b>85.899</b>	<b>69.971</b>	<b>155.870</b>	<b>39.573</b>	<b>20,25</b>	<b>2,85</b>
Contribuição à Entidades Fechadas de Previdência	7.500	7.500	0	7.500	0	0,00	0,14
Aquisição de Imóveis	10	0	0	0	10	100,00	0,00
Aquisição de Produtos Para Revenda	2.658	0	2.494	2.494	163	6,14	0,05
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	79.014	78.399	0	78.399	615	0,78	1,44
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	106.262	0	67.477	67.477	38.785	36,50	1,24
<b>Amortização da Dívida</b>	<b>1.450.564</b>	<b>1.440.137</b>	<b>556</b>	<b>1.440.693</b>	<b>9.871</b>	<b>0,68</b>	<b>26,38</b>
<b>Aplicações Diretas</b>	<b>1.450.564</b>	<b>1.440.137</b>	<b>556</b>	<b>1.440.693</b>	<b>9.871</b>	<b>0,68</b>	<b>26,38</b>
Encargos Pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	22.100	22.079	0	22.079	21	0,09	0,40
Principal da Dívida Contratual Resgatado	1.428.464	1.418.058	556	1.418.614	9.850	0,69	25,98
<b>Total</b>	<b>6.974.696</b>	<b>3.192.209</b>	<b>2.268.237</b>	<b>5.460.446</b>	<b>1.514.250</b>	<b>21,71</b>	<b>100,00</b>

FONTE:SEFAZ/CECOG



## INVESTIMENTOS

A tabela abaixo é composta pelos Programas de grande porte, concluídos e os a concluir pelo Governo do Estado e evidencia os principais. Nas Despesas de Capital, o grupo de Investimentos somou R\$ 3,8 bilhões, participando com 70,76% de sua categoria. Os investimentos mais relevantes em 2022 foram nas áreas de Habitação e Regularização Fundiária Urbana, Habitação e Regularização Fundiária Rural e Habitação de Interesse Social na Área Rural.

**Tabela 53 - Demonstrativo dos Investimentos nos Programas de Governo de Maior Relevância**

Programa	(R\$ Milhares)	
	Valor	Part. %
Habitação e Regularização Fundiária Urbana	1.120.200	28,99
Habitação e Regularização Fundiária Rural	384.844	9,96
Habitação de Interesse Social na Área Rural	193.416	5,01
Implementação do Sistema Único de Assistência Social	191.951	4,97
Proteção Social Especial	170.532	4,41
Proteção Social Básica	162.478	4,21
Proteção e Defesa Dos Direitos da Mulher	130.655	3,38
Promoção da Inclusão Social no Âmbito da Política Sobre Drogas	127.987	3,31
Proteção à Vida e Acesso à Justiça Social e Cidadania	123.264	3,19
Promoção e Defesa Dos Direitos Humanos	122.359	3,17
Proteção e Promoção Dos Direitos de Adolescentes em Atendimento	110.748	2,87
Gestão e Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional	100.387	2,60
Gestão Administrativa do Ceará	90.539	2,34
Encargos Gerais do Estado	78.579	2,03
Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual	77.684	2,01
Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas	72.864	1,89
Melhoria da Relação Fisco-Contribuinte-Sociedade	72.278	1,87
Modernização da Gestão Fiscal	60.385	1,56
Sistema de Planejamento Orientado Para Resultados	57.752	1,49
Governo Digital do Ceará	55.029	1,42
Governança do Pacto Por um Ceará Pacífico	51.789	1,34
Controle Interno Governamental	46.229	1,20
Transparência, Participação e Controle Social	42.909	1,11
Controle Externo da Administração Pública Estadual e Municipal	38.649	1,00
Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Agropecuária	22.577	0,58
Abastecimento, Comercialização E Defesa no Setor Agropecuário	17.955	0,46
Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	12.119	0,31
Promoção da Requalificação Urbana	10.544	0,27
Infraestrutura e Logística	10.488	0,27
Outros	106.691	2,76
<b>Total</b>	<b>3.863.881</b>	<b>100,00</b>

FONTE:SEFAZ/CECOG

A tabela a seguir evidencia os investimentos do governo do Estado nas funções de governo, a fim de cada vez mais dar transparência aos valores investidos nas diversas áreas sob responsabilidade do poder público.

Verificando os resultados obtidos, constata-se que, em 2022, foram investidos na função transporte 31,89% e na função Educação, 16,31%. A subfunção transporte rodoviário foi a que mais se destacou com 88,27% dos recursos de Transporte. Na função educação teve destaque a subfunção ensino médio com 50,4% dos recursos da educação.

**Tabela 54 - Demonstrativo dos Investimentos nas Funções de Governo**

Investimentos Por Função e Sub-função	(R\$ milhares)	
	Realizado	Part. %
Legislativa	31.384	0,81
Judiciária	57.853	1,50
Essencial à Justiça	11.153	0,29
Administração	135.001	3,49
Segurança Pública	184.175	4,77
Assistência Social	109.185	2,83
Previdência Social	59	0,00
Saúde	151.187	3,91
Trabalho	1.728	0,04
Educação	630.261	16,31
Cultura	122.626	3,17
Direitos da Cidadania	28.138	0,73
Urbanismo	551.683	14,28
Habitação	9.571	0,25
Saneamento	200.446	5,19
Gestão Ambiental	188.710	4,88
Ciência e Tecnologia	73.478	1,90
Agricultura	58.615	1,52
Organização Agrária	7.877	0,20
Indústria	1.961	0,05
Comércio e Serviços	15.526	0,40
Comunicações	21.503	0,56
Energia	6.636	0,17
Transporte	1.232.279	31,89
Desporto E Lazer	32.852	0,85
<b>Total</b>	<b>3.863.887</b>	<b>100,00</b>

FONTE:SEFAZ/CECOG

## INVERSÕES FINANCEIRAS

No grupo Inversões Financeiras, as despesas realizadas alcançaram o montante de R\$ 155 milhões. Da execução da despesa nesse grupo, a função Trabalho ficou com R\$ 49 milhões, Agricultura com R\$ 9 milhões, Indústria com R\$ 11 milhões, Energia com R\$ 76 milhões e Encargos Especiais com R\$ 10 milhões.

## AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

De acordo com a tabela seguinte, a Amortização da Dívida alcançou o patamar de R\$ 1.440.693.238,17, contribuindo com 26,38% das Despesas de Capital. Em comparação ao exercício anterior, houve um incremento de 19,07% em termos nominais.

**Tabela 55 - Demonstrativo da Amortização da Dívida**

(R\$ Milhares)

Especificação	Exercícios		Var. % (B/A)
	2021(A)	2022(B)	
<b>Pagamento da Dívida Interna</b>			
<b>Concessão do PASEP-ISSEC</b>	<b>66</b>	<b>65</b>	<b>-1,46</b>
Principal da Dívida Contratual Resgatado	66	65	-1,46
Parcelamento PASEP	66	65	-1,46
<b>Manutenção e Funcionamento Administrativo-ADAGRI</b>	<b>42</b>	<b>45</b>	<b>6,74</b>
Principal da Dívida Contratual Resgatado	42	45	6,74
Parcelamento PASEP	42	45	6,74
<b>Manutenção e Funcionamento Administrativo-FUNDES</b>	<b>58</b>	<b>57</b>	<b>-0,88</b>
Principal da Dívida Contratual Resgatado	58	57	-0,88
Parcelamento PASEP	58	57	-0,88
<b>Manutenção e Funcionamento Administrativo-EMATERCE</b>	<b>241</b>	<b>388</b>	<b>61,16</b>
Principal da Dívida Contratual Resgatado	241	388	61,16
Parcelamento INSS	241	388	61,16
<b>Principal da Dívida Contratual Resgatado</b>	<b>577.274</b>	<b>747.115</b>	<b>29,42</b>
Parcelamento INSS	3.348	0	-100,00
Parcelamento PASEP	9.823	10.501	6,91
Principal da Dívida Contratual Resgatado	564.103	736.614	30,58
<b>Pagamento da Dívida- Lei nº 9.496</b>	<b>13.023</b>	<b>28.257</b>	<b>116,98</b>
Principal da Dívida Contratual Resgatado	13.023	28.257	116,98
Principal da Dívida Contratual Interna Resgatado	13.023	28.257	116,98
<b>Pagamento da Dívida Junto a União-COHAB</b>	<b>21.278</b>	<b>22.079</b>	<b>3,77</b>
Encargos Pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	21.278	22.079	3,77
Honra de Garantias Concedidas- Instituições Financeiras	21.278	22.079	3,77
Honra de Garantias Concedidas- Tesouro Nacional	0	0	0,00
<b>Total Pagamento Dívida Interna</b>	<b>611.982</b>	<b>798.007</b>	<b>30,40</b>
<b>Pagamento da Dívida Externa</b>			
Principal da Dívida Contratual Resgatado	597.963	642.686	7,48
Principal da Dívida Contratual Externa Resgatado	597.963	642.686	7,48
<b>Total pagamento dívida Externa</b>	<b>597.963</b>	<b>642.686</b>	<b>7,48</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.209.945</b>	<b>1.440.693</b>	<b>19,07</b>

Fonte: SEFAZ/COFIS/CEDIP

O pagamento da Amortização da Dívida Interna somou R\$ 798.007.156,31, representando 55,39% do valor amortizado da dívida e 14,61% das Despesas de Capital. Confrontando-se essa despesa com o exercício anterior, constata-se um acréscimo nominal de 30,40%.

Quanto à Amortização da Dívida Externa, essa somou em 2022, o quantitativo de R\$ 642.686.081,86, representando 44,61% do grupo de despesa Amortizações e 11,77% das Despesas de Capital. Percebe-se ainda um pequeno crescimento em termos nominais, equivalente a 7,48%, comparando-se com o exercício de 2021.

### 2.3.10 Despesas dos Fundos Previdenciários

Nas tabelas a seguir constam especificações da despesa previdenciária do Estado, vinculada aos Planos Financeiro - composto pelo FUNAPREV e pelo PREVMILITAR - e o Previdenciário - integrado pelo Fundo de Previdência Parlamentar – FPP e pelo PREVID.

Em 2023 os fundos previdenciários empenharam um total de R\$ 4,2 bilhões, alcançando um valor de 91,4% de realização em relação ao valor total da dotação atualizada para o ano. No tocante aos benefícios, o valor empenhado em Aposentadorias, reservas e reformas representou 77,70% do valor total empenhado pelos fundos, enquanto as Pensões por morte representaram 21,75% daquele valor total.

**Tabela 56 - Demonstrativo Consolidado das Despesas Empenhadas dos Fundos: FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID E FPP**

Especificação	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	(R\$ milhares)	
			% Realização	% Participação
<b>1. Benefícios</b>	<b>4.636.965</b>	<b>4.239.527</b>	<b>91,43</b>	<b>99,46</b>
1.1. Aposentadorias, Reservas e Reformas	3.493.796	3.312.265	94,80	77,70
1.2. Pensões por Morte	1.143.170	927.263	81,11	21,75
<b>2. Outras Despesas Previdenciárias</b>	<b>23.196</b>	<b>23.105</b>	<b>99,61</b>	<b>0,54</b>
2.1. Compensação Financeira entre os regimes	0	0	0,00	0,00
2.2. Demais Despesas Previdenciárias	23.196	23.105	99,61	0,54
<b>Total</b>	<b>4.660.162</b>	<b>4.262.632</b>	<b>91,47</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SEFAZ/CEORG

A tabela abaixo traz os dados das despesas empenhadas pelo Fundo Previdenciário Parlamentar (FPP). No ano de 2023, o FPP empenhou um valor de R\$ 9,3 milhões, sendo que esse valor correspondeu a 86,5% do valor da dotação atualizada do fundo. Em relação a participação relativa, o benefício de Aposentadorias, reservas e reformas foi o destaque com uma participação de quase 97% do valor total empenhado.

**Tabela 57 - Demonstrativo das Despesas Empenhadas do FPP**

(R\$ Milhares)

Especificação	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	%	
			Realização	Participação
<b>1. Benefícios</b>	<b>10.855</b>	<b>9.394</b>	<b>86,54</b>	<b>100,00</b>
1.1. Aposentadorias, Reservas e Reformas	10.026	9.090	90,67	96,77
1.2. Pensões por Morte	829	304	36,65	3,23
<b>2. Outras Despesas Previdenciárias</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
2.1. Compensação Financeira entre os regimes	0	0	0,00	0,00
2.2. Demais Despesas Previdenciárias	5	0	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>10.860</b>	<b>9.394</b>	<b>86,50</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SEFAZ/CEORG

Na tabela abaixo encontram-se os valores da despesa empenhada pelo FUNAPREV no ano de 2022. O fundo em questão registrou uma dotação atualizada de pouco mais de R\$ 3 bilhões, tendo executado um valor de R\$ 2,8 bilhões, ou seja, 93,6% da dotação autorizada. Quando analisado a participação relativa na despesa empenhada, o item com maior destaque foram as aposentadorias, reformas e reservas que representaram quase 96% da despesa empenhada total no ano de 2022.

**Tabela 58 - Demonstrativo das Despesas Empenhadas do FUNAPREV**

(R\$ Milhares)

Especificação	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	%	
			Realização	Participação
<b>1. Benefícios</b>	<b>3.006.761</b>	<b>2.814.235</b>	<b>93,60</b>	<b>99,73</b>
1.1. Aposentadorias, Reservas e Reformas	2.863.451	2.684.085	93,74	95,12
1.2. Pensões por Morte	143.310	130.150	90,82	4,61
<b>2. Outras Despesas Previdenciárias</b>	<b>7.730</b>	<b>7.702</b>	<b>99,63</b>	<b>0,27</b>
2.1. Compensação Financeira entre os regimes	0	0	0,00	0,00
2.2. Demais Despesas Previdenciárias	7.730	7.702	99,63	0,27
<b>Total</b>	<b>3.014.491</b>	<b>2.821.936</b>	<b>93,61</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SEFAZ/CEORG

A tabela a seguir traz os dados das despesas empenhas pelo PREVID no ano de 2022. A Unidade Gestora (UG) empenhou um valor de pouco mais de R\$ 475 milhões, o que representou pouco mais de 70% da dotação atualizada da Unidade Gestora para o presente ano. Em relação a participação relativa na despesa empenhada, o destaque ficou por conta das Pensões por morte que representaram 98,39% do total da despesa empenhada pela UG em 2023.

**Tabela 59 - Demonstrativo das Despesas Empenhadas do PREVID**

(R\$ Milhares)

Especificação	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	%	
			Realização	Participação
<b>1. Benefícios</b>	<b>677.195</b>	<b>475.313</b>	<b>70,19</b>	<b>98,41</b>
1.1. Aposentadorias, Reservas e Reformas	98	56	57,07	0,01
1.2. Pensões por Morte	677.097	475.258	70,19	98,39
<b>2. Outras Despesas Previdenciárias</b>	<b>7.730</b>	<b>7.702</b>	<b>99,63</b>	<b>1,59</b>
2.1. Compensação Financeira entre os regimes	0	0	0,00	0,00
2.2. Demais Despesas Previdenciárias	7.730	7.702	99,63	1,59
<b>Total</b>	<b>684.925</b>	<b>483.015</b>	<b>70,52</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SEFAZ/CEORG

Por fim, a Unidade Gestora PREVMILITAR empenhou um valor de R\$ 940,5 milhões em 2023, alcançando um índice de execução orçamentária de 99,8%. Quando analisado a participação relativa por benefício, o item Aposentadoria, reformas e reservas representou 65,2% das despesas empenhadas, enquanto o item Pensões por morte representou 33,9% do total de despesa empenhada pela Unidade Gestora em 2022.

**Tabela 60 - Demonstrativo das Despesas Empenhadas do PREVMILITAR**

(R\$ Milhares)

Especificação	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% (R\$ Milhares)	
			Realização	Participação
<b>1. Benefícios</b>	<b>942.155</b>	<b>940.585</b>	<b>99,83</b>	<b>99,19</b>
1.1. Aposentadorias, Reservas e Reformas	620.222	619.034	99,81	65,28
1.2. Pensões por Morte	321.933	321.551	99,88	33,91
<b>2. Outras Despesas Previdenciárias</b>	<b>7.730</b>	<b>7.702</b>	<b>99,63</b>	<b>0,81</b>
2.1. Compensação Financeira entre os regimes	0	0	0,00	0,00
2.2. Demais Despesas Previdenciárias	7.730	7.702	99,63	0,81
<b>Total</b>	<b>949.885</b>	<b>948.287</b>	<b>99,83</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SEFAZ/CEORG

O PREVMILITAR, com a edição da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, passou a constituir o SPSM - Sistema de Proteção Social dos Militares.

### 2.3.11 Despesas com Enfrentamento a COVID-19

No exercício de 2022, no Estado do Ceará houve uma redução nos gastos diretamente na área de saúde e assistência social para enfrentamento da crise sanitária, social e econômica provocada pela pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

Ainda assim, houve um o aumento no gasto de saúde do Estado no exercício de 2022, que atingiu o percentual de 16,98%, maior em relação ao percentual de 2021, que atingiu 15,68% da RLIT - Receita Líquida de Impostos e Transferências, continuando bem acima do mínimo constitucional de 12%. A diferença de percentual entre o valor aplicado e o mínimo corresponde a um total de mais 1,3 bilhões, somente de recurso de impostos e transferências que atendem as regras do MDF. Além desses valores também houve aplicações adicionais de recursos de outras fontes que não entram no cálculo do gasto de saúde e de recursos de impostos e transferências que não atendem as regras do MDF, no total de mais de 2,3 bilhões.

A seguir listamos os gastos aplicados em ações específicas de custeio e investimentos no combate a COVID-19 por função de governo. A tabela a seguir não contempla aumento de gasto de pessoal, despesa de terceirização e demais gastos no enfrentamento a pandemia do coronavírus empenhados em outras ações orçamentárias. Dos valores aplicados no enfrentamento a COVID-19 na tabela acima, 99,97% foram em custeio e 0,03% foram em investimentos

**Tabela 61 - Gastos em Ações Específicas – COVID**

(R\$ Milhares)		
Função	2021	2022
Administração	4.853	3
Assistência Social	16.215	26
Saúde	790.528	181.885
Cultura	23.870	0
Transporte	1.039	0
Urbanismo	24.974	0
<b>Total</b>	<b>866.091</b>	<b>181.914</b>

FONTE: SEFAZ/CEORG

### 2.3.12 Receita e Despesa Consolidadas por Fonte de Recursos

A seguir evidenciamos as receitas e despesas do exercício de 2022 consolidadas por fonte de recursos, observa-se que os maiores dispêndios no Estado, foram realizados utilizando os recursos do Tesouro Estadual, que representou 39,92% do total dos dispêndios do Estado, e destaca-se também o valor da despesa com Recursos do FPE, com 27,57% do total de despesas.

**Tabela 62 - Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa Orçamentárias, por Fontes de Recursos**

(R\$ Milhares)					
Nomenclatura das Fontes de Recursos	Cód. Fonte	Receita Realizada (A)	% Part. (A/Total A)	Despesa Realizada (B)	% Part. (B/Total B)
Recursos Ordinários		13.986.260	40,03	13.809.689	39,92
Recursos Ordinários - Rec. Ordinários	10000	13.944.507	39,91	12.304.146	35,57
Recursos Ordinários - Exercício Anterior	30000	0	0,00	1.471.944	4,26
Recursos Ordinários Para Projetos Prioritários	10002	1.541	0,00	0	0,00
Recursos Ordinários - CIPP - Rec. Ordinários	10003	5	0,00	0	0,00
Recursos Ordinários Para o Sistema Estadual de Recursos Hídricos - Rec. Ordinários	10005	3.979	0,01	1.924	0,01
Recursos Ordinários Para o Sistema Estadual de Recursos Hídricos - Rec. Ordinários-Exerc. Ant.	30005	0	0,00	315	0,00
Dividendos - CAGECE - Rec. Ordinários	10006	17.546	0,05	13.984	0,04
Dividendos - CAGECE - Rec. Ordinários-Exercício Anterior	30006	0	0,00	17.376	0,05
Auxílio Financeiro – Outorga Crédito Tributário Icms – Art.5º, Inciso V, Ec. Nº 123/2022 - Rec. Ordinários	10022	18.682	0,05	0	0,00
Recursos do FPE		8.679.820	24,84	9.639.665	27,87
Recursos do FECOP		567.588	1,62	681.615	1,97
Alienação de Bens		4.071	0,01	66.568	0,19
Recursos de Emendas Especiais		910	0,00	483	0,00
Recursos dos Royalties		177.971	0,51	179.644	0,52
Recursos de Contribuições Sociais e Patronais		3.214.719	9,20	2.750.930	7,95
Recursos do Salário Educação		93.118	0,27	130.689	0,38
Recursos da CIDE		19.892	0,06	19.685	0,06
Recursos da Compensação Ambiental		10.187	0,03	20.831	0,06
Recursos da Venda Dos Selos		37.376	0,11	37.112	0,11
Recursos Para Incentivo do Transporte Coletivo		24.706	0,07	20.698	0,06
Operações de Crédito Internas		106.279	0,30	405.644	1,17
Operações de Crédito Externas		491.649	1,41	444.269	1,28
Recursos do FUNDEF		1.958.737	5,61	2.064.600	5,97
Recursos da Complementação do FUNDEB		847.721	2,43	850.097	2,46
Precatórios do FUNDEF		1.239.479	3,55	214.937	0,62
Recursos Diretamente Arrecadados		1.882.399	5,39	1.800.050	5,20
Transferências Diretas do FNDE		367.543	1,05	279.121	0,81
Recursos do FIT		56.837	0,16	39.346	0,11
Recursos do Fundo de Defesa Civil		610	0,00	1.819	0,01
Convênios Com Órgãos Internacionais		892	0,00	2.239	0,01
Convênios Com Órgãos Federais		226.130	0,65	210.846	0,61
Convênios Com Órgãos Municipais		20.072	0,06	14.875	0,04
Convênios Com Órgãos Privados		19.724	0,06	19.635	0,06
Recursos do SUS		856.764	2,45	837.936	2,42
Repasse Fundo A Fundo		51.397	0,15	48.930	0,14
<b>Total</b>		<b>34.942.851</b>	<b>100,00</b>	<b>34.591.953</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SEFAZ/CECOG

### 2.3.13 Descentralização de Créditos Orçamentários

A implantação do SiafeCe, sistema que se baseia no Sistema de Administração do Governo Federal -SIAFI, possibilitou e por questões de padronização de processos exigiu mudanças de procedimentos contábeis no Estado.

Em relação a descentralização do crédito orçamentário, incorporamos o conceito de provisão e destaque. Do ponto de vista contábil, na sistemática anterior executada no S2GPR, os registros contábeis eram todos feitos na Unidade Gestora Concedente ou detentora do orçamento. No SiafeCe, seja na provisão ou no destaque, ocorre a efetiva transferência da dotação orçamentária da unidade descentralizadora (detentora do crédito) para a unidade descentralizada por meio do documento de sistema Nota de Descentralização de Crédito. Ou seja, o crédito orçamentário disponível é transferido contabilmente de uma unidade para a outra, onde serão efetuados todos os registros contábeis decorrentes da execução orçamentária e seus reflexos no patrimônio.

O Decreto nº 34.894, de 08 de agosto de 2022, que disciplina a Descentralização de Crédito, criou a Descentralização Administrativa: modalidade de descentralização interna de crédito aplicada quando apenas a Unidade Gestora Titular possui orçamento próprio.

A descentralização Administrativa de Crédito foi pensada exclusivamente para atender a necessidade de aprimorar a execução da SEDUC em relação as Escolas e Credes, seja pela especificidade, capilaridade, necessidade de geração de informações individualizada e evitar, em nível de sistema, problema de concorrência, dado o grande número de unidades (821 no momento). Assim, as escolas foram codificadas, mas não constituem Unidades Gestoras propriamente ditas. A SEDUC é sempre a unidade titular do crédito orçamentário e a unidade pagadora.



### 3. GESTÃO FINANCEIRA

Os demonstrativos contábeis relativos à gestão financeira permitem analisar o resultado das decisões governamentais no exercício que implicaram na obtenção e dispêndio de recursos financeiros com impactos diretos no fluxo de caixa e nas disponibilidades governamentais. Esses fluxos financeiros, em grande parte, dependem da autorização legislativa dada pela Lei Orçamentária Anual aprovada para o exercício. Entretanto, ocorrem diversos fluxos que independem de tal autorização, ou porque já foram autorizados em exercícios anteriores (como o caso da execução dos Restos a Pagar), ou porque decorrem de fluxos financeiros compensatórios, originados de entradas e saídas entre contas de ativo e passivo financeiro. Esses fluxos, em tese, não geram repercussões patrimoniais, mas em virtude dos expressivos montantes movimentados, merecem escrituração e controles contábeis específicos (como é o caso dos depósitos de terceiros recebidos em virtude de consignações retidas em processos de pagamento, depósitos a quem de direito que exigirão devolução futura e demais depósitos restituíveis). Os demonstrativos da gestão financeira permitem analisar esses fluxos sob diversas perspectivas e auxiliam no entendimento de como as disponibilidades governamentais se comportaram ao longo do exercício financeiro.

Três são os demonstrativos que evidenciam os fluxos da Gestão Financeira: O Balanço Financeiro, que evidencia os fluxos de caixa ocorridos no exercício decorrentes ou não da execução orçamentária e seus impactos sobre das disponibilidades ao final do exercício. O Demonstrativo da Dívida Flutuante, que foca na evidenciação das variações na dívida financeira de curto prazo, considerando os Restos a Pagar Não Processados, os Restos a Pagar Processados e os Depósitos de Diversas Origens (a publicação do Balanço Financeiro e do Demonstrativo da Dívida Flutuante cumprem dispositivos da Lei nº 4.320/64), e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, que evidencia a geração líquida de caixa do período sob o enfoque das operações realizadas pelo governo ao longo do exercício, o fluxo das atividades operacionais, o fluxo das atividades de investimento e o fluxo das atividades de financiamento

A seguir, são apresentados os números da Gestão Financeira do Estado do Ceará para o exercício, sob a ótica dos três demonstrativos.

#### 3.1 Balanço Financeiro Consolidado

Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstra as receitas e a despesas orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias, Transferências Financeiras Recebidas e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária, Transferências Financeiras Concedidas e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial.

O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior. Observa-se, portanto, que o Estado apresentou um déficit financeiro de R\$ 1.093.088.065,75 no exercício de 2022.

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

- a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e
- o saldo inicial e o saldo final em espécie.

No exercício atual, o Balanço Financeiro evidenciou ingressos orçamentários em R\$ 34,9 bilhões. Do total arrecadado pelo Estado, no período, R\$ 24,9 bilhões foram recursos ordinários, ou seja, não possuíam uma vinculação específica e puderam ser alocados discricionariamente pelos gestores públicos, respeitando-se a legislação vigente. A receita com recursos vinculados foi de R\$ 10,1 bilhões.

Durante o exercício, a despesa orçamentária executada importou em R\$ 34,59 bilhões. Foram executados em fontes de recursos ordinários a quantia de R\$ 18,53 bilhões. Enquanto, as despesas vinculadas totalizaram 16,06 bilhões.

As transferências financeiras recebidas e concedidas totalizaram o montante de R\$ 32,3 bilhões. Os ingressos extraorçamentários aumentaram, no exercício, totalizando a quantia de R\$ 59,67 bilhões e o valor dos dispêndios extraorçamentários de R\$ 61,11 bilhões.

O saldo de disponibilidade evidenciado durante o período diminuiu em 10,73%. Com o saldo para o exercício seguinte de R\$ 9,15 bilhões, houve um decréscimo de R\$ 1,1 bilhões em relação ao saldo de R\$ 10,25 bilhões do exercício anterior.

**Tabela 63 - Demonstrativo Resumido do Balço Financeiro Consolidado**

(R\$ milhares)

Balço Financeiro	NE	Exercícios	
		2022	2021
<b>Ingressos</b>			
Receita Orçamentária	BF01	34.942.851	34.196.353
Ordinária		24.909.789	25.303.254
Vinculada		10.033.068	8.893.099
Transferências Financeiras Recebidas	BF01	32.296.166	25.090.313
Recebimentos Extraorçamentários	BF02	59.667.420	36.859.574
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	BF03	10.251.208	8.165.792
<b>Total</b>		<b>137.157.644</b>	<b>104.312.033</b>
<b>Dispêndios</b>			
Despesa Orçamentária	BF01	34.591.953	32.891.618
Ordinária		18.526.870	24.025.835
Vinculada		16.065.083	8.865.783
Transferências Financeiras Concedidas	BF01	32.296.166	25.090.313
Pagamentos Extraorçamentários	BF02	61.111.406	36.078.894
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	BF03	9.158.120	10.251.208
<b>Total</b>		<b>137.157.644</b>	<b>104.312.033</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

### 3.2 Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante Pública consiste na dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período, quer como administrador de valores de terceiros, confiados  sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa.

Segundo a Lei n 4.320/64, a dívida flutuante compreende os restos a pagar (excldos os serviços da dívida), os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Na tabela a seguir, apresenta-se o demonstrativo que detalha a composição da Dívida Flutuante do Estado do Ceará.

**Tabela 64 - Demonstrativo da Dívida Flutuante – Consolidada**

(R\$ milhares)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	
<b>Restos a Pagar Não Processados</b>					
1 Exercício Anterior	1.806.425	0	1.531.326	110.131	164.968
2 Exercício Anterior	170.259	0	22.097	148.153	8
Deste Exercício	0	1.070.639	0	0	1.070.639
<b>Subtotal</b>	<b>1.976.684</b>	<b>1.070.639</b>	<b>1.553.423</b>	<b>258.284</b>	<b>1.235.615</b>
<b>Restos a Pagar Processados</b>					
1 Exercício Anterior	253.446	0	247.539	3.737	2.171
2 Exercício Anterior	1.931	0	854	1.077	0
Deste Exercício	0	100.671	0	0	100.671
<b>Subtotal</b>	<b>255.378</b>	<b>100.671</b>	<b>248.393</b>	<b>4.814</b>	<b>102.842</b>
<b>Restos a Pagar Processados - RETENÇÃO</b>					
1 Exercício Anterior	0	0	0	0	0
2 Exercício Anterior	0	0	0	0	0
Deste Exercício	0	50.132	0	0	50.132
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>50.132</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>50.132</b>
Depsitos de Diversas Origens	1.524.976	57.195.576	57.091.364	740	1.628.448
<b>Subtotal</b>	<b>1.524.976</b>	<b>57.195.576</b>	<b>57.091.364</b>	<b>740</b>	<b>1.628.448</b>
Depsitos de Tesouraria	0	0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>3.757.037</b>	<b>58.417.018</b>	<b>58.893.180</b>	<b>263.838</b>	<b>3.017.036</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

### 3.3 Demonstrção dos Fluxos de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa apurada em 2022 foi negativa em quase R\$ 1,2 bilhões. O fluxo que mais contribuiu para este resultado negativo foi o das atividades de investimentos que apresentou um resultado negativo de R\$ 4,1 bilhões. Entretanto, o fluxo das atividades operacionais gerou um resultado positivo de R\$ 3,8 bilhões. Já a variação do Caixa e Equivalente de Caixa do período foi negativa em R\$ 1,1 bilhões. A diferença entre a geração líquida de caixa e a variação de caixa do período é explicada pelo campo “conciliação contábil-financeira”, detalhado pela nota explicativa

Na tabela a seguir, apresenta-se o demonstrativo resumido da Demonstrção dos Fluxos de Caixa do Estado do Ceará.

**Tabela 65 - Resumo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

(R\$ milhares)

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Exercícios		
	NE	2022	2021
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Ingressos	DFC01	98.221.454	70.835.615
-Receitas Derivadas e Originárias		19.916.378	21.391.123
-Transferências recebidas		46.722.506	36.440.763
-Outras Receitas/Ingressos Operacionais	DFC02	31.582.571	13.003.729
Desembolsos	DFC01	94.381.526	66.117.637
-Pessoal e Demais Despesas		25.351.656	20.463.070
-Juros e encargos da dívida		855.326	516.363
-Transferências concedidas		35.754.066	32.014.173
-Outros desembolsos operacionais	DFC02	32.420.478	13.124.031
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</b>		<b>3.839.929</b>	<b>4.717.977</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
Ingressos	DFC01	6.629	47.865
-Alienação de Bens		93	47.232
-Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		6.536	323
-Outros ingressos de investimentos		0	310
Desembolsos	DFC01	4.117.443	2.905.151
-Aquisição de Ativo Não Circulante		2.855.247	1.973.173
-Concessão de Empréstimos e Financiamentos		63.449	82.115
-Outros desembolsos de investimentos		1.198.747	849.863
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</b>		<b>-4.110.814</b>	<b>-2.857.286</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Ingressos	DFC01	593.505	1.406.915
-Operações de Crédito		593.505	1.406.915
Desembolsos	DFC01	1.440.693	1.209.945
-Amortização/Refinanciamento da Dívida		1.418.614	1.188.667
-Outros desembolsos de financiamentos		22.079	21.278
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)</b>		<b>-847.189</b>	<b>196.970</b>
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)</b>		<b>-1.118.074</b>	<b>2.057.662</b>
-Caixa e Equivalentes de caixa inicial		10.172.191	8.129.160
-Caixa e Equivalente de caixa final		9.035.646	10.172.191
Variação do Caixa e Equivalente de Caixa		<b>-1.136.545</b>	2.043.031
<b>Conciliação Contábil-Financeira (IV - V - VI + VII)</b>	DFC03	<b>18.471</b>	<b>14.631</b>
IV - Saídas de Caixa a Regularizar		4.412.953	71.579
V - Saídas de Caixa Regularizadas		4.330.450	49.866
VI - Entradas de Caixa a Regularizar		26.849.961	19.682.713
VII - Entradas de Caixas Regularizadas		26.785.929	19.675.630
<b>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO</b>		<b>-1.118.074</b>	<b>2.057.662</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

## 4. GESTÃO PATRIMONIAL

### 4.1 Balanço Patrimonial Consolidado

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

**Ativo** - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

**Passivo** - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

**Patrimônio Líquido** - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- Estiverem disponíveis para realização imediata; e
- Tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes. Assim, o Ativo Não Circulante compreende: ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 9ª edição (STN, 2021), o Balanço Patrimonial é composto por:

- Demonstrativo Principal;
- Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Demonstrativo das Contas de Compensação (controle); e
- Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro.

**Tabela 66 - Demonstrativo do Balanço Patrimonial Consolidado**

(R\$ milhares)

Ativo	NE	Exercícios	
		2022	2021
<b>Ativo Circulante</b>		<b>19.634.085</b>	<b>24.667.504</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		9.035.646	10.172.191
Créditos a Curto Prazo	BP02 BP03 BP04	8.422.681	13.515.680
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	BP03 BP05 BP06 BP07	550.397	347.704
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		375.071	16.674
Estoques		1.179.398	583.410
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		0	0
VPD Pagas Antecipadamente	BP09	70.891	31.845
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>47.021.347</b>	<b>42.799.028</b>
Realizável a Longo Prazo	BP03 BP04 BP08 BP10	11.753.178	11.573.678
Investimentos	BP11	5.907.057	4.804.429
Imobilizado	BP12	29.103.043	26.167.616
Intangível		258.068	253.305
Diferido		0	0
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>66.655.432</b>	<b>67.466.532</b>

Passivo	NE	Exercícios	
		2022	2021
<b>Passivo Circulante</b>		<b>3.681.531</b>	<b>3.476.944</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	BP13	72.303	161.216
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	BP14	1.631.538	1.498.861
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	BP15	277.072	194.710
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		2.760	106
Transferências Fiscais de Curto Prazo		52.044	90.838
Provisões a Curto Prazo		0	0
Demais Obrigações a Curto Prazo	BP16	1.645.813	1.531.213
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>18.307.985</b>	<b>19.230.129</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		0	20.824
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		15.105.756	16.607.081
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		518.285	475.060
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0	0
Provisões a Longo Prazo		1.990.599	1.480.030
Demais Obrigações a Longo Prazo		693.346	647.134
Resultado Diferido		0	0
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>44.665.916</b>	<b>44.759.459</b>
Patrimônio Social e Capital Social		29.404	0
Demais Reservas		376.231	0
Resultados Acumulados	BP18	44.260.281	44.759.459
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>66.655.432</b>	<b>67.466.532</b>

Título	NE	Exercícios	
		2022	2021
<b>Ativo (I)</b>		0	0
Ativo Financeiro		10.535.350	10.594.787
Ativo Permanente		56.120.082	56.871.745
<b>Total do Ativo</b>		<b>66.655.432</b>	<b>67.466.532</b>
Linha em branco		0	0
<b>Passivo (II)</b>		0	0
Passivo Financeiro		3.017.036	3.757.037
Passivo Permanente		20.203.968	20.926.720
<b>Total do Passivo</b>		<b>23.221.005</b>	<b>24.683.757</b>
Linha em branco		0	0
<b>Saldo Patrimonial (III) = (I - II)</b>		<b>43.434.427</b>	<b>42.782.775</b>

#### 4.2 Demonstrativo das Variaes Patrimoniais Consolidadas

Segundo o art. 104 da Lei n 4.320/1964, “a Demonstro das Variaes Patrimoniais evidenciar as alteraes verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execuo orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

A apuraço do resultado patrimonial do período é realizada pelo confronto das contas de Variao Patrimonial Aumentativa - VPA e Variao Patrimonial Diminutiva - VPD. Após a apuraço, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstro das Variaes Patrimoniais.



**Tabela 67 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais**

(R\$ milhares)

Variações Patrimoniais Quantitativas	NE	Exercícios	
		2022	2021
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>86.439.958</b>	<b>78.486.826</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		24.766.148	21.511.981
Contribuições		3.125.889	2.628.859
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		470.680	386.701
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		4.578.659	2.018.206
Transferências e Delegações Recebidas		51.216.606	38.467.586
Valorização e Ganhos com Ativos	<u>DV02</u>	5.693	920.547
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	<u>DV03</u>	2.276.284	12.552.947
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>81.607.857</b>	<b>76.834.993</b>
Pessoal e Encargos		12.529.386	10.043.003
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		4.541.417	3.826.666
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		5.345.145	6.409.653
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		2.519.804	2.909.026
Transferências e Delegações Concedidas		48.659.636	37.139.369
Desvalorização e Perda de Ativos	<u>DV02</u>	4.433.067	3.541.077
Tributárias		292.255	243.126
Custo das Mercadorias Vendidas e serviços Prestados		2.231	1.925
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	<u>DV04</u>	3.284.916	12.721.149
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>		<b>4.832.101</b>	<b>1.651.833</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais, do exercício, demonstra um total de variações patrimoniais aumentativas de R\$ 78,5 bilhões e um total de variações patrimoniais diminutivas, contabilizadas em R\$ 76,8 bilhões, portanto, o resultado patrimonial do exercício foi superavitário em R\$ 1,6 bilhões.

## 5. GESTÃO FISCAL

### 5.1 Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar n 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu artigo 52 a emissão bimestral do relatório do Relatório Resumido da Execuo Orçamentária - RREO - e em seu art. 54 a emissão quadrimestral do Relatório de Gestão Fiscal - RGF - de forma que a sociedade e os órgãos de controle possam acompanhar a gestão das finanças públicas do Ente Público.

O RREO contempla principalmente informações de receitas e despesas orçamentárias, execuo de restos a pagar, resultado primário nominal, parcerias público-privadas e projeo atuarial dos regimes previdenciários. Os relatórios que compõem o RREO estão listados abaixo:

- Anexo 1 - Balço Orçamentário
- Anexo 2 - Demonstrativo da Execuo das Despesas por Funo/Subfuno
- Anexo 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
- Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos
- Anexo 6 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal
- Anexo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e rgo
- Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manuteno e Desenvolvimento do Ensino - MDE
- Anexo 9 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
- Anexo 10 - Demonstrativo da Projeo Atuarial
- Anexo 11 - Demonstrativo da Receita de Alienao de Ativos e Aplicao dos Recursos
- Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
- Anexo 13 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas
- Anexo 14 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execuo Orçamentária

O RGF monitora a situao fiscal do Ente sob o enfoque de direitos (disponibilidade de caixa e haveres financeiros líquidos e certos), obrigações assumidas e o nível de comprometimento da Receita Corrente Líquida com despesa de pessoal. Os relatórios que compõem o RGF são:

- Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
- Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
- Anexo 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
- Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito
- Anexo 5 - Demonstrativo Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

- Anexo 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

A seguir faremos a análise dos principais indicadores da gestão orçamentária e fiscal do Estado do Ceará no exercício de 2022.

## **5.2 Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

### **5.2.1 Resultado Primário Nominal**

A fim de garantir a estabilidade nas contas públicas, a LRF impôs o estabelecimento de metas de resultado primário e nominal a serem alcançadas.

O resultado primário é definido pela diferença entre receitas e despesas não-financeiras do governo. Basicamente exclui receitas e despesas com juros e operações financeiras. Para se chegar ao resultado nominal soma-se ao resultado primário o saldo da conta de juros (recebidos menos os pagos).

A tabela abaixo – previsão retirada da Lei orçamentária para o exercício de 2022 - traz as metas de resultado primário e nominal pelo critério “acima da linha” para o exercício de 2022 em comparação com a realização.

**Tabela 68 - Demonstrativo Comparativo da Previsão de Metas Fiscais com a Realização, de Acordo os Arts.4º, § 1º e Art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal**

(R\$ milhares)

Especificação	Previsão (A)	Realização (B)	%(B)/(A)
<b>1. Receita Total</b>	<b>27.712.309</b>	<b>32.479.046</b>	<b>1,17</b>
<b>1.1. Receitas Correntes (I)</b>	<b>25.660.538</b>	<b>31.842.797</b>	<b>1,24</b>
1.1.1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.223.888	13.845.908	1,13
1.1.2. Receita de Contribuição	1.126.354	1.335.005	1,19
1.1.3. Receita Patrimonial	593.454	1.269.976	2,14
1.1.3.1. Aplicações Financeiras (II)	572.303	1.169.661	2,04
1.1.3.2. Outras Receitas Patrimoniais	21.151	100.315	4,74
1.1.4. Transferências Correntes	10.776.128	14.242.627	1,32
1.1.5. Demais Receitas Correntes	940.715	1.149.278	1,22
1.1.5.1. Outras Receitas Financeiras (III)	24.325	80.912	3,33
1.1.5.2. Receitas Correntes Restantes	916.390	1.068.366	1,17
<b>Receitas Primárias Correntes (IV) = (I-II-III)</b>	<b>25.063.910</b>	<b>30.592.223</b>	<b>1,22</b>
<b>1.2. Receitas de Capital (V)</b>	<b>2.051.771</b>	<b>783.845</b>	<b>0,38</b>
1.2.1. Operações de Crédito (VI)	1.386.245	593.504	0,43
1.2.2. Amortização de Empréstimos (VII)	19340	6536	0,34
1.2.3. Alienação de Bens	74	93	1,26
1.2.3.1. Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0	0	-
1.2.3.2. Receitas de alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0	0	-
1.2.3.3. Outras Alienações de Bens	74	93	1,26
1.2.4. Transferência de Capital	646.112	183.711	0,28
1.2.4.1. Convênios	581.544	102.678	0,18
1.2.4.2. Outras Transferências de Capital	64568	81.033	1,26
1.2.5. Outras Receitas de Capital	0	310	-
1.2.5.1. Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0	0	-
1.2.5.2. Outras Receitas de Capital Primárias	0	0	-
<b>Receitas Primárias de Capital (XI) = (V-VI-VII-VIII-IX-X)</b>	<b>646.186</b>	<b>183.805</b>	<b>0,28</b>
<b>Receita Primária Total (XII) = (IV+XI)</b>	<b>25.710.096</b>	<b>30.776.028</b>	<b>1,20</b>
<b>2. Despesa Total</b>	<b>28.685.022</b>	<b>29.145.724</b>	<b>1,02</b>
<b>2.1. Despesas Correntes (XIII)</b>	<b>22.981.324</b>	<b>25.879.919</b>	<b>1,13</b>
2.1.1. Pessoal e Encargos Sociais	13.886.786	15.096.299	1,09
2.1.2. Juros e Encargos da Dívida (XIV)	606.274	855.325	1,41
2.1.3. Outras Despesas Correntes	8.488.265	9.928.294	1,17
2.1.3.1. Transferências Constitucionais e Legais	0	14.372	-
2.1.3.2. Demais Despesas Correntes	8.488.265	9.913.921	1,17
<b>Despesas Primárias Correntes (XV) = (XIII-XIV)</b>	<b>22.375.050</b>	<b>25.024.594</b>	<b>1,12</b>
<b>2.2. Despesas de Capital (XVI)</b>	<b>4.427.586</b>	<b>5.078.145</b>	<b>1,15</b>
2.2.1. Investimentos	2.769.375	3.485.610	1,26
2.2.1.1. Programa de Infraestrutura (XVII)	759.927	278.445	0,37
2.2.2. Inversões Financeiras	138.548	151.841	1,10
2.2.2.1. Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVIII)	128.154	63.448	0,50
2.2.2.2. Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIX)	0	0	0,00
2.2.2.3. Aquisição de Título de Crédito (XX)	0	0	0,00
2.2.2.4. Demais Inversões Financeiras	10.394	88.393	8,50
2.2.3. Amortização da Dívida (XXI)	1.519.662	1.440.693	0,95
<b>Despesas Primárias de Capital (XXII) = (XVI-XVII-XVIII-XIX-XX-XXI)</b>	<b>2.019.843</b>	<b>3.574.003</b>	<b>1,77</b>
Reserva de Contingência (XXIII)	303.400	0	0,00
<b>Despesa Primária Total (XXIV) = (XV+XXII+XXIII+XXV)</b>	<b>25.215.002</b>	<b>28.320.152</b>	<b>1,12</b>
<b>Restos a Pagar Pagos (XXV)</b>	<b>516.710</b>	<b>1.762.924</b>	<b>3,41</b>
Restos a Pagar de Programa de Infraestrutura (XXVI)	0	102.419	-
Resultado Primário - Acima da Linha (XXVII) = ((XII)-(XXIV+XXV))+XXVI)	<b>495.094</b>	<b>795.371</b>	<b>1,61</b>
<b>JUROS NOMINAIS</b>			
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXVIII)	572.303	1.236.138	2,16
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXIX)	606.274	1.037.811	1,71
<b>Resultado Nominal - Acima da Linha (XXX) = XXVII+(XXVIII-XXIX)</b>	<b>461.123</b>	<b>993.698</b>	<b>2,15</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

Notas:

- 1) Excluídas as estatais: ADECE, CAGECE, COGERH, CEGÁS, CEARÁPORTOS, METROFOR, CEASA;
- 2) Deduzidas as despesas com programas de infraestrutura;
- 3) Excluídas as concessões de empréstimos do grupo "Inversões Financeiras";
- 4) Despesa pelo valor pago do exercício;
- 5) Valores de restos a pagar destacados nas respectivas linhas;
- 6) No modelo de demonstrativo do MDF, a linha Receitas Correntes Restantes, agrega saldo de Receitas de Serviços e Outras Receitas Correntes;
- 7) A "Previsão" foi extraída do Demonstrativo da LOA 2022.

De acordo com o inciso I do artigo 4º da IN - 01/2000 - TCE, a tabela anterior demonstra o resultado das Metas Fiscais de Resultado Primário e Nominal, para 2022, projetadas na Lei Orçamentária anual, Lei n 17.860, de 29 de dezembro de 2021, alterada pela Lei n 18.197, de 31 de agosto de 2022.

A meta de Resultado Primário pelo critério “acima da linha” fixada na LDO, conforme alteraço feita pela Lei n 18.278, de 23 de dezembro de 2022, para o exercício de 2022 foi de R\$ -1.435,259 milhões. Considerando a despesa orçamentária paga e pagamento dos Restos a Pagar Processados e Não Processados liquidados pagos, conforme o Anexo de Metas Fiscais da LDO, o tesouro obteve um superávit primário de R\$ 795,370 milhões, superior  meta estabelecida.

O Resultado Nominal do Estado do Ceará, em 2022, pelo critério acima da linha, apresentou um valor positivo de R\$ 928,197 milhões, de acordo com os critérios estabelecidos no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF),  exceço da exclusão dos gastos de infraestrutura, nos termos do Art. 19, § 2, Lei n 17.573, 23 de julho de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, alterada pela Lei n 18.278, de 23 de dezembro de 2022.

A compatibilidade nas apuraço dos critérios estabelecidos no MDF e LOA, com destaque dos Programas de Infraestrutura, podem ser comparados pelas tabelas abaixo:

**Tabela 69 - Comparaço de Resultado Primário Exercício 2021 - LDO x MDF**

(R\$ Milhares)

Meta	Realizaço	Metodologias - Resultado Primário
-1.435.259	795.370	Meta com valores conforme critério estabelecido na LDO - com exclusão de Programas de Infraestrutura - no valor previsto de R\$ 1.006.992
-2.442.251	414.505	Valores apurado conforme critérios MDF, sem exclusão dos Programas de Infraestrutura, com valor realizado de R\$ 380.865 no exercício.

Fonte: SEFAZ/CECOG

Cabe ressaltar que a metodologia de apuraço do resultado primário com a exclusão dos programas de infraestrutura foi considerada regular pelo Tribunal de Contas do Estado por meio do acórdão 0085/2016.

**Tabela 70 - Comparaço de Resultado Nominal Exercício 2021 - LDO x MDF**

(R\$ Milhares)

Meta	Realizaço	Metodologias Resultado Nominal
-918.082	928.197	Valores conforme critério estabelecido na LDO - com exclusão de Programas de Infraestrutura - no valor previsto de R\$ 1.006.992
-1.925.074	547.332	Valores apurado conforme critérios MDF, sem exclusão dos Programas de Infraestrutura, com valor realizado de R\$ 380.865 no exercício.

FONTE: SEFAZ/CECOG

O Resultado Nominal no conceito “acima da linha” é obtido adicionando-se a conta de juros ao resultado primário. A tabela acima apresenta o resultado nominal pelo critério LDO e pelo critério MDF - sem a exclusão dos programas de infraestrutura.

A tabela a seguir mostra o comportamento do resultado nominal nos quatro últimos exercícios financeiros. O exercício de 2018 foi escolhido como marco inicial devido a mudança na estrutura do demonstrativo implementada na oitava edio do MDF que inovou ao trazer o cálculo “acima da linha” e “abaixo da linha” no mesmo demonstrativo e fazer a compatibilizao do resultado abaixo da linha (variao de estoque da dívida) com o resultado acima da linha (receita menos despesa).

**Tabela 71 - Evoluão do Resultado Nominal – “Acima da Linha**

Resultado Nominal	2022	2021	2020	2019	2018
(A) Metas Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	-918.082	143.744	267.802	-2.718.668	-3.164.747
(B) Resultado Nominal Apurado	928.197	2.486.307	2.001.871	1.662.871	215.362

Fonte: SEFAZ/CECOG

### 5.2.2 Receita Corrente Líquida

A receita Corrente Líquida – RCL -  parâmetro para aferio de vários limites da LRF, tais limite de despesas derivadas das parcerias público-privada, limite das operao de crédito, montante da dívida consolidada líquida, serviços da dívida pública e gasto de pessoal. Já para aferio de gastos com saúde e educao, o parâmetro de aferio é a RELIT – Receita Líquida de Impostos e Transferências.

A RCL, no valor de R\$ 30.383.651.351,44 foi apurada somando-se as receitas arrecadadas, com as devidas deduoes, no mês de referência (dezembro) e nos 11 meses anteriores. Já a RCL ajustada no valor de R\$ 30.383.130.260,26 para fins dos limites de endividamento foi calculada conforme regra supramencionado, sendo deduzido as Transferências obrigatórias da união relativas às emendas individuais (art. 166-A,  1, da CF). A RCL para fins de cálculo de limite de despesa com pessoal foi de R\$ 30.294.830.171,62, deduzindo as Transferências obrigatórias da união relativas às emendas de bancada (art. 166, 16, da CF).

A seguir a tabela da RLC do exercício de 2022:

**Tabela 72 - Receita Corrente Líquida**

(R\$ Milhares)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2022
	1 - Janeiro	2 - Fevereiro	3 - Março	4 - Abril	5 - Maio	6 - Junho	7 - Julho	8 - Agosto	9 - Setembro	10 - Outubro	11 - Novembro	12 - Dezembro		
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>3.415.982</b>	<b>3.450.293</b>	<b>3.059.239</b>	<b>3.605.500</b>	<b>3.578.760</b>	<b>3.540.957</b>	<b>3.184.459</b>	<b>3.747.366</b>	<b>3.072.288</b>	<b>3.163.583</b>	<b>3.269.461</b>	<b>4.652.802</b>	<b>41.740.690</b>	<b>37.283.505</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.079.883	1.658.015	1.744.902	1.890.830	1.722.849	1.898.354	1.819.168	1.717.343	1.753.871	1.746.532	1.678.533	1.824.333	21.534.614	19.312.460
ICMS	1.499.062	1.325.086	1.283.941	1.489.901	1.381.193	1.511.161	1.488.954	1.388.256	1.490.623	1.463.932	1.408.803	1.393.758	17.124.668	15.586.028
PVA	410.461	175.158	181.169	161.296	167.770	148.050	54.862	47.867	38.175	31.023	28.880	34.917	1.479.628	1.486.399
ITCD	11.550	7.820	9.155	8.176	12.132	10.887	11.703	12.967	6.513	26.673	9.208	14.576	141.359	84.508
RRF	76.894	74.419	174.057	144.308	142.225	147.461	183.869	179.338	141.959	149.446	157.469	304.693	1.876.138	1.384.906
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	81.916	75.533	96.581	87.149	19.529	80.796	79.780	88.915	76.602	75.458	74.173	76.389	912.821	770.618
Contribuições	1.644	90.812	92.967	107.624	97.243	107.179	102.142	97.322	123.382	82.637	99.448	332.606	1.335.006	1.183.354
Receita Patrimonial	52.857	72.543	87.025	104.437	168.829	95.314	108.524	118.398	110.612	92.121	96.320	162.996	1.269.976	602.580
Rendimentos de Aplicação Financeira	51.453	71.534	85.378	94.843	127.349	90.749	99.847	110.932	108.205	90.559	93.994	144.818	1.169.661	537.083
Outras Receitas Patrimoniais	1.404	1.008	1.647	9.594	41.481	4.565	8.677	7.466	2.407	1.562	2.326	18.178	100.315	65.497
Receita Agropecuária	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	9	0
Receita Industrial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receita de Serviços	6.420	13.498	39.677	32.923	29.402	30.486	16.896	25.079	22.382	81.887	36.882	55.483	391.015	295.495
Transferências Correntes	1.239.231	1.576.180	1.058.876	1.422.450	1.425.493	1.331.985	1.104.017	1.673.537	1.034.195	1.100.145	1.304.210	2.181.496	16.451.815	15.225.175
Cota-Parte do FFE	910.140	1.209.687	754.868	879.920	996.897	921.278	771.827	882.574	732.338	780.857	964.907	1.042.905	10.848.198	10.271.850
Transferências da LC 87/1996	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências da LC 61/1989	5.022	4.490	5.087	5.173	2.750	3.880	4.000	3.186	4.203	4.290	3.119	4.432	49.632	62.717
Transferências do FUNDEB	308.646	213.275	210.701	236.080	229.827	221.052	208.287	218.112	212.544	214.040	235.187	236.257	2.744.009	2.656.946
Outras Transferências Correntes	15.423	148.727	88.220	301.277	196.018	185.776	119.903	569.666	85.110	100.959	100.996	897.903	2.809.977	2.233.662
Outras Receitas Correntes	35.948	39.245	35.792	47.235	134.943	77.638	33.711	115.685	27.845	60.260	54.067	95.886	758.256	664.441
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>1.023.110</b>	<b>1.026.061</b>	<b>873.839</b>	<b>988.557</b>	<b>948.083</b>	<b>984.310</b>	<b>888.934</b>	<b>860.205</b>	<b>891.880</b>	<b>845.252</b>	<b>874.964</b>	<b>1.151.844</b>	<b>11.357.039</b>	<b>9.867.772</b>
Transferências Constitucionais e Legais	566.944	404.025	413.927	439.292	415.234	437.242	387.681	359.204	378.324	371.630	354.012	354.162	4.881.678	4.371.263
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	1.644	90.812	92.967	107.624	97.243	106.965	102.131	97.297	122.959	82.558	99.380	332.277	1.333.858	1.181.444
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0	0	0	0	0	214	11	25	427	75	68	329	1.148	12.513
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	150	0	0	20.138	6.489	8.274	9.994	7.293	11.452	1.375	8.067	36.536	109.768	53.320
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	454.372	531.223	366.945	421.503	429.117	431.615	389.118	396.386	378.718	389.614	413.437	428.540	5.030.587	4.249.232
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>2.392.872</b>	<b>2.424.233</b>	<b>2.185.400</b>	<b>2.616.943</b>	<b>2.630.677</b>	<b>2.556.648</b>	<b>2.295.524</b>	<b>2.887.161</b>	<b>2.180.408</b>	<b>2.318.331</b>	<b>2.394.497</b>	<b>3.500.957</b>	<b>30.383.651</b>	<b>27.415.733</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0	300	0	0	0	0	0	0	0	0	0	221	521	0
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)</b>	<b>2.392.872</b>	<b>2.423.933</b>	<b>2.185.400</b>	<b>2.616.943</b>	<b>2.630.677</b>	<b>2.556.648</b>	<b>2.295.524</b>	<b>2.887.161</b>	<b>2.180.408</b>	<b>2.318.331</b>	<b>2.394.497</b>	<b>3.500.736</b>	<b>30.383.130</b>	<b>27.415.733</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0	0	0	0	0	87.903	0	0	0	248	134	15	88.300	0
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)</b>	<b>2.392.872</b>	<b>2.423.933</b>	<b>2.185.400</b>	<b>2.616.943</b>	<b>2.630.677</b>	<b>2.468.745</b>	<b>2.295.524</b>	<b>2.887.161</b>	<b>2.180.408</b>	<b>2.318.083</b>	<b>2.394.363</b>	<b>3.500.721</b>	<b>30.294.830</b>	<b>27.415.733</b>

Fonte: COPAC/COFOP/Sistefe-CE

A RLIT é a soma de todas as receitas de impostos do estado e a cota parte de transferências legais ou constitucionalmente repartidas de impostos da União, deduzidas dos valores transferidos aos municípios e ao FUNDEB. A tabela a seguir mostra a composição da RLIT no exercício de 2022.

**Tabela 73 - Composição da RLIT**

Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	(R\$ Milhares)
Valor	
<b>Receita de Impostos (I)</b>	<b>20.621.792</b>
ICMS	16.427.139
Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)	697.528
ITCD	141.359
IPVA	1.479.628
IRRF	1.876.138
<b>Receita de Transferências Constitucionais e Legais (II)</b>	<b>10.921.182</b>
Cota-Parte FPE	10.848.198
Cota-Parte IPI-Exportação	49.632
Cota-Parte IOF-Ouro	1
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	23.352
<b>Deduções de Transferências Constitucionais aos Municípios (III)</b>	<b>4.866.653</b>
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios (25%)	4.114.009
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios (50%)	740.237
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios (25%)	12.408
<b>Total da Receita Líquida de Impostos e Transferências (I + II - III)</b>	<b>26.676.321</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

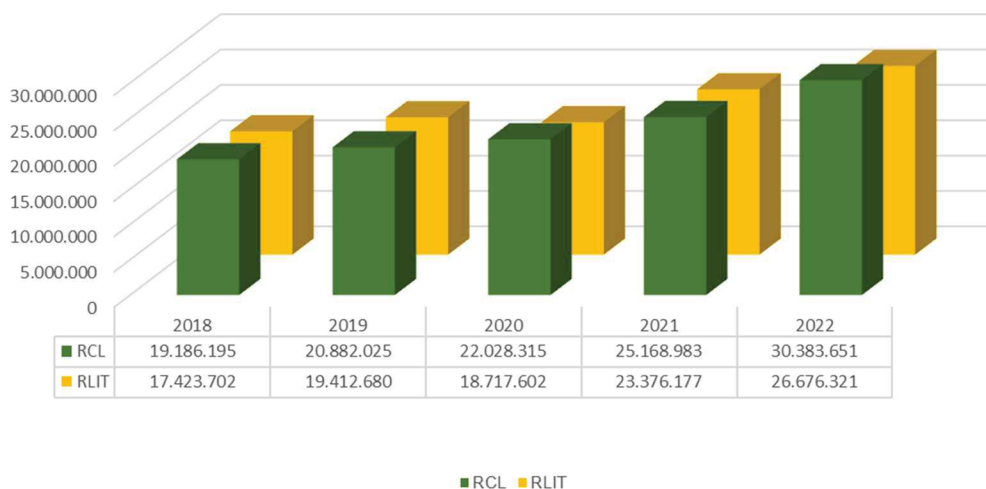
Nota: Nas receitas de impostos estão compreendidos o Principal, Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos

A RLIT do exercício de 2022 para o cálculo com educação totalizou R\$ 26.676.321.059,40, enquanto para o gasto com saúde foi de R\$ 26.671.650.158,63. A seguir temos um gráfico com a evolução da RCL e RLIT dos cinco últimos exercícios em valores nominais.

É importante mencionar, que existe uma diferença de R\$ 4.670.900,79 entre a RLIT para o cálculo da educação e a RLIT para o cálculo do gasto com saúde. Essa diferença é referente à transferência da União da cota-parte IOF-Ouro que entra na RLIT para o cálculo do gasto com educação, mas não entra na RLIT para o cálculo com saúde, assim como, a transferência ao FUNDEB incidente sobre Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022, a qual foi deduzida na linha de Compensações Financeiras no cálculo da RLIT do gasto com saúde.



**Gráfico 30 - Evoluão da RCL e RLIT**



FONTE: SEFAZ/CECOG

### 5.2.3 Gasto com Educao

O Estado do Ceará teve um dispêndio com educao, no exercício atual, no montante de R\$ 8.647.288.501,18, sendo que deste total R\$ 5.601.076.534,59 foram executados na funo educao e R\$ 3.046.211.966,59 foram perdas líquidas com transferências ao FUNDEB.

A composio dos dispêndios com educao está detalhada na tabela abaixo:

**Tabela 74 - Dispêndios com Educao**

Especificao	Valor
(A) Total da Despesa na Funo Educao	5.601.077
(B) Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	3.046.212
<b>(C) Total das Despesas com Educao (C) = (A)+(B)</b>	<b>8.647.289</b>
<b>Deduoes</b>	
Despesas Custeadas com a Complementao da União	850.096
Despesas Custeadas com o Superávit do FUNDEB do Exercício Anterior	17.838
Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos do Exercício Anterior	51.234
Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para o Financiamento do Ensino	658.228
Cancelamento no Exercício de Restos a Pagar	17.690
Itens Excluídos segundo Acórdão TCE n 546 e por analogia com os acórdãos do TCE	85.728
<b>(D) Total das Deduoes</b>	<b>1.680.815</b>
<b>Total das Despesas para Fins de Limite (E) = (C)-(D)</b>	<b>6.966.474</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

Do valor executado orçamentariamente na funo educao, R\$ 1.680.814.901,86 não foram considerados no cálculo do ndice constitucional de aplicao mínima. Mesmo com as exclusoes o estado atingiu o ndice de 26,11 % da RLIT, superando o percentual mínimo em R\$ 297.393.334,37. O percentual mínimo obrigatório é 25%, conforme estabelecido na Constituio Federal de 1988. A despesa executada orçamentariamente por Grupo de Despesa no exercício de 2022 está detalhada na tabela abaixo:

**Tabela 75 - Despesa Empenhada em Educação por Grupo de Despesa**

(R\$ Milhares)	
Grupo Despesa	Valor
Pessoal e Encargos Sociais	3.360.299
Outras Despesas Correntes	1.610.517
Investimentos	630.261
<b>Total</b>	<b>5.601.076,53</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

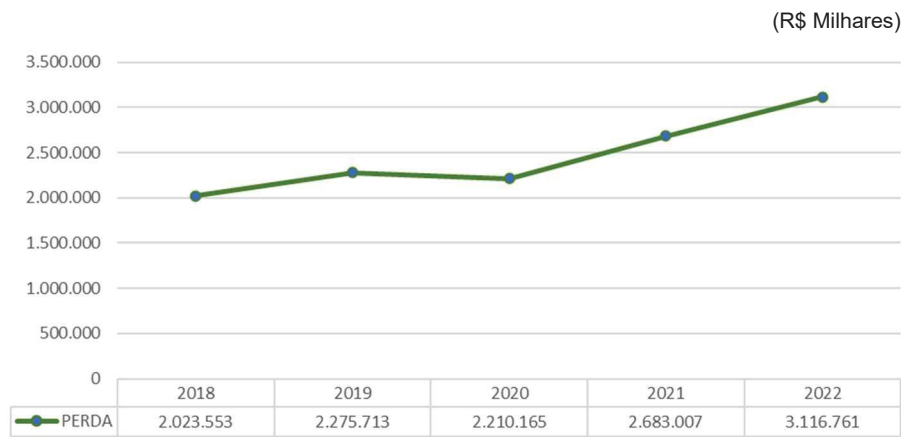
Vale ressaltar que a perda com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)  considerada no cálculo da Educação.

O FUNDEB é formado pelos percentuais de receitas de impostos dos estados e de todos os municípios do estado, compondo o montante total de recursos do FUNDEB em nível estadual. Esse montante é dividido entre o estado e seus municípios, na proporção do número de alunos matriculados na educação básica da rede pública (regular, especial, educação de jovens e adultos, integral, indígena e quilombola), considerando-se os âmbitos de atuação prioritárias dos estados e municípios. Os estados atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio, e os municípios tero atuação prioritária no ensino fundamental e na educação infantil.

Nessa divisão, verifica-se o atendimento da parcela mínima de recursos por aluno. Quando não atendido esse mínimo, há uma complementação de recursos por parte da União. O estado do Ceará, sem considerar os recursos complementados aos municípios, recebeu o montante de R\$ 830.184.207,71 a título de complementação ao FUNDEB.

No gráfico abaixo compomos a evolução da perda do FUNDEB, diferena entre o que estado aporta e o valor que recebe. O valor da “perda” é distribuído aos municípios do Estado do Ceará.

**Gráfico 31 - Evolução da Perda com o FUNDEB**



FONTE: SEFAZ/CECOG

**Tabela 76 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (Art.212 da Constituição Federal) - RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)**

(R\$ em milhares)

Descrição	Previsão Atualizada (A)	Receitas Realizadas (B)
(I) Receita Bruta de Impostos e Transferências	28.876.409	31.542.974
Impostos (ICMS+ITCD+IPVA+IRRF)	18.541.842	20.621.792
Receita de Transferências Constitucionais e Legais (FPE+IP+LC 87/96+ IOF Ouro)	10.334.567	10.921.182
(II) Transferências Constitucionais e Legais (25% do ICMS+ 50% do IPVA+ 25% do IPI)	4.381.636	4.866.653
<b>(III) Total da Receita Líquida de Impostos e Transferências</b>	<b>24.494.772</b>	<b>26.676.321</b>
<b>Valor Mínimo a ser aplicado em Educação (25% de III)</b>		<b>6.669.080</b>

Receitas do FUNDEB	Previsão Atualizada (C)	Receitas Realizadas (D)
<b>(IV) Receitas Destinadas ao FUNDEB</b>	<b>0</b>	<b>4.960.037</b>
20% (ICMS+IPVA+IPI- Transferências Constitucionais)		2.778.282
20% (ITCD+FPE+LC 87/96)		2.181.755
<b>(V) Receitas Recebidas do FUNDEB</b>	<b>2.656.946</b>	<b>2.806.458</b>
Transferências de Recursos do FUNDEB	1.881.050	1.913.825
Complementação da União ao FUNDEB	775.896	830.184
Receita de Restituições ao FUNDEB		19
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB		62.430
<b>(VI) Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB</b>	<b>1.881.050</b>	<b>-3.046.212</b>

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	Dotação Atualizada (F)	Despesas Empenhadas (F)
<b>(VII) Pagamento de Profissionais do Magistério</b>	<b>2.329.388,71</b>	<b>2.321.163,63</b>
Com Ensino Fundamental	444.493,04	442.663,26
Com Ensino Médio	1.884.895,68	1.878.500,36
<b>(VIII) Outras Despesas</b>	<b>595.633,00</b>	<b>593.532,09</b>
Com Ensino Fundamental	5.196,03	5.196,03
Com Ensino Médio	590.436,98	588.336,06
<b>(IX) Total das Despesas do FUNDEB (VII+VIII)</b>	<b>2.925.022</b>	<b>2.914.696</b>

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	Despesas Empenhadas (G)
(X) Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	2.268.891
(XI) Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.878.509
(XII) Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	772.998
(XIII) Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	
(XIV) Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de	0

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal <sup>2</sup>	VALOR APLICADO	% APLICADO
Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.268.891	80,85

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE
Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	241.324	239.556
Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	173.101	168.253
Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT)	68.223	71.303

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação)	Dotação Atualizada (G)	Despesas Empenhadas (H)
<b>Educação Infantil</b>	25.915	25.276
Creche	8.811	8.594
Pré-escola	17.104	16.682
<b>Ensino Fundamental</b>	118.900	117.165
<b>Ensino Médio</b>	1.136.841	1.034.389
<b>Ensino Superior</b>	679.559	655.336
<b>Ensino Profissional Não Integrado ao Ensino Regular</b>	61.789	59.024
<b>(XIV) Total das Despesas com Ações Típicas de MDE</b>	<b>2.023.003</b>	<b>1.891.191</b>

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS)	3.937.952
(-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	-3.046.212
(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOSTOS	0
(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0
(-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	17.690
<b>TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE</b>	<b>6.966.474</b>

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	% APLICADO
<b>APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS</b>	<b>26,11</b>

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB	Salário-Educação
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	568.574	94.953
(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	2.806.458	93.118
(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	3.145.687	124.318
<b>(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE</b>	<b>229.346</b>	<b>63.753</b>
(+) AJUSTES POSITIVOS ( RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	192	0
(-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0	-18
<b>SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)</b>	<b>229.537</b>	<b>63.735</b>

**NOTAS:**

FONTE: Sistema: Siafe-Ce; Unidade Responsável: COPAC/CECOG; Data e hora de emissão: 31/03/2023 22:31

1 Se resultado líquido da transferência (8) > 0 = acréscimo resultante das transferências do FUNDEB, se resultado líquido da transferência (8) < 0 = decréscimo resultante das transferências do FUNDEB

2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

"3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites.

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9 Nas linhas 3.1- PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS e 3.2- PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS, estão incluídos, respectivamente, os valores de R\$ 13.949.181,65 e R\$ 423.083,59, referentes aos

empenhos realizados na natureza de despesa 334092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

10 O Total de despesas executadas, no primeiro quadrimestre, com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos, oriundos de recursos de superávit, corresponde ao Valor Empenhado de R\$ 186.090.869,45. Em relação ao valor executado, no primeiro quadrimestre, em Despesas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT), a partir de recursos de superávit, o montante Empenhado foi de R\$ 77.098.681,17. Os valores preenchidos nas linhas 22.1 e 22.2 referem-se aos valores liquidados com o superávit do exercício 2021.

11 As Transferências Decorrentes de Decisão Judicial (precatórios) Relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF estão computadas na linha 42- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO.

12 O valor registrado na linha 2.4- Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais é referente ao Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022, conforme Nota Técnica SEI nº 40082/2022/ME.

13 Itens excluídos segundo ACORDÃO TCE Nº 546 de 2018:

Item Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
<b>339032 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA</b>	<b>2.849.654,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
2269 - UNIFORMES E FARDAMENTOS ESCOLARES	2.849.654,22	0,00	0,00
<b>339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA</b>	<b>73.919.563,59</b>	<b>67.241.823,23</b>	<b>67.186.368,55</b>
2185 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	73.890.910,51	67.213.170,15	67.157.715,47
2234 - ANUIDADES ASSOCIATIVAS	28.653,08	28.653,08	28.653,08
<b>339047 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS</b>	<b>7.580,05</b>	<b>7.408,33</b>	<b>7.408,24</b>
2376 - MULTAS SOBRE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS FEDERAIS	2.985,06	2.985,06	2.985,06
2379 - JUROS SOBRE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS MUNICIPAIS	4.594,99	4.423,27	4.423,18
<b>339092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>230.842,90</b>	<b>230.842,90</b>	<b>230.842,90</b>
2344 - (DEA) INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	230.842,90	230.842,90	230.842,90
<b>339093 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES</b>	<b>8.606.306,22</b>	<b>8.472.336,31</b>	<b>8.471.579,39</b>
2326 - INDENIZAÇÕES	7.818.828,31	7.684.858,40	7.684.101,48
2327 - RESTITUIÇÕES	585.369,31	585.369,31	585.369,31
2346 - OUTRAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	202.108,60	202.108,60	202.108,60
<b>Total</b>	<b>85.613.946,98</b>	<b>75.952.410,77</b>	<b>75.896.199,08</b>

14 Itens excluídos por analogia:

<b>339047 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS</b>			
2376 - MULTAS SOBRE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS FEDERAIS	113.906,47	113.906,47	113.906,47
<b>Total</b>	<b>113.906,47</b>	<b>113.906,47</b>	<b>113.906,47</b>

Na próxima tabela, veremos a evolução das despesas com educação em relação a receita líquida de impostos, para fins de apuração do gasto com educação exigidos pela Constituição Federal que é de 25%.

**Tabela 77 - Demonstrativo da Despesa com Educação x Receita Líquida de Impostos**

Ano	Receita Líquida de Impostos	Despesa com Educação	% Realização
2018	17.423.705,00	4.761.030,00	27,33
2019	19.412.680,00	5.081.587,00	26,18
2020	18.717.602,00	5.072.723,00	27,10
2021	23.376.177,00	6.094.452,00	26,07
2022	26.676.321,06	6.966.473,60	26,11

Fonte: SEFAZ/CECOG

#### 5.2.4 Gasto com Saúde

O Estado do Ceará aplicou em 2022 mais de 5,9 bilhões de reais na fun o saúde, sendo que deste montante, foram considerados no cáculo do  ndice constitucional de aplica o mínima em saúde, o valor de 4,5 bilhões de reais. Mesmo com as exclusões das despesas não consideradas para o cáculo da aplica o mínima, o Estado atingiu o  ndice de 16,98% da sua RLIT. Portanto, um percentual de 4,98% (1,3 bilhão de reais) acima do mínimo obrigatório de 12%, conforme estabelecido pela Constitui o Federal e pela lei complementar n  141 de 2012. Nas tabelas a seguir serão demonstrados estes valores e percentuais.

**Tabela 78 - Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) RREO - Anexo 12 (LC 1412012, art. 35)**

(R\$ Milhares)

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Valor Orçado	Valor Realizado
Receitas Resultantes de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	26.998.331	31.538.303
Receita de Impostos (I)	18.337.272	20.621.792
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	15.586.028	17.124.668
Impostos sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação - ITCD	84.508	141.359
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	1.281.830	1.479.627
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.384.906	1.876.138
Receita de Transferências Constitucionais e Legais (II)	8.661.059	10.916.511
Cota-Parte FPE	8.598.342	10.848.198
Cota-Parte IPI-Exportação	62.717	49.632
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0	18.681
Deduções de Transferências Constitucionais aos Municípios (III)	4.367.263	4.866.653
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios (25%)	3.710.669	4.114.009
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios (50%)	640.915	740.236
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios (25%)	15.679	12.408
<b>Total das Receitas Resultantes de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais - (IV) = (I) + (II) - (III)</b>	<b>22.631.068</b>	<b>26.671.650</b>
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde - Por Subfunção e Categoria Econômica		
Atenção Básica (V)	194.198	371.799
Assistência Hospitalar e Ambulatorial (VI)	2.703.501	3.561.834
Suporte Profilático e Terapêutico (VII)	37.884	25.448
Vigilância Sanitária (VIII)	20	0
Vigilância Epidemiológica (IX)	57.880	51.159
Outras Subfunções (X)	462.384	518.007
<b>Total (XI) = (V + VI + VII + VIII + IX + X)</b>	<b>3.455.867</b>	<b>4.528.247</b>
Apuração do Cumprimento do Limite Mínimo para Aplicação em ASPS		
Valor Aplicado em ASPS (XII)		4.528.247
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XIII) = (IV) x 12% (LC 141/2012)		3.200.598
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XIV) = (XII) - (XIII)		1.327.649
<b>Percentual da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais Aplicado em ASPS (XIII / XIV)*100 (mínimo de 12% conforme LC n°141/2012)</b>		<b>16,98</b>
Receitas Adicionais para o Financiamento da Saúde Não Computadas no Cálculo do Mínimo		
Receitas de Transferências para a Saúde (XV)	913.094	748.984
Receita de Operações de Crédito Vinculadas à Saúde (XVI)	64.156	60.099
Outras Receitas (XVII)	169.535	174.345
<b>Total de Receitas Adicionais para Financiamento da Saúde (XVIII) = (XV + XVI + XVII)</b>	<b>1.146.785</b>	<b>983.428</b>
Despesas com Saúde Não Computadas no Cálculo do Mínimo		
Atenção Básica (XIX)	119.250	127.918
Assistência Hospitalar e Ambulatorial (XX)	865.760	1.087.844
Suporte Profilático e Terapêutico (XXI)	82.422	87.814
Vigilância Sanitária (XXII)	2.959	4.747
Vigilância Epidemiológica (XXIII)	52.309	32.519
Outras Subfunções (XXIV)	115.173	61.958
Total das Despesas Não Computadas no Cálculo do Mínimo (XXV)	1.237.873	1.402.800
<b>Total das Despesas com Saúde (XXVI) = (XI + XXV)</b>	<b>4.693.740</b>	<b>5.931.047</b>
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transf. de recursos de outros entes	950.009	882.510
<b>Total das Despesas Executadas com Recursos Próprios (XXVII)</b>	<b>3.743.731</b>	<b>5.048.537</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

Notas:

- 1) No último bimestre o valor considerado é o da despesa empenhada.
- 2) As seguintes despesas são consideradas para o cálculo do limite mínimo em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS):
  - As despesas executadas pelo Fundo Estadual de Saúde (FUNDES);
  - As despesas executadas pelos Consórcios Públicos de Saúde.
- 3) O total das despesas com saúde não computados (item XXV) corresponde às seguintes despesas:
  - Despesas dos órgãos: Escola de Saúde Pública, FASSEC e ISSEC;
  - Despesas com fonte de recursos que não seja proveniente de impostos e transferência constitucionais e legais;
- Itens de despesa excluídos por recomendação do TCE/CE.
- 4) No valor das Transferências a Municípios não estão incluídas as de "Royalties" e da CIDE.

**Tabela 79 - Demonstrativo da Despesa com Saúde x Receita Líquida de Impostos**

(R\$ Milhares)

Ano	Receita Líquida de Impostos	Despesa com Saúde	Realização %
2018	17.423.702	2.691.128	15,45
2019	19.412.680	2.606.697	13,43
2020	18.717.602	3.095.194	16,54
2021	23.376.161	3.665.183	15,68
2022	26.671.650	4.528.247	16,98

Fonte: SEFAZ/CECOG

**Tabela 80 - Demonstrativo das Despesas com Saúde Total, Computadas e não Computadas**

(R\$ Milhares)

Ano	Despesa Total com Saúde	Despesas com Saúde Computadas	% do Total	Despesas com Saúde não Computadas	% do Total
2018	3.574.226	2.691.128	75,29	883.099	24,71
2019	3.693.255	2.606.697	70,58	1.086.557	29,42
2020	4.610.191	3.095.194	67,14	1.514.997	32,86
2021	5.172.677	3.665.183	70,86	1.507.493	29,14
2022	5.931.047	4.528.247	76,35	1.402.800	23,65

Fonte: SEFAZ/CECOG

No exercício atual, as despesas não computadas tiveram a seguinte composição:

**Tabela 81 - Detalhamento das Despesas não Computadas**

(R\$ Milhares)

Despesas não Computadas	Valor
Despesas Custeadas com Recursos de Outras Fontes	1.070.272
Despesas que não Atendem ao Princípio de Acesso Universal à Saúde	121.343
Despesas Excluídas por Determinação do Tribunal de Contas (TCE-CE)	211.185
<b>Total</b>	<b>1.402.800</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

Parte da despesa em saúde é executada pelos vinte e um (21) Consórcios Públicos de Saúde que o estado participa. Importante mencionar que do total aportado pelo Estado aos Consórcios Públicos de Saúde na fonte de impostos e transferências constitucionais (R\$ 102.599.614,30), referente às transferências feitas pelo FUNDES na modalidade “transferências a consórcios públicos”, as despesas executadas pelos consórcios públicos foram de 99,825 milhões de reais conforme os dados informados pelos respectivos consórcios. A tabela a seguir detalha as despesas executadas por cada consórcio público:



**Tabela 82 - Despesas Executadas pelos Consórcios Públicos de Saúde em 2022**

(R\$ milhares)

Despesas Executadas pelos Consórcios Públicos de Saúde em ASPS em 2022	Valor
1 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Acaraú	3.791
2 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião da Ibiapaba	4.409
3 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião do Crato	8.438
4 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crateús	4.376
5 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte	4.436
6 - Consrcio Público de Sade da Microrregio de Quixadá	4.025
7 - Consrcio Público de Sade da Microrregio de Maracanaú	7.457
8 - Consrcio Público de Sade da Microrregio de Aracati	3.358
9 - Consrcio Público Interfederativo do Vale do Curu - Cisvale	5.200
10 - Consrcio Público de Sade da Microrregio de Baturit	4.487
11 - Consrcio Público de Sade da Microrregio de Camocim	4.853
12 - Consrcio Público de Sade da Microrregio de Juazeiro do Norte	4.201
13 - Consrcio Público de Sade da Microrregio de Iguatu	4.601
14 - Consrcio Público de Sade da Microrregio de Russas	3.166
15 - Consrcio Público de Sade da Microrregio de Sobral	2.801
16 - Consrcio Público de Sade da Microrregio de Brejo Santo	4.696
17 - Consrcio Público de Sade da Microrregio de Tauá	6.802
18 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de I	5.355
19 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Cascavel	3.707
20 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Canindé	6.006
21 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Itapipoca	3.660
<b>Total Executado pelos Consórcios</b>	<b>99.825</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

## 5.3 Relatório de Gestão Fiscal

### 5.3.1 Despesa com Pessoal

O Anexo I do RGF traz o Demonstrativo das Despesas com Pessoal que, como o próprio nome indica, demonstra a despesa com pessoal de cada um dos Poderes de modo a verificar o cumprimento dos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF - que determina o máximo de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado para ser aplicado em Gastos com Pessoal, estabelecendo limites segregados por Poder e rgo.

O art. 18 da LRF definiu despesa total com pessoal como o somatório dos gastos do ente da Federao com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funoes ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificaes, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribues recolhidas às entidades de previdência.

No exercício de 2022, o percentual de comprometimento da Despesa de Pessoal (DTP) do Estado do Ceará sobre a Receita Corrente Líquida Ajustada – RCLA ajustada foi de 50,52%. Se comparada aos 47,15% do exercício de 2021, percebe-se um aumento de 3,37%.

A RCLA é a Receita Corrente Líquida após a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas parlamentares individuais e de bancada, conforme disciplina, respectivamente, 1 do art. 166-A e 16 do art. 166 da CF. Em conformidade com a nova metodologia de cálculo trazida pela Emenda Constitucional n100/2019, a RCLA no exercício de 2022 totalizou R\$ 30.294.830.171,62. Quando comparada com o exercício de 2021, verifica-se um crescimento nominal de 20,88%.

A tabela a seguir mostra a despesa com pessoal de cada poder e órgão no qual a Lei de Responsabilidade Fiscal tenha consignado limite para gasto com pessoal. A variao do ndice de gasto de pessoal, 29,52% em relao a 2021, se explica em parte pela inclusão dos gastos finalísticos de Organizaes repassados por meio de contratos de gestão. Em 2022, foram incluídas despesas dessa natureza no total de R\$ 952.444.114,49 no cômputo do gasto de pessoal. Vale ressaltar que a inclusão dessas despesas, mesmo exigidas no MDF - Manual de Demonstrativos Fiscais, não  pacífica na Federao, principalmente após a edio do Decreto Legislativo n 79/2022. Em consulta formulada  STN, CH202300895, foi confirmada a validade do disposto no MDF, pelo menos enquanto se aguarda manifestao da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sobre os efeitos do referido Decreto legislativo.

**Tabela 83 - Variação Gasto de Pessoal**

(R\$ milhares)

Descrição	Poder/órgão do Estado do Ceará					Ceará - consolidado		Variação %
	Executivo + Defensoria	Legislativo	Judiciário	Ministério Público	Tribunal de Contas	2022	2021	
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>15.758.573</b>	<b>609.957</b>	<b>1.460.289</b>	<b>517.508</b>	<b>277.741</b>	<b>18.624.066</b>	<b>14.806.900</b>	<b>25,78</b>
<b>PESSOAL ATIVO</b>	<b>10.961.640</b>	<b>387.571</b>	<b>1.218.003</b>	<b>443.235</b>	<b>207.648</b>	<b>13.218.096</b>	<b>10.023.724</b>	<b>31,87</b>
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.384.183	320.171	994.029	366.116	167.203	11.231.701	8.466.048	32,67
Obrigações Patronais	1.577.457	67.400	223.974	77.119	40.445	1.986.395	1.557.676	27,52
<b>PESSOAL INATIVO</b>	<b>3.980.622</b>	<b>105.384</b>	<b>242.286</b>	<b>74.273</b>	<b>68.011</b>	<b>4.470.575</b>	<b>3.814.366</b>	<b>17,20</b>
Aposentadoria, Reserva e Reformas	3.105.573	78.417	191.002	56.127	57.979	3.489.099	2.891.595	20,66
Pensões	875.048	26.967	51.285	18.146	10.032	981.477	922.771	6,36
<b>OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE FORMA INDIRETA</b>	<b>816.311</b>	<b>115.061</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.082</b>	<b>933.454</b>	<b>967.694</b>	<b>-3,54</b>
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	1.941	0	0	0	1.941	1.116	73,92
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)</b>	<b>2.784.614</b>	<b>106.666</b>	<b>239.122</b>	<b>121.052</b>	<b>68.211</b>	<b>3.319.665</b>	<b>2.991.064</b>	<b>10,99</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.406	0	0	24.892	82	26.380	4.712	459,85
Decorrentes de Decisão Judicial	227.556	0	0	18.736	0	246.292	201.470	22,25
Despesas de Exercícios Anteriores	39.977	1.282	5.518	3.287	118	50.183	81.340	-38,30
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.515.675	105.384	233.604	74.137	68.011	2.996.811	2.703.541	10,85
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>12.973.959</b>	<b>503.290</b>	<b>1.221.167</b>	<b>396.456</b>	<b>209.530</b>	<b>15.304.401</b>	<b>11.815.836</b>	<b>29,52</b>
Percentual da Receita Corrente Líquida Ajustada	42,83%	1,66%	4,03%	1,31%	0,69%	50,52%	47,15%	
Receita Corrente Líquida Ajustada						<b>30.294.830</b>	<b>25.061.058</b>	<b>20,88</b>

Fonte: Sefaz, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas, todos do Estado do Ceará.

Nota 1: O Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público foram feitos a partir dos dados republicados em março de 2023.

Nota 2: Os totais acima incluem os Restos a Pagar que são informados em coluna separada no RGF de cada poder/órgão.

**Tabela 84 - Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal x Receita Corrente Líquida**

(R\$ milhares)

Ano	RCL (A)	Desp. com Pessoal (B)	Realiz.% (B/A)
2018	19.174.526	9.945.510	51,87%
2019	20.870.242	10.637.637	50,97%
2020	21.886.952	10.836.995	49,51%
2021	25.061.058	11.815.836	47,15%
2022	30.294.830	15.304.401	50,52%

Fonte: SEFAZ/CECOG

**Tabela 85 - Representatividade das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida**

(R\$ milhares)

Poder\Órgão	2022	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta
Poder Executivo	42,83%	48,60%	46,17%	43,74%
Assembleia Legislativa	1,66%	2,34%	2,22%	2,11%
Poder Judiciário	4,03%	6,00%	5,70%	5,40%
Ministério Público	1,31%	2,00%	1,90%	1,80%
Tribunal de Contas do Estado	0,69%	1,06%	1,01%	0,95%
<b>Consolidado Geral</b>	<b>50,52%</b>	<b>60,00%</b>	<b>57,00%</b>	<b>54,00%</b>

Fonte: Sefaz, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas, todos do Estado do Ceará.

O poder executivo tem como limite máximo o percentual de 49,00% da RCL ajustada. Nos estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios o limite máximo de gasto com pessoal é de 48,6 para o Poder Executivo. O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará foi extinto em dezembro de 2017 e a LRF não previu a destinação do limite de 0,4% sobre a RCL em caso de extinção. A partir do exercício de 2019, as Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais vêm distribuindo o limite do extinto Tribunal de Contas dos Municípios entre a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado, o qual incorporou as atribuições e quadro de pessoal do extinto TCM, ficando a Assembleia Legislativa com o limite máximo de 2,34% e o TCE com o limite máximo de 1,06%, permanecendo o Poder Executivo com limite de 48,6% da RCL ajustada. O SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – gerido pela STN - Secretária do Tesouro Nacional- não prevê essa possibilidade de alterar os índices legais dos Entes no momento do envio das informações, bem como a STN não mostrou concordância nas análises do PAF – Programa de Ajuste Fiscal, dada a falta de previsão legal na LRF em caso de Extinção de Tribunal de Contas do Município.

No limite do poder executivo está incluído o gasto de pessoal da Defensoria Pública do Estado, pois a LRF não previu um limite específico a este órgão.

Na tabela abaixo estão incluídos os valores repassados a consórcios públicos de saúde e aplicados em despesa de pessoal, conforme valores informados pelos consórcios.

**Tabela 86 - Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos de Saúde**

(R\$ Milhares)

DESPESA COM PESSOAL EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c = a + b)
<b>PODER EXECUTIVO</b>				
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>125.696</b>	<b>67.013</b>	<b>10</b>	<b>67.022</b>
Pessoal Ativo	125.696	64.673	10	64.683
Obrigações Patronais	0	566	0	566
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	1.773	0	1.773
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (CONTRATO DE RATEIO) (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>0</b>	<b>914</b>	<b>10</b>	<b>924</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	901	10	910
Decorrentes de Decisão Judicial	0	8	0	8
Despesas de Exercícios Anteriores	0	6	0	6
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)</b>	<b>125.696</b>	<b>66.098</b>	<b>0</b>	<b>66.098</b>
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO</b>	<b>VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO</b>	<b>VALOR EXECUTADO</b>		
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA IBIAPABA	5.093	2.948		
CONSORCIO P DE S DA MICRO JUAZEIRO NORTE	6.591	3.704		
CONSORCIO PUB DE SAUDE DA MICRO RUSSAS	4.417	2.545		
CONS PUB DE SAUDE DO MACICO DE BATURITE	5.246	5.098		
CONSORCIO PUB DE SAUDE DA MICRO DE CRATO	9.221	6.128		
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DE ACARAU	4.447	2.195		
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DE TAUÁ	9.217	1.380		
CONSORCIO PUBLICO SAUDE DA MICRO SOBRAL	6.661	2.751		
CONSOR PUBLICO DE SAUDE DE CAMOCIM	5.436	2.904		
CISVALE	8.246	3.436		
CONSORCIO PUBLICO DA MICRO DE CASCAVEL	6.097	2.899		
CONSORCIO PUBL DE SAUDE MICRO ITAPIPOCA	4.363	2.422		
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DE MARACANAÚ	9.331	4.409		
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICRO DE ARACATI	4.409	2.422		
CONSORCIO PUB DE SAUDE MICRO BREJO SANTO	5.352	3.971		
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICROREGIAO DE ICÓ	5.795	1.872		
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICROREGIAO DE CANINDE	6.662	3.906		
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICROREGIAO DE LIMOEIRO DO NORTE	4.833	2.688		
CONSORCIO PUB DE SAUDE MICRO DE CRATEUS	4.960	2.790		
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICRO DE QUIXADÁ	4.646	2.751		
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICROREGIAO DE IGUA TU	4.673	2.879		
<b>TOTAL</b>	<b>125.696</b>	<b>66.098</b>		

FONTE: SEFAZ-CE

A tabela a seguir evidencia as nomeações de novos servidores públicos estaduais do Poder Executivo durante o exercício.

**Tabela 87 - Demonstrativo das Nomeações de Novos Servidores - Arts. 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal**

ÓRGÃO	Denominação/Gargo	Qt	%
CBMCE	Tenente	1	0,03%
	Soldado Pronto	153	3,97%
CGE	Auditor De Controle Interno	5	0,13%
EMATERCE	Agente Auxiliar De Assistencia E Extensão Rural	168	4,36%
	Agente De Assistencia Tecnica E Extensão Rural	62	1,61%
FUNCEME	Analista De Suporte A Pesquisa	4	0,10%
	Pesquisador	6	0,16%
FUNECE	Professor Assistente	1	0,03%
	Analista Da Gestão Em Educação Superior	3	0,08%
	Assistente Da Gestão Em Educação Superior	2	0,05%
PCCE	Delegado De Policia Civil	45	1,17%
	Inspetor De Policia Civil	383	9,94%
	Escrivão De Policia Civil	100	2,59%
PEFOCE	Auxiliar De Pericia	99	2,57%
	Medico Perito Legista	38	0,99%
	Perito Criminal	55	1,43%
	Perito Legista	20	0,52%
PGE	Procurador Do Estado	10	0,26%
PMCE	Tenente	8	0,21%
	Soldado Pronto	22	0,57%
	Aluno-Soldado	2410	62,53%
SAP	Policia Penal	16	0,42%
SEDUC	Professor	152	3,94%
SEFAZ	Auditor Fiscal Contábil-Financeiro Da Receita Estadual	13	0,34%
	Auditor Fiscal Jurídico Da Receita Estadual	20	0,52%
	Auditor Fiscal De Tecnologia Da Informação Da Receita Estadu	11	0,29%
	Auditor Fiscal Da Receita Estadual	43	1,12%
SESA	Terapeuta Ocupacional	1	0,03%
URCA	Professor Adjunto	1	0,03%
UVA	Professor Auxiliar	1	0,03%
	Professor Assistente	1	0,03%
	<b>TOTAL</b>	<b>3854</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Seplag

De acordo com os termos dos artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Poder Executivo esclarece que no exercício de 2022 realizou 3.854 nomeações de novos servidores. A despesa com esses novos servidores representou para o Estado, em 2022, um custo adicional de R\$ 174.673.597,88. Para 2023 e 2024 foi estimado um custo de R\$ 288.048.895,37 e R\$ 304.726.926,41, respectivamente.

As áreas que foram mais beneficiadas com as nomeações de novos servidores foram a Polícia Militar com 2.440 nomeações (63,31% do total) assim distribuídas: 2.410 aluno-soldados, 22 soldados prontos e 8 tenentes. Em seguida temos a Polícia Civil com 528 nomeações (13,7% do total) assim distribuídas: 45 delegados, 383 inspetores e 100 escrivães.

### 5.3.2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

O Demonstrativo a Dívida Consolidada Líquida (DCL), Anexo 2 do RGF, demonstra a Dívida Pública Consolidada (dívida mobiliária, dívida contratual, precatórios posteriores a 05/05/2000 e Outras Dívidas) deduzidas das disponibilidades de caixa e demais haveres financeiros (valores a receber líquidos e certos). Vale destacar que não estão computadas na dívida consolidada as dívidas contraídas pelas empresas estatais independentes

**Tabela 88 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL – LRF - Anexo 2**

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERC. ANTERIOR	Até o 1º Quad. de 2022	Até o 2º Quad. de 2022	Até o 3º Quad. de 2022
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>18.849.849.667,10</b>	<b>17.441.372.764,19</b>	<b>17.642.996.509,25</b>	<b>17.568.895.743,13</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	17.737.448.194,48	16.328.971.291,57	16.530.595.036,63	16.306.965.804,84
Empréstimos	16.237.011.096,63	14.821.549.021,81	15.024.994.071,48	14.737.809.442,22
Internos	6.079.413.493,51	6.026.127.354,54	5.755.007.409,79	5.469.519.863,83
Externos	10.157.597.603,12	8.795.421.667,27	9.269.986.661,69	9.268.289.578,39
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	1.058.417.382,81	1.065.426.828,84	1.081.622.588,55	1.107.434.161,51
Financiamentos	107.500.009,16	116.744.061,36	105.759.561,95	152.026.229,38
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	107.500.009,16	116.744.061,36	105.759.561,95	152.026.229,38
Parcelamento e Renegociações de dívida	31.124.062,74	28.467.117,31	26.681.896,34	23.662.307,35
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	765.196,47	730.922,34	1.595.412,12	1.538.251,05
De Demais Contribuições Sociais	30.358.866,27	27.736.194,97	25.086.484,22	22.124.056,30
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituições Não Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratualis-COHAB (Empresa Estatal dependente)	303.395.643,14	296.784.262,25	291.536.918,31	286.033.664,38
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)-Venc. e não pagos	465.267.285,40	465.267.285,40	465.267.285,40	568.584.287,04
Outras Dívidas (Depósitos Judiciais Lei Estadual 15.878/15 - Estado Não é Parte)	647.134.187,22	647.134.187,22	647.134.187,22	693.345.651,25
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>7.741.526.042,45</b>	<b>9.601.815.113,63</b>	<b>9.089.068.503,91</b>	<b>7.351.636.456,27</b>
Disponibilidade de Caixa	7.600.684.375,12	9.460.973.446,30	8.849.603.159,59	7.147.203.143,51
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.821.415.363,56	10.861.738.025,97	10.414.977.513,18	8.733.510.976,08
(-) Restos a Pagar Processados	220.730.988,44	21.108.615,67	8.701.733,21	118.635.155,11
Demais Haveres Financeiros	140.841.667,33	140.841.667,33	239.465.344,32	204.433.312,76
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)</b>	<b>11.108.323.624,65</b>	<b>7.839.557.650,56</b>	<b>8.553.928.005,34</b>	<b>10.217.259.286,86</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>25.170.813.561,04</b>	<b>26.827.673.818,51</b>	<b>29.028.414.599,04</b>	<b>30.383.651.351,44</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.829.986,00	2.129.986,00	2.129.986,00	521.091,18
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)</b>	<b>25.168.983.575,04</b>	<b>26.825.543.832,51</b>	<b>29.026.284.613,04</b>	<b>30.383.130.260,26</b>
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	74,89	65,02	60,78	57,82
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	44,13	29,22	29,47	33,63
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL</b>	<b>200,00</b>	<b>200,00</b>	<b>200,00</b>	<b>200,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>180,00</b>	<b>180,00</b>	<b>180,00</b>	<b>180,00</b>

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERC. ANTERIOR	Até o 1º Quad. de 2022	Até o 2º Quad. de 2022	Até o 3º Quad. de 2022
PRECATÓRIOS ANTERIORES a 05/05/2000	0	0	0	0
PRECATÓRIOS POSTERIORES a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	193.059.623,05	193.059.623,05	193.059.623,05	97.459.374,73
PASSIVO ATUARIAL	76.827.525.740,42	76.827.525.740,42	76.827.525.740,42	90.584.087.506,06
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS	1.970.671.413,58	973.463.403,46	494.582.593,88	1.222.051.610,45
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA-ARO	0	0	0	0
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0	0	0	0
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS (EC nº 94 / CF 1998 - Estado é Parte)	103.495.247	103.495.247	103.495.247	110.885.780

FONTE: COPAC/CECOG/CEPIP; 31/03/2023 23:26

Nota 1: A disponibilidade de caixa abrange os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Dependentes e os outros poderes;

Nota 2: O valor da disponibilidade bruta do exercício anterior foi alterado porque era informado líquido dos valores agora deduzidos na linha (-) Depósitos Restituíveis e valores vinculados;

Nota 3: Excluído da disponibilidade de caixa o valor de R\$ 311.420.500,61 dos RPPS. A disponibilidade do PREVMILITAR não foi excluída por conta da Lei nº 13.954/2019;

Nota 4: Não considerado na disponibilidade o valor de aplicações financeiras de curto e longo prazo dos RPPS's no total de R\$ 1.345.701.462,96;

Nota 5: Os Demais Haveres Financeiros conforme saldos bancários informados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e Tribunal Regional do Trabalho;

Nota 6: Os restos a pagar da modalidade 91 - operações Intraorçamentárias - não são considerados nos valores informados;

Nota 7: O Valor do Passivo Atuarial informado pela SEPLAG/CPREV é resultado da última avaliação atuarial do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará-SUPSEC,

conforme Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA 2023;

Nota 8: O saldo da Dívida Consolidada foi informado pela COFIS/CEDIP.

Quanto aos limites impostos, a Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, define para os Estados que a Dívida Consolidada Líquida não pode ser superior a duas vezes (200%) a Receita Corrente Líquida. No exercício de 2022 a Dívida Consolidada Líquida alcançou o montante de R\$ 10.217.259.286,86, apresentando um decréscimo nominal de 8,02%, se comparado ao mesmo período do exercício de 2021. Vale ressaltar que o Governo do Estado do Ceará se mantém com um nível baixo de endividamento, pois o índice de endividamento com base na DCL representa 33,63% da Receita Corrente Líquida.

### 5.3.3 Dívida Pública Estadual

Este tópico do Balanço Geral do Estado busca trazer informações transparentes com a riqueza de detalhes de conceitos, informações, em gráficos e tabelas sobre a Dívida Pública estadual. Além disso, o Demonstrativo do Anexo 16, parte integrante deste relatório, traz um resumo de cada contrato com as suas principais características, como saldo devedor, movimentações durante o ano, taxa de juros, prazos, moedas etc.

A Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, traz a seguinte definição em seu art. 98:

**Dívida Fundada:** compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos.

Já a Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000, que estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, definiu em seu art. 29: **Dívida Pública Consolidada ou Fundada:** montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de Leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Com o advento da Resolução do Senado Federal de nº 40/2001, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal, definiu em seu art. 1º:

**Dívida Pública Consolidada:** montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de Leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução

do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento;

Dívida Pública Mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios; e Dívida Consolidada Líquida: dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Observa-se, que o conceito da LRF é mais abrangente que o art. 98 da Lei n 4.320/64, inclusive considerando sinnimas as expressões dívida públicas consolidada ou fundada. Num conceito mais restrito, pode ser definida como somatório das dvidas interna e externa de um Estado.

A principal diferenciação conceitual a respeito do déficit e dívida pública diz respeito a como estas variáveis se apresentam e como podem ser feitas temporalmente. Nesse sentido, o déficit público, dado como a diferenç entre as despesas e as receitas orçamentárias do setor público, em determinado período, é uma variável de fluxo, enquanto a dívida pública, entendida como o montante dos débitos contraídos pelo setor público junto a outras entidades, públicas ou privadas, internas ou externas,  uma variável de estoque.

A dívida pública é um dos principais fundamentos de uma economia. Se usada adequadamente, pode significar uma alavanca para o desenvolvimento, um instrumento para o governo financiar seus gastos e investimentos. Quando descontrolada, acaba funcionando como um freio ao desenvolvimento, pela necessidade de geração contínua de grandes superávits primários, que comprometem a capacidade de gastos e de investimentos do governo em obras públicas e nas políticas sociais.

Ademais, os juros elevados significam a drenagem de recursos de um setor da sociedade (empresas e indivíduos que pagam impostos) para outro setor (os credores da dívida), agravando o problema da concentração de renda no país.

Destaque-se que a dívida pública permite ao governo financiar investimentos que geram externalidades positivas para a economia, uma vez que  possível transferir para gerações seguintes dispêndios com obras e programas que irão beneficiá-las, evitando-se que todo o custo recaia sobre a geração presente.

Níveis de endividamento elevados e insustentáveis, porém, podem ter influência deletéria, exigindo esforço fiscal significativo do governo, provocando efeitos contraproducentes sobre o nível de atividade.

Neste tocante, o Estado do Ceará apresenta uma situação destacada dentre os entes da federação em relação ao seu endividamento público, medido pela relação Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida (DCL / RCL).



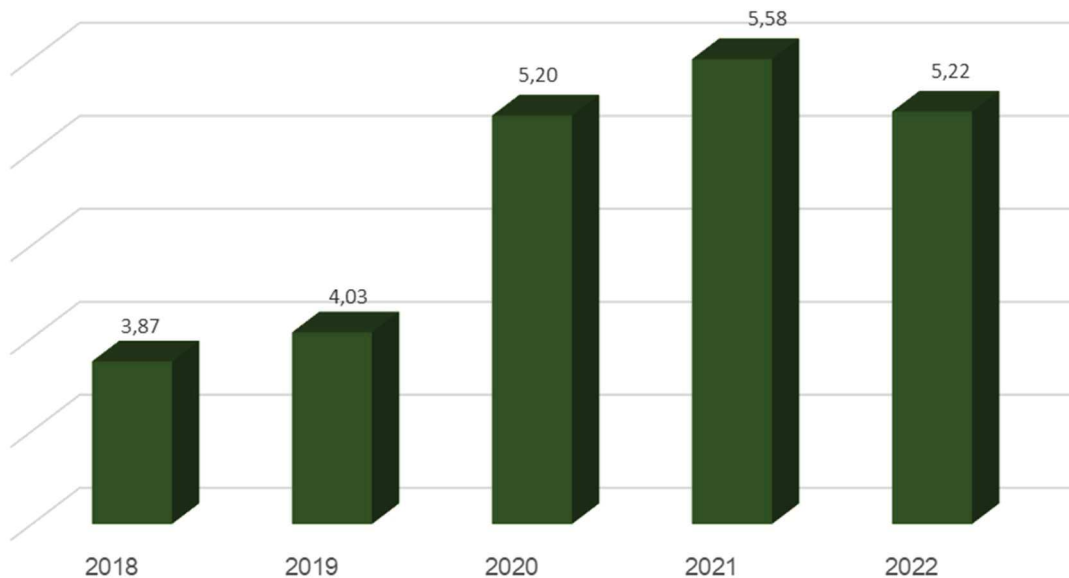
### 5.3.3.1. Estoque da Dívida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) encerrou o ano de 2022 em R\$ 10.217.259.286,86 que correspondeu a uma redução de 8,02%, em relação a 2021, quando a DCL registrou um valor de 11.108.323.624,65. Todavia, ao se analisar a DCL, deve-se observar dois fatores relevantes que compoem seu cáculo, a Dívida Consolidada (DC) e a Disponibilidade de Caixa.

Ao analisar a DC de 2022, percebe-se que essa rubrica apresentou um montante de R\$17.568.895.743,13, frente ao valor de R\$ 18.849.849.677,10 apresentado no ano anterior, demonstrando um decréscimo em torno de 6,8%, quando se compara 2022 e 2021. Essa queda na Dívida Consolidada, em 2022 em relação a 2021, teve como principais fatores: a variação cambial e a redução no volume de receitas de operaoes de crédito.

No final de 2022, a moeda norte-americana dólar alcanou a cotação de R\$ 5,2177, uma redução de 6,5012%, frente ao registrado no final de 2021, cujo valor foi de R\$ 5,5805, colaborando, assim, para diminuio no estoque, onde 53,61% do saldo da dívida consolidada está atrelado a essa moeda. O gráfico a seguir demonstra a evolução da cotação do dólar norte-americano entre os anos de 2018 e 2022.

**Gráfico 32 - Evolução da Cotação do Dólar Fim de Período**



Fonte: SEFAZ/COFIS/CEDIP

A Disponibilidade de Caixa  responsável pela dedução da Dívida Consolidada para a formação da DCL, apresentada no Demonstrativo do Relatório de Gestão Fiscal, obrigatório pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Todavia, aquela rubrica apesar de ser um fator que contribui positivamente para a DCL, quando há crescimento de ano para outro, verifica-se que em 2022 houve o efeito inverso, pois a Disponibilidade de Caixa apresentou um decréscimo de 5,97%, cujo montante, neste exercício, chegou ao valor de R\$ 7.147.203.143,51, contra R\$ 7.600.684.375,12 registrado no final de 2021.

O Governo do Estado do Ceará tem adotado uma estratégia adequada e consistente na manutenção dos controles de seu endividamento, baseado em dois pilares: 1) no efetivo pagamento de juros e amortizações, sendo esta última superior aos juros; 2) no volume de liberações de operações de crédito abaixo do limite legal de 16% da RCL. Esses fatores contribuíram para uma manutenção da relação DCL / RCL ainda em patamares reduzidos, atingindo a relação de 0,4413 em 2021 e 0,3363 em 2022, bem abaixo do limite de endividamento exigido pela LRF que é de 2,00 vezes a Receita Corrente Líquida, considerado o conceito de dívida consolidada líquida, da qual excluem os haveres financeiros conforme determina a Resolução n 43, de 2001, do Senado Federal.

### 5.3.3.2. Evolução do Endividamento do Estado do Ceará

A variação na dívida consolidada do Estado do Ceará entre dezembro de 2017 e dezembro de 2018, foi explicada pela escalada das moedas estrangeiras nesse último ano e na adoção de metodologia que incluiu a dívida da COHAB/CE e o saldo dos Depósitos Judiciais, que o Estado não é parte, conforme Lei Estadual n 15.878/2015 e no Manual de Demonstrativos Fiscais (8 edico), aprovado pela Portaria n 495/2017 da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Observa-se que, apenas com a inclusão da dívida da COHAB/CE e do saldo dos Depósitos Judiciais, foram adicionados cerca de R\$ 421 milhões e R\$ 525 milhões, respectivamente, ao estoque da dívida do estado no ano de 2018. Assim, a dívida consolidada saltou de R\$ 11.820 milhões (2017) para R\$ 13.865 milhões (2018), um acréscimo de 17,30 % no referido período no estoque da dívida estadual.

No tocante à variação verificada entre dezembro de 2018 e dezembro de 2019, houve queda no crescimento do endividamento público estadual influenciado por um período de estabilidade cambial, no qual a dívida pública registrada em 2018 de R\$ 13.865 milhões, atingiu o valor de R\$ 14.906 milhões em 2019, demonstrando um crescimento de 7,51% na dívida bruta no período verificado.

Em relação ao período de dezembro de 2019 e dezembro de 2020, verifica-se o maior aumento da série histórica da Dívida Consolidada, a qual passou, respectivamente, de R\$ 14.906 milhões para o valor de R\$ 17.783 milhões, representando um aumento de 19,30% no período analisado.

Destaca-se que algumas externalidades afetaram o saldo da Dívida Consolidada no período 2019/2020, como a forte variação cambial influenciada pela crise econômica da Pandemia da Covid-19, a qual pressionou as moedas estrangeiras, indexadoras de contratos externos assumidos pelo Estado do Ceará e que, representavam  época, 55,86% do total da dívida estadual, sendo 54,31% em dólar norte-americano.

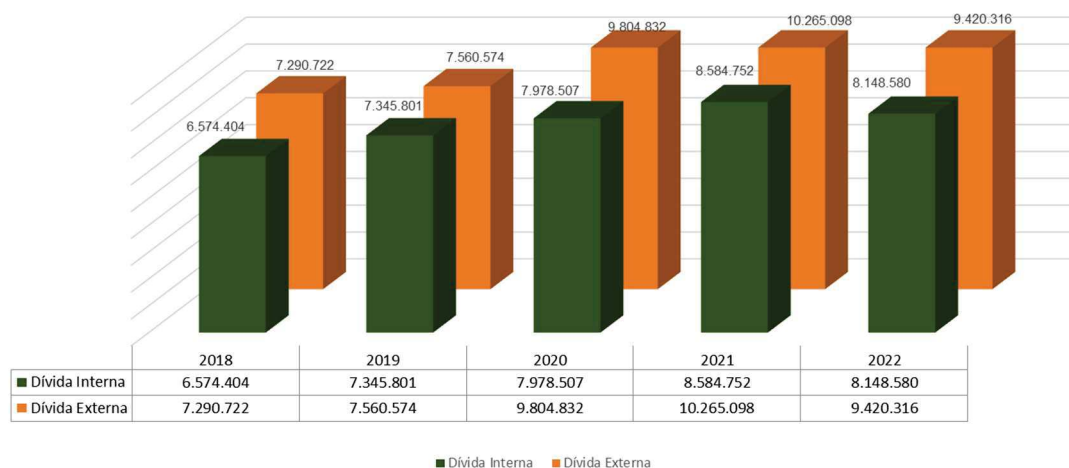
Ademais, o crescimento do endividamento estadual também foi motivado pelas liberações de recursos de operações de crédito internas e externas em 2020, na ordem de R\$ 1.464 milhões, contribuindo para o aumento do estoque da Dívida Pública durante o período 2019/2020.

Em relação ao período de dezembro de 2020 a dezembro de 2021, o endividamento estadual decresceu em relação ao período 2019/2020, apresentando uma Dívida Consolidada de R\$ 18.850 milhões em 2021 que, confrontada com R\$ 17.786 milhões de 2020, resultou no crescimento de 5,66% no período analisado. Apesar da alta cambial reportada no Gráfico 48 da moeda dólar norte-americano, o estoque da estadual sofreu, em 2021, uma amortização superior à registrada em 2020, respectivamente, nos valores de R\$ 1.209 milhões e R\$ 1.035 milhões. Dessa forma, o volume amortizado em 2021 diminuiu a Dívida Estadual.

Outrossim, as liberações ocorridas em 2021 e 2020, foram em montantes similares, respectivamente, em R\$ 1.406 milhões e R\$ 1.464 milhões, sendo que, do montante liberado em 2021, R\$ 1.051 milhões se refere às operações de crédito internas, as quais não são atreladas à variação cambial. Desse modo, essa junção de externalidades, impactou um crescimento da Dívida Pública inferior em 2021, quando comparado com o exercício de 2020. A tabela adiante mostra a evolução do endividamento do Estado do Ceará a partir do ano de 2018 até 2022.

No tocante ao exercício de 2022, verifica-se que ocorreu um decréscimo no endividamento estadual em cerca de 6,80%, devido a 2 (dois) fatores principais: 1) redução das receitas de operações de crédito, pois as liberações ocorridas em 2022 e 2021, representaram os valores, respectivamente, de R\$ 593 milhões e R\$ 1.406 milhões; 2) variação cambial, pois no final de 2022, as cotações, por exemplo, do dólar (norte-americano) e euro alcançaram uma redução de 6,50% e 11,89%, respectivamente, quando se compara os valores de fechamento de câmbio dessas moedas no fim de 2021.

**Gráfico 33 - Demonstrativo da Composição da Dívida Fundada Estadual**



FONTE: SEFAZ/CEDIP

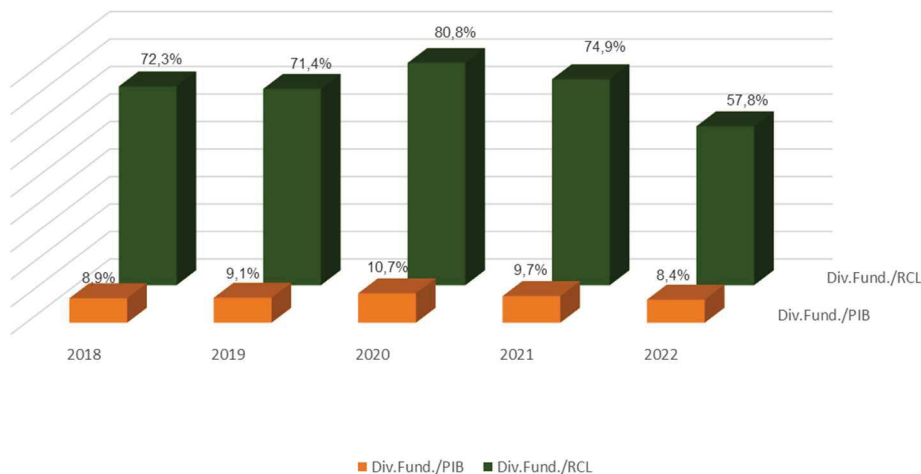
### 5.3.3.3 O Estoque da Dívida Pública e a sua Relaco com o PIB

Uma das formas de análise para medir o volume de endividamento do setor público é a relao Dívida Fundada / Produto Interno Bruto, que demonstra solvência fiscal, a qual no Estado do Ceará mostra um crescimento entre os períodos de 2018 a 2022.

No Gráfico a seguir, ao se comparar a Dívida Fundada Estadual em relao ao PIB, percebe-se que houve um crescimento nessa relao (DC/PIB) entre os anos de 2018 e 2020, aumento influenciado pela variao cambial causada pela crise econômica da Pandemia da Covid-19, a qual impactou o Estoque da Dívida e reduziu o nível de atividade econômica, sendo esta última variável diretamente influenciadora do PIB.

Todavia, nos exercícios seguintes (2021 e 2022), observa-se um declínio nessa relao da Dívida Fundada Total em comparao com o Produto Interno Bruto estadual, com reduo justificada pelo: retorno das atividades econômicas que impactaram positivamente o PIB nesses anos; maior volume nos pagamentos de amortizao da Dívida Pública em 2021 e 2022; montante de liberaes das operaes de crédito em 2021, similar ao montante liberado em 2020 e a reduo da variao cambial entre os 2021 e 2022 (impactando diretamente na reduo da DC do estado).

**Gráfico 34 - Evoluão da Dívida Fundada em Relao ao PIB e RCL**



Fonte: SEFAZ/COFIS/CEDIP

A relao Dívida Fundada / Receita Corrente Líquida apresentou percentual em 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, respectivamente, de 72,3%, 71,4%, 80,8%, 74,9% e 57,8% indicando um crescimento ao longo dos anos 2018 a 2020. Contudo, nos exercícios seguintes, houve uma mudança no sentido contrário, ou seja, uma reduo dessa relao Dívida Fundada / Receita Corrente Líquida, cujos percentuais em 2021 e 2022, passaram a ser de 74,9% e 57,8%, respectivamente, conforme demonstrado no Gráfico da Dívida Fundada em Relao ao PIB e RCL.

Destaca-se que essa redução significativa, nos anos de 2021 para 2022, na relação entre o Estoque da Dívida e RCL, deve-se especialmente aos fatores já mencionados nos parágrafos anteriores: 1) redução do volume de receitas de operações; 2) variação cambial e 3) crescimento no pagamento da rubrica amortização da dívida pública estadual.

A seguir estão apresentadas os gráficos e tabelas que evidenciam a composição da Dívida Consolidada, assim como a composição do Saldo Devedor da Dívida Fundada por Credor e por tipo de Moeda. Observar-se que inerente a composição da Dívida Fundada Estadual, a Dívida Externa em relação Dívida Interna vem crescendo ao longo dos últimos cinco anos, no entanto em 2022 a Dívida Externa apresentou uma diminuição em relação ao ano anterior, representando assim 53,62%, do Total da Dívida Estadual.

**Tabela 89 - Demonstrativo do Composição da Dívida Consolidada Estadual**

(R\$ Milhares)

Ano	Div.Int. (A)	Div. Ext. (B)	Div. Fund. Tot. (C=A+B)	PIB (D)	RCL (E)	Div. Fund. Total / PIB (C/D)	Div. Fund. Total / RCL (C/E)
2018	6.574.404	7.290.722	13.865.126	155.903.825	19.186.195	8,9%	72,3%
2019	7.345.801	7.560.574	14.906.375	163.575.327	20.882.025	9,1%	71,4%
2020	7.978.507	9.804.832	17.783.339	166.914.536	22.003.135	10,7%	80,8%
2021	8.584.752	10.265.098	18.849.850	193.885.118	25.168.984	9,7%	74,9%
2022	8.148.580	9.420.316	17.568.896	209.418.399	30.383.130	8,4%	57,8%

Fonte: SEFAZ/COFIS/CEDIP/IPECE

Na tabela e gráfico a seguir podemos observar o Demonstrativo da Dívida Fundada por credor, no qual temos como maiores percentuais de participação os credores BID 30,40% e BIRD 20,29%, ambos credores da Dívida Externa. Já na Dívida interna os credores com maiores percentuais de participação no saldo devedor da dívida, são o BB 17,53% e BNDES 8,68%.

**Tabela 90 - Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada por Credor**

CREDOR	PARTIC. %	VALOR
BID	30,40	5.340.214.141
BIRD	20,29	3.564.083.592
BB	17,53	3.080.286.633
BNDES	8,68	1.524.392.299
TES. NACIONAL	6,30	1.107.434.162
OUTROS	5,55	974.902.642
DEPÓSITOS JUD.	3,95	693.345.651
PRECATÓRIOS	3,24	568.584.287
CEF	2,84	498.540.856
CAF	1,24	217.111.480
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>17.568.895.743</b>

Fonte: SEFAZ/CEDIP

Quanto ao Saldo Devedor da Dívida Fundada por moeda, observamos que do total da Dívida do Estado, cerca de 52,46% do estoque está relacionado diretamente com o dólar norte-americano, conforme evidenciado na tabela e gráfico a seguir:

**Tabela 91 - Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada por Moeda**

INDEXADOR/MOEDA	PARTIC. %	VALOR
Dólar	52,46	9.217.337.359
Real	24,11	4.236.162.743
URTJLP	11,34	1.992.464.340
URCAM	6,30	1.107.434.162
UPR	3,31	581.291.025
Euro	1,21	213.002.402
UM Selic	0,64	111.637.213
SDR	0,49	85.904.193
OUTROS	0,13	23.662.307
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>17.568.895.743</b>

Fonte: SEFAZ/CEDIP

## PRECATÓRIOS

De acordo com o  7, do artigo 30, da Lei Complementar 101, de 04/05/2000, os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Em 2022, o saldo devedor dos precatórios totalizou R\$ 568.584.287,04, que em comparação com o exercício de 2021, que totalizou R\$465.267.285,40, representa um acréscimo de 22,21%, resultado do aumento de novas inscrioes dessas obrigaoes em Dívida Pública.

### 5.3.3.4 O Serviço da Dívida Pública

A tabela seguinte mostra a trajetória do serviço da dívida. Os números evidenciam que os juros e outros encargos da dívida, no ano de 2022, somaram cerca de R\$ 855 milhões, representando 35,58% do serviço da dívida. Este valor comparado ao ano anterior demonstra um acréscimo de 65,64% em termos nominais

As amortizações, em 2022, alcançaram R\$ 1.548 milhões (incluindo os precatórios), representando 64,42% do serviço da dívida, aumento de 17,75 % em relao ao ano de 2021 que totalizaram R\$ 1.315 milhões. Neste montante de 2022, estão considerados os valores amortizados da dívida da COHAB/CE junto à União que são honradas pelo Tesouro Estadual.

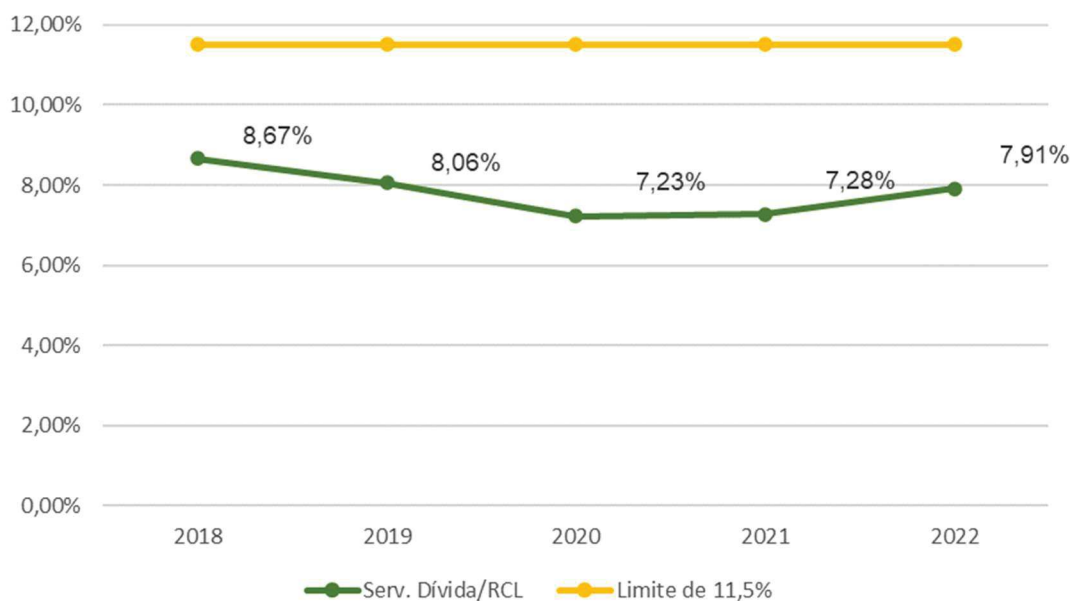
**Tabela 92 - Demonstrativo da Evolução do Serviço da Dívida Pública Estadual**

Discriminação	2018	2019	2020	2021	2022
1. Encargos da Dívida Interna	374.560	358.000	194.583	392.393	689.821
2. Encargos da Dívida Externa	188.347	259.927	239.960	123.970	165.505
3. Amortização da Dívida Interna	772.336	611.090	591.508	717.179	905.944
4. Amortização da Dívida Externa	328.161	454.065	566.145	597.963	642.686
<b>5. Total Serviço da Dívida (1+2+3+4)</b>	<b>1.663.404</b>	<b>1.683.083</b>	<b>1.592.196</b>	<b>1.831.506</b>	<b>2.403.956</b>

Fonte: SEFAZ/CEDIP

J no ano de 2021 em relao ao ano de 2020, observa-se que os valores dos juros e outros encargos da dívida, demonstram um acréscimo de 18,83% e as amortizações apresentaram um aumento de cerca de 13,60%, em termos nominais.

**Gráfico 35 - Capacidade de Pagamento Anual da Dívida Pública-Limitada 11,5% da RCL**



Fonte: SEFAZ/COFIS/CEDIP

Em relação à capacidade de pagamento anual limitada a 11,5% da RCL, conforme Resolução n 43/2001 do Senado Federal, com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, o Estado do Ceará cumpriu o limite para 2022 com 7,91%. Em 2021, o comprometimento foi de 7,28% em relação a RCL. Em termos absolutos, houve um acréscimo no montante do servio, do ano de 2021 para 2022, de aproximadamente R\$ 572 milhões, devido, principalmente, ao aumento significativo na taxa básica de juros (Selic).

Esses dados reforçam ainda mais o compromisso do Estado com o equilíbrio das contas públicas. Entretanto, uma política fiscal que imponha um ritmo forte de redução da relação Dívida/PIB, para um estado carente e muito demandado pela sociedade cearense, é fator limitante para um governo que tem como eixo estratégico a consecuao de metas econômicas e sociais que levem à inclusão socioeconmica dos mais necessitados.

Com relação aos parcelamentos de dvidas do Estado referentes a contribuição do PASEP, foram registrados em 2022 o saldo de R\$ 20.773.100,24, reconhecido como dívida consolidada os parcelamentos dos órgãos da administração indireta, cujos saldos em 31/12/2021 são: ISSEC/PASEP = R\$ 482.148,05; ADAGRI/PASEP = R\$ 335.978,23; ESP/PASEP = R\$ 532.829,78; e EMATERCE/INSS= R\$ 1.538,251,05.

### 5.3.3.5 Dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito

Em relação aos limites impostos pela LRF, em seu art.30, coube ao Senado Federal estabelecer os limites globais cumprindo o que estabelece a Constituição Federal. Para tanto, houve a publicação das seguintes Resoluções do Senado Federal, a de n 40/2001, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e a de n 43/2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Neste sentido apresentamos a seguir uma tabela resumo desses limites:

**Tabela 93 - Demonstrativo dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito**

Indicador	Limite	Meta/Limite	Realizado	(R\$ Milhares)
				% (Realizado/RCL)
Dívida Consolidada Líquida	Máximo de 200% da RCL	60.766.261	10.217.259	33,63
Receita de Operação de Crédito	Máximo de 16% da RCL	4.861.301	593.505	1,95
Servio da Dívida Pública	Máximo de 11,5% da RCL	3.494.060	2.403.956	7,91
RCL - Receita Corrente Líquida 2022			30.383.130	

Fonte: SEFAZ/CEDIP

Observa-se na tabela anterior que o Estado do Ceará cumpriu os limites estabelecidos com uma expressiva margem de segurança em relação aos limites máximos.



### 5.3.4 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

O Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, Anexo 3 do RGF, evidencia o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida pelo Governo do Estado do Ceará. A Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, define o limite de comprometimento em 22% da Receita Corrente Líquida.

**Tabela 94 - Demonstrativo das Garantias – LRF**

(R\$ milhares)

Garantias Concedidas	Saldo do Exercício Anterior	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	226.226.790	186.797.302	196.666.713	184.726.127
Em Operações de Crédito Externas	226.226.790	186.797.302	196.666.713	184.726.127
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V)= (I+II+III+IV)	226.226.790	186.797.302	196.666.713	184.726.127
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	25.170.813.561	26.862.184.128	29.080.602.611	30.383.651.351
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	1.829.986	2.129.986	2.129.986	521.091
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	25.168.983.575	26.860.054.142	29.078.472.625	30.383.130.260
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,90	0,70	0,68	0,61
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 43/01, DO SENADO FEDERAL - 22,00%	22,00	22,00	22,00	22,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art.59 da LRF) - 19,80%	19,80	19,80	19,80	19,80

Fonte: SEFAZ/CEDIP

No exercício de 2022, as garantias concedidas pelo Estado totalizaram R\$ 184.726.126,50 representando 0,61% da RCL. Vale destacar, que no mesmo período do exercício anterior, o total das garantias concedidas foi de R\$ 226.226.790,09, equivalente a 0,90% da RCL. Em comparação com o mesmo período do exercício anterior, em termos de RCL, as garantias concedidas diminuíram em 18,34%. Esse decréscimo percentual decorre da variação cambial do dólar americano que afetou positivamente as garantias externas concedidas em moeda estrangeira.

### 5.3.5 Demonstrativo das Operações de Créditos

O Demonstrativo das Operações de Créditos, Anexo IV do RGF, nos permite um acompanhamento dos recursos oriundos de empréstimos realizados pelo Estado. O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital, constantes do projeto de Lei orçamentária. De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, o limite estabelecido é de 16% sobre a Receita Corrente Líquida.

**Tabela 95 - Demonstrativo das Operações de Crédito – LRF - Anexo 4**

Operações de Crédito Realizadas	No Quad. de Referência	Até o Quad. de Referência
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	135.097.039,38	593.504.606,13
Interna	15.269.210,59	101.871.389,28
Empréstimos	15.269.210,59	101.871.389,28
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação <sup>1</sup> (I)	0,00	0,00
Externa	119.827.828,79	491.633.216,85
Empréstimos	74.316.405,59	405.975.690,20
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	45.511.423,20	85.657.526,65
Antecipação de Receita Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação <sup>1</sup> (II)	0,00	0,00
<b>TOTAL (I)</b>	<b>135.097.039,38</b>	<b>593.504.606,13</b>

Apuração do Cumprimento dos Limites	Valor	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	30.383.651.351,44	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	521.091,18	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	30.383.130.260,26	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa+VII-Ia-Ila)	593.504.606,13	1,95
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	4.861.300.841,64	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 14,40%	4.375.170.757,48	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.126.819.118,22	7,00

Outras Operações que Integram a Dívida Consolidada	No Quad. de Referência	Até o Quad. de Referência
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: COPAC/CECOG/CEDIP; 01/04/2023 00:37

1 Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedada;

2 Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em [conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip](http://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip), essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

As Operações de Crédito correspondem ao compromisso financeiro assumido em razão de empréstimos realizados, ou operações assemelhadas, tais como a compra financiada de bens ou serviços, o arrendamento mercantil e as operações com derivativos financeiros, inclusive operações dessas categorias realizadas com instituições não financeiras. As Operações de Crédito totalizaram, no exercício corrente, o montante de R\$ 593.504.606,13, o que representa 1,95% da RCL, abaixo do percentual permitido por Resolução do Senado Federal, que é de 16,00%.

#### **5.3.5.1 Das Operações de Crédito e sua Destinação (Finalidade)**

As captações realizadas pelo Estado do Ceará de operações de crédito no exercício, mediante contratos celebrados com instituições financeiras e com organismos multilaterais de crédito, tiveram várias finalidades de investimentos.

Nas operações de crédito internas, evidenciam-se os projetos Linha Leste Metrô, BNDES Estados - Subcrédito A e Subcrédito B e BNDES PMAE DPGE, ambos contratados com BNDES, no qual somam recursos da ordem de R\$ 62,906 milhões em 2022. Nas operações contratadas com a CAIXA, aponta-se as operações Promoradia/Prosaneamento do Rio Cocó e Favela do Dendê, Implantação das Estações do Metrô de Fortaleza, o Veículo Leve sob Trilhos – VLT cuja respectivas finalidades são Urbanização/Saneamento e Mobilidade Urbana, no qual o montante desembolsado em 2022 foi de 31,539 milhões.

Analisando-se as operações externas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID liberou o quantitativo de R\$ 226,600 milhões em operações de crédito, as quais correspondem a 46,09%, de toda a receita de operações de crédito externa, destacando-se a operação relativa ao Programa Saúde II, que se destina à melhoria da assistência especializada à Saúde no Ceará, cujo desembolso foi na ordem de 60,100 milhões, bem como a Operação relativa ao programa Proares III 1º Fase, voltado para Apoio às Reformas Sociais do Ceará, com montante desembolsado de R\$ 56,886 milhões ambos representam cerca de 23,14% das operações externas. Complementando as operações realizadas com o BID, evidenciam-se os programas Profisco II, Promojud e Previo cujos desembolsos foram na ordem de R\$ 119,463 milhões, representando 17,83% do total de recursos externos liberados.

Destacam-se, ainda, as operações de crédito dos Projetos São José III - 2ª Fase e Segurança Hídrica - IPF, ambas contratadas junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cuja destinação primordial dos recursos é promover avanços e melhorias no campo dos recursos hídricos cearense, onde o desembolso foi o equivalente a R\$ 152,889 milhões, representando 31,09% das liberações de crédito externas.

Por fim, evidencia-se o desembolso realizado para execução do programa Águas do Sertão que tem o objetivo o Saneamento Rural, o qual fora contratado junto ao KFW Banco de Investimento e Desenvolvimento Estatal, cuja receita, em 2022, foi no montante de 26,485 milhões. Ressalta-se, ainda, os recursos de operações de crédito oriundo de banco alemão MLW Intermed GmbH cujas receitas se destinam ao desenvolvimento tecnológico do estado, onde foram desembolsados recursos na ordem R\$ 85,657 milhões, em 2022. A tabela demonstrada a seguir lista os ingressos, assim como suas finalidades:

**Tabela 96 - Demonstrativo da Captação das Operações de Crédito e sua Finalidade**  
(R\$ milhares)

Operações de Crédito	Finalidade	Credor	Valor
<b>Interna</b>			<b>101.871.389</b>
Cpac MCMV	Programa Minha Casa Minha Vida	BB	383.486
Bndes Linha Leste Metrô	Mobilidade Urbana	BNDES	60.000.000
Bndes PMAE DPGE	Modernização da Administração Pública	BNDES	2.906.232
Bndes TMUT	Ampliação do Porto do Pécem	BNDES	7.042.508
CPAC VLT	Mobilidade Urbana	CEF	14.354.809
Estações Metrô Fortaleza	Mobilidade Urbana	CEF	1.807.713
Pró Moradia/ Pró Saneamento ( Favela do Dendê)	Urbanização e Saneamento	CEF	952.940
Pró Moradia/ Pró Saneamento (Rio Cocó)	Urbanização e Saneamento	CEF	25.519
VLT Pró Transporte	Mobilidade Urbana	CEF	14.398.183
<b>Externa</b>			<b>491.633.217</b>
Prog. Rod. Ceará IV- 2º Fase	Infraestrutura Rodoviária	BID	21.698.202
Proares III 1º Fase	Programa de Apoio às Reformas Sociais do Cea	BID	56.886.163
Profisco II	Modernização da Gestão Fiscal do CE	BID	53.709.503
Saúde CE II	Saúde	BID	60.099.387
Promojud	Modernização do Poder Judiciário	BID	28.552.795
Previo	Prevenção e Redução da Violência	BID	5.654.254
São José III 2º Fase	Recursos Hídricos	BIRD	68.365.150
IPF	Segurança Hídrica	BIRD	84.524.327
Agua do Sertão	Saneamento Rural	KFW	26.485.909
Promotec II	Desenvolvimento Tecnológico	MLW	85.657.527
<b>Total</b>			<b>593.504.606,13</b>

Fonte: SEFAZ/CEDIP

### 5.3.5.2 Operações de Crédito - Do Limite de 16% da Receita Corrente Líquida

De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interna e externa dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, em seu art.7º, I, o montante global das Operações de Crédito realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida.

A seguir apresenta-se tabela e gráfico que evidenciam as liberações anuais das Operações de Crédito, assim como o seu limite em relação à RCL – 2018-2022.

**Tabela 97 - Demonstrativo das Liberações Anuais das Operações de Crédito e o seu Limite de 16% da RCL**

(R\$ milhares)				
Ano	Operações de Crédito	RCL	ROC/RCL (%)	Limite 16% da RCL - Res SF 43, Art.7º, I
2018	908.065	19.186.195	4,73%	16,00%
2019	1.379.112	20.882.025	6,60%	16,00%
2020	1.464.765	22.003.135	6,66%	16,00%
2021	1.406.915	25.168.984	5,59%	16,00%
2022	593.505	30.383.130	1,95%	16,00%

Fonte: SEFAZ/COFIS/CEDIP

Como visto anteriormente, em 2022, as receitas de operações de crédito interno e externo totalizaram um montante de R\$ 593.504.606,13. Ao compararmos este montante em relação à receita corrente líquida, chega-se a um percentual de 1,95%, inferior aos 16% previsto no normativo.

**Tabela 98 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - LRF - Consolidado - Anexo 5**

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)=(a)-(b+c+d+e)-f	(h)		(i)=(g-h)	
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	<b>4.857.998.983,49</b>	<b>1.736.093,14</b>	<b>93.540.614,89</b>	<b>82.476.453,04</b>	<b>1.559.164.178,74</b>	<b>0,00</b>	<b>3.121.081.643,68</b>	<b>311.431.001,36</b>	<b>0,00</b>	<b>2.809.650.642,32</b>
Recursos Ordinários	4.426.885.953,35	1.618.215,55	89.778.068,05	80.198.274,03	1.476.474.244,77	0,00	2.778.817.150,95	262.235.137,87	0,00	2.516.582.013,08
Outros Recursos não Vinculados	431.113.030,14	117.877,59	3.762.546,84	2.278.179,01	82.689.933,97	0,00	342.264.492,73	49.195.863,49	0,00	293.068.629,24
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	<b>5.677.350.831,38</b>	<b>1.774.716,73</b>	<b>67.262.304,97</b>	<b>81.169.918,57</b>	<b>69.283.434,47</b>	<b>0,00</b>	<b>5.467.870.456,64</b>	<b>759.207.583,39</b>	<b>0,00</b>	<b>4.708.662.873,25</b>
Receita de Impostos e de Transferências de Impostos-Educação	1.153.659,57	86.642,25	4.675.548,45	13.234.768,79	36.379,99	0,00	-16.879.679,91	63.156.452,89	0,00	-80.036.132,80
Transferências do FUNDEB	229.537.607,39	215.216,30	18.955.615,64	1.265.605,89	401.256,43	0,00	208.699.913,13	106.401.842,73	0,00	102.298.070,40
Outros Recursos Destinados à Educação	1.482.749.706,28	236.772,89	670.188,01	2.669.025,61	18.922,57	0,00	1.479.154.797,20	40.785.900,70	0,00	1.438.368.896,50
Receita de Impostos e de Transferências de Impostos-Saúde	109.083.021,50	133.437,70	10.640.341,57	14.826.026,18	89.387,80	0,00	83.393.828,25	193.291.844,87	0,00	-109.898.016,62
Outros Recursos Vinculados à Saúde	478.525.095,51	217.442,83	2.647.675,86	25.167.005,74	618.110,67	0,00	449.874.860,41	194.982.178,09	0,00	254.892.682,32
Recursos Vinculados à Assistência Social	46.851.783,18	19.180,44	2.113.232,97	1.133.915,81	23.116,98	0,00	43.562.336,98	27.020.009,01	0,00	16.542.327,97
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	1.372.918.338,21	0,00	94.549,69	0,00	582.580,63	0,00	1.372.241.207,89	0,00	0,00	1.372.241.207,89
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	450.072.378,90	0,00	5.870.677,51	0,00	53.550.684,41	0,00	390.651.016,98	819.903,63	0,00	389.831.113,35
Recursos de Operação de Crédito (Exceto destinados a Saúde e Educação)	188.211.033,26	17.403,08	1.572.278,85	12.706.687,84	1.136.984,38	0,00	172.777.679,11	29.010.893,03	0,00	143.766.986,08
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	5.806.430,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.806.430,51	0,00	0,00	5.806.430,51
Outros Recursos Vinculados	1.312.441.777,07	848.621,24	10.022.196,42	10.156.882,71	12.826.010,61	0,00	1.278.588.066,09	103.738.758,44	0,00	1.174.849.307,65
<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>10.535.349.814,87</b>	<b>3.510.809,87</b>	<b>150.802.919,86</b>	<b>163.636.371,61</b>	<b>1.628.447.613,21</b>	<b>0,00</b>	<b>8.588.952.100,32</b>	<b>1.070.638.584,75</b>	<b>0,00</b>	<b>7.518.313.515,57</b>

Nota 1: A Receita de Impostos e de Transferências de Impostos da Educação e Saúde apresentam saldos negativos por que a disponibilidade da Fonte 00 e 01 está centralizada no tesouro;

recurso somente é liberado no momento do pagamento da obrigação pela unidade executora;

Nota 2: Em outros Recursos Destinados a Saúde são computados recursos que embora aplicados na função saúde, não entram no cômputo do gasto com saúde, gestoras: ESP, ISSEC e FASSEC;

Nota 3: Foram considerados os recursos em caixa e equivalente de caixa e as aplicações financeiras do regime previdenciário, classificadas em curto prazo no valor de R\$ 298.769.928,85 e no longo prazo no valor de R\$ 934.827.867,01 (total R\$ 1.233.597.795,86), não foram incluídas no demonstrativo;

Nota 4: Não incluí a disponibilidade dos Consórcios Públicos de Saúde;

Nota 5: A Disponibilidade Restos a Pagar e Demais Obrigações dos Fundos, referentes a fonte de recurso 2.70.00-Outras Fontes, Recursos Diretamente Arrecadados foram considerados vinculados.

Ao analisar a disponibilidade de caixa e os restos a pagar consolidada do Estado verifica-se uma disponibilidade líquida de R\$ 6.837.749.969,47, ou seja, recursos livres após a inscrição de restos a pagar e dedução de passivos financeiros como consignações retidas, caução e outros depósitos de terceiros. Deste total, R\$ 3.858.634.550,81 são de recursos não vinculados e R\$ 2.979.115.418,66 são de recursos vinculados. Foram deduzidos da tabela da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar as aplicações financeiras do regime previdenciário, classificadas em curto ou longo prazo, no total de R\$ 226.117.787,24 e R\$119.622.897,40, referentes ao PREVID e FPP, respectivamente.

Sobre as disponibilidades negativas nas linhas “Receita de Impostos e de Transferências de Impostos-Educação” e “Receita de Impostos e de Transferências de Impostos-Saúde” é importante frisar que o Estado não carimba a destinação dos recursos no momento da entrada dos recursos, mas pela efetiva aplicação dos recursos e que se referem a empenhos na fonte 00.00 - recursos ordinários e 01.00 - recursos do FPE, ambas de livre aplicação. Como os recursos de fonte tesouro ficam centralizados no Tesouro Estadual e somente são liberados de forma automática no momento do pagamento. Optamos por apresentar as linhas com valor negativo e indicar que o recurso para cobrir as despesas estão alocados na linha de recursos ordinários. O detalhamento do superávit/déficit por fonte/subfonte consta da tabela Demonstrativo do Superávit Financeiro Consolidado por Fonte, contida na nota explicativa BP19.

### 5.3.6 Resumo dos Principais Indicadores Fiscais do Estado

**Tabela 99 - Resumo de Indicadores Fiscais – Receita e Disponibilidade**

Receita Corrente Líquida e RLIT	(R\$ milhares)
Receita Corrente Líquida - RCL	30.383.651
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo de Endividamento	30.383.130
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo de Limite de Pessoal	30.294.830
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Educação	26.676.321
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Saúde	26.671.650
Resultado Primário	(R\$ milhares)
Meta estabelecida na LDO - Acima da Linha	- 1.435.259
Resultado Apurado	795.370,3
Resultado Nominal	(R\$ milhares)
Meta estabelecida na LDO\LOA - Acima da Linha	- 918.082
Resultado Apurado	928.197
Disponibilidade de Caixa - Consolidada	(R\$ milhares)
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.314.862
Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	122.678
Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	156.693
Demais Obrigações Financeiras	1.159.924
Disponibilidade de Caixa Líquida antes da Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	6.875.568
Inscrição de Restos a Pagar Não Liquidados do Exercício	997.991
Disponibilidade de Caixa Líquida após Inscrição de Restos a Pagar não Processados	5.877.577

Fonte: SEFAZ/CECOG

**Tabela 100 - Resumo de Indicadores Fiscais – ndices Legais**

Saúde	(R\$ milhares)	%RELIT
Mínimo Constitucional a ser aplicado (CF/88)	3.200.598	12,00
Despesas Consideradas	4.528.248	16,98
Valor Aplicado Acima do Mínimo	1.327.650	4,98
Aplicaes não Consideradas no Cculo	1.402.800	5,26
Educação — Manutenção e Desenvolvimento do Ensino — MDE	(R\$ milhares)	%RELIT
Mínimo Constitucional a ser aplicado CF/88	6.669.080	25,00
Despesas Consideradas	6.966.474	26,11
Valor Aplicado Acima do Mínimo	297.393	1,11
Aplicaes não Consideradas no Cculo	1.680.815	6,30
Parcerias Públicas Privadas _ PPP	(R\$ milhares)	%RCL
Limite Máximo	1.519.183	5,00
Despesas Consideradas no Exercício	57.697	0,19
Despesa com Pessoal	(R\$ milhares)	%RCL
Despesa Total com Pessoal	15.272.039	50,41
Limite Máximo (Art. 20, Inc. I, II e III, LRF)	18.176.898	60,00
Limite Prudencial (Art. 22, Parágrafo nico, LRF)	17.268.053	57,00
Limite de Alerta	16.359.208	54,00
Dívida Consolidada	(R\$ milhares)	%RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal Dívida Bruta	60.766.261	200,00
Dívida Bruta	17.568.896	57,82
Dívida Consolidada Líquida	10.217.259	33,63
Garantias	(R\$ milhares)	%RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.684.289	22,00
Total de Garantias	184.726	0,61
Operações de Crédito	(R\$ milhares)	%RCL
Limite Definido pelo Senado Federal	4.861.301	16,00
Operações de Crédito Internas e Externas	593.505	1,95

Com o objetivo de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecuao das metas fiscais, sempre com a observância dos limites fixados pela Lei, o Governo do Estado se posiciona dentro das metas estabelecidas de Resultado Primário e Nominal, aplicação dos mínimos constitucionais em Educação e Saúde e de gastos estipulados para Pessoal, Dívida, Operações de Crédito, Garantias e outros.

A cada quadrimestre, foi demonstrado, em audiências públicas junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa do Ceará, o cumprimento das metas fiscais do Estado, conforme estabelece o  4, do Art. 9, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os Anexos da Gestão Fiscal - RGF - foram publicados e entregues aos órgãos de controle externo dentro dos prazos estabelecidos pela LRF, demonstrando, portanto, o compromisso com a transparência na Gestão Pública Estadual.



## 6. NOTAS EXPLICATIVAS

### 6.1 Notas Explicativas de Caráter Geral

#### 6.1.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e Evidenciação das Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas neste Balanço Geral do Estado foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, ao novo Plano de contas Aplicado ao Setor Público, conforme o disposto no inciso II do art. 1º da Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008, em conformidade com os princípios da Administração Pública, com as Leis de finanças e orçamento público, com as normas e princípios contábeis, e com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/00.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, art. 101, “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros demonstrativos”. A execução orçamentária do Estado do Ceará apresenta a origem e a destinação dos recursos identificados por fonte, segundo o seu fato gerador e aplicação. As fontes são codificadas individualmente e, gerencialmente, por grupo de fontes como: do tesouro, de convênios, de operações de crédito etc.

Importante esclarecer que as transações das receitas e das despesas foram realizadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04.05.2001 e alterações posteriores. As despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e, ainda, despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo. Quando da apropriação da obrigação em um órgão ocorre uma despesa intraorçamentária, que, no momento do recebimento em outro órgão, registra uma receita intraorçamentária.

Os instrumentos legais de orientação para as regras e procedimentos contábeis do exercício de 2022 são a Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN /SPREV/ME/MTP nº 119, todas de 04 de novembro de 2021 e a Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, que aprovaram a 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, e também a Portaria STN nº 924, de 08 de julho de 2021, que aprovou a 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, válida para o exercício de 2022.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com o MCASP 8ª edição, e pelo qual são elencadas as seguintes demonstrações:

- Balanço Orçamentário;

- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL);
- Notas Explicativas.

A partir do exercício de 2022, o Governo do Estado do Ceará, implantou o Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará (SiafeCe), que gera, por meio dos registros contábeis, e emite os relatórios das demonstrações contábeis relativo aos anexos 12, 13, 14 e 15 da Lei nº 4.320/64, que correspondem aos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Variações Patrimoniais, respectivamente. Gera também o anexo 1 - Demonstração dos Ingressos e Dispendios por Categoria Econômica, Anexo 10 - Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados e o Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante da referida Lei e que também compõem a prestação de contas do governo.

Por força da Resolução TCE nº 3.303/2006, os órgãos da Administração Direta apresentam suas prestações de contas anuais de forma individualizada.

#### 6.1.2 Padronização dos Registros Contábeis e Plano de Contas.

A padronização dos registros contábeis das entidades das esferas de governo, envolvendo a Administração Direta e Indireta, inclusive fundos, autarquias, agências reguladoras e empresas estatais dependentes, foi feita com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público estendido.

#### 6.1.3 Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do país. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

#### 6.1.4 Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas.

Na preparação das demonstrações contábeis, o Governo do Estado fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações.

As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

- a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada conforme estabelecido no Decreto estadual n 31.340/2013 e alterações posteriores.
- A partir do exercício de 2020 foi constituído o ajuste para perdas de créditos inscritos em dívida ativa, considerados como irrecuperáveis, os créditos inscritos há mais de 15 (quinze) anos, sem anotação de suspensão de exigibilidade ou de garantia, nos termos do art. 8 da Lei n 17.277, de 10 de setembro de 2020.
- os benefícios de aposentadoria foram registrados como passivo atuarial, tendo como base o laudo de avaliação atuarial emitido por profissional independente. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de mortalidade etc. O valor da obrigação é altamente sensível a mudanças, tendo em vista que essas premissas são revisadas a cada data-base. A nota explicativa BP17 detalha as principais premissas utilizadas na avaliação atuarial.

## **6.2 Resumo das Principais Práticas Contábeis**

### **6.2.1 Caixa e Equivalente de Caixa**

Incluem a conta única e demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

### **6.2.2 Créditos e Dívidas**

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira,  taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

### **6.2.3 Investimento e Aplicações Temporárias a Curto e Longo Prazo dos Regimes Prrios de Previdência Social**

Os rendimentos de investimentos e aplicações temporárias a curto e longo prazo dos regimes prrios de previdência social, a partir de 2022, passaram a ser contabilizado conforme a IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS.

### **6.2.4 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor.

## 6.2.5 Investimentos Permanentes

As participaes em empresas sobre as quais o Estado tenha controle acionário ou influência significativa são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participaes são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstraes contábeis mais recentes (nem sempre definitivas) das empresas públicas e das sociedades de economia mista das controladas. O lapso temporal das demonstraes contábeis das empresas estatais para fins de equivalência patrimonial ocorre pela diferença de data de obrigatoriedade de apresentação das demonstraes ao Governo do Estado e as datas exigidas para fins da contabilidade comercial\societria\fiscal. Essa política, avaliação do investimento com base em demonstraes não definitivas, está sob análise e pode ser revista, pois ocorre de as demonstraes das empresas controladas entregues serem revisadas e haver alteraes de valores.

## 6.2.6 Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares,  mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.

## 6.2.7 Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição.

## 6.2.8 Depreciação, Amortização e Exaustão

A depreciação, amortização, exaustão de bens do Poder Executivo são feitas conforme a tabela de depreciação estabelecida no Decreto Estadual n 31.340/2013 e alteraes posteriores.

Tratando-se de controle do patrimônio do Estado, a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), rgo responsável pela gestão patrimonial do Estado, utiliza o Sistema de Gestão de Bens Imóveis (SGBI), que tem a finalidade de efetuar o controle corporativo de todos os bens imóveis de uso do Estado, de sua propriedade ou locados, o Sistema de Gestão de Bens Móveis (SGBM) e o Sistema de Gestão da Frota (SIGEF).

## 6.2.9 Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigaes do Estado são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variaes monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstraes contábeis.

### **6.2.10 Depósitos Judiciais**

Os valores de depósitos judiciais de terceiros utilizados e contabilizados como receita orçamentária provenientes da Lei nº 15.878/2015 estão contabilizados como dívida no passivo do estado e são atualizados monetariamente pelo índice de poupança. Já os depósitos judiciais utilizados nos quais o estado é parte, Emenda Constitucional nº 94/2016 e Emenda Constitucional nº 99/2017, estão registrados em contas de controle e são atualizados pelo mesmo índice.

### **6.2.11 Sequestro Judiciais**

Os sequestros judiciais enquanto não devolvidos pela justiça ou regularizados orçamentariamente (empenho, liquidação e pagamento escritural) são registrados em contas patrimoniais de despesa a apropriar.

### **6.2.12 Bloqueios Judiciais**

Os bloqueios judiciais foram inicialmente registrados em contas de controle, mas dada a prática de alguns bancos de não apresentar esses valores no extrato bancário foram registrados em Outros Créditos a Receber e Valores de curto prazo até a liberação do recurso pela justiça ou efetivação do sequestro judicial, momento em que efetivamente o recurso é transferido para a conta judicial determinada e deve haver a regularização orçamentária da saída. No bloqueio judicial o recurso permanece na conta, podendo ou não ser apresentado no extrato bancário, conforme procedimento do banco detentor da conta.

O Tesouro, muitas vezes, cobre os bloqueios judiciais, considerando que o recurso bloqueado ainda não saiu em definitivo, não é realizado por meio de execução orçamentária, pois se trata de um adiantamento do tesouro para cobrir bloqueio, como isso, é contabilizado um ativo na SEFAZ e um passivo na UG para exigir a regularização futura quando eventualmente ocorrer o desbloqueio.

### **6.2.13 Custos dos Empréstimos**

Os custos dos empréstimos foram reconhecidos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos tenham sido aplicados, ou seja, os custos dos empréstimos não foram capitalizados.

### **6.2.14 Restos a Pagar**

As inscrições de restos a pagar processados e não processados são válidas por dois anos, sendo canceladas automaticamente após esse período. Assim, os restos a pagar provenientes do exercício de 2020 foram cancelados ao final deste exercício, conforme a Lei nº 11.714, de 25 de julho de 1990.

### **6.2.15 Contabilização das Retenoes para Fins Orçamentários**

O crédito orçamentário referente às retenoes foi considerado pago no momento da liquidação até o final do exercício de 2021. Com a implantação do SiafeCe as retenoes passaram a seguir o fluxo orçamentário, ou seja, considera-se que a obrigação com o credor da despesa e os credores das retenoes são quitadas, a partir de 2022, no momento dos seus respectivos desembolsos financeiros. Com esse tratamento, as consignaoes não pagas são inscritas como restos a pagar processados e assim apresentadas nos demonstrativos contábeis.

### **6.2.16 Registro da Receita Orçamentária**

A receita orçamentária é registrada no momento da arrecadação do recurso de forma centralizada no Tesouro Estadual,  exceção de recursos que por disposição legal ou contratual devem ser registrados em Secretarias específicas, tais como recursos do FUNDEB, FNDE, Compensaao Ambiental, recursos de convênios etc. As autarquias, fundaoes, fundos e empresas públicas que têm arrecadação própria dispõem de contas bancárias específicas.

### **6.2.17 Liberação de Recursos de Fonte Tesouro**

Os recursos de Fonte Tesouro, centralizados na Conta do única do Tesouro Estadual, são liberados de forma automática somente no momento do pagamento. Em 2022, as Contas gráficas de Gestão deixaram de ser utilizadas como contas intermediárias para recebimentos de recursos do Tesouro no momento do efetivo desembolso dos pagamentos. Com a implantação do SiafeCe, esse controle é realizado por meio da conta contábil 111122001 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. Sendo assim, não há trânsito do recurso por contas bancárias intermediárias e o saque do recurso pela Unidade Gestora é feito no limite autorizado, conforme dados da PD (Programaao de Desembolso), diretamente da Conta do Tesouro no momento da emissão das Ordens Bancárias (OB) e efetuadas ao credor beneficiário da liquidação. Esse controle funciona para todas as contas de bancárias de fonte Tesouro.

### **6.2.18 Distinção entre Circulante e Não Circulante**

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigaoes com valores de realização em até 12 meses após a data das demonstraoes contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauoes e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

### **6.2.19 Liquidação de Despesas de Exercícios Anteriores**

Na liquidação de despesas de exercícios anteriores, o reconhecimento da obrigação a pagar é feita contra a conta de ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido. A partir do exercício de 2022, com a implantação do SIAFE, há a exigência do registro contábil do passivo antes da execução orçamentária no elemento 92 – despesas de exercícios anteriores.

### **6.2.20 Desvinculação das Receitas Estaduais (DRE)**

A partir do exercício de 2019 foi implementada a Desvinculação de Receitas dos Estados - DRE, autorizada pelo Emenda Constitucional nº 93/2016 e regulamentada pela Lei nº 16.721, de 21/12/2018. Pela sistemática utilizada, deduzem-se as receitas nas unidades gestoras arrecadadoras e a receita orçamentária é lançada no Tesouro Estadual.

### **6.2.21 Transferências Constitucionais**

A partir do exercício de 2022 as transferências constitucionais obrigatórias aos municípios passaram a ser realizadas por meio de dedução de receita, não mais por execução de despesas orçamentária, como era feito anteriormente.

### **6.2.22 Incentivos Fiscais - Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI**

Os incentivos fiscais do Estado do Ceará são evidenciados, conforme programa do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, registrando os créditos a receber de Curto Prazo no Ativo Circulante e os de Longo Prazo no ativo Não Circulante do Balanço Patrimonial, com as devidas deduções dos prováveis valores de fundo perdido, conforme as normas legais e contratuais inerentes ao FDI.

### **6.2.23 Incentivos Fiscais Não Decorrentes de Programas**

Os incentivos fiscais não decorrentes de programas do Estado do Ceará estão em processo de estudo e aperfeiçoamento. A Sefaz, juntamente com a Seplag, está ajustando a LDO e definindo o roteiro contábil a ser evidenciado no Balanço Geral do Estado de 2023.

### **6.2.24 Apuração do Resultado**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

- I. Resultado Patrimonial - A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).
- II. Resultado Orçamentário - O regime orçamentário segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- III. Resultado Financeiro - O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Estado.

### **6.2.25 Consolidação das Demonstrações Contábeis**

Na geração das demonstrações contábeis consolidadas não são excluídas as operações intraorçamentárias.

### **6.2.26 Providências Referentes às Recomendações do TCE Constantes do Parecer Prévio das Contas do Governo do Exercício de 2021**

Anualmente, o Governador do Estado encaminha a prestação de contas de governo ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE), em cumprimento ao estabelecido no art. 76, inciso I, da Constituição Estadual de 1989, e no art. 42 da Lei Estadual nº 12.509/1997. Em 2022, o TCE/CE elaborou o Relatório Técnico da Análise das Contas do Governo do Estado Ceará de 2021, sob a ótica das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, e expediu 70 (setenta) recomendações.

Para tratamento das recomendações expedidas pelo Egrégio Tribunal na análise das contas de governo, foi instituída a Comissão Gestora Intersetorial para Aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades no âmbito das Contas Anuais de Governo (PASF Contas de Governo), nos termos do art. 6º do Decreto nº 29.388/2008, composta por representantes da Casa Civil, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e coordenada pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), na condição de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.



A Comissão do PASF Contas de Governo realizou o processo de consolidação das informações apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela definição de ações a serem adotadas em função das recomendações emitidas pelo TCE nas Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2021.

No conteúdo desta prestação de contas encontra-se em anexo o Relatório do Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo (RCI-Governo), elaborado pela CGE, o qual apresenta um capítulo específico acerca do PASF Contas de Governo, onde é evidenciado o atendimento às recomendações e as ações adotadas pelo Governo a partir das recomendações do TCE/CE, por ocasião da análise das Contas Anuais de Governo do exercício de 2021.

### **6.2.27 Nota explicativa específica ao Contrato de Financiamento nº 13.2.0967.1 com o BNDES: “Operação BNDES Estados”**

Em 28/11/2013, com base na Lei Estadual nº 15.325, de 02 de abril 2013, alterada pela Lei Estadual nº 15.382, de 25 de julho de 2013 e demais autorizações exigidas na legislação, o Estado do Ceará formalizou com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES, o Contrato de Financiamento Nº 13.2.0967.1, no valor de R\$713.416.700,00 (setecentos e treze milhões, quatrocentos e dezesseis mil e setecentos reais) com o objetivo de apoiar um “Plano de Investimentos do Estado do Ceará” constantes nos Planos Plurianuais 2012-2015 e 2016-2019, no âmbito da Linha BNDES Estados. Inicialmente previsto para encerrar em 28/11/2015, obteve da Diretoria do Banco, sucessivas autorizações de prorrogação de prazo de utilização dos recursos, o qual findou em 31/12/2021, com a possibilidade de movimentação financeira a título de reembolso de investimentos realizados nesse período. Em 30/06/2022, por meio do Ofício AGS/DEGEP nº 074/2022, do dia 25 de julho de 2022, informou o cancelamento de saldo residual não liberado do contrato no valor de R\$6.667.233,66 (seis milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta e seis centavos).

Até o final de 2021, o supracitado Plano estava composto, por 24 (vinte e quatro) Projetos de Investimentos, que foram submetidos à apreciação técnico-jurídica do BNDES e os seus recursos foram desembolsados conforme as suas execuções. À época da contratação, ainda era possível o reembolso de investimentos realizados antes da assinatura do contrato e alguns dos Projetos receberam, tanto recursos de períodos anteriores à contratação, como durante a execução, já na vigência contratual, os reembolsos foram uma prática comum. Os reembolsos foram feitos mediante a comprovação dos investimentos, bem como o atendimento das regularidades licitatória, fundiária e ambiental, conforme a natureza do objeto financiado. Além disso, após a conclusão da execução física dos projetos, o BNDES fazia o último desembolso a título de ressarcimento, após a constatação de sua conclusão.

Sob o ponto de vista do Reembolso, uma vez que não é possível a sua visualização nos demonstrativos contábeis e registros dos sistemas de execução da despesa pública, o quadro a seguir demonstra a quais investimentos, conforme o Plano Plurianual e os Programas de Governo, esses ressarcimentos correspondem.

**Tabela 101 - Volume de Recursos Reembolsados - por PPA da Execução do Investimento - Programa - Projeto e Fonte**

PPA	Programa	Projeto	Total	
			R\$ mil	%
2012-2015	003 - Transporte e Logística do Estado do Ceará	VLT - Linha Norte	53,809	21.50
		VLT's		
	068 - Educação Superior	Tuneladoras	11,394	4.60
		FATEC de Iguatu		
	039 - Transferência Hídrica	Trecho V do Eixão das Águas	17,856	7.10
	040 - Acumulação Hídrica	Barragem Mamoeiro e Adutora de Antonina do Norte	16,765	6.70
	077 - Infraestrutura, Gestão e Assistência Penitenciária	Unidade CPPL V - Itaitinga	5,429	2.20
		Unidade Regime Semiaberto		
	093 - Infraestrutura Esportiva e de Lazer	Centro de Formação Olímpica	18,501	7.40
	075 - Construção e Desenvolvimento do Destino Turístico "CEARÁ"	Terminal de passageiros de Jeri	466	0.20
Equipamentos para HRSC				
037- Atenção à Saúde Integral e de Qualidade	Construção do HRSC	93,062	37.20	
006 - Memória Cultural	Construção do HRN reforma e restauro do Cine São Luiz	12,336	4.90	
<b>Subtotais</b>			<b>229,618</b>	<b>91.80</b>
2016-2019	500 - Gestão e Manutenção da Sefaz e Vinculada	Solução de Módulos Fiscais	909	0.40
	010 - Infraestrutura e Logística	Rodovia CE-356	5,012	2.00
		Terminal de Passageiros de Jeri		
	019 - Mobilidade Urbana	Tuneladoras	339	0.10
	071 - Gestão e Desenvolvimento da Educação Superior	FATEC de Iguatu	275	0.10
	004 - Infraestrutura e Gestão do Sistema Penitenciário	Unidade CPPL V - Itaitinga	975	0.40
		Panorama Artesanal		
	028 - Desenvolvimento e Consolidação do Destino Turístico Ceará	Construção do HRSC	1,212	0.50
	057 - Atenção à Saúde Integral e de Qualidade	Sistema de Bilhetagem Eletrônica	1,47	0.60
	059 - Encargos Gerais do Estado	Máquinas Perfuratrizes - 1º Lote	1,359	0.50
016 - Oferta Hídrica para múltiplos usos	Máquinas Perfuratrizes - 2º Lote	8,905	3.60	
<b>Subtotais</b>			<b>20,456</b>	<b>8.20</b>
<b>TOTAL</b>			<b>250,075</b>	<b>100.00</b>

1. Elaborado pela UGP BNDES ESTADOS/SEPLAG.

2. O valor de reembolso do Projeto Sistema de Bilhetagem – R\$1.359mil – findou o exercício na aplicação e será movimentado em 2022.

O quadro evidencia que do Total Reembolsado – cerca de R\$250.075mil (duzentos e cinquenta milhões e setenta e cinco mil reais) – 91,8% (noventa e um inteiros e oitenta centésimos por cento) dos recursos correspondem a 14 (quatorze) Projetos de 09 (nove) Programas do PPA 2012-2015 e 8,2% (oito inteiros e vinte centésimos por cento) correspondem a 11 (onze) Projetos de 09 (nove) Programas do PPA 2016-2019.

Especificamente em relação ao Exercício de 2022, dentre os recursos desembolsados pelo BNDES, a título de Reembolso, foi realizada a movimentação financeira de R\$1.358.760,50 (um milhão, trezentos e cinquenta e oito mil, setecentos e sessenta reais e cinquenta centavos) para a Conta do Tesouro (2022OB07043). Por fim, destaca-se que nesse exercício, em 12/08/2022, foi realizada a movimentação financeira para Conta do Tesouro (2022OB12122), no valor de R\$2.960.012,26m (dois milhões, novecentos e sessenta mil, e doze reais e vinte e seis centavos), a título de reembolso com saldo de recursos de

rendimentos, decorrente do reconhecimento pelo BNDES de complementação de contrapartida do Projeto Panorama Artesanal.

### 6.2.28 Nota explicativa específica aos dados incluídos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Controladas pelo Estado

Dado que o prazo legal para apresentação das Demonstrações Contábeis das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, regidas pela Lei da Sociedade por Ações nº 6.404/1976 e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, é diferente do prazo legal para apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor público e ocorre após a data de encerramento e publicação do Balanço Geral do Estado (BGE), poderão ocorrer divergências de valores nos saldos das demonstrações BP, DRE, DLPA, DFC, DVA e DLPA das empresas públicas e sociedades de economia mista aqui apresentadas, visto que são demonstrações preliminares, geralmente não definitivas e sujeitas a alterações e revisões pela empresa ou por auditorias externas.

### 6.2.29 Notas explicativas conforme resolução COGERF nº 10/2020 (DOE 17/06/2020)

#### Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará (CEARAPAR)

A Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará recebeu no exercício de 2022, referente ao aporte de capital, um montante de R\$ 1.999.999,00 do Governo do Estado do Ceará, no dia 13/04/2022, para aplicação em gastos na manutenção e destinação de seu objeto social. Desta forma para atender a Resolução citada acima, a companhia informa no quadro a seguir a forma de aplicação dos recursos no exercício de 2022. Vale ressaltar que essa composição está detalhada conforme o regime de caixa por serem valores pagos dentro do exercício de 2022.

**Tabela 102 - Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará - CEARAPAR**

DESCRIÇÃO	R\$ 1,00
<b>Recursos Aportados</b>	<b>1.999.999</b>
(-) Aplicações Financeiras	-2.987.345
(+) Rendimentos s/aplicações	416.256
(-) Encargos s/ aplicações	-
(-) Gastos c/ Pessoal	-1.523.419
(-) Gastos c/ encargos	-434.345

#### Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos -METROFOR

A Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos recebeu recursos financeiros no valor de R\$ 8.359.764,00 repassados pelo acionista majoritário, Governo do Estado do Ceará, originário do Tesouro Estadual que foi aplicado da forma abaixo descrita:

**Tabela 103 - Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR**

DESCRIÇÃO	RS 1,00
	2022
Aplicações em Aquisições para Ativo Imobilizado	4.415.734,84
Saldo de Recursos Disponível	3.919.006,48
Devolução de valores	25.022,68
<b>Total</b>	<b>8.359.764,00</b>

Destaca-se que do valor repassado, foi realizado no exercício a devolução de R\$ 25.022,68 de recursos recebidos

### **Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH**

A Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos recebeu no exercício de 2022, referente ao aporte de capital no montante de R\$ 1.946.234,06.

Os valores recebidos em 2022 foram aplicados em aquisições para o Ativo Imobilizado (equipamentos) da empresa

### **6.2.30 Nota explicativa específica ao Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará (FIMPC).**

O aporte de recursos ao Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará (FIMPC) se deu pela execução orçamentária, no momento do pagamento das despesas com fonte Tesouro, que no exercício de 2022 totalizou R\$ 57.696.448,79, somente em recursos programados para destinação ao Programa.

Segundo a legislação vigente (Lei Complementar 230 alterada pela Lei Complementar 239), compete à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET) a gestão orçamentária e financeira do Fundo de Investimento em Microcrédito e à Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE) a operacionalização do Programa Ceará Credi, com recursos do Fundo, mediante Termo de Cooperação entre esses entes.

Os recursos são repassados à ADECE, responsável pela operacionalização e gestão da carteira de empréstimos, que adota a metodologia do crédito produtivo orientado com a figura dos agentes de crédito que dão capilaridade para atingir o público-alvo nos 184 municípios. Assim, os recursos são repassados à ADECE em três rubricas com finalidades distintas: taxa de serviço da ADECE, custeio operacional do Programa e investimento na carteira de crédito.

### **Aporte de Recursos pelo Reembolso do Crédito**

O Ceará Credi contou também com recursos do REEMBOLSO DO CRÉDITO, correspondente a valores resultantes do pagamento das parcelas dos empréstimos pelos clientes, que totalizou

R\$ 33.447.607,91 (trinta e três milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, seiscentos e sete reais e setenta e noventa e um centavos).

Conforme decisão do Conselho Diretor do FIMPC (Resolução 008/2022), dada a necessidade de manter o Programa em funcionamento e a demora em liberação dos aportes do FIMPC em 2022, a ADECE foi autorizada a reaplicar tais recursos na carteira de crédito, destinando-os exclusivamente à rubrica “459066 Repasse para Concessão de Empréstimos Investimento”, devendo manter controle em conta específica.

### **Recursos disponíveis em 2022**

Assim, em 2022, considerando o saldo dos valores pagos pelo Fundo de Investimento em Microcrédito Produtivo do Ceará em 2021, somado aos valores pagos em 2022 e aos recursos oriundos do reembolso do crédito, o montante disponível para Programa Ceará Credi em 2022 alcançou a cifra de R\$ 107.852.431,38 (cento e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e um reais e trinta e oito centavos).

### **Aplicações na Carteira de Crédito**

Em relação às aplicações na CARTEIRA DE CRÉDITO, ou seja, à contratação de empréstimos, o Ceará Credi alcançou em 2022 a cifra de R\$ 85.873.319,10 (oitenta e cinco milhões, oitocentos e setenta e três mil, trezentos e dezenove reais e dez centavos) em créditos concedidos, superando o valor aportado para a rubrica “459066 Repasse para Concessão de Empréstimos” no ano.

A existência de saldo dos aportes do FIMPC em 2021, somados aos aportes efetuados em 2022 e aos valores obtidos com o Reembolso do Crédito viabilizaram a contratação de operações de crédito no patamar acima.

Os valores aplicados na CARTEIRA DE CRÉDITO em 2022 foram distribuídos por todo do Estado do Ceará, alcançando todas as Regiões de Planejamento.

**Tabela 104 - Atendimentos Realizados e Créditos Contratados por Região de Planejamento**

Atendimentos e Créditos Contratados por Região - Ano 2022			
Região	Quantitativos		Valor
	Atendimentos Realizados	Créditos Contratados	Financiado
Cariri	5.767	4.875	R\$11.381.423,20
Centro Sul	1.506	1.504	R\$3.823.267,48
Litoral Leste	1.571	918	R\$2.609.095,52
Litoral Norte	1.291	933	R\$2.623.937,64
Litoral Oeste / Vale do Curu	2.054	1.351	R\$2.141.877,61
Maciço de Baturit	1.486	884	R\$3.572.902,42
Serra da Ibiapaba	2.123	1.061	R\$2.784.406,62
Sertão Central	1.749	1.669	R\$5.963.273,59
Sertão de Canind	2.735	1.622	R\$2.748.220,77
Sertão de Crateus	2.797	1.756	R\$5.919.000,54
Sertão de Sobral	1.095	661	R\$1.795.811,93
Sertão dos Inhamuns	993	889	R\$2.326.911,16
Vale do Jaguaribe	3.196	1.832	R\$4.637.862,58
<b>Total Interior</b>	<b>28.363</b>	<b>19.955</b>	<b>R\$52.327.991,06</b>
<b>Grande Fortaleza / Região Metropolitana</b>	<b>24.532</b>	<b>14.749</b>	<b>R\$33.545.328,04</b>
<b>Total Geral</b>	<b>52.895</b>	<b>34.704</b>	<b>R\$85.873.319,10</b>

Fonte: ADECE

**Tabela 105 - Atendimentos Realizados e Créditos Contratados por Região de Planejamento**

CONTRATAOES DE CRÉDITO COM PÚBLICOS PRIORITÁRIOS - Ano 2022						
Todas as Regioes	Quantitativos			Valor Financiado (R\$)		
	Pessoas com Deficiência (PCD)	Mulheres Chefe de Família (MCHF)	Demais Créditos	Pessoas com Deficiência (PCD)	Mulheres Chefe de Família (MCHF)	Demais Créditos
<b>Total Geral</b>	<b>312</b>	<b>6.298</b>	<b>34.704</b>	<b>722.654,83</b>	<b>17.301.053,66</b>	<b>85.873.319,10</b>

Fonte: ADECE (Sistema SIPWEB / Plataforma Ceará Credi)

**Tabela 106 - Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR**

Atendimentos e Créditos Contratados por Região - Ano 2022				
Região	Quantitativos		Valor	
	Atendimentos Realizados	Créditos Contratados	Financiado	
Cariri	5.767	4.875	R\$11.381.423,20	
Centro Sul	1.506	1.504	R\$3.823.267,48	
Litoral Leste	1.571	918	R\$2.609.095,52	
Litoral Norte	1.291	933	R\$2.623.937,64	
Litoral Oeste / Vale do Curu	2.054	1.351	R\$2.141.877,61	
Maciço de Baturit	1.486	884	R\$3.572.902,42	
Serra da Ibiapaba	2.123	1.061	R\$2.784.406,62	
Sertão Central	1.749	1.669	R\$5.963.273,59	
Sertão de Canind	2.735	1.622	R\$2.748.220,77	
Sertão de Crateús	2.797	1.756	R\$5.919.000,54	
Sertão de Sobral	1.095	661	R\$1.795.811,93	
Sertão dos Inhamuns	993	889	R\$2.326.911,16	
Vale do Jaguaribe	3.196	1.832	R\$4.637.862,58	
<b>Total Interior</b>	<b>28.363</b>	<b>19.955</b>	<b>R\$52.327.991,06</b>	
<b>Grande Fortaleza / Região Metropolitana</b>	<b>24.532</b>	<b>14.749</b>	<b>R\$33.545.328,04</b>	
<b>Total Geral</b>	<b>52.895</b>	<b>34.704</b>	<b>R\$85.873.319,10</b>	

Fonte: SEDET

### Perdas e Bônus na Carteira de Crédito

O Fundo tem registrado uma perda de R\$ 1.873.396,08, referente as operaes em atraso superior a 270 dias, conforme decisão do Conselho Diretor do FIMPC. A Baixa referente ao bônus concedidos aos clientes, subsídios, totalizou R\$ 885.900,05, já reconhecidos e contabilizados no Fundo de Investimento de Microcrédito Produtivo do Ceará, Unidade Gestora 561001.

## 6.3 Notas Explicativas Das Demonstrações Contábeis

### 6.3.1 Notas Explicativas do Balço Orçamentário

#### BO01 - Composiçaõ da Receita Prevista e Realizada

Embora a receita e despesa orçamentária tenham sido detalhadas nos capítulos I e II, exporemos a composiçaõ desses valores sob o ponto de vista contábil. A composiçaõ contábil das receitas previstas e realizadas estão demonstradas nas tabelas duas tabelas seguintes.

**Tabela 107 - Demonstrativo da Composiçaõ da Previsão Atualizada**

(R\$ milhares)	
Conta	Valor
52111- Previsão Inicial da Receita Bruta	38.349.863
52112- Deduções da Previsão Inicial	-8.620.496
(+)52121- Previsão Adicional da Receita	3.197.235
(-)52129 - Anulaçaõ da Previsão da Receita	-84.026
<b>(=) Previsão Atualizada</b>	<b>32.842.576</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

O valor da deduçaõ da previsão inicial da receita se refere a previsão de valores a serem deduzidos e repassados ao FUNDEB.

O valor das receitas realizadas também evidencia o valor líquido da arrecadaçaõ e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receita Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da Receita Orçamentária). A tabela abaixo apresenta a composiçaõ da Receita Orçamentária Realizada no Exercício.

**Tabela 108 - Demonstrativo da Composiçaõ da Receita Realizada**

(R\$ milhares)	
Conta	Valor
6212 - Receita Realizada	45.213.879
6213 - Deduções da Receita Orçamentária	-10.271.028
6213101 - (-) FUNDEB	-5.030.587
6213102- (-)Transferências Constitucionais e Legais	-4.867.306
6213901 - (-) Restituicões de Receita Realizada	-373.135
<b>(=) Receita Líquida Realizada Constante no Balço Orçamentário</b>	<b>34.942.851</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

No exercício de 2019 foi implementada a Desvinculaçaõ de Receitas dos Estados - DRE, autorizada pelo EC 93/2016 e regulamentada pela lei n 16.721, de 21/12/2018. Pela sistemática utilizada, deduz-se a receita nas unidades gestoras arrecadadoras e a receita orçamentária é lançada no Tesouro Estadual.



## BO02 - Composição Contábil da Dotação Atualizada e Despesa Fixada e Executada por Tipo de Crédito

A Dotação Inicial é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/cancelamentos correspondentes. Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional por Tipo de Crédito), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação). A tabela abaixo detalha a composição da dotação atualizada para o exercício 2021:

**Tabela 109 - Demonstrativo da Composição da Dotação Atualizada – Consolidada**

(R\$ milhares)

Conta	Valor
52211 - Dotação Inicial	29.729.368
(+) 52212 - Dotação Adicional por Tipo de Crédito	13.719.248
(-) 52219 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	-6.278.400
<b>(=) Dotação Atualizada</b>	<b>37.170.216</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

A Despesa Empenhada é evidenciada pelo saldo do grupo de contas 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado). A composição da despesa liquidada se dá pelo somatório entre o saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.03 (Crédito Empenhado Liquidado a Pagar) e 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago). Já a despesa paga  obtida pelo saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago). Na tabela que segue, evidencia-se a fixação e execução da despesa por tipo de crédito.

**Tabela 110 - Demonstrativo da Fixação e Execução da Despesa por Tipo de Crédito – Consolidada**

(R\$ Milhares)

Créditos	Autorização
Ordinários	31.417.362
Suplementares	5.648.749
Especiais	104.105
<b>Total</b>	<b>37.170.216</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

Na tabela acima não estão incluídos valores de orçamento de investimentos das empresas estatais independentes que foi fixado na LOA em R\$ R\$ 982.622.408,00.

## BO03 - Utilização do Superávit Financeiro do Exercício de 2020 para Abertura de Créditos Adicionais

No exercício de 2021 foi apurado um superávit financeiro de R\$ 6.837.749.969,47, da confrontação entre o Ativo Financeiro e Passivo Financeiro. Parte da despesa empenhada em 2022, R\$ 4.315.600.612,39, foi autorizada mediante utilização de superávit financeiro obtidos em exercícios anteriores.

## BO04 - Receitas e Despesas Decorrentes de Operaões Intraorçamentárias

Em 2022, foi verificada diferença entre o total das Receitas realizadas e as Despesas Intraorçamentárias pagas de R\$ -96.237.896,87, conforme demonstra a tabela a seguir:

**Tabela 111 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias Pagas**

(R\$ milhares)

Valores Intraoramentrios em 31/12/2021	Valor
Receitas Intraorçamentárias (Valores Líquidos Arrecadados no Exercício)	2.316.208
Despesas Intraorçamentárias (Valores pagos no Exercício)	2.412.446
<b>Total</b>	<b>-96.238</b>

Fonte:SEFAZ/CECOG

A metodologia estabelecida pela legislao de Contabilidade Aplicada ao Setor Público para o registro das receitas e despesas Intraorçamentárias não permite a compatibilizao de seus valores dentro do exercício financeiro, devido a diversas concepoes e diferenças operacionais para registro dessas receitas e despesas. Esse contexto enseja a necessidade de edio de nota explicativa em cada exercício financeiro de referência para composio das diferenças.

É mister mencionar que a legislao de direito financeiro estabelece, para o setor público, que os regimes contábeis da receita e despesa orçamentária são distintos (Lei 4.320/64, art. 35). Conforme a norma, o reconhecimento da despesa intraorçamentária se dá pelo empenho, enquanto a arrecadao e o recebimento efetivo desses valores ocorrem em outro momento, posterior ao empenhamento das despesas. Se a compatibilizao das receitas e despesas intraorçamentárias ocorresse com base nas despesas empenhadas, a diferença seria ainda maior. A título de informao, o Estado do Ceará empenhou despesas intraorçamentárias, em 2022, no montante de R\$2.412.446.192,35.

Comparando a despesa empenhada e paga, já partiríamos com uma diferença de R\$49.238.738,62. Isso justifica a decisão de compatibilizar a receita intraorçamentária arrecadada com a despesa paga, já que o momento de ocorrência desses fatos tende a ser mais aproximado.

Entretanto, mesmo comparando receitas e despesas intraorçamentárias quando da ocorrência dos fluxos financeiros (arrecadao e pagamento), não há como compatibilizar totalmente os valores dentro do exercício, uma vez que as operaoes que registram a receita e despesa intraorçamentária ocorrem envolvendo Unidades Gestoras e momentos distintos.

## **BO05 - Tratamento dado aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Demonstrativo Consolidado**

Como não existe mais diferença entre os restos a pagar processados a pagar e os restos a pagar não processados liquidados em exercícios anteriores e não pagos, o saldo da conta contábil 63131-Restos a Pagar não Processados liquidados a pagar, exercício 2021, no valor de R\$ 93.109,05, foi transferido para o exercício em análise para a conta contábil 53221-Restos a Pagar processados em exercícios anteriores, conforme estabelecido no PCASP-Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

## **BO06 - Comparativo entre o Anexo 1 - Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas e o Anexo 10 - Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados e o Balanço Orçamentário**

Os grupos de receitas orçamentárias na Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas estão apresentadas por seus valores brutos e o total de deduções é apresentado em separado, totalizado por categoria econômica - sem referência ao grupo restituído. No Balanço Orçamentário e no Anexo 10 – Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados, a receita orçamentária arrecadada por grupo está apresentada pelos valores líquidos - já descontados os valores restituídos.

Portanto, as diferenças apresentadas entre as receitas do anexo 1 em relação as receitas do anexo 10 e anexo 12 ocorrem em virtude das receitas do anexo 1 serem apresentadas pelo valor bruto e as receitas dos anexos 10 e 12 pelos valores líquidos.

### 6.3.2 Notas Explicativas do Balço Financeiro

#### **Alteração do formato/Modelo do Balço Financeiro no exercício de 2022 para enquadramento ao padrão do MCASP e STN**

O MCASP apresenta nas páginas 505 a 510 os conceitos, a estrutura e demais informaes sobre o Balço Financeiro. Além disso, a STN editou a IPC 06 - Instruo de Procedimentos Contábeis - que trata de instrues e metodologia para elaborao do Balço Financeiro.

Assim, visando padronizar o Balço Financeiro (BF) do Estado do Ceará ao padrão determinado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 9 Edio) e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) foram realizados ajustes no referido demonstrativo para adequar as normas vigentes.

No grupo dos Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários foram agrupadas na linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados as seguintes linhas que constavam no modelo do Balço Financeiro de 2021: Valores Restituíveis (Consignaes do Exercício, Consignaes de Exercícios Anteriores e Outros Valores Restituíveis) e Valores Pendentes a Curto Prazo.

Nesta linha, do lado do Recebimentos Extraorçamentários são trazidos o movimento credor das contas contábeis que possuem o atributo financeiro e são extras orçamentarias. Do mesmo modo, do lado dos Pagamentos Extraorçamentários a linha traz as contas com os atributos financeiro e extra orçamentaria com o movimento a débito.

Legislaço e manuais aplicáveis: MCASP -  
[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:41943](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943)  
IPC 06 - [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO\\_ANEXO:8730](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:8730)

#### **BF01 - Critérios utilizados na elaborao do Balço Financeiro**

Para o grupo de Receita Orçamentária são consideradas as receitas orçamentárias arrecadadas pelo seu valor líquido (6.2.1.2 - Receita Realizada - 6.2.1.3 - Dedues da receita orçamentária).

As despesas orçamentárias expostas no Balço Financeiro estão evidenciadas pelo valor empenhado, e esse valor é obtido pelo saldo da conta 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado). O grupo de Transferências Financeiras recebidas (4.5.1) e concedidas (3.5.1) refletem as movimentaes de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administrao Direta e Indireta do Estado do Ceará.

Destaca-se que no Balço Financeiro do exercício de 2022 foram feitos ajustes nos grupos das receitas e despesas orçamentarias no tocante a classificao das fontes em ordinárias e vinculadas. A adequao se deu por conta da implantao do padrão de fontes da

federação a partir do exercício de 2023 e para atendimento de recomendações realizadas pelo TCE em processos de contas de unidades gestoras do estado, como por exemplo no Processo TCE nº 24424/2019-0. O padrão de fonte estabelecido pela STN tende a pacificar e uniformizar entendimento sobre recursos de livres aplicações e recursos vinculados.

No grupo de recebimentos extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Da mesma forma, também está inclusa a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

Ainda no grupo de Pagamentos Extraorçamentários são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como os relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (devolução de depósitos, cauções, consignações), bem como os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte, representa o saldo inicial e final das contas de caixa e equivalente de caixa (1.1.1) e de ativo financeiro (1.1.3.1.1.99.01, 1.1.3.1.1.99.03, 1.1.3.1.1.99.06, 1.1.3.1.2.99.01, 1.1.3.8.1.06.01, 1.1.3.8.1.99.08, 1.1.3.8.1.99.09, 1.1.3.8.1.99.10, 1.1.3.8.2.06.10, 1.1.3.8.2.06.11, 1.1.3.8.2.06.20, 1.1.3.8.2.99.02).

## **BF02 - Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários**

A tabela abaixo evidencia a composição do grupo dos recebimentos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

**Tabela 112 - Demonstrativo do Cculo dos Recebimentos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – Consolidado**

		(R\$ milhares)
Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.9.8.1.01.01	Sequestros Judiciais a Regularizar	13.215
1.1.9.8.1.01.02	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	3
1.1.9.8.1.01.99	Outras VPD a Apropriar	227
1.2.2.3.1.01.01	Títulos e Valores em Enquadramento	226.118
1.2.2.3.1.01.51	Fundos de Investimento em Renda Fixa	146.179
1.2.2.3.1.01.53	Letra Financeira	2.049
1.2.2.3.1.28.01	Aplicações Financeiras e Investimentos de Longo Prazo - Fundo em Capitalização	449.220
2.1.5.1.5.01.01	Distribuicao de ICMS aos Municípios	4.276.416
2.1.5.1.5.01.02	Distribuicao de ICMS aos Municípios - EC 123/2022	7.784
2.1.5.1.5.02.01	Distribuicao de IPVA aos Municípios	843.097
2.1.5.1.5.03.01	Transferencia do IPI Exportacao aos Municípios	15.577
2.1.5.1.5.99.02	Repartição da Cota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	8.507
2.1.5.1.5.99.04	Repartição da Indenização de Extração de Petróleo, Xisto e Gaz	830
2.1.8.8.1.03.01	Depositos Recebidos por Determinação Judicial - Terceiros	37.594
2.1.8.8.1.03.02	Depositos para Recursos Judiciais	1.800
2.1.8.8.1.03.91	Depósitos Judiciais - Entes Públicos	20.560
2.1.8.8.1.03.95	Fiancas Criminais	21.332
2.1.8.8.1.04.01	Depositos e Cauções	1.457
2.1.8.8.1.04.03	Depositos de Terceiros	634.767
2.1.8.8.1.98.01	Honorarios de Sucumbencia - PGE	2.886
2.1.8.8.1.98.02	Encargos sobre a Dívida Ativa - PGE	7.506
2.1.8.8.1.98.03	Honorarios de Adesao a Programas de REFIS - PGE	15.720
2.1.8.8.1.99.02	Fornecedores /Credores Pagos p/ OB	6.747.950
2.1.8.8.1.99.06	Restitues de Receitas a Pagar	102.317
2.1.8.8.1.99.07	Mercadorias Recebidas em Consignação	753
2.1.8.8.1.99.15	Contribuições Previdenciarias de Servidores Cedidos	19
2.1.8.8.1.99.18	Multas do Funpece	5
2.1.8.8.1.99.19	Restitucao de Multas Pecuniarias do FDS	8
2.1.8.8.1.99.96	Cheque-Salário - Folha	11.059.294
2.1.8.8.1.99.99	Outros Valores Restituíveis	5.042
2.1.8.8.2.04.03	Depositos de Terceiros	57.256
2.1.8.8.2.12.01	Arrecadação da DRE a Repassar - Fora do Sistema DAE	49
2.1.8.8.3.04.03	DEPOSITOS DE TERCEIROS	48
2.1.8.8.3.99.08	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF - Extraorcamentrio	1.564
2.1.8.8.5.99.05	Retenção - Fundeb Municípios - ICMS	895.243
2.1.8.8.5.99.06	Retenção - Fundeb Municípios – IPVA	150.713
2.1.8.8.5.99.07	Retenção - Fundeb Municípios - IPI/Exportações	3.578
2.1.8.8.5.99.10	Retenção - Fundeb Municípios – ICMS - EC 123/2022	1.557
2.1.8.9.1.98.02	Receitas a Classificar	23.987.241
2.1.8.9.1.98.03	Avais, Fiancas e Garantias a Pagar	32.980
2.1.8.9.1.98.12	Adiantamento Recebido para cobertura de conta bancária com recursos bloqueados	131
2.1.8.9.1.98.14	Fundo Estadual De Equilrio Fiscal Do Estado Do Ceara - FEEF	13.348
2.1.8.9.1.98.19	Fundo Estadual De Combate  Pobreza - FECOP	740.257
2.1.8.9.2.98.03	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	1.903.850
2.1.8.9.2.98.04	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	19.475
2.1.8.9.2.98.20	Arrecadação A Repassar - Desvinculação De Receitas Do Estado (DRE)	185.659
2.1.8.9.4.01.01	Fundo De Manut. Des. Da Educ. Básica - Fundeb	5.378.244
2.1.8.9.4.01.99	Fundo De Manut. Des. Da Educ. Básica - Fundeb - Saldos S2GPR	13.163
<b>Total</b>		<b>58.032.588</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

**Tabela 113 - Demonstrativo do Cculo dos Pagamentos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – Consolidado**

(R\$ milhares)		
Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.9.8.1.01.01	Sequestros Judiciais a Regularizar	9.212
1.1.9.8.1.01.02	Devoluo de Saldo de Convênio a Apropriar	9.975
1.1.9.8.1.01.99	Outras VPD a Apropriar	33.305
1.2.2.3.1.01.01	Títulos e Valores em Enquadramento	226.118
1.2.2.3.1.01.51	Fundos de Investimento em Renda Fixa	146.179
1.2.2.3.1.01.53	Letra Financeira	2.049
1.2.2.3.1.28.01	Aplicaes Financeiras e Investimentos de Longo Prazo - Fundo em	1.418.848
2.1.5.1.5.01.01	Distribuicao de ICMS aos Municípios	4.225.995
2.1.5.1.5.01.02	Distribuicao de ICMS aos Municípios - EC 123/2022	7.784
2.1.5.1.5.02.01	Distribuicao de IPVA aos Municípios	841.474
2.1.5.1.5.03.01	Transferencia do IPI Exportacao aos Municípios	15.577
2.1.5.1.5.99.02	Repartio da Cota da Contribuio de Interveno no Domínio Econ	8.506
2.1.5.1.5.99.04	Repartio da Indenizaço de Extrao de Petróleo, Xisto e Gaz	830
2.1.8.8.1.03.01	Depositos Recebidos por Determinao Judicial - Terceiros	115.565
2.1.8.8.1.03.02	Depositos para Recursos Judiciais	1.800
2.1.8.8.1.03.91	Depósitos Judiciais - Entes Publicos	66.800
2.1.8.8.1.03.95	Fiancas Criminais	2.780
2.1.8.8.1.04.01	Depositos e Caues	1.344
2.1.8.8.1.04.03	Depositos de Terceiros	631.153
2.1.8.8.1.98.01	Honorarios de Sucumbencia - PGE	2.182
2.1.8.8.1.98.02	Encargos sobre a Dívida Ativa - PGE	6.033
2.1.8.8.1.98.03	Honorarios de Adesao a Programas de REFIS - PGE	12.348
2.1.8.8.1.99.02	Fornecedores /Credores Pagos p/ OB	6.747.935
2.1.8.8.1.99.06	Restitues de Receitas a Pagar	101.207
2.1.8.8.1.99.07	Mercadorias Recebidas em Consignao	756
2.1.8.8.1.99.96	Cheque-Salário - Folha	10.938.012
2.1.8.8.1.99.99	Outros Valores Restituíveis	3.800
2.1.8.8.2.04.03	Depositos de Terceiros	3.160
2.1.8.8.2.12.01	Arrecadao da DRE a Repassar - Fora do Sistema DAE	40.487
2.1.8.8.3.99.08	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF - Extraorçamentário	1.564
2.1.8.8.5.99.05	Reteno - Fundeb Municípios - ICMS	882.638
2.1.8.8.5.99.06	Reteno - Fundeb Municípios – IPVA	150.307
2.1.8.8.5.99.07	Reteno - Fundeb Municípios - IPI/Exportaes	3.578
2.1.8.8.5.99.10	Reteno - Fundeb Municípios – ICMS - EC 123/2022	1.557
2.1.8.9.1.98.02	Receitas a Classificar	23.982.725
2.1.8.9.1.98.03	Avais, Fianças e Garantias a Pagar	32.981
2.1.8.9.1.98.12	Adiantamento Recebido para cobertura de conta bancária com recur	58
2.1.8.9.1.98.14	Fundo Estadual De Equilrio Fiscal Do Estado Do Ceara - FEEF	11.504
2.1.8.9.1.98.19	Fundo Estadual De Combate  Pobreza - FECOP	695.839
2.1.8.9.1.98.22	Adiantamentos Diversos Recebidos - Antecipo do Tesouro	1.543
2.1.8.9.2.98.03	Arrecadao das Entidades da Administrao Indireta a Repassar	1.913.426
2.1.8.9.2.98.04	Arrecadao das Entidades da Administrao Direta a Repassar	19.438
2.1.8.9.2.98.20	Arrecadao A Repassar - Desvinculao De Receitas Do Estado (D	161.395
2.1.8.9.4.01.01	Fundo De Manut. Des. Da Educ. Básica - Fundeb	5.325.754
2.1.8.9.4.01.99	Fundo De Manut. Des. Da Educ. Básica - Fundeb - Saldos S2GPR	80.838
<b>Total</b>		<b>58.886.359</b>



O grupo de depósitos e valores restituíveis teve um elevado aumento em seus valores quando comparado com o exercício de 2021 devido a mudança de sistemática de repasse de transferências constitucionais aos municípios, que a passou a ser feito por restituição de receitas, extraorçamentário, valores retidos para o FUNDEB, ao registro de valores pagos a fornecedores por meio do Bradesco, depositados na conta de pagamento de fornecedores (entradas e saídas registradas extraorçamentariamente, após a execução orçamentária da despesa). No processo de classificação da receita, inicialmente a receita arrecada é contabilizada na conta de receita a classificar, para na fase seguinte, ser classificadas nas naturezas de receitas específicas. Este sistema de classificação de receitas faz com que as entradas e saídas extraorçamentárias fiquem com valores elevados.

Conforme a IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balço Financeiro, no item 20, os campos “Outros Recebimentos Extraorçamentários” e “Outros Pagamentos Extraorçamentários” contemplam situações não previstas nos outros grupos, cabendo a cada ente adapt-los conforme suas necessidades. Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o “Saldo do Exercício Anterior” e “Saldo para o Exercício Seguinte”.

Dentro deste campo encontra-se os saldos iniciais e saldos finais de algumas contas conforme houve a necessidade de utilização durante do exercício 2022.

Os valores das contas contábeis 1.1.4.4.1.01.01, 1.1.4.4.1.28.01 e 1.2.1.3.1.08.01 referem-se a recursos financeiros dos fundos previdenciários, FPP e PREVID, aplicados em investimentos que não possuem liquidez imediata e por isso não compõem o grupo Caixa e Equivalentes de Caixa. A conta 2.1.8.9.4.01.99 refere-se a saldo de conta que foi migrada do sistema S2GPR.

A tabela a seguir evidencia estes valores.

**Tabela 114 - Demonstrativo de Outros Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários**

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Saldo Inicial	Saldo Final
1.1.4.4.1.01.01	TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TESOIRO NA	16.674	0
1.1.4.4.1.28.01	APLICAçõES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DE	0	372.518
1.2.1.3.1.08.01	Títulos de Responsabilidade do Tesouro	329.067	0
2.1.8.9.4.01.99	FUNDO DE MANUT. DES. DA EDUC. BASICA- FUND	67.676	
3.9.9.9.1.99.98	VPD DE AJUSTES DIVERSOS	0	22
4.9.9.9.1.97.01	(-) Deduções de Outras Variações Patrimoniais Au	-27	
<b>Total</b>		<b>413.389</b>	<b>372.539</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

### BF03 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Os agrupamentos "Saldo em Espécie do Exercício Anterior e Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte" são constituídos pelos subgrupos "Caixa e Equivalentes de Caixa e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados". O Caixa e Equivalentes de Caixa representam o saldo inicial (Coluna dos Ingressos) e saldo final (Coluna dos Dispêndios) da conta contábil 1.1.1.1.

Os depósitos restituíveis e valores vinculados na coluna de ingressos representam o saldo inicial dos ativos financeiros registrados nas contas contábeis: 1.1.3.1.1.99.01, 1.1.3.1.1.99.03, 1.1.3.1.1.99.06, 1.1.3.1.2.99.01, 1.1.3.8.1.06.01, 1.1.3.8.1.99.08, 1.1.3.8.1.99.09, 1.1.3.8.1.99.10, 1.1.3.8.2.06.10, 1.1.3.8.2.06.11, 1.1.3.8.2.06.20 e 1.1.3.8.2.99.02. Da mesma forma, o saldo final destas contas estão apresentados na mesma linha com a coluna dos dispêndios.

As contas contábeis "1.1.3.8.2.99.02 - Arrecadao da DRE a Receber - Fora do Sistema DAE", "1.1.3.8.2.06.10 - Arrecadao das Entidades da Administrao Indireta a Receber", "1.1.3.8.2.06.11 - Arrecadao das Entidades da Administrao Direta a Receber" e "1.1.3.8.2.06.20 - Arrecadao a Receber - Desvinculao De Receitas Do Estado (DRE)", registram os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administrao Direta e Indireta via DAE (documento de arrecadao estadual), arrecadados pela Secretaria da Fazenda.

A conta contábil "1.1.3.8.1.06.01 - Numerários em Trânsito (F)" registra os pagamentos rejeitados no final do exercício e que são retornaram no exercício seguinte, por conta de encerramento do expediente bancário. A tabela abaixo evidencia o valor a receber relativo a cada uma das contas de ativo financeiro.

**Tabela 115 - Demonstrativo dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – Consolidado**

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Saldo Inicial	Saldo Final
1.1.3.1.1.99.01	Pendências a Regularizar - Obrigo	0	8.144
1.1.3.1.1.99.03	Pendências a Regularizar - Adiantamento do Tesouro p/pago de Obrigo	2.629	1.086
1.1.3.1.1.99.06	Adiantamento Concedido para cobertura de conta bancária com recursos bloqueados	0	72
1.1.3.1.2.99.01	Pendências a Regularizar - Obrigo	0	4.409
1.1.3.8.1.06.01	Numerários em Trânsito (F)	3.923	9.285
1.1.3.8.1.99.08	Fundo Estadual De Combate  Pobreza - FECOP	0	44.418
1.1.3.8.1.99.09	Valores sob Bloqueio Judicial (F)	2.162	8.624
1.1.3.8.1.99.10	Fundo Estadual De Equilrio Fiscal Do Estado Do Ceara - FEEF	0	1.843
1.1.3.8.2.06.10	Arrecadao das Entidades da Administrao Indireta a Receber	29.757	20.182
1.1.3.8.2.06.11	Arrecadao das Entidades da Administrao Direta a Receber	88	125
1.1.3.8.2.06.20	Arrecadao a Receber - Desvinculao De Receitas Do Estado (DRE)	0	24.264
1.1.3.8.2.99.02	Arrecadao da DRE a Receber - Fora do Sistema DAE	40.458	21
<b>Total</b>		<b>79.017</b>	<b>122.473</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

### 6.3.3 Notas Explicativas ao Balço Patrimonial

#### BP01 - Critérios Utilizados na Elaboraco do Balço Patrimonial

Para o preenchimento deste Balço utilizam-se as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas do Estado do Ceará, além da classe 8 (Controles Credores) para o quadro referente às compensaces. Em observância ao art. 105 da Lei n 4.320/1964, elaborou-se um quadro anexo ao Balço Patrimonial que evidencia o total do ativo e passivo financeiro, bem como o ativo e passivo permanente e o saldo patrimonial.

O ativo financeiro é obtido pelo somatório do saldo final das contas do ativo (Grupo 1) que possuem o atributo F. Já o ativo permanente compreende a soma dos saldos das contas do ativo que possuem o atributo P. Obtm-se o valor do passivo financeiro através do somatório dos saldos finais das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo F, o saldo das contas de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar e Restos a Pagar Não Processados a Liquidar-Inscrio no Exercício. Por fim, o passivo permanente compreende a soma dos saldos das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo P.

#### BP02 - Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a Receber a Curto Prazo englobam os Créditos Tributários a Receber, Créditos de Transferências a Receber, Empréstimos e Financiamentos Concedidos, Dívida Ativa Tributária, Dívida Ativa Não Tributária e os Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo.

**Tabela 116 - Demonstrativo dos Créditos a Curto Prazo**

Título	Exercícios	
	2022	2021
Créditos Tributários a Receber	8.341.948	13.306.927
Clientes	0	0
Créditos de Transferências a Receber	1	0
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	62.661	52.333
Dívida Ativa Tributária	176.315	194.332
Dívida Ativa Não Tributária	9.074	7.782
(-) Ajuste De Perdas de Créditos a Curto Prazo	-167.317	-45.693
<b>Total</b>	<b>8.422.681</b>	<b>13.515.680</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

Os Créditos Tributários a Receber de Curto Prazo são oriundos de Impostos (ICMS, IPVA, ITCD e Imposto de Renda Retido na Fonte) e outros tributos, conforme tabela abaixo:

**Tabela 117 - Demonstrativo dos Créditos Tributários a Receber de Curto Prazo**

Título da Conta	(R\$ milhares)	
	2022	2021
ICMS	6.794.073	11.855.352
IPVA	457.744	282.818
ITCMD	32.892	58.563
Imposto de Renda Retido na Fonte	49	0
Outras Contribuies Previdenciárias a Receber	852	1.174
Outros Créditos Tributários a Receber	1.056.337	1.109.019
<b>Total</b>	<b>8.341.947</b>	<b>13.306.927</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

Quase 80% dos Créditos Tributários a Receber de Curto Prazo no início do ano estavam em julgamento no Contencioso Administrativo Tributária da Sefaz, sendo que R\$9,5bi se referiam  autos de infrao de ICMS. Houve diminuio expressiva desses autos no último ano para R\$5,2bi devido aos seguintes fatores:

- Aumento do número de sessões e de processos em pauta por sessão, com foco em processos de valores elevados, fazendo com que 3.154 processos fossem encerrados, superando em muito a entrada de 775 novos processos;

- Julgamento de 13 autos de infrao de valores expressivos de uma única empresa, parcialmente favoráveis ao contribuinte, cujo montante de crédito tributário foi bastante reduzido após análise da 2 Instância.

Os créditos tributários a receber são inicialmente reconhecidos no curto prazo e caso não sejam pagos são encaminhados para a dívida ativa. Os valores reconhecidos e que estejam sendo discutidos no contencioso administrativo tributário devem ser reclassificados para o longo prazo conforme expectativa de não recebimento/julgamento no exercício de 2022.

### **BP03 - Créditos do FDI**

O Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI) tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, por meio da concessão de incentivos fiscais e financeiros, as empresas consideradas de fundamental interesse para o desenvolvimento econômico do Estado.

Os valores a receber resultantes dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Ceará, através do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI, assim como as dedues dos prováveis valores a fundo perdido, do Programa de Incentivo s Atividades Portuárias e Industriais do Ceará - PROAPI, Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas – PROVIN e Programa de Atrao de Empreendimentos Estratégicos – PROADE, estão demonstrados na tabela a seguir:

**Tabela 118 - Demonstrativo dos Créditos do FDI**

(R\$ milhares)

Especificao	Valores de Curto Prazo	Valores de Longo Prazo
Créditos a Receber - PROVIN (P)	1.153.394	2.737.475
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN	-1.044.569	-2.421.042
<b>Saldo</b>	<b>108.825</b>	<b>316.433</b>

Especificao	Valores de Curto Prazo	Valores de Longo Prazo
Empréstimos e Financiamentos - PROAPI	11.388	237.848
(-) Ajustes para Perdas de Créditos PROAPI	-9.948	-35.270
<b>Saldo</b>	<b>1.440</b>	<b>202.578</b>

Especificao	Valores de Curto Prazo	Valores de Longo Prazo
Créditos a Receber - PROADE(P)	281.949	2.316.147
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROADE	-278.711	-2.291.779
<b>Saldo</b>	<b>3.237</b>	<b>24.368</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

A perda do FDI no programa PROVIN corresponde à diferença entre o valor do benefício concedido, o qual corresponde ao limite máximo de 75% do ICMS devido (art. 21, parágrafo único do Decreto n 32.438/2017) e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (Decreto n 34.508/2022), Anexo I), em conformidade com a equao abaixo:

**PERDA = BENEFÍCIO CONCEDIDO - RETORNO**

Os valores do benefício e do retorno serão obtidos a partir de pontuao obtida pela empresa beneficiária que levará em considerao suas características de gerao de emprego, investimento, localizao, responsabilidades social e ambiental, alinhamento estratégico e relevância estratégica, conforme anexo I do Decreto n 34.508/2022. No caso do FDI/PROAPI, a perda corresponde à diferença entre o valor do empréstimo concedido e o valor que retornará ao Tesouro Estadual, cujo equacionamento encontra-se a seguir descrito:

**PERDA = EMPRÉSTIMO CONCEDIDO - RETORNO**

A perda do FDI/PROADE corresponde à diferença entre incentivo concedido, o qual poderá ser de até 99% do ICMS gerado em funo da produo da sociedade empresária, e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (art. 53 do Decreto n 34.508/2022), conforme equao a seguir:

**PERDA= BENEFÍCIO CONCEDIDO - RETORNO**

O percentual do benefício a ser concedido às sociedades empresárias enquadradas no PROADE será fixado em Resoluo Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará.

O valor do retorno será um percentual que incidirá sobre o valor do benefício concedido ou valor do empréstimo.

O retorno corresponde aos valores retornáveis vencido, retornável vincendo e ao fundo perdido vencido, em observância ao art. 37, § 1º do Decreto nº 34.508/2022 e art. 11 do Decreto nº 24.096/1996. Os valores do fundo perdido vencido foram registrados em contrapartida à conta ajustes de exercícios anteriores no exercício 2021.

Os valores do FDI/PROAPI de longo prazo estão contabilizados na Unidade Gestora 480201 - FDI; referidos valores serão transferidos para a Unidade Gestora 190001- SEFAZ à medida que se converterem em curto prazo, em razão das disponibilidades geradas pelo retorno do principal dos benefícios concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI converterem-se em receita ordinária do Tesouro Estadual, conforme Lei nº 12.478/95 e Decreto nº 24.096/96.

#### BP04 - Dívida Ativa

A Dívida Ativa são créditos a favor da Fazenda Pública que se encontram vencidos e não pagos e devem ser contabilmente discriminados dos demais. É parte integrante do Ativo Circulante e Não-Circulante e o seu registro contábil é realizado por meio de dados fornecidos pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, que é a responsável por administrar as inscrições, as baixas, as atualizações, os cancelamentos e o saldo final em favor da Fazenda Pública e evidenciá-los no Demonstrativo “Dívida Ativa Estadual”. A tabela abaixo mostra os saldos Dívida Ativa Tributária e Não Tributária de curto e longo prazo:

**Tabela 119 - Demonstrativo da Dívida Ativa**

Especificação	(R\$ milhares)	
	2022	2021
<b>Dívida Ativa Tributária</b>	<b>14.260.555</b>	<b>13.102.027</b>
Curto Prazo	176.315	194.332
Longo Prazo	14.084.240	12.907.695
<b>(-) Ajuste de Perdas Estimadas da Dívida Ativa Tributária</b>	<b>-4.277.987</b>	<b>-3.342.513</b>
(-) Curto Prazo	-148.324	0
(-) Longo Prazo	-4.129.663	-3.342.513
<b>Dívida Ativa Não Tributária</b>	<b>673.316</b>	<b>564.669</b>
Curto Prazo	9.074	7.782
Longo Prazo	664.242	556.887
<b>(-) Ajuste de Perdas Estimadas da Dívida Ativa Não Tributária</b>	<b>-6.286</b>	<b>0</b>
(-) Curto Prazo	-6.286	0
<b>Total da Dívida Ativa</b>	<b>14.933.871</b>	<b>13.666.696</b>
<b>Total dos Ajustes</b>	<b>-4.284.273</b>	<b>-3.342.513</b>

Fonte: Procuradoria Geral do Estado - PGE

Os créditos da Dívida Ativa são objeto de atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais, que são incorporados ao valor original inscrito. A atualização monetária deve ser lançada de acordo com o índice ou forma de cálculo pactuada ou legalmente incidente.

O Ajuste para Perdas de Créditos Inscritos em Dívida Ativa é feito conforme análise de probabilidade de não realizao, ou seja, a parcela da Dívida Ativa que apresenta significativa probabilidade de não recebimento. O ajuste é registrado com base em levantamento realizado no banco de dados, identificando os créditos reputados como irrecuperáveis, inscritos há mais de 15 (quinze anos), sem anotao de suspensão de exigibilidade ou de garantia dentro dos parâmetros da Lei n 17.277 de 10 de setembro de 2020, bem como os créditos de IPVA que atendem os requisitos de reconhecimento de prescrio.

Conforme determina o art. 13 da Lei Complementar n 101, de 04 de maio de 2000, algumas medidas foram implementadas no ano de 2022 na busca pela eficiência e celeridade na cobrança dos créditos tributários inscritos na Dívida Ativa.

### **A Procuradoria-Geral do Estado do Ceará tem implementado e dado continuidade a uma série de medidas para otimizar a arrecadao e combater  evasão e sonegao fiscais**

Com a edio da Lei Complementar n 277, de 14 de fevereiro de 2022, foi criada a Procuradoria de Atuao Fiscal Estratégica com competência para atuar junto à Procuradoria da Dívida Ativa e a Procuradoria Fiscal em questões estratégicas nos processos judiciais e administrativos referentes a grandes devedores ou com temas relevantes, bem como atuar juntamente ao Ministério Público Estadual, a Secretaria da Fazenda Estadual e outros órgãos e entes no combate à sonegao fiscal.

Ao tempo em que se verificou a reorganizao na estrutura administrativa, também se concretizaram passos necessários para o Estado do Ceará iniciar estudos a fim de implementar a transao tributária.

Primeiro, por meio da Portaria PGE/GAB n 141, publicada no Diário Oficial do Estado de 18 de outubro de 2022, foi instituída a Comissão para “definir critérios para o ‘Rating’ da Dívida Ativa do Estado do Ceará”, que tem como finalidade definir critérios para aferio do grau de recuperabilidade e classificao das dvidas tributárias e não-tributárias inscritas pelo Estado do Ceará na dívida ativa (classificao da dívida ativa) e de segmentao de contribuintes.

Segundo a Portaria PGE/GAB n 143 publicada no Diário Oficial do Estado de 18 de outubro de 2022, estabeleceu a formao de grupo de trabalho, composto por auditores da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará e Procuradores do Estado, com o especifico fim de definir parâmetros objetivos que identificam a probabilidade de não realizao do crédito inscrito em dívida ativa.

É oportuno destacar que o trabalho resultante dessas medidas  imprescindível para maximizar e otimizar a arrecadao do Estado, com relevantes reflexos — diretos e indiretos — nos atos de combate à evasão e sonegao fiscal.

Somado a isso, a atuao do Comitê Interinstitucional de Recuperao de Ativos (Cira) foi fortalecida com o Termo de Cooperao n 001/2022, publicado no Diário Oficial do Estado de 21 de dezembro de 2022, firmado entre a Procuradoria-Geral do Estado, o Ministério Público

Estadual do Ceará e a Secretaria da Fazenda com vistas a estabelecer auxílio mútuo entre as partes com vista à prestação de informações da dívida ativa. Para possibilitar o cumprimento do escopo do termo de cooperação, foi lançada a ferramenta eletrônica “ConsultaMP”, vinculada ao Portal do Contribuinte da Procuradoria-Geral do Estado para promover e otimizar operacionalmente a troca de informações de modo a viabilizar a atuação no combate aos crimes contra a ordem tributária e o aprimoramento na recuperação de ativos, em benefício de todos os cidadãos e do erário estadual.

A Procuradoria-Geral do Estado também avançou no aperfeiçoamento da cooperação com o Poder Judiciário para dar celeridade às ações judiciais que tratam de matéria tributária, notadamente as execuções fiscais em curso.

O sistema “ConsultaJud”, também vinculado ao Portal do Contribuinte da Procuradoria-Geral do Estado, traduz-se em ferramenta que oferece mais transparência e agilidade às atividades que envolvem os dois órgãos, reduzindo o tempo gasto com expedientes desnecessários na busca de dados relacionados às dívidas dos contribuintes. O incremento tecnológico auxiliará os magistrados no acesso direto às informações fiscais de contribuintes relacionadas à dívida ativa, que permitirá maior agilidade no poder de decisão, implicando, com isso, em avanços relacionados à recuperação de créditos.

Demais disso, com o propósito de otimizar a base de dados de contribuintes do Estado e, logo, otimizar a arrecadação, a Procuradoria-Geral do Estado firmou com o Departamento Estadual de Trânsito do Ceará — Detran-CE o Termo de Cooperação Técnica nº 153/2022 para estabelecer um regime de cooperação mútua entre as partes especificamente quanto ao compartilhamento de informações cadastrais atualizadas de usuários no Estado do Ceará que estejam na base de dados do DETRAN-CE. Trata-se de medida concreta que terá o condão de evitar sonegação pertinente aos tributos estaduais, em especial o IPVA, pois viabilizará que as medidas de cobrança (extrajudiciais e judiciais) sejam direcionadas ao endereço mais atualizado do contribuinte que, uma vez regularmente notificado, será compelido a adotar medidas voltadas a regularizar sua dívida. Visa-se, com isso, a expansão das notificações extrajudiciais e dos atos de protesto extrajudicial, permitindo maior assertividade no que concerne à localização destes contribuintes.

Por fim, vale destacar que foi editado o Decreto nº 34.619, de 31 de março de 2022, por meio do qual o Estado do Ceará consolidou o regramento relacionado aos parcelamentos de débitos inscritos em dívida ativa. A norma legal estabeleceu condições mais flexíveis para o parcelamento de débitos ajuizados, com o fim de possibilitar que os contribuintes em situação de dificuldade econômica regularizem a situação fiscal pelo parcelamento de dívidas que estão sendo cobradas judicialmente, repercutindo diretamente na arrecadação.



**Medidas a serem adotadas em 2023 para cobrança dos créditos tributários e não-tributários, com o objetivo de publicar a programaco financeira, em cumprimento  determinaco do Tribunal de Contas do Estado, constante da Prestaco de Contas de Governo de 2017 e em observância ao art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**

O fluxo de cobrança do Estado do Ceará tem sido corriqueiramente atualizado, de forma a viabilizar uma cobrança eficaz da dívida ativa. No decorrer do ano de 2023 pretende-se concluir os estudos e para definir medidas a fim de implementar o instituto da transaco tributária no Estado do Ceará.

Para tanto, é fundamental a compreensão da carteira de devedores, a partir do potencial de recuperao (aspecto qualitativo), e não apenas com base no valor total inscrito em dívida ativa (aspecto quantitativo), o que, além de permitir, no plano operacional, a definio de estratégias de atuao mais aderentes ao grau de recuperabilidade, alinha a dívida ativa do Estado às recomendaoes internacionais de harmonizao da contabilidade do setor público aos padrões da Federao Internacional de Contadores (IFAC).

Nesse enfoque, o ato de classificar a dívida utilizar métodos que envolvem análise de dados objetivos para classificar, em funo da perspectiva de recebimento, os créditos e devedores inscritos em dívida ativa, segundo boas práticas das administraoes tributárias, com o objetivo de definir o perfil de risco em face da perspectiva de recebimento e, a partir dessa definio, alinhar as estratégias de recuperao ao perfil adequado. A partir da definio desses perfis, a Procuradoria poderá otimizar as medidas de cobrança da dívida ativa, adotando comportamento distinto para cada categoria de dívida, dando maior enfoque àquelas que possuem maior grau de recuperabilidade. Com efeito, a classificao de créditos inscritos representar novo paradigma na atividade de gestão da dívida ativa, com impactos na cobrança administrativa e judicial.

Demais disso, compreende-se ainda nas medidas a serem adotadas em 2023 o avanço no desenvolvimento no novo sistema da dívida ativa, o que possibilitará armazenar os dados em um meio mais moderno e de forma parametrizada. Sabe-se que, hoje, o banco de dados da dívida ativa está alocado em máquina de responsabilidade da Secretaria da Fazenda, o que exige diversos procedimentos para a Procuradoria a eles ter acesso, o que nem sempre se dá em tempo real.

Não menos importante, será o aprimoramento da atuao do Comitê Interinstitucional de Recuperao de Ativos por meio do diálogo com o Poder Judiciário e com a concentrao de esforços em casos específicos que demanda uma atuao concentrada. Nesse sentido, após o lançamento das ferramentas “Consulta Jud” e “Consulta MP”, ocorrido em 2022, a Procuradoria envidará esforços para a sistematizao de dados e a interlocuo entre os órgãos para aprimorar a conduta combativa em relao  sonegao fiscal e estratégica na satisfao de dvidas fiscais.

Todas essas medidas têm sido objeto de contínua melhora, havendo projetos inclusive relacionados ao uso da tecnologia para a maximizao dos atos de cobrança do Estado do

Ceará, sendo possível vislumbrar uma maior eficiência futura nos atos arrecadatórios do ente público.

A seguir demonstra-se a posição das aoes ajuizadas no exercício de 2022 para cobrança da Dívida Ativa.

**Tabela 120 - Demonstrativo das Aoes Ajuizadas para Cobrança da Dívida Ativa**

(R\$ milhares)

Tipo da Dívida	Quantidade	Valor
Tributária	6.972	3.623.563
Não Tributária	1.383	43.251
<b>Total</b>	<b>8.355</b>	<b>3.666.814</b>

Fonte: Procuradoria Geral do Estado - PGE

Na tabela seguinte demonstramos a quantidade e o valor dos créditos tributários em estoque passíveis de cobrança administrativa dos últimos cinco exercícios.

**Tabela 121 - Demonstrativo da Evolução do Montante de Créditos Tributários Passíveis de Cobrança Administrativa**

(R\$ milhares)

Exercício	Valor
2018	1.591.686
2019	1.060.996
2020	1.038.393
2021	866.120
2022	897.778

Fonte: Procuradoria Geral do Estado - PGE

## BP05 - Adiantamentos Concedidos

O grupo Adiantamentos Concedidos compreende todas as saídas de recursos financeiras a título de adiantamento (pagamento antecipado) que serão descontados futuramente, quando do pagamento final, a quem os foi adiantado.

**Tabela 122 - Demonstrativo de Adiantamentos Concedidos**

(R\$ milhares)

Título	Exercícios	
	2022	2021
Suprimento de Fundos	1.991	1.718
Adiantamento a Fornecedores	58.580	0
Adiantamentos de Precatórios	204.433	140.853
Adiantamentos de Precatórios a Comprovar	7.442	23.997
Adiantamentos Diversos Concedidos	13.639	2.629
Adiantamento Concedido para cobertura de conta bancária com recursos bloqueados	72	0
<b>Total</b>	<b>286.157</b>	<b>169.198</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

### BP06 - Detalhamento da Conta “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”

A tabela abaixo evidencia os subgrupos que compõem a conta “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”:

**Tabela 123 - Demonstrativo de Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo – Consolidado**

(R\$ milhares)

Título	Exercícios	
	2022	2021
<b>113800000 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo</b>	<b>1.544.661</b>	<b>1.323.454</b>
<b>113810000 - Outros Créditos a Receber e Valores A Curto Prazo - Consolidado</b>	<b>1.500.069</b>	<b>1.253.151</b>
113810601 - Numerários em Trânsito	9.285	3.923
113812901 - Alienao Societárias a Receber		1.711
113819901 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	1	1
113819905 - Contribuio para Saúde Suplementar a Receber	556	556
113819906 - Créditos a Receber - PROV IN (P)	1.153.394	995.460
113819907 - Créditos a Receber - PROADE(P)	281.949	249.339
113819908 - Fundo Estadual de Combate  Pobreza - FECOP	44.418	0
113819909 - Valores Sob Bloqueio Judicial	8.624	2.162
113819910 - Fundo Estadual de Equilrio Fiscal do Estado do Ceará - FEEF	1.843	0
<b>113820000 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - INTRA OFS</b>	<b>44.592</b>	<b>70.303</b>
113820610 - Arrecadao das Entidades da Administrao Indireta a Receber	20.182	29.757
113820611 - Arrecadao Das Entidades Da Administrao Direta a Receber	125	88
113820620 - Arrecadao a Receber - Desvinculao De Receitas do Estado (DRE)	24.264	0
113829902 - Arrecadao da DRE a Receber - Fora do Sistema DAE	21	40.458

Fonte: SEFAZ/CECOG

### BP07 - Detalhamento da Conta Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A tabela evidencia a composio da conta Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

**Tabela 124 - Demonstrativo do Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo-Consolidado**

(R\$ milhares)

Título	Exercícios	
	2022	2021
113900000 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-1.323.281	-1.145.513
<b>113910000 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDADO</b>	<b>-1.323.281</b>	<b>-1.145.513</b>
113919900 - (-) AJUSTE PARA PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-1.323.281	-1.145.513
113919902 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROV IN	-1.044.569	-899.033
113919903 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROADE	-278.711	-246.480

Fonte: SEFAZ/CECOG

## BP08 - Investimentos e Aplicações Temporárias

As aplicações financeiras dos fundos FPP e PREVID estão classificadas em Caixa e Equivalentes de Caixa (Aplicações Financeiras de Liquidez imediata), Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo e Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo. O critério para adoção dessa classificação considera o prazo de resgate de referidos recursos.

**Tabela 125 - Demonstrativo das Aplicações Temporárias**

(R\$ milhares)

Aplicação Financeira	FPP	PREVID	Total
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	76.301	298.770	375.071
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	35.802	934.828	970.630

Fonte: SEFAZ/CECOG

## BP09 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas

O grupo Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas refere-se à conta demais VPD a Apropriar, a qual compreende os Sequestros Judiciais a Regularizar, Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar e Outras VPD a Apropriar, conforme tabela abaixo:

**Tabela 126 - Demais VPD a Apropriar**

(R\$ milhares)

Especificação	Exercícios	
	2022	2021
119810101 - Sequestros Judiciais a Regularizar	21.073	25.076
119810102 - Devolução de Saldo de Convênio Apropriar	13.270	3.299
119810199 - Outras VPD a Apropriar	36.547	3.470
<b>Total</b>	<b>70.891</b>	<b>31.845</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

## BP10 - Detalhamento da Conta Crédito a Longo Prazo

A tabela demonstra os subgrupos que compõem os créditos a longo prazo.

**Tabela 127 - Demonstrativo dos Créditos a Longo Prazo – Consolidado**

(R\$ milhares)

Título	Exercícios	
	2022	2021
<b>121100000 - Créditos a Longo Prazo</b>	<b>11.387.682</b>	<b>10.858.839</b>
<b>121110000 - Créditos a Longo Prazo - Consolidação</b>	<b>10.891.092</b>	<b>10.393.416</b>
<b>121110300 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos</b>	<b>307.765</b>	<b>318.774</b>
121110302 - Financiamentos Concedidos A Receber	13.067	13.067
121110391 - Empréstimos e Financiamentos - PROAPI	237.848	248.857
121110392 - Empréstimos E Financiamentos A Comprovar / Receber	56.851	56.851
<b>121110400 - Dívida Ativa Tributária</b>	<b>14.084.240</b>	<b>12.907.695</b>
121110401 - Créditos Não Previdenciários Inscritos	14.084.240	12.907.695
<b>121110500 - Dívida Ativa Não Tributária</b>	<b>664.301</b>	<b>556.887</b>
121110501 - Dívida Ativa Não Tributária	664.243	556.829
121110502 - Dívida Ativa Não Tributária A Classificar	58	58
<b>121119900 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo</b>	<b>-4.165.214</b>	<b>-3.389.941</b>
121119903 - (-) Ajuste de Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-281	-281
121119904 - (-) Ajuste de Perdas De Dívida Ativa Tributária	-4.129.663	-3.342.513
121119991 - (-) Ajuste Para Perdas Créditos do PROAPI	-35.270	-47.147
<b>121120000 - Créditos A Longo Prazo - INTRA OFSS</b>	<b>430.328</b>	<b>399.162</b>
121120691 - Créditos Por Honra De Garantias	430.328	399.162
<b>121130000 - Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - União</b>	<b>3.321</b>	<b>3.321</b>
121130102 - Créditos Tributários - Parcelamentos Não Consolidados A Receber	3.321	3.321
<b>121150000 - Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município</b>	<b>62.940</b>	<b>62.940</b>
121159701 - Outros Créditos a Longo Prazo	62.940	62.940

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nesse subgrupo é evidenciada a Dívida Ativa de Longo Prazo. As informações sobre o Dívida Ativa são tratadas em capítulo específico.

## BP11- Investimentos

As Participações Permanentes compreendem as participações do Estado nas empresas avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), caso haja influência significativa e em empresas avaliadas pelo Método de Custo, caso a influência significativa não seja verificada.

**Tabela 128 - Demonstrativo das Participações Permanentes**

(R\$ milhares)

Especificação	Exercícios	
	2022	2021
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	4.931.603	4.799.605
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	4.824	4.824
<b>Total</b>	<b>4.936.427</b>	<b>4.804.429</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

As participações em sociedades controladas representaram a parcela mais significativa das participações em empresas avaliadas MEP, totalizando, no exercício 2022, conforme tabela abaixo:

**Tabela 129 - Demonstrativo das Participaes Avaliadas pelo MEP**

(R\$ milhares)

Especificao	Exercícios	
	2022	2021
Participaes em Sociedades Controladas	4.790.791	4.333.853
Adiantamento para Aumento de Capital - Principal	15.870	340.810
Outras Participaoes - MEP	124.942	124.942
<b>Total</b>	<b>4.931.603</b>	<b>4.799.605</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

Segue abaixo as Participaes do estado do Ceará em sociedades controladas:

**Tabela 130 - Demonstrativo das Participaes do Estado do Ceará em Sociedades Controladas**

(R\$ milhares)

Especificao	Exercícios	
	2022	2021
ADECE	161.374	133.879
CAGECE	2.463.662	2.356.512
CEARAPAR	2.860	2.827
CEARAPORTOS\CIPP	828.620	828.659
CEASA	4.004	5.353
CEGÁS	73.159	59.277
COGERH	234.513	237.412
METROFOR	1.022.599	709.936
<b>TOTAL</b>	<b>4.790.791</b>	<b>4.333.853</b>

## BP12 – Imobilizado

Os elementos do ativo imobilizado, quando tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciao, amortizao ou exaustão sistemática durante esse período. Em 2015, o Estado iniciou os procedimentos contábeis de depreciao e amortizao em alguns órgãos, conforme Decreto estadual n 31.340/2013.

Segue abaixo tabela demonstrando os bens que compõem o imobilizado do estado do Ceará:

**Tabela 131 - Demonstrativo do Imobilizado**

(R\$ milhares)

Título	Exercícios	
	2022	2021
<b>123100000 - Bens Moveis</b>	<b>5.735.087</b>	<b>4.748.724</b>
123110100 - Máquinas, Aparelhos, Equipamentos E Ferramentas	1.883.579	1.691.507
123110200 - Bens De Informática	1.039.512	632.335
123110300 - Móveis E Utensílios	639.240	547.477
123110400 - Materiais Culturais, Educacionais E De Comunicação	170.917	117.066
123110500 - Veículos	1.772.256	1.650.149
123110600 - Peças E Conjuntos De Reposição	631	631
123110800 - Bens Móveis Em Almoxarifado	7.241	7.241
123110900 - Armamentos	62.522	57.948
123111000 - Semoventes	6.498	5.960
123119900 - Demais Bens Móveis	152.691	38.412
<b>123200000 - Bens Imóveis</b>	<b>23.997.927</b>	<b>21.892.606</b>
123210100 - Bens De Uso Especial	15.043.462	14.674.391
123210400 - Bens Dominicais	88.192	72.208
123210500 - Bens De Uso Comum Do Povo	5.257.552	5.151.501
123210600 - Bens Imóveis Em Andamento	2.262.071	678.350
123210700 - Instalações	68.451	102.960
123210800 - Benfeitorias Em Propriedade De Terceiros	404.038	380.233
123219100 - Investimentos De Capital A Incorporar	50.351	30.348
123219200 - Investimentos De Capital A Incorporar - Fundos	21.196	0
123219900 - Demais Bens Imóveis	802.614	802.614
123800000 - (-) Depreciação, Exausto E Amortização Acumuladas	-629.971	-473.713
<b>Total</b>	<b>29.103.043</b>	<b>26.167.617</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

**Tabela 132 - Demonstrativo de Depreciação e Amortização Acumulada de Bens Móveis e Imóveis**

(R\$ milhares)

Descrição	Exercícios	
	2022	2021
<b>123810100 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS</b>	<b>332.649</b>	<b>195.055</b>
123810101 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	54.167	23.961
123810102 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	89.912	68.900
123810103 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSLIOS	31.275	19.909
123810104 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	7.044	4.812
123810105 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	140.692	72.761
123810106 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE PEAS E CONJUNTOS DE REPOSIÇÃO	509	207
123810109 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE ARMAMENTOS	5.210	2.240
123810110 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE SEMOVENTES	891	672
123810199 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	2.950	1.593
<b>123810200 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS</b>	<b>297.322</b>	<b>278.658</b>
123810201 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE USO ESPECIAL	291.882	274.779
123810202 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DOMINICAIS	4.925	3.875
123810206 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	4	4
123810299 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMÓVEIS	510	0

Fonte: SEFAZ/CECOG

**Tabela 133 - Demonstrativo de Amortização Acumulada**

(R\$ milhares)

Descrição	Exercícios	
	2022	2021
<b>124810100 - (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - SOFTWARES</b>	<b>18.025</b>	<b>11.132</b>
124810101 - (-) Amortização Acumulada - Softw ares	15.864	9.830
124810102 - (-) Amortização Acumulada - Licença de Uso de Softw are	2.161	1.302

Fonte: SEFAZ/CECOG

**BP13 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo**

No ano de 2021, Pessoal a Pagar tinha um peso maior, mas perdeu espaço para Encargos Sociais a Pagar que passou a ser o maior compromisso desse subgrupo.

**Tabela 134 - Demonstrativo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo**

(R\$ milhares)

Especificação	Exercícios	
	2022	2021
Pessoal a Pagar	12.824	115.671
Benefícios Previdenciários a Pagar	83	0
Benefícios Assistenciais a Pagar	81	32
Encargos Sociais a Pagar	59.315	45.513
<b>Total</b>	<b>72.303</b>	<b>161.216</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

No longo prazo, as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar são representadas em totalidades pelos Encargos Sociais a Pagar, referentes às Contribuições ao RGPS - Débitos Parcelados e às Contribuições Sociais - Débitos Parcelados.

**BP15 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**

Segue abaixo Demonstrativo de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo:

**Tabela 135 - Demonstrativo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**

(R\$ milhares)

Código	Título	Exercícios	
		2022	2021
213110100	Fornecedores Nacionais	128.966,03	11.365
213110700	Precatórios de Contas a Pagar - Credores Nacionais- Regime Especial	147.758,78	183.267
213111000	Contas a Pagar Nacionais - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	17,79	78
213120000	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Intra OFSS	250,46	0
213150000	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - Municipio	78,79	0
	<b>Total</b>	<b>277.072</b>	<b>194.710</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG



## BP16 - Valores Restituíveis

A tabela a seguir evidencia a composição da classe dos “Valores Restituíveis”, do subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo:

**Tabela 136 - Demonstrativo de Valores Restituíveis**

(R\$ milhares)

Título	Exercícios	
	2022	2021
<b>218800000 - VALORES RESTITUIVEIS</b>	<b>1.472.354.083</b>	<b>1.419.338.870</b>
<b>218810000 - VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>1.361.390.936</b>	<b>1.327.250.941</b>
218810100 - CONSIGNAOES	7.406.455	559.336
218810300 - DEPOSITOS JUDICIAIS	415.474.621	521.134.012
218810400 - DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	63.040.757	59.313.154
218819800 - DAHS - Arrecadação de Honorários Sucumbenciais	7.359.870	1.810.763
218819900 - OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	868.109.232	744.433.677
218819902 - FORNECEDORES\ CREDITORES PAGOS P/ OB	15.531	0
218819906 - Restituoes de Receitas a Pagar	1.109.531	0
218819907 - Mercadorias Recebidas em Consignação	99.594	105.472
218819915 - Contribuioes Previdenciárias de Servidores Cedidos	270.251	251.192
218819916 - Honorários Advoccios	33.910	33.910
218819917 - Taxa da Loteria Estadual	430.640	430.640
218819918 - Multas do Funpece	28.478	22.959
218819919 - Restituao de Multas Pecuniárias do FDS	86.417	77.664
218819920 - Receitas de Capital Diversas	1.113.356	1.113.356
218819996 - Cheque-Salário - Folha	863.604.413	742.322.531
218819999 - OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	1.317.111	75.953
<b>218820000 - VALORES RESTITUIVEIS - INTRA OFSS</b>	<b>66.192.348</b>	<b>87.450.708</b>
218820100 - CONSIGNAOES	11.604.279	46.521.726
218820400 - DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	54.567.112	470.525
218821200 - ARRECADÇÃO DA DRE A REPASSAR - FORA DO SISTEMA DAE	20.957	40.458.458
<b>218830000 - VALORES RESTITUIVEIS - INTER OFSS - UNIÃO</b>	<b>31.248.322</b>	<b>1.457.252</b>
218830100 - CONSIGNAOES	31.180.598	1.437.252
218830400 - DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	47.724	0
218839900 - OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	20.000	20.000
218839906 - Restituoes de Receitas a Pagar	20.000	20.000
218839908 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - EXTRAORÇAMENTÁRIO	0	0
<b>218850000 - VALORES RESTITUIVEIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO</b>	<b>13.522.478</b>	<b>3.179.969</b>
218850100 - CONSIGNAOES	511.482	3.179.969
218859900 - OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	13.010.995	0
218859905 - RETENÇÃO - FUNDEB MUNICÍPIOS - ICMS	12.605.144	0
218859906 - RETENÇÃO - FUNDEB MUNICÍPIOS - IPVA	405.852	0
218859907 - RETENÇÃO - FUNDEB MUNICÍPIOS - IPI/EXPORTAOES	0	0
218859910 - RETENÇÃO - FUNDEB MUNICÍPIOS - ICMS - EC 123/2022	0	0

Fonte: SEFAZ/CECOG

A composição da classe dos “Valores Restituíveis” está sendo detalhada por representar 92,69% do subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo. Esses valores, em sua maioria, representam as contas contábeis de consignaoes. É importante destacar, que embora essas contas estejam agregadas no grupo Diversos, conforme o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, a escrituração ocorre em contas contábeis específicas.

## **BP17 - Provisões Matemáticas Previdenciárias**

Dados e principais premissas da Avaliação Atuarial, data-base 31/12/2022, utilizados para o cálculo das provisões matemáticas, conforme legislação nacional aplicável, especialmente a Portaria MTP nº 1.467, de 02/06/2022:

### **Fundo Financeiro - FUNAPREV**

- Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE, TCE e DPGE, para fins de avaliação atuarial;
- Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC a partir de 01/01/2014 (o plano de custeio financeiro não tem por finalidade primordial a constituição de reserva financeira LC/CE nº 123/2013, art. 7º, §2º);
- Apuração das obrigações frente aos atuais segurados ativos, aposentados, pensionistas, conf. Portaria MTP nº 1.467/2022, art. 37, §2º, V (geração atual);
- Financiamento do custo dos benefícios futuros estruturado sobre as alíquotas de contribuições fixadas em lei (Portaria MTP nº 1.467/2022, art. 26, III);
- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016 DOE de 28/12/2016): 14% para o beneficiário e 28% para o Ente;
- Tábua de sobrevivência de válidos: Experiência Servidor Civil Estado do Ceará 2019;
- Tábua de sobrevivência de inválidos: IBGE 2021 (extrapolada MTP);
- Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas.
- Tábua de rotatividade: Experiência SUPSEC;
- Probabilidade de Casado: 80%
- Cota média para conversão em pensão: 70,0%
- Despesa Administrativa Anual: R\$ 9.713.948,00
- Taxa Real de Juros Atuariais de 4% a.a. (Portaria MTP nº 1.467/2022, art. 39, §6º), conforme Política de Investimentos para o exercício de 2023.
- Regras de concessão de benefícios conforme a Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, a Emenda Constitucional Estadual nº 97/2019 e a Lei Complementar Estadual nº 210/2019.
- Incorpora efeito das revisões da segregação da massa oriundas das Leis Complementares estaduais nº 188, de 21/12/2018, e nº 227, de 16/12/2020;
- Déficit Atuarial (somatório das rubricas “Cobertura de Insuficiência Financeira”): R\$ 62.753.533.282,61.

### **Fundo Financeiro – PREVMILITAR**

- Cadastro disponibilizado pelo Poder Executivo, para fins de avaliação atuarial;
- Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014 (o plano de custeio militar não tem por finalidade primordial a constituição de reserva financeira LC/CE nº 123/2013, art. 10, §1º);

- Apuraco das obrigaoes frente aos atuais segurados ativos, aposentados, pensionistas, conf. Portaria MTP n 1.467/2022, art. 37, §2, V (geraco atual);
- Financiamento do custo dos beneflcios futuros estruturado sobre as allcotas de contribuicoes fixadas em lei (Portaria MTP n 1.467/2022, art. 26, III);
- Contribuico laboral e patronal (Lei estadual n 18.277, de 22/12/2022, Lei federal n 13.954/2019, combinadas com a LC estadual n 12/1999 e Parecer PGE n 1396, de 11/11/2020-Viproc n 00421789/2020): 10,5% para o beneficiário e 21% para o Ente;
- Tábua de sobrevivência de válidos: Experiência Militar Estado do Ceará 2019;
- Tábua de sobrevivência de inválidos: IBGE 2021 (extrapolada MTP);
- Tábua de entrada em invalidez: lvaro Vindas.
- Tábua de rotatividade: Experiência SUPSEC;
- Probabilidade de Casado: 80%
- Despesa Administrativa Anual: R\$ 9.713.948,00
- Taxa Real de Juros Atuariais de 4% a.a. (Portaria MTP n 1.467/2022, art. 39, §6), conforme Política de Investimentos para o exercício de 2023.
- Regras de concessão de beneflcios conforme a Lei Federal n 13.954, de 18/12/2019, a Instruico Normativa SPREV/ME n 05, de 15/01/2020 e o Decreto Estadual n 33.433, de 15/01/2020;
- Déficit Atuarial (somatório das rubricas "Cobertura de Insuficiência Financeira"): R\$ 27.827.822.899,18.

#### Fundo Previdenciário - PREVID

- Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE, TCE e DPGE, para fins de avaliao atuarial do SUPSEC;
- Segregao da massa de segurados: implementada no SUPSEC a partir de 01/01/2014;
- Apuraco das obrigaoes frente aos atuais segurados ativos, aposentados, pensionistas, conf. Portaria MTP n 1.467/2022, art. 37, §2, V (geraco atual);
- Financiamento do custo dos beneflcios futuros estruturado sobre as allcotas de contribuicoes fixadas em lei (Portaria MTP n 1.467/2022, art. 26, III);
- Contribuico laboral e patronal (Lei Complementar estadual n 12/1999, com redao dada pela Lei Complementar estadual n 167, de 27/12/2016 DOE de 28/12/2016): 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
- Tábua de sobrevivência de válidos: Experiência Servidor Civil Estado do Ceará 2019;
- Tábua de sobrevivência de inválidos: IBGE 2021 (extrapolada MTP);
- Tábua de entrada em invalidez: lvaro Vindas.
- Tábua de rotatividade: Experiência SUPSEC;
- Probabilidade de Casado: 80%
- Cota média para conversão em pensão: 70,0%
- Despesa Administrativa Anual: R\$ 9.713.948,00
- Taxa Real de Juros Atuariais de 4% a.a. (Portaria MTP n 1.467/2022, art. 39, §6), conforme Política de Investimentos para o exercício de 2023.
- Regras de concessão de beneflcios conforme a Emenda Constitucional Federal n 103/2019, a Emenda Constitucional Estadual n 97/2019 e a Lei Complementar Estadual n 210/2019.

- Incorpora efeito das revisões da segregação da massa oriundas das Leis Complementares estaduais n 188, de 21/12/2018, e n 227, de 16/12/2020.
- Superavit Atuarial (rubrica “Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário”): R\$ 1.890.995.172,18.

### **Fundo Previdência Parlamentar FPP**

No exercício de 2022, foi procedido o registro contábil das provisões matemáticas atuariais do Regime Próprio de Previdência Parlamentar - FPP, regime previdenciário destinado aos deputados estaduais, fundo vinculado ao Poder Legislativo. A avaliao atuarial foi realizada por empresa especializada contratada. Dados e principais hipóteses da Avaliao Atuarial 2022, utilizados para o cálculo das provisões matemáticas:

- Cadastros disponibilizados pelo Sistema de Previdência Parlamentar para fins de avaliao atuarial;
- Segregao da massa de segurados: Não possui.
- Apurao das obrigaes do FPP frente aos atuais segurados ativos, aposentados e pensionistas e seus desdobramentos previdenciários (gerao atual);
- Contribuio laboral e patronal (Lei Complementar estadual n 138/2014);
- Tábuas biométricas:
- As tábuas biométricas utilizadas foram escolhidas em funo do evento gerados;
- Tábuas de Mortalidade Geral de Válidos (evento gerador sobrevivência): IBGE 2020 (segregada por sexo);
- Tábuas de Mortalidade de Inválidos: lvaro Vindas;
- Tábuas de Entrada em Invalidez: IBGE 2020;
- Taxa Real de Juros Atuariais: 4,77% ao ano;
- A probabilidade de deixar um dependente vitalício, em caso de morte, calculada em funo da proporo de servidores casados por idade, com base em propores apuradas em um levantamento realizado no universo das bases cadastrais analisadas pela LÓGICA Assessoria Atuarial, tendo sido considerados apenas os dados reais e consistentes, utilizando informaes de mais de 500.000 Segurados Ativos;
- O crescimento salarial foi de 1,00% ao ano;
- A taxa de rotatividade considerada por de 1,00% ao ano; e
- O custo administrativo não tem como fonte as receitas do Plano;
- A taxa de juros atuarial foi definida em consonância com o art. 3 da Instruo Normativa SPREV n 2, de 12/12/2018, resultante da aplicao da Estrutura a Termo da Taxa de Juros Média conforme anexo da Portaria SPREV n 6.132, de 25/05/2021.

**Tabela 137 - Provisões Matemáticas Previdenciárias do SUPSEC FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID**

(R\$ milhares)

Títulos	FUNAPREV	PREVMILITAR	PREVID
<b>Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo</b>	<b>313.134</b>	<b>76.853</b>	<b>1.239.818</b>
<b>Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Financeiro do RPPS</b>	42.391.648	15.922.279	
(-) Contribuições dos Inativos	-3.345.500	-705.449	
(-) Contribuição dos Pensionistas	-468.970	-711.666	
(-) Compensação Previdenciária	-341.612	-2.691	
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	-38.235.565	-14.502.474	
<b>Provisões de Benefícios a Conceder</b>	<b>313.134</b>	<b>76.853</b>	
<b>Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Financeiro do RPPS</b>	43.559.197	22.291.662	
(-) Contribuições do Ente	-9.096.943	-4.262.704	
(-) Contribuições dos Ativos	-9.198.096	-4.577.116	
(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	-433.055	-49.639	
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	-24.517.968	-13.325.349	
<b>Provisões de Benefícios Concedidos</b>			<b>1.239.818</b>
<b>Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS</b>			5.492.393,59
(-) Contribuições do Ente			
(-) Contribuições dos Inativos			-1.209,72
(-) Contribuições dos Pensionistas			0,00
(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS			-455.391,52
(-) <b>Outras Deduções</b>			<b>-12.391,66</b>
(-) Vinculação de Imposto de Renda			<b>-4.862.891</b>
<b>Provisões de Benefícios a Conceder</b>			<b>-4.862.891</b>
<b>Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS</b>			<b>-811.687</b>
(-) Contribuições do Ente			6.298.210,84
(-) Contribuições dos Ativos			-4.282.584,20
(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS			-2.767.029,84
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira			-60.284,15
<b>Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário</b>			<b>1.890.995</b>
Ajuste do Resultado Atuarial Superavitário			1.890.995

FONTE: SEPLAG/CPREV

Nota: Provisões Matemáticas Previdenciárias relativas aos planos Financeiros (FUNAPREV e PREVMILITAR) e previdenciário PREVID.

**Tabela 138 - Provisões Matemáticas Previdenciárias do Fundo de Previdência Parlamentar FPP**

(R\$ milhares)	
Títulos	Valor
<b>Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo</b>	<b>171.794</b>
<b>Provisões de Benefícios Concedidos</b>	<b>125.379</b>
<b>Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS</b>	<b>143.854</b>
(-) Contribuições do Ente	0
(-) Contribuições dos Inativos	-17.810
(-) Contribuições dos Pensionistas	-665
(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	
(-) Outras Deduções	
(-) Vinculação de Imposto de Renda	
<b>Provisões de Benefícios a Conceder</b>	<b>46.415</b>
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS	88.087
(-) Contribuições do Ente	-15.310
(-) Contribuições dos Ativos	-26.361
(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	
<b>Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário</b>	
Ajuste do Resultado Actuarial Superavitário	

Fonte: FPP

Os fundos FUNAPREV e PREVMILITAR são Planos Financeiros. Já o PREVID e o FPP estão no Plano de Custeio Previdenciário.

Plano Financeiro: Sistema estruturado somente no caso de segregação da massa, no qual as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas vinculados são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo financeiro.

Plano Previdenciário: Sistema estruturado com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS, sendo o seu plano de custeio calculado atuarialmente, segundo os conceitos dos regimes financeiros de Capitalização, Repartição de Capitais de Cobertura e Repartição Simples, e em conformidade com as regras dispostas na legislação previdenciária.

## BP18 – Composição do Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é composto pelo Capital Social Realizado, Reserva de Reavaliaco e Resultados Acumulados.

Segue abaixo a composição dos resultados Acumulados

**Tabela 139 - Demonstrativo dos Resultados Acumulados**

(R\$ Milhares)

Título	Exercícios	
	2022	2021
<b>Superávits ou Déficits Acumulados</b>	<b>44.910.675</b>	<b>45.358.726</b>
Superávits ou Déficits do Exercício	4.828.462	1.652.688
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	45.358.726	43.045.210
Ajustes de Exercícios Anteriores	-5.276.513	660.829
<b>Lucros e Prejuízos Acumulados</b>	<b>-650.394</b>	<b>-599.267</b>
Lucros e Prejuízos do Exercício	3.639	-855
Lucros ou Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	-599.267	-595.428
Ajustes de Exercícios Anteriores	-54.766	-2.985
<b>Total</b>	<b>44.260.281</b>	<b>44.759.459</b>

FONTE: SEFAZ/CECOG

## BP19 – Superávit/Déficit Financeiro

O Balanço Patrimonial Consolidado do exercício de 2022 apresentou em seu ativo financeiro o montante de R\$ 10.535.349.814,87, enquanto o Passivo Financeiro totalizou R\$3.017.036.299,30. Assim, o Estado apresentou um superávit financeiro de R\$7.518.313.515,57. O Ativo Permanente totalizou um montante de R\$ 56.120.081.994,01, enquanto o Passivo Permanente totalizou R\$ 20.203.968.289,12. A Situação Patrimonial, evidenciada no Balanço Patrimonial Consolidado de 2021, foi positiva em R\$ 43.434.427.220,46.

**Tabela 140 - Demonstrativo do Cculo do Superávit Financeiro Consolidado**

(R\$ milhares)	
Título	Valor
111000000 - Caixa e Equivalente de Caixa	9.035.646
113119901 - Pendências a Regularizar - Obrigação	8.144
113119903 - Pendências a Regularizar - Adiantamentos Div Tesouro para Pagamentos de Obrigações	1.086
113119906 - Adiantamento Concedido Para Cobertura de Conta Bancária Com Recursos Bloqueados	72
113129901 - Pendências a Regularizar - Obrigação	4.409
113620101 - Contribuições Do RPPS a Receber - Patronal	35.085
113810601 - Numerário em Trânsito	9.285
113819908 - Fundo Estadual De Combate  Pobreza - FECOP	44.418
113819909 - Valores Sob Bloqueio Judicial	8.624
113819910 - Fundo Estadual De Equilíbrio Fiscal do Estado Do Ceará - FEEF	1.843
113820610 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	20.182
113820611 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	125
113820620 - Arrecadação a Receber - Desvinculação de Receitas do Estado (DRE)	24.264
113829902 - Arrecadação da DRE a Receber - Fora Do Sistema DAE	21
114412801 - Aplicações Financeiras e Investimentos de Curto Prazo - Fundo Em Capitalização	372.518
122312801 - Aplicações Financeiras e Investimentos de Longo Prazo - Fundo Em Capitalização	969.628
<b>Total do Ativo Financeiro</b>	<b>10.535.350</b>
Título	Valor
Passivo atributo F	1.785.547
631110101 - RP Não Processados a Liquidar	163.636
631710101 - RP Não Processados a Liquidar- Inscrição no Exercício	1.067.853
<b>Total do Passivo Financeiro</b>	<b>3.017.036</b>
<b>Superávit Financeiro</b>	<b>7.518.314</b>

FONTE: SEFAZ/CECOG

Na tabela que segue evidencia-se a composição do ativo e passivo financeiro, bem como o cáculo do superávit financeiro com base nas contas contábeis do Plano de Contas.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Pública MCASP, passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidades saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de servios. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei n 4.320/64, conforme observa-se no 3 do art. 105: " 3 O Passivo Financeiro compreender as dvidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária. Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se na tabela a seguir:



São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

A seguir temos a tabela de disponibilidade consolidada por fonte e subfonte de recursos.

**Tabela 141 - Demonstrativo do Superávit Financeiro Consolidado por Fonte**

Fontes de Recursos/Subfontes	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit Financeiro
1.00.00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.795.997.906,87	1.761.125.161,24	2.034.872.745,63
1.00.02 - RECURSOS ORDINÁRIOS PARA PROJETOS PRIORITÁRIOS	212.657.140,55	36.837.464,53	175.819.676,02
1.00.03 - RECURSOS ORDINÁRIOS - CIPP	7.583.672,99	0,00	7.583.672,99
1.00.05 - RECURSOS ORDINÁRIOS PARA O SISTEMA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	1.427.828,67	175.915,01	1.251.913,66
1.00.06 - DIVIDENDOS - CAGECE	1.723.947,31	144.214,29	1.579.733,02
1.00.07 - RECURSOS ORDINÁRIOS - CESSÃO ONEROSA - BÔNUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL	494.801,30	0,00	494.801,30
1.00.22 - AUXÍLIO FINANCEIRO ? OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS ? ART.5.º, INCISO V, EC N.º 123/2	18.447.883,75	0,00	18.447.883,75
1.00.51 - TRANSFERÊNCIA MUNIC�RIOS - ICMS	50.420.570,13	50.420.570,13	0,00
1.00.52 - TRANSFERÊNCIA FUNDEB MUNIC�RIOS - ICMS	12.605.143,73	12.605.143,73	0,00
1.00.53 - TRANSFERÊNCIA FUNDEB ESTADO - ICMS	37.815.429,18	37.815.429,18	0,00
1.00.54 - TRANSFERÊNCIA MUNIC�RIOS - IPVA	1.623.421,33	1.623.421,33	0,00
1.00.55 - TRANSFERÊNCIA FUNDEB MUNIC�RIOS - IPVA	405.851,67	405.851,67	0,00
1.00.56 - TRANSFERÊNCIA FUNDEB ESTADO - IPVA	405.851,67	405.851,67	0,00
1.00.57 - TRANSFERÊNCIA FUNDEB ESTADO - ITCD	2.915.246,19	2.915.246,19	0,00
1.00.63 - TRANSFERÊNCIA FUNDEB ESTADO - ICMS - PENALIDADE	248.311,71	248.311,71	0,00
1.00.65 - TRANSFERÊNCIA FUNDEB ESTADO - ITCD - PENALIDADE	103,72	103,72	0,00
1.01.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPA�O DOS ESTADOS	393.959.759,94	235.008.819,73	158.950.940,21
1.10.00 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	185.752.674,17	66.144.697,54	119.607.976,63
1.10.51 - TRANSFERÊNCIA FUNDEB ESTADO - ICMS - FECOP	11.104.426,36	11.104.426,36	0,00
1.10.52 - TRANSFERÊNCIA 80% - ICMS - FECOP	44.417.705,70	44.417.705,70	0,00
1.12.00 - ALIENA�O DE BENS e 3.12.00 - ALIENA�O DE BENS	5.806.430,51	0,00	5.806.430,51
1.36.00 - SEM DETALHAMENTO	578.365,13	151.210,00	427.155,13
1.44.00 - INDENIZAÇO PELA EXTRA�O DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	5.609.779,33	133.953,40	5.475.825,93
1.44.04 - CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL	4.661.365,04	0,00	4.661.365,04
2.03.00 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUI�O SOCIAL	1.078.907.949,98	3.722.972,53	1.075.184.977,45
2.04.00 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUI�O PATRONAL	549.747.676,57	5.713.970,34	544.033.706,23
2.05.00 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUI�O PARLAMENTAR	108.194.333,36	548.069,70	107.646.263,66
2.06.00 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUI�O PATRONAL PARLAMENTAR	28.653.964,62	34.510,93	28.619.453,69
2.07.00 - COTA-PARTE DA CONTRIBUI�O DO SALÁRIO-EDUCA�O	63.752.985,26	10.260.352,02	53.492.633,24
2.11.00 - COTA-PARTE DA CIDE	109.222,28	0,00	109.222,28
2.15.00 - DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPJ	76.385,21	0,00	76.385,21
2.16.00 - COMPENSA�O AMBIENTAL e 6.16.00 - COMPENSA�O AMBIENTAL	1.886.602,07	869.469,02	1.017.133,05
2.29.00 - RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	26.829.024,80	6.090.360,18	20.738.664,62
2.30.00 - SEM DETALHAMENTO	4.443.914,50	436.079,01	4.007.835,49
2.34.00 - RECURSOS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF	1.083.655.764,98	59.114.474,35	1.024.541.290,63
2.46.36 - OPERA�OES DE CRÉDITO INTERNAS - CPA C VLT - CEF	2.396.862,97	2.396.862,97	0,00
2.46.45 - OPERA�OES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOIRO/BNDES	1.848.406,32	799.685,31	1.048.721,01
2.46.49 - OPERA�OES DE CRÉDITO INTERNAS - LINHA LESTE/BNDES	49.986.911,83	11.359.003,34	38.627.908,49
2.46.56 - OPERA�OES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOIRO/CEF	3.611.650,98	3.010.382,42	601.268,56
2.48.40 - OPERA�OES DE CRÉDITO NÃO CONDICIONADA	282.113,19	0,00	282.113,19
2.48.49 - OPERA�OES DE CRÉDITO EXTERNAS - IFF/BIRD	20.656.359,79	4.992.890,05	15.663.469,74
2.48.57 - OPERA�OES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/KFW	18.005.873,88	1.619.154,35	16.386.719,53
2.48.58 - OPERA�OES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/BIRD	56.100.134,42	4.139.560,26	51.960.574,16
2.48.59 - OPERA�OES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/BID	68.012.980,35	49.280.594,32	18.732.386,03
2.48.64 - OPERA�OES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/FIDA	619.855,70	32.725,03	587.130,67
2.48.65 - OPERA�OES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/CAF	7.458.143,06	2.611.421,31	4.846.721,75
2.48.69 - OPERA�OES DE CRÉDITO EXTERNAS - PforR	3.053.378,09	0,00	3.053.378,09
2.50.00 - RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	91.867.690,17	11.679.617,71	80.188.072,46
2.51.00 - COMPLEMENTA�O DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	137.669.917,22	56.445.444,93	81.224.472,29
2.70.00 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.189.860.933,24	327.112.324,34	862.748.608,90
2.70.01 - RECURSOS PROVENIENTES DO MECENATO	539.023,65	0,00	539.023,65
2.70.02 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS - MULTAS DE TRÂNSITO	26.698.593,59	14.013.193,16	12.685.400,43
2.73.01 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - ALIMENTA�O ESCOLAR	18.499.337,96	9.056.848,49	9.442.489,47
2.73.02 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - TRANSPORTE ESCOLAR	863.555,68	105.740,13	757.815,55
2.73.03 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - OUTRAS	188.369.038,98	22.717.049,70	165.651.989,28
2.76.00 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	60.417.996,71	1.646.314,84	58.771.681,87
2.79.00 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	5.833.513,65	0,35	5.833.513,30
2.80.80 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRA�O DIRETA	32.162,09	0,00	32.162,09
2.80.81 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRA�O INDIRETA	1.395,61	0,00	1.395,61
2.82.82 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRA�O DIRETA	454.951.009,25	22.018.918,99	432.932.090,26
2.82.83 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRA�O INDIRETA	39.563.049,64	7.552.233,72	32.010.815,92
2.86.86 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRA�O DIRETA	8.322.951,70	731.161,65	7.591.790,05
2.86.87 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRA�O INDIRETA	6.895.264,79	1.454.615,15	5.440.649,64
2.88.88 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRA�O DIRETA	62.832,09	0,00	62.832,09
2.88.89 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRA�O INDIRETA	14.015.669,20	501.970,31	13.513.698,89
2.91.00 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	212.861.015,67	98.859.653,17	114.001.362,50
2.92.00 - REPASSE FUNDO A FUNDO - FNAS	3.132.797,42	45.674,72	3.087.122,70
2.92.01 - REPASSE FUNDO A FUNDO - FUNFEN	26.425.713,18	5.981.562,79	20.444.150,39
2.92.02 - REPASSE FUNDO A FUNDO - FET	1.859.487,44	0,00	1.859.487,44
2.92.03 - REPASSE FUNDO A FUNDO - FNSP	70.256.074,40	8.397.940,58	61.858.133,82
2.92.04 - REPASSE FUNDO A FUNDO - Auxilio ao Setor Cultural - Aldir Blanc	1.396.680,38	0,00	1.396.680,38
<b>Total</b>	<b>10.535.349.814,87</b>	<b>3.017.036.299,30</b>	<b>7.518.313.515,57</b>

Fonte: SEFAZ/CEOCG

As fontes de recursos 00 – Recursos ordinários e 01 – Cota-Parte dos Fundo de Participação dos Estado Recursos FPE são recursos ordinários de livre aplicação e são analisadas no conjunto quanto ao déficit/superávit,  exceção da subfonte 1.00.08 Recursos Ordinários Auxílio Financeiro para a Saúde e Assistência Social, oriunda de transferências pelo Governo Federal no âmbito do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), LC 173/2020, e que portanto tem aplicação vinculada à área de Saúde e Assistência Social.

A subfonte 00.02 foi criado pelo decreto n 32.318, de 25 de agosto de 2017, e se constitui em uma espécie de reserva financeira para investimentos em projetos prioritários do governo. A origem dos recursos da fonte 00.02 são recursos arrecadados nas fontes 00 e 01.

**Tabela 142 - Demonstrativo do Superávit Financeiro Consolidado por Poder por Fonte e Detalhamento de Fonte**

R\$1,00

Fontes de Recursos/Subfontes	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit Financeiro
<b>PODER LEGISLATIVO</b>			
1.00.00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	24.987.295,73	49.751.615,97	-24.764.320,24
1.01.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	0,00	4.163.574,72	-4.163.574,72
1.12.00 - ALIENAÇÃO DE BENS e 3.12.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00
2.03.00 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00
2.05.00 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	108.194.333,36	548.069,70	107.646.263,66
2.06.00 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	28.653.964,62	34.510,93	28.619.453,69
2.48.49 - OPERAOES DE CRÉDITO EXTERNAS - IFF/BIRO	0,00	2.366.204,95	-2.366.204,95
2.48.58 - OPERAOES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/BIRO	0,00	736.231,61	-736.231,61
2.70.00 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>161.835.593,71</b>	<b>57.600.207,88</b>	<b>104.235.385,83</b>
<b>PODER JUDICIÁRIO</b>			
1.00.00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	416.008.311,41	438.233.660,89	-22.225.349,48
1.01.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	0,00	417.736,92	-417.736,92
1.12.00 - ALIENAÇÃO DE BENS e 3.12.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	1.738.215,47	0,00	1.738.215,47
2.15.00 - DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPU	76.385,21	0,00	76.385,21
2.29.00 - RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	21.022.844,74	284.180,12	20.738.664,62
2.48.59 - OPERAOES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/BID	0,00	952.040,88	-952.040,88
2.70.00 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	255.314.079,51	32.590.977,48	222.723.102,03
<b>Total</b>	<b>694.159.836,34</b>	<b>472.478.596,29</b>	<b>221.681.240,05</b>
<b>MINISTÉRIO PUBLICO</b>			
1.00.00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	47.166.570,84	35.865.146,78	11.301.424,06
1.01.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	0,00	0,00	0,00
1.12.00 - ALIENAÇÃO DE BENS e 3.12.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	183.556,97	0,00	183.556,97
2.70.00 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	73.574.492,50	10.224.155,29	63.350.337,21
2.82.82 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	188.085,44	88.259,98	99.825,46
2.88.88 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	62.832,08	0,00	62.832,08
<b>Total</b>	<b>121.175.537,83</b>	<b>46.177.562,05</b>	<b>74.997.975,78</b>
<b>DEFENSORIA</b>			
1.00.00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	120.310,38	1.572.504,81	-1.452.194,43
1.01.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	0,00	59.079,90	-59.079,90
1.12.00 - ALIENAÇÃO DE BENS e 3.12.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00
2.46.45 - OPERAOES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOIRO/BNDES	0,00	799.685,31	-799.685,31
2.70.00 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	9.589.007,52	1.062.977,99	8.526.029,53
2.82.82 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	9.249,67	0,00	9.249,67
<b>Total</b>	<b>9.718.567,57</b>	<b>3.494.248,01</b>	<b>6.224.319,56</b>

R\$1,00

Fontes de Recursos/Subfontes	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit Financeiro
<b>PODER EXECUTIVO</b>			
1.00.00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.307.715.418,51	1.235.702.232,79	2.072.013.185,72
1.00.02 - RECURSOS ORDINÁRIOS PARA PROJETOS PRIORITÁRIOS	212.657.140,55	36.837.464,53	175.819.676,02
1.00.03 - RECURSOS ORDINÁRIOS - CIPP	7.583.672,99	0,00	7.583.672,99
1.00.04 - RECURSOS ORIUNDOS DA CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL/BECC	0,00	0,00	0,00
1.00.05 - RECURSOS ORDINÁRIOS PARA O SISTEMA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	1.427.828,67	175.915,01	1.251.913,66
1.00.06 - DIVIDENDOS - CA GECE	1.723.947,31	144.214,29	1.579.733,02
1.00.07 - RECURSOS ORDINÁRIOS - CESSÃO ONEROSA - BÔNUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL	494.801,30	0,00	494.801,30
1.00.22 - AUXÍLIO FINANCEIRO ? OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS ? ART.5, INCISO V, EC N 123/2022	18.447.883,75	0,00	18.447.883,75
1.00.51 - TRANSFERÊNCIA MUNICRIOS - ICMS	50.420.570,13	50.420.570,13	0,00
1.00.52 - TRANSFERÊNCIA FUNDEB MUNICRIOS - ICMS	12.605.143,73	12.605.143,73	0,00
1.00.53 - TRANSFERÊNCIA FUNDEB ESTADO - ICMS	37.815.429,18	37.815.429,18	0,00
1.00.54 - TRANSFERÊNCIA MUNICRIOS - IPVA	1.623.421,33	1.623.421,33	0,00
1.00.55 - TRANSFERÊNCIA FUNDEB MUNICRIOS - IPVA	405.851,67	405.851,67	0,00
1.00.56 - TRANSFERÊNCIA FUNDEB ESTADO - IPVA	405.851,67	405.851,67	0,00
1.00.57 - TRANSFERÊNCIA FUNDEB ESTADO - ITCO	2.915.246,19	2.915.246,19	0,00
1.00.63 - TRANSFERÊNCIA FUNDEB ESTADO - ICMS - PENALIDADE	248.311,71	248.311,71	0,00
1.00.65 - TRANSFERÊNCIA FUNDEB ESTADO - ITCO - PENALIDADE	103,72	103,72	0,00
1.01.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	393.959.759,94	230.368.428,19	163.591.331,75
1.10.00 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	185.752.674,17	66.144.697,54	119.607.976,63
1.10.51 - TRANSFERÊNCIA FUNDEB ESTADO - ICMS - FECOP	11.104.426,36	11.104.426,36	0,00
1.10.52 - TRANSFERÊNCIA 80% - ICMS - FECOP	44.417.705,70	44.417.705,70	0,00
1.12.00 - ALIENAÇÃO DE BENS e 3.12.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	3.884.658,07	0,00	3.884.658,07
1.36.00 - SEM DETALHAMENTO	578.365,13	151.210,00	427.155,13
1.44.00 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRLIO, XISTO E GÁS	5.609.779,33	133.953,40	5.475.825,93
1.44.04 - CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL	4.661.365,04	0,00	4.661.365,04
2.03.00 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.078.907.949,98	3.722.972,53	1.075.184.977,45
2.04.00 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	549.747.676,57	5.713.970,34	544.033.706,23
2.07.00 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	63.752.985,26	10.260.352,02	53.492.633,24
2.11.00 - COTA-PARTE DA CIDE	109.222,28	0,00	109.222,28
2.16.00 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL e 6.16.00 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	1.886.602,07	869.469,02	1.017.133,05
2.29.00 - RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	5.806.180,06	5.806.180,06	0,00
2.30.00 - SEM DETALHAMENTO	4.443.914,50	436.079,01	4.007.835,49
2.34.00 - RECURSOS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF	1.083.655.764,98	59.114.474,35	1.024.541.290,63
2.46.36 - OPERAOES DE CRÉDITO INTERNAS - CPC VLT - CEF	2.396.862,97	2.396.862,97	0,00
2.46.45 - OPERAOES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BNDES	1.848.406,32	0,00	1.848.406,32
2.46.49 - OPERAOES DE CRÉDITO INTERNAS - LINHA LESTE/BNDES	49.986.911,83	11.359.003,34	38.627.908,49
2.46.56 - OPERAOES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/CEF	3.611.650,98	3.010.382,42	601.268,56
2.48.40 - OPERAOES DE CRÉDITO NÃO CONDICIONADA	282.113,19	0,00	282.113,19
2.48.49 - OPERAOES DE CRÉDITO EXTERNAS - IPF/BIRD	20.656.359,79	2.626.685,10	18.029.674,69
2.48.57 - OPERAOES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/KFW	18.005.873,88	1.619.154,35	16.386.719,53
2.48.58 - OPERAOES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD	56.100.134,42	3.403.328,65	52.696.805,77
2.48.59 - OPERAOES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BID	68.012.980,35	48.328.553,44	19.684.426,91
2.48.64 - OPERAOES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/FIDA	619.855,70	32.725,03	587.130,67
2.48.65 - OPERAOES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/CAF	7.458.143,06	2.611.421,31	4.846.721,75
2.48.69 - OPERAOES DE CRÉDITO EXTERNAS - PforR	3.053.378,09	0,00	3.053.378,09
2.50.00 - RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	91.867.690,17	11.679.617,71	80.188.072,46
2.51.00 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	137.669.917,22	56.445.444,93	81.224.472,29
2.70.00 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	851.383.353,71	283.234.213,58	568.149.140,13
2.70.01 - RECURSOS PROVENIENTES DO MECENATO	539.023,65	0,00	539.023,65
2.70.02 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS - MULTAS DE TRÂNSITO	26.698.593,59	14.013.193,16	12.685.400,43
2.73.01 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	18.499.337,96	9.056.848,49	9.442.489,47
2.73.02 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - TRANSPORTE ESCOLAR	863.555,68	105.740,13	757.815,55
2.73.03 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - OUTRAS	188.369.038,98	22.717.049,70	165.651.989,28
2.76.00 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	60.417.996,71	1.646.314,84	58.771.681,87
2.79.00 - TRANSFERÊNCIAS A O FUNDO DE DEFESA CIVIL	5.833.513,65	0,35	5.833.513,30
2.80.80 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	32.162,09	0,00	32.162,09
2.80.81 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.395,61	0,00	1.395,61
2.82.82 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	454.753.674,14	21.930.659,01	432.823.015,13
2.82.83 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	39.563.049,64	7.552.233,72	32.010.815,92
2.86.86 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	8.322.951,70	731.161,65	7.591.790,05
2.86.87 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	6.895.264,79	1.454.615,15	5.440.649,64
2.88.88 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,01	0,00	0,01
2.88.89 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	14.015.669,20	501.970,31	13.513.698,89
2.91.00 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	212.861.015,67	98.859.653,17	114.001.362,50
2.92.00 - REPASSE FUNDO A FUNDO - FNAS	3.132.797,42	45.674,72	3.087.122,70
2.92.01 - REPASSE FUNDO A FUNDO - FUNPEN	26.425.713,18	5.981.562,79	20.444.150,39
2.92.02 - REPASSE FUNDO A FUNDO - FET	1.859.487,44	0,00	1.859.487,44
2.92.03 - REPASSE FUNDO A FUNDO - FNSP	70.256.074,40	8.397.940,58	61.858.133,82
2.92.04 - REPASSE FUNDO A FUNDO - Auxílio ao Setor Cultural - Aldir Blanc	1.396.680,38	0,00	1.396.680,38
<b>Total</b>	<b>9.548.460.279,42</b>	<b>2.437.285.685,07</b>	<b>7.111.174.594,35</b>
<b>Total Geral</b>	<b>10.535.349.814,87</b>	<b>3.017.036.299,30</b>	<b>7.518.313.515,57</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

### 6.3.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

#### DV01 Evidenciação Facultativa do Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas da DVP

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP, em sua 6<sup>a</sup> edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional n 700, de 10 de dezembro de 2014, apresentou algumas alterações na estrutura das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. No que tange às alterações referente à Demonstração das Variações Patrimoniais DVP, o manual passou a considerar facultativo a evidenciação do Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas, um dos anexos da DVP, para fins de consolidação a partir do exercício de 2015. Em vista disso, optou-se por não evidenciar mais esse quadro complementar a partir do exercício de 2017, pois as informações que eram apresentadas sobre a execução de despesas orçamentárias que causam variações qualitativas no patrimônio do estado estão disponíveis no Balanço Orçamentário BO e seus quadros anexos.

#### DV02 Reavaliação de Bens

A reavaliação dos bens realiza-se quando o valor justo apresenta diferença significativa em realização ao valor contábil de um ativo, possibilitando que haja aumento ou diminuiço no valor contábil de um bem.

**Tabela 143 - Demonstrativo de Reavaliações Positivas**

(R\$ 1,00)

Especificação	Valor	%
Reavaliação de Bens Imóveis	372.647.408,49	99,04
Reavaliação de Bens Móveis	3.584.077,10	0,95
<b>Total</b>	<b>376.231.485,59</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

No exercício atual, dos bens que apresentaram reavaliação positiva, os bens imóveis contribuíram com 99,04% do valor total das reavaliações que resultaram em aumento no valor contábil dos bens.

Conforme tabela a seguir, a Secretaria do Esporte e Juventude Educação e o Departamento Estadual do Trânsito foram responsáveis pela parcela mais significativa dosrgos que apresentaram reavaliação positiva dos seus bens.

**Tabela 144 - Demonstrativo de Reavaliações Positivas por Órgão**

(R\$ 1,00)

Órgãos	Valor
010001-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	7.844.551
060001-DEFENSORIA PUBLICA GERAL	12.059.733
080301-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	80.522.931
190001-SECRETARIA DA FAZENDA	38.975.093
420001-SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE DO ESTADO DO CEARÁ	232.947.940
460101-INSTITUTO DE SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARA	297.160
<b>Total</b>	<b>372.647.408</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

**Tabela 145 - Demonstrativo de Reavaliações Negativas**

(R\$ 1,00)

Especificaço	Valor	%
Reavaliaço de Bens Imóveis	51.361.448	60,02
Reavaliaço de Bens móveis	34.200.443	39,97
<b>Total</b>	<b>85.561.891</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

No que se refere à reavaliaço negativa, os bens imóveis também apresentaram a maior representatividade, correspondendo a 60,02% dos bens que reduziram o valor contábil.

**Tabela 146 - Demonstrativo de Reavaliações Negativa por Órgão**

(R\$ 1,00)

Órgãos	Valor
010001-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1.695.600
080301-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	1.425.606
100001-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL	11.270.387
190001-SECRETARIA DA FAZENDA	19.042.101
460101-INSTITUTO DE SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARA	742.692
190001-SECRETARIA DA FAZENDA	24.057
081401-SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	2.253.087
100001-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL	6.775.831
310301-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	1.599.102
460301-INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATEGIA ECONOMICA DO CEARA	229
470001-SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DH	40.733.200
<b>Total</b>	<b>85.561.891</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

Conforme tabela, a Secretaria da Proteço Social (SPS) e a Secretaria da Fazenda foram responsáveis pela parcela mais significativa dos órgãos que apresentaram reavaliaço negativa dos seus bens.

### DV03 Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

O grupo Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas compreende a Compensação Financeira Entre RGPS/RPPS, as Multas Administrativas, as Indenizações e Restituições e as Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos, conforme tabela abaixo:

**Tabela 147 - Demonstrativo das Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas**

(R\$ 1,00)	
Conta contábil	Valor
<b>499000000 - DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.663.999.539</b>
499500000 - MULTAS ADMINISTRATIVAS	284.899.497
499600000 - INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	455.638.127
499900000 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	923.461.914
<b>Total</b>	

Fonte: SEFAZ

As Variações Patrimoniais Aumentativas decorrentes de fatos geradores diversos representa a maior parte do total das Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas. Na tabela a seguir apresenta o detalhamento desse item.

**Tabela 148 - Detalhamento de VPA Fatos Geradores Diversos**

(R\$ 1,00)	
Conta contábil	Valor
499510101 - Multas Previstas na Legislaço Defesa dos Direitos Difusos	7.022.756
499510102 - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	915.685
499510104 - Multas de Obrigações Acessórias	107.443.445
499510106 - Multas Aplicadas pela ARCE	189.021
499510107 - Outras Multas	8.472
499510301 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO DE TRANSITO	151.771.087
499510302 - MULTAS DECORRENTES DE OPERAÇÕES DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS E CARGAS	4.569.421
499511301 - MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATO	4.831.112
499511401 - MULTA PREVISTA NA LEGISLACAO TRIBUTARIA	421.719
499511501 - MULTAS PREVISTAS CODIGO DE DEFESA CONSUMIDOR	8.252.028
499512101 - MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	4.148.458
499512102 - Multas por Infração a Legislaço de Recursos Hídricos	5.488
499512501 - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	862.645
499512502 - Multas do TCM-CE	7.478
499514901 - Multa por Não Uso de Máscara - Lei 17.261/2020	2.836
499519701 - (-)DEDUÇÕES MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDAÇÃO	-5.552.154
499610102 - Compensação Ambiental	10.556.312
499610104 - Saldo de Exercícios Anteriores	438.191
499610105 - Indenizaço por Descumprimento de Termo de Apreensão e Depósito	9.616
499610106 - Ressarcimento	5.996.528
499610109 - Indenizaço por Sinistro	267.739

499610199 - Outras Indenizações	586.071
499610203 - Restituições de Folha de Pagamento	3.505.515
499610204 - Restituições de Vale- Transporte	3.702.728
499610205 - Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	30.559
499610206 - Restituições de Convênios	37.360.272
499610207 - Restituições de Valores Não Aplicados pelo Suprido de Exercícios Anteriores	52.641
499610209 - Restituição e Repetição de Indébito	209.702
499610210 - Devolução de Diárias	152.075
499610299 - Restituições Diversas	20.315.309
499610302 - Participação nos Encargos do FDI - Diferido	47.267.756
499610303 - Receita sobre Programa de Sementes	1.539.514
499610304 - Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	12.452.330
499610305 - VPA Decorrente de Alienação de Bens em Leilão	13.132.684
499610306 - Ressarcimento por Regularização de Domínio/Regularização Fundiária	269.122
499610311 - Ressarcimento pela Manutenção de Condenados da Justiça	957.366
499619701 - (-)DEDUÇÕES MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDAÇÃO	-1.860.114
499619702 - (-)DEDUÇÕES DE RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS - CONSOLIDAÇÃO	-115.808
499619799 - (-)DEDUÇÕES DE RESTITUIÇÕES DIVERSAS - CONSOLIDAÇÃO	-1.773.064
499620202 - Repasse FASSEC	11.946.962
499620203 - Compensação pela Transferência de Riscos Previdenciários	225.063.059
499620204 - Complementação - CEFIC	25.618.400
499620302 - Ressarcimento de Pessoal Cedido	3.006.800
499630302 - Ressarcimento de Pessoal Cedido	32.294.472
499650302 - Ressarcimento de pessoal cedido - INTER-OFSS MUNICÍPIO	2.655.391
499910101 - VPA de Honorários de Advogados	4.525
499910102 - Incorporação de Bens Móveis	6.740.128
499910103 - VPA com Compensações Ambiental - Recebimento de Bens	6.076
499910104 - Incorporação de Bens Móveis - Decorrentes de Sentenças Judiciais	338.324
499910188 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	11.475.056
499910189 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS	7.216.744
499910190 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS IMÓVEIS	107.640.455
499911799 - OUTRAS RESTITUIÇÕES	46.734.498
499912701 - Doações em Dinheiro	17.798.199
499912702 - Outras Receitas FECOP	707.131
499912707 - Receita de Spread sobre Rendimentos de Depósitos Judiciais	15.116.892
499912711 - Receitas do FEEF	11.482.732
499919701 - (-) Deduções de Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-5.979.855
499919901 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.743.962
499919902 - VPA ONUS DE SUCUMBENCIA	3.724.232
499919997 - RESTITUIÇÃO DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.027
499919998 - DEVOLUÇÃO DE DIÁRIAS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	538
499919999 - DEMAIS RECEITAS	126
499920102 - Superávit Financeiro das Autarquias	245.091.558
499920103 - VPA com Transferência de Ativos	24.148.807
499920104 - VPA com Transferência de Passivos	107.937.027
499920105 - VPA com Baixa de Passivos Decorrentes de Apropriação pela DRE	284.374.992
499920107 - VPA da Economia em Acordos Judiciais e Administrativos	12.973.693
499920201 - VPA de crédito do FDI - PROAPI	23.185.050
<b>Total</b>	<b>1.663.999.539</b>



---

Fonte: SEFAZ

Do total do grupo Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos, a maior parte é representada pela VPA com Baixa de Passivos Decorrentes de Apropriação pela DRE.

#### DV04 Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

O grupo Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas é representado conforme abaixo:

Tabela 149 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

Conta contábil	(R\$ milhares) Valor
399610101 - INDENIZAÇÕES	263.949
399610102 - RESTITUIÇÕES	4.584
399610103 - RESSARCIMENTOS	1.529
399610104 - Compensação aos Registradores Civis	27.212
399610105 - Devoluções de Saldos de Convênios	126
399610106 - Indenizações - Aporte Financeiro ao Garantia Safra	16.598
399610107 - Atualização Monetária de Valores Restituídos	4
399610108 - Honorários de Adesão	6.865
399610110 - Outras Indenizações e Restituições	23.547
399620101 - INDENIZAÇÕES	180
399620102 - RESTITUIÇÕES	42.590
399620103 - Repasse FUNPECE/PGE - LC 70/208	12.974
399620105 - Devoluções de Saldos de Convênios	193
399630101 - INDENIZAÇÕES	949
399630102 - RESTITUIÇÕES	1.708
399630105 - Devoluções de Saldos de Convênios	2.149
399650101 - INDENIZAÇÕES	0
399650105 - Devoluções de Saldos de Convênios	3
399919901 - Sentenças Judiciais de Pequeno Valor	578
399919902 - Sentenças Judiciais - Tratamentos Mdicos\Medicamentos	2.419
399919903 - Decisões Judiciais - Honorários Advocatcios\nus da Sucumbência	2.422
399919904 - Precatorios de Pequeno Valor	97.872
399919905 - Sentenças Judiciais Diversas	937
399919906 - VPD Decorrente da Baixa de Bens Alienados - Leilao	615
399919908 - VPD Decorrente da desincorporação Bens Imóveis	1.469
399919909 - VPD - Decorrente da desincorporação Bens Móveis	112
399919911 - VPD - Decorrente da desincorporação de despesas incorporadas indevidamente em investimentos de capital a incorporar	1.005.158
399919998 - VPD DE AJUSTES DIVERSOS	22
399920102 - VPD com Transferencia de Ativos	115.114
399920105 - VPD com Baixa de Ativos Decorrentes de Apropriação pela DRE	284.375
399920107 - VPD de baixa de ativo FDI- PROAPI	9.971
399939902 - Sentenças Judiciais - Tratamentos Mdicos\Medicamentos	5.087
399939904 - Precatorios de Pequeno Valor	14.087
<b>Total</b>	<b>1.945.398</b>

Fonte: Sefaz/Cecog

Do total do grupo Variações Patrimoniais Diminutivas decorrentes de fatos geradores diversos, maior parte é composta por transferências de ativos, transferência de passivo, baixa de bens por doação, transferência ou alienação de bens em leilão, sentenças judiciais, participação nos encargos do FDI, e apropriação de receitas fora do sistema DAE e desincorporação de bens dos fundos, sendo este o subgrupo de maior representatividade. Embora agregado no grupo Diversos, a escrituração ocorre em contas contábeis específicas, de modo a especificar a variação ocorrida, conforme tabela abaixo:

**Tabela 150 - Detalhamento de VPD Fatos Geradores Diversos**

Conta contábil	Valor
399919901 - Sentenças Judiciais de Pequeno Valor	578
399919902 - Sentenças Judiciais - Tratamentos Mdicos\Medicamentos	2.419
399919903 - Decisões Judiciais - Honorários Advoccios\nus da Sucumbência	2.422
399919904 - Precatorios de Pequeno Valor	97.872
399919905 - Sentenças Judiciais Diversas	937
399919906 - VPD Decorrente da Baixa de Bens Alienados - Leilao	615
399919908 - VPD Decorrente da desincorporação Bens Imóveis	1.469
399919909 - VPD - Decorrente da desincorporação Bens Móveis	112
399919911 - VPD - Decorrente da desincorporação de despesas incorporadas indevidamente em investimentos de capital a incorporar	1.005.158
399919998 - VPD DE AJUSTES DIVERSOS	22
399920102 - VPD com Transferencia de Ativos	115.114
399920105 - VPD com Baixa de Ativos Decorrentes de Apropriação pela DRE	284.375
399920107 - VPD de baixa de ativo FDI- PROAPI	9.971
399939902 - Sentenças Judiciais - Tratamentos Mdicos\Medicamentos	5.087
399939904 - Precatorios de Pequeno Valor	14.087
<b>Total</b>	<b>1.540.237</b>

Fonte: SEFAZ

Essas situações de concentração de valor no grupo diversos ocorre por falta de níveis específicos no Plano de Contas Nacional e devido a características das transações realizadas.

Como os Entes Públicos não têm autonomia para criar níveis no plano de contas para atender suas especificidades, cria-se detalhamento por meio de contas contábeis de modo identificar e individualizar a transação.

### 6.3.5 Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

#### DF01 – Composição das Movimentações de Restos a Pagar Processados e Não Processados Evidenciados na Dívida Flutuante do Estado:

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados são: inscrição, pagamento e cancelamento de Restos a Pagar. As tabelas abaixo apresentam o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas no exercício atual no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado:

**Tabela 151 - Demonstrativo das Movimentações de Restos a Pagar não Processados da Dívida Flutuante do Estado**

(R\$ milhares)

Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Saldo em 31/12/2022
Movimentação por Pagamento - (631410100)	1.553.423
Movimentação por Cancelamento - (631990101)	258.284
<b>Total</b>	<b>1.811.707</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

**Tabela 152 - Demonstrativo das Movimentações de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante do Estado**

(R\$ milhares)

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2022
Movimentação por Pagamento - 632210101	248.393
Movimentação por Cancelamento - 632990101	4.814
<b>Total</b>	<b>253.207</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

## DF02 Composição da Linha Depositos de Diversas Origens

A tabela abaixo apresenta detalhadamente a composição do saldo dos Depositos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado:

**Tabela 153 - Demonstrativo da composição de depositos de diversas origens**

(R\$ milhares)						
Código da Conta	Título da Conta	Saldo do exercício anterior	Inscrição	Pagamento	Cancelamento	Saldo para o exercício seguinte
215150101	Distribuição de ICMS aos Municípios	0	4.276.416	4.225.995	0	50.421
215150102	Distribuição de ICMS aos Municípios - EC 123/2022	0	7.784	7.784	0	0
215150201	Distribuição de IPVA aos Municípios	0	843.097	841.474	0	1.623
215150301	Transferência do IPI Exportação aos Municípios	0	15.577	15.577	0	0
215159902	Repartição da Cota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0	8.507	8.507	0	0
215159904	Repartição da Indenização de Extração de Petróleo, Xisto e Gaz	0	830	830	0	0
218810301	Depositos Recebidos Por Determinação Judicial - Terceiros	256.508	37.594	115.565	0	178.536
218810302	Depositos Para Recursos Judiciais	0	1.800	1.800	0	0
218810391	Depositos Judiciais - Entes Públicos	140.967	20.560	66.799	0	94.728
218810395	Fianas Criminais	123.659	21.332	2.780	0	142.211
218810401	Depositos e Cauoes	9.527	1.457	1.344	0	9.640
218810403	Depositos de Terceiros	49.786	634.768	631.153	0	53.401
218819801	Honorários de Sucumbência - PGE	518	2.886	2.182	0	1.222
218819802	Encargos sobre a Dívida Ativa - PGE	1.293	7.506	6.034	0	2.765
218819803	Honorários de Adesão a Programas de REFIS - PGE	0	15.720	12.348	0	3.373
218819902	Fornecedores\ Credores Pagos P. OB	0	6.747.950	6.747.934	0	16
218819906	Restitucoes de Receitas a Pagar	0	102.317	101.207	0	1.110
218819907	Mercadorias Recebidas em Consignação	14	753	756	0	11
218819915	Contribuioes Previdenciárias de Servidores Cedidos	251	19	0	0	270
218819916	Honorários Advoctcios	34	0	0	0	34
218819917	Taxa da Loteria Estadual	431	0	0	0	431
218819918	Multas do Funpece	23	6	0	0	28
218819919	Restitucao de Multas Pecuniárias do FDS	78	9	0	0	86
218819920	Receitas de Capital Diversas	1.113	0	0	0	1.113
218819996	Cheque-Salário - Folha	742.323	11.059.294	10.938.012	0	863.604
218819999	Outros Valores Restituíveis	76	5.042	3.800	0	1.317
218820403	Depositos de Terceiros	471	57.256	3.160	0	54.567
218821201	Arrecadação da DRE a Repassar - Fora do Sistema DAE	40.458	49	40.487	0	21
218830403	Depositos De Terceiros	0	48	0	0	48
218839906	Restitucoes de Receitas a Pagar	20	0	0	0	20
218839908	Imposto Sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF - Extraoramentrio	0	1.564	1.564	0	0
218859905	Retenção - Fundeb Municípios - ICMS	0	895.243	882.638	0	12.605
218859906	Retenção - Fundeb Municípios - IPVA	0	150.713	150.307	0	406
218859907	Retenção - Fundeb Municípios - IPI/Exportaoes	0	3.578	3.578	0	0
218859910	Retenção - Fundeb Municípios - ICMS - Ec 123/2022	0	1.557	1.557	0	0
218919802	Receitas a Classificar	5.578	23.987.241	23.982.725	0	10.094
218919803	Avais, Fianas e Garantias a Pagar	0	32.981	32.981	0	0
218919812	Adiantamento Recebido para cobertura de conta bancária com recursos	0	131	58	0	72
218919814	Fundo Estadual de Equilrio Fiscal do Estado do Ceará - FEEF	0	13.348	11.504	0	1.843
218919819	Fundo Estadual De Combate  Pobreza - FECOP	0	740.257	695.839	0	44.418
218919822	Adiantamentos Diversos Recebidos - Antecipcao do Tesouro	2.629	0	1.543	0	1.086
218929803	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	29.757	1.903.850	1.913.426	0	20.182
218929804	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	88	19.475	19.438	0	125
218929820	Arrecadação a Repassar - Desvinculação De Receitas do Estado (DRE)	0	185.659	161.395	0	24.264
218940101	Fundo De Manut. Des. Da Educ. Básica-Fundeb	0	5.378.243	5.325.754	0	52.489
218940199	Fundo De Manut. Des. Da Educ. Básica- Fundeb - Saldos S2GPR	67.676	13.163	80.838	0	0
632830102	Consignaoes RPP - NE < 2022 - CANCELADOS	0	0	0	740	-740
532810101	Consignaoes RPP - CE < 2022	51.698	0	0	0	51.698
632810102	Execução Consignaoes RPP - CE < 2022 - PAGOS	0	0	50.691	0	-50.691
<b>Total</b>		<b>1.524.976</b>	<b>57.195.576</b>	<b>57.091.364</b>	<b>740</b>	<b>1.628.448</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

### **DF03 Inscrição de Restos a Pagar Processados**

A inscrição dos restos a pagar processados considera o valor das consignações retidas e não pagas financeiramente. Desta forma os restos a pagar processados são compostos pelas contas contábeis 632110101 – RP Processados a Pagar, 632710101 RP Processados – Inscrição no Exercício e 632710102 – Restos a pagar Processados Saldo Retenção

### **DF04 Inscrição de Restos a Pagar Não Processados**

A inscrição dos restos a pagar processados considera o valor das contas contábeis 631110101 - RP Não Processados a Liquidar, 631310101 - RP Não Processados Liquidados a Pagar, 631310102 - RP Não Processados Retidos a Pagar, 631710101 - RP Não Processados a Liquidar- Inscrição no Exercício e 631720101 - RP Não Processados em Liquidação – Inscrição no Exercício.

### 6.3.6 Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

#### DFC01 Critérios Utilizados na Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos e de financiamento.

Os ingressos dos fluxos das operações compreendem as receitas arrecadadas pelo seu valor líquido (6212 Receita Realizada (-) 6213 Deduções da receita orçamentária) relativas às atividades operacionais, as transferências recebidas e os outros ingressos operacionais.

Já os desembolsos das operações evidenciam as despesas pagas (6221304 + 6314 + 6322+ 632810102) relativas às atividades operacionais, as transferências concedidas e os outros desembolsos operacionais.

Os ingressos dos fluxos das atividades de investimento compreendem as receitas arrecadadas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos de investimento referem-se às despesas pagas com aquisição de ativos não circulantes, as concessões de empréstimos e financiamentos; e outros desembolsos de investimentos.

Por sua vez, nos ingressos das atividades de financiamento são evidenciadas as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes. Nos desembolsos evidencia-se as despesas pagas com amortização e refinanciamento da dívida.

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa representa a soma dos três fluxos de caixa e a variação do caixa e equivalente de caixa corresponde a diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa (111) do exercício de referência.

A conciliação contábil-financeira evidencia os ajustes nas contas de caixa que representam entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária. Por sua vez, a variação do caixa e equivalente de caixa ajustado apresenta-se como o somatório da variação do caixa e equivalente de caixa com a conciliação contábil-financeira.

## DFC02 Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais

A tabela abaixo evidencia a composição dos “Ingressos de Valores Restituíveis” que compo o Quadro dos Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis 2188Valores Restituíveis:

**Tabela 154 - Demonstrativo dos Ingressos de Valores Restituíveis – Consolidado**

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
218810301	Depósitos Recebidos por Determinação Judicial - Terceiros	37.594
218810302	Depósitos Para Recursos Judiciais	1.800
218810391	Depósitos Judiciais - Entes Públicos	20.560
218810395	Fianças Criminais	21.332
218810401	Depósitos e Cauções	1.457
218810403	Depósitos de Terceiros	634.768
218819801	Honorários de Sucumbencia - PGE	2.886
218819802	Encargos Sobre a Dívida Ativa - PGE	7.506
218819803	Honorários de Adesão a Programas de Refis - PGE	15.720
218819902	Fornecedores \ Credores Pagos P OB	6.747.950
218819906	Restitues de Receitas a Pagar	102.317
218819907	Mercadorias Recebidas em Consignação	753
218819915	Contribuições Previdenciárias de Servidores Cedidos	19
218819918	Multas do Funpece	6
218819919	Restituo de Multas Pecuniárias do FDS	9
218819996	Cheque-Salário - Folha	11.059.294
218819999	Outros Valores Restituíveis	5.042
218839908	Imposto Sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF - Extraorçamentário	1.564
218820403	Depósitos de Terceiros	57.256
218821201	Arrecadação da DRE A Repassar - Fora Do Sistema DAE	49
218830403	Depósitos de Terceiros	48
218859905	Retenção - Fundeb Municípios - ICMS	895.243
218859906	Retenção - Fundeb Municípios - IPVA	150.713
218859907	Retenção - Fundeb Municípios - IPI/Exportações	3.578
218859910	Retenção - Fundeb Municípios - ICMS - Ec 123/2022	1.557
<b>Total</b>		<b>19.769.018</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

A tabela a seguir evidencia a composição da “Devolução de Valores Restituíveis” que compo o Quadro dos Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis 2188XXXXX - Valores Restituíveis:



**Tabela 155 - Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis Consolidados**

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
218810301	Depósitos Recebidos por Determinação Judicial - Terceiros	115.565
218810302	Depósitos Para Recursos Judiciais	1.800
218810391	Depósitos Judiciais - Entes Públicos	66.799
218810395	Fianças Criminais	2.780
218810401	Depósitos e Cauções	1.344
218810403	Depósitos de Terceiros	631.153
218819801	Honorários de Sucumbência - PGE	2.182
218819802	Encargos Sobre a Dívida Ativa - PGE	6.034
218819803	Honorários de Adesão a Programas de Refis - PGE	12.348
218819902	Fornecedores\ Credores Pagos P/ OB	6.747.934
218819906	Restituições de Receitas a Pagar	101.207
218819907	Mercadorias Recebidas em Consignação	756
218819915	Contribuições Previdenciárias de Servidores Cedidos	0
218819918	Multas do Funpece	0
218819919	Restituição de Multas Pecuniárias do FDS	0
218819996	Cheque-Salário - Folha	10.938.012
218819999	Outros Valores Restituíveis	3.800
218820403	Depósitos de Terceiros	3.160
218821201	Arrecadação da DRE a Repassar - Fora do Sistema DAE	40.487
218830403	Depósitos de Terceiros	0
218839908	Imposto Sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF - Extraorçamentário	1.564
218859905	Retenção - Fundeb Municípios - ICMS	882.638
218859906	Retenção - Fundeb Municípios - IPVA	150.307
218859907	Retenção - Fundeb Municípios - IPI/Exportações	3.578
218859910	Retenção - Fundeb Municípios - ICMS - Ec 123/2022	1.557
<b>Total</b>		<b>19.715.005</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

A linha “valores a repassar” no exercício de 2022 foi adotado um critério, constituindo-se de valores com índices de superavit financeiro = F (financeiro) e extraorçamentária, referentes à títulos, fundos de investimento, aplicação financeira, distribuições e transferências aos municípios, repartições, obrigações de curto prazo e variações patrimoniais aumentativas, evidencia-se nessa linha o saldo inicial das contas (114410101; 121310801; 218940199) saldo a crédito com índices de superavit financeiro = F (financeiro) na conta contábil (218940199) e as demais contas são evidenciadas a movimentos a crédito relacionadas na tabela abaixo:

**Tabela 156 - Demonstrativo dos Valores a Repassar Consolidados**

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
114410101	Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional	16.674
121310801	Títulos de Responsabilidade do Tesouro	329.067
122310101	Títulos e Valores em Enquadramento	226.118
122310151	Fundos de Investimento em Renda Fixa	146.179
122310153	Letra Financeira	2.049
12231280	Aplicações Financeiras e Investimentos de Longo Prazo - Fundo em Capitalização	449.220
215150101	Distribuição de ICMS aos Municípios	4.276.416
215150102	Distribuição de ICMS aos Municípios - Ec 123/2022	7.784
215150201	Distribuição de IPVA aos Municípios	843.097
215150301	Transferência do IPI Exportação aos Municípios	15.577
215159902	Repartição da Cota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	8.507
215159904	Repartição da Indenização de Extração de Petróleo, Xisto e Gaz	830
218940199	Fundo de Manut. Des. da Educ. Básica- Fundeb - Saldos S2GPR	67.676
218940101	Fundo de Manut. Des. da Educ. Básica-Fundeb	5.378.243
218940199	Fundo de Manut. Des. da Educ. Básica- Fundeb - Saldos S2GPR	13.163
218919803	Avais, Fianças e Garantias a Pagar	32.981
499919701	(-) Deduções de Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-27
499919999	Demais Receitas	0
<b>Total</b>		<b>11.813.553</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

Na linha “valores a receber” no exercício de 2022 foi adotado um critério, constituindo-se de valores com índices de superavit financeiro = F (financeiro) e extraorçamentária, referentes à títulos, fundos de investimento, aplicação financeira, distribuições e transferências aos municípios, repartições, obrigações de curto prazo e variações patrimoniais diminutivas.

Assim, evidencia-se neste grupo os movimentos a débitos das seguintes contas relacionadas na tabela a seguir:

**Tabela 157 - Demonstrativo de Valores a Receber Consolidados**

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
114412801	Aplicações Financeiras e Investimentos de Curto Prazo - Fundo em Capitalização	372.518
122310101	Títulos e Valores em Enquadramento	226.118
122310151	Fundos de Investimento em Renda Fixa	146.179
122310153	Letra Financeira	2.049
122312801	Aplicações Financeiras e Investimentos de Longo Prazo - Fundo em Capitalização	1.418.848
215150101	Distribuição de ICMS aos Municípios	4.225.995
215150102	Distribuição de ICMS aos Municípios - EC 123/2022	7.784
215150201	Distribuição de IPVA aos Municípios	841.474
215150301	Transferência do IPI Exportação aos Municípios	15.577
215159902	Repartição da Cota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide	8.507
215159904	Repartição da Indenização de Extração de Petróleo, Xisto e Gaz	830
218919803	Avais, Fianças e Garantias a Pagar	32.981
218940101	Fundo de Manut. Des. da Educ. Básica-Fundeb	5.325.754
218940199	Fundo de Manut. Des. da Educ. Básica- Fundeb - Saldos S2GPR	80.838
399919998	VPD de Ajustes Diversos	22
<b>Total</b>		<b>12.705.473</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

Importante destacar que na composição deste grupo estão presentes as contas contábeis, 114410101 - Títulos Públicos de emissão do Tesouro Nacional, 114412801 - Aplicações Financeiras e Investimentos de Curto Prazo Fundo em Capitalização, 121310801 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro, 122310101 - Títulos e valores em enquadramento, 122310151 - Fundos de investimento em renda fixa, 122310153 - Letra financeira e 12231280 - Aplicações Financeiras e investimentos de longo prazo Fundo em capitalização curto e longo prazo, respectivamente, que se referem a recursos financeiros dos fundos previdenciários, FPP e PREVID, aplicados em investimentos que não possuem liquidez imediata e por isso não compõem a linha Caixa e Equivalentes de Caixa.

Devido não haver uma previsão no layout da DFC de contas contábeis com essa característica de caixa e equivalentes de caixa, mas sem liquidez imediata, decidiu-se então alocar estes valores em Outros Desembolsos Operacionais, como Valores a Receber.

### **DFC03 Conciliação Contábil-Financeira**

O campo de Conciliação Contábil-Financeira destaca as entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária, onde são feitos lançamentos em contas específicas, com a finalidade que a contabilidade esteja compatível com a conciliação financeira.

Assim, estes lançamentos não se constituem como fluxos que geram entradas e saídas de caixa, e sim ajustes nas contas de caixa relativos a pendências de conciliação. Por esse motivo, tais movimentos apresentam-se fora dos fluxos operacional, de investimento e de financiamento e estão inclusos após a variação de caixa e equivalente de caixa, ajustando esta variação.

Na linha de “Saídas de Caixa a Regularizar” observa-se as saídas de caixa em que não houve a respectiva execução orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas a regularizar, como tarifas bancárias debitadas em conta, como também anulação de receita de exercício anterior. Esta linha é representada pelo movimento a débito das contas contábeis demonstradas na tabela abaixo:

**Tabela 158 - Demonstrativo das Saídas de Caixa a Regularizar Consolidadas**

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
113119901	Pendências a Regularizar - Obrigação	1.372.075
113119903	Pendências a Regularizar - Adiantamentos Div Tesouro para Pagamentos de Obrigações	1.543
113119906	Adiantamento Concedido para cobertura de conta bancária com recursos bloqueados	131
113129901	Pendências a Regularizar - Obrigação	156.499
113810601	Numerario em Trânsito	6.101
113819908	Fundo Estadual de Combate  Pobreza - Fecop	740.257
113819909	Valores sob Bloqueio Judicial	20.999
113819910	Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Ceará - FEEF	13.348
113820610	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	1.844.336
113820611	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	19.464
113820620	Arrecadação a Receber - Desvinculação de Receitas do Estado (DRE)	185.659
113829902	Arrecadação da Dre a Receber - Fora do Sistema DAE	49
119810101	Sequestros Judiciais a Regularizar	9.212
119810102	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	9.975
119810199	Outras VPD a Apropriar	33.305
<b>Total</b>		<b>4.412.953</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

J no grupo “Saídas de Caixa Regularizadas” registra-se as regularizações em 2022 referentes a sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas que ficaram pendentes de regularização em 2021. Representando assim o movimento a crédito das contas contábeis demonstradas na tabela a seguir:

**Tabela 159 - Demonstrativo das Saídas de Caixa Regularizadas Consolidadas**

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
113119901	Pendências a Regularizar - Obrigação	1.363.930
113119903	Pendências a Regularizar - Adiantamentos Div Tesouro Para Pagamentos de Obrigações	3.087
113119906	Adiantamento Concedido para cobertura de conta bancária com recursos bloqueados	58
113129901	Pendências a Regularizar - Obrigação	152.090
113810601	Numerário em Trânsito	739
113819908	Fundo Estadual de Combate  Pobreza - Fecop	695.839
113819909	Valores sob Bloqueio Judicial	14.537
113819910	Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Ceara - FEEF	11.504
113820610	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	1.853.911
113820611	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	19.427
113820620	Arrecadação a Receber - Desvinculação de Receitas do Estado (DRE)	161.395
113829902	Arrecadação da DRE a Receber - Fora do Sistema DAE	40.487
119810101	Sequestros Judiciais a Regularizar	13.215
119810102	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	4
119810199	Outras VPD a Apropriar	227
<b>Total</b>		<b>4.330.450</b>

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nas “entradas de caixa a regularizar” evidenciam-se as entradas de valores nos extratos bancários que não foram identificados em conciliação bancária. Representando assim o movimento a crédito das contas contábeis demonstradas na tabela a seguir.

**Tabela 160 - Demonstrativo das Entradas de Caixa a Regularizar Consolidadas**

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
218919802	Receitas a Classificar	23.987.241
218919812	Adiantamento Recebido Para Cobertura de Conta Bancária com Recursos Bloqueados	131
218919814	Fundo Estadual de Equilrio Fiscal do Estado do Ceará - FEEF	13.348
218919819	Fundo Estadual de Combate  Pobreza - Fecop	740.257
218919822	Adiantamentos Diversos Recebidos - Antecipo do Tesouro	0
218929803	Arrecadao das Entidades da Administrao Indireta a Repassar	1.903.850
218929804	Arrecadao das Entidades da Administrao Direta a Repassar	19.475
218929820	Arrecadao a Repassar - Desvinculao de Receitas do Estado (DRE)	185.659
<b>Total</b>		<b>26.849.961</b>

O grupo “entradas de caixa regularizadas” representa as regularizaes em 2022 das receitas a classificar de exercícios anteriores. Representando assim o movimento a débito das contas contábeis demonstradas na tabela a seguir.

**Tabela 161 - Demonstrativo das Entradas de Caixa Regularizadas Consolidadas**

(R\$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
218919802	Receitas a Classificar	23.982.725
218919812	Adiantamento Recebido para Cobertura de Conta Bancária com Recursos	58
218919814	Fundo Estadual de Equilrio Fiscal do Estado do Ceará - FEEF	11.504
218919819	Fundo Estadual de Combate  Pobreza - Fecop	695.839
218919822	Adiantamentos Diversos Recebidos - Antecipo do Tesouro	1.543
218929803	Arrecadao das Entidades da Administrao Indireta a Repassar	1.913.426
218929804	Arrecadao das Entidades da Administrao Direta a Repassar	19.438
218929820	Arrecadao a Repassar - Desvinculao de Receitas do Estado (DRE)	161.395
<b>Total</b>		<b>26.785.929</b>

FONTE: SEFAZ/CECOG

Ao final deste relatório, entendemos que o objetivo pretendido foi alcançado tendo em vista que, procuramos abordar os aspectos mais relevantes das Contas do Governo relativas ao Exercício de 2022, inseridos nos Anexos do Balanço Geral do Estado, levantados em consonância com as normas legais e pertinentes.

Merece destaque o fato de que a realização dessa peça contábil revelou intensa participação de todas as áreas da Secretária Executiva do Tesouro Estadual e Metas Fiscais, em especial aos servidores da Célula de Contabilidade Geral – CECOG e da Célula de Contabilidade Centralizada dos Órgãos CEORG, aos quais externamos os nossos agradecimentos pela dedicação, competência, zelo e comprometimento no desempenho de suas atividades.

Fortaleza, 03 de abril de 2023.

**SAULO MOREIRA**

**BRAGA:70406731349**

Assinado de forma digital por SAULO  
MOREIRA BRAGA:70406731349  
Dados: 2023.04.03 18:53:17 -03'00'

**SAULO MOREIRA BRAGA**

Orientador da Célula de Contabilidade Geral do Estado  
Contador Geral do Estado do Ceará  
CRC 021950/O-8 CE

**VICTOR HUGO MAGALHAES**

**ALEXANDRE:02623543305**

Assinado de forma digital por VICTOR  
HUGO MAGALHAES  
ALEXANDRE:02623543305  
Dados: 2023.04.03 18:54:32 -03'00'

**VICTOR HUGO MAGALHÃES ALEXANDRE**

Orientador da Célula de Contabilidade Centralizada dos Órgãos do Estado

**TONY COELHO**

**MAGALHAES:54457599387**

Assinado de forma digital por TONY  
COELHO MAGALHAES:54457599387  
Dados: 2023.04.03 18:52:15 -03'00'

**TONY COELHO MAGALHÃES**

Orientador da Célula de Estudos e Normas Contábeis

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Secretaria da Fazenda e sua Secretaria Executiva do Tesouro Estadual e Metas Fiscais, por meio das coordenadorias de gestão financeira, de gestão fiscal e de gestão da execução orçamentária, patrimonial e contábil, respectivamente, no cumprimento de suas missões, elaborou o relatório do Balanço Geral do Estado do Ceará de 2022, o primeiro elaborado no SIAFE, incluindo as análises orçamentária, financeira, patrimonial e contábil das finanças estaduais.

O Governo do Estado do Ceará, no exercício de 2022, apresentou superávit orçamentário de R\$ 350.897.920,13 em sua execução orçamentária consolidada, mantendo seu equilíbrio fiscal. Além disso, o Estado apresentou um superávit financeiro, ativos financeiros menos obrigações financeiras, da ordem de R\$ 7.518.313.515,57. Ademais, o Estado do Ceará obteve Resultado Primário superavitário, bem como manteve seus indicadores de endividamento totalmente de acordo com os limites impostos pela legislação vigente. Isto evidencia uma gestão fiscal responsável voltada para criar condições de manter organizada a máquina administrativa e atender às necessidades da população cearense.

Uma análise da Gestão Fiscal do Governo Estadual, nos últimos exercícios, mostra um considerável desempenho nas diversas ações governamentais, além de cumprimento contínuo dos limites estipulados pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em conformidade com o Direito Financeiro, com as normas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), e com os parâmetros definidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei Federal nº 4.320/64.

A manutenção desse histórico de eficiência e reponsabilidade fiscal é um dever, principal objetivo e desafio a ser alcançado diante das alterações legislativas e demandas judiciais que que impuseram perdas de arrecadação ao Estado, isso sem comprometer o atendimento às demandas sociais sempre crescentes. Realidade que se impõe, o desafio está lançado.

No conteúdo do Relatório desta prestação de contas procuramos mostrar o atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado TCE nas análises alusivas às Contas do Governo dos exercícios anteriores.

Este relatório reflete esse compromisso de que é possível crescer mesmo diante de um cenário econômico desafiador, trabalhando em cima da eficiência fiscal em direção a um futuro mais seguro e próspero para a população cearense.

Por fim, entendemos que o objetivo pretendido foi alcançado tendo em vista que, procuramos abordar os aspectos mais relevantes das Contas do Governo relativas ao Exercício de 2022, inseridos nos Anexos do Balço Geral do Estado, levantados em consonância com as normas legais e pertinentes.

Fortaleza, 3 de abril de 2023.

**TAKESHI CARDOSO**  
**KOSHIMA:78212537587**  
Assinado de forma digital por  
TAKESHI CARDOSO  
KOSHIMA:78212537587  
Dados: 2023.04.03 19:04:35 -03'00'

**TAKESHI CARDOSO KOSHIMA**  
Coordenador da Gestão Fiscal

**TALVANI RABELO**  
**AGUIAR:50584731353**  
Assinado de forma digital por  
TALVANI RABELO  
AGUIAR:50584731353  
Dados: 2023.04.03 18:55:23 -03'00'

**TALVANI RABELO AGUIAR**  
Coordenador de Gestão da Execuo Orçamentária, Patrimonial e Contábil

**SAULO MOREIRA**  
**BRAGA:70406731349**  
Assinado de forma digital por  
SAULO MOREIRA  
BRAGA:70406731349  
Dados: 2023.04.03 18:54:02 -03'00'

**SAULO MOREIRA BRAGA**  
Contador Geral do Estado  
CRC 015129/O-8 CE



# ANEXOS



CONTROLADORIA  
E OUVIDORIA  
GERAL DO ESTADO



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

# **RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO**

RCI-GOVERNO 2022

GOVERNADOR

Elmano de Freitas da Costa

SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL

Aloísio Barbosa de Carvalho Neto

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL

Antônio Marconi Lemos da Silva

ASSESSORA JURÍDICA

Ana Zélia Cavalcante Oliveira

ASSESSORA DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA

Isabelle Pinto Camarão Menezes (respondendo)

COORDENADOR DE CONTROLADORIA

Marcelo de Sousa Monteiro (respondendo)

COORDENADORA DE AUDITORIA INTERNA

Ana Luiza Felinto Cruz (respondendo)

COORDENADOR DE OUVIDORIA

Larisse Maria Ferreira Moreira (respondendo)

COORDENADOR DA ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

Kassy Modesto da Silva (respondendo)

COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Marcos Henrique de Carvalho Almeida (respondendo)

COORDENADOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Tiago Monteiro da Silva

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Márcia Valéria Girão Ramos (respondendo)

## MISSÃO INSTITUCIONAL DA CGE

Coordenar e exercer atividades de Transparência, Ouvidoria, Correição, Auditoria Governamental, Ética e Controladoria no Poder Executivo, contribuindo para a melhoria da gestão pública e do controle social, em benefício da sociedade.

## EQUIPE TÉCNICA DA COORDENADORIA DE CONTROLADORIA

Marcelo de Sousa Monteiro – Coordenador (respondendo)

José Otacílio de Assis Júnior – Articulador (respondendo)

Vitor Hugo Gaspar Pinto – Orientador de Célula (respondendo)

Adriana Oliveira Nogueira – Auditora de Controle Interno

Alex Aguiar Lins – Auditor de Controle Interno

Carlos Rubens Moreira da Silva – Auditor de Controle Interno

COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DO PLANO DE AÇÃO PARA SANAR  
FRAGILIDADES – PASF CONTAS DE GOVERNO

Membros Deliberativos

Antônio Marconi Lemos da Silva – CGE

Francisco José Moura Cavalcante – Casa Civil

Eduardo Menescal – PGE

Naiana Corrêa Lima Peixoto – SEPLAG

Marcio Cardeal Queiroz da Silva – SEFAZ

Membros Técnicos

Marcelo de Sousa Monteiro – CGE

Vitor Hugo Gaspar Pinto – CGE

Adriana Oliveira Nogueira – CGE

Talvani Rabelo Aguiar – SEFAZ

Renata Reina Montenegro de Albuquerque – SEFAZ

Jessé Melo de Carvalho – SEFAZ

Luciana Capistrano da Fonseca Moura – SEPLAG

Francisco Ailson Alves Severo Filho – SEPLAG

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO – CGE .....</b>	<b>10</b>
<b>2 TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DE 2021 .....</b>	<b>14</b>
2.1 Conjuntura socioeconômica .....	14
2.2 Planejamento e execução orçamentária .....	16
2.3 Análise das demonstrações contábeis .....	53
2.4 Conformidade financeira e orçamentária .....	71
2.5 Transparência .....	96
<b>3 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO .....</b>	<b>117</b>
3.1 Alocação de recursos do PPA 2020-2023 .....	117
3.2 Execução dos Eixos, Temas e Programas de Governo .....	120
3.3 Resultado econômico, desempenho dos Eixos e Áreas Temáticas .....	120
3.3.1 Resultado econômico .....	120
3.3.2 Desempenho dos Eixos.....	123
3.3.3 Áreas Temáticas por eixo .....	124
<b>4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....</b>	<b>140</b>
4.1 Resultado orçamentário .....	140
4.1.1 Análise temporal da receita e despesa orçamentária .....	142
4.1.2 Análise da previsão da receita e fixação da despesa .....	143
4.2 Receitas .....	145
4.2.1 Categoria e origem das receitas orçamentárias .....	146
4.2.2 Origens de receita orçamentária .....	147
4.3 Despesas .....	148
4.3.1 Categoria econômica e grupo de natureza das despesas .....	149
4.3.2 Comparativo das despesas por poder .....	150
4.3.3 Elementos de despesa .....	150
4.3.3.1 Elementos de despesa – pessoal e encargos sociais .....	151
4.3.3.2 Elementos de despesa – outras despesas correntes .....	151



4.3.3.3 Elementos de despesa – investimentos .....	152
4.3.4 Despesa por função .....	153
4.3.5 Despesa de exercícios anteriores (DEA) .....	155
4.3.6 Contratos de gestão .....	157
<b>5 GESTÃO FISCAL .....</b>	<b>159</b>
5.1. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal .....	159
5.2. Indicadores fiscais e legais.....	160
5.2.1 Despesas com ações e serviços públicos de saúde .....	162
5.2.2 Despesas consórcios públicos de saúde .....	164
5.2.3 Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino .....	165
5.2.4 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB .....	168
5.2.5 Receita Corrente Líquida .....	172
5.2.6 Despesas com Pessoal .....	174
5.2.7 Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviços da Dívida e Garantias .....	179
5.2.7.1 Dívida Consolidada Líquida .....	180
5.2.7.2 Operações de Crédito .....	182
5.2.7.3 Serviços da Dívida .....	183
5.2.7.4 Garantias e Contragarantias .....	185
5.2.8 Regra de Ouro .....	185
5.2.9 Resultados Primário e Nominal .....	187
5.2.9.1 Resultado Primário .....	187
5.2.9.2 Resultado Nominal .....	189
5.2.10 Parcerias Público-Privadas .....	190
5.3 Investimentos destinados ao interior do Estado .....	191
5.4 Aplicação de recursos na FUNCAP .....	192
5.5 Investimentos .....	194
5.6 Receita de alienação de bens e aplicação dos recursos .....	195
5.7 Disponibilidades de caixa .....	196
5.8 Programa de reestruturação e de ajuste fiscal (PAF) .....	199

5.9 Cumprimento do Novo Regime Fiscal (EC nº 88/2016) .....	201
5.10 Indicadores Gerenciais .....	202
6 CONCLUSÃO .....	206

## APRESENTAÇÃO

Conforme estabelecido na Constituição Estadual, o Governador do Estado do Ceará deve prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior. No mesmo sentido, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE) estabelece que as Contas do Governador consistirão nos Balanços Gerais do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, contendo informações relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual e respectivas inspeções e auditorias internas.

O presente Relatório do Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo (RCI-Governo), elaborado por esta Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), referente ao exercício de 2022, apresenta as análises e considerações com o objetivo de cumprir com os mandamentos constitucionais e legais, bem como apresentar as informações atinentes às regras estabelecidas na Lei Complementar Federal Nº 101/00, na Lei Federal nº 4.320/1964 e legislação correlata.

O presente Relatório está estruturado em cinco capítulos, compreendendo:

- ✓ Atuação da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, órgão central do sistema de controle interno, no âmbito do Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados, que contempla as políticas governamentais voltadas à busca do crescimento constante, do equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário, e da redução persistente das desigualdades, com foco específico nos programas Controle Interno Governamental (251); Fomento à Ética e à Integridade (253) e Transparência, Participação e Controle Social (254);
- ✓ Plano de Ação para Sanar Fragilidades (PASF Contas de Governo) referente às ações adotadas pelo governo a partir das recomendações do TCE/CE, por ocasião da análise das Contas Anuais de Governo do exercício de 2021;

- ✓ Análise da Execução dos Programas de Governo, observando os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Área Temática, Programas e suas Metas Prioritárias;
- ✓ Análise da Execução Orçamentária do Estado, envolvendo os órgãos da administração direta e indireta que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social; e
- ✓ Aspectos relativos à Gestão Fiscal, notadamente quanto ao cumprimento dos limites constitucionais e legais pelo Estado, bem como a análise de indicadores gerenciais e do cumprimento do Novo Regime Fiscal.

O RCI-Governo 2022 é resultado do trabalho técnico da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, mas contou com a colaboração imprescindível dos gestores e profissionais que atuam nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, que disponibilizaram as informações necessárias à conclusão deste relatório.

ALOISIO BARBOSA DE  
CARVALHO  
NETO:21910081353

Assinado de forma digital por  
ALOISIO BARBOSA DE CARVALHO  
NETO:21910081353  
Dados: 2023.04.03 15:44:12 -03'00'

**Aloísio Barbosa de Carvalho Neto**

Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidora Geral

# 1 ATUAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

As atividades realizadas pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) visam cumprir a sua missão institucional de “Coordenar e exercer atividades de Transparência, Ouvidoria, Correição, Auditoria Governamental, Ética e Controladoria no Poder Executivo, contribuindo para a melhoria da gestão pública e do controle social, em benefício da sociedade”. A atuação da CGE faz parte do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados, que contempla as políticas governamentais voltadas à busca do crescimento constante, do equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário, e da redução persistente das desigualdades. O propósito central deste eixo consiste em proporcionar que os serviços públicos estaduais sejam planejados e geridos de forma eficiente e efetiva, atendendo às necessidades dos cidadãos, com transparência e equilíbrio fiscal.

Para que o governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores apresentados, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Controle Interno Governamental (251); Fomento à Ética e à Integridade (253) e, por fim, Transparência, Participação e Controle Social (254).

O programa 251 – Controle Interno Governamental tem como objetivo principal contribuir para uma gestão administrativa profissional, visando à eficiência na arrecadação e aplicação dos recursos públicos, bem como a regularidade e o aprimoramento da gestão, de forma a propiciar a melhoria contínua dos serviços públicos ofertados.

O programa 253 - Fomento à Ética e à Integridade tem como objetivo principal fomentar a cultura da integridade nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e nos seus parceiros institucionais, zelando pela observância do Código de Ética e Conduta da Administração Pública Estadual e de outros normativos que dispõem sobre a conduta do servidor público estadual.

O programa 254 - Transparência, Participação e Controle Social tem como objetivo principal ampliar a participação e o controle social na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas, com efetiva transparência e acessibilidade das informações disponibilizadas.

Nesse sentido, a CGE desenvolveu diversas ações no exercício de 2022, conforme destaques a seguir.

- Capacitação de 570 servidores, sendo 100 para a implantação da gestão de riscos nos órgãos e entidades, 183 para métodos de auditoria e de controladoria governamental, visando à melhoria do desempenho de suas funções, 77 sobre o Programa de Integridade do Poder Executivo e 210 sobre o código de ética, para a adoção de boas práticas de gestão e a instituição de mecanismos de combate à corrupção.
- Fortalecimento da Rede de Controle Interno do Poder Executivo Estadual com a realização de 20 encontros de integração, com média de 60 (sessenta) participantes por evento, para tratar de assuntos relacionados ao controle interno dos órgãos e entidades.
- Realização da 49ª edição do Fórum Permanente de Controle Interno, com o tema "Programa de Integridade do Poder Executivo Estadual".
- Realização da 50ª edição do Fórum Permanente de Controle Interno, com o tema "Ética e Integridade nas Contratações Públicas".
- Realização do 51º Fórum Permanente de Controle Interno – Roda de Conversa Ética e Assédio Moral.
- Realização de 2.056.642 atendimentos de serviços de ouvidoria, acesso à informação e transparência.
- Realização de uma auditoria no Projeto de Apoio à Melhoria da Segurança Hídrica e Fortalecimento da Inteligência na Gestão Pública do Estado do Ceará - IPF Ceará, em que o Tribunal de Contas do Estado do Ceará é beneficiário e executor.

- Elaboração de 100 relatórios de controle interno sobre as Contas Anuais de Gestão - RCI-GESTÃO, contemplando todos os órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo, e inseridos no Sistema ÁGORA do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE).
- Elaboração de um relatório de controle interno sobre as Contas Anuais de Governo (RCI-GOVERNO) e três pareceres técnicos sobre os relatórios de gestão fiscal.
- Elaboração de um estudo sobre a proposição de trilhas e indicadores de avaliação e controle das renúncias de receitas concedidas por meio do FDI – Fundo de Desenvolvimento da Industrial do Ceará.
- Emissão de 12 (doze) relatórios de inspeção, quatro relatórios de auditoria e cinco relatórios de Tomada de Contas Especial.
- Elaboração da Lei 17.936/2022 que trata do Termo de Ajuste de Conduta – TAC, e do Termo de Ajustamento da Gestão – TAG, no âmbito do sistema de correição do poder executivo do Estado do Ceará.
- Implantação do Sistema de Controle de Bens Patrimoniais dos Agentes Públicos – SISPATRI.
- Modernização da Carta de Serviços, com o objetivo de corrigir e melhorar as funcionalidades da ferramenta, contribuindo para a usabilidade dos usuários internos e na atualização dos serviços, bem como para proporcionar aos cidadãos um ambiente que facilite a sua interação durante as consultas dos serviços prestados pelo Governo do Estado.
- Aprimoramento da plataforma Ceará Transparente, com melhorias nos relatórios gerenciais, criação de perfil específico para a área de segurança pública, adequação nas regras para a proteção do denunciante, criação de perfil específico para a Comissão Central de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, adequação no perfil de dirigente para melhoria na funcionalidade da resposta conclusiva após resposta parcial.

- Disponibilização do Ranking de Transparência dos órgãos, onde se verifica a qualidade e quantidade das informações disponibilizadas nos sítios institucionais dos órgãos e entidades e o desempenho dos comitês setoriais de acesso à informação no atendimento das demandas apresentadas pela sociedade.
- Realização de 11 palestras sobre a promoção da conscientização da sociedade para o exercício do controle social, sendo: 5 palestras presenciais e 6 em ambiente virtual, nos municípios de Novo Oriente, Nova Russas e Fortaleza.
- Implantação dos Planos da Integridade em 11 órgãos (CBMCE, Sedet, Detran, Sefaz, SSPDS, CGD, SRH, Seduc, Secult, Adagri e PMCE), com a finalidade de sanar às fragilidades identificadas no diagnóstico de integridade ou implementar oportunidades de melhorias que foram identificadas.
- Implantação de Comitê de Integridade em oito órgãos (PGE, DETRAN, JUCEC, SEPLAG, EGP, FUNCAP, SEINFRA e SETUR) para observância do código de ética, adoção de boas práticas de gestão pública, instituição de mecanismos de combate à corrupção e responsabilização, incentivo a ações de comunicação, gerenciamento de riscos, controles internos adotados e capacitação continuada.
- Realização de um evento com a temática de ética no serviço público para os agentes públicos da SPS, cerca de 150 pessoas participaram.
- Criação do Índice Geral para avaliação do Desempenho das Ouvidorias.
- Publicação do Decreto nº34.814/2022 que dispõe sobre o Programa de Integridade, institui o Selo de Integridade e a Rede do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Ceará.



## **2 TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DE 2021**

Em 2022, o TCE/CE emitiu o Parecer Prévio sobre as Contas do Governador do Estado Ceará, sob a ótica das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, e expediu 70 (setenta) recomendações a serem observadas pelo Poder Executivo.

Para tratamento das recomendações foi instituída a Comissão Gestora Intersetorial para Aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades das Contas de Governo - PASF Contas de Governo, composta por representantes da Casa Civil, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e coordenada pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE), na condição de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

A Comissão do PASF Contas de Governo consolidou as informações apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pelas ações adotadas em função das recomendações emitidas pelo TCE/CE nas Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2021, conforme apresentado a seguir.

### **2.1 Conjuntura Socioeconômica**

**Recomendação nº. 01: Em relação ao IDEB, que o Governo do Estado do Ceará empreenda esforços concretos tendentes ao alcance e cumprimento das metas previstas para a rede estadual de ensino.**

Análise da Comissão do PASF: Para alcançar as metas previstas para a rede estadual de ensino, o Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Educação (SEDUC), desenvolve ações que buscam garantir o direito dos alunos a um processo de aprendizagem de qualidade, com oferta de mais tempo na escola, oportunidades de preparação profissional e desenvolvimento de habilidades no intuito de agregar, além de conhecimento, valores ao projeto de vida dos estudantes. O resultado do IDEB em 2021, cujo cálculo exclui o resultado das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) foi de 4,4 para a rede estadual do Ceará.

O planejado e desenvolvido pela SEDUC faz parte do Programa Ceará Educa Mais, que mantém as 25 ações destinadas à progressiva melhoria da qualidade da educação cearense, porém de forma ainda mais consistente e dinâmica. A iniciativa está fundamentada em oito eixos: aperfeiçoamento pedagógico; Desenvolvimento e qualificação dos Professores; Avanço na aprendizagem; Tempo Integral; Cuidado e Inclusão; Preparação para o Enem; Educação Conectada; e Qualificação Acadêmica e Profissional dos Estudantes.

Dentre as ações que visam apoiar as escolas com foco na permanência e na recomposição das aprendizagens dos estudantes, destacam-se a distribuição de 300 mil tablets e 371.534 chips de internet de 20GB, além de 28 mil Notebooks para professores da rede, bem como a realização de avaliação diagnóstica e formativa, disponibilização de material estruturado, formação dos professores e apoio aos estudantes com o programa de tutoria e monitoria em Língua Portuguesa e Matemática.

A Secretaria mantém a ampliação das ações para o fortalecimento do vínculo dos estudantes, por meio do Projeto Professor diretor de Turma (PPDT), da atuação dos Grupos Cooperativos de Apoio à Escola (Gcape) e do Aluno Monitor da Busca Ativa.

Em 2022, deu-se início à aplicação dos recursos firmados para o quinquênio 2022 a 2026, no valor de R\$ 1,2 bilhão destinado à universalização do Ensino Médio em Tempo Integral, com ampliação de mais 60 unidades de ensino, totalizando 341 Escolas de Tempo Integral. O investimento também é destinado à manutenção, reforma e aquisição de equipamentos.

\*Fonte: Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento Escolar para Resultados de Aprendizagem – COADE/SEDUC

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação

Evidências: Programa Ceará Educa Mais.

**Recomendação nº. 51: Quanto às subfunções “Tecnologia da Informação” e “Formação de Recursos Humanos” da segurança pública, cabe RECOMENDAR o investimento de maior parcela do orçamento no emprego de tecnologia na atividade de segurança, assim como no treinamento e qualificação física, técnica e psicológica dos servidores da área.**

Análise da Comissão do PASF: Segundo informações do SIOF/SEPLAG o Estado aplicou em 2022 recursos no montante de R\$ 178.081.646,51 nas subfunções da Tecnologia da Informação, Formação dos Recursos Humanos e Informação e Inteligência superior ao montante de 2021 em 26,42%, sendo superior ao IPCA do mesmo período que foi de 5,80%. A seguir, segue na Tabela 1 a execução orçamentária dessas subfunções desde o ano de 2020, demonstrando que o Estado vem ampliando a execução dos recursos acima de inflação e de forma crescente.

**Tabela 1 – Execução de subfunções de Segurança Pública**

					R\$ 1,00
SUBFUNÇÃO	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2022	VARIAÇÃO (%) 2022/2020	VARIAÇÃO (%) 2022/2021
Tecnologia da Informação	33.996.266,36	37.276.968,85	43.371.224,04	27,58%	16,35%
Formação de Recursos Humanos	10.445.131,05	11.954.483,00	22.475.401,71	115,18%	88,01%
Informação e Inteligência	56.464.769,10	91.637.295,48	112.235.020,76	98,77%	22,48%
TOTAL	100.906.166,51	140.868.747,33	178.081.646,51	76,48%	26,42%

Fonte: SIOF/SEPLAG

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Execução orçamentária apresentada no SIOF/SEPLAG

## 2.2 Planejamento e Execução Orçamentária

**Recomendação nº. 02: À Secretaria do Planejamento e Gestão que promova um melhor acompanhamento das metas previstas no PPA 2020-2023, para evitar dimensionamento abaixo ou acima da real expectativa a ser alcançada.**

Análise da Comissão do PASF: De acordo com o Art. 2º, do Anexo Único do Decreto Nº 33.968, de 08 de março de 2021, “a Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag) tem como missão promover e coordenar o planejamento e a gestão do Estado do Ceará, contribuindo para a efetividade dos serviços públicos prestados à população”, competindo-lhe, dentre outros pontos, coordenar a implementação do modelo de Gestão para Resultados do Estado do Ceará.

O Modelo de Gestão para Resultados do Poder Executivo estadual é regulamentado pelo Decreto Nº 32.216, de 08 de maio de 2017. O artigo 11 da seção V deste decreto, que trata da formulação do Plano Plurianual (PPA), determina à Seplag a coordenação geral da elaboração do Plano Plurianual, o que ocorre por meio do estabelecimento de metodologias, capacitações e assessoramento aos órgãos e entidades estaduais. Às setoriais, compete a coordenação da elaboração dos programas nas suas respectivas pastas, sendo responsáveis diretas pelo estabelecimento das metas das entregas declaradas no PPA, bem como pela sua execução.

As competências estão declaradas no Decreto Nº 33.813, de 11 de novembro de 2020, que redefiniu e trouxe nova denominação para o Sistema Estadual de Planejamento e a Rede Estadual de Planejamento. O §2º do Art. 1º do referido decreto, afirma que a Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag) é “órgão central de coordenação do SPO, responsável pela orientação normativa e metodológica aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual” (alínea “c”); por sua vez, as Secretarias e Órgãos Setoriais são “responsáveis pelo pleno desenvolvimento das funções de Planejamento e Orçamento em nível setorial” (alínea “d”).

A Seplag, portanto, assessora diretamente as setoriais no processo de elaboração do PPA, mas o estabelecimento do valor programado para cada meta de entrega (bens e serviços ofertados), tanto física, quanto orçamentária, bem como sua execução, é responsabilidade direta dos órgãos e entidades estaduais.

No processo de acompanhamento do PPA, observa-se, a partir das informações registradas no Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA), que diversos fatores podem afetar a execução no ano corrente, dentre os quais: reorientação política e das prioridades por parte da administração, não concretização de financiamento esperado (interno e/ou externo), entraves em atividades preliminares à execução (licitação, desapropriação, licenciamento ambiental), e fatores exógenos, como os referentes aos efeitos da pandemia do coronavírus, que ainda estava presente em 2022.

Portanto, compete à Seplag, nos processos de revisão e adequação das metas de entregas do PPA, orientar as setoriais e alertar para pontos críticos com

problemas de execução, a fim de que redimensionem seu planejamento em um parâmetro mais próximo da realidade atual, lembrando que essas metas são estabelecidas para os anos seguintes, sujeitas, portanto, a mudança de cenários durante a sua execução.

Destaca-se que, a partir de 2021, a necessidade de justificativa nas situações em que se observa que o valor executado de uma entrega está distante do valor programado para o ano, está sendo reforçada nas execuções com percentual acima de 200%, embora haja uma orientação geral sobre a necessidade de justificar o não cumprimento das metas previstas para o ano no SIMA, conforme Figura 1.

**Figura 1 - Tela de Acompanhamento do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)**

**Programa:**  
364 - INOVAÇÃO PARA MELHORIA DE OPORTUNIDADES

**Entrega:**  
1017 - EMPRESA BENEFICIADA

**Definição de Entrega:**  
A entrega se refere à articulação de novos recursos, conexões e oportunidades para as empresas inovadoras presentes no estado.

**Unidade de Medida:**  
Número Absoluto

**Iniciativas:**  
364.1.01 - Expansão do fomento à criação de startups e à competitividade das empresas e qualidade de seus produtos

**Caracterização de Iniciativa:**  
A iniciativa tem como intuito apoiar o financiamento de projetos de inovação de empreendedores presentes em todo o estado. Consistirá na articulação com as instituições financeiras para maior disponibilidade de recursos

**Órgão Responsável:**  
SEDET

**Meta total programada para o ano:**  
58

QUADRO DE DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO    ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA PPA    HISTÓRICO

Região	Programado do Ano	Janeiro - Abril	Janeiro - Agosto	Janeiro - Novembro (Mensagem)	Janeiro - Dezembro	% Realização
01 - CARIRI	4	0	0	4	4	100,00
02 - CENTRO SUL	6	0	0	7	7	116,67
13 - SERTÃO DOS INHAMUNS	6	0	1	4	4	66,67
14 - VALE DO JAGUARIBE	2	0	0	1	1	50,00
15 - ESTADO DO CEARÁ		0	0	53	53	-
	58,00	0,00	13,00	121,00	121,00	208,62

O que foi concluído no Período (Informar Somente as Entregas Efetivas)  
Apresentar em forma de Itens as entregas concluídas no período de referência deste acompanhamento, quando possível os municípios onde as entregas foram realizadas

121 empresas inovadoras (startups), distribuídas por todo estado, foram beneficiadas com uma série de ações estratégicas para o incentivo à investimentos e geração de novos negócios, tais como: participação em eventos, rodadas de negócio e exposição de suas soluções em feiras e apresentações em eventos estratégicos.  
(Caracteres: 319 de 500)

Resumo para Consulta Pública \*

**Informações do período de referência:**

Uma série de ações foram planejadas e executadas com o intuito de buscar formas de apoiar as startups na busca por investimentos e oportunidades. Inicialmente, essas iniciativas foram mais fortemente direcionadas as startups do ciclo 2021 que já concluíram a jornada de capacitações e possuem um MVP (Produto Mínimo Viável) desenvolvido, ou seja, estão com um maior nível de maturidade nas suas soluções.

As startups participantes do Programa foram convidadas a participar de Câmaras setoriais, eventos, rodadas de negócios e exposições de suas soluções em feiras.

Em abril, para o evento de encerramento do Ciclo 2021 (demoday) do projeto Clusters Econômicos de Inovação, convidamos vários potenciais investidores que puderam assistir os pitches (apresentações) das

1 - Relatar o que foi entregue no período do monitoramento, bem como o que está em execução ou em atividades preparatórias. 2 - Mencionar, sempre que possível, os municípios onde a oferta foi realizada ou se encontra em andamento. 3 - Registrar os resultados alcançados por meio da execução da entrega. 4 - Relatar os problemas, caso existam, que estejam atrapalhando sua execução. Obs: Deve-se refletir quais são as informações básicas necessárias para dar entendimento para a população sobre a execução da entrega. (Caracteres: 2828 de 4000)

**Informações Gerenciais \***

**Informações do período de referência:**

A Meta da entrega estimada (58 empresas beneficiadas) foi superada em 208,62%, pois no período de referência, Janeiro a Dezembro/2022, as articulações em busca de novos recursos, conexões e oportunidades para as empresas inovadoras presentes no estado foram direcionadas as startups de dois ciclos do programa, Ciclo 2021 (46 startups) e Ciclo 2022 (75 startups), beneficiando assim, um total de 121 empresas.

Este campo deve ser utilizado para registrar informações técnicas de cunho gerencial, tais como justificativa de desvios no planejamento (não alcance ou superação de 200% da meta programada, distorção execução física-financeira, entre outros); processos e atividades referentes à execução (não aprovação de MAPP, entre outros); atualização de dados do período anterior etc. (Caracteres: 409 de 4000)

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima) / Seplag.

Considerando-se o universo de entregas com execução acima de 1.000%, observa-se na Tabela 2 que esse recorte representa uma proporção bem pequena comparativamente ao total de entregas do PPA, o qual segue, de modo geral, uma tendência de redução desde 2018, demonstrando uma melhora nos dimensionamentos das metas dessas entregas. Os dados brutos relativos a esses valores estão dispostos no link:

[https://drive.google.com/drive/folders/1wb\\_oNZRyh9811FWOXUIhpP9FYMwgud21](https://drive.google.com/drive/folders/1wb_oNZRyh9811FWOXUIhpP9FYMwgud21)

**Tabela 2 - Proporção de Entregas com Execução acima de 1.000% no PPA**

PPA de Referência	Ano	Total de entregas no PPA(A)	Entregas com execução acima de 1.000%(B)	%(B/A)
2016-2019	2018	747*	16	2,14
2016-2019	2019	747*	17	2,28
2020-2023	2020	988	11	1,12
2020-2023	2021**	990	13	1,31

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sima. Cemap/ Coplo/ Seplag.

\* Entregas que permaneceram vigentes no biênio 18-19, após o processo de revisão do PPA 2016-2019.

\*\* Dados atualizados até dezembro de 2021.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

**Recomendação nº. 03: À SEPLAG que proceda à elaboração de políticas públicas distributivas, que priorizem a adoção dos índices de desenvolvimento**

**municipal ou humano como critério para a posterior destinação de recursos a título de transferências voluntárias.**

**Recomendação nº. 53: No que se refere às transferências voluntárias aos Municípios, entendemos por RECOMENDAR à SEPLAG que proceda à elaboração de políticas públicas que priorizem a adoção de critérios objetivos para destinação do repasse de recursos, preferencialmente de reforma distributiva e redutora de desigualdades.**

Acerca das recomendações em epígrafe, que reporta a importância da utilização de mecanismos de gestão que contribuam para a melhoria de índices de desenvolvimento, destaca-se, que as diretrizes para destinação de recursos por meio de parcerias com Entes e Entidades Públicas, são analisadas e debatidas, anualmente, pelo Parlamento Cearense, na oportunidade das discussões para aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, matéria atualmente prevista no Art. 60 da Lei nº 17.278, 11 de setembro de 2020 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2021 – LDO 2021.

“Art. 60. É obrigatória a contrapartida dos municípios, calculada sobre o valor transferido pelo concedente, para recebimento de recursos mediante convênios e instrumentos congêneres celebrados com a Administração Pública Estadual, podendo ser atendida por meio de recursos financeiros, humanos ou materiais, ou de bens e serviços economicamente mensuráveis, segundo critério de percentual da receita de impostos municipais em relação às receitas orçamentárias, assim definidos:

I – 5% (cinco por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja inferior a 5% (cinco por cento);

II – 7% (sete por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) e inferior a 10% (dez por cento);

III – 10% (dez por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja igual ou superior a 10% (dez por cento) e inferior a 20% (vinte por cento);

IV – 20% (vinte por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja igual ou superior a 20% (vinte por cento).

§ 1.º Para o cálculo de que trata o caput, deverão ser consideradas as informações mais recentes divulgadas pelo Sistema de Finanças do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional – Finbra, na data da celebração da parceria.

§ 2.º Os percentuais de contrapartida fixados nos incisos I a IV deste artigo poderão ser reduzidos ou ampliados, conforme critérios estabelecidos para fins de aprovação dos planos de trabalho ou seleção de proposta, nos seguintes casos: I – projetos financiados por operações de crédito internas e externas os quais estabeleçam percentuais diferentes dos previstos neste artigo; II – programas de educação básica, de ações básicas de saúde, de segurança pública, de assistência social, de combate à pobreza, de assistência técnica e de superação da crise hídrica.

§ 3.º Os critérios estabelecidos para fins de aprovação dos planos de trabalho ou seleção de proposta deverão especificar o percentual de contrapartida a ser aportada.

§ 4.º A exigência da contrapartida prevista no caput não se aplica às parcerias celebradas para atender exclusivamente às situações de emergências ou calamidade pública, formalmente reconhecidas pelo Poder Executivo Estadual.

§ 5.º Os municípios cearenses que, no exercício fiscal de 2020, comprovem o aumento de suas receitas próprias de impostos em comparação ao exercício fiscal de 2019, terão redução da contrapartida a que se refere o caput deste artigo nos seguintes patamares: I – aumento de 2% (dois por cento) na arrecadação com redução em 2% (dois por cento) na contrapartida; II – aumento de 4% (quatro por cento) na arrecadação com redução em 3% (três por cento) na contrapartida; III – aumento de 6% (seis por cento) na arrecadação com redução em 4% (quatro por cento) na contrapartida.



**§ 6.º Os municípios cearenses classificados em 2020 nos grupos de Média-Alta e Alta Vulnerabilidade do Índice Municipal de Alerta – IMA, divulgados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, terão redução nos percentuais estabelecidos no caput deste artigo em 3% (três pontos percentuais).” (grifo nosso)**

Ressalta-se que o Índice Municipal de Alerta – IMA, citado no § 6º do art. 60 da LDO 2021, é calculado para os 184 municípios do estado do Ceará a partir de um conjunto de 12 indicadores, os quais buscam medir a vulnerabilidade dos municípios no que diz respeito a aspectos climáticos, agrícolas e de **assistência social**.

Dentre os indicadores, destacam-se:

1. Produtividade agrícola por hectare
2. Produção agrícola por habitante
3. Utilização da área colhida com culturas de subsistência
4. Perda de safra
5. Proporção de famílias beneficiadas com Bolsa-Família
6. Nº de vagas do Seguro Safra por 100 habitantes rurais
7. Climatologia
8. Desvio normalizado das chuvas
9. Escoamento superficial
10. Índice de Distribuição de Chuvas
11. Índice de Aridez
12. Situação dos mananciais de água dos sistemas de abastecimento das sedes urbanas

Dessa forma, o Estado já adota critérios e índices que são estabelecidos na LDO, os quais incentivam a distribuição dos recursos aos municípios, de forma a reduzir as vulnerabilidades climáticas, agrícolas e sociais existentes. A utilização de outros critérios poderia ser analisada para ser implementada em momento posterior.

Adicionalmente, reforçando a execução de políticas públicas distributivas, que priorizam a adoção dos índices de desenvolvimento municipal ou humano, na perspectiva de enfrentamento ao desafio de redução das desigualdades sociais, o Poder Executivo Estadual também executa políticas distributivas, mediante a utilização de indicadores de desenvolvimento como critério de priorização na escolha de projetos e beneficiários de repasses diversos.

Nesse sentido, foi criado um fundo específico que prioriza a execução de políticas distributivas e de combate à pobreza. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, foi instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26/11/2003 (DOE de 27/11/2003) e regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/2009).

A lei de criação do FECOP o caracteriza como um Fundo Especial de Gestão, de natureza contábil, cuja finalidade é viabilizar, para a população pobre e extremamente pobre do Estado do Ceará, acesso a níveis dignos de subsistência, mediante a aplicação de recursos em ações suplementares de assistência social, nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço da renda familiar, combate à seca, desenvolvimento infantil, e outros programas de relevante interesse social, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida.

As diretrizes de atuação do Fundo incluem a atenção integral para superação da pobreza e redução das desigualdades sociais; o acesso de pessoas, famílias e comunidades ao desenvolvimento integral; o fortalecimento de oportunidades econômicas e de inserção de pessoas na faixa economicamente ativa do setor produtivo; e o combate aos mecanismos de geração da pobreza e de desigualdades sociais.

Dentre seus objetivos estão a assistência às populações vulneráveis, que se situam abaixo da linha da pobreza, potencializando programas e projetos,

favorecendo o acesso a bens e serviços sociais, para a melhoria das condições de vida.

O FECOP é gerido financeiramente pela Secretaria da Fazenda, segundo programação estabelecida pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social-CCPIS, que é presidido pelo Secretário do Planejamento e Coordenação do Estado.

Cabe ao CCPIS coordenar a formulação de políticas e diretrizes dos programas e ações governamentais voltados para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e estabelecer, em articulação com os órgãos responsáveis pela execução dos programas, a programação a ser financiada com recursos provenientes do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP. Diante desse desafio, o Decreto Estadual Nº 33.320, de 24 de outubro de 2019, instituiu critérios para análise e avaliação de projetos, para fins de deliberação do CCPIS. Cada projeto é analisado com base nesses critérios e recebem uma pontuação, que se for superior a 6, será encaminhado para deliberação do CCPIS.

Dentre os critérios para destinação dos recursos, destacam-se aquele contidos nos art. 3º e 4º, conforme transcritos abaixo:

“Art. 3º. Os Beneficiários dos projetos de assistência à família, estruturantes ou assistenciais devem ser inseridos no Sistema de Cadastramento de Beneficiários e Monitoramento de Indicadores de Resultados, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará - IPECE. Parágrafo único. O Sistema de Cadastramento de Beneficiários e Monitoramento de Indicadores de Resultados deverá ser aprovado pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS.

Art. 4º. Os projetos de infraestrutura (geradores de emprego e renda) devem **priorizar**, no caso de **municípios** fora da Região Metropolitana de Fortaleza, observada a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os de **menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM**, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Parágrafo único. Os projetos a serem executados na Região Metropolitana de Fortaleza devem considerar o mapa das Unidades de

Desenvolvimento Humano (UDHs), que são áreas homogêneas, do ponto de vista das condições socioeconômicas, e que permitem captar diferenças no desenvolvimento humano no interior dos espaços intrametropolitanos.” (grifo nosso)

Os recursos que vem sendo executados pelo Estado evidenciam o alinhamento das políticas públicas do Ceará com o combate aos mecanismos de geração da pobreza e de desigualdades sociais. Deste modo, o Poder Executivo reitera a posição de que vem estabelecendo políticas públicas distributivas e busca o contínuo aprimoramento dos mecanismos de alocação de recursos.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: LDO 2021 e o Índice Municipal de Alerta – IMA elaborado e publicado pelo IPECE.

**Recomendação nº. 04: A todas as Secretarias do Estado que se abstenham de contratar terceirizados para a realização de atividades inerentes a servidores públicos (atividade-fim), e avaliem a necessidade de realização de concurso público, sob pena de ofensa ao art. 37, inciso II, CF/88.**

**Recomendação nº. 58: No que se refere à elevação das despesas com terceirização de mão-de-obra em substituição a servidores públicos, sugerimos RECOMENDAR monitoramento desses gastos para evitar que haja uma tendência de aumento desproporcional ao longo do tempo, comprometendo as despesas de custeio e caracterizando desrespeito à regra do concurso público, contida no inciso II do art. 37 da Constituição Federal, e aos limites traçados na LRF.**

Análise da Comissão do PASF: A SEPLAG vem trabalhando nas recomendações 04 e 58 para padronização das contratações de mão de obra terceirizada do Estado do Ceará. Em 2018, foi reformulado o catálogo de categoria da terceirização, reduzindo de 430 para 85 categorias, nas áreas de saúde, informática, asseio e conservação, transportes e vigilância, reduzindo assim atividades fins realizadas por terceirizados.

Quanto ao aumento do custo entre 2020 e 2021, utilizando o elemento de despesa 34, conforme tabela abaixo, observa-se que cerca de 74% se deu na área da saúde (cooperativas), o que pode se explicar pelo aumento de profissionais nessa área para atender a necessidade do Estado no enfrentamento da pandemia. Muitos serviços ficaram retraídos em 2020 devido à atenção maior no enfrentamento da pandemia do COVID-19 e em 2021 começaram a ser gradativamente disponibilizados à população. Vale ressaltar ainda, a redução deste custo no ano 2022, início do período pós pandemia, conforme Tabela 3.

**Tabela 3 – Detalhamento por item do elemento de despesa 34**

ELEMENTO DE DESPESA 34	2020	2021	2022
Terceirização decorrente de Substituição Mao-de-Obra (LRF, Art. 18)	216.538,59	245.648,11	222.811,88
Cooperativas - Terceirização decorrente de Substituição Mao-de-Obra (LRF, Art. 18)	647.401,08	715.611,88	446.583,49
<b>TOTAL</b>	<b>863.939,67</b>	<b>961.259,99</b>	<b>669.395,37</b>

Fonte: SIOF - SEPLAG

Em relação à contratação de profissionais com vínculo permanente, informamos que, consoante inciso I do art. 10 do Decreto nº 21.284, de 26 de fevereiro de 1991, competem aos órgãos/entidades setoriais prever, identificar e informar as necessidades quantitativas e qualitativas de recursos humanos, apresentando subsídios, objetivando estabelecer políticas e diretrizes de manutenção e controle de pessoal.

No ano de 2021, o Governo do Estado do Ceará nomeou um total de **2.751** candidatos aprovados em concursos públicos, para formação do quadro efetivo de pessoal dos seguintes órgãos: Secretaria da Educação do Ceará (Seduc), Polícia Militar do Estado do Ceará (PMCE), Secretaria da Administração Penitenciária do Estado do Ceará (SAP), Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (CBMCE), Departamento Estadual de Trânsito do Ceará (Detran), Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), dentre outros.

Considerando os concursos públicos que foram autorizados e as respectivas nomeações de servidores públicos ocorridas no exercício de 2021 para cargos efetivos que realizam atividades fins, não necessariamente, com as respectivas

nomeações de servidores, ocorre uma redução de terceirizados. Os terceirizados contratados pelo Estado são em categorias padronizadas pela Seplag, conforme já citado e se referem a atividades meio.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Decreto nº. 33.903, de 21 de janeiro de 2021; Decreto nº. 34.194, de 05 de agosto de 2021;  
[http://www2.seplag.ce.gov.br/content/aplicacao/SEAD/concursos/novo/concursos\\_novo.asp](http://www2.seplag.ce.gov.br/content/aplicacao/SEAD/concursos/novo/concursos_novo.asp)

**Recomendação nº. 05: À Secretaria do Planejamento e Gestão que aprimore o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de forma a descrever as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento, conforme prevê o art. 4º, I, e, da Lei de Responsabilidade Fiscal.**

Análise da Comissão do PASF: A Lei nº 17.278, de 11 de setembro de 2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021, em seu artigo 18, define as regras a serem observadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública, quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, de seus créditos adicionais e da respectiva execução, classificando as ações orçamentárias em relação a prevalência da despesa, justamente visando propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas do Governo.

Esse regramento determina que as ações orçamentárias sejam classificadas em relação à prevalência da despesa, ou seja, na elaboração da LOA deve-se definir se os gastos são: Administrativos ou Finalísticos, sendo continuado, não continuado ou Investimento/inversão dentro de cada tipo. A identificação do tipo de gasto a partir das ações orçamentárias é um critério importante na criação da estrutura necessária ao efetivo controle dos custos.

Cita, ainda, o Decreto nº 32.173, de 22 de março de 2017 que dispõe sobre o funcionamento do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (COGERF), que subsidiado pelo Grupo Técnico de Gestão Fiscal e pelo Grupo Técnico de Gestão de Contas, define diretrizes e estabelece medidas a serem seguidas pelos órgãos que integram a administração estadual, visando, dentre outras coisas, à

contenção ou racionalização dos gastos públicos e ao desempenho da gestão por resultados, da gestão fiscal, da gestão de contas e da gestão de investimentos públicos do Estado, bem como fixar e acompanhar os limites financeiros, compatíveis com a manutenção do equilíbrio do Tesouro Estadual, para realização das despesas dos órgãos e entidades da administração pública estadual que recebam recursos à conta de dotações do Orçamento Geral do Estado. Além disso, a LDO cita também a Emenda Constitucional nº 88, de 21/12/2016, que trata do Novo Regime Fiscal, estabelecendo limites individualizados para as despesas primárias correntes.

Acrescenta que também é definido na LDO que a avaliação dos programas cabe ao Grupo Técnico de Gestão por Resultados (GTR), que assessora o COGERF e finaliza informando que: Na Lei do Plano Plurianual 2020-2023 – Lei nº 17.160 de 27 de setembro de 2019, os programas e seus respectivos atributos estão definidos de modo a possibilitar uma melhor avaliação de seus resultados bem como melhorar o controle dos custos das Ações Orçamentárias. Em seu artigo 15, prevê a realização de avaliações bienais do Plano, que trata, por exemplo, da avaliação dos programas finalísticos (...).

Desse modo, de forma planejada e gradual, o governo tem implementado medidas que garantam uma gestão fiscal planejada e eficiente dos recursos públicos.

#### LDO 2022 - Lei nº 17.573 de 23 de julho de 2021

Art. 18. Visando propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas do Governo, contribuindo para a elevação da eficiência e eficácia da gestão pública, os órgãos e as entidades da Administração Pública deverão observar, quando da elaboração da Lei Orçamentária, de seus créditos adicionais e da respectiva execução, a classificação da ação orçamentária em relação à prevalência da despesa, conforme abaixo mencionada:

I – ações orçamentárias com prevalência de “Gastos Administrativos Continuados”: gastos de natureza administrativa que se repetem ao longo do tempo e representam custos básicos do órgão;

II – ações orçamentárias com prevalência de “Gastos Correntes Administrativos Não Continuados”: despesas de natureza administrativa de caráter eventual;

III – ações orçamentárias com prevalência de despesas de “Investimentos/Inversões Administrativas”: despesas de capital, obras, instalações e aquisições de equipamentos, desapropriações, aquisições de imóveis, de natureza administrativa, visando à melhoria das condições de trabalho das áreas meio;

IV – ações orçamentárias com prevalência de “Gastos Finalísticos Correntes Continuados”: despesas correntes relacionadas com a oferta de produtos e serviços à sociedade, de natureza continuada, e não contribuem para a geração de ativos;

V – ações orçamentárias com prevalência de “Gastos Finalísticos Correntes Não Continuados”: gastos relacionados com a oferta de produtos e serviços à sociedade, mas não existe o caráter de obrigatoriedade. A despesa pode ter relação com a realização de ativos públicos;

VI – ações orçamentárias com prevalência de despesas de “Investimentos/Inversões Finalísticas”: despesas de capital, obras, instalações e aquisições de equipamentos, desapropriações, aquisições de imóveis, aumento de capital de empresas públicas em ações que ofereçam produtos ou serviços à sociedade.

§ 1.º Consoante o Decreto n.º 32.173, de 22 de março de 2017, que disciplina o funcionamento do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, caberá ao Grupo Técnico de Gestão de Contas – GTC e ao Grupo Técnico de Gestão Fiscal – GTF analisar e compatibilizar, respectivamente, a programação financeira dos órgãos e das entidades e a gestão fiscal, destacando a expansão dos custos de manutenção das áreas administrativas e finalísticas, submetendo ao COGERF as recomendações que assegurem o equilíbrio fiscal da Administração Pública, o cumprimento de metas e resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.



§ 2.º O controle de custos segue o estabelecido no § 1.º deste artigo e na Emenda Constitucional n.º 88, de 21 de dezembro de 2016, que trata do Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Ceará e estabelece limites individualizados para as despesas primárias correntes.

§ 3.º A avaliação dos resultados dos programas do Governo caberá ao Grupo Técnico de Gestão por Resultados – GTR, conforme o Decreto citado no § 1.º deste artigo, que assessora o COGERF nos assuntos relacionados ao desempenho de programas e ao cumprimento de metas e resultados governamentais, à luz dos Acordos de Resultados pactuados.

§ 4.º O Poder Executivo Estadual disponibilizará, no Portal da Transparência, o acompanhamento das obras de infraestrutura do Estado cujos valores sejam iguais ou superiores a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), com apresentação de quadro demonstrativo dos custos básicos e principais informações em termos físicos e monetários que permitam a avaliação e o acompanhamento da gestão, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

§ 5.º As informações de que trata o parágrafo anterior ficarão disponíveis em até 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Implementação do Siafe - SEFAZ.

**Recomendação nº. 06: À Secretaria da Fazenda que dê continuidade ao processo de implantação do sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em atendimento as exigências contidas no art. 50, VI, § 3º da LRF.**

Análise da Comissão do PASF: O processo de elaboração dos instrumentos de planejamento tem sido continuamente aprimorado para contemplar a implantação de um sistema de custos. O Governo do Estado, de forma planejada e gradual, está

implementando as medidas e trabalhando para que o controle de custos possa garantir a comparabilidade entre todos os órgãos do Governo. A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO desde o exercício financeiro de 2021 buscou explicitar o nível de controle dos custos e de avaliação dos programas que o Estado pode realizar, com vistas à efetiva implantação do sistema de custos, dentro do prazo legal estabelecido.

Além disso, desde janeiro de 2022, está em execução o Contrato nº 043/2021, celebrado pelo Governo do Estado do Ceará, representado pela Secretaria da Fazenda, cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada para atendimento às especificidades do controle orçamentário, financeiro e contábil do Estado do Ceará.

Alguns módulos do novo sistema já foram implantados e, dentre os módulos a serem desenvolvidos, consta o de Gestão de Custos, que aproveitará todo o arcabouço teórico desenvolvido pela Comissão formada por SEFAZ, SEPLAG e CGE para desenvolvimento da metodologia de custos aplicados à Administração Estadual e cuja previsão para a entrega é julho de 2023.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação

Evidências: LDO 2023, que pode ser acessada neste link: <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-lei-de-diretrizes-orcamentarias/lei-de-diretrizes-orcamentarias-2023/> ; Contrato nº 043/2021, cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada para atendimento às especificidades do controle orçamentário, financeiro e contábil do Estado do Ceará; NBC TSP 34.

**Recomendação nº. 07: À Secretaria do Planejamento e Gestão que fiscalize o cumprimento do Manual de Celebração de Contrato de Gestão e, antes da formalização de contratos de gestão, promova estudo detalhado que contemple a avaliação precisa dos custos do serviço e dos ganhos de eficiência esperados, bem assim planilha detalhada com a estimativa de custos a serem incorridos na execução dos contratos de gestão.**

Análise da Comissão do PASF: No tocante à fiscalização do cumprimento do Manual de Celebração de Contrato de Gestão, a SEPLAG, por meio da **CECGE/Cocap**, atua constantemente nesse propósito, tanto pela sistematização das exigências e orientações para a Celebração de Contratos de Gestão no Sistema de Controle de Contratos de Gestão (**SCCG**), quanto pela conferência e análise de todos os pleitos de inseridos pelos **Contratantes** (Órgãos ou Entidades Públicas) e pelas **Contratadas** (Organizações Sociais), previamente às formalizações desses instrumentos. Além desse duplo controle, a **CECGE/Cocap** promove, no início de cada ano, uma reunião geral de orientação às Partes Envolvidas nesse processo, que contemplam temas gerais, gerenciais, exigências e inovações ou alterações no próprio sistema, sem prejuízo das demais orientações prestadas ao longo do ano, mediante demandas dos interessados.

No referente à promoção do Estudo Técnico Detalhado (**ETD**), não obstante a sua elaboração ser de responsabilidade do **Contratante** (Órgão ou Entidade Pública), a **CECGE/Cocap** reforça, sistematicamente, a necessidade de aperfeiçoamento de seus dados e cobra o atendimento dessa exigência em toda conferência da documentação de pleito de celebração no **SCCG**, quando da conferência documental.

A justificativa da escolha, responsabilidade e análise da sua vantajosidade é uma atribuição do **Contratante**, conforme estabelecido no rito processual, existindo ainda uma Comissão de Avaliação, a qual é responsável pela fiscalização e avaliação do instrumento firmado (Art. 10 da lei estadual).

Especificamente, quanto ao achado alusivo ao Contrato de Gestão firmado em 2021, entre a **Seduc** e o **Centec**, a **Cecge/Seplag** reforçará, na próxima Reunião de Planejamento dos Contratos de Gestão para o período 2023-2024:

a) A necessidade de aperfeiçoamento do **ETD**, sobremaneira, na demonstração da vantajosidade dessa modalidade de contratação, quanto à eficiência e à economia para o Estado; e

b) Com base no **ETD** e no Termo de Referência (**TR**), a necessidade de amadurecimento do Plano de Trabalho (**PT**) para aperfeiçoar a quantificação das

metas e a definição dos indicadores de desempenho para medição e avaliação dos resultados alcançados.

A **CECGE/Seplag** atua em observância do aperfeiçoamento processual contínuo e dará destaque aos achados identificados pelo **TCE**. Ela assessora e orienta, continuamente, **Contratantes** e **Organizações Sociais**, mantendo vários canais de interlocução, como telefone, e-mail, reunião virtual, atendimento presencial e capacitações, com o propósito de que as Partes Envolvidas se aproximem, cada vez mais, do fidedigno cumprimento dos procedimentos e exigência constantes no Manual de Celebração de Contratos de Gestão. Para tanto, em 2022, a **CECGE/Seplag**, por meio da Escola de Gestão Pública (**EGP**), capacitou 108 (cento e oito) técnicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual demandantes de Contrato de Gestão: Secretaria da Saúde (**Sesa**), Secretaria da Cultura (**Secult**), Secretaria do Meio Ambiente (**Sema**), Secretaria do Esporte e Juventude (**Sejuv**), Secretaria dos Recursos Hídricos (**SRH**), Secretaria do Desenvolvimento Agrário (**SDA**), Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (**Idace**), Secretaria das Cidades (**SCidades**), Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (**Secitece**), Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (**Sedet**) e Secretaria da Educação (**Seduc**).

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Sistema de Controle dos Contratos de Gestão (SCCG); Manual de Celebração de Contratos de Gestão; e capacitação por meio da Escola de Gestão Pública (**EGP**).

**Recomendação nº. 08: À Secretaria da Fazenda que especifique nos instrumentos de planejamento (LDO/LOA) quais parâmetros foram utilizados para se apurar a renúncia de receita nela identificada, e assim, garantir a demonstração com transparência desses valores, possibilitando um controle social, bem como a permanente revisão dos critérios utilizados.**

Análise da Comissão do PASF: O Tribunal de Contas do Estado entendeu que, apesar de constar no Anexo de Metas Fiscais, na memória de cálculo das metas anuais, o valor considerado para renúncia de receitas, não observou a especificação

de quais parâmetros foram utilizados para se apurar o valor previsto, reiterando a recomendação.

Nos autos do Processo nº 19.081/2020-3, a Gerência de Fiscalização de Demonstrações Financeiras e Receitas do TCE, no uso de suas atribuições legais, realizou auditoria de natureza de conformidade cujo objeto são as renúncias de receitas realizadas pelo governo do estado do Ceará, tendo como objetivo a avaliação dos controles relacionados à renúncia de receitas no âmbito do Estado do Ceará.

Naqueles autos, foi expedida a Recomendação nº 2, que guarda correspondência à presente recomendação. Na oportunidade, por meio do OFÍCIO GABIN nº 457/2022, a Secretaria da Fazenda apresentou a seguinte resposta à recomendação:

"A Secretaria da Fazenda, através da Secretaria Executiva do Tesouro Estadual e Metas Fiscais, da Coordenadoria de Gestão Fiscal e da Célula de Estudos Econômicos-Tributários, elaborou estudo acerca dos Regimes Especiais de Tributação (Anexo I), que é capaz de atender às recomendações de n.ºs 2 e 4. O estudo teve como escopo realizar uma análise jurídica e quantitativa sobre os benefícios fiscais concedidos com fundamento na Lei n.º 14.237/2008, normalmente identificados como benefícios não atrelados a "programas", com o intuito de fornecer métricas efetivas para a quantificação e análise dos benefícios."

Como ação proposta foi apontada:

"1) ICMS será contemplado na LDO de 2024, elaborada durante o ano de 2023; 2) IPVA será contemplado na LDO de 2024, elaborada durante o ano de 2023, e 3) ITCD será contemplado na LDO de 2025, elaborada durante o ano de 2024".

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: a comprovação da matriz de compromissos da Secretaria da Fazenda está nos documentos anexo.

**Recomendação nº. 09: Ao Poder Executivo que adote as medidas necessárias para a regulamentação da forma de apropriação dos saldos remanescentes dos contratos de gestão, bem como a sua respectiva transparência.**

Análise da Comissão do PASF: O Poder Executivo Estadual por meio da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, contratou no exercício de 2022 o desenvolvimento de um novo sistema de gestão de contratos, visando aperfeiçoar o monitoramento da execução física e financeira das contratações. O novo sistema de contratos, juntamente com um outro sistema já existente, o e-Parcerias, irão proporcionar maior rastreabilidade, agilidade, segurança e transparência, aos contratos, convênios e instrumentos congêneres celebrados pelos órgãos e entidades integrantes do orçamento fiscal do Poder Executivo Estadual.

O desenvolvimento dos trabalhos abrange, dentre outras, discussões e análise das regras de negócio e mapeamentos de processo, quando são identificadas necessidades e oportunidades de ajustes na legislação estadual correlata.

Nesse contexto, as regras e os procedimentos de acompanhamento físico e financeiro dos instrumentos contratuais em geral, inclusive dos contratos de gestão, serão analisados no sentido de se detectar situações de ganhos no seu monitoramento e execução, inclusive quanto aos saldos remanescentes dos contratos de gestão, que estão contemplados no escopo das discussões.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Contratação do CONSORCIO CONFIDERE E CANIX TECNOLOGIA E INFORMACAO, para desenvolvimento do Sistema de Controle de Instrumentos Contratuais do Poder Executivo do Estado do Ceará:  
<https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/contratos/contratos/458041?locale=pt-BR>

**Recomendação nº 10 – à Secretaria da Fazenda e à Procuradoria Geral do Estado recomendados a disponibilização de indicadores que proporcionem o**

**conhecimento da situação da Dívida Ativa, tais como: Índice de prescrição da Dívida Ativa; Efetividade da Cobrança da Dívida Ativa; Índice de Efetividade da Cobrança da Dívida Ativa; Índice de Efetividade do Parcelamento no Recolhimento dos Créditos da Dívida Ativa, entre outros.**

**Recomendação nº 21 – À Secretaria da Fazenda e à Procuradoria Geral do Estado, diante da vultuosidade do valor envolvido, que continuem dando prosseguimento às ações de aprimoramento na metodologia do cálculo do ajuste de perdas da Dívida Ativa, buscando a efetiva inclusão de novos critérios, bem como o atendimento ao princípio contábil da prudência.**

**Recomendação nº 54 – Sobre a dívida ativa, RECOMENDAR à SEFAZ e à PGE que aperfeiçoem, sempre, os critérios de avaliação da qualidade dos créditos inscritos, a fim de que o montante indicado com “Dívida Ativa líquida”, reflita, neste aspecto, a real situação patrimonial do Estado do Ceará.**

Análise da Comissão do PASF: Ao longo dos últimos anos, várias medidas estão sendo progressivamente adotadas para melhor gerenciamento, controle, efetividade na recuperação dos créditos inscritos na Dívida Ativa e disponibilização de relatórios em tempo real.

O Portal da Dívida Ativa é ferramenta dotada de funcionalidades para consulta em tempo real de relatórios do saldo devedor total, por contribuintes e até mesmo por fase de cobrança do débito.

O referido sistema permite, inclusive, o acompanhamento da efetiva arrecadação total de débitos não tributários por mês e por código de receita. Por meio de todos os relatórios disponibilizados pelo referido sistema, é possível conhecer o índice de efetividade da cobrança da dívida ativa não tributária, efetividade de parcelamentos etc.

Sua utilização pode ser realizada dentro da própria PGE ou, externamente, mediante instalação de uma VPN (Virtual Private Network – Rede Privada Virtual) no computador do servidor específico para que o usuário tenha acesso remoto ao menu de opções do sistema personalizado de acordo com a sua função específica.

Nesse contexto, a Procuradoria-Geral do Estado, enquanto gestora da dívida ativa não tributária, permanece à disposição do corpo técnico do egrégio Tribunal de Contas para viabilizar eventual acesso remoto para consulta em tempo real ao referido sistema.

Apesar do Portal da Dívida Ativa (<http://portaldivida.pge.ce.gov.br>) ainda estar restrito apenas à dívida ativa não tributária, tanto a Procuradoria-Geral do Estado como a Secretaria da Fazenda envidam todos os esforços para permitir a migração da dívida ativa tributária para tal sistema. Os estudos para downsizing do Sistema Dívida estão em constante desenvolvimento, mas, diante da vultuosidade e complexidade da dívida ativa tributária, tal transição não pôde ser concluída ainda em 2022.

Por outro lado, o Estado do Ceará tem implementado e dado continuidade a uma série de outras medidas para otimizar a arrecadação e combater à evasão e sonegação fiscais e aprimorar a gestão das Dívida Ativa, em especial no que se refere à avaliação da qualidade dos créditos inscritos e aprimoramento da metodologia de cálculo do ajuste de perdas da Dívida Ativa.

Por meio da **Portaria PGE/GAB nº. 141**, publicada no Diário Oficial do Estado de 18 de outubro de 2022, foi instituída Comissão para “definir critérios para o *Rating* da Dívida Ativa do Estado do Ceará”, que tem como finalidade definir critérios para aferição do grau de recuperabilidade e classificação das dívidas tributárias e não-tributárias inscritas pelo Estado do Ceará na dívida ativa (*rating* da dívida ativa) e de segmentação de contribuintes.

Da mesma forma, a **Portaria Conjunta PGE/SEFAZ nº 001**, de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado de 13 de outubro de 2022, instituiu grupo de trabalho com a finalidade de definir parâmetros que identifiquem a probabilidade de não realização do crédito inscrito em dívida ativa para se determinar a metodologia de cálculo do ajuste de perdas da Dívida Ativa do Estado do Ceará.

Em levantamento realizado pelo grupo de trabalho da Secretaria da Fazenda nomeado em referida Portaria, procedeu-se à elaboração de estudo técnico com recomendação de qualificação de créditos inscritos em dívida como irrecuperáveis para as certidões de dívida ativa em face de devedores cuja situação cadastral do



CGF encontra-se como anulado, baixado de ofício ou a pedido, baixado CNPJ/NIRE, cancelado, cassado, em processo de baixa, excluído, não homologado ou suspenso e, cumulativamente, a dívida ativa esteja inscrita há mais de 15 (quinze) anos sem haver anotação atual de parcelamento, garantia nem suspensão de exigibilidade.

No caso de devedores sem inscrição no CGF, para créditos relativos a ICMS, multas autônomas, IPVA e ITCD, referido estudo recomendou a qualificação de créditos inscritos em dívida como irrecuperáveis para as certidões de dívida ativa inscrita há mais de 15 (quinze) anos sem haver anotação atual de parcelamento, garantia nem suspensão de exigibilidade, sendo todas as duas recomendações adotadas no balanço geral do Estado para o exercício de 2022.

É oportuno destacar que o trabalho resultante dessas medidas é imprescindível não apenas para aprimorar a metodologia do cálculo do ajuste de perdas da Dívida Ativa, mas, principalmente, para maximizar e otimizar a arrecadação do Estado, com relevantes reflexos – diretos e indiretos - nos atos de combate à evasão e sonegação fiscal.

Ao tempo em que se concretizaram passos necessários para o Estado do Ceará implementar o *rating* da Dívida Ativa e a transação tributária e aperfeiçoar o ajuste de perdas da Dívida Ativa, verificou-se, também, a reorganização na estrutura administrativa da Procuradoria-Geral do Estado.

Com a edição da **Lei Complementar nº 277, de 14 de fevereiro de 2022**, foi criada a **Procuradoria de Atuação Fiscal Estratégica** com competência para atuar junto à Procuradoria da Dívida Ativa e a Procuradoria Fiscal em questões estratégicas nos processos judiciais e administrativos referentes a grandes devedores ou com temas relevantes, bem como atuar juntamente ao Ministério Público Estadual, a Secretaria da Fazenda Estadual e outros órgãos e entes no combate à sonegação fiscal.

Somado a isso, a atuação do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA) foi fortalecida com o **Termo de Cooperação nº 001/2022**, publicado no Diário Oficial do Estado de 21 de dezembro de 2022, firmado entre a Procuradoria-Geral do Estado, o Ministério Público Estadual do Ceará e a Secretaria

da Fazenda com vistas a estabelecer auxílio mútuo entre as partes com vista à prestação de informações da dívida ativa.

Para possibilitar o cumprimento do escopo do termo de cooperação, foi lançada a ferramenta eletrônica “**ConsultaMP**”, vinculada ao Portal do Contribuinte da Procuradoria-Geral do Estado para promover e otimizar operacionalmente a troca de informações de modo a facilitar e agilizar a atuação do Ministério Público Estadual no combate aos crimes contra a ordem tributária e o aprimoramento na recuperação de ativos, em benefício de todos os cidadãos e do erário estadual.

O Estado do Ceará também avançou no aperfeiçoamento da cooperação com o Poder Judiciário para dar celeridade às ações judiciais que tratam de matéria tributária, notadamente as execuções fiscais em curso.

O sistema “**ConsultaJud**”, também vinculado ao Portal do Contribuinte da Procuradoria-Geral do Estado, traduz-se em ferramenta que oferece mais transparência e agilidade às atividades que envolvem os dois órgãos, permitindo consulta direta, em tempo real, a informações sobre as inscrições em Dívida Ativa pelos membros do Poder Judiciário e reduzindo o tempo gasto com expedientes desnecessários na busca de dados relacionados às dívidas dos contribuintes.

O incremento tecnológico auxilia os magistrados no acesso direto às informações fiscais de contribuintes relacionadas à dívida ativa, que permite maior agilidade no poder de decisão, implicando, com isso, em avanços relacionados à recuperação de créditos.

Demais disso, com o propósito de otimizar a base de dados de contribuintes do Estado e otimizar a arrecadação, a Procuradoria-Geral do Estado firmou com o Departamento Estadual de Trânsito do Ceará – Detran/Ce o **Termo de Cooperação Técnica nº. 153/2022** para estabelecer um regime de cooperação mútua entre as partes, especificamente quanto ao compartilhamento de informações cadastrais atualizadas de usuários no Estado do Ceará que estejam na base de dados do DETRAN/CE.

Trata-se de medida concreta que terá o condão de evitar sonegação pertinente aos tributos estaduais, em especial o IPVA, pois viabilizará que as medidas de

cobrança – extrajudiciais e judiciais – sejam direcionadas ao endereço mais atualizado do contribuinte que, uma vez regularmente notificado, será compelido a adotar medidas voltadas a regularizar sua dívida.

Visa-se, com isso, a expansão das notificações extrajudiciais e dos atos de protesto extrajudicial, permitindo maior assertividade no que concerne à localização destes contribuintes.

Por fim, foi editado o **Decreto nº 34.619**, de 31 de março de 2022, por meio do qual o Estado do Ceará consolidou o regramento relacionado aos parcelamentos de débitos inscritos em dívida ativa.

A norma legal estabeleceu condições mais flexíveis para o parcelamento de débitos ajuizados, com o fim de possibilitar que os contribuintes em situação de dificuldade econômica regularizem a situação fiscal pelo parcelamento de dívidas que estão sendo cobradas judicialmente, repercutindo diretamente na arrecadação.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: **Lei Complementar nº 277, de 14 de fevereiro de 2022**. Sistema “ConsultaJud”. **Termo de Cooperação Técnica nº. 153/2022**. **Decreto nº 34.619**, de 31 de março de 2022.

**Recomendação nº. 11: Ao Poder Executivo, que aprimore os mecanismos para identificação dos gastos executados com recursos ordinários, permitindo diferenciar os provenientes da União e os originados exclusivamente da arrecadação estadual.**

Análise da Comissão do PASF: O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO (Lei nº 18.247, de 05 de dezembro de 2022) e o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA (Lei nº 18.275, de 22 de novembro de 2022) elaborados no exercício de 2022 e referentes ao exercício de 2023 já utilizaram o padrão nacional de fonte de recursos previsto na Portaria Conjunta STN/SOF nº 20/2021.

A partir de janeiro de 2023, com a implantação do sistema Siafe-CE, as fontes de recursos foram padronizadas na execução orçamentária, financeira e contábil, conforme padrão nacional previsto na Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de

fevereiro e 2021, de forma a diferenciar os recursos de arrecadação própria dos provenientes de transferências, assim como foi adotada a nova tabela de fonte de recursos definida na Portaria nº 710, de 25 de fevereiro de 2021.

As padronizações previstas nas normas em epígrafe (Portaria Conjunta STN/SOF nº 20/2021 e Portaria nº 710/2021) foram implantadas no sistema Siafe-CE e o Manual Técnico do Orçamento de 2023 (disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/08/Manual-Tecnico-do-Orcamento-MTO-2023.pdf>) já apresenta a tabela de fonte de recursos definida na Portaria nº 710/2021.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro e 2021; Portaria nº 710, de 25 de fevereiro e 2021.

<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-lei-de-diretrizes-orcamentarias/lei-de-diretrizes-orcamentarias-2023/>

<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-lei-orcamentaria-anual/lei-orcamentaria-anual-2023/>

<https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/08/Manual-Tecnico-do-Orcamento-MTO-2023.pdf>

**Recomendação nº. 12: Ao Poder Executivo, que envie esforços para aumentar a transparência nos sites eletrônicos, por meio do saneamento dos dados apresentados e evidenciação de notas explicativas tanto em relação ao significado dos conteúdos dos campos divulgados quanto às informações consolidadas.**

Análise da Comissão do PASF: Com relação às explicações detalhadas das ações governamentais designadas pelos números 18367, 21066 e 21087 nos documentos de empenho, é importante destacar que esses empenhos já contêm a descrição textual apropriada dessas ações. Além disso, quaisquer inconsistências anteriormente encontradas nessas descrições foram corrigidas.

Ademais, o Ceará Transparente é uma plataforma que vem sendo melhorada de forma contínua, por meio de metodologia Ágil, quer seja com a inclusão de novas consultas, quer seja com a melhoria de consultas já disponibilizadas.

No ano de 2022, grande parte do esforço da equipe responsável pelo Ceará Transparente se debruçou na tarefa de integrar no novo sistema corporativo de execução orçamentária e financeira do Estado, o SIAFE. Um trabalho de grande escala, mas que tem o potencial de melhorar ainda mais o Ceará Transparente.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências:

[https://cearatr transparente.ce.gov.br/files/downloads/transparency/coronavirus/gasto\\_covid\\_dados\\_abertos.xlsx](https://cearatr transparente.ce.gov.br/files/downloads/transparency/coronavirus/gasto_covid_dados_abertos.xlsx)

**Recomendação nº. 13: Ao Poder Executivo, que demonstre a renúncia considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, conforme inciso I, do art. 14, da LRF, na LOA.**

Análise da Comissão do PASF: O Tribunal de Contas do Estado entendeu que a recomendação continua sendo não atendida, haja vista que o Poder Executivo Estadual não demonstrou em sua totalidade (bem como apresentou inconsistências) o impacto orçamentário e financeiro da renúncia de receita, conforme inciso I do art. 14 da LRF.

Nos autos do Processo nº 19.081/2020-3, a Gerência de Fiscalização de Demonstrações Financeiras e Receitas do TCE, no uso de suas atribuições legais, realizou auditoria de natureza de conformidade cujo objeto são as renúncias de receitas realizadas pelo governo do estado do Ceará, tendo como objetivo a avaliação dos controles relacionados à renúncia de receitas no âmbito do Estado do Ceará.

Naqueles autos foi expedida a Determinação nº 1, que guarda correspondência à presente recomendação. Na oportunidade, por meio do OFÍCIO GABIN nº 457/2022, a Secretaria da Fazenda apresentou a seguinte resposta à determinação:

"No que pertine às renúncias de receitas vigentes, houve avanço nos chamados "Benefícios de programas industriais", por meio do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI). Já no que se refere aos chamados "benefícios não decorrentes de programas", este se configura nos benefícios concedidos ao setor atacadista, normalmente chamados de "benefícios da carga líquida", pois estabelece uma sistemática diferenciada de recolhimento do ICMS, atrelada à possibilidade de redução da carga tributária em até 41,18%, nos termos da Lei nº 13.025, de 2000.

Tal sistemática foi estabelecida pela Lei nº 14.237, de 2008, que estabelece uma lista de CNAEs de contribuintes, para os quais a sistemática pode ser aplicada. Nesse tocante, desde 2019, o Gabinete da SEFAZ determinou à Célula de Estudos Econômicos que procedesse estudos para mensurar os benefícios fiscais concedidos aos 36 setores do atacado cearense em que a lei possibilita a concessão do benefício do ICMS.

Como se trata de muitos setores envolvidos, com aspectos complexos em cada um deles, a SEFAZ já conseguiu avançar conforme Anexo I a este trabalho, com parte expressiva dos setores beneficiados. Há de se ressaltar que os estudos continuam, com previsão de que novos setores possam ser finalizados no segundo semestre de 2023. Aqui, dada a quantidade de setores envolvidos, se faz salutar possibilitar um cronograma para que avancemos em cada um dos setores em que é possível ter-se esse tipo de benefício fiscal."

#### Ações propostas:

- 1) Elaborar estudo de benefícios detalhando setores atacadistas remanescentes, até 2º sem 2023.
- 2) Acompanhar elaboração de estudo nacional feito pelo COMSEFAZ, até 1º sem/2023;
- 3) Analisar viabilidade da contratação de estudo específico até 1º sem/2023.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: a comprovação da matriz de compromissos da Secretaria da Fazenda está nos documentos em anexo.

**Recomendação nº. 14: À Secretaria de Desenvolvimento Econômico e ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará, que realizem estudos anuais para avaliar o retorno obtido com as políticas de incentivos fiscais, em contrapartida com seu custo fiscal, bem como verificar o cumprimento, pelas empresas beneficiárias, das condições necessárias para o recebimento de incentivos fiscais.**

**Recomendação nº. 70: Ao Poder Executivo estadual que realize estudos periódicos para avaliar objetivamente o retorno socioeconômico obtido com as políticas de incentivos fiscais, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado, bem como evidencie nas notas explicativas no demonstrativo a metodologia utilizada para as projeções da estimativa do impacto orçamentário e demais informações para fins de controle e transparência das renúncias de receitas.**

Análise da Comissão do PASF: As recomendações 14 e 70 estão sendo atendidas com a execução do acordo de cooperação técnica Nº 02/2021, que tem por objeto a realização de estudos e avaliação de programas e políticas de competência da Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE), da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e da Controladoria e Ouvidoria Geral (CGE). Conforme estabelecido em Plano de Trabalho elaborado conjuntamente pelas Instituições participantes, o IPECE elaborou uma Nota Técnica que tem por objetivo desenvolver metodologia para estabelecimento do sistema de monitoramento da política de incentivos fiscais do Ceará e, conseqüentemente, fornecer informações para sua avaliação sistemática. A Nota Técnica foi desenvolvida a partir das bases de dados referentes ao programa do FDI, cedidas pela SDE, a qual é a Secretaria responsável pela produção e manutenção das referidas bases, e encontra-se em versão preliminar, dado que se identificou algumas inconsistências nas bases de dados que estão sendo solucionadas junto à SDE.

Deve-se frisar, que o estudo contempla uma fase inicial, que é a criação de indicadores de monitoramento necessários para a elaboração de estudos de avaliação do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), a serem desenvolvidos em etapa seguinte. Além disso, o relatório não representa a conclusão do sistema de monitoramento do FDI, dado que na etapa atual encontra-se em desenvolvimento a elaboração de uma ferramenta que permita a visualização dos resultados dos indicadores propostos na Nota Técnica, permitindo uma melhor comunicação dos possíveis benefícios e custos dessa política. Deve-se frisar, também, que o monitoramento ocorre de forma anual, exigindo a constante atualização dos dados por parte da SDE e, conseqüentemente, dos indicadores deles derivados, tornando o monitoramento do FDI uma tarefa que se prolongará pelos anos de sua existência.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação

Evidências: Acordo de Cooperação Técnica Nº 02/2021

**Recomendação nº. 15: Ao Poder Executivo, que, em atenção às metas e prioridades definidas na LDO, envide esforços no sentido de elevar o nível de execução orçamentária e física dos programas finalísticos e das correspondentes iniciativas.**

Análise da Comissão do PASF: O cumprimento das metas estabelecidas na LDO, bem como o compromisso em elevar o nível de execução orçamentária e física dos programas finalísticos e das correspondentes iniciativas/entregas, continua sendo prioridade, sendo acompanhado pelo monitoramento intensivo realizado sobre as entregas declaradas por meio do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima) e do Acordo de Resultados (AR), conforme registrado na resposta a essa mesma recomendação constante no Relatório Anual das Contas do Governador do Estado do Ceará referente ao exercício 2021. É fundamental considerar, durante todo o processo de gestão do Plano, as justificativas apresentadas pelo órgão/entidade estadual que fez a declaração de metas no PPA, a fim de que se analise a pertinência dos argumentos apresentados, e se promova, conforme cada caso, a adoção de medidas corretivas necessárias.



Importante destacar que, em 2022, das 141 entregas presentes no Anexo de Metas e Prioridades da LDO, 84 foram priorizadas no Acordo de Resultados, tendo



assim um acompanhamento diferenciado a fim de elevar o nível de execução física dessas entregas.

E quanto ao PPA, são eleitas em média 50% das iniciativas/entregas de cada um dos programas, para que estas recebam uma atenção especial na sinalização sobre o seu desempenho. Nesse universo monitorado, obrigatoriamente estão contidas as que possuem entregas declaradas como prioritárias da LDO, as quais, no sistema, são identificadas para destacá-las dentre as demais, conforme Figura 2 a seguir.

**Figura 2 – Tela de Listagem das Entregas no Sima.**

Ações	Id	Programa	Iniciativa	Entrega	Prioridade	Situação Geral da Entrega
> 	20282	123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	123.1.06 - Expansão da oferta de espaços lúdicos para a promoção do desenvolvimento infantil.	1856 - ESPAÇO LÚDICO IMPLANTADO	LDO AR	Validado
> 	19426	133 - PROTEÇÃO À VIDA E ACESSO À JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA	133.1.01 - Promoção da atenção aos migrantes, refugiados e pessoas em situação de tráfico.	407 - PESSOA BENEFICIADA	LDO AR	Aguardando Acompanhamento (Responsável)
> 	19537	631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	631.1.03 - Qualificação física e tecnológica dos serviços de saúde.	1426 - UNIDADE DE SAÚDE ESTRUTURADA	LDO AR	Validado
> 	19774	632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	632.1.07 - Qualificação física e tecnológica nas áreas de Vigilância a Saúde.	1426 - UNIDADE DE SAÚDE ESTRUTURADA	LDO AR	Validado

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima) / Seplag.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima) / Seplag

**Recomendação nº. 16: Ao Poder Executivo que, ao divulgar os valores repassados a título de transferências aos municípios, apresente a memória de cálculo dos montantes, evidenciando em notas explicativas os fatos que ensejarem as divergências entre os valores devidos a repassar e os montantes efetivamente repassados.**

Análise da Comissão do PASF: A partir do exercício financeiro de 2022, com a implantação Siafe-CE, o processo de transferência aos Municípios passou a ser efetivado por dedução de receita de forma automatizada no sistema.

Nos comprometemos a evidenciar em Nota Explicativa, com inclusão das memórias de cálculo respectivas, eventuais divergências entre os valores devidos a repassar e os montantes efetivamente repassados a título de transferências aos municípios na ocasião de emissão do Balanço Geral do Estado do exercício de 2022.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Execução Orçamentária de 2022 – Siafe/SEFAZ.

**Recomendação nº. 17: À Secretaria da Fazenda que elabore os demonstrativos do anexo de metas fiscais evidenciando todas as lacunas previstas no Manual dos Demonstrativos Fiscais (MDF), mesmo não existindo movimentação relacionada, prezando assim a transparência das informações.**

Análise da Comissão do PASF: Na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023 (LDO, Lei nº 18.159, de 15 de julho de 2022), os referidos demonstrativos já constam com todas as linhas previstas no Manual de Demonstrativos Fiscais, mesmo quando não há movimentação.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências:

Lei nº 18.159, de 15 de julho de 2022:

<https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/07/LDO-2023.pdf>

Manual de Demonstrativos Fiscais, 12ª Edição, válido para a LDO 2023, elaborada em 2022:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/manuais/edicoes-anteriores-a-partir-da-12a-edicao-em-2022/12a-edicao-manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf-versao-4-de-15-06-2022-valido-ate-2022/view>

**Recomendação nº. 60: Sobre as transferências realizadas mediante contratos de gestão, em razão das vultosas quantias envolvidas e da essencialidade das atividades transferidas às entidades privadas, este MPC**

**entende necessário RECOMENDAR, que o Estado exerça rigoroso controle sobre a seleção de contratados e a execução desses contratos, sindicando a qualidade dos serviços e a realização das respectivas despesas.**

Análise da Comissão do PASF: A seleção de Contratados é efetuada com base na Lei nº 12.781/1997 e suas alterações, que prevê a qualificação de Ente privado sem fins econômicos como condição para formar parceria com o Poder Executivo do Estado do Ceará na modalidade Contrato de Gestão.

Quanto ao controle sobre a execução dos contratos, sob o ponto de vista da qualidade dos serviços e da realização das despesas:

- No tocante à **Seplag**, por ocasião da celebração de contratos ou de aditivos, a **CECGE/Seplag** averigua a inserção dos relatórios da Comissão de Avaliação com vistas à notificação acerca do processo avaliativo da Organização Social acerca do instrumento a ser contratado (renovado) ou aditivado. A **CECGE/Seplag** orienta, ativamente e/ou mediante consulta, aos membros da Comissão de Avaliação quanto às suas responsabilidades para o efetivo acompanhamento, fiscalização e avaliação de cada contrato de gestão. Além disso, a **Seplag** tem assento no Conselho Fiscal da Organização Social que fiscaliza e avalia, não somente a atuação da entidade como um todo, mas, oportunamente, a execução financeira e os resultados apresentados por cada contrato de gestão executado por esta.

- Referente aos **Contratantes**, a fiscalização do cumprimento do Plano de Trabalho é compartilhada pelo Gestor do Contrato e pela Comissão de Avaliação no âmbito de cada Contratante, complementado pelos Membros do Poder Público integrantes do Conselho da **Organização Social**, na forma da lei.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação

Evidências: Lei nº 12.781/1997 e suas alterações.

**Recomendação nº. 61: Acerca da execução da despesa com ênfase nos direitos sociais, faz-se necessário RECOMENDAR que haja maior efetividade da execução orçamentária para os exercícios subsequentes.**

Análise da Comissão do PASF: Inicialmente cumpre destacar que, ao se comparar o valor total autorizado, em 2022, de R\$ 2.399.171.893,54, em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 2.034.952.964,89, verifica-se um crescimento de 17,9%, ou quase R\$ 400 milhões a mais na programação dos investimentos sociais.

Outro ponto a destacar é que, em 2022, ao se comparar o percentual de execução em relação ao programado, observa-se um elevado percentual de 77,4%, o que reflete uma efetiva execução orçamentária nas despesas com ênfase nos direitos sociais.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação

Evidências: Execução orçamentária.

**Recomendação nº. 64: Acerca da entrega, pelos fornecedores, dos serviços e bens adquiridos, que o Estado se cerque de todos os cuidados na realização das aquisições emergenciais e diretas, sindicando a idoneidade dos fornecedores, exigindo as devidas garantias e aplicando as penalidades cabíveis pelos eventuais descumprimentos contratuais.**

Análise da Comissão do PASF: A Seplag é o órgão gestor do cadastro de fornecedores do Estado, tendo como atribuição, entre outras, instituir e disciplinar o procedimento e as competências para apuração de irregularidades cometidas por pessoas físicas e jurídicas nas licitações, fornecimentos ou execuções contratuais, no âmbito do Poder Executivo estadual.

A utilização do cadastro de fornecedores e as responsabilidades dos órgãos e entidades pela observância à regularidade cadastral das pessoas físicas e jurídicas que contratam com o Estado estão definidas no Decreto nº35.322, de 24 de fevereiro de 2023, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública estadual, o sistema de compras, e dá outras providências.

Considera-se regularidade cadastral, além das condições de habilitação, a ausência de sanções, notadamente àquelas que resultem em impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

Nesse sentido, o artigo 25 do referido decreto estabelece que a regularidade no cadastro de fornecedores do Estado será condição necessária para:

- I. celebração e execução de instrumento contratual ou equivalente, decorrente de licitação ou contratação direta;
- II. assinatura de ata de registro de preços;
- III. conclusão de procedimento de compra eletrônica em sistema do Estado; e
- IV. pagamento às pessoas físicas e jurídicas que contratarem com a Administração Pública Estadual.

Ainda nesse propósito, o artigo 26 estabelece que as unidades contratantes deverão informar ao gestor do cadastro de fornecedores, na forma definida por este, as ocorrências de penalidade de fornecedores relativas a licitações, fornecimentos ou execuções contratuais.

Dessa forma, por meio do monitoramento da validade da documentação relativa à habilitação jurídica, técnica e fiscal, social e trabalhista, e do registro das penalidades no sistema Cadastro de Fornecedores, todos os órgãos e entidades do Estado contam com a segurança de realizar as contratações em observância às exigências legais em relação à regularidade cadastral.

No que diz respeito à aplicação de penalidades cabíveis pelos eventuais descumprimentos contratuais, o Poder Executivo Estadual já havia editado, no exercício de 2021, o Decreto nº 33.951, de 23 de fevereiro 2021, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública e dá outras providências.

Ato contínuo, no último ano de 2022, dando sequência ao fortalecimento dos instrumentos normativos de responsabilização, foi publicado no Diário Oficial do Estado de 16 de setembro de 2022 ato de nomeação dos membros para composição do Comitê de Recursos Administrativos, do Procedimento de Apuração de Responsabilidade – PAR previsto no Decreto nº 33.951, de 23 de fevereiro 2021, o qual iniciou seus trabalhos regulares de julgamento de recursos administrativos interpostos contra decisões administrativas de responsabilização.

Da mesma forma, destaca-se do mencionado normativo para o caso em tela, especialmente os seus artigos nº12 e nº28 (com realce para o seu parágrafo 1º) e 29, que tratam da Investigação Preliminar (IP) e do Processo Administrativo de Responsabilidade (PAR), conforme segue:

Art. 12. A Investigação Preliminar (IP) constitui procedimento de caráter preparatório com a finalidade de apurar cometimento de ato lesivo contra a administração pública por pessoa jurídica, nos termos do art. 5º, da Lei federal nº 12.846/2013, quando a complexidade ou os indícios de autoria ou materialidade não justificarem a imediata instauração de um PAR.

Art. 28. O Processo Administrativo de Responsabilidade (PAR) constitui procedimento destinado à responsabilização administrativa de pessoa jurídica em decorrência de atos lesivos contra a administração pública estadual, nos termos do art. 5º, da Lei nº 12.846, de 2013.

§ 1º Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou em outras normas de licitações e contratos da administração pública que também sejam tipificados como atos lesivos serão apurados, conjuntamente, no PAR.

§ 2º Do PAR poderá resultar a aplicação de penalidade de multa e de publicação extraordinária de decisão condenatória, nos termos do art. 6º, da Lei nº 12.846, de 2013, e de penalidade que implique restrição ao direito de contratar e licitar com a Administração Pública.

Art. 29. A competência para a instauração e a julgamento do PAR é do Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral a partir de elementos mínimos de provas encaminhados pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo estadual ou advindos de seus próprios procedimentos internos de apuração.

§ 1º A competência a que se refere o caput será concorrente entre a CGE, as empresas públicas e as sociedades de economia mista nos casos em que o ato lesivo tenha sido praticado contra essas entidades.

§ 2º A competência para a instauração e o julgamento do PAR poderá ser delegada, vedada a subdelegação.

§ 3º Ficam os órgãos e entidades da administração pública estadual obrigados a encaminhar à CGE todos os documentos e informações que lhes forem solicitados, incluindo os autos originais dos processos que eventualmente estejam em curso, sob pena de responsabilização nos termos da Lei.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Decreto nº35.322, de 24 de fevereiro de 2023; Decreto nº 33.951, de 23 de fevereiro 2021, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; e Decreto nº 34.597, de 17 de março de 2022.

**Recomendação nº. 66: Ao Poder Executivo que, no momento da elaboração dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias dos exercícios financeiros seguintes, estabeleça as metas de resultado primário e nominal consoante a metodologia constante no Manual de Demonstrativos Fiscais, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, de modo a fortalecer a transparência da gestão fiscal e apoiar o exercício do controle social.**

Análise da Comissão do PASF: A norma cearense que instituiu metodologia de cálculo do resultado primário e nominal diferente da prevista no Manual de Demonstrativos Fiscais era a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Para o exercício de 2022, Lei nº 17.573, 23 de julho de 2021, o dispositivo específico foi o art.9º, §12, inciso III, que criou a classificação de despesa “primária discricionária de projetos estruturantes do Estado que não impacta o resultado primário (RP 02)”.

Já na edição de 2023, a Lei nº 18.159, de 15 de julho de 2022, já não traz o RP 02, de forma que a metodologia a ser utilizada neste exercício estará alinhada àquela prevista no Manual de Demonstrativos Fiscais.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências:

Lei nº 17.573, 23 de julho de 2021

<https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2021/07/LDO-2022-LEI-No-17.573-de-23-de-julho-de-2021-.pdf>

Lei nº 18.159, de 15 de julho de 2022:

<https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/07/LDO-2023.pdf>

Manual de Demonstrativos Fiscais, 12ª Edição, válido para a LDO 2023, elaborada em 2022:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/manuais/edicoes-anteriores-a-partir-da-12a-edicao-em-2022/12a-edicao-manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf-versao-4-de-15-06-2022-valido-ate-2022/view>

## 2.3 Análise das Demonstrações Contábeis

**Recomendação nº. 18: À Secretaria da Fazenda, que verifique a utilização das Fontes seguindo a condição temporal do seu recebimento, de modo a adotar o Manual do Orçamento do Governo do Estado do Ceará.**

**Recomendação nº. 28: À Secretaria da Fazenda, que implemente um dispositivo de bloqueio no sistema da execução orçamentária para fontes de recursos que não possuam disponibilidade financeira, a fim de evitar insuficiência de caixa nas fontes vinculadas.**

Análise da Comissão do PASF: As recomendações nº18 e nº28, assim como as recomendações nº22 e nº30, tratam de mecanismos de controle da execução por fonte de recursos nos processos relacionados à execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado.

Com as configurações implementadas no módulo de 'Execução Orçamentária, Financeira e Contábil' do novo sistema Siafe-CE é possível efetivar registros utilizando as Fontes de recursos de acordo com a condição temporal do seu recebimento e emitir relatórios para tal conferência. Também foram implementados dispositivos de bloqueio no sistema da execução orçamentária para fontes de



recursos que não possuem disponibilidade financeira, a fim de evitar insuficiência de caixa nas fontes vinculadas.

O sistema Siafe-CE utiliza a Contabilidade como fonte primária de informações e de controle, permitindo à SEFAZ realizar diversos controles prévios de rotinas do sistema, aumentando a eficiência do controle e inibindo a ocorrência das distorções elencadas nas recomendações em epígrafe.

Vale ressaltar que a verificação temporal da disponibilidade para evitar a realização de empenhos sem a respectiva disponibilidade, ou seja, somente empenhar se houver disponibilidade no momento do empenho, não é pacífica no âmbito da federação, visto que não é razoável exigir que haja disponibilidade suficiente para empenhos globais no momento do empenho. Para os entes federativos que efetuam empenhos globais dos seus contratos, não é razoável que já exista disponibilidade suficiente para todo o exercício no momento do empenho dos contratos.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Consulta ao Sistema Siafe-CE.

**Recomendação nº. 19: À Secretaria do Planejamento e Gestão que inclua no Orçamento Fiscal do Estado, em observância o disposto na Portaria STN nº 589/2001, a Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR por se caracterizar como Empresa Estatal Dependente, nos termos do art. 2º, Inciso III da LRF e Resolução nº 43 do Senado Federal.**

Análise da Comissão do PASF: Acerca da classificação do METROFOR como empresa pública dependente ou não dependente, cumpre destacar que os recursos recebidos pela empresa provenientes de aumento de participação acionária do Estado do Ceará, no exercício de 2022, foram no montante de R\$ 76.398.790,66 destinados exclusivamente ao investimento nas Linhas Parangaba/Mucuripe, Caucaia/Pecém e Sul, não se destinando a custeio de suas atividades, estando expressamente ressalvados pela regra do inciso III do art. 2º. Da Lei Complementar nº. 101/2000.

Por sua vez, o Decreto nº 34.423, de 07 de dezembro de 2021, regulamentou a lei nº 17.505, de 27 de maio de 2021, mantendo inalterados os valores das Tarifas Públicas cobradas ou a serem cobradas pelo METROFOR, nos anos de 2021 e 2022, mantendo o compromisso de cumprimento da Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, e do art. 14, VIII, da Constituição Estadual do Estado do Ceará, que estabelecem que a eficiência na prestação do serviço público deve trazer a garantia da modicidade tarifária ao usuário.

Para manutenção da política tarifária praticada desde março/2019 em benefício da população usuária do sistema público de transporte, referido decreto previu como limite máximo do subsídio resultado da aplicação da Lei nº 17.505/2021 e dos Pareceres PR CET/0012/2021 e PR/CET/0013/2021 da Agência Reguladora do Estado do Ceará - Arce, o valor de R\$ 174.327.130,55 (cento e setenta e quatro milhões, trezentos e vinte e sete mil, cento e trinta reais e cinquenta e cinco centavos) para o ano de 2021 e R\$ 203.694.859,04 (duzentos e três milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos) para o ano de 2022.

Durante o exercício de 2022, foram repassados ao METROFOR, na ação 20126 – Subsídio à Tarifa de Transporte Metro Ferroviário e despesa 339045 Subvenções Econômicas R\$ 187.967.196,76.

Cumprir destacar, que a implantação de subsídio do valor da passagem de transporte urbano em benefício da população cearense usuária de transporte público, nos termos já previstos no § 3º do art. 9º da Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, não caracteriza desequilíbrio econômico-financeiro da empresa prestadora do serviço de transporte nem muito menos dependência econômica de referida empresa.

O subsídio da tarifa de transporte urbano é a diferença entre a tarifa técnica, custo suficiente para manutenção do sistema, e a tarifa pública, a passagem que o usuário paga ao utilizar o transporte, sendo necessário para manter a tarifa em valor que tenha o menor impacto possível para a população e para bancar as gratuidades do sistema.

A adoção dos subsídios é uma política pública em benefício da população usuária do sistema de transporte (não em benefício da empresa prestadora do serviço público, que recebe a título de tarifa técnica apenas o valor considerado como justo para equilíbrio econômico-financeiro do contrato), que não custeará a porcentagem total das despesas, poderá contar com maior oferta de ônibus, inclusive em linhas com baixa demanda de passageiros, novos carros e melhoria dos serviços.

Eventual desajuste financeiro do METROFOR ocorreria se a tarifa técnica não fosse suficiente para as despesas de pessoal e custeio da empresa pública, não pelo fato de ser implantada tarifa pública em valor inferior à tarifa técnica em benefício dos usuários do sistema de transporte público, o que não foi o caso, tendo em vista a ausência de repasses de recursos ao METROFOR para custeio de suas atividades.

Importante ressaltar, ainda nesse contexto, manifestação no Parecer nº00509/2022 da Procuradoria Geral de Contas do Ministério Público de Contas do TCE/CE (p.35), no processo nº01734/2022-1, sobre as Contas do Governador de 2021, reconhecendo que naquele exercício de 2021 as ações para superação da questão já estavam em andamento, aduzindo que:

“Desse modo, ao contrário do trabalho técnico, o MPC entende, data venia, pelo acatamento da argumentação de defesa manuseada, para considerar que a recomendação anterior está - mesmo que por uma forma oblíqua - “em implantação.

(...)

No que se refere ao METROFOR, cabe reconhecer a adoção de medidas saneadoras, pelo que o MPC entende que pode ser indicado o status “em implantação”, recomendando-se que o Estado diligencie no sentido da realização, se necessário, do devido plano de recuperação, fazendo a devida fixação de cronograma, para posterior efetivação das soluções referentes ao questionamento a respeito da relação entre a empresa e o Estado do Ceará.”

Isto posto, resta evidenciado que as medidas adotadas pelo Estado para fortalecer o METROFOR, que a partir de então precisa demonstrar eficiência

operacional, uma vez que passou a receber recursos em função dos seus serviços prestados e não mais simplesmente decorrentes de transferência para atender demandas do custeio indistintamente, já surtiram efeitos a partir do exercício de 2022.

Dessa forma, considerando os fatos ocorridos, no exercício de 2022, no que se refere à questão orçamentária, o METROFOR se enquadra como empresa pública não dependente nos termos do art. 2º, Inciso III da LRF e Resolução nº 43 do Senado Federal, não cabendo sua inclusão no Orçamento Fiscal do Estado.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Lei Estadual nº 17.505/2021 e Execução orçamentária do Estado

**Recomendação nº. 20: À Secretaria do Planejamento e Gestão que dê prosseguimento aos trabalhos de reavaliação dos bens móveis e imóveis do Estado e aperfeiçoe os sistemas de controle desses bens de forma a atender aos novos padrões da contabilidade aplicada ao setor público, a fim de evidenciar o valor real do patrimônio do Estado.**

Análise da Comissão do PASF: Foi implementado no sistema Siga/Sgbm a funcionalidade de “Ajuste de Valor”, visando atualizar o valor de bens nos casos de incorporação de custos com serviços associados à instalação dos bens, bem como nos casos de correção de erros de registro. A partir da informação do novo custo original do bem, o sistema Siga/Sgbm atualiza as despesas de depreciação na ocasião do fechamento mensal.

Relativamente ao aspecto dos bens imóveis, a Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG abriu processo licitatório para a reavaliação dos imóveis pertencentes ao patrimônio do Estado do Ceará. No entanto, o sobredito processo teve vários recursos administrativos e, por fim, 03 (três) de seus 04 (quatro) lotes foram judicializados, resultando, por consequência, no impedimento de quaisquer ações inerentes ao feito. A ação em comento tinha como objetivo atender à recomendação da Colenda Corte de Contas do Estado do Ceará – TCE.

Por derradeiro, informamos que a questão da reavaliação dos imóveis estaduais está em processo de delimitação de competências, haja vista a edição da Lei Complementar nº. 296/2022.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: O Siga/Sgbm e a Lei Complementar nº. 296/2022.

**Recomendação nº. 22: À Secretaria da Fazenda que adote as providências necessárias no sentido de que a estrutura do Balanço Patrimonial, extraído do S2GPR, contemple o Quadro do Superávit/Déficit Financeiro por fonte, conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).**

**Recomendação nº. 30: À Secretaria da Fazenda, que disponibilize no S2GPR relatório que informe a disponibilidade de caixa por fonte de recursos e por Poder.**

Análise da Comissão do PASF: O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro por fonte é incluído no Anexo XIV do Balanço Patrimonial desde 2015, sendo que era elaborado fora do sistema S2GPR e posteriormente importado para o sistema até o exercício de 2021. A partir do exercício financeiro de 2022, com a implantação do novo sistema, o demonstrativo passou a ser emitido pelo Siafe-CE.

O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro por fonte é elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação de recursos, em atendimento ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Durante o exercício de 2022 e na ocasião de emissão do Balanço Geral do Estado relativo ao mesmo exercício, será possível expedir a partir do gerador de relatórios do sistema Siafe-CE o Quadro do Superávit/Déficit Financeiro por fonte e o relatório que informe a disponibilidade de caixa por fonte de recursos e por Poder, ficando os demonstrativos disponíveis para consulta permanente.

Status segundo Comissão do PASF Atendida.

Evidências: Consulta ao Sistema Siafe-CE. 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

**Recomendação nº. 23: Ao Poder Executivo, que adote medidas efetivas para que possa ser finalizado o processo de extinção da Companhia de Habitação do Estado do Ceará (COHAB).**

Análise da Comissão do PASF: Sobre a conclusão da liquidação da COHAB-CE, relatada pelo MPC/TCE em Parecer sob o nº 00509/2022, exarado nos autos do Processo nº 01734/2022-1 – Contas de Gestão do Estado – Exercício 2021, vem esclarecer que, o aludido assunto foi objeto de Representação do TCE – Processo 02891/2016-9 - Resolução nº3491/2018 onde foi decidido pela Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, julgar parcialmente procedente, e determinar ao atual Gestor liquidante da COHAB-CE, o cumprimento do item “2” da proposta de Voto, que teve por base o Relatório da Gerência de Contas de Gestão I, que concluiu que as justificativas apresentadas pela COHAB foram suficientes para dirimir as dúvidas levantadas, sobre a demora na conclusão do processo de liquidação, propondo na oportunidade que: 1- a Representação seja considerada parcialmente procedente, sugerindo seu arquivamento, dando-se quitação aos responsáveis; 2 – seja determinado ao atual gestor da liquidação a adoção das seguintes medidas: mantenham as ações que corroborem para o encerramento do processo de liquidação e quando enviar saldo da dívida, juntar o extrato bancário.

Desta forma, e atendendo às recomendações do TCE, a COHAB "em Liquidação" continua implementando as ações e medidas necessárias à conclusão dos trabalhos relativas ao processo de liquidação, conforme abaixo:

01 - Controle e acompanhamento dos pagamento das prestações mensais da Dívida junto à União, referente ao Contrato de Confissão de dívida assinado em 28.01.1994, entre a União, COHAB-CE e Governo do Estado, com término previsto para dezembro de 2022; repactuado pelo Estado, em 30 de agosto de 2018, com fundamento na Lei Federal nº8.727/93, Lei Federal Complementar nº156/2016, Lei Estadual nº 16.427 D.O 06.12.2017 e Resolução nº809/2016 do Conselho Curador do FGTS, com o objetivo de reduzir o valor das parcelas mensais de R\$13.448.471,80 para de R\$2.768.640,91(Dez/2018), reduzir a taxa de juros de 6%

para 3,08% ao ano, com conseqüente dilatação do prazo. Atualmente a prestação mensal é de R\$2.582.487,91 (Dez/2021).

## 02 – Depuração dos créditos

2.1. - Dentre os créditos não alienados, foi concluída, no exercício de 2021, a depuração dos 1.395 créditos que estão em fase de novação junto ao FCVS, correspondente à R\$2.789.187,65, valor este que será utilizado para abatimento da dívida da COHAB. Ainda, em 2021, foram iniciados os trabalhos de depuração dos 4.724 créditos restantes da COHAB, que corresponde ao valor de R\$7.901.100,00, e que, após sua conclusão, entrará em processo de novação para posterior dedução da dívida da Companhia.

2.2. - Concluída a depuração dos 45.735 créditos hipotecários alienados pelo Estado do Ceará à CAIXA Econômica Federal por meio do CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ATIVOS E OUTRAS AVENÇAS, firmado em 08/12/1998, aguardando apenas a posição da CAIXA, restando a depuração dos 14.300 créditos dos 22.000 negados, para validar os créditos com base nas normas estabelecidas pelo Conselho Curador do FCVS.

03 - Sobre as Escrituras definitivas dos imóveis, continua a Campanha Papel da Casa, que até o exercício (Dezembro de 2021) foram elaboradas e entregues aos respectivos mutuários/proprietários cerca de 23.513 escrituras, parte delas entregues em 9 eventos promovidos pela COHAB com parceria do Governo do Estado, Prefeitura de Fortaleza e Tribunal de Justiça. Esse trabalho só foi possível graças ao Convênio de Cooperação entre Governo do Estado, Prefeitura de Fortaleza e Tribunal de Justiça (D.O 14.04.2016), parceria junto aos Cartórios de Registro de Imóveis com redução em 70% das custas dos emolumentos para registro dos imóveis conforme a Lei 16.132 (D.O 04.11.2016) e intervenções das Prefeituras do Interior através das Leis Municipais as quais concedem as isenções de IPTU e ITBI que propiciam condições aos mutuários de requererem suas escrituras definitivas. Destacam-se as parcerias das Prefeituras de Maracanaú Lei nº 2.904 (D.O.M 10.02.2020), Fortaleza Lei nº10.961(DOM 29.11.2019), Sobral Lei Complementar nº 72/19 (D.O.M 12.12.2019), Pacatuba Lei nº 1.555 (D.O.M 03.07.2019).

Em 2021, após reiteradas solicitações, somente o município de Pacatuba renovou o benefício de isenção fiscal referente a IPTU e ITBI para os imóveis

financiados pela COHAB naquela comarca. Como os demais municípios não renovaram os benefícios fiscais, impactou negativamente na quantidade das escrituras elaboradas e entregues pela COHAB.

04 - Em andamento à atualização cadastral junto a COPAT-SEPLAG / SGBI3, para identificação dos atuais entes públicos ocupantes dos bens imóveis, erigidos nos diversos Conjuntos Habitacionais na época de suas construções, mais de propriedade do Estado visando alteração do ente público responsável/administrador, tendo em vista que ainda figuram na maioria dos casos, como administrados pela COHAB-CE.

05 - Regularização fundiária dos Conjuntos de Mutirão junto a SEUMA e consequente registro imobiliário junto aos Cartórios de Registro de Imóveis dos Conjuntos CURIÓ, SÃO BERNARDO, IMPERIAL MONDUBIM, com a entrega de 1.825 títulos de propriedade. Com relação ao Conjunto São Vicente foram resolvidas pendências no 2º Cartório de Registro de Imóveis para consequente emissão de escrituras. Os conjuntos habitacionais ENEAS ARRUDA (267 unidades) e ESPLANADA CURIO (115 unidades) em análise junto à SEUMA, com intuito de futura emissão de escrituras definitiva aos mutirantes. Já o conjunto habitacional SITIO ESTRELA (652 unidades) em fase final de regularização fundiária junto à HABITAFOR, aguardando a emissão da CRF, cadastramento e coleta de documentação de todos os ocupantes/beneficiários dos imóveis para posterior registro em cartório.

06 - Continua em tratativa junto à Procuradoria Geral do Município de Fortaleza, SEUMA, HABITAFOR e Secretaria das Cidades, a fim de avançar na conclusão da regularização fundiária dos Conjuntos Habitacionais erigidos em regime de Mutirão, uma proposta de Projeto de Lei já elaborada, que venha regulamentar a Lei Federal nº 13.465/2017, e viabilizar a aprovação de todos os projetos urbanísticos desses conjuntos habitacionais.

07 - Vem sendo feito, também, o acompanhamento jurídico das Ações Judiciais contra a COHAB-CE.

Portanto, em termos gerais, os objetivos estão sendo alcançados em face de muitas demandas dependerem, em grande parte, de fatores externos a esta Gestão (mutuários, Prefeituras, CAIXA, legislação municipal complementar), além das restrições impostas pelo isolamento social decorrente da Pandemia/COVID19



determinado por meio da Lei Federal Nº 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020 e Decreto Estadual de Isolamento Social nº. 33.510, de 16 de março de 2020 (D.O.E de 16 de março de 2020) e suas sucessivas prorrogações, portanto, considera-se como positiva a atuação desta Companhia no decorrer dos anos de 2021 e 2022.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Atividades citadas.

**Recomendação nº. 24: À Secretaria da Fazenda, que especifique nas notas explicativas a alteração no lançamento das receitas arrecadadas por meio de DAE, e como antes era efetuado esse registro, bem como, que seja esclarecida a motivação de receitas arrecadadas por DAE, precisarem passar por essa conta de transição (extraorçamentária), para então serem reconhecidas como receitas orçamentárias.**

Análise da Comissão do PASF: O fluxo de arrecadação e recolhimento das receitas orçamentárias de impostos por meio de DAE foi alterado na implantação do novo sistema Siafe-CE, conforme Nota Técnica CENOC nº 003/2020 - 'Fluxo de Arrecadação e Recolhimento da Receita Orçamentária de Impostos via Documento Estadual de Arrecadação (DAE)', disponível na página eletrônica da SEFAZ.

A Nota Técnica CENOC nº 003/2020 detalha o roteiro contábil da arrecadação e recolhimento dos recursos arrecadados pela SEFAZ via DAE pelo antigo e atual fluxo, no qual as receitas passam por uma conta de transição (extraorçamentária), para então serem reconhecidas como receitas orçamentárias.

Essas alterações foram implantadas no sistema Siafe-CE, a partir do exercício de 2022, e serão evidenciadas nas Notas Explicativas do Balanço Geral do mesmo exercício.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Consulta ao sistema Siafe-CE. Nota Técnica CENOC nº 003/2020 (disponível em:

[https://www.sefaz.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/61/2020/08/Nota\\_Tecnica\\_no\\_03.2020\\_-\\_Novo\\_Fluxo\\_de\\_Arrecadacao\\_e\\_Recolhimento\\_Via\\_DAE.pdf](https://www.sefaz.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/61/2020/08/Nota_Tecnica_no_03.2020_-_Novo_Fluxo_de_Arrecadacao_e_Recolhimento_Via_DAE.pdf)

**Recomendação nº. 25: À Secretaria da Fazenda, que na elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) seja observada a consistência dos saldos entre os exercícios, bem como, a consonância com os dados das demonstrações contábeis das empresas que compõem a DMPL.**

Análise da Comissão do PASF: Foi identificado, pela Diretoria de Contas do Governo, divergência entre o saldo inicial da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL do exercício financeiro de 2021, em relação ao saldo final do exercício anterior, extraído do Balanço Geral de 2020, e constatado que a diferença se reporta aos valores da CODECE, empresa que foi incorporada em 2021 à Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE.

Nos esclarecimentos iniciais realizados pelo PASF, foram efetivadas retificações na DMPL de 2021, conforme apontamento da Diretoria de contas de Governo, cujo saldo inicial passou a totalizar o montante constante no saldo final do demonstrativo de 2020 e deduzidos os valores concernentes à incorporação da CODECE pelo ADECE na composição do demonstrativo.

Porém, em análise pela área técnica do TCE-CE observou-se que a DMPL encaminhada nos esclarecimentos ajusta o saldo anterior, todavia, o lançamento de exclusão da CODECE gerou uma inconsistência entre o saldo apurado ao final do exercício de 2021 e os dados da COHAB.

Assim, percebeu-se que o demonstrativo encaminhado havia ajustado o saldo inicial, porém, incluído de forma incorreta os valores da exclusão da CODECE, ocorrendo em erro do saldo final. Deste modo, encaminhou-se novo demonstrativo da DMPL para substituição do demonstrativo apresentado nas Contas de Governo entregues no Balanço Geral do Estado de 2021, conforme, a planilha na Figura 3 a seguir:

**Figura 3 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 2021**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EXERCÍCIO 2021**

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVA DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO	44.893.405	10.500.000	17.639.572	0	-4.218.009	-328.049.523	-259.234.555
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						-103.304	-103.304
AUMENTO DE CAPITAL							0
FORMAÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS							0
RESULTADO DO EXERCÍCIO						-10.680.460	-10.680.460
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							0
DIVIDENDOS							0
<b>SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>44.893.405</b>	<b>10.500.000</b>	<b>17.639.572</b>	<b>0</b>	<b>-4.218.009</b>	<b>-338.833.287</b>	<b>-270.018.319</b>

**NOTA:** \* DADOS EXTRAÍDOS APENAS DOS DEMONSTRATIVOS DA EMPRESA DEPENDENTE CONSTITUÍDA SOB A FORMA DE SOCIEDADES ANÔNIMAS: COHAB. DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

Considerando as observações feitas pelo TCE-CE, foi esclarecido que os saldos da linha “Outros – incorporação CODECE”) serão excluídos e os reflexos demonstrados no Balanço Geral do Estado do exercício de 2022.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Balanço Geral do Estado do exercício de 2022

**Recomendação nº. 26: À Secretaria do Planejamento e Gestão, que na identificação do orçamento destinado a empresas estatais não dependentes, tais como a ADECE, nos volumes das correspondentes Leis Orçamentárias, seja indicado como “INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS”.**

Análise da Comissão do PASF: Analisando o que consta no Relatório Anual da Prestação de Contas de Governo do Estado do Ceará, exercício 2021, segue abaixo as observações colocadas pelo TCE.

“Sobre o fato do orçamento destinado a ADECE está identificado no volume II (Tomo II) como “FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL”, sabendo que o valor relacionado a esta empresa compõe o montante previsto para investimentos em estatais, conforme disposto na análise preliminar (Relatório de Instrução nº 00179/2022), o Governo

do Estado do Ceará encaminhou manifestação (seq. 106), tendo apresentado os seguintes esclarecimentos:

O valor previsto das estatais não dependentes na LOA referente ao exercício 2021, consta o montante de R\$ 672.100.339,00, em que a previsão inicial da ADECE foi de R\$ 17.138.000,00, conforme Consulta da LOA – 2021 (...).

Entretanto, conforme o Achado deste Tribunal de Contas, nas próximas leis orçamentárias, em seus respectivos volumes, a informação referente a ADECE será retificada para evidenciar “INVESTIMENTO DAS ESTATAIS”

Diante o exposto, o Estado afirma que nos volumes das próximas leis orçamentárias, na identificação dos valores, destinados a ADECE, constará como INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS.

Em vista disso, recomenda-se que na identificação do orçamento destinado a empresas estatais não dependentes, tais como a ADECE, nos volumes das correspondentes Leis Orçamentárias, seja indicado como “INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS”.

Dessa forma, após a SEPLAG verificar que esse problema tinha ocorrido, implementou a correção para as Lei Orçamentárias dos próximos exercícios. No entanto, como só foi detectado em meados de 2022, na LOA 2022, não foi ajustado.

Ressalta-se mais uma vez que os valores do orçamento da ADECE compõem o orçamento do INVESTIMENTO DAS ESTATAIS e que apenas no cabeçalho dos demonstrativos da LOA, no volume II, no que se refere ao orçamento da ADECE está identificado que a ADECE compõe o orçamento FISCAL/SEGURIDADE SOCIAL.

A Figura 4, a seguir, demonstra que o Orçamento da ADECE que fica no Volume II, Tomo II da Lei Orçamentária do exercício de 2023 já foi corrigido.

**Figura 4 – Demonstrativo do Orçamento da ADECE**



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
ORÇAMENTO ANUAL 2023 - LEI  
Demonstrativo de Créditos Orçamentários

**Órgão: 56200003 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A. (INVESTIMENTOS ESTATAIS)**

**Programa: 211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ**

**Objetivo: 211.1 - Promover com eficiência a gestão administrativa dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, direta e indireta, de todos os Poderes.**

**RESUMO DO PROGRAMA DE GOVERNO**

FUNTE	VALORES POR GRUPO DE DESPESA							
	31 - Pessoal e Encargos	32 - Juros e Encargos da Dívida	33 - Outras Despesas Correntes	44 - Investimentos	45 - Inversões Financeiras	46 - Amortização da Dívida	99 - Reserva de Contingência	TOTAL
1.501.70	0,00	0,00	0,00	8.055.840,00	0,00	0,00	0,00	8.055.840,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.055.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.055.840,00</b>

\* ID: IDENTIFICAÇÃO DO EXERCÍCIO / FT: FONTE PADRONIZADA / DT: DETALHAMENTO SIMPLIFICADO.

**Unidade Orçamentária: 56200003 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A.**

**Total: 8.055.840,00**

**PROJETO: 10052 -Aquisição e Instalação de Material Permanente - ADECE.**

**NATUREZA DA DESPESA**

REGIÃO	CE/GD	MOD	ID.FT.DT	IDUSO	RP	VALOR
03	4 / 44	90	1.501.70	1	04	1.000.000,00
<b>TOTAL DA AÇÃO</b>						<b>1.000.000,00</b>

**Função: 04 -ADMINISTRAÇÃO**  
**Subfunção: 122 -ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**PROJETO: 10273 -Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - ADECE.**

**NATUREZA DA DESPESA**

REGIÃO	CE/GD	MOD	ID.FT.DT	IDUSO	RP	VALOR
03	4 / 44	90	1.501.70	1	04	250.000,00
<b>TOTAL DA AÇÃO</b>						<b>250.000,00</b>

**Função: 04 -ADMINISTRAÇÃO**  
**Subfunção: 126 -TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

**PROJETO: 10885 -Implementação de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - ADECE.**

**NATUREZA DA DESPESA**

REGIÃO	CE/GD	MOD	ID.FT.DT	IDUSO	RP	VALOR
03	4 / 44	90	1.501.70	1	04	3.000.000,00
<b>TOTAL DA AÇÃO</b>						<b>3.000.000,00</b>

**Função: 04 -ADMINISTRAÇÃO**  
**Subfunção: 126 -TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

**PROJETO: 11477 -Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - ADECE.**

**NATUREZA DA DESPESA**

REGIÃO	CE/GD	MOD	ID.FT.DT	IDUSO	RP	VALOR
03	4 / 44	90	1.501.70	1	04	3.805.840,00
<b>TOTAL DA AÇÃO</b>						<b>3.805.840,00</b>

**Função: 04 -ADMINISTRAÇÃO**  
**Subfunção: 122 -ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: LOA de 2023.

**Recomendação nº. 65: À Secretaria do Planejamento e Gestão que, na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, estabeleça o limite máximo de despesa com pessoal no mesmo percentual constante nos RGFs que são enviados para a Secretaria do Tesouro Nacional.**

Análise da Comissão do PASF: Inicialmente é importante destacar que, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020, disponível em <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/05/PLDO-2020-Texto-de-Lei.pdf> o Poder Executivo encaminhou para apreciação da Assembleia Legislativa o limite máximo de despesa com pessoal similar ao informado pelos RGFs. Entretanto, nas discussões do referido PLDO 2020, foi apresentada e

aprovada uma emenda pelos deputados, reduzindo o limite do Poder Executivo em 0,4% e elevando em 0,4% o limite do Poder Legislativo, sendo 2,34% para a Assembleia Legislativa e 1,06% para o Tribunal de Contas do Estado, conforme pode ser observado na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 – Lei Nº 16.944, de 17 de julho de 2019, disponível em <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/07/do20190719p01.pdf>.

Vale frisar, portanto, que não foi de iniciativa do Poder Executivo, mas do próprio Poder Legislativo. Dessa forma, nas LDOs seguintes, apenas houve a manutenção do que outrora o Legislativo havia modificado.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências:

<https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/05/PLDO-2020-Texto-de-Lei-.pdf>

<https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/07/do20190719p01.pdf>

**Recomendação nº. 67: Ao Poder Executivo que não compute no cálculo dos gastos com MDE despesas não consideradas com gastos com educação, por não se enquadrarem no disposto no art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

Análise da Comissão do PASF: A Lei Federal nº 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e prevê em seu art. 71 despesas que deverão ser excluídas do levantamento dos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Em atendimento ao mencionado dispositivo legal e ao Acórdão TCE nº 546/2018, a partir do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, referente ao 6º bimestre de 2021, passou-se a excluir do demonstrativo constante no Anexo 8 (Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE) as despesas não consideradas como ações típicas de MDE executadas nas subfunções de Infraestrutura Urbana e Recursos Ordinários para Projetos Prioritários, conforme discriminado no Quadro 1, a seguir.

### Quadro 1 – Despesas Executadas na função Educação

<b>Despesas executadas na função Educação excluídas dos gastos em MDE a partir de 2021</b>
Subfunção Infra-Estrutura Urbana (Fonte 30000)
Subfunção Recursos Ordinários para Projetos Prioritários (Fonte 10002)

Fonte: Siafe/SEFAZ

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Lei Federal nº 9.394/96; Acórdão TCE nº 546/2018; Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) referente ao 6º bimestre de 2021, disponível em: <https://ceartransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/paginas/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria? =>

**Recomendação nº. 68: Ao Poder Executivo que não mais inclua entre os dispêndios com ASPS aqueles que contrariam o art. 3º da norma legal regente e o entendimento jurisprudencial firmado por esta Corte Estadual.**

Análise da Comissão do PASF: Em resposta à recomendação, informamos que o Anexo 12 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, constante do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), já estão sendo excluídas do relatório as rubricas de despesas indicadas no Acórdão TCE/CE nº 546/2018.

Para comprovação, seguem os valores excluídos do RREO - ANEXO 12, que constam nas notas explicativas do relatório nos exercícios 2020, 2021 e 2022, conforme Figura 5 a seguir.

## Figura 5 – Informações do Demonstrativo da Saúde

### RREO - ANEXO 12 - 6º Bimestre de 2020.

5 - As seguintes despesas não são computadas para o cálculo do limite mínimo em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS):

- As despesas executadas pela Escola de Saúde Pública (ESP), pelo Instituto de Saúde dos Servidores do Ceará (ISSEC) e pelo Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores do Ceará (FASSEC), pois não atendem ao princípio de acesso universal.
- As despesas executadas nos itens de despesa abaixo, em cumprimento aos Acórdãos nº 20, 135, 141, 546, 950, 952 e 955 do TCE-CE (Valores empenhados em R\$):

33903000026 - Uniformes, Tecidos e Aviamentos	4.128,00
33903200009 - Material de Assistência Social	2.905.113,87
33903900041 - Multas Indevidíveis	469,56
33903900045 - Fornecimento de Alimentação	1.012.522,64
33904700022 - Multas s/ Obrigações Tributárias e Contributivas Fed.	294.579,35
33909200025 - Indenizações e Restituições	512.908,01
33909300001 - Indenizações	54.993,38
33909300002 - Restituições	114.694,09
33909300007 - Devoluções de Saldos de Convênios	659.372,37
<b>TOTAL</b>	<b>5.558.781,27</b>

### RREO - ANEXO 12 - 6º Bimestre de 2021.

As seguintes despesas não são computadas para o cálculo do limite mínimo em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS):

- As despesas executadas pela Escola de Saúde Pública (ESP), pelo Instituto de Saúde dos Servidores do Ceará (ISSEC) e pelo Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores do Ceará (FASSEC), pois não atendem ao Princípio de Acesso Universal.

- As despesas executadas nos itens de despesa abaixo, em cumprimento aos Acórdãos nº 20, 135, 141, 546, 950, 952 e 955 do TCE-CE (Valores empenhados em R\$):

33903200009 - Material de Assistência Social	4.268.407,59
33903900041 - Multas Indevidíveis	1.827,03
33903900045 - Fornecimento de Alimentação	104.099,45
33904700022 - Multas sobre Obrigações Trib. e Contributivas Federais	2.235,27
33904700023 - Multas sobre Obrigações Trib. e Contributivas Municipais	8,91
33909200025 - Indenizações e Restituições	686.731,74
33909300001 - Indenizações	71.382,72
33909300003 - Restituições de Recettas	1.065.120,00
33909300004 - Ressarcimentos Contratuais	68.373,19
33909300007 - Devoluções de Saldos de Convênios	4.842,12
33919300002 - Restituições	201.703,38
<b>TOTAL</b>	<b>6.474.731,40</b>

### RREO - ANEXO 12 - 6º Bimestre de 2022.

As seguintes despesas não são computadas para o cálculo do limite mínimo em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS):

- As despesas executadas pela Escola de Saúde Pública (ESP), pelo Instituto de Saúde dos Servidores do Ceará (ISSEC) e pelo Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores do Ceará (FASSEC), pois não atendem ao Princípio de Acesso Universal.

- As despesas executadas nos itens de despesa abaixo, em cumprimento aos Acórdãos nº 20, 135, 141, 546, 950, 952 e 955 do TCE-CE (Valores empenhados em R\$):

2185 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	4.020.075,66
2259 - MATERIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.057.874,76
2326 - INDENIZAÇÕES	184.283.054,94
2376 - MULTAS SOBRE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	84.156,89
2160 - MULTAS INDEVIDÍVEIS	5.715,50
2344 - (DEA) INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17.562.522,97
2234 - ANUIDADES ASSOCIATIVAS	1.557,60
2340 - DEVOLUÇÕES DE SALDOS DE CONVÊNIO	170.454,17
<b>TOTAL</b>	<b>211.185.412,49</b>

Os demonstrativos estão disponíveis no link:

<https://www.sefaz.ce.gov.br/download/lei-de-responsabilidade-fiscal-lrf/>

Assim, demonstra-se que o Estado já vem atendendo a recomendação/determinação no Acórdão TCE/CE nº 546/2018, excluindo-se do



Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), em consonância com a Lei Complementar nº 141/2012.

Os demonstrativos das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – ANEXO 12, estão disponíveis no link: <https://www.sefaz.ce.gov.br/download/lei-de-responsabilidade-fiscal-lrf/>

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Lei Complementar nº 141/2012; Acórdão TCE/CE nº 546/2018; Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) referente ao 6º bimestre de 2020, disponível em:

[https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/paginas/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria?\\_ =](https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/paginas/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria?_=)

**Recomendação nº. 69: À Secretaria da Fazenda que divulgue o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre, bem como o de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre, com os dados definitivos no período determinado pela LRF, ou seja, até 30 de janeiro do ano subsequente.**

Análise da Comissão do PASF: O sistema Siafe-CE entrou em operação, em janeiro de 2022, e, diferentemente do sistema anterior S2GPR, utiliza a Contabilidade como fonte primária de informações e de controle. Isso significa que todas as operações registradas no Siafe-CE, obrigatoriamente, geram registros contábeis, o que aumenta a transparência da gestão na obtenção de informações para tomada de decisões e, como o Siafe-CE é um sistema orientado ao Plano de Contas Contábil, basicamente toda operação do sistema é passível de controle interno por meio de configurações contábeis, já que todo documento do sistema gera lançamentos contábeis.

Essa forte aderência contábil permite à SEFAZ realizar diversos controles prévios de rotinas do sistema, aumentando a eficiência do controle e inibindo a ocorrência de distorções (erros ou fraudes).

Dessa forma, com a implantação do Siafe-CE e as configurações que vêm sendo efetivadas no sistema, os demonstrativos fiscais estão sendo elaborados de forma mais tempestiva e fidedigna, prevenindo eventuais republicações.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Implantação do Siafe/SEFAZ.

## 2.4 Conformidade Financeira e Orçamentária

**Recomendação nº. 27: Ao Poder Executivo, que envide esforços para obter a devida contragarantia de garantias anteriormente prestadas e que condicione as futuras concessões de garantia em operações de crédito internas ou externas ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, dispensando a contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, dispensando a contragarantia apenas de órgãos ou entidades do próprio Estado, tudo em conformidade com o art. 40, § 1º, da LRF e o art. 18, I, § 3º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.**

Análise da Comissão do PASF: Em atendimento à presente recomendação, informa-se que se encontra vigente a garantia concedida pelo Estado do Ceará no empréstimo tomado pela Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (Contrato nº CTE-1502/OC-BR), o qual se encerrará em 22/10/2029 e pendente de regularização da contragarantia.

Com o objetivo de sanar a pendência acima, no exercício de 2022, iniciaram-se as tratativas para a obtenção da contragarantia da CAGECE, no empréstimo acima descrito, conforme se vê no histórico do processo Viproc (Tramita) nº 00058732/2021, o qual se encontra atualmente na CAGECE, aguardando a manifestação dessa companhia para a finalização do contrato de contragarantia com o Estado do Ceará.

Por fim, até a presente data, não há previsão de concessão de garantias pelo Estado do Ceará para entes que não estejam excetuados no art. 40, § 1º, da LRF e o art. 18, I, § 3º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e que o Estado é ciente da necessidade de condição de contragarantia a ser exigida de entes que pleiteiem a garantia do Estado do Ceará em empréstimos com instituições financeiras futuramente.

VIPROC: <http://appsweb.seplag.ce.gov.br/cviproc/pages/principal.seam>

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: VIPROC

<http://appsweb.seplag.ce.gov.br/cviproc/pages/principal.seam>

**Recomendação nº. 29: À Secretaria da Fazenda, que avalie o impacto da inclusão dos gastos com recursos humanos nos contratos de gestão, no cálculo das despesas com pessoal para fins de cumprimento da LRF.**

Análise da Comissão do PASF: As providências relativas aos controles e acompanhamento da execução orçamentária dos contratos de gestão já vem sendo efetivadas pela SEFAZ, SEPLAG e CGE desde o exercício financeiro de 2014, conforme Relatórios de Acompanhamento dos Contratos de Gestão disponíveis no endereço eletrônico da SEPLAG.

A parcela relativa à despesa com pessoal dos contratos de gestão foi incluída nos demonstrativos fiscais de 2022. Relativamente às despesas com pensionais os valores foram incluídos no Demonstrativo da Despesa com Pessoal, conforme alterações efetuadas pela Lei Complementar nº 178/2021 na LRF e, em relação às despesas com abono de permanência, foram deduzidas com base na Resolução do TCE/CE nº 2582/2009, conforme reconhecido no 'Relatório Anual de Prestação de Contas de Governo do Estado do Ceará - Exercício 2021' (item 184, à fl. 265).

Ressalte-se que não é pacífica a inclusão das despesas de recursos humanos finalísticos das organizações sociais na apuração do montante da despesa com pessoal dos entes da federação, dada a edição do Decreto Legislativo nº 233/2022.

Contudo, em consulta realizada pela SEFAZ à STN (Chamado nº CH202300895) foi apresentada o entendimento de que as exigências contidas no MDF seriam mantidas até a manifestação da PGFN acerca dos efeitos do Decreto Legislativo nº 79/2022, conforme alegações a seguir apresentados:

“Informamos que estamos aguardando manifestação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) acerca dos efeitos do Decreto Legislativo nº 79/2022.

O Decreto sustou a Portaria que concedia prazo para adequação dos processos e rotinas dos entes da Federação, de modo a viabilizar o cumprimento da regra que consta no Manual de Demonstrativos Fiscais, a qual não foi afetada pelo referido Decreto. **Deste modo, até que haja manifestação da PGFN, a regra que consta no mapeamento será mantida.**”

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Consulta realizada pela SEFAZ à STN (Chamado nº CH202300895); Decreto Legislativo nº 233/2022; Portaria STN nº 233/2019; Portaria STN nº 377/2020; Relatório de Acompanhamento dos Contratos de Gestão 2021 – 2º Semestre/2021 e Acompanhamento da Execução Orçamentária dos Contratos de Gestão – Dezembro/2021, que podem ser acessados no link: <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/contrato-de-gestao/>

Publicado no DOU de 01/07/2022, acessado no link a seguir:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=2&data=01/07/2022>

**Recomendação nº. 52: Quanto às despesas de pessoal, cabe RECOMENDAR à Secretaria de Planejamento e Gestão que, na elaboração do relatório de acompanhamento dos contratos de gestão, apresente sempre as despesas com recursos humanos de forma detalhada, com discriminação daquelas enquadradas como atividades-fim do serviço público e, ainda, à Secretaria da Fazenda, que avalie o impacto, neste e nos próximos exercícios, da inclusão de tais dispêndios no cálculo das despesas de pessoal, para fins de cumprimento dos limites impostos pela LRF, especialmente em virtude do**

disposto na Portaria STN n.º 377/2020, que definiu que, na totalização de tais despesas, deverão ser computadas aquelas realizadas com pessoal das organizações da sociedade civil que atuam na atividade-fim do órgão.

Análise da Comissão do PASF: Com a inclusão dos dados de Despesa de Pessoal no Relatório de Acompanhamento dos Contratos de Gestão, a **SEPLAG/CECGE/Cocap** tem atendido essa Recomendação, por meio da publicação de *folder* mensal e relatório semestral de acompanhamento dos contratos de gestão, ambos disponibilizados em <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/contrato-de-gestao/>, conforme Figuras 6 e 7, a seguir.

**Figura 6 – Dados do Folder de 2022 – Em R\$mil**

CONTRATOS	CONTRATOS DE GESTÃO até 31 de Dezembro de 2022 (VALORES EM MIL (R\$1000))														
	VALORES CONTRATADOS / 1000				RECURSOS HUMANOS			VALOR (\$) SUB TOTAL	%	VALOR(S) OUTRAS DESPESAS	%	TOTAL (\$) (CONTRATOS + ADITIVOS)	%	nº SAAC	VIGÊNCIA
	2020	2021	2022	TOTAL	QUANT.	Area Mec	Area Fim								
1. SRH com AGROPOLOS	-	-	3.982	3.982	31	236	3.175	3.411	85,66%	571	14,34%	3.982	0,11%	1209128	Abr/22 a Mar/23
2. SDA com AGROPOLOS GERAL	-	-	46.075	46.075	257	-	19.021	19.021	41,28%	27.054	58,72%	46.075	1,26%	1209668	Abr/22 a Mar/23
3. SDA com AGROPOLOS - Mais Nutrição	-	-	2.300	2.300	36	-	1.548	1.548	67,31%	752	32,69%	2.300	0,06%	1209869	Abr/22 a Mar/23
4. IDACE com AGROPOLOS	-	-	13.061	13.061	106	394	6.056	6.452	49,39%	6.610	50,61%	13.061	0,36%	1210461	Abr/22 a Mar/23
5. CIDADERS com AGROPOLOS 1º Contrato	-	-	8.444	8.444	66	312	5.833	6.145	72,76%	2.299	27,22%	8.444	0,23%	1209135	Abr/22 a Mar/23
6. CIDADERS com AGROPOLOS 2º Contrato	-	-	5.099	5.099	29	44	627	671	17,86%	4.228	82,14%	5.099	0,14%	1222817	Jul a Dez/22
7. SEQUIL com IDT	-	-	20.953	20.953	219	5.886	11.681	17.566	83,84%	3.385	16,16%	20.953	0,57%	1210533	Abr/22 a Mar/23
8. SEQUIL com IDM/ CCBJ	-	-	10.875	10.875	71	2.045	2.605	4.651	42,77%	6.224	57,23%	10.875	0,30%	1209206	Abr/22 a Mar/23
9. SEQUIL com IDM/ EADTPS	-	-	2.600	2.600	10	281	493	774	29,78%	1.826	70,22%	2.600	0,07%	1209189	Abr/22 a Mar/23
10. SEQUIL com IDM/ CDMAC	-	-	16.000	16.000	139	3.189	6.206	9.403	58,77%	6.597	41,23%	16.000	0,44%	1209155	Abr/22 a Mar/23
11. SEQUIL com IDM Porto Inaema	-	-	10.100	10.100	43	1.767	3.192	4.959	49,13%	5.141	50,87%	10.100	0,26%	1209177	Abr/22 a Mar/23
12. SEQUIL com IDM/CINE TEATRO SÃO LUIS	-	-	6.100	6.100	26	1.189	2.309	3.498	57,35%	2.602	42,65%	6.100	0,17%	1209181	Abr/22 a Mar/23
13. SEQUIL com IDM/TEATRO JOSE DE ALENCAR	-	-	4.837	4.837	40	858	1.665	2.522	52,14%	2.315	47,86%	4.837	0,13%	1209144	Abr/22 a Mar/23
14. SEQUIL com IDM/MEMORIAL CEGO ADELRALDO	-	-	1.600	1.600	7	169	329	498	31,11%	1.102	68,89%	1.600	0,04%	1209191	Abr/22 a Mar/23
15. SEQUIL com IDM/VILA DA MÚSICA	-	-	2.300	2.300	13	305	592	897	39,02%	1.403	60,98%	2.300	0,06%	1209166	Abr/22 a Mar/23
16. SEQUIL com IDM Escola Ninos Das Brancas	-	-	6.500	6.500	29	1.094	2.104	3.198	49,29%	3.312	50,71%	6.500	0,18%	1209137	Abr/22 a Mar/23
17. SEQUIL com IDM Centro Cultural Porto Dragão	-	-	3.017	3.017	8	339	659	998	33,08%	2.019	66,92%	3.017	0,08%	1205164	Abr/22 a Mar/23
18. SEQUIL com IDM Biblioteca Central do Ceará	-	-	7.146	7.146	56	1.344	2.609	3.953	55,32%	3.193	44,68%	7.146	0,20%	1209212	Abr/22 a Mar/23
19. SEQUIL com IDM Casa Antonio Conselheiro	-	-	1.400	1.400	4	30	434	463	33,08%	937	66,92%	1.400	0,04%	1209711	Abr/22 a Mar/23

**Figura 7 – Dados do Relatório Semestral – Em R\$mil**

CONTRATOS	VIGÊNCIA	PESSOAL QUANT.	GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA					%	Outras Despesas Correntes (Custeio)	%	TOTAL CONTRATOS - ADITIVOS
			Pessoal e Encargos Sociais (Recursos Humanos)			SUB TOTAL	%				
			Área Meio	Área Fim							
1. SRH com AGROPOLOS	Abri/22 a Mar/23	31	236	3.175	3.411	85,66%	571	14,34%	<b>3.982</b>		
2. SDA com AGROPOLOS GERAL	Abri/22 a Mar/23	257	-	19.021	19.021	41,28%	27.054	58,72%	<b>46.075</b>		
3. SDA com AGROPOLOS Mais Nutrição	Abri/22 a Mar/23	35	-	1.548	1.548	67,31%	752	32,69%	<b>2.300</b>		
4. IDACE com AGROPOLOS	Abri/22 a Mar/23	106	394	6.058	6.452	49,39%	6.610	50,61%	<b>13.061</b>		
5. CIDADES com AGROPOLOS 1º Contrato	Abri/22 a Mar/23	66	312	6.833	6.145	72,78%	2.299	27,22%	<b>8.444</b>		
6. CIDADES com AGROPOLOS 2º Contrato	Jul a Dez/2022	29	44	827	871	17,08%	4.228	82,92%	<b>5.099</b>		
7. SEDET com IDT	Abri/22 a Mar/23	219	5.686	11.681	17.568	83,84%	3.385	16,16%	<b>20.953</b>		
8. SECULT com IDM CCBJ	Abri/22 a Mar/23	71	2.045	2.605	4.651	42,77%	6.224	57,23%	<b>10.875</b>		
9. SECULT com IDM EAOTPS	Abri/22 a Mar/23	10	281	493	774	29,78%	1.826	70,22%	<b>2.600</b>		
10. SECULT com IDM/CDMAC	Abri/22 a Mar/23	139	3.196	6.206	9.403	58,77%	6.597	41,23%	<b>16.000</b>		
11. SECULT com IDM/Porto Itaipema	Abri/22 a Mar/23	43	1.767	3.192	4.959	49,10%	5.141	50,90%	<b>10.100</b>		
12. SECULT com IDM/CINE TEATRO SÃO LUIS	Abri/22 a Mar/23	26	1.189	2.303	3.498	57,35%	2.602	42,65%	<b>6.100</b>		
13. SECULT com IDM/TEATRO JOSE DE ALENCAR	Abri/22 a Mar/23	40	658	1.665	2.322	62,14%	2.315	47,86%	<b>4.837</b>		
14. SECULT com IDM/MEMORIAL CEGO ADERALDO	Abri/22 a Mar/23	7	1.669	329	498	31,11%	1.102	68,89%	<b>1.600</b>		
15. SECULT com IDM/NILA DA MÚSICA	Abri/22 a Mar/23	13	305	592	897	39,02%	1.403	60,98%	<b>2.300</b>		
16. SECULT com IDM/Escola Iviris Dias Branco	Abri/22 a Mar/23	29	1.084	2.104	3.188	49,05%	3.312	50,95%	<b>6.500</b>		
17. SECULT com IDM Centro Cultural Porto Dragão	Abri/22 a Mar/23	8	339	659	998	33,08%	2.019	66,92%	<b>3.017</b>		
18. SECULT com IDM Biblioteca Central do Ceará	Abri/22 a Mar/23	66	1.344	2.609	3.953	55,32%	3.193	44,68%	<b>7.146</b>		
19. SECULT com IDM Casa Antonio Conselheiro	Abri/22 a Mar/23	4	30	434	463	33,08%	937	66,92%	<b>1.400</b>		
20. SECULT com IDM Temporada de Arte e Cultura - TAC	Jul/22 a Jan/23	-	-	-	-	0,00%	3.208	100,00%	<b>3.208</b>		
21. SECULT com IDM Festival na Ibiapaba	Jun a Set/22	-	-	-	-	0,00%	850	100,00%	<b>850</b>		
22. SECULT com IDM Bial Intermacional do Livro no Ceará	Set/22 a Fev/23	0	-	-	-	0,00%	4.000	100,00%	<b>4.000</b>		
23. SECULT com MIRANTE_Gestão OS Equipamentos	25/02/22 a 28/02/23	82	5.176	16.709	21.885	47,69%	24.008	52,31%	<b>46.893</b>		
24. SECULT com MIRANTE_Centro Cultural do Canni	Nov/22 a Out/23	87	1.277	6.376	6.652	39,13%	10.347	60,87%	<b>17.000</b>		
25. SECULT com MIRANTE_Sobrado Dr. José Lourenço	Nov/22 a Out/23	18	-	1.306	1.306	40,30%	1.934	59,70%	<b>3.240</b>		
26. SEDUC com CENTEC - Ensino Médio Integrado II	Abri/22 a Mar/23	1495	-	106.101	106.101	85,23%	14.156	11,77%	<b>120.257</b>		
27. SECITECE com CENTEC - 1º CONTRATO	Jun/22 a Abr/23	243	3.327	11.060	14.386	76,26%	4.478	23,74%	<b>18.864</b>		
28. SECITECE com CENTEC - 2º CONTRATO	18/07/23 a 30/04/23	8	74	500	573	40,33%	849	59,67%	<b>1.422</b>		
29. SECITECE com CENTEC - 3º CONTRATO	Set/22 a Mar/23	0	-	-	-	0,00%	850	100,00%	<b>850</b>		
30. SEMA com IDM 2022	Jul/22 a Jun/23	18	241	1.046	1.287	34,94%	2.397	65,06%	<b>3.685</b>		
31. SEMA com AGROPOLOS 2022	Jul/22 a Jun/23	29	462	1.848	2.310	63,69%	1.323	36,31%	<b>3.632</b>		
32. SEMA com IDM_Sabiaguaba	Mai/22 a Abr/23	11	612	496	1.108	36,47%	1.930	63,53%	<b>3.038</b>		
33. SEMA com IDM_Caminhos do Horto	Jul/22 a Jun/23	19	1.097	614	1.711	15,40%	9.400	84,60%	<b>11.110</b>		
34. SAUDE com ISGH Casa de Cuidados	24/Jun a 24/Jun/23	175	740	9.347	10.087	85,68%	1.686	14,32%	<b>11.773</b>		
<b>CONTRATADO EM 2022</b>		<b>3.376</b>	<b>32.486</b>	<b>228.742</b>	<b>268.228</b>	<b>61,31%</b>	<b>162.984</b>	<b>38,69%</b>	<b>421.212</b>		
<b>ADITIVOS 2022</b>			<b>84.274</b>	<b>679.174</b>	<b>663.448</b>	<b>60,29%</b>	<b>437.005</b>	<b>39,71%</b>	<b>1.100.453</b>		
<b>SUB TOTAL</b>			<b>116.760</b>	<b>804.916</b>	<b>921.676</b>	<b>60,57%</b>	<b>599.989</b>	<b>39,43%</b>	<b>1.521.665</b>		
35. SAUDE com ISGH Hospital Vale do Jaguaribe	Nov/21 a 30/10/23	496	12.053	48.415	60.468	63,10%	35.356	36,90%	<b>96.826</b>		
36. SAUDE com ISGH HGWA	Jan/20 a Mar/23	1171	43.218	247.381	290.600	63,82%	164.726	36,18%	<b>456.325</b>		
37. SAUDE com ISGH - UPAs	Jan/20 a Mar/23	1188	40.257	284.834	325.091	70,01%	139.243	29,99%	<b>464.334</b>		
38. SAUDE com ISGH / HRC	Jan/20 a Mar/23	1319	41.687	296.707	338.394	60,98%	216.470	39,02%	<b>554.764</b>		
39. SAUDE com ISGH - HRN	Jan/20 a Mar/23	1690	54.966	409.782	464.748	59,63%	314.687	40,37%	<b>779.435</b>		
40. SAUDE com ISGH - HRSC	Jan/20 a Mar/23	1093	29.797	224.819	254.616	61,10%	162.114	38,90%	<b>416.730</b>		
41. SAUDE com ISGH - HLDV	Jan/20 a Mar/23	1152	22.860	167.638	190.497	47,36%	211.769	52,64%	<b>402.267</b>		
42. SDA com AGROPOLOS Projeto São José	Abr/20 a Mar/23	117	2.095	24.439	26.534	61,63%	16.519	38,37%	<b>43.053</b>		
43. SEJUV com IDM_CFO	Out/19 a 16/04/23	34	2.188	7.381	9.569	36,10%	16.936	63,90%	<b>26.506</b>		
<b>CONTRATADO EM ANOS ANTERIORES</b>		<b>8.260</b>	<b>249.020</b>	<b>1.711.897</b>	<b>1.960.417</b>	<b>60,54%</b>	<b>1.277.821</b>	<b>39,46%</b>	<b>3.238.239</b>		
<b>MENOS ADITIVOS 2022</b>			<b>84.274</b>	<b>679.174</b>	<b>663.448</b>	<b>60,29%</b>	<b>437.005</b>	<b>39,71%</b>	<b>1.100.453</b>		
<b>SUB TOTAL</b>			<b>164.747</b>	<b>1.132.223</b>	<b>1.296.970</b>	<b>60,67%</b>	<b>840.816</b>	<b>39,33%</b>	<b>2.137.786</b>		
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>11.635</b>	<b>281.806</b>	<b>1.987.139</b>	<b>2.218.645</b>	<b>60,63%</b>	<b>1.440.805</b>	<b>39,37%</b>	<b>3.659.451</b>		
Percentual			<b>7,69%</b>	<b>62,94%</b>	<b>60,63%</b>		<b>39,37%</b>				

As informações apresentadas pela **CECGE/Seplag** têm como fonte os planos de trabalhos dos contratos de gestão formalizados, incluindo seus aditivos.

A movimentação financeira do contrato de gestão segue o cronograma financeiro de desembolso constante em cada plano de trabalho, sendo os dados de

execução referentes à execução financeira dos repasses dos **Contratantes** para as **Organizações Sociais**, extraídos do Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios (**SACC**) e do Portal de Transparência do Estado do Ceará.

A execução dos gastos necessários à realização das ações previstas no plano de trabalho é registrada em sistemas contábil-financeiro da Organização Social, que segue as normas da contabilidade privada e que não são acessíveis à **CECGE/Cocap**, ficando a cargo do gestor e da Comissão de Avaliação de cada contrato e ao Conselho Fiscal da Organização Social, a responsabilidade compartilhada pela observância e zelo da boa e regular aplicação dos recursos públicos decorrentes desses instrumentos.

Quanto ao cumprimento da Portaria STN n.º 377/2020, a **CECGE/Cocap** a SEFAZ realiza a avaliação do impacto da inclusão das Despesas de Pessoal com Contratos de Gestão para fins de cumprimento dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme manifestação à Recomendação nº29.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: RGF – Demonstrativos da Despesa com Pessoal publicados quadrimestralmente referente ao exercício de 2022.

**Recomendação nº. 31: Ao Poder Executivo, quando elaborar a Lei de Orçamento do Estado, que observe a dotação mínima para investimentos do setor público estadual do Interior, conforme estabelece o art. 210 da Constituição Estadual do Ceará.**

**Recomendação nº. 35: Ao Governo do Estado, que, ao decidir sobre investimentos públicos, realize esforços no sentido de dar cumprimento ao mandamento constitucional insculpido no art. 210 da Constituição Estadual, inclusive observando a dotação mínima para investimentos do setor público estadual do Interior, alavancando o desenvolvimento dessa região do Estado, reduzindo desigualdades regionais e a pobreza dos seus habitantes.**

Análise da Comissão do PASF: Com relação aos investimentos no interior do Estado o Governo do Estado do Ceará reitera o constante aprimoramento de sua execução com vistas à uma distribuição equânime dos seus investimentos.

Ressalta-se a existência de uma dinâmica das necessidades na aplicação do orçamento destinado aos investimentos, tendo em vista que estes podem oscilar regionalmente, em virtude, por exemplo, de projetos de grande porte em determinada região, os quais demandam um volume maior de recursos por determinado período, bem como a ampliação que a Região Metropolitana da Grande Fortaleza vem obtendo nos últimos tempos.

Nesse contexto, destaca-se realizações como a conclusão do Terminal de Múltiplo Uso (TMUT) do Porto do Pecém, com o novo berço do terminal (Berço 10), o que permite receber navios de até 330 metros de comprimento, com calado de até 15,30 metros; o novo Aeroporto Regional de Sobral; a restauração de 3.278,30 km de sinalização nas rodovias estaduais e a inauguração do Setor II da ZPE, o novo espaço de 20 hectares está estruturado com pavimentação, estrutura de elétrica e a fibra óptica, pronto para receber plantas industriais que impactarão na economia de todo o Estado.

Ressalta-se, também, investimentos na infraestrutura da mobilidade que são continuamente, ampliadas e melhoradas no Ceará, como, por exemplo, os Veículos Leves Sobre Trilhos – VLTs de Sobral e do Cariri, que contribuem para o aumento do índice de interiorização da densidade rodoviária e a diminuição na taxa de mortalidade por acidente de trânsito, que passou de 9,12 óbitos/100 mil habitantes, em 2019, para 5,89, em 2022.

Além disso, também é importante ressaltar as manutenções e revitalizações feitas na infraestrutura existente, como as 82 obras de requalificação viária e 22 obras de requalificação de espaços públicos, contemplando 66 municípios e totalizando 958.074,82 m<sup>2</sup>, em 2022.

Desta forma, percebe-se o esforço constante e evolutivo do governo em relação a promoção do desenvolvimento econômico equânime das suas diversas regiões, e ciente do caráter de temporalidade dos investimentos estruturantes que comumente perpassam diversos exercícios financeiros, a diretriz de distribuição de investimentos assentada na nossa Constituição Estadual, reclama ser compreendida e aferida em períodos razoáveis de tempo de vigência dos orçamentos públicos, sob



pena de se tornar um entrave, ao invés de atingir o verdadeiro espírito do Constituinte, que é ser um indutor do desenvolvimento regional igualitário.

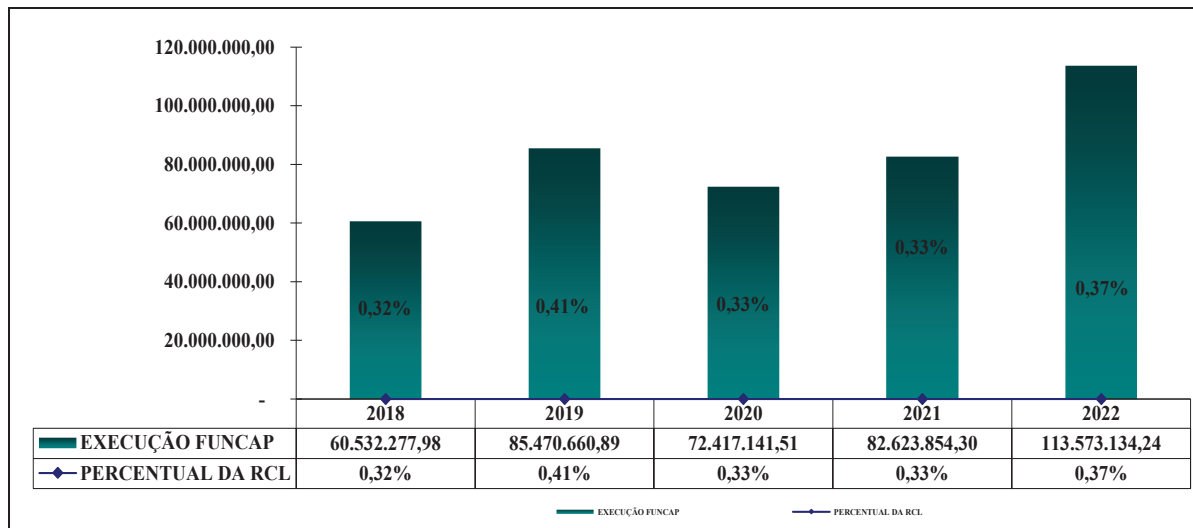
Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação

Evidências: Execução orçamentária de 2022

**Recomendação nº. 32: Ao Poder Executivo, que cumpra o cronograma estabelecido para alcance do percentual de recursos direcionados à FUNCAP, conforme estabelece o art. 258 da Constituição Estadual.**

Análise da Comissão do PASF: No período de 2018 a 2022, o Governo do Estado aumentou a aplicação de recursos na FUNCAP em 87,62%, saindo de R\$ 60.632.277,98 em 2018, para R\$ 113.573.134,24 em 2022, conforme o Gráfico 1. Considerando os valores nominais em relação à Receita Corrente Líquida, a evolução foi de 0,32% em 2018 para 0,37% em 2022.

**Gráfico 1 – Evolução dos Recursos Executados pela Funcap**



Fonte: Siafe - SEFAZ

Os recursos aplicados em 2022, no valor de R\$ 113.573.134,24 correspondem a um percentual de 0,8606% da receita de impostos.

Analisando os programas executados pela FUNCAP nos anos de 2021 e 2022, pode-se constatar um crescimento de 37,31% na execução total. O programa de bolsas envolve bolsas científicas e de inovação. Os programas de bolsas científicas

apresentam os seguintes tipos: Bolsas de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e à Inovação Tecnológica – BPI; Bolsa de Formação Acadêmica – Mestrado e Doutorado; Bolsa de Apoio Técnico – BAT; Bolsa de Pesquisador Visitante – BPV; Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica – BICT; Bolsa Acadêmica de Inclusão Social – BSocial; Bolsa Universitário – Programa Avance; e Bolsa de Pesquisador Associado – BPA. Os programas de diretoria de inovação envolvem Bolsa de Transferência Tecnológica – BTT e Bolsa de Inovação Tecnológica – BIT.

A Funcap também apresenta programas de auxílios que visam estimular a ciência e estímulos à inovação empresarial e a pública. Segue algumas atividades da FUNCAP durante o exercício de 2022:

- A Funcap lançou em junho/22 a Chamada 03/2022 – Modernização e aquisição de equipamentos de laboratórios de pesquisa nas universidades estaduais do Ceará. A iniciativa prevê investimento de R\$ 2,8 milhões para financiamento dos seguintes itens: (1) Serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica) para manutenção de equipamentos já existentes nos laboratórios; (2) Adaptações de instalação e adequações para melhoria da infraestrutura física; (3) Acessórios e insumos para equipamentos; (4) Insumos de equipamentos de pequeno porte; e (5) Aquisição de equipamentos.
- Resultado de um investimento de aproximadamente R\$ 3,5 milhões, o edital 01/2022 – Mulheres na Ciência, que foi lançado em fevereiro deste ano, teve um total de 35 propostas aprovadas, distribuídas entre oito instituições de pesquisa do Ceará. Iniciativa pioneira da Funcap, o edital foi lançado no Dia Internacional das Mulheres na Ciência com o objetivo de apoiar projetos de pesquisa coordenados por mulheres, contribuindo para reduzir a assimetria (ainda existente) de gênero na distribuição de recursos na área científica.
- Em outubro/22 foi lançado o edital 04/2022 do Programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e Inovação Tecnológica (BPI). A iniciativa tem como principais objetivos estimular a fixação de pesquisadores com doutorado no interior do Ceará e

incentivar o aumento da produção científica, tecnológica e de inovação de qualidade no Estado.

- Em novembro/22 foi lançado o edital do Programa Centelha, iniciativa que irá destinar R\$ 3 milhões para financiamento de projetos inovadores e até R\$ 1,3 milhão em bolsas de apoio técnico. Recebeu 443 ideias vindas de candidatos a empreendedores de todo o Ceará.
- No programa de Desenvolvimento Integral de Educação Superior, sua execução ficou prejudicada, pois devido à pandemia, o edital do Programa Avance, que é uma iniciativa do Governo do Estado por meio da Funcap e da Secretaria de Educação (Seduc), foi lançado em 2022. E ainda, a Funcap concede cotas para as bolsas de graduação e pós-graduação à Instituições de Ensino Superior (IES) do Ceará, ficando a distribuição dessas bolsas sob a responsabilidade das IES.

Por fim, os programas da FUNCAP apresentaram aumento na sua execução, conforme a Tabela 4.

**Tabela 4 – Execução dos Programas da FUNCAP em 2021 e 2022**

R\$ 1,00			
PROGRAMAS	ANO 2021	ANO 2022	Varição (%)
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCACAO SUPERIOR	41.261.695,35	51.002.733,70	23,61%
CEARA CIENTIFICO E TECNOLOGICO	31.681.484,53	45.160.596,13	42,55%
GESTAO ADMINISTRATIVA DO CEARA	6.613.750,31	9.058.609,14	36,97%
INOVA CEARA	3.066.924,11	8.226.510,75	168,23%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>82.623.854,30</b>	<b>113.448.449,72</b>	<b>37,31%</b>

Fonte: Siof-SEPLAG

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Execução orçamentária da FUNCAP em 2022.

**Recomendação nº. 33: À Secretaria da Fazenda, que efetue a contabilização dos consórcios públicos, em conformidade com a regulamentação da Portaria STN nº 274/2016, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 10 – Contabilização de Consórcios Públicos.**

Análise da Comissão do PASF: Foi celebrado pelo Governo do Estado do Ceará, representado pela Secretaria da Fazenda, o Contrato nº 043/2021, cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada para atendimento às especificidades do controle orçamentário, financeiro e contábil do Estado do Ceará. Dentre os módulos do novo sistema a ser desenvolvido, constará o Módulo Controle Contábil das Estatais, Organizações Sociais e Consórcios Públicos, o qual tem previsão de entrega para dezembro de 2023 e deverá compreender o rastreamento do recurso repassado a partir da transferência pelo ente consorciado ao respectivo consórcio público, passando pela execução orçamentária e finalizando com o retorno das informações para fins de prestações de contas, a fim de evidenciar e transparecer as contas públicas vinculadas aos consórcios públicos, instrumentalizando o controle interno, externo e social, em aderência integral ao disposto na Lei nº 11.107/2005 e na Portaria STN nº 274/2016 (IPC 10 - Contabilização de Consórcios Públicos).

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Minuta de Instrução Normativa que disciplina sobre a prestação de contas dos consórcios públicos à Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará; Contrato nº 043/2021, cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada para atendimento às especificidades do controle orçamentário, financeiro e contábil do Estado do Ceará.

**Recomendação nº. 34: Ao Poder Executivo, que adote providências de maior controle quanto ao gasto de pessoal em sentido amplo, com fulcro no art. 1º, §1º, da Lei Complementar nº 101/2000, em relação à responsabilidade na gestão fiscal quanto ao equilíbrio das contas públicas em face das despesas com contrato de gestão, pensionistas e abono permanência reduzirem as disponibilidades do Estado para investimentos e manutenção dos serviços públicos.**

Análise da Comissão do PASF: Sobre os contratos de gestão, a parcela relativa a pessoal dessas despesas foi incluída nos demonstrativos fiscais de 2022.

Sobre pensionistas e abono de permanência, o TCE já reconheceu o atendimento, conforme item 184 à fl. 265 do 'Relatório Anual de Prestação de Contas de Governo do Estado do Ceará - Exercício 2021'

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Anexo I das RGF's emitidas a partir do 1º quadrimestre de 2022.

**Recomendação nº. 36: Ao Poder Executivo, que efetue a divulgação dos dados referentes ao Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará no portal da transparência, e, também, no Balanço Geral do Estado do Ceará, para fins de cumprimento legal dos diversos aspectos referentes à transparência, possibilitando a verificação objetiva da efetivação dos dispositivos constitucionais.**

Análise da Comissão do PASF: O Programa de Microcrédito Produtivo (Ceará Credi) é uma iniciativa do Governo do Ceará que visa ampliar oportunidades de trabalho e renda para microempreendedores, trabalhadores autônomos, formais e informais, e agricultores familiares, por meio da disponibilização de crédito produtivo orientado, capacitação empreendedora e educação financeira. Lançado em abril de 2021, o programa foi desenvolvido pela Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece), Instituto E-Dinheiro e Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) e objetiva agir de forma estratégica na inclusão produtiva e financeira da camada mais vulnerável da população cearense.

Em 11 meses de operação, o Programa já liberou mais de R\$ 70 milhões em crédito para mais de 26 mil micros e pequenos empreendedores cearenses. Até maio de 2022, já foram atendidas mais de 36 mil pessoas pelos 110 agentes, 11 assistentes administrativos e 11 supervisores de créditos espalhados pelos 184 municípios cearenses.

As normas que regem a operacionalização do Programa estão disponíveis no link:

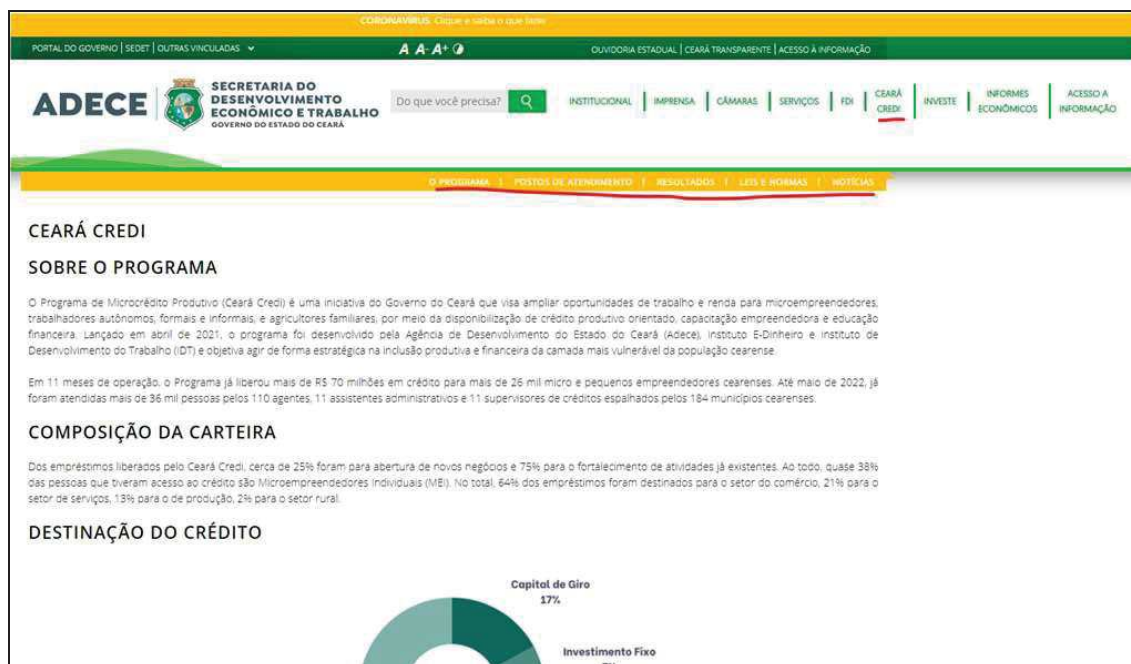
<https://www.adece.ce.gov.br/leis-e-decretos-ceara/>

As informações acerca dos resultados alcançados, assim como avaliações dos impactos resultantes do programa, estão disponibilizadas no relatório de desempenho financeiro, disponível no link:

<https://www.adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2022/06/RELATORIO-DEDESEMPENHO-FISICO-FINANCEIRO-2021.pdf>

Tendo em vista que se trata de um programa de microcrédito e que o foco do programa são microempreendedores com receita bruta anual de no máximo R\$81.000,00 e ainda que o limite de crédito é de R\$3.000,00, entende-se que a divulgação de informações individualizadas não é relevante para o contexto, sendo divulgadas somente as informações agregadas do programa no site da ADECE, conforme Figura 8.

**Figura 8 – Foto do Sítio da ADECE com a divulgação do programa**



<https://www.adece.ce.gov.br/programa/#>

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação

Evidências:

<https://www.adece.ce.gov.br/leis-e-decretos-ceara/>

<https://www.adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2022/06/RELATORIO-DEDESEMPENHO-FISICO-FINANCEIRO-2021.pdf>

**Recomendação nº. 49: Ao Poder Executivo que realize meios de controles suficientes para avaliar, previamente a cada Decreto editado para alteração orçamentária, os devidos parâmetros estabelecidos na Lei Orçamentária, em conformidade com o art. 167 da Constituição Federal e art. 43 da Lei Federal nº 4320/64, formalizando-os para encaminhamento na Prestação de Contas de Governo do Estado do Ceará, referente ao exercício de 2022.**

Análise da Comissão do PASF: Acerca da questão em análise, que trata do controle dos parâmetros estabelecidos na LOA para as alterações orçamentárias, destaca-se que compete à Coordenadoria de Gestão Orçamentária – COGEO/COPLO/SEPLAG a edição dos decretos de Abertura de créditos adicionais suplementares, os quais são elaborados em conformidade com as normas legais existentes.

Quanto à origem e suficiência de recursos para abertura de créditos adicionais, conforme prevê o art. 43, § 1º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 4.320/1964, têm-se distintas formas de controle, a depender da origem dos recursos.

Quando os recursos utilizados no Decreto Orçamentário decorrem de Superávit Financeiro do Exercício Anterior, definido no art. 43, § 1º, inciso I, entende-se que o montante apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, que é publicado no Balanço Geral do Estado, seja o parâmetro suficiente para respaldar a abertura dos créditos adicionais. Na prática, após cada uso, é recalculado o saldo remanescente para utilização futura.

Quando os créditos adicionais decorrem de Excesso de Arrecadação, de que trata o art. 43, § 1º, inciso II, o processo de elaboração do decreto prevê a análise da Receita Realizada Líquida, em comparação à Previsão Inicial da Receita, as quais

são disponibilizadas pela SEFAZ, no Sistema Corporativo SIAFE - Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará. Efetivamente, só é aportado o valor constatado como excesso.

Na hipótese de os créditos adicionais decorrerem de Anulação de dotações orçamentárias, de que trata o art. 43, § 1º, inciso III, o controle é realizado pelo próprio sistema SIAFE, no módulo de Solicitação de Alteração Orçamentária, de maneira que o acréscimo (suplementação orçamentária) seja da mesma magnitude que o decréscimo (anulação), respeitando-se, sempre, a receita anulada pela sua visão orçamentária, qual seja, a fonte de recursos.

No que trata do art. 167, inciso V da Constituição da República de 1988 e o art. 205, inciso IV da Constituição Estadual de 1989, que versam sobre a autorização legislativa para abertura de créditos adicionais suplementares, a Lei Estadual nº 17.860, de 30 de dezembro de 2021– LOA 2022, alterada pela Lei nº 18.197 de 31 de agosto de 2022, definiu um limite de 32% (trinta e dois por cento) para o Poder Executivo abrir créditos adicionais suplementares.

Para que esse limite de suplementação definido na LOA seja respeitado, a formulação dos créditos adicionais suplementares prevê o cálculo do impacto das alterações, por decreto e até o decreto, de maneira que, antes da publicação pode-se aferir se será possível concretizá-lo. Esse cálculo encontra-se disponível no Sistema Corporativo SIAFE - Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará e essa consulta faz parte das etapas do processo de elaboração dos créditos adicionais.

Além do mais, é possível acompanhar tal percentual pelo sítio eletrônico da SEPLAG, no seguinte endereço: <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-execucao-orcamentaria/creditos-adicionais/>

Em suma, o Poder Executivo adota meios de controle para que os parâmetros definidos no regramento legal sejam respeitados.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências:



<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-execucao-orcamentaria/creditos-adicionais/>

**Recomendação nº. 55:** No entendimento deste Parquet, considerando o déficit previdenciário do Plano de Custeio Financeiro, impõe-se **RECOMENDAR** que sejam adotadas medidas suficientes ao desejado equilíbrio orçamentário e atuarial, para extinção, quando possível, da utilização de recursos do tesouro estadual para suportar as atividades e obrigações do Órgão Previdenciário.

**Recomendação nº. 56:** Revela-se indispensável que seja **RECOMENDADO** ao Poder Executivo do Estado do Ceará que adote medidas para que os regimes de previdência dos servidores públicos sejam devidamente estruturados, de acordo com critérios e diretrizes que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, em respeito ao disposto no art. 40 da Constituição da República.

Análise da Comissão do PASF: Compete à Cearaprev, de acordo com a LC/CE nº 227, de 16/12/2020, administrar o Fundo para Modernização da Gestão e Sustentabilidade da Previdência Social (Fungesprev).

Dentre as diversas ações realizadas visando contribuir para a melhoria da gestão e solvência do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Ceará, destacam-se aquelas especificadas a seguir.

I – Em relação à estrutura:

1. Criação da Cearaprev

A Fundação de Previdência Social dos Servidores do Estado do Ceará (Cearaprev) foi criada pela LC 184, de 21 de novembro de 2018, como uma vinculada da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), para gerir o regime próprio de previdência social do estadual, denominado Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC, sendo responsável pela administração, gerenciamento e operacionalização do Sistema, incluindo a arrecadação e a gestão dos recursos e fundos previdenciários, a análise dos

processos previdenciários relativos à concessão, pagamento e manutenção dos benefícios previdenciários.

## 2. Criação da CE-PREVCOM

Foi realizada a Criação da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará (CE-Prevcom), vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão, por meio da Lei Complementar nº 185, de 21/11/2018 (D.O.E. 22/11/2018), com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios previdenciários no âmbito do regime de previdência complementar instituído pela Lei Complementar Estadual nº 123, de 16 de setembro de 2013. Com a Previdência Complementar o benefício a ser concedido aos segurados fica limitado ao teto do RGPS, ao que compete ao RPPS, competindo a parcela restante ao Regime de Previdência Complementar, conforme acumulação em conta individualizada.

## 3. Implementação do Sistema de Gestão Previdenciária – SGPREV

A Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, em trabalho conjunto com a Procuradoria-Geral do Estado do Ceará – PGE e com o Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE, implantou o Sistema de Gestão Previdenciária – SGPrev para a instrução e o acompanhamento dos processos previdenciários do sistema legal SUPSEC por meio de uma plataforma inteiramente digital, resultando em otimização de recursos e maior celeridade no andamento desses processos.

### II – Em relação à preservação do equilíbrio financeiro e atuarial:

#### 4. Segregação da Massa de Segurados:

Adequando-se à conformação Previdenciária Nacional, foi editada a Lei Complementar Estadual nº 123, de 16/09/2013, publicada no DOE de 19/09/2013, aplicável a todos os beneficiários do Sistema, a qual dispõe sobre o equacionamento do déficit atuarial do SUPSEC por meio da modalidade de segregação da massa de segurados, vigente a partir de 01/01/2014.

#### 5. Alterações nas Regras de Concessão de Pensão Previdenciária

A Lei Complementar estadual nº 159, de 14/01/2016 – DOE de 18/01/2016, dentre outras medidas, alterou as regras de elegibilidade para a concessão de benefício de pensão, em linha com as novas regras em vigor no âmbito do RPPS dos servidores públicos federais da União e no RGPS (Lei federal nº 13.135, de 17/06/2015), especialmente no que tange à aplicação de: (i) carência contributiva de 18 (dezoito) meses para a concessão da pensão por morte a dependentes previdenciários; (ii) tempo mínimo de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável para elegibilidade ao benefício por parte dos dependentes do ex-segurado falecido; e (iii) durabilidade do benefício para cônjuges, companheiros ou companheiras, podendo existir pagamento temporário de pensão aos beneficiários menores de 44 (quarenta e quatro) anos na data do falecimento do instituidor da pensão. Além disso, houve outras alterações nas regras de benefício com a edição da Lei Complementar estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019.

## 6. Mudanças das Alíquotas de Contribuição

Conforme disciplina da Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016 – D.O.E. de 28/12/2016, o Estado definiu novas alíquotas de contribuição previdenciária, passando, a alíquota do beneficiário, de 11% (onze por cento) para 12% (doze por cento) em 2017, 13% (treze por cento) em 2018 e 14% (quatorze por cento) a partir de 2019, e a alíquota do Estado, de 22% (vinte e dois por cento) para 24% (vinte e quatro por cento) em 2017, 26% (vinte e seis por cento) em 2018 e 28% (vinte e oito por cento) a partir de 2019.

## 7. Atualização Cadastral e Prova de Vida

Face à importância de se manter e disponibilizar um cadastro completo e atualizado para fins de avaliação atuarial, abrangendo todos os segurados ativos, aposentados e pensionistas, e de seus respectivos dependentes, de modo a possibilitar uma adequada projeção atuarial do Fundo, o Estado o fez por intermédio do Banco Bradesco S.A., e o vem fazendo, de forma on-line, por meio do app Cearaprev Online. Já se iniciou a prova de vida do ano de 2023 e, com isso, possibilita se identificar beneficiários falecidos e suspender possíveis pagamentos indevidos.

## 8. Criação do APP Cearaprev Online

A Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará é uma das pioneiras em realizar o processo de recadastramento e prova de vida de forma on-line. Essa iniciativa veio transformar a vida de milhares de segurados e beneficiários do SUPSEC.

A Cearaprev desenvolveu um aplicativo para oferecer, de forma 100% digital, os serviços da previdência social do Estado do Ceará e o primeiro serviço a ser disponibilizado foi o do recadastramento e prova de vida. Por meio delas, os servidores ativos, aposentados e pensionistas e os militares da reserva e reformados podem fazer a atualização de seus dados, seu recadastramento e prova de vida.

Para auxiliar os servidores nesse processo, além da capacitação feita com cada uma das secretarias do Governo do Estado, foi produzido material audiovisual, como manual de uso do aplicativo, vídeos tutoriais e postagens explicativas, para que o beneficiário pudesse tirar suas dúvidas.

9. Recepção da reforma da previdência federal trazida pela Emenda Constitucional nº 103/2019:

A recente reforma da previdência, aprovada em âmbito federal, por meio da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, já foi adequada aos servidores públicos civis do Estado do Ceará, conforme a edição da Emenda Constitucional estadual nº 97 e da Lei Complementar estadual nº 210, ambas de 19 de dezembro de 2019, trazendo diversas mudanças, como cálculo dos proventos e cômputo do tempo de contribuição para pensão e aposentadoria, regra na base de contribuição dos inativos e pensionistas, dentre outras.

## 10. Mudanças de alíquotas de contribuição dos Militares

A recente reforma da previdência, aprovada em âmbito federal, por meio da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, já foi adequada aos servidores públicos civis do Estado do Ceará, conforme a edição da Emenda Constitucional estadual nº 97 e da Lei Complementar estadual nº 210, ambas de 19 de dezembro de 2019, trazendo diversas mudanças, como cálculo dos proventos e cômputo do

tempo de contribuição para pensão e aposentadoria, regra na base de contribuição dos inativos e pensionistas, dentre outras.

Referida Emenda Constitucional também inovou em matéria de competência da União, atribuindo-se exclusividade para legislar sobre normas gerais acerca de inatividade e pensões dos militares (art. 22, inciso XXI).

Na sequência das reformas, relativamente aos militares, foi editada a Lei federal nº 13.954, de 18 de dezembro de 2019, por meio da qual, dentre outras matérias disciplinadas, foi alterado o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para fixar normas gerais sobre a inativação e a pensão dos militares.

Com efeito, a partir de então, os militares dos Estados e do Distrito Federal passam a contribuir à conta do Sistema de Proteção Social dos Militares com alíquota igual à aplicável às Forças Armadas (9,5% em 2020 e 10,5% a partir de 2021), cabendo ao Tesouro do respectivo ente federado a cobertura das insuficiências financeiras apresentadas.

Nada obstante a redução da alíquota, a ampliação da base de incidência da contribuição dos inativos e pensionistas – antes, sobre a parcela dos benefícios acima do teto do RGPS (hoje, R\$ 7.507,49), agora, com a Lei nº 13.954, de 2019, sobre a totalidade dos proventos – proporciona o ingresso de maior receita no Sistema, o que favorece à suavização das insuficiências financeiras futuras, somado ao fato de que também houve aumento da exigência da regra permanente da reserva remunerada a pedido, para fins de inativação, no tocante ao tempo de contribuição (de 30 anos para 35 anos) e ao tempo de serviço público (de 25 anos para 30 anos).

Referida contribuição foi também definida na Lei nº 18.277, de 22 de dezembro de 2022, considerando a competência dos Estados para edição de leis com regras específicas incidentes sobre seus respectivos servidores militares.

11. Criação do Conselho Estadual de Políticas de Previdência Social – CEPPS (Conselho Deliberativo)

Foi criado, no âmbito da Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará – Cearaprev, por meio da Lei Complementar nº 184/2018, o Conselho Estadual de

Políticas de Previdência Social – CEPPS, com o objetivo de deliberar, de maneira estratégica e harmônica, sobre as políticas e diretrizes gerais relativas ao regime próprio de previdência social estadual, denominado Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC.

O Decreto nº 33.916, de 02 de fevereiro de 2021, dispõe sobre o referido conselho, no que se refere às suas atribuições, competências, composição, mandatos e funcionamento.

## 12. Criação do Conselho Fiscal

A Lei Complementar 184/2018 constituiu o Conselho Fiscal como parte integrante da organização básica da Cearaprev e o Decreto nº 33.919, de 02 de fevereiro de 2021, dispõe sobre suas competências, composição, mandatos e funcionamento.

## 13. Revisão da Segregação de Massas

A Segregação de Massas, realizada pela Lei Complementar nº 123/2013, consistiu, para fins contábeis-financeiros, em dividir a massa de segurados do Supsec ou os respectivos direitos e obrigações para com essa massa, em três Fundos distintos pelos quais o SUPSEC é operacionalizado:

- PREVMILITAR: fundo destinado à cobertura dos benefícios previdenciários dos militares estaduais (independentemente da data de ingresso no serviço militar estadual), bem como de seus respectivos dependentes previdenciários;

- FUNAPREV: fundo destinado à cobertura dos benefícios previdenciários em fruição e a serem concedidos aos servidores públicos civis em atividade e que ingressaram até 31/12/2013, bem como a seus respectivos dependentes previdenciários; e

- PREVID: fundo destinado à cobertura dos benefícios previdenciários dos servidores públicos civis que ingressaram no serviço público a contar de 01/01/2014, bem como de seus respectivos dependentes previdenciários.

Tendo o PREVID se apresentado superavitário por exercícios consecutivos, a primeira revisão da segregação de massas foi realizada por meio do Decreto nº 33.013, de 15 de março de 2019, ocasião na qual foram migrados 760 beneficiários do fundo financeiro FUNAPREV para o fundo previdenciário PREVID.

Com essa migração foi possível reduzir parte da pressão orçamentária que o FUNAPREV impõe ao Tesouro Estadual, em razão das insuficiências financeiras crescentes, tendo em vista que as vidas migradas passaram a integrar o Fundo em Capitalização superavitário (PREVID) e esse traz ao Estado o ônus apenas da contribuição patronal, não representando ameaça fiscal futura, conforme evidências das sucessivas avaliações atuariais anuais realizadas pela Cearaprev.

Pelo Decreto nº 33.925, de 05 de fevereiro de 2021, foi realizada nova migração de vidas do FUNAPREV para o PREVID, reduzindo mais uma vez o aporte financeiro para cobrir as insuficiências desse fundo.

#### 14. Criação do Fundo para Modernização da Gestão e Sustentabilidade da Previdência Social (Fungesprev)

Compete à Cearaprev, de acordo com a LC/CE nº 227, de 16/12/2020, administrar o Fundo para Modernização da Gestão e Sustentabilidade da Previdência Social (Fungesprev), criado sob a forma de entidade contábil, com a finalidade de arrecadar e reunir recursos para financiamento de:

a) ações dirigidas para a modernização da gestão previdenciária e o aparelhamento da Cearaprev, compreendendo qualificação da força de trabalho, aperfeiçoamento e evolução tecnológica, infraestrutura física, móveis e equipamentos etc;

b) ações integrativas de promoção do envelhecimento ativo dos servidores civis e militares estaduais, preparação para aposentadoria, reserva remunerada e reforma, orientação e educação preventiva em saúde, doenças crônicas, assistência digital e remota para melhoria da qualidade de vida;

c) ações de educação previdenciária, assistência e prestação de serviços aos beneficiários, seus dependentes e familiares, geração de emprego e renda aos beneficiários;

d) parcela do déficit financeiro dos sistemas estaduais de previdência social e de proteção social, mediante transferência de recursos aos fundos Funaprev, Previd e Preamilitar; e

e) investimentos em projetos e ativos com base em estudos técnicos de viabilidade econômica e financeira que garantam elevado retorno de investimento, aliado ao baixo risco.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Informações descritas na manifestação.

**Recomendação nº. 57: Em relação à Dívida Pública Consolidada, sugerimos RECOMENDAR que o Poder Executivo adote medidas e crie ferramentas eficientes para o devido planejamento e controle da dívida pública, evitando elevação relevante e alteração casuística das metas inicialmente fixadas.**

Análise da Comissão do PASF: A Dívida Pública Consolidada é gerida pela Célula de Gestão da Dívida Pública – CEDIP, que está subordinada à Secretaria Executiva do Tesouro Estadual e Metas Fiscais, unidade que pertencente à Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ/CE.

Dentre as medidas de planejamento e de controle adotadas para melhoria da eficiência do gerenciamento da Dívida Pública, destacam-se:

- 1) elaboração de projeções do fluxo de pagamento do serviço da dívida, para todo o período de vigência contratual do empréstimo;
- 2) realização de comparativo entre as condições financeiras ofertadas por instituições financeiras, nacionais ou internacionais, na contratação de novos empréstimos e apresentação da condição financeira mais vantajosa para o Estado do Ceará;
- 3) elegibilidade do vencimento das parcelas vincendas dos empréstimos em meses de menor fluxo de pagamento de despesas relativas a pessoal e encargos, evitando sobrecarga financeira;



- 4) acompanhamento de tendências do mercado financeiro em sítios especializados, monitorando os seus impactos no crescimento do estoque da dívida e no fluxo de pagamento do seu serviço;
- 5) Contratação de um módulo de Gestão da Dívida Pública junto à Logus Sistemas de Gestão Pública Ltda que possibilitará o acompanhamento da execução contábil, financeira e orçamentária dos empréstimos contratados, a geração de relatórios legais e gerenciais, a elaboração de projeções econométricas, permitindo a preparação de análises, comparação de cenários, manutenção dos históricos de preenchimento de cada informação que interfira na composição desses cenários, dentre outras funcionalidades de finanças aplicadas ao setor público;
- 6) acompanhamento permanente dos limites legais relacionados à dívida pública (Dívida Consolidada Líquida e Serviço da Dívida em relação à Receita Corrente Líquida), mantendo-se em patamares bastante reduzidos;
- 7) monitoramento do endividamento estadual motivado pelas operações de crédito externas, devido à variação cambial das moedas (dólar e euro).

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Fontes: Sistema da Dívida Pública - SISIDIV e Termo de Referência do Módulo da Dívida Pública do Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará - SIAFE (Novo Sistema da Dívida Pública)

**Recomendação nº. 59: Este MPC opina por RECOMENDAR à Administração Pública Estadual que adote instrumentos que permitam aferir o cumprimento do disposto no art. 209 da Constituição Estadual, haja vista se tratar de importante dispositivo constitucional que tem por objetivo a destinação de recursos às micros, pequenas e médias empresas do Estado do Ceará, visando ao desenvolvimento desse importante seguimento da economia.**

Análise da Comissão do PASF: O Governo do Estado do Ceará, por meio da Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE), criou o CEARÁ CREDI, um programa que concede crédito e capacitação para microempreendedores. O

programa tem o objetivo de contribuir para a criação e fortalecimento dos pequenos negócios no Estado, gerando mais empregos e renda.

O programa é voltado para empreendedores que exercem ou buscam exercer atividade produtiva de geração de renda, envolvendo produção, comércio e todos os tipos de serviços, com ênfase nos jovens, mulheres e pessoas de baixa renda, seja no meio urbano ou rural.

Em 2022, o programa 362 – Empreendedorismo e Arranjos Produtivos Locais foi operacionalizado por meio do fundo destinado ao fomento e ao incremento de microempreendedorismo, com vistas ao cumprimento do art. 209 da Constituição Estadual. A fonte de recursos utilizada foi o FECOP que empenhou o montante de R\$ 83.614.947,11 e pagou o total de R\$ 82.390.303,95.

Em 2022, a Adece iniciou uma nova linha de crédito voltada para cooperativas da agricultura familiar e economia solidária no âmbito do Programa Ceará Credi.

A iniciativa visa beneficiar pequenos produtores organizados em cooperativas que necessitam de crédito para alavancar suas agroindústrias ou que participam do Programa de Compras Governamentais.

Na concessão da linha de crédito para cooperativas, a Adece conta com a parceria de técnicos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), que compõem a equipe técnica que avalia as solicitações de crédito com especialistas em cooperativismo.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: SIOF/SEPLAG

**Recomendação nº. 66: Ao Poder Executivo que, no momento da elaboração dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias dos exercícios financeiros seguintes, estabeleça as metas de resultado primário e nominal consoante a metodologia constante no Manual de Demonstrativos Fiscais, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, de modo a fortalecer a transparência da gestão fiscal e apoiar o exercício do controle social.**

Análise da Comissão do PASF: A norma cearense que instituiu metodologia de cálculo do resultado primário e nominal, diferente da prevista no Manual de Demonstrativos Fiscais, era a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Para o exercício de 2022, Lei nº 17.573, 23 de julho de 2021, o dispositivo específico foi o art.9º, §12, inciso III, que criou a classificação de despesa “primária discricionária de projetos estruturantes do Estado que não impacta o resultado primário (RP 02)”.

Já na edição de 2023, a Lei nº 18.159, de 15 de julho de 2022, já não traz o RP 02, de forma que a metodologia a ser utilizada neste exercício estará alinhada àquela prevista no Manual de Demonstrativos Fiscais.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências:

Lei nº 17.573, 23 de julho de 2021  
<https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2021/07/LDO-2022-LEI-No-17.573-de-23-de-julho-de-2021-.pdf>

Lei nº 18.159, de 15 de julho de 2022:  
<https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/07/LDO-2023.pdf>

Manual de Demonstrativos Fiscais, 12ª Edição, válido para a LDO 2023, elaborada em 2022:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/manuais/edicoes-anteriores-a-partir-da-12a-edicao-em-2022/12a-edicao-manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf-versao-4-de-15-06-2022-valido-ate-2022/view>

## 2.5 Transparência

**Recomendação nº. 37: À Secretaria do Planejamento e Gestão que disponibilize relatórios descritivos sobre a realização das metas físicas e sua respectiva execução financeira para todos os produtos principais das Iniciativas dos Programas de governo do PPA 2020-2023.**

Análise da Comissão do PASF: O Relatório Sintético de Monitoramento, referente ao período de janeiro a dezembro de 2021, está disponível na página eletrônica da Seplag e pode ser acessado por meio do link: <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-plano-plurianual/ppa-2020-2023-relatorios-de-monitoramento/>

Quanto ao período de janeiro a setembro, este relatório não foi elaborado por opção e decisão da Seplag na época, dado que o período de elaboração da Mensagem (que aconteceu em meados de novembro) foi muito próximo do período de monitoramento de janeiro-setembro (que aconteceu em meados de outubro), e, para não onerar demais os órgãos e entidades, o monitoramento de janeiro-setembro foi feito de forma simplificada, não gerando as informações necessárias para a elaboração do relatório, deixando para o monitoramento do período de janeiro a dezembro a consolidação do ano de 2021.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências:

<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-plano-plurianual/ppa-2020-2023-relatorios-de-monitoramento/>

**Recomendação nº. 38: À Secretaria do Planejamento e Gestão, que o Sistema de Acompanhamento do PPA divulgue relatórios de uma forma periódica, a fim de propiciar o controle concomitante dos interessados nas informações.**

Análise da Comissão do PASF: O Relatório Sintético de Monitoramento, referente ao período de janeiro a dezembro de 2021, está disponível na página eletrônica da Seplag e pode ser acessado por meio do link: <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-plano-plurianual/ppa-2020-2023-relatorios-de-monitoramento/>

Quanto ao período de janeiro a setembro, este relatório não foi elaborado por opção e decisão da Seplag na época, dado que o período de elaboração da Mensagem (que aconteceu em meados de novembro) foi muito próximo do período de monitoramento de janeiro-setembro (que aconteceu em meados de outubro), e,

para não onerar demais os órgãos e entidades o monitoramento de janeiro-setembro foi feito de forma simplificada, não gerando as informações necessárias para a elaboração do relatório, deixando para o monitoramento do período de janeiro a dezembro a consolidação do ano de 2021.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências:

<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-plano-plurianual/ppa-2020-2023-relatorios-de-monitoramento/>

**Recomendação nº. 39: À Secretaria do Planejamento e Gestão que ao inserir dados no Sistema de Acompanhamento verifique a veracidade dos valores referentes às Iniciativas e aos Programas de Governo.**

Análise da Comissão do PASF: No modelo atual de gestão do PPA, a meta de uma entrega não é ajustada no decorrer do ano em exercício. Os processos de adequação e revisão produzem efeitos apenas para os anos seguintes (adequação, para o ano seguinte, e revisão, para o último biênio), conforme registro no guia acerca do processo de adequação do ano de 2021 (<https://drive.google.com/drive/folders/1zQv9oD2ZOO9bZZppTp-2c4Z--w7oZ3ST?usp=sharing>). Isso foi adotado como meio de não tornar o planejamento tão volátil, de modo que haja um compromisso mínimo anual com as metas declaradas pelos órgãos e entidades para a sociedade.

O orçamento, por sua vez, é atualizado durante a execução do ano, por meio dos créditos adicionais, a fim de que sejam realizados os ajustes necessários de acordo com as demandas que vão surgindo, como ações novas, ações ligadas a projetos com entraves de execução e que remanejam recursos para outros que demandam mais recursos etc.

Dessa forma, a fim de não se perder o parâmetro inicial do que foi planejado, a programação física das entregas do PPA não é alterada no decorrer do ano, porém, as do orçamento sim, o que acarretam algumas divergências entre a execução física e a financeira. Quando isso ocorre, a Seplag solicita a justificativa no Sistema de Monitoramento e Avaliação (SIMA), de forma que se possa compreender o que

motivou tal distorção e seja subsídio para orientação sobre a necessidade de ajustes futuros nas metas físicas declaradas nas entregas envolvidas.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências:

<https://drive.google.com/drive/folders/1zQv9oD2ZOO9bZZppTp-2c4Z--w7oZ3ST?usp=sharing>

**Recomendação nº. 40: À Secretaria do Planejamento e Gestão que promova um melhor acompanhamento da execução do plano plurianual, disponibilizando informações confiáveis e congruentes sobre a execução física e financeira das iniciativas previstas no PPA 2020-2023.**

Análise da Comissão do PASF: Referente à iniciativa 111.1.04, utilizada como exemplo, o valor enviado pela Seplag, referente ao Processo nº 08078/2022-6, foi o valor de 6.695 (valor correto da programação da entrega), que pode ser consultado no [link https://drive.google.com/drive/folders/1dAF7OKiljPIe8d7yT2PKTEN8U4bXhaPu?usp=share\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1dAF7OKiljPIe8d7yT2PKTEN8U4bXhaPu?usp=share_link), onde constam as planilhas enviadas no referente processo.

Quanto ao valor de 13.390, de fato, estava aparecendo no relatório da Consulta Pública, presente no site da Seplag, por conta de uma instabilidade do sistema, pois o mesmo já havia sido testado na época e constava o valor correto (6.695). Porém, esse erro já foi ajustado e atualizado para o valor correto no site da Seplag.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências:

[https://drive.google.com/drive/folders/1dAF7OKiljPIe8d7yT2PKTEN8U4bXhaPu?usp=share](https://drive.google.com/drive/folders/1dAF7OKiljPIe8d7yT2PKTEN8U4bXhaPu?usp=share_link)

**Recomendação nº. 41: Quanto à educação, a Administração Estadual esteja atenta à regular aplicação de recursos nas subfunções "Desenvolvimento Científico", "Educação Especial" e "Ensino Fundamental", a fim de permitir que todas as atividades relacionadas às aludidas subfunções sejam plenamente desenvolvidas.**

Análise da Comissão do PASF: A educação Estadual está atenta à utilização dos recursos financeiros nas subfunções as quais as atividades são desenvolvidas. Devido à pandemia, em 2020 e 2021, os recursos aplicados nas Subfunções Desenvolvimento Científico, Educação Especial e Ensino Fundamental, foram inferiores ao ano de 2019. Essa redução ocorreu devido às aulas, durante quase todo ano de 2020 e até o 1º. semestre de 2021, terem sido realizadas *on-line*, influenciando em alguns gastos com consumo, obras e instalações etc. Já em 2022, os investimentos financeiros aplicados nas Subfunções Desenvolvimento Científico e Educação Especial permaneceram quase os mesmos, entretanto houve um acréscimo significativo na aplicação de recursos junto ao Ensino Fundamental, conforme mostra a Tabela 5 a seguir:

**Tabela 5 – Aplicação de recursos da educação**

SUBFUNÇÃO	2019	2020	2021	2022
Desenvolvimento Científico	1.683.000,00	3.420.800,00	3.266.800,00	3.266.943,86
Educação Especial	10.236.030,83	7.204.008,94	7.078.996,42	7.727.176,36
Ensino Fundamental	90.260.403,01	67.353.408,71	93.778.529,42	191.554.621,90
Fonte: Siafe – SEFAZ				

O Pacto pela Aprendizagem foi concebido pelo Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Educação, com o objetivo de fortalecer o Regime de Colaboração entre o Estado e os 184 municípios cearenses para recuperar a aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) diante do contexto de pandemia da Covid-19. O investimento total para o desenvolvimento das ações do Pacto, nos anos de 2021 e 2022, foi de R\$ 130 milhões. Desse montante, R\$ 50 milhões foram investidos pelo estado em tecnologia, plataformas de aprendizagem e material de apoio à recuperação de estudantes das escolas municipais. Outros R\$ 80 milhões foram transferidos aos municípios para que fossem utilizados na reforma e na

aquisição de equipamentos para as escolas; na compra de veículos de transporte escolar; no reforço da conectividade com equipamentos tecnológicos; na implementação de tempo integral na rede municipal e no apoio às atividades extracurriculares para atuar na recuperação da aprendizagem dos alunos.

Quanto ao Desenvolvimento Científico, foi criado o programa Cientista Chefe, por meio da FUNCAP, tendo por objetivo unir o meio acadêmico e a gestão pública. Por meio dele, equipes de pesquisadores trabalham nas secretarias ou órgãos mais estratégicos do Governo do Estado para identificar soluções de ciência, tecnologia e inovação, que podem ser implantadas para melhorar os serviços e, desta forma, dar mais qualidade de vida para a população.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Execução Orçamentária.

**Recomendação nº. 42: Em relação ao Plano Nacional de Educação, o Governo do Estado do Ceará empreenda esforços concretos tendentes ao alcance e cumprimento das relevantes metas nacionalmente previstas.**

Análise da Comissão do PASF: O Plano Estadual de Educação - PEE é o instrumento que baliza e norteia as políticas públicas relacionadas à educação no estado do Ceará, em conformidade com as orientações do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005/2014) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - PNE (Lei Federal nº 9.394/1996).

Algumas ações foram desenvolvidas, objetivando fortalecer o cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação:

- O Ceará passou a ofertar a jornada ampliada em 472 unidades de ensino, sendo 131 Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) e 341 Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTIs). Isso significa que mais de 70% da rede é em tempo integral, contemplando mais de 140 mil estudantes em 165 municípios.

- As Jornadas Pedagógicas permeiam todas as esferas da Seduc, a partir da gestão estadual, que traça diretrizes para todas as escolas, capilarizadas por meio das Credes e Sefor.



- Concurso Público para o cargo de Professor Nível A, do Grupo Ocupacional Magistério da Educação Básica, com 3.300 professores convocados e empossados.

- A Seduc criou o Ambiente de Apoio à Formação Docente com o objetivo de amparar as ações formativas para dar subsídios ao desenvolvimento profissional. O ambiente reúne, organiza e disponibiliza uma curadoria de documentos, sugestões e dicas, bem como contém produções audiovisuais, informações sobre cursos e plataformas com sugestões de conteúdos abertos e gratuitos para a construção autônoma de percursos formativos, voltados ao desenvolvimento das competências necessárias à atuação didática e pedagógica mediada ou não por tecnologias.

- O programa Novos Caminhos é composto por um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento da política de Educação Profissional e Tecnológica, em apoio às redes e instituições de ensino, no planejamento da oferta de cursos alinhada às demandas do setor produtivo e na incorporação das transformações produzidas pelos processos de inovação tecnológica.

- Os Centros Cearenses de Idiomas (CCI), oferecem cursos de Línguas Estrangeiras Modernas para alunos e professores do Ensino Médio. Baseadas na abordagem comunicativa e, portanto, em um ensino dinâmico e contextualizado, as aulas propõem a integração das quatro habilidades da língua – leitora, escrita, oral e auditiva – em situações reais de comunicação. O objetivo maior dos Centros Cearenses de Idiomas é expandir e tornar viável possibilidades de efetiva atuação nos mais diversos campos, culturas e espaços sociais.

Além dos Programas e Projetos desenvolvidos junto às diversas modalidades de ensino, tais como: Ensino Integral e Profissionalizante, os Programas Educa Mais; Mais Paic; Programe-Ce; Avance; Enem-Chego Junto Chego Bem; Prêmio Escola Nota Dez; Luz do Saber; Projeto Professor Diretor de Turma; Projeto C-Jovem, dentre outros, os avanços tecnológicos têm-se destacado no âmbito da educação cearense com as publicações de Anais; E-Books e Revistas Docentes, disponíveis no site institucional da Seduc. A Tabela 6, a seguir, mostra o quantitativo de escolas no Estado do Ceará:

**Tabela 6 – QUANTITATIVO DAS ESCOLAS NO ESTADO DO CEARÁ**

SITUAÇÃO	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
Regulamentada	524	4.357	1.328
Em tramitação	226	697	346
Não Regulamentada	1	74	50
Total	751	5.128	1.724
Fonte: INEP			

Elenca-se a seguir os dados relevantes, os quais representam esforços concretos para o alcance, tanto das Metas do PEE quanto do PNE:

- Inclusão de 8.851 estudantes, público da educação especial, no Atendimento Educacional Especializado (AEE);

\*Fonte: Coordenadoria de Diversidade e Inclusão Educacional – CODIN/SEDUC.

- Concessão de 1.248 bolsas para Formadores Regionais e Municipais do Programa Mais Paic, que acompanham os alunos da rede pública;

\*Fonte: Coordenadoria de Cooperação com os Municípios – COPEM /SEDUC.

- O Programa Mais Infância atende, atualmente, 276.828 crianças matriculadas nas 3.641 escolas, distribuídas nas zonas urbana e rural. O Ceará conta com 92 Centros de Educação Infantil (CEIs) já inaugurados e em funcionamento. E mais 162 estão em andamento ou previstos;

\*Fonte: Coordenadoria de Educação e Promoção Social – COEPS/SEDUC.

- Concessão de 338 bolsas de extensão tecnológica a professores no âmbito do Programa Ceará Educa Mais, com investimento financeiro de R\$ 2.191.270,00;

\*Fonte: Coordenadoria de Protagonismo Estudantil – COPES /SEDUC.

- Entrega de 371.534 chips de telefone móvel aos alunos matriculados nas escolas de ensino médio, objetivando fortalecer, de forma remota, o contato Aluno x Professor;

\*Fonte: Coordenadoria de Gestão da Rede Escolar – COESC/SEDUC.

- Entrega de 345.180 tablets aos alunos matriculados nas escolas de ensino médio para acesso às aulas remotas, totalizando um investimento financeiro de R\$ 254.025.780,00;

\*Fonte: Coordenadoria de Gestão de Aquisições e Almoxarifado – COGEA/SEDUC.

- 3.000 alunos beneficiados com bolsas do Projeto de Monitoria: Aluno Monitor da Busca Ativa Escolar - Projeto Nem 1 Aluno Fora da Escola, com investimento financeiro de R\$ 4.800.000,00;

\*Fonte: Coordenadoria de Protagonismo Estudantil – COPES /SEDUC.

- Em 2022, foram investidos R\$ 7.204.003,69 no Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, sendo R\$ 1.472.550,49 para aporte financeiro junto às Credes e Sefor; R\$ 331.453,20 para o Passaporte ENEM; e R\$ 5.400.000,00 destinados ao material didático, intensificação de aulas extras e seminários. Ressalta-se, ainda, que 99.578 alunos foram beneficiados;

\*Fonte: Coordenadoria de Protagonismo Estudantil – COPES /SEDUC.

- Atendimento de 10.349 alunos, distribuídos nos 20 Centros Cearenses de Idiomas-CCIs;

\*Fonte: COETI/SEDUC.

- Implantação de mais 60 Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI), totalizando 341 escolas em todo o Estado do Ceará.

\*Fonte: Coordenadoria de Educação em Tempo Integral e Educação Complementar – COETI/SEDUC.

▪ O Estado do Ceará dispõe, atualmente, de 131 escolas de educação profissional.

\*Fonte: Coordenadoria de Educação Profissional – COEDP/SEDUC.

▪ Concluíram 28.841 estudantes o estágio curricular, em 2022, ressaltando que os demais, matriculados no 3º ano do Ensino Médio, encontram-se em fase de conclusão;

\*Fonte: Coordenadoria de Educação Profissional – COEDP/SEDUC.

▪ Capacitação de 552 profissionais para desenvolvimento do currículo da Educação Profissional;

\*Fonte: Coordenadoria de Educação Profissional – COEDP/SEDUC.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Diversas atividades apresentadas.

**Recomendação nº. 43: Ao Poder Executivo, que aprimore a divulgação no portal de dados abertos, diversificando os dados publicados em relação a outros temas e/ou órgãos e incentive a sua utilização por parte da população, seja através de consulta aos dados ou de desenvolvimento de aplicativos.**

Análise da Comissão do PASF: Está proposta como meta institucional da CGE, para o exercício de 2023, a elaboração de minuta de normativo para o estabelecimento de uma Política de Dados Abertos para o Poder Executivo Estadual, que servirá de base para a promoção e ampliação da publicação de dados contidos em bases de dados de órgãos e entidades da administração pública sob a forma de dados abertos.

Além disso, foi disponibilizado *link*, na tela da consulta de Dados Abertos, para possibilitar ao cidadão solicitar novas bases, por meio dos canais de Ouvidoria já estabelecidos, também, na ferramenta Ceará Transparente.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação

Evidências:

- Possibilidade de pedido de novas bases:

[https://ceartransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/dados-abertos/conjuntos-de-dados?locale=pt-BR&\\_ =](https://ceartransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/dados-abertos/conjuntos-de-dados?locale=pt-BR&_=)

- Possibilidade de avaliação das bases de dados disponibilizadas:

[https://ceartransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/dados-abertos/conjuntos-de-dados?locale=pt-BR&\\_ =](https://ceartransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/dados-abertos/conjuntos-de-dados?locale=pt-BR&_=)

**Recomendação nº. 44: Ao Governo do Estado, que exija o cumprimento da Portaria Conjunta CGE e SESA nº 01/2020 publicada em 23/01/2020, que estabeleceu os requisitos de transparência a serem cumpridos pelos sítios institucionais dos Consórcios Públicos de Saúde.**

Análise da Comissão do PASF: A transparência na área de consórcios já vem sendo fortalecida e monitorada de forma efetiva desde o trabalho inicial que serviu de base para a edição da Portaria Conjunta CGE e SESA nº 01/2020. Em continuidade a esse processo de consolidação da premissa de transparência no âmbito dos consórcios, no ano de 2022, foi realizada uma nova avaliação dos requisitos de transparência estabelecidos na referida Portaria, tendo sido observado uma evolução, em uma visão geral, de um crescimento de 47% em relação ao cumprimento integral dos requisitos estabelecidos.

Ademais, está prevista como meta institucional da CGE, para o exercício de 2023, a realização de capacitação da equipe da Secretaria da Saúde para a realização do acompanhamento dos requisitos estabelecidos, que atuará de forma permanente como integrante das primeira e segunda linhas, dentro do modelo do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Portaria Conjunta CGE e SESA nº 01/2020

**Recomendação nº. 45: Ao Poder Executivo, que institucionalize formal e juridicamente (por meio de lei, decreto, resolução etc.) o processo de instituição, concessão, avaliação e controle de renúncias fiscais, definido e distribuindo as competências dos órgãos e as atribuições dos atores envolvidos.**

Análise da Comissão do PASF: O Tribunal de Contas do Estado afirmou que o Poder Executivo atendeu parcialmente a recomendação, tendo em vista que houve uma atualização da legislação relacionada ao FDI, permanecendo a ausência de legislação específica para as renúncias de receitas não decorrentes de programas.

Os benefícios fiscais, concedidos pela Secretaria da Fazenda do Estado com base na Lei Estadual n.º 14.237, de 10 de novembro de 2008, e Decretos derivados do normativo primário, estão relacionados na listagem anexa.

Em cada Decreto que institui o Regime Especial de Tributação (RET) é estatuído a forma de controle por parte da SEFAZ/CE. Este controle é exercido por meio do Sistema de Controle de Regimes Especiais de Tributação (SICRET), vinculado ao Núcleo de Consultoria Tributária (NUOT) da Coordenadoria de Tributação (COTRI).

Com relação à formalização do processo de concessão de benefícios em normas tributárias, complementando o arcabouço relacionado à matéria para o completo atendimento da recomendação de concessão de benefícios, a SEFAZ publicou, no dia 08 de novembro de 2022, a Norma de Execução n.º 03/2022. Trata-se de normativo que sistematiza a elaboração de normas tributárias que possam originar renúncia de receita no âmbito da SEFAZ.

A partir da publicação deste instrumento legal, as minutas de novas normas tributárias que envolvem benefícios fiscais deverão estar amparadas em Nota Técnica emitida pela Célula de Estudos Econômico-Tributários (CEESE). Esta Nota Técnica deverá conter elementos mínimos de estimativa de renúncia de receita de forma a permitir ao Secretário da Fazenda a tomada de decisão na forma das condições estabelecidas no art. 14 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Tal como preceituado pelo Tribunal, as novas proposições normativas ensejadoras de benefício fiscal estarão acompanhadas de estimativas do impacto orçamentário-financeiro, considerando-se como benefício fiscal a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, compreendendo ainda a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, exceto os concedidos em caráter geral no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Norma de Execução nº 03, de 2022 - Benefícios fiscais estimativa de renúncia de receita; Lei 14.237/2008 e seus Decretos relacionados.

**Recomendação nº. 46: Ao Poder Executivo, que formalize diretrizes, prioridades e metas da política de renúncia fiscal do Estado, de modo a permitir o planejamento estratégico de médio e longo prazo, a alocação eficiente dos recursos (financeiros, de materiais e equipamentos, de sistemas e de pessoas) entre os vários programas de renúncia fiscal estaduais e a sua devida operacionalização.**

**Recomendação nº. 48: Ao Poder Executivo que divulgue, ainda que de modo geral, o retorno das políticas de renúncia fiscal para a sociedade, além das metodologias utilizadas pelos órgãos estaduais, nos momentos da concessão, do monitoramento e do controle, para avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das renúncias fiscais concedidas a beneficiários específicos e dos programas de renúncia como um todo.**

Análise da Comissão do PASF: As recomendações estão sendo atendidas por meio da criação do Grupo de Avaliação do FDI no sentido de formalizar um modelo de avaliação da política pública. Os resultados registrados na avaliação servirão de suporte técnico na elaboração das diretrizes, prioridades e metas da política de renúncia fiscal do Estado de médio e longo prazo.

Para materialização dessas tratativas, foi assinado o Termo de Cooperação Técnica nº. 02/2021, celebrado entre SEDET, SEFAZ, CGE e IPECE, visando à avaliação periódica do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI). O primeiro trabalho refere-se aos anos de 2017 a 2021 e se encontra em fase de finalização. Após a conclusão da primeira versão, a cada dois anos, serão realizadas novas avaliações.

Quanto à verificação do cumprimento, pelas empresas beneficiárias, das condições necessárias para o recebimento de incentivos fiscais, a ADECE já dispõe no Sistema FDI de um módulo de monitoramento que permite dar maior agilidade e controle ao processo de entrada de dados e análise das empresas incentivadas no Estado.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Termo de Cooperação Técnica nº. 02/2021, celebrado entre SEDET, SEFAZ, CGE e IPECE

**Recomendação nº. 47: À Controladoria Geral do Estado, que dê continuidade ao desenvolvimento, no âmbito de suas metas institucionais, de trilhas automatizadas para a avaliação e controle da renúncia de receita concedida, considerando fazer uso das metodologias de gerenciamento de riscos das operações de concessão e de execução de renúncias tributárias, em especial as condicionadas.**

Análise da Comissão do PASF: A Célula de Informações de Controle – CEICO, da Coordenadoria da Controladoria – CCONT da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE, iniciou o estudo intitulado “PROPOSIÇÃO DE TRILHAS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS RENÚNCIAS DE RECEITAS CONCEDIDAS POR MEIO DO FDI”. RELATÓRIO DE ANÁLISE 02/2022/ODP.Ceará/CEICO/CCONT/CGE-CE.

O referido estudo tem como objetivo a proposição de trilhas e indicadores de avaliação e controle das renúncias de receitas, concedidas pelo Estado do Ceará, enquanto política pública de desenvolvimento econômico e social e de uma gestão fiscal adequada para atrair investimentos e gerar empregos, em especial quanto às



renúncias concedidas por meio do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI.

O estudo será apresentado à nova gestão da Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE), com informações sobre a integridade dos dados utilizados para a análise e definição de trilhas, sendo sugerida a implementação de indicadores em áreas como emprego, investimento, localização, responsabilidade social e renúncia efetiva.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências:                      RELATÓRIO                      DE                      ANÁLISE  
02/2022/ODP.Ceará/CEICO/CCONT/CGE-CE

**Recomendação nº. 50: Quanto à educação, cabe RECOMENDAR que a Administração Estadual esteja atenta a regular aplicação de recursos nas subfunções “Formação de Recursos Humanos” e “Educação Infantil”, incumbindo ao Poder Executivo adotar as medidas tendentes a garantir, inclusive por meio da retomada dos níveis anteriores de investimento, que todas as atividades relacionadas às aludidas subfunções sejam plenamente desenvolvidas.**

Análise da Comissão do PASF: A educação infantil é de responsabilidade do Município, mesmo assim, a SEDUC promove algumas ações para o seu desenvolvimento em parceria com os outros órgãos.

O Programa Mais Infância, criado em agosto de 2015, é uma ação do Governo do Estado por intermédio da Seduc. Abrange os 184 municípios cearenses e tem a visão de desenvolver a criança para desenvolver a sociedade, com a missão de gerar possibilidades para o desenvolvimento integral da criança. De natureza multissetorial, o Programa é estruturado em quatro pilares: Tempo de Nascer, Tempo de Crescer, Tempo de Aprender e Tempo de Brincar. Em 05 de janeiro de 2021, foi sancionada a Lei nº 17.380 - Diário Oficial do Estado (série 3, ano XIII, nº 003), que atualizou e consolidou a iniciativa como política pública de Estado. O programa atende, atualmente, 276.828 crianças matriculadas nas 3.641 escolas, distribuídas nas zonas urbana e rural. O Ceará conta com 92 Centros de Educação

Infantil (CEIs) já inaugurados e em funcionamento. E mais 162 estão em andamento ou previstos.

O Ciclo de Formações Continuadas em Rede para Professores e Gestores Escolares da Educação Infantil é ofertado, anualmente, pela Seduc, por meio da Secretaria Executiva de Cooperação com os Municípios no âmbito da Coordenadoria de Educação e Promoção Social (COEPS). A formação, assim como as demais atividades desenvolvidas pela coordenadoria, acontecem de forma articulada ao Programa Mais Infância Ceará, quanto ao pilar Tempo de Aprender, e ao Programa MAIS PAIC, no que se refere à oferta de bolsas de Extensão Tecnológica. Segue, na Tabela 7, informações acerca da aplicação dos recursos financeiros na Educação Infantil, totalizando o valor de R\$ 1.438.035,11.

**Tabela 7 – Aplicação de recursos da educação infantil**

BOLSA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Bolsa para Articulares Regionais	R\$ 240.000,00
Bolsa para os Formadores Regionais	R\$ 1.048.940,00
<b>Total</b>	<b>R\$1.288.940,00</b>
LOGÍSTICA	
Formações	R\$ 52.800,43
Aporte para Credes	R\$ 78.270,04
Implementação de Documentos Norteadores	R\$ 18.024,64
<b>Total</b>	<b>R\$1.438.035,11</b>

Fonte: SIAFE/SEFAZ

No tocante à formação de Recursos Humanos, a Secretaria da Educação, por Intermédio da Coordenadoria Estadual de Formação Docente e Educação a Distância – CODED, disponibiliza plataformas virtuais e acompanha as formações a distância, presencial e semipresencial, conforme abaixo:

**#Foconaapredizagem:** Reafirmar o foco do trabalho pedagógico na aprendizagem das/os estudantes, por meio da Avaliação Diagnóstica e Formativa, articulada ao uso do Material Didático Estruturado (MDE), à formação continuada de professoras/es e à tutoria de Língua Portuguesa (LP) e Matemática (MAT), pautado nas premissas da equidade, descentralização e articulação curricular.

**Conexão Educação:** Recurso Educacional Aberto (REA) que visa engajar, de forma dinâmica, professoras/res e alunas/os, por meio do compartilhamento de

conteúdos educativos nas mais diversas linguagens (videoaulas, podcasts, guias da/o aluna/o e da/o professora/or).

SISEDU: é uma plataforma da Coordenadoria Estadual de Formação Docente e Educação a Distância (CODED/CED) que tem por objetivo identificar, por meio da realização de uma avaliação diagnóstica, possíveis operações mentais utilizadas pelos alunos durante as avaliações.

SAF – Sistema de Acompanhamento de Formações: Disponibiliza às Credes/Sefor e às demais coordenadorias da Seduc um canal de comunicação com a Coordenadoria Estadual de Formação Docente e Educação a Distância (Coded/CED) para a formalização das mais diversas formações, sejam elas presenciais ou virtuais.

AVACED: O Ambiente Virtual de Aprendizagem (Avaced), da Coordenadoria Estadual de Formação Docente e Educação a Distância (Coded/CED), é constituído em software livre, por meio da plataforma Moodle, com o intuito de subsidiar a aprendizagem dos profissionais da Seduc-CE, bem como das/os estudantes cearenses.

Canal Youtube: acompanha, diariamente, por meio das webinars, das live aulas, das formações, das jornadas pedagógicas, das palestras, dos seminários e demais conteúdos que envolvem a educação cearense e brasileira

Rede de Cooperação em Pesquisa – RECOPE: É uma parceria entre a Seduc e as Universidades Estaduais que têm como objetivo fomentar ações conjuntas, compatíveis com as respectivas missões institucionais. A primeira ação da RECOPE foi pactuada com a Universidade Estadual do Ceará e envolve a seleção de professores da SEDUC para atuarem em oito programas de pós-graduação da UECE com cursos de mestrado e doutorado.

Agente de Gestão da Inovação Educacional (AGI): Parte integrante do Programa Ceará Educa Mais: É voltado ao apoio aos gestores/as escolares e professores/as da rede pública estadual de ensino no planejamento e implementação de práticas pedagógicas inovadoras, relacionadas à Educação

Híbrida, visando à construção de uma cultura educacional que incorpore novos valores e repertórios didáticos.

Podfalar, Educação: é o Podcast da Seduc, que tem o apoio do Governo do Estado e encontra-se nas plataformas de streaming, conta com debates envolvendo temas diversos e a participação de profissionais renomados.

[https://open.spotify.com/episode/4eYVDxXSekFf07ER7CwGDv?si=t2URjJePTA-HPw-T\\_3C88w&nd=1](https://open.spotify.com/episode/4eYVDxXSekFf07ER7CwGDv?si=t2URjJePTA-HPw-T_3C88w&nd=1) (*link do 6º Episódio, que teve como tema “Visibilidade Trans” e contou com a participação da equipe técnica de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade da Codin/Seduc e da Ativista Dáry Ribeiro*)

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Atividades apresentadas.

**Recomendação nº. 62: No que diz respeito à transparência na Administração Pública Estadual, sugerimos a expedição de RECOMENDAÇÃO no sentido do aprimoramento do sistema de disponibilização de dados abertos e que seja ampliada a base de dados disponível no Portal da Transparência, possibilitando o pleno acesso aos dados de todas as áreas afetas à atuação do Poder Executivo, como segurança, trabalho e ação social, saúde, educação, infraestrutura, turismo e recursos hídricos, entre outras.**

Análise da Comissão do PASF: Está proposta como meta institucional da CGE, para o exercício de 2023, a elaboração de minuta de normativo para o estabelecimento de uma Política de Dados Abertos para o Poder Executivo Estadual, que servirá de base para a promoção e ampliação da publicação de dados contidos em bases de dados de órgãos e entidades da administração pública sob a forma de dados abertos.

Além disso, foi disponibilizado *link*, na tela da consulta de Dados Abertos, para possibilitar ao cidadão solicitar novas bases, por meio dos canais de Ouvidoria já estabelecidos, também, na ferramenta Ceará Transparente.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências:

- Possibilidade de pedido de novas bases:

[https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/dados-abertos/conjuntos-de-dados?locale=pt-BR&\\_\\_=\\_\\_](https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/dados-abertos/conjuntos-de-dados?locale=pt-BR&__=__)

- Possibilidade de avaliação das bases de dados disponibilizadas:

[https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/dados-abertos/conjuntos-de-dados?locale=pt-BR&\\_\\_=\\_\\_](https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/dados-abertos/conjuntos-de-dados?locale=pt-BR&__=__)

**Recomendação nº. 63: Quanto à transparência na execução do Plano Plurianual (PPA), necessário RECOMENDAR à SEPLAG que proceda à atualização dos dados e sua divulgação em tempo real, a fim de possibilitar o acompanhamento e o monitoramento, bem como o controle social, sobre a execução do Plano, em atendimento a comando que consta dele próprio.**

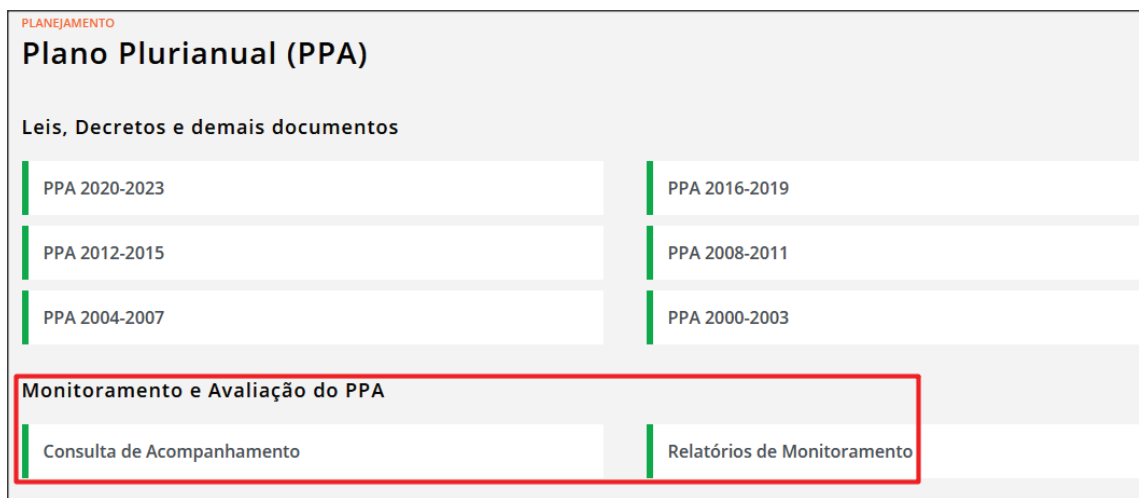
Análise da Comissão do PASF: A atualização dos dados do processo de acompanhamento e monitoramento é realizada no Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima) ao final de cada quadrimestre do ano, tendo os órgãos e entidades executores do Plano até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, após o término do quadrimestre correspondente, para o registro dos dados relativos à execução das entregas declaradas no PPA (Art. 14, §5º, da Lei Nº 17.160, de 27 de dezembro de 2019, alterada pela Lei Nº 17.219, de 03 de junho de 2020, e pela Lei Nº 17.776, de 23 de novembro de 2021).

A Seplag, por sua vez, realiza a análise das informações à medida que os órgãos vão inserindo os dados no Sistema, e essa análise finaliza em torno de 15 dias após o encerramento de todas as etapas, para então consolidação e teste dos relatórios de acompanhamento.

Diante do exposto, não é possível disponibilizar os dados da execução física e financeira em tempo real, mas sim após a conclusão das atividades inerentes ao processo de acompanhamento e monitoramento do PPA. Por esse mesmo motivo, os relatórios referentes a cada período de acompanhamento do PPA demoram em torno de três meses após o encerramento de cada ciclo quadrimestral para serem disponibilizados.

A Seplag divulga diversos relatórios que trazem informações sobre o acompanhamento e monitoramento do PPA, além do que é disponibilizado por meio da Consulta de Acompanhamento do PPA. Esses relatórios estão disponíveis no tópico denominado “Monitoramento e Avaliação do PPA”, acessado pelo endereço <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-plano-plurianual/>, conforme demonstrado na Figura 9 a seguir.

**Figura 9 – Acesso aos Dados do Acompanhamento e Monitoramento do PPA**



Fonte: Sítio da SEPLAG - PPA

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima) e <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-plano-plurianual/>

## **3 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO**

Na análise dos principais programas incluídos no orçamento anual de 2022, verificaram-se os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Tema, Programas, além dos indicadores estratégicos dos Eixos.

### **3.1 Alocação de Recursos do PPA – 2020-2023**

A Lei nº. 17.160, de 27 de dezembro de 2019, revisada pela Lei nº. 17.776, de 23 de novembro de 2021, dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, em cumprimento ao que preconiza a Constituição Federal, no §1º do Artigo 165, e a Constituição do Estado do Ceará, no §1º do Artigo 203.

O PPA 2020-2023, apoia-se em três dimensões e sete Eixos Estratégicos (7 Cearás):

- Dimensão Estratégica
- Dimensão Tática
- Dimensão Operacional

Eixos Estratégicos (7 Cearás):

- Ceará da Gestão Democrática por Resultados
- Ceará Acolhedor
- Ceará de Oportunidades
- Ceará Sustentável
- Ceará do Conhecimento
- Ceará Saudável
- Ceará Pacífico



O documento do PPA 2020-2023 é composto por cinco anexos, com informações sobre as destinações dos recursos:

- ✓ Anexo I – Demonstrativo de Temas Estratégicos e Programas
- ✓ Anexo II – Demonstrativo Consolidado dos Programas por Eixo e Tema
- ✓ Anexo III – Demonstrativo de Programas por Região de Planejamento
- ✓ Anexo IV – Demonstrativo de Diretrizes Regionais e Programas
- ✓ Anexo V – Agendas Transversais

Na Dimensão Estratégica se encontram os sete eixos identificados como “7 Cearás”. Os Programas de Governo fazem parte da Dimensão Tática, e as Ações Orçamentárias na Dimensão Operacional, visualizadas mais especificamente na LOA.

Cada Eixo foi construído de modo a priorizar temas estratégicos, sendo representados pelas diversas áreas de atuação do governo na implementação das políticas públicas. A base estratégica do PPA 2020-2023 é definida a partir do Eixo Governamental de Atuação Intersectorial, que representa o elemento de planejamento que organiza a atuação governamental, de forma integrada, articulada e sistêmica, com o propósito de atender à complexidade da missão de tornar o Ceará um Estado com desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

O Tema Estratégico consiste em desdobramento do Eixo, sendo representado pelas diversas áreas de atuação do governo, na implementação das políticas públicas. Este Tema pode ser classificado em Setorial ou Intersectorial, conforme o envolvimento de uma ou mais setoriais na concretização de seus programas.

Tanto os Eixos, quanto os temas estratégicos possuem os seguintes elementos:

- Resultados: declaram os efeitos de curto e de médio prazo dos programas sobre a melhoria dos indicadores econômicos e sociais; e
- Indicadores: instrumentos que permitem aferir o desempenho do PPA no âmbito de cada eixo e tema, o que gera subsídios para seu monitoramento e avaliação a partir da observação do comportamento de uma determinada realidade ao longo do período do Plano.

Os Programas são instrumentos de organização da ação governamental visando ao alcance dos resultados desejados, tanto no nível dos temas, quanto dos eixos. Os programas visam solucionar ou amenizar problemas, atender demandas ou criar/aproveitar oportunidades de desenvolvimento para a população cearense e devem ter a abrangência necessária para representar os desafios, a territorialidade e permitir o monitoramento e a avaliação. Podem ser classificados em: Finalísticos, Administrativos ou Especiais. A Tabela 8, a seguir, apresenta a evolução das despesas dos 7 Eixos do Ceará nos últimos três anos:

**Tabela 8 – Variação de despesa dos Eixos 7 Cearás (em milhões).**

EIXOS	Execução Orçamentária			Acréscimo (%)		
	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021	2022/2020
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS	13.029.422	14.539.739	12.006.018	11,59%	- 17,43%	- 7,85%
CEARÁ DO CONHECIMENTO	3.186.442	4.305.479	5.593.160	35,12%	29,91%	75,53%
CEARÁ SAUDÁVEL	4.335.712	4.838.025	5.484.937	11,59%	13,37%	26,51%
CEARÁ PACÍFICO	3.953.892	4.381.103	5.335.550	10,80%	21,79%	34,94%
CEARÁ DE OPORTUNIDADES	1.717.134	2.179.563	2.602.611	26,93%	19,41%	51,57%
CEARÁ ACOLHEDOR	360.653	594.036	731.623	64,71%	23,16%	102,86%
CEARÁ SUSTENTÁVEL	331.267	327.506	376.368	- 1,14%	14,92%	13,61%
<b>TOTAL</b>	<b>26.914.521</b>	<b>31.165.451</b>	<b>32.130.268</b>	<b>15,79%</b>	<b>3,10%</b>	<b>19,38%</b>

FONTE: SIOF - SEPLAG

A Tabela 8 indica um crescimento de 19,38% nas despesas entre os anos de 2020 e 2022, sendo a maior parte dessa variação observada entre 2020 e 2021, quando ocorreu acréscimo de despesa de 15,79% nos eixos.

As despesas do Eixo Ceará Acolhedor apresentam maior crescimento em relação aos demais eixos no período entre 2020 e 2022, com um total de 102,86%, com a maior parte dessa variação ocorrida entre 2020 e 2021, cujo percentual é 64,71%.

O Eixo Ceará do Conhecimento apresenta elevado crescimento de 75,53% entre 2020 e 2022, passando de terceira para segunda maior execução orçamentária entre os Eixos.

## **3.2 Execução dos Eixos, Temas e Programas de Governo**

Dentro dos Eixos são dispostos vários temas e programas com seus respectivos orçamentos e execuções. Objetiva-se que a execução se realize mais próximo possível do planejado, pois o sucesso das políticas públicas depende da soma do trabalho e recursos disponíveis para sua execução.

## **3.3 Resultado Econômico, Desempenho dos Eixos e Áreas Temáticas**

O nível de gasto nas diversas áreas de atuação do Estado é determinado pela demanda e pressão de gastos da população, porém, o gasto é um *input* entre outros na máquina do governo, sendo, acima de tudo, necessário que resultados satisfatórios e sustentáveis sejam almejados e alcançados pela administração.

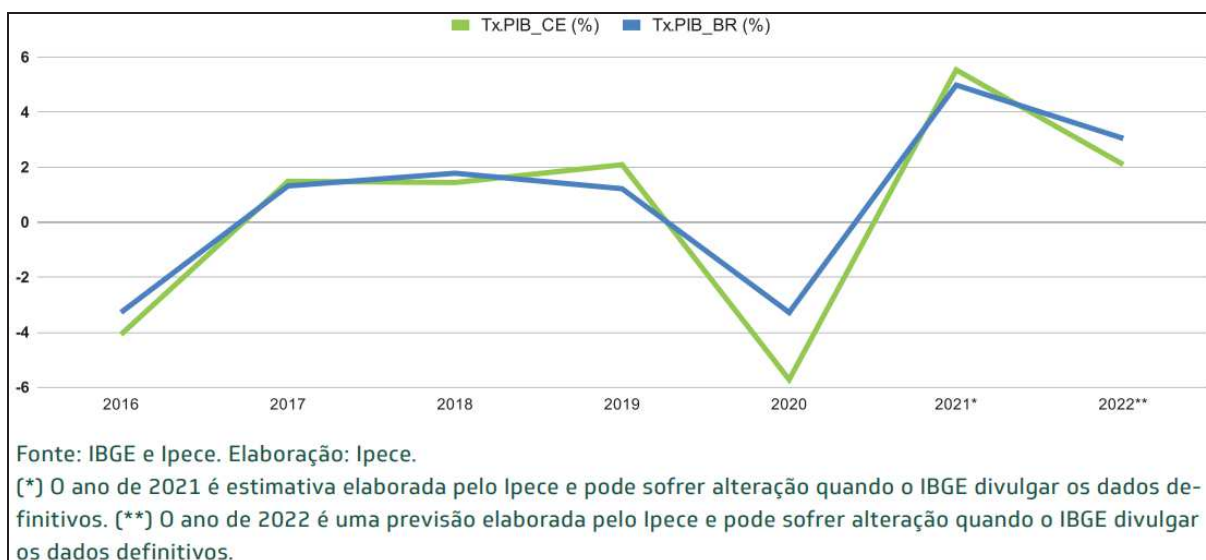
Diante das demandas crescentes por serviços públicos e receitas limitadas, o governo deve buscar prover à população respostas as suas necessidades, sem deixar de observar a austeridade fiscal.

O resultado econômico do Estado do Ceará deve ser analisado com o intuito de obter respostas quanto ao crescimento da capacidade produtiva e de renda, impactados diretamente pelas ações governamentais. Seguem informações sobre a evolução do PIB, comércio exterior e mercado de trabalho no Ceará.

### *3.3.1 Resultado Econômico*

O PIB mede a atividade econômica e o nível de riqueza produzido por certa região, influenciado diretamente pelo consumo e investimento, abaixo o Gráfico 2 apresenta a evolução do PIB anual do Brasil e do Ceará entre os anos de 2016 e 2022.

**Gráfico 2 – Evolução do PIB anual – Brasil e Ceará – entre 2016 e 2022**

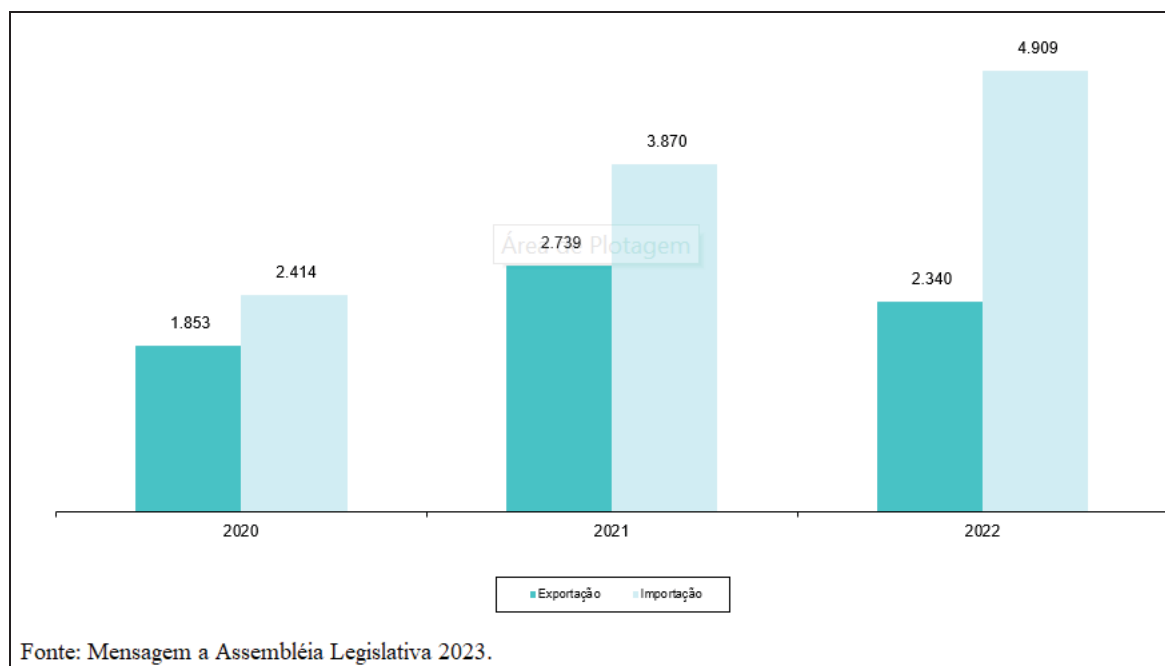


O Gráfico 2 indica melhoria no crescimento do PIB do Ceará a partir de 2017, acompanhando a tendência do Brasil, apresentando uma queda em 2020, em decorrência da pandemia do Covid-19. Apesar disso, em 2021 o Estado do Ceará registra uma retomada do crescimento econômico, terminando a série em 2022 com leve redução de crescimento em relação ao ano anterior e abaixo da média do país.

O PIB cearense está sustentado principalmente nas atividades ligadas aos Serviços (76,33%), seguidos da Indústria (17,16%) e da Agropecuária, que participa com 6,51%.

O comércio exterior representa oportunidades de negócios e ampliação da capacidade de geração de emprego e renda para a população, tendo impacto também na taxa de juros, câmbio e investimentos. O Gráfico 3 apresenta a situação da balança comercial cearense.

**Gráfico 3 - Balança Comercial Cearense (US\$ 1.000.000-FOB) – 2020-2021-2022.**



O comércio exterior apresentou um montante de US\$ 7,249 bilhões de dólares em 2022, representando um acréscimo de 9,68% em relação a 2021, e de 69,89% em relação a 2020. O Estado do Ceará aumentou em 26,28% das exportações entre 2020 e 2022, com crescimento de 103,36% das importações no mesmo período.

A balança comercial (diferença entre exportações e importações) resultou em déficit de US\$ 2,569 bilhões em 2022, valor esse superior ao ano de 2021, cujo valor foi de US\$ 1,2 bilhão. O município de São Gonçalo do Amarante continua como o maior exportador cearense, respondendo por 53,4% do total exportado pelo Estado.

Do lado das importações, o município de Fortaleza lidera o ranking de 2022, o qual teve um crescimento de 13,8% do montante exportado, em relação ao ano anterior, e teve redução de sua participação, passando de 40,1%, em 2021, para 36% em 2022.

O mercado de trabalho influencia diretamente toda a cadeia de valor, gerando receita para a área privada e pública, reduzindo desigualdades e melhorando a condição de vida geral da população. A Tabela 9 mostra a evolução do saldo de empregos formais no decorrer dos últimos anos.

**Tabela 9 - Evolução do Saldo de Empregos Formais - Brasil e Ceará – 2020, 2021 e Acumulado até Novembro de 2022 (em milhões).**

Grande Agrupamento	2020	2021	Acumulado até novembro de 2022
<b>BRASIL</b>			
Agropecuária	36.563,00	146.178,00	101.425
Comércio	-66.383,00	662.422,00	365.654
Construção	97.316,00	244.987,00	269.735
Indústria	51.396,00	476.488,00	366.742
Serviços	-311.443,00	1.246.919,00	1.362.825
<b>Brasil</b>	<b>-192.553,00</b>	<b>2.776.988,00</b>	<b>2.466.377</b>
<b>CEARÁ</b>			
Agropecuária	379,00	651,00	829
Comércio	-2.294,00	19.673,00	8.694
Construção	4.953,00	7.760,00	9.802
Indústria	2.351,00	14.276,00	11.157
Serviços	571,00	38.965,00	43.888
<b>Ceará</b>	<b>5.960,00</b>	<b>81.325,00</b>	<b>74.370</b>

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2023.

O Estado do Ceará registrou, em 2022, saldo positivo em todos os setores analisados, sendo o setor de Serviços aquele com maior oferta de empregos (43.888 vagas). O setor da Agropecuária foi o que proporcionou a menor oferta de empregos (829 vagas).

O acumulado de empregos formais gerados até novembro de 2022 foi de 74.370 vagas de trabalho, indicando uma redução no ritmo de criação de novas vagas em relação ao ano de 2021.

### 3.3.2 Desempenho dos Eixos

Na Tabela 10 são apresentados os percentuais dos indicadores de programas, por Eixo Temático, que alcançaram ou não as respectivas metas programadas para 2022, bem como os percentuais daqueles que superaram as metas.

**Tabela 10 – Desempenho dos Eixos Quanto ao Cumprimento das Metas dos Programas**

EIXOS	Total de Indicadores Avaliados <sup>2</sup>	% de Indicadores que Atingiram a Meta	% de Indicadores que Superaram a Meta acima do Limite Superior <sup>1</sup>
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS	18	61,11%	50,00%
CEARÁ DO CONHECIMENTO	31	48,39%	29,03%
CEARÁ SAUDÁVEL	10	50,00%	0,00%
CEARÁ DE OPORTUNIDADES	28	67,86%	50,00%
CEARÁ SUSTENTÁVEL	16	68,75%	31,25%
CEARÁ PACÍFICO	19	57,89%	47,37%
CEARÁ ACOLHEDOR	26	53,85%	26,92%
<b>TOTAL</b>	<b>148</b>	<b>58,26%</b>	<b>33,51%</b>

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2022.

<sup>1</sup> Limite superior = valor da meta + 10%

<sup>2</sup> Apenas os indicadores prioritários

Na contramão do aumento de despesa do Eixo Ceará do Conhecimento nos últimos três anos, esse Eixo foi o único que não alcançou ao menos 50% das metas previstas em 2022. Todos os demais Eixos apresentam os percentuais de suas metas alcançadas em pelo menos 50%.

No geral, houve alcance de 58,26% das metas dos programas, 33,51% das metas foram superadas. Os Eixos Ceará da Gestão Democrática por Resultados e Ceará de Oportunidades possuem 50% de seus indicadores de programas com superação de meta.

### 3.3.3 Áreas Temáticas por Eixo

Nesse capítulo serão analisadas a execução orçamentária e a variação dos cinco últimos anos de indicadores estratégicos dos 7 Eixos Temáticos.

#### EIXO CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

Por meio do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultado o Estado busca o fortalecimento das instituições públicas, com protagonismo e controle da sociedade, transparência e qualidade da gestão enquanto instrumentos para a efetiva democratização do Estado. A Tabela 11 apresenta os resultados da execução orçamentária do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultado no decorrer dos últimos anos.

**Tabela 11 – Execução orçamentária do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultado nos Anos 2020, 2021 e 2022 (em milhões)**

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	Execução Orçamentária			Acréscimo (%)		
	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021	2022/2020
<b>CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS</b>	<b>13.029.422</b>	<b>14.539.739</b>	<b>12.006.018</b>	<b>11,59%</b>	<b>- 17,43%</b>	<b>- 7,85%</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>	<b>12.062.852</b>	<b>13.510.459</b>	<b>10.780.215</b>	<b>12,00%</b>	<b>- 20,21%</b>	<b>- 10,63%</b>
GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	2.591.610	2.830.656	3.382.445	9,22%	19,49%	30,52%
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	5.764.763	6.880.573	2.942.578	19,36%	- 57,23%	- 48,96%
PREVIDÊNCIA ESTADUAL	3.706.478	3.799.230	4.455.192	2,50%	17,27%	20,20%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
<b>GESTÃO FISCAL</b>	<b>541.637</b>	<b>514.597</b>	<b>625.552</b>	<b>- 4,99%</b>	<b>21,56%</b>	<b>15,49%</b>
MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE	502.030	483.670	558.818	- 3,66%	15,54%	11,31%
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	39.607	30.927	66.735	- 21,92%	115,78%	68,49%
<b>TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E CONTROLE</b>	<b>248.207</b>	<b>262.740</b>	<b>257.564</b>	<b>5,85%</b>	<b>- 1,97%</b>	<b>3,77%</b>
CONTROLE INTERNO GOVERNAMENTAL	0	0	320	0,00%	0,00%	0,00%
REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	37	0	3	-100,00%	0,00%	- 92,69%
FOMENTO À ÉTICA E À INTEGRIDADE	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	1.239	1.617	1.737	30,50%	7,43%	40,19%
CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL	293	1.304	4.418	344,44%	238,86%	1406,03%
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	139.867	144.692	133.717	3,45%	- 7,58%	- 4,40%
DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO	48.581	51.689	60.943	6,40%	17,90%	25,44%
DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO	31.649	33.685	32.411	6,43%	- 3,78%	2,41%
PROMOÇÃO DA INTERAÇÃO LEGISLATIVO E SOCIEDADE	26.540	29.753	24.015	12,10%	- 19,28%	- 9,51%
<b>GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS</b>	<b>163.880</b>	<b>236.284</b>	<b>312.037</b>	<b>44,18%</b>	<b>32,06%</b>	<b>90,41%</b>
SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	162.038	219.680	301.598	35,57%	37,29%	86,13%
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	1.842	16.604	10.438	801,57%	- 37,13%	466,80%
<b>PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO</b>	<b>12.845</b>	<b>15.660</b>	<b>30.650</b>	<b>21,91%</b>	<b>95,72%</b>	<b>138,61%</b>
GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA DAS REGIÕES	0	0	3.194	0,00%	0,00%	0,00%
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORIENTADO PARA RESULTADOS	7.097	7.876	11.070	10,97%	40,55%	55,97%
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO CORPORATIVA	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
GOVERNO DIGITAL DO CEARÁ	0	645	5.009	0,00%	676,43%	0,00%
GOVERNANÇA DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO	5.748	7.139	11.377	24,20%	59,37%	97,94%

FONTE: SIOF - SEPLAG

No Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados, o total de despesas empenhadas caiu 17,32% em relação ao ano de 2021, sendo a maior parte dessa redução atribuída ao programa de Encargos Gerais do Estado, pertencente ao tema Administração Geral.

Apesar da redução total de empenho, os temas de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e Planejamento e Modernização da Gestão obtiveram aumento acima de 90% de despesas em relação a 2020.

Destaca-se o aumento de 86,13% do programa de Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual entre 2020 e 2022, representando cerca de R\$ 140 milhões a mais entre esses anos.

Na Tabela 12 são apresentados os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados.



**Tabela 12 – Indicadores estratégicos do Eixo da Gestão Democrática por Resultados**

EIXO - CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS						
INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2018	2019	2020	2021	2022 <sup>1</sup>
<b>GESTÃO FISCAL</b>						
Autonomia fiscal do Estado	%	65,98	65,72	61,45	63,28	56,16
Capacidade de investimento público	%	14,22	8,77	8,21	9,14	8,23
Índice de endividamento	%	72,27	71,38	80,82	78,25	59,99
Relação entre despesa de pessoal e Receita Corrente Líquida (RCL)	%	42,30	41,64	40,55	39,20	41,69
Relação entre receita total e PIB estadual	%	16,26	16,50	16,89	16,38	12,60
Relação entre resultado primário e PIB estadual	%	0,32	1,24	1,42	1,56	0,71
<b>PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO</b>						
Índice de Equilíbrio da Execução Financeira (IEEF) (adimensional)	índice	0,22	0,26	0,23	0,23	ND
<b>TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E CONTROLE</b>						
Índice de transparência (adimensional) <sup>2</sup>	índice	9,47	-	-	10,00	-
Taxa de participação cidadã e controle social	participação por 100 mil habitantes	10003,47	17173,05	19783,34	26232,77	22385,17

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2023

ND: Dados ainda não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

<sup>1</sup> Dados parciais sujeitos a alteração.

<sup>2</sup> O indicador não pode ser apurado nos anos 2019, 2020 e 2022, pois sua base de cálculo depende do Índice de Transparência da Escala Brasil (CGU) e do Índice de Transparência (MPF), onde não houve avaliações por esses órgãos para os referidos anos.

Os indicadores estratégicos apontam uma redução do índice de endividamento do estado, registrando percentual bem abaixo da média dos anos anteriores.

A relação entre despesa de pessoal e receita corrente líquida voltou a subir após três anos de redução.

Destaca-se, também, que a arrecadação tributária vinha se mantendo próximo de 16% do PIB, havendo uma redução significativa dessa porcentagem em 2022.

## EIXO CEARÁ SAUDÁVEL

O Eixo Ceará Saudável compreende políticas voltadas ao incentivo a hábitos saudáveis, criação de um ambiente favorável ao bem-estar, melhoria da qualidade de vida da população e atendimento aos enfermos. A Tabela 13 apresenta a execução orçamentária e a Tabela 14 os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará Saudável.

**Tabela 13 – Execução Orçamentária do Eixo Ceará Saudável (em milhões).**

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	Execução Orçamentária			Acréscimo (%)		
	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021	2022/2020
<b>CEARÁ SAUDÁVEL</b>	<b>4.335.712</b>	<b>4.838.025</b>	<b>5.484.937</b>	<b>11,59%</b>	<b>13,37%</b>	<b>26,51%</b>
<b>SAÚDE</b>	<b>4.186.190</b>	<b>4.599.357</b>	<b>5.156.055</b>	<b>9,87%</b>	<b>12,10%</b>	<b>23,17%</b>
ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	3.831.901	4.427.509	4.996.455	15,54%	12,85%	30,39%
PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	277.131	95.277	101.454	- 65,62%	6,48%	- 63,39%
GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA DE SAÚDE COM TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE	23.564	33.006	8.510	40,07%	- 74,22%	- 63,89%
GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	53.594	43.566	49.637	- 18,71%	13,94%	- 7,38%
<b>SANEAMENTO BÁSICO</b>	<b>64.551</b>	<b>104.258</b>	<b>196.583</b>	<b>61,51%</b>	<b>88,55%</b>	<b>204,54%</b>
ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA	41.578	30.335	60.385	- 27,04%	99,06%	45,23%
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	22.973	73.924	136.198	221,78%	84,24%	492,86%
<b>ESPORTE E LAZER</b>	<b>84.971</b>	<b>134.410</b>	<b>132.299</b>	<b>58,18%</b>	<b>- 1,57%</b>	<b>55,70%</b>
ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	78.908	120.685	112.458	52,94%	- 6,82%	42,52%
CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO	6.063	13.725	19.841	126,37%	44,56%	227,25%

FONTE: SIOF - SEPLAG

No Eixo Ceará Saudável, o total de despesas empenhadas aumentou 13,37% em relação ao ano de 2021, sendo a maior parte dessa porcentagem atribuída ao programa Atenção à Saúde Perto do Cidadão, pertencente ao tema Saúde.

O tema de Saneamento Básico obteve relevante crescimento de despesa, chegando a 204,54% em relação a 2020 e 88,55% em relação ao ano anterior.

O programa de Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde do Cidadão teve uma redução de 63,39% entre 2020 e 2022, representando uma redução de cerca de R\$ 170 milhões entre esses anos.

**Tabela 14 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará Saudável**

CEARÁ SAUDÁVEL						
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2018	2019	2020	2021	2022 <sup>1</sup>
<b>SAÚDE</b>						
Gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos	%	16,4	15,3	14,38	13,8	12,76
Taxa de detecção de HIV em menores de 5 anos de idade	casos novos por 100 mil habitantes	2	0,7	0,3	1,1	-
Taxa de incidência de casos de arboviroses	casos novos por 100 mil habitantes	59,3	183,4	483,7	826,4	2.016,60
Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade	casos por mil nascidos vivos	10,8	9,3	9,6	14,8	16,1
Taxa de internação por condições sensíveis à atenção primária <sup>2</sup>	%	-	-	-	-	69,39
Taxa de mortalidade específica por causas externas - suicídio	óbitos por 100 mil habitantes	7,2	6,7	6,2	6,8	6,3
Taxa de mortalidade neonatal	óbitos de menores de 28 dias por mil nascidos vivos	8,6	8,3	8,3	7,3	7,92
Taxa de mortalidade por Acidente Vascular Cerebral - AVC	óbitos por 100 mil habitantes	51,3	48,9	45,9	48,53	39,76
Taxa de mortalidade por Infarto Agudo do Miocárdio - IAM	óbitos por 100 mil habitantes	53,1	49,3	43,5	42,68	38,01
<b>SANEAMENTO BÁSICO</b>						
Domicílios com abastecimento de água adequado	%	79,6	79,1	ND	ND	ND
Domicílios com esgotamento sanitário adequado	%	62,8	58,5	ND	ND	ND
<b>ESPORTE E LAZER</b>						
Taxa de crescimento da participação dos atletas cearenses em competições nacionais e internacionais	%	-	-	-	-	-

Fonte: Mensagem a Assembleia Legislativa 2023.

ND: Dados ainda não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

<sup>1</sup> Dados parciais sujeitos à alterações.

<sup>2</sup> Indicador incluído pela Revisão do PPA Lei nº 17.776, de 23/11/2021.

No tema de Saúde houve melhora significativa no indicador de taxa de mortalidade de AVC e IAM, havendo melhora também em outros 2 indicativos.

Destaca-se o aumento significativo dos casos de arboviroses, que vem crescendo ano a ano, saindo de 59,3 para cada 100 mil habitantes, em 2018, para 2.016 em 2022. Esses casos sobrecarregam todo o sistema de saúde, causando transtornos para o sistema de saúde do Ceará como um todo.

Registra-se que os dois indicadores estratégicos do tema Saneamento Básico ainda não se encontram disponíveis para os anos de 2020, 2021 e 2022.

## EIXO CEARÁ DO CONHECIMENTO

O Eixo Ceará do Conhecimento trata das ações governamentais no sentido de disponibilizar acesso ao conhecimento, cultura e educação para todas as classes e camadas sociais, trabalhando ensino básico, pesquisa, inovação, cultura e qualificação profissional, entre outros. A Tabela 15 apresenta a execução orçamentária e a Tabela 16, os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará do Conhecimento.

**Tabela 15 – Execução orçamentária do Eixo Ceará do Conhecimento (em milhões).**

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	Execução Orçamentária			Acréscimo (%)		
	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021	2022/2020
<b>CEARÁ DO CONHECIMENTO</b>	<b>3.186.442</b>	<b>4.305.479</b>	<b>5.593.160</b>	<b>35,12%</b>	<b>29,91%</b>	<b>75,53%</b>
<b>EDUCAÇÃO BÁSICA</b>	<b>1.998.457</b>	<b>2.786.877</b>	<b>3.559.012</b>	<b>39,45%</b>	<b>27,71%</b>	<b>78,09%</b>
INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO	4.292	6.354	7.534	48,02%	18,58%	75,52%
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL COM GARANTIA DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	51.621	68.479	170.748	32,66%	149,34%	230,77%
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	1.751.246	2.388.330	2.877.308	36,38%	20,47%	64,30%
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR NO ENSINO MÉDIO	191.297	323.715	503.407	69,22%	55,51%	163,15%
NORMATIZAÇÃO E CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO	0	0	16	0,00%	0,00%	0,00%
<b>EDUCAÇÃO SUPERIOR</b>	<b>451.539</b>	<b>604.061</b>	<b>727.698</b>	<b>33,78%</b>	<b>20,47%</b>	<b>61,16%</b>
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	451.539	604.061	727.698	33,78%	20,47%	61,16%
<b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>428.901</b>	<b>498.470</b>	<b>676.877</b>	<b>16,22%</b>	<b>35,79%</b>	<b>57,82%</b>
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO	378.925	447.709	598.878	18,15%	33,77%	58,05%
QUALIFICA CEARA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	49.976	50.761	77.999	1,57%	53,66%	56,07%
<b>CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</b>	<b>132.311</b>	<b>204.209</b>	<b>322.156</b>	<b>54,34%</b>	<b>57,76%</b>	<b>143,48%</b>
CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	52.376	68.913	120.186	31,57%	74,40%	129,47%
INOVA CEARÁ	1.842	4.373	10.112	137,46%	131,24%	449,11%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ	78.094	130.923	191.857	67,65%	46,54%	145,68%
<b>CULTURA E ARTE</b>	<b>175.233</b>	<b>211.862</b>	<b>307.417</b>	<b>20,90%</b>	<b>45,10%</b>	<b>75,43%</b>
PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE E CULTURA CEARENSE	96.476	69.460	128.551	- 28,00%	85,07%	33,25%
PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE CONHECIMENTO E FORMAÇÃO EM ARTE E CULTURA	23.472	22.233	29.805	- 5,28%	34,06%	26,98%
PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE	50.647	114.934	142.848	126,93%	24,29%	182,05%
TELEDIFUSÃO CULTURAL INFORMATIVA E EDUCATIVA	4.638	5.234	6.213	12,85%	18,70%	33,95%

Fonte: SIOF - SEPLAG

O total de despesas empenhadas aumentou 29,91%, em relação ao ano de 2021, e 75,53% em relação ao ano de 2020, sendo a maior parte destas porcentagens atribuída ao programa Desenvolvimento do Ensino Médio, pertencente ao tema Educação Básica. Ressalta-se que nenhum dos programas apresentou decréscimo de despesa em relação aos anos anteriores.

Destaca-se o aumento considerável de empenho realizado no tema Ciência e Tecnologia, crescendo acima de 140% entre 2020 e 2022.

**Tabela 16 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará do Conhecimento**

CEARÁ DO CONHECIMENTO						
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2018	2019	2020	2021	2022 <sup>1</sup>
<b>CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</b>						
Proteção intelectual licenciada/transferida	%	0,00	0,00	5,71	10,52	ND
Taxa de acessibilidade do serviço de telecomunicações	%	74,44	80,33 <sup>1</sup>	ND	89,41	ND
<b>CULTURA E ARTE</b>						
Acesso da população a programações relacionadas ao livro e à leitura	Número	48.620,00	-	47.130,00	59.592,00	552.529,00
Acesso da população em atividades artístico-culturais	Número	1.958.559,00	-	775.130,00	1.168.082,00	1.237.173,00
Regionalização das ações culturais	%	76,00	-	86,95	100,00	70,65
<b>EDUCAÇÃO BÁSICA</b>						
Crianças no 2º ano do Ensino Fundamental alfabetizadas - Spaece Alfa	%	90,70	97,40	-	-	ND
Índice de desenvolvimento da educação Básica (IDEB) da rede estadual do Ensino Médio	Índice	-	6,30	-	4,4	ND
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede pública nos anos finais	Índice	-	5,20	-	5,3	-
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede pública nos anos iniciais	Índice	-	6,30	-	6,1	-
Pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído	%	71,50	77,10	90,10	85,40	84,3
Pessoas de 19 anos com pelo menos o Ensino Médio concluído	%	50,43	64,10	72,20	71,30	73
Pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o Ensino Fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada)	%	96,08	97,08	97,40	95,50	95,5
População de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a Educação Básica	%	92,80	90,00	81,40	78,80	ND
População autodeclarada preta de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou já concluiu a educação	%	91,90	82,10	81,20	76,50	77,6
População autodeclarada indígena de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica	%	91,90	84,03	92,90	89,30	64,4
Taxa de aprovação nas escolas regulares de Ensino Médio	%	90,00	92,40	97,10	98	ND
<b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>						
Técnicos de nível médio subsequente absorvidos pelo mercado de trabalho	%	85,00	80,95	ND	24,68	15,03 <sup>2</sup>
Tecnólogos diplomados absorvidos pelo mercado de trabalho	%	79,00	77,27	-	62,37	21,45 <sup>2</sup>
<b>EDUCAÇÃO SUPERIOR</b>						
Evolução dos cursos de graduação com nota satisfatória pelo Enade	%	19,73	63,63	-	63,36	16,25
Evolução dos cursos de pós-graduação com avaliação satisfatória pela Capes	%	48,00	48,00	63,07	63,07	69,23
Índice de qualificação do corpo docente	Índice	3,36	3,78	3,84	3,88	4,27
Participação de graduados no mercado de trabalho formal	%	22,36	21,85	22,34	21,81	ND
Taxa de sucesso da graduação pública estadual	%	46,33	49,37	50,35	50,35	58,69

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2023.

ND: Dados ainda não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

<sup>1</sup> Dados parciais sujeitos a alterações.

<sup>2</sup> O valor é uma previsão para o ano.

Considerando o contexto de retomada das atividades pós Pandemia, apesar do significativo aumento das despesas no Eixo Ceará do Conhecimento, não houve melhora significativa nos resultados dos temas e programas do Eixo.

Destaca-se que não houve evolução em diversos indicadores do tema de Educação Básica em 2022, além de ter havido redução geral dos resultados do índice do IDEB em 2021.

Com aumento acima de 55%, na execução orçamentária, em 2022 em relação a 2020, os programas ligados à Educação Profissional obtiveram resultados abaixo da média dos anos anteriores.

Com aumento acima de 75%, na execução orçamentária, em 2022 em relação a 2020, os programas ligados à Cultura e Arte obtiveram bons resultados.

Com aumento de 57%, na execução orçamentária, em 2022 em relação a 2020, o Ensino Superior apresentou resultados variados em seus programas, obtendo nota reduzida ENADE, enquanto melhorou a taxa de sucesso da graduação pública estadual.

## EIXO CEARÁ PACÍFICO

O Eixo Ceará Pacífico aponta para políticas públicas com ênfase na segurança pública articulada à justiça, à cidadania e no combate às drogas e violência, visando ao pleno acesso aos direitos sociais. A Tabela 17 apresenta a execução orçamentária e a Tabela 18 os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará Pacífico.

**Tabela 17 – Execução orçamentária do Eixo Ceará de Pacífico (em milhões).**

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	Execução Orçamentária			Acréscimo (%)		
	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021	2022/2020
<b>CEARÁ PACÍFICO</b>	<b>3.953.892</b>	<b>4.381.103</b>	<b>5.335.550</b>	<b>10,80%</b>	<b>21,79%</b>	<b>34,94%</b>
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>2.395.548</b>	<b>2.705.217</b>	<b>3.326.036</b>	<b>12,93%</b>	<b>22,95%</b>	<b>38,84%</b>
SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	2.367.286	2.665.457	3.270.708	12,60%	22,71%	38,16%
CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO	6.747	7.525	8.356	11,54%	11,03%	23,85%
FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	17.703	24.290	45.153	37,21%	85,89%	155,06%
GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E DESASTRES	3.812	7.945	1.820	108,40%	- 77,10%	- 52,27%
<b>JUSTIÇA</b>	<b>1.558.344</b>	<b>1.675.885</b>	<b>2.009.515</b>	<b>7,54%</b>	<b>19,91%</b>	<b>28,95%</b>
PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	141.122	146.981	169.767	4,15%	15,50%	20,30%
EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	877.216	936.968	1.124.068	6,81%	19,97%	28,14%
INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	507.985	554.933	670.685	9,24%	20,86%	32,03%
TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	32.021	37.003	44.995	15,56%	21,60%	40,52%

FONTE: SIOF - SEPLAG

No Eixo Ceará Pacífico, o total de despesas empenhadas aumentou 21,79% em relação ao ano de 2021, sendo a maior parte dessa porcentagem atribuída ao programa Segurança Pública Integrada com a Sociedade, pertencente ao tema Segurança Pública.

O programa Gestão Integrada de Riscos e Desastres apresentou redução de despesa na ordem de 77,10% em relação ao ano anterior.

**Tabela 18 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará Pacífico**

CEARÁ PACÍFICO						
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2018	2019	2020	2021	2022 <sup>1</sup>
<b>JUSTIÇA</b>						
Pessoas presas de forma provisória <sup>2</sup>	%	64,92	54,42	49,91	46,41	39,44
Taxa de reentrada no sistema prisional	%	34,03	33,95	44,15	40,67	46,14
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>						
Taxa de crimes violentos contra o patrimônio (CVP) - Tipo 1	número de casos por 100 mil habitantes	592,30	478,10	482,95	424,44	365,97
Taxa de crimes violentos contra o patrimônio (CVP) - Tipo 2	número de casos por 100 mil habitantes	118,50	64,90	104,30	96,50	84,96
Taxa de homicídios dolosos	óbitos por 100 mil habitantes	48,80	23,50	42,82	34,65	28,46

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2023.

<sup>1</sup> Dados parciais sujeitos a alterações.

<sup>2</sup> Desse total, R\$ 1.120.952.646,11 foram executados pelo Poder Judiciário (TJ, DPGE e PGJ), por meio dos programas “Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional”; “Promoção do Acesso Gratuito à Justiça” e “Tutela dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis”.

O Eixo Ceará Pacífico alcançou bons resultados relativos ao CVP Tipo 1, em comparação aos anos anteriores. Além desse, os indicadores Taxa de Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVP) - Tipo 2 e Taxa de Homicídios Dolosos vem decrescendo nos últimos três anos.

Com exceção da Taxa de Reentrada no Sistema Prisional, o restante dos indicadores aponta melhora em relação ao ano anterior.

## EIXO CEARÁ DE OPORTUNIDADES

O Eixo Ceará de Oportunidades trata do desenvolvimento econômico, englobando temas como emprego, renda, atração de empreendimentos, conjugados com o desafio da propagação da equidade social e regional. A Tabela 19 apresenta a execução orçamentária e a Tabela 20 os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará de Oportunidades.



**Tabela 19 – Execução orçamentária do Eixo Ceará de Oportunidades (em milhões).**

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	Execução Orçamentária			Acréscimo (%)		
	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021	2022/2020
<b>CEARÁ DE OPORTUNIDADES</b>	<b>1.717.134</b>	<b>2.179.563</b>	<b>2.602.611</b>	<b>26,93%</b>	<b>19,41%</b>	<b>51,57%</b>
<b>INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE</b>	<b>1.441.471</b>	<b>1.677.848</b>	<b>2.165.680</b>	<b>16,40%</b>	<b>29,07%</b>	<b>50,24%</b>
PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	189.924	274.441	384.816	44,50%	40,22%	102,62%
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	782.485	1.007.158	1.228.492	28,71%	21,98%	57,00%
MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	468.987	396.238	550.411	- 15,51%	38,91%	17,36%
DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM	75	11	1.961	- 84,85%	17184,96%	2517,88%
<b>AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO</b>	<b>147.133</b>	<b>229.052</b>	<b>203.243</b>	<b>55,68%</b>	<b>- 11,27%</b>	<b>38,14%</b>
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	133.520	213.629	179.962	60,00%	- 15,76%	34,78%
ABASTECIMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E DEFESA NO SETOR AGROPECUÁRIO	12.614	15.103	23.228	19,74%	53,79%	84,15%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	999	320	53	- 67,96%	- 83,40%	- 94,68%
<b>TRABALHO E EMPREENDEDORISMO</b>	<b>38.636</b>	<b>109.234</b>	<b>118.825</b>	<b>182,73%</b>	<b>8,78%</b>	<b>207,55%</b>
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	4.328	4.791	6.834	10,69%	42,65%	57,90%
EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	9.028	85.685	91.124	849,06%	6,35%	909,31%
CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ	25.279	18.759	20.867	- 25,79%	11,24%	- 17,45%
INOVAÇÃO PARA MELHORIA DE OPORTUNIDADES	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
<b>TURISMO</b>	<b>71.463</b>	<b>130.406</b>	<b>76.789</b>	<b>82,48%</b>	<b>- 41,12%</b>	<b>7,45%</b>
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	71.463	130.406	76.789	82,48%	- 41,12%	7,45%
<b>PESCA E AQUICULTURA</b>	<b>4.136</b>	<b>7.220</b>	<b>20.403</b>	<b>74,54%</b>	<b>182,59%</b>	<b>393,25%</b>
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA	1.863	0	0	-100,00%	0,00%	-100,00%
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	2.274	7.220	20.403	217,54%	182,59%	797,34%
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>11.923</b>	<b>25.802</b>	<b>14.686</b>	<b>116,42%</b>	<b>- 43,08%</b>	<b>23,17%</b>
ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	11.923	25.802	14.686	116,42%	- 43,08%	23,17%
<b>COMÉRCIO E SERVIÇOS</b>	<b>2.371</b>	<b>0</b>	<b>2.985</b>	<b>-100,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>25,88%</b>
FORTALECIMENTO DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.371	0	2.985	-100,00%	0,00%	25,88%

FONTE: SIOF - SEPLAG

O Eixo Ceará de Oportunidades apresentou aumento de despesas na ordem de 19,41% em relação ao ano de 2021, sendo a maior parte dessa porcentagem atribuída ao programa Infraestrutura e Logística, pertencente ao tema Infraestrutura e Mobilidade.

O programa Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio apresentou redução considerável de despesas na ordem de 83,40%.

**Tabela 20 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará de Oportunidades**

CEARÁ DE OPORTUNIDADES						
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2018	2019	2020	2021	2022 <sup>1</sup>
<b>AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO</b>						
Ocupações geradas na agropecuária	Número	394.473,00	386.440,00	326.075,00	330.005,00	332.209,00
Participação da agropecuária no Valor Adicionado Bruto (VAB)	%	5,20	5,10	5,20	5,10	ND
Taxa de crescimento da produtividade da agropecuária	%	1,07	10,38	34,34	-6,02	4,42
Valor bruto da produção da agricultura <sup>4</sup>	R\$ mil	2.687.094,00	2.910.663,00	3.737.596,00	3.569.404,00	ND
Valor de exportação dos bens e serviços da agropecuária cearense	US\$ FOB mil	266.707,00	261.338,00	236.177,00	264.125,61	226.156,42
<b>COMÉRCIO E SERVIÇOS</b>						
Desconcentração do setor de serviços	%	37,13	38,33	ND <sup>2</sup>	ND <sup>2</sup>	ND <sup>2</sup>
Participação do setor serviços na massa salarial	%	71,75	72,95	72,83	69,50	ND
Remuneração média do setor de serviços formal cearense	R\$	3.243,74	3.189,69	3.172,26	2.666,80	ND <sup>3</sup>
Taxa de crescimento da produtividade do setor de serviços	%	-3,20	-0,33	6,10	4,38	-6,56
Taxa de crescimento do valor adicionado do setor de serviços	%	1,86	1,47	-5,75	5,31	3,75
<b>INDÚSTRIA</b>						
Massa salarial real da indústria	R\$	638.678.621,00	601.459.980,00	585.489.273,00	622.092.566,00	ND <sup>3</sup>
Participação da indústria de transformação na indústria total cearense	%	51,26	51,00	47,00	ND	ND
Participação dos produtos industrializados nas exportações do Estado	%	89,73	87,00	85,00	88,00	ND
Taxa de crescimento da produtividade do setor industrial	%	-1,30	-3,00	6,00	11,00	-8,38
Taxa de crescimento do valor adicionado da indústria	%	-2,00	2,00	-10,00	14,00	-1,15
Variação do estoque de empregos formais na indústria cearense	%	1,93	-1,00	1,00	5,00	ND
<b>INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE</b>						
Índice de interiorização da densidade rodoviária estadual	km/100 km <sup>2</sup>	7,90	8,02	8,09	8,16	-
Índice de qualidade da malha	%	50,98	52,10	56,49	55,72	-
Municípios com áreas urbanas requalificadas	%	58,00	59,78	67,93	75,00	78,80
Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito	Óbitos por 100 mil habitantes	19,13	11,85	9,12	6,99	5,89
<b>PESCA E AQUICULTURA</b>						
Ocupações geradas nas atividades de pesca e aquicultura	Pessoa	16.721,00	19.831,00	21.085,00	18.942,00	28.646,00
Valor da exportação de pescado	US\$ milhão	19,90	87,64	66,97	102,32	82,25
<b>TRABALHO E EMPREENDEDORISMO</b>						
Grau de formalidade do mercado de trabalho cearense	%	44,79	45,50	47,29	46,05	47,80
População em idade de trabalhar com renda do trabalho	%	51,50	51,94	44,65	47,17	48,60
Salário médio por hora trabalhada	R\$	9,53	10,71	12,05	11,61	ND
<b>TURISMO</b>						
Demanda turística global (nacional e internacional)	Número	3.604.592,00	3.708.821,00	1.623.498,00	1.990.450,00	3.013.829,00
Empregos gerados pelas atividades características do turismo	Número	73.425,00	74.594,00	65.570,00	69.680,00	75.000,00
Gasto per capita diário do turista de negócio/evento	R\$	525,00	550,00	360,00	510,00	744,37
Gasto per capita diário do turista no Estado	R\$	306,68	326,32	373,27	403,13	507,09
Índice de fidelização do turista	%	55,80	56,50	57,00	57,60	57,50
Índice de interiorização do turismo via Fortaleza	%	75,60	75,90	60,00	70,00	68,10
Taxa de ocupação hoteleira	%	76,00	77,00	43,00	56,40	78,30

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2023.

ND: Dados ainda não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

<sup>1</sup> O valor esperado para 2022 está baseado no dado disponível até o terceiro trimestre do referido ano.

<sup>2</sup> A base do IBGE não forneceu dados suficientes para análise do indicador.

<sup>3</sup> Os dados que alimentam este indicador são oriundos da base de dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego. Não existe ainda nenhuma informação disponível definitiva para a remuneração média do setor terciário para o ano de 2022.

O indicador Ocupações Geradas nas Atividades de Pesca e Aquicultura teve um aumento expressivo em relação ao ano anterior. Além disso, os indicadores Municípios com Áreas Urbanas Requalificadas, Grau de Formalidade do Mercado de Trabalho Cearense, Empregos Gerados pelas Atividades Características do

Turismo, Gasto per Capita Diário do Turista de Negócio/Evento, Gasto per Capita Diário do Turista no Estado e Taxa de Ocupação Hoteleira tiveram um aumento em relação ao ano anterior.

Apesar da Demanda Turística Global ter sofrido uma queda em 2020, partindo de R\$ 3.708.821,00 para R\$ 1.623.498,00, por conta da pandemia do COVID-19 – o indicador apresentou sinais de recuperação nos últimos dois anos, alcançando R\$ 3.013.829,00 em 2022.

O indicador Valor de Exportação dos Bens e Serviços da Agropecuária Cearense mostra que houve uma redução das exportações deste setor em relação a 2021, sendo o respectivo valor o menor dos últimos cinco anos.

## EIXO CEARÁ ACOLHEDOR

O Eixo Ceará Acolhedor trata do conjunto de políticas pública voltadas à inclusão social, respeito à pluralidade e garantia dos direitos humanos e civis. A Tabela 21 apresenta a execução orçamentária e a Tabela 22 os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará Acolhedor.

**Tabela 21 – Execução orçamentária do Eixo Ceará Acolhedor (em milhões).**

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	Execução Orçamentária			Acréscimo (%)		
	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021	2022/2020
<b>CEARÁ ACOLHEDOR</b>	<b>360.653</b>	<b>594.036</b>	<b>731.623</b>	<b>64,71%</b>	<b>23,16%</b>	<b>102,86%</b>
ASSISTÊNCIA SOCIAL	140.621	312.677	435.163	122,35%	39,17%	209,46%
IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	581	377	628	- 35,10%	66,69%	8,18%
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	37.223	40.283	51.717	8,22%	28,38%	38,94%
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	102.818	272.017	382.818	164,56%	40,73%	272,33%
<b>INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS</b>	<b>159.871</b>	<b>204.568</b>	<b>224.723</b>	<b>27,96%</b>	<b>9,85%</b>	<b>40,56%</b>
PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	438	7.910	19.125	1704,52%	141,78%	4262,89%
PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS	71	2.600	5.330	3547,95%	105,00%	7378,14%
PROTEÇÃO À VIDA E ACESSO À JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA	62.479	74.268	85.009	18,87%	14,46%	36,06%
INSTITUCIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	5.257	7.167	7.672	36,32%	7,05%	45,93%
PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	91.625	112.623	107.587	22,92%	- 4,47%	17,42%
<b>ACESSO A TERRA E MORADIA</b>	<b>26.775</b>	<b>35.618</b>	<b>55.310</b>	<b>33,03%</b>	<b>55,28%</b>	<b>106,57%</b>
HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	13.588	19.630	21.831	44,46%	11,21%	60,66%
HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL	11.256	13.563	29.547	20,49%	117,85%	162,50%
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA ÁREA RURAL	1.931	2.425	3.932	25,62%	62,14%	103,68%
<b>SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL</b>	<b>33.385</b>	<b>41.172</b>	<b>16.428</b>	<b>23,33%</b>	<b>- 60,10%</b>	<b>- 50,79%</b>
GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	33.385	41.172	16.428	23,33%	- 60,10%	- 50,79%

FONTE: SIOF - SEPLAG

No Eixo Ceará Acolhedor, o total de despesas empenhadas aumentou 102,86 entre 2020 e 2022 e 23,16% em relação ao ano de 2021, sendo a maior parte dessa porcentagem atribuída ao programa Proteção Social Básica, pertencente ao tema Assistência Social. Em geral, o tema Acesso a Terra e Moradia também apresentou relevante aumento de despesas, passando de 106% em relação a 2020 e 55% em relação a 2021.

O programa Gestão e Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional apresentou maior redução de despesa em relação ao ano anterior, na ordem de 60,10%.

**Tabela 22 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará Acolhedor**

CEARÁ ACOLHEDOR						
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2018	2019	2020	2021	2022 <sup>1</sup>
<b>ACESSO À TERRA E À MORADIA</b>						
Famílias beneficiadas com título de propriedade urbana	%	-	-	0,17	0,17	1,32
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>						
Pessoa com direitos violados, com acesso aos serviços socioassistenciais da proteção social Especial	%	80,41	74,75	79,96	86,46	80,24
Pessoas em situação de rua atendidas pelos serviços socioassistenciais, com retomada do vínculo familiar e/ou comunitário	%	2,24	-	6,61	8,91	3,74
<b>INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS</b>						
Municípios com ações de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas	%	-	-	7,60	26,63	52,71
Pessoas com deficiência, com direitos violados <sup>2</sup>	%	0,03	0,03	0,02	0,03	0,02
Pessoas idosas com direitos violados notificados <sup>2</sup>	%	0,20	0,19	0,14	0,17	0,15
Taxa de crianças e adolescentes que foram vítimas de violência sexual	Casos por 100 mil crianças e adolescentes	53,60	56,40	60,51	63,59	54,69
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) contra as mulheres	Óbitos por 100 mil mulheres	10,70	5,30	7,10	7,23	5,12
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) contra crianças e adolescentes	Óbitos por 100 mil crianças e adolescentes	16,00	6,50	14,13	10,61	8,35
Taxa de inclusão da população vulnerável em ações extensionistas	%	13,26	0,00	25,75	15,79	-
População autodeclarada indígena de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica	-	91,90	84,30	92,90	89,30	64,40
Taxa de jovens com idade entre 18 e 29 anos que foram vítimas de violência sexual	Por 100 mil jovens	11,00	12,30	9,70	9,53	9,32
População autodeclarada preta de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou já concluiu a educação	-	91,90	82,10	81,20	76,50	77,60
<b>SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL</b>						
População em situação de pobreza, beneficiada por programas de distribuição de alimentos	%	11,70	14,43	14,62	19,09	8,32

Fonte: Mensagem a Assembleia Legislativa 2023.

<sup>1</sup> Dados parciais sujeitos a alterações.

<sup>2</sup> Série histórica atualizada de acordo com os dados de violações do Registro Mensal de Atendimento (RMA).

Com exceção dos programas ligados à população autodeclarada indígena ou negra, o Tema de Inclusão Social e Direitos Humanos apresentou bons resultados nos indicadores. Refletindo a redução de empenho orçamentário na área, o índice de População em Situação de Pobreza, Beneficiada por Programas de Distribuição de Alimentos apresenta o pior percentual dos últimos cinco anos.

## EIXO CEARÁ SUSTENTÁVEL

O Eixo Ceará Sustentável trata do fortalecimento das políticas públicas relacionadas à convivência dos cidadãos com o ambiente e clima semiárido do Estado do Ceará. Nesse contexto, as inovações tecnológicas, técnicas e estratégias de convivência com o clima e educação ambiental são políticas importantes para o acesso da população aos recursos naturais e bens fundamentais. A Tabela 23 apresenta a execução orçamentária e a Tabela 24 os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará Sustentável.

**Tabela 23 – Execução orçamentária do Eixo Ceará Sustentável (em milhões).**

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	Execução Orçamentária			Acréscimo (%)		
	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021	2022/2020
<b>CEARÁ SUSTENTÁVEL</b>	<b>331.267</b>	<b>327.506</b>	<b>376.368</b>	- 1,14%	14,92%	13,61%
<b>RECURSOS HÍDRICOS</b>	<b>240.835</b>	<b>156.714</b>	<b>216.231</b>	- 34,93%	37,98%	- 10,22%
PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS	6.564	9.801	11.793	49,31%	20,33%	79,66%
OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	234.271	146.913	204.439	- 37,29%	39,16%	- 12,73%
<b>MEIO AMBIENTE</b>	<b>86.306</b>	<b>160.326</b>	<b>150.415</b>	<b>85,76%</b>	- 6,18%	74,28%
CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA	790	15.303	21.829	1837,05%	42,65%	2663,12%
REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DEGRADADAS	58.746	95.328	64.009	62,27%	- 32,85%	8,96%
CEARÁ DA PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL	0	137	0	0,00%	-100,00%	0,00%
CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ	15.553	28.688	42.261	84,46%	47,32%	171,73%
CEARÁ NO CLIMA: MITIGANDO E SE ADAPTANDO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	0	650	577	0,00%	- 11,19%	0,00%
RESÍDUOS SÓLIDOS	11.218	20.221	21.739	80,26%	7,51%	93,79%
<b>ENERGIAS</b>	<b>4.125</b>	<b>10.466</b>	<b>9.722</b>	<b>153,69%</b>	- 7,11%	135,65%
MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	4.125	10.466	9.722	153,69%	- 7,11%	135,65%

FONTE: SIOF - SEPLAG

No Eixo Ceará Sustentável, o total de despesas empenhadas aumentou 14,92% em relação ao ano de 2021, sendo a maior parte dessa porcentagem atribuída ao programa Oferta Hídrica para Múltiplos Usos, pertencente ao tema Recursos Hídricos.

**Tabela 24 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará Sustentável**

CEARÁ SUSTENTÁVEL						
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2018	2019	2020	2021	2022 <sup>1</sup>
<b>RECURSOS HÍDRICOS</b>						
Municípios com criticidade de abastecimento urbano	%	17,00	10,00	9,24	7,07	6,00
<b>MEIO AMBIENTE</b>						
Território protegido com Unidades de Conservação	%	7,75	7,75	7,78	8,44	9,05
Captação de gases de efeito estufa em áreas de proteção ambiental	ton/ha	-	-	514.640,72	543.312,88	556.893,48
Municípios com Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente (IQM) máximo	%	31,00	70,00	77,72	91,84	90,22
População urbana com disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos	%	49,42	36,04	41,67	38,92	40,44
Praias com qualidade microbiológica aconselhável para banho	%	99,05	94,30	95,00	93,1	91,14
Balneabilidade das praias de Fortaleza	%	63,41	57,90	52,50	53,40	61,36
<b>ENERGIAS</b>						
Participação de gás natural renovável na rede de distribuição	%	10,00	13,42	14,30	12,59	-
Participação da oferta de energia renovável na matriz energética do Estado	%	47,65	42,66	57,13	49,73	81,23

Fonte: Mensagem a Assembleia Legislativa 2023.

<sup>1</sup> Dados parciais sujeitos a alterações.

O aumento de despesa no tema de Recursos Hídricos em 2022 trouxe resultado, reduzindo os Municípios com criticidade de abastecimento urbano ao menor patamar nos últimos 5 anos.

O aumento considerável de despesas no Tema de Meio Ambiente, entre 2020 e os dois anos seguintes, trouxe bons resultados nas metas, apresentando resultados positivos em relação aos anos anteriores.

## 4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da execução orçamentária do Estado utiliza como base os dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira (Siafe), disponibilizado pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Cumpre destacar, que os números apresentados nas análises têm seus valores representados nominalmente, sem considerar os efeitos da inflação.

A análise da execução orçamentária permite avaliar se o governo possui capacidade de manter continuamente o equilíbrio orçamentário, constituindo reservas para atender a emergências e apresentar liquidez suficiente para cumprir suas obrigações.

### 4.1 Resultado Orçamentário

No montante apresentado pela Receita Orçamentária foram excluídos os valores referentes às Receitas Intraorçamentárias. Da Despesa Orçamentária foram extraídos os valores referentes às empresas que não fazem parte do orçamento fiscal (ADECE, CAGECE, CEARÁPORTOS, CEGÁS, COGERH, CEASA, COADZPE E METROFOR) e da modalidade 91 (aplicações diretas entre orçamentos).

Para ser considerada uma execução orçamentária dentro da normalidade, espera-se que haja pouca ou nenhuma diferença entre Receita Prevista e Receita Arrecadada, assim como Dotação de Despesa e Despesa Empenhada. No confronto entre Receita Arrecadada e Despesa Empenhada é preferível um superávit a um déficit, porém, um superávit muito elevado significa que aplicações que poderiam beneficiar a população não foram efetuadas conforme o planejado.

A Tabela 25 apresenta as informações orçamentárias consolidadas, extraídas do Relatório Resumido de Execução Orçamentária do ano de 2022.

**Tabela 25 – Execução orçamentária consolidada do Estado do Ceará no ano de 2022**

(R\$ 1.000,00)

Descrição	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Realizado (%)
Receita Corrente	28.663.010	31.842.797	111,09%
Receita de Capital	2.062.348	783.845	38,01%
<b>Total das Receitas</b>	<b>30.725.358</b>	<b>32.626.642</b>	<b>106,19%</b>
Descrição	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Empenhado (%)
Despesa Corrente	27.571.360	26.698.673	96,83%
Despesa de Capital	6.942.879	5.431.595	78,23%
Reserva de Contingência	142.506	0	
<b>Total das Despesas</b>	<b>34.656.745</b>	<b>32.130.268</b>	<b>92,71%</b>
<b>Superávit Corrente</b>	<b>1.091.650</b>	<b>5.144.124</b>	
<b>Déficit de Capital</b>	<b>- 4.880.530</b>	<b>- 4.647.750</b>	
<b>Déficit/Superávit</b>	<b>- 3.931.387</b>	<b>496.375</b>	

Fonte: Siafe-SEFAZ

A Tabela 25 mostra o resultado de execução orçamentária obtido em 2022, diferença entre as receitas e despesas orçamentárias, foi um superávit de R\$ 496.375 mil. A previsão das receitas e despesas antecipava um déficit de R\$ 3.933.167 mil. Porém, não se concretizou devido às receitas apresentarem uma realização superior em relação ao empenho das despesas. De forma analítica, observa-se que o Superávit Corrente de R\$ 5.144.124 mil cobriu o Déficit de Capital de R\$ 4.647.750 mil.

A receita corrente realizada foi superior à prevista em 11,09% e a receita de capital foi frustrada em 61,99%. Contudo, a receita corrente corresponde a 97,60% da receita orçamentária, por esse motivo, mesmo com a frustração da receita de capital, o total das receitas realizadas foi superior a previsão da mesma, conforme Tabela 25. Enquanto as despesas correntes apresentaram um empenho de 99,83% e as despesas de capital 78,23%, o total das despesas demonstraram empenho em relação à dotação de 92,71%. Assim, a maior realização da receita e o menor empenho das despesas contribuíram para o superávit orçamentário de R\$ 496.375 milhões.



Tratando-se de resultado orçamentário superavitário, a análise que segue busca identificar se há:

- Padrão contínuo de superávits operacionais;
- Melhoria nas reservas;
- Técnicas mais eficientes de previsão de receitas;
- Aumento de liquidez; e
- Controle orçamentário eficiente.

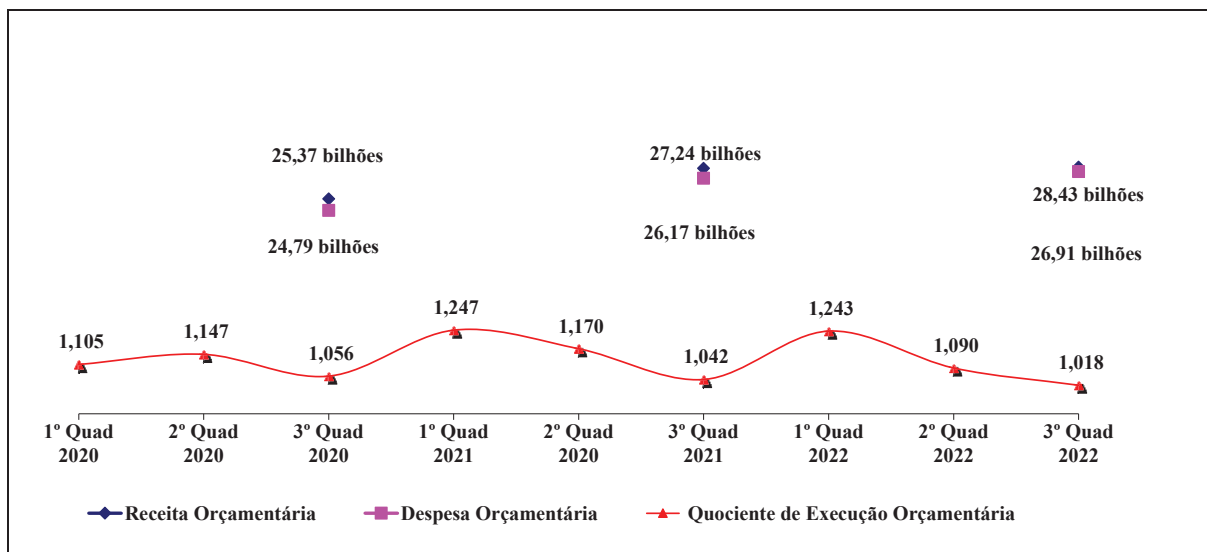
Mais importante que obter déficit ou superávit no período é identificar se houve a intenção do ente de concretizar determinado resultado, identificando as causas do resultado da execução orçamentária.

#### *4.1.1 Análise temporal da receita e despesa orçamentária*

O Gráfico 4 apresenta a evolução da receita e despesa orçamentária (em bilhões de reais) e o quociente de resultado orçamentário, durante os nove últimos quadrimestres. O quociente é extraído pelo cálculo da Receita dividida pela Despesa. Caso o resultado seja acima de 1, indica superávit, abaixo de 1 indica déficit.

É importante que a administração busque sempre atender às necessidades da população, mantendo a estabilidade do quociente de Resultado Orçamentário durante todo o período, o que demonstra controle do fluxo orçamentário durante o ano inteiro.

#### Gráfico 4 - Quociente orçamentário – Receita e Despesa



Fonte: Siafe/SEFAZ

No Gráfico 4, observa-se que o quociente de execução orçamentária, período de 2020 a 2022, apresenta-se acima de 1 em todos os quadrimestres. A pouca variabilidade dos quocientes também é um bom indicador a ser observado.

A linha quadrimestral de quociente de resultado orçamentário revela uma tendência em onda, caracterizada com controle das despesas no primeiro quadrimestre, durante os três anos observados, e recuo do indicador no último quadrimestre de cada ano.

#### 4.1.2 Análise da previsão da receita e fixação da despesa

Ao final do ano, espera-se que os ajustes no orçamento tenham refletido adequadamente a realidade e necessidades, de modo a não sobrar ou faltar valores nos orçamentos previstos de despesa e receita. A Tabela 26 apresenta o resumo da previsão inicial de superávit/déficit do resultado orçamentário e as movimentações orçamentárias durante o ano.

**Tabela 26 – Resumo das movimentações orçamentárias**

(R\$ 1.000,00)

Resumo das Movimentações Orçamentárias	Valores
Previsão Inicial de Superávit / Déficit Orçamentário	0
(+) Aumento da Previsão da Receita	3.013.049
(-) Frustração de Receita Prevista Atualizada	1.901.284
(+) Aumento da Previsão de Despesa	- 6.946.215
(-) Contenção de Despesa Prevista Atualizada	2.528.257
Resultado de Execução Orçamentária	496.375

Fonte: Siafe-SEFAZ

Observa-se que, durante o ano, houve elevado aumento da previsão de receita e despesa. Do lado da receita, a arrecadação ocorreu de forma eficiente, com incremento de R\$ 3.013.049 mil, enquanto do lado da despesa, houve elevada contenção no montante de R\$ 2.528.257 mil. O resultado dessas variáveis terminou com um superávit de R\$ 496.375 mil apresentado no resultado de execução orçamentária.

Tabela 27 detalha as variações na previsão inicial da Receita e fixação da Despesa orçamentária durante o exercício de 2022.

**Tabela 27 – Variação da previsão inicial de receita e fixação da despesa orçamentária em 2022**

(R\$ 1.000,00)

Descrição	Previsão Inicial para 2022	Previsão Atualizada	Variação da Previsão	Execução
Receita Corrente	25.660.538	28.663.010	11,70%	31.842.797
Receita de Capital	2.051.771	2.062.348	0,52%	783.845
<b>Receita Prevista Total</b>	<b>27.712.309</b>	<b>30.725.358</b>	<b>10,87%</b>	<b>32.626.642</b>
Despesa Corrente	22.981.324	27.571.291	19,97%	26.698.673
Despesa de Capital	4.427.586	6.944.727	56,85%	5.431.595
Reserva de Contingência	303.400	142.506	- 53,03%	0
<b>Despesa Dotada Total</b>	<b>27.712.309</b>	<b>34.658.525</b>	<b>25,07%</b>	<b>32.130.268</b>
<b>Diferença</b>	<b>0</b>	<b>- 3.933.167</b>	<b>0,00%</b>	<b>496.375</b>

Fonte: Siafe-SEFAZ

Destaca-se que houve incremento na alteração do orçamento inicial durante o ano, tanto para receita (10,87%) quanto para despesa (25,07%). Em relação ao orçamento corrente de receita e despesa, houve execução próxima da previsão atualizada, enquanto no orçamento de capital houve elevada frustração de receita e contenção de despesa. Observa-se, também, que o valor executado de despesa e receita se apresentou muito acima das previsões iniciais do ano. A Tabela 28 detalha as quatro maiores frustrações de receita observadas em 2022, sendo todas na receita de capital.

**Tabela 28 – Frustração de receitas**

(R\$ 1.000,00)

Frustração de Receita	Prevista	Realizada	Diferença
Transferencias da Uniao e de suas Entidades	633.235	179.435	453.801
Operacoes de Credito - Mercado Interno	575.948	101.871	474.077
Operacoes de Credito - Mercado Externo	819.061	491.633	327.428
Transferencias do Exterior	5.485	0	5.485
<b>Total</b>	<b>2.033.730</b>	<b>772.939</b>	<b>1.260.790</b>

Fonte: Siafe-SEFAZ

As receitas apresentadas na Tabela 28 totalizam R\$ 1.260.790 mil de recebimento a menor que o previsto em 2022 nessas quatro contas, sendo a maior frustração de receita ocorrida nas Operações de Crédito – Mercado Interno no valor de R\$ 474.077 mil.

## 4.2 Receitas

A receita representa os recursos que garantem o cumprimento das obrigações do Estado, por este motivo, é importante a exploração adequada da base econômica da localidade para manter a condição do governo favorável. A análise a seguir verificará se as receitas são:

- Devidamente estimadas no início e durante o ano;

- Crescentes com relação à inflação e sua base econômica;
- Diversificadas de forma que o governo não seja totalmente dependente de transferências de esferas governamentais superiores; e
- Recebidas de forma eficiente.

#### 4.2.1 Categoria e origem das receitas orçamentárias

A Tabela 29 apresenta a previsão e a arrecadação das receitas do Estado do Ceará por categoria e origem no exercício de 2022, com os respectivos valores absolutos e percentuais.

**Tabela 29 – Receitas por categoria e origem**

(R\$ 1.000,00)

Categoria / Origem	Prevista	Realizada	Percentual Realizado	Participação no Total (%)
<b>Receita Corrente</b>	<b>28.663.010</b>	<b>31.842.797</b>	<b>111,09%</b>	<b>97,60%</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.440.719	13.845.908	111,30%	42,44%
Contribuições	1.183.354	1.335.006	112,82%	4,09%
Receita Patrimonial	602.580	1.269.976	210,76%	3,89%
Receita Agropecuária		9	0,00%	0,00%
Receita de Serviços	295.495	391.015	132,33%	1,20%
Transferências Correntes	13.476.420	14.242.628	105,69%	43,65%
Outras Receitas Correntes	664.441	758.256	114,12%	2,32%
<b>Receita de Capital</b>	<b>2.062.348</b>	<b>783.845</b>	<b>38,01%</b>	<b>2,40%</b>
Operações de Crédito	1.396.009	593.505	42,51%	1,82%
Alienação de Bens	74	93	125,70%	0,00%
Outras Receitas de Capital			0,00%	0,00%
Transferências de Capital	646.925	183.712	28,40%	0,56%
Amortização de Empréstimos	19.340	6.536	33,80%	0,02%
<b>Total Geral</b>	<b>30.725.358</b>	<b>32.626.642</b>	<b>106,19%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Siafé-SEFAZ

A Receita Corrente obteve um percentual de 111,09% de realização, sendo 11,09% acima do previsto. As Receitas com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria e Transferências Correntes, com respectivos 4,09% e 3,89% de participação no total das receitas, são as principais origens de receita realizada do governo.

Por outro lado, a Receita de Capital realizou apenas 38,01% da receita prevista, porcentagem inferior à de 2021, quando realizou 46,36%. As duas

principais origens, Operações de Crédito e Transferências de Capital, receberam 42,51% e 28,40%, respectivamente da previsão, montando uma frustração de receita de R\$ 1.265.717 mil nessas duas origens.

#### 4.2.2 Origens de receita orçamentária

A Tabela 30 apresenta a evolução das principais origens de Receita, levando em consideração informações dos três últimos anos.

**Tabela 30 – Evolução das principais Origens de Receita**

(R\$ 1.000,00)

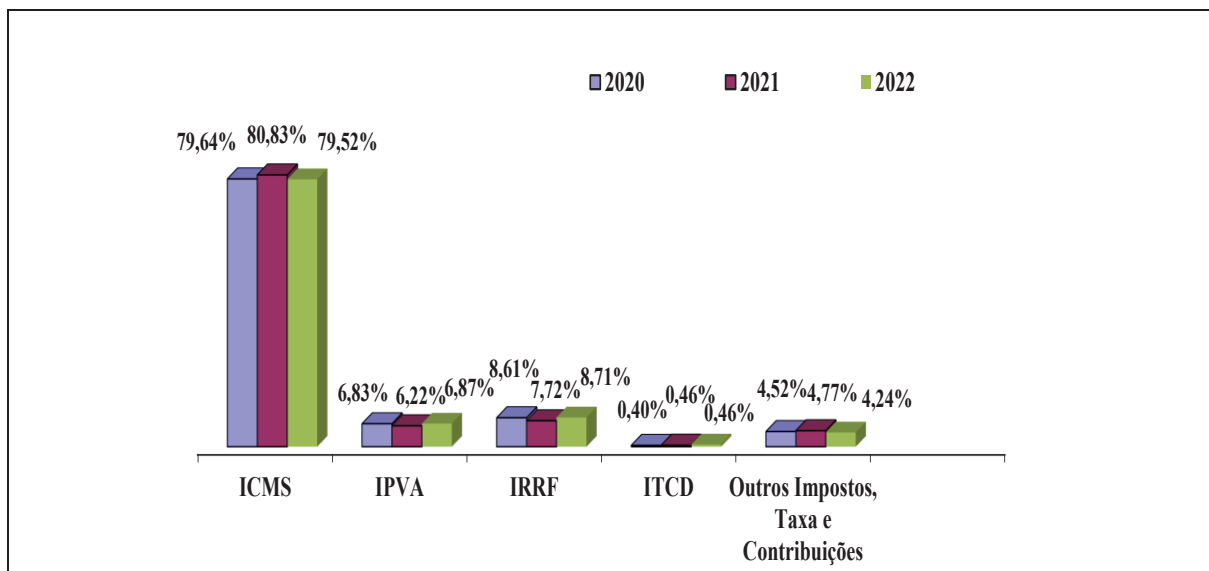
Recurso Espécie	Receita Arrecadada			Acréscimo (%)		
	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021	2022/2020
<b>Origens de Receita</b>						
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.232.659	17.048.213	13.845.908	19,78%	-18,78%	- 2,72%
Transferências Correntes	10.313.601	11.161.122	14.242.628	8,22%	27,61%	38,10%
Operações de Crédito	1.464.765	1.406.915	593.505	- 3,95%	-57,82%	-59,48%
Outras Receitas Correntes	721.072	707.415	758.256	- 1,89%	7,19%	5,16%
Transferências de Capital	204.770	189.328	183.712	- 7,54%	- 2,97%	-10,28%
Contribuições	965.728	1.163.672	1.335.006	20,50%	14,72%	38,24%
Receita Patrimonial	299.742	477.513	1.269.976	59,31%	165,96%	323,69%
Demais Origens de Receita	223.913	324.868	397.653	45,09%	22,40%	77,59%
<b>Total das Receitas</b>	<b>28.426.251</b>	<b>32.479.046</b>	<b>32.626.642</b>	<b>14,26%</b>	<b>0,45%</b>	<b>14,78%</b>

Fonte: Siasf-SEFAZ

Nos últimos três anos, houve crescimento de 14,78% da receita total do Estado, frente à inflação acumulada dos últimos três anos de 22,30%, representando uma perda de 6,15%. A Receita com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria apresentou uma redução de 2,72%, entre 2020 e 2022, o que representa um recuo da receita de R\$ 386.751 mil em seu valor bruto. Cabe destacar, que a partir do exercício de 2022, as Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios que, até 2021, eram contabilizadas como despesas, passaram a ser contabilizadas como deduções das receitas. No exercício de 2022, as Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios foram no montante de R\$ 4.881.678 mil. Assim, se as receitas tivessem sido contabilizadas nos moldes dos anos anteriores, a receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria teria o valor de R\$ 18.727.586 mil e seu crescimento em relação à 2020 seria de 31,58%, superior à inflação do mesmo período. As transferências correntes se destacam pelo aumento de 38,10% do valor recebido entre 2020 e 2022.

As receitas de operações de crédito apresentaram uma redução de 59,48%, entre 2020 e 2022, passando de R\$ 1.464.765 mil, em 2020, para R\$ 593.505 mil em 2022. O Gráfico 5 apresenta a participação dos principais tributos na receita total do Estado do Ceará nos últimos três anos.

**Gráfico 5 – Participação dos principais Tributos em relação à Receita Total**



Fonte: Siafe SEFAZ

O ICMS apresenta maior participação na receita total do Estado, mantendo-se na faixa dos 79,64%, em 2020, e 79,52%, em 2022, revelando uma leve queda de 0,12%. O ITDC se manteve em próximo a 0,40%. O IPVA também apresentou um leve crescimento, passando de 6,83%, em 2020, para 6,87% em 2022.

### 4.3 Despesas

A condição financeira do Estado, sob a perspectiva das despesas, é avaliada pela pressão dos gastos, e essa é consequência do grau satisfação da comunidade quanto às suas necessidades. Sendo assim, o governo precisa decidir a quantidade e qualidade dos *outputs*, preço dos *inputs*, condições para prestação de serviços públicos, levando em conta sua capacidade financeira e operativa.

Na análise específica das despesas orçamentárias, os principais pontos a serem considerados são:

- Crescimento excessivo dos gastos comparado à receita ou riqueza da comunidade;
- Controle orçamentário ineficiente; e
- Crescimento excessivo em despesas que criam obrigações futuras.

#### 4.3.1 Categoria econômica e grupo de natureza das despesas

A Tabela 31 apresenta os valores autorizados e empenhados, referentes à Categoria e Grupo de Despesa no exercício de 2022.

**Tabela 31 – Participação das categorias e grupos de despesa orçamentária.**

(R\$ 1.000,00)

Categoria/Grupo	Autorizado (A)	Empenhado (B)	Execução Orçamentária (B/A)	Participação Total Empenhado
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>27.571.360</b>	<b>26.698.673</b>	<b>96,83%</b>	<b>83,10%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	15.463.682	15.149.089	97,97%	47,15%
Juros e Encargos da Dívida	864.274	855.326	98,96%	2,66%
Outras Despesas Correntes	11.243.404	10.694.258	95,12%	33,28%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>6.942.879</b>	<b>5.431.595</b>	<b>78,23%</b>	<b>16,90%</b>
Investimentos	5.296.871	3.835.032	72,40%	11,94%
Inversões Financeiras	195.443	155.870	79,75%	0,49%
Amortização da Dívida	1.450.564	1.440.693	99,32%	4,48%
<b>RESERVA DE CONTIGÊNCIAS</b>	<b>142.506</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Reserva de Contingência	142.506	0	0,00%	0,00%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>34.656.745</b>	<b>32.130.268</b>	<b>92,71%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Siafe-SEFAZ

As Despesas Correntes representam 83,10% do total de empenho do Estado, enquanto as Despesas de Capital participam com 16,90%. As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e Investimentos, com 47,15% e 11,94% de participação no total empenhado, representam as maiores despesas dentro de suas respectivas Categorias.

Os grupos das Despesas Correntes apresentam execução de 96,83% do autorizado, refletindo boa coordenação de planejamento e execução orçamentária. O Grupo Investimentos executou apenas 72,40% da dotação autorizada, o que em termos absolutos representa gasto R\$ 1.461.839 mil, menor que o orçado para o



ano. A execução dos Investimentos está ligada diretamente à realização das Operações de Crédito.

#### 4.3.2 Comparativo das despesas por poder

A Tabela 32 detalha as Despesas por Poder, comparando o percentual empenhado em relação ao total, nos últimos três anos.

**Tabela 32 – Despesas por Poder nos três últimos anos**

(R\$ 1.000,00)

Despesa por Poder	Despesa Realizada			Participação Total 2022	Variação (%)	
	2020	2021	2022		2022/2021	2022/2020
Executivo	24.500.455	28.613.216	29.049.362	90,41%	1,52%	18,57%
Judiciário	1.173.818	1.201.840	1.444.690	4,50%	20,21%	23,08%
Legislativo	664.992	738.949	902.258	2,81%	22,10%	35,68%
Ministério Público	411.591	434.642	520.860	1,62%	19,84%	26,55%
Executivo Autônomo	163.665	176.805	213.098	0,66%	20,53%	30,20%
<b>TOTAL</b>	<b>26.914.521</b>	<b>31.165.451</b>	<b>32.130.268</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,10%</b>	<b>19,38%</b>

Fonte: Siasf-SEFAZ

Com participação de 90,41% das despesas totais do Estado, em 2022, o Poder Executivo obteve um crescimento das despesas de 18,57% nos últimos três anos, fator próximo em relação ao aumento de 19,38% das despesas totais do Estado no mesmo período.

Os Poderes Judiciário e Legislativo apresentaram incremento, entre 2020-2022, acima do percentual geral. Já o Poder Executivo Autônomo, representado pela Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE), teve um incremento de 30,20% no período de 2020-2022.

#### 4.3.3 Elementos de despesa

A classificação das despesas por elementos indica o detalhamento com a finalidade de identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, material de consumo etc.

#### 4.3.3.1 Elementos de despesa – Pessoal e Encargos Sociais

A Tabela 33 mostra o detalhamento dos 5 elementos de Despesa de maior valor, nos três últimos anos, referentes ao grupo de Despesa Pessoal e Encargos Sociais.

**Tabela 33 – Principais elementos de despesa do grupo Pessoal e Encargos Sociais**

(R\$ 1.000,00)

Grupo - Pessoal e Encargos Sociais	Despesa Realizada			Participação	Variação (%)		
	Análise de Elementos de Despesa	2020	2021		2022	Total 2022	2022/2021
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.630.924	5.968.905	7.459.696	49,24%		24,98%	32,48%
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	2.869.884	2.880.690	3.485.869	23,01%		21,01%	21,46%
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	1.580.470	1.673.422	2.031.792	13,41%		21,42%	28,56%
Pensões	844.476	920.637	982.008	6,48%		6,67%	16,29%
Contratação por Tempo Determinado	496.565	482.197	609.698	4,02%		26,44%	22,78%
<b>TOTAL</b>	<b>10.082.619</b>	<b>10.524.420</b>	<b>14.569.063</b>	<b>85,66%</b>		<b>38,43%</b>	<b>44,50%</b>

Fonte: Sinfé-SEFAZ

Os 5 principais elementos de despesa Pessoal e Encargos Sociais representam R\$ 14.569.063 mil de um total de R\$ 15.149.089 mil empenhado nesse Grupo em 2022. A Despesa de Pessoal e Encargos Sociais obteve o maior valor realizado dentro da Categoria de Despesas Correntes. No comparativo dos três últimos anos, os 5 elementos desse grupo de Despesa obtiveram um crescimento de 44,50%, em relação a 2020, e 38,43% em relação a 2021.

O elemento Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil possui o maior volume dos gastos nesse Grupo. O referido elemento cresceu 24,98%, entre 2021 e 2022, e 32,48% nos últimos três anos. Esse crescimento ocorreu devido melhorias em diversas categorias, entrada de concursados e reajuste de acordo com a inflação.

#### 4.3.3.2 Elementos de despesa – Outras Despesas Correntes

A Tabela 34 detalha os cinco principais elementos de Despesa de maior valor nos três últimos anos referentes ao Grupo de Outras Despesas Correntes.

## Tabela 34 – Principais elementos de despesa do grupo Outras Despesas Correntes

(R\$ 1.000,00)

Grupo - Outras Despesas Correntes	Despesa Realizada			Participação	Variação (%)	
	2020	2021	2022		Total 2022	2022/2021
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.709.194	1.747.746	2.163.493	20,23%	23,79%	-41,67%
Contrato de Gestão			1.441.469	13,48%		
Locação de Mão-de-Obra	980.725	1.068.863	1.209.160	11,31%	13,13%	23,29%
Material de Consumo	570.663	815.523	823.523	7,70%	0,98%	44,31%
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	863.940	961.260	783.556	7,33%	-18,49%	- 9,30%
<b>TOTAL</b>	<b>6.124.521</b>	<b>4.593.391</b>	<b>6.421.202</b>	<b>60,04%</b>	<b>39,79%</b>	<b>4,84%</b>

Fonte: Siasf-SEFAZ

A Tabela 34 demonstra aumento das principais despesas do Grupo Outras Despesas Correntes, tendo crescido 4,84%, nos últimos três anos, e 39,79% entre 2021 e 2022. Vale ressaltar, que, no exercício de 2022, as Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios que eram contabilizadas no grupo de Outras Despesas Correntes passaram a ser lançadas como dedução da receita. Caso tivessem sido lançadas no grupo de despesas correntes teriam um impacto elevado, pois seu montante foi de R\$ 4.881.678 mil, aumentando a variação.

Os elementos Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização apresentaram, respectivamente, alterações de 23,79% e -18,49% entre 2021 e 2022. No mesmo período, as despesas com Locação de Mão-de-Obra tiveram um incremento de 13,13%.

### 4.3.3.3 Elementos de despesa – Investimentos

A Tabela 35 detalha os cinco principais elementos de Despesa de maior valor referente ao grupo de Investimentos.

**Tabela 35 – Principais elementos de despesa do grupo Investimentos**

(R\$ 1.000,00)

Grupo - Investimentos	Despesa Realizada			Participação	Variação (%)	
	2020	2021	2022		Total 2022	2022/2021
Obras e Instalações	1.346.327	1.445.135	1.385.693	12,96%	- 4,11%	2,92%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	220.480	580.107	772.796	7,23%	33,22%	250,51%
Equipamentos e Material Permanente	322.872	826.240	733.157	6,86%	-11,27%	127,07%
Auxílios	191.347	232.992	536.625	5,02%	130,32%	180,45%
Indenizações e Restituições	27.140	137.057	121.578	1,14%	-11,29%	347,96%
<b>TOTAL</b>	<b>2.108.167</b>	<b>3.221.531</b>	<b>3.549.849</b>	<b>33,19%</b>	<b>10,19%</b>	<b>68,39%</b>

Fonte: Sinf-SEFAZ

Na Tabela 35 é demonstrado que os 5 principais elementos de despesa do grupo Investimentos executaram 72,40% da dotação atualizada para o ano de 2022, significando uma aplicação de R\$ 1.461.839 mil a menor do que o previsto. O elemento de despesa referente a Obras e Instalações (1.385.693 mil) foi responsável pelo maior volume executado no grupo, com um percentual de 36,13% do total de R\$ 3.835.032 mil da despesa realizada no Grupo.

#### 4.3.4 Despesa por função

De acordo com a Portaria nº42/1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, a função é o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público. A Tabela 36 apresenta a execução da Despesa por Função.

**Tabela 36 – Despesas por Função empenhadas**

(R\$ 1.000,00)

Grupo de Funções	Despesa Realizada			Participação Total 2022	Variação (%)	
	2020	2021	2022		2022/2021	2022/2020
Administração	1.117.379	1.163.140	1.377.353	4,29%	18,42%	23,27%
Agricultura	317.436	420.493	394.492	1,23%	- 6,18%	24,27%
Assistencia Social	316.771	518.463	649.657	2,02%	25,30%	105,09%
Ciencia E Tecnologia	72.722	94.927	157.546	0,49%	65,96%	116,64%
Comercio E Servicos	48.186	90.681	91.145	0,28%	0,51%	89,15%
Comunicacoes	82.732	133.655	180.924	0,56%	35,37%	118,69%
Cultura	180.236	220.581	319.440	0,99%	44,82%	77,23%
Desporto E Lazer	22.571	48.186	100.362	0,31%	108,28%	344,65%
Direitos Da Cidadania	233.269	270.367	332.128	1,03%	22,84%	42,38%
Educao	3.081.562	4.099.434	5.128.100	15,96%	25,09%	66,41%
Encargos Especiais	5.563.445	6.646.092	2.812.138	8,75%	-57,69%	-49,45%
Energia	4.126	10.466	86.120	0,27%	722,88%	1987,46%
Essencial A Justica	484.164	510.760	609.542	1,90%	19,34%	25,90%
Gestao Ambiental	324.683	279.634	376.904	1,17%	34,78%	16,08%
Habitacao	19.503	26.441	30.326	0,09%	14,70%	55,49%
Industria	11.998	25.814	16.646	0,05%	-35,51%	38,75%
Judiciaria	1.173.818	1.201.840	1.444.690	4,50%	20,21%	23,08%
Legislativa	652.738	726.654	891.524	2,77%	22,69%	36,58%
Organizacao Agraria	11.256	13.563	29.547	0,09%	117,85%	162,50%
Previdencia Social	3.721.007	3.817.693	4.475.615	13,93%	17,23%	20,28%
Saneamento	74.357	115.333	208.569	0,65%	80,84%	180,50%
Saude	4.534.952	5.091.484	5.803.788	18,06%	13,99%	27,98%
Seguranca Publica	3.045.583	3.335.784	4.186.300	13,03%	25,50%	37,45%
Trabalho	33.553	106.724	115.269	0,36%	8,01%	243,55%
Transporte	1.400.218	1.516.212	1.751.423	5,45%	15,51%	25,08%
Urbanismo	386.257	681.031	560.721	1,75%	-17,67%	45,17%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>26.914.521</b>	<b>31.165.451</b>	<b>32.130.268</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,10%</b>	<b>19,38%</b>

Fonte: Siafé-SEFAZ

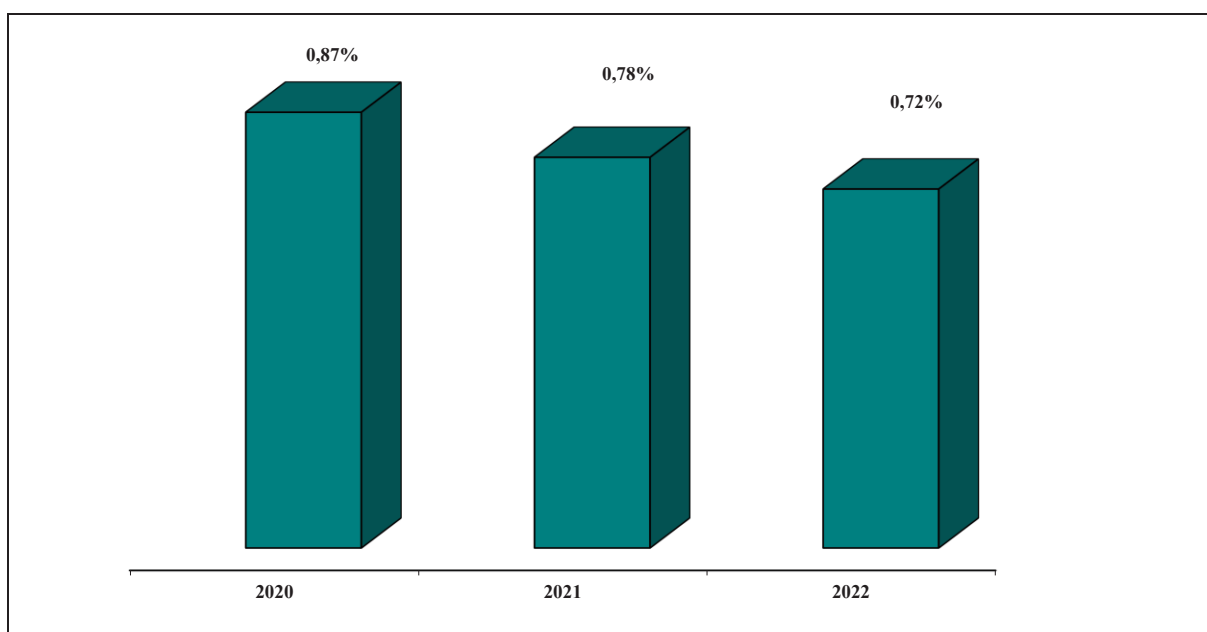
Destacam-se, na Tabela 36, as funções com orçamento acima de R\$ 1.000.000 mil, em 2022, sendo: Administração, Educação, Encargos Especiais, Judiciária, Previdência Social, Saúde, Segurança Pública e Transporte. Dentre essas, a Educação apresentou o maior incremento, 66,41% entre 2020 e 2022. No total das funções, o incremento foi de 19,38% entre 2020 e 2022.

#### 4.3.5 Despesas de exercícios anteriores (DEA)

O Indicador do DEA em relação à Despesa Total demonstra a qualidade do planejamento. Como as despesas com DEA são aquelas que ocorrem sem o registro de empenho no exercício em que ocorreu a despesa, não utilizando o orçamento da época própria, quanto maior for esse indicador, maior será a fragilidade no controle das despesas orçamentárias. A STN apresentou esse indicador, em seu Boletim das Finanças Públicas, editado no final de 2016 e calculou, em relação às capitais brasileiras, uma média de 1,82%.

O Gráfico 6 apresenta o Indicador de DEA do Poder Executivo do Estado do Ceará dos últimos três anos, demonstrando uma redução do seu percentual que passa de 0,87%, em 2020, para 0,72% em 2022. Essa melhora expressiva do indicador ocorre devido à melhoria na gestão dos recursos graças ao trabalho intenso do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (COGERF) no controle das despesas e da conscientização da necessidade de melhor planejamento pelos órgãos. Porém, ainda é necessário reduzir ao máximo essa porcentagem, sendo, caso necessário, propor consequências aos gestores que não assumirem esse compromisso.

**Gráfico 6 - Indicador de DEA em relação à Despesa Total - Poder Executivo**



Fonte: Siafe-SEFAZ

A Tabela 37 destaca as principais fontes utilizadas para empenho dos DEA no poder executivo.

**Tabela 37 - Aplicação de recursos de DEA por fonte - Poder Executivo**

(R\$ 1.000,00)

Fonte	ANO						
	2020	% de Participação	2021	% de Participação	2022	% de Participação	2022/2020
Tesouro	169.510	72,36%	175.291	79,02%	215.152	93,44%	26,93%
Convênios Federais	9.043	3,86%	4.454	2,01%	5.365	2,33%	-40,68%
Operações de Crédito	26.679	11,39%	8.390	3,78%	5.445	2,36%	-79,59%
SUS	7.013	2,99%	13.175	5,94%	3.891	1,69%	-44,52%
Diversas Fontes	22.023	9,40%	20.520	9,25%	409	0,18%	-98,14%
<b>TOTAL</b>	<b>234.268</b>	<b>100,00%</b>	<b>221.830</b>	<b>100,00%</b>	<b>230.262</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1,71%</b>

Fonte: Sinf-SEFAZ

Entre os anos de 2020 e 2022, constata-se uma variação de -1,71% de gastos com DEA, representando redução nominal no montante de R\$ 4.006 mil dessa despesa no período. Apesar da fonte Tesouro, com o maior volume de recursos (93,44%), apresentou um aumento de despesas com DEA, em 2022, em relação a 2020 de 26,93%, porém, a redução em outras fontes compensou esse aumento de volume. A Tabela 38 apresenta as Secretarias que mais empenharam DEA nos últimos três anos no Poder Executivo.

**Tabela 38 - Aplicação de recursos de DEA por Secretaria - Poder Executivo**

(R\$ 1.000,00)

Secretarias	ANO						
	2020	% de Participação	2021	% de Participação	2022	% de Participação	2022/2020
SEINFRA	58.539	24,99%	24.870	11,21%	15.761	6,85%	-73,08%
SEDUC	57.288	24,45%	47.129	21,25%	34.279	14,89%	-40,16%
SESA	46.933	20,03%	62.891	28,35%	55.828	24,25%	18,95%
SAP	16.815	7,18%	14.660	6,61%	10.462	4,54%	-37,78%
SCIDADES	9.048	3,86%	7.114	3,21%	55.334	24,03%	511,56%
SRH	5.505	2,35%	6.552	2,95%	2.650	1,15%	-51,86%
SECITECE	5.465	2,33%	1.198	0,54%	6.392	2,78%	16,96%
DIVERSAS SECRETARIAS	34.675	21,06%	57.416	16,95%	49.556	16,95%	42,91%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>234.268</b>	<b>100,00%</b>	<b>221.830</b>	<b>100,00%</b>	<b>230.262</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1,71%</b>

Fonte: Siaf-SEFAZ

A SEINFRA apresentava o maior volume de DEA empenhado em 2020, mas vem reduzindo seu montante e, em 2022, foi de R\$ 15.761 mil, com uma redução de 73,08% em relação a 2020. No entanto, a SESA apresentou um maior volume de DEA (18,95%), aumentou seu montante de R\$ 46.933, em 2020, para R\$ 55.828 em

2022, indo no sentido inverso das outras secretarias. A SEDUC, no ano de 2020, apresentou o segundo maior volume de DEA (24,45%), com uma redução dos valores entre 2020 e 2022 em 40,16%. A secretaria que apresentou a maior redução percentual, entre 2020 e 2022, foi a SRH, que, em 2020, teve um montante de R\$ 5.505 mil, para o valor de R\$ 2.650 mil em 2021, resultando numa redução de 51,86%. Pode-se destacar, ainda, a SCIDADES, que, em 2020, executou R\$ 9.048 mil de DEA, tendo reduzido para R\$ 7.114 mil, em 2021, e, em 2022, teve o maior incremento, apresentando o montante de R\$ 55.334 mil, representando um crescimento de 511,56%.

#### 4.3.6 Contratos de gestão

Os Contratos de Gestão são instrumentos firmados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo para a descentralização das atividades e serviços previstos na Lei Estadual nº12.781/97, que disciplina a relação entre o Poder Público Estadual e as entidades qualificadas como Organizações Sociais. A Tabela 39 demonstra a disposição dos recursos por fonte aplicados em Contratos de Gestão no Poder Executivo.

**Tabela 39 - Aplicação de recursos por Fonte**

(R\$ 1.000,00)

FONTES	2020	% de Participação	2021	% de Participação	2022	% de Participação	2022/2020
Tesouro	598.861	55,76%	741.646	56,65%	1.234.268	74,03%	106,10%
Convênios Federais	2.211	0,21%	1.345	0,10%	850	0,05%	-61,56%
SUS	322.701	30,05%	419.139	32,02%	280.489	16,82%	-13,08%
FECOP	116.220	10,82%	61.812	4,72%	14.677	0,88%	-87,37%
Diversas Fontes	34.057	3,17%	85.218	6,51%	136.904	8,21%	301,99%
<b>TOTAL</b>	<b>1.074.050</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.309.160</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.667.188</b>	<b>100,00%</b>	<b>55,22%</b>

Fonte: Sinfé-SEFAZ

Segundo a Tabela 39 as aplicações de recursos por Contrato de Gestão, nos últimos três anos, apresentaram um crescimento de 55,22%. Das quatro principais fontes de aplicação em Contrato de Gestão, o Tesouro apresentou, em 2022, a participação de 74,03% e um crescimento de 106,10% entre 2020-2022. A segunda fonte em volume de recursos foi o SUS (91), com uma participação de 16,82% do total aplicado, demonstrando uma redução de 13,08% nos gastos entre 2020-2022. Por outro lado, verificou-se uma redução na utilização dos recursos do Fecop, que,



em 2022, representou 0,88% do total, com uma redução de 87,37% no período de 2020 a 2022.

A Tabela 40 apresenta os gastos com Contratos de Gestão por Secretaria no poder Executivo.

**Tabela 40 – Gastos com Contratos de Gestão por Secretaria – Poder Executivo**

(R\$ 1.000,00)

Secretarias / Despesas	2020	% de Participação	2021	% de Participação	2022	% de Participação	2022/2020
SESA	848.670	78,98%	1.043.356	79,70%	1.275.813	76,52%	50,33%
SEDUC	100.732	9,37%	100.000	7,64%	120.000	7,20%	19,13%
S D A	34.772	3,24%	56.266	4,30%	76.799	4,61%	120,86%
SECULT	40.665	3,78%	50.138	3,83%	117.479	7,05%	188,89%
SDE	19.284	1,79%	18.759	1,43%	20.867	1,25%	8,21%
SECITECE	15.070	1,40%	16.413	1,25%	20.545	1,23%	36,34%
SESPORTE	6.005	0,56%	8.000	0,61%	0	0,00%	-
SCIDADES	5.840	0,54%	7.700	0,59%	13.314	0,80%	127,99%
SRH	3.013	0,28%	3.511	0,27%	4.646	0,28%	54,20%
SEMA	500	0,05%	5.017	0,38%	17.726	1,06%	3445,27%
<b>TOTAL</b>	<b>1.074.551</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.309.160</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.667.188</b>	<b>100,00%</b>	<b>55,15%</b>

Fonte: Siafe-SEFAZ

Segundo a Tabela 40, os contratos de gestão apresentaram um crescimento de 55,15%, entre 2020 e 2022, sendo a SESA a secretaria que mais utiliza desse tipo de contrato. A SESA foi responsável por 76,52% do total de despesas com Contratos de Gestão, em 2022, com uma variação de 50,33% de 2020 a 2022. A SEDUC é a segunda secretaria com maior volume da execução de Contratos de Gestão, com 7,20%, em 2022, e uma elevação de 19,13% de 2020 a 2022. A SECULT representou 7,05%, em 2022, tendo apresentado o crescimento de 188,89% de 2020 a 2022.

## **5 GESTÃO FISCAL**

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados dos exames realizados nos demonstrativos integrantes do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e seus respectivos anexos, do período de janeiro a dezembro de 2022. A análise visa verificar a conformidade com os padrões estabelecidos pela Portaria nº. 924, de 08.07.2021, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que aprovou a 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, bem como o levantamento dos valores integrantes desses anexos nos sistemas corporativos do Estado.

### **5.1 Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal**

O art. 52 da LRF determina que o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, sendo publicado pelo Poder Executivo até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, conforme determina a Constituição Federal, em seu § 3º do art. 165. O RREO deve ser composto por duas peças básicas e de alguns demonstrativos de suporte. As peças básicas são: o Balanço Orçamentário, cuja função é especificar, por categoria econômica, as receitas e as despesas, e o Demonstrativo de Execução das Receitas (por categoria econômica e fonte) e das Despesas (por categoria econômica, grupo de natureza, função e subfunção).

O art. 54 da LRF define que, ao final de cada quadrimestre, será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu art. 20, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, abrangendo todas as variáveis imprescindíveis à consecução das metas fiscais e à observância dos limites fixados para as despesas e dívida. O § 2º do art. 55 estabelece que o relatório seja publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

A SEFAZ publicou os demonstrativos do RREO e RGF no Diário Oficial do Estado - DOE do dia 30 de janeiro de 2023 e ocorreu a republicação dos

demonstrativos em 27 de março de 2023. Além da citada publicação foram utilizados para as análises realizadas neste capítulo dados dos sistemas corporativos da SEFAZ e SEPLAG.

## **5.2 Indicadores fiscais e legais**

Neste item são apresentados os indicadores fiscais do RGF e RREO, bem como os indicadores constitucionais e legais, dos últimos três anos, para propiciar uma melhor visão do cenário no período, conforme a Tabela 41. Nos itens seguintes cada indicador foi analisado com detalhe para melhor entendimento da sua evolução e particularidades.

**Tabela 41 - Indicadores Fiscais e Legais**

INDICADORES LEGAIS E FISCAIS PARA ACOMPANHAMENTO						
INDICADOR	PERIODICIDADE	LEGISLAÇÃO	LIMITES	RESULTADOS DO ANO DE 2020	RESULTADOS DO ANO DE 2021	RESULTADOS DO ANO DE 2022
Receitas e Despesas com Saúde	BIMESTRAL	Lei Complementar nº 141/2012, art. 6º	Mínimos de 12% da Receita Líquida de Impostos e Transferências	16,54%	15,680%	16,980%
Receitas e Despesas com Manutenção e desenvolvimento do Ensino - MDE	BIMESTRAL	Constituição Federal/88, art. 212 e Constituição Estadual/1989, art. 216	Mínimos de 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências	27,10%	26,07%	26,11%
Aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração dos professores	ANUAL	Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020	Lei Federal: mínimo de 60% e Lei Estadual: mínimo de 80% a partir de 2013 até 2020; A partir de 2021 só Lei Federal nº 14.113/20 de 70%	92,24%	70,51%	80,85%
Receita Corrente Líquida (RCL)	BIMESTRAL	Resolução do Senado Federal nº 40, Art. 2º e Lei Complementar nº 101/2000, art. 2, Inciso IV.	-	RS22.028.314.984	RS25.170.813.561	RS30.383.651.351
Despesa com Pessoal	QUADRIMESTRAL	Constituição Federal/88, art. 169 e Lei Complementar nº 101/2000, art. 19 e 20	Máximo de 48,60% da RCL e Prudencial de 46,17% da RCL	40,55%	39,01%	42,83%
Dívida Consolidada Líquida	QUADRIMESTRAL	Resolução do Senado nº 43/2001, art. 3º, inciso I	Máximo de 200% da RCL	54,42%	44,13%	33,86%
Operações de Crédito	QUADRIMESTRAL	Resolução do Senado nº 43/2001, art. 9º	Máximo de 16% da RCL	6,66%	5,59%	1,95%
Serviço da Dívida	ANUAL	Resolução do Senado nº 43/2001, art. 7º, inciso I e Parágrafo 5º	Máximo de 11,5% da RCL	6,67%	6,86%	7,56%
Garantias e Contragarantias de Valores	QUADRIMESTRAL	Resolução do Senado nº 43/2001, art. 7º, inciso I	Máximo de 22% da RCL	1,08%	0,90%	0,61%
Regra de Ouro	Annual	Constituição Federal, art. 167, inciso III	Operações de Crédito não podem exceder o montante das Despesas de Capital	-RS2.284.416.705	-RS3.592.130.034	-RS4.855.138.456
Resultado Primário	BIMESTRAL	LDO 2019 (Lei nº. 16.613, de 18 de julho de 2018)	RS491.590.000	RS2.396.769.665	RS2.655.080.082	RS795.370.305
Resultado Nominal	BIMESTRAL	LDO 2019 (Lei nº. 16.613, de 18 de julho de 2018, alterada pela Lei nº. 17.159, de 27 de dezembro de 2019)	RS 143.744.000	-RS 978.452.442	RS 865.299.252	RS 891.064.338
Parcerias Público-Privadas (PPP)	ANUAL	Lei nº. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, com redação alterada pelas Leis nº. 12.024, de 2009, e nº. 12.766, de 2012	Máximo de 5% da RCL	0,21%	0,19%	0,19%
Investimentos no Interior	ANUAL	Art. 210, Constituição Estadual, A Lei de Orçamento do Estado observará, para investimentos do setor público estadual do Interior, dotação nunca inferior a cinquenta por cento do valor global consignado para esse fim. Parágrafo único. Excluem-se da classificação de Municípios do Interior, para fins do caput deste artigo, os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza.	50% dos Investimentos para os municípios do interior do Estado, excluindo-se desses municípios os integrantes da Região Metropolitana.	44,78%	45,91%	45,43%
Aplicação de Recursos na FUNCAP	ANUAL	Art. 258, Constituição Estadual, o Estado manterá uma fundação de amparo à pesquisa, para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, atribuindo-lhe dotação mínima, correspondente a dois por cento da receita tributária como renda de sua administração privada.	2,00% da Receita de Impostos Líquida	0,7313%	0,7010%	0,8606%
Investimentos	ANUAL	LDO 2022 (Lei nº. 17.573, de 23 de julho de 2021) ficou estabelecido como meta anual de investimentos para o exercício de 2022 a média dos valores empenhados nos grupos de natureza da despesa 4 – Investimentos e 5 – Inversões Financeiras, nas fontes 00 – Recursos Ordinários e 10 – Fecop, nos últimos 4 (quatro) exercícios anteriores à vigência desta Lei.	Valor mínimo é RS 1454.314.226,00	RS 1.288.773.089,78	RS 2.536.370.905,97	RS 1.394.099.068,78

Fonte: Sufe-SEFAZ

### 5.2.1 Despesas com ações e serviços públicos de saúde

O art. 198 da Constituição Federal, § 2º e §3º, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos em saúde. No caso dos Estados e do Distrito Federal, a Lei Complementar nº. 141/12 estabeleceu o percentual mínimo de 12% da Receita Livre de Impostos e Transferências (RLIT), resultado do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, e os incisos I e II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios. A Tabela 42 apresenta os dados sobre as despesas com saúde em 2022.

**Tabela 42 - Despesas com Saúde/Receita Líquida de Impostos e Transferências**

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2022	%
<b>I. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (RLIT)</b>	<b>26.671.650.158,61</b>	<b>100,00%</b>
ITCD	141.359.242	0,53%
ICMS	17.124.667.700	64,21%
IPVA	1.479.627.511	5,55%
IRRF	1.876.137.910	7,03%
(+) Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	10.916.511.147	40,93%
(-) Transferências a Municípios	(4.866.653.352)	-18,25%
<b>II. Despesas Total por Subfunção</b>	<b>4.528.247.844,51</b>	<b>100,00%</b>
. Atenção Básica	371.799.419	8,21%
. Assistência Hospitalar e Ambiental	3.561.833.871	78,66%
. Suporte Profilático e Terapêutico	25.448.335	0,56%
. Vigilância Sanitária	0	0,00%
. Vigilância Epidemiológica	51.158.742	1,13%
. Alimentação e Nutrição	0	0,00%
. Outras Subfunções	518.007.477	11,44%
<b>III. % DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE SOBRE A RLIT</b>	<b>16,98%</b>	
. Percentual Mínimo a Aplicar	12,00%	
. Percentual Aplicado Além do Mínimo	4,98%	
<b>IV. VALOR APLICADO ALÉM DO MÍNIMO</b>	<b>1.327.649.825</b>	

Fonte: Siafe-SEFAZ

De acordo com o demonstrativo acima, o Estado aplicou 16,98% da RLIT em despesas próprias de saúde, atendendo ao limite mínimo de 12% estabelecido na supracitada legislação, ultrapassando o percentual em 4,98%, o que equivale a um valor de R\$ 1.327.649.825.

E ainda, a Tabela 42 apresenta itens de despesas excluídos em conformidade com o Acórdão TCE nº. 546 de 2018, totalizando R\$ 211.185.412,49, composto por:

- R\$ 5.057.874,76 (Material de Assistência Social);
- R\$ 4.020.075,66 (Fornecimento de Alimentação);
- R\$ 84.156,89 (Multas sobre Obrigações Tributárias e Contributivas Federais);
- R\$ 17.562.522,97 (Indenizações e Restituições);
- R\$ 184.283.054,94 (Indenizações);
- R\$ 1.557,60 (Anuidades Associativas);
- R\$ 170.454,17 (Devolução de Saldos e Convênios); e
- R\$ 5.715,50 (Multas Indedutíveis).

O Gráfico 7 e a Tabela 43 apresentam os percentuais aplicados da RLIT em despesas próprias de saúde nos últimos cinco anos, evidenciando que o Estado vem cumprindo e superando o limite mínimo de 12%, previsto na legislação.

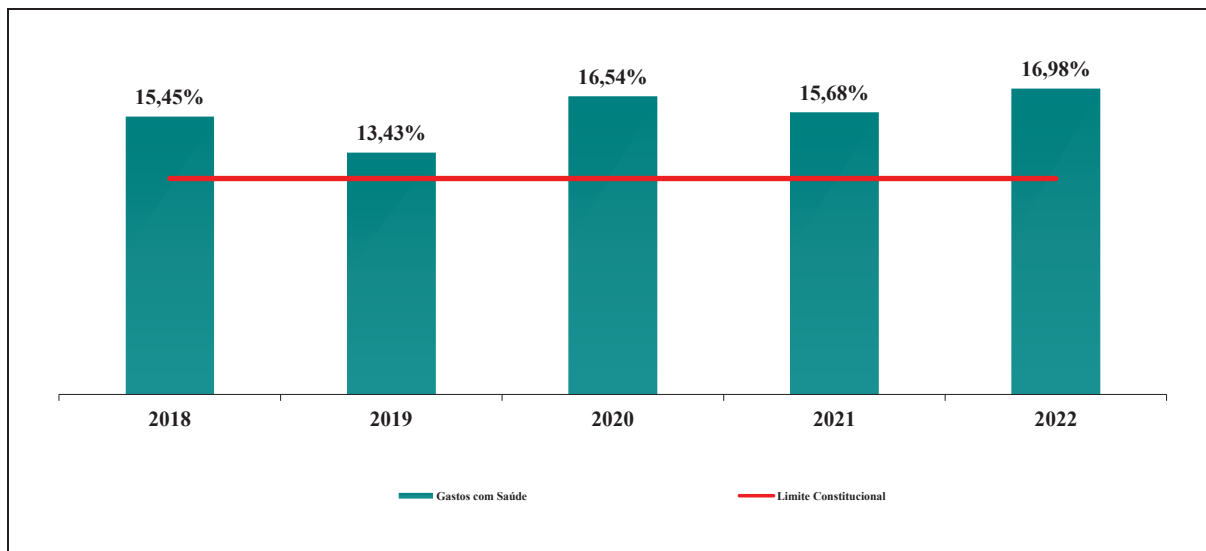
**Tabela 43 – Despesas com saúde do período de 2018 a 2022**

(Em R\$ 1,00)

Gastos com Saúde	2018	2019	2020	2021	2022
Gastos com Saúde	2.691.127.812	2.606.697.633	3.095.194.404	3.665.183.322	4.528.247.845
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Saúde	17.423.705.046	19.412.679.637	18.717.602.781	23.376.161.237	26.671.650.159
% Gastos com Saúde	15,45%	13,43%	16,54%	15,68%	16,98%
Limite Constitucional	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%

Fonte: Siafé-SEFAZ

**Gráfico 7 - Percentuais anuais de despesas aplicadas com Saúde**



Fonte: Siafe-SEFAZ

### **5.2.2. Despesas consórcios públicos de saúde**

A Portaria STN nº. 274, de 13 de maio de 2016, estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil em conformidade com a responsabilidade fiscal. No art. 11 da referida Portaria, foi estabelecido que os entes da federação consorciados devem apresentar no RGF o Demonstrativo da Despesa com Pessoal. No RREO, devem ser incluídos o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, cujos modelos são apresentados no Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, 12ª edição.

O Estado do Ceará possui consórcios públicos apenas na área da saúde e publicou os demonstrativos do RREO e RGF no Diário Oficial do Estado - DOE do dia 30 de janeiro de 2023 e ocorreu a republicação dos demonstrativos em 27 de março de 2023, em conformidade com o modelo apresentado do Manual da STN, conforme Tabela 44.

**Tabela 44 – Gastos com Consórcios Públicos de Saúde em 2022**

		R\$ 1,00
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO</b>	<b>VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO</b>	<b>DESPESAS COM PESSOAL</b>
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA IBIAPABA	5.092.963,15	2.947.806,16
CONSORCIO P DE S DA MICRO JUAZEIRO NORTE	6.590.606,94	3.703.999,20
CONSORCIO PUB DE SAUDE DA MICRO RUSSAS	4.417.371,35	2.545.032,71
CONS PUB DE SAUDE DO MACICO DE BATURITE	5.245.654,40	5.097.880,46
CONSORCIO PUB DE SAUDE DA MICRO DE CRATO	9.221.177,61	6.127.962,81
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DE ACARAU	4.447.286,37	2.194.706,74
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DE TAUÁ	9.216.660,47	1.380.465,02
CONSORCIO PUBLICO SAUDE DA MICRO SOBRAL	6.660.905,07	2.751.114,70
CONSOR PUBLICO DE SAUDE DE CAMOCIM	5.436.394,26	2.903.936,79
CISVALE	8.245.580,50	3.435.917,86
CONSORCIO PUBLICO DA MICROR DE CASCAVEL	6.097.373,35	2.899.671,93
CONSORCIO PUBL DE SAUDE MICRO ITAIPUOCA	4.363.372,36	2.421.834,83
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DE MARACANAU	9.330.502,19	4.408.931,45
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRO DE ARACATI	4.408.686,41	2.422.170,43
CONSORCIO PUB DE SAUDE MICRO BREJO SANTO	5.351.570,46	3.971.148,62
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ICÓ	5.795.390,74	1.872.364,13
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICRORREGIAO DE CANINDE	6.662.319,73	3.906.017,80
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICRORREGIÃO DE LIMOEIRO DO NORTE	4.833.158,41	2.687.573,42
CONSORCIO PUB DE SAUDE MICRO DE CRATEUS	4.959.942,14	2.790.288,59
CONSORCIO PUBLICO DE SAÚDE DA MICRO DE QUIXADÁ	4.646.372,30	2.750.858,02
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE IGUATU	4.673.030,94	2.878.676,51
<b>TOTAL</b>	<b>125.696.319,15</b>	<b>66.098.358,18</b>
Fonte: Siafe - SEFAZ		

### 5.2.3 Despesas com a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino

Os artigos 212, da Constituição Federal, e 216, da Constituição Estadual, determinam que o Estado deva aplicar, no mínimo, 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) na manutenção e desenvolvimento do ensino. De acordo com o demonstrativo de despesas com educação, apresentado na Tabela 45, o Estado aplicou 26,11% da RLIT em despesas próprias com educação, superando em 1,11% o limite mínimo estabelecido nas Constituições Federal e Estadual.



**Tabela 45 – Despesas com Educação**

(R\$ 1,00)

<b>RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS</b>	
<b>01. RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS</b>	<b>31.542.974.411,18</b>
Receita de Impostos	20.621.792.363,57
Receita de Transferências Constitucionais e Legais	10.921.182.047,61
<b>02. DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS</b>	<b>4.866.653.351,78</b>
Deduções de Transferidas aos Municípios	4.866.653.351,78
<b>03. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 - 2)</b>	<b>26.676.321.059,40</b>
<b>DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>	
<b>04. EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	<b>25.276.029,42</b>
<b>05. ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>117.165.430,79</b>
<b>06. ENSINO MÉDIO</b>	<b>1.034.389.347,78</b>
<b>07. ENSINO SUPERIOR</b>	<b>655.335.637,07</b>
<b>08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR</b>	<b>59.024.214,12</b>
<b>09. SUPERAVIT DE EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>168.252.525,52</b>
<b>10. DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO</b>	<b>1.878.508.590,49</b>
<b>11. CANCELAMENTO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISP. FIN. DE RECURSOS DE IMPOSTOS</b>	<b>17.690.142,56</b>
<b>12. RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>	<b>(3.046.211.966,59)</b>
<b>13. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (04+05+06+07+08+09+10-(11+12))</b>	<b>6.966.473.599,22</b>
<b>14. MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULT. DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (14 / 3)</b>	<b>26,11%</b>

Fonte: Siasfe-SEFAZ

Conforme exposto na Tabela 46 e no Gráfico 8, verifica-se que o Estado vem cumprindo e superando anualmente o percentual mínimo de aplicação em despesas com educação.

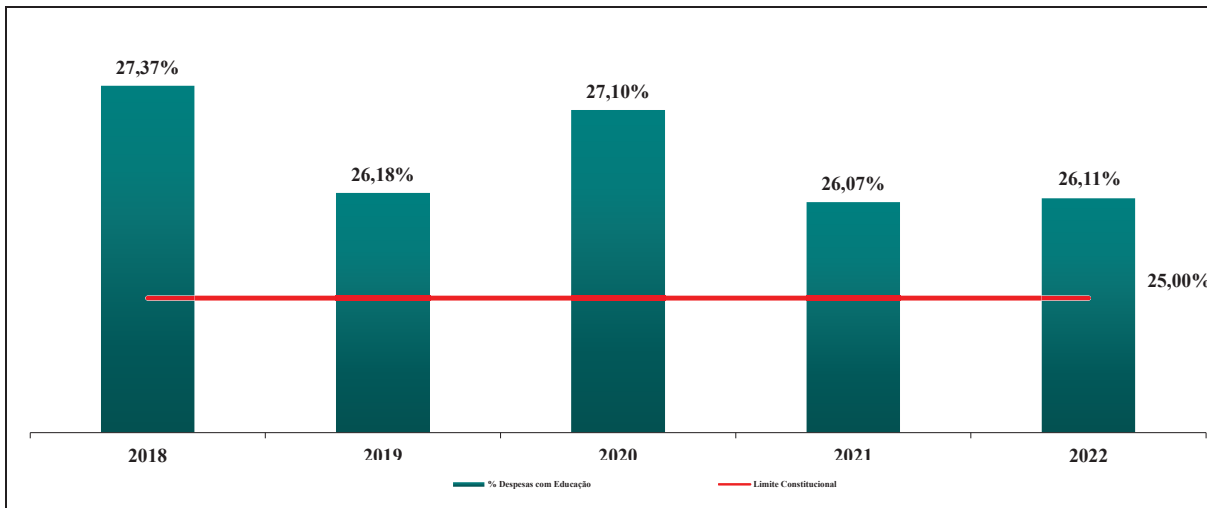
**Tabela 46 - Despesas com educação de 2018 a 2022**

(Em R\$ 1,00)

<b>Despesas com Educação</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>Despesas com Educação</b>	4.769.485.482	5.081.586.694	5.072.723.382	6.094.452.395	6.966.473.599
<b>Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Educação</b>	17.423.705.078	19.412.679.637	18.717.602.921	23.376.177.258	26.676.321.059
<b>% Despesas com Educação</b>	27,37%	26,18%	27,10%	26,07%	26,11%
<b>Limite Constitucional</b>	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%

Fonte: Siasfe-SEFAZ

### Gráfico 8 - Percentuais anuais de despesas aplicadas com Educação



Fonte: Siafe-SEFAZ

Para dar cumprimento ao estabelecido no Acórdão TCE nº. 546/2018, foram excluídos os gastos com educação de determinados itens de despesas, que, em 2022, totalizaram R\$ 85.727.853,45, conforme apresentado na Tabela 47.

### Tabela 47 – Itens de despesas excluídos dos gastos com a manutenção e desenvolvimento de ensino

R\$ 1,00

ITEM	TOTAL
Material distribuído gratuito	R\$ 2.849.654,22
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 73.919.563,59
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 230.842,90
Indenizações e Restituições	R\$ 8.606.306,22
Obrigações Tributárias e Contribuições	R\$ 121.486,52
<b>Total Geral</b>	<b>R\$ 85.727.853,45</b>

Fonte: Siafe-SEFAZ

#### *5.2.4 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB*

Segundo a 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais a execução do FUNDEB deve seguir a seguintes normas:

Atendendo ao art. 212-A da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020, e regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, institui-se o Fundeb no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal.

Os recursos serão distribuídos entre cada Estado e seus Municípios proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária. Conforme informações disponibilizadas no site do FNDE, a distribuição é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último Censo Escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme previsto no art. 211, §§2º e 3º da Constituição Federal. Ou seja, os Municípios recebem os recursos do Fundeb com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental e os Estados com base no número de alunos do ensino fundamental e médio.

A União complementarará os recursos de cada Fundeb em montante equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do total de recursos destinados ao Fundeb pelos estados, DF e municípios. A contribuição da União neste novo Fundeb sofrerá um aumento gradativo, até atingir o percentual de 23% (vinte e três por cento) dos recursos que formarão o Fundo em 2026. Passará de 10% (dez por cento), do modelo do extinto Fundeb, cuja vigência se encerrou em 31 de dezembro de 2020, para 12% (doze por cento) em 2021; em seguida, para 15% (quinze por cento) em 2022; 17% (dezesete por cento) em 2023; 19% (dezenove por cento) em 2024; 21% (vinte e um por cento) em 2025; até alcançar 23% (vinte e três por cento) em 2026.

Para essa complementação, a União não poderá utilizar os recursos do salário educação. Além disso, poderá utilizar, no máximo, 30% (trinta por cento) do valor dessa complementação para cumprimento do seu percentual mínimo de aplicação em MDE. A Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, estabeleceu que a complementação da União deve ser repassada em três modalidades: I - complementação-VAAF: 10 (dez) pontos percentuais no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno (VAAF), não alcançar o mínimo definido nacionalmente; II - complementação-VAAT: no mínimo, 10,5 (dez inteiros e cinco décimos) pontos percentuais, em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno (VAAT), não alcançar o mínimo definido nacionalmente; III - complementação-VAAR: 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica. A complementação da União observará o cronograma da programação financeira do Tesouro Nacional e contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da complementação anual, a serem realizados até o último dia útil de cada mês, assegurados os repasses de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) até 31 de julho, de 85% (oitenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de cada ano, e de 100% (cem por cento) até 31 de janeiro do exercício imediatamente subsequente.

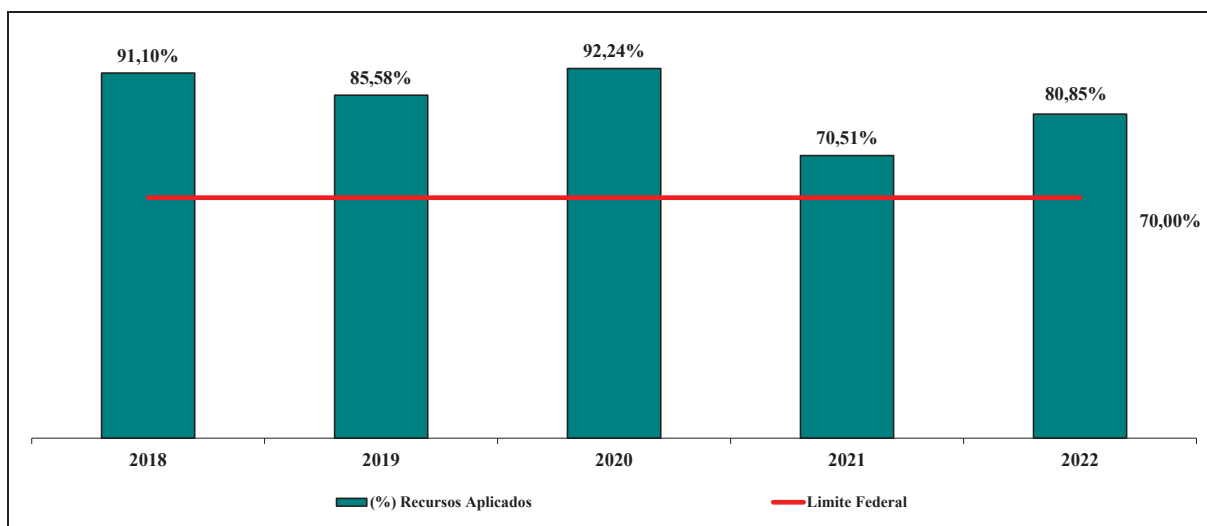
Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A Lei 14.113/2020 conceitua remuneração, para fins de aplicação do percentual mínimo de 70%, como o total de pagamentos devidos aos

profissionais da educação básica em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, do Distrito Federal ou do Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes.

No Gráfico 9, estão apresentados os percentuais dos recursos do FUNDEB aplicados com despesa de pessoal do magistério, que, em 2022, apresentou o percentual de 80,85%, atendendo a legislação federal (70%).

**Gráfico 9 - Percentuais anuais de recursos do FUNDEB com despesa de pessoal do magistério**



Fonte: Siafe-SEFAZ

A Tabela 48 apresenta o demonstrativo detalhado das receitas e despesas do FUNDEB com os valores referentes aos recursos aplicados na remuneração dos profissionais da educação no exercício de 2022.

**Tabela 48 - Recursos do FUNDEB aplicados na remuneração dos profissionais da educação – 2022**

(R\$ 1,00)

<b>RECEITAS DO FUNDEB</b>	
<b>1. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB PELO ESTADO</b>	<b>4.960.036.519,70</b>
<b>2. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>2.806.458.058,79</b>
2.1 Transferências de Recursos do FUNDEB	1.913.824.553,11
2.2 Complementação da União do FUNDEB	830.184.207,71
2.3 Receita de Restituições ao FUNDEB	19.133,72
2.4 Receita de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	62.430.164,25
<b>3. RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (2.1-1)</b>	<b>(3.046.211.966,59)</b>
<b>4. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO</b>	<b>2.268.890.577,45</b>
Com Ensino Fundamental	390.390.212,99
Com Ensino Médio	1.878.500.364,46
Outras (Adm, Geral e EJA)	-
<b>5. OUTRAS DESPESAS</b>	<b>593.532.086,82</b>
Com Ensino Fundamental	5.196.029,00
Com Ensino Médio	588.336.057,82
Outras (Adm, Geral, EJA, Educ Especial e Ensino Profissional)	-
<b>6. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS E DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB</b>	<b>-</b>
<b>7. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB</b>	<b>-</b>
<b>8. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (4-6-7)</b>	<b>2.268.890.577,45</b>
<b>9. NA LEGISLAÇÃO FEDERAL O MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB APLICADO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (8/2)</b>	<b>80,85%</b>

Fonte: Siafe-SEFAZ

De acordo com a Tabela 48, o Resultado Líquido negativo do FUNDEB foi de R\$ 3.046.211.966,59 (R\$ 1.913.824.553,11 de Receitas Recebidas e R\$ 4.960.036.519,70 de Receitas Destinadas), enquanto as despesas com pagamento dos profissionais do magistério, com recursos do Fundo, foram de R\$ 2.268.890.577,45, não tendo sido verificada a inscrição de Restos a Pagar. Portanto,

a aplicação de recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério atingiu o percentual de 80,85% do total, atendendo o percentual mínimo exigido na Constituição Federal (70%).

### *5.2.5 Receita Corrente Líquida*

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece no seu art. 2º, inciso IV, o conceito e a metodologia de cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL):

IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

(...)

b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º (...)

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

Portanto, a RCL constitui o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidas das decorrentes de transferências constitucionais e legais, contribuições para o sistema de previdência dos servidores,

receita recebida de compensação entre regimes de previdência e os valores pagos ao FUNDEB.

A Tabela 49 apresenta a evolução da RCL de 2018 a 2022. A RCL do ano de 2022 foi de R\$ 30.383.651.351, apresentando um crescimento de 5,49% em relação ao ano anterior, que foi de R\$ 25.170.813.561.

**Tabela 49 - Evolução da RCL de 2018 a 2022**

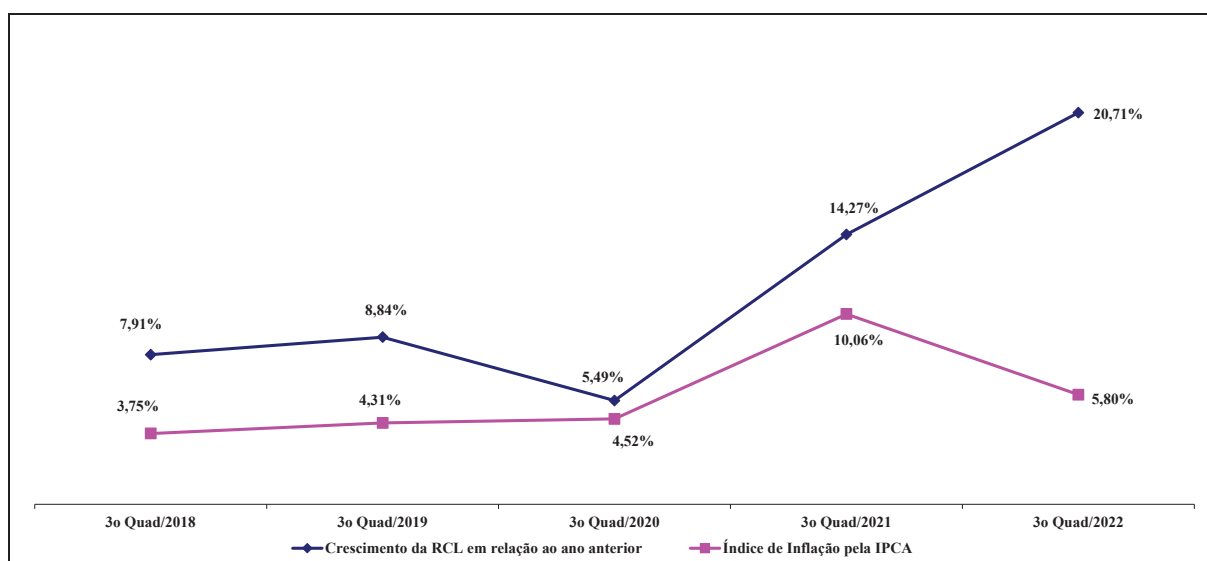
ITEM	2018	2019	2020	2021	2022
Receita Corrente Líquida - RCL	19.186.195.108	20.882.025.053	22.028.314.984	25.170.813.561	30.383.651.351
Varição em relação ao ano anterior		8,84%	5,49%	14,27%	20,71%

RS 1,00

Fonte: Siafe-SEFAZ

A RCL tem apresentado crescimento nominal e absoluto nos últimos anos, conforme disposto no Gráfico 10, que compara a variação anual da RCL do Estado do Ceará com a inflação medida pelo IPCA no período de 2018 a 2022. Em todos os exercícios a variação da RCL foi superior à inflação do mesmo período. Em 2022, enquanto a variação da RCL, em relação ao ano anterior, foi de 20,71%, a inflação do período foi de 5,80%, representando um incremento real de 14,0926%.

**Gráfico 10 - Evolução da RCL e índices de IPCA de 2018 a 2022**



Fonte: Siafe-SEFAZ



Apesar da situação ser positiva, o cenário econômico e financeiro do país ainda é instável. Isso exige que o Governo continue sendo rigoroso no planejamento da gestão dos recursos, reduzindo os riscos e mantendo a situação fiscal favorável do Estado com o cumprimento dos indicadores fiscais.

### *5.2.6 Despesas com Pessoal*

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 19, limita a despesa total com pessoal do Estado em 60% da Receita Corrente Líquida. No art. 20, a LRF faz a repartição desse limite global entre os Poderes Executivo (49%), Judiciário (6%) e Legislativo (3%), incluídos nesse os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, além do Ministério Público (2%). Já a LDO 2020 estabeleceu, no art.65, incisos I a IV, os seguintes percentuais:

Art.65 Para os fins do disposto nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os seguintes percentuais da Receita Corrente Líquida – RCL:

I – no Poder Executivo: 48,6% (quarenta e oito vírgula seis por cento);

II – no Poder Judiciário: 6,0% (seis por cento);

III – no Poder Legislativo: 3,4% (três vírgula quatro por cento);

1. na Assembleia Legislativa: 2,34% (dois vírgula trinta e quatro por cento);

2. no Tribunal de Contas do Estado: 1,06% (um vírgula zero seis por cento);

IV – no Ministério Público: 2,0% (dois por cento).

A análise comparativa dessas despesas, em relação ao exercício de 2022, foi feita sempre considerando o percentual sobre a Receita Corrente Líquida Ajustada, que consiste no registro do valor da RCL dos últimos 12 meses após a exclusão dos

valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme disciplina o § 16 do art. 166 da Constituição Federal.

Em 2022, a RCL ficou num valor de R\$ 30.383.651.351 e o montante referente às Transferências obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais foi de R\$ 521.091 e Emendas de Bancada R\$ 88.300.089, resultando numa RCL Ajustada no valor de R\$ 30.294.830.172. A Tabela 50 apresenta as Despesas com Pessoal para os Poderes e o Ministério Público no exercício de 2022, e os percentuais desses gastos em relação à RCL Ajustada.

**Tabela 50 – Despesas com pessoal**

DESPESA COM PESSOAL	ANO 2022 ( Valor Liquidado + Restos a Pagar não Processados)						
	EXECUTIVO	DEFENSORIA PÚBLICA	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	TCE	JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.529.278,71	229.293,89	608.015,52	277.740,81	1.460.288,97	524.715,94	18.629.333,83
PESSOAL ATIVO	10.769.401,85	192.238,06	387.570,87	207.647,79	1.218.002,68	450.539,84	13.225.401,09
PESSOAL INATIVO	3.943.565,73	37.055,83	105.383,89	68.010,89	242.286,29	74.176,10	4.470.478,71
OUTRAS DESP TERC	816.311,13	0,00	115.060,77	2.082,13	0,00	0,00	933.454,03
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	2.748.183,01	36.430,60	106.665,96	68.211,14	239.121,98	118.596,98	3.317.209,67
INDENIZAÇÕES	1.405,97	0,00	0,00	82,07	0,00	24.891,57	26.379,61
DECISÃO JUDICIAL	227.555,51	0,00	0,00	0,00	0,00	16.355,92	243.911,43
DEA	39.977,32	0,00	1.282,37	118,18	5.518,10	3.308,83	50.204,80
INATIVOS REC VINC	2.479.244,21	36.430,60	105.383,6	68.010,9	233.603,87	74.040,67	2.996.713,82
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.781.095,70	192.863,29	501.349,56	209.529,67	1.221.166,99	406.118,95	15.312.124,17
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	30.383.651,35	30.383.651,35	30.383.651,35	30.383.651,35	30.383.651,35	30.383.651,35	30.383.651,35
(-) Transferências obrig. da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	521,09	521,09	521,09	521,09	521,09	521,09	521,09
(-) Transferências obrig. da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	88.300,09	88.300,09	88.300,09	88.300,09	88.300,09	88.300,09	88.300,09
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VII) = (IV - V - VI)	30.294.830,17	30.294.830,17	30.294.830,17	30.294.830,17	30.294.830,17	30.294.830,17	30.294.830,17
% DESPESA COM PESSOAL (VI) / (III) %	42,189%	0,637%	1,655%	0,692%	4,03%	1,341%	50,544%
% LIMITE MÁXIMO	48,60%		2,34%	1,06%	6,00%	2,00%	60,00%
% LIMITE PRUDENCIAL (95%)	46,17%		2,22%	1,01%	5,70%	1,90%	57,00%
% LIMITE DE ALERTA (90%)	43,74%		2,11%	0,95%	5,40%	1,80%	54,00%

Fonte: S2GPR/SEFAZ

De acordo com as informações da Tabela 50, verifica-se que, em 2022, o gasto total com pessoal de todos os poderes atingiu 50,544% da RCL ajustada, ficando abaixo dos limites legal e prudencial. Individualmente, os gastos de todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e do Ministério Público ficaram também abaixo dos limites legal e prudencial.

Especificamente em relação ao Poder Executivo, o indicador passou de 39,01%, em 2021, para 42,83%, em 2022, ficando abaixo dos Limites de Alerta (44,10%), Prudencial (46,55%) e Máximo (49,00%), conforme apresentado na Tabela 51.

**Tabela 51 – Despesas com pessoal do Poder Executivo de 2018 a 2022**

(Em R\$ 1,00)

Gastos com Pessoal	2018	2019	2020	2021	2022
Gastos com Pessoal	8.110.638.640	8.689.988.994	8.876.096.988	9.775.708.014	12.973.958.990
RCL Ajustada para os cálculos dos limites da despesa com pessoal	19.174.512.116	20.870.241.723	21.886.952.292	25.061.058.356	30.294.830.172
% Gastos com Pessoal - P. Executivo	42,30%	41,64%	40,55%	39,01%	42,83%
Limite Prudencial	46,17%	46,55%	46,55%	46,55%	46,55%
Limite Máximo	48,60%	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%
Limite de Alerta	43,74%	44,10%	44,10%	44,10%	44,10%

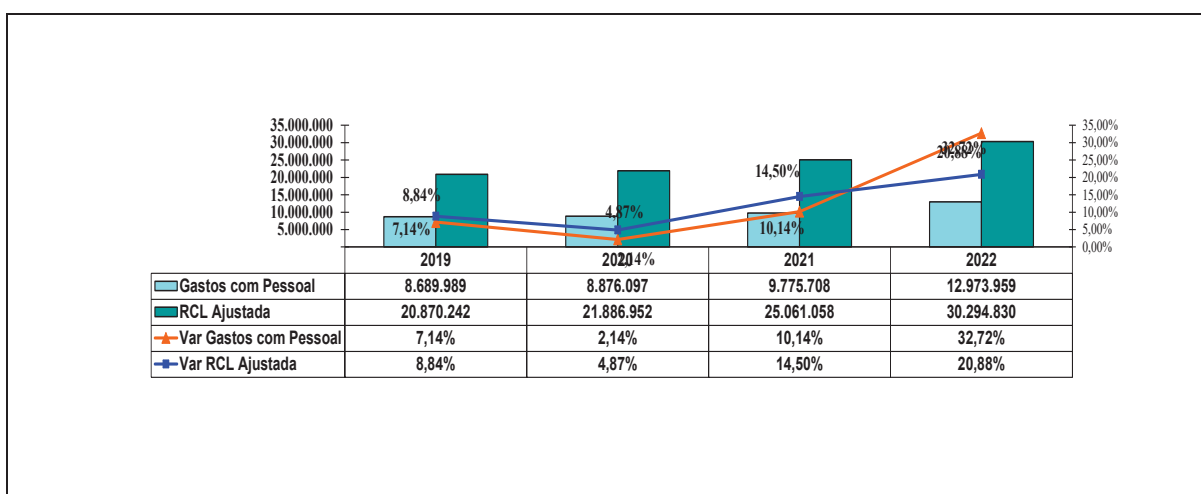
Fonte: Siafe-SEFAZ

Em 2019, apresentou outra redução devido a reposição ter sido apenas para os servidores que recebem o salário mínimo e para os professores que seus salários são em conformidade com o piso nacional, que cresceu em torno de 4,17%. Em 2020, teve um aumento em relação a 2019 de apenas 2,14%, apesar dos salários dos professores apresentarem um incremento maior, que foi de 12,84% e ter ocorrido um maior nível de gastos com terceirização substituindo servidor em decorrência da pandemia que demandou aumento na contratação de profissionais da área de saúde. No 3º Quadrimestre de 2021, apresentou um incremento inferior a RCL Ajustada devido não ter ocorrido a reposição salarial dos servidores. No 1º. Quadrimestre de 2022, a despesa com pessoal cresceu em 23,39% devido a reposição salarial dos servidores de 5,74%, em jan/22, e 5,74%, em maio/22, e ainda melhorias em algumas carreiras e entrada de concursados.

Apesar da realização de convocação de novos concursados e do atendimento de reivindicações dos servidores, como a concessão da média salarial do Nordeste para a Polícia Militar e os Bombeiros; a descompressão da carreira dos policiais civis; o reajuste do salário pela inflação para os servidores que ganham o salário mínimo do Estado; além dos impactos decorrentes da progressão das carreiras; com base no Gráfico 11, verificou-se que, à exceção de 2022, a Despesa com Pessoal Ativo do Poder Executivo cresceu numa proporção menor que a RCL no período de 2018 a 2022. A partir de 2018 a RCL Ajustada apresentou um incremento de 7,95%,

contra um crescimento da Despesa com Pessoal Ativo em 7,57%. Em 2021, a variação da RCL Ajustada foi de 14,50%, enquanto a Despesa com Pessoal Ativo teve uma variação de 10,14%. Já em 2022, devido os reajustes no salário do servidor, apresentado no final do parágrafo anterior, a despesa com pessoal teve um incremento de 32,72% e a RCL Ajustada em 20,88%, por isso a Despesa com Pessoal passou de 39,01%, em 2021, para 42,83% em 2022.

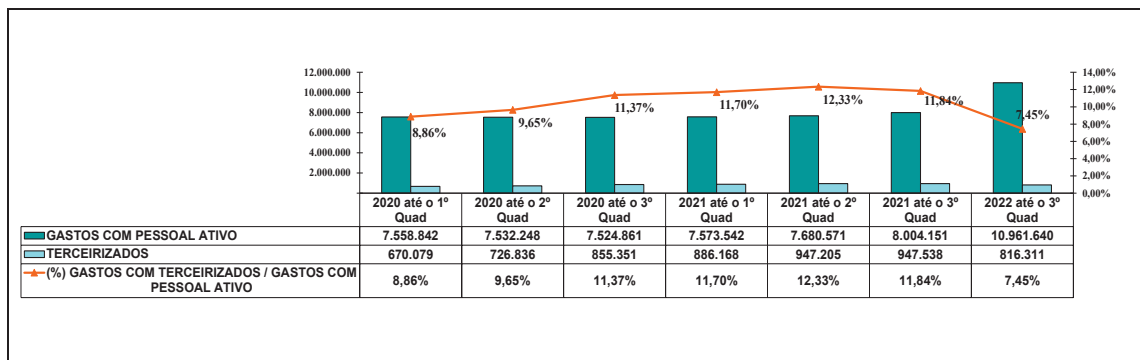
**Gráfico 11 - Despesas com Pessoal do Poder Executivo x RCL Ajustada (R\$1.000,00)**



Fonte: Siafe-SEFAZ

O Gráfico 12 apresenta a comparação das Despesas com Pessoal Terceirizado em substituição a servidor em relação às Despesas Totais com Pessoal Ativo, onde se verifica que, a partir do 3º quadrimestre de 2018, as despesas apresentaram um patamar médio próximo de 9%, mas, em 2020, passou para 11,37% e, em 2021, para 11,84%, devido ao incremento das despesas com os profissionais da saúde decorrente da Pandemia da COVID-19. Já no exercício de 2022, pós-pandemia, o percentual ficou abaixo dos percentuais apresentados nos anos de 2018 a 2021.

**Gráfico 12 - Percentuais Quadrimestrais das despesas com terceirização (R\$1.000,00)**



Fonte: Siafe-SEFAZ

A Tabela 52 apresenta as principais secretarias que utilizam mão-de-obra terceirizada em substituição a servidor. Estes casos impactam diretamente no percentual de gastos com pessoal, pois fazem parte do cálculo do limite de gastos com pessoal, contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal", nos termos do §1º do art.18 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Tabela 52 – Despesas nas Secretaria com terceirização em substituição a servidor**

SECRETARIAS	ANO 2018	% de Participação	ANO 2019	% de Participação	ANO 2020	% de Participação	ANO 2021	% de Participação	ANO 2022	% de Participação	Variação de 2022 em relação a 2021
SAÚDE	501.432.609,31	81,29%	531.662.886,01	82,24%	729.224.981,31	85,25%	807.037.251,58	85,17%	509.139.292,48	62,37%	-36,91%
SEDUC	72.573.363,62	11,76%	82.921.418,23	12,83%	76.488.429,16	8,94%	84.976.472,77	8,97%	96.467.610,72	11,82%	13,52%
SECTECE	18.767.867,14	3,04%	20.099.278,04	3,11%	20.092.529,87	2,35%	22.256.196,04	2,35%	28.902.385,59	3,54%	29,86%
SEFAZ	10.194.406,22	1,65%	11.811.727,56	1,83%	12.446.475,65	1,46%	13.316.512,98	1,41%	16.826.357,05	2,06%	26,36%
DEMAIS SECRETARIAS	13.890.775,43	2,25%	17.068.281,03	2,64%	17.099.026,77	2,00%	19.951.439,74	2,11%	164.975.488,27	20,21%	726,89%
TOTAL	616.859.021,72	100,00%	646.495.309,84	100,00%	855.351.442,76	100,00%	947.537.873,11	100,00%	816.311.134,11	100,00%	-13,85%

Fonte: Siof - SEPLAG

Conforme se verifica na Tabela 52, em 2022, as despesas com serviços de terceirização em substituição a servidor tiveram uma redução de 13,89% em relação a 2021. A Secretaria da Saúde representou 62,37% do total, no montante de R\$ 509.139.292,48, reduzindo em 36,91% os recursos aplicados com relação ao ano anterior. A SEDUC apresentou uma participação de 11,82%, no montante de R\$ 96.467.610,72, representando um incremento de 13,52% do total dessa despesa, devido à contratação de professores temporários se recuperando da redução de 7,76%, em 2020 (R\$76.488.429,16), com relação a 2019 (R\$ 82.921.418,23).

### *5.2.7 Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviços da Dívida e Garantias*

No que concerne aos limites para a Dívida Consolidada Líquida – DCL, as Operações de Crédito contratadas, o Serviço da Dívida e as Garantias e Contragarantias em relação à Receita Corrente Líquida, as Resoluções nº40/2001 e nº43/2001 do Senado Federal determinam a observância dos seguintes limites para Estados e Municípios:

- Dívida Consolidada Líquida não pode exceder a duas vezes a RCL (Resolução n.º 40/2001, art. 3.º, inciso I);
- O montante global das Operações de Crédito, realizadas em um exercício financeiro, não pode ser superior a 16% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 7.º, inciso I);
- O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de créditos já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 7.º, inciso II); e
- O saldo global das Garantias Concedidas não pode exceder a 22% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 9.º).

Conforme o art.166-A, §1º da Constituição Federal, instituído pela Emenda Constitucional nº 105, de 12 de dezembro 2019, a RCL passou a deduzir as Transferências obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais obrigatórias, resultando na RCL ajustada de R\$ 30.383.130.260, que passou a ser a base para o cálculo dos limites de endividamento (DCL, Operações de Crédito e Garantias e Contragarantias).

A Tabela 53 apresenta os valores alcançados pelo Estado, em relação a esses limites legais, além das variações no Ativo Disponível e Dívida Consolidada Bruta, nos exercícios de 2021 e 2022:

**Tabela 53 – Comparação dos valores alcançados pelo Estado em relação às limitações legais**

(R\$ 1,00)

ITEM	VALOR		VARIACÃO 2022/2021	% S/RCL		(% LIMITE MÁXIMO
	2021	2022		2021	2022	
Disponível (*)	7.741.526.042	7.351.636.456	-5,04%	30,76%	24,20%	-
Dívida Consolidada	18.849.849.667	17.568.895.743	-6,80%	74,89%	57,82%	-
Dívida Consolidada Líquida	11.108.323.625	10.217.259.287	-8,02%	44,13%	33,63%	200,00%
Operações de Crédito	1.406.915.418	593.504.606	-57,82%	5,59%	1,95%	16,00%
Serviço da Dívida	2.203.377.904	2.296.018.833	4,20%	8,75%	7,56%	11,50%
Garantias e Contragarantias	226.226.790	184.726.127	-18,34%	0,90%	0,61%	22,00%

Fonte: Siafe/SEFAZ

Na análise a Tabela 53, observa-se que os percentuais obtidos pelo Estado para a Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviço da Dívida e Garantias e Contragarantias, em relação à RCL Ajustada, obedecem aos limites fixados nas Resoluções nº40/2001 e nº43/2001 do Senado Federal.

#### 5.2.7.1 Dívida Consolidada Líquida

O referido percentual no 3º. Quadrimestre de 2022 (33,63%) apresentou uma redução em relação ao último quadrimestre de 2021 (44,13%), devido à redução de 10,50% na dívida contratual que passou de R\$ 17.737.448.194,48, no 3º. Quadrimestre de 2021, para R\$ 16.306.965.804,84, no 3º. Quadrimestre de 2022, mesmo com a redução da disponibilidade em 5,04%%, que passou do montante de R\$ 7.741.526.042,45, no 3º. Quadrimestre de 2021, para R\$ 7.351.636.456,27 no 3º. Quadrimestre de 2022. E ainda a RCL Ajustada teve um incremento de 20,72%, passando de R\$ 25.168.983.575,04, no 3º. Quadrimestre de 2021, para R\$ 30.383.651.351,44 no 3º. Quadrimestre de 2022. E ainda, é importante ressaltar que, a partir de 2020, a RCL para o cálculo dos limites da Dívida, Garantias e Contra Garantias e Operações de Crédito passaram a ser deduzidas das Transferências obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais, conforme Art. 166-A, § 1º., da Constituição Federal. Assim, a RCL foi num montante de R\$ 30.383.651.351,44 e o valor das Emendas Individuais R\$ 521.091,18, resultando numa RCL Ajustada de R\$ 30.383.130.260,25.

Assim, a DCL de 33,63% está distante do limite fiscal de 200%, conforme as Tabelas 54 e 55 e o Gráfico 13.

### Tabela 54 – Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL - referente ao 3º. Quadrimestre de 2022

R\$ 1,00

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO ATÉ O 3º QUAD. 2022
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	<b>18.849.849.667,10</b>	<b>17.568.895.743,13</b>
<b>Dívida Contratual</b>	<b>17.737.448.194,48</b>	<b>16.306.965.804,84</b>
Empréstimos	16.237.011.096,63	14.737.809.442,22
Reestruturação da dívida	1.058.417.382,81	1.107.434.161,51
Financiamentos	107.500.009,16	152.026.229,38
Parcelamentos e Renegociações da dívida	31.124.062,74	23.662.307,35
Demais Dívidas Contratuais	303.395.643,14	286.033.664,38
<b>Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) vencidos e não pagos</b>	<b>465.267.285,40</b>	<b>568.584.287,04</b>
<b>Outras Dívidas Não Contratuais</b>	<b>647.134.187,22</b>	<b>693.345.651,25</b>
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>7.741.526.042,45</b>	<b>7.351.636.456,27</b>
<b>Disponibilidade de Caixa</b>	<b>7.741.526.042,45</b>	<b>7.351.636.456,27</b>
Disponibilidade de caixa bruta	9.223.883.486,36	8.733.510.976,08
(-) Restos a pagar processados	220.730.988,44	118.635.155,11
(-) Depósitos Restituíveis e Valores vinculados	1.402.468.122,80	1.467.672.677,46
Demais Haveres Financeiros	140.841.667,33	204.433.312,76
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I-II)</b>	<b>11.108.323.624,65</b>	<b>10.217.259.286,86</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL Ajustada (IV)</b>	<b>25.168.983.575,04</b>	<b>30.383.130.260,26</b>
<b>% DCL/RCL (V) = (III/IV)</b>	<b>44,13%</b>	<b>33,63%</b>
<b>LIMITE RESOLUÇÃO SENADO N.º40/2000</b>	<b>200%</b>	<b>200%</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (LRF)</b>	<b>180%</b>	<b>180%</b>

Fonte: SISDM/SEFAZ

Nota 1: A disponibilidade de caixa abrange os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Dependentes e os outros poderes;

Nota 2: O valor da disponibilidade bruta do exercício anterior foi alterado por que era informado líquido dos valores agora deduzidos na linha (-) Depósitos Restituíveis e valores vinculados;

Nota 3: Excluído da disponibilidade de caixa o valor de R\$ 311.420.500,61 dos RPPS. A disponibilidade do PREVMILITAR não foi excluída por conta da Lei nº 13.954/2019;

Nota 4: Não considerado na disponibilidade o valor de aplicações financeiras de curto e longo prazo dos RPPS's no total de R\$ 1.345.701.462,96;

Nota 5: Os Demais Haveres Financeiros conforme saldos bancários informados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e Tribunal Regional do Trabalho;

Nota 6: Os restos a pagar da modalidade 91 - operações Intraorçamentárias - não são considerados nos valores informados;

Nota 7: O Valor do Passivo Atuarial informado pela SEPLAG/CPREV é resultado da última avaliação atuarial do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará-SUPSEC, conforme Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA 2023;

Nota 8: O saldo da Dívida Consolidada foi informado pela COFIS/CEDIP.



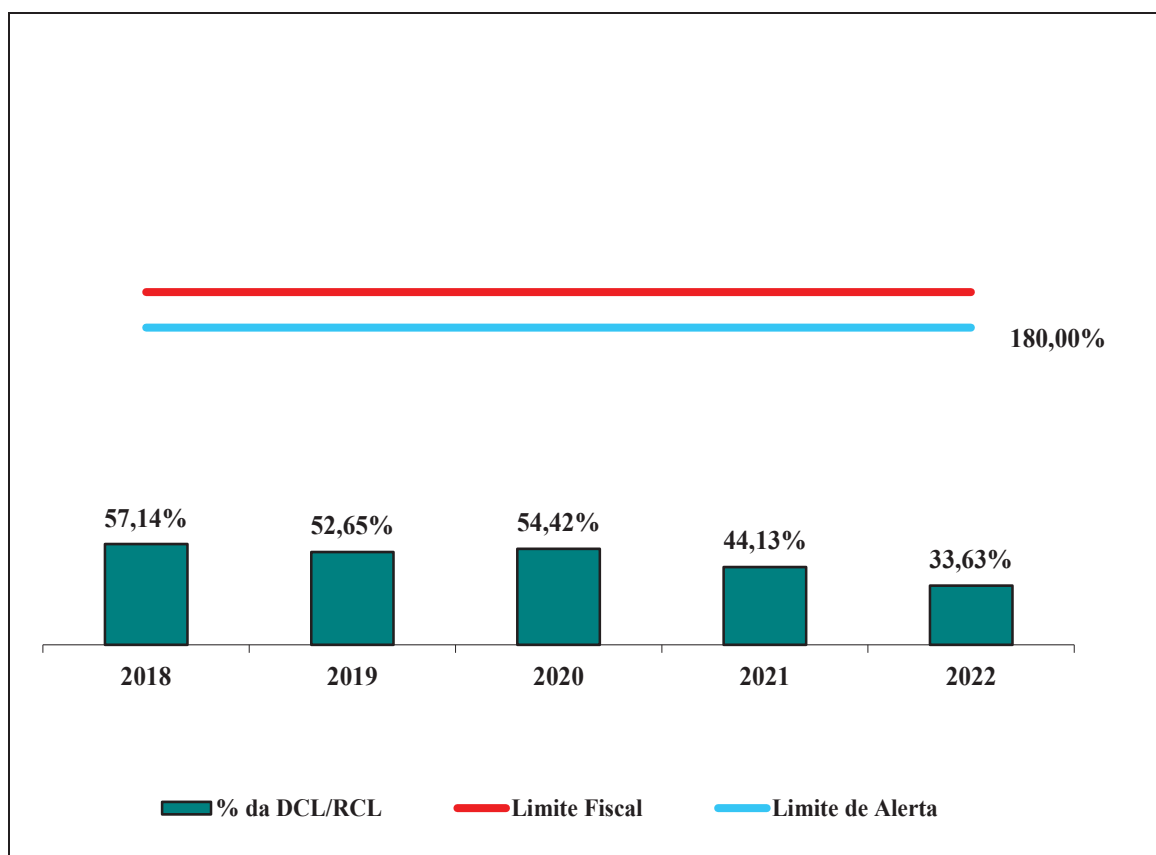
**Tabela 55 - Histórico da Dívida Consolidada Líquida de 2018 a 2022**

(R\$ 1,00)

Dívida Cons. Líquida - DCL	2018	2019	2020	2021	2022
DCL	10.962.426.243	10.995.170.453	11.973.622.896	11.108.323.625	10.217.259.287
% da DCL/RCL	57,14%	52,65%	54,42%	44,13%	33,63%
Limite Fiscal	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%
Limite de Alerta	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%

Fonte: SIAFE-SEFAZ

**Gráfico 13 - Histórico da Dívida Consolidada Líquida de 2018 a 2022**



Fonte: Siafe-SEFAZ

### 5.2.7.2 Operações de Crédito

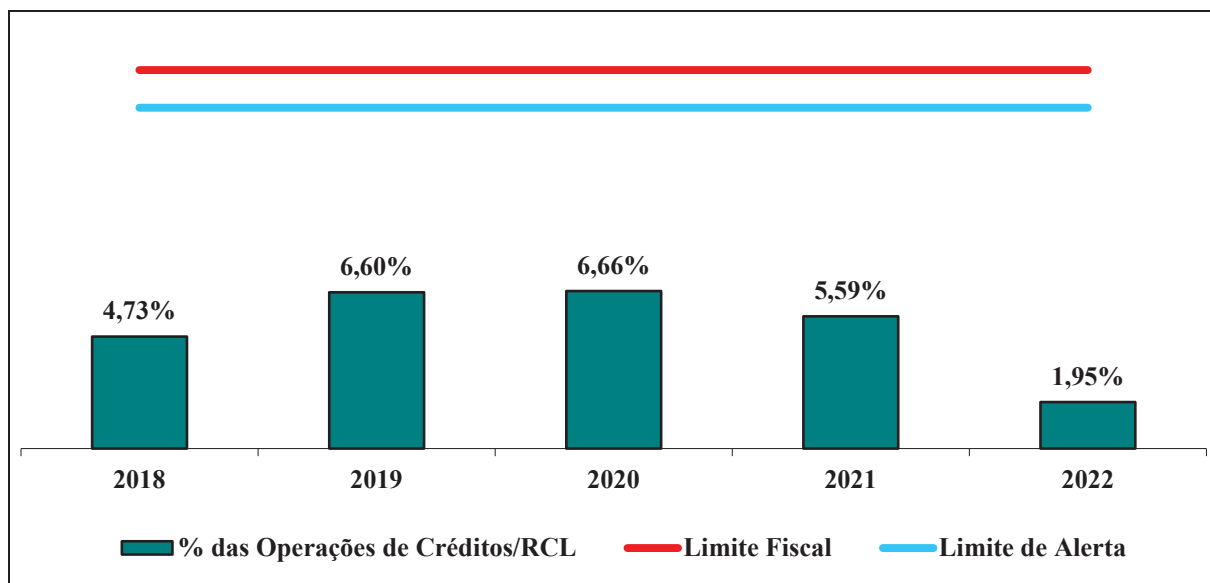
O volume anual das operações de crédito, nos últimos cinco anos, manteve-se bem abaixo do limite máximo de 16%, conforme estabelecido na LRF e disciplinado no art.7º, inciso I da Resolução do Senado nº43/2001. A Tabela 56 e o Gráfico 14 apresentam a situação do indicador no período de 2018 a 2022.

**Tabela 56 – Histórico das operações de crédito de 2018 a 2022**

	(R\$ 1,00)				
Operações de Créditos	2018	2019	2020	2021	2022
Internas	95.284.451	929.473.666	838.737.466	1.051.540.122	101.871.389
Externas	812.780.388	449.638.180	626.027.922	355.375.297	491.633.217
Total das Operações de Créditos Internas e Externas	908.064.839	1.379.111.846	1.464.765.388	1.406.915.418	593.504.606
RCL	19.186.195.108	20.882.025.053	22.003.134.786	25.168.983.575	30.383.130.260
% das Operações de Créditos/RCL	4,73%	6,60%	6,66%	5,59%	1,95%
Limite Fiscal	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%
Limite de Alerta	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%

Fonte: SIAFE-SEFAZ

**Gráfico 14 - Histórico das Operações de Crédito de 2018 a 2022**



Fonte: SIAFE-SEFAZ

### 5.2.7.3 Serviços da Dívida

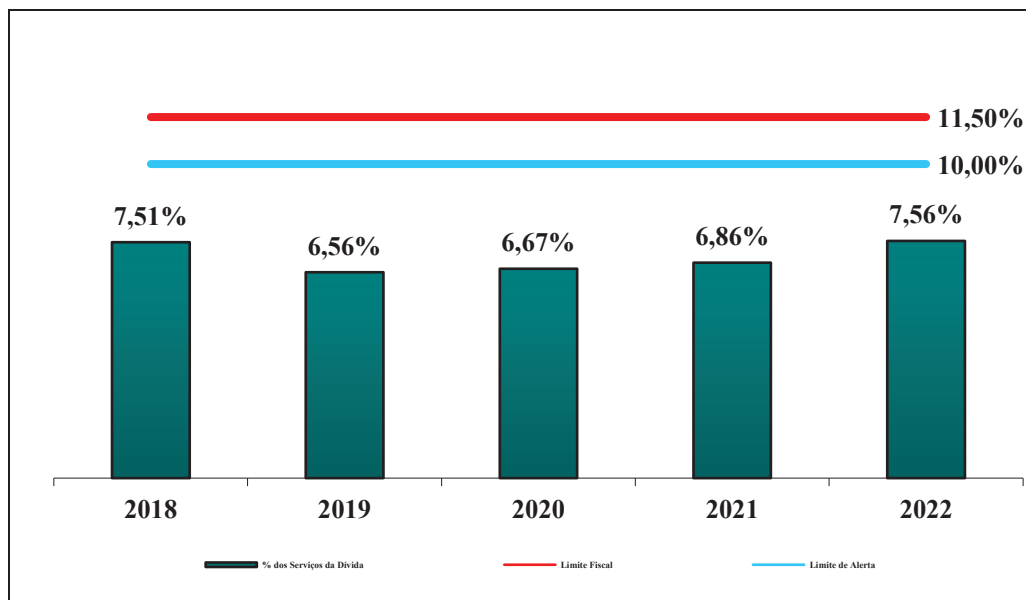
O montante anual do serviço da dívida (amortizações mais juros), nos últimos cinco anos, manteve-se abaixo do limite máximo de 11,5% da RCL, conforme disciplinado no art.7º, inciso II da Resolução do Senado nº43/2001. A Tabela 57 e o Gráfico 15 apresentam a situação do indicador no período de 2018 a 2022.

**Tabela 57 – Histórico do serviço da dívida**

	(R\$ 1,00)				
Serviço da Dívida	2018	2019	2020	2021	2022
Total do Serviço da Dívida	1.441.373.414	1.369.295.375	1.470.077.988	1.726.308.240	2.296.018.833
% dos Serviços da Dívida	7,51%	6,56%	6,67%	6,86%	7,56%
Limite Fiscal	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%
Limite de Alerta	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%

Fonte: SIAFE-SEFAZ

**Gráfico 15 - Histórico dos percentuais do Serviço da Dívida**



Fonte: SIAFE-SEFAZ

A Tabela 57 demonstra que o Serviço da Dívida apresentou um percentual de 7,56% em relação a RCL, abaixo do limite de 11,5%. O Serviço da Dívida passou de R\$1.726.308.240, em 2020, para o montante de R\$ 2.296.018.833, em 2022, com uma variação de 33,00%, especialmente devido ao aumento do pagamento de Juros e Encargos da Dívida que passaram de R\$ 516.363.125,80, em 2021, para R\$ 855.325.594,66 em 2022. E ainda que, em 2022, ocorreu também um aumento de 19,07% no volume da Amortização da Dívida em relação a 2021, passando de R\$ 1.209.945.113,85 para R\$ 1.440.693.238,17.

#### 5.2.7.4 Garantias e Contragarantias

As Garantias e Contragarantias, nos últimos cinco anos, ficaram abaixo do limite de 22% da RCL, conforme disciplinado no art.9º da Resolução do Senado nº43/2001. A Tabela 58 e o Gráfico 16 apresentam a situação do indicador no período de 2018 a 2022.

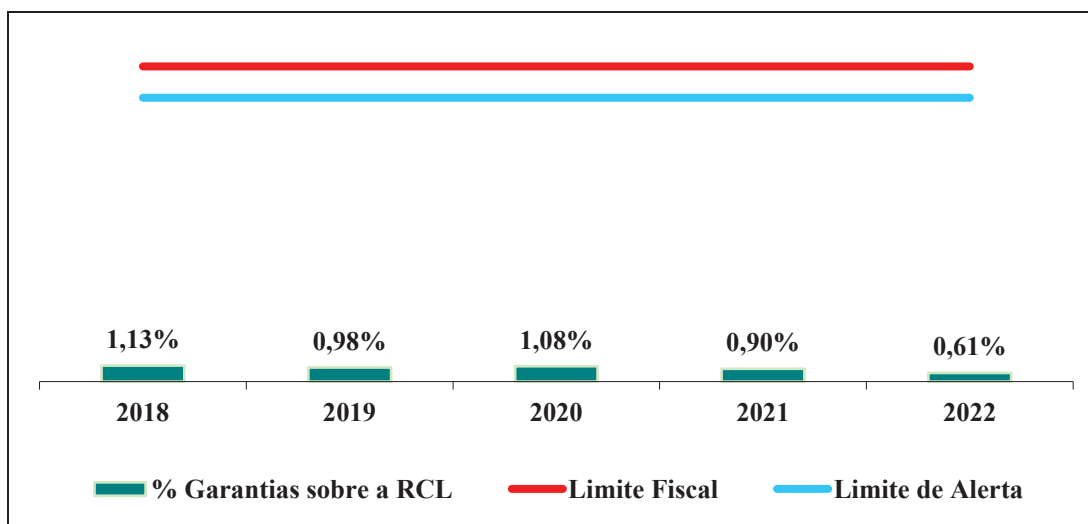
**Tabela 58 – Histórico das garantias e contragarantias – 2018 a 2022**

(R\$ 1,00)

Garantias e Contragarantias	2018	2019	2020	2021	2022
Total das Garantias e Contragarantias	216.711.186	204.753.529	237.326.291	226.226.790	184.726.127
RCL	19.186.195.108	20.882.025.053	22.003.134.786	25.168.983.575	30.383.130.260
% Garantias sobre a RCL	1,13%	0,98%	1,08%	0,90%	0,61%
Limite Fiscal	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%
Limite de Alerta	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%

Fonte: SIAFE-SEFAZ

**Gráfico 16 - Histórico dos percentuais das Garantias e Contragarantias**



Fonte: SIAFE-SEFAZ

#### 5.2.8 Regra de Ouro

O art. 167, Inciso III, da Constituição Federal, veda a realização de Operações de Créditos que excedam o montante das Despesas de Capital, ressalvadas, as

autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Ao impedir que o montante das Operações de Crédito em um exercício financeiro exceda o montante das Despesas de Capital, evita-se que sejam realizados empréstimos para financiar despesas correntes como o pagamento de servidores, despesas administrativas e, principalmente, juros. Conseqüentemente, para que não sejam realizadas operações de crédito para essas finalidades, é necessário gerar resultado primário que permita ao ente público arcar com o pagamento dos juros da dívida. Essa regra é conhecida na literatura internacional como “regra de ouro”, pois esta é considerada uma boa prática para controlar o endividamento. A Tabela 59 apresenta o resultado da apuração da regra de ouro.

**Tabela 59 – Demonstrativo da regra de ouro – 2022**

	(R\$ 1,00)
<b>RECEITAS</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS</b>
<b>I. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>593.504.606</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>
<b>II. DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.448.643.062</b>
<b>Investimentos</b>	<b>3.863.883.324</b>
<b>Inversões Financeiras</b>	<b>155.869.890</b>
<b>Amortização da Dívida</b>	<b>1.440.693.238</b>
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	(11.803.391)
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	-
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO</b>	<b>(4.855.138.456)</b>
Fonte: Siafe-SEFAZ	

No exercício de 2022, as Receitas de Operações de Crédito totalizaram R\$593.504.606, enquanto o total da Despesa de Capital foi de R\$ 5.448.643.062. O valor do resultado apurado foi negativo em R\$ 4.855.138.456 atendendo, portanto, a regra de ouro.

## 5.2.9 Resultados Primário e Nominal

### 5.2.9.1 Resultado Primário

O Resultado Primário apurado no ano indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias, gerando saldo para pagar as despesas com juros, a fim de evitar o aumento da dívida.

O Anexo de Metas Fiscais da LDO 2022 (Lei n°. 17.573, de 23 de julho de 2021, alterada pela Lei n°. 18.278, de 23 de dezembro de 2022) estabeleceu como meta de Resultado Primário o valor de R\$ 1.435.259 milhões. O art. 3º, § 1º da LDO 2022 disciplinou que as metas fiscais poderiam ser ajustadas pela Lei Orçamentária Anual.

O principal ajuste na receita refere-se à:

- Transferência do FUNDEB: em função da publicação da Lei N° 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o FUNDEB, há uma expectativa de elevação na arrecadação na LOA em relação à LDO, no momento de R\$ 444,9 milhões;
- Receita Patrimonial: foram acrescentados na LOA 2022 cerca de R\$ 267,45 milhões provenientes, principalmente, da melhoria na arrecadação do Estado e do aumento da taxa básica de juros;
- Transferências de Capital: foram adequadas as previsões de convênios com base no cronograma de desembolso do Governo Federal apresentado pelos Órgãos e Entidades do Estado, destacando-se principalmente o Cinturão das Águas, a implantação do Sistema Metro ferroviário - Linha Leste e a Construção de Barragens.

Pelo lado da despesa as principais modificações se referem à:

- Demais Despesas Correntes: a elevação, na ordem de R\$ 810,1 milhões, deve-se à manutenção dos equipamentos já dispostos à

população, como o custeio das Unidades Hospitalares, bem como a expectativa de inauguração dos novos equipamentos em 2022;

- Investimentos: o crescimento, na ordem de R\$ 883,7 milhões, deve-se, principalmente, aos Projetos de Implantação do Sistema Metro ferroviário da Linha Leste, de Pavimentação e ao Cinturão das Águas.

De acordo com o Demonstrativo do Resultado Primário, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período de janeiro a dezembro de 2022, o Resultado Primário do exercício de 2022 foi de R\$ 795,37 milhões, superando a meta prevista para um valor negativo em R\$ 1.435,259 milhões da LDO 2022. Contribuiu para esse resultado o fato de as receitas primárias terem obtido um percentual de realização em relação à previsão inicial maior do que o nível de execução alcançado pelas despesas primárias.

A Tabela 60 e o Gráfico 17 apresentam o comportamento de Resultado Primário do período de 2018 a 2022.

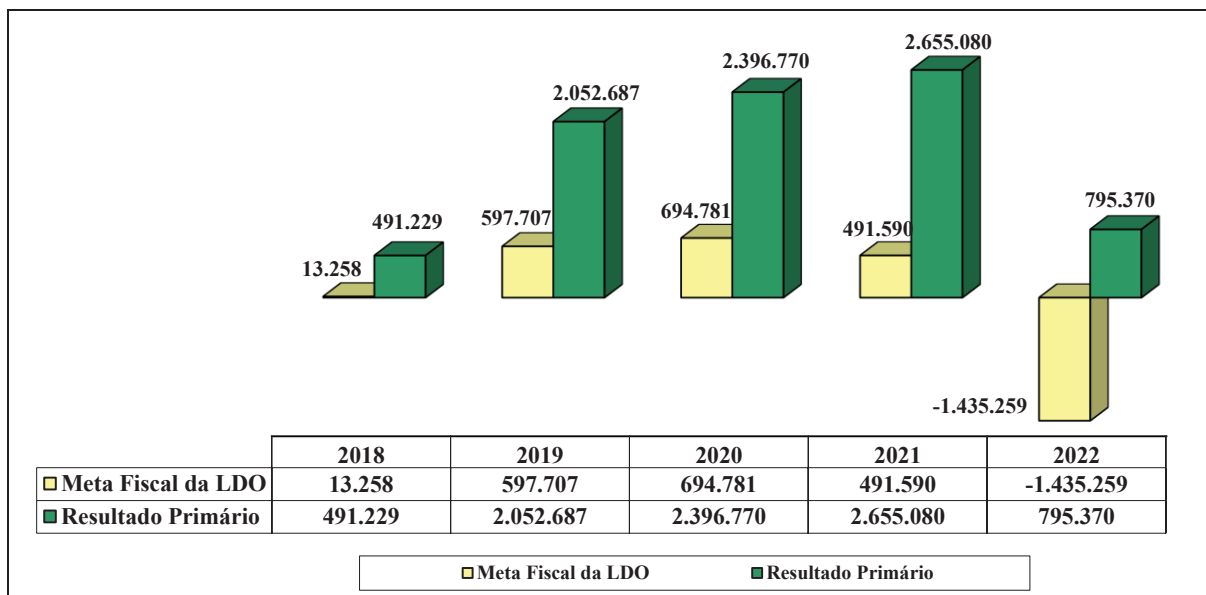
**Tabela 60 - Evolução do resultado primário do período de 2018 a 2022**

(R\$ 1.000,00)

Resultado Primário	2018	2019	2020	2021	2022
Meta Fiscal da LDO	13.258	597.707	694.781	491.590	- 1.435.259
Resultado Primário	491.229	2.052.687	2.396.770	2.655.080	795.370

Fonte: Siafe - SEFAZ

**Gráfico 17 - Comparativo ano a ano do Resultado Primário com a Meta Anual**



Fonte: Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2018 a 2022 e RREO/2022

Da análise, constata-se que, neste período, o Estado vem mantendo um histórico favorável no cumprimento das metas de Resultado Primário estipuladas. O superávit fiscal evidencia o bom desempenho das receitas e o controle das despesas, permitindo a ampliação de investimentos, além de gerar excedente para o pagamento dos juros e parte do principal da dívida pública, indicando autossuficiência de recursos públicos para a cobertura do serviço da dívida.

#### 5.2.9.2 Resultado Nominal

A apuração do Resultado Nominal, calculado conforme metodologia estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, tem por finalidade medir a variação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) no exercício. No Anexo de Metas Fiscais da LDO 2022 (Lei n°. 17.573, de 23 de julho de 2021, alterada pela Lei n°. 18.278, de 23 de dezembro de 2022) foi estabelecida a meta para Resultado Nominal no valor positivo de R\$ 918.082 milhões. Esse valor representou a previsão de redução no estoque da Dívida Consolidada Líquida do Estado.

De acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período janeiro a dezembro de 2022, o Resultado Nominal no ano de 2022



demonstrou uma redução no endividamento do Estado, no valor de R\$ 891.064,337 mil, conforme Tabela 61.

**Tabela 61 – Evolução do resultado nominal do período de 2018 a 2022**

(R\$ 1.000,00)

Resultado Nominal	2018	2019	2020	2021	2022
Meta Fiscal da LDO	- 3.164.747	- 605.602	- 367.895	143.744	- 918.082
Resultado Nominal	- 2.816.342	- 32.744	- 978.452	865.299	891.064
Estoque da DCL	10.962.426	10.995.170	11.973.623	11.108.324	10.217.259

Fonte: Siafe - SEFAZ

A redução da Dívida Consolidada Líquida, em 2022, foi proporcionada principalmente pela da dívida contratual e do crescimento da RCL Ajustada, conforme comentado em item anterior.

Portanto, o Resultado Nominal, em 2022, foi positivo em R\$ 891.064 mil, indicando uma redução no nível de endividamento do Estado acima da meta estipulada para o exercício na LDO.

### 5.2.10 Parcerias Público-Privadas

A Lei nº. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, com alterações pelas Leis nº. 12.024/09 e nº. 12.766/12. A referida norma estabelece em seu art. 28 que a União não pode conceder garantias e realizar transferências voluntárias de caráter continuado, quando o conjunto das parcerias já contratadas por esses entes tiver excedido a 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida do exercício anterior, ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida projetada para os respectivos exercícios.

O Estado do Ceará vem atendendo ao limite de 5% das despesas em relação a RCL, pois suas despesas apresentam um percentual abaixo de 1%, conforme

apresentado na Tabela 62, com informações do Demonstrativo das Parcerias Públicas-Privadas, integrante do RREO, publicado no 6º bimestre de 2022.

**Tabela 62 – Despesas de PPP em relação a RCL**

	R\$ 1,00	
DESPESAS DE PPP	Exercício Anterior 2021	Exercício Corrente 2022
Programa VAPT VUPT de Atendimento Integrado ao Cidadão	53.663.959,69	57.697.212,60
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA LIMITE	53.663.959,69	57.697.212,60
RCL	25.170.813.561,04	30.383.651.351,44
(%) DESPESAS/RCL	0,21%	0,19%

Fonte: Siafe-SEFAZ

### 5.3 Investimentos Destinados ao Interior do Estado

O art. 210 da Constituição Estadual estabelecia que “a Lei de Orçamento do Estado observará, para investimento do setor público estadual do Interior, dotação nunca inferior a cinquenta por cento do valor global consignado para esse fim”. O parágrafo único do mesmo artigo definia ainda que “excluem-se da classificação de Municípios do Interior, para fins do caput deste artigo, os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza.”

Atualmente o Estado do Ceará está dividido em 14 regiões de planejamento, conforme estabelecido na Lei Complementar nº.154, de 20 de outubro de 2015. Assim, a atual distribuição dos investimentos do Estado, no exercício de 2020, teve o comportamento evidenciado na Tabela 63.

**Tabela 63 – Investimentos por Região de Planejamento**

(R\$ 1,00)

REGIÕES DE PLANEJAMENTO	VR. AUTORIZADO 2022	VR. EMPENHADO 2022	% EMPENHADO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL EMPENHADO EM 2022
01.CARIRI	814.450.100	520.516.463	63,91%	12,95%
02.CENTRO SUL	81.816.746	73.775.193	90,17%	1,83%
03.GRANDE FORTALEZA	3.450.222.194	2.086.377.279	60,47%	51,89%
04.LITORAL LESTE	38.288.238	34.762.610	90,79%	0,86%
05.LITORAL NORTE	114.669.578	92.973.034	81,08%	2,31%
06.LITORAL OESTE / VALE DO CURU	161.323.587	134.587.236	83,43%	3,35%
07.MACIÇO DO BATURITÉ	105.311.269	61.108.745	58,03%	1,52%
08.SERRA DA IBIAPABA	66.217.976	45.526.802	68,75%	1,13%
09.SERTÃO CENTRAL	309.026.274	185.127.141	59,91%	4,60%
10.SERTÃO DE CANINDÉ	70.437.430	62.409.222	88,60%	1,55%
11.SERTÃO DE SOBRAL	233.847.325	205.910.576	88,05%	5,12%
12.SERTÃO DOS CRATEÚS	167.704.062	152.644.072	91,02%	3,80%
13.SERTÃO DOS INHAMUNS	70.527.125	38.742.096	54,93%	0,96%
14.VALE DO JAGUARIBE	154.259.804	128.517.188	83,31%	3,20%
15.ESTADO DO CEARÁ	668.189.609	197.921.629	29,62%	4,92%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>6.506.291.320</b>	<b>4.020.899.286</b>	<b>61,80%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total (Excluída a Região de Planejamento 15)</b>	<b>5.838.101.711</b>	<b>3.822.977.656</b>	<b>65,48%</b>	
<b>Interior (Excluídas as Regiões de Planejamento 03 e 15)</b>	<b>2.387.879.516</b>	<b>1.736.600.377</b>	<b>72,73%</b>	
<b>Verificação do Limite Constitucional</b>	<b>40,90%</b>	<b>45,43%</b>		

Fonte: SIOF/SEPLAG

A partir da análise da Tabela 63 é possível identificar que 45,43% do valor total empenhado foi destinado ao interior do Estado, percentual esse que não atende ao dispositivo constitucional (50%). A Grande Fortaleza teve aplicação de 51,89%, seguida pelo Cariri com 12,95% e o Sertão de Sobral com 5,12%. As demais regiões apresentaram percentuais de investimentos abaixo de 4,00%.

## 5.4 Aplicação de Recursos na FUNCAP

A Constituição Estadual de 1989 estabelece no art. 258, que:

CE, Art. 258. O Estado manterá uma fundação de amparo à pesquisa, para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, atribuindo-lhe dotação mínima, correspondente a dois por cento da receita tributária como renda de sua administração privada.

§1º A dotação prevista neste artigo será calculada sobre a renda obtida através de impostos e transferida em duodécimos, mensalmente, no mesmo exercício.

§2º A despesa com pessoal da Fundação de Amparo à Pesquisa não poderá exceder os cinco por cento do seu orçamento global.

A verificação do cumprimento da previsão constitucional consiste em avaliar o volume de recursos aplicados pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, instituída pela Lei Estadual nº.11.752, de 12 de novembro de 1990, com alterações pela Lei nº 15.012, de 04 de outubro de 2011, sendo vinculada à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará (Secitece).

Em 2022, foram aplicados recursos no valor de R\$ 113.573.134, que correspondem a um percentual de 0,8606% da receita líquida tributária, conforme a Tabela 64.

**Tabela 64 - Percentual de Recursos Aplicados na Funcap em Relação à Receita de Impostos**

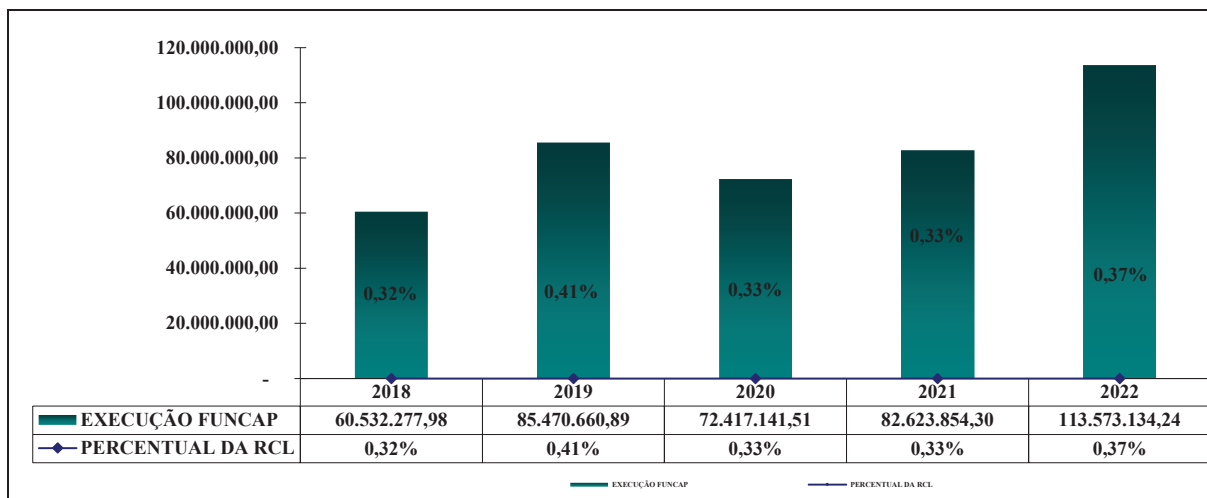
R\$ 1,00

Descrição	EXECUÇÃO 2022
<b>Receita de Impostos Líquida</b>	<b>R\$ 13.196.943.379</b>
Atendendo Limite Constitucional (2%)	R\$ 263.938.868
<b>RECURSOS APLICADOS NA FUNCAP</b>	<b>R\$ 113.573.134</b>
<b>Percentual de recursos aplicados na FUNCAP</b>	<b>0,8606%</b>

Fonte: Siafe-SEFAZ

O Gráfico 18 apresenta a evolução dos recursos executados pela Funcap nos últimos cinco anos, podendo-se constatar que nos anos de 2019 e 2022 ocorreram incrementos substanciais do percentual de execução em relação à RCL.

## Gráfico 18 – Evolução dos recursos executados pela FUNCAP



Fonte: Siafe-SEFAZ

## 5.5 Investimentos

Segundo LDO 2022 (Lei n°. 17.573, de 23 de julho de 2021), ficou estabelecida, como meta anual de investimentos para o exercício de 2022, a média dos valores empenhados nos grupos de natureza da despesa 4 – Investimentos e 5 – Inversões Financeiras, nas fontes 00 – Recursos Ordinários e 10 – Fecop, nos últimos 4 (quatro) exercícios anteriores à vigência desta Lei.

A Tabela 65 apresenta a Meta de Investimentos para 2022, que foi de R\$ 1.454.314 mil, e o valor total empenhado de Investimentos, até agosto de 2022, no montante de R\$ 1.398.962 mil, demonstrando uma aplicação de recursos de 96,19% do limite estipulado na LDO 2022, não atingindo a meta.

**Tabela 65 – Valor Médio Empenhado nas Fontes 00 e 10 de 2018 a 2021**

R\$ 1.000,00

Valor Médio Empenhado Fontes 00 e 10 - 2018-2021						
Grupo de Despesa	2018	2019	2020	2021	Meta	2022
44 - Investimentos	889.227	816.914	1.067.518	2.237.403	1.252.766	1.330.466
45 - Inversões Financeiras	167.537	118.460	221.230	298.968	201.549	68.496
<b>Total</b>	<b>1.056.764</b>	<b>935.374</b>	<b>1.288.748</b>	<b>2.536.371</b>	<b>1.454.314</b>	<b>1.398.962</b>

Fonte: Siafe / SEFAZ

## 5.6 Receita de Alienação de Bens e Aplicação dos Recursos

O art. 44 da LRF veda a aplicação da Receita de Capital derivada da Alienação de Bens e Direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de Despesa Corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos. Os recursos da alienação de bens e direitos não podem ser aplicados no financiamento de despesa corrente, salvo as exceções destacadas no próprio dispositivo citado.

O art. 53, § 1º, inciso III, da LRF, orienta que o RREO, referente ao último bimestre do exercício, será acompanhado do demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes. Analisando o demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos, que compõe o Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao 6º bimestre do ano de 2021, constatou-se que apresentava um saldo de R\$68.133.462,16 para ser aplicado.

A Tabela 66 apresenta a movimentação dos recursos advindos da alienação de ativos, indicando os recursos que ingressaram e saíram em 2022.

**Tabela 66 – Movimentação dos recursos oriundos da alienação de ativos em 2022**

(R\$ 1,00)

Saldo em 2021 (I)	Receita Realizada em 2022 (II)	Despesa paga em 2022 (III)	Restos a Pagar Pago em 2022 (IV)	Saldo em 2022 (V) = (I + II - (III+IV))
R\$68.133.462,16	R\$93.021,99	R\$66.567.977,30	R\$351.990,99	R\$1.306.515,86

Fonte: Siafe-SEFAZ

Desse modo, percebe-se que em 2022 foi adicionado ao saldo do demonstrativo o valor de R\$ 93.021,99, referente à Receita Realizada e ocorreram pagamentos de despesa e restos a pagar nos respectivos valores R\$ 66.567.977,30 e R\$ 351.990,99, apresentando um saldo final em 2022 de R\$ 1.306.515,86.

## 5.7 Disponibilidades de Caixa

A Disponibilidade de Caixa Bruta é composta pelos ativos de alta liquidez, como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Por outro lado, as obrigações financeiras representam os compromissos assumidos com os fornecedores e prestadores de serviço, incluindo os depósitos de diversas origens. Da Disponibilidade Bruta são deduzidos os recursos de terceiros, como depósitos e consignações, os Restos a Pagar Processados, os Restos a Pagar Não-processados, dentre outros. Vale ressaltar, que não são deduzidas somente as despesas do ponto de vista contábil, mas também as obrigações fiscais. Dessa forma, os Restos a Pagar Não-processados de exercícios anteriores são também deduzidos.

A Disponibilidade de Caixa deve constar de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada. Na inscrição, deve-se observar que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso. A Tabela 67 apresenta os saldos de 31 de dezembro de 2022 das principais fontes de recursos.

**Tabela 67 – Saldo da disponibilidade de caixa líquida antes da inscrição em restos a pagar não processados por destinação de recursos até dez/22**

R\$ 1,00

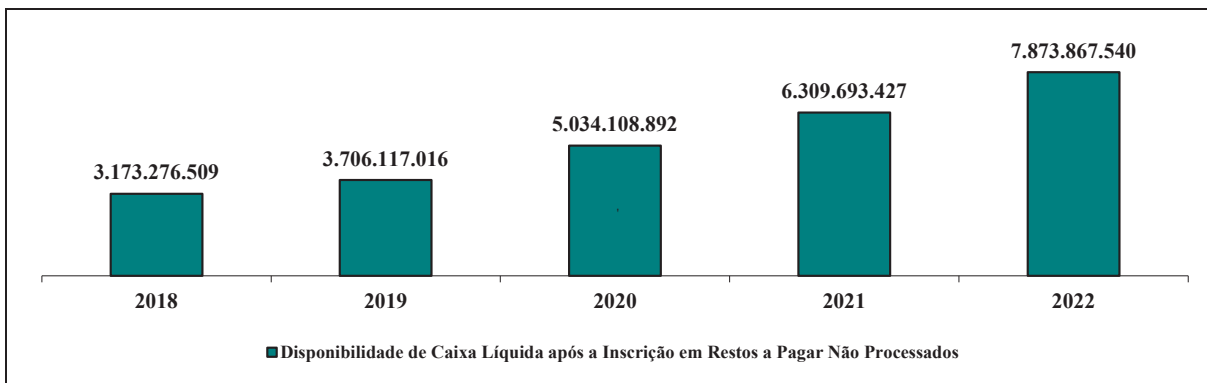
Destinação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta (A)	Operações Financeiras (B)	Disponibilidade de Caixa Líquida antes da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados (C = A-B)
Recursos Não Vinculados/ Ordinários	4.398.688.055,39	(1.236.936.242,34)	3.161.751.813,05
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	1.153.659,57	(18.033.339,48)	(16.879.679,91)
Transferências do FUNDEB	229.303.275,56	(20.837.694,26)	208.465.581,30
Outros Recursos Destinados à Educação	1.482.700.333,85	(3.594.909,08)	1.479.105.424,77
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	104.301.879,67	(25.689.193,25)	78.612.686,42
Outros Recursos Destinados à Saúde	483.477.347,43	(28.650.235,10)	454.827.112,33
Recursos Vinculados à Assistência Social	46.849.851,67	(3.289.446,20)	43.560.405,47
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	980.289.561,21	(49.928.454,94)	930.361.106,27
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	415.120.450,75	(9.587.456,67)	405.532.994,08
Recursos de Operação de Crédito ( Exceto destinados a Saúde e Educação)	212.798.255,30	(15.362.839,26)	197.435.416,04
Recursos de Alienação de Bens\Ativos	3.362.558,41	-	3.362.558,41
Outros Recursos Vinculados	955.116.575,15	(27.384.453,88)	927.732.121,27
<b>Total dos Recursos</b>	<b>9.313.161.803,96</b>	<b>(1.439.294.264,46)</b>	<b>7.873.867.539,50</b>

Fonte: Siafe-SEFAZ

De acordo com o Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa, integrante do Relatório de Gestão Fiscal de 2022, apresentado na Tabela 67, o Estado apresentou, ao final do exercício, disponibilidade bruta na importância de R\$9.313.161.803,96. Já a Disponibilidade de Caixa Líquida, antes da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados, foi de R\$ 7.873.867.539,50. O Gráfico 19 apresenta a evolução do saldo da Disponibilidade de Caixa Líquida após a Inscrição em Restos a Pagar não Processados, ao final de cada um dos exercícios de 2018 a 2022.



### Gráfico 19 - Saldo da disponibilidade de caixa líquida após a inscrição em restos a pagar não processados no final de cada exercício



Fonte: Siafe-SEFAZ

Assim, quando se analisa o incremento nominal das Disponibilidades de Caixa, entre os anos de 2018 e 2022, verifica-se o incremento percentual de 86,31%. Comparando esse percentual com o índice de inflação acumulada do período de 28,47%, conforme Tabela 68, as disponibilidades de caixa apresentaram um ganho real no período de 45,02%. Esse crescimento das disponibilidades se deve em parte pelo crescimento da receita corrente acima da inflação como se pode constatar na análise da Receita Corrente Líquida (RCL), e ainda, por medidas de contenção e controle de despesas conforme Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Ceará.

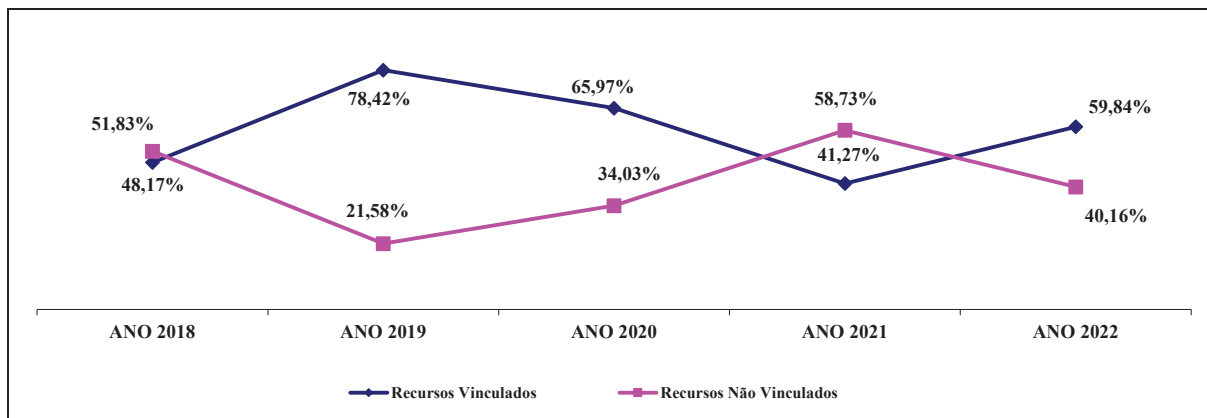
### Tabela 68 - Índices de inflação – IPCA

	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2022
Índice de Inflação IPCA	3,75%	4,31%	4,52%	10,06%	5,80%
Índice de Inflação Acumulada	3,75%	8,06%	12,59%	22,66%	28,47%

Fonte: BACEN

Quanto à vinculação para sua utilização, os recursos na Disponibilidade de Caixa apresentam situação distinta. O Gráfico 20 aponta que, em 2021, as destinações não vinculadas foram superiores às vinculadas, quebrando uma sequência de 2019 e 2020 com recursos vinculados superiores aos não vinculados, porém, em 2022, os recursos vinculados voltaram a ser superiores aos não vinculados.

## Gráfico 20 - Vinculação da disponibilidade de caixa líquida no final de cada Exercício



Fonte: Siafe-SEFAZ

## 5.8 Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF)

O Estado do Ceará é parte integrante do Contrato de Confissão, Assunção e Refinanciamento de Dívidas nº003/97 STN/COAFI, de 16 de outubro de 1997, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado federal nº 123/97. O programa dá cumprimento ao disposto no referido Contrato e seus termos aditivos. A 24ª revisão contempla metas ou compromissos relativos ao exercício de 2022 e estimativas para os exercícios de 2022-2024.

O cumprimento das metas ou compromissos do Programa visa manter a classificação da capacidade de pagamento do Estado, tornando elegíveis as operações de crédito de seu interesse à concessão de garantias da União. Esse item busca demonstrar quais as Metas ou Compromissos e seus respectivos resultados em 2022.

**META 1 – POUPANÇA CORRENTE:** para fins de adimplência com o Programa, o indicador de Poupança Corrente, apurado apenas relativamente ao exercício de 2022, deve ser menor que 95%.

O indicador da POUPANÇA CORRENTE (Despesa Corrente / RCL Ajustada) é calculado conforme fórmula apresentada na Portaria do Ministério da Fazenda nº 501, de 23 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 24 de novembro 2017.

A Meta 1 estabelecida foi atendida, pois a POUPANÇA CORRENTE ficou em 88,13%, com base nos dados da Despesa Corrente (R\$ 26.698.672.773,03) dividida pela RCL Ajustada (R\$ 30.294.830.171,62), conforme Tabela 69.

**Tabela 69 – Meta 1**

Descrição	ANO 2022
<b>META 1</b>	<b>&gt; 95%</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>88,13%</b>

Fonte: RREO - 6o. Bimestre/2022

**META 2 – LIQUIDEZ:** para fins de adimplência com o Programa, o indicador de Liquidez em 2022 deve ser menor que 100%.

O indicador LIQUIDEZ (Obrigações Financeiras / Disponibilidade de Caixa Bruta) é calculado conforme fórmula apresentada na Portaria do Ministério da Fazenda nº 501, de 23 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 24 de novembro 2017.

No exercício de 2022, a Liquidez foi de 16,5%, com base nos dados das Obrigações Financeiras (R\$ 1.439.291.264,46) dividido pela Disponibilidade de Caixa Bruta (R\$ 8.733.510.976,08), menor que 100%, atendendo a Meta 2 estabelecida, conforme Tabela 70.

**Tabela 70 – Meta 2**

R\$ Milhões

Descrição	ANO 2022
<b>META 2</b>	<b>&gt;100%</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>16,5%</b>

Fonte: RGF - 3o. Quadrimestre/2022

**META 3 – DESPESA COM PESSOAL / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA:** não ultrapassar o limite definido no art. 19, inciso II, da LRF. Em 2020, a Meta 3 foi atendida, pois o resultado da soma dos percentuais da Despesa com Pessoal de todos os Poderes e Ministério Público ficou em 50,544%, muito abaixo do limite de 60%, conforme Tabela 71.

**Tabela 71 – Meta 3**

Descrição	ANO 2022
<b>META 3</b>	<b>60,00%</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>50,54%</b>

Fonte: RGF - 3o. Quadrimestre/2022

Assim, o governo do Estado do Ceará atendeu todas as Metas (1 a 3) do PAF apresentadas na 24<sup>a</sup>. Revisão, período 2022-2024.

### **5.9 Cumprimento do Novo Regime Fiscal (EC nº 88/2016)**

A Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016, instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Ceará. Esse regime irá vigorar por dez exercícios financeiros, a partir de 2017, nos termos dos arts. 43 a 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Em 2022, a Resolução do Conselho de Governança nº01/2022 realizou uma redistribuição dos limites individualizados da despesa primária corrente, estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 88/16 para os anos de 2021 e 2022. Os novos limites foram calculados, considerando na base de cálculo a integralidade das despesas com pessoal dos respectivos servidores inativos e pensionistas, mesmo que o custeio dessas despesas estivessem a cargo de outro Poder ou órgão, em observância ao disposto no § 7º do art. 20 da Lei Complementar nº101/2000.

A Tabela 72, apresenta o demonstrativo do Novo Regime Fiscal para o exercício de 2022.

## Tabela 72 – Demonstrativo do Novo Regime Fiscal

R\$ 1,00

DEMONSTRATIVO DO NOVO REGIME FISCAL (EC n.º 88/16)	Ano Anterior (A)		Ano Corrente (B)		Variação (%) (C = B/A)
	Corrente	Restos a Pagar	Corrente	Restos a Pagar	
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES BRUTA (I)</b>	<b>23.664.517.749,92</b>	<b>773.938.939,47</b>	<b>22.095.579.624,12</b>	<b>721.877.864,62</b>	<b>-6,63%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	11.478.676.072,07	261.080.503,56	13.009.241.185,74	115.920.937,57	11,80%
Outras Despesas Correntes	12.185.841.677,85	512.858.435,91	9.086.338.438,38	605.956.927,05	-23,67%
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>12.700.484.317,59</b>	<b>435.792.121,67</b>	<b>10.296.518.146,79</b>	<b>1.043.012.952,16</b>	<b>-13,68%</b>
(-) Transferências Constitucionais e legais (IPVA e ICMS)	4.372.912.430,48	76.878.454,20	0,00	0,00	#REF!
(-) Despesas Relativas à Saúde	4.785.982.548,41	208.823.109,00	5.403.034.349,14	485.732.945,50	-100,00%
(-) Despesas Relativas à Educação	3.482.304.334,74	146.768.262,54	4.893.483.797,65	557.280.006,66	50,20%
(-) Fundos operacionalizados com recursos exclusivamente próprios	59.285.003,96	3.322.295,93	0,00	0,00	-100,00%
<b>TOTAL DE DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)</b>	<b>11.302.180.250,13</b>		<b>11.477.926.389,79</b>		<b>1,55%</b>
<b>LIMITE NOVO REGIME FISCAL ANO CORRENTE (IV)</b>			<b>13.543.109.527,00</b>		
<b>UTILIZAÇÃO DO LIMITE (V) = (III-B / IV)</b>			<b>84,75%</b>		
<b>SALDO LIMITE (VI) = (IV - III-B)</b>			<b>2.065.183.137,21</b>		

Fonte: Siafe-SEFAZ

Nota 1: O demonstrativo evidencia apenas as despesas pagas e os restos a pagar pagos.

Nota 2: Nas deduções relativas às despesas com saúde e educação foram consideradas as despesas pagas na funções orçamentárias da saúde e educação.

Em 2022, as despesas primárias correntes foram no montante de R\$11.477.926.389,79, apresentando uma variação de 1,56% em relação a 2021. As despesas executadas pelo Poder Executivo, no exercício de 2022, representaram 84,75% do Limite do Novo Regime Fiscal. Portanto, verificou-se um saldo de R\$ 2.065.183.137,21, indicando o cumprimento do Novo Regime Fiscal.

### 5.10 Indicadores Gerenciais

Nesse capítulo serão analisados alguns indicadores gerenciais que irão demonstrar os esforços do governo em manter as finanças do Estado em equilíbrio. A Tabela 73 apresenta a consolidação dos indicadores gerenciais utilizados para a avaliação.

**Tabela 73 – Demonstrativo dos Indicadores Gerenciais**

Indicador	Período	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
<b>INDICADORES DE RECEITA</b>					
Receita <i>Per Capita</i>	Bimestral	R\$ 3.356,87	R\$ 3.441,08	R\$ 4.012,77	R\$ 4.628,72
Esforço Tributário	Bimestral	10,18%	9,65%	11,27%	11,57%
Autonomia Financeira	Bimestral	67,01%	63,28%	64,84%	61,31%
Participação do ICMS na Receita Operacional	Bimestral	42,72%	41,58%	44,03%	40,27%
Crescimento da Receita	Bimestral	10,08%	3,33%	15,94%	15,35%
Participação das Transferências Correntes na Receita Operacional	Bimestral	32,99%	36,72%	35,16%	38,69%
<b>INDICADORES DE DESPESA</b>					
Gasto <i>Per Capita</i>	Bimestral	R\$ 2.854,29	R\$ 2.912,64	R\$ 3.392,30	R\$ 3.497,45
Crescimento do Gasto	Bimestral	3,13%	2,86%	15,79%	3,10%
Tamanho do Setor Público	Bimestral	16,00%	15,99%	17,86%	17,27%
Variação dos Investimentos	Bimestral	-23,42%	14,59%	40,63%	5,29%

Fonte: Demonstrativos do RREO do 6o. Bim de cada ano

O **indicador da Receita *per capita*** mostra as mudanças ocorridas no nível da receita corrente em relação às mudanças no tamanho da população. Assim, espera-se que quando a população aumente, ocorra um aumento no nível de serviços para atender as necessidades da população. E ainda, é esperado um incremento na receita devido ao aumento da renda em circulação e do crescimento do consumo. Assim, quanto maior o resultado desse indicador, melhor a condição financeira do Governo. Esse indicador vem apresentando crescimento nos últimos três anos, passando de 3.356,87, em 2019, para 4.628,72 em 2022.

O **indicador do Esforço Tributário** evidencia o crescimento da Receita com tributos em relação ao PIB. Quanto maior o resultado desse indicador, melhor a condição financeira do governo, apesar da carga tributária a que estão submetidos os contribuintes. Nos últimos anos, a receita apresentou incrementos maiores do que o PIB, passando de 10,18%, em 2019, para 11,57% em 2022.

O **indicador da Autonomia Financeira** demonstra a dependência da arrecadação própria em relação à receita total. Nesse indicador, quanto maior o percentual apresentado, menor será a dependência de outras receitas. Nos últimos quatro anos, esse indicador se apresenta próximo de 60%, indicando uma

autonomia da receita própria em relação às demais receitas e, no último ano, apresentou um percentual de 61,31%.

O **indicador de Participação do ICMS** demonstra a dependência da arrecadação desse tributo em relação a receita total. Nesse indicador, quanto maior o percentual apresentado, menor será a dependência de outras receitas. Nos últimos quatro anos, esse indicador se apresenta acima de 40%, indicando uma participação relevante em relação à receita total e, no último ano, apresentou um percentual de 40,27%.

O **indicador de Participação das Transferências Correntes** demonstra a dependência da arrecadação dessas transferências em relação à receita total. Nesse indicador, quanto maior o percentual apresentado, menor será a dependência de outras receitas. Nos últimos quatro anos, esse indicador se apresenta acima de 30%, indicando uma participação relevante em relação a receita total e, no último ano, apresentou um percentual de 38,69%.

O **indicador do Gasto *per capita*** aborda a despesa total em relação às mudanças no tamanho da população, onde demonstra que os recursos estão sendo aplicados com relação ao quantitativo da população, quanto menor melhor. Esse indicador vem apresentando crescimento nos últimos quatro anos, passando de 2.854,29, em 2019, para 3.497,45 em 2022. Esse aumento no gasto *per capita* pode indicar que o custo para fornecer os serviços públicos ultrapassa a capacidade de pagamento da população, especialmente se o gasto público está aumentando mais rápido que a renda pessoal.

O **indicador do Crescimento do Gasto** demonstra a evolução real do gasto ao longo do tempo. Quando o crescimento do gasto é superior ao crescimento da receita, cria-se a necessidade por recursos para equacionar o *gap* entre necessidades de gastos e as receitas próprias. Assim, quanto maior o resultado desse indicador em comparação ao **indicador de Crescimento da Receita**, menor será a capacidade do governo em ter reservas financeiras para situações imprevistas e podendo até prejudicar seus pagamentos. Comparando o ano de 2022 com relação ao ano anterior, a receita cresceu 15,35% e o gasto 3,10%, ocorrendo uma maior variação da receita em relação ao gasto, que deve ter como principais

fatores o incremento na Receita Corrente Líquida ocorrida em 2022, conforme percentuais apresentados na Tabela 49.

O **indicador do Tamanho do Setor Público** demonstra o montante de despesas empenhadas em relação ao PIB, representando a contribuição do setor público por meio da compra de bens e serviços. Nos últimos quatro anos, o indicador permaneceu próximo de 16%, chegando, no último ano, a 17,27%.

O **indicador de Variação dos Investimentos** demonstra a alteração nos investimentos entre o período atual e o anterior, quanto maior melhor. No ano de 2019, a variação foi negativa, mas nos anos posteriores o montante de investimentos foi crescendo e, no último ano, a variação ficou em 5,29%.



## 6 CONCLUSÃO

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE) elaborou o Relatório do Controle Interno sobre as Contas do Governo (RCI-Governo) referente ao exercício financeiro de 2022 de acordo com os preceitos constitucionais e as previsões da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei Federal nº4.320/1964 e nos demais normativos legais sobre a matéria.

Considera-se importante frisar, que as análises tomaram como parâmetro as informações consolidadas do Balanço Geral do Estado e da Mensagem Governamental de 2023. O exame pormenorizado dos atos individuais dos dirigentes e responsáveis pela aplicação dos recursos públicos deve ser realizado por ocasião da análise das contas anuais de gestão.

A atuação da CGE visou fortalecer o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, atuando nas funções de Controladoria, Auditoria Governamental, Ouvidoria, Correição, Ética e Transparência. Os resultados contribuem para o aperfeiçoamento da gestão, fortalecendo o relacionamento governo-sociedade com base no critério de interesse público.

Para analisar as recomendações emitidas pelo TCE/CE nas Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2021, a CGE coordenou a Comissão do PASF Contas de Governo, reunindo os atores estratégicos e consolidando as informações apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela definição de ações a serem adotadas. A Comissão deu tratamento a todas as recomendações apresentadas pelo TCE/CE no Parecer Prévio sobre as Contas do Governador.

O Ceará apresentou uma melhoria no crescimento do PIB do Ceará a partir de 2017, acompanhando a tendência do Brasil, apresentando uma queda em 2020, em decorrência da pandemia do Covid-19. Apesar disso, em 2021, o Estado do Ceará registra uma retomada do crescimento econômico, terminando a série, em 2022, com leve redução de crescimento em relação ao ano anterior e abaixo da média do país. No geral, houve alcance de 58,26% das metas dos programas, tendo 33,51% das metas superadas. Os Eixos Ceará da Gestão Democrática por Resultados e

Ceará de Oportunidades possuem 50% de seus indicadores de programas com superação de meta.

O resultado orçamentário de 2022 apresentou um superávit de R\$ 496.375 milhões. Assim, as receitas correntes apresentaram um elevado nível de realização, cerca de 111,09%, enquanto as receitas de capital apresentaram uma realização de 38,01%, com a realização total da receita em 106,19%. Quanto às despesas correntes, o nível de empenho ficou em 96,87%, portanto, abaixo das receitas correntes. As despesas de capital tiveram um resultado de 78,23%, sendo o empenho total equivalente a 92,71% do planejado.

De forma geral, a gestão dos recursos financeiros do Estado do Ceará está adequada aos parâmetros de controle legais e gerenciais, conforme se verifica na análise dos indicadores. Os demonstrativos integrantes do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e respectivos anexos, no período de janeiro a dezembro de 2022, foram publicados em conformidade com os padrões estabelecidos pela Portaria nº. 286, de 07.05.2019, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que aprovou a 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais. O Governo do Estado do Ceará atendeu a todos os limites estabelecidos para a Gestão Fiscal (pessoal, dívida, operações de crédito, garantias e contragarantias e serviço da dívida), bem como os limites dos indicadores de Saúde e Educação, o percentual de aplicação de recursos do FUNDEB (estadual e federal), a regra de ouro, as metas do Resultado Primário e Nominal e o limite do percentual das despesas com PPP.

Em relação às regras da Constituição Estadual, não foram atingidos o percentual de aplicação de recursos na FUNCAP, nem o percentual de Investimentos Destinados ao Interior do Estado e o montante de Investimentos, mas que estão sendo demonstradas as ações para cumprimento desses indicadores, nas respostas às recomendações. Contudo, foram atendidas as metas do PAF e o Teto de Gastos instituído pelo Novo Regime Fiscal (Emenda da Constituição Estadual nº 88/2016).

O RCI-Governo visa contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública, fortalecendo o ambiente de controle interno do Poder Executivo, constituindo-se em

um instrumento de *accountability*, promotor da transparência e da integridade na gestão dos recursos públicos.

Fortaleza, 31 de março de 2023.

ADRIANA OLIVEIRA  
NOGUEIRA:35922010344

Assinado de forma digital por  
ADRIANA OLIVEIRA NOGUEIRA:35922010344  
Dados: 2023.04.03 16:10:18 -03'00'

**Adriana Oliveira Nogueira**  
Auditora de Controle Interno

VITOR HUGO  
GASPAR  
PINTO:96999942315

Assinado de forma digital por  
VITOR HUGO GASPAR  
PINTO:96999942315  
Dados: 2023.04.03 16:18:05 -03'00'

**Vitor Hugo Gaspar Pinto**  
Orientador da Célula de Monitoramento  
da Gestão para Resultados e Gestão  
Fiscal (Respondendo)

MARCELO DE SOUSA  
MONTEIRO:3773188  
2349

Assinado de forma digital por  
MARCELO DE SOUSA  
MONTEIRO:37731882349  
Dados: 2023.04.03 16:00:39 -03'00'

**Marcelo de Sousa Monteiro**  
Coordenador de Controladoria  
(Respondendo)

ALEX AGUIAR  
LINS:65767535353

Assinado de forma digital por  
ALEX AGUIAR LINS:65767535353  
Dados: 2023.04.03 16:32:34  
-03'00'

**Alex Aguiar Lins**  
Auditor de Controle Interno

JOSE OTACILIO DE  
ASSIS  
JUNIOR:6307174633  
4

Assinado de forma digital  
por JOSE OTACILIO DE  
ASSIS JUNIOR:63071746334  
Dados: 2023.04.03 16:08:49  
-03'00'

**José Otacílio de Assis Junior**  
Articulador (Respondendo)

Visto:

ANTONIO MARCONI  
LEMONS DA  
SILVA:41031857320

Assinado de forma digital por  
ANTONIO MARCONI LEMOS DA  
SILVA:41031857320  
Dados: 2023.04.03 15:56:01 -03'00'

**Antônio Marconi Lemos da Silva**  
Secretário Executivo da  
Controladoria e Ouvidoria Geral



# DEMONSTRATIVOS



# CONSOLIDADO







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO CATEGORIAS ECONOMICAS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:28

Anexo I, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

RECEITA	R\$	DESPESA	R\$
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>42.113.791.367,79</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>26.698.672.773,03</b>
TRIBUTÁRIAS	21.795.494.740,59	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.149.088.979,48
CONTRIBUIÇÕES	1.343.241.261,48	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	855.325.594,66
PATRIMONIAIS	1.296.282.037,73	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.694.258.198,89
AGROPECUÁRIAS	8.528,44		
INDUSTRIAL	0,00		
SERVIÇOS	403.815.701,45		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.451.821.772,14		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	823.127.325,96		
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>-10.270.994.313,61</b>		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-10.270.994.313,61		
<b>TOTAL (A)</b>	<b>31.842.797.054,18</b>	<b>TOTAL (A)</b>	<b>26.698.672.773,03</b>
DÉFICIT (B)	0,00	SUPERÁVIT (B)	5.144.124.281,15
<b>TOTAL I (A + B)</b>	<b>31.842.797.054,18</b>	<b>TOTAL I (A + B)</b>	<b>31.842.797.054,18</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>783.845.422,00</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.431.595.147,53</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	593.504.606,13	INVESTIMENTOS	3.835.032.018,88
ALIENAÇÃO DE BENS	93.021,98	INVERSÕES FINANCEIRAS	155.869.890,48
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	6.536.010,84	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.440.693.238,17
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	183.711.783,05		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
<b>TOTAL (C)</b>	<b>783.845.422,00</b>	<b>TOTAL (C)</b>	<b>5.431.595.147,53</b>
DÉFICIT (D)	4.647.749.725,53	SUPERÁVIT (D)	0,00
<b>TOTAL II (C + D)</b>	<b>5.431.595.147,53</b>	<b>TOTAL II (C + D)</b>	<b>5.431.595.147,53</b>
<b>RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>2.316.241.955,48</b>	<b>DESPESAS DE INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.461.684.930,97</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	45.385,26	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.777.955.769,44
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.769.890.938,80	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	654.877.856,12
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	INVESTIMENTOS	28.851.305,41
RECEITA DE SERVIÇOS	23.804.891,72	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	522.500.739,70	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>-33.660,00</b>		
DEDUÇÕES DA RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	-33.660,00		
<b>TOTAL (E)</b>	<b>2.316.208.295,48</b>	<b>TOTAL (E)</b>	<b>2.461.684.930,97</b>
DÉFICIT INTRA-ORÇAMENTÁRIA (F)	145.476.635,49	SUPERÁVIT INTRAORÇAMENTÁRIO (F)	0,00
<b>TOTAL III (E+F)</b>	<b>2.461.684.930,97</b>	<b>TOTAL III (E+F)</b>	<b>2.461.684.930,97</b>
<b>TOTAL (I + II + III)</b>	<b>39.736.077.132,68</b>	<b>TOTAL (I + II + III)</b>	<b>39.736.077.132,68</b>

RECEITAS CORRENTES	42.113.791.367,79	DESPESAS CORRENTES	26.698.672.773,03
RECEITAS DE CAPITAL	783.845.422,00	DEPESAS DE CAPITAL	5.431.595.147,53
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.316.241.955,48	DEPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.461.684.930,97
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO E INTRA-ORÇAMENTÁRIO	4.793.226.361,02	SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO E INTRA-ORÇAMENTÁRIO	5.144.124.281,15
DEDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-10.271.027.973,61		
<b>TOTAL</b>	<b>39.736.077.132,68</b>	<b>TOTAL</b>	<b>39.736.077.132,68</b>

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1 - Receitas Correntes			42.113.791.367,79
11 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		21.795.494.740,59	
111 - Impostos		20.654.955.000,47	
1112510 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	1.480.538.373,69		
11125101 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Principal	1.391.368.432,38		
1112510101 - IPVA - Principal	1.391.368.432,38		
11125102 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Multas e Juros	49.668.045,98		
1112510201 - IPVA - Multas e Juros de Mora	49.668.045,98		
11125103 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa	29.080.410,66		
1112510301 - IPVA - Dívida Ativa	29.080.410,66		
11125104 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	10.421.484,67		
1112510401 - IPVA - Dívida Ativa - Multa e Juros de Mora	10.421.484,67		
1112520 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	143.907.223,58		
11125201 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Principal	127.019.022,45		
1112520101 - ITCD - Principal	127.019.022,45		
11125202 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Multas e Juros	7.393.173,49		
1112520201 - ITCD - Multas e Juros de Mora	7.392.654,87		
1112520202 - ITCD - Multas e Juros de Penalidades	518,62		
11125203 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa	6.973.325,09		
1112520301 - ITCD - Dívida Ativa	6.973.325,09		
11125204 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.521.702,55		
1112520401 - ITCD - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora	2.521.702,55		
1113031 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.807.592.825,74		
11130311 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.807.592.825,74		
1113031101 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.807.592.825,74		
1113034 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	68.622.518,83		
11130341 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	68.622.518,83		
1113034101 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	68.622.518,83		
1114501 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	16.456.359.492,17		
11145011 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Principal	16.257.610.075,08		





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1114501101 - ICMS Combustível	3.378.221.514,75		
1114501102 - ICMS Comércio Atacadista	3.743.116.276,99		
1114501103 - ICMS Comércio Varejista	2.342.998.147,70		
1114501104 - ICMS Comunicação	517.252.694,94		
1114501105 - ICMS Construção Civil	38.910.940,08		
1114501106 - ICMS Energia Elétrica	2.125.961.543,17		
1114501107 - ICMS Indústria	3.533.136.472,07		
1114501108 - ICMS Outros Serviços	67.015.448,39		
1114501109 - ICMS Pessoa Física	24.432.052,13		
1114501110 - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	143.304.936,20		
1114501111 - ICMS Produtor Agropecuário	18.614.663,43		
1114501112 - ICMS Transporte	295.849.791,72		
1114501113 - ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	28.795.593,51		
11145012 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Multas e Juros	91.249.882,95		
1114501201 - Multas e Juros de Mora - ICMS Combustível	377.898,96		
1114501202 - Multas e Juros de Mora - ICMS Comércio Atacadista	10.417.474,93		
1114501203 - Multas e Juros de Mora - ICMS Varejista	15.481.029,16		
1114501204 - Multas e Juros de Mora - ICMS Comunicação	1.673.331,23		
1114501205 - Multas e Juros de Mora - ICMS Construção Civil	135.972,58		
1114501206 - Multas e Juros de Mora - ICMS Energia Elétrica	21.901.802,98		
1114501207 - Multas e Juros de Mora - ICMS Indústria	17.692.801,37		
1114501208 - Multas e Juros de Mora - ICMS Outros Serviços	539.276,74		
1114501209 - Multas e Juros de Mora - ICMS Pessoa Física	381.008,23		
1114501210 - Multas e Juros de Mora - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	1.133.360,32		
1114501211 - Multas e Juros de Mora - ICMS Produtor Agropecuário	456.354,59		
1114501212 - Multas e Juros de Mora - ICMS Transporte	1.689.478,75		
1114501213 - Multas e Juros de Mora - ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	19.480,39		
1114501221 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Combustível	313.381,51		
1114501222 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Atacadista	3.107.626,23		
1114501223 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Varejista	2.679.087,36		
1114501224 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comunicação	610.229,30		
1114501225 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Construção Civil	39.255,15		



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1114501226 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Energia Elétrica	254.479,31		
1114501227 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Indústria	3.959.226,59		
1114501228 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Outros Serviços	59.840,89		
1114501229 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Pessoa Física	1.679.538,10		
1114501230 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	4.960.555,26		
1114501231 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Produtor Agropecuário	91.705,10		
1114501232 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Transporte	1.595.687,92		
11145013 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa	91.365.994,12		
1114501301 - Dívida Ativa - ICMS Combustível	554.726,08		
1114501302 - Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	5.385.153,82		
1114501303 - Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	6.259.422,52		
1114501304 - Dívida Ativa - ICMS Comunicação	2.177.400,65		
1114501305 - Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	103.291,27		
1114501306 - Dívida Ativa - ICMS Energia Elétrica	77.921,41		
1114501307 - Dívida Ativa - ICMS Indústria	21.337.367,76		
1114501308 - Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	580.398,10		
1114501309 - Dívida Ativa - ICMS Pessoa Física	33.094,34		
1114501310 - Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	50.030.615,65		
1114501311 - Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	371.124,23		
1114501312 - Dívida Ativa - ICMS Transporte	4.455.478,29		
11145014 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa - Multas e Juros	16.133.540,02		
1114501401 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Combustível	48.609,99		
1114501402 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	384.252,77		
1114501403 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	821.232,55		
1114501404 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comunicação	46.720,69		
1114501405 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	2.040,19		
1114501406 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Energia Elétrica	18.096,66		
1114501407 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Indústria	2.671.702,08		
1114501408 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	75.498,57		



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1114501410 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	3.843.459,50		
1114501411 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	66.279,33		
1114501412 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Transporte	605.263,19		
1114501421 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Combustível	1.062,49		
1114501422 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	526.426,84		
1114501423 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	942.576,91		
1114501424 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comunicação	457.714,57		
1114501425 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	63.097,43		
1114501427 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Indústria	1.456.001,97		
1114501428 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	144.628,00		
1114501429 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Física	25.928,53		
1114501430 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	3.728.273,66		
1114501431 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	7.833,10		
1114501432 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Transporte	196.841,00		
1114502 - Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	697.934.566,46		
11145021 - Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Principal	696.976.715,03		
1114502101 - Adicional ICMS - FECOP - Principal	696.976.715,03		
11145022 - Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Multa e Juros	957.851,43		
1114502201 - Adicional ICMS - FECOP - Multa e Juros	957.851,43		
112 - Taxas		1.140.539.740,12	
1121010 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	46.121.188,49		
11210101 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	46.121.188,49		
1121010101 - Taxa de Regulação do Serviço de Saneamento Básico	10.895.955,21		
1121010102 - Taxa de Inspeção de Produtos de Origem Animal	531.557,02		
1121010104 - Taxa pela Emissão de Laudo Pericial	101.810,97		
1121010107 - Taxa do Exercício do Poder de Polícia - Polícia Civil	36.731,50		
1121010108 - Taxa de Concessão de Alvará de Funcionamento	780.493,65		
1121010112 - Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	4.952.973,24		



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1121010113 - Taxa de Habite-se	9.483.909,75		
1121010114 - Taxa de Parecer Técnico	15.558,72		
1121010115 - Taxa de Vistoria	80.280,47		
1121010116 - Taxa de Análise de Projeto	278.238,55		
1121010117 - Taxa de Regulação do Serviço de Transporte Rodoviário	7.563.721,60		
1121010118 - Taxa de Concessão Especial de Regime de Tributação	3.106.301,11		
1121010119 - Taxa de Autorização de Equipamento de Uso Fiscal	2.359,76		
1121010120 - Taxa pela Emissão de Documento Fiscal Avulso	893.546,50		
1121010121 - Taxa de Reavaliação de Bens ou Direitos Objeto de Sucessão Causa Mortis ou Doação	87.907,22		
1121010122 - Taxa de Declaração de Não Similiridade por Item\Produto	2.308.303,09		
1121010123 - Taxa de Aproveitamento de Crédito Extemporâneo	44.342,39		
1121010124 - Taxas do Contencioso Administrativo Fiscal	1.851.262,31		
1121010125 - Taxa de Concessão de Registro, Cadastro e Renovação	17.356,12		
1121010130 - Taxa de Transporte Animal e Vegetal	3.088.579,31		
1121040 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	31.471.435,50		
11210401 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	31.471.435,50		
1121040101 - Taxa Ambientais	17.061.546,55		
1121040103 - Taxa de Licenciamento Ambiental	14.409.888,95		
1121500 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	115.316,63		
11215001 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	115.316,63		
1121500101 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	115.316,63		
1122010 - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	871.777.195,18		
11220101 - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	871.777.195,18		
1122010102 - Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	2.022.758,63		
1122010106 - Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	743.246.219,24		
1122010109 - Taxas de Serviços Cadastrais	277.552,37		
1122010111 - Taxa de Serviços Educacionais	1.813.567,59		
1122010120 - Taxa pela Emissão de Documentos	8.757.909,53		
1122010123 - Editorial e Gráfica	20.641.974,71		
1122010124 - Taxa de Concessão de Licenças	287.792,07		
1122010125 - Taxa de Serviços Hemoterápicos	3.179.646,71		
1122010126 - Taxa de Registro ou Validação de Documentos	95.270,20		
1122010127 - Taxa pelo Fornecimento de Cópia\Download de Documentos	642.448,09		





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1122010128 - Taxa de Consulta Escrita da Interpretação/Aplicação da Legislação Tributária	200.707,66		
1122010130 - Taxa de Levantamento de Informações para Fins de Instrução Processual	33.204,86		
1122010131 - Taxa de Análise e Controle de Produtos Sujeitos a Normas de Vigilância Sanitária	52.511,28		
1122010136 - Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	45.900,76		
1122010137 - Venda de Selos de Autenticidade	34.864.575,72		
1122010138 - Emolumentos de Fiscalização de Recursos Hidricos	842.394,96		
1122010198 - Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	54.752.216,00		
1122010199 - Outras Taxas pela Prestação de Serviços	20.544,80		
1122020 - Emolumentos e Custas Judiciais	191.054.604,32		
11220201 - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	191.054.604,32		
1122020101 - Emolumentos e Custas Judiciais	191.054.604,32		
12 - Contribuições		1.343.241.261,48	
121 - Contribuições Sociais		1.343.241.261,48	
1215011 - Contribuição do Servidor Civil Ativo	784.885.919,29		
121501111 - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	784.885.919,29		
1215011101 - Contribuição do Servidor Ativo - Assembleia	16.177.779,33		
1215011102 - Contribuição do Servidor Ativo - TCE	18.002.885,60		
1215011103 - Contribuição do Servidor Ativo - TJ	103.726.020,21		
1215011104 - Contribuição do Servidor Ativo - PGJ	37.046.708,09		
1215011105 - Contribuição do Servidor Ativo Civil - Poder Executivo	588.586.880,08		
1215011106 - Contribuição do Servidor Ativo - Defensoria Pública	19.283.591,59		
1215011108 - Contribuição dos Serventuários da Justiça para o RPPS	8.519,44		
1215011109 - Contribuição dos Deputados para o FPP - Obrigatórios	1.524.834,27		
1215011110 - Contribuição dos Deputados para o FPP - Facultativos	528.700,68		
1215012 - Contribuição do Servidor Civil Inativo	240.462.419,53		
12150121 - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	240.462.419,53		
1215012101 - Contribuição do Servidor Inativo - Assembleia	3.633.766,32		
1215012102 - Contribuição do Servidor Inativo - TCE	3.884.322,68		
1215012103 - Contribuição do Servidor Inativo - TJ	12.366.428,46		
1215012104 - Contribuição do Servidor Inativo - PGJ	3.991.195,28		
1215012105 - Contribuição do Servidor Inativo Civil - Poder Executivo	212.861.805,45		
1215012106 - Contribuição do Servidor Inativo - Defensoria Pública	2.475.387,61		
1215012108 - Contribuição do Segurado Inativo do FPP	1.249.513,73		
1215013 - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas	58.489.342,99		
12150131 - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	58.489.342,99		





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1215013101 - Contribuição dos Pensionistas - Assembleia	1.362.815,62		
1215013102 - Contribuição dos Pensionistas - TCE	441.919,16		
1215013103 - Contribuição dos Pensionistas - TJ	3.347.435,61		
1215013104 - Contribuição dos Pensionistas - PGJ	1.189.276,31		
1215013105 - Contribuição dos Pensionistas Civis - Poder Executivo	52.063.125,96		
1215013106 - Contribuição dos Pensionistas - Defensoria Pública	43.095,43		
1215013107 - Contribuição dos Pensionistas para o FPP	41.674,90		
1215021 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo	1.147.531,47		
12150211 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	1.147.531,47		
1215021103 - Contribuição Patronal - Cessao\Autopatrocínio	528.700,68		
1215021104 - Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores - Cessao\Autopatrocínio	618.830,79		
1215521 - Contribuição do Militar Ativo	181.990.536,45		
12155211 - Contribuição do Militar Ativo - Principal	181.990.536,45		
1215521101 - Contribuição para o SPSM do Militar Ativo	181.990.536,45		
1215522 - Contribuição do Militar Inativo	47.620.132,19		
12155221 - Contribuição do Militar Inativo - Principal	47.620.132,19		
1215522101 - Contribuição para o SPSM do Militar Inativo	47.620.132,19		
1215523 - Contribuição dos Pensionistas Militares	28.645.379,56		
12155231 - Contribuição dos Pensionistas Militares - Principal	28.645.379,56		
1215523101 - Contribuição para o SPSM dos Pensionistas Militares	28.645.379,56		
13 - Receita Patrimonial		1.296.282.037,73	
131 - Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		13.714.019,10	
1311011 - Aluguéis e Arrendamentos	6.420.305,76		
13110111 - Aluguéis e Arrendamentos - Principal	6.420.305,76		
1311011101 - Aluguéis	6.420.305,76		
1311012 - Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação	21.872,60		
13110121 - Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	21.872,60		
1311012101 - Foros	1.083,48		
1311012102 - Laudêmios	20.789,12		
1311020 - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	6.780.011,95		
13110201 - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	6.780.011,95		
1311020102 - Concessão de Terminal Rodoviário	71.848,62		
1311020103 - Receita de Concessões e Permissões - Cinturão Digital	3.371.611,26		
1311020104 - Permissão de Uso de Faixa de Domínio	1.890.893,34		
1311020105 - Permissão de Uso de Área Aeroportuária	797.912,34		
1311020199 - Outras Receitas de Concessões e Permissões	647.746,39		
1311990 - Outras Receitas Imobiliárias	491.828,79		







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
13119901 - Outras Receitas Imobiliárias - Principal	491.828,79		
1311990199 - Outras Receitas Imobiliárias	491.828,79		
132 - Valores Mobiliários		1.261.303.837,89	
1321010 - Remuneração de Depósitos Bancários	285.949.872,77		
13210101 - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	285.949.872,77		
1321010101 - Remuneração de Depósitos Bancários - Royalties Obs: Fonte xx	0,00		
1321010102 - Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB Obs: Fonte 50	62.430.164,25		
1321010103 - Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo de Saúde - FT 91	26.875.460,09		
1321010107 - Remuneração de Depósitos Bancários - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	310.703,66		
1321010108 - Remuneração de Depósitos Bancários - Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	371.505,83		
1321010110 - Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos do RPPS Fonte 03	0,00		
1321010111 - Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos FECOP Fonte 10	22.021.217,62		
1321010113 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios Federal Adm Direta - Fonte 82	67.399.255,51		
1321010114 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios Federal Adm Indireta - Fonte 83	4.406.321,61		
1321010115 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Municipal - Adm Direta - Fonte 86	1.608.368,03		
1321010116 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com órgão Municipal - Adm Indireta - Fonte 87	363.934,09		
1321010117 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Privado - Adm Direta - Fonte 88	5.886,54		
1321010118 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Privado - Adm Indireta - Fonte 89	1.526.035,71		
1321010119 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Internacional - Adm Direta - Fonte 80	26.989,95		
1321010120 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Internacional - Adm Indireta - Fonte 81	449,87		
1321010121 - Remuneração de Depósitos Bancários - Fundo de Defesa Civil - FT 79	609.572,52		
1321010122 - Remuneração de Depósitos Bancários - FPP - FT 05	0,00		
1321010124 - Remuneração de Depósitos Bancários - Compensação Ambiental - FT 16	1.008.657,60		
1321010125 - Remuneração de Depósitos Bancários - Salário Educação - FT 07	11.048.694,83		
1321010126 - Remuneração de Depósitos Bancários - Selos de Autenticidade - FT 29	2.512.738,61		
1321010127 - Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	25.284.427,99		
1321010128 - Remuneração de Depósitos Bancários - FDI - FT 76	5.933.436,53		
1321010129 - Remuneração de Depósitos Bancários - Cota-Parte Royalties - FT 44	1.035.239,59		



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1321010130 - Remuneração de Depósitos de Poupança	1.122.405,30		
1321010131 - Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	16.705.012,08		
1321010132 - Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Operações de Crédito Interna	8.385.913,75		
1321010133 - Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferência FUNPEN	3.451.039,95		
1321010136 - Remuneração de Depósitos Bancários - FET - FT 92.02	224.495,31		
1321010137 - Remuneração de Depósitos Bancários - FNSP - FT 92.03	170.129,05		
1321010141 - Remuneração de Depósitos Bancários - Precatórios do FUNDEF	21.111.816,90		
1321040 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	133.841.551,51		
13210401 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	133.841.551,51		
1321040101 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Fixa	133.841.551,51		
1321040103 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Fundo Imobiliário	0,00		
1321050 - Juros de Títulos de Renda	775.882.677,29		
13210501 - Juros de Títulos de Renda - Principal	775.882.677,29		
1321050101 - Juros e Títulos de Renda	775.882.677,29		
1321060 - Juros sobre o Capital Próprio	19.875.032,78		
13210601 - Juros sobre o Capital Próprio - Principal	19.875.032,78		
1321060101 - Juros sobre o Capital Próprio	19.875.032,78		
1322010 - Dividendos	45.754.703,54		
13220101 - Dividendos - Principal	45.754.703,54		
1322010101 - Dividendos	45.754.703,54		
1329990 - Outros Valores Mobiliários	0,00		
13299901 - Outros Valores Mobiliários - Principal	0,00		
1329990199 - Outros Valores Mobiliários	0,00		
133 - Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença		7.229.086,82	
1331010 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	1.118.054,09		
13310101 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	1.118.054,09		
1331010101 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	1.118.054,09		
1339990 - Outras Delegações de Serviços Públicos	6.111.032,73		
13399901 - Outras Delegações de Serviços Públicos - Principal	6.111.032,73		
1339990101 - Receita da Loteria Estadual	6.095.948,82		
1339990199 - Outras Delegações para a Prestação - Serviços	15.083,91		
135 - Exploração do Patrimônio Intangível		80.211,08	



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1351010 - Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica	80.211,08		
13510101 - Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica - Principal	80.211,08		
1351010101 - Royalties - Elmo - Equipamento de Respiração Assistida	80.211,08		
136 - Cessão de Direitos		13.954.882,84	
1361011 - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo	13.954.882,84		
13610111 - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	13.954.882,84		
1361011104 - Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal, Benefícios e Fornecedores	13.954.882,84		
14 - Receita Agropecuária		8.528,44	
141 - Receita Agropecuária		8.528,44	
1411010 - Receita Agropecuária	8.528,44		
14110101 - Receita Agropecuária - Principal	8.528,44		
1411010102 - Receita da Produção Animal e Derivados	8.528,44		
16 - Receita de Serviços		403.815.701,45	
161 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		247.880.861,09	
1611010 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	126.716.100,48		
16110101 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	126.716.100,48		
1611010101 - Serviços de Venda de Editais	1.561,34		
1611010103 - Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Materiais Escolares e Publicidade	495,00		
1611010107 - Outros Serviços de Comunicação	36.958.475,30		
1611010114 - Outros Serviços Administrativos	60.990,00		
1611010116 - Serviços Educacionais	3.840,00		
1611010119 - Equipam Turísticos - Centro de Turismo	290.881,58		
1611010122 - Serviços de Estudos e Pesquisas	1.536.844,35		
1611010125 - Equipamentos Turísticos - Centro de Eventos	12.061.400,32		
1611010152 - Serviço de Gestão Descentralizada de Energia Elétrica	1.850.104,66		
1611010154 - Fornecimento de Refeições	704.279,10		
1611010156 - Venda de Produtos e Consignáveis	8.943,59		
1611010157 - Serviços de Exames Laboratoriais	242.367,55		
1611010158 - Serviços de Cadastro em Geral	1.294.194,48		
1611010160 - Serviço pelo Uso da Estrutura Arrecadatória	30.236.794,16		
1611010161 - Serviços de Gravames	9.478.587,00		
1611010164 - Serviço de Distribuição de Títulos para Protesto	78,34		
1611010167 - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	3.810,00		
1611010168 - Serviços Veterinários	278.711,80		
1611010174 - Serviço de Estacionamento	2.968,00		



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1611010177 - Tarifa pelo Uso de Recursos Hídricos	5.089.686,19		
1611010178 - Tarifa sobre Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário	19.946.753,23		
1611010180 - Receitas - Estampagem Placas	2.256.153,32		
1611010198 - Outros Serviços Comerciais	2.489.660,92		
1611010199 - Outros Serviços	1.918.520,25		
1611020 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	14.376.150,61		
16110201 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	14.376.150,61		
1611020101 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	14.376.150,61		
1611030 - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	22.986.965,07		
16110301 - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	22.986.965,07		
1611030104 - Serviços de Expedição de Certificados	67.549,75		
1611030107 - Serviços de Registro do Comércio	22.919.415,32		
1611040 - Serviços de Informação e Tecnologia	83.801.644,93		
16110401 - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	83.801.644,93		
1611040103 - Serviços Tecnológicos	1.816.625,21		
1611040105 - Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas	2.661.619,42		
1611040108 - Transmissão de Vídeo	7.434.658,59		
1611040111 - Serviços em Nuvem	68.881.234,05		
1611040113 - VOIP	2.329.659,86		
1611040115 - Serviços de Blockchain	677.847,80		
162 - Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		6.243.942,64	
1621011 - Serviços de Navegação Aérea	263.555,87		
16210111 - Serviços de Navegação Aérea - Principal	263.555,87		
1621011101 - Tarifa de Navegação Aérea	263.555,87		
1621041 - Tarifa Aeroportuária	5.980.386,77		
16210411 - Tarifa Aeroportuária - Principal	5.980.386,77		
1621041101 - Tarifa Aeroportuária	5.980.386,77		
163 - Serviços e Atividades Referentes à Saúde		147.475.249,13	
1631500 - Serviços Hospitalares	641.503,81		
16315001 - Serviços Hospitalares - Principal	641.503,81		
1631500101 - Serviços Hospitalares	641.503,81		
1631520 - Serviços Radiológicos e Laboratoriais	1.669.542,71		
16315201 - Serviços Radiológicos e Laboratoriais - Principal	1.669.542,71		
1631520101 - Serviços Radiológicos e Laboratoriais	1.669.542,71		
1631990 - Outros Serviços de Atendimento à Saúde	145.164.202,61		
16319901 - Outros Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	145.164.202,61		
1631990101 - Contribuição Mensal - Saúde Suplementar	145.163.932,61		
1631990102 - Co-participação - Saúde Suplementar	270,00		
164 - Serviços e Atividades Financeiras		2.215.648,59	
1641010 - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	2.215.648,59		





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
16410101 - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	2.213.592,66		
1641010102 - Recuperação de Ativos - BEC	906.841,87		
1641010103 - FCVS - Principal	14.426,83		
1641010199 - Outros Serviços Financeiros	1.292.323,96		
16410102 - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Multas e Juros de Mora	2.055,93		
1641010201 - FCVS - Juros	2.055,93		
17 - Transferências Correntes		16.451.821.772,14	
171 - Transferências da União e de suas Entidades		14.462.722.986,14	
1711500 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE	10.848.197.902,14		
17115001 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE - Principal	10.848.197.902,14		
1711500101 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	10.848.197.902,14		
1711530 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	49.631.843,44		
17115301 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados - Principal	49.631.843,44		
1711530101 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	49.631.843,44		
1711540 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	26.108.570,61		
17115401 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	26.108.570,61		
1711540101 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	26.108.570,61		
1711550 - Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro	550,49		
17115501 - Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro - Principal	550,49		
1711550101 - Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro	550,49		
1712510 - Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	3.051.729,21		
17125101 - Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal	3.051.729,21		
1712510101 - Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	3.051.729,21		
1712521 - Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	2.855.840,98		
17125211 - Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89 - Principal	2.855.840,98		
1712521101 - Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	2.855.840,98		





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1712522 - Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	1.203.179,92		
17125221 - Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principa	1.203.179,92		
1712522101 - Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	1.203.179,92		
1712524 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	58.127.272,96		
17125241 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	58.127.272,96		
1712524101 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	58.127.272,96		
1712990 - Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	108.939.787,91		
17129901 - Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais - Principal	108.939.787,91		
1712990102 - Bônus de Cessão Onerosa - Lei nº 13885/2019	108.939.787,91		
1713501 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária	18.924.161,62		
17135011 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Principal	18.924.161,62		
1713501110 - Atenção Primária - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	18.924.161,62		
1713502 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada	595.466.195,38		
17135021 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - Principal	595.466.195,38		
1713502102 - MAC TF - SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	51.020.949,00		
1713502106 - MAC TF - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	532.526.015,35		
1713502114 - MAC FAEC - Transplantes - Outros	4.984.831,03		
1713502151 - MAC - CORONAVÍRUS (COVID-19)	6.934.400,00		
1713503 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde	22.402.306,56		
17135031 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde - Principal	22.402.306,56		
1713503102 - V SAÚDE - Vigilância Sanitária	4.232.174,00		
1713503199 - V SAÚDE - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	18.170.132,56		
1713504 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica	60.354.028,08		
17135041 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica - Principal	60.354.028,08		
1713504101 - A FARM - Componente Básico da Assistência Farmacêutica	43.788.842,31		



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1713504103 - A FARM - Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	16.141.438,77		
1713504199 - A FARM - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	423.747,00		
1713505 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS	150.000,00		
17135051 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS - Principal	150.000,00		
1713505199 - G SUS - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	150.000,00		
1713509 - Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00		
17135091 - Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00		
1713509102 - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Combate a COVID-19	0,00		
1714500 - Transferências do Salário-Educação	81.941.229,56		
17145001 - Transferências do Salário-Educação - Principal	81.941.229,56		
1714500101 - Transferências do Salário-Educação	81.941.229,56		
1714510 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	1.320,00		
17145101 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Principal	1.320,00		
1714510101 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	1.320,00		
1714520 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	51.061.140,59		
17145201 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal	51.061.140,59		
1714520101 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	51.061.140,59		
1714530 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	2.690.508,78		
17145301 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal	2.690.508,78		
1714530101 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	2.690.508,78		
1714990 - Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	27.678.352,81		
17149901 - Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal	27.678.352,81		
1714990102 - Transferências referentes ao Programa de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral - Custeio	27.678.352,81		
1715510 - Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	830.184.207,71		
17155101 - Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF - Principal	830.184.207,71		
1715510101 - Complementação da União ao FUNDEB do Exercício -VAAF - Principal	798.903.393,63		





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1715510102 - Complementação da União ao FUNDEB de Exercícios Anteriores -VAAF - Principal	31.280.814,08		
1716500 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	2.596.149,77		
17165001 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	2.596.149,77		
1716500101 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	2.596.149,77		
1717510 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	20.404.503,37		
17175101 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal	20.404.503,37		
1717510101 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	20.404.503,37		
1717990 - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	28.512.150,62		
17179901 - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	28.512.150,62		
1717990101 - Outras Transferências de Convênios da União	28.512.150,62		
1719530 - Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	441.409,37		
17195301 - Transferências de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen - Principal	441.409,37		
1719530101 - Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	441.409,37		
1719560 - Transferências Decorrentes de Decisão Judicial (precatórios) Relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF	1.218.366.710,75		
17195601 - Transferências Decorrentes de Decisão Judicial (precatórios) Relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF - Principal	1.218.366.710,75		
1719560101 - Transferências Decorrentes de Decisão Judicial (precatórios) Relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF	1.218.366.710,75		
1719610 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	31.135.668,65		
17196101 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Principal	31.135.668,65		
1719610101 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	31.135.668,65		
1719990 - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	372.296.264,86		
17199901 - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal	372.296.264,86		
1719990102 - Transferências Oriundas da Lei Pelé	3.874.390,07		
1719990105 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	11.288.222,90		
1719990109 - Emendas Parlamentares Individuais Impositivas	300.000,00		
1719990110 - Emendas Parlamentares de Bancada	87.902.509,00		







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1719990112 - Transferência LC 176/2020 - Compensação de Créditos Lei Kandir	31.500.300,72		
1719990113 - Transferências Provenientes da Lei 14.172 /2021	210.296.143,63		
1719990114 - Assistência Financeira Transporte Coletivo – Art. 5º, inciso IV - EC nº 123/2022	24.706.334,01		
1719990115 - Transferências destinadas ao Fundo Estadual do Trabalho - FET	1.635.250,56		
1719990199 - Outras Transferências da União	793.113,97		
173 - Transferências dos Municípios e de suas Entidades		54.357.694,63	
1732500 - Transferências de Convênios dos Municípios para o Sistema Único de Saúde - SUS	9.687.334,86		
17325001 - Transferências de Convênios dos Municípios para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	9.687.334,86		
1732500101 - Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde - SUS	9.687.334,86		
1732990 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	4.135.328,35		
17329901 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal	4.135.328,35		
1732990101 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios	4.135.328,35		
1739990 - Outras Transferências dos Municípios	40.535.031,42		
17399901 - Outras Transferências dos Municípios - Principal	40.535.031,42		
1739990101 - Transferências SUS - Assistência Farmacêutica - Municípios	36.742.021,64		
1739990102 - Transferências SUS - Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Municípios	3.285.493,29		
1739990199 - Outras Transferências dos Municípios	507.516,49		
174 - Transferências de Instituições Privadas		20.916.538,26	
1741500 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas para Programas de Saúde	4.239.113,52		
17415001 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas para Programas de Saúde - Principal	4.239.113,52		
1741500101 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas com Fins Lucrativos para Programas de Saúde - Principal	0,00		
1741500102 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos para Programas de Saúde - Principal	4.239.113,52		
1741990 - Outras Transferências de Instituições Privadas	16.677.424,74		
17419901 - Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	16.677.424,74		
1741990101 - Transferências de Instituições Privadas	2.690.846,67		
1741990102 - Transferência de Convênios de Instituições Privadas	13.986.578,07		
175 - Transferências de Outras Instituições Públicas		1.913.824.553,11	
1751500 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	1.913.824.553,11		



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
17515001 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	1.913.824.553,11		
1751500101 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	1.913.824.553,11		
19 - Outras Receitas Correntes		823.127.325,96	
191 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		234.730.545,93	
1911010 - Multas Previstas em Legislação Específica	208.473.003,80		
19110101 - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	187.320.762,36		
1911010101 - Multas Previstas na Legislação Sanitária	421.719,00		
1911010103 - Multas Previstas na Legislação de Trânsito	151.771.086,67		
1911010104 - Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	4.569.420,65		
1911010106 - Multas advindas da ARCE	189.020,88		
1911010110 - Multas de Obrigações Acessórias	30.352.719,21		
1911010114 - Multa por Infração à Legislação de Recursos Hídricos	5.487,54		
1911010116 - Multa por Não Uso de Máscara - Lei 17.261 /2020	2.836,41		
1911010117 - Outras Multas	8.472,00		
19110102 - Multas Previstas em Legislação Específica - Multa e Juros	7.047.853,12		
1911010201 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	88,68		
1911010205 - Multas causadas a qualquer outro interesse difuso ou coletivo	7.022.756,08		
1911010298 - Outras Multas e Juros de Mora	25.008,36		
19110103 - Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	14.104.388,32		
1911010301 - Outras Multas Administrativas da Dívida Ativa - Obrigações Acessórias	12.005.447,78		
1911010302 - Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas - Administrativa	663.792,23		
1911010304 - Repasses de Emolumentos FAADEP - Dívida Ativa	271.462,38		
1911010305 - Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	1.129.272,49		
1911010307 - Multas Administrativas - Dívida Ativa	27.827,47		
1911010309 - Multas Penais da Dívida Ativa	6.585,97		
1911040 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	12.455.228,71		
19110401 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	8.252.028,12		
1911040106 - Multas por danos ao consumidor	8.252.028,12		
19110403 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa	4.203.200,59		
1911040301 - Receita da Dívida Ativa - Multas do DECON	4.203.200,59		
1911061 - Multas Administrativas por Danos Ambientais	5.077.959,13		



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
19110611 - Multas Administrativas por Danos Ambientais	4.148.457,58		
1911061101 - Multas Administrativas por Danos Ambientais	4.148.457,58		
19110613 - Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	929.501,55		
1911061301 - Receita da Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	929.501,55		
1911070 - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	2.977.556,68		
19110701 - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	870.123,78		
1911070101 - Multas TCM	7.478,35		
1911070103 - Multas do TCE	862.645,43		
19110703 - Dívida Ativa - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	2.107.432,90		
1911070301 - Multas TCM - Dívida Ativa	937.223,83		
1911070302 - Multas TCE - Dívida Ativa	1.170.209,07		
1911080 - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	915.685,48		
19110801 - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	915.685,48		
1911080101 - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	915.685,48		
1911090 - Multas e Juros Previstos em Contratos	4.831.112,13		
19110901 - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	4.831.112,13		
1911090101 - Multas e Juros Previstos em Contratos	16.932,24		
1911090199 - Outras Multas Contratuais	4.814.179,89		
192 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		161.003.705,70	
1921010 - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	10.594.996,02		
19210101 - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	10.594.996,02		
1921010101 - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	29.068,20		
1921010102 - Indenização por Descumprimento de Termo de Apreensão e Depósito	9.615,54		
1921010103 - Compensação Ambiental	10.556.312,28		
1921031 - Indenização por Sinistro	267.738,50		
19210311 - Indenização por Sinistro - Principal	267.738,50		
1921031101 - Indenização por Sinistro	267.738,50		
1921990 - Outras Indenizações	557.002,64		
19219901 - Outras Indenizações - Principal	557.002,64		
1921990199 - Outras Indenizações	557.002,64		
1922011 - Restituição de Convênios - Primárias	37.360.272,36		
19220111 - Restituição de Convênios - Primárias - Principal	37.360.272,36		
1922011102 - Restituições de Convênios	37.360.272,36		
1922063 - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	84.226,28		
19220631 - Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	84.226,28		
1922063101 - Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	84.226,28		





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1922990 - Outras Restituições	74.619.128,46		
19229901 - Outras Restituições - Principal	74.619.128,46		
1922990101 - Devolução de Diárias	152.612,82		
1922990106 - Restituições de Folha de Pagamento	3.505.514,76		
1922990107 - Restituições de Vale-Transporte	3.701.491,67		
1922990111 - Reembolso pelo Processamento de Dados	209.701,81		
1922990198 - Restituições Diversas	46.696.656,93		
1922990199 - Outras Restituições	20.353.150,47		
1923020 - Ressarcimento de Custos	37.107.448,55		
19230201 - Ressarcimento de Custos - Principal	37.107.448,55		
1923020101 - Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	36.150.083,01		
1923020102 - Ressarcimento de Despesas com Condenados pela Justiça	957.365,54		
1923990 - Outros Ressarcimentos	412.892,89		
19239901 - Outros Ressarcimentos - Principal	412.892,89		
1923990102 - Outros Ressarcimentos - Transferências Emergências ao Setor Cultural - Lei Aldir Blanc	143.770,85		
1923990103 - Ressarcimento por Regularização de Domínio/Regularização Fundiária	269.122,04		
199 - Demais Receitas Correntes		427.393.074,33	
1999030 - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	0,00		
19990301 - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	0,00		
1999030100 - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	0,00		
1999122 - Ônus de Sucumbência	3.724.231,93		
19991221 - Ônus de Sucumbência - Principal	3.724.231,93		
1999122101 - Ônus de Sucumbência	3.724.231,93		
1999991 - Outras Receitas Administradas pela RFB	339.073.183,67		
19999911 - Outras Receitas Administradas pela RFB - Principal	339.073.183,67		
1999991104 - Receita sobre Programa de Sementes	1.539.514,34		
1999991105 - Saldo de Exercícios Anteriores	438.191,40		
1999991113 - Ressarcimento	5.996.527,80		
1999991114 - Doações em Dinheiro	17.798.198,77		
1999991117 - Receita de Leilão de Bens Apreendidos	13.039.662,44		
1999991121 - Recursos Provenientes do FEEF	11.482.731,74		
1999991123 - Outras Receita FECOP	707.130,69		
1999991124 - Receita de Honorários de Advogados	4.525,34		
1999991125 - Receita da "Terceirização" da Folha de Pagamento dos Agentes Públicos	1.094.861,06		
1999991130 - Recursos DRE EC 93/2016	284.325.359,95		
1999991198 - Outras Receitas Eventuais	2.516.014,80		
1999991199 - Outras Receitas	130.465,34		





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1999993 - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras	84.595.658,73		
19999931 - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Principal	84.595.658,73		
1999993101 - Encargos do FDI / PROAPI	461.637,46		
1999993102 - Participação nos Encargos do FDI - Diferido	47.267.755,99		
1999993103 - Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	12.452.329,68		
1999993104 - Rendas	97.481,39		
1999993107 - Encargos do FDI / PROADE	7.690.754,67		
1999993108 - Spread sobre Rendimentos de Depósitos Judiciais	15.116.892,35		
1999993111 - Encargos FDI PROVIN / PROADE	1.508.807,19		
2 - Receitas de Capital			783.845.422,00
21 - Operações de Crédito		593.504.606,13	
211 - Operações de Crédito - Mercado Interno		101.871.389,28	
2112520 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	25.519,39		
21125201 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento - Principal	25.519,39		
2112520101 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	25.519,39		
2112540 - Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	2.906.232,11		
21125401 - Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública - Principal	2.906.232,11		
2112540101 - Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	2.906.232,11		
2112560 - Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	952.939,65		
21125601 - Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular - Principal	952.939,65		
2112560101 - Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	952.939,65		
2119990 - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	97.986.698,13		
21199901 - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	97.986.698,13		
2119990102 - Operações de Crédito Internas para Programas de Infraestrutura	7.042.507,71		
2119990103 - Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	90.560.704,55		
2119990104 - Operações de Crédito Internas para Programas de Ação Social	383.485,87		
212 - Operações de Crédito - Mercado Externo		491.633.216,85	
2122510 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	60.099.386,63		
21225101 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde - Principal	60.099.386,63		
2122510101 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	60.099.386,63		





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
2122520 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	26.485.908,99		
21225201 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento - Principal	26.485.908,99		
2122520101 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	26.485.908,99		
2122540 - Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	82.262.297,87		
21225401 - Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública - Principal	82.262.297,87		
2122540101 - Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	82.262.297,87		
2122600 - Operações de Crédito Externas para Programas de Segurança Pública	5.654.254,48		
21226001 - Operações de Crédito Externas para Programas de Segurança Pública - Principal	5.654.254,48		
2122600101 - Operações de Crédito Externas para Programas de Segurança Pública	5.654.254,48		
2129990 - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	317.131.368,88		
21299901 - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal	317.131.368,88		
2129990103 - Operações de Crédito Externas para Programas de Transportes	21.698.202,21		
2129990104 - Operações de Crédito Externas para Programas de Ação Social	125.251.313,23		
2129990109 - Operações de Crédito Externas - IPFCeará	84.524.326,79		
2129990199 - Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	85.657.526,65		
22 - Alienação de Bens		93.021,98	
221 - Alienação de Bens Móveis		8.121,98	
2213010 - Alienação de Bens Móveis e Semoventes	8.121,98		
22130101 - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	8.121,98		
2213010101 - Alienação de Bens Móveis e Semoventes	8.121,98		
222 - Alienação de Bens Imóveis		84.900,00	
2221010 - Alienação de Bens Imóveis	84.900,00		
22210101 - Alienação de Bens Imóveis - Principal	84.900,00		
2221010102 - Alienação de Imóveis Urbanos	84.900,00		
23 - Amortização de Empréstimos		6.536.010,84	
231 - Amortização de Empréstimos		6.536.010,84	
2311071 - Amortização de Financiamentos em Geral	6.536.010,84		
23110711 - Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	6.536.010,84		
2311071101 - Amortização de Financiamentos de Projetos	602.472,47		
2311071103 - Amortização de Financiamentos PROAPI	5.933.538,37		
24 - Transferências de Capital		183.711.783,05	
241 - Transferências da União e de suas Entidades		179.434.829,85	
2411511 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária	1.101.980,00		



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
24115111 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Principal	1.101.980,00		
2411511101 - Transferências de Recursos do SUS - Atenção Primária	1.101.980,00		
2411512 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada	869.986,00		
24115121 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - Principal	869.986,00		
2411512101 - Transferências de Recursos do SUS - Atenção Especializada	869.986,00		
2412509 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	50.407.840,00		
24125091 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal	50.407.840,00		
2412509101 - Transferências do FNDE para Programa de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral - Capital	50.407.840,00		
2414990 - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	98.401.796,73		
24149901 - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	98.401.796,73		
2414990101 - Outras Transferências de Convênios da União	98.401.796,73		
2419500 - Transferências da União a Consórcios Públicos	28.653.227,12		
24195001 - Transferências da União a Consórcios Públicos - Principal	28.653.227,12		
2419500102 - Transferências do Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN	4.538.812,95		
2419500104 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	21.912.432,67		
2419500105 - Emendas Parlamentares Individuais Impositivas	861.786,50		
2419500106 - Emendas Parlamentares de Bancada	1.340.195,00		
243 - Transferências dos Municípios e de suas Entidades		4.276.953,20	
2432990 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	4.276.953,20		
24329901 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal	4.276.953,20		
2432990101 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios	4.276.953,20		
7 - Receitas Intraorçamentárias			2.316.241.955,48
71 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		45.385,26	
712 - Taxas		45.385,26	
7122010 - Taxas pela Prestação de Serviços	45.385,26		
71220101 - Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	45.385,26		
7122010106 - Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	45.385,26		
72 - Contribuições		1.769.890.938,80	
721 - Contribuições Sociais		1.769.890.938,80	
7215021 - CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo	1.419.679.398,08		



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
72150211 - CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo	1.419.679.398,08		
7215021101 - Contribuição Patronal para o FPP	1.490.512,92		
7215021102 - Contribuição Patronal para o FPP de Exercícios Anteriores	124.079,20		
7215021106 - Contribuição Patronal da Assembleia Legislativa	32.306.644,82		
7215021107 - Contribuição Patronal do TCE	36.002.306,90		
7215021108 - Contribuição Patronal do Tribunal de Justiça	193.024.941,14		
7215021109 - Contribuição Patronal da Procuradoria Geral de Justiça	73.681.495,02		
7215021110 - Contribuição Patronal do Poder Executivo Civil	1.041.720.371,44		
7215021111 - Contribuição Patronal da Defensoria Pública	41.329.046,64		
7215531 - Contribuição Patronal - Militar Ativo	350.211.540,72		
72155311 - Contribuição Patronal - Militar Ativo - Principal	350.211.540,72		
7215531101 - Contribuição Patronal - Militar Ativo	350.211.540,72		
76 - Receita de Serviços		23.804.891,72	
761 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		23.804.891,72	
7611010 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	23.804.891,72		
76110101 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	23.804.891,72		
7611010167 - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	700.000,00		
7611010176 - Taxa de Administração	23.104.891,72		
79 - Outras Receitas Correntes		522.500.739,70	
792 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		264.435.002,10	
7922990 - Outras Restituições	262.628.421,80		
79229901 - Outras Restituições - Principal	262.628.421,80		
7922990101 - Compensação pela Transferência de Riscos\Encargos Previdenciários- LC 227/2020	225.063.059,37		
7922990114 - Complementacao CEFIC	25.618.400,00		
7922990115 - Repasse FASSEC	11.946.962,43		
7923020 - Ressarcimento de Custos	1.806.580,30		
79230201 - Ressarcimento de Custos - Principal	1.806.580,30		
7923020101 - Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	1.806.580,30		
799 - Demais Receitas Correntes		258.065.737,60	
7990991 - Outras Receitas - Primárias	258.065.737,60		
79909911 - Outras Receitas - Principal	258.065.737,60		
7990991106 - Superávit Financeiro das Autarquias	245.091.558,46		
7990991118 - Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	12.973.692,77		
7990991130 - Recursos DRE EC 93/2016	486,37		
<b>TOTAL RECEITAS</b>			45.213.878.745,27
1 - Receitas Correntes			-10.270.994.313,61
11 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-7.949.586.457,53	







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
111 - Impostos		-7.721.868.019,53	
1112510 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	-890.421.155,61		
11125101 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Principal	-836.918.042,82		
1112510101 - IPVA - Principal	-907.955,51		
1112510104 - Cota-Parte dos Municípios - IPVA - Principal	-695.230.182,43		
1112510105 - IPVA - Principal - FUNDEB	-5,01		
1112510199 - IPVA - Principal - FUNDEB	-140.779.899,87		
11125102 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Multas e Juros	-29.800.835,43		
1112510203 - Cota-Parte dos Municípios - IPVA - Multas e Juros de Mora	-24.833.953,50		
1112510204 - IPVA - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	0,00		
1112510298 - IPVA - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-4.966.881,93		
11125103 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa	-17.449.398,36		
1112510301 - IPVA - Dívida Ativa	-2.907,23		
1112510302 - Cota-Parte dos Municípios - IPVA - Dívida Ativa	-14.538.721,92		
1112510303 - IPVA - Dívida Ativa - FUNDEB	0,00		
1112510399 - IPVA - Dívida Ativa - FUNDEB	-2.907.769,21		
11125104 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	-6.252.879,00		
1112510497 - Cota-Parte dos Municípios - IPVA - Dívida Ativa - Multa e Juros de Mora	-5.210.714,20		
1112510498 - IPVA - Dívida Ativa - Multa e Juros de Mora - FUNDEB	-1.042.164,80		
1112520 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	-33.871.494,14		
11125201 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Principal	-30.493.853,89		
1112520101 - ITCD - Principal	-2.547.981,76		
1112520199 - ITCD - Principal - FUNDEB	-27.945.872,13		
11125202 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Multas e Juros	-1.478.634,77		
1112520298 - ITCD - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-1.478.531,05		
1112520299 - ITCD - Multas e Juros de Penalidades - FUNDEB	-103,72		
11125203 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa	-1.394.664,96		
1112520399 - ITCD - Dívida Ativa - FUNDEB	-1.394.664,96		
11125204 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa - Multas e Juros	-504.340,52		
1112520498 - ITCD - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-504.340,52		
1113034 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	-77.434,16		



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
11130341 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	-77.434,16		
1113034101 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	-77.434,16		
1114501 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	-6.644.423.394,03		
11145011 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Principal	-6.569.877.593,45		
1114501101 - ICMS Combustível	-12.772,90		
1114501102 - ICMS Comércio Atacadista	-4.993.152,92		
1114501103 - ICMS Comércio Varejista	-15.404.134,76		
1114501104 - ICMS Comunicação	-7.700,30		
1114501105 - ICMS Construção Civil	-3.138,08		
1114501106 - ICMS Energia Elétrica	-91.821,31		
1114501107 - ICMS Indústria	-7.861.465,05		
1114501108 - ICMS Outros Serviços	-189.575,39		
1114501109 - ICMS Pessoa Física	-16.601,53		
1114501110 - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	-18.347,26		
1114501111 - ICMS Produtor Agropecuário	-95.344,93		
1114501112 - ICMS Transporte	-526.078,80		
1114501197 - Cota-Parte dos Municípios - ICMS - Principal	-4.057.097.481,50		
1114501199 - ICMS - Principal - FUNDEB	-2.483.559.978,72		
11145012 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Multas e Juros	-32.959.247,57		
1114501297 - Cota-Parte dos Municípios- ICMS - Multas e Juros de Mora	-17.974.808,99		
1114501298 - ICMS - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-10.784.899,67		
1114501299 - ICMS - Multas e Juros de Penalidade - FUNDEB	-4.199.538,91		
11145013 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa	-36.546.362,26		
1114501397 - Cota-Parte dos Municípios- ICMS - Dívida Ativa	-22.841.475,53		
1114501399 - ICMS - Dívida Ativa - FUNDEB	-13.704.886,73		
11145014 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa - Multas e Juros	-5.040.190,75		
1114501497 - Cota-Parte dos Municípios ICMS - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa	-2.145.788,13		
1114501498 - ICMS - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - FUNDEB	-1.287.474,34		
1114501499 - ICMS - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - FUNDEB	-1.606.928,28		





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1114502 - Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	-153.074.541,59		
11145021 - Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Principal	-152.839.848,19		
1114502101 - Adicional ICMS - FECOP - Principal	-406.225,01		
1114502199 - Adicional ICMS - FECOP - Principal - FUNDEB	-152.433.623,18		
11145022 - Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Multa e Juros	-234.693,40		
1114502201 - Adicional ICMS - FECOP - Multa e Juros	0,00		
1114502298 - Adicional ICMS - FECOP - Multa e Juros de Mora - FUNDEB	-234.693,40		
112 - Taxas		-227.718.438,00	
1121010 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	-429.777,78		
11210101 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	-429.777,78		
1121010102 - Taxa de Inspeção de Produtos de Origem Animal	-39.404,45		
1121010107 - Taxa do Exercício do Poder de Polícia - Polícia Civil	-1.695,84		
1121010112 - Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	-31.548,17		
1121010113 - Taxa de Habite-se	-47.435,56		
1121010114 - Taxa de Parecer Técnico	-2.593,12		
1121010117 - Taxa de Regulação do Serviço de Transporte Rodoviário	-37.228,98		
1121010123 - Taxa de Aproveitamento de Crédito Extemporâneo	-44.666,19		
1121010125 - Taxa de Concessão de Registro, Cadastro e Renovação	-17.356,12		
1121010130 - Taxa de Transporte Animal e Vegetal	-207.849,35		
1121040 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	-47.767,56		
11210401 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	-47.767,56		
1121040101 - Taxa Ambientais	-14.763,96		
1121040103 - Taxa de Licenciamento Ambiental	-33.003,60		
1121500 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	-7.046,11		
11215001 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	-7.046,11		
1121500101 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	-7.046,11		
1122010 - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	-222.753.628,20		
11220101 - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	-222.753.628,20		
1122010106 - Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	-222.654.546,44		
1122010109 - Taxas de Serviços Cadastrais	-21.156,32		
1122010111 - Taxa de Serviços Educacionais	-337,50		
1122010120 - Taxa pela Emissão de Documentos	-497,84		
1122010137 - Venda de Selos de Autenticidade	-1.465,39		





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1122010198 - Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	-74.258,90		
1122010199 - Outras Taxas pela Prestação de Serviços	-1.365,81		
1122020 - Emolumentos e Custas Judiciais	-4.480.218,35		
11220201 - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	-4.480.218,35		
1122020101 - Emolumentos e Custas Judiciais	-4.480.218,35		
12 - Contribuições		-8.235.506,89	
121 - Contribuições Sociais		-8.235.506,89	
1215011 - Contribuição do Servidor Civil Ativo	-6.164.828,23		
12150111 - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	-6.164.828,23		
1215011105 - Contribuição do Servidor Ativo Civil - Poder Executivo	-6.164.828,23		
1215012 - Contribuição do Servidor Civil Inativo	-229.687,03		
12150121 - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	-229.687,03		
1215012105 - Contribuição do Servidor Inativo Civil - Poder Executivo	-229.687,03		
1215013 - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas	-1.840.991,63		
12150131 - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	-1.840.991,63		
1215013105 - Contribuição dos Pensionistas Civis - Poder Executivo	-1.840.991,63		
13 - Receita Patrimonial		-26.305.724,41	
131 - Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		-292.732,67	
1311011 - Aluguéis e Arrendamentos	-257.498,84		
13110111 - Aluguéis e Arrendamentos - Principal	-257.498,84		
1311011101 - Aluguéis	-257.498,84		
1311020 - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	-35.233,83		
13110201 - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	-35.233,83		
1311020102 - Concessão de Terminal Rodoviário	-21.554,60		
1311020104 - Permissão de Uso de Faixa de Domínio	-9.935,75		
1311020199 - Outras Receitas de Concessões e Permissões	-3.743,48		
132 - Valores Mobiliários		-26.012.991,74	
1321010 - Remuneração de Depósitos Bancários	-1.938.892,36		
13210101 - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	-1.938.892,36		
1321010113 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios Federal Adm Direta - Fonte 82	-508.353,51		
1321010118 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Privado - Adm Indireta - Fonte 89	-28.076,81		
1321010131 - Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	-1.402.462,04		
1321040 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	-24.073.868,60		
13210401 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	-24.073.868,60		
1321040101 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Fixa	-9.880.511,23		





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1321040102 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Variável	-14.193.357,37		
1321050 - Juros de Títulos de Renda	-230,78		
13210501 - Juros de Títulos de Renda - Principal	-230,78		
1321050101 - Juros e Títulos de Renda	-230,78		
16 - Receita de Serviços		-12.800.915,02	
161 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		-12.795.559,09	
1611010 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-12.731.873,37		
16110101 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	-12.731.873,37		
1611010107 - Outros Serviços de Comunicação	-138.813,31		
1611010154 - Fornecimento de Refeições	-12,50		
1611010158 - Serviços de Cadastro em Geral	-1.586,92		
1611010160 - Serviço pelo Uso da Estrutura Arrecadatória	-9.071.038,54		
1611010161 - Serviços de Gravames	-2.843.576,10		
1611010180 - Receitas - Estampagem Placas	-676.846,00		
1611020 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	-1.340,00		
16110201 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	-1.340,00		
1611020101 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	-1.340,00		
1611030 - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	-62.345,72		
16110301 - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	-62.345,72		
1611030107 - Serviços de Registro do Comércio	-62.345,72		
163 - Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-5.355,93	
1631990 - Outros Serviços de Atendimento à Saúde	-5.355,93		
16319901 - Outros Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	-5.355,93		
1631990101 - Contribuição Mensal - Saúde Suplementar	-5.355,93		
17 - Transferências Correntes		-2.209.193.981,99	
171 - Transferências da União e de suas Entidades		-2.209.187.687,20	
1711500 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE	-2.169.639.580,16		
17115001 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE - Principal	-2.169.639.580,16		
1711500199 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FUNDEB	-2.169.639.580,16		
1711530 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	-19.852.736,71		
17115301 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados - Principal	-19.852.736,71		
1711530101 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	-0,11		
1711530197 - Dedução aos Municípios - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	-12.407.960,23		





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1711530199 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados - FUNDEB	-7.444.776,37		
1711540 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-6.527.142,65		
17115401 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	-6.527.142,65		
1711540197 - Dedução aos Municípios - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-6.527.142,65		
1712521 - Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	-713.960,27		
17125211 - Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89 - Principal	-713.960,27		
1712521197 - Dedução aos Municípios - Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	-713.960,27		
1719610 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	-12.454.267,41		
17196101 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Principal	-12.454.267,41		
1719610101 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	-12.454.267,41		
174 - Transferências de Instituições Privadas		-6.294,79	
1741990 - Outras Transferências de Instituições Privadas	-6.294,79		
17419901 - Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	-6.294,79		
1741990102 - Transferência de Convênios de Instituições Privadas	-6.294,79		
19 - Outras Receitas Correntes		-64.871.727,77	
191 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		-51.217.182,42	
1911010 - Multas Previstas em Legislação Específica	-46.206.490,26		
19110101 - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	-45.983.142,04		
1911010101 - Multas Previstas na Legislação Sanitária	-49.835,40		
1911010103 - Multas Previstas na Legislação de Trânsito	-45.755.387,38		
1911010104 - Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	-167.082,23		
1911010106 - Multas advindas da ARCE	-2.325,17		
1911010110 - Multas de Obrigações Acessórias	-8.511,86		
19110102 - Multas Previstas em Legislação Específica - Multa e Juros	-223.348,22		
1911010205 - Multas causadas a qualquer outro interesse difuso ou coletivo	-223.348,22		
1911040 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	-4.816.176,95		
19110401 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	-3.143.228,47		
1911040106 - Multas por danos ao consumidor	-3.143.228,47		
19110403 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa	-1.672.948,48		





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1911040301 - Receita da Dívida Ativa - Multas do DECON	-1.672.948,48		
1911061 - Multas Administrativas por Danos Ambientais	-192.437,90		
19110611 - Multas Administrativas por Danos Ambientais	-192.437,90		
1911061101 - Multas Administrativas por Danos Ambientais	-192.437,90		
1911070 - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	-556,88		
19110701 - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	-556,88		
1911070103 - Multas do TCE	-556,88		
1911090 - Multas e Juros Previstos em Contratos	-1.520,43		
19110901 - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	-1.520,43		
1911090101 - Multas e Juros Previstos em Contratos	-1.520,43		
192 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-3.790.189,58	
1921010 - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	-1.500.000,00		
19210101 - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	-1.500.000,00		
1921010103 - Compensação Ambiental	-1.500.000,00		
1922011 - Restituição de Convênios - Primárias	-139.840,93		
19220111 - Restituição de Convênios - Primárias - Principal	-139.840,93		
1922011102 - Restituições de Convênios	-139.840,93		
1922063 - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	-5.450,22		
19220631 - Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	-5.450,22		
1922063101 - Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	-5.450,22		
1922990 - Outras Restituições	-284.784,12		
19229901 - Outras Restituições - Principal	-284.784,12		
1922990101 - Devolução de Diárias	-24.400,42		
1922990198 - Restituições Diversas	-10.005,67		
1922990199 - Outras Restituições	-250.378,03		
1923020 - Ressarcimento de Custos	-1.860.114,31		
19230201 - Ressarcimento de Custos - Principal	-1.860.114,31		
1923020101 - Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	-1.860.114,31		
199 - Demais Receitas Correntes		-9.864.355,77	
1999122 - Ônus de Sucumbência	-1.900,00		
19991221 - Ônus de Sucumbência - Principal	-1.900,00		
1999122101 - Ônus de Sucumbência	-1.900,00		
1999991 - Outras Receitas Administradas pela RFB	-3.963.983,82		
19999911 - Outras Receitas Administradas pela RFB - Principal	-3.963.983,82		
1999991114 - Doações em Dinheiro	-2.000,00		
1999991117 - Receita de Leilão de Bens Apreendidos	-3.959.087,47		
1999991130 - Recursos DRE EC 93/2016	0,00		
1999991198 - Outras Receitas Eventuais	-2.896,35		





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
1999993 - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras	-5.898.471,95		
19999931 - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Principal	-5.898.471,95		
1999993103 - Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	-5.898.471,95		
<b>7 - Receitas Intraorçamentárias</b>			-33.660,00
71 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-31.454,00	
712 - Taxas		-31.454,00	
7122010 - Taxas pela Prestação de Serviços	-31.454,00		
71220101 - Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	-31.454,00		
7122010106 - Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	-31.454,00		
76 - Receita de Serviços		-2.206,00	
761 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		-2.206,00	
7611030 - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	-2.206,00		
76110301 - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	-2.206,00		
7611030107 - Serviços de Registro do Comércio	-2.206,00		
79 - Outras Receitas Correntes		0,00	
791 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		0,00	
7911010 - Multas Previstas em Legislação Específica	0,00		
79110101 - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	0,00		
7911010103 - Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00		
79110102 - Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros de Mora	0,00		
7911010206 - Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00		
<b>TOTAL DE DEDUÇÕES</b>			-10.271.027.973,61
<b>TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA</b>			34.942.850.771,66
<b>RESUMO GERAL</b>			34.942.850.771,66
11 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		21.795.494.740,59	
12 - Contribuições		1.343.241.261,48	
13 - Receita Patrimonial		1.296.282.037,73	
14 - Receita Agropecuária		8.528,44	
16 - Receita de Serviços		403.815.701,45	
17 - Transferências Correntes		16.451.821.772,14	
19 - Outras Receitas Correntes		823.127.325,96	
<b>TOTAL RECEITAS CORRENTES</b>			42.113.791.367,79
21 - Operações de Crédito		593.504.606,13	
22 - Alienação de Bens		93.021,98	
23 - Amortização de Empréstimos		6.536.010,84	
24 - Transferências de Capital		183.711.783,05	
<b>TOTAL RECEITAS DE CAPITAL</b>			783.845.422,00
7 - Receitas Intraorçamentárias		2.316.241.955,48	
<b>TOTAL RECEITAS INTRA</b>			2.316.241.955,48
<b>TOTAL GERAL</b>			45.213.878.745,27







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:29

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ORIGEM E ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>			-10.271.027.973,61
<b>TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA</b>			34.942.850.771,66

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:30

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	GRUPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
3 - DESPESAS CORRENTES			29.131.506.398,59
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		16.927.044.748,92	
90 - Aplicações Diretas	15.149.088.979,48		
319001 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	3.485.868.555,93		
319003 - PENSÕES	982.008.088,50		
319004 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	609.698.304,07		
319007 - CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	7.865.298,21		
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.459.695.783,04		
319012 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	2.031.792.281,38		
319013 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	171.871.089,96		
319016 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	31.935.940,94		
319091 - SENTENÇAS JUDICIAIS	243.852.460,06		
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50.724.656,06		
319094 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	25.146.912,56		
319096 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	48.629.608,77		
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	1.777.955.769,44		
319113 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.770.273.541,81		
319192 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.265.785,68		
319196 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	6.416.441,95		
2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		855.325.594,66	
90 - Aplicações Diretas	855.325.594,66		
329021 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	830.128.489,33		
329022 - OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	16.110.151,78		
329027 - ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	9.086.953,55		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		11.349.136.055,01	
30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	501.843,20		
333041 - CONTRIBUIÇÕES	501.843,20		
40 - Transferências a Municípios	207.780.468,02		
334041 - CONTRIBUIÇÕES	193.408.202,78		
334092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.372.265,24		
41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	687.540.528,03		
334131 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	14.000.000,00		
334141 - CONTRIBUIÇÕES	671.944.528,03		
334192 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.596.000,00		
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.717.908.420,15		
335039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.952.999,98		
335041 - CONTRIBUIÇÕES	254.900.417,79		



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:30

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	GRUPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
335043 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	4.173.845,07		
335085 - CONTRATO DE GESTÃO	1.441.469.395,75		
335092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.956.103,82		
335093 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	455.657,74		
60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	45.443.552,98		
336041 - CONTRIBUIÇÕES	5.816.794,50		
336045 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	39.273.680,48		
336092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	353.078,00		
67 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP	47.888.686,45		
336783 - DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECONÔMICAS, APORTE E FUNDO GARANTIDOR	47.888.686,45		
71 - Transferências a Consórcios Públicos	125.726.321,15		
337170 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	125.328.150,13		
337192 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	398.171,02		
80 - Transferências ao Exterior	1.643.439,00		
338039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.643.439,00		
90 - Aplicações Diretas	7.859.824.939,91		
339008 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	62.895.550,83		
339014 - DIÁRIAS - CIVIL	24.347.707,66		
339015 - DIÁRIAS - MILITAR	8.039.114,23		
339018 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	58.659.153,71		
339020 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	55.247.570,26		
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	823.522.903,25		
339031 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	8.330.464,12		
339032 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	374.205.376,30		
339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	34.718.633,08		
339034 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	783.555.549,16		
339035 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	7.611.720,77		
339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	259.377.747,24		
339037 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.209.160.443,90		
339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.163.493.339,89		
339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	296.180.806,24		
339041 - CONTRIBUIÇÕES	8.896.552,00		
339045 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	187.967.196,76		
339046 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	277.972.974,70		
339047 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	297.767.012,41		
339048 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	221.316.784,38		
339049 - AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.496.780,14		





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:30

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	GRUPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
339059 - PENSÕES ESPECIAIS	10.620.567,73		
339062 - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	201.059,10		
339085 - CONTRATO DE GESTÃO	210.310.610,07		
339091 - SENTENÇAS JUDICIAIS	18.830.435,37		
339092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	100.101.795,69		
339093 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	354.997.090,92		
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	654.877.856,12		
339132 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	39.613,91		
339139 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	31.133.542,13		
339140 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	89.600.540,03		
339141 - CONTRIBUIÇÕES	482.101.580,26		
339147 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.357.754,65		
339192 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	77.160,19		
339193 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	49.567.664,95		
Total			29.131.506.398,59
4 - DESPESAS DE CAPITAL			5.460.446.452,94
4 - INVESTIMENTOS		3.863.883.324,29	
40 - Transferências a Municípios	546.921.935,95		
444041 - CONTRIBUIÇÕES	9.750.000,00		
444042 - AUXÍLIOS	536.625.312,31		
444092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	546.623,64		
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	31.344.455,40		
445039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.456.000,00		
445042 - AUXÍLIOS	13.480.062,65		
445085 - CONTRATO DE GESTÃO	15.408.392,75		
67 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP	9.808.526,15		
446783 - DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECONÔMICAS, APORTE E FUNDO GARANTIDOR	9.808.526,15		
90 - Aplicações Diretas	3.246.957.101,38		
449014 - DIÁRIAS - CIVIL	65.668,44		
449020 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	2.516.643,41		
449030 - MATERIAL DE CONSUMO	5.940.051,85		
449033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	59.062,83		
449035 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	53.842.413,59		
449036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	178.125,09		
449037 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	3.008.594,34		
449039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	772.796.016,71		
449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	47.165.733,61		





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:30

Anexo II, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	GRUPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
449047 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	511.008,01		
449051 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.384.698.437,50		
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	733.156.690,36		
449061 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	27.592.270,87		
449065 - CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	10.331.020,74		
449091 - SENTENÇAS JUDICIAIS	1.971.544,37		
449092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	81.546.142,82		
449093 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	121.577.676,84		
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	28.851.305,41		
449140 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	28.285.694,26		
449147 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	436.176,80		
449193 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	129.434,35		
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		155.869.890,48	
90 - Aplicações Diretas	155.869.890,48		
459007 - CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	7.500.000,00		
459062 - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	2.494.451,93		
459065 - CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	78.398.789,66		
459066 - CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	67.476.648,89		
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		1.440.693.238,17	
90 - Aplicações Diretas	1.440.693.238,17		
469027 - ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	22.079.450,57		
469071 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.418.613.787,60		
Total			5.460.446.452,94
RESUMO GERAL			
DESPESAS CORRENTES			29.131.506.398,59
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			16.927.044.748,92
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			855.325.594,66
OUTRAS DESPESAS CORRENTES			11.349.136.055,01
TOTAL DO GRUPO			29.131.506.398,59
DESPESAS DE CAPITAL			5.460.446.452,94
INVESTIMENTOS			3.863.883.324,29
INVERSÕES FINANCEIRAS			155.869.890,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			1.440.693.238,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
TOTAL DO GRUPO			5.460.446.452,94
DESPESA TOTAL			34.591.952.851,53

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
01000000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	<b>21.255.575,13</b>	<b>681.383.587,07</b>	0,00	702.639.162,20
01000000001 - ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA ASSEMBLÉIA	<b>0,00</b>	<b>57.814.574,13</b>	0,00	57.814.574,13
01 - LEGISLATIVA	<b>0,00</b>	<b>57.814.574,13</b>	0,00	57.814.574,13
031 - AÇÃO LEGISLATIVA	<b>0,00</b>	<b>57.814.574,13</b>	0,00	57.814.574,13
258 - DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO	<b>0,00</b>	<b>33.799.171,05</b>	0,00	33.799.171,05
20717 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - AL.	<b>0,00</b>	<b>14.944.358,67</b>	0,00	14.944.358,67
20718 - Pagamento de despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - AL.	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	0,00	0,00
20736 - Desenvolvimento da Ação Parlamentar.	<b>0,00</b>	<b>17.467.107,94</b>	0,00	17.467.107,94
20739 - Contribuição Patronal ao Fundo de Previdência Parlamentar.	<b>0,00</b>	<b>1.387.704,44</b>	0,00	1.387.704,44
259 - PROMOÇÃO DA INTERAÇÃO LEGISLATIVO E SOCIEDADE	<b>0,00</b>	<b>24.015.403,08</b>	0,00	24.015.403,08
20336 - Veiculação das Ações do Parlamento Cearense.	<b>0,00</b>	<b>6.194.926,32</b>	0,00	6.194.926,32
20732 - Desenvolvimento de Ações de Saúde e Assistência Social - AL.	<b>0,00</b>	<b>872.003,89</b>	0,00	872.003,89
20733 - Desenvolvimento de Ações de Educação para o Público Interno e Externo.	<b>0,00</b>	<b>175.202,14</b>	0,00	175.202,14
20734 - Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas sobre Temas Estratégicos.	<b>0,00</b>	<b>139.272,25</b>	0,00	139.272,25
20735 - Edição e Lançamento de Publicações.	<b>0,00</b>	<b>194.329,18</b>	0,00	194.329,18
20740 - Criação, Produção e Divulgação das Ações da Assembleia Legislativa.	<b>0,00</b>	<b>16.431.774,57</b>	0,00	16.431.774,57
20750 - Desenvolvimento de Ações para Assessoria Jurídica Popular às Comunidades e Movimentos Sociais.	<b>0,00</b>	<b>5.137,73</b>	0,00	5.137,73
21233 - Promoção da Responsabilidade Social no âmbito da ALECE.	<b>0,00</b>	<b>2.757,00</b>	0,00	2.757,00
Total da UO	<b>0,00</b>	<b>57.814.574,13</b>	0,00	57.814.574,13
01000000002 - SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA	<b>21.255.575,13</b>	<b>623.569.012,94</b>	0,00	644.824.588,07
01 - LEGISLATIVA	<b>21.255.575,13</b>	<b>623.569.012,94</b>	0,00	644.824.588,07
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	<b>16.812.260,37</b>	<b>620.085.567,76</b>	0,00	636.897.828,13
CEARÁ 211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO	<b>16.812.260,37</b>	<b>620.085.567,76</b>	0,00	636.897.828,13
10105 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - AL.	<b>1.489.261,91</b>	<b>0,00</b>	0,00	1.489.261,91
11512 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - AL.	<b>15.322.998,46</b>	<b>0,00</b>	0,00	15.322.998,46
20632 - Manutenção dos Serviços Administrativos - AL.	<b>0,00</b>	<b>237.782.511,18</b>	0,00	237.782.511,18
20942 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - AL.	<b>0,00</b>	<b>381.144.765,01</b>	0,00	381.144.765,01
21007 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - AL.	<b>0,00</b>	<b>1.158.291,57</b>	0,00	1.158.291,57
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	<b>3.798.001,72</b>	<b>3.483.445,18</b>	0,00	7.281.446,90
CEARÁ 211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO	<b>3.798.001,72</b>	<b>3.483.445,18</b>	0,00	7.281.446,90
10438 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - AL.	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	0,00	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
10939 - Implementação de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - AL.	3.798.001,72	0,00	0,00	3.798.001,72
20855 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - AL.	0,00	3.483.445,18	0,00	3.483.445,18
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	645.313,04	0,00	0,00	645.313,04
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	645.313,04	0,00	0,00	645.313,04
11513 - Capacitação de Servidores para o Desenvolvimento das Atividades Administrativas - AL.	645.313,04	0,00	0,00	645.313,04
Total da UO	21.255.575,13	623.569.012,94	0,00	644.824.588,07
Total do Órgão	21.255.575,13	681.383.587,07	0,00	702.639.162,20
01200001 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR	0,00	10.734.576,97	0,00	10.734.576,97
01200001001 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR	0,00	10.734.576,97	0,00	10.734.576,97
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	10.734.576,97	0,00	10.734.576,97
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	356.377,37	0,00	356.377,37
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	356.377,37	0,00	356.377,37
20005 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FPP.	0,00	356.377,37	0,00	356.377,37
271 - PREVIDÊNCIA BÁSICA	0,00	10.378.199,60	0,00	10.378.199,60
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	10.378.199,60	0,00	10.378.199,60
20933 - Pagamento de despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - FPP.	0,00	10.378.199,60	0,00	10.378.199,60
Total da UO	0,00	10.734.576,97	0,00	10.734.576,97
Total do Órgão	0,00	10.734.576,97	0,00	10.734.576,97
02000000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	10.973.512,12	255.110.640,94	0,00	266.084.153,06
02000000001 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	10.973.512,12	255.110.640,94	0,00	266.084.153,06
01 - LEGISLATIVA	10.973.512,12	255.110.640,94	0,00	266.084.153,06
032 - CONTROLE EXTERNO	3.168.156,56	211.182.081,51	0,00	214.350.238,07
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	211.130.894,11	0,00	211.130.894,11
20934 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - TCE.	0,00	210.930.642,09	0,00	210.930.642,09
20989 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - TCE.	0,00	200.252,02	0,00	200.252,02
255 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL	3.168.156,56	51.187,40	0,00	3.219.343,96
10818 - Controle Externo das Obras de Infraestrutura Hídrica (IPF - COMP. III).	2.431.924,95	0,00	0,00	2.431.924,95
10892 - Controle Externo (PSJ - 2ª FASE - COMP. III).	736.231,61	0,00	0,00	736.231,61
20290 - Controle Externo da Administração Pública Estadual.	0,00	0,00	0,00	0,00
20291 - Controle Externo da Administração Pública Municipal.	0,00	51.187,40	0,00	51.187,40
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.151.941,33	34.728.699,74	0,00	35.880.641,07
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	1.151.941,33	34.393.861,03	0,00	35.545.802,36





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
10045 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - TCE.	4.600,00	0,00	0,00	4.600,00
11399 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - TCE.	1.147.341,33	0,00	0,00	1.147.341,33
20011 - Manutenção dos Serviços Administrativos - TCE.	0,00	34.393.861,03	0,00	34.393.861,03
255 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL	0,00	334.838,71	0,00	334.838,71
20315 - Manutenção dos Serviços Administrativos - IPC.	0,00	334.838,71	0,00	334.838,71
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6.653.414,23	8.336.324,72	0,00	14.989.738,95
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	6.653.414,23	8.336.324,72	0,00	14.989.738,95
10266 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - TCE.	265.548,00	0,00	0,00	265.548,00
10814 - Implementação de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - TCE.	6.387.866,23	0,00	0,00	6.387.866,23
20844 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TCE.	0,00	8.336.324,72	0,00	8.336.324,72
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	863.534,97	0,00	863.534,97
255 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL	0,00	863.534,97	0,00	863.534,97
20304 - Capacitação e Desenvolvimento de Servidores, Jurisdicionados e Sociedade.	0,00	863.534,97	0,00	863.534,97
Total da UO	10.973.512,12	255.110.640,94	0,00	266.084.153,06
Total do Órgão	10.973.512,12	255.110.640,94	0,00	266.084.153,06
04000000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA	28.969.033,32	1.427.309.666,55	0,00	1.456.278.699,87
04000000011 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	148.486,00	1.412.415.370,42	0,00	1.412.563.856,42
02 - JUDICIÁRIA	148.486,00	1.412.415.370,42	0,00	1.412.563.856,42
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	1.412.415.370,42	0,00	1.412.415.370,42
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	322.301.253,96	0,00	322.301.253,96
20012 - Manutenção dos Serviços Administrativos - TJ (2º Grau).	0,00	47.600.306,15	0,00	47.600.306,15
20937 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - TJ (2º Grau).	0,00	269.169.871,21	0,00	269.169.871,21
20990 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - TJ (2º Grau).	0,00	1.178.931,85	0,00	1.178.931,85
21037 - Concessão de Benefícios Especiais (Folha Normal) - 2º Grau.	0,00	4.127.686,10	0,00	4.127.686,10
21038 - Concessão de Outros Benefícios Assistenciais - TJ (1º Grau).	0,00	222.958,92	0,00	222.958,92
21039 - Concessão de Outros Benefícios Assistenciais - TJ (2º Grau).	0,00	1.499,73	0,00	1.499,73
512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	0,00	1.090.114.116,46	0,00	1.090.114.116,46
20131 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - TJ (1º Grau).	0,00	944.747.146,32	0,00	944.747.146,32







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20147 - Apoio ao Desempenho da Prestação Jurisdicional - TJ (1º Grau).	0,00	141.066.299,97	0,00	141.066.299,97
20397 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - TJ (1º Grau).	0,00	4.300.670,17	0,00	4.300.670,17
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	148.486,00	0,00	0,00	148.486,00
512 - EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	148.486,00	0,00	0,00	148.486,00
18478 - Desenvolvimento e Capacitação de Servidores - 1º Grau (PROMOJUD-COMP.II).	28.778,00	0,00	0,00	28.778,00
18479 - Desenvolvimento e Capacitação de Servidores - 2º Grau (PROMOJUD-COMP.II).	119.708,00	0,00	0,00	119.708,00
Total da UO	148.486,00	1.412.415.370,42	0,00	1.412.563.856,42
04000000021 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	27.341.780,26	7.083.223,08	0,00	34.425.003,34
02 - JUDICIÁRIA	27.341.780,26	7.083.223,08	0,00	34.425.003,34
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	27.341.780,26	7.083.223,08	0,00	34.425.003,34
512 - EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	27.341.780,26	7.083.223,08	0,00	34.425.003,34
15502 - Aprimoramento dos Sistemas de Gestão - 1º Grau (PROMOJUD - COMP. II).	2.743.269,02	0,00	0,00	2.743.269,02
15504 - Modernização da Infraestrutura de TI - 1º Grau (PROMOJUD - COMP. I).	10.455.870,08	0,00	0,00	10.455.870,08
15506 - Desenvolvimento e Estruturação dos Processos de Suporte ao Serviço Judicial - 1º Grau (PROMOJUD - COMP. I).	9.224.239,39	0,00	0,00	9.224.239,39
15508 - Título da Ação Orçamentária Aprimoramento dos Sistemas de Gestão - 2º Grau (PROMOJUD - COMP. II).	441.920,08	0,00	0,00	441.920,08
15510 - Modernização da Infraestrutura de TI - 2º Grau (PROMOJUD - COMP. I).	2.265.328,57	0,00	0,00	2.265.328,57
15512 - Desenvolvimento e Estruturação dos Processos de Suporte ao Serviço Judicial - 2º Grau (PROMOJUD - COMP. I).	2.211.153,12	0,00	0,00	2.211.153,12
20399 - Manutenção e Funcionamento de TI - TJ (1º Grau).	0,00	4.806.179,61	0,00	4.806.179,61
20401 - Manutenção e Funcionamento de TI - TJ (2º Grau).	0,00	2.277.043,47	0,00	2.277.043,47
Total da UO	27.341.780,26	7.083.223,08	0,00	34.425.003,34
04000000071 - SECRETARIA JUDICIÁRIA	0,00	3.021.000,00	0,00	3.021.000,00
02 - JUDICIÁRIA	0,00	3.021.000,00	0,00	3.021.000,00
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA	0,00	3.021.000,00	0,00	3.021.000,00
512 - EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	0,00	3.021.000,00	0,00	3.021.000,00
20433 - Pagamento de Juizes Leigos - TJ (1º Grau).	0,00	3.021.000,00	0,00	3.021.000,00
Total da UO	0,00	3.021.000,00	0,00	3.021.000,00
04000000081 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	1.305.751,20	0,00	0,00	1.305.751,20
02 - JUDICIÁRIA	1.305.751,20	0,00	0,00	1.305.751,20
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA	1.305.751,20	0,00	0,00	1.305.751,20
512 - EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	1.305.751,20	0,00	0,00	1.305.751,20





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
15502 - Aprimoramento dos Sistemas de Gestão - 1º Grau (PROMOJUD - COMP. II).	1.215.523,78	0,00	0,00	1.215.523,78
15508 - Título da Ação Orçamentária Aprimoramento dos Sistemas de Gestão - 2º Grau (PROMOJUD - COMP. II).	90.227,42	0,00	0,00	90.227,42
Total da UO	1.305.751,20	0,00	0,00	1.305.751,20
04000000091 - PRESIDÊNCIA	171.695,86	0,00	0,00	171.695,86
02 - JUDICIÁRIA	171.695,86	0,00	0,00	171.695,86
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA	171.695,86	0,00	0,00	171.695,86
512 - EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	171.695,86	0,00	0,00	171.695,86
15516 - Desenvolvimento e Implantação de Modelo de Gestão - 1º Grau (PROMOJUD - COMP. III).	115.894,74	0,00	0,00	115.894,74
15517 - Desenvolvimento e Implantação de Modelo de Gestão - 2º Grau (PROMOJUD - COMP. III).	55.801,12	0,00	0,00	55.801,12
Total da UO	171.695,86	0,00	0,00	171.695,86
04000000101 - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA	1.320,00	0,00	0,00	1.320,00
02 - JUDICIÁRIA	1.320,00	0,00	0,00	1.320,00
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.320,00	0,00	0,00	1.320,00
512 - EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	1.320,00	0,00	0,00	1.320,00
18479 - Desenvolvimento e Capacitação de Servidores - 2º Grau (PROMOJUD-COMP.II).	1.320,00	0,00	0,00	1.320,00
Total da UO	1.320,00	0,00	0,00	1.320,00
04000000111 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA	0,00	4.790.073,05	0,00	4.790.073,05
02 - JUDICIÁRIA	0,00	4.790.073,05	0,00	4.790.073,05
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA	0,00	2.596.548,62	0,00	2.596.548,62
512 - EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	0,00	2.596.548,62	0,00	2.596.548,62
20147 - Apoio ao Desempenho da Prestação Jurisdicional - TJ (1º Grau).	0,00	2.596.548,62	0,00	2.596.548,62
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	2.193.524,43	0,00	2.193.524,43
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	2.193.524,43	0,00	2.193.524,43
20012 - Manutenção dos Serviços Administrativos - TJ (2º Grau).	0,00	2.193.524,43	0,00	2.193.524,43
Total da UO	0,00	4.790.073,05	0,00	4.790.073,05
Total do Órgão	28.969.033,32	1.427.309.666,55	0,00	1.456.278.699,87
04200001 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	3.901.214,20	182.237.607,33	0,00	186.138.821,53
04200001011 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	1.868.486,11	54.322.421,74	0,00	56.190.907,85
02 - JUDICIÁRIA	1.868.486,11	54.322.421,74	0,00	56.190.907,85
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA	1.868.486,11	0,00	0,00	1.868.486,11
512 - EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	1.868.486,11	0,00	0,00	1.868.486,11
15511 - Desenvolvimento e Estruturação dos Processos de Suporte ao Serviço Judicial - 2º Grau (PROMOJUD - COMP. I).	1.868.486,11	0,00	0,00	1.868.486,11
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	52.869.651,61	0,00	52.869.651,61
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	31.112.754,19	0,00	31.112.754,19



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20009 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FERMOJU (2º Grau).	0,00	31.112.754,19	0,00	31.112.754,19
512 - EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	0,00	21.756.897,42	0,00	21.756.897,42
20539 - Apoio ao Desenvolvimento da Prestação Jurisdicional - FERMOJU (1º Grau).	0,00	21.756.897,42	0,00	21.756.897,42
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	1.452.770,13	0,00	1.452.770,13
512 - EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	0,00	1.452.770,13	0,00	1.452.770,13
20168 - Desenvolvimento e Capacitação de Servidores - FERMOJU (1º Grau).	0,00	536.739,56	0,00	536.739,56
20538 - Desenvolvimento e Capacitação de Servidores - FERMOJU (2º Grau).	0,00	916.030,57	0,00	916.030,57
Total da UO	1.868.486,11	54.322.421,74	0,00	56.190.907,85
04200001021 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.032.728,09	39.303.857,58	0,00	41.336.585,67
02 - JUDICIÁRIA	2.032.728,09	39.303.857,58	0,00	41.336.585,67
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.032.728,09	39.303.857,58	0,00	41.336.585,67
512 - EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	2.032.728,09	39.303.857,58	0,00	41.336.585,67
15505 - Desenvolvimento e Estruturação dos Processos de Suporte ao Serviço Judicial - 1º Grau (PROMOJUD - COMP. I).	1.371.653,93	0,00	0,00	1.371.653,93
15511 - Desenvolvimento e Estruturação dos Processos de Suporte ao Serviço Judicial - 2º Grau (PROMOJUD - COMP. I).	661.074,16	0,00	0,00	661.074,16
20541 - Apoio ao Desenvolvimento da Prestação Jurisdicional na Área de TI - FERMOJU (1º Grau).	0,00	23.494.388,76	0,00	23.494.388,76
20543 - Apoio ao Desenvolvimento da Prestação Jurisdicional na Área de TI - FERMOJU (2º Grau).	0,00	7.817.099,15	0,00	7.817.099,15
20544 - Desenvolvimento da Infraestrutura de TI - FERMOJU (1º Grau).	0,00	5.744.589,61	0,00	5.744.589,61
20545 - Desenvolvimento da Infraestrutura de TI - FERMOJU (2º Grau).	0,00	2.247.780,06	0,00	2.247.780,06
Total da UO	2.032.728,09	39.303.857,58	0,00	41.336.585,67
04200001051 - SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	31.162.090,47	0,00	31.162.090,47
02 - JUDICIÁRIA	0,00	31.162.090,47	0,00	31.162.090,47
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA	0,00	30.884.875,47	0,00	30.884.875,47
512 - EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	0,00	30.884.875,47	0,00	30.884.875,47
20524 - Aquisição de Selos Judiciais / ExtraJudiciais - FERMOJU.	0,00	201.059,10	0,00	201.059,10
20560 - Ressarcimento do Registro Civil - FERMOJU.	0,00	30.683.816,37	0,00	30.683.816,37
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	277.215,00	0,00	277.215,00
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	277.215,00	0,00	277.215,00
20009 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FERMOJU (2º Grau).	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
20263 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FERMOJU (1º Grau).	0,00	217.215,00	0,00	217.215,00
Total da UO	0,00	31.162.090,47	0,00	31.162.090,47
04200001071 - SECRETARIA JUDICIÁRIA	0,00	6.777.560,58	0,00	6.777.560,58





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
02 - JUDICIÁRIA	0,00	6.777.560,58	0,00	6.777.560,58
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	6.777.560,58	0,00	6.777.560,58
512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	0,00	6.777.560,58	0,00	6.777.560,58
20539 - Apoio ao Desenvolvimento da Prestação Jurisdicional - FERMOJU (1º Grau).	0,00	6.380.847,73	0,00	6.380.847,73
20562 - Apoio ao Desenvolvimento da Prestação Jurisdicional - FERMOJU (2º Grau).	0,00	396.712,85	0,00	396.712,85
Total da UO	0,00	6.777.560,58	0,00	6.777.560,58
04200001091 - PRESIDÊNCIA	0,00	97.049,80	0,00	97.049,80
02 - JUDICIÁRIA	0,00	97.049,80	0,00	97.049,80
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	97.049,80	0,00	97.049,80
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	97.049,80	0,00	97.049,80
20009 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FERMOJU (2º Grau).	0,00	88.936,00	0,00	88.936,00
20263 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FERMOJU (1º Grau).	0,00	8.113,80	0,00	8.113,80
Total da UO	0,00	97.049,80	0,00	97.049,80
04200001101 - ESMEC	0,00	471.720,34	0,00	471.720,34
02 - JUDICIÁRIA	0,00	471.720,34	0,00	471.720,34
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	29.422,02	0,00	29.422,02
512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	0,00	29.422,02	0,00	29.422,02
20575 - Aprimoramento da ESMEC - FERMOJU (2º Grau).	0,00	29.422,02	0,00	29.422,02
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	442.298,32	0,00	442.298,32
512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	0,00	442.298,32	0,00	442.298,32
20576 - Apoio ao Desenvolvimento e Capacitação de Magistrados e Servidores - FERMOJU (2º Grau).	0,00	442.298,32	0,00	442.298,32
Total da UO	0,00	471.720,34	0,00	471.720,34
04200001121 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA	0,00	48.814.573,99	0,00	48.814.573,99
02 - JUDICIÁRIA	0,00	48.814.573,99	0,00	48.814.573,99
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	48.814.573,99	0,00	48.814.573,99
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	8.669.226,90	0,00	8.669.226,90
20009 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FERMOJU (2º Grau).	0,00	8.669.226,90	0,00	8.669.226,90
512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	0,00	40.145.347,09	0,00	40.145.347,09
20539 - Apoio ao Desenvolvimento da Prestação Jurisdicional - FERMOJU (1º Grau).	0,00	17.465.481,64	0,00	17.465.481,64
20580 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos - FERMOJU (1º Grau).	0,00	3.259.680,45	0,00	3.259.680,45
20581 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos - FERMOJU (2º Grau).	0,00	841.753,16	0,00	841.753,16
20582 - Reforma e Adequação de Bens Imóveis - FERMOJU (1º Grau).	0,00	14.930.972,20	0,00	14.930.972,20
20583 - Reforma e Adequação de Bens Imóveis - FERMOJU (2º Grau).	0,00	3.647.459,64	0,00	3.647.459,64
Total da UO	0,00	48.814.573,99	0,00	48.814.573,99
04200001131 - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	0,00	484.939,33	0,00	484.939,33
02 - JUDICIÁRIA	0,00	484.939,33	0,00	484.939,33
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	484.939,33	0,00	484.939,33





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	484.939,33	0,00	484.939,33
20009 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FERMOJU (2º Grau).	0,00	484.939,33	0,00	484.939,33
Total da UO	0,00	484.939,33	0,00	484.939,33
04200001141 - ASSESSORIA DE CERIMONIAL	0,00	803.393,50	0,00	803.393,50
02 - JUDICIÁRIA	0,00	803.393,50	0,00	803.393,50
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	803.393,50	0,00	803.393,50
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	655.853,05	0,00	655.853,05
20009 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FERMOJU (2º Grau).	0,00	655.853,05	0,00	655.853,05
512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	0,00	147.540,45	0,00	147.540,45
20539 - Apoio ao Desenvolvimento da Prestação Jurisdicional - FERMOJU (1º Grau).	0,00	147.540,45	0,00	147.540,45
Total da UO	0,00	803.393,50	0,00	803.393,50
Total do Órgão	3.901.214,20	182.237.607,33	0,00	186.138.821,53
04200003 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	0,00	2.103.179,75	0,00	2.103.179,75
04200003043 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA	0,00	1.552.117,78	0,00	1.552.117,78
02 - JUDICIÁRIA	0,00	1.552.117,78	0,00	1.552.117,78
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	1.552.117,78	0,00	1.552.117,78
512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	0,00	1.552.117,78	0,00	1.552.117,78
20661 - Reforma e Adequação de Bens Imóveis - FUNSEG - 1º GRAU.	0,00	1.552.117,78	0,00	1.552.117,78
Total da UO	0,00	1.552.117,78	0,00	1.552.117,78
04200003063 - ASSISTÊNCIA MILITAR	0,00	551.061,97	0,00	551.061,97
02 - JUDICIÁRIA	0,00	551.061,97	0,00	551.061,97
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	551.061,97	0,00	551.061,97
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	551.061,97	0,00	551.061,97
20006 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNSEG (2º Grau).	0,00	197.120,18	0,00	197.120,18
20807 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNSEG (1º Grau).	0,00	353.941,79	0,00	353.941,79
Total da UO	0,00	551.061,97	0,00	551.061,97
Total do Órgão	0,00	2.103.179,75	0,00	2.103.179,75
04200004 - FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	0,00	14.507.075,69	0,00	14.507.075,69
04200004014 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	0,00	14.507.075,69	0,00	14.507.075,69
02 - JUDICIÁRIA	0,00	14.507.075,69	0,00	14.507.075,69
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	14.507.075,69	0,00	14.507.075,69
512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	0,00	14.507.075,69	0,00	14.507.075,69
20289 - Pagamento das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça.	0,00	14.507.075,69	0,00	14.507.075,69
Total da UO	0,00	14.507.075,69	0,00	14.507.075,69
Total do Órgão	0,00	14.507.075,69	0,00	14.507.075,69
06000000 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO	5.794.932,67	212.035.360,24	0,00	217.830.292,91
06000000001 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO	5.794.932,67	212.035.360,24	0,00	217.830.292,91
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	5.794.932,67	212.035.360,24	0,00	217.830.292,91
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	295.707,45	209.956.715,26	0,00	210.252.422,71



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	295.707,45	15.584.413,96	0,00	15.880.121,41
10018 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - DPGE.	200.707,45	0,00	0,00	200.707,45
11339 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - DPGE.	95.000,00	0,00	0,00	95.000,00
20264 - Manutenção dos Serviços Administrativos - DPGE.	0,00	10.156.339,87	0,00	10.156.339,87
21241 - Concessão de Benefícios Assistenciais - DPGE.	0,00	5.428.074,09	0,00	5.428.074,09
511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	0,00	194.372.301,30	0,00	194.372.301,30
20140 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - DPGE.	0,00	194.365.373,40	0,00	194.365.373,40
20141 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - DPGE.	0,00	6.927,90	0,00	6.927,90
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.211.213,80	6.627,00	0,00	1.217.840,80
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	33.878,40	6.627,00	0,00	40.505,40
10196 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - DPGE.	33.878,40	0,00	0,00	33.878,40
20845 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - DPGE.	0,00	6.627,00	0,00	6.627,00
511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	1.177.335,40	0,00	0,00	1.177.335,40
10296 - Estruturação e Melhoria Tecnológica dos Núcleos e Unidades de Atendimento Jurídico.	1.177.335,40	0,00	0,00	1.177.335,40
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	4.288.011,42	2.072.017,98	0,00	6.360.029,40
511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	4.288.011,42	2.072.017,98	0,00	6.360.029,40
10295 - Estruturação Física dos Núcleos e Unidades de Atendimento Jurídico.	671.175,45	0,00	0,00	671.175,45
10831 - Realização de Obras e Instalações (PMAE - COMP. I).	2.038.365,64	0,00	0,00	2.038.365,64
10833 - Aquisição de Equipamentos, Montagens e Instalações (PMAE - COMP. II).	1.578.470,33	0,00	0,00	1.578.470,33
10835 - Realização de Consultoria em Tecnologia da Informação (PMAE - COMP. III).	0,00	0,00	0,00	0,00
20058 - Atendimento Itinerante em Áreas de Povos e Comunidades Tradicionais.	0,00	36.000,00	0,00	36.000,00
21303 - Promoção da oferta itinerante de assistência jurídica integral e gratuita - Defensoria em Movimento em bairros com baixo IDH	0,00	1.435.000,00	0,00	1.435.000,00
21309 - Melhoria das condições de atendimento e infraestruturas para defensores (as) e assistidos(as) nos núcleos da capital e do interior do Estado	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
21312 - Aprimorar os canais de acesso de atendimento com os(as) defensores (as)	0,00	209.225,81	0,00	209.225,81



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
21313 - Descentralizar o atendimento da Defensoria Pública, se possível garantindo o núcleo da Defensoria em cada Regional de Fortaleza	0,00	321.792,17	0,00	321.792,17
21350 - Fortalecimento do núcleo de moradia	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
Total da UO	5.794.932,67	212.035.360,24	0,00	217.830.292,91
Total do Órgão	5.794.932,67	212.035.360,24	0,00	217.830.292,91
06200001 - FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	34.107.905,19	0,00	34.107.905,19
06200001001 - FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	34.107.905,19	0,00	34.107.905,19
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	34.107.905,19	0,00	34.107.905,19
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	26.889.838,25	0,00	26.889.838,25
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	26.889.838,25	0,00	26.889.838,25
20265 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FAADEP.	0,00	26.889.838,25	0,00	26.889.838,25
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	588.734,80	0,00	588.734,80
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	588.734,80	0,00	588.734,80
20846 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - FAADEP.	0,00	588.734,80	0,00	588.734,80
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	462.488,31	0,00	462.488,31
511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	0,00	462.488,31	0,00	462.488,31
20102 - Promoção da Melhoria Contínua na Prestação dos Serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita.	0,00	462.488,31	0,00	462.488,31
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	0,00	6.166.843,83	0,00	6.166.843,83
511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	0,00	6.166.843,83	0,00	6.166.843,83
20101 - Promoção da Oferta de Serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita - FAADEP.	0,00	6.166.843,83	0,00	6.166.843,83
Total da UO	0,00	34.107.905,19	0,00	34.107.905,19
Total do Órgão	0,00	34.107.905,19	0,00	34.107.905,19
08000000 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	142.596.883,14	283.480.369,40	0,00	426.077.252,54
08000000003 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	834.817,00	16.028.618,18	0,00	16.863.435,18
04 - ADMINISTRAÇÃO	834.817,00	16.028.618,18	0,00	16.863.435,18
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	418.280,00	14.703.773,54	0,00	15.122.053,54
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	418.280,00	14.703.773,54	0,00	15.122.053,54
10005 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - SEINFRA.	418.280,00	0,00	0,00	418.280,00
20266 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SEINFRA.	0,00	8.113.681,55	0,00	8.113.681,55
20938 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SEINFRA.	0,00	6.590.091,99	0,00	6.590.091,99
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	416.537,00	1.324.844,64	0,00	1.741.381,64
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	416.537,00	1.324.844,64	0,00	1.741.381,64



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
10111 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEINFRA.	416.537,00	0,00	0,00	416.537,00
20847 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEINFRA.	0,00	1.324.844,64	0,00	1.324.844,64
Total da UO	834.817,00	16.028.618,18	0,00	16.863.435,18
08000000004 - TRANSPORTES E OBRAS	137.593.082,10	187.967.196,76	0,00	325.560.278,86
26 - TRANSPORTE	137.593.082,10	187.967.196,76	0,00	325.560.278,86
781 - TRANSPORTE AÉREO	16.962.864,00	0,00	0,00	16.962.864,00
342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	16.962.864,00	0,00	0,00	16.962.864,00
10186 - Implantação do Novo Aeroporto de Sobral.	16.962.864,00	0,00	0,00	16.962.864,00
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	507.400,00	0,00	0,00	507.400,00
342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	507.400,00	0,00	0,00	507.400,00
10185 - Ampliação da Infraestrutura de Transporte Rodoviário Estadual.	507.400,00	0,00	0,00	507.400,00
783 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO	120.122.818,10	187.967.196,76	0,00	308.090.014,86
342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	12.015.839,48	0,00	0,00	12.015.839,48
10183 - Elaboração de Projetos e Desapropriação para Apoio à Implantação da Transnordestina.	2.055,00	0,00	0,00	2.055,00
10447 - Elaboração de Planos e Estudos para Apoio a Promoção da Política Pública de Infraestrutura e Logística.	1.022.543,21	0,00	0,00	1.022.543,21
10448 - Apoio à Ampliação e Melhoria de Obras de Infraestrutura, Logística e Edificações Públicas no Estado do Ceará.	10.991.241,27	0,00	0,00	10.991.241,27
343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	108.106.978,62	187.967.196,76	0,00	296.074.175,38
10166 - Implantação do Sistema Metroferroviário - Linha Leste.	45.100.391,70	0,00	0,00	45.100.391,70
10172 - Implantação do Sistema Metroferroviário - Linha Parangaba/Mucuripe.	40.872.869,56	0,00	0,00	40.872.869,56
10177 - Implantação do Sistema Metroferroviário - Linha Sul.	8.384.786,68	0,00	0,00	8.384.786,68
10605 - Expansão do VLT Parangaba-Mucuripe - Ramal Aeroporto.	13.748.930,68	0,00	0,00	13.748.930,68
20126 - Subsídio à Tarifa de Transporte Metroferroviário.	0,00	187.967.196,76	0,00	187.967.196,76
Total da UO	137.593.082,10	187.967.196,76	0,00	325.560.278,86
08000000005 - ENERGIA, COMUNICAÇÃO E MINERAÇÃO	4.168.984,04	79.484.554,46	0,00	83.653.538,50
25 - ENERGIA	4.168.984,04	79.484.554,46	0,00	83.653.538,50
752 - ENERGIA ELÉTRICA	4.168.984,04	3.085.763,80	0,00	7.254.747,84
711 - MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	4.168.984,04	3.085.763,80	0,00	7.254.747,84
10995 - Apoio a Municípios, Entidades Públicas e Governamentais e Organizações Cíveis na Ampliação e Melhoria da Infraestrutura de Energia.	4.168.984,04	0,00	0,00	4.168.984,04
20125 - Operacionalização de Sistemas de Geração e Cogeração de Energia Elétrica.	0,00	3.085.763,80	0,00	3.085.763,80
753 - COMBUSTÍVEIS MINERAIS	0,00	76.398.790,66	0,00	76.398.790,66
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	76.398.790,66	0,00	76.398.790,66
20173 - Participação Acionária do Estado	0,00	76.398.790,66	0,00	76.398.790,66
Total da UO	4.168.984,04	79.484.554,46	0,00	83.653.538,50
Total do Órgão	142.596.883,14	283.480.369,40	0,00	426.077.252,54







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
08200003 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	112.101.681,06	344.602.181,57	252.465.316,93	709.169.179,56
08200003003 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	112.101.681,06	344.602.181,57	252.465.316,93	709.169.179,56
04 - ADMINISTRAÇÃO	17.660.786,86	102.410.521,40	252.465.316,93	372.536.625,19
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	15.157.286,86	78.211.284,26	7.373.758,47	100.742.329,59
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	78.211.284,26	0,00	78.211.284,26
20002 - Manutenção dos Serviços Administrativos - DETRAN.	0,00	74.431.284,26	0,00	74.431.284,26
20838 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - DETRAN.	0,00	3.780.000,00	0,00	3.780.000,00
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	7.373.758,47	7.373.758,47
00014 - Pagamento de Concessão do Pasep - DETRAN.	0,00	0,00	7.373.758,47	7.373.758,47
343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	15.157.286,86	0,00	0,00	15.157.286,86
10727 - Construção de Unidades Operacionais e Administrativas Descentralizadas.	926.147,57	0,00	0,00	926.147,57
10768 - Construção de Terminais Rodoviários de Passageiros Intermunicipais.	1.367.746,98	0,00	0,00	1.367.746,98
10777 - Ampliação e Recuperação de Terminais Rodoviários de Passageiros Intermunicipais.	2.760.174,16	0,00	0,00	2.760.174,16
11085 - Melhoria na Infraestrutura Física e do Suporte das Unidades Operacionais e Administrativas (equipamentos, mobiliários e veículos).	10.103.218,15	0,00	0,00	10.103.218,15
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.503.500,00	24.199.237,14	0,00	26.702.737,14
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	2.503.500,00	24.199.237,14	0,00	26.702.737,14
10191 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - DETRAN.	2.503.500,00	0,00	0,00	2.503.500,00
20838 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - DETRAN.	0,00	24.199.237,14	0,00	24.199.237,14
845 - OUTRAS TRASFERÊNCIAS	0,00	0,00	245.091.558,46	245.091.558,46
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	245.091.558,46	245.091.558,46
00013 - Transferências e Contribuições ao Estado.	0,00	0,00	245.091.558,46	245.091.558,46
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	2.456.279,80	103.454.512,93	0,00	105.910.792,73
181 - POLICIAMENTO	2.456.279,80	103.454.512,93	0,00	105.910.792,73
343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	2.456.279,80	103.454.512,93	0,00	105.910.792,73
10647 - Projeto de Formação, Educação, Qualificação e Habilitação de Condutores de Veículos Automotores.	2.456.279,80	0,00	0,00	2.456.279,80
20338 - Campanhas, Eventos e Ações Institucionais Educativas de Trânsito.	0,00	884.434,24	0,00	884.434,24
20348 - Gerenciamento e Manutenção das Atividades Fiscalizatórias de Trânsito.	0,00	22.963.272,02	0,00	22.963.272,02
20352 - Gerenciamento e Manutenção das Atividades de Registro de Veículos Automotores.	0,00	1.373.505,83	0,00	1.373.505,83
20366 - Gerenciamento e Manutenção das Atividades de Habilitação de Condutores de Veículos Automotores.	0,00	78.233.300,84	0,00	78.233.300,84





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
26 - TRANSPORTE	<b>91.984.614,40</b>	<b>138.737.147,24</b>	0,00	230.721.761,64
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	<b>0,00</b>	<b>81.069.515,73</b>	0,00	81.069.515,73
343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	<b>0,00</b>	<b>81.069.515,73</b>	0,00	81.069.515,73
20333 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais - (Folha Normal) - DETRAN.	<b>0,00</b>	<b>78.904.277,47</b>	0,00	78.904.277,47
20334 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais - (Folha Complementar) - DETRAN.	<b>0,00</b>	<b>2.165.238,26</b>	0,00	2.165.238,26
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	<b>91.984.614,40</b>	<b>57.667.631,51</b>	0,00	149.652.245,91
342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	<b>91.984.614,40</b>	<b>0,00</b>	0,00	91.984.614,40
10815 - Implantação de Sinalização de Trânsito nas Rodovias Estaduais.	<b>738.571,81</b>	<b>0,00</b>	0,00	738.571,81
10819 - Requalificação e Recuperação de Sinalização de Trânsito nas Rodovias Estaduais.	<b>91.246.042,59</b>	<b>0,00</b>	0,00	91.246.042,59
343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	<b>0,00</b>	<b>57.667.631,51</b>	0,00	57.667.631,51
20341 - Gerenciamento e Fiscalização do Trânsito Rodoviário.	<b>0,00</b>	<b>57.667.631,51</b>	0,00	57.667.631,51
Total da UO	<b>112.101.681,06</b>	<b>344.602.181,57</b>	252.465.316,93	709.169.179,56
Total do Órgão	<b>112.101.681,06</b>	<b>344.602.181,57</b>	252.465.316,93	709.169.179,56
08200013 - FUNDO DE INCENTIVO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	<b>2.466.785,44</b>	<b>0,00</b>	0,00	2.466.785,44
08200013013 - FUNDO DE INCENTIVO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	<b>2.466.785,44</b>	<b>0,00</b>	0,00	2.466.785,44
25 - ENERGIA	<b>2.466.785,44</b>	<b>0,00</b>	0,00	2.466.785,44
752 - ENERGIA ELÉTRICA	<b>2.466.785,44</b>	<b>0,00</b>	0,00	2.466.785,44
711 - MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	<b>2.466.785,44</b>	<b>0,00</b>	0,00	2.466.785,44
10969 - Promoção do Uso Eficiente de Energia Elétrica nos Prédios Públicos Estaduais.	<b>2.466.785,44</b>	<b>0,00</b>	0,00	2.466.785,44
Total da UO	<b>2.466.785,44</b>	<b>0,00</b>	0,00	2.466.785,44
Total do Órgão	<b>2.466.785,44</b>	<b>0,00</b>	0,00	2.466.785,44
10000000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	<b>21.525.164,24</b>	<b>151.650.971,19</b>	0,00	173.176.135,43
10000000001 - GABINETE DO SECRETÁRIO	<b>21.525.164,24</b>	<b>150.801.630,04</b>	0,00	172.326.794,28
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	<b>21.525.164,24</b>	<b>150.801.630,04</b>	0,00	172.326.794,28
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	<b>0,00</b>	<b>15.876.102,36</b>	0,00	15.876.102,36
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	<b>0,00</b>	<b>2.337.512,13</b>	0,00	2.337.512,13
20604 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SSPDS.	<b>0,00</b>	<b>2.337.512,13</b>	0,00	2.337.512,13
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	<b>0,00</b>	<b>13.538.590,23</b>	0,00	13.538.590,23
20013 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SSPDS.	<b>0,00</b>	<b>13.531.304,85</b>	0,00	13.531.304,85
20014 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - SSPDS.	<b>0,00</b>	<b>7.285,38</b>	0,00	7.285,38
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	<b>7.815.855,49</b>	<b>7.177.702,85</b>	0,00	14.993.558,34
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	<b>0,00</b>	<b>7.176.582,85</b>	0,00	7.176.582,85
20854 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SSPDS.	<b>0,00</b>	<b>7.176.582,85</b>	0,00	7.176.582,85
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	<b>7.815.855,49</b>	<b>1.120,00</b>	0,00	7.816.975,49





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
10222 - Estruturação da Área de TI das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública.	6.970.572,91	0,00	0,00	6.970.572,91
10224 - Modernização das Estruturas da Área de TI das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública.	361.150,58	0,00	0,00	361.150,58
15436 - Estruturação da área de TI das unidades prestadoras de serviços de Segurança Pública (PreVio - COMP. II).	484.132,00	0,00	0,00	484.132,00
20016 - Manutenção e Funcionamento Integrado da Atividade Fim da Área de TI da SSPDS.	0,00	1.120,00	0,00	1.120,00
181 - POLICIAMENTO	13.709.308,75	32.307.605,43	0,00	46.016.914,18
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	13.461.308,75	32.307.605,43	0,00	45.768.914,18
10210 - Aparelhamento das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública.	207.457,45	0,00	0,00	207.457,45
10220 - Estruturação das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública.	7.556.686,22	0,00	0,00	7.556.686,22
10223 - Modernização das Estruturas das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública.	1.847.785,08	0,00	0,00	1.847.785,08
15434 - Estruturação das unidades prestadoras de serviços de Segurança Pública (PreVio e COMP. II).	3.849.380,00	0,00	0,00	3.849.380,00
20015 - Manutenção e Funcionamento Integrado da Atividade Fim da SSPDS.	0,00	9.894.164,51	0,00	9.894.164,51
20017 - Manutenção e Funcionamento Integrado da CIOPAER da SSPDS.	0,00	22.413.440,92	0,00	22.413.440,92
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	248.000,00	0,00	0,00	248.000,00
18430 - Qualificação dos Servidores Voltados ao Atendimento aos Grupos Vulneráveis e Prioritários	248.000,00	0,00	0,00	248.000,00
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	0,00	95.440.219,40	0,00	95.440.219,40
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	0,00	95.440.219,40	0,00	95.440.219,40
20018 - Manutenção e Funcionamento Integrado das Unidades CIOPS, COIN E COTIC da SSPDS.	0,00	59.492.810,22	0,00	59.492.810,22
20019 - Manutenção e Funcionamento Integrado da Área de TI das Unidades CIOPS, COIN E COTIC da SSPDS.	0,00	3.429.319,36	0,00	3.429.319,36
20020 - Manutenção e Funcionamento do Videomonitoramento da SSPDS.	0,00	32.518.089,82	0,00	32.518.089,82
Total da UO	21.525.164,24	150.801.630,04	0,00	172.326.794,28
10200006016 - UNIDADE DE COORDENAÇÃO GERAL DO FSPDS	0,00	849.341,15	0,00	849.341,15
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	849.341,15	0,00	849.341,15
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	849.341,15	0,00	849.341,15
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	0,00	849.341,15	0,00	849.341,15
20339 - Funcionamento Integrado da Atividade Fim da SSPDS - FSPDS.	0,00	849.341,15	0,00	849.341,15
Total da UO	0,00	849.341,15	0,00	849.341,15
Total do Órgão	21.525.164,24	151.650.971,19	0,00	173.176.135,43
10100002 - POLÍCIA CIVIL	32.398.342,95	776.481.729,54	0,00	808.880.072,49
10100002002 - POLÍCIA CIVIL	32.398.342,95	776.481.729,54	0,00	808.880.072,49





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	<b>32.398.342,95</b>	<b>776.481.729,54</b>	0,00	808.880.072,49
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	<b>0,00</b>	<b>706.929.900,31</b>	0,00	706.929.900,31
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	<b>0,00</b>	<b>18.290.721,23</b>	0,00	18.290.721,23
20799 - Manutenção dos Serviços Administrativos - PC.	<b>0,00</b>	<b>13.978.975,92</b>	0,00	13.978.975,92
20890 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - PC.	<b>0,00</b>	<b>4.311.745,31</b>	0,00	4.311.745,31
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	<b>0,00</b>	<b>688.639.179,08</b>	0,00	688.639.179,08
20406 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - PC.	<b>0,00</b>	<b>686.227.931,51</b>	0,00	686.227.931,51
20407 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - PC.	<b>0,00</b>	<b>2.411.247,57</b>	0,00	2.411.247,57
181 - POLICIAMENTO	<b>32.398.342,95</b>	<b>56.063.875,45</b>	0,00	88.462.218,40
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	<b>28.636.534,06</b>	<b>56.063.875,45</b>	0,00	84.700.409,51
10208 - Implantação de Novas Unidades de Policiamento Civil.	<b>789.032,89</b>	<b>0,00</b>	0,00	789.032,89
10962 - Implantação de Novas Unidades de Polícia Civil voltadas para a Proteção de Grupos Vulneráveis.	<b>115.798,20</b>	<b>0,00</b>	0,00	115.798,20
10965 - Modernização das Estruturas da Polícia Civil.	<b>23.099.598,97</b>	<b>0,00</b>	0,00	23.099.598,97
10968 - Modernização da Polícia Civil.	<b>4.632.104,00</b>	<b>0,00</b>	0,00	4.632.104,00
20410 - Manutenção e Funcionamento das Delegacias da Polícia Civil no Estado do Ceará.	<b>0,00</b>	<b>40.779.195,21</b>	0,00	40.779.195,21
20418 - Manutenção e Funcionamento das Delegacias Especializadas.	<b>0,00</b>	<b>3.573.173,87</b>	0,00	3.573.173,87
20419 - Manutenção e Funcionamento das Delegacias do Interior do Estado do Ceará.	<b>0,00</b>	<b>8.163.913,22</b>	0,00	8.163.913,22
20421 - Manutenção e Funcionamento do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa - DHPP.	<b>0,00</b>	<b>1.183.586,97</b>	0,00	1.183.586,97
20425 - Manutenção e Funcionamento da Divisão de Combate ao Tráfico de Drogas.	<b>0,00</b>	<b>564.929,57</b>	0,00	564.929,57
20431 - Manutenção e Funcionamento das Delegacias de Proteção aos Grupos Vulneráveis.	<b>0,00</b>	<b>1.759.893,25</b>	0,00	1.759.893,25
20434 - Manutenção e Funcionamento das Delegacias da Polícia Civil em Fortaleza e Região Metropolitana.	<b>0,00</b>	<b>39.183,36</b>	0,00	39.183,36
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	<b>3.761.808,89</b>	<b>0,00</b>	0,00	3.761.808,89
11567 - Concessão de Bolsa Formação de Concurso Público.	<b>3.761.808,89</b>	<b>0,00</b>	0,00	3.761.808,89
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	<b>0,00</b>	<b>13.009.238,45</b>	0,00	13.009.238,45
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	<b>0,00</b>	<b>13.009.238,45</b>	0,00	13.009.238,45
20428 - Manutenção e Funcionamento das Ações de Inteligência da Polícia Civil do Estado do Ceará - PC.	<b>0,00</b>	<b>13.009.238,45</b>	0,00	13.009.238,45
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	<b>0,00</b>	<b>478.715,33</b>	0,00	478.715,33
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	<b>0,00</b>	<b>478.715,33</b>	0,00	478.715,33





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20500 - Manutenção da Oferta de Serviços de Assistência Médica e Psicossocial da Polícia Civil.	0,00	478.715,33	0,00	478.715,33
Total da UO	32.398.342,95	776.481.729,54	0,00	808.880.072,49
Total do Órgão	32.398.342,95	776.481.729,54	0,00	808.880.072,49
10100003 - POLÍCIA MILITAR	8.417.227,24	2.313.292.655,34	0,00	2.321.709.882,58
10100003003 - POLÍCIA MILITAR	8.417.227,24	2.313.292.655,34	0,00	2.321.709.882,58
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	8.417.227,24	2.313.292.655,34	0,00	2.321.709.882,58
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	8.086.108,00	2.292.371.213,94	0,00	2.300.457.321,94
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	63.208.769,16	0,00	63.208.769,16
20801 - Manutenção dos Serviços Administrativos - PM.	0,00	63.208.769,16	0,00	63.208.769,16
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	8.086.108,00	2.229.162.444,78	0,00	2.237.248.552,78
10521 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos da Polícia Militar.	6.611.893,30	0,00	0,00	6.611.893,30
10530 - Aquisição de Materiais e Fardamentos da Polícia Militar.	1.456.964,70	0,00	0,00	1.456.964,70
11683 - Aquisição de Materiais de Consumo para a Realização das Atividades do Proerd.	17.250,00	0,00	0,00	17.250,00
20261 - Manutenção e Funcionamento da Frota Veicular da Polícia Militar.	0,00	109.498.154,77	0,00	109.498.154,77
20271 - Manutenção das Unidades da Polícia Militar.	0,00	14.230.505,54	0,00	14.230.505,54
20279 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - PM.	0,00	2.100.429.462,33	0,00	2.100.429.462,33
20281 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - PM.	0,00	5.004.322,14	0,00	5.004.322,14
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	11.119,24	20.921.441,40	0,00	20.932.560,64
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	1.671.911,71	0,00	1.671.911,71
20891 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - PM.	0,00	1.671.911,71	0,00	1.671.911,71
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	11.119,24	19.249.529,69	0,00	19.260.648,93
10533 - Reparelhamento e Modernização na Área de TI da Polícia Militar.	11.119,24	0,00	0,00	11.119,24
20189 - Manutenção das Unidades na Área de TI da Polícia Militar.	0,00	19.249.529,69	0,00	19.249.529,69
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	320.000,00	0,00	0,00	320.000,00
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	320.000,00	0,00	0,00	320.000,00
10686 - Formação e Capacitação de Servidores da Polícia Militar.	320.000,00	0,00	0,00	320.000,00
Total da UO	8.417.227,24	2.313.292.655,34	0,00	2.321.709.882,58
Total do Órgão	8.417.227,24	2.313.292.655,34	0,00	2.321.709.882,58
10100004 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ	595.512,70	273.928.739,89	0,00	274.524.252,59
10100004004 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ	595.512,70	273.928.739,89	0,00	274.524.252,59
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	595.512,70	273.928.739,89	0,00	274.524.252,59
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	595.512,70	273.611.760,53	0,00	274.207.273,23
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	6.598.920,92	0,00	6.598.920,92



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20802 - Manutenção dos Serviços Administrativos - CBMCE.	0,00	6.598.920,92	0,00	6.598.920,92
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	245.857,70	267.012.839,61	0,00	267.258.697,31
18491 - Reaparelhamento das Unidades do Corpo de Bombeiros Militar.	245.857,70	0,00	0,00	245.857,70
20300 - Manutenção e Funcionamento das Unidades Bombeirísticas.	0,00	12.011.006,74	0,00	12.011.006,74
20307 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - CBMCE.	0,00	252.665.326,94	0,00	252.665.326,94
20497 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - CBMCE.	0,00	614.279,85	0,00	614.279,85
20502 - Pagamento de Gratificação do Samu Estadual.	0,00	1.722.226,08	0,00	1.722.226,08
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	349.655,00	0,00	0,00	349.655,00
11142 - Concessão de Auxílio Pecuniário à Formação Inicial do Profissional Bombeiro Militar.	246.535,06	0,00	0,00	246.535,06
18370 - Formação de Agentes de Segurança Pública no Âmbito do Combate ao Suicídio	85.770,24	0,00	0,00	85.770,24
18489 - Aquisição de Equipamentos de TI para a Capacitação no Âmbito do Combate ao Suicídio.	17.349,70	0,00	0,00	17.349,70
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	316.979,36	0,00	316.979,36
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	316.979,36	0,00	316.979,36
20892 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - CBMCE.	0,00	316.979,36	0,00	316.979,36
Total da UO	595.512,70	273.928.739,89	0,00	274.524.252,59
Total do Órgão	595.512,70	273.928.739,89	0,00	274.524.252,59
10100007 - PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ	8.367.801,92	135.154.605,70	0,00	143.522.407,62
10100007007 - PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ	3.012.573,00	135.154.605,70	0,00	138.167.178,70
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	3.012.573,00	135.154.605,70	0,00	138.167.178,70
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.816.627,68	133.018.151,09	0,00	134.834.778,77
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	1.911.073,35	0,00	1.911.073,35
20803 - Manutenção dos Serviços Administrativos - PEFOCE.	0,00	1.911.073,35	0,00	1.911.073,35
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	1.816.627,68	131.107.077,74	0,00	132.923.705,42
10229 - Aparelhamento e Modernização das Unidades da Perícia Forense.	1.008.870,75	0,00	0,00	1.008.870,75
10434 - Aparelhamento e Modernização dos Novos Núcleos e Postos Regionais de Perícia Forense.	807.756,93	0,00	0,00	807.756,93
20180 - Manutenção dos Serviços da Atividade Fim das Unidades de Perícia Forense.	0,00	27.577.490,47	0,00	27.577.490,47
20217 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - Perícia Forense.	0,00	103.523.499,84	0,00	103.523.499,84
20218 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - Perícia Forense.	0,00	6.087,43	0,00	6.087,43
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	2.136.454,61	0,00	2.136.454,61





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	957.035,09	0,00	957.035,09
20893 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - PEFOCE.	0,00	957.035,09	0,00	957.035,09
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	0,00	1.179.419,52	0,00	1.179.419,52
15436 - Estruturação da Área de TI das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública (PreVio - COMP. II).	0,00	0,00	0,00	0,00
20216 - Manutenção da Atividade Fim dos Serviços das Unidades de Perícia Forense na Área de TI.	0,00	1.179.419,52	0,00	1.179.419,52
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.195.945,32	0,00	0,00	1.195.945,32
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	1.195.945,32	0,00	0,00	1.195.945,32
10320 - Pagamento de Bolsas de Formação para Profissionais em Treinamento.	1.195.945,32	0,00	0,00	1.195.945,32
181 - POLICIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	0,00	0,00	0,00	0,00
15434 - Estruturação das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública (PreVio - COMP. II).	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da UO	3.012.573,00	135.154.605,70	0,00	138.167.178,70
10200006016 - UNIDADE DE COORDENAÇÃO GERAL DO FSPDS	5.355.228,92	0,00	0,00	5.355.228,92
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	5.355.228,92	0,00	0,00	5.355.228,92
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.375.503,99	0,00	0,00	1.375.503,99
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	1.375.503,99	0,00	0,00	1.375.503,99
15398 - Estruturação da Área de TI das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	1.342.908,54	0,00	0,00	1.342.908,54
18420 - Modernização das Estruturas da Área de TI das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	32.595,45	0,00	0,00	32.595,45
181 - POLICIAMENTO	3.979.724,93	0,00	0,00	3.979.724,93
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	3.979.724,93	0,00	0,00	3.979.724,93
15397 - Estruturação das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	3.503.360,73	0,00	0,00	3.503.360,73
18419 - Modernização das Estruturas das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	476.364,20	0,00	0,00	476.364,20
Total da UO	5.355.228,92	0,00	0,00	5.355.228,92
Total do Órgão	8.367.801,92	135.154.605,70	0,00	143.522.407,62
10100008 - ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ	7.854.761,82	26.217.553,91	0,00	34.072.315,73
10100008008 - ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ	7.562.873,47	26.217.553,91	0,00	33.780.427,38
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	7.562.873,47	26.217.553,91	0,00	33.780.427,38
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.562.873,47	4.770.503,30	0,00	12.333.376,77
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	7.562.873,47	0,00	0,00	7.562.873,47
10498 - Realização de Concurso Público para o Sistema de Segurança Pública.	7.562.873,47	0,00	0,00	7.562.873,47
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	4.770.503,30	0,00	4.770.503,30



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20444 - Manutenção da AESP/CE.	0,00	2.830.015,24	0,00	2.830.015,24
20446 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - AESP/CE.	0,00	1.940.488,06	0,00	1.940.488,06
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	487.594,22	0,00	487.594,22
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	487.594,22	0,00	487.594,22
20445 - Manutenção da Área de TI da AESP/CE.	0,00	487.594,22	0,00	487.594,22
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	20.959.456,39	0,00	20.959.456,39
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	20.959.456,39	0,00	20.959.456,39
20413 - Realização de Cursos de Formação Continuada.	0,00	721.732,17	0,00	721.732,17
20422 - Pagamento de Gratificação por Atividade de Magistério para os Cursos de Formação Continuada.	0,00	6.251.650,42	0,00	6.251.650,42
20430 - Realização de Cursos para Formação Inicial.	0,00	31.519,46	0,00	31.519,46
20432 - Pagamento de Gratificação por Atividade de Magistério para os Cursos de Formação Inicial.	0,00	13.553.556,63	0,00	13.553.556,63
20442 - Pagamento de Gratificação por Atividade de Magistério para os Cursos de Pós-Graduação.	0,00	400.997,71	0,00	400.997,71
Total da UO	7.562.873,47	26.217.553,91	0,00	33.780.427,38
10200006016 - UNIDADE DE COORDENAÇÃO GERAL DO FSPDS	291.888,35	0,00	0,00	291.888,35
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	291.888,35	0,00	0,00	291.888,35
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	220.866,00	0,00	0,00	220.866,00
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	220.866,00	0,00	0,00	220.866,00
15398 - Estruturação da Área de TI das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	220.866,00	0,00	0,00	220.866,00
181 - POLICIAMENTO	71.022,35	0,00	0,00	71.022,35
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	71.022,35	0,00	0,00	71.022,35
15397 - Estruturação das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	26.611,60	0,00	0,00	26.611,60
18419 - Modernização das Estruturas das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	44.410,75	0,00	0,00	44.410,75
Total da UO	291.888,35	0,00	0,00	291.888,35
Total do Órgão	7.854.761,82	26.217.553,91	0,00	34.072.315,73
1010009 - SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	288.665,56	3.617.299,26	0,00	3.905.964,82
1010009009 - Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará	288.665,56	3.617.299,26	0,00	3.905.964,82
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	288.665,56	3.617.299,26	0,00	3.905.964,82
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	120.401,91	0,00	120.401,91
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	0,00	0,00	0,00	0,00
15436 - Estruturação da Área de TI das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública (PreVio - COMP. II).	0,00	0,00	0,00	0,00







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	120.401,91	0,00	120.401,91
20452 - Manutenção da Área de TI da SUPESP.	0,00	120.401,91	0,00	120.401,91
181 - POLICIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	0,00	0,00	0,00	0,00
15434 - Estruturação das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública (PreVio - COMP. II).	0,00	0,00	0,00	0,00
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	288.665,56	3.496.897,35	0,00	3.785.562,91
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	288.665,56	3.496.897,35	0,00	3.785.562,91
10556 - Aparelhamento da SUPESP.	288.665,56	0,00	0,00	288.665,56
20288 - Manutenção das Atividades de Estudos da SUPESP.	0,00	2.220,00	0,00	2.220,00
20454 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SUPESP.	0,00	1.648.521,69	0,00	1.648.521,69
21249 - Manutenção da SUPESP	0,00	1.846.155,66	0,00	1.846.155,66
Total da UO	288.665,56	3.617.299,26	0,00	3.905.964,82
Total do Órgão	288.665,56	3.617.299,26	0,00	3.905.964,82
10200006 - FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	38.942.965,50	9.677.924,97	0,00	48.620.890,47
10200006007 - FSPDS - POLÍCIA CIVIL	10.363.678,73	5.747,00	0,00	10.369.425,73
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	10.363.678,73	5.747,00	0,00	10.369.425,73
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	11.609,19	0,00	0,00	11.609,19
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	11.609,19	0,00	0,00	11.609,19
10871 - Assistência aos Profissionais da Segurança Pública.	11.609,19	0,00	0,00	11.609,19
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.281.752,00	0,00	0,00	2.281.752,00
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	2.281.752,00	0,00	0,00	2.281.752,00
11139 - Modernização na Área de Tecnologia e Comunicação da Polícia Civil - FSPDS.	2.281.752,00	0,00	0,00	2.281.752,00
181 - POLICIAMENTO	8.070.317,54	5.747,00	0,00	8.076.064,54
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	7.828.025,14	5.747,00	0,00	7.833.772,14
11138 - Modernização das Estruturas da Polícia Civil - FSPDS.	3.930.522,14	0,00	0,00	3.930.522,14
11140 - Modernização da Polícia Civil - FSPDS.	3.897.503,00	0,00	0,00	3.897.503,00
20569 - Manutenção e Funcionamento das Delegacias da Polícia Civil no Estado do Ceará - FSPDS.	0,00	5.747,00	0,00	5.747,00
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	242.292,40	0,00	0,00	242.292,40
11146 - Modernização das Estruturas Médico-Psicossocial da Polícia Civil do Estado do Ceará.	242.292,40	0,00	0,00	242.292,40
Total da UO	10.363.678,73	5.747,00	0,00	10.369.425,73
10200006008 - FSPDS - POLÍCIA MILITAR	14.584.904,09	2.458.113,78	0,00	17.043.017,87
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	14.584.904,09	2.458.113,78	0,00	17.043.017,87
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	11.879.406,14	2.458.113,78	0,00	14.337.519,92
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	10.628.922,16	2.458.113,78	0,00	13.087.035,94
10530 - Aquisição de Materiais e Fardamentos da Polícia Militar.	10.628.922,16	0,00	0,00	10.628.922,16





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20339 - Funcionamento Integrado da Atividade Fim da SSPDS - FSPDS.	0,00	2.458.113,78	0,00	2.458.113,78
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	1.250.483,98	0,00	0,00	1.250.483,98
10753 - Assistência aos Profissionais da Segurança Pública.	26.718,08	0,00	0,00	26.718,08
10789 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos para a Polícia Militar - FSPDS.	1.157.769,90	0,00	0,00	1.157.769,90
15428 - Aquisição de equipamentos e material permanente para a assistência a policiais militares à FSPDS.	65.996,00	0,00	0,00	65.996,00
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	28.997,95	0,00	0,00	28.997,95
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	28.997,95	0,00	0,00	28.997,95
10787 - Aquisição e Implantação do Sistema de TI da Polícia Militar - FSPDS.	28.997,95	0,00	0,00	28.997,95
181 - POLICIAMENTO	2.676.500,00	0,00	0,00	2.676.500,00
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	2.676.500,00	0,00	0,00	2.676.500,00
15397 - Estruturação das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	2.676.500,00	0,00	0,00	2.676.500,00
Total da UO	14.584.904,09	2.458.113,78	0,00	17.043.017,87
10200006009 - FSPDS - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ	8.963.740,71	0,00	0,00	8.963.740,71
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	8.963.740,71	0,00	0,00	8.963.740,71
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.328.296,01	0,00	0,00	6.328.296,01
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	5.912.767,46	0,00	0,00	5.912.767,46
18468 - Aquisição de Fardamentos e Equipamentos de Proteção Individual para o CBMCE.	818.875,58	0,00	0,00	818.875,58
18472 - Modernização da Frota do CBMCE.	5.093.891,88	0,00	0,00	5.093.891,88
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	415.528,55	0,00	0,00	415.528,55
10750 - Aquisição de Equipamentos para Assistência aos Profissionais da Segurança Pública.	161.797,52	0,00	0,00	161.797,52
10871 - Assistência aos Profissionais da Segurança Pública.	253.731,03	0,00	0,00	253.731,03
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	68.061,60	0,00	0,00	68.061,60
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	68.061,60	0,00	0,00	68.061,60
18420 - Modernização das Estruturas da Área de TI das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	68.061,60	0,00	0,00	68.061,60
181 - POLICIAMENTO	2.567.383,10	0,00	0,00	2.567.383,10
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	2.567.383,10	0,00	0,00	2.567.383,10
11166 - Reparelhamento Modernização das Unidades do Corpo de Bombeiros Militar - FSPDS.	2.567.383,10	0,00	0,00	2.567.383,10
Total da UO	8.963.740,71	0,00	0,00	8.963.740,71
10200006010 - FSPDS - COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ	376.936,95	2.143.918,59	0,00	2.520.855,54
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	376.936,95	2.143.918,59	0,00	2.520.855,54
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	376.936,95	1.998.569,52	0,00	2.375.506,47
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	376.936,95	1.998.569,52	0,00	2.375.506,47





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
10855 - Reparelhamento e Modernização do Colégio da Polícia Militar.	177.363,63	0,00	0,00	177.363,63
10857 - Reforma e Ampliação das Edificações do Colégio da Polícia Militar.	199.573,32	0,00	0,00	199.573,32
20393 - Funcionamento Integrado da Atividade Fim do Colégio da Polícia Militar do Ceará.	0,00	1.998.569,52	0,00	1.998.569,52
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	145.349,07	0,00	145.349,07
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	145.349,07	0,00	145.349,07
20225 - Funcionamento Integrado da Atividade Fim na Área de TI do Colégio da Polícia Militar do Ceará.	0,00	145.349,07	0,00	145.349,07
Total da UO	376.936,95	2.143.918,59	0,00	2.520.855,54
10200006011 - FSPDS - COLÉGIO MILITAR DO CORPO DE BOMBEIROS	9.200,00	1.005.870,03	0,00	1.015.070,03
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	9.200,00	1.005.870,03	0,00	1.015.070,03
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.200,00	991.070,03	0,00	1.000.270,03
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	9.200,00	991.070,03	0,00	1.000.270,03
10840 - Reparelhamento e Modernização do Colégio Militar do Corpo de Bombeiros.	9.200,00	0,00	0,00	9.200,00
20392 - Funcionamento Integrado da Atividade Fim do Colégio Militar do Corpo de Bombeiros.	0,00	991.070,03	0,00	991.070,03
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	14.800,00	0,00	14.800,00
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	14.800,00	0,00	14.800,00
20389 - Funcionamento Integrado da Atividade Fim na Área de TI do Colégio Militar do Corpo de Bombeiros.	0,00	14.800,00	0,00	14.800,00
Total da UO	9.200,00	1.005.870,03	0,00	1.015.070,03
10200006016 - UNIDADE DE COORDENAÇÃO GERAL DO FSPDS	4.644.505,02	4.064.275,57	0,00	8.708.780,59
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	4.644.505,02	4.064.275,57	0,00	8.708.780,59
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.010.407,44	2.763.409,07	0,00	5.773.816,51
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	4.019,62	0,00	4.019,62
20834 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FSPDS.	0,00	4.019,62	0,00	4.019,62
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	0,00	2.759.389,45	0,00	2.759.389,45
20339 - Funcionamento Integrado da Atividade Fim da SSPDS - FSPDS.	0,00	2.759.389,45	0,00	2.759.389,45
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	3.010.407,44	0,00	0,00	3.010.407,44
10708 - Desenvolvimento e Capacitação de Servidores - FSPDS.	462.466,76	0,00	0,00	462.466,76
10750 - Aquisição de Equipamentos para Assistência aos Profissionais da Segurança Pública.	2.040.302,38	0,00	0,00	2.040.302,38
10871 - Assistência aos Profissionais da Segurança Pública.	507.638,30	0,00	0,00	507.638,30
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	248.344,35	0,00	0,00	248.344,35
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	248.344,35	0,00	0,00	248.344,35
18421 - Reparelhamento da Área de TI das Unidades Prestadoras dos Serviços de Saúde da SSPDS	248.344,35	0,00	0,00	248.344,35





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
181 - POLICIAMENTO	1.385.753,23	1.300.866,50	0,00	2.686.619,73
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	1.385.753,23	1.300.866,50	0,00	2.686.619,73
15397 - Estruturação das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	1.384.844,99	0,00	0,00	1.384.844,99
18419 - Modernização das Estruturas das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	908,24	0,00	0,00	908,24
20346 - Funcionamento Integrado das Unidades CIOPS, COIN E COTIC - FSPDS.	0,00	1.300.866,50	0,00	1.300.866,50
Total da UO	4.644.505,02	4.064.275,57	0,00	8.708.780,59
Total do Órgão	38.942.965,50	9.677.924,97	0,00	48.620.890,47
10200050 - FUNDO DE DEFESA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ	1.819.817,75	0,00	0,00	1.819.817,75
10200050050 - FUNDO DE DEFESA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ	1.819.817,75	0,00	0,00	1.819.817,75
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	1.819.817,75	0,00	0,00	1.819.817,75
182 - DEFESA CIVIL	1.819.817,75	0,00	0,00	1.819.817,75
524 - GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E DESASTRES	1.819.817,75	0,00	0,00	1.819.817,75
11228 - Assistência a Vítimas de Desastres.	1.819.817,75	0,00	0,00	1.819.817,75
Total da UO	1.819.817,75	0,00	0,00	1.819.817,75
Total do Órgão	1.819.817,75	0,00	0,00	1.819.817,75
13000000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1.982.681,95	86.551.045,52	0,00	88.533.727,47
13000000001 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1.982.681,95	86.551.045,52	0,00	88.533.727,47
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	1.982.681,95	86.551.045,52	0,00	88.533.727,47
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.982.681,95	77.516.646,70	0,00	79.499.328,65
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	5.091.640,42	0,00	5.091.640,42
20355 - Manutenção dos Serviços Administrativos - PGE.	0,00	5.091.640,42	0,00	5.091.640,42
257 - DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO	1.982.681,95	72.425.006,28	0,00	74.407.688,23
11092 - Avaliação dos Imóveis de Interesse do Estado.	1.982.681,95	0,00	0,00	1.982.681,95
20521 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - PGE.	0,00	72.252.464,75	0,00	72.252.464,75
20522 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - PGE.	0,00	172.541,53	0,00	172.541,53
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	9.034.398,82	0,00	9.034.398,82
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	9.034.398,82	0,00	9.034.398,82
20849 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - PGE.	0,00	9.034.398,82	0,00	9.034.398,82
Total da UO	1.982.681,95	86.551.045,52	0,00	88.533.727,47
Total do Órgão	1.982.681,95	86.551.045,52	0,00	88.533.727,47
13200001 - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ	175.081,74	27.929.564,64	21.028.857,82	49.133.504,20
13200001001 - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ	175.081,74	27.929.564,64	21.028.857,82	49.133.504,20
04 - ADMINISTRAÇÃO	175.081,74	27.869.277,71	0,00	28.044.359,45
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	55.307,58	25.948.216,57	0,00	26.003.524,15





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	55.307,58	25.948.216,57	0,00	26.003.524,15
10043 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - ARCE.	55.307,58	0,00	0,00	55.307,58
20004 - Manutenção dos Serviços Administrativos - ARCE.	0,00	6.173.714,88	0,00	6.173.714,88
20927 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - ARCE.	0,00	19.757.669,22	0,00	19.757.669,22
20983 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - ARCE.	0,00	16.832,47	0,00	16.832,47
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	104.650,00	1.921.061,14	0,00	2.025.711,14
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	104.650,00	1.921.061,14	0,00	2.025.711,14
10262 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - ARCE.	104.650,00	0,00	0,00	104.650,00
20842 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - ARCE.	0,00	1.921.061,14	0,00	1.921.061,14
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	15.124,16	0,00	0,00	15.124,16
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	15.124,16	0,00	0,00	15.124,16
10441 - Capacitação de Servidores para o Desenvolvimento das Atividades Administrativas - ARCE.	15.124,16	0,00	0,00	15.124,16
17 - SANEAMENTO	0,00	60.222,09	0,00	60.222,09
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0,00	60.222,09	0,00	60.222,09
252 - REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	0,00	60.222,09	0,00	60.222,09
20235 - Regulação Técnica dos Serviços de Saneamento Básico.	0,00	60.222,09	0,00	60.222,09
25 - ENERGIA	0,00	64,84	0,00	64,84
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0,00	64,84	0,00	64,84
252 - REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	0,00	64,84	0,00	64,84
20215 - Regulação Técnica dos Serviços Públicos de Distribuição e Geração de Energia Elétrica.	0,00	64,84	0,00	64,84
26 - TRANSPORTE	0,00	0,00	21.028.857,82	21.028.857,82
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	0,00	0,00	21.028.857,82	21.028.857,82
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	21.028.857,82	21.028.857,82
00079 - Subsídios à concessionários e permissionários de transporte de passageiros no Estado do Ceará	0,00	0,00	21.028.857,82	21.028.857,82
Total da UO	175.081,74	27.929.564,64	21.028.857,82	49.133.504,20
Total do Órgão	175.081,74	27.929.564,64	21.028.857,82	49.133.504,20
13200002 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	951.895,44	13.499.773,67	0,00	14.451.669,11
13200002002 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	951.895,44	13.499.773,67	0,00	14.451.669,11
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	951.895,44	13.499.773,67	0,00	14.451.669,11
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	168.461,02	13.442.804,20	0,00	13.611.265,22
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	168.461,02	13.442.804,20	0,00	13.611.265,22





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
10010 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - FUNPECE PG.	168.461,02	0,00	0,00	168.461,02
20795 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNPECE PG.	0,00	161.904,45	0,00	161.904,45
20971 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal - FUNPECE PG.	0,00	13.280.899,75	0,00	13.280.899,75
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	423.636,98	56.969,47	0,00	480.606,45
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	423.636,98	56.969,47	0,00	480.606,45
10114 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - FUNPECE PG.	422.647,98	0,00	0,00	422.647,98
10585 - Implementação de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - FUNPECE PG.	989,00	0,00	0,00	989,00
20886 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - FUNPECE PG.	0,00	56.969,47	0,00	56.969,47
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	359.797,44	0,00	0,00	359.797,44
257 - DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO	359.797,44	0,00	0,00	359.797,44
11176 - Capacitação de Servidores para o Aprimoramento e Desenvolvimento da Instituição.	359.797,44	0,00	0,00	359.797,44
Total da UO	951.895,44	13.499.773,67	0,00	14.451.669,11
Total do Órgão	951.895,44	13.499.773,67	0,00	14.451.669,11
15000000 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	228.372,21	559.375.431,13	0,00	559.603.803,34
15000000001 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	228.372,21	558.921.704,52	0,00	559.150.076,73
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	228.372,21	558.921.704,52	0,00	559.150.076,73
091 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	0,00	8.873.560,07	0,00	8.873.560,07
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	0,00	8.873.560,07	0,00	8.873.560,07
20314 - Manutenção do Serviço Especial de Defesa do Consumidor - DECON.	0,00	244.274,75	0,00	244.274,75
20317 - Promoção e Apoio a Eventos de Interesse do Ministério Público.	0,00	295.627,18	0,00	295.627,18
20321 - Manutenção dos Núcleos de Mediação Comunitária.	0,00	129.520,70	0,00	129.520,70
20322 - Manutenção das Promotorias de Justiça.	0,00	435.417,16	0,00	435.417,16
20344 - Manutenção dos Órgãos de Investigação.	0,00	92.367,22	0,00	92.367,22
20349 - Manutenção da Segurança Institucional e Inteligência	0,00	7.566.752,48	0,00	7.566.752,48
20391 - Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público.	0,00	96.762,97	0,00	96.762,97
20416 - Manutenção da Ouvidoria Geral do Ministério Público.	0,00	12.837,61	0,00	12.837,61
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	79.690,60	550.048.144,45	0,00	550.127.835,05
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	546.857.143,26	0,00	546.857.143,26
20503 - Manutenção dos Serviços Administrativos - PGJ.	0,00	79.263.265,53	0,00	79.263.265,53
20939 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - PGJ.	0,00	436.408.792,28	0,00	436.408.792,28





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20998 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - PGJ.	0,00	18.752.108,02	0,00	18.752.108,02
21240 - Concessão de Outros Benefícios Assistenciais	0,00	12.432.977,43	0,00	12.432.977,43
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	79.690,60	0,00	0,00	79.690,60
10607 - Realização de Concurso Público - PGJ.	79.690,60	0,00	0,00	79.690,60
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	0,00	3.191.001,19	0,00	3.191.001,19
20713 - Apoio ao Estágio no Ministério Público.	0,00	3.191.001,19	0,00	3.191.001,19
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	148.681,61	0,00	0,00	148.681,61
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	148.681,61	0,00	0,00	148.681,61
10614 - Desenvolvimento e Capacitação dos Servidores da PGJ.	148.681,61	0,00	0,00	148.681,61
<b>Total da UO</b>	<b>228.372,21</b>	<b>558.921.704,52</b>	<b>0,00</b>	<b>559.150.076,73</b>
15000000003 - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	0,00	453.726,61	0,00	453.726,61
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	453.726,61	0,00	453.726,61
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	453.726,61	0,00	453.726,61
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	0,00	453.726,61	0,00	453.726,61
20320 - Manutenção dos Serviços da Escola Superior do Ministério Público - ESMP.	0,00	453.726,61	0,00	453.726,61
<b>Total da UO</b>	<b>0,00</b>	<b>453.726,61</b>	<b>0,00</b>	<b>453.726,61</b>
<b>Total do Órgão</b>	<b>228.372,21</b>	<b>559.375.431,13</b>	<b>0,00</b>	<b>559.603.803,34</b>
15200002 - FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARÁ	106.337,15	0,00	0,00	106.337,15
15200002002 - FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARÁ	106.337,15	0,00	0,00	106.337,15
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	106.337,15	0,00	0,00	106.337,15
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	106.337,15	0,00	0,00	106.337,15
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	106.337,15	0,00	0,00	106.337,15
11070 - Fortalecimento das Políticas de Proteção e Defesa dos Direitos Difusos.	106.337,15	0,00	0,00	106.337,15
<b>Total da UO</b>	<b>106.337,15</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>106.337,15</b>
<b>Total do Órgão</b>	<b>106.337,15</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>106.337,15</b>
15200005 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ	262.125,03	37.498.316,82	0,00	37.760.441,85
15200005005 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ	262.125,03	37.498.316,82	0,00	37.760.441,85
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	262.125,03	37.498.316,82	0,00	37.760.441,85
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA	0,00	396.261,16	0,00	396.261,16
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	0,00	396.261,16	0,00	396.261,16
20675 - Construção das Sedes das Promotorias de Justiça.	0,00	396.261,16	0,00	396.261,16
091 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	0,00	652.180,20	0,00	652.180,20
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	0,00	652.180,20	0,00	652.180,20





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20599 - Elaboração e Execução de Outros Projetos Voltados ao Reaparelhamento e Modernização do MPCE.	0,00	652.180,20	0,00	652.180,20
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	262.125,03	14.682.855,13	0,00	14.944.980,16
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	262.125,03	5.094.081,80	0,00	5.356.206,83
11509 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - PGJ.	262.125,03	0,00	0,00	262.125,03
21353 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FRMP	0,00	5.094.081,80	0,00	5.094.081,80
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	0,00	9.588.773,33	0,00	9.588.773,33
20671 - Aquisição, Modernização, Adaptação e Manutenção de Equipamentos e Veículos.	0,00	3.882.422,40	0,00	3.882.422,40
20713 - Apoio ao Estágio no Ministério Público.	0,00	5.706.350,93	0,00	5.706.350,93
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	21.767.020,33	0,00	21.767.020,33
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	0,00	21.767.020,33	0,00	21.767.020,33
20678 - Implementação, Expansão, Modernização e Manutenção da Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	21.767.020,33	0,00	21.767.020,33
Total da UO	262.125,03	37.498.316,82	0,00	37.760.441,85
Total do Órgão	262.125,03	37.498.316,82	0,00	37.760.441,85
18000000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	39.956.006,01	719.977.228,31	0,00	759.933.234,32
18000000003 - COORDENADORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA	0,00	452.660.699,99	0,00	452.660.699,99
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	452.660.699,99	0,00	452.660.699,99
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	451.089.799,73	0,00	451.089.799,73
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	0,00	451.089.799,73	0,00	451.089.799,73
20332 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SAP.	0,00	450.891.523,06	0,00	450.891.523,06
20680 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - SAP.	0,00	198.276,67	0,00	198.276,67
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	1.570.900,26	0,00	1.570.900,26
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	1.570.900,26	0,00	1.570.900,26
20909 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SAP.	0,00	1.570.900,26	0,00	1.570.900,26
Total da UO	0,00	452.660.699,99	0,00	452.660.699,99
18000000004 - COORDENADORIA DO SISTEMA PENAL	734.723,11	260.843.545,98	0,00	261.578.269,09
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	734.723,11	260.843.545,98	0,00	261.578.269,09
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	734.723,11	260.843.545,98	0,00	261.578.269,09
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	18.839.400,04	0,00	18.839.400,04
20820 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SAP.	0,00	18.839.400,04	0,00	18.839.400,04
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	734.723,11	242.004.145,94	0,00	242.738.869,05
10473 - Estruturação de Unidade Tática.	717.123,19	0,00	0,00	717.123,19







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
11396 - Aquisição de Munição e Tecnologias não Letais.	17.599,92	0,00	0,00	17.599,92
20395 - Manutenção dos Serviços nas Unidades Prisionais, Hospitais, Casas de Albergados.	0,00	229.450.034,02	0,00	229.450.034,02
20396 - Manutenção dos Serviços das Cadeias Públicas.	0,00	12.554.111,92	0,00	12.554.111,92
Total da UO	734.723,11	260.843.545,98	0,00	261.578.269,09
18000000007 - ASSESSORIA TÉCNICA DE ENGENHARIA	11.452.868,19	0,00	0,00	11.452.868,19
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	11.452.868,19	0,00	0,00	11.452.868,19
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	11.452.868,19	0,00	0,00	11.452.868,19
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	11.452.868,19	0,00	0,00	11.452.868,19
10843 - Implantação de Unidades Prisionais.	11.452.868,19	0,00	0,00	11.452.868,19
Total da UO	11.452.868,19	0,00	0,00	11.452.868,19
18000000008 - COORDENADORIA DE SAÚDE PRISIONAL	165.833,22	0,00	0,00	165.833,22
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	165.833,22	0,00	0,00	165.833,22
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	165.833,22	0,00	0,00	165.833,22
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	165.833,22	0,00	0,00	165.833,22
15391 - Aquisição e instalação de máquinas, equipamentos, veículos e material permanente para ampliação da oferta de serviços de saúde às pessoas presas no Sistema Penitenciário.	165.833,22	0,00	0,00	165.833,22
Total da UO	165.833,22	0,00	0,00	165.833,22
18000000009 - COORDENADORIA DE INCLUSÃO SOCIAL DO PRESO E EGRESSO	13.113.272,81	2.792.256,54	0,00	15.905.529,35
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	13.113.272,81	2.792.256,54	0,00	15.905.529,35
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.207.878,52	2.792.256,54	0,00	10.000.135,06
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	7.207.878,52	2.792.256,54	0,00	10.000.135,06
11402 - Apoio à Realização de Eventos de Capacitação para a Profissionalização do Preso.	7.207.878,52	0,00	0,00	7.207.878,52
20388 - Assistência Jurídica, Educacional, Psicossocial e à Saúde das Pessoas Presas e Egressas.	0,00	2.792.256,54	0,00	2.792.256,54
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	5.905.394,29	0,00	0,00	5.905.394,29
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	5.905.394,29	0,00	0,00	5.905.394,29
10824 - Estruturação da Oferta de Capacitação para a Profissionalização do Preso.	643.060,01	0,00	0,00	643.060,01
10832 - Apoio a Realização de Eventos de Capacitação para a Profissionalização de Egresso.	142.700,00	0,00	0,00	142.700,00
11402 - Apoio à Realização de Eventos de Capacitação para a Profissionalização do Preso.	5.119.634,28	0,00	0,00	5.119.634,28
Total da UO	13.113.272,81	2.792.256,54	0,00	15.905.529,35
18000000010 - COORDENADORIA ADMINISTRATIVA	4.219.967,11	0,00	0,00	4.219.967,11
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	4.219.967,11	0,00	0,00	4.219.967,11
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.219.967,11	0,00	0,00	4.219.967,11
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	4.219.967,11	0,00	0,00	4.219.967,11





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
10469 - Aquisição e Instalação de Material Permanente para as Unidades Prisionais.	915.610,26	0,00	0,00	915.610,26
11134 - Aquisição de Fardamento para os Profissionais do Sistema Penitenciário.	1.715.370,22	0,00	0,00	1.715.370,22
11397 - Aquisição de Materiais, Ferramentas e Utensílios para atender o Sistema Penitenciário.	1.588.986,63	0,00	0,00	1.588.986,63
Total da UO	4.219.967,11	0,00	0,00	4.219.967,11
18000000011 - COORDENADORIA DE INTELIGÊNCIA	9.981.293,30	0,00	0,00	9.981.293,30
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	9.981.293,30	0,00	0,00	9.981.293,30
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9.981.293,30	0,00	0,00	9.981.293,30
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	9.981.293,30	0,00	0,00	9.981.293,30
10860 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de TIC e Segurança para as Unidades Prisionais.	9.981.293,30	0,00	0,00	9.981.293,30
Total da UO	9.981.293,30	0,00	0,00	9.981.293,30
18000000012 - COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	288.048,27	2.144.125,50	0,00	2.432.173,77
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	288.048,27	2.144.125,50	0,00	2.432.173,77
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	288.048,27	2.144.125,50	0,00	2.432.173,77
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	288.048,27	2.144.125,50	0,00	2.432.173,77
10860 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de TIC e Segurança para as Unidades Prisionais.	288.048,27	0,00	0,00	288.048,27
20294 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação nas Unidades Prisionais.	0,00	2.144.125,50	0,00	2.144.125,50
Total da UO	288.048,27	2.144.125,50	0,00	2.432.173,77
18000000013 - COORDENADORIA DE ALTERNATIVAS PENAS	0,00	1.536.600,30	0,00	1.536.600,30
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	1.536.600,30	0,00	1.536.600,30
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	1.536.600,30	0,00	1.536.600,30
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	0,00	1.536.600,30	0,00	1.536.600,30
20295 - Apoio à Execução de Alternativas Penas.	0,00	1.536.600,30	0,00	1.536.600,30
Total da UO	0,00	1.536.600,30	0,00	1.536.600,30
Total do Órgão	39.956.006,01	719.977.228,31	0,00	759.933.234,32
18200004 - FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	10.432.463,54	438.000,00	0,00	10.870.463,54
18200004004 - FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	10.432.463,54	438.000,00	0,00	10.870.463,54
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	10.432.463,54	438.000,00	0,00	10.870.463,54
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.432.463,54	438.000,00	0,00	10.870.463,54
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	10.432.463,54	438.000,00	0,00	10.870.463,54
11522 - Ampliação de Unidades Prisionais.	5.891.827,06	0,00	0,00	5.891.827,06
11524 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de TIC e Segurança para as Unidades Prisionais.	408.414,50	0,00	0,00	408.414,50
11527 - Apoio à Modernização da Área de TIC do Sistema Penitenciário.	5.073,00	0,00	0,00	5.073,00
11531 - Aquisição de Armamento para as Atividades do Sistema Penitenciário.	2.811.458,98	0,00	0,00	2.811.458,98





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
15386 - Aquisição de veículos e aeronaves para o Sistema Penitenciário do Ceará - Funpen.	1.315.690,00	0,00	0,00	1.315.690,00
20723 - Capacitação dos Profissionais no Âmbito do Sistema Penitenciário.	0,00	438.000,00	0,00	438.000,00
Total da UO	10.432.463,54	438.000,00	0,00	10.870.463,54
Total do Órgão	10.432.463,54	438.000,00	0,00	10.870.463,54
19000000 - SECRETARIA DA FAZENDA	86.429.914,82	766.732.703,65	0,00	853.162.618,47
19000000001 - SECRETARIA DA FAZENDA	86.429.914,82	766.732.703,65	0,00	853.162.618,47
04 - ADMINISTRAÇÃO	86.429.914,82	766.732.703,65	0,00	853.162.618,47
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	86.429.914,82	744.371.794,51	0,00	830.801.709,33
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	64.397.479,76	0,00	64.397.479,76
20504 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SEFAZ.	0,00	64.397.479,76	0,00	64.397.479,76
231 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE	7.850.487,79	679.974.314,75	0,00	687.824.802,54
10401 - Adequação do Parque Tecnológico.	4.400.474,02	0,00	0,00	4.400.474,02
10407 - Melhoria da Infraestrutura da Sefaz.	2.735.014,42	0,00	0,00	2.735.014,42
10408 - Reequipamento dos Postos Fiscais e Células de Execução Tributária.	714.999,35	0,00	0,00	714.999,35
20343 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SEFAZ.	0,00	480.590.620,76	0,00	480.590.620,76
20350 - Manutenção dos Postos Fiscais e Células de Execução Tributárias.	0,00	20.330.226,98	0,00	20.330.226,98
20363 - Prêmio por Desempenho Fiscal - Sefaz.	0,00	179.014.400,69	0,00	179.014.400,69
20364 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - SEFAZ.	0,00	39.066,32	0,00	39.066,32
232 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	78.579.427,03	0,00	0,00	78.579.427,03
10496 - Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Gestão Fazendária (PROFISCO II- COMP. I).	836.862,00	0,00	0,00	836.862,00
10506 - Otimização da Gestão de Projetos e Processos (PROFISCO II- COMP. I).	606.540,00	0,00	0,00	606.540,00
10516 - Desenvolvimento da Gestão de Pessoas e do Conhecimento (PROFISCO II - COMP. I).	1.966.829,13	0,00	0,00	1.966.829,13
10540 - Atualização da Plataforma Tecnológica (PROFISCO II- COMP. I).	16.339.789,32	0,00	0,00	16.339.789,32
10541 - Monitoramento e Gestão da Política Tributária (PROFISCO II- COMP. II).	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00
10550 - Modernização das Tecnologias de Fiscalização e Inteligência Fiscal (PROFISCO II- COMP. II).	17.135.159,51	0,00	0,00	17.135.159,51
10560 - Aperfeiçoamento do Controle do Trânsito de Mercadorias (PROFISCO II - COMP. II).	23.354.500,14	0,00	0,00	23.354.500,14
10572 - Desenvolvimento de Plataforma de Atendimento Automatizada (PROFISCO II - COMP. II).	4.084.693,44	0,00	0,00	4.084.693,44
10580 - Automação do Processo de Arrecadação (PROFISCO II - COMP. II).	325.099,59	0,00	0,00	325.099,59
10591 - Aperfeiçoamento da Gestão Financeira (PROFISCO II- COMP. III).	4.265.375,84	0,00	0,00	4.265.375,84





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
10596 - Modernização dos Sistemas de Informações e de Gestão Contábil (PROFISCO II- COMP. III).	9.447.840,31	0,00	0,00	9.447.840,31
10604 - Acompanhamento, Monitoramento e Prestação de Contas do Profisco II (PROFISCO II- COMP. AVALIAÇÃO E MONIT. PROGRAMA).	203.737,75	0,00	0,00	203.737,75
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	22.360.909,14	0,00	22.360.909,14
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	22.360.909,14	0,00	22.360.909,14
20850 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEFAZ.	0,00	22.360.909,14	0,00	22.360.909,14
Total da UO	86.429.914,82	766.732.703,65	0,00	853.162.618,47
Total do Órgão	86.429.914,82	766.732.703,65	0,00	853.162.618,47
21000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	257.385.672,11	35.860.880,19	0,00	293.246.552,30
21000000002 - COORDENADORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA	0,00	30.588.141,73	0,00	30.588.141,73
20 - AGRICULTURA	0,00	30.588.141,73	0,00	30.588.141,73
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	30.588.141,73	0,00	30.588.141,73
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	30.588.141,73	0,00	30.588.141,73
20762 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SDA.	0,00	3.410.612,12	0,00	3.410.612,12
20861 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SDA.	0,00	190.680,67	0,00	190.680,67
20943 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SDA.	0,00	26.734.194,00	0,00	26.734.194,00
21008 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - SDA.	0,00	252.654,94	0,00	252.654,94
Total da UO	0,00	30.588.141,73	0,00	30.588.141,73
21000000029 - COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE AGRICULTURA FAMILIAR	52.785.716,59	5.006.426,19	0,00	57.792.142,78
20 - AGRICULTURA	52.785.716,59	5.006.426,19	0,00	57.792.142,78
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	52.785.716,59	5.006.426,19	0,00	57.792.142,78
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	52.785.716,59	5.006.426,19	0,00	57.792.142,78
10544 - Implantação de Projetos de Produção.	5.098.584,10	0,00	0,00	5.098.584,10
10547 - Apoio aos Projetos de Produção.	12.438.128,60	0,00	0,00	12.438.128,60
10559 - Capacitação para Beneficiários, Técnicos e Parceiros.	3.414.035,00	0,00	0,00	3.414.035,00
18397 - Aquisição de Sementes e Mudas.	31.834.968,89	0,00	0,00	31.834.968,89
20305 - Apoio à Produção da Agropecuária Familiar.	0,00	1.499.999,99	0,00	1.499.999,99
21216 - Apoio às Ações Finalísticas da SDA.	0,00	3.506.426,20	0,00	3.506.426,20
Total da UO	52.785.716,59	5.006.426,19	0,00	57.792.142,78
21000000030 - COORDENADORIA DO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DA PECUÁRIA	28.581.621,63	266.312,27	0,00	28.847.933,90





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20 - AGRICULTURA	28.581.621,63	266.312,27	0,00	28.847.933,90
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	12.829.520,53	0,00	0,00	12.829.520,53
141 - GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	12.829.520,53	0,00	0,00	12.829.520,53
10522 - Apoio à Aquisição e Distribuição de Leite no Âmbito do PAA.	12.829.520,53	0,00	0,00	12.829.520,53
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	15.752.101,10	266.312,27	0,00	16.018.413,37
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	15.752.101,10	266.312,27	0,00	16.018.413,37
10510 - Implantação de Equipamento para o Desenvolvimento da Agropecuária.	13.238.273,10	0,00	0,00	13.238.273,10
10588 - Realização de Eventos.	2.513.828,00	0,00	0,00	2.513.828,00
20311 - Manutenção do Parque de Exposição Agropecuária.	0,00	266.312,27	0,00	266.312,27
Total da UO	28.581.621,63	266.312,27	0,00	28.847.933,90
21000000031 - COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E COMBATE A POBREZA RURAL	14.106.961,37	0,00	0,00	14.106.961,37
20 - AGRICULTURA	14.106.961,37	0,00	0,00	14.106.961,37
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	3.439.512,24	0,00	0,00	3.439.512,24
141 - GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	3.439.512,24	0,00	0,00	3.439.512,24
10520 - Apoio à Aquisição e Distribuição de Alimentos no Âmbito do PAA.	1.100.000,00	0,00	0,00	1.100.000,00
18393 - Distribuição de alimentos do programa Mais Nutrição.	39.512,24	0,00	0,00	39.512,24
18394 - Apoio a Distribuição de alimentos do programa Mais Nutrição.	2.300.000,00	0,00	0,00	2.300.000,00
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	10.667.449,13	0,00	0,00	10.667.449,13
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	10.667.449,13	0,00	0,00	10.667.449,13
10298 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	10.442.449,13	0,00	0,00	10.442.449,13
10582 - Elaboração de Estudos Estratégicos.	225.000,00	0,00	0,00	225.000,00
Total da UO	14.106.961,37	0,00	0,00	14.106.961,37
21000000032 - COORDENADORIA DO DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS E REASSENTAMENTOS	29.933.647,94	0,00	0,00	29.933.647,94
20 - AGRICULTURA	29.933.647,94	0,00	0,00	29.933.647,94
606 - EXTENSÃO RURAL	29.162.692,92	0,00	0,00	29.162.692,92
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	29.162.692,92	0,00	0,00	29.162.692,92
10571 - Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores (as).	29.162.692,92	0,00	0,00	29.162.692,92
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	770.955,02	0,00	0,00	770.955,02
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	770.955,02	0,00	0,00	770.955,02
10554 - Implantação de Projetos de Desenvolvimento Comunitários.	770.955,02	0,00	0,00	770.955,02
Total da UO	29.933.647,94	0,00	0,00	29.933.647,94





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
21000000033 - COORDENADORIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO RURAL	37.443.597,28	0,00	0,00	37.443.597,28
17 - SANEAMENTO	37.273.597,28	0,00	0,00	37.273.597,28
511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL	37.273.597,28	0,00	0,00	37.273.597,28
622 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	37.273.597,28	0,00	0,00	37.273.597,28
10491 - Implantação de Cisternas.	11.003.755,57	0,00	0,00	11.003.755,57
10497 - Apoio a Implantação de Cisternas.	6.219.728,85	0,00	0,00	6.219.728,85
10505 - Implantação de Poços Profundos.	5.475.015,06	0,00	0,00	5.475.015,06
10507 - Implantação de Sistema de Abastecimento de Água.	12.575.097,80	0,00	0,00	12.575.097,80
10508 - Apoio Implantação de Sistema de Abastecimento de Água.	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
20 - AGRICULTURA	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00
10568 - Apoio a Implantação de Tecnologia Social para Produção.	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00
Total da UO	37.443.597,28	0,00	0,00	37.443.597,28
21000000034 - COORDENADORIA DO CRÉDITO RURAL	17.689.046,13	0,00	0,00	17.689.046,13
20 - AGRICULTURA	17.097.781,13	0,00	0,00	17.097.781,13
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	17.097.781,13	0,00	0,00	17.097.781,13
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	17.097.781,13	0,00	0,00	17.097.781,13
10514 - Apoio ao Programa Garantia Safra.	17.097.781,13	0,00	0,00	17.097.781,13
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	591.265,00	0,00	0,00	591.265,00
631 - REFORMA AGRÁRIA	591.265,00	0,00	0,00	591.265,00
112 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL	591.265,00	0,00	0,00	591.265,00
10542 - Estruturação do Acesso à Terra Através do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF.	91.265,00	0,00	0,00	91.265,00
10543 - Apoio ao Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF.	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
Total da UO	17.689.046,13	0,00	0,00	17.689.046,13
21000000035 - COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA E AQUICULTURA FAMILIAR	20.403.135,49	0,00	0,00	20.403.135,49
20 - AGRICULTURA	20.403.135,49	0,00	0,00	20.403.135,49
606 - EXTENSÃO RURAL	1.521.651,10	0,00	0,00	1.521.651,10
352 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	1.521.651,10	0,00	0,00	1.521.651,10
10529 - Ações de Assistência Técnica e Extensão aos Pescadores e Aquicultores.	1.521.651,10	0,00	0,00	1.521.651,10
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	18.881.484,39	0,00	0,00	18.881.484,39
352 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	18.881.484,39	0,00	0,00	18.881.484,39





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
10471 - Apoio aos Projetos de Produção.	827.656,94	0,00	0,00	827.656,94
10527 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	3.041.307,85	0,00	0,00	3.041.307,85
10528 - Apoio ao Repovoamento Piscícola.	2.899.511,59	0,00	0,00	2.899.511,59
18442 - Apoio à Política de Fortalecimento da Renda e do Trabalho de Pesca Artesanal.	12.113.008,01	0,00	0,00	12.113.008,01
Total da UO	20.403.135,49	0,00	0,00	20.403.135,49
21000000036 - UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - PAULO FREIRE	1.000.569,51	0,00	0,00	1.000.569,51
20 - AGRICULTURA	1.000.569,51	0,00	0,00	1.000.569,51
606 - EXTENSÃO RURAL	1.000.569,51	0,00	0,00	1.000.569,51
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	1.000.569,51	0,00	0,00	1.000.569,51
15421 - Gestão do Projeto Paulo Freire (PDPC PPF ç COMP. III).	1.000.569,51	0,00	0,00	1.000.569,51
Total da UO	1.000.569,51	0,00	0,00	1.000.569,51
21000000037 - UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS SÃO JOSÉ III	46.765.476,72	0,00	0,00	46.765.476,72
17 - SANEAMENTO	26.841.814,17	0,00	0,00	26.841.814,17
511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL	26.841.814,17	0,00	0,00	26.841.814,17
622 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	26.841.814,17	0,00	0,00	26.841.814,17
10509 - Implantação de Sistema de Abastecimento de Água (PSJ III - 2ª Fase - Comp. II).	26.457.190,54	0,00	0,00	26.457.190,54
10512 - Implantação de Módulo Sanitário (PSJ III - 2ª Fase - Comp. II).	384.623,63	0,00	0,00	384.623,63
20 - AGRICULTURA	19.923.662,55	0,00	0,00	19.923.662,55
605 - ABASTECIMENTO	2.787.739,13	0,00	0,00	2.787.739,13
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	2.787.739,13	0,00	0,00	2.787.739,13
10523 - Implantação de Projeto de Desenvolvimento de Negócio (PSJ III - 2ª Fase - Comp. I).	2.787.739,13	0,00	0,00	2.787.739,13
606 - EXTENSÃO RURAL	16.203.091,67	0,00	0,00	16.203.091,67
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	16.203.091,67	0,00	0,00	16.203.091,67
10561 - Capacitação para Beneficiários, Técnicos e Parceiros (PSJ III - 2ª Fase - Comp. III).	1.941.979,46	0,00	0,00	1.941.979,46
10594 - Fortalecimento Institucional e Apoio à Gestão (PSJ III - 2ª Fase - Comp. III).	12.790.644,21	0,00	0,00	12.790.644,21
10597 - Apoio ao Fortalecimento Institucional e à Gestão (PSJ III - 2ª Fase - Comp. III).	1.470.468,00	0,00	0,00	1.470.468,00
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	932.831,75	0,00	0,00	932.831,75
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	750.377,74	0,00	0,00	750.377,74
10553 - Implantação de Plano de Desenvolvimento Comunitário (PSJ III - 2ª Fase - Comp. I).	750.377,74	0,00	0,00	750.377,74





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
622 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	182.454,01	0,00	0,00	182.454,01
18391 - Implantação de Sistema de Reuso de Água (PSJ III e 2ª Fase e Comp. II).	182.454,01	0,00	0,00	182.454,01
Total da UO	46.765.476,72	0,00	0,00	46.765.476,72
21200001001 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ	8.675.899,45	0,00	0,00	8.675.899,45
20 - AGRICULTURA	8.675.899,45	0,00	0,00	8.675.899,45
606 - EXTENSÃO RURAL	8.675.899,45	0,00	0,00	8.675.899,45
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	8.675.899,45	0,00	0,00	8.675.899,45
10653 - Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores.	8.675.899,45	0,00	0,00	8.675.899,45
Total da UO	8.675.899,45	0,00	0,00	8.675.899,45
Total do Órgão	257.385.672,11	35.860.880,19	0,00	293.246.552,30
21200001 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ	9.469.849,25	113.466.503,88	0,00	122.936.353,13
21200001001 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ	9.469.849,25	113.466.503,88	0,00	122.936.353,13
20 - AGRICULTURA	9.469.849,25	113.466.503,88	0,00	122.936.353,13
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	112.704.937,02	0,00	112.704.937,02
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	112.704.937,02	0,00	112.704.937,02
20771 - Manutenção dos Serviços Administrativos - EMATERCE.	0,00	6.144.900,23	0,00	6.144.900,23
20954 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - EMATERCE.	0,00	105.957.375,67	0,00	105.957.375,67
21016 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - EMATERCE.	0,00	602.661,12	0,00	602.661,12
606 - EXTENSÃO RURAL	9.469.849,25	761.566,86	0,00	10.231.416,11
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	9.469.849,25	761.566,86	0,00	10.231.416,11
10653 - Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores.	3.219.406,15	0,00	0,00	3.219.406,15
10655 - Assistência Técnica e Extensão Rural às Famílias em Situação de Extrema Pobreza.	2.783.762,08	0,00	0,00	2.783.762,08
10658 - Prestação de ATER aos Agricultores Familiares - Distribuição de Sementes e Mudanças e Emissão de Laudos do Garantia Safra.	136.317,30	0,00	0,00	136.317,30
10659 - Capacitação de Técnicos e Produtores.	695.640,36	0,00	0,00	695.640,36
11108 - Expansão e Aperfeiçoamento das Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural.	2.634.723,36	0,00	0,00	2.634.723,36
20324 - Apoio as Unidades Operacionais (Escritórios, Centros de Treinamento e Postos Avançados) de ATER.	0,00	761.566,86	0,00	761.566,86
Total da UO	9.469.849,25	113.466.503,88	0,00	122.936.353,13
Total do Órgão	9.469.849,25	113.466.503,88	0,00	122.936.353,13
21200003 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ	27.302.851,74	11.853.931,45	0,00	39.156.783,19
21200003003 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ	27.302.851,74	11.853.931,45	0,00	39.156.783,19
20 - AGRICULTURA	0,00	10.201.527,79	0,00	10.201.527,79







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	10.201.527,79	0,00	10.201.527,79
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	10.201.527,79	0,00	10.201.527,79
20775 - Manutenção dos Serviços Administrativos - IDACE.	0,00	1.603.333,73	0,00	1.603.333,73
20869 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - IDACE.	0,00	337.462,92	0,00	337.462,92
20961 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - IDACE.	0,00	8.260.731,14	0,00	8.260.731,14
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	27.302.851,74	1.652.403,66	0,00	28.955.255,40
631 - REFORMA AGRÁRIA	27.302.851,74	1.652.403,66	0,00	28.955.255,40
112 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL	27.302.851,74	1.652.403,66	0,00	28.955.255,40
10436 - Avaliação de Imóveis Rurais para fins de Regularização Fundiária.	269.046,81	0,00	0,00	269.046,81
10449 - Regularização Fundiária, Titulação e Reconhecimento de Imóveis Rurais.	160.000,00	0,00	0,00	160.000,00
10452 - Acompanhamento e Monitoramento de Unidades Familiares, Assentamentos e Reassentamentos.	7.592.694,88	0,00	0,00	7.592.694,88
10453 - Cadastramento e Georreferenciamento de Imóveis Rurais para Reordenamento Fundiário.	11.432.044,59	0,00	0,00	11.432.044,59
10457 - Desapropriação e Aquisição de Imóveis Rurais para fins de Reordenamento Agrário e Fundiário.	7.108.059,36	0,00	0,00	7.108.059,36
11114 - Aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação e Material Permanente.	741.006,10	0,00	0,00	741.006,10
20507 - Apoio as Atividades do Desenvolvimento Fundiário do Ceará.	0,00	1.652.403,66	0,00	1.652.403,66
Total da UO	27.302.851,74	11.853.931,45	0,00	39.156.783,19
Total do Órgão	27.302.851,74	11.853.931,45	0,00	39.156.783,19
21200013 - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	8.984.941,92	520.000,00	0,00	9.504.941,92
21200013013 - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	8.984.941,92	520.000,00	0,00	9.504.941,92
20 - AGRICULTURA	8.984.941,92	520.000,00	0,00	9.504.941,92
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	520.000,00	0,00	520.000,00
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	520.000,00	0,00	520.000,00
20791 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FEDAF.	0,00	520.000,00	0,00	520.000,00
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	8.984.941,92	0,00	0,00	8.984.941,92
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	8.984.941,92	0,00	0,00	8.984.941,92
10534 - Financiamento de Atividades Produtivas para Agricultores Familiares - FEDAF.	8.984.941,92	0,00	0,00	8.984.941,92
Total da UO	8.984.941,92	520.000,00	0,00	9.504.941,92
Total do Órgão	8.984.941,92	520.000,00	0,00	9.504.941,92
22000000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	764.665.966,95	3.902.164.393,58	0,00	4.666.830.360,53
22000000022 - GABINETE DO SECRETÁRIO	764.665.966,95	3.902.164.393,58	0,00	4.666.830.360,53
12 - EDUCAÇÃO	764.665.966,95	3.902.164.393,58	0,00	4.666.830.360,53



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.362.620,46	131.651.893,06	0,00	134.014.513,52
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	2.362.620,46	131.651.893,06	0,00	134.014.513,52
10016 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - SEDUC.	16.200,00	0,00	0,00	16.200,00
10104 - Realização de Atividades de Desenvolvimento Institucional - SEDUC.	1.496.420,46	0,00	0,00	1.496.420,46
11180 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - SEDUC.	850.000,00	0,00	0,00	850.000,00
20763 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SEDUC.	0,00	35.381.742,96	0,00	35.381.742,96
20944 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SEDUC.	0,00	76.626.666,97	0,00	76.626.666,97
21011 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - SEDUC.	0,00	19.643.483,13	0,00	19.643.483,13
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.857.737,52	5.469.370,89	0,00	8.327.108,41
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	2.857.737,52	5.469.370,89	0,00	8.327.108,41
10192 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEDUC.	2.857.737,52	0,00	0,00	2.857.737,52
20862 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEDUC.	0,00	5.469.370,89	0,00	5.469.370,89
361 - ENSINO FUNDAMENTAL	136.952.823,33	54.601.798,57	0,00	191.554.621,90
431 - INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO	613.934,38	0,00	0,00	613.934,38
10120 - Desenvolvimento de Ações de Formação Inclusiva Continuada e em Serviço.	127.438,85	0,00	0,00	127.438,85
10121 - Apoio Pedagógico as Ações de Aprendizagem Inclusivas.	486.495,53	0,00	0,00	486.495,53
432 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL COM GARANTIA DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	136.338.888,95	0,00	0,00	136.338.888,95
10127 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Infantil na Rede Pública de Ensino.	1.089.156,60	0,00	0,00	1.089.156,60
10132 - Apoio aos Municípios no desenvolvimento do PAIC E PAIC+.	5.168.738,23	0,00	0,00	5.168.738,23
10133 - Pagamento de Bolsa para o Desenvolvimento do PAIC E PAIC+.	6.470.157,50	0,00	0,00	6.470.157,50
10136 - Melhoria da Infraestrutura das Escolas Municipais de Ensino Fundamental.	4.825.765,91	0,00	0,00	4.825.765,91
10311 - Expansão da infraestrutura das Escolas Municipais.	26.360.974,94	0,00	0,00	26.360.974,94
18557 - Expansão da Infraestrutura Escolar para o Desenvolvimento do Programa Pacto Pela Aprendizagem no Estado do Ceará	17.634.977,50	0,00	0,00	17.634.977,50
18558 - Desenvolvimento do Programa Pacto Pela Aprendizagem no Estado do Ceará	36.792.821,78	0,00	0,00	36.792.821,78
18560 - Aquisição de Equipamento de TI para o Desenvolvimento do Programa Pacto Pela Aprendizagem no Estado do Ceará	35.678.126,96	0,00	0,00	35.678.126,96
18562 - Melhoria da Infraestrutura Escolar para o Desenvolvimento do Programa Pacto Pela Aprendizagem no Estado do Ceará	2.318.169,53	0,00	0,00	2.318.169,53





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
433 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	0,00	54.601.798,57	0,00	54.601.798,57
20106 - Pagamento de Despesas de Pessoal do Ensino Fundamental (Folha Normal) - SEDUC.	0,00	54.601.798,57	0,00	54.601.798,57
362 - ENSINO MÉDIO	595.486.600,03	3.321.959.385,95	0,00	3.917.445.985,98
431 - INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO	6.920.027,54	0,00	0,00	6.920.027,54
10125 - Construção de Escolas Diferenciadas Indígenas, Quilombolas e do Campo.	6.320.027,54	0,00	0,00	6.320.027,54
10586 - Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para Escolas Diferenciadas Indígenas, Quilombolas e do Campo.	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
433 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	253.995.066,76	2.554.655.970,42	0,00	2.808.651.037,18
10138 - Desenvolvimento de Ações voltadas para a Articulação Curricular do Ensino Médio.	5.523.089,54	0,00	0,00	5.523.089,54
10139 - Valorização e Incentivo à Aprendizagem dos Alunos da Educação Básica.	18.272.531,78	0,00	0,00	18.272.531,78
10141 - Desenvolvimento das Ações de Avaliações, Estudos e Pesquisas Educacionais.	11.036.828,62	0,00	0,00	11.036.828,62
10147 - Construção de Escolas Estaduais de Ensino Médio.	32.130.793,57	0,00	0,00	32.130.793,57
10148 - Expansão do Parque Tecnológico das Escolas Estaduais de Ensino Médio.	18.933.384,80	0,00	0,00	18.933.384,80
10149 - Melhoria da Infraestrutura das Escolas de Ensino Médio.	37.448.447,99	0,00	0,00	37.448.447,99
10202 - Pagamento de Bolsa do Programa Aprender pra Valer.	11.248.164,23	0,00	0,00	11.248.164,23
10590 - Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para Escolas Estaduais de Ensino Médio.	31.101.202,23	0,00	0,00	31.101.202,23
18362 - Aquisição de Tablets para Inclusão Digital de Estudantes do Ensino	88.300.624,00	0,00	0,00	88.300.624,00
20105 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais do Ensino Médio (Folha Normal) - SEDUC.	0,00	1.932.173.846,05	0,00	1.932.173.846,05
20111 - Manutenção e Funcionamento das Unidades Escolares de Ensino Médio - APORTE.	0,00	22.243.051,35	0,00	22.243.051,35
20112 - Manutenção e Funcionamento das Unidades Escolares da Educação Básica.	0,00	362.124.135,16	0,00	362.124.135,16
20113 - Garantia e Funcionamento do Parque Tecnológico das Unidades Escolares da Educação Básica.	0,00	27.214.651,79	0,00	27.214.651,79
20114 - Desenvolvimento do Programa Estadual de Alimentação Escolar - Ensino Médio.	0,00	48.563.993,80	0,00	48.563.993,80
20117 - Transporte Escolar para Alunos da Educação Básica.	0,00	155.976.975,79	0,00	155.976.975,79
21269 - Aquisição de Absorventes Íntimos Higiênicos para Distribuição à Estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino.	0,00	6.359.316,48	0,00	6.359.316,48
434 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR NO ENSINO MÉDIO	125.722.875,81	380.750.355,50	0,00	506.473.231,31





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
10151 - Construção de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Tempo Integral.	17.178.942,30	0,00	0,00	17.178.942,30
10152 - Melhoria da Infraestrutura das Escolas Estaduais de Ensino Médio em Tempo Integral.	23.913.269,91	0,00	0,00	23.913.269,91
10153 - Expansão do Parque Tecnológico das Escolas Estaduais de Ensino Médio em Tempo Integral.	25.717.197,40	0,00	0,00	25.717.197,40
10155 - Apoio Pedagógico aos Centros Cearenses de Idiomas.	408.653,55	0,00	0,00	408.653,55
10156 - Desenvolvimento de Ações voltadas para a Articulação Curricular das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.	1.048.500,00	0,00	0,00	1.048.500,00
10595 - Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para Escolas Estaduais de Ensino Médio em Tempo Integral.	57.456.312,65	0,00	0,00	57.456.312,65
20109 - Pessoal da Educação em Tempo Integral (Folha Normal) - SEDUC.	0,00	201.587.605,44	0,00	201.587.605,44
20118 - Manutenção e Funcionamento das Unidades Escolares em Tempo Integral - Aporte.	0,00	16.695.933,48	0,00	16.695.933,48
20119 - Manutenção e Funcionamento das Unidades Escolares em Tempo Integral.	0,00	92.804.140,76	0,00	92.804.140,76
20120 - Garantia e Funcionamento do Parque Tecnológico das Unidades Escolares em Tempo Integral.	0,00	4.041.730,99	0,00	4.041.730,99
20121 - Desenvolvimento do Programa Estadual de Alimentação Escolar em Tempo Integral.	0,00	65.620.944,83	0,00	65.620.944,83
441 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO	208.848.629,92	386.553.060,03	0,00	595.401.689,95
10158 - Construção de Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.	35.737.055,53	0,00	0,00	35.737.055,53
10159 - Expansão do Parque Tecnológico das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.	770.500,00	0,00	0,00	770.500,00
10160 - Melhoria dos Espaços Físicos das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.	506.335,48	0,00	0,00	506.335,48
10167 - Apoio aos Alunos nas Atividades Curriculares.	6.849.395,60	0,00	0,00	6.849.395,60
10168 - Pagamento de Bolsa Estágio para Alunos Matriculados nas Escolas Estaduais de Educação Profissional.	41.656.022,95	0,00	0,00	41.656.022,95
10599 - Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.	3.329.320,38	0,00	0,00	3.329.320,38
18415 - Contratação e Capacitação de Professores para Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional executado por meio de Contrato de Gestão.	119.999.999,98	0,00	0,00	119.999.999,98
20110 - Pagamento de Despesas de Pessoal da Educação Profissional (Folha Normal) - SEDUC.	0,00	182.412.882,61	0,00	182.412.882,61
20122 - Manutenção e Funcionamento das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional - Aporte.	0,00	15.405.688,26	0,00	15.405.688,26
20123 - Manutenção e Funcionamento das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.	0,00	108.519.612,80	0,00	108.519.612,80





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20124 - Garantia do Funcionamento do Parque Tecnológico das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.	0,00	6.301.876,57	0,00	6.301.876,57
20127 - Serviço de Alimentação das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.	0,00	73.912.999,79	0,00	73.912.999,79
363 - ENSINO PROFISSIONAL	3.266.943,86	0,00	0,00	3.266.943,86
441 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO	2.069.214,78	0,00	0,00	2.069.214,78
10169 - Qualificação Profissional em Nível Técnico - PRONATEC.	2.069.214,78	0,00	0,00	2.069.214,78
442 - QUALIFICA CEARÁ: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	1.197.729,08	0,00	0,00	1.197.729,08
10171 - Qualificação Profissional em Nível de Formação Inicial e Continuada.	1.197.729,08	0,00	0,00	1.197.729,08
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	23.739.241,75	0,00	0,00	23.739.241,75
432 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL COM GARANTIA DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	23.739.241,75	0,00	0,00	23.739.241,75
10131 - Construção de Centros de Educação Infantil.	19.919.457,11	0,00	0,00	19.919.457,11
10603 - Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para os Centros de Educação Infantil.	484.484,64	0,00	0,00	484.484,64
18436 - Concessão de bolsas para apoio ao Projeto Mais Infância	3.335.300,00	0,00	0,00	3.335.300,00
366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	380.754.768,75	0,00	380.754.768,75
433 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	0,00	380.754.768,75	0,00	380.754.768,75
20107 - Pagamento de Despesas de Pessoal da Educação de Jovens e Adultos (Folha Normal) - SEDUC.	0,00	380.334.287,25	0,00	380.334.287,25
20115 - Desenvolvimento do Programa Estadual de Alimentação Escolar - EJA.	0,00	420.481,50	0,00	420.481,50
367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	7.727.176,36	0,00	7.727.176,36
433 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	0,00	7.727.176,36	0,00	7.727.176,36
20108 - Pagamento de Despesas de Pessoal da Educação Especial (Folha Normal) - SEDUC.	0,00	7.727.176,36	0,00	7.727.176,36
Total da UO	764.665.966,95	3.902.164.393,58	0,00	4.666.830.360,53
Total do Órgão	764.665.966,95	3.902.164.393,58	0,00	4.666.830.360,53
24200003 - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA	8.307,80	1.720.312,34	0,00	1.728.620,14
24200003003 - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA - ESP	8.307,80	1.720.312,34	0,00	1.728.620,14
10 - SAÚDE	8.307,80	1.720.312,34	0,00	1.728.620,14
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	8.307,80	164.731,97	0,00	173.039,77
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	8.307,80	164.731,97	0,00	173.039,77
10024 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - ESP.	8.307,80	0,00	0,00	8.307,80
20776 - Manutenção dos Serviços Administrativos - ESP.	0,00	164.731,97	0,00	164.731,97
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	6.566,00	0,00	6.566,00
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	6.566,00	0,00	6.566,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20870 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - ESP.	0,00	6.566,00	0,00	6.566,00
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	28.608,25	0,00	28.608,25
634 - GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	0,00	28.608,25	0,00	28.608,25
21292 - Qualificação dos Processos Seletivos.	0,00	28.608,25	0,00	28.608,25
573 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	0,00	1.520.406,12	0,00	1.520.406,12
634 - GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	0,00	1.520.406,12	0,00	1.520.406,12
20523 - Apoio à Implantação dos Centros de Simulação Realística na Rede de Saúde Escola	0,00	554.135,37	0,00	554.135,37
21261 - Qualificação de Plataformas Digitais em Saúde.	0,00	966.270,75	0,00	966.270,75
Total da UO	8.307,80	1.720.312,34	0,00	1.728.620,14
Total do Órgão	8.307,80	1.720.312,34	0,00	1.728.620,14
24200004 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	432.815.459,82	5.218.337.217,18	663.473,48	5.651.816.150,48
24200004004 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	7.010.000,00	0,00	0,00	7.010.000,00
10 - SAÚDE	7.010.000,00	0,00	0,00	7.010.000,00
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
19661 - Apoio financeiro ao serviço de saúde de Forquilha	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
19666 - Apoio financeiro ao serviço de saúde de Maranguape	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
301 - ATENÇÃO BÁSICA	2.590.000,00	0,00	0,00	2.590.000,00
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	2.590.000,00	0,00	0,00	2.590.000,00
18847 - Aquisição de ambulância para o município de Amontada	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00
19001 - Aquisição de equipamentos cirúrgicos - Quixelô	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
19305 - Manutenção da saúde / Jaguarétama	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
19438 - Apoio Financeiro para área da saúde	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00
19751 - Manutenção de saúde para Baturité	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
19827 - Reforma do hospital municipal de Caridade.	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
19828 - Aquisição de veículos para agentes de endemias no município de Monsenhor Tabosa	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	3.420.000,00	0,00	0,00	3.420.000,00
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	3.420.000,00	0,00	0,00	3.420.000,00
18881 - Manutenção de Saúde para Pacatuba	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
19171 - Aquisição de uma ambulância/ General Sampaio	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00
19261 - Reforma dos postos de saúde do município de Pacoti	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
19816 - Apoio financeiro para a saúde no Município de Tamboril	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
19850 - Manutenção da Saúde em Pacatuba	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Total da UO	7.010.000,00	0,00	0,00	7.010.000,00
24200004014 - SECRETARIA EXECUTIVA - SEEXEC	57.538.853,76	210.373,53	0,00	57.749.227,29
10 - SAÚDE	57.538.853,76	210.373,53	0,00	57.749.227,29
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.242,22	196.838,30	0,00	198.080,52
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	1.242,22	0,00	0,00	1.242,22
10033 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - SESA.	1.242,22	0,00	0,00	1.242,22
633 - GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA DE SAÚDE COM TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE	0,00	196.838,30	0,00	196.838,30
20144 - Desenvolvimento das Ações da Rede de Ouvidorias em Saúde do SUS.	0,00	4.282,81	0,00	4.282,81
20149 - Apoio à Realização de Ações na Área de Comunicação e Eventos.	0,00	192.555,49	0,00	192.555,49
301 - ATENÇÃO BÁSICA	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
18985 - Manutenção para sistema de saúde do município de Itapipoca	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	56.537.611,54	13.535,23	0,00	56.551.146,77
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	50.696.346,76	13.535,23	0,00	50.709.881,99
10237 - Preparação das Unidades Ambulatoriais para Gestão da Qualidade (PROEXMAES II - Comp. I).	528.128,87	0,00	0,00	528.128,87
10241 - Implantação do Hospital Regional do Vale do Jaguaribe (PROEXMAES II - Comp. II).	14.937.554,16	0,00	0,00	14.937.554,16
10245 - Implantação de Policlínicas no Estado do Ceará (PROEXMAES II - Comp. II).	27.626,11	0,00	0,00	27.626,11
10419 - Instalação do Centro de Regulação, Laudos e Inteligência (PROEXMAES II - Comp. I).	496.521,68	0,00	0,00	496.521,68
10638 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente Prioritários para as Unidades de Saúde da Rede SESA (PROEXMAES II - COMP. II).	33.706.515,94	0,00	0,00	33.706.515,94
19147 - Manutenção da saúde para prefeitura de Barbalha	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
20237 - Auditoria e Avaliação de Sistemas de Saúde.	0,00	13.535,23	0,00	13.535,23
633 - GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA DE SAÚDE COM TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE	5.841.264,78	0,00	0,00	5.841.264,78
10246 - Avaliação do Programa (PROEXMAES II - Comp. III).	99.600,00	0,00	0,00	99.600,00
10342 - Administração do Programa e Fortalecimento (PROEXMAES II - Comp. III).	4.087.495,38	0,00	0,00	4.087.495,38
10415 - Levantamento e Inventário da Rede SESA (PROEXMAES II - Comp. I).	469.014,40	0,00	0,00	469.014,40
10416 - Melhoria da Eficiência Operacional (PROEXMAES II - Comp. I).	169.035,00	0,00	0,00	169.035,00
10430 - Geração do Conhecimento e Inovação em Saúde (PROEXMAES II - Comp. I).	1.016.120,00	0,00	0,00	1.016.120,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
Total da UO	<b>57.538.853,76</b>	<b>210.373,53</b>	0,00	57.749.227,29
24200004044 - COORDENADORIA DE POLÍTICAS INTERSETORIAIS - COPIS	<b>12.000.000,00</b>	<b>146.199,72</b>	0,00	12.146.199,72
10 - SAÚDE	<b>12.000.000,00</b>	<b>146.199,72</b>	0,00	12.146.199,72
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	<b>0,00</b>	<b>146.199,72</b>	0,00	146.199,72
634 - GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	<b>0,00</b>	<b>146.199,72</b>	0,00	146.199,72
21288 - Qualificação da Educação Permanente.	<b>0,00</b>	<b>146.199,72</b>	0,00	146.199,72
301 - ATENÇÃO BÁSICA	<b>12.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	0,00	12.000.000,00
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	<b>12.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	0,00	12.000.000,00
18368 - Apoio ao Programa Cuidar Melhor Ceará	<b>12.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	0,00	12.000.000,00
Total da UO	<b>12.000.000,00</b>	<b>146.199,72</b>	0,00	12.146.199,72
24200004064 - COORDENADORIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS - COPOM	<b>0,00</b>	<b>5.106,60</b>	0,00	5.106,60
10 - SAÚDE	<b>0,00</b>	<b>5.106,60</b>	0,00	5.106,60
301 - ATENÇÃO BÁSICA	<b>0,00</b>	<b>5.106,60</b>	0,00	5.106,60
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	<b>0,00</b>	<b>5.106,60</b>	0,00	5.106,60
20185 - Incentivo à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).	<b>0,00</b>	<b>5.106,60</b>	0,00	5.106,60
Total da UO	<b>0,00</b>	<b>5.106,60</b>	0,00	5.106,60
24200004074 - COORDENADORIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DO SISTEMA DE SAÚDE - CORSIS	<b>18.775.246,56</b>	<b>81.447.861,11</b>	0,00	100.223.107,67
10 - SAÚDE	<b>18.775.246,56</b>	<b>81.447.861,11</b>	0,00	100.223.107,67
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	<b>0,00</b>	<b>138.153,24</b>	0,00	138.153,24
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	<b>0,00</b>	<b>138.153,24</b>	0,00	138.153,24
20965 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - FUNDES.	<b>0,00</b>	<b>138.153,24</b>	0,00	138.153,24
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	<b>18.775.246,56</b>	<b>81.309.707,87</b>	0,00	100.084.954,43
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	<b>18.775.246,56</b>	<b>81.309.707,87</b>	0,00	100.084.954,43
10428 - Contribuição para melhoria da Oferta dos Serviços Regulados na Atenção Secundária e Terciária.	<b>18.775.246,56</b>	<b>0,00</b>	0,00	18.775.246,56
20234 - Regulação e Controle do SUS.	<b>0,00</b>	<b>4.582.343,72</b>	0,00	4.582.343,72
20236 - Apoio à Central de Regulação através da Contratação de Pessoal Qualificado.	<b>0,00</b>	<b>15.472.773,61</b>	0,00	15.472.773,61
20238 - Promoção da Assistência a Saúde aos Usuários do SUS através do Programa Tratamento Fora Domicílio.	<b>0,00</b>	<b>9.002.520,36</b>	0,00	9.002.520,36
20239 - Promoção da Assistência a Saúde aos Usuários do SUS na Promoção de Serviços e Tratamentos Especializados de Média e Alta Complexidade.	<b>0,00</b>	<b>25.451.969,13</b>	0,00	25.451.969,13
20240 - Apoio ao Funcionamento da Rede de Captação e Distribuição de Órgãos.	<b>0,00</b>	<b>1.027.892,78</b>	0,00	1.027.892,78
21078 - Manutenção da Central de Laudos estadual.	<b>0,00</b>	<b>25.772.208,27</b>	0,00	25.772.208,27
Total da UO	<b>18.775.246,56</b>	<b>81.447.861,11</b>	0,00	100.223.107,67







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
24200004084 - COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, PREVENÇÃO EM SAÚDE - COVEPS	0,00	9.897.144,74	0,00	9.897.144,74
10 - SAÚDE	0,00	9.897.144,74	0,00	9.897.144,74
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	9.897.144,74	0,00	9.897.144,74
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	9.897.144,74	0,00	9.897.144,74
20136 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais para Vigilância em Saúde - Folha Normal.	0,00	244.006,29	0,00	244.006,29
20253 - Desenvolvimento de Ações de Vigilância Epidemiológica de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Causas Externas.	0,00	698.173,86	0,00	698.173,86
20254 - Desenvolvimento de Ações de Vigilância Epidemiológica das Condições Crônicas Transmissíveis.	0,00	1.988.466,46	0,00	1.988.466,46
20255 - Desenvolvimento de Ações de Vigilância Epidemiológica de Doenças Transmissíveis Agudas.	0,00	824.885,89	0,00	824.885,89
20256 - Desenvolvimento de Ações de Resposta às Emergências em Saúde	0,00	26.000,00	0,00	26.000,00
20257 - Gestão Estratégica das Ações de Vigilância em Saúde.	0,00	1.979.071,41	0,00	1.979.071,41
20259 - Promoção de Ações de Imunizações.	0,00	4.136.540,83	0,00	4.136.540,83
Total da UO	0,00	9.897.144,74	0,00	9.897.144,74
24200004094 - COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - COVISA	0,00	4.746.238,87	0,00	4.746.238,87
10 - SAÚDE	0,00	4.746.238,87	0,00	4.746.238,87
304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	4.746.238,87	0,00	4.746.238,87
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	4.746.238,87	0,00	4.746.238,87
20222 - Promoção do Desenvolvimento de Ações de Vigilância Sanitária.	0,00	3.344.200,90	0,00	3.344.200,90
20335 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais para Vigilância Sanitária - Folha Normal.	0,00	1.402.037,97	0,00	1.402.037,97
Total da UO	0,00	4.746.238,87	0,00	4.746.238,87
24200004104 - COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR - COVAST	0,00	6.844.380,42	0,00	6.844.380,42
10 - SAÚDE	0,00	6.844.380,42	0,00	6.844.380,42
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	6.508.338,07	0,00	6.508.338,07
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	6.508.338,07	0,00	6.508.338,07
20136 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais para Vigilância em Saúde - Folha Normal.	0,00	652.542,37	0,00	652.542,37
20243 - Promoção da Realização de Ações de Vigilância e Controle de Endemias.	0,00	5.855.795,70	0,00	5.855.795,70
542 - CONTROLE AMBIENTAL	0,00	336.042,35	0,00	336.042,35
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	336.042,35	0,00	336.042,35
20244 - Promoção do Desenvolvimento de Ações de Vigilância em Saúde Ambiental.	0,00	336.042,35	0,00	336.042,35
Total da UO	0,00	6.844.380,42	0,00	6.844.380,42





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
24200004134 - COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO - CODIP	0,00	137.985,25	0,00	137.985,25
10 - SAÚDE	0,00	137.985,25	0,00	137.985,25
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	137.985,25	0,00	137.985,25
633 - GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA DE SAÚDE COM TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE	0,00	137.985,25	0,00	137.985,25
20635 - Desenvolvimento das Ações do Sistema de Planejamento e Gestão do SUS.	0,00	137.985,25	0,00	137.985,25
Total da UO	0,00	137.985,25	0,00	137.985,25
24200004154 - COORDENADORIA ADMINISTRATIVA - COADM	139.862.501,32	131.084.473,88	663.473,48	271.610.448,68
10 - SAÚDE	139.862.501,32	131.084.473,88	663.473,48	271.610.448,68
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	10.088.448,87	663.473,48	10.751.922,35
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	10.088.448,87	0,00	10.088.448,87
20779 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNDES.	0,00	10.088.448,87	0,00	10.088.448,87
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	663.473,48	663.473,48
00043 - Devolução de Recursos de Convênios e Contratos de Financiamento - FUNDES.	0,00	0,00	663.473,48	663.473,48
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	839.491,59	0,00	839.491,59
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	839.491,59	0,00	839.491,59
20871 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - FUNDES.	0,00	839.491,59	0,00	839.491,59
301 - ATENÇÃO BÁSICA	56.451.872,00	0,00	0,00	56.451.872,00
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	56.451.872,00	0,00	0,00	56.451.872,00
11226 - Celebração de Parcerias para Melhoria da Assistência a Saúde na Atenção Básica.	846.114,00	0,00	0,00	846.114,00
11233 - Contribuição para Melhoria na Atenção Básica.	55.605.758,00	0,00	0,00	55.605.758,00
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	83.410.629,32	120.156.533,42	0,00	203.567.162,74
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	83.410.629,32	120.156.533,42	0,00	203.567.162,74
11230 - Celebração de Parcerias para Melhoria da Assistência Ambulatorial e Hospitalar.	45.990.929,94	0,00	0,00	45.990.929,94
11232 - Contribuição para Melhoria da Assistência Hospitalar e Ambulatorial.	37.419.699,38	0,00	0,00	37.419.699,38
20086 - Promoção do Direito à Saúde aos Usuários do SUS.	0,00	89.959.075,70	0,00	89.959.075,70
20087 - Promoção da Assistência Especial aos Usuários do SUS através da Terapia Nutricional.	0,00	9.863.507,66	0,00	9.863.507,66
20323 - Apoio na Oferta de Serviços das Unidades de Saúde através da Central de Distribuição de Materiais.	0,00	8.590.505,48	0,00	8.590.505,48
21001 - Desenvolvimento de Medidas de Enfrentamento e Contenção da Infecção Humana pela COVID-19.	0,00	11.743.444,58	0,00	11.743.444,58
Total da UO	139.862.501,32	131.084.473,88	663.473,48	271.610.448,68





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
24200004164 - COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - COTIC	12.124.461,25	7.575.731,45	0,00	19.700.192,70
10 - SAÚDE	12.124.461,25	7.575.731,45	0,00	19.700.192,70
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	12.124.461,25	7.575.731,45	0,00	19.700.192,70
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	10.700,00	0,00	0,00	10.700,00
10257 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - SESA.	10.700,00	0,00	0,00	10.700,00
633 - GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA DE SAÚDE COM TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE	12.113.761,25	7.575.731,45	0,00	19.689.492,70
11219 - Implantação e Estruturação Física e Tecnológica para o Centro de Gestão das Informações em Saúde.	12.113.761,25	0,00	0,00	12.113.761,25
20596 - Apoio à Modernização da Gestão em Saúde.	0,00	7.575.731,45	0,00	7.575.731,45
Total da UO	12.124.461,25	7.575.731,45	0,00	19.700.192,70
24200004174 - COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - COGEP	0,00	1.245.223.925,27	0,00	1.245.223.925,27
10 - SAÚDE	0,00	1.245.223.925,27	0,00	1.245.223.925,27
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	418.601.689,18	0,00	418.601.689,18
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	418.601.689,18	0,00	418.601.689,18
20779 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNDES.	0,00	77.990.070,46	0,00	77.990.070,46
20965 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - FUNDES.	0,00	339.107.932,92	0,00	339.107.932,92
21018 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - FUNDES.	0,00	1.503.685,80	0,00	1.503.685,80
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	9.559.395,29	0,00	9.559.395,29
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	9.559.395,29	0,00	9.559.395,29
20871 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - FUNDES.	0,00	9.559.395,29	0,00	9.559.395,29
301 - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	253.493.431,00	0,00	253.493.431,00
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	253.493.431,00	0,00	253.493.431,00
20098 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais dos Agentes Comunitários de Saúde - Folha Normal.	0,00	253.493.431,00	0,00	253.493.431,00
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	563.569.409,80	0,00	563.569.409,80
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	563.569.409,80	0,00	563.569.409,80
20096 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Atenção Ambulatorial e Hospitalar - Folha Normal.	0,00	563.508.729,00	0,00	563.508.729,00
21001 - Desenvolvimento de Medidas de Enfrentamento e Contenção da Infecção Humana pela COVID-19.	0,00	60.680,80	0,00	60.680,80
Total da UO	0,00	1.245.223.925,27	0,00	1.245.223.925,27
24200004184 - HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA - HGF	1.033.753,65	416.861.119,66	0,00	417.894.873,31
10 - SAÚDE	1.033.753,65	416.861.119,66	0,00	417.894.873,31
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	2.462.829,86	0,00	2.462.829,86





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	2.462.829,86	0,00	2.462.829,86
20078 - Promoção dos Serviços em Unidades Hospitalares sob Gestão Estadual através da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	2.462.829,86	0,00	2.462.829,86
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.033.753,65	414.398.289,80	0,00	415.432.043,45
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	1.033.753,65	414.398.289,80	0,00	415.432.043,45
11209 - Aquisição e Instalação de Material Permanente na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	1.033.753,65	0,00	0,00	1.033.753,65
20077 - Promoção dos Serviços em Unidades Hospitalares sob Gestão Estadual.	0,00	317.775.572,75	0,00	317.775.572,75
20096 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Atenção Ambulatorial e Hospitalar - Folha Normal.	0,00	13.031.357,81	0,00	13.031.357,81
21089 - Manutenção do Hospital Geral de Fortaleza - HGF	0,00	83.591.359,24	0,00	83.591.359,24
Total da UO	1.033.753,65	416.861.119,66	0,00	417.894.873,31
24200004194 - HOSPITAL GERAL CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - HGCCO	84.925,33	126.837.234,60	0,00	126.922.159,93
10 - SAÚDE	84.925,33	126.837.234,60	0,00	126.922.159,93
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	68.696,00	1.059.333,42	0,00	1.128.029,42
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	68.696,00	1.059.333,42	0,00	1.128.029,42
11210 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	68.696,00	0,00	0,00	68.696,00
20078 - Promoção dos Serviços em Unidades Hospitalares sob Gestão Estadual através da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	1.059.333,42	0,00	1.059.333,42
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	16.229,33	125.777.901,18	0,00	125.794.130,51
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	16.229,33	125.777.901,18	0,00	125.794.130,51
11209 - Aquisição e Instalação de Material Permanente na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	16.229,33	0,00	0,00	16.229,33
20077 - Promoção dos Serviços em Unidades Hospitalares sob Gestão Estadual.	0,00	116.697.882,50	0,00	116.697.882,50
20096 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Atenção Ambulatorial e Hospitalar - Folha Normal.	0,00	9.080.018,68	0,00	9.080.018,68
Total da UO	84.925,33	126.837.234,60	0,00	126.922.159,93
24200004204 - HOSPITAL INFANTIL ALBERT SABIN - HIAS	3.743.114,63	208.422.077,26	0,00	212.165.191,89
10 - SAÚDE	3.743.114,63	208.422.077,26	0,00	212.165.191,89
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	1.012.972,36	0,00	1.012.972,36
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	1.012.972,36	0,00	1.012.972,36
20078 - Promoção dos Serviços em Unidades Hospitalares sob Gestão Estadual através da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	1.012.972,36	0,00	1.012.972,36
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	3.743.114,63	207.409.104,90	0,00	211.152.219,53





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	3.743.114,63	207.409.104,90	0,00	211.152.219,53
11209 - Aquisição e Instalação de Material Permanente na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	339.681,01	0,00	0,00	339.681,01
11235 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação de Estrutura Física na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	3.403.433,62	0,00	0,00	3.403.433,62
20077 - Promoção dos Serviços em Unidades Hospitalares sob Gestão Estadual.	0,00	198.901.227,01	0,00	198.901.227,01
20096 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Atenção Ambulatorial e Hospitalar - Folha Normal.	0,00	8.507.877,89	0,00	8.507.877,89
Total da UO	3.743.114,63	208.422.077,26	0,00	212.165.191,89
24200004214 - HOSPITAL DR. CARLOS ALBERTO DE STUDART GOMES - HM	27.440,99	288.252.787,68	0,00	288.280.228,67
10 - SAÚDE	27.440,99	288.252.787,68	0,00	288.280.228,67
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	1.351.457,85	0,00	1.351.457,85
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	1.351.457,85	0,00	1.351.457,85
20078 - Promoção dos Serviços em Unidades Hospitalares sob Gestão Estadual através da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	1.351.457,85	0,00	1.351.457,85
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	27.440,99	286.901.329,83	0,00	286.928.770,82
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	27.440,99	286.901.329,83	0,00	286.928.770,82
11209 - Aquisição e Instalação de Material Permanente na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	27.440,99	0,00	0,00	27.440,99
20077 - Promoção dos Serviços em Unidades Hospitalares sob Gestão Estadual.	0,00	275.507.954,74	0,00	275.507.954,74
20096 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Atenção Ambulatorial e Hospitalar - Folha Normal.	0,00	11.393.375,09	0,00	11.393.375,09
Total da UO	27.440,99	288.252.787,68	0,00	288.280.228,67
24200004224 - HOSPITAL SÃO JOSÉ DE DOENÇAS INFECCIOSAS - HSJDI	131.596,64	60.514.325,05	0,00	60.645.921,69
10 - SAÚDE	131.596,64	60.514.325,05	0,00	60.645.921,69
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	45.296,00	344.287,31	0,00	389.583,31
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	45.296,00	344.287,31	0,00	389.583,31
11210 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	45.296,00	0,00	0,00	45.296,00
20078 - Promoção dos Serviços em Unidades Hospitalares sob Gestão Estadual através da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	344.287,31	0,00	344.287,31
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	86.300,64	60.140.741,74	0,00	60.227.042,38
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	86.300,64	60.140.741,74	0,00	60.227.042,38
11209 - Aquisição e Instalação de Material Permanente na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	86.300,64	0,00	0,00	86.300,64
20077 - Promoção dos Serviços em Unidades Hospitalares sob Gestão Estadual.	0,00	53.844.034,94	0,00	53.844.034,94





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20096 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Atenção Ambulatorial e Hospitalar - Folha Normal.	0,00	5.953.939,81	0,00	5.953.939,81
21001 - Desenvolvimento de Medidas de Enfrentamento e Contenção da Infecção Humana pela COVID-19.	0,00	342.766,99	0,00	342.766,99
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	29.296,00	0,00	29.296,00
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	29.296,00	0,00	29.296,00
20268 - Desenvolvimento das Ações da Rede de Vigilância Epidemiológica Hospitalar.	0,00	29.296,00	0,00	29.296,00
Total da UO	131.596,64	60.514.325,05	0,00	60.645.921,69
24200004234 - HOSPITAL DE SAÚDE MENTAL DE MESSEJANA	14.863,11	33.066.915,93	0,00	33.081.779,04
10 - SAÚDE	14.863,11	33.066.915,93	0,00	33.081.779,04
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	238.162,96	0,00	238.162,96
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	238.162,96	0,00	238.162,96
20078 - Promoção dos Serviços em Unidades Hospitalares sob Gestão Estadual através da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	238.162,96	0,00	238.162,96
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	14.863,11	32.828.752,97	0,00	32.843.616,08
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	14.863,11	32.828.752,97	0,00	32.843.616,08
11209 - Aquisição e Instalação de Material Permanente na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	14.863,11	0,00	0,00	14.863,11
20077 - Promoção dos Serviços em Unidades Hospitalares sob Gestão Estadual.	0,00	30.962.137,37	0,00	30.962.137,37
20096 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Atenção Ambulatorial e Hospitalar - Folha Normal.	0,00	1.866.615,60	0,00	1.866.615,60
Total da UO	14.863,11	33.066.915,93	0,00	33.081.779,04
24200004314 - CENTRAL DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA - LACEN	1.077.921,48	55.856.239,28	0,00	56.934.160,76
10 - SAÚDE	1.077.921,48	55.856.239,28	0,00	56.934.160,76
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	183.131,47	0,00	183.131,47
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	183.131,47	0,00	183.131,47
21067 - Promoção dos Serviços da Rede de Laboratórios de Saúde Pública através da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	183.131,47	0,00	183.131,47
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	1.077.921,48	55.673.107,81	0,00	56.751.029,29
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	1.077.921,48	55.673.107,81	0,00	56.751.029,29
10674 - Aquisição e Instalação de Material Permanente das Áreas de Vigilância em Saúde no Combate a Covid-19	241.244,89	0,00	0,00	241.244,89
15370 - Aquisição e Instalação de Material Permanente das Áreas de Vigilância em Saúde	836.676,59	0,00	0,00	836.676,59
20136 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais para Vigilância em Saúde - Folha Normal.	0,00	11.095.125,26	0,00	11.095.125,26
21066 - Promoção dos Serviços da Rede de Laboratórios de Saúde Pública.	0,00	34.659.882,29	0,00	34.659.882,29





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
21225 - Desenvolvimento de Medidas de Enfrentamento e Contenção da Infecção Humana pela Covid 19 nas áreas de Vigilância em Saúde.	0,00	9.918.100,26	0,00	9.918.100,26
<b>Total da UO</b>	<b>1.077.921,48</b>	<b>55.856.239,28</b>	<b>0,00</b>	<b>56.934.160,76</b>
24200004324 - CENTRO INTEGRADO DE DIABETES E HIPERTENSÃO (CIDH)	86.406,73	4.248.028,23	0,00	4.334.434,96
<b>10 - SAÚDE</b>	<b>86.406,73</b>	<b>4.248.028,23</b>	<b>0,00</b>	<b>4.334.434,96</b>
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	17.362,00	106.577,18	0,00	123.939,18
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	17.362,00	106.577,18	0,00	123.939,18
11210 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	17.362,00	0,00	0,00	17.362,00
20072 - Promoção dos Serviços em Unidades Ambulatoriais sob Gestão Estadual através da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	106.577,18	0,00	106.577,18
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	69.044,73	4.141.451,05	0,00	4.210.495,78
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	69.044,73	4.141.451,05	0,00	4.210.495,78
11209 - Aquisição e Instalação de Material Permanente na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	69.044,73	0,00	0,00	69.044,73
20071 - Promoção dos Serviços em Unidades Ambulatoriais sob Gestão Estadual.	0,00	3.179.950,24	0,00	3.179.950,24
20096 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Atenção Ambulatorial e Hospitalar - Folha Normal.	0,00	961.500,81	0,00	961.500,81
<b>Total da UO</b>	<b>86.406,73</b>	<b>4.248.028,23</b>	<b>0,00</b>	<b>4.334.434,96</b>
24200004334 - CENTRO ODONTOLÓGICO - TIPO I (CEO-CENTRO)	68.286,96	8.541.466,38	0,00	8.609.753,34
<b>10 - SAÚDE</b>	<b>68.286,96</b>	<b>8.541.466,38</b>	<b>0,00</b>	<b>8.609.753,34</b>
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	110.934,45	0,00	110.934,45
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	110.934,45	0,00	110.934,45
20076 - Promoção dos Serviços nos Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão Estadual através da Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	110.934,45	0,00	110.934,45
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	68.286,96	8.430.531,93	0,00	8.498.818,89
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	68.286,96	8.430.531,93	0,00	8.498.818,89
11209 - Aquisição e Instalação de Material Permanente na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	68.286,96	0,00	0,00	68.286,96
20075 - Promoção dos Serviços nos Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão Estadual.	0,00	7.024.544,41	0,00	7.024.544,41
20096 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Atenção Ambulatorial e Hospitalar - Folha Normal.	0,00	1.405.987,52	0,00	1.405.987,52
<b>Total da UO</b>	<b>68.286,96</b>	<b>8.541.466,38</b>	<b>0,00</b>	<b>8.609.753,34</b>
24200004344 - CENTRO ODONTOLÓGICO TIPO II (CEO- RODOLFO TEÓFILO)	0,00	1.302.771,88	0,00	1.302.771,88
<b>10 - SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>1.302.771,88</b>	<b>0,00</b>	<b>1.302.771,88</b>
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	69.720,30	0,00	69.720,30



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	69.720,30	0,00	69.720,30
20076 - Promoção dos Serviços nos Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão Estadual através da Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	69.720,30	0,00	69.720,30
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	1.233.051,58	0,00	1.233.051,58
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	1.233.051,58	0,00	1.233.051,58
20075 - Promoção dos Serviços nos Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão Estadual.	0,00	936.071,01	0,00	936.071,01
20096 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Atenção Ambulatorial e Hospitalar - Folha Normal.	0,00	296.980,57	0,00	296.980,57
Total da UO	0,00	1.302.771,88	0,00	1.302.771,88
24200004354 - CENTRO ODONTOLOGICO TIPO II (CEO - JOAQUIM TAVORA)	46.261,88	1.796.865,26	0,00	1.843.127,14
10 - SAÚDE	46.261,88	1.796.865,26	0,00	1.843.127,14
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	78.034,99	0,00	78.034,99
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	78.034,99	0,00	78.034,99
20076 - Promoção dos Serviços nos Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão Estadual através da Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	78.034,99	0,00	78.034,99
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	46.261,88	1.718.830,27	0,00	1.765.092,15
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	46.261,88	1.718.830,27	0,00	1.765.092,15
11209 - Aquisição e Instalação de Material Permanente na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	46.261,88	0,00	0,00	46.261,88
20075 - Promoção dos Serviços nos Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão Estadual.	0,00	927.999,71	0,00	927.999,71
20096 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Atenção Ambulatorial e Hospitalar - Folha Normal.	0,00	790.830,56	0,00	790.830,56
Total da UO	46.261,88	1.796.865,26	0,00	1.843.127,14
24200004364 - INSTITUTO DE PREVENÇÃO DO CÂNCER DO CEARÁ - IPC	329.390,16	5.798.444,56	0,00	6.127.834,72
10 - SAÚDE	329.390,16	5.798.444,56	0,00	6.127.834,72
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	60.129,88	166.527,44	0,00	226.657,32
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	60.129,88	166.527,44	0,00	226.657,32
11210 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	60.129,88	0,00	0,00	60.129,88
20072 - Promoção dos Serviços em Unidades Ambulatoriais sob Gestão Estadual através da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	166.527,44	0,00	166.527,44
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	269.260,28	5.631.917,12	0,00	5.901.177,40
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	269.260,28	5.631.917,12	0,00	5.901.177,40







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
11209 - Aquisição e Instalação de Material Permanente na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	269.260,28	0,00	0,00	269.260,28
20071 - Promoção dos Serviços em Unidades Ambulatoriais sob Gestão Estadual.	0,00	4.256.416,43	0,00	4.256.416,43
20096 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Atenção Ambulatorial e Hospitalar - Folha Normal.	0,00	1.375.500,69	0,00	1.375.500,69
Total da UO	329.390,16	5.798.444,56	0,00	6.127.834,72
24200004374 - CENTRO DE REFERÊNCIA NACIONAL EM DERMATOLOGIA D. LIBÂNIA - CRDL	19.710,14	3.643.379,88	0,00	3.663.090,02
10 - SAÚDE	19.710,14	3.643.379,88	0,00	3.663.090,02
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	20.350,00	0,00	20.350,00
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	20.350,00	0,00	20.350,00
20072 - Promoção dos Serviços em Unidades Ambulatoriais sob Gestão Estadual através da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	20.350,00	0,00	20.350,00
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	19.710,14	3.623.029,88	0,00	3.642.740,02
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	19.710,14	3.623.029,88	0,00	3.642.740,02
11209 - Aquisição e Instalação de Material Permanente na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	19.710,14	0,00	0,00	19.710,14
20071 - Promoção dos Serviços em Unidades Ambulatoriais sob Gestão Estadual.	0,00	2.838.778,68	0,00	2.838.778,68
20096 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Atenção Ambulatorial e Hospitalar - Folha Normal.	0,00	784.251,20	0,00	784.251,20
Total da UO	19.710,14	3.643.379,88	0,00	3.663.090,02
24200004384 - CENTRO DE SAÚDE ESCOLA MEIRELES - CSM	0,00	30.125.338,42	0,00	30.125.338,42
10 - SAÚDE	0,00	30.125.338,42	0,00	30.125.338,42
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	90.603,71	0,00	90.603,71
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	90.603,71	0,00	90.603,71
20072 - Promoção dos Serviços em Unidades Ambulatoriais sob Gestão Estadual através da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	90.603,71	0,00	90.603,71
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	30.034.734,71	0,00	30.034.734,71
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	30.034.734,71	0,00	30.034.734,71
20071 - Promoção dos Serviços em Unidades Ambulatoriais sob Gestão Estadual.	0,00	2.919.755,20	0,00	2.919.755,20
20084 - Promoção da Assistência às Pessoas com Alergia ao Leite de Vaca - APLV.	0,00	22.411.257,92	0,00	22.411.257,92
20085 - Promoção da Assistência às Pessoas Ostomizadas.	0,00	4.543.741,30	0,00	4.543.741,30
20096 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Atenção Ambulatorial e Hospitalar - Folha Normal.	0,00	159.980,29	0,00	159.980,29
Total da UO	0,00	30.125.338,42	0,00	30.125.338,42
24200004414 - CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE (CESAU)	0,00	280.608,53	0,00	280.608,53
10 - SAÚDE	0,00	280.608,53	0,00	280.608,53





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	280.608,53	0,00	280.608,53
633 - GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA DE SAÚDE COM TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE	0,00	280.608,53	0,00	280.608,53
20132 - Promoção do Controle Social e Institucional do SUS.	0,00	161.210,73	0,00	161.210,73
20135 - Expansão do Conhecimento do Controle Social.	0,00	119.397,80	0,00	119.397,80
Total da UO	0,00	280.608,53	0,00	280.608,53
24200004424 - CENTROS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO CEARÁ - HEMOCE	2.223.470,19	124.274.252,95	0,00	126.497.723,14
10 - SAÚDE	2.223.470,19	124.274.252,95	0,00	126.497.723,14
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	185.979,40	2.309.039,07	0,00	2.495.018,47
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	185.979,40	2.309.039,07	0,00	2.495.018,47
11210 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	185.979,40	0,00	0,00	185.979,40
20095 - Promoção dos Serviços da Hemorrede através da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	2.309.039,07	0,00	2.309.039,07
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.037.490,79	121.965.213,88	0,00	124.002.704,67
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	2.037.490,79	121.965.213,88	0,00	124.002.704,67
11209 - Aquisição e Instalação de Material Permanente na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	2.037.490,79	0,00	0,00	2.037.490,79
20094 - Promoção dos Serviços da Hemorrede.	0,00	112.226.074,76	0,00	112.226.074,76
20096 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Atenção Ambulatorial e Hospitalar - Folha Normal.	0,00	7.525.582,11	0,00	7.525.582,11
21001 - Desenvolvimento de Medidas de Enfrentamento e Contenção da Infecção Humana pela COVID-19.	0,00	2.213.557,01	0,00	2.213.557,01
Total da UO	2.223.470,19	124.274.252,95	0,00	126.497.723,14
24200004684 - CENTRO DE CONVIVÊNCIA ANTÔNIO JUSTA	0,00	537.785,95	0,00	537.785,95
10 - SAÚDE	0,00	537.785,95	0,00	537.785,95
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	537.785,95	0,00	537.785,95
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	537.785,95	0,00	537.785,95
20071 - Promoção dos Serviços em Unidades Ambulatoriais sob Gestão Estadual.	0,00	537.785,95	0,00	537.785,95
Total da UO	0,00	537.785,95	0,00	537.785,95
24200004694 - CENTRO DE CONVIVÊNCIA ANTÔNIO DIOGO	0,00	1.880.248,86	0,00	1.880.248,86
10 - SAÚDE	0,00	1.880.248,86	0,00	1.880.248,86
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	3.500,00	0,00	3.500,00
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	3.500,00	0,00	3.500,00
20072 - Promoção dos Serviços em Unidades Ambulatoriais sob Gestão Estadual através da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	3.500,00	0,00	3.500,00
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	1.876.748,86	0,00	1.876.748,86





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	1.876.748,86	0,00	1.876.748,86
20071 - Promoção dos Serviços em Unidades Ambulatoriais sob Gestão Estadual.	0,00	1.876.748,86	0,00	1.876.748,86
Total da UO	0,00	1.880.248,86	0,00	1.880.248,86
24200004704 - SERVIÇOS DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITOS (SVO)	11.937,72	8.356.164,81	0,00	8.368.102,53
10 - SAÚDE	11.937,72	8.356.164,81	0,00	8.368.102,53
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	22.000,00	0,00	22.000,00
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	22.000,00	0,00	22.000,00
20152 - Manutenção do Serviço de Verificação de Óbito na Área de Tecnologia da Informação.	0,00	22.000,00	0,00	22.000,00
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	11.937,72	8.334.164,81	0,00	8.346.102,53
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	11.937,72	8.334.164,81	0,00	8.346.102,53
15370 - Aquisição e Instalação de Material Permanente das Áreas de Vigilância em Saúde	11.937,72	0,00	0,00	11.937,72
20136 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais para Vigilância em Saúde - Folha Normal.	0,00	150.559,27	0,00	150.559,27
20151 - Manutenção do Serviço de Verificação de Óbito.	0,00	8.183.605,54	0,00	8.183.605,54
Total da UO	11.937,72	8.356.164,81	0,00	8.368.102,53
24200004714 - CENTRO DE REFERÊNCIA ESTADUAL EM SAÚDE DO TRABALHADOR - CEREST	3.293,62	527.829,53	0,00	531.123,15
10 - SAÚDE	3.293,62	527.829,53	0,00	531.123,15
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	3.150,00	0,00	3.150,00
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	3.150,00	0,00	3.150,00
21279 - Promoção dos Serviços em Unidades Ambulatoriais sob Gestão Estadual através da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	3.150,00	0,00	3.150,00
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	3.293,62	524.679,53	0,00	527.973,15
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	3.293,62	524.679,53	0,00	527.973,15
18531 - Estruturação Física e Tecnológica para os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.	3.293,62	0,00	0,00	3.293,62
21280 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Atenção Ambulatorial e Hospitalar - Folha Normal.	0,00	114.733,88	0,00	114.733,88
21281 - Desenvolvimento de Ações e Manutenção dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.	0,00	409.945,65	0,00	409.945,65
Total da UO	3.293,62	527.829,53	0,00	531.123,15
24200004744 - COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - COASF	110.280.139,33	208.621.601,60	0,00	318.901.740,93
10 - SAÚDE	110.280.139,33	208.621.601,60	0,00	318.901.740,93
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	11.297,34	0,00	0,00	11.297,34
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	11.297,34	0,00	0,00	11.297,34
10033 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - SESA.	11.297,34	0,00	0,00	11.297,34



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	110.268.841,99	95.929.229,66	0,00	206.198.071,65
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	110.268.841,99	95.929.229,66	0,00	206.198.071,65
10631 - Contribuição na Melhoria do Atendimento na Saúde através da Central de Distribuição de Materiais.	110.143.390,31	0,00	0,00	110.143.390,31
10664 - Aquisição e Instalação de Material Permanente na Assistência Farmacêutica.	125.451,68	0,00	0,00	125.451,68
20089 - Assistência a Saúde aos Usuários do SUS Através de Insumos de Órtese, Prótese e Materiais Especiais.	0,00	5.057.874,76	0,00	5.057.874,76
20169 - Aquisição de Medicamentos Componente Especializado na Assistência Farmacêutica (Alta Complexidade).	0,00	42.434.886,19	0,00	42.434.886,19
20323 - Apoio na Oferta de Serviços das Unidades de Saúde através da Central de Distribuição de Materiais.	0,00	48.319.919,71	0,00	48.319.919,71
21112 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DE INFECÇÕES OPORTUNISTAS EM PESSOAS VIVENDO COM HIV E AIDS	0,00	116.549,00	0,00	116.549,00
303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	0,00	112.692.371,94	0,00	112.692.371,94
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	112.692.371,94	0,00	112.692.371,94
20170 - Aquisição de Medicamentos Complementares da Assistência Farmacêutica Básica.	0,00	19.307.129,21	0,00	19.307.129,21
20171 - Aquisição de Medicamentos da Assistência Farmacêutica Básica.	0,00	93.385.242,73	0,00	93.385.242,73
Total da UO	110.280.139,33	208.621.601,60	0,00	318.901.740,93
24200004784 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU	17.700.000,00	205.584.456,92	0,00	223.284.456,92
10 - SAÚDE	17.700.000,00	205.584.456,92	0,00	223.284.456,92
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	803.882,59	0,00	803.882,59
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	803.882,59	0,00	803.882,59
20070 - Promoção de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Estadual através da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	803.882,59	0,00	803.882,59
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	17.700.000,00	204.780.574,33	0,00	222.480.574,33
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	17.700.000,00	204.780.574,33	0,00	222.480.574,33
11209 - Aquisição e Instalação de Material Permanente na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	17.700.000,00	0,00	0,00	17.700.000,00
20069 - Promoção de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Estadual.	0,00	78.061.323,50	0,00	78.061.323,50
21352 - Manutenção dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) ESTADUAL	0,00	126.719.250,83	0,00	126.719.250,83
Total da UO	17.700.000,00	205.584.456,92	0,00	223.284.456,92
24200004794 - HOSPITAL GERAL DA POLÍCIA MILITAR JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR	536.643,25	42.157.997,69	0,00	42.694.640,94
10 - SAÚDE	536.643,25	42.157.997,69	0,00	42.694.640,94
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.850,00	433.052,67	0,00	443.902,67





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	10.850,00	433.052,67	0,00	443.902,67
11210 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	10.850,00	0,00	0,00	10.850,00
20078 - Promoção dos Serviços em Unidades Hospitalares sob Gestão Estadual através da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação.	0,00	433.052,67	0,00	433.052,67
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	525.793,25	41.724.945,02	0,00	42.250.738,27
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	525.793,25	41.724.945,02	0,00	42.250.738,27
11209 - Aquisição e Instalação de Material Permanente na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	525.793,25	0,00	0,00	525.793,25
20077 - Promoção dos Serviços em Unidades Hospitalares sob Gestão Estadual.	0,00	38.419.242,05	0,00	38.419.242,05
20096 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Atenção Ambulatorial e Hospitalar - Folha Normal.	0,00	3.305.702,97	0,00	3.305.702,97
Total da UO	536.643,25	42.157.997,69	0,00	42.694.640,94
24200004814 - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA	1.217.517,15	53.631.928,31	0,00	54.849.445,46
10 - SAÚDE	1.217.517,15	53.631.928,31	0,00	54.849.445,46
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	354.210,25	5.301.114,47	0,00	5.655.324,72
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	354.210,25	5.301.114,47	0,00	5.655.324,72
11355 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - SESA.	354.210,25	0,00	0,00	354.210,25
20779 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNDES.	0,00	3.807.665,94	0,00	3.807.665,94
20965 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - FUNDES.	0,00	1.410.410,06	0,00	1.410.410,06
21018 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - FUNDES.	0,00	83.038,47	0,00	83.038,47
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	1.251.890,45	0,00	1.251.890,45
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	1.251.890,45	0,00	1.251.890,45
20871 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - FUNDES.	0,00	1.251.890,45	0,00	1.251.890,45
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	42.703.699,27	0,00	42.703.699,27
634 - GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	0,00	42.703.699,27	0,00	42.703.699,27
20313 - Formação de Especialista por meio de Residência Médica.	0,00	20.499.667,39	0,00	20.499.667,39
20325 - Desenvolvimento de Projetos de Educação Profissional em Saúde.	0,00	17.378,30	0,00	17.378,30
20390 - Qualificação da Supervisão das Residências em Saúde.	0,00	1.767.512,91	0,00	1.767.512,91
20435 - Formação de Especialista.	0,00	16.938.227,45	0,00	16.938.227,45
20511 - Promoção de Ações de Capacitação em Gestão do Trabalho e da Educação No SUS.	0,00	2.019.336,35	0,00	2.019.336,35





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
21277 - Promoção da extensão em saúde	0,00	4.800,00	0,00	4.800,00
21288 - Qualificação da Educação Permanente.	0,00	124.295,38	0,00	124.295,38
21289 - Formação de Residência Médica e Multiprofissional	0,00	677.146,16	0,00	677.146,16
21290 - Qualificação dos Trabalhadores da Área da Saúde.	0,00	655.335,33	0,00	655.335,33
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	690,00	3.800.656,78	0,00	3.801.346,78
634 - GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	690,00	3.800.656,78	0,00	3.801.346,78
18542 - Implantação do Sistema de Inteligência em Saúde	690,00	0,00	0,00	690,00
21087 - Implementação de sistema de inteligência para apoio a gestão interna da ESP	0,00	1.535.082,12	0,00	1.535.082,12
21293 - Qualificação do Conhecimento em Saúde	0,00	1.596.298,92	0,00	1.596.298,92
21297 - Implementação do Centro de Inteligência em Saúde	0,00	497.376,12	0,00	497.376,12
21355 - Desenvolvimento de Observatório de Educação Permanente em Saúde	0,00	171.899,62	0,00	171.899,62
572 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	862.616,90	0,00	0,00	862.616,90
634 - GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	862.616,90	0,00	0,00	862.616,90
18528 - Implantação do Núcleo de Educação a Distância	56.715,00	0,00	0,00	56.715,00
18537 - Implantação do Centro de Simulação	805.901,90	0,00	0,00	805.901,90
573 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	0,00	574.567,34	0,00	574.567,34
634 - GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	0,00	574.567,34	0,00	574.567,34
21261 - Qualificação de Plataformas Digitais em Saúde	0,00	574.567,34	0,00	574.567,34
Total da UO	1.217.517,15	53.631.928,31	0,00	54.849.445,46
24200004824 - CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR E SAÚDE AMBIENTAL ZÉ MARIA DO TOMÉ - CERESTA	0,00	229.239,77	0,00	229.239,77
10 - SAÚDE	0,00	229.239,77	0,00	229.239,77
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	229.239,77	0,00	229.239,77
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	229.239,77	0,00	229.239,77
21280 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Atenção Ambulatorial e Hospitalar - Folha Normal.	0,00	53.864,84	0,00	53.864,84
21281 - Desenvolvimento de Ações e Manutenção dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.	0,00	175.374,93	0,00	175.374,93
Total da UO	0,00	229.239,77	0,00	229.239,77
24200004844 - SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO NORTE	367.149,45	387.250.571,57	0,00	387.617.721,02
10 - SAÚDE	367.149,45	387.250.571,57	0,00	387.617.721,02
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	5.754.740,26	0,00	5.754.740,26



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	5.754.740,26	0,00	5.754.740,26
20779 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNDES.	0,00	3.392.973,80	0,00	3.392.973,80
20965 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - FUNDES.	0,00	2.361.766,46	0,00	2.361.766,46
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.753,45	518.110,80	0,00	521.864,25
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	518.110,80	0,00	518.110,80
20871 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - FUNDES.	0,00	518.110,80	0,00	518.110,80
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	3.753,45	0,00	0,00	3.753,45
11210 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	3.753,45	0,00	0,00	3.753,45
301 - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	203.841,00	0,00	203.841,00
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	203.841,00	0,00	203.841,00
20183 - Assistência aos Usuários de Drogas Lícitas e Ilícitas.	0,00	203.841,00	0,00	203.841,00
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	363.396,00	379.990.114,75	0,00	380.353.510,75
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	363.396,00	379.990.114,75	0,00	380.353.510,75
11209 - Aquisição e Instalação de Material Permanente na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	363.396,00	0,00	0,00	363.396,00
20065 - Manutenção de Unidades de Pronto Atendimento - UPAS.	0,00	10.740.000,00	0,00	10.740.000,00
20073 - Apoio ao Funcionamento de Policlínicas sob Gestão de Consórcio.	0,00	16.117.372,60	0,00	16.117.372,60
20074 - Apoio Ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio.	0,00	8.800.119,39	0,00	8.800.119,39
20082 - Manutenção do Hospital Regional Norte executado por meio de Contrato de Gestão.	0,00	244.541.606,08	0,00	244.541.606,08
20158 - Incentivo à Oferta de Serviços dos Hospitais Polo.	0,00	85.934.729,01	0,00	85.934.729,01
20159 - Incentivo à Oferta de Serviços dos Hospitais de Pequeno Porte.	0,00	4.200.779,46	0,00	4.200.779,46
20161 - Incentivo à Oferta de Serviços dos Hospitais Estratégicos.	0,00	3.600.000,00	0,00	3.600.000,00
20234 - Regulação e Controle do SUS.	0,00	815.967,31	0,00	815.967,31
21001 - Desenvolvimento de Medidas de Enfrentamento e Contenção da Infecção Humana pela COVID-19.	0,00	3.559.540,90	0,00	3.559.540,90
21253 - Apoio ao Funcionamento dos Centros Especializados em Reabilitação - CER, Sob Gestão de Consórcio	0,00	1.680.000,00	0,00	1.680.000,00
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	783.427,41	0,00	783.427,41
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	783.427,41	0,00	783.427,41
20243 - Promoção da Realização de Ações de Vigilância e Controle de Endemias.	0,00	783.427,41	0,00	783.427,41
542 - CONTROLE AMBIENTAL	0,00	337,35	0,00	337,35





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	337,35	0,00	337,35
20244 - Promoção do Desenvolvimento de Ações de Vigilância em Saúde Ambiental.	0,00	337,35	0,00	337,35
Total da UO	367.149,45	387.250.571,57	0,00	387.617.721,02
24200004854 - SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO CARIRI	596,00	379.635.904,41	0,00	379.636.500,41
10 - SAÚDE	596,00	379.635.904,41	0,00	379.636.500,41
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	5.580.170,11	0,00	5.580.170,11
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	5.580.170,11	0,00	5.580.170,11
20779 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNDES.	0,00	2.992.934,13	0,00	2.992.934,13
20965 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - FUNDES.	0,00	2.587.235,98	0,00	2.587.235,98
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	482.660,19	0,00	482.660,19
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	482.660,19	0,00	482.660,19
20871 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - FUNDES.	0,00	482.660,19	0,00	482.660,19
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	596,00	372.986.972,79	0,00	372.987.568,79
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	596,00	372.986.972,79	0,00	372.987.568,79
11209 - Aquisição e Instalação de Material Permanente na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	596,00	0,00	0,00	596,00
20065 - Manutenção de Unidades de Pronto Atendimento - UPAS.	0,00	5.970.000,00	0,00	5.970.000,00
20073 - Apoio ao Funcionamento de Policlínicas sob Gestão de Consórcio.	0,00	21.457.048,51	0,00	21.457.048,51
20074 - Apoio Ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio.	0,00	8.494.728,18	0,00	8.494.728,18
20081 - Manutenção do Hospital Regional do Cariri executado por meio de Contrato de Gestão.	0,00	177.586.583,40	0,00	177.586.583,40
20158 - Incentivo à Oferta de Serviços dos Hospitais Polo.	0,00	128.256.910,00	0,00	128.256.910,00
20159 - Incentivo à Oferta de Serviços dos Hospitais de Pequeno Porte.	0,00	2.816.832,70	0,00	2.816.832,70
20161 - Incentivo à Oferta de Serviços dos Hospitais Estratégicos.	0,00	18.540.000,00	0,00	18.540.000,00
20234 - Regulação e Controle do SUS.	0,00	208.470,15	0,00	208.470,15
21001 - Desenvolvimento de Medidas de Enfrentamento e Contenção da Infecção Humana pela COVID-19.	0,00	7.976.399,85	0,00	7.976.399,85
21253 - Apoio ao Funcionamento dos Centros Especializados em Reabilitação - CER, Sob Gestão de Consórcio	0,00	1.680.000,00	0,00	1.680.000,00
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	586.101,32	0,00	586.101,32
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	586.101,32	0,00	586.101,32
20243 - Promoção da Realização de Ações de Vigilância e Controle de Endemias.	0,00	586.101,32	0,00	586.101,32
Total da UO	596,00	379.635.904,41	0,00	379.636.500,41







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
24200004864 - SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DO SERTÃO CENTRAL	0,00	208.355.967,03	0,00	208.355.967,03
10 - SAÚDE	0,00	208.355.967,03	0,00	208.355.967,03
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	2.730.481,91	0,00	2.730.481,91
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	2.730.481,91	0,00	2.730.481,91
20779 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNDES.	0,00	1.594.989,77	0,00	1.594.989,77
20965 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - FUNDES.	0,00	1.135.492,14	0,00	1.135.492,14
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	172.519,99	0,00	172.519,99
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	172.519,99	0,00	172.519,99
20871 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - FUNDES.	0,00	172.519,99	0,00	172.519,99
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	205.260.877,14	0,00	205.260.877,14
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	205.260.877,14	0,00	205.260.877,14
20065 - Manutenção de Unidades de Pronto Atendimento - UPAS.	0,00	3.060.000,00	0,00	3.060.000,00
20067 - Manutenção de Unidades de Pronto Atendimento - UPAS sob Gestão de Consórcios.	0,00	3.060.000,00	0,00	3.060.000,00
20073 - Apoio ao Funcionamento de Policlínicas sob Gestão de Consórcio.	0,00	12.632.112,75	0,00	12.632.112,75
20074 - Apoio Ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio.	0,00	4.863.239,75	0,00	4.863.239,75
20080 - Manutenção do Hospital Regional do Sertão Central executado por meio de Contrato de Gestão.	0,00	135.758.207,76	0,00	135.758.207,76
20158 - Incentivo à Oferta de Serviços dos Hospitais Polo.	0,00	39.226.168,00	0,00	39.226.168,00
20159 - Incentivo à Oferta de Serviços dos Hospitais de Pequeno Porte.	0,00	1.395.524,42	0,00	1.395.524,42
20161 - Incentivo à Oferta de Serviços dos Hospitais Estratégicos.	0,00	1.440.000,00	0,00	1.440.000,00
20234 - Regulação e Controle do SUS.	0,00	43.008,72	0,00	43.008,72
21001 - Desenvolvimento de Medidas de Enfrentamento e Contenção da Infecção Humana pela COVID-19.	0,00	3.782.615,74	0,00	3.782.615,74
304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	773,65	0,00	773,65
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	773,65	0,00	773,65
20222 - Promoção do Desenvolvimento de Ações de Vigilância Sanitária.	0,00	773,65	0,00	773,65
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	190.885,00	0,00	190.885,00
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	190.885,00	0,00	190.885,00
20243 - Promoção da Realização de Ações de Vigilância e Controle de Endemias.	0,00	190.885,00	0,00	190.885,00
542 - CONTROLE AMBIENTAL	0,00	429,34	0,00	429,34
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	429,34	0,00	429,34





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20244 - Promoção do Desenvolvimento de Ações de Vigilância em Saúde Ambiental.	0,00	429,34	0,00	429,34
Total da UO	0,00	208.355.967,03	0,00	208.355.967,03
24200004874 - SUPERINTENDÊNCIA DO LITORAL LESTE/JAGUARIBE	47.357,50	96.130.587,42	0,00	96.177.944,92
10 - SAÚDE	47.357,50	96.130.587,42	0,00	96.177.944,92
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	47.357,50	2.170.999,41	0,00	2.218.356,91
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	47.357,50	2.170.999,41	0,00	2.218.356,91
10033 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - SESA.	47.357,50	0,00	0,00	47.357,50
20779 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNDES.	0,00	1.562.510,18	0,00	1.562.510,18
20965 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - FUNDES.	0,00	608.489,23	0,00	608.489,23
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	176.204,31	0,00	176.204,31
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	176.204,31	0,00	176.204,31
20871 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - FUNDES.	0,00	176.204,31	0,00	176.204,31
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	93.417.573,43	0,00	93.417.573,43
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	93.417.573,43	0,00	93.417.573,43
20065 - Manutenção de Unidades de Pronto Atendimento - UPAS.	0,00	4.080.000,00	0,00	4.080.000,00
20073 - Apoio ao Funcionamento de Policlínicas sob Gestão de Consórcio.	0,00	8.385.821,67	0,00	8.385.821,67
20074 - Apoio Ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio.	0,00	5.273.394,50	0,00	5.273.394,50
20158 - Incentivo à Oferta de Serviços dos Hospitais Polo.	0,00	21.857.800,00	0,00	21.857.800,00
20159 - Incentivo à Oferta de Serviços dos Hospitais de Pequeno Porte.	0,00	1.326.548,32	0,00	1.326.548,32
20161 - Incentivo à Oferta de Serviços dos Hospitais Estratégicos.	0,00	7.104.000,00	0,00	7.104.000,00
21001 - Desenvolvimento de Medidas de Enfrentamento e Contenção da Infecção Humana pela COVID-19.	0,00	976.393,48	0,00	976.393,48
21064 - Manutenção do Hospital Regional Vale do Jaguaribe (HRVJ).	0,00	44.413.615,46	0,00	44.413.615,46
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	365.810,27	0,00	365.810,27
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	365.810,27	0,00	365.810,27
20243 - Promoção da Realização de Ações de Vigilância e Controle de Endemias.	0,00	365.810,27	0,00	365.810,27
Total da UO	47.357,50	96.130.587,42	0,00	96.177.944,92
24200004884 - COORDENADORIA FINANCEIRA - COFIN	0,00	8.817.146,34	0,00	8.817.146,34
10 - SAÚDE	0,00	8.817.146,34	0,00	8.817.146,34
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	8.808.746,34	0,00	8.808.746,34
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	8.808.746,34	0,00	8.808.746,34
20779 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNDES.	0,00	3.004.531,06	0,00	3.004.531,06





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20965 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - FUNDES.	0,00	5.804.215,28	0,00	5.804.215,28
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	8.400,00	0,00	8.400,00
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	8.400,00	0,00	8.400,00
20871 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - FUNDES.	0,00	8.400,00	0,00	8.400,00
Total da UO	0,00	8.817.146,34	0,00	8.817.146,34
24200004894 - SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE FORTALEZA	46.452.621,02	758.908.079,33	0,00	805.360.700,35
10 - SAÚDE	46.452.621,02	758.908.079,33	0,00	805.360.700,35
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	81.571,34	5.134.663,84	0,00	5.216.235,18
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	81.571,34	5.134.663,84	0,00	5.216.235,18
10033 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - SESA.	81.571,34	0,00	0,00	81.571,34
20779 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNDES.	0,00	2.709.948,44	0,00	2.709.948,44
20965 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - FUNDES.	0,00	2.424.715,40	0,00	2.424.715,40
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	230.456,23	0,00	230.456,23
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	230.456,23	0,00	230.456,23
20871 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - FUNDES.	0,00	230.456,23	0,00	230.456,23
301 - ATENÇÃO BÁSICA	46.000.000,00	4.418.387,48	0,00	50.418.387,48
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	46.000.000,00	4.418.387,48	0,00	50.418.387,48
11233 - Contribuição para Melhoria na Atenção Básica.	46.000.000,00	0,00	0,00	46.000.000,00
20164 - Apoio à Oferta dos Serviços de Saúde do Sistema Prisional.	0,00	4.358.112,12	0,00	4.358.112,12
20183 - Assistência aos Usuários de Drogas Lícitas e Ilícitas.	0,00	60.275,36	0,00	60.275,36
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	371.049,68	748.904.910,11	0,00	749.275.959,79
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	371.049,68	748.904.910,11	0,00	749.275.959,79
11209 - Aquisição e Instalação de Material Permanente na Atenção Ambulatorial e Hospitalar.	371.049,68	0,00	0,00	371.049,68
20065 - Manutenção de Unidades de Pronto Atendimento - UPAS.	0,00	24.937.274,56	0,00	24.937.274,56
20066 - Manutenção de Unidades de Pronto Atendimento - UPAS Administradas por Contrato de Gestão.	0,00	142.718.108,27	0,00	142.718.108,27
20068 - Apoio à Oferta de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Municipal.	0,00	4.681.530,00	0,00	4.681.530,00
20073 - Apoio ao Funcionamento de Policlínicas sob Gestão de Consórcio.	0,00	19.161.963,77	0,00	19.161.963,77
20074 - Apoio Ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio.	0,00	10.760.520,03	0,00	10.760.520,03
20079 - Manutenção do Hospital Geral Dr. Waldemar de Alcântara Executado por meio de Contrato de Gestão.	0,00	148.734.155,51	0,00	148.734.155,51





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20158 - Incentivo à Oferta de Serviços dos Hospitais Polo.	0,00	138.210.360,00	0,00	138.210.360,00
20159 - Incentivo à Oferta de Serviços dos Hospitais de Pequeno Porte.	0,00	4.246.745,56	0,00	4.246.745,56
20161 - Incentivo à Oferta de Serviços dos Hospitais Estratégicos.	0,00	16.423.400,00	0,00	16.423.400,00
20162 - Apoio Financeiro para Promoção da Atenção Primária.	0,00	8.008.026,00	0,00	8.008.026,00
20234 - Regulação e Controle do SUS.	0,00	76.867,94	0,00	76.867,94
20239 - Promoção da Assistência a Saúde aos Usuários do SUS na Promoção de Serviços e Tratamentos Especializados de Média e Alta Complexidade.	0,00	2.669.342,00	0,00	2.669.342,00
21001 - Desenvolvimento de Medidas de Enfrentamento e Contenção da Infecção Humana pela COVID-19.	0,00	20.320.728,74	0,00	20.320.728,74
21065 - Manutenção do Hospital Leonardo da Vinci (HLV).	0,00	156.327.316,58	0,00	156.327.316,58
21253 - Apoio ao Funcionamento dos Centros Especializados em Reabilitação - CER, Sob Gestão de Consórcio	0,00	3.360.000,00	0,00	3.360.000,00
21254 - Apoio na Assistência de Cuidados Prolongados na Desospitalização	0,00	25.571.071,15	0,00	25.571.071,15
21264 - Desenvolvimento das Ações de Gestão Integrada de Leitos Clínicos e UTI'S.	0,00	22.697.500,00	0,00	22.697.500,00
304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	115,65	0,00	115,65
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	115,65	0,00	115,65
20222 - Promoção do Desenvolvimento de Ações de Vigilância Sanitária.	0,00	115,65	0,00	115,65
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	219.546,02	0,00	219.546,02
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	219.546,02	0,00	219.546,02
20243 - Promoção da Realização de Ações de Vigilância e Controle de Endemias.	0,00	219.546,02	0,00	219.546,02
Total da UO	46.452.621,02	758.908.079,33	0,00	805.360.700,35
24200004914 - COORDENADORIA DE POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - COPAF	0,00	570.431,25	0,00	570.431,25
10 - SAÚDE	0,00	570.431,25	0,00	570.431,25
303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	0,00	570.431,25	0,00	570.431,25
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	570.431,25	0,00	570.431,25
20176 - Promoção da Assistência Farmacêutica em Fitoterapia.	0,00	570.431,25	0,00	570.431,25
Total da UO	0,00	570.431,25	0,00	570.431,25
Total do Órgão	432.815.459,82	5.218.337.217,18	663.473,48	5.651.816.150,48
27000000 - SECRETARIA DA CULTURA	101.829.588,04	139.090.985,77	0,00	240.920.573,81
27000000003 - COORDENADORIA ADMINISTRATIVO FINANCEIRA	267.000,00	28.748.239,81	0,00	29.015.239,81
13 - CULTURA	267.000,00	28.748.239,81	0,00	29.015.239,81
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	267.000,00	20.010.653,86	0,00	20.277.653,86
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	267.000,00	20.010.653,86	0,00	20.277.653,86
10102 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - SECULT.	267.000,00	0,00	0,00	267.000,00
20528 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SECULT.	0,00	4.037.979,25	0,00	4.037.979,25



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20940 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SECULT.	0,00	15.972.674,61	0,00	15.972.674,61
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	860.987,77	0,00	860.987,77
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	860.987,77	0,00	860.987,77
20851 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SECULT.	0,00	860.987,77	0,00	860.987,77
392 - DIFUSÃO CULTURAL	0,00	7.876.598,18	0,00	7.876.598,18
421 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE E CULTURA CEARENSE	0,00	7.876.598,18	0,00	7.876.598,18
20705 - Manutenção e Promoção das Ações das Coordenações Finalísticas da Sede - SECULT.	0,00	7.876.598,18	0,00	7.876.598,18
Total da UO	267.000,00	28.748.239,81	0,00	29.015.239,81
27000000009 - COORDENADORIA DE POLÍTICAS DO LIVRO E DE ACERVOS	4.019.900,00	8.022.412,48	0,00	12.042.312,48
13 - CULTURA	4.019.900,00	8.022.412,48	0,00	12.042.312,48
392 - DIFUSÃO CULTURAL	4.019.900,00	8.022.412,48	0,00	12.042.312,48
421 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE E CULTURA CEARENSE	4.019.900,00	8.022.412,48	0,00	12.042.312,48
11411 - Promoção da Bienal Internacional do Livro.	4.000.000,00	0,00	0,00	4.000.000,00
11469 - Dinamização das Ações dos Agentes de Leitura.	19.900,00	0,00	0,00	19.900,00
20687 - Manutenção e Promoção das Ações da Biblioteca Estadual do Ceará.	0,00	8.022.412,48	0,00	8.022.412,48
Total da UO	4.019.900,00	8.022.412,48	0,00	12.042.312,48
27000000010 - COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	74.435.973,83	20.171.310,17	0,00	94.607.284,00
13 - CULTURA	74.435.973,83	20.171.310,17	0,00	94.607.284,00
391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	74.435.973,83	19.121.310,22	0,00	93.557.284,05
423 - PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE	74.435.973,83	19.121.310,22	0,00	93.557.284,05
11433 - Requalificação, Restauração e Conservação de Bens Imóveis de Relevância Cultural.	2.449.659,10	0,00	0,00	2.449.659,10
11437 - Implementação do Centro Cultural do Cariri.	44.222.336,80	0,00	0,00	44.222.336,80
11439 - Implementação do Complexo Cultural Estação das Artes.	22.566.558,14	0,00	0,00	22.566.558,14
11516 - Estruturação do Museu da Imagem e do Som - MIS.	3.533.389,35	0,00	0,00	3.533.389,35
15376 - Construção e Implantação dos Cinemas nas Cidades do Ceará	1.324.030,44	0,00	0,00	1.324.030,44
18471 - CRIAÇÃO DE PLATAFORMA PARA MESTRAS E MESTRES DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ	340.000,00	0,00	0,00	340.000,00
20641 - Manutenção dos Tesouros Vivos, Mestres da Cultura.	0,00	1.001.112,00	0,00	1.001.112,00
20645 - Manutenção e Promoção das Ações do Museu da Imagem do Som do Ceará - MIS.	0,00	13.728.447,12	0,00	13.728.447,12
20650 - Manutenção e Promoção das Ações do Arquivo Público do Ceará - APEC.	0,00	522.341,07	0,00	522.341,07
20651 - Manutenção e Promoção das Ações do Arquivo Intermediário do Ceará - AINT.	0,00	276.918,68	0,00	276.918,68





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20652 - Manutenção e Promoção das Ações do Museu Sacro São José de Ribamar - MSSJR.	0,00	706.483,00	0,00	706.483,00
20653 - Manutenção e Promoção das Ações da Casa Juvenal Galeno - CJG.	0,00	346.681,89	0,00	346.681,89
20654 - Manutenção e Promoção das Ações do Museu do Ceará - MUSCE.	0,00	1.089.326,50	0,00	1.089.326,50
20656 - Manutenção e Promoção das Ações da Casa de Saberes Cego Aderaldo - CSCA.	0,00	1.449.999,96	0,00	1.449.999,96
392 - DIFUSÃO CULTURAL	0,00	1.049.999,95	0,00	1.049.999,95
423 - PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE	0,00	1.049.999,95	0,00	1.049.999,95
20655 - Manutenção e Promoção das Ações da Casa Antônio Conselheiro - CAC.	0,00	1.049.999,95	0,00	1.049.999,95
Total da UO	74.435.973,83	20.171.310,17	0,00	94.607.284,00
27000000011 - COORDENADORIA DE AÇÃO CULTURAL	15.661.973,03	64.212.898,35	0,00	79.874.871,38
13 - CULTURA	15.661.973,03	64.212.898,35	0,00	79.874.871,38
392 - DIFUSÃO CULTURAL	15.661.973,03	64.212.898,35	0,00	79.874.871,38
421 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE E CULTURA CEARENSE	15.661.973,03	64.212.898,35	0,00	79.874.871,38
11407 - Promoção do Festival Música na Ibiapaba - Festival Mi.	850.000,00	0,00	0,00	850.000,00
11413 - Promoção da Bienal Circula Ceará.	401.634,23	0,00	0,00	401.634,23
11415 - Promoção do Festival Solar Fotografia.	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
11419 - Promoção de Ações Institucionais e de Comunicação da Secretaria.	376.813,41	0,00	0,00	376.813,41
11453 - Promoção de Ocupações e Programação dos Equipamentos Culturais.	7.008.143,39	0,00	0,00	7.008.143,39
11493 - Promoção de Editais de Apoio e Fomento Artístico e Cultural.	3.573.272,00	0,00	0,00	3.573.272,00
11507 - Apoio aos Pontos de Cultura do Ceará.	1.452.110,00	0,00	0,00	1.452.110,00
20688 - Manutenção e Promoção das Ações do Theatro José de Alencar - TJA.	0,00	5.277.636,37	0,00	5.277.636,37
20690 - Manutenção e Promoção das Ações do Sobrado Dr. José Lourenço.	0,00	1.100.954,04	0,00	1.100.954,04
20694 - Manutenção e Promoção das Ações do Teatro Carlos Câmara.	0,00	579.201,59	0,00	579.201,59
20695 - Manutenção e Promoção das Ações do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura - CDMAC.	0,00	14.999.999,97	0,00	14.999.999,97
20696 - Manutenção e Promoção das Ações do Cineteatro São Luiz.	0,00	5.824.999,94	0,00	5.824.999,94
20698 - Manutenção e Promoção das Ações do Centro Cultural Bom Jardim - CCBJ.	0,00	5.250.000,00	0,00	5.250.000,00
20699 - Manutenção e Promoção das Ações dos Escritórios Regionais de Cultura.	0,00	3.390,77	0,00	3.390,77
20701 - Manutenção e Promoção do Porto Dragão.	0,00	3.051.795,35	0,00	3.051.795,35
20702 - Manutenção e Promoção das Ações do Centro Cultural do Cariri.	0,00	1.997.456,82	0,00	1.997.456,82
20703 - Manutenção e Promoção das Ações do Centro Cultural Estação das Artes.	0,00	26.127.463,50	0,00	26.127.463,50
Total da UO	15.661.973,03	64.212.898,35	0,00	79.874.871,38
27000000013 - COORDENADORIA DE CONHECIMENTO E FORMAÇÃO	7.444.741,18	17.936.124,96	0,00	25.380.866,14





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
13 - CULTURA	7.444.741,18	17.936.124,96	0,00	25.380.866,14
392 - DIFUSÃO CULTURAL	7.444.741,18	17.936.124,96	0,00	25.380.866,14
422 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE CONHECIMENTO E FORMAÇÃO EM ARTE E CULTURA	7.444.741,18	17.936.124,96	0,00	25.380.866,14
10858 - Promoção das Ações Formativas da Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho - EAOTPS.	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
11071 - Implementação do Projeto aBarca.	1.700.000,00	0,00	0,00	1.700.000,00
11381 - Implantação de Modalidades de Apoio a Projetos da Sociedade Civil - Secult.	113.491,25	0,00	0,00	113.491,25
11440 - Promoção das Ações Formativas do Centro Cultural Bom Jardim - CCBJ.	4.631.249,93	0,00	0,00	4.631.249,93
20062 - Manutenção das Ações da Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho - EAOTPS.	0,00	1.549.999,94	0,00	1.549.999,94
20663 - Manutenção das Ações da Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco.	0,00	6.261.125,03	0,00	6.261.125,03
20667 - Manutenção das Ações da Escola Porto Iracema das Artes - EPIA.	0,00	8.049.999,99	0,00	8.049.999,99
20668 - Manutenção das Ações da Vila da Música Solibel.	0,00	2.075.000,00	0,00	2.075.000,00
Total da UO	7.444.741,18	17.936.124,96	0,00	25.380.866,14
Total do Órgão	101.829.588,04	139.090.985,77	0,00	240.920.573,81
27200004 - FUNDO ESTADUAL DA CULTURA	33.160.876,50	0,00	0,00	33.160.876,50
27200004004 - FUNDO ESTADUAL DA CULTURA	33.160.876,50	0,00	0,00	33.160.876,50
13 - CULTURA	33.160.876,50	0,00	0,00	33.160.876,50
391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	10.085.120,00	0,00	0,00	10.085.120,00
421 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE E CULTURA CEARENSE	10.085.120,00	0,00	0,00	10.085.120,00
11495 - Promoção dos Editais dos Ciclos de Tradição Popular.	9.068.400,00	0,00	0,00	9.068.400,00
18500 - Promoção do Fomento à Cultura	1.016.720,00	0,00	0,00	1.016.720,00
392 - DIFUSÃO CULTURAL	23.075.756,50	0,00	0,00	23.075.756,50
421 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE E CULTURA CEARENSE	18.651.436,50	0,00	0,00	18.651.436,50
11494 - Promoção do Edital de Incentivo às Artes.	9.428.002,00	0,00	0,00	9.428.002,00
11496 - Promoção do Edital Cinema e Vídeo.	9.223.434,50	0,00	0,00	9.223.434,50
422 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE CONHECIMENTO E FORMAÇÃO EM ARTE E CULTURA	4.424.320,00	0,00	0,00	4.424.320,00
11268 - Implantação de Modalidades de Apoio a Projetos da Sociedade Civil - FEC.	4.424.320,00	0,00	0,00	4.424.320,00
Total da UO	33.160.876,50	0,00	0,00	33.160.876,50
Total do Órgão	33.160.876,50	0,00	0,00	33.160.876,50
29000000 - SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	125.758.473,75	11.518.723,37	1.946.234,06	139.223.431,18
29000000002 - COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1.710.757,80	0,00	0,00	1.710.757,80
18 - GESTÃO AMBIENTAL	1.710.757,80	0,00	0,00	1.710.757,80
544 - RECURSOS HÍDRICOS	1.710.757,80	0,00	0,00	1.710.757,80



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
731 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS	1.710.757,80	0,00	0,00	1.710.757,80
10823 - Fiscalização do uso dos Recursos Hídricos.	915.150,68	0,00	0,00	915.150,68
10851 - Análise e Acompanhamento dos Processos de Outorga.	795.607,12	0,00	0,00	795.607,12
Total da UO	1.710.757,80	0,00	0,00	1.710.757,80
29000000003 - COORDENADORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA	0,00	11.518.723,37	1.946.234,06	13.464.957,43
18 - GESTÃO AMBIENTAL	0,00	11.518.723,37	1.946.234,06	13.464.957,43
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	10.791.244,85	0,00	10.791.244,85
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	2.622.594,68	0,00	2.622.594,68
20590 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SRH.	0,00	2.622.594,68	0,00	2.622.594,68
732 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	0,00	8.168.650,17	0,00	8.168.650,17
21085 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SRH.	0,00	8.168.650,17	0,00	8.168.650,17
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	727.478,52	0,00	727.478,52
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	727.478,52	0,00	727.478,52
20852 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SRH.	0,00	727.478,52	0,00	727.478,52
544 - RECURSOS HÍDRICOS	0,00	0,00	1.946.234,06	1.946.234,06
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	1.946.234,06	1.946.234,06
00052 - Aporte de Capital para a COGERH.	0,00	0,00	1.946.234,06	1.946.234,06
Total da UO	0,00	11.518.723,37	1.946.234,06	13.464.957,43
29000000005 - COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA DOS RECURSOS HÍDRICOS	124.047.715,95	0,00	0,00	124.047.715,95
17 - SANEAMENTO	1.522.190,24	0,00	0,00	1.522.190,24
544 - RECURSOS HÍDRICOS	1.522.190,24	0,00	0,00	1.522.190,24
732 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	1.522.190,24	0,00	0,00	1.522.190,24
10961 - Conservação de Dessalinizadores do Programa Água Doce - PAD.	1.522.190,24	0,00	0,00	1.522.190,24
18 - GESTÃO AMBIENTAL	122.525.525,71	0,00	0,00	122.525.525,71
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	35.566,64	0,00	0,00	35.566,64
731 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS	35.566,64	0,00	0,00	35.566,64
15419 - Apoio ao desenvolvimento das atividades dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará - PROCOMITES	35.566,64	0,00	0,00	35.566,64
544 - RECURSOS HÍDRICOS	122.489.959,07	0,00	0,00	122.489.959,07
732 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	122.489.959,07	0,00	0,00	122.489.959,07
10425 - Construção da Barragem Melancia em São Luiz do Curu.	5.098.333,05	0,00	0,00	5.098.333,05
10616 - Construção da Barragem Amarelas em Beberibe.	14.486,40	0,00	0,00	14.486,40
10620 - Construção da Barragem Jucá em Parambu.	147.303,51	0,00	0,00	147.303,51
10623 - Construção da Barragem Anil em Caucaia.	284.945,98	0,00	0,00	284.945,98
10636 - Construção da Barragem Berê em Jardim.	361.371,01	0,00	0,00	361.371,01







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
10643 - Construção da Adutora de Palmácia.	362.077,07	0,00	0,00	362.077,07
10644 - Construção da Adutora de Angicos.	5.662,92	0,00	0,00	5.662,92
10657 - Construção de Adutoras para Expansão da Capacidade de Transferência Hídrica.	1.792,19	0,00	0,00	1.792,19
10660 - Construção do Cinturão das Águas do Ceará - CAC - Trecho I.	50.420.446,92	0,00	0,00	50.420.446,92
10663 - Gerenciamento da Política Pública de Recursos Hídricos.	3.849.999,89	0,00	0,00	3.849.999,89
10952 - Construção de Barragem para Expansão da Capacidade de Acumulação Hídrica.	26.618,85	0,00	0,00	26.618,85
10987 - Implantação do Projeto Malha Dágua - Sistema Banabuiu - Sertão Central (IPF - Comp. I).	61.125.059,77	0,00	0,00	61.125.059,77
11013 - Implantação do Sistema Adutor - Malha Dágua. (IPF - Comp. I).	114.274,55	0,00	0,00	114.274,55
11184 - Aquisição de Equipamentos para Suporte ao Setor de Recursos Hídricos (IPF - Comp. I).	677.586,96	0,00	0,00	677.586,96
Total da UO	124.047.715,95	0,00	0,00	124.047.715,95
Total do Órgão	125.758.473,75	11.518.723,37	1.946.234,06	139.223.431,18
29200001 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS	61.980.579,41	18.535.582,33	0,00	80.516.161,74
29200001001 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS	58.747.077,30	18.535.582,33	0,00	77.282.659,63
18 - GESTÃO AMBIENTAL	58.747.077,30	18.535.582,33	0,00	77.282.659,63
544 - RECURSOS HÍDRICOS	58.747.077,30	18.535.582,33	0,00	77.282.659,63
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	1.702.311,50	1.283.623,98	0,00	2.985.935,48
10063 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - SOHIDRA.	1.178.885,00	0,00	0,00	1.178.885,00
10354 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - SOHIDRA.	42.400,00	0,00	0,00	42.400,00
11486 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - SOHIDRA.	481.026,50	0,00	0,00	481.026,50
20603 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SOHIDRA.	0,00	1.190.686,83	0,00	1.190.686,83
20853 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SOHIDRA.	0,00	92.937,15	0,00	92.937,15
732 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	57.044.765,80	17.251.958,35	0,00	74.296.724,15
11056 - Construção de Barragem para Expansão da Capacidade de Acumulação Hídrica.	374.984,14	0,00	0,00	374.984,14
11057 - Construção de Adutoras para Expansão da Capacidade de Transferência Hídrica.	20.567.707,18	0,00	0,00	20.567.707,18
11060 - Perfuração de Poços para a Garantia do Acesso às Águas Subterrâneas.	4.334.710,58	0,00	0,00	4.334.710,58
11065 - Instalação de Poços para a Garantia da Captação e do Aproveitamento das Águas Subterrâneas.	16.787.745,05	0,00	0,00	16.787.745,05



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
11074 - Conservação e Manutenção de Poços Instalados para a Garantia da Captação e do Aproveitamento das Águas Subterrâneas.	4.998.002,38	0,00	0,00	4.998.002,38
11249 - Perfuração de Poços Realizados pela SOHIDRA para a Garantia do Acesso às Águas Subterrâneas.	9.981.616,47	0,00	0,00	9.981.616,47
20535 - Acompanhamento e Fiscalização de Obras de Expansão do Acesso e da Captação e Aproveitamento de Águas Subterrâneas.	0,00	10.483.205,08	0,00	10.483.205,08
20598 - Acompanhamento e Fiscalização de Obras de Expansão da Capacidade de Acumulação e de Transferência Hídrica.	0,00	2.417.646,64	0,00	2.417.646,64
20662 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SOHIDRA.	0,00	4.351.106,63	0,00	4.351.106,63
<b>Total da UO</b>	<b>58.747.077,30</b>	<b>18.535.582,33</b>	0,00	<b>77.282.659,63</b>
4320008008 - FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO	3.233.502,11	0,00	0,00	3.233.502,11
17 - SANEAMENTO	3.233.502,11	0,00	0,00	3.233.502,11
511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL	3.233.502,11	0,00	0,00	3.233.502,11
622 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	3.233.502,11	0,00	0,00	3.233.502,11
15415 - Perfuração e instalação de poços para o abastecimento de água - FESB	3.233.502,11	0,00	0,00	3.233.502,11
<b>Total da UO</b>	<b>3.233.502,11</b>	<b>0,00</b>	0,00	<b>3.233.502,11</b>
<b>Total do Órgão</b>	<b>61.980.579,41</b>	<b>18.535.582,33</b>	0,00	<b>80.516.161,74</b>
2920007 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS	8.160.275,48	20.885.963,84	0,00	29.046.239,32
2920007007 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS	8.160.275,48	20.885.963,84	0,00	29.046.239,32
18 - GESTÃO AMBIENTAL	8.160.275,48	20.885.963,84	0,00	29.046.239,32
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	19.221.895,68	0,00	19.221.895,68
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	19.221.895,68	0,00	19.221.895,68
20812 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNCEME.	0,00	1.723.012,34	0,00	1.723.012,34
20973 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - FUNCEME.	0,00	17.498.883,34	0,00	17.498.883,34
544 - RECURSOS HÍDRICOS	8.160.275,48	1.664.068,16	0,00	9.824.343,64
731 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS	8.160.275,48	1.664.068,16	0,00	9.824.343,64
10087 - Ampliação do Conhecimento da Realidade Cearense sobre Tempo, Clima, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Energias para Subsidiar Decisões e Políticas Públicas.	2.587.609,34	0,00	0,00	2.587.609,34
10381 - Fortalecimento dos Meios e da Infraestrutura de Suporte à Ampliação do Conhecimento da Realidade Cearense.	142.020,57	0,00	0,00	142.020,57
10515 - Aperfeiçoamento do Monitoramento Qualiquantitativo (IPF-Comp. I).	3.985.413,41	0,00	0,00	3.985.413,41
10531 - Eficiência do Uso da Água no Setor Agropecuário (IPF- Comp. III).	912.422,16	0,00	0,00	912.422,16
10593 - Fortalecimento do Sistema de Previsão Climática (IPF- Comp.I).	532.810,00	0,00	0,00	532.810,00
20100 - Promoção e Suporte à Geração de Produtos, Dados e Informações Hidroagrometeorológicas.	0,00	1.664.068,16	0,00	1.664.068,16





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31

R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
Total da UO	8.160.275,48	20.885.963,84	0,00	29.046.239,32
Total do Órgão	8.160.275,48	20.885.963,84	0,00	29.046.239,32
30000000 - CASA CIVIL	143.046.627,48	113.731.024,20	0,00	256.777.651,68
30000000003 - COORDENADORIA ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	2.969.848,21	112.934.557,02	0,00	115.904.405,23
04 - ADMINISTRAÇÃO	2.969.848,21	112.934.557,02	0,00	115.904.405,23
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.910.658,21	107.924.433,00	0,00	110.835.091,21
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	2.910.658,21	107.924.433,00	0,00	110.835.091,21
10051 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - CASA CIVIL.	2.910.658,21	0,00	0,00	2.910.658,21
20764 - Manutenção dos Serviços Administrativos - CASA CIVIL.	0,00	80.665.805,49	0,00	80.665.805,49
20945 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - CASA CIVIL.	0,00	27.258.627,51	0,00	27.258.627,51
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	59.190,00	5.010.124,02	0,00	5.069.314,02
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	59.190,00	5.010.124,02	0,00	5.069.314,02
10269 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - CASA CIVIL.	59.190,00	0,00	0,00	59.190,00
20863 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - CASA CIVIL.	0,00	5.010.124,02	0,00	5.010.124,02
Total da UO	2.969.848,21	112.934.557,02	0,00	115.904.405,23
30000000004 - COORDENADORIA DE EVENTOS	23.211.496,50	0,00	0,00	23.211.496,50
04 - ADMINISTRAÇÃO	22.911.496,50	0,00	0,00	22.911.496,50
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	22.911.496,50	0,00	0,00	22.911.496,50
256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	22.911.496,50	0,00	0,00	22.911.496,50
11245 - Coordenação, Organização, Mobilização e Estruturação de Eventos.	22.911.496,50	0,00	0,00	22.911.496,50
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
18966 - Apoio ao evento Halleluya 2022 - Promovido pela Comunidade Católica Shalom	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Total da UO	23.211.496,50	0,00	0,00	23.211.496,50
30000000007 - COORDENADORIA DO CERIMONIAL E PROTOCOLO	0,00	786.921,37	0,00	786.921,37
04 - ADMINISTRAÇÃO	0,00	786.921,37	0,00	786.921,37
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	786.921,37	0,00	786.921,37
256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	0,00	786.921,37	0,00	786.921,37
20585 - Serviços Protocolares e Cerimonial Público.	0,00	786.921,37	0,00	786.921,37
Total da UO	0,00	786.921,37	0,00	786.921,37
30000000008 - CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	9.545,81	0,00	9.545,81
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	9.545,81	0,00	9.545,81
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	0,00	9.545,81	0,00	9.545,81
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	9.545,81	0,00	9.545,81
20764 - Manutenção dos Serviços Administrativos - CASA CIVIL.	0,00	9.545,81	0,00	9.545,81
Total da UO	0,00	9.545,81	0,00	9.545,81





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
30000000009 - COORDENADORIA DE PUBLICIDADE	87.884.843,43	0,00	0,00	87.884.843,43
04 - ADMINISTRAÇÃO	87.884.843,43	0,00	0,00	87.884.843,43
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.531.610,00	0,00	0,00	1.531.610,00
256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	1.531.610,00	0,00	0,00	1.531.610,00
11165 - Estudos e Pesquisas para Avaliação da Comunicação Governamental.	1.531.610,00	0,00	0,00	1.531.610,00
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	86.353.233,43	0,00	0,00	86.353.233,43
256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	86.353.233,43	0,00	0,00	86.353.233,43
11271 - Criação, Produção, Veiculação das Ações Governamentais.	19.991.629,96	0,00	0,00	19.991.629,96
11274 - Apoio às Ações Governamentais na Área de Educação.	9.979.651,52	0,00	0,00	9.979.651,52
11275 - Apoio às Ações Governamentais na Área da Segurança.	9.978.323,51	0,00	0,00	9.978.323,51
11277 - Apoio às Ações Governamentais na Área da Infraestrutura.	6.335.165,76	0,00	0,00	6.335.165,76
11284 - Apoio às Ações Governamentais na Área da Convivência Social do Governo do Ceará.	4.934.167,73	0,00	0,00	4.934.167,73
11286 - Apoio às Ações Governamentais na Área do Turismo.	4.815.357,30	0,00	0,00	4.815.357,30
11288 - Apoio às Ações Governamentais na Área da Cultura.	3.879.833,70	0,00	0,00	3.879.833,70
11294 - Apoio às Ações Governamentais na Área da Saúde.	13.178.600,06	0,00	0,00	13.178.600,06
11295 - Suporte para Programação Visual de Obras.	13.260.503,89	0,00	0,00	13.260.503,89
Total da UO	87.884.843,43	0,00	0,00	87.884.843,43
30000000010 - COORDENADORIA DE ATOS E PUBLICAÇÕES OFICIAIS	4.601.806,30	0,00	0,00	4.601.806,30
04 - ADMINISTRAÇÃO	4.601.806,30	0,00	0,00	4.601.806,30
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	4.601.806,30	0,00	0,00	4.601.806,30
256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	4.601.806,30	0,00	0,00	4.601.806,30
11432 - Publicação e Divulgação de Atos Oficiais e Legais.	4.601.806,30	0,00	0,00	4.601.806,30
Total da UO	4.601.806,30	0,00	0,00	4.601.806,30
30000000011 - COORDENADORIA DE APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	17.272.005,16	0,00	0,00	17.272.005,16
04 - ADMINISTRAÇÃO	17.272.005,16	0,00	0,00	17.272.005,16
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	17.272.005,16	0,00	0,00	17.272.005,16
256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	17.272.005,16	0,00	0,00	17.272.005,16
11306 - Apoio a Instituições de Outras Esferas de Governo para a Implementação de Políticas Públicas.	2.047.710,00	0,00	0,00	2.047.710,00
11309 - Apoio a Instituições e Organizações da Sociedade Civil para Implementação de Políticas Públicas.	9.107.559,98	0,00	0,00	9.107.559,98
18367 - Seleção Pública de Projetos de Patrocínio e de Eventos Corporativos	6.116.735,18	0,00	0,00	6.116.735,18
Total da UO	17.272.005,16	0,00	0,00	17.272.005,16
30000000012 - CASA MILITAR	3.673.800,00	0,00	0,00	3.673.800,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	3.673.800,00	0,00	0,00	3.673.800,00
181 - POLICIAMENTO	3.673.800,00	0,00	0,00	3.673.800,00
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	3.673.800,00	0,00	0,00	3.673.800,00
11544 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - Casa Militar.	3.673.800,00	0,00	0,00	3.673.800,00
Total da UO	3.673.800,00	0,00	0,00	3.673.800,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
30000000014 - SECRETARIA EXECUTIVA DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS	2.632.555,47	0,00	0,00	2.632.555,47
04 - ADMINISTRAÇÃO	2.632.555,47	0,00	0,00	2.632.555,47
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.632.555,47	0,00	0,00	2.632.555,47
244 - GOVERNO DIGITAL DO CEARÁ	2.632.555,47	0,00	0,00	2.632.555,47
18390 - Desenvolvimento de Soluções para Gestão e Compartilhamento de Dados Governamentais.	2.604.555,47	0,00	0,00	2.604.555,47
18536 - Realização de capacitação	28.000,00	0,00	0,00	28.000,00
Total da UO	2.632.555,47	0,00	0,00	2.632.555,47
30000000015 - SECRETARIA EXECUTIVA DE REGIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	800.272,41	0,00	0,00	800.272,41
04 - ADMINISTRAÇÃO	800.272,41	0,00	0,00	800.272,41
121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	800.272,41	0,00	0,00	800.272,41
242 - SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORIENTADO PARA RESULTADOS	800.272,41	0,00	0,00	800.272,41
19995 - Implantação da estrutura de governança da plataforma do Ceará 2050	800.272,41	0,00	0,00	800.272,41
Total da UO	800.272,41	0,00	0,00	800.272,41
Total do Órgão	143.046.627,48	113.731.024,20	0,00	256.777.651,68
30200001 - FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ	243.336,02	9.621.223,91	0,00	9.864.559,93
30200001001 - FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ	243.336,02	9.621.223,91	0,00	9.864.559,93
04 - ADMINISTRAÇÃO	36.407,90	2.774.028,23	0,00	2.810.436,13
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	25.007,90	2.476.425,03	0,00	2.501.432,93
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	25.007,90	2.476.425,03	0,00	2.501.432,93
18449 - Aquisição de Bens e Serviços para a FUNTELC	25.007,90	0,00	0,00	25.007,90
20792 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNTELC.	0,00	2.476.425,03	0,00	2.476.425,03
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	11.400,00	297.603,20	0,00	309.003,20
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	11.400,00	297.603,20	0,00	309.003,20
10291 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - FUNTELC.	11.400,00	0,00	0,00	11.400,00
20885 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - FUNTELC.	0,00	297.603,20	0,00	297.603,20
24 - COMUNICAÇÕES	206.928,12	6.847.195,68	0,00	7.054.123,80
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	5.196.106,77	0,00	5.196.106,77
424 - TELEDIFUSÃO CULTURAL INFORMATIVA E EDUCATIVA	0,00	5.196.106,77	0,00	5.196.106,77
20498 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais - (Folha Normal) - FUNTELC.	0,00	5.196.106,77	0,00	5.196.106,77
722 - TELECOMUNICAÇÕES	206.928,12	1.651.088,91	0,00	1.858.017,03
424 - TELEDIFUSÃO CULTURAL INFORMATIVA E EDUCATIVA	206.928,12	1.651.088,91	0,00	1.858.017,03
10897 - Modernização Física e Tecnológica da Estrutura de Serviços Televisivos da TV Ceará - FUNTELC.	206.928,12	0,00	0,00	206.928,12
20440 - Manutenção da Estação Geradora de Sons e Imagens da TV Ceará - FUNTELC.	0,00	1.293.650,17	0,00	1.293.650,17
20443 - Manutenção das Estações Retransmissoras de Sons e Imagens da TV Ceará - FUNTELC.	0,00	20.439,20	0,00	20.439,20



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31

R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20448 - Manutenção e Expansão da Oferta de Serviços Televisivos da TV Ceará - FUNTELC.	0,00	336.999,54	0,00	336.999,54
Total da UO	243.336,02	9.621.223,91	0,00	9.864.559,93
Total do Órgão	243.336,02	9.621.223,91	0,00	9.864.559,93
30200002 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	822.894,67	5.467.681,68	0,00	6.290.576,35
30200002002 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	822.894,67	5.467.681,68	0,00	6.290.576,35
12 - EDUCAÇÃO	822.894,67	5.467.681,68	0,00	6.290.576,35
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	237.584,67	4.784.454,58	0,00	5.022.039,25
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	222.063,67	4.784.454,58	0,00	5.006.518,25
10046 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - CEE.	182.063,67	0,00	0,00	182.063,67
11452 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - CEE.	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
20828 - Manutenção dos Serviços Administrativos - CEE.	0,00	1.184.903,29	0,00	1.184.903,29
20979 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - CEE.	0,00	3.599.551,29	0,00	3.599.551,29
435 - NORMATIZAÇÃO E CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO	15.521,00	0,00	0,00	15.521,00
30020 - Aperfeiçoamento das Atividades no Âmbito da Unidade Escolar	15.521,00	0,00	0,00	15.521,00
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	585.310,00	683.227,10	0,00	1.268.537,10
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	585.310,00	683.227,10	0,00	1.268.537,10
10267 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - CEE.	585.310,00	0,00	0,00	585.310,00
20917 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - CEE.	0,00	683.227,10	0,00	683.227,10
Total da UO	822.894,67	5.467.681,68	0,00	6.290.576,35
Total do Órgão	822.894,67	5.467.681,68	0,00	6.290.576,35
31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR	72.483.493,49	32.445.337,70	0,00	104.928.831,19
31000000001 - GABINETE DO SECRETÁRIO	72.483.493,49	29.449.507,30	0,00	101.933.000,79
12 - EDUCAÇÃO	596.629,28	27.100.207,54	0,00	27.696.836,82
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	4.310.824,10	0,00	4.310.824,10
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	4.310.824,10	0,00	4.310.824,10
20946 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SECITECE.	0,00	4.273.708,53	0,00	4.273.708,53
21013 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - SECITECE.	0,00	37.115,57	0,00	37.115,57
363 - ENSINO PROFISSIONAL	489.789,76	22.789.383,44	0,00	23.279.173,20
442 - QUALIFICA CEARA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	489.789,76	22.789.383,44	0,00	23.279.173,20
10461 - Revitalização dos Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs, CVTECs e FATECs.	489.789,76	0,00	0,00	489.789,76
20262 - Qualificação Profissional em Nível de Formação Inicial e Continuada.	0,00	12.696.172,29	0,00	12.696.172,29



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20267 - Qualificação Profissional em Nível Técnico.	0,00	2.186.000,00	0,00	2.186.000,00
20269 - Qualificação Profissional em Nível Tecnológico.	0,00	4.871.490,15	0,00	4.871.490,15
20270 - Qualificação Profissional em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.	0,00	612.000,00	0,00	612.000,00
20273 - Manutenção da Universidade do Trabalho Digital - UTD.	0,00	1.202.393,68	0,00	1.202.393,68
20275 - Apoio ao Centro de Treinamento Técnico do Ceará - CTTC.	0,00	1.125.929,96	0,00	1.125.929,96
20436 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação na Universidade do Trabalho Digital - UTD.	0,00	95.397,36	0,00	95.397,36
364 - ENSINO SUPERIOR	106.839,52	0,00	0,00	106.839,52
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	106.839,52	0,00	0,00	106.839,52
11163 - Incentivo à Pós-Graduação Stricto Sensu na Área de Ciência, Tecnologia e Inovação.	106.839,52	0,00	0,00	106.839,52
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	71.886.864,21	2.349.299,76	0,00	74.236.163,97
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	2.349.299,76	0,00	2.349.299,76
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	1.493.608,03	0,00	1.493.608,03
20765 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SECITECE.	0,00	967.717,99	0,00	967.717,99
20864 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SECITECE.	0,00	525.890,04	0,00	525.890,04
411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	0,00	855.691,73	0,00	855.691,73
20351 - Apoio às Ações Finalísticas da Secitece.	0,00	855.691,73	0,00	855.691,73
364 - ENSINO SUPERIOR	767.738,56	0,00	0,00	767.738,56
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	767.738,56	0,00	0,00	767.738,56
18365 - Apoio às ações de ensino superior para as IES Estaduais e Faculdades Tecnológicas	767.738,56	0,00	0,00	767.738,56
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	68.530.918,70	0,00	0,00	68.530.918,70
411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	68.530.918,70	0,00	0,00	68.530.918,70
10869 - Modernização da Estrutura das Unidades de Ciência, Tecnologia e Inovação (Promotec II).	68.530.918,70	0,00	0,00	68.530.918,70
573 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	2.588.206,95	0,00	0,00	2.588.206,95
411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	1.769.350,28	0,00	0,00	1.769.350,28
10925 - Realização de Eventos de Popularização da Ciência (Feira do Conhecimento).	1.132.382,60	0,00	0,00	1.132.382,60
11177 - Apoio à Criação do Parque Tecnológico do Ceará.	636.967,68	0,00	0,00	636.967,68
412 - INOVA CEARÁ	818.856,67	0,00	0,00	818.856,67
11190 - Ampliação e fortalecimento do Projeto Corredores Digitais.	538.860,00	0,00	0,00	538.860,00
11191 - Aquisição de Equipamentos para o Projeto Corredores Digitais.	4.167,65	0,00	0,00	4.167,65
11197 - Apoio às Empresas no Ambiente de Inovação CriarCe.	251.824,50	0,00	0,00	251.824,50





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
11199 - Modernização do Ambiente de Inovação CriarCe.	24.004,52	0,00	0,00	24.004,52
11638 - Implantação de novos ambientes de inovação.	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da UO	72.483.493,49	29.449.507,30	0,00	101.933.000,79
31000000002 - CAMPUS MULTI-INSTITUCIONAL DE IGUATU	0,00	2.995.830,40	0,00	2.995.830,40
12 - EDUCAÇÃO	0,00	2.995.830,40	0,00	2.995.830,40
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	199.820,46	0,00	199.820,46
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	0,00	199.820,46	0,00	199.820,46
20505 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação no Campus Multi-institucional de Iguatu.	0,00	199.820,46	0,00	199.820,46
364 - ENSINO SUPERIOR	0,00	2.796.009,94	0,00	2.796.009,94
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	0,00	2.796.009,94	0,00	2.796.009,94
20365 - Manutenção do Campus Multi-institucional de Iguatu.	0,00	2.796.009,94	0,00	2.796.009,94
Total da UO	0,00	2.995.830,40	0,00	2.995.830,40
Total do Órgão	72.483.493,49	32.445.337,70	0,00	104.928.831,19
31200001 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	4.665.699,88	343.081.921,55	0,00	347.747.621,43
27000000011 - COORDENADORIA DE AÇÃO CULTURAL	89.320,00	0,00	0,00	89.320,00
13 - CULTURA	89.320,00	0,00	0,00	89.320,00
392 - DIFUSÃO CULTURAL	89.320,00	0,00	0,00	89.320,00
421 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE E CULTURA CEARENSE	89.320,00	0,00	0,00	89.320,00
11493 - Promoção de Editais de Apoio e Fomento Artístico e Cultural.	89.320,00	0,00	0,00	89.320,00
Total da UO	89.320,00	0,00	0,00	89.320,00
31200001001 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	4.573.980,88	343.081.921,55	0,00	347.655.902,43
12 - EDUCAÇÃO	4.573.980,88	343.081.921,55	0,00	347.655.902,43
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	8.325.928,52	0,00	8.325.928,52
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	8.325.928,52	0,00	8.325.928,52
20780 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNECE.	0,00	8.325.928,52	0,00	8.325.928,52
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	1.041.979,35	0,00	1.041.979,35
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	1.041.979,35	0,00	1.041.979,35
20872 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - FUNECE.	0,00	1.041.979,35	0,00	1.041.979,35
364 - ENSINO SUPERIOR	4.573.980,88	333.714.013,68	0,00	338.287.994,56
442 - QUALIFICAÇÃO CEARÁ: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	0,00	10.339.275,46	0,00	10.339.275,46
20345 - Suporte às Ações Finalísticas dos Cursos de Qualificação Profissional de Nível Técnico.	0,00	10.339.275,46	0,00	10.339.275,46
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	4.573.980,88	323.374.738,22	0,00	327.948.719,10
10761 - Ampliação e Modernização da Infraestrutura Física, Tecnológica e de Equipamentos de Ensino e Pesquisa da FUNECE.	3.218.091,50	0,00	0,00	3.218.091,50







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
15378 - Apoio ao Ensino de Graduação, nos Cursos à Distância vinculados a Universidade Aberta do Brasil - UAB	1.355.889,38	0,00	0,00	1.355.889,38
20205 - Apoio aos Programas de Bolsa de Estudo da Graduação da UECE.	0,00	3.082.500,00	0,00	3.082.500,00
20285 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - FUNECE.	0,00	272.706.209,78	0,00	272.706.209,78
20286 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - FUNECE.	0,00	7.948.870,49	0,00	7.948.870,49
20379 - Apoio e Expansão das Ações Finalísticas da UECE, voltadas para o Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária.	0,00	39.637.157,95	0,00	39.637.157,95
Total da UO	4.573.980,88	343.081.921,55	0,00	347.655.902,43
43200007007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	2.399,00	0,00	0,00	2.399,00
26 - TRANSPORTE	2.399,00	0,00	0,00	2.399,00
781 - TRANSPORTE AÉREO	2.399,00	0,00	0,00	2.399,00
342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	2.399,00	0,00	0,00	2.399,00
10079 - Elaboração de Estudos, Planos e Projetos Aeroportuários Diversos.	2.399,00	0,00	0,00	2.399,00
Total da UO	2.399,00	0,00	0,00	2.399,00
Total do Órgão	4.665.699,88	343.081.921,55	0,00	347.747.621,43
31200002 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ	3.970.504,31	108.761.840,53	0,00	112.732.344,84
31000000001 - GABINETE DO SECRETÁRIO	1.237.487,00	0,00	0,00	1.237.487,00
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.237.487,00	0,00	0,00	1.237.487,00
573 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	1.237.487,00	0,00	0,00	1.237.487,00
411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	225.987,00	0,00	0,00	225.987,00
11006 - Realização de Eventos de Popularização da Ciência (Ciência Itinerante).	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00
11185 - Apoio ao Fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Cadeias Produtivas do Estado do Ceará.	135.987,00	0,00	0,00	135.987,00
412 - INOVA CEARÁ	1.011.500,00	0,00	0,00	1.011.500,00
11190 - Ampliação e fortalecimento do Projeto Corredores Digitais.	736.500,00	0,00	0,00	736.500,00
11197 - Apoio às Empresas no Ambiente de Inovação CriarCe.	275.000,00	0,00	0,00	275.000,00
Total da UO	1.237.487,00	0,00	0,00	1.237.487,00
31200002002 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ	2.733.017,31	108.761.840,53	0,00	111.494.857,84
12 - EDUCAÇÃO	2.733.017,31	108.761.840,53	0,00	111.494.857,84
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	101.341.635,35	0,00	101.341.635,35
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	9.875.270,76	0,00	9.875.270,76
20783 - Manutenção dos Serviços Administrativos - UVA.	0,00	9.875.270,76	0,00	9.875.270,76
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	0,00	91.466.364,59	0,00	91.466.364,59
20207 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - UVA.	0,00	86.591.658,79	0,00	86.591.658,79
20208 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - UVA.	0,00	4.874.705,80	0,00	4.874.705,80
364 - ENSINO SUPERIOR	2.733.017,31	7.420.205,18	0,00	10.153.222,49



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	2.733.017,31	7.420.205,18	0,00	10.153.222,49
10676 - Realização de Instrumentos de Ingresso nos Cursos de Graduação da UVA.	230.653,54	0,00	0,00	230.653,54
10678 - Apoio à Estruturação dos Campi Universitários - UVA.	282.350,00	0,00	0,00	282.350,00
10679 - Estruturação dos Campi Universitários - UVA.	2.220.013,77	0,00	0,00	2.220.013,77
20287 - Manutenção das Ações Finalísticas da UVA.	0,00	7.420.205,18	0,00	7.420.205,18
Total da UO	2.733.017,31	108.761.840,53	0,00	111.494.857,84
Total do Órgão	3.970.504,31	108.761.840,53	0,00	112.732.344,84
31200003 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	2.560.908,74	141.900.976,78	0,00	144.461.885,52
31200003003 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	2.560.908,74	141.900.976,78	0,00	144.461.885,52
12 - EDUCAÇÃO	2.560.908,74	141.900.976,78	0,00	144.461.885,52
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	1.324.257,75	0,00	1.324.257,75
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	1.324.257,75	0,00	1.324.257,75
20784 - Manutenção dos Serviços Administrativos - URCA.	0,00	1.324.257,75	0,00	1.324.257,75
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	1.587.677,16	0,00	1.587.677,16
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	1.587.677,16	0,00	1.587.677,16
20874 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - URCA.	0,00	1.587.677,16	0,00	1.587.677,16
364 - ENSINO SUPERIOR	2.560.908,74	138.989.041,87	0,00	141.549.950,61
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	2.560.908,74	138.989.041,87	0,00	141.549.950,61
10344 - Aquisição de Equipamentos, Mobiliários e Material Permanente para Setores Administrativos e Acadêmicos.	1.861.897,40	0,00	0,00	1.861.897,40
10388 - Aquisição de Equipamentos e Obras para o Geopark Araripe.	11.324,00	0,00	0,00	11.324,00
10390 - Apoio à Gestão do Geopark Araripe.	161.432,46	0,00	0,00	161.432,46
10392 - Reforma e Ampliação do Museu de Paleontologia de Santana do Cariri.	430.000,00	0,00	0,00	430.000,00
18470 - Aquisição e instalação de equipamentos no Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens (MPPCN)	96.254,88	0,00	0,00	96.254,88
20088 - Ampliação do Número de Cursos, Turmas e Vagas de Graduação da URCA-PARFOR.	0,00	52.527,84	0,00	52.527,84
20209 - Manutenção do Funcionamento das Atividades Acadêmicas nos Campi da URCA.	0,00	12.728.698,78	0,00	12.728.698,78
20211 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - URCA.	0,00	120.292.705,81	0,00	120.292.705,81
20212 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - URCA.	0,00	4.866.328,34	0,00	4.866.328,34
20372 - Funcionamento de Novos Equipamentos - MAPP Gestão.	0,00	1.048.781,10	0,00	1.048.781,10
Total da UO	2.560.908,74	141.900.976,78	0,00	144.461.885,52
Total do Órgão	2.560.908,74	141.900.976,78	0,00	144.461.885,52





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
31200005 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	76.165.950,21	39.175.884,03	0,00	115.341.834,24
31200005005 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	74.397.250,21	39.175.884,03	0,00	113.573.134,24
12 - EDUCAÇÃO	23.374.603,70	27.628.130,00	0,00	51.002.733,70
364 - ENSINO SUPERIOR	23.374.603,70	23.647.080,00	0,00	47.021.683,70
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	23.374.603,70	23.647.080,00	0,00	47.021.683,70
10765 - Capacitação para a Área de Ciência, Tecnologia e Inovação.	5.606.464,40	0,00	0,00	5.606.464,40
10788 - Apoio ao Programa de Bolsas de Estudo e Permanência Universitária - FECOP.	11.197.350,00	0,00	0,00	11.197.350,00
10790 - Apoio à Permanência na Universidade de Alunos Provenientes de Escola Pública - AVANCE.	3.317.929,30	0,00	0,00	3.317.929,30
11157 - Apoio aos Projetos de Combate à Pobreza no Estado do Ceará.	3.252.860,00	0,00	0,00	3.252.860,00
20353 - Formação em Nível de Pós-Graduação.	0,00	23.647.080,00	0,00	23.647.080,00
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	0,00	3.981.050,00	0,00	3.981.050,00
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	0,00	3.981.050,00	0,00	3.981.050,00
20359 - Formação em Nível de Graduação.	0,00	3.981.050,00	0,00	3.981.050,00
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	51.022.646,51	11.547.754,03	0,00	62.570.400,54
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	8.191.798,83	0,00	8.191.798,83
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	8.191.798,83	0,00	8.191.798,83
20785 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNCAP.	0,00	5.664.355,86	0,00	5.664.355,86
20969 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - FUNCAP.	0,00	2.527.442,97	0,00	2.527.442,97
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	991.494,83	0,00	991.494,83
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	991.494,83	0,00	991.494,83
20875 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - FUNCAP.	0,00	991.494,83	0,00	991.494,83
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	51.022.646,51	2.364.460,37	0,00	53.387.106,88
411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	42.796.135,76	2.364.460,37	0,00	45.160.596,13
10874 - Ampliação e Interiorização de Pesquisadores para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional da Pesquisa no Estado.	3.164.872,41	0,00	0,00	3.164.872,41
11058 - Ampliação da Infraestrutura à Pesquisa e Desenvolvimento Científico.	1.947.873,01	0,00	0,00	1.947.873,01
11076 - Apoio à Elaboração de Projetos de Inovação em Políticas Públicas.	568.770,40	0,00	0,00	568.770,40
11088 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Científico.	34.054,00	0,00	0,00	34.054,00
11090 - Ampliação da Formação de Recursos Humanos Qualificados pelos Programas de Pós-Graduação do Ceará.	263.520,00	0,00	0,00	263.520,00
11094 - Apoio a Projetos de Inovação em Políticas Públicas.	2.567.103,49	0,00	0,00	2.567.103,49



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
11100 - Apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social e Econômico do Estado do Ceará.	34.249.942,45	0,00	0,00	34.249.942,45
20537 - Apoio a Programas de Pesquisa para Transferência do Conhecimento Científico no Estado do Ceará.	0,00	1.436.130,16	0,00	1.436.130,16
20542 - Apoio às Ações Finalísticas da Funcap.	0,00	928.330,21	0,00	928.330,21
412 - INOVA CEARÁ	8.226.510,75	0,00	0,00	8.226.510,75
11118 - Apoio a Programas, Projetos e Atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação - Subvenção Econômica.	4.840.050,20	0,00	0,00	4.840.050,20
11120 - Apoio a Projetos de Inovação Empresarial.	3.386.460,55	0,00	0,00	3.386.460,55
Total da UO	74.397.250,21	39.175.884,03	0,00	113.573.134,24
57000000001 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	1.768.700,00	0,00	0,00	1.768.700,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	1.768.700,00	0,00	0,00	1.768.700,00
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.768.700,00	0,00	0,00	1.768.700,00
724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ	1.768.700,00	0,00	0,00	1.768.700,00
11227 - Realização de Estudos Técnicos.	1.768.700,00	0,00	0,00	1.768.700,00
Total da UO	1.768.700,00	0,00	0,00	1.768.700,00
Total do Órgão	76.165.950,21	39.175.884,03	0,00	115.341.834,24
31200006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ	3.195.740,25	18.026.542,85	0,00	21.222.283,10
31200006006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ	3.195.740,25	18.026.542,85	0,00	21.222.283,10
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3.195.740,25	18.026.542,85	0,00	21.222.283,10
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.275,91	16.485.031,84	0,00	16.488.307,75
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	16.485.031,84	0,00	16.485.031,84
20786 - Manutenção dos Serviços Administrativos - NUTEC.	0,00	7.347.723,64	0,00	7.347.723,64
20970 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - NUTEC.	0,00	9.130.181,65	0,00	9.130.181,65
21020 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - NUTEC.	0,00	7.126,55	0,00	7.126,55
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	3.275,91	0,00	0,00	3.275,91
10898 - Modernização da Infraestrutura Laboratorial na Área de Resíduos Sólidos.	3.275,91	0,00	0,00	3.275,91
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	784.668,22	0,00	784.668,22
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	784.668,22	0,00	784.668,22
20876 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - NUTEC.	0,00	784.668,22	0,00	784.668,22
542 - CONTROLE AMBIENTAL	47.540,50	0,00	0,00	47.540,50
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	47.540,50	0,00	0,00	47.540,50
10896 - Apoio a Estudos e Pesquisas Realizados na Área de Resíduos Sólidos.	47.540,50	0,00	0,00	47.540,50
573 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	3.091.807,59	756.842,79	0,00	3.848.650,38



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	3.036.397,59	756.842,79	0,00	3.793.240,38
10740 - Modernização da Estrutura Física e Tecnológica das Unidades de C,T&I.	254.317,77	0,00	0,00	254.317,77
10743 - Apoio à Modernização da Infraestrutura das Unidades de Serviço e C,T&I.	493.674,16	0,00	0,00	493.674,16
10770 - Realização de Pesquisas Científicas e Tecnológicas Aplicadas.	1.363.046,23	0,00	0,00	1.363.046,23
10779 - Modernização da Infraestrutura para Realização de Pesquisas Científicas e Tecnológicas Aplicadas.	465.369,43	0,00	0,00	465.369,43
10793 - Aquisição de Equipamentos e outros Materiais Permanentes de Tecnologia da Informação e Comunicação.	459.990,00	0,00	0,00	459.990,00
20381 - Promoção da Oferta de Serviços das Unidades de Ciência, Tecnologia e Inovação.	0,00	756.842,79	0,00	756.842,79
412 - INOVA CEARÁ	55.410,00	0,00	0,00	55.410,00
10391 - Prestação de Serviços Tecnológicos e Consultorias.	55.410,00	0,00	0,00	55.410,00
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	53.116,25	0,00	0,00	53.116,25
313 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	53.116,25	0,00	0,00	53.116,25
10733 - Modernização da Infraestrutura Laboratorial para Projetos na Área de Agricultura Familiar e Agronegócio.	3.999,00	0,00	0,00	3.999,00
11051 - Apoio a Projetos na Área de Agricultura Familiar e Agronegócio.	49.117,25	0,00	0,00	49.117,25
Total da UO	3.195.740,25	18.026.542,85	0,00	21.222.283,10
Total do Órgão	3.195.740,25	18.026.542,85	0,00	21.222.283,10
36000000 - SECRETARIA DO TURISMO	52.506.162,69	28.481.733,40	700.000,00	81.687.896,09
36000000005 - CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ	0,00	14.820.400,01	0,00	14.820.400,01
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	14.820.400,01	0,00	14.820.400,01
695 - TURISMO	0,00	14.820.400,01	0,00	14.820.400,01
371 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	0,00	14.820.400,01	0,00	14.820.400,01
20622 - Manutenção dos Equipamentos Turísticos.	0,00	14.820.400,01	0,00	14.820.400,01
Total da UO	0,00	14.820.400,01	0,00	14.820.400,01
36000000006 - COORDENADORIA DE GESTÃO DO TURISMO	52.506.162,69	13.661.333,39	700.000,00	66.867.496,08
15 - URBANISMO	9.834.844,24	0,00	0,00	9.834.844,24
695 - TURISMO	9.834.844,24	0,00	0,00	9.834.844,24
371 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	9.834.844,24	0,00	0,00	9.834.844,24
11243 - Urbanismo, Implantação e Ampliação dos Destinos Turísticos (PROINFATUR - Comp. II).	5.313.926,40	0,00	0,00	5.313.926,40
11250 - Implantação de Infraestrutura Turística - SETUR.	14.399,87	0,00	0,00	14.399,87
11254 - Implantação do Teleférico de Juazeiro do Norte.	4.371.317,97	0,00	0,00	4.371.317,97
11263 - Recuperação e Ampliação de Equipamentos Turísticos.	135.200,00	0,00	0,00	135.200,00
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	42.671.318,45	13.661.333,39	700.000,00	57.032.651,84
695 - TURISMO	42.671.318,45	13.661.333,39	700.000,00	57.032.651,84





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	856.998,34	3.580.669,87	0,00	4.437.668,21
10060 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - SETUR.	665.748,34	0,00	0,00	665.748,34
10889 - Implementação de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETUR.	191.250,00	0,00	0,00	191.250,00
20767 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SETUR.	0,00	3.262.895,80	0,00	3.262.895,80
20865 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETUR.	0,00	317.774,07	0,00	317.774,07
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00
00075 - Apoio as Atividades Voltadas a Promoção da Vacinação no Centro de Eventos.	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00
342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	1.949.288,39	0,00	0,00	1.949.288,39
15451 - Restauração e ampliação de acessos a destinos turísticos (PROINFATUR ç COMP. II)	1.949.288,39	0,00	0,00	1.949.288,39
371 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURISTICO CEARÁ	39.865.031,72	10.080.663,52	0,00	49.945.695,24
11236 - Realização de Promoção e Marketing Turístico.	19.513.745,21	0,00	0,00	19.513.745,21
11239 - Apoio, Participação e Realização de Feiras e Eventos de Promoção e Marketing.	8.520.165,23	0,00	0,00	8.520.165,23
11241 - Elaboração de Material para Divulgação e Distribuição Gratuita.	1.220.548,00	0,00	0,00	1.220.548,00
11285 - Implantação de Distritos Turísticos.	268.486,48	0,00	0,00	268.486,48
11297 - Gestão do Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste (PROINFATUR - Comp. IV).	2.995.679,06	0,00	0,00	2.995.679,06
11329 - Promoção, Comercialização e Marketing (PROINFATUR - Comp. I).	7.343.528,26	0,00	0,00	7.343.528,26
18555 - Realização de ações voltadas à promoção do turismo ecológico.	2.879,48	0,00	0,00	2.879,48
20622 - Manutenção dos Equipamentos Turísticos.	0,00	7.684.175,63	0,00	7.684.175,63
20629 - Pagamento de Despesa de Pessoal e Encargos Sociais Folha Normal - SETUR.	0,00	2.396.487,89	0,00	2.396.487,89
Total da UO	52.506.162,69	13.661.333,39	700.000,00	66.867.496,08
Total do Órgão	52.506.162,69	28.481.733,40	700.000,00	81.687.896,09
40000000 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	120.443.262,60	2.966.030.789,86	3.086.474.052,46
40000000001 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFAZ	0,00	120.443.262,60	2.966.030.789,86	3.086.474.052,46
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	120.443.262,60	2.966.030.789,86	3.086.474.052,46
273 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	0,00	0,00	7.500.000,00	7.500.000,00
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	7.500.000,00	7.500.000,00
00071 - Adiantamento de Contribuição à CE-PREVCOM	0,00	0,00	7.500.000,00	7.500.000,00
841 - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	68.921.147,45	68.921.147,45
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	68.921.147,45	68.921.147,45
9.496.00001 - Pagamento da Dívida - Lei	0,00	0,00	68.921.147,45	68.921.147,45
843 - SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	1.387.184.242,57	1.387.184.242,57



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	1.387.184.242,57	1.387.184.242,57
00003 - Pagamento da Dívida Interna.	0,00	0,00	1.387.184.242,57	1.387.184.242,57
844 - SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	808.191.041,77	808.191.041,77
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	808.191.041,77	808.191.041,77
00002 - Pagamento da Dívida Externa.	0,00	0,00	808.191.041,77	808.191.041,77
845 - OUTRAS TRASFERÊNCIAS	0,00	0,00	14.372.265,24	14.372.265,24
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	14.372.265,24	14.372.265,24
00005 - Participação dos Municípios na Arrecadação do IPVA.	0,00	0,00	423.083,59	423.083,59
00006 - Participação dos Municípios no Produto da Arrecadação do ICMS.	0,00	0,00	13.949.181,65	13.949.181,65
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	120.443.262,60	679.862.092,83	800.305.355,43
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	120.443.262,60	679.862.092,83	800.305.355,43
00009 - Pagamento da Dívida Junto a União - COHAB.	0,00	0,00	31.166.404,12	31.166.404,12
00010 - Cumprimento de Sentenças / Débitos Judiciais.	0,00	0,00	186.609.763,34	186.609.763,34
00062 - Pagamento de Concessão do Pasep - EGE.	0,00	0,00	235.022.867,00	235.022.867,00
00069 - Subscrição de Participação Acionária - CEARAPAR.	0,00	0,00	1.999.999,00	1.999.999,00
00073 - REPASSE FINANCEIRO AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID	0,00	0,00	225.063.059,37	225.063.059,37
20061 - Obrigações Especiais Devidas pelo Estado.	0,00	89.419.264,24	0,00	89.419.264,24
20223 - Incentivo à Arrecadação e Promoção da Educação Tributária.	0,00	28.896.363,87	0,00	28.896.363,87
20224 - Manutenção e Funcionamento dos Sistemas Administrativos e Informatizados.	0,00	2.127.634,49	0,00	2.127.634,49
Total da UO	0,00	120.443.262,60	2.966.030.789,86	3.086.474.052,46
Total do Órgão	0,00	120.443.262,60	2.966.030.789,86	3.086.474.052,46
41000000 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	881.517,33	40.809.660,33	0,00	41.691.177,66
41000000001 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	881.517,33	40.809.660,33	0,00	41.691.177,66
04 - ADMINISTRAÇÃO	815.377,33	39.104.031,74	0,00	39.919.409,07
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	218.900,00	34.104.190,75	0,00	34.323.090,75
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	218.900,00	34.104.190,75	0,00	34.323.090,75
10003 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - CGE.	134.000,00	0,00	0,00	134.000,00
10014 - Realização de Atividades de Desenvolvimento Institucional - CGE.	84.900,00	0,00	0,00	84.900,00
20769 - Manutenção dos Serviços Administrativos - CGE.	0,00	4.382.844,36	0,00	4.382.844,36
20949 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - CGE.	0,00	29.721.346,39	0,00	29.721.346,39
124 - CONTROLE INTERNO	320.000,00	0,00	0,00	320.000,00
251 - CONTROLE INTERNO GOVERNAMENTAL	320.000,00	0,00	0,00	320.000,00
10589 - Desenvolvimento do Sistema de Controle de Contratos (IPF - Comp. III).	320.000,00	0,00	0,00	320.000,00
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	276.477,33	4.999.840,99	0,00	5.276.318,32
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	276.477,33	4.999.840,99	0,00	5.276.318,32





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
10107 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGE.	276.477,33	0,00	0,00	276.477,33
20866 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGE.	0,00	4.999.840,99	0,00	4.999.840,99
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	66.140,00	1.705.628,59	0,00	1.771.768,59
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	66.140,00	1.705.628,59	0,00	1.771.768,59
254 - TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	66.140,00	1.705.628,59	0,00	1.771.768,59
15430 - Readequação da Estrutura Física da Central de Atendimento em Canindé.	66.140,00	0,00	0,00	66.140,00
20194 - Realização de Atendimentos de Serviços de Ouvidoria, Acesso à Informação e Transparência.	0,00	1.705.628,59	0,00	1.705.628,59
Total da UO	881.517,33	40.809.660,33	0,00	41.691.177,66
Total do Órgão	881.517,33	40.809.660,33	0,00	41.691.177,66
42000000 - SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	39.558.091,81	25.389.746,89	0,00	64.947.838,70
42000000001 - SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	39.558.091,81	25.389.746,89	0,00	64.947.838,70
04 - ADMINISTRAÇÃO	0,00	1.653.137,08	0,00	1.653.137,08
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	1.572.781,17	0,00	1.572.781,17
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	1.572.781,17	0,00	1.572.781,17
20825 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SEJUV.	0,00	618.944,90	0,00	618.944,90
20976 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SEJUV.	0,00	953.836,27	0,00	953.836,27
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	80.355,91	0,00	80.355,91
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	80.355,91	0,00	80.355,91
20910 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEJUV.	0,00	80.355,91	0,00	80.355,91
27 - DESPORTO E LAZER	39.558.091,81	23.736.609,81	0,00	63.294.701,62
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	7.236.409,48	0,00	7.236.409,48
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	7.236.409,48	0,00	7.236.409,48
20825 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SEJUV.	0,00	3.789.467,54	0,00	3.789.467,54
20976 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SEJUV.	0,00	3.446.941,94	0,00	3.446.941,94
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	438.300,71	0,00	438.300,71
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	438.300,71	0,00	438.300,71
20910 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEJUV.	0,00	438.300,71	0,00	438.300,71
811 - DESPORTO DE RENDIMENTO	670.910,00	10.596.370,77	0,00	11.267.280,77
612 - CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO	670.910,00	10.596.370,77	0,00	11.267.280,77
10204 - Apoio a Eventos e Projetos Esportivos de Rendimento.	27.310,00	0,00	0,00	27.310,00
10206 - Incentivo a Atletas de Rendimento.	643.600,00	0,00	0,00	643.600,00







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20129 - Gestão e Manutenção de Equipamentos Esportivos de Rendimento.	0,00	2.596.370,79	0,00	2.596.370,79
20358 - Operação do Contrato de Gestão no CFO.	0,00	7.999.999,98	0,00	7.999.999,98
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	38.887.181,81	5.465.528,85	0,00	44.352.710,66
611 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	31.537.181,81	5.465.528,85	0,00	37.002.710,66
10214 - Apoio a Eventos e Projetos Esportivos.	7.391.281,39	0,00	0,00	7.391.281,39
10215 - Realização de Eventos e Projetos Esportivos.	440,54	0,00	0,00	440,54
10217 - Implantação de Núcleos Esportivos.	6.934.537,66	0,00	0,00	6.934.537,66
10218 - Implantação de Equipamentos de Esporte e Lazer.	8.656.512,22	0,00	0,00	8.656.512,22
10226 - Promoção do Acesso à Iniciação Esportiva a Crianças e Adolescentes.	8.554.410,00	0,00	0,00	8.554.410,00
20139 - Gestão e Manutenção de Equipamentos Esportivos.	0,00	5.465.528,85	0,00	5.465.528,85
612 - CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO	7.350.000,00	0,00	0,00	7.350.000,00
10207 - Incentivo a Entidades e Delegações de Rendimento.	7.350.000,00	0,00	0,00	7.350.000,00
Total da UO	39.558.091,81	25.389.746,89	0,00	64.947.838,70
Total do Órgão	39.558.091,81	25.389.746,89	0,00	64.947.838,70
42200001 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE	6.376.822,89	6.731.611,87	0,00	13.108.434,76
42200001001 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE	6.376.822,89	6.731.611,87	0,00	13.108.434,76
27 - DESPORTO E LAZER	6.376.822,89	6.731.611,87	0,00	13.108.434,76
811 - DESPORTO DE RENDIMENTO	1.223.625,99	0,00	0,00	1.223.625,99
612 - CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO	1.223.625,99	0,00	0,00	1.223.625,99
11011 - Incentivo a Atletas de Rendimento.	73.625,99	0,00	0,00	73.625,99
11012 - Incentivo a Entidades e Delegações de Rendimento.	1.150.000,00	0,00	0,00	1.150.000,00
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	5.153.196,90	6.731.611,87	0,00	11.884.808,77
611 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	5.153.196,90	6.731.611,87	0,00	11.884.808,77
11021 - Apoio a Eventos e Projetos Esportivos.	5.153.196,90	0,00	0,00	5.153.196,90
20530 - Gestão e Manutenção de Equipamentos Esportivos.	0,00	6.731.611,87	0,00	6.731.611,87
Total da UO	6.376.822,89	6.731.611,87	0,00	13.108.434,76
Total do Órgão	6.376.822,89	6.731.611,87	0,00	13.108.434,76
43000000 - SECRETARIA DAS CIDADES	323.879.310,50	20.637.366,32	0,00	344.516.676,82
43000000001 - SECRETARIA DAS CIDADES	323.879.310,50	20.637.366,32	0,00	344.516.676,82
04 - ADMINISTRAÇÃO	4.575.649,74	9.945.063,56	0,00	14.520.713,30
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.575.649,74	9.945.063,56	0,00	14.520.713,30
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	9.945.063,56	0,00	9.945.063,56
20770 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SCIDADES.	0,00	1.400.379,53	0,00	1.400.379,53
20867 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SCIDADES.	0,00	1.025.612,93	0,00	1.025.612,93
20953 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SCIDADES.	0,00	7.519.071,10	0,00	7.519.071,10





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
241 - GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA DAS REGIÕES	3.193.809,98	0,00	0,00	3.193.809,98
10279 - Elaboração de Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado das Regiões Metropolitanas.	2.393.809,98	0,00	0,00	2.393.809,98
10348 - Realização de Visitas a Municípios com e sem Conselhos das Cidades.	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	1.381.839,76	0,00	0,00	1.381.839,76
10738 - Gestão do Programa, Auditoria, Monitoramento e Avaliação (CIDADES II - Comp.V).	1.381.839,76	0,00	0,00	1.381.839,76
15 - URBANISMO	169.243.782,02	5.346.151,40	0,00	174.589.933,42
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.265.045,87	0,00	0,00	1.265.045,87
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	1.265.045,87	0,00	0,00	1.265.045,87
10012 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - SCIDADES.	1.265.045,87	0,00	0,00	1.265.045,87
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	115.350,00	0,00	0,00	115.350,00
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	115.350,00	0,00	0,00	115.350,00
10190 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - SCIDADES.	115.350,00	0,00	0,00	115.350,00
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	109.140.925,81	0,00	0,00	109.140.925,81
341 - PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	109.140.925,81	0,00	0,00	109.140.925,81
10092 - Apoio à Requalificação de Espaços Públicos Urbanos oriunda de Demandas Municipais.	23.626.112,19	0,00	0,00	23.626.112,19
10093 - Requalificação de Espaços Públicos Urbanos.	1.815.675,66	0,00	0,00	1.815.675,66
10096 - Apoio à Pavimentação de Vias em Espaços Públicos oriunda de Demandas Municipais.	81.456.446,29	0,00	0,00	81.456.446,29
10443 - Realização de Obras para Melhoria da Infraestrutura Urbana (CIDADES II - Comp.I).	2.691,67	0,00	0,00	2.691,67
18796 - Pavimentação em diversas ruas do município de Massapê	210.000,00	0,00	0,00	210.000,00
18876 - Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas em Paracuru	260.000,00	0,00	0,00	260.000,00
19015 - Pavimentação e urbanização no município de Massapê	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
19020 - Pavimentação e urbanização no município de Senador Sá	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
19056 - Pavimentação em diversas ruas do município de Groaíras	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
19072 - Calçamento Pedra Tosca - Ubajara	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
19174 - Construção de Praça Pública no Bairro Sagrado Coração de Jesus em General Sampaio	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00
19257 - Pavimentação em pedra tosca de vias/ Novo Oriente	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
19298 - Calçamento em pedra tosca em São Benedito	140.000,00	0,00	0,00	140.000,00
19303 - Pavimentação / Itaipaba	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
19304 - Pavimentação / Icapuí	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
19824 - Pavimentação em pedra tosca na localidade/Distrito da Serra do Vicente/Capistrano	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
543 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	58.722.460,34	5.346.151,40	0,00	64.068.611,74
722 - REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DEGRADADAS	58.722.460,34	5.346.151,40	0,00	64.068.611,74
10444 - Urbanização de Áreas ao Longo das Margens do Rio Maranguapinho.	31.047.342,08	0,00	0,00	31.047.342,08
10450 - Urbanização das Margens do Rio Cocó.	7.784.374,79	0,00	0,00	7.784.374,79
10475 - Apoio à Urbanização de Áreas ao Longo das Margens do Rio Maranguapinho.	1.943.846,82	0,00	0,00	1.943.846,82
10608 - Execução de Urbanização na Comunidade - Projeto Dendê (PRÓ-MORADIA).	4.831.049,47	0,00	0,00	4.831.049,47
10609 - Apoio à Urbanização de Áreas na Comunidade do Dendê.	4.107,63	0,00	0,00	4.107,63
10610 - Apoio à Urbanização de Áreas ao Longo das Margens do Rio Cocó.	1.745.195,05	0,00	0,00	1.745.195,05
10615 - Gerenciamento e Fiscalização das Obras dos Projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê.	7.755.794,78	0,00	0,00	7.755.794,78
18426 - Urbanização da margem esquerda do Rio Cocó-Trecho III (CEF - FGTS)	3.610.749,72	0,00	0,00	3.610.749,72
20130 - Gerenciamento do Programa de Revitalização das Áreas Degradadas.	0,00	5.346.151,40	0,00	5.346.151,40
16 - HABITAÇÃO	20.416.862,87	5.346.151,36	0,00	25.763.014,23
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	5.346.151,36	0,00	5.346.151,36
111 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	0,00	5.346.151,36	0,00	5.346.151,36
20128 - Gerenciamento do Programa de Habitação de Interesse Social.	0,00	5.346.151,36	0,00	5.346.151,36
481 - HABITAÇÃO RURAL	3.932.486,48	0,00	0,00	3.932.486,48
113 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA ÁREA RURAL	3.932.486,48	0,00	0,00	3.932.486,48
10705 - Melhoria das Condições Ambientais das Unidades Habitacionais no Meio Rural (Fogões).	3.476.486,48	0,00	0,00	3.476.486,48
11632 - Construção de Moradia de Interesse Social em Substituição à Casa de Taipa.	456.000,00	0,00	0,00	456.000,00
482 - HABITAÇÃO URBANA	16.484.376,39	0,00	0,00	16.484.376,39
111 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	16.484.376,39	0,00	0,00	16.484.376,39
10182 - Entrega de Título às Famílias Beneficiadas com Unidade Habitacional do Projeto Maranguapinho.	215.086,39	0,00	0,00	215.086,39
10721 - Implantação de Unidade Habitacional do Projeto Rio Maranguapinho.	3.600.990,93	0,00	0,00	3.600.990,93
10735 - Ampliação da Oferta de Moradia de Interesse Social na Área Urbana por meio de Convênios e Termos de Ajuste com os municípios.	3.964.650,00	0,00	0,00	3.964.650,00
10775 - Melhoria das Condições Físicas de Unidades Habitacionais na Área da Comunidade do Projeto Dendê (PRO-MORADIA).	340,85	0,00	0,00	340,85
10785 - Promoção de Serviço Socioeducativo nos Residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida ou de outros Programas que venham a Substituí-lo.	223.772,37	0,00	0,00	223.772,37





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
10847 - Execução de Trabalho Técnico Social junto às Famílias Beneficiadas com o Projeto Rio Maranguapinho.	493.253,40	0,00	0,00	493.253,40
10850 - Execução de Trabalho Técnico Social junto às Famílias Beneficiadas com o Projeto Dendê (PRO-MORADIA).	72.217,90	0,00	0,00	72.217,90
10852 - Execução de Trabalho Técnico Social junto às Famílias Beneficiadas com o Projeto Rio Cocó (CEF-FGTS).	61.524,92	0,00	0,00	61.524,92
10863 - Entrega de Título às Famílias Beneficiadas com Unidade Habitacional de Interesse Social.	607.400,00	0,00	0,00	607.400,00
10873 - Pagamento de Aluguel Social às Famílias dos Projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê.	952.400,00	0,00	0,00	952.400,00
10998 - Apoio ao Processo de Regularização Fundiária Urbana.	6.199.491,57	0,00	0,00	6.199.491,57
10999 - Regularização Fundiária de Áreas Subnormais - Projeto Farol Novo (PRO-MORADIA).	93.248,06	0,00	0,00	93.248,06
<b>17 - SANEAMENTO</b>	<b>125.219.615,47</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>125.219.615,47</b>
511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL	56.507.922,54	0,00	0,00	56.507.922,54
622 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	56.507.922,54	0,00	0,00	56.507.922,54
10357 - Implantação do Serviço de Abastecimento de Água - Projeto de Integração do São Francisco (PISF).	42.162.178,07	0,00	0,00	42.162.178,07
10717 - Implantação do Serviço de Abastecimento de Água (ÁGUAS DO SERTÃO - Comp. I).	5.125.104,73	0,00	0,00	5.125.104,73
10737 - Melhoria do Serviço de Abastecimento de Água (ÁGUAS DO SERTÃO - Comp. I).	937.312,95	0,00	0,00	937.312,95
10757 - Implantação de Serviço de Esgotamento Sanitário (CEARÁ III - Comp. II).	2.239.338,85	0,00	0,00	2.239.338,85
10791 - Fortalecimento do Modelo de Gestão SISAR (ÁGUAS DO SERTÃO - Comp. III).	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
10830 - Apoio ao gerenciamento do Programa Águas do Sertão (ÁGUAS DO SERTÃO - Comp. IV).	3.834.087,94	0,00	0,00	3.834.087,94
15412 - Implantação de sistemas de abastecimento de água no meio rural.	209.900,00	0,00	0,00	209.900,00
<b>512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO</b>	<b>68.711.692,93</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>68.711.692,93</b>
621 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA	57.977.400,20	0,00	0,00	57.977.400,20
10359 - Ampliação do Serviço de Abastecimento de Água.	28.533.838,17	0,00	0,00	28.533.838,17
10369 - Ampliação do Serviço de Esgotamento Sanitário.	26.841.395,02	0,00	0,00	26.841.395,02
10371 - Implantação de Serviço de Esgotamento Sanitário.	360.349,59	0,00	0,00	360.349,59
10374 - Melhoria do Serviço de Esgotamento.	0,00	0,00	0,00	0,00
10380 - Estruturação de Estações de Tratamento de Água de Reúso.	1.284.357,75	0,00	0,00	1.284.357,75
10399 - Elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico (IPF - Comp. III).	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
11553 - Ampliação do Serviço de Esgotamento Sanitário - Projeto Farol Novo (PRO-MORADIA).	169.327,66	0,00	0,00	169.327,66





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
11557 - Elaboração de Estudos para Melhoria da Eficiência dos Serviços de Água (IPF - Comp. II).	738.132,01	0,00	0,00	738.132,01
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	10.734.292,73	0,00	0,00	10.734.292,73
10884 - Melhoria da Infraestrutura Urbana - Central de Tratamento de Resíduos (CIDADES II - Comp.I).	8.405.998,08	0,00	0,00	8.405.998,08
10905 - Melhoria da Infraestrutura Urbana - Central Municipal de Reciclagem (CIDADES II - Comp.I).	2.328.294,65	0,00	0,00	2.328.294,65
26 - TRANSPORTE	4.423.400,40	0,00	0,00	4.423.400,40
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
341 - PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
18855 - Pavimentação em pedra tosca no município de Irauçuba	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
18857 - Pavimentação em pedra tosca no município de Tejuçuoca	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
453 - TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	3.923.400,40	0,00	0,00	3.923.400,40
343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	3.923.400,40	0,00	0,00	3.923.400,40
10084 - Subsídio à Tarifa Metropolitana Integrada - Bilhete Único Metropolitano.	3.923.400,40	0,00	0,00	3.923.400,40
Total da UO	323.879.310,50	20.637.366,32	0,00	344.516.676,82
Total do Órgão	323.879.310,50	20.637.366,32	0,00	344.516.676,82
43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	1.813.359.434,72	86.025.113,64	21.818.243,07	1.921.202.791,43
43200007007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	1.813.359.434,72	86.025.113,64	21.818.243,07	1.921.202.791,43
04 - ADMINISTRAÇÃO	0,00	3.538.380,03	12.551.829,27	16.090.209,30
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	3.538.380,03	12.551.829,27	16.090.209,30
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	3.538.380,03	0,00	3.538.380,03
20003 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SOP.	0,00	3.538.380,03	0,00	3.538.380,03
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	12.551.829,27	12.551.829,27
00015 - Pagamento de Concessão do Pasep - SOP.	0,00	0,00	12.551.829,27	12.551.829,27
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	56.168.352,23	0,00	0,00	56.168.352,23
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.015.289,43	0,00	0,00	5.015.289,43
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	5.015.289,43	0,00	0,00	5.015.289,43
10088 - Manutenção Predial de Edificações Públicas do Sistema Penitenciário.	3.499.568,67	0,00	0,00	3.499.568,67
10089 - Estruturação de Edificações Públicas do Sistema Penitenciário.	1.515.720,76	0,00	0,00	1.515.720,76
181 - POLÍCIAMENTO	51.153.062,80	0,00	0,00	51.153.062,80
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	51.153.062,80	0,00	0,00	51.153.062,80
10696 - Construção de Unidades de Segurança Pública.	34.076.703,98	0,00	0,00	34.076.703,98
10702 - Manutenção Predial de Unidades de Segurança Pública.	15.749.104,11	0,00	0,00	15.749.104,11
11639 - Estruturação de Unidades de Segurança Pública.	1.327.254,71	0,00	0,00	1.327.254,71
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.443.850,66	0,00	0,00	9.443.850,66
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	8.121.817,46	0,00	0,00	8.121.817,46





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	8.121.817,46	0,00	0,00	8.121.817,46
18521 - Construção de Infraestrutura Pública do Projeto Mais Infância.	8.121.817,46	0,00	0,00	8.121.817,46
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.322.033,20	0,00	0,00	1.322.033,20
136 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	1.322.033,20	0,00	0,00	1.322.033,20
11640 - Estruturação Física das Edificações dos Centros de Medidas Socioeducativas.	1.322.033,20	0,00	0,00	1.322.033,20
12 - EDUCAÇÃO	199.435.155,59	0,00	0,00	199.435.155,59
363 - ENSINO PROFISSIONAL	4.651.983,71	0,00	0,00	4.651.983,71
441 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO	4.651.983,71	0,00	0,00	4.651.983,71
10464 - Estruturação de Edificações Públicas da Educação Profissional.	520.001,46	0,00	0,00	520.001,46
10465 - Manutenção Predial de Edificações Públicas da Educação Profissional.	4.131.982,25	0,00	0,00	4.131.982,25
364 - ENSINO SUPERIOR	167.510.618,08	0,00	0,00	167.510.618,08
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	167.510.618,08	0,00	0,00	167.510.618,08
11643 - Estruturação Física das Unidades de Ensino Superior.	167.510.618,08	0,00	0,00	167.510.618,08
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	10.669.831,68	0,00	0,00	10.669.831,68
432 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL COM GARANTIA DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	10.669.831,68	0,00	0,00	10.669.831,68
18522 - Implantação de Unidades de Centro de Educação Infantil - CEI.	10.669.831,68	0,00	0,00	10.669.831,68
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	16.602.722,12	0,00	0,00	16.602.722,12
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	16.602.722,12	0,00	0,00	16.602.722,12
11643 - Estruturação Física das Unidades de Ensino Superior.	16.602.722,12	0,00	0,00	16.602.722,12
13 - CULTURA	48.262.993,19	0,00	0,00	48.262.993,19
391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	48.262.993,19	0,00	0,00	48.262.993,19
423 - PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE	48.262.993,19	0,00	0,00	48.262.993,19
11439 - Implementação do Complexo Cultural Estação das Artes	22.921.506,72	0,00	0,00	22.921.506,72
18520 - Implantação do Centro Cultural do Cariri.	25.341.486,47	0,00	0,00	25.341.486,47
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	750.141,50	0,00	0,00	750.141,50
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	750.141,50	0,00	0,00	750.141,50
131 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	750.141,50	0,00	0,00	750.141,50
18523 - Implantação de Unidades da Casa da Mulher Cearense.	750.141,50	0,00	0,00	750.141,50
15 - URBANISMO	376.383.938,53	0,00	0,00	376.383.938,53
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	376.383.938,53	0,00	0,00	376.383.938,53
341 - PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	275.203.007,06	0,00	0,00	275.203.007,06
10027 - Construção de Edificações Públicas Administrativas.	50.843.929,48	0,00	0,00	50.843.929,48
10028 - Estruturação de Edificações Públicas Administrativas.	43.548.818,76	0,00	0,00	43.548.818,76





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
10032 - Construção de Infraestrutura Pública de Convivência Social.	38.825.055,03	0,00	0,00	38.825.055,03
10083 - Estruturação de Infraestrutura Pública de Convivência.	69.053.556,37	0,00	0,00	69.053.556,37
10090 - Manutenção Predial de Edificações Públicas.	70.634.208,50	0,00	0,00	70.634.208,50
15520 - Requalificação e Qualificação Viária em Espaços Públicos Urbanos.	2.297.438,92	0,00	0,00	2.297.438,92
441 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO	1.735.558,60	0,00	0,00	1.735.558,60
10465 - Manutenção Predial de Edificações Públicas da Educação Profissional.	1.735.558,60	0,00	0,00	1.735.558,60
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	3.302.360,18	0,00	0,00	3.302.360,18
10088 - Manutenção Predial de Edificações Públicas do Sistema Penitenciário.	3.302.360,18	0,00	0,00	3.302.360,18
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	56.704.107,35	0,00	0,00	56.704.107,35
10696 - Construção de Unidades de Segurança Pública.	23.079.708,25	0,00	0,00	23.079.708,25
10702 - Manutenção Predial de Unidades de Segurança Pública.	33.624.399,10	0,00	0,00	33.624.399,10
611 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	39.438.905,34	0,00	0,00	39.438.905,34
10302 - Construção de equipamentos de esporte e lazer.	12.654.057,94	0,00	0,00	12.654.057,94
10303 - Manutenção predial de edificações públicas de Esporte e Lazer.	5.882.361,65	0,00	0,00	5.882.361,65
10468 - Estruturação física de edificações públicas do Esporte e Lazer.	20.902.485,75	0,00	0,00	20.902.485,75
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.217.101,91	0,00	0,00	2.217.101,91
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.217.101,91	0,00	0,00	2.217.101,91
371 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	2.217.101,91	0,00	0,00	2.217.101,91
11641 - Construção de Equipamentos Turísticos nas Regiões do Estado.	2.217.101,91	0,00	0,00	2.217.101,91
26 - TRANSPORTE	1.096.536.638,69	82.486.733,61	9.266.413,80	1.188.289.786,10
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.886.486,00	65.643.058,42	9.266.413,80	79.795.958,22
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	4.886.486,00	65.643.058,42	0,00	70.529.544,42
10034 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - SOP.	4.886.486,00	0,00	0,00	4.886.486,00
20003 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SOP.	0,00	8.747.694,53	0,00	8.747.694,53
20926 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SOP.	0,00	56.895.363,89	0,00	56.895.363,89
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	9.266.413,80	9.266.413,80
00015 - Pagamento de Concessão do Pasesp - SOP.	0,00	0,00	9.266.413,80	9.266.413,80
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	515.000,98	2.808.271,49	0,00	3.323.272,47
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	515.000,98	2.808.271,49	0,00	3.323.272,47
10806 - Implementação de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - SOP.	515.000,98	0,00	0,00	515.000,98
20841 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SOP.	0,00	2.808.271,49	0,00	2.808.271,49





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
781 - TRANSPORTE AÉREO	1.506.973,75	10.267.294,26	0,00	11.774.268,01
342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	1.506.973,75	10.267.294,26	0,00	11.774.268,01
10077 - Construção de Aeroportos Regionais/Aeródromos.	40.151,84	0,00	0,00	40.151,84
10078 - Reforma/Melhoramento de Aeroportos Regionais.	1.466.821,91	0,00	0,00	1.466.821,91
20063 - Manutenção de Aeroportos Regionais/Aeródromos.	0,00	10.267.294,26	0,00	10.267.294,26
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.089.628.177,96	3.768.109,44	0,00	1.093.396.287,40
342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	1.089.628.177,96	3.768.109,44	0,00	1.093.396.287,40
10039 - Manutenção e Operacionalização da Gestão Rodoviária.	1.866.680,52	0,00	0,00	1.866.680,52
10040 - Conservação e Manutenção de Rodovias.	616.510.883,58	0,00	0,00	616.510.883,58
10070 - Engenharia e Administração (CEARÁ IV - B - Comp. I).	6.686.535,28	0,00	0,00	6.686.535,28
10071 - Obras e Supervisão (CEARÁ IV - B - Comp. II).	80.411.627,56	0,00	0,00	80.411.627,56
10072 - Avaliação, Desapropriação de Imóveis e Licenças Ambientais para Obras Rodoviárias do Estado do Ceará.	4.494.325,18	0,00	0,00	4.494.325,18
10073 - Pavimentação (Implantação) de Rodovias.	155.002.708,63	0,00	0,00	155.002.708,63
10074 - Restauração de Rodovias.	8.312.461,66	0,00	0,00	8.312.461,66
10075 - Supervisão de Obras Rodoviárias.	2.467.564,46	0,00	0,00	2.467.564,46
10076 - Elaboração de Estudos, Planos e Projetos Rodoviários Diversos.	2.221.605,22	0,00	0,00	2.221.605,22
10082 - Apoio à Gestão Rodoviária.	5.970.468,71	0,00	0,00	5.970.468,71
10135 - Restauração de Estradas Vicinais Municipais.	205.683.317,16	0,00	0,00	205.683.317,16
20064 - Manutenção e Operacionalização dos Distritos Operacionais.	0,00	3.768.109,44	0,00	3.768.109,44
27 - DESPORTO E LAZER	24.161.262,42	0,00	0,00	24.161.262,42
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	24.161.262,42	0,00	0,00	24.161.262,42
611 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	24.161.262,42	0,00	0,00	24.161.262,42
10302 - Construção de equipamentos de esporte e lazer.	19.167.585,46	0,00	0,00	19.167.585,46
10303 - Manutenção predial de edificações públicas de Esporte e Lazer.	2.499.093,48	0,00	0,00	2.499.093,48
10468 - Estruturação física de edificações públicas do Esporte e Lazer.	2.494.583,48	0,00	0,00	2.494.583,48
Total da UO	1.813.359.434,72	86.025.113,64	21.818.243,07	1.921.202.791,43
Total do Órgão	1.813.359.434,72	86.025.113,64	21.818.243,07	1.921.202.791,43
43200008 - FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO	14.574.817,96	0,00	0,00	14.574.817,96
43200008008 - FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO	14.574.817,96	0,00	0,00	14.574.817,96
17 - SANEAMENTO	14.574.817,96	0,00	0,00	14.574.817,96
511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL	12.167.492,16	0,00	0,00	12.167.492,16
622 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	12.167.492,16	0,00	0,00	12.167.492,16
11661 - Implantação do Serviço de Abastecimento de Água - FESB.	4.117.908,83	0,00	0,00	4.117.908,83
11662 - Ampliação do Serviço de Abastecimento de Água - FESB.	8.049.583,33	0,00	0,00	8.049.583,33
512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO	2.407.325,80	0,00	0,00	2.407.325,80







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
621 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA	2.407.325,80	0,00	0,00	2.407.325,80
11648 - Ampliação do Serviço de Atendimento do Sistema de Esgotamento Sanitário para o Público de Baixa Renda - FESB.	1.080.147,81	0,00	0,00	1.080.147,81
11659 - Modernização de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - FESB.	1.327.177,99	0,00	0,00	1.327.177,99
Total da UO	14.574.817,96	0,00	0,00	14.574.817,96
Total do Órgão	14.574.817,96	0,00	0,00	14.574.817,96
46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	24.412.484,85	131.914.043,50	0,00	156.326.528,35
46000000001 - GABINETE DO SECRETÁRIO	20.966.164,63	276.224,17	0,00	21.242.388,80
04 - ADMINISTRAÇÃO	20.966.164,63	276.224,17	0,00	21.242.388,80
121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	347.589,73	0,00	0,00	347.589,73
242 - SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORIENTADO PARA RESULTADOS	347.589,73	0,00	0,00	347.589,73
11091 - Desenvolvimento de Ações para a Gestão do Investimento Público (IPF Comp. III).	347.589,73	0,00	0,00	347.589,73
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	276.224,17	0,00	276.224,17
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	0,00	104.939,57	0,00	104.939,57
20464 - Realização de Atividades do Programa de Ações Integradas para o Aposentado - PAl.	0,00	69.796,00	0,00	69.796,00
20466 - Realização das Ações da Perícia Médica Itinerante.	0,00	35.143,57	0,00	35.143,57
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	0,00	171.284,60	0,00	171.284,60
20450 - Realização de Palestras Educativas e Vivências, Oficinas, Premiações, Atividades Socioculturais e outros Eventos voltados ao Bem-Estar no Ambiente de Trabalho.	0,00	171.284,60	0,00	171.284,60
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20.618.574,90	0,00	0,00	20.618.574,90
244 - GOVERNO DIGITAL DO CEARÁ	3.471.886,90	0,00	0,00	3.471.886,90
10958 - Implantação da Plataforma Tecnológica do Governo Digital do Ceará para Acesso ao Cidadão.	1.156.656,00	0,00	0,00	1.156.656,00
10959 - Transformação de Processos de Negócio do Governo Estadual em Processos Digitais.	1.832.270,90	0,00	0,00	1.832.270,90
19997 - Aquisição de Infraestrutura para dar suporte à Gestão e à Implantação das Soluções Digitizadas.	482.960,00	0,00	0,00	482.960,00
413 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ	17.146.688,00	0,00	0,00	17.146.688,00
11198 - Ampliação e Aquisições de Equipamentos para o Cinturão Digital.	17.146.688,00	0,00	0,00	17.146.688,00
Total da UO	20.966.164,63	276.224,17	0,00	21.242.388,80
46000000002 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	3.446.320,22	131.637.819,33	0,00	135.084.139,55
04 - ADMINISTRAÇÃO	3.446.320,22	131.637.819,33	0,00	135.084.139,55
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.309.284,02	115.452.870,38	0,00	117.762.154,40
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	2.309.284,02	115.452.870,38	0,00	117.762.154,40
10011 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - SEPLAG.	1.713.772,06	0,00	0,00	1.713.772,06



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
11171 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - SEPLAG.	595.511,96	0,00	0,00	595.511,96
20001 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SEPLAG.	0,00	26.863.438,92	0,00	26.863.438,92
20925 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SEPLAG.	0,00	88.585.486,64	0,00	88.585.486,64
20981 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - SEPLAG.	0,00	3.944,82	0,00	3.944,82
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.137.036,20	16.184.948,95	0,00	17.321.985,15
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	1.137.036,20	16.184.948,95	0,00	17.321.985,15
10189 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEPLAG.	919.268,20	0,00	0,00	919.268,20
10654 - Implementação de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEPLAG.	217.768,00	0,00	0,00	217.768,00
20837 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEPLAG.	0,00	16.184.948,95	0,00	16.184.948,95
Total da UO	3.446.320,22	131.637.819,33	0,00	135.084.139,55
Total do Órgão	24.412.484,85	131.914.043,50	0,00	156.326.528,35
46100003 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	575.773,77	3.885.785,17	0,00	4.461.558,94
46100003003 - COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	575.773,77	3.885.785,17	0,00	4.461.558,94
04 - ADMINISTRAÇÃO	575.773,77	3.885.785,17	0,00	4.461.558,94
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	307.213,77	2.624.995,77	0,00	2.932.209,54
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	307.213,77	1.403.309,44	0,00	1.710.523,21
10011 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - EGP	307.213,77	0,00	0,00	307.213,77
20808 - Manutenção dos Serviços Administrativos - EGPCE.	0,00	1.403.309,44	0,00	1.403.309,44
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	0,00	1.221.686,33	0,00	1.221.686,33
20318 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais - (Folha Normal) - EGPCE.	0,00	1.221.686,33	0,00	1.221.686,33
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	268.560,00	598.778,24	0,00	867.338,24
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	184.560,00	598.778,24	0,00	783.338,24
18465 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - EGPCE.	184.560,00	0,00	0,00	184.560,00
20897 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - EGPCE.	0,00	598.778,24	0,00	598.778,24
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	84.000,00	0,00	0,00	84.000,00
10876 - Execução dos Cursos Planejados na Área de Tecnologia e Inovação, nas Modalidades a Distância e Presencial.	84.000,00	0,00	0,00	84.000,00
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	662.011,16	0,00	662.011,16
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	0,00	662.011,16	0,00	662.011,16





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20301 - Execução dos Cursos Planejados nas Modalidades a Distância e Presencial.	0,00	306.091,71	0,00	306.091,71
20302 - Realização de Eventos Corporativos na Área de Gestão Pública.	0,00	170.074,00	0,00	170.074,00
20306 - Aprimoramento Técnico e Operacional dos Servidores da EGPC.	0,00	185.845,45	0,00	185.845,45
Total da UO	575.773,77	3.885.785,17	0,00	4.461.558,94
Total do Órgão	575.773,77	3.885.785,17	0,00	4.461.558,94
46200001 - INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ	315.394,81	16.797.995,57	0,00	17.113.390,38
46200001001 - INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ	315.394,81	16.797.995,57	0,00	17.113.390,38
04 - ADMINISTRAÇÃO	315.394,81	6.160.144,53	0,00	6.475.539,34
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	166.270,96	4.027.902,50	0,00	4.194.173,46
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	3.753.326,89	0,00	3.753.326,89
20634 - Manutenção dos Serviços Administrativos - ISSEC.	0,00	3.753.326,89	0,00	3.753.326,89
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	274.575,61	0,00	274.575,61
20493 - Pagamento de Concessão do Pasesp - ISSEC.	0,00	274.575,61	0,00	274.575,61
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	166.270,96	0,00	0,00	166.270,96
11130 - Aquisição de Material Permanente.	166.270,96	0,00	0,00	166.270,96
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	149.123,85	2.132.242,03	0,00	2.281.365,88
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	2.132.242,03	0,00	2.132.242,03
20856 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - ISSEC.	0,00	2.132.242,03	0,00	2.132.242,03
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	149.123,85	0,00	0,00	149.123,85
15401 - Aquisição de material permanente de TIC.	149.123,85	0,00	0,00	149.123,85
10 - SAÚDE	0,00	10.637.851,04	0,00	10.637.851,04
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	10.637.851,04	0,00	10.637.851,04
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	0,00	10.637.851,04	0,00	10.637.851,04
20357 - Manutenção das Ações Finalísticas do ISSEC.	0,00	1.048.608,57	0,00	1.048.608,57
20386 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - ISSEC.	0,00	7.522.614,69	0,00	7.522.614,69
20492 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - ISSEC - SAÚDE.	0,00	2.066.627,78	0,00	2.066.627,78
Total da UO	315.394,81	16.797.995,57	0,00	17.113.390,38
Total do Órgão	315.394,81	16.797.995,57	0,00	17.113.390,38
46200002 - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ	21.809.290,92	162.442.346,77	0,00	184.251.637,69
46200002002 - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ	21.809.290,92	162.442.346,77	0,00	184.251.637,69
04 - ADMINISTRAÇÃO	0,00	8.984.467,16	0,00	8.984.467,16
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	7.950.331,17	0,00	7.950.331,17
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	7.950.331,17	0,00	7.950.331,17
20760 - Manutenção dos Serviços Administrativos - ETICE.	0,00	7.950.331,17	0,00	7.950.331,17





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	1.034.135,99	0,00	1.034.135,99
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	1.034.135,99	0,00	1.034.135,99
20857 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - ETICE.	0,00	1.034.135,99	0,00	1.034.135,99
24 - COMUNICAÇÕES	21.809.290,92	153.457.879,61	0,00	175.267.170,53
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	21.809.290,92	153.457.879,61	0,00	175.267.170,53
413 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ	21.809.290,92	153.457.879,61	0,00	175.267.170,53
10691 - Ampliação do Acesso à Informação e Serviços por meio do Cinturão Digital do Ceará.	21.251.775,27	0,00	0,00	21.251.775,27
10783 - Implementação de Novas Soluções de TIC.	310.195,65	0,00	0,00	310.195,65
11067 - Operação dos Serviços de TIC - Investimento.	247.320,00	0,00	0,00	247.320,00
20337 - Manutenção do Cinturão Digital do Ceará.	0,00	33.993.046,45	0,00	33.993.046,45
20375 - Operação dos Serviços de TIC.	0,00	74.013.678,78	0,00	74.013.678,78
20509 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais - (Folha Normal) - Etice.	0,00	45.440.468,40	0,00	45.440.468,40
20510 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais - (Folha Complementar) - Etice.	0,00	10.685,98	0,00	10.685,98
Total da UO	21.809.290,92	162.442.346,77	0,00	184.251.637,69
Total do Órgão	21.809.290,92	162.442.346,77	0,00	184.251.637,69
46200003 - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ	2.160.725,09	12.759.114,44	154.744,26	15.074.583,79
46200003003 - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ	2.160.725,09	12.759.114,44	154.744,26	15.074.583,79
04 - ADMINISTRAÇÃO	2.160.725,09	12.759.114,44	154.744,26	15.074.583,79
121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	384.859,12	1.043,00	0,00	385.902,12
242 - SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORIENTADO PARA RESULTADOS	384.859,12	1.043,00	0,00	385.902,12
11073 - Elaboração de Estudos relacionados ao Agronegócio e Recursos Hídricos (IPF - Comp.III).	179.778,00	0,00	0,00	179.778,00
11086 - Desenvolvimento e Operacionalização dos Sistemas de Informações, e Monitoramento de Recursos Hídricos (IPF - Comp. III).	122.400,00	0,00	0,00	122.400,00
11110 - Capacitação de Servidores para o Desenvolvimento das Atividades Finalísticas do IPECE.	2.880,00	0,00	0,00	2.880,00
11112 - Capacitação de Servidores em Ferramentas para Avaliação de Políticas Públicas (IPF - Comp. III).	79.801,12	0,00	0,00	79.801,12
20558 - Realização de Seminários e Fóruns.	0,00	1.043,00	0,00	1.043,00
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.407.132,27	11.735.353,78	154.744,26	13.297.230,31
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	14.609,94	3.591.819,69	0,00	3.606.429,63
10004 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - IPECE.	14.609,94	0,00	0,00	14.609,94
20761 - Manutenção dos Serviços Administrativos - IPECE.	0,00	3.591.819,69	0,00	3.591.819,69
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	154.744,26	154.744,26





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
00035 - Pagamento de Concessão de Pasep - IPECE.	0,00	0,00	154.744,26	154.744,26
242 - SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORIENTADO PARA RESULTADOS	1.392.522,33	8.143.534,09	0,00	9.536.056,42
11102 - Fortalecimento da Unidade de Gerenciamento de Projetos Multissetoriais (IPF - Comp. III).	1.288.986,33	0,00	0,00	1.288.986,33
11106 - Ampliação da Infraestrutura da Unidade de Gerenciamento de Projetos Multissetoriais (IPF - Comp. III).	103.536,00	0,00	0,00	103.536,00
20563 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais - (Folha Normal) - IPECE.	0,00	8.141.660,94	0,00	8.141.660,94
20565 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais - (Folha Complementar) - IPECE.	0,00	1.873,15	0,00	1.873,15
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	368.733,70	1.022.717,66	0,00	1.391.451,36
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	368.733,70	1.022.717,66	0,00	1.391.451,36
10108 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - IPECE.	368.733,70	0,00	0,00	368.733,70
20858 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - IPECE.	0,00	1.022.717,66	0,00	1.022.717,66
Total da UO	2.160.725,09	12.759.114,44	154.744,26	15.074.583,79
Total do Órgão	2.160.725,09	12.759.114,44	154.744,26	15.074.583,79
46200004 - FUNDO FINANCEIRO - FUNAPREV	0,00	3.004.868.247,27	0,00	3.004.868.247,27
46200004004 - FUNDO FINANCEIRO - FUNAPREV	0,00	3.004.868.247,27	0,00	3.004.868.247,27
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	3.004.868.247,27	0,00	3.004.868.247,27
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	7.701.630,60	0,00	7.701.630,60
213 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL	0,00	7.701.630,60	0,00	7.701.630,60
20312 - Financiamento do Plano de Custeio da CEARÁPREV.	0,00	7.701.630,60	0,00	7.701.630,60
272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	0,00	2.997.166.616,67	0,00	2.997.166.616,67
213 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL	0,00	2.997.166.616,67	0,00	2.997.166.616,67
20023 - Pagamento de Pensões provenientes do Montepio do Poder Executivo - Folha Normal.	0,00	784.048,95	0,00	784.048,95
20025 - Pagamento de Pensões provenientes do Montepio do Ministério Público - Folha Normal.	0,00	3.778,31	0,00	3.778,31
20026 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do Ministério Público - Folha Normal.	0,00	57.759.407,33	0,00	57.759.407,33
20027 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do Tribunal de Contas do Estado - Folha Normal.	0,00	58.537.596,26	0,00	58.537.596,26
20028 - Pagamento de Inativos e Pensionistas da Segurança Pública (Pessoal Civil) - Folha Normal.	0,00	147.023.933,45	0,00	147.023.933,45
20029 - Pagamento de Inativos e Pensionistas da Assembleia Legislativa - Folha Normal.	0,00	76.897.664,84	0,00	76.897.664,84
20030 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do Poder Judiciário do Estado do Ceará - Folha Normal.	0,00	193.807.992,24	0,00	193.807.992,24





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20037 - Pagamento de Inativos e Pensionistas da Administração Geral do Poder Executivo - Folha Complementar.	0,00	1.059.195,34	0,00	1.059.195,34
20039 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do Poder Judiciário - Folha Complementar.	0,00	431.106,34	0,00	431.106,34
20042 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do Ensino Básico - Folha Complementar.	0,00	116.676,75	0,00	116.676,75
20045 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do Ensino Básico - Folha Normal.	0,00	1.176.883.826,24	0,00	1.176.883.826,24
20046 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do Ensino Superior - Folha Normal.	0,00	167.607.849,37	0,00	167.607.849,37
20047 - Pagamento de Inativos e Pensionistas da Área de Saúde - Folha Normal.	0,00	206.554.946,12	0,00	206.554.946,12
20048 - Pagamento de Inativos e Pensionistas da Administração Geral do Poder Executivo - Folha Normal.	0,00	872.642.770,06	0,00	872.642.770,06
20049 - Pagamento de Inativos e Pensionistas da Defensoria Pública Geral do Estado - Folha Normal.	0,00	37.055.825,07	0,00	37.055.825,07
Total da UO	0,00	3.004.868.247,27	0,00	3.004.868.247,27
Total do Órgão	0,00	3.004.868.247,27	0,00	3.004.868.247,27
46200005 - FUNDO FINANCEIRO - PREVMILITAR	0,00	948.321.267,31	0,00	948.321.267,31
46200005005 - FUNDO FINANCEIRO - PREVMILITAR	0,00	948.321.267,31	0,00	948.321.267,31
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	948.321.267,31	0,00	948.321.267,31
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	7.701.630,56	0,00	7.701.630,56
213 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL	0,00	7.701.630,56	0,00	7.701.630,56
20354 - Financiamento do Plano de Custeio da CEARÁPREV.	0,00	7.701.630,56	0,00	7.701.630,56
272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	0,00	940.619.636,75	0,00	940.619.636,75
213 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL	0,00	940.619.636,75	0,00	940.619.636,75
20051 - Pagamento de Inativos e Pensionistas da Segurança Pública (Pessoal Militar) - Folha Normal.	0,00	935.414.094,05	0,00	935.414.094,05
20052 - Pagamento de Inativos e Pensionistas da Segurança Pública (Pessoal Militar) - Folha Complementar.	0,00	5.205.542,70	0,00	5.205.542,70
Total da UO	0,00	948.321.267,31	0,00	948.321.267,31
Total do Órgão	0,00	948.321.267,31	0,00	948.321.267,31
46200006 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ	0,00	4.582.185,76	0,00	4.582.185,76
46200006006 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ	0,00	4.582.185,76	0,00	4.582.185,76
16 - HABITAÇÃO	0,00	4.582.185,76	0,00	4.582.185,76
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	4.582.185,76	0,00	4.582.185,76
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	4.582.185,76	0,00	4.582.185,76
20804 - Manutenção dos Serviços Administrativos - COHAB.	0,00	4.335.816,01	0,00	4.335.816,01
20894 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - COHAB.	0,00	246.369,75	0,00	246.369,75
Total da UO	0,00	4.582.185,76	0,00	4.582.185,76
Total do Órgão	0,00	4.582.185,76	0,00	4.582.185,76
46200007 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID	0,00	525.107.073,25	0,00	525.107.073,25
46200007007 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID	0,00	525.107.073,25	0,00	525.107.073,25





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	525.107.073,25	0,00	525.107.073,25
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	7.701.630,56	0,00	7.701.630,56
213 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL	0,00	7.701.630,56	0,00	7.701.630,56
20360 - Financiamento do Plano de Custeio da CEARAPREV.	0,00	7.701.630,56	0,00	7.701.630,56
272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	0,00	517.405.442,69	0,00	517.405.442,69
213 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL	0,00	517.405.442,69	0,00	517.405.442,69
20053 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do Ensino Básico - Folha Normal.	0,00	41.963,73	0,00	41.963,73
20054 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do Ministério Público - Folha Normal.	0,00	15.154.789,82	0,00	15.154.789,82
20055 - Pagamento de Inativos e Pensionistas da Administração Geral do Poder Executivo - Folha Normal.	0,00	430.206.097,33	0,00	430.206.097,33
20056 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do Tribunal de Justiça do Estado - Folha Normal.	0,00	44.410.859,16	0,00	44.410.859,16
20057 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do Tribunal de Contas do Estado - Folha Normal.	0,00	9.473.294,71	0,00	9.473.294,71
20059 - Pagamento de Inativos e Pensionistas da Defensoria Pública Geral do Estado - Folha Normal.	0,00	10.416,04	0,00	10.416,04
20272 - Pagamento de Inativos e Pensionistas da Assembleia Legislativa - Folha Normal.	0,00	18.108.021,90	0,00	18.108.021,90
Total da UO	0,00	525.107.073,25	0,00	525.107.073,25
Total do Órgão	0,00	525.107.073,25	0,00	525.107.073,25
46200008 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	292.765.707,33	11.946.962,43	304.712.669,76
46200008008 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	292.765.707,33	11.946.962,43	304.712.669,76
04 - ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	11.946.962,43	11.946.962,43
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	11.946.962,43	11.946.962,43
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	11.946.962,43	11.946.962,43
00019 - Repasse Financeiro para o Plano de Custeio do ISSEC.	0,00	0,00	11.946.962,43	11.946.962,43
10 - SAÚDE	0,00	292.765.707,33	0,00	292.765.707,33
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	6.907.878,64	0,00	6.907.878,64
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	0,00	6.907.878,64	0,00	6.907.878,64
20387 - Manutenção das Ações Finalísticas do FASSEC.	0,00	6.907.878,64	0,00	6.907.878,64
242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	0,00	483.381,50	0,00	483.381,50
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	0,00	483.381,50	0,00	483.381,50
20233 - Assistência aos Portadores de Necessidades Especiais.	0,00	483.381,50	0,00	483.381,50
301 - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	123.554.861,93	0,00	123.554.861,93
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	0,00	123.554.861,93	0,00	123.554.861,93
20226 - Assistência Médica.	0,00	27.998.152,52	0,00	27.998.152,52
20228 - Assistência em Exames.	0,00	80.671.720,18	0,00	80.671.720,18
20229 - Assistência em Odontologia.	0,00	9.564.819,86	0,00	9.564.819,86





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20230 - Assistência em Fonoaudiologia.	0,00	326.378,00	0,00	326.378,00
20231 - Assistência em Psicologia.	0,00	2.224.566,00	0,00	2.224.566,00
20232 - Assistência em Fisioterapia.	0,00	2.769.225,37	0,00	2.769.225,37
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	161.819.585,26	0,00	161.819.585,26
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	0,00	161.819.585,26	0,00	161.819.585,26
20227 - Assistência Hospitalar.	0,00	161.819.585,26	0,00	161.819.585,26
Total da UO	0,00	292.765.707,33	11.946.962,43	304.712.669,76
Total do Órgão	0,00	292.765.707,33	11.946.962,43	304.712.669,76
46200009 - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	23.631.415,00	0,00	23.631.415,00
46200009009 - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	23.631.415,00	0,00	23.631.415,00
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	23.631.415,00	0,00	23.631.415,00
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	9.632.514,93	0,00	9.632.514,93
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	9.632.514,93	0,00	9.632.514,93
20010 - Manutenção dos Serviços Administrativos - CEARAPREV.	0,00	7.317.391,07	0,00	7.317.391,07
20928 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - CEARAPREV.	0,00	2.315.123,86	0,00	2.315.123,86
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	13.998.900,07	0,00	13.998.900,07
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	13.998.900,07	0,00	13.998.900,07
20843 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - CEARAPREV.	0,00	13.998.900,07	0,00	13.998.900,07
Total da UO	0,00	23.631.415,00	0,00	23.631.415,00
Total do Órgão	0,00	23.631.415,00	0,00	23.631.415,00
47000000 - SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS	230.815.226,73	215.330.198,78	0,00	446.145.425,51
47000000001 - COORDENADORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO	132.380.884,14	122.048.196,51	0,00	254.429.080,65
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	95.732.240,98	114.890.396,03	0,00	210.622.637,01
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.074.558,39	102.805.517,97	0,00	107.880.076,36
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	5.074.558,39	102.805.517,97	0,00	107.880.076,36
10055 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - SPS.	882.806,56	0,00	0,00	882.806,56
10274 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - SPS.	594.558,00	0,00	0,00	594.558,00
11478 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - SPS.	3.597.193,83	0,00	0,00	3.597.193,83
20826 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SPS.	0,00	26.312.369,83	0,00	26.312.369,83
20911 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SPS.	0,00	2.432.006,03	0,00	2.432.006,03
20977 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SPS.	0,00	73.846.900,77	0,00	73.846.900,77
21027 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - SPS.	0,00	214.241,34	0,00	214.241,34





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	405.330,00	0,00	0,00	405.330,00
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	405.330,00	0,00	0,00	405.330,00
10274 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - SPS.	405.330,00	0,00	0,00	405.330,00
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	9.185.786,91	0,00	0,00	9.185.786,91
122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	419.499,85	0,00	0,00	419.499,85
30021 - Implementação de Equipamentos Sociais de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência	419.499,85	0,00	0,00	419.499,85
123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	8.766.287,06	0,00	0,00	8.766.287,06
10225 - Apoio à Gestão do Programa Mais Infância.	1.420.000,00	0,00	0,00	1.420.000,00
10945 - Aquisição de Equipamentos para o Atendimento a Crianças, Adolescentes e Jovens em 7 Polos de Convivência (ABCs e Circo Escolas).	36.250,00	0,00	0,00	36.250,00
10946 - Atendimento a Crianças, Adolescentes e Jovens em 7 Polos de Convivência (ABCs e Circo Escolas).	4.276.723,59	0,00	0,00	4.276.723,59
15458 - Atendimento a crianças, adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco social no Espaço Mais Infância.	1.039.385,78	0,00	0,00	1.039.385,78
15497 - Implantação do Espaço Mais Infância para atendimento a crianças, adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.	1.993.927,69	0,00	0,00	1.993.927,69
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	81.066.565,68	12.084.878,06	0,00	93.151.443,74
123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	80.907.423,93	12.084.878,06	0,00	92.992.301,99
10947 - Atendimento às Famílias em Situação de Vulnerabilidade nos 4 Centros Comunitários.	2.690.757,77	0,00	0,00	2.690.757,77
10948 - Aquisição de Equipamentos para Atendimento às Famílias em Situação de Vulnerabilidade nos 4 Centros Comunitários.	45.000,16	0,00	0,00	45.000,16
10949 - Aquisição de Equipamentos para Atendimento às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade no Espaço Viva Gente.	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
10950 - Atendimento às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade no Espaço Viva Gente.	1.835.007,06	0,00	0,00	1.835.007,06
18445 - Aquisição de Equipamentos para Premiação ou Doação aos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	12.811.868,48	0,00	0,00	12.811.868,48
18563 - Concessão de Vale Gás Social à população cearense socialmente mais vulnerável.	62.994.790,46	0,00	0,00	62.994.790,46
18564 - Apoio Financeiro a Entidades sem fins lucrativos para atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade pessoal e social	230.000,00	0,00	0,00	230.000,00
20473 - Arte na Praça Itinerante.	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00
21308 - Manutenção dos serviços do Complexo Social Mais Infância para atendimento a crianças, adolescentes, jovens e seus familiares em situação de vulnerabilidade e risco social	0,00	11.834.878,06	0,00	11.834.878,06
141 - GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	159.141,75	0,00	0,00	159.141,75





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
11075 - Assessoramento a Municípios para o Fortalecimento do SISAN.	130.900,00	0,00	0,00	130.900,00
11098 - Apoio à Implementação de Ações de Segurança Alimentar e Nutricional.	28.241,75	0,00	0,00	28.241,75
12 - EDUCAÇÃO	36.438.643,16	6.773.752,25	0,00	43.212.395,41
242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	0,00	2.559.939,60	0,00	2.559.939,60
442 - QUALIFICA CEARA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	0,00	2.559.939,60	0,00	2.559.939,60
20611 - Manutenção do Centro de Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência.	0,00	2.559.939,60	0,00	2.559.939,60
363 - ENSINO PROFISSIONAL	36.438.643,16	4.213.812,65	0,00	40.652.455,81
442 - QUALIFICA CEARA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	36.438.643,16	4.213.812,65	0,00	40.652.455,81
11174 - Qualificação Social e Profissional de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social.	5.000.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00
11192 - Aquisição de Instrumentais de Trabalho para Qualificação Social e Profissional de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social.	1.594.178,00	0,00	0,00	1.594.178,00
11193 - Qualificação Profissional de Jovens Cearenses.	10.282.310,38	0,00	0,00	10.282.310,38
11196 - Promoção da Aprendizagem de Adolescentes e Jovens no Mercado de Trabalho.	4.960.000,00	0,00	0,00	4.960.000,00
15323 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE JOVENS (VIRANDO O JOGO-SUPERAÇÃO)	14.602.154,78	0,00	0,00	14.602.154,78
20612 - Manutenção dos Centros de Inclusão Tecnológica e Social.	0,00	4.213.812,65	0,00	4.213.812,65
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	210.000,00	384.048,23	0,00	594.048,23
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	210.000,00	384.048,23	0,00	594.048,23
133 - PROTEÇÃO À VIDA E ACESSO À JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA	210.000,00	384.048,23	0,00	594.048,23
10923 - Indenização aos Ex-presos Políticos.	210.000,00	0,00	0,00	210.000,00
20619 - Contratação de Tráfego de Dados da Rede Gigafor.	0,00	384.048,23	0,00	384.048,23
Total da UO	132.380.884,14	122.048.196,51	0,00	254.429.080,65
47000000002 - COORDENADORIA DE AÇÕES INTERSETORIAIS	80.707.412,73	0,00	0,00	80.707.412,73
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	70.984.928,03	0,00	0,00	70.984.928,03
241 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	3.468.088,51	0,00	0,00	3.468.088,51
122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	3.468.088,51	0,00	0,00	3.468.088,51
10234 - Implantação de Abrigo de Idosos (PROARES III - 1ª FASE - Comp.II).	3.468.088,51	0,00	0,00	3.468.088,51
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	67.516.839,52	0,00	0,00	67.516.839,52
122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	709.396,27	0,00	0,00	709.396,27
10233 - Implantação de Centros Especializados da Assistência Social (PROARES III - 1ª FASE - Comp.II).	709.396,27	0,00	0,00	709.396,27
123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	66.510.771,81	0,00	0,00	66.510.771,81
10231 - Expansão de Serviços Sociais por meio dos Planos Participativos Municipais (PROARES III - 1ª Fase - Comp I).	64.166.108,98	0,00	0,00	64.166.108,98





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
10232 - Promoção do Fortalecimento Institucional, Auditoria, Monitoramento e Gestão do Programa (PROARES III - 1ª Fase - Comp IV).	2.344.662,83	0,00	0,00	2.344.662,83
136 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	296.671,44	0,00	0,00	296.671,44
10382 - Qualificação de Adolescentes em Medidas Socioeducativas (PROARES III - 1ª Fase - Comp II).	296.671,44	0,00	0,00	296.671,44
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	9.722.484,70	0,00	0,00	9.722.484,70
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	9.722.484,70	0,00	0,00	9.722.484,70
131 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	9.722.484,70	0,00	0,00	9.722.484,70
11547 - Implantação de Unidades da Casa da Mulher Cearense (PROARES III - 1ª FASE - Comp.II).	9.722.484,70	0,00	0,00	9.722.484,70
Total da UO	80.707.412,73	0,00	0,00	80.707.412,73
47000000003 - OCUPAÇÃO, TRABALHO E RENDA	2.350.000,00	1.929.015,89	0,00	4.279.015,89
11 - TRABALHO	2.350.000,00	1.929.015,89	0,00	4.279.015,89
334 - FOMENTO AO TRABALHO	2.100.000,00	1.929.015,89	0,00	4.029.015,89
361 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	2.100.000,00	1.929.015,89	0,00	4.029.015,89
11222 - Inserção do Artesão na Geração de Renda.	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
11247 - Inovação e Aprimoramento da Produção Artesanal.	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00
20613 - Manutenção do Complexo CEART.	0,00	1.929.015,89	0,00	1.929.015,89
691 - PROMOÇÃO COMERCIAL	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
361 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
10997 - Apoio Logístico a Feiras e Eventos.	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
Total da UO	2.350.000,00	1.929.015,89	0,00	4.279.015,89
47000000005 - COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DOS DIREITOS HUMANOS	6.235.940,97	0,00	0,00	6.235.940,97
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	6.235.940,97	0,00	0,00	6.235.940,97
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	6.235.940,97	0,00	0,00	6.235.940,97
133 - PROTEÇÃO À VIDA E ACESSO À JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA	211.527,80	0,00	0,00	211.527,80
11591 - Implantação de Casas de Mediação.	211.527,80	0,00	0,00	211.527,80
135 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	6.024.413,17	0,00	0,00	6.024.413,17
11564 - Execução de Ações para Inclusão Social e Enfrentamento a Violência contra os Grupos Vulneráveis.	5.690.808,46	0,00	0,00	5.690.808,46
11565 - Aquisição de Material Permanente e Equipamentos para Implementação de Ações de Inclusão Social.	198.545,00	0,00	0,00	198.545,00
11568 - Promoção de Ações de Controle Social, Prevenção, Combate à Tortura e Violações de Direitos Humanos.	135.059,71	0,00	0,00	135.059,71
Total da UO	6.235.940,97	0,00	0,00	6.235.940,97





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
47000000006 - COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS IDOSOS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
135 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
15482 - Apoio à implementação de Políticas Públicas para Inserção e Acessibilidade.	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
Total da UO	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
47000000007 - COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	132.159,52	0,00	0,00	132.159,52
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	132.159,52	0,00	0,00	132.159,52
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	132.159,52	0,00	0,00	132.159,52
135 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	132.159,52	0,00	0,00	132.159,52
11266 - Capacitação de Agentes Públicos para Superação do Racismo Institucional.	132.159,52	0,00	0,00	132.159,52
Total da UO	132.159,52	0,00	0,00	132.159,52
47000000008 - COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANVESTIS E TRANSEXUAIS	517.966,86	0,00	0,00	517.966,86
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	517.966,86	0,00	0,00	517.966,86
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	517.966,86	0,00	0,00	517.966,86
135 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	517.966,86	0,00	0,00	517.966,86
11289 - Realização de Estudos e Pesquisas sobre os Grupos Vulneráveis.	96.195,00	0,00	0,00	96.195,00
11333 - Implantação do Centro de Referência LGBT.	104.373,62	0,00	0,00	104.373,62
18384 - Realização de serviço qualificado e especializado à população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais cearenses	317.398,24	0,00	0,00	317.398,24
Total da UO	517.966,86	0,00	0,00	517.966,86
47000000009 - COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES	110.000,00	8.617.169,56	0,00	8.727.169,56
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	110.000,00	8.617.169,56	0,00	8.727.169,56
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	110.000,00	8.617.169,56	0,00	8.727.169,56
131 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	110.000,00	8.617.169,56	0,00	8.727.169,56
11319 - Capacitação para Inclusão Socioproductiva de Mulheres.	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00
20625 - Manutenção da Casa da Mulher.	0,00	7.476.091,80	0,00	7.476.091,80
20626 - Manutenção e Operacionalização da Unidade Móvel de Atendimento à Mulher.	0,00	622.331,00	0,00	622.331,00
21002 - Manutenção da Casa da Mulher Brasileira	0,00	518.746,76	0,00	518.746,76
Total da UO	110.000,00	8.617.169,56	0,00	8.727.169,56
47000000010 - COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS	5.329.548,74	0,00	0,00	5.329.548,74





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	5.329.548,74	0,00	0,00	5.329.548,74
301 - ATENÇÃO BÁSICA	5.329.548,74	0,00	0,00	5.329.548,74
132 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS	5.329.548,74	0,00	0,00	5.329.548,74
10916 - Apoio à Realização de Capacitações e Eventos de Prevenção ao uso de Álcool e outras Drogas.	2.108.222,25	0,00	0,00	2.108.222,25
10922 - Assistência às Pessoas com Vulnerabilidade ao Uso e Abuso de Drogas Lícitas e Ilícitas.	2.498.147,33	0,00	0,00	2.498.147,33
10932 - Aquisição de Equipamentos para a Manutenção dos Centros de Referência sobre Drogas.	663.296,00	0,00	0,00	663.296,00
18467 - Manutenção de Unidade Móvel	59.883,16	0,00	0,00	59.883,16
Total da UO	5.329.548,74	0,00	0,00	5.329.548,74
47000000011 - COORDENADORIA DA CIDADANIA	1.851.313,77	82.735.816,82	0,00	84.587.130,59
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	1.851.313,77	82.735.816,82	0,00	84.587.130,59
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	1.851.313,77	82.735.816,82	0,00	84.587.130,59
133 - PROTEÇÃO À VIDA E ACESSO À JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA	1.851.313,77	82.735.816,82	0,00	84.587.130,59
10923 - Indenização aos Ex-presos Políticos.	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00
15452 - Prestação de serviços de proteção provisória e assistência integral a pessoas em situação de ameaça de morte.	1.479.600,00	0,00	0,00	1.479.600,00
15478 - Implantação de Centros de Referência e Apoio à Víctima de Violência e CRAVV (PreVio - COMP III).	12.243,00	0,00	0,00	12.243,00
20453 - Manutenção das Unidades de Atendimento ao Cidadão - Vapt Vupt.	0,00	57.697.212,60	0,00	57.697.212,60
20459 - Manutenção das Unidades de Atendimento ao Cidadão - Casa e Caminhão.	0,00	5.586.188,00	0,00	5.586.188,00
20617 - Fortalecimento das Ações da Política da Justiça e Cidadania.	0,00	11.271.524,28	0,00	11.271.524,28
20620 - Manutenção e Funcionamento das Casas do Cidadão.	0,00	2.121.140,75	0,00	2.121.140,75
20623 - Gestão e Manutenção das Ações do Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte (PPCAAM).	0,00	2.210.366,02	0,00	2.210.366,02
20756 - Gestão e Manutenção das Ações do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH).	0,00	1.292.842,54	0,00	1.292.842,54
20757 - Gestão e Manutenção das Ações do Programa de Proteção à Víctima e Testemunhas Ameaçadas do Estado do Ceará (PROVITA).	0,00	2.556.542,63	0,00	2.556.542,63
30019 - Expansão da Oferta do Serviço de Atendimento ao Cidadão	269.470,77	0,00	0,00	269.470,77
Total da UO	1.851.313,77	82.735.816,82	0,00	84.587.130,59
Total do Órgão	230.815.226,73	215.330.198,78	0,00	446.145.425,51
47100004 - SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO	8.746.859,33	108.421.786,37	0,00	117.168.645,70
47100004004 - SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO	8.746.859,33	108.421.786,37	0,00	117.168.645,70
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	8.746.859,33	108.421.786,37	0,00	117.168.645,70
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	344.870,82	50.331.697,64	0,00	50.676.568,46





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
136 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	0,00	43.216.379,55	0,00	43.216.379,55
20691 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SEAS.	0,00	43.125.172,73	0,00	43.125.172,73
20692 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - SEAS.	0,00	91.206,82	0,00	91.206,82
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	7.115.318,09	0,00	7.115.318,09
20815 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SEAS.	0,00	7.115.318,09	0,00	7.115.318,09
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	344.870,82	0,00	0,00	344.870,82
11483 - Realização de Seleção Pública para Servidores Temporários - SEAS.	344.870,82	0,00	0,00	344.870,82
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	742.324,70	2.874.729,85	0,00	3.617.054,55
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	742.324,70	2.874.729,85	0,00	3.617.054,55
10355 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEAS.	669.220,70	0,00	0,00	669.220,70
10937 - Implementação de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEAS.	73.104,00	0,00	0,00	73.104,00
20906 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEAS.	0,00	2.874.729,85	0,00	2.874.729,85
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	7.659.663,81	55.215.358,88	0,00	62.875.022,69
136 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	7.659.663,81	55.215.358,88	0,00	62.875.022,69
11454 - Reforma dos Centros Socioeducativos.	3.642.504,94	0,00	0,00	3.642.504,94
11455 - Formação Profissional para Adolescentes em Medidas Socioeducativas e Egressos do Sistema.	217.404,00	0,00	0,00	217.404,00
11457 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos.	1.128.205,46	0,00	0,00	1.128.205,46
11458 - Desenvolvimento de Eventos e Atividades de Arte, Cultura e Esporte para Adolescentes em Medidas Socioeducativas.	4.013,10	0,00	0,00	4.013,10
18396 - Atendimento e Acompanhamento a Adolescentes Vinculados ao Programa de Oportunidade e Cidadania do Sistema Socioeducativo.	2.667.536,31	0,00	0,00	2.667.536,31
20689 - Atendimento às Unidades de Proteção Social de Adolescentes em Conflito Com a Lei em Cumprimento de Medidas Socioeducativas.	0,00	55.215.358,88	0,00	55.215.358,88
Total da UO	8.746.859,33	108.421.786,37	0,00	117.168.645,70
Total do Órgão	8.746.859,33	108.421.786,37	0,00	117.168.645,70
47200001 - FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	3.694.210,88	0,00	0,00	3.694.210,88
47200001001 - FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	3.694.210,88	0,00	0,00	3.694.210,88
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.694.210,88	0,00	0,00	3.694.210,88
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	3.694.210,88	0,00	0,00	3.694.210,88





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	3.694.210,88	0,00	0,00	3.694.210,88
10398 - Apoio a Entidades que Trabalham com Serviços de Atendimento a Crianças e Adolescentes.	3.300.663,34	0,00	0,00	3.300.663,34
10405 - Aquisição de Equipamentos para Subsidiar Entidades nas Ações de Serviços de Atendimento a Crianças e Adolescentes.	393.547,54	0,00	0,00	393.547,54
Total da UO	3.694.210,88	0,00	0,00	3.694.210,88
Total do Órgão	3.694.210,88	0,00	0,00	3.694.210,88
47200002 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	232.426.929,83	14.288.665,57	0,00	246.715.595,40
47200002002 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	232.426.929,83	14.288.665,57	0,00	246.715.595,40
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	232.426.929,83	14.288.665,57	0,00	246.715.595,40
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	261.839,28	0,00	0,00	261.839,28
121 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	261.839,28	0,00	0,00	261.839,28
10986 - Aprimoramento da Gestão Estadual do SUAS.	261.839,28	0,00	0,00	261.839,28
241 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	4.975.611,57	0,00	0,00	4.975.611,57
122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	4.975.611,57	0,00	0,00	4.975.611,57
11038 - Manutenção da Unidade de Acolhimento para Pessoas Idosas.	4.890.664,12	0,00	0,00	4.890.664,12
11213 - Aquisição de Equipamentos para Atendimento a Pessoas Idosas.	84.947,45	0,00	0,00	84.947,45
242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	12.703.700,62	0,00	0,00	12.703.700,62
122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	12.703.700,62	0,00	0,00	12.703.700,62
11039 - Manutenção das Residências Inclusivas para Jovens e Adultos com Deficiência.	7.773.329,65	0,00	0,00	7.773.329,65
11040 - Manutenção das Unidades de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Pessoas com Deficiência.	4.930.370,97	0,00	0,00	4.930.370,97
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	184.942.684,10	8.804.735,32	0,00	193.747.419,42
122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	4.239.362,42	8.804.735,32	0,00	13.044.097,74
11061 - Manutenção dos Serviços Regionalizados de Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes.	1.434.957,56	0,00	0,00	1.434.957,56
11575 - Apoio à Manutenção dos Abrigos Regionalizados para Crianças e Adolescentes.	2.804.404,86	0,00	0,00	2.804.404,86
20531 - Manutenção das Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes de Gestão Indireta.	0,00	3.596.121,40	0,00	3.596.121,40
20532 - Manutenção das Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes de Gestão Direta.	0,00	4.470.396,90	0,00	4.470.396,90
20547 - Manutenção dos Abrigos Regionalizados para Crianças e Adolescentes.	0,00	738.217,02	0,00	738.217,02
123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	180.703.321,68	0,00	0,00	180.703.321,68
10635 - Execução do Programa Mais Infância Ceará - Cartão Mais Infância.	176.614.726,21	0,00	0,00	176.614.726,21
10902 - Capacitação das Ações do Programa Primeira Infância no SUAS/CRIANÇA FELIZ no Território do CRAS.	1.347.838,47	0,00	0,00	1.347.838,47





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
10913 - Aquisição de Equipamentos para a Gestão do Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz no Território do CRAS.	177,00	0,00	0,00	177,00
18417 - Concessão de bolsa de incentivo no âmbito das ações do Cartão Mais Infância Ceará	2.740.580,00	0,00	0,00	2.740.580,00
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	29.543.094,26	5.483.930,25	0,00	35.027.024,51
121 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.726,66	362.602,48	0,00	366.329,14
10645 - Aquisição de Mobiliários e Equipamentos da Gestão do SUAS.	3.726,66	0,00	0,00	3.726,66
20601 - Fortalecimento do controle social do Suas.	0,00	362.602,48	0,00	362.602,48
122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	6.468.100,60	2.324.367,26	0,00	8.792.467,86
11001 - Manutenção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS Regional de Fortaleza.	3.621.549,89	0,00	0,00	3.621.549,89
11004 - Promoção de Capacitações para Profissionais dos Serviços Socioassistenciais de Alta Complexidade.	500.522,46	0,00	0,00	500.522,46
11032 - Atendimento Integral a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.	475.428,25	0,00	0,00	475.428,25
11216 - Apoio a Projetos do Programa de Cooperação Federativa.	145.000,00	0,00	0,00	145.000,00
11466 - Apoio Financeiro para o Centro de Referência.	1.725.600,00	0,00	0,00	1.725.600,00
20529 - Manutenção da Unidade de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.	0,00	105.282,01	0,00	105.282,01
20536 - Manutenção das Ações dos CREAS Regionais.	0,00	1.632.541,93	0,00	1.632.541,93
21227 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ç CREAS REGIONAL I (CARIRI)	0,00	586.543,32	0,00	586.543,32
123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	23.071.267,00	2.796.960,51	0,00	25.868.227,51
10634 - Cofinanciamento de Benefícios Eventuais.	2.500.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00
10941 - Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).	17.061.467,00	0,00	0,00	17.061.467,00
10942 - Apoio a Projetos do Programa de Cooperação Federativa.	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
19296 - Apoio financeiro para incremento dos serviços de Proteção Social Básica para atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade social	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
20471 - Capacitação e Assessoramento aos Municípios.	0,00	2.308.889,16	0,00	2.308.889,16
20472 - Gestão Estadual do Bolsa Família.	0,00	488.071,35	0,00	488.071,35
30001 - Aquisição de Equipamentos para o Programa Mais Infância.	209.800,00	0,00	0,00	209.800,00
30709 - INCENTIVO FINANCEIRO PARA PREMIAÇÃO AOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
Total da UO	232.426.929,83	14.288.665,57	0,00	246.715.595,40
Total do Órgão	232.426.929,83	14.288.665,57	0,00	246.715.595,40
47200003 - FUNDO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO	2.555.463,73	0,00	0,00	2.555.463,73







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
47200003003 - FUNDO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO	2.555.463,73	0,00	0,00	2.555.463,73
11 - TRABALHO	2.555.463,73	0,00	0,00	2.555.463,73
691 - PROMOÇÃO COMERCIAL	2.555.463,73	0,00	0,00	2.555.463,73
361 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	2.555.463,73	0,00	0,00	2.555.463,73
11117 - Manutenção das Lojas de Artesanato do Ceará.	2.494.451,93	0,00	0,00	2.494.451,93
11152 - Locação de Aplicativos para Emissão de Notas Fiscais Eletrônicas e Manifestos Eletrônicos.	15.580,84	0,00	0,00	15.580,84
11561 - Infraestrutura para Apoiar a Manutenção das Lojas CEART.	45.430,96	0,00	0,00	45.430,96
Total da UO	2.555.463,73	0,00	0,00	2.555.463,73
Total do Órgão	2.555.463,73	0,00	0,00	2.555.463,73
47200005 - FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ	3.917.126,58	0,00	0,00	3.917.126,58
47200005005 - FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ	3.917.126,58	0,00	0,00	3.917.126,58
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.917.126,58	0,00	0,00	3.917.126,58
241 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	3.917.126,58	0,00	0,00	3.917.126,58
122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	3.917.126,58	0,00	0,00	3.917.126,58
11571 - Apoio a Entidades que Trabalham com Serviços de Atendimento a Idosos.	3.601.962,50	0,00	0,00	3.601.962,50
11573 - Aquisição de Equipamentos para Subsidiar Entidades nas Ações de Serviços de Atendimento a Idosos.	315.164,08	0,00	0,00	315.164,08
Total da UO	3.917.126,58	0,00	0,00	3.917.126,58
Total do Órgão	3.917.126,58	0,00	0,00	3.917.126,58
53000000 - CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO	1.458.037,96	11.813.342,64	0,00	13.271.380,60
53000000002 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	1.458.037,96	11.813.342,64	0,00	13.271.380,60
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	1.458.037,96	11.813.342,64	0,00	13.271.380,60
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	830.127,70	10.789.318,08	0,00	11.619.445,78
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	805.500,00	2.482.814,63	0,00	3.288.314,63
10017 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - CGD.	805.500,00	0,00	0,00	805.500,00
20796 - Manutenção dos Serviços Administrativos - CGD.	0,00	2.482.814,63	0,00	2.482.814,63
522 - CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO	24.627,70	8.306.503,45	0,00	8.331.131,15
11136 - Reforma e Ampliação das Instalações da CGD e/ou Células Regionais.	24.627,70	0,00	0,00	24.627,70
20566 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - CGD	0,00	8.306.503,45	0,00	8.306.503,45
124 - CONTROLE INTERNO	0,00	24.479,35	0,00	24.479,35
522 - CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO	0,00	24.479,35	0,00	24.479,35
21041 - Apuração dos Desvios de Conduta.	0,00	24.479,35	0,00	24.479,35
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	627.910,26	999.545,21	0,00	1.627.455,47



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	627.910,26	999.545,21	0,00	1.627.455,47
10195 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGD.	563.017,26	0,00	0,00	563.017,26
10722 - Implementação de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGD.	64.893,00	0,00	0,00	64.893,00
20889 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGD.	0,00	999.545,21	0,00	999.545,21
Total da UO	1.458.037,96	11.813.342,64	0,00	13.271.380,60
Total do Órgão	1.458.037,96	11.813.342,64	0,00	13.271.380,60
56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO	35.966.512,26	34.045.443,32	0,00	70.011.955,58
56000000001 - GABINETE DO SECRETÁRIO	34.220.985,26	20.866.957,58	0,00	55.087.942,84
11 - TRABALHO	26.392.865,43	20.866.957,58	0,00	47.259.823,01
334 - FOMENTO AO TRABALHO	26.392.865,43	20.866.957,58	0,00	47.259.823,01
362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	26.392.865,43	0,00	0,00	26.392.865,43
18431 - Apoio a Empreendedores no Âmbito do Estímulo a Geração de Empregos.	11.008.250,00	0,00	0,00	11.008.250,00
18567 - Apoio a Programa Municipal para Desenvolvimento de Ações de Empreendedorismo.	15.384.615,43	0,00	0,00	15.384.615,43
363 - CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ	0,00	20.866.957,58	0,00	20.866.957,58
20277 - Promoção do Atendimento aos Trabalhadores pelo Sistema Público de Emprego.	0,00	20.866.957,58	0,00	20.866.957,58
22 - INDÚSTRIA	4.843.005,83	0,00	0,00	4.843.005,83
661 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL	4.843.005,83	0,00	0,00	4.843.005,83
331 - ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	2.882.117,33	0,00	0,00	2.882.117,33
11122 - Realização de Eventos voltados para o Setor Industrial.	935.871,10	0,00	0,00	935.871,10
11124 - Participação em Eventos voltados para o Setor Industrial.	746.246,23	0,00	0,00	746.246,23
18462 - Elaboração do Guia do Investidor	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
344 - DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM	1.960.888,50	0,00	0,00	1.960.888,50
11492 - Atração de Indústrias.	1.960.888,50	0,00	0,00	1.960.888,50
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.985.114,00	0,00	0,00	2.985.114,00
691 - PROMOÇÃO COMERCIAL	2.985.114,00	0,00	0,00	2.985.114,00
321 - FORTALECIMENTO DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.985.114,00	0,00	0,00	2.985.114,00
11473 - Manutenção do Investimento do Hub Aéreo através de Subvenção Econômica.	2.985.114,00	0,00	0,00	2.985.114,00
Total da UO	34.220.985,26	20.866.957,58	0,00	55.087.942,84
56000000002 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	1.745.527,00	13.178.485,74	0,00	14.924.012,74
04 - ADMINISTRAÇÃO	17.720,00	9.230.752,61	0,00	9.248.472,61
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	12.000,00	9.230.752,61	0,00	9.242.752,61
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	12.000,00	9.230.752,61	0,00	9.242.752,61
10360 - Realização de Atividades de Desenvolvimento Institucional - SEDET.	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
20827 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SEDET.	0,00	9.230.752,61	0,00	9.230.752,61
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	5.720,00	0,00	0,00	5.720,00
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	5.720,00	0,00	0,00	5.720,00
10356 - Capacitação de Servidores para o Desenvolvimento das Atividades Administrativas - SEDET.	5.720,00	0,00	0,00	5.720,00
11 - TRABALHO	1.727.807,00	3.947.733,13	0,00	5.675.540,13
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	35.255,85	3.505.550,52	0,00	3.540.806,37
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	35.255,85	3.505.550,52	0,00	3.540.806,37
10036 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - SEDET.	35.255,85	0,00	0,00	35.255,85
20978 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SEDET.	0,00	3.505.550,52	0,00	3.505.550,52
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.692.551,15	442.182,61	0,00	2.134.733,76
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	1.692.551,15	442.182,61	0,00	2.134.733,76
10260 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEDET.	124.056,56	0,00	0,00	124.056,56
10813 - Implementação de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEDET.	1.568.494,59	0,00	0,00	1.568.494,59
20912 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEDET.	0,00	442.182,61	0,00	442.182,61
Total da UO	1.745.527,00	13.178.485,74	0,00	14.924.012,74
Total do Órgão	35.966.512,26	34.045.443,32	0,00	70.011.955,58
56200002 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	11.803.390,97	0,00	0,00	11.803.390,97
56200002002 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	11.803.390,97	0,00	0,00	11.803.390,97
22 - INDÚSTRIA	11.803.390,97	0,00	0,00	11.803.390,97
661 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL	11.803.390,97	0,00	0,00	11.803.390,97
331 - ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	11.803.390,97	0,00	0,00	11.803.390,97
11456 - Concessão de Incentivos para o Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará.	11.803.390,97	0,00	0,00	11.803.390,97
Total da UO	11.803.390,97	0,00	0,00	11.803.390,97
Total do Órgão	11.803.390,97	0,00	0,00	11.803.390,97
56200006 - AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ	5.618.690,48	26.308.626,29	395.673,33	32.322.990,10
56200006006 - AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ	5.618.690,48	26.308.626,29	395.673,33	32.322.990,10
20 - AGRICULTURA	5.618.690,48	26.308.626,29	395.673,33	32.322.990,10
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	4.790.191,46	395.673,33	5.185.864,79
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	4.790.191,46	0,00	4.790.191,46
20829 - Manutenção dos Serviços Administrativos - ADAGRI.	0,00	4.790.191,46	0,00	4.790.191,46
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	395.673,33	395.673,33
00012 - Pagamento de Concessão do Pasesp - ADAGRI.	0,00	0,00	395.673,33	395.673,33
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	1.160.551,27	0,00	1.160.551,27





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	1.160.551,27	0,00	1.160.551,27
20921 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - ADAGRI.	0,00	1.160.551,27	0,00	1.160.551,27
609 - DEFESA AGROPECUÁRIA	5.618.690,48	20.357.883,56	0,00	25.976.574,04
312 - ABASTECIMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E DEFESA NO SETOR AGROPECUÁRIO	5.618.690,48	20.357.883,56	0,00	25.976.574,04
11095 - Realização de Campanha de Vacinação de Bovinos e Bubalinos contra Febre Aftosa.	117.233,60	0,00	0,00	117.233,60
11103 - Realização da Vigilância Agropecuária Vegetal.	716.941,29	0,00	0,00	716.941,29
11111 - Realização da Vigilância Agropecuária Animal.	875.672,37	0,00	0,00	875.672,37
11420 - Apoio ao Monitoramento das Moscas das Frutas.	74.356,74	0,00	0,00	74.356,74
11428 - Apoio à Realização de Blitz Volante nas Vias/Rotas de maior Risco Sanitário.	221.169,65	0,00	0,00	221.169,65
11434 - Aquisição e Instalação de Material Permanente dos Núcleos Locais.	3.524.677,94	0,00	0,00	3.524.677,94
11490 - Realização de Vigilância na Sanidade Agropecuária.	88.638,89	0,00	0,00	88.638,89
20665 - Manutenção dos Núcleos Locais de Defesa Zootossanitária.	0,00	221.163,11	0,00	221.163,11
20669 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - ADAGRI.	0,00	19.463.514,39	0,00	19.463.514,39
20674 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - ADAGRI.	0,00	673.206,06	0,00	673.206,06
Total da UO	5.618.690,48	26.308.626,29	395.673,33	32.322.990,10
Total do Órgão	5.618.690,48	26.308.626,29	395.673,33	32.322.990,10
56200007 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	32.050.338,54	0,00	32.050.338,54
56200007007 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	32.050.338,54	0,00	32.050.338,54
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	32.050.338,54	0,00	32.050.338,54
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	11.833.544,70	0,00	11.833.544,70
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	6.719.124,76	0,00	6.719.124,76
20830 - Manutenção dos Serviços Administrativos - JUCEC.	0,00	6.719.124,76	0,00	6.719.124,76
362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	0,00	5.114.419,94	0,00	5.114.419,94
21058 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - JUCEC.	0,00	5.114.419,94	0,00	5.114.419,94
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	17.706.962,72	0,00	17.706.962,72
362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	0,00	17.706.962,72	0,00	17.706.962,72
21033 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - JUCEC.	0,00	17.706.962,72	0,00	17.706.962,72
691 - PROMOÇÃO COMERCIAL	0,00	2.509.831,12	0,00	2.509.831,12
362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	0,00	2.509.831,12	0,00	2.509.831,12





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
21060 - Apoio à Formalização de Empresas.	0,00	2.509.831,12	0,00	2.509.831,12
Total da UO	0,00	32.050.338,54	0,00	32.050.338,54
Total do Órgão	0,00	32.050.338,54	0,00	32.050.338,54
56200010 - FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO DO CEARÁ	57.222.081,68	0,00	0,00	57.222.081,68
56200010010 - FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO DO CEARÁ	57.222.081,68	0,00	0,00	57.222.081,68
11 - TRABALHO	57.222.081,68	0,00	0,00	57.222.081,68
334 - FOMENTO AO TRABALHO	57.222.081,68	0,00	0,00	57.222.081,68
362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	57.222.081,68	0,00	0,00	57.222.081,68
18455 - Repasse para execução do programa de microcrédito produtivo	46.688.316,00	0,00	0,00	46.688.316,00
18456 - Repasse para financiamento do custeio do programa de microcrédito produtivo	8.896.552,00	0,00	0,00	8.896.552,00
18457 - Contratação de empresa para execução do programa de microcrédito produtivo	1.637.213,68	0,00	0,00	1.637.213,68
Total da UO	57.222.081,68	0,00	0,00	57.222.081,68
Total do Órgão	57.222.081,68	0,00	0,00	57.222.081,68
56200011 - FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ	17.409,52	0,00	0,00	17.409,52
56200011011 - FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ	17.409,52	0,00	0,00	17.409,52
20 - AGRICULTURA	17.409,52	0,00	0,00	17.409,52
609 - DEFESA AGROPECUÁRIA	17.409,52	0,00	0,00	17.409,52
312 - ABASTECIMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E DEFESA NO SETOR AGROPECUÁRIO	17.409,52	0,00	0,00	17.409,52
18379 - Promover Ações de Indenização	17.409,52	0,00	0,00	17.409,52
Total da UO	17.409,52	0,00	0,00	17.409,52
Total do Órgão	17.409,52	0,00	0,00	17.409,52
57000000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	53.718.532,35	17.048.753,73	0,00	70.767.286,08
57000000001 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	26.938.378,45	17.048.753,73	0,00	43.987.132,18
18 - GESTÃO AMBIENTAL	26.938.378,45	17.048.753,73	0,00	43.987.132,18
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	2.765.780,97	0,00	2.765.780,97
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	2.765.780,97	0,00	2.765.780,97
20972 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SEMA.	0,00	2.765.780,97	0,00	2.765.780,97
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.851.202,17	243.642,02	0,00	5.094.844,19
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	5.550,00	243.642,02	0,00	249.192,02
10290 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEMA.	5.550,00	0,00	0,00	5.550,00
20898 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEMA.	0,00	243.642,02	0,00	243.642,02
724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ	4.845.652,17	0,00	0,00	4.845.652,17
15429 - Contratação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação para a estruturação de Unidades de Conservação.	4.845.652,17	0,00	0,00	4.845.652,17



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	22.087.176,28	14.039.330,74	0,00	36.126.507,02
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	2.006.446,22	0,00	2.006.446,22
20811 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SEMA.	0,00	2.006.446,22	0,00	2.006.446,22
721 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA	4.710.540,91	0,00	0,00	4.710.540,91
10989 - Realização de Capacitações em Educação Ambiental.	3.178.708,31	0,00	0,00	3.178.708,31
11003 - Realização de Campanhas Educativas, Eventos e Atividades Lúdicas.	1.531.832,60	0,00	0,00	1.531.832,60
724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ	17.376.635,37	12.032.884,52	0,00	29.409.519,89
11188 - Promover a Sensibilização da Sociedade para Valorização das Unidades de Conservação.	74.528,76	0,00	0,00	74.528,76
11227 - Realização de Estudos Técnicos.	205.000,00	0,00	0,00	205.000,00
11368 - Formação de Brigadas para Combate aos Incêndios Florestais.	20.403,40	0,00	0,00	20.403,40
11373 - Implantação de Equipamentos de Lazer, Esporte e Educação Ambiental em Unidades de Conservação.	11.509.674,66	0,00	0,00	11.509.674,66
11376 - Promoção de Infraestrutura Física nas Unidades de Conservação.	5.075.314,40	0,00	0,00	5.075.314,40
11379 - Realização de Cursos de Oficinas para Qualificação dos Membros do Conselho Gestor das Unidades de Conservação.	7.386,63	0,00	0,00	7.386,63
15423 - Aquisição de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação para a estruturação de Unidades de Conservação.	484.327,52	0,00	0,00	484.327,52
20631 - Realização da Gestão das Unidades de Conservação Estaduais.	0,00	12.032.884,52	0,00	12.032.884,52
Total da UO	26.938.378,45	17.048.753,73	0,00	43.987.132,18
5720001001 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	26.780.153,90	0,00	0,00	26.780.153,90
18 - GESTÃO AMBIENTAL	26.780.153,90	0,00	0,00	26.780.153,90
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	26.780.153,90	0,00	0,00	26.780.153,90
721 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA	17.118.070,50	0,00	0,00	17.118.070,50
10989 - Realização de Capacitações em Educação Ambiental	17.118.070,50	0,00	0,00	17.118.070,50
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	9.662.083,40	0,00	0,00	9.662.083,40
10500 - Realização de Pagamento por Serviços Ambientais - Catadores Materiais Recicláveis.	9.662.083,40	0,00	0,00	9.662.083,40
Total da UO	26.780.153,90	0,00	0,00	26.780.153,90
Total do Órgão	53.718.532,35	17.048.753,73	0,00	70.767.286,08
57200001 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	19.404.579,38	52.552.459,75	831.075,03	72.788.114,16
57200001001 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	19.404.579,38	52.552.459,75	831.075,03	72.788.114,16
18 - GESTÃO AMBIENTAL	19.404.579,38	52.552.459,75	831.075,03	72.788.114,16
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	12.323.400,66	49.704.193,35	831.075,03	62.858.669,04
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	12.011.400,66	49.704.193,35	0,00	61.715.594,01



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
10008 - Implantação de Nova Sede Administrativa das Instituições - Sema e Semace.	12.000.000,00	0,00	0,00	12.000.000,00
10061 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - SEMACE.	11.400,66	0,00	0,00	11.400,66
20814 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SEMACE.	0,00	13.057.860,86	0,00	13.057.860,86
20975 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SEMACE.	0,00	36.431.819,73	0,00	36.431.819,73
21025 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - SEMACE.	0,00	214.512,76	0,00	214.512,76
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	831.075,03	831.075,03
00050 - Pagamento de Sentenças / Débitos Judiciais - SEMACE.	0,00	0,00	20.827,69	20.827,69
00055 - Pagamento de Concessão de Pasep - SEMACE.	0,00	0,00	810.247,34	810.247,34
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	312.000,00	0,00	0,00	312.000,00
11047 - Realização de Concurso Público - SEMACE.	312.000,00	0,00	0,00	312.000,00
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.062,50	2.271.016,40	0,00	2.272.078,90
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	1.062,50	2.271.016,40	0,00	2.272.078,90
10352 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEMACE.	1.062,50	0,00	0,00	1.062,50
20905 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEMACE.	0,00	2.271.016,40	0,00	2.271.016,40
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	72.164,07	0,00	0,00	72.164,07
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	72.164,07	0,00	0,00	72.164,07
11341 - Capacitação de Servidores para o Desenvolvimento das Atividades Administrativas - SEMACE.	72.164,07	0,00	0,00	72.164,07
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	249.729,15	0,00	0,00	249.729,15
724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ	249.729,15	0,00	0,00	249.729,15
11472 - Implementação de Ações de Monitoramento e Fiscalização Ambiental no Estado do Ceará.	249.729,15	0,00	0,00	249.729,15
542 - CONTROLE AMBIENTAL	6.758.223,00	577.250,00	0,00	7.335.473,00
724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ	6.443.223,00	0,00	0,00	6.443.223,00
11467 - Implementação do Cadastro Ambiental Rural.	6.433.743,00	0,00	0,00	6.433.743,00
11470 - Aquisição de Equipamentos para Execução do CAR.	9.480,00	0,00	0,00	9.480,00
725 - CEARÁ NO CLIMA: MITIGANDO E SE ADAPTANDO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	0,00	577.250,00	0,00	577.250,00
20618 - Operação e Manutenção das Estações de Monitoramento da Qualidade do Ar.	0,00	577.250,00	0,00	577.250,00
731 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS	315.000,00	0,00	0,00	315.000,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO**  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:31  
R\$ 1,00

Anexo VI, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
10766 - Realização de Coletas, Análises e Medição de Vazão.	315.000,00	0,00	0,00	315.000,00
Total da UO	19.404.579,38	52.552.459,75	831.075,03	72.788.114,16
Total do Órgão	19.404.579,38	52.552.459,75	831.075,03	72.788.114,16
58000000 - ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA	1.850.796,38	13.617.140,58	0,00	15.467.936,96
58000000001 - ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA	1.850.796,38	13.617.140,58	0,00	15.467.936,96
04 - ADMINISTRAÇÃO	42.777,00	4.047.879,06	0,00	4.090.656,06
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	3.817.654,37	0,00	3.817.654,37
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	3.817.654,37	0,00	3.817.654,37
20833 - Manutenção dos Serviços Administrativos - VICEGOV.	0,00	1.732.462,62	0,00	1.732.462,62
20980 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - VICEGOV.	0,00	2.085.191,75	0,00	2.085.191,75
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	42.777,00	230.224,69	0,00	273.001,69
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	42.777,00	230.224,69	0,00	273.001,69
10289 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - VICEGOV.	42.777,00	0,00	0,00	42.777,00
20922 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - VICEGOV.	0,00	230.224,69	0,00	230.224,69
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	1.808.019,38	9.569.261,52	0,00	11.377.280,90
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	1.795.478,30	0,00	1.795.478,30
245 - GOVERNANÇA DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO	0,00	1.795.478,30	0,00	1.795.478,30
20554 - Manutenção e Desenvolvimento de Sistemas de Informação para os Projetos do Pacto por um Ceará Pacífico.	0,00	1.795.478,30	0,00	1.795.478,30
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	1.808.019,38	7.773.783,22	0,00	9.581.802,60
245 - GOVERNANÇA DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO	1.808.019,38	7.773.783,22	0,00	9.581.802,60
15438 - Implementação da UGP Coordenação para o Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência - PreVio	1.808.019,38	0,00	0,00	1.808.019,38
20561 - Manutenção da Unidade de Atendimento do NPAZ.	0,00	6.481.273,88	0,00	6.481.273,88
20600 - Manutenção das Unidades de Atendimento do Pacto por um Ceará Pacífico em Cidades do Interior do Ceará.	0,00	1.292.509,34	0,00	1.292.509,34
Total da UO	1.850.796,38	13.617.140,58	0,00	15.467.936,96
Total do Órgão	1.850.796,38	13.617.140,58	0,00	15.467.936,96
Total Geral	5.697.098.427,87	25.616.873.053,39	3.277.981.370,27	34.591.952.851,53

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:32

Anexo VII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
<b>01 - LEGISLATIVA</b>	<b>32.229.087,25</b>	<b>936.494.228,01</b>	<b>0,00</b>	<b>968.723.315,26</b>
031 - AÇÃO LEGISLATIVA	0,00	57.814.574,13	0,00	57.814.574,13
258 - DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO	0,00	33.799.171,05	0,00	33.799.171,05
259 - PROMOÇÃO DA INTERAÇÃO LEGISLATIVO E SOCIEDADE	0,00	24.015.403,08	0,00	24.015.403,08
032 - CONTROLE EXTERNO	3.168.156,56	211.182.081,51	0,00	214.350.238,07
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	211.130.894,11	0,00	211.130.894,11
255 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL	3.168.156,56	51.187,40	0,00	3.219.343,96
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	17.964.201,70	654.814.267,50	0,00	672.778.469,20
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	17.964.201,70	654.479.428,79	0,00	672.443.630,49
255 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL	0,00	334.838,71	0,00	334.838,71
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.451.415,95	11.819.769,90	0,00	22.271.185,85
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	10.451.415,95	11.819.769,90	0,00	22.271.185,85
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	645.313,04	863.534,97	0,00	1.508.848,01
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	645.313,04	0,00	0,00	645.313,04
255 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL	0,00	863.534,97	0,00	863.534,97
<b>02 - JUDICIÁRIA</b>	<b>32.870.247,52</b>	<b>1.626.157.529,32</b>	<b>0,00</b>	<b>1.659.027.776,84</b>
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA	3.345.933,17	36.502.424,09	0,00	39.848.357,26
512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	3.345.933,17	36.502.424,09	0,00	39.848.357,26
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	1.541.372.956,12	0,00	1.541.372.956,12
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	366.342.878,63	0,00	366.342.878,63
512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	0,00	1.175.030.077,49	0,00	1.175.030.077,49
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	29.374.508,35	46.387.080,66	0,00	75.761.589,01
512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	29.374.508,35	46.387.080,66	0,00	75.761.589,01
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	149.806,00	1.895.068,45	0,00	2.044.874,45
512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	149.806,00	1.895.068,45	0,00	2.044.874,45
<b>03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA</b>	<b>3.531.411,78</b>	<b>696.924.567,14</b>	<b>0,00</b>	<b>700.455.978,92</b>
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA	0,00	396.261,16	0,00	396.261,16
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	0,00	396.261,16	0,00	396.261,16
091 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	0,00	9.525.740,27	0,00	9.525.740,27





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:32

Anexo VII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	0,00	9.525.740,27	0,00	9.525.740,27
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.492.958,60	655.690.450,48	0,00	658.183.409,08
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	430.586,05	570.485.669,68	0,00	570.916.255,73
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	79.690,60	0,00	0,00	79.690,60
257 - DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO	1.982.681,95	72.425.006,28	0,00	74.407.688,23
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	0,00	12.779.774,52	0,00	12.779.774,52
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	423.636,98	30.858.388,62	0,00	31.282.025,60
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	423.636,98	9.091.368,29	0,00	9.515.005,27
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	0,00	21.767.020,33	0,00	21.767.020,33
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	508.479,05	453.726,61	0,00	962.205,66
257 - DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO	359.797,44	0,00	0,00	359.797,44
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	148.681,61	453.726,61	0,00	602.408,22
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	106.337,15	0,00	0,00	106.337,15
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	106.337,15	0,00	0,00	106.337,15
<b>04 - ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>277.125.738,39</b>	<b>1.260.759.426,44</b>	<b>277.118.852,89</b>	<b>1.815.004.017,72</b>
121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.532.721,26	1.043,00	0,00	1.533.764,26
242 - SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORIENTADO PARA RESULTADOS	1.532.721,26	1.043,00	0,00	1.533.764,26
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	155.708.017,79	1.178.699.348,54	32.027.294,43	1.366.434.660,76
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	6.271.261,42	488.022.092,22	0,00	494.293.353,64
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	274.575,61	32.027.294,43	32.301.870,04
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	166.270,96	104.939,57	0,00	271.210,53
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	0,00	1.392.970,93	0,00	1.392.970,93
231 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE	7.850.487,79	679.974.314,75	0,00	687.824.802,54
232 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	78.579.427,03	0,00	0,00	78.579.427,03
241 - GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA DAS REGIÕES	3.193.809,98	0,00	0,00	3.193.809,98
242 - SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORIENTADO PARA RESULTADOS	1.392.522,33	8.143.534,09	0,00	9.536.056,42
256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	41.715.111,66	786.921,37	0,00	42.502.033,03
343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	15.157.286,86	0,00	0,00	15.157.286,86
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	1.381.839,76	0,00	0,00	1.381.839,76



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:32

Anexo VII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
124 - CONTROLE INTERNO	320.000,00	0,00	0,00	320.000,00
251 - CONTROLE INTERNO GOVERNAMENTAL	320.000,00	0,00	0,00	320.000,00
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	28.589.115,45	81.397.023,74	0,00	109.986.139,19
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	5.104.861,23	81.397.023,74	0,00	86.501.884,97
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	149.123,85	0,00	0,00	149.123,85
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	84.000,00	0,00	0,00	84.000,00
244 - GOVERNO DIGITAL DO CEARÁ	6.104.442,37	0,00	0,00	6.104.442,37
413 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ	17.146.688,00	0,00	0,00	17.146.688,00
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	20.844,16	662.011,16	0,00	682.855,32
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	20.844,16	0,00	0,00	20.844,16
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	0,00	662.011,16	0,00	662.011,16
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	90.955.039,73	0,00	0,00	90.955.039,73
256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	90.955.039,73	0,00	0,00	90.955.039,73
845 - OUTRAS TRASFERÊNCIAS	0,00	0,00	245.091.558,46	245.091.558,46
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	245.091.558,46	245.091.558,46
<b>06 - SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>236.163.218,60</b>	<b>4.535.273.825,20</b>	<b>0,00</b>	<b>4.771.437.043,80</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	79.736.128,40	4.163.127.655,71	0,00	4.242.863.784,11
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	805.500,00	113.673.231,08	0,00	114.478.731,08
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	7.562.873,47	0,00	0,00	7.562.873,47
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	39.229.023,12	697.860.802,51	0,00	737.089.825,63
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	26.690.283,00	3.335.526.975,82	0,00	3.362.217.258,82
522 - CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO	24.627,70	8.306.503,45	0,00	8.331.131,15
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	5.423.821,11	7.760.142,85	0,00	13.183.963,96
124 - CONTROLE INTERNO	0,00	24.479,35	0,00	24.479,35
522 - CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO	0,00	24.479,35	0,00	24.479,35
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	22.947.752,45	37.830.772,69	0,00	60.778.525,14
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	627.910,26	12.692.954,48	0,00	13.320.864,74
245 - GOVERNANÇA DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO	0,00	1.795.478,30	0,00	1.795.478,30
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	10.269.341,57	2.144.125,50	0,00	12.413.467,07





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:32

Anexo VII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	11.773.158,32	20.430.069,21	0,00	32.203.227,53
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	277.342,30	768.145,20	0,00	1.045.487,50
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	7.421.339,61	20.959.456,39	0,00	28.380.796,00
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	5.905.394,29	0,00	0,00	5.905.394,29
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	1.515.945,32	20.959.456,39	0,00	22.475.401,71
181 - POLICIAMENTO	122.141.495,45	193.132.607,31	0,00	315.274.102,76
343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	2.456.279,80	103.454.512,93	0,00	105.910.792,73
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	115.433.114,36	89.678.094,38	0,00	205.111.208,74
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	4.252.101,29	0,00	0,00	4.252.101,29
182 - DEFESA CIVIL	1.819.817,75	0,00	0,00	1.819.817,75
524 - GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E DESASTRES	1.819.817,75	0,00	0,00	1.819.817,75
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	2.096.684,94	119.720.138,42	0,00	121.816.823,36
245 - GOVERNANÇA DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO	1.808.019,38	7.773.783,22	0,00	9.581.802,60
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	0,00	108.449.457,85	0,00	108.449.457,85
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	288.665,56	3.496.897,35	0,00	3.785.562,91
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	0,00	478.715,33	0,00	478.715,33
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	478.715,33	0,00	478.715,33
<b>08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>424.946.146,29</b>	<b>237.600.847,97</b>	<b>0,00</b>	<b>662.546.994,26</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.419.429,21	153.137.215,61	0,00	158.556.644,82
136 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	0,00	43.216.379,55	0,00	43.216.379,55
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	5.074.558,39	109.920.836,06	0,00	114.995.394,45
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	344.870,82	0,00	0,00	344.870,82
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.147.654,70	2.874.729,85	0,00	4.022.384,55
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	1.147.654,70	2.874.729,85	0,00	4.022.384,55
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	261.839,28	0,00	0,00	261.839,28
121 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	261.839,28	0,00	0,00	261.839,28
241 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	12.360.826,66	0,00	0,00	12.360.826,66
122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	12.360.826,66	0,00	0,00	12.360.826,66
242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	12.703.700,62	0,00	0,00	12.703.700,62



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:32

Anexo VII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	12.703.700,62	0,00	0,00	12.703.700,62
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	281.121.002,68	64.020.094,20	0,00	345.141.096,88
122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	9.062.469,42	8.804.735,32	0,00	17.867.204,74
123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	264.102.198,01	0,00	0,00	264.102.198,01
136 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	7.956.335,25	55.215.358,88	0,00	63.171.694,13
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	110.609.659,94	17.568.808,31	0,00	128.178.468,25
121 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.726,66	362.602,48	0,00	366.329,14
122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	6.468.100,60	2.324.367,26	0,00	8.792.467,86
123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	103.978.690,93	14.881.838,57	0,00	118.860.529,50
141 - GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	159.141,75	0,00	0,00	159.141,75
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.322.033,20	0,00	0,00	1.322.033,20
136 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	1.322.033,20	0,00	0,00	1.322.033,20
<b>09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>4.512.662.579,80</b>	<b>0,00</b>	<b>4.512.662.579,80</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	33.093.784,02	0,00	33.093.784,02
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	9.988.892,30	0,00	9.988.892,30
213 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL	0,00	23.104.891,72	0,00	23.104.891,72
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	13.998.900,07	0,00	13.998.900,07
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	13.998.900,07	0,00	13.998.900,07
271 - PREVIDÊNCIA BÁSICA	0,00	10.378.199,60	0,00	10.378.199,60
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	10.378.199,60	0,00	10.378.199,60
272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	0,00	4.455.191.696,11	0,00	4.455.191.696,11
213 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL	0,00	4.455.191.696,11	0,00	4.455.191.696,11
<b>10 - SAÚDE</b>	<b>432.823.767,62</b>	<b>5.523.461.087,89</b>	<b>663.473,48</b>	<b>5.956.948.328,99</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.503.986,45	482.635.101,36	663.473,48	484.802.561,29
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	503.986,45	464.473.939,60	0,00	464.977.926,05
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	663.473,48	663.473,48
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	0,00	17.545.729,68	0,00	17.545.729,68
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
633 - GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA DE SAÚDE COM TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE	0,00	615.432,08	0,00	615.432,08
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	12.516.527,98	31.690.973,93	0,00	44.207.501,91
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	10.700,00	13.245.694,85	0,00	13.256.394,85



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:32

Anexo VII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

<b>FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA</b>	<b>PROJETOS</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>	<b>TOTAL</b>
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	392.066,73	10.661.266,16	0,00	11.053.332,89
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	208.281,47	0,00	208.281,47
633 - GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA DE SAÚDE COM TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE	12.113.761,25	7.575.731,45	0,00	19.689.492,70
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	42.878.507,24	0,00	42.878.507,24
634 - GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	0,00	42.878.507,24	0,00	42.878.507,24
242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	0,00	483.381,50	0,00	483.381,50
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	0,00	483.381,50	0,00	483.381,50
301 - ATENÇÃO BÁSICA	118.041.872,00	381.675.628,01	0,00	499.717.500,01
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	0,00	123.554.861,93	0,00	123.554.861,93
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	106.041.872,00	258.120.766,08	0,00	364.162.638,08
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	12.000.000,00	0,00	0,00	12.000.000,00
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	298.808.215,09	4.377.267.303,76	0,00	4.676.075.518,85
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	0,00	161.819.585,26	0,00	161.819.585,26
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	292.963.656,69	4.214.693.799,20	0,00	4.507.657.455,89
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	3.293,62	753.919,30	0,00	757.212,92
633 - GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA DE SAÚDE COM TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE	5.841.264,78	0,00	0,00	5.841.264,78
303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	0,00	113.262.803,19	0,00	113.262.803,19
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	0,00	113.262.803,19	0,00	113.262.803,19
304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	4.747.128,17	0,00	4.747.128,17
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	4.747.128,17	0,00	4.747.128,17
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	1.089.859,20	82.587.821,45	0,00	83.677.680,65
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	1.089.859,20	82.587.821,45	0,00	83.677.680,65
542 - CONTROLE AMBIENTAL	0,00	336.809,04	0,00	336.809,04
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	0,00	336.809,04	0,00	336.809,04
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	690,00	3.800.656,78	0,00	3.801.346,78
634 - GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	690,00	3.800.656,78	0,00	3.801.346,78





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:32

Anexo VII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
572 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	862.616,90	0,00	0,00	862.616,90
634 - GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	862.616,90	0,00	0,00	862.616,90
573 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	0,00	2.094.973,46	0,00	2.094.973,46
634 - GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	0,00	2.094.973,46	0,00	2.094.973,46
<b>11 - TRABALHO</b>	<b>90.248.217,84</b>	<b>26.743.706,60</b>	<b>0,00</b>	<b>116.991.924,44</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	35.255,85	3.505.550,52	0,00	3.540.806,37
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	35.255,85	3.505.550,52	0,00	3.540.806,37
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.692.551,15	442.182,61	0,00	2.134.733,76
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	1.692.551,15	442.182,61	0,00	2.134.733,76
334 - FOMENTO AO TRABALHO	85.714.947,11	22.795.973,47	0,00	108.510.920,58
361 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	2.100.000,00	1.929.015,89	0,00	4.029.015,89
362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	83.614.947,11	0,00	0,00	83.614.947,11
363 - CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ	0,00	20.866.957,58	0,00	20.866.957,58
691 - PROMOÇÃO COMERCIAL	2.805.463,73	0,00	0,00	2.805.463,73
361 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	2.805.463,73	0,00	0,00	2.805.463,73
<b>12 - EDUCAÇÃO</b>	<b>1.035.201.800,28</b>	<b>4.565.874.734,31</b>	<b>0,00</b>	<b>5.601.076.534,59</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.600.205,13	251.738.993,36	0,00	254.339.198,49
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	2.584.684,13	160.272.628,77	0,00	162.857.312,90
435 - NORMATIZAÇÃO E CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO	15.521,00	0,00	0,00	15.521,00
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	0,00	91.466.364,59	0,00	91.466.364,59
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.443.047,52	8.982.074,96	0,00	12.425.122,48
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	3.443.047,52	8.782.254,50	0,00	12.225.302,02
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	0,00	199.820,46	0,00	199.820,46
242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	0,00	2.559.939,60	0,00	2.559.939,60
442 - QUALIFICA CEARA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	0,00	2.559.939,60	0,00	2.559.939,60
361 - ENSINO FUNDAMENTAL	136.952.823,33	54.601.798,57	0,00	191.554.621,90
431 - INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO	613.934,38	0,00	0,00	613.934,38



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:32

Anexo VII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
432 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL COM GARANTIA DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	136.338.888,95	0,00	0,00	136.338.888,95
433 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	0,00	54.601.798,57	0,00	54.601.798,57
362 - ENSINO MÉDIO	595.486.600,03	3.321.959.385,95	0,00	3.917.445.985,98
431 - INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO	6.920.027,54	0,00	0,00	6.920.027,54
433 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	253.995.066,76	2.554.655.970,42	0,00	2.808.651.037,18
434 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR NO ENSINO MÉDIO	125.722.875,81	380.750.355,50	0,00	506.473.231,31
441 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO	208.848.629,92	386.553.060,03	0,00	595.401.689,95
363 - ENSINO PROFISSIONAL	44.847.360,49	27.003.196,09	0,00	71.850.556,58
441 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO	6.721.198,49	0,00	0,00	6.721.198,49
442 - QUALIFICA CEARA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	38.126.162,00	27.003.196,09	0,00	65.129.358,09
364 - ENSINO SUPERIOR	200.859.968,23	506.566.350,67	0,00	707.426.318,90
442 - QUALIFICA CEARA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	0,00	10.339.275,46	0,00	10.339.275,46
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	200.859.968,23	496.227.075,21	0,00	697.087.043,44
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	34.409.073,43	0,00	0,00	34.409.073,43
432 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL COM GARANTIA DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	34.409.073,43	0,00	0,00	34.409.073,43
366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	380.754.768,75	0,00	380.754.768,75
433 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	0,00	380.754.768,75	0,00	380.754.768,75
367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	7.727.176,36	0,00	7.727.176,36
433 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	0,00	7.727.176,36	0,00	7.727.176,36
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	16.602.722,12	0,00	0,00	16.602.722,12
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	16.602.722,12	0,00	0,00	16.602.722,12
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	0,00	3.981.050,00	0,00	3.981.050,00
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	0,00	3.981.050,00	0,00	3.981.050,00
<b>13 - CULTURA</b>	<b>183.342.777,73</b>	<b>139.090.985,77</b>	<b>0,00</b>	<b>322.433.763,50</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	267.000,00	20.010.653,86	0,00	20.277.653,86
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	267.000,00	20.010.653,86	0,00	20.277.653,86
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	860.987,77	0,00	860.987,77





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:32

Anexo VII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	860.987,77	0,00	860.987,77
391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	132.784.087,02	19.121.310,22	0,00	151.905.397,24
421 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE E CULTURA CEARENSE	10.085.120,00	0,00	0,00	10.085.120,00
423 - PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE	122.698.967,02	19.121.310,22	0,00	141.820.277,24
392 - DIFUSÃO CULTURAL	50.291.690,71	99.098.033,92	0,00	149.389.724,63
421 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE E CULTURA CEARENSE	38.422.629,53	80.111.909,01	0,00	118.534.538,54
422 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE CONHECIMENTO E FORMAÇÃO EM ARTE E CULTURA	11.869.061,18	17.936.124,96	0,00	29.805.186,14
423 - PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE	0,00	1.049.999,95	0,00	1.049.999,95
<b>14 - DIREITOS DA CIDADANIA</b>	<b>32.220.628,73</b>	<b>339.595.474,44</b>	<b>0,00</b>	<b>371.816.103,17</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	295.707,45	236.846.553,51	0,00	237.142.260,96
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	295.707,45	42.474.252,21	0,00	42.769.959,66
511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	0,00	194.372.301,30	0,00	194.372.301,30
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.211.213,80	595.361,80	0,00	1.806.575,60
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	33.878,40	595.361,80	0,00	629.240,20
511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	1.177.335,40	0,00	0,00	1.177.335,40
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	462.488,31	0,00	462.488,31
511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	0,00	462.488,31	0,00	462.488,31
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
301 - ATENÇÃO BÁSICA	5.329.548,74	0,00	0,00	5.329.548,74
132 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS	5.329.548,74	0,00	0,00	5.329.548,74
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	25.084.158,74	101.691.070,82	0,00	126.775.229,56
131 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	10.582.626,20	8.617.169,56	0,00	19.199.795,76
133 - PROTEÇÃO À VIDA E ACESSO À JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA	2.272.841,57	83.119.865,05	0,00	85.392.706,62
135 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	7.874.539,55	0,00	0,00	7.874.539,55
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	9.545,81	0,00	9.545,81



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:32

Anexo VII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
254 - TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	66.140,00	1.705.628,59	0,00	1.771.768,59
511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	4.288.011,42	8.238.861,81	0,00	12.526.873,23
<b>15 - URBANISMO</b>	<b>555.462.564,79</b>	<b>5.346.151,40</b>	<b>0,00</b>	<b>560.808.716,19</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.265.045,87	0,00	0,00	1.265.045,87
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	1.265.045,87	0,00	0,00	1.265.045,87
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	115.350,00	0,00	0,00	115.350,00
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	115.350,00	0,00	0,00	115.350,00
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	485.524.864,34	0,00	0,00	485.524.864,34
341 - PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	384.343.932,87	0,00	0,00	384.343.932,87
441 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO	1.735.558,60	0,00	0,00	1.735.558,60
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	3.302.360,18	0,00	0,00	3.302.360,18
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	56.704.107,35	0,00	0,00	56.704.107,35
611 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	39.438.905,34	0,00	0,00	39.438.905,34
543 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	58.722.460,34	5.346.151,40	0,00	64.068.611,74
722 - REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DEGRADADAS	58.722.460,34	5.346.151,40	0,00	64.068.611,74
695 - TURISMO	9.834.844,24	0,00	0,00	9.834.844,24
371 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	9.834.844,24	0,00	0,00	9.834.844,24
<b>16 - HABITAÇÃO</b>	<b>20.416.862,87</b>	<b>9.928.337,12</b>	<b>0,00</b>	<b>30.345.199,99</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	9.928.337,12	0,00	9.928.337,12
111 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	0,00	5.346.151,36	0,00	5.346.151,36
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	4.582.185,76	0,00	4.582.185,76
481 - HABITAÇÃO RURAL	3.932.486,48	0,00	0,00	3.932.486,48
113 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA ÁREA RURAL	3.932.486,48	0,00	0,00	3.932.486,48
482 - HABITAÇÃO URBANA	16.484.376,39	0,00	0,00	16.484.376,39
111 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	16.484.376,39	0,00	0,00	16.484.376,39
<b>17 - SANEAMENTO</b>	<b>208.665.537,23</b>	<b>60.222,09</b>	<b>0,00</b>	<b>208.725.759,32</b>
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0,00	60.222,09	0,00	60.222,09
252 - REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	0,00	60.222,09	0,00	60.222,09
511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL	136.024.328,26	0,00	0,00	136.024.328,26
622 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	136.024.328,26	0,00	0,00	136.024.328,26





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:32

Anexo VII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO	71.119.018,73	0,00	0,00	71.119.018,73
621 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA	60.384.726,00	0,00	0,00	60.384.726,00
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	10.734.292,73	0,00	0,00	10.734.292,73
544 - RECURSOS HÍDRICOS	1.522.190,24	0,00	0,00	1.522.190,24
732 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	1.522.190,24	0,00	0,00	1.522.190,24
<b>18 - GESTÃO AMBIENTAL</b>	<b>266.035.448,02</b>	<b>120.541.483,02</b>	<b>2.777.309,09</b>	<b>389.354.240,13</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	12.358.967,30	82.483.114,85	831.075,03	95.673.157,18
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	12.011.400,66	74.314.464,68	0,00	86.325.865,34
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	831.075,03	831.075,03
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	312.000,00	0,00	0,00	312.000,00
731 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS	35.566,64	0,00	0,00	35.566,64
732 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	0,00	8.168.650,17	0,00	8.168.650,17
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.852.264,67	3.242.136,94	0,00	8.094.401,61
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	6.612,50	3.242.136,94	0,00	3.248.749,44
724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ	4.845.652,17	0,00	0,00	4.845.652,17
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	72.164,07	0,00	0,00	72.164,07
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	72.164,07	0,00	0,00	72.164,07
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	50.885.759,33	14.039.330,74	0,00	64.925.090,07
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	2.006.446,22	0,00	2.006.446,22
721 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA	21.828.611,41	0,00	0,00	21.828.611,41
724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ	19.395.064,52	12.032.884,52	0,00	31.427.949,04
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	9.662.083,40	0,00	0,00	9.662.083,40
542 - CONTROLE AMBIENTAL	6.758.223,00	577.250,00	0,00	7.335.473,00
724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ	6.443.223,00	0,00	0,00	6.443.223,00
725 - CEARÁ NO CLIMA: MITIGANDO E SE ADAPTANDO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	0,00	577.250,00	0,00	577.250,00
731 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS	315.000,00	0,00	0,00	315.000,00
544 - RECURSOS HÍDRICOS	191.108.069,65	20.199.650,49	1.946.234,06	213.253.954,20



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:32

Anexo VII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	1.702.311,50	1.283.623,98	0,00	2.985.935,48
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	1.946.234,06	1.946.234,06
731 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS	9.871.033,28	1.664.068,16	0,00	11.535.101,44
732 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	179.534.724,87	17.251.958,35	0,00	196.786.683,22
<b>19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA</b>	<b>127.342.737,97</b>	<b>31.923.596,64</b>	<b>0,00</b>	<b>159.266.334,61</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.275,91	27.026.130,43	0,00	27.029.406,34
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	26.170.438,70	0,00	26.170.438,70
411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	0,00	855.691,73	0,00	855.691,73
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	3.275,91	0,00	0,00	3.275,91
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	1.776.163,05	0,00	1.776.163,05
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	1.776.163,05	0,00	1.776.163,05
364 - ENSINO SUPERIOR	767.738,56	0,00	0,00	767.738,56
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	767.738,56	0,00	0,00	767.738,56
542 - CONTROLE AMBIENTAL	47.540,50	0,00	0,00	47.540,50
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	47.540,50	0,00	0,00	47.540,50
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	119.553.565,21	2.364.460,37	0,00	121.918.025,58
411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	111.327.054,46	2.364.460,37	0,00	113.691.514,83
412 - INOVA CEARÁ	8.226.510,75	0,00	0,00	8.226.510,75
573 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	6.917.501,54	756.842,79	0,00	7.674.344,33
411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	5.031.734,87	756.842,79	0,00	5.788.577,66
412 - INOVA CEARÁ	1.885.766,67	0,00	0,00	1.885.766,67
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	53.116,25	0,00	0,00	53.116,25
313 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	53.116,25	0,00	0,00	53.116,25
<b>20 - AGRICULTURA</b>	<b>216.769.886,83</b>	<b>186.357.538,15</b>	<b>395.673,33</b>	<b>403.523.098,31</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	158.804.798,00	395.673,33	159.200.471,33
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	158.804.798,00	0,00	158.804.798,00
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	395.673,33	395.673,33
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	1.160.551,27	0,00	1.160.551,27
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	1.160.551,27	0,00	1.160.551,27
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	16.269.032,77	0,00	0,00	16.269.032,77
141 - GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	16.269.032,77	0,00	0,00	16.269.032,77
605 - ABASTECIMENTO	2.787.739,13	0,00	0,00	2.787.739,13



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:32

Anexo VII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	2.787.739,13	0,00	0,00	2.787.739,13
606 - EXTENSÃO RURAL	66.033.753,90	761.566,86	0,00	66.795.320,76
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	64.512.102,80	761.566,86	0,00	65.273.669,66
352 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	1.521.651,10	0,00	0,00	1.521.651,10
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	126.043.261,03	5.272.738,46	0,00	131.315.999,49
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	106.979.322,63	5.272.738,46	0,00	112.252.061,09
352 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	18.881.484,39	0,00	0,00	18.881.484,39
622 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	182.454,01	0,00	0,00	182.454,01
609 - DEFESA AGROPECUÁRIA	5.636.100,00	20.357.883,56	0,00	25.993.983,56
312 - ABASTECIMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E DEFESA NO SETOR AGROPECUÁRIO	5.636.100,00	20.357.883,56	0,00	25.993.983,56
<b>21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA</b>	<b>27.894.116,74</b>	<b>1.652.403,66</b>	<b>0,00</b>	<b>29.546.520,40</b>
631 - REFORMA AGRÁRIA	27.894.116,74	1.652.403,66	0,00	29.546.520,40
112 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL	27.894.116,74	1.652.403,66	0,00	29.546.520,40
<b>22 - INDÚSTRIA</b>	<b>16.646.396,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16.646.396,80</b>
661 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL	16.646.396,80	0,00	0,00	16.646.396,80
331 - ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	14.685.508,30	0,00	0,00	14.685.508,30
344 - DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM	1.960.888,50	0,00	0,00	1.960.888,50
<b>23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS</b>	<b>47.873.534,36</b>	<b>60.532.071,94</b>	<b>700.000,00</b>	<b>109.105.606,30</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	11.833.544,70	0,00	11.833.544,70
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	6.719.124,76	0,00	6.719.124,76
362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	0,00	5.114.419,94	0,00	5.114.419,94
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	17.706.962,72	0,00	17.706.962,72
362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	0,00	17.706.962,72	0,00	17.706.962,72
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.217.101,91	0,00	0,00	2.217.101,91
371 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	2.217.101,91	0,00	0,00	2.217.101,91
691 - PROMOÇÃO COMERCIAL	2.985.114,00	2.509.831,12	0,00	5.494.945,12



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:32

Anexo VII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
321 - FORTALECIMENTO DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.985.114,00	0,00	0,00	2.985.114,00
362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	0,00	2.509.831,12	0,00	2.509.831,12
695 - TURISMO	42.671.318,45	28.481.733,40	700.000,00	71.853.051,85
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	856.998,34	3.580.669,87	0,00	4.437.668,21
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00
342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	1.949.288,39	0,00	0,00	1.949.288,39
371 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	39.865.031,72	24.901.063,53	0,00	64.766.095,25
<b>24 - COMUNICAÇÕES</b>	<b>22.016.219,04</b>	<b>160.305.075,29</b>	<b>0,00</b>	<b>182.321.294,33</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	5.196.106,77	0,00	5.196.106,77
424 - TELEDIFUSÃO CULTURAL INFORMATIVA E EDUCATIVA	0,00	5.196.106,77	0,00	5.196.106,77
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	21.809.290,92	153.457.879,61	0,00	175.267.170,53
413 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ	21.809.290,92	153.457.879,61	0,00	175.267.170,53
722 - TELECOMUNICAÇÕES	206.928,12	1.651.088,91	0,00	1.858.017,03
424 - TELEDIFUSÃO CULTURAL INFORMATIVA E EDUCATIVA	206.928,12	1.651.088,91	0,00	1.858.017,03
<b>25 - ENERGIA</b>	<b>6.635.769,48</b>	<b>79.484.619,30</b>	<b>0,00</b>	<b>86.120.388,78</b>
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0,00	64,84	0,00	64,84
252 - REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	0,00	64,84	0,00	64,84
752 - ENERGIA ELÉTRICA	6.635.769,48	3.085.763,80	0,00	9.721.533,28
711 - MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	6.635.769,48	3.085.763,80	0,00	9.721.533,28
753 - COMBUSTÍVEIS MINERAIS	0,00	76.398.790,66	0,00	76.398.790,66
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	76.398.790,66	0,00	76.398.790,66
<b>26 - TRANSPORTE</b>	<b>1.330.540.134,59</b>	<b>409.191.077,61</b>	<b>30.295.271,62</b>	<b>1.770.026.483,82</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.886.486,00	146.712.574,15	9.266.413,80	160.865.473,95
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	4.886.486,00	65.643.058,42	0,00	70.529.544,42
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	9.266.413,80	9.266.413,80
343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	0,00	81.069.515,73	0,00	81.069.515,73
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	515.000,98	2.808.271,49	0,00	3.323.272,47
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	515.000,98	2.808.271,49	0,00	3.323.272,47
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
341 - PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
453 - TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	3.923.400,40	0,00	0,00	3.923.400,40
343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	3.923.400,40	0,00	0,00	3.923.400,40





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:32

Anexo VII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
781 - TRANSPORTE AÉREO	18.472.236,75	10.267.294,26	0,00	28.739.531,01
342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	18.472.236,75	10.267.294,26	0,00	28.739.531,01
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.182.120.192,36	61.435.740,95	21.028.857,82	1.264.584.791,13
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	21.028.857,82	21.028.857,82
342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	1.182.120.192,36	3.768.109,44	0,00	1.185.888.301,80
343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	0,00	57.667.631,51	0,00	57.667.631,51
783 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO	120.122.818,10	187.967.196,76	0,00	308.090.014,86
342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	12.015.839,48	0,00	0,00	12.015.839,48
343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	108.106.978,62	187.967.196,76	0,00	296.074.175,38
<b>27 - DESPORTO E LAZER</b>	<b>70.096.177,12</b>	<b>30.468.221,68</b>	<b>0,00</b>	<b>100.564.398,80</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	7.236.409,48	0,00	7.236.409,48
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	7.236.409,48	0,00	7.236.409,48
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	438.300,71	0,00	438.300,71
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	0,00	438.300,71	0,00	438.300,71
811 - DESPORTO DE RENDIMENTO	1.894.535,99	10.596.370,77	0,00	12.490.906,76
612 - CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO	1.894.535,99	10.596.370,77	0,00	12.490.906,76
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	68.201.641,13	12.197.140,72	0,00	80.398.781,85
611 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	60.851.641,13	12.197.140,72	0,00	73.048.781,85
612 - CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO	7.350.000,00	0,00	0,00	7.350.000,00
<b>28 - ENCARGOS ESPECIAIS</b>	<b>0,00</b>	<b>120.443.262,60</b>	<b>2.966.030.789,86</b>	<b>3.086.474.052,46</b>
273 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	0,00	0,00	7.500.000,00	7.500.000,00
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	7.500.000,00	7.500.000,00
841 - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	68.921.147,45	68.921.147,45
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	68.921.147,45	68.921.147,45
843 - SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	1.387.184.242,57	1.387.184.242,57
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	1.387.184.242,57	1.387.184.242,57
844 - SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	808.191.041,77	808.191.041,77
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	808.191.041,77	808.191.041,77
845 - OUTRAS TRASFERÊNCIAS	0,00	0,00	14.372.265,24	14.372.265,24
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	14.372.265,24	14.372.265,24
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	120.443.262,60	679.862.092,83	800.305.355,43
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	120.443.262,60	679.862.092,83	800.305.355,43
<b>TOTAL</b>	<b>5.697.098.427,87</b>	<b>25.616.873.053,39</b>	<b>3.277.981.370,27</b>	<b>34.591.952.851,53</b>

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:34

Anexo VIII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
<b>01 - LEGISLATIVA</b>	<b>968.723.315,26</b>	<b>0,00</b>	<b>968.723.315,26</b>
031 - AÇÃO LEGISLATIVA	57.814.574,13	0,00	57.814.574,13
258 - DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO	33.799.171,05	0,00	33.799.171,05
259 - PROMOÇÃO DA INTERAÇÃO LEGISLATIVO E SOCIEDADE	24.015.403,08	0,00	24.015.403,08
032 - CONTROLE EXTERNO	214.350.238,07	0,00	214.350.238,07
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	211.130.894,11	0,00	211.130.894,11
255 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL	3.219.343,96	0,00	3.219.343,96
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	672.778.469,20	0,00	672.778.469,20
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	672.443.630,49	0,00	672.443.630,49
255 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL	334.838,71	0,00	334.838,71
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	22.271.185,85	0,00	22.271.185,85
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	22.271.185,85	0,00	22.271.185,85
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.508.848,01	0,00	1.508.848,01
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	645.313,04	0,00	645.313,04
255 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL	863.534,97	0,00	863.534,97
<b>02 - JUDICIÁRIA</b>	<b>1.659.027.776,84</b>	<b>0,00</b>	<b>1.659.027.776,84</b>
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA	39.848.357,26	0,00	39.848.357,26
512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	39.848.357,26	0,00	39.848.357,26
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.541.372.956,12	0,00	1.541.372.956,12
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	366.342.878,63	0,00	366.342.878,63
512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	1.175.030.077,49	0,00	1.175.030.077,49
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	75.761.589,01	0,00	75.761.589,01
512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	75.761.589,01	0,00	75.761.589,01
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.044.874,45	0,00	2.044.874,45
512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	2.044.874,45	0,00	2.044.874,45
<b>03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA</b>	<b>700.455.978,92</b>	<b>0,00</b>	<b>700.455.978,92</b>
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA	396.261,16	0,00	396.261,16
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	396.261,16	0,00	396.261,16
091 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	9.525.740,27	0,00	9.525.740,27
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	9.525.740,27	0,00	9.525.740,27
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	658.183.409,08	0,00	658.183.409,08
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	570.916.255,73	0,00	570.916.255,73
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	79.690,60	0,00	79.690,60
257 - DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO	74.407.688,23	0,00	74.407.688,23
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	12.779.774,52	0,00	12.779.774,52
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	31.282.025,60	0,00	31.282.025,60
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	9.515.005,27	0,00	9.515.005,27





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:34

Anexo VIII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	21.767.020,33	0,00	21.767.020,33
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	962.205,66	0,00	962.205,66
257 - DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO	359.797,44	0,00	359.797,44
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	602.408,22	0,00	602.408,22
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	106.337,15	0,00	106.337,15
515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	106.337,15	0,00	106.337,15
<b>04 - ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>1.815.004.017,72</b>	<b>0,00</b>	<b>1.815.004.017,72</b>
121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.533.764,26	0,00	1.533.764,26
242 - SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORIENTADO PARA RESULTADOS	1.533.764,26	0,00	1.533.764,26
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.366.434.660,76	0,00	1.366.434.660,76
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	494.293.353,64	0,00	494.293.353,64
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	32.301.870,04	0,00	32.301.870,04
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	271.210,53	0,00	271.210,53
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	1.392.970,93	0,00	1.392.970,93
231 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE	687.824.802,54	0,00	687.824.802,54
232 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	78.579.427,03	0,00	78.579.427,03
241 - GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA DAS REGIÕES	3.193.809,98	0,00	3.193.809,98
242 - SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORIENTADO PARA RESULTADOS	9.536.056,42	0,00	9.536.056,42
256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	42.502.033,03	0,00	42.502.033,03
343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	15.157.286,86	0,00	15.157.286,86
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	1.381.839,76	0,00	1.381.839,76
124 - CONTROLE INTERNO	320.000,00	0,00	320.000,00
251 - CONTROLE INTERNO GOVERNAMENTAL	320.000,00	0,00	320.000,00
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	109.986.139,19	0,00	109.986.139,19
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	86.501.884,97	0,00	86.501.884,97
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	149.123,85	0,00	149.123,85
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	84.000,00	0,00	84.000,00
244 - GOVERNO DIGITAL DO CEARÁ	6.104.442,37	0,00	6.104.442,37
413 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ	17.146.688,00	0,00	17.146.688,00
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	682.855,32	0,00	682.855,32
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	20.844,16	0,00	20.844,16
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	662.011,16	0,00	662.011,16
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	90.955.039,73	0,00	90.955.039,73
256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	90.955.039,73	0,00	90.955.039,73
845 - OUTRAS TRASFERÊNCIAS	245.091.558,46	0,00	245.091.558,46
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	245.091.558,46	0,00	245.091.558,46
<b>06 - SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>4.771.437.043,80</b>	<b>0,00</b>	<b>4.771.437.043,80</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.242.863.784,11	0,00	4.242.863.784,11
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	114.478.731,08	0,00	114.478.731,08





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:34

Anexo VIII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	7.562.873,47	0,00	7.562.873,47
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	737.089.825,63	0,00	737.089.825,63
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	3.362.217.258,82	0,00	3.362.217.258,82
522 - CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO	8.331.131,15	0,00	8.331.131,15
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	13.183.963,96	0,00	13.183.963,96
124 - CONTROLE INTERNO	24.479,35	0,00	24.479,35
522 - CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO	24.479,35	0,00	24.479,35
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	60.778.525,14	0,00	60.778.525,14
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	13.320.864,74	0,00	13.320.864,74
245 - GOVERNANÇA DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO	1.795.478,30	0,00	1.795.478,30
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	12.413.467,07	0,00	12.413.467,07
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	32.203.227,53	0,00	32.203.227,53
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	1.045.487,50	0,00	1.045.487,50
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	28.380.796,00	0,00	28.380.796,00
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	5.905.394,29	0,00	5.905.394,29
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	22.475.401,71	0,00	22.475.401,71
181 - POLICIAMENTO	315.274.102,76	0,00	315.274.102,76
343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	105.910.792,73	0,00	105.910.792,73
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	205.111.208,74	0,00	205.111.208,74
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	4.252.101,29	0,00	4.252.101,29
182 - DEFESA CIVIL	1.819.817,75	0,00	1.819.817,75
524 - GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E DESASTRES	1.819.817,75	0,00	1.819.817,75
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	121.816.823,36	0,00	121.816.823,36
245 - GOVERNANÇA DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO	9.581.802,60	0,00	9.581.802,60
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	108.449.457,85	0,00	108.449.457,85
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	3.785.562,91	0,00	3.785.562,91
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	478.715,33	0,00	478.715,33
523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	478.715,33	0,00	478.715,33
<b>08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>662.546.994,26</b>	<b>0,00</b>	<b>662.546.994,26</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	158.556.644,82	0,00	158.556.644,82
136 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	43.216.379,55	0,00	43.216.379,55
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	114.995.394,45	0,00	114.995.394,45
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	344.870,82	0,00	344.870,82
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.022.384,55	0,00	4.022.384,55
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	4.022.384,55	0,00	4.022.384,55
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	261.839,28	0,00	261.839,28
121 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	261.839,28	0,00	261.839,28
241 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	12.360.826,66	0,00	12.360.826,66
122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	12.360.826,66	0,00	12.360.826,66
242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	12.703.700,62	0,00	12.703.700,62
122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	12.703.700,62	0,00	12.703.700,62
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	345.141.096,88	0,00	345.141.096,88



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:34

Anexo VIII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	17.867.204,74	0,00	17.867.204,74
123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	264.102.198,01	0,00	264.102.198,01
136 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	63.171.694,13	0,00	63.171.694,13
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	128.178.468,25	0,00	128.178.468,25
121 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	366.329,14	0,00	366.329,14
122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	8.792.467,86	0,00	8.792.467,86
123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	118.860.529,50	0,00	118.860.529,50
141 - GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	159.141,75	0,00	159.141,75
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.322.033,20	0,00	1.322.033,20
136 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	1.322.033,20	0,00	1.322.033,20
<b>09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	<b>4.512.662.579,80</b>	<b>0,00</b>	<b>4.512.662.579,80</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	33.093.784,02	0,00	33.093.784,02
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	9.988.892,30	0,00	9.988.892,30
213 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL	23.104.891,72	0,00	23.104.891,72
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	13.998.900,07	0,00	13.998.900,07
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	13.998.900,07	0,00	13.998.900,07
271 - PREVIDÊNCIA BÁSICA	10.378.199,60	0,00	10.378.199,60
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	10.378.199,60	0,00	10.378.199,60
272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	4.455.191.696,11	0,00	4.455.191.696,11
213 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL	4.455.191.696,11	0,00	4.455.191.696,11
<b>10 - SAÚDE</b>	<b>5.954.483.428,97</b>	<b>2.464.900,02</b>	<b>5.956.948.328,99</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	484.802.561,29	0,00	484.802.561,29
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	464.977.926,05	0,00	464.977.926,05
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	663.473,48	0,00	663.473,48
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	17.545.729,68	0,00	17.545.729,68
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
633 - GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA DE SAÚDE COM TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE	615.432,08	0,00	615.432,08
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	44.016.287,91	191.214,00	44.207.501,91
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	13.256.394,85	0,00	13.256.394,85
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	10.862.118,89	191.214,00	11.053.332,89
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	208.281,47	0,00	208.281,47
633 - GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA DE SAÚDE COM TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE	19.689.492,70	0,00	19.689.492,70
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	42.732.307,52	146.199,72	42.878.507,24
634 - GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	42.732.307,52	146.199,72	42.878.507,24
242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	483.381,50	0,00	483.381,50
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	483.381,50	0,00	483.381,50
301 - ATENÇÃO BÁSICA	499.717.500,01	0,00	499.717.500,01



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:34

Anexo VIII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

<b>FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO</b>	<b>ORDINÁRIO</b>	<b>VINCULADO</b>	<b>TOTAL</b>
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	123.554.861,93	0,00	123.554.861,93
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	364.162.638,08	0,00	364.162.638,08
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	12.000.000,00	0,00	12.000.000,00
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	4.675.468.438,67	607.080,18	4.676.075.518,85
221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	161.819.585,26	0,00	161.819.585,26
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	4.507.050.375,71	607.080,18	4.507.657.455,89
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	757.212,92	0,00	757.212,92
633 - GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA DE SAÚDE COM TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE	5.841.264,78	0,00	5.841.264,78
303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	113.262.803,19	0,00	113.262.803,19
631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	113.262.803,19	0,00	113.262.803,19
304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	4.747.128,17	0,00	4.747.128,17
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	4.747.128,17	0,00	4.747.128,17
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	83.677.680,65	0,00	83.677.680,65
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	83.677.680,65	0,00	83.677.680,65
542 - CONTROLE AMBIENTAL	336.809,04	0,00	336.809,04
632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO	336.809,04	0,00	336.809,04
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	3.801.346,78	0,00	3.801.346,78
634 - GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	3.801.346,78	0,00	3.801.346,78
572 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	862.616,90	0,00	862.616,90
634 - GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	862.616,90	0,00	862.616,90
573 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	574.567,34	1.520.406,12	2.094.973,46
634 - GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	574.567,34	1.520.406,12	2.094.973,46
<b>11 - TRABALHO</b>	<b>116.991.924,44</b>	<b>0,00</b>	<b>116.991.924,44</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.540.806,37	0,00	3.540.806,37
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	3.540.806,37	0,00	3.540.806,37
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.134.733,76	0,00	2.134.733,76
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	2.134.733,76	0,00	2.134.733,76
334 - FOMENTO AO TRABALHO	108.510.920,58	0,00	108.510.920,58
361 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	4.029.015,89	0,00	4.029.015,89
362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	83.614.947,11	0,00	83.614.947,11
363 - CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ	20.866.957,58	0,00	20.866.957,58
691 - PROMOÇÃO COMERCIAL	2.805.463,73	0,00	2.805.463,73
361 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	2.805.463,73	0,00	2.805.463,73
<b>12 - EDUCAÇÃO</b>	<b>5.601.076.534,59</b>	<b>0,00</b>	<b>5.601.076.534,59</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	254.339.198,49	0,00	254.339.198,49





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:34

Anexo VIII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	162.857.312,90	0,00	162.857.312,90
435 - NORMATIZAÇÃO E CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO	15.521,00	0,00	15.521,00
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	91.466.364,59	0,00	91.466.364,59
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	12.425.122,48	0,00	12.425.122,48
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	12.225.302,02	0,00	12.225.302,02
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	199.820,46	0,00	199.820,46
242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	2.559.939,60	0,00	2.559.939,60
442 - QUALIFICA CEARA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	2.559.939,60	0,00	2.559.939,60
361 - ENSINO FUNDAMENTAL	191.554.621,90	0,00	191.554.621,90
431 - INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO	613.934,38	0,00	613.934,38
432 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL COM GARANTIA DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	136.338.888,95	0,00	136.338.888,95
433 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	54.601.798,57	0,00	54.601.798,57
362 - ENSINO MÉDIO	3.917.445.985,98	0,00	3.917.445.985,98
431 - INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO	6.920.027,54	0,00	6.920.027,54
433 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	2.808.651.037,18	0,00	2.808.651.037,18
434 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR NO ENSINO MÉDIO	506.473.231,31	0,00	506.473.231,31
441 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO	595.401.689,95	0,00	595.401.689,95
363 - ENSINO PROFISSIONAL	71.850.556,58	0,00	71.850.556,58
441 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO	6.721.198,49	0,00	6.721.198,49
442 - QUALIFICA CEARA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	65.129.358,09	0,00	65.129.358,09
364 - ENSINO SUPERIOR	707.426.318,90	0,00	707.426.318,90
442 - QUALIFICA CEARA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	10.339.275,46	0,00	10.339.275,46
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	697.087.043,44	0,00	697.087.043,44
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	34.409.073,43	0,00	34.409.073,43
432 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL COM GARANTIA DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	34.409.073,43	0,00	34.409.073,43
366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	380.754.768,75	0,00	380.754.768,75
433 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	380.754.768,75	0,00	380.754.768,75
367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	7.727.176,36	0,00	7.727.176,36
433 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	7.727.176,36	0,00	7.727.176,36
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	16.602.722,12	0,00	16.602.722,12
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	16.602.722,12	0,00	16.602.722,12
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	3.981.050,00	0,00	3.981.050,00
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	3.981.050,00	0,00	3.981.050,00
<b>13 - CULTURA</b>	<b>322.433.763,50</b>	<b>0,00</b>	<b>322.433.763,50</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	20.277.653,86	0,00	20.277.653,86
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	20.277.653,86	0,00	20.277.653,86
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	860.987,77	0,00	860.987,77
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	860.987,77	0,00	860.987,77





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:34

Anexo VIII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	151.905.397,24	0,00	151.905.397,24
421 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE E CULTURA CEARENSE	10.085.120,00	0,00	10.085.120,00
423 - PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE	141.820.277,24	0,00	141.820.277,24
392 - DIFUSÃO CULTURAL	149.389.724,63	0,00	149.389.724,63
421 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE E CULTURA CEARENSE	118.534.538,54	0,00	118.534.538,54
422 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE CONHECIMENTO E FORMAÇÃO EM ARTE E CULTURA	29.805.186,14	0,00	29.805.186,14
423 - PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE	1.049.999,95	0,00	1.049.999,95
<b>14 - DIREITOS DA CIDADANIA</b>	<b>371.816.103,17</b>	<b>0,00</b>	<b>371.816.103,17</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	237.142.260,96	0,00	237.142.260,96
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	42.769.959,66	0,00	42.769.959,66
511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	194.372.301,30	0,00	194.372.301,30
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.806.575,60	0,00	1.806.575,60
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	629.240,20	0,00	629.240,20
511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	1.177.335,40	0,00	1.177.335,40
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	462.488,31	0,00	462.488,31
511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	462.488,31	0,00	462.488,31
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	300.000,00	0,00	300.000,00
256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	300.000,00	0,00	300.000,00
301 - ATENÇÃO BÁSICA	5.329.548,74	0,00	5.329.548,74
132 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS	5.329.548,74	0,00	5.329.548,74
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	126.775.229,56	0,00	126.775.229,56
131 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	19.199.795,76	0,00	19.199.795,76
133 - PROTEÇÃO À VIDA E ACESSO À JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA	85.392.706,62	0,00	85.392.706,62
135 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	7.874.539,55	0,00	7.874.539,55
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	9.545,81	0,00	9.545,81
254 - TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	1.771.768,59	0,00	1.771.768,59
511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	12.526.873,23	0,00	12.526.873,23
<b>15 - URBANISMO</b>	<b>560.808.716,19</b>	<b>0,00</b>	<b>560.808.716,19</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.265.045,87	0,00	1.265.045,87
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	1.265.045,87	0,00	1.265.045,87
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	115.350,00	0,00	115.350,00
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	115.350,00	0,00	115.350,00
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	485.524.864,34	0,00	485.524.864,34
341 - PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	384.343.932,87	0,00	384.343.932,87
441 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO	1.735.558,60	0,00	1.735.558,60
514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	3.302.360,18	0,00	3.302.360,18
521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	56.704.107,35	0,00	56.704.107,35
611 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	39.438.905,34	0,00	39.438.905,34
543 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	64.068.611,74	0,00	64.068.611,74
722 - REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DEGRADADAS	64.068.611,74	0,00	64.068.611,74
695 - TURISMO	9.834.844,24	0,00	9.834.844,24





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:34

Anexo VIII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
371 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	9.834.844,24	0,00	9.834.844,24
<b>16 - HABITAÇÃO</b>	<b>30.345.199,99</b>	<b>0,00</b>	<b>30.345.199,99</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.928.337,12	0,00	9.928.337,12
111 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	5.346.151,36	0,00	5.346.151,36
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	4.582.185,76	0,00	4.582.185,76
481 - HABITAÇÃO RURAL	3.932.486,48	0,00	3.932.486,48
113 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA ÁREA RURAL	3.932.486,48	0,00	3.932.486,48
482 - HABITAÇÃO URBANA	16.484.376,39	0,00	16.484.376,39
111 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	16.484.376,39	0,00	16.484.376,39
<b>17 - SANEAMENTO</b>	<b>208.725.759,32</b>	<b>0,00</b>	<b>208.725.759,32</b>
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	60.222,09	0,00	60.222,09
252 - REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	60.222,09	0,00	60.222,09
511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL	136.024.328,26	0,00	136.024.328,26
622 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	136.024.328,26	0,00	136.024.328,26
512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO	71.119.018,73	0,00	71.119.018,73
621 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA	60.384.726,00	0,00	60.384.726,00
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	10.734.292,73	0,00	10.734.292,73
544 - RECURSOS HÍDRICOS	1.522.190,24	0,00	1.522.190,24
732 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	1.522.190,24	0,00	1.522.190,24
<b>18 - GESTÃO AMBIENTAL</b>	<b>389.354.240,13</b>	<b>0,00</b>	<b>389.354.240,13</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	95.673.157,18	0,00	95.673.157,18
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	86.325.865,34	0,00	86.325.865,34
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	831.075,03	0,00	831.075,03
222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	312.000,00	0,00	312.000,00
731 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS	35.566,64	0,00	35.566,64
732 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	8.168.650,17	0,00	8.168.650,17
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	8.094.401,61	0,00	8.094.401,61
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	3.248.749,44	0,00	3.248.749,44
724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ	4.845.652,17	0,00	4.845.652,17
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	72.164,07	0,00	72.164,07
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	72.164,07	0,00	72.164,07
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	64.925.090,07	0,00	64.925.090,07
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	2.006.446,22	0,00	2.006.446,22
721 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA	21.828.611,41	0,00	21.828.611,41
724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ	31.427.949,04	0,00	31.427.949,04
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	9.662.083,40	0,00	9.662.083,40
542 - CONTROLE AMBIENTAL	7.335.473,00	0,00	7.335.473,00
724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ	6.443.223,00	0,00	6.443.223,00
725 - CEARÁ NO CLIMA: MITIGANDO E SE ADAPTANDO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	577.250,00	0,00	577.250,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:34

Anexo VIII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
731 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS	315.000,00	0,00	315.000,00
544 - RECURSOS HÍDRICOS	213.253.954,20	0,00	213.253.954,20
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	2.985.935,48	0,00	2.985.935,48
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	1.946.234,06	0,00	1.946.234,06
731 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS	11.535.101,44	0,00	11.535.101,44
732 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	196.786.683,22	0,00	196.786.683,22
<b>19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA</b>	<b>153.330.401,71</b>	<b>5.935.932,90</b>	<b>159.266.334,61</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	27.029.406,34	0,00	27.029.406,34
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	26.170.438,70	0,00	26.170.438,70
411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	855.691,73	0,00	855.691,73
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	3.275,91	0,00	3.275,91
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.776.163,05	0,00	1.776.163,05
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	1.776.163,05	0,00	1.776.163,05
364 - ENSINO SUPERIOR	767.738,56	0,00	767.738,56
451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	767.738,56	0,00	767.738,56
542 - CONTROLE AMBIENTAL	47.540,50	0,00	47.540,50
726 - RESÍDUOS SÓLIDOS	47.540,50	0,00	47.540,50
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	115.982.092,68	5.935.932,90	121.918.025,58
411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	109.016.933,28	4.674.581,55	113.691.514,83
412 - INOVA CEARÁ	6.965.159,40	1.261.351,35	8.226.510,75
573 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	7.674.344,33	0,00	7.674.344,33
411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	5.788.577,66	0,00	5.788.577,66
412 - INOVA CEARÁ	1.885.766,67	0,00	1.885.766,67
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	53.116,25	0,00	53.116,25
313 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	53.116,25	0,00	53.116,25
<b>20 - AGRICULTURA</b>	<b>402.868.695,53</b>	<b>654.402,78</b>	<b>403.523.098,31</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	159.200.471,33	0,00	159.200.471,33
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	158.804.798,00	0,00	158.804.798,00
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	395.673,33	0,00	395.673,33
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.160.551,27	0,00	1.160.551,27
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	1.160.551,27	0,00	1.160.551,27
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	16.269.032,77	0,00	16.269.032,77
141 - GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	16.269.032,77	0,00	16.269.032,77
605 - ABASTECIMENTO	2.787.739,13	0,00	2.787.739,13
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	2.787.739,13	0,00	2.787.739,13
606 - EXTENSÃO RURAL	66.140.917,98	654.402,78	66.795.320,76
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	64.619.266,88	654.402,78	65.273.669,66
352 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	1.521.651,10	0,00	1.521.651,10
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	131.315.999,49	0,00	131.315.999,49
311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	112.252.061,09	0,00	112.252.061,09





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA  
CONSOLIDADO

Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:34

Anexo VIII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
352 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	18.881.484,39	0,00	18.881.484,39
622 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	182.454,01	0,00	182.454,01
609 - DEFESA AGROPECUÁRIA	25.993.983,56	0,00	25.993.983,56
312 - ABASTECIMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E DEFESA NO SETOR AGROPECUÁRIO	25.993.983,56	0,00	25.993.983,56
<b>21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA</b>	<b>29.546.520,40</b>	<b>0,00</b>	<b>29.546.520,40</b>
631 - REFORMA AGRÁRIA	29.546.520,40	0,00	29.546.520,40
112 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL	29.546.520,40	0,00	29.546.520,40
<b>22 - INDÚSTRIA</b>	<b>16.646.396,80</b>	<b>0,00</b>	<b>16.646.396,80</b>
661 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL	16.646.396,80	0,00	16.646.396,80
331 - ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	14.685.508,30	0,00	14.685.508,30
344 - DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM	1.960.888,50	0,00	1.960.888,50
<b>23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS</b>	<b>98.525.746,61</b>	<b>10.579.859,69</b>	<b>109.105.606,30</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	11.833.544,70	0,00	11.833.544,70
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	6.719.124,76	0,00	6.719.124,76
362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	5.114.419,94	0,00	5.114.419,94
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	7.582.570,24	10.124.392,48	17.706.962,72
362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	7.582.570,24	10.124.392,48	17.706.962,72
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.217.101,91	0,00	2.217.101,91
371 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	2.217.101,91	0,00	2.217.101,91
691 - PROMOÇÃO COMERCIAL	5.039.477,91	455.467,21	5.494.945,12
321 - FORTALECIMENTO DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.985.114,00	0,00	2.985.114,00
362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	2.054.363,91	455.467,21	2.509.831,12
695 - TURISMO	71.853.051,85	0,00	71.853.051,85
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	4.437.668,21	0,00	4.437.668,21
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	700.000,00	0,00	700.000,00
342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	1.949.288,39	0,00	1.949.288,39
371 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	64.766.095,25	0,00	64.766.095,25
<b>24 - COMUNICAÇÕES</b>	<b>182.321.294,33</b>	<b>0,00</b>	<b>182.321.294,33</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.196.106,77	0,00	5.196.106,77
424 - TELEDIFUSÃO CULTURAL INFORMATIVA E EDUCATIVA	5.196.106,77	0,00	5.196.106,77
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	175.267.170,53	0,00	175.267.170,53
413 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ	175.267.170,53	0,00	175.267.170,53
722 - TELECOMUNICAÇÕES	1.858.017,03	0,00	1.858.017,03
424 - TELEDIFUSÃO CULTURAL INFORMATIVA E EDUCATIVA	1.858.017,03	0,00	1.858.017,03
<b>25 - ENERGIA</b>	<b>86.120.388,78</b>	<b>0,00</b>	<b>86.120.388,78</b>
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	64,84	0,00	64,84
252 - REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	64,84	0,00	64,84
752 - ENERGIA ELÉTRICA	9.721.533,28	0,00	9.721.533,28
711 - MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	9.721.533,28	0,00	9.721.533,28
753 - COMBUSTÍVEIS MINERAIS	76.398.790,66	0,00	76.398.790,66





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:34

Anexo VIII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	76.398.790,66	0,00	76.398.790,66
<b>26 - TRANSPORTE</b>	<b>1.770.026.483,82</b>	<b>0,00</b>	<b>1.770.026.483,82</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	160.865.473,95	0,00	160.865.473,95
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	70.529.544,42	0,00	70.529.544,42
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	9.266.413,80	0,00	9.266.413,80
343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	81.069.515,73	0,00	81.069.515,73
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.323.272,47	0,00	3.323.272,47
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	3.323.272,47	0,00	3.323.272,47
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	500.000,00	0,00	500.000,00
341 - PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	500.000,00	0,00	500.000,00
453 - TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	3.923.400,40	0,00	3.923.400,40
343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	3.923.400,40	0,00	3.923.400,40
781 - TRANSPORTE AÉREO	28.739.531,01	0,00	28.739.531,01
342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	28.739.531,01	0,00	28.739.531,01
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.264.584.791,13	0,00	1.264.584.791,13
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	21.028.857,82	0,00	21.028.857,82
342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	1.185.888.301,80	0,00	1.185.888.301,80
343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	57.667.631,51	0,00	57.667.631,51
783 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO	308.090.014,86	0,00	308.090.014,86
342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	12.015.839,48	0,00	12.015.839,48
343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	296.074.175,38	0,00	296.074.175,38
<b>27 - DESPORTO E LAZER</b>	<b>100.564.398,80</b>	<b>0,00</b>	<b>100.564.398,80</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.236.409,48	0,00	7.236.409,48
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	7.236.409,48	0,00	7.236.409,48
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	438.300,71	0,00	438.300,71
211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	438.300,71	0,00	438.300,71
811 - DESPORTO DE RENDIMENTO	12.490.906,76	0,00	12.490.906,76
612 - CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO	12.490.906,76	0,00	12.490.906,76
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	80.398.781,85	0,00	80.398.781,85
611 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	73.048.781,85	0,00	73.048.781,85
612 - CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO	7.350.000,00	0,00	7.350.000,00
<b>28 - ENCARGOS ESPECIAIS</b>	<b>3.086.474.052,46</b>	<b>0,00</b>	<b>3.086.474.052,46</b>
273 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	7.500.000,00	0,00	7.500.000,00
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	7.500.000,00	0,00	7.500.000,00
841 - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	68.921.147,45	0,00	68.921.147,45
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	68.921.147,45	0,00	68.921.147,45
843 - SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	1.387.184.242,57	0,00	1.387.184.242,57
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	1.387.184.242,57	0,00	1.387.184.242,57
844 - SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	808.191.041,77	0,00	808.191.041,77
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	808.191.041,77	0,00	808.191.041,77
845 - OUTRAS TRASFERÊNCIAS	14.372.265,24	0,00	14.372.265,24
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	14.372.265,24	0,00	14.372.265,24
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	800.305.355,43	0,00	800.305.355,43
212 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	800.305.355,43	0,00	800.305.355,43





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:34

Anexo VIII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
<b>TOTAL</b>	<b>34.572.317.756,14</b>	<b>19.635.095,39</b>	<b>34.591.952.851,53</b>

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

Anexo IX, da Lei 4.320/64

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	01 - LEGISLATIVA	02 - JUDICIÁRIA	03 - ESSENCIAL A JUSTIÇA	04 - ADMINISTRAÇÃO	06 - SEGURANÇA PÚBLICA	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
<b>01000000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA</b>	<b>702.639.162,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0100001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	702.639.162,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>02000000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO</b>	<b>266.084.153,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0200001 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	266.084.153,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>04000000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	<b>0,00</b>	<b>1.456.278.699,87</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0400001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA	0,00	1.456.278.699,87	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>04200001 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO</b>	<b>0,00</b>	<b>186.138.821,53</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
040101 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZ DO JUDICIA	0,00	186.138.821,53	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>04200003 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS</b>	<b>0,00</b>	<b>2.103.179,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
040301 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	0,00	2.103.179,75	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>04200004 - FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA</b>	<b>0,00</b>	<b>14.507.075,69</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
040401 - FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	0,00	14.507.075,69	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>08000000 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16.863.435,18</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0800001 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	16.863.435,18	0,00	0,00
<b>08200003 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>372.536.625,19</b>	<b>105.910.792,73</b>	<b>0,00</b>
080301 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	0,00	0,00	0,00	372.536.625,19	105.910.792,73	0,00
<b>10000000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>173.176.135,43</b>	<b>0,00</b>
100001 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	173.176.135,43	0,00
<b>10100002 - POLÍCIA CIVIL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>808.880.072,49</b>	<b>0,00</b>
101021 - SUPERINTENDENCIA DA POLICIA CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	808.880.072,49	0,00
<b>10100003 - POLÍCIA MILITAR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.321.709.882,58</b>	<b>0,00</b>
101031 - POLICIA MILITAR DO CEARA	0,00	0,00	0,00	0,00	2.321.709.882,58	0,00
<b>10100004 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>274.524.252,59</b>	<b>0,00</b>





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

Anexo IX, da Lei 4.320/64

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	01 - LEGISLATIVA	02 - JUDICIÁRIA	03 - ESSENCIAL A JUSTIÇA	04 - ADMINISTRAÇÃO	06 - SEGURANÇA PÚBLICA	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
101041 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	274.524.252,59	0,00
<b>10100007 - PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>143.522.407,62</b>	<b>0,00</b>
101071 - PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	143.522.407,62	0,00
<b>10100008 - ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>34.072.315,73</b>	<b>0,00</b>
101081 - ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	34.072.315,73	0,00
<b>10100009 - SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.905.964,82</b>	<b>0,00</b>
101091 - SUP DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	3.905.964,82	0,00
<b>10200006 - FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>48.620.890,47</b>	<b>0,00</b>
100601 - FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	8.708.780,59	0,00
100607 - FDS POLÍCIA CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	10.369.425,73	0,00
100608 - FDS POLÍCIA MILITAR	0,00	0,00	0,00	0,00	17.043.017,87	0,00
100609 - FDS CORPO DE BOMBEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	8.963.740,71	0,00
100610 - FSPDS COLEGIO POLÍCIA MILITAR	0,00	0,00	0,00	0,00	2.520.855,54	0,00
100611 - FSPDS COLEGIO CORPO DE BOMBEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.015.070,03	0,00
<b>10200050 - FUNDO DE DEFESA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.819.817,75</b>	<b>0,00</b>
105001 - FUNDO DE DEFESA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	1.819.817,75	0,00
<b>13000000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>88.533.727,47</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
130001 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	0,00	0,00	88.533.727,47	0,00	0,00	0,00
<b>13200001 - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>28.044.359,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
130101 - AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DO EST. DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	28.044.359,45	0,00	0,00
<b>13200002 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.451.669,11</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

Anexo IX, da Lei 4.320/64

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	01 - LEGISLATIVA	02 - JUDICIÁRIA	03 - ESSENCIAL A JUSTIÇA	04 - ADMINISTRAÇÃO	06 - SEGURANÇA PÚBLICA	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
130201 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA PGE	0,00	0,00	14.451.669,11	0,00	0,00	0,00
<b>15000000 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>559.603.803,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
150001 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	0,00	0,00	559.603.803,34	0,00	0,00	0,00
<b>15200002 - FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>106.337,15</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
152001 - FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	106.337,15	0,00	0,00	0,00
<b>15200005 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>37.760.441,85</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
150501 - FUNDO DE REA. DE MODERNIZAÇÃO DO MP DO CEARÁ	0,00	0,00	37.760.441,85	0,00	0,00	0,00
<b>18000000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>759.933.234,32</b>	<b>0,00</b>
180001 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	759.933.234,32	0,00
<b>18200004 - FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.870.463,54</b>	<b>0,00</b>
180401 - FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	10.870.463,54	0,00
<b>19000000 - SECRETARIA DA FAZENDA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>853.162.618,47</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
190001 - SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	0,00	0,00	853.162.618,47	0,00	0,00
<b>30000000 - CASA CIVIL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>252.794.305,87</b>	<b>3.673.800,00</b>	<b>0,00</b>
300001 - CASA CIVIL	0,00	0,00	0,00	252.794.305,87	3.673.800,00	0,00
<b>30200001 - FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.810.436,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
300101 - FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	2.810.436,13	0,00	0,00
<b>41000000 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>39.919.409,07</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
410001 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	39.919.409,07	0,00	0,00
<b>42000000 - SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.653.137,08</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
420001 - SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	1.653.137,08	0,00	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

Anexo IX, da Lei 4.320/64

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	01 - LEGISLATIVA	02 - JUDICIÁRIA	03 - ESSENCIAL A JUSTIÇA	04 - ADMINISTRAÇÃO	06 - SEGURANÇA PÚBLICA	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
<b>43000000 - SECRETARIA DAS CIDADES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.520.713,30</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
430001 - SECRETARIA DAS CIDADES	0,00	0,00	0,00	14.520.713,30	0,00	0,00
<b>43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16.090.209,30</b>	<b>56.168.352,23</b>	<b>9.443.850,66</b>
081401 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	16.090.209,30	56.168.352,23	9.443.850,66
<b>46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>156.326.528,35</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
460001 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	0,00	0,00	0,00	156.326.528,35	0,00	0,00
<b>46100003 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.461.558,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
461031 - ESCOLA DE GESTAO PUBLICA DO ESTADO DO CEARA	0,00	0,00	0,00	4.461.558,94	0,00	0,00
<b>46200001 - INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.475.539,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
460101 - INSTITUTO DE SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARA	0,00	0,00	0,00	6.475.539,34	0,00	0,00
<b>46200002 - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.984.467,16</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
460201 - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO CEARA	0,00	0,00	0,00	8.984.467,16	0,00	0,00
<b>46200003 - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.074.583,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
460301 - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATEGIA ECONOMICA DO CEARA	0,00	0,00	0,00	15.074.583,79	0,00	0,00
<b>46200008 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.946.962,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
460801 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARA	0,00	0,00	0,00	11.946.962,43	0,00	0,00
<b>47000000 - SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>281.607.565,04</b>
470001 - SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	281.607.565,04
<b>47100004 - SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>117.168.645,70</b>





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

Anexo IX, da Lei 4.320/64

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	01 - LEGISLATIVA	02 - JUDICIÁRIA	03 - ESSENCIAL A JUSTIÇA	04 - ADMINISTRAÇÃO	06 - SEGURANÇA PÚBLICA	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
470104 - SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.168.645,70
<b>47200001 - FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.694.210,88</b>
470101 - FUNDO ESTADUAL PARA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.694.210,88
<b>47200002 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>246.715.595,40</b>
470201 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	246.715.595,40
<b>47200005 - FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.917.126,58</b>
470501 - FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.917.126,58
<b>53000000 - CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13.271.380,60</b>	<b>0,00</b>
530001 - CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	13.271.380,60	0,00
<b>56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.248.472,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
560001 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO	0,00	0,00	0,00	9.248.472,61	0,00	0,00
<b>58000000 - ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.090.656,06</b>	<b>11.377.280,90</b>	<b>0,00</b>
580001 - ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA	0,00	0,00	0,00	4.090.656,06	11.377.280,90	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>968.723.315,26</b>	<b>1.659.027.776,84</b>	<b>700.455.978,92</b>	<b>1.815.004.017,72</b>	<b>4.771.437.043,80</b>	<b>662.546.994,26</b>







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

Anexo IX, da Lei 4.320/64

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	10 - SAÚDE	11 - TRABALHO	12 - EDUCAÇÃO	13 - CULTURA	14 - DIREITOS DA CIDADANIA
<b>01200001 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR</b>	<b>10.734.576,97</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
010101 - FUNDO DE PREVIDENCIA PARLAMENTAR DA ASSEMB LEGISL DO CE	10.734.576,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>06000000 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>217.830.292,91</b>
060001 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	217.830.292,91
<b>06200001 - FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>34.107.905,19</b>
060101 - FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.107.905,19
<b>22000000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.666.830.360,53</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
220001 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	4.666.830.360,53	0,00	0,00
<b>24200003 - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA</b>	<b>0,00</b>	<b>1.728.620,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
240301 - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA	0,00	1.728.620,14	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>24200004 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>5.651.816.150,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
240344 - CENTRO ODONTOLÓGICO TIPO II - RODOLFO TEOFILO	0,00	1.302.771,88	0,00	0,00	0,00	0,00
240401 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	0,00	4.230.693.120,63	0,00	0,00	0,00	0,00
240424 - CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO CEARÁ	0,00	126.497.723,14	0,00	0,00	0,00	0,00
240479 - HOSP.GERAL POLICIA MILITAR JOSE MARTINIANO DE ALENCAR-HGPM	0,00	42.694.640,94	0,00	0,00	0,00	0,00
241281 - HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA	0,00	417.894.873,31	0,00	0,00	0,00	0,00
241291 - HOSPITAL DR CARLOS ALBERTO STUDART GOMES - MESSEJANA	0,00	288.280.228,67	0,00	0,00	0,00	0,00
241301 - HOSPITAL GERAL DR. CESAR CALS DE OLIVEIRA	0,00	126.922.159,93	0,00	0,00	0,00	0,00
241311 - HOSPITAL INFANTIL DR. ALBERT SABIN	0,00	212.165.191,89	0,00	0,00	0,00	0,00
241321 - HOSPITAL DE SAÚDE MENTAL DE MESSEJANA	0,00	33.081.779,04	0,00	0,00	0,00	0,00
241331 - HOSPITAL SÃO JOSÉ DE DOENÇAS INFECIOSAS	0,00	60.645.921,69	0,00	0,00	0,00	0,00
241501 - CENTRO ODONTOLÓGICO - TIPO I	0,00	8.609.753,34	0,00	0,00	0,00	0,00
241521 - INSTITUTO DE PREVENÇÃO DO CANCER	0,00	6.127.834,72	0,00	0,00	0,00	0,00
241531 - LABORATORIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA	0,00	56.934.160,76	0,00	0,00	0,00	0,00
241561 - CENTRO INTEGRADO DE DIABETES E HIPERTENSÃO	0,00	4.334.434,96	0,00	0,00	0,00	0,00
241581 - CENTRO DE REFERENCIA NACIONAL EM DERMATOLOGIA SANITARIA DONA LIBANIA	0,00	3.663.090,02	0,00	0,00	0,00	0,00
241591 - CENTRO SAÚDE ESCOLA - MEIRELES	0,00	30.125.338,42	0,00	0,00	0,00	0,00
241621 - CENTRO ODONTOLÓGICO - TIPO II - JOAQUIM TAVORA	0,00	1.843.127,14	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>27000000 - SECRETARIA DA CULTURA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>240.920.573,81</b>	<b>0,00</b>
270001 - SECRETARIA DA CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	240.920.573,81	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

Anexo IX, da Lei 4.320/64

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	10 - SAÚDE	11 - TRABALHO	12 - EDUCAÇÃO	13 - CULTURA	14 - DIREITOS DA CIDADANIA
<b>27200004 - FUNDO ESTADUAL DA CULTURA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>33.160.876,50</b>	<b>0,00</b>
270401 - FUNDO ESTADUAL DE CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	33.160.876,50	0,00
<b>30000000 - CASA CIVIL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>309.545,81</b>
300001 - CASA CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	309.545,81
<b>30200002 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.290.576,35</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
170001 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	6.290.576,35	0,00	0,00
<b>31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.692.667,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
310001 - SECRETARIA DA CIENCIA, TECNOLOGIA E EDUCACAO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	30.692.667,22	0,00	0,00
<b>31200001 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>347.655.902,43</b>	<b>89.320,00</b>	<b>0,00</b>
310101 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA	0,00	0,00	0,00	347.655.902,43	89.320,00	0,00
<b>31200002 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAU</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>111.494.857,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
310201 - FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU	0,00	0,00	0,00	111.494.857,84	0,00	0,00
<b>31200003 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>144.461.885,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
310301 - FUNDACAO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	0,00	0,00	0,00	144.461.885,52	0,00	0,00
<b>31200005 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>51.002.733,70</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
310501 - FUNDACAO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	0,00	0,00	0,00	51.002.733,70	0,00	0,00
<b>41000000 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.771.768,59</b>
410001 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.771.768,59
<b>43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>199.435.155,59</b>	<b>48.262.993,19</b>	<b>750.141,50</b>
081401 - SUPERINTENDENCIA DE OBRAS PUBLICAS	0,00	0,00	0,00	199.435.155,59	48.262.993,19	750.141,50
<b>46200001 - INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>10.637.851,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
460101 - INSTITUTO DE SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARA	0,00	10.637.851,04	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>46200004 - FUNDO FINANCEIRO - FUNAPREV</b>	<b>3.004.868.247,27</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
460401 - FUNDO FINANCEIRO FUNAPREV	3.004.868.247,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>46200005 - FUNDO FINANCEIRO - PREVMILITAR</b>	<b>948.321.267,31</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
460501 - FUNDO FINANCEIRO PREVMILITAR DO RPPS/SUPSEC DO ESTADO DO CEARA	948.321.267,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>46200007 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID</b>	<b>525.107.073,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

Anexo IX, da Lei 4.320/64

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	10 - SAÚDE	11 - TRABALHO	12 - EDUCAÇÃO	13 - CULTURA	14 - DIREITOS DA CIDADANIA
460701 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO PREVID DO RPPS/SUPSEC DO ESTADO DO CEARÁ	525.107.073,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>46200008 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>292.765.707,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
460801 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	292.765.707,33	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>46200009 - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>23.631.415,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
460901 - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	23.631.415,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>47000000 - SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.279.015,89</b>	<b>43.212.395,41</b>	<b>0,00</b>	<b>117.046.449,17</b>
470001 - SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DH	0,00	0,00	4.279.015,89	43.212.395,41	0,00	117.046.449,17
<b>47200003 - FUNDO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.555.463,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
470301 - FUNDO EST ESP DO DES E COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO	0,00	0,00	2.555.463,73	0,00	0,00	0,00
<b>56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52.935.363,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
560001 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO	0,00	0,00	52.935.363,14	0,00	0,00	0,00
<b>56200010 - FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>57.222.081,68</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
561001 - FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO DO CEARÁ	0,00	0,00	57.222.081,68	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.512.662.579,80</b>	<b>5.956.948.328,99</b>	<b>116.991.924,44</b>	<b>5.601.076.534,59</b>	<b>322.433.763,50</b>	<b>371.816.103,17</b>





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

Anexo IX, da Lei 4.320/64

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	15 - URBANISMO	16 - HABITAÇÃO	17 - SANEAMENTO	18 - GESTÃO AMBIENTAL	19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	20 - AGRICULTURA
<b>13200001 - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ</b>	0,00	0,00	60.222,09	0,00	0,00	0,00
130101 - AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DO EST. DO CEARA	0,00	0,00	60.222,09	0,00	0,00	0,00
<b>21000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO</b>	0,00	0,00	64.115.411,45	0,00	0,00	228.539.875,85
210001 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	0,00	0,00	64.115.411,45	0,00	0,00	228.539.875,85
<b>21200001 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.936.353,13
210101 - EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.936.353,13
<b>21200003 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.201.527,79
210301 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO DO CEARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.201.527,79
<b>21200013 - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.504.941,92
211301 - FUNDO EST DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.504.941,92
<b>29000000 - SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS</b>	0,00	0,00	1.522.190,24	137.701.240,94	0,00	0,00
290001 - SECRETARIA DOS RECURSOS HIDRICOS	0,00	0,00	1.522.190,24	137.701.240,94	0,00	0,00
<b>29200001 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS</b>	0,00	0,00	3.233.502,11	77.282.659,63	0,00	0,00
290101 - SUPERINTENDENCIA DE OBRAS HIDRAULICAS	0,00	0,00	3.233.502,11	77.282.659,63	0,00	0,00
<b>29200007 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS</b>	0,00	0,00	0,00	29.046.239,32	0,00	0,00
310401 - FUNDACAO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HIDRICOS	0,00	0,00	0,00	29.046.239,32	0,00	0,00
<b>31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	74.236.163,97	0,00
310001 - SECRETARIA DA CIENCIA, TECNOLOGIA E EDUCACAO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	74.236.163,97	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

Anexo IX, da Lei 4.320/64

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	15 - URBANISMO	16 - HABITAÇÃO	17 - SANEAMENTO	18 - GESTÃO AMBIENTAL	19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	20 - AGRICULTURA
<b>31200002 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAU</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	1.237.487,00	0,00
310201 - FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU	0,00	0,00	0,00	0,00	1.237.487,00	0,00
<b>31200005 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO</b>	0,00	0,00	0,00	1.768.700,00	62.570.400,54	0,00
310501 - FUNDACAO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	0,00	0,00	0,00	1.768.700,00	62.570.400,54	0,00
<b>31200006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	21.222.283,10	0,00
310601 - NUCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARA - NUTEC	0,00	0,00	0,00	0,00	21.222.283,10	0,00
<b>36000000 - SECRETARIA DO TURISMO</b>	9.834.844,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
360001 - SECRETARIA DO TURISMO	9.834.844,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>43000000 - SECRETARIA DAS CIDADES</b>	174.589.933,42	25.763.014,23	125.219.615,47	0,00	0,00	0,00
430001 - SECRETARIA DAS CIDADES	174.589.933,42	25.763.014,23	125.219.615,47	0,00	0,00	0,00
<b>43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS</b>	376.383.938,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
081401 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	376.383.938,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>43200008 - FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO</b>	0,00	0,00	14.574.817,96	0,00	0,00	0,00
430801 - FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO BASICO	0,00	0,00	14.574.817,96	0,00	0,00	0,00
<b>46200006 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ</b>	0,00	4.582.185,76	0,00	0,00	0,00	0,00
460601 - COMPANHIA DE HABITACAO DO CEARA	0,00	4.582.185,76	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>56200006 - AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.322.990,10
211101 - AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DO CEARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.322.990,10
<b>56200011 - FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.409,52
561101 - FUNDO DE DEFESA AGROPECUARIO DO ESTADO DO CEARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.409,52
<b>57000000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE</b>	0,00	0,00	0,00	70.767.286,08	0,00	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

Anexo IX, da Lei 4.320/64

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	15 - URBANISMO	16 - HABITAÇÃO	17 - SANEAMENTO	18 - GESTÃO AMBIENTAL	19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	20 - AGRICULTURA
570001 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	70.767.286,08	0,00	0,00
<b>57200001 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>72.788.114,16</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
490101 - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	72.788.114,16	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>560.808.716,19</b>	<b>30.345.199,99</b>	<b>208.725.759,32</b>	<b>389.354.240,13</b>	<b>159.266.334,61</b>	<b>403.523.098,31</b>





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

Anexo IX, da Lei 4.320/64

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	22 - INDÚSTRIA	23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	24 - COMUNICAÇÕES	25 - ENERGIA	26 - TRANSPORTE
<b>08000000 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>83.653.538,50</b>	<b>325.560.278,86</b>
080001 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	83.653.538,50	325.560.278,86
<b>08200003 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>230.721.761,64</b>
080301 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.721.761,64
<b>08200013 - FUNDO DE INCENTIVO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.466.785,44</b>	<b>0,00</b>
480401 - FUNDO DE INCENTIVO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	0,00	0,00	0,00	0,00	2.466.785,44	0,00
<b>13200001 - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>64,84</b>	<b>21.028.857,82</b>
130101 - AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DO EST. DO CEARA	0,00	0,00	0,00	0,00	64,84	21.028.857,82
<b>21000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO</b>	<b>591.265,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
210001 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	591.265,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>21200003 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ</b>	<b>28.955.255,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
210301 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO DO CEARA	28.955.255,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>30200001 - FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.054.123,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
300101 - FUNDACAO DE TELEDUACAO DO CEARA	0,00	0,00	0,00	7.054.123,80	0,00	0,00
<b>31200001 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.399,00</b>
310101 - FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.399,00
<b>36000000 - SECRETARIA DO TURISMO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>71.853.051,85</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
360001 - SECRETARIA DO TURISMO	0,00	0,00	71.853.051,85	0,00	0,00	0,00
<b>43000000 - SECRETARIA DAS CIDADES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.423.400,40</b>
430001 - SECRETARIA DAS CIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.423.400,40
<b>43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.217.101,91</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.188.289.786,10</b>
081401 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	0,00	0,00	2.217.101,91	0,00	0,00	1.188.289.786,10





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

Anexo IX, da Lei 4.320/64

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	22 - INDÚSTRIA	23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	24 - COMUNICAÇÕES	25 - ENERGIA	26 - TRANSPORTE
46200002 - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	175.267.170,53	0,00	0,00
460201 - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	175.267.170,53	0,00	0,00
56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO	0,00	4.843.005,83	2.985.114,00	0,00	0,00	0,00
560001 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO	0,00	4.843.005,83	2.985.114,00	0,00	0,00	0,00
56200002 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	0,00	11.803.390,97	0,00	0,00	0,00	0,00
480201 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	0,00	11.803.390,97	0,00	0,00	0,00	0,00
56200007 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	32.050.338,54	0,00	0,00	0,00
190401 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	32.050.338,54	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>29.546.520,40</b>	<b>16.646.396,80</b>	<b>109.105.606,30</b>	<b>182.321.294,33</b>	<b>86.120.388,78</b>	<b>1.770.026.483,82</b>







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Anexo IX, da Lei 4.320/64

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	27 - DESPORTO E LAZER	28 - ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
<b>01000000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>702.639.162,20</b>
010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	0,00	0,00	702.639.162,20
<b>01200001 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.734.576,97</b>
010101 - FUNDO DE PREVIDENCIA PARLAMENTAR DA ASSEMB LEGISL DO CE	0,00	0,00	10.734.576,97
<b>02000000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>266.084.153,06</b>
020001 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	0,00	0,00	266.084.153,06
<b>04000000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.456.278.699,87</b>
040001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA	0,00	0,00	1.456.278.699,87
<b>04200001 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>186.138.821,53</b>
040101 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZ DO JUDICIA	0,00	0,00	186.138.821,53
<b>04200003 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.103.179,75</b>
040301 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	0,00	0,00	2.103.179,75
<b>04200004 - FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.507.075,69</b>
040401 - FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	0,00	0,00	14.507.075,69
<b>06000000 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>217.830.292,91</b>
060001 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL	0,00	0,00	217.830.292,91
<b>06200001 - FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>34.107.905,19</b>
060101 - FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA	0,00	0,00	34.107.905,19
<b>08000000 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>426.077.252,54</b>
080001 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	426.077.252,54
<b>08200003 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>709.169.179,56</b>
080301 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	0,00	0,00	709.169.179,56
<b>08200013 - FUNDO DE INCENTIVO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.466.785,44</b>
480401 - FUNDO DE INCENTIVO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	0,00	0,00	2.466.785,44
<b>10000000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>173.176.135,43</b>
100001 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL	0,00	0,00	173.176.135,43
<b>10100002 - POLÍCIA CIVIL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>808.880.072,49</b>





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

Anexo IX, da Lei 4.320/64

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	27 - DESPORTO E LAZER	28 - ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
101021 - SUPERINTENDENCIA DA POLICIA CIVIL	0,00	0,00	808.880.072,49
<b>10100003 - POLICIA MILITAR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.321.709.882,58</b>
101031 - POLICIA MILITAR DO CEARA	0,00	0,00	2.321.709.882,58
<b>10100004 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>274.524.252,59</b>
101041 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARA	0,00	0,00	274.524.252,59
<b>10100007 - PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>143.522.407,62</b>
101071 - PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARA	0,00	0,00	143.522.407,62
<b>10100008 - ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANCA PÚBLICA DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>34.072.315,73</b>
101081 - ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANCA PUBLICA DO CEARA	0,00	0,00	34.072.315,73
<b>10100009 - SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.905.964,82</b>
101091 - SUP DE PESQUISA E ESTRATEGIA DE SEGURANCA PUBLICA DO ESTADO DO CEARA	0,00	0,00	3.905.964,82
<b>10200006 - FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>48.620.890,47</b>
100601 - FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	48.620.890,47
100607 - FDS POLICIA CIVIL	0,00	0,00	10.369.425,73
100608 - FDS POLICIA MILITAR	0,00	0,00	17.043.017,87
100609 - FDS CORPO DE BOMBEIROS	0,00	0,00	8.963.740,71
100610 - FSPDS COLEGIO POLICIA MILITAR	0,00	0,00	2.520.855,54
100611 - FSPDS COLEGIO CORPO DE BOMBEIROS	0,00	0,00	1.015.070,03
<b>10200050 - FUNDO DE DEFESA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.819.817,75</b>
105001 - FUNDO DE DEFESA CIVIL DO ESTADO DO CEARA	0,00	0,00	1.819.817,75
<b>13000000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>88.533.727,47</b>
130001 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	0,00	0,00	88.533.727,47
<b>13200001 - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>49.133.504,20</b>
130101 - AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DO EST. DO CEARA	0,00	0,00	49.133.504,20
<b>13200002 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.451.669,11</b>





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Anexo IX, da Lei 4.320/64

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	27 - DESPORTO E LAZER	28 - ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
130201 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA PGE	0,00	0,00	14.451.669,11
<b>15000000 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>559.603.803,34</b>
150001 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	0,00	0,00	559.603.803,34
<b>15200002 - FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>106.337,15</b>
150201 - FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	106.337,15
<b>15200005 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>37.760.441,85</b>
150501 - FUNDO DE REA. DE MODERNIZAÇÃO DO MP DO CEARÁ	0,00	0,00	37.760.441,85
<b>18000000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>759.933.234,32</b>
180001 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	0,00	0,00	759.933.234,32
<b>18200004 - FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.870.463,54</b>
180401 - FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	10.870.463,54
<b>19000000 - SECRETARIA DA FAZENDA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>853.162.618,47</b>
190001 - SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	0,00	853.162.618,47
<b>21000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>293.246.552,30</b>
210001 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	0,00	0,00	293.246.552,30
<b>21200001 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>122.936.353,13</b>
210101 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ	0,00	0,00	122.936.353,13
<b>21200003 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>39.156.783,19</b>
210301 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ	0,00	0,00	39.156.783,19
<b>21200013 - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.504.941,92</b>
211301 - FUNDO EST DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	0,00	0,00	9.504.941,92
<b>22000000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.666.830.360,53</b>
220001 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	0,00	0,00	4.666.830.360,53
<b>24200003 - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.728.620,14</b>
240301 - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA	0,00	0,00	1.728.620,14





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

Anexo IX, da Lei 4.320/64

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	27 - DESPORTO E LAZER	28 - ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
<b>24200004 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.651.816.150,48</b>
240344 - CENTRO ODONTOLÓGICO TIPO II - RODOLFO TEOFILIO	0,00	0,00	1.302.771,88
240401 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	0,00	0,00	4.230.693.120,63
240424 - CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO CEARÁ	0,00	0,00	126.497.723,14
240479 - HOSP. GERAL POLÍCIA MILITAR JOSE MARTINIANO DE ALENCAR-HGPM	0,00	0,00	42.694.640,94
241281 - HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA	0,00	0,00	417.894.873,31
241291 - HOSPITAL DR CARLOS ALBERTO STUDART GOMES - MESSEJANA	0,00	0,00	288.280.228,67
241301 - HOSPITAL GERAL DR. CESAR CALS DE OLIVEIRA	0,00	0,00	126.922.159,93
241311 - HOSPITAL INFANTIL DR. ALBERT SABIN	0,00	0,00	212.165.191,89
241321 - HOSPITAL DE SAÚDE MENTAL DE MESSEJANA	0,00	0,00	33.081.779,04
241331 - HOSPITAL SÃO JOSÉ DE DOENÇAS INFECCIOSAS	0,00	0,00	60.645.921,69
241501 - CENTRO ODONTOLÓGICO - TIPO I	0,00	0,00	8.609.753,34
241521 - INSTITUTO DE PREVENÇÃO DO CÂNCER	0,00	0,00	6.127.834,72
241531 - LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA	0,00	0,00	56.934.160,76
241561 - CENTRO INTEGRADO DE DIABETES E HIPERTENSÃO	0,00	0,00	4.334.434,96
241581 - CENTRO DE REFERÊNCIA NACIONAL EM DERMATOLOGIA SANITÁRIA DONA LIBÂNIA	0,00	0,00	3.663.090,02
241591 - CENTRO SAÚDE ESCOLA - MEIRELES	0,00	0,00	30.125.338,42
241621 - CENTRO ODONTOLÓGICO - TIPO II - JOAQUIM TAVORA	0,00	0,00	1.843.127,14
<b>27000000 - SECRETARIA DA CULTURA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>240.920.573,81</b>
270001 - SECRETARIA DA CULTURA	0,00	0,00	240.920.573,81
<b>27200004 - FUNDO ESTADUAL DA CULTURA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>33.160.876,50</b>
270401 - FUNDO ESTADUAL DE CULTURA	0,00	0,00	33.160.876,50
<b>29000000 - SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>139.223.431,18</b>
290001 - SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	0,00	0,00	139.223.431,18
<b>29200001 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>80.516.161,74</b>
290101 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS	0,00	0,00	80.516.161,74
<b>29200007 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>29.046.239,32</b>
310401 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS	0,00	0,00	29.046.239,32
<b>30000000 - CASA CIVIL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>256.777.651,68</b>
300001 - CASA CIVIL	0,00	0,00	256.777.651,68





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

Anexo IX, da Lei 4.320/64

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	27 - DESPORTO E LAZER	28 - ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
<b>30200001 - FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.864.559,93</b>
300101 - FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ	0,00	0,00	9.864.559,93
<b>30200002 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.290.576,35</b>
170001 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	6.290.576,35
<b>31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>104.928.831,19</b>
310001 - SECRETARIA DA CIENCIA, TECNOLOGIA E EDUCACAO SUPERIOR	0,00	0,00	104.928.831,19
<b>31200001 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>347.747.621,43</b>
310101 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA	0,00	0,00	347.747.621,43
<b>31200002 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAU</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>112.732.344,84</b>
310201 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU	0,00	0,00	112.732.344,84
<b>31200003 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>144.461.885,52</b>
310301 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	0,00	0,00	144.461.885,52
<b>31200005 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>115.341.834,24</b>
310501 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	0,00	0,00	115.341.834,24
<b>31200006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.222.283,10</b>
310601 - NUCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARA - NUTEC	0,00	0,00	21.222.283,10
<b>36000000 - SECRETARIA DO TURISMO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>81.687.896,09</b>
360001 - SECRETARIA DO TURISMO	0,00	0,00	81.687.896,09
<b>40000000 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO</b>	<b>0,00</b>	<b>3.086.474.052,46</b>	<b>3.086.474.052,46</b>
191011 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	3.086.474.052,46	3.086.474.052,46
<b>41000000 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>41.691.177,66</b>
410001 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	0,00	0,00	41.691.177,66
<b>42000000 - SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE</b>	<b>63.294.701,62</b>	<b>0,00</b>	<b>64.947.838,70</b>
420001 - SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE DO ESTADO DO CEARÁ	63.294.701,62	0,00	64.947.838,70
<b>42200001 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE</b>	<b>13.108.434,76</b>	<b>0,00</b>	<b>13.108.434,76</b>
420101 - FUNDO DO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE	13.108.434,76	0,00	13.108.434,76





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Anexo IX, da Lei 4.320/64

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	27 - DESPORTO E LAZER	28 - ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
<b>43000000 - SECRETARIA DAS CIDADES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>344.516.676,82</b>
430001 - SECRETARIA DAS CIDADES	0,00	0,00	344.516.676,82
<b>43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS</b>	<b>24.161.262,42</b>	<b>0,00</b>	<b>1.921.202.791,43</b>
081401 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	24.161.262,42	0,00	1.921.202.791,43
<b>43200008 - FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.574.817,96</b>
430801 - FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00	14.574.817,96
<b>46000000 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>156.326.528,35</b>
460001 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	0,00	0,00	156.326.528,35
<b>46100003 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.461.558,94</b>
461031 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	4.461.558,94
<b>46200001 - INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.113.390,38</b>
460101 - INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	17.113.390,38
<b>46200002 - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>184.251.637,69</b>
460201 - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ	0,00	0,00	184.251.637,69
<b>46200003 - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.074.583,79</b>
460301 - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ	0,00	0,00	15.074.583,79
<b>46200004 - FUNDO FINANCEIRO - FUNAPREV</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.004.868.247,27</b>
460401 - FUNDO FINANCEIRO FUNAPREV	0,00	0,00	3.004.868.247,27
<b>46200005 - FUNDO FINANCEIRO - PREVMILITAR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>948.321.267,31</b>
460501 - FUNDO FINANCEIRO PREVMILITAR DO RPPS/SUPSEC DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	948.321.267,31
<b>46200006 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.582.185,76</b>
460601 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ	0,00	0,00	4.582.185,76
<b>46200007 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>525.107.073,25</b>
460701 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO PREVID DO RPPS/SUPSEC DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	525.107.073,25
<b>46200008 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>304.712.669,76</b>
460801 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	304.712.669,76
<b>46200009 - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23.631.415,00</b>





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Anexo IX, da Lei 4.320/64

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	27 - DESPORTO E LAZER	28 - ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
460901 - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	23.631.415,00
<b>47000000 - SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>446.145.425,51</b>
470001 - SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DH	0,00	0,00	446.145.425,51
<b>47100004 - SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>117.168.645,70</b>
470104 - SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	0,00	0,00	117.168.645,70
<b>47200001 - FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.694.210,88</b>
470101 - FUNDO ESTADUAL PARA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	0,00	0,00	3.694.210,88
<b>47200002 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>246.715.595,40</b>
470201 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA	0,00	0,00	246.715.595,40
<b>47200003 - FUNDO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.555.463,73</b>
470301 - FUNDO EST ESP DO DES E COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO	0,00	0,00	2.555.463,73
<b>47200005 - FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.917.126,58</b>
470501 - FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ	0,00	0,00	3.917.126,58
<b>53000000 - CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13.271.380,60</b>
530001 - CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGAOS DE SEGURANCA PUBLICA E SISTEMA PENITENCIARIO	0,00	0,00	13.271.380,60
<b>56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>70.011.955,58</b>
560001 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO	0,00	0,00	70.011.955,58
<b>56200002 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.803.390,97</b>
480201 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	0,00	0,00	11.803.390,97
<b>56200006 - AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>32.322.990,10</b>
211101 - AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DO CEARA	0,00	0,00	32.322.990,10
<b>56200007 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>32.050.338,54</b>
190401 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARA	0,00	0,00	32.050.338,54





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Anexo IX, da Lei 4.320/64

Emitido em: 31/03/23 16:36  
R\$ 1,00

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	27 - DESPORTO E LAZER	28 - ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL
<b>56200010 - FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>57.222.081,68</b>
561001 - FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO DO CEARÁ	0,00	0,00	57.222.081,68
<b>56200011 - FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.409,52</b>
561101 - FUNDO DE DEFESA AGROPECUARIO DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	17.409,52
<b>57000000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>70.767.286,08</b>
570001 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	70.767.286,08
<b>57200001 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>72.788.114,16</b>
490101 - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	72.788.114,16
<b>58000000 - ACESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.467.936,96</b>
580001 - ACESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA	0,00	0,00	15.467.936,96
<b>TOTAL</b>	<b>100.564.398,80</b>	<b>3.086.474.052,46</b>	<b>34.591.952.851,53</b>

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
<b>I- RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA</b>	<b>41.463.071.675,63</b>	<b>45.213.878.745,27</b>	<b>3.750.807.069,64</b>	<b>0,00</b>
1 - Receitas Correntes	37.283.505.259,67	42.113.791.367,79	4.830.286.108,12	0,00
11 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	19.312.459.920,76	21.795.494.740,59	2.483.034.819,83	0,00
111 - Impostos	18.541.841.702,93	20.654.955.000,47	2.113.113.297,54	0,00
11125101 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Principal	1.401.149.154,93	1.391.368.432,38	0,00	9.780.722,55
1112510101 - IPVA - Principal	1.401.149.154,93	1.391.368.432,38	0,00	9.780.722,55
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.401.149.154,93	1.391.368.432,38	0,00	9.780.722,55
11125102 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Multas e Juros	43.900.800,00	49.668.045,98	5.767.245,98	0,00
1112510201 - IPVA - Multas e Juros de Mora	43.900.800,00	49.668.045,98	5.767.245,98	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	43.900.800,00	49.668.045,98	5.767.245,98	0,00
11125103 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa	29.404.909,00	29.080.410,66	0,00	324.498,34
1112510301 - IPVA - Dívida Ativa	29.404.909,00	29.080.410,66	0,00	324.498,34
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	29.404.909,00	29.080.410,66	0,00	324.498,34
11125104 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	11.944.275,00	10.421.484,67	0,00	1.522.790,33
1112510401 - IPVA - Dívida Ativa - Multa e Juros de Mora	11.944.275,00	10.421.484,67	0,00	1.522.790,33
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.944.275,00	10.421.484,67	0,00	1.522.790,33
11125201 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Principal	73.415.047,00	127.019.022,45	53.603.975,45	0,00
1112520101 - ITCD - Principal	73.415.047,00	127.019.022,45	53.603.975,45	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	73.415.047,00	127.019.022,45	53.603.975,45	0,00
11125202 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Multas e Juros	2.983.849,00	7.393.173,49	4.409.324,49	0,00
1112520201 - ITCD - Multas e Juros de Mora	2.983.849,00	7.392.654,87	4.408.805,87	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.983.849,00	7.392.654,87	4.408.805,87	0,00
1112520202 - ITCD - Multas e Juros de Penalidades	0,00	518,62	518,62	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	518,62	518,62	0,00
11125203 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa	5.389.150,00	6.973.325,09	1.584.175,09	0,00
1112520301 - ITCD - Dívida Ativa	5.389.150,00	6.973.325,09	1.584.175,09	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.389.150,00	6.973.325,09	1.584.175,09	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
11125204 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.719.681,00	2.521.702,55	0,00	197.978,45
1112520401 - ITCD - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora	2.719.681,00	2.521.702,55	0,00	197.978,45
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.719.681,00	2.521.702,55	0,00	197.978,45
11130311 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.343.359.170,00	1.807.592.825,74	464.233.655,74	0,00
1113031101 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.343.359.170,00	1.807.592.825,74	464.233.655,74	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.343.359.170,00	1.807.592.825,74	464.233.655,74	0,00
11130341 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	41.547.191,00	68.622.518,83	27.075.327,83	0,00
1113034101 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	41.547.191,00	68.622.518,83	27.075.327,83	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	41.547.191,00	68.622.518,83	27.075.327,83	0,00
11145011 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Principal	14.731.317.639,00	16.257.610.075,08	1.526.292.436,08	0,00
1114501101 - ICMS Combustível	2.960.113.689,00	3.378.221.514,75	418.107.825,75	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.960.113.689,00	3.378.221.514,75	418.107.825,75	0,00
1114501102 - ICMS Comércio Atacadista	3.566.309.003,00	3.743.116.276,99	176.807.273,99	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.566.309.003,00	3.743.116.276,99	176.807.273,99	0,00
1114501103 - ICMS Comércio Varejista	2.133.425.373,00	2.342.998.147,70	209.572.774,70	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.133.425.373,00	2.342.998.147,70	209.572.774,70	0,00
1114501104 - ICMS Comunicação	620.380.443,00	517.252.694,94	0,00	103.127.748,06
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	620.380.443,00	517.252.694,94	0,00	103.127.748,06
1114501105 - ICMS Construção Civil	0,00	38.910.940,08	38.910.940,08	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	38.910.940,08	38.910.940,08	0,00
1114501106 - ICMS Energia Elétrica	1.883.923.822,00	2.125.961.543,17	242.037.721,17	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.883.923.822,00	2.125.961.543,17	242.037.721,17	0,00
1114501107 - ICMS Indústria	3.315.431.153,00	3.533.136.472,07	217.705.319,07	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.315.431.153,00	3.533.136.472,07	217.705.319,07	0,00
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	0,00	0,00	0,00	0,00
1114501108 - ICMS Outros Serviços	0,00	67.015.448,39	67.015.448,39	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	67.015.448,39	67.015.448,39	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
Física				
1114501109 - ICMS Pessoa	0,00	24.432.052,13	24.432.052,13	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	24.432.052,13	24.432.052,13	0,00
Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil				
1114501110 - ICMS Pessoa	0,00	143.304.936,20	143.304.936,20	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	143.304.936,20	143.304.936,20	0,00
Agropecuário				
1114501111 - ICMS Produtor	0,00	18.614.663,43	18.614.663,43	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	18.614.663,43	18.614.663,43	0,00
1114501112 - ICMS Transporte	251.734.156,00	295.849.791,72	44.115.635,72	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	251.734.156,00	295.849.791,72	44.115.635,72	0,00
1114501113 - ICMS	0,00	28.795.593,51	28.795.593,51	0,00
Administração Pública e Órgãos Internacionais				
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	28.795.593,51	28.795.593,51	0,00
11145012 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Multas e Juros	99.078.775,00	91.249.882,95	0,00	7.828.892,05
1114501201 - Multas e Juros de Mora - ICMS Combustível	2.710.280,00	377.898,96	0,00	2.332.381,04
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.710.280,00	377.898,96	0,00	2.332.381,04
1114501202 - Multas e Juros de Mora - ICMS Comércio Atacadista	13.810.247,00	10.417.474,93	0,00	3.392.772,07
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.810.247,00	10.417.474,93	0,00	3.392.772,07
1114501203 - Multas e Juros de Mora - ICMS Varejista	21.279.016,00	15.481.029,16	0,00	5.797.986,84
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	21.279.016,00	15.481.029,16	0,00	5.797.986,84
1114501204 - Multas e Juros de Mora - ICMS Comunicação	2.727.135,00	1.673.331,23	0,00	1.053.803,77
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.727.135,00	1.673.331,23	0,00	1.053.803,77
1114501205 - Multas e Juros de Mora - ICMS Construção Civil	0,00	135.972,58	135.972,58	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	135.972,58	135.972,58	0,00
1114501206 - Multas e Juros de Mora - ICMS Energia Elétrica	3.434.400,00	21.901.802,98	18.467.402,98	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.434.400,00	21.901.802,98	18.467.402,98	0,00
1114501207 - Multas e Juros de Mora - ICMS Indústria	21.791.160,00	17.692.801,37	0,00	4.098.358,63
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	21.791.160,00	17.692.801,37	0,00	4.098.358,63
1114501208 - Multas e Juros de Mora - ICMS Outros Serviços	1.049.467,00	539.276,74	0,00	510.190,26
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.049.467,00	539.276,74	0,00	510.190,26
1114501209 - Multas e Juros de Mora - ICMS Pessoa Física	0,00	381.008,23	381.008,23	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	381.008,23	381.008,23	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1114501210 - Multas e Juros de Mora - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	0,00	1.133.360,32	1.133.360,32	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	1.133.360,32	1.133.360,32	0,00
1114501211 - Multas e Juros de Mora - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	456.354,59	456.354,59	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	456.354,59	456.354,59	0,00
1114501212 - Multas e Juros de Mora - ICMS Transporte	2.593.477,00	1.689.478,75	0,00	903.998,25
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.593.477,00	1.689.478,75	0,00	903.998,25
1114501213 - Multas e Juros de Mora - ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	0,00	19.480,39	19.480,39	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	19.480,39	19.480,39	0,00
1114501221 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Combustível	532.873,00	313.381,51	0,00	219.491,49
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	532.873,00	313.381,51	0,00	219.491,49
1114501222 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Atacadista	4.358.090,00	3.107.626,23	0,00	1.250.463,77
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.358.090,00	3.107.626,23	0,00	1.250.463,77
1114501223 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Varejista	5.132.451,00	2.679.087,36	0,00	2.453.363,64
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.132.451,00	2.679.087,36	0,00	2.453.363,64
1114501224 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comunicação	412.754,00	610.229,30	197.475,30	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	412.754,00	610.229,30	197.475,30	0,00
1114501225 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Construção Civil	0,00	39.255,15	39.255,15	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	39.255,15	39.255,15	0,00
1114501226 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Energia Elétrica	0,00	254.479,31	254.479,31	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	254.479,31	254.479,31	0,00
1114501227 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Indústria	12.316.282,00	3.959.226,59	0,00	8.357.055,41
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.316.282,00	3.959.226,59	0,00	8.357.055,41
1114501228 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Outros Serviços	0,00	59.840,89	59.840,89	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	59.840,89	59.840,89	0,00
1114501229 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Pessoa Física	572.942,00	1.679.538,10	1.106.596,10	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	572.942,00	1.679.538,10	1.106.596,10	0,00
1114501230 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	4.983.859,00	4.960.555,26	0,00	23.303,74
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.983.859,00	4.960.555,26	0,00	23.303,74
1114501231 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	91.705,10	91.705,10	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	91.705,10	91.705,10	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1114501232 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Transporte	1.374.342,00	1.595.687,92	221.345,92	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.374.342,00	1.595.687,92	221.345,92	0,00
11145013 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa	32.807.164,00	91.365.994,12	58.558.830,12	0,00
1114501301 - Dívida Ativa - ICMS Combustível	752.042,00	554.726,08	0,00	197.315,92
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	752.042,00	554.726,08	0,00	197.315,92
1114501302 - Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	2.921.874,00	5.385.153,82	2.463.279,82	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.921.874,00	5.385.153,82	2.463.279,82	0,00
1114501303 - Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	4.134.509,00	6.259.422,52	2.124.913,52	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.134.509,00	6.259.422,52	2.124.913,52	0,00
1114501304 - Dívida Ativa - ICMS Comunicação	376.166,00	2.177.400,65	1.801.234,65	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	376.166,00	2.177.400,65	1.801.234,65	0,00
1114501305 - Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	0,00	103.291,27	103.291,27	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	103.291,27	103.291,27	0,00
1114501306 - Dívida Ativa - ICMS Energia Elétrica	0,00	77.921,41	77.921,41	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	77.921,41	77.921,41	0,00
1114501307 - Dívida Ativa - ICMS Indústria	9.856.824,00	21.337.367,76	11.480.543,76	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.856.824,00	21.337.367,76	11.480.543,76	0,00
1114501308 - Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	0,00	580.398,10	580.398,10	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	580.398,10	580.398,10	0,00
1114501309 - Dívida Ativa - ICMS Pessoa Física	0,00	33.094,34	33.094,34	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	33.094,34	33.094,34	0,00
1114501310 - Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	11.312.588,00	50.030.615,65	38.718.027,65	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.312.588,00	50.030.615,65	38.718.027,65	0,00
1114501311 - Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	371.124,23	371.124,23	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	371.124,23	371.124,23	0,00
1114501312 - Dívida Ativa - ICMS Transporte	3.453.161,00	4.455.478,29	1.002.317,29	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.453.161,00	4.455.478,29	1.002.317,29	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
11145014 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa - Multas e Juros	29.109.313,00	16.133.540,02	0,00	12.975.772,98
1114501401 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Combustível	275.452,00	48.609,99	0,00	226.842,01
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	275.452,00	48.609,99	0,00	226.842,01
1114501402 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	658.436,00	384.252,77	0,00	274.183,23
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	658.436,00	384.252,77	0,00	274.183,23
1114501403 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	1.029.542,00	821.232,55	0,00	208.309,45
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.029.542,00	821.232,55	0,00	208.309,45
1114501404 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comunicação	0,00	46.720,69	46.720,69	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	46.720,69	46.720,69	0,00
1114501405 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	0,00	2.040,19	2.040,19	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	2.040,19	2.040,19	0,00
1114501406 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Energia Elétrica	0,00	18.096,66	18.096,66	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	18.096,66	18.096,66	0,00
1114501407 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Indústria	3.251.670,00	2.671.702,08	0,00	579.967,92
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.251.670,00	2.671.702,08	0,00	579.967,92
1114501408 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	0,00	75.498,57	75.498,57	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	75.498,57	75.498,57	0,00
1114501410 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	2.967.118,00	3.843.459,50	876.341,50	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.967.118,00	3.843.459,50	876.341,50	0,00
1114501411 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	66.279,33	66.279,33	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	66.279,33	66.279,33	0,00
1114501412 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Transporte	975.382,00	605.263,19	0,00	370.118,81
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	975.382,00	605.263,19	0,00	370.118,81
1114501421 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Combustível	0,00	1.062,49	1.062,49	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	1.062,49	1.062,49	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1114501422 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	3.304.888,00	526.426,84	0,00	2.778.461,16
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.304.888,00	526.426,84	0,00	2.778.461,16
1114501423 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	2.737.841,00	942.576,91	0,00	1.795.264,09
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.737.841,00	942.576,91	0,00	1.795.264,09
1114501424 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comunicação	0,00	457.714,57	457.714,57	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	457.714,57	457.714,57	0,00
1114501425 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	0,00	63.097,43	63.097,43	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	63.097,43	63.097,43	0,00
1114501427 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Indústria	3.140.008,00	1.456.001,97	0,00	1.684.006,03
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.140.008,00	1.456.001,97	0,00	1.684.006,03
1114501428 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	0,00	144.628,00	144.628,00	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	144.628,00	144.628,00	0,00
1114501429 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Física	0,00	25.928,53	25.928,53	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	25.928,53	25.928,53	0,00
1114501430 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	10.363.142,00	3.728.273,66	0,00	6.634.868,34
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.363.142,00	3.728.273,66	0,00	6.634.868,34
1114501431 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	7.833,10	7.833,10	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	7.833,10	7.833,10	0,00
1114501432 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Transporte	405.834,00	196.841,00	0,00	208.993,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	405.834,00	196.841,00	0,00	208.993,00
11145021 - Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Principal	693.715.585,00	696.976.715,03	3.261.130,03	0,00
1114502101 - Adicional ICMS - FECOP - Principal	693.715.585,00	696.976.715,03	3.261.130,03	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	693.715.585,00	696.976.715,03	3.261.130,03	0,00
11145022 - Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Multa e Juros	0,00	957.851,43	957.851,43	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1114502201 - Adicional ICMS - FECOP - Multa e Juros	0,00	957.851,43	957.851,43	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	0,00	957.851,43	957.851,43	0,00
112 - Taxas	770.618.217,83	1.140.539.740,12	369.921.522,29	0,00
11210101 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	23.715.653,00	46.121.188,49	22.405.535,49	0,00
1121010101 - Taxa de Regulação do Serviço de Saneamento Básico	11.430.501,00	10.895.955,21	0,00	534.545,79
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	11.430.501,00	10.895.955,21	0,00	534.545,79
1121010102 - Taxa de Inspeção de Produtos de Origem Animal	187.825,00	531.557,02	343.732,02	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	187.825,00	531.557,02	343.732,02	0,00
1121010104 - Taxa pela Emissão de Laudo Pericial	0,00	101.810,97	101.810,97	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	101.810,97	101.810,97	0,00
1121010107 - Taxa do Exercício do Poder de Polícia - Polícia Civil	0,00	36.731,50	36.731,50	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	36.731,50	36.731,50	0,00
1121010108 - Taxa de Concessão de Alvará de Funcionamento	0,00	780.493,65	780.493,65	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	780.493,65	780.493,65	0,00
1121010112 - Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	4.952.973,24	4.952.973,24	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	4.952.973,24	4.952.973,24	0,00
1121010113 - Taxa de Habite-se	0,00	9.483.909,75	9.483.909,75	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	9.483.909,75	9.483.909,75	0,00
1121010114 - Taxa de Parecer Técnico	0,00	15.558,72	15.558,72	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	15.558,72	15.558,72	0,00
1121010115 - Taxa de Vistoria	0,00	80.280,47	80.280,47	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	80.280,47	80.280,47	0,00
1121010116 - Taxa de Análise de Projeto	0,00	278.238,55	278.238,55	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	3.111,75	3.111,75	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	275.126,80	275.126,80	0,00
1121010117 - Taxa de Regulação do Serviço de Transporte Rodoviário	6.178.635,00	7.563.721,60	1.385.086,60	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	6.178.635,00	7.563.721,60	1.385.086,60	0,00
1121010118 - Taxa de Concessão Especial de Regime de Tributação	2.400.000,00	3.106.301,11	706.301,11	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.400.000,00	3.106.301,11	706.301,11	0,00
1121010119 - Taxa de Autorização de Equipamento de Uso Fiscal	0,00	2.359,76	2.359,76	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	2.359,76	2.359,76	0,00
1121010120 - Taxa pela Emissão de Documento Fiscal Avulso	0,00	893.546,50	893.546,50	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	893.546,50	893.546,50	0,00
1121010121 - Taxa de Reavaliação de Bens ou Direitos Objeto de Sucessão Causa Mortis ou Doação	0,00	87.907,22	87.907,22	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	87.907,22	87.907,22	0,00
1121010122 - Taxa de Declaração de Não Similidade por Item\Produto	1.011.353,00	2.308.303,09	1.296.950,09	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.011.353,00	2.308.303,09	1.296.950,09	0,00
1121010123 - Taxa de Aproveitamento de Crédito Extemporâneo	0,00	44.342,39	44.342,39	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	44.342,39	44.342,39	0,00
1121010124 - Taxas do Contencioso Administrativo Fiscal	0,00	1.851.262,31	1.851.262,31	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	1.851.262,31	1.851.262,31	0,00
1121010125 - Taxa de Concessão de Registro, Cadastro e Renovação	0,00	17.356,12	17.356,12	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	17.356,12	17.356,12	0,00
1121010130 - Taxa de Transporte Animal e Vegetal	2.507.339,00	3.088.579,31	581.240,31	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.507.339,00	3.088.579,31	581.240,31	0,00
11210401 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	27.239.864,00	31.471.435,50	4.231.571,50	0,00
1121040101 - Taxa Ambientais	5.100.000,00	17.061.546,55	11.961.546,55	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	5.100.000,00	17.061.546,55	11.961.546,55	0,00
1121040103 - Taxa de Licenciamento Ambiental	22.139.864,00	14.409.888,95	0,00	7.729.975,05
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	22.139.864,00	14.409.888,95	0,00	7.729.975,05
11215001 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	110.681,00	115.316,63	4.635,63	0,00
1121500101 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	110.681,00	115.316,63	4.635,63	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	110.681,00	115.316,63	4.635,63	0,00
11220101 - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	577.601.064,83	871.777.195,18	294.176.130,35	0,00
1122010102 - Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	1.358.550,00	2.022.758,63	664.208,63	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.358.550,00	2.022.758,63	664.208,63	0,00
1122010106 - Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	454.660.443,00	743.246.219,24	288.585.776,24	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	61,82	61,82	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	454.660.443,00	743.246.157,42	288.585.714,42	0,00
1122010109 - Taxas de Serviços Cadastrais	138.043,00	277.552,37	139.509,37	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	138.043,00	277.552,37	139.509,37	0,00
1122010111 - Taxa de Serviços Educacionais	10.809.726,00	1.813.567,59	0,00	8.996.158,41
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	10.809.726,00	1.813.567,59	0,00	8.996.158,41
1122010116 - Taxa pela Prestação de Serviços Técnicos	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
1122010120 - Taxa pela Emissão de Documentos	2.534,00	8.757.909,53	8.755.375,53	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.534,00	8.757.909,53	8.755.375,53	0,00
1122010123 - Editorial e Gráfica	23.500.000,00	20.641.974,71	0,00	2.858.025,29
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	23.500.000,00	20.641.974,71	0,00	2.858.025,29
1122010124 - Taxa de Concessão de Licenças	348.219,00	287.792,07	0,00	60.426,93
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	348.219,00	287.792,07	0,00	60.426,93
1122010125 - Taxa de Serviços Hemoterápicos	3.934.286,83	3.179.646,71	0,00	754.640,12
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.934.286,83	3.179.646,71	0,00	754.640,12
1122010126 - Taxa de Registro ou Validação de Documentos	0,00	95.270,20	95.270,20	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	95.270,20	95.270,20	0,00
1122010127 - Taxa pelo Fornecimento de Cópia/Download de Documentos	0,00	642.448,09	642.448,09	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	642.448,09	642.448,09	0,00
1122010128 - Taxa de Consulta Escrita da Interpretação/Aplicação da Legislação Tributária	0,00	200.707,66	200.707,66	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	200.707,66	200.707,66	0,00
1122010130 - Taxa de Levantamento de Informações para Fins de Instrução Processual	0,00	33.204,86	33.204,86	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	33.204,86	33.204,86	0,00
1122010131 - Taxa de Análise e Controle de Produtos Sujeitos a Normas de Vigilância Sanitária	0,00	52.511,28	52.511,28	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	52.511,28	52.511,28	0,00
1122010136 - Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	0,00	45.900,76	45.900,76	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	45.900,76	45.900,76	0,00
1122010137 - Venda de Selos de Autenticidade	32.021.027,00	34.864.575,72	2.843.548,72	0,00
229 - RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	32.021.027,00	34.864.575,72	2.843.548,72	0,00
1122010138 - Emolumentos de Fiscalização de Recursos Hídricos	2.500.000,00	842.394,96	0,00	1.657.605,04
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.500.000,00	842.394,96	0,00	1.657.605,04
1122010198 - Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	48.253.245,00	54.752.216,00	6.498.971,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	48.253.245,00	54.752.216,00	6.498.971,00	0,00
1122010199 - Outras Taxas pela Prestação de Serviços	44.991,00	20.544,80	0,00	24.446,20
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	44.991,00	20.544,80	0,00	24.446,20
11220201 - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	141.950.955,00	191.054.604,32	49.103.649,32	0,00
1122020101 - Emolumentos e Custas Judiciais	141.950.955,00	191.054.604,32	49.103.649,32	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	141.950.955,00	191.054.604,32	49.103.649,32	0,00
12 - Contribuições	1.183.353.605,00	1.343.241.261,48	159.887.656,48	0,00
121 - Contribuições Sociais	1.183.353.605,00	1.343.241.261,48	159.887.656,48	0,00
12150111 - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	672.472.570,00	784.885.919,29	112.413.349,29	0,00
1215011101 - Contribuição do Servidor Ativo - Assembleia	14.278.489,00	16.177.779,33	1.899.290,33	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14.278.489,00	16.177.779,33	1.899.290,33	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
1215011102 - Contribuição do Servidor Ativo - TCE	13.977.475,00	18.002.885,60	4.025.410,60	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.977.475,00	18.002.885,60	4.025.410,60	0,00
1215011103 - Contribuição do Servidor Ativo - TJ	99.988.017,00	103.726.020,21	3.738.003,21	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	99.988.017,00	103.726.020,21	3.738.003,21	0,00
1215011104 - Contribuição do Servidor Ativo - PGJ	36.081.493,00	37.046.708,09	965.215,09	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	36.081.493,00	37.046.708,09	965.215,09	0,00
1215011105 - Contribuição do Servidor Ativo Civil - Poder Executivo	486.539.520,00	588.586.880,08	102.047.360,08	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	486.539.520,00	588.586.880,08	102.047.360,08	0,00
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	0,00	0,00	0,00	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
1215011106 - Contribuição do Servidor Ativo - Defensoria Pública	19.210.854,00	19.283.591,59	72.737,59	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19.210.854,00	19.283.591,59	72.737,59	0,00
1215011108 - Contribuição dos Serventuários da Justiça para o RPPS	46.307,00	8.519,44	0,00	37.787,56
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	46.307,00	8.519,44	0,00	37.787,56
1215011109 - Contribuição dos Deputados para o FPP - Obrigatórios	1.520.857,00	1.524.834,27	3.977,27	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	1.520.857,00	1.524.834,27	3.977,27	0,00
1215011110 - Contribuição dos Deputados para o FPP - Facultativos	829.558,00	528.700,68	0,00	300.857,32
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	829.558,00	528.700,68	0,00	300.857,32
206 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
12150121 - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	201.491.445,00	240.462.419,53	38.970.974,53	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1215012101 - Contribuição do Servidor Inativo - Assembleia	0,00	3.633.766,32	3.633.766,32	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	3.633.766,32	3.633.766,32	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
1215012102 - Contribuição do Servidor Inativo - TCE	2.921,00	3.884.322,68	3.881.401,68	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.921,00	3.884.322,68	3.881.401,68	0,00
1215012103 - Contribuição do Servidor Inativo - TJ	17.996,00	12.366.428,46	12.348.432,46	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17.996,00	12.366.428,46	12.348.432,46	0,00
1215012104 - Contribuição do Servidor Inativo - PGJ	0,00	3.991.195,28	3.991.195,28	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	3.991.195,28	3.991.195,28	0,00
1215012105 - Contribuição do Servidor Inativo Civil - Poder Executivo	200.207.828,00	212.861.805,45	12.653.977,45	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	200.207.828,00	212.861.805,45	12.653.977,45	0,00
1215012106 - Contribuição do Servidor Inativo - Defensoria Pública	0,00	2.475.387,61	2.475.387,61	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	2.475.387,61	2.475.387,61	0,00
1215012108 - Contribuição do Segurado Inativo do FPP	1.262.700,00	1.249.513,73	0,00	13.186,27
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	1.262.700,00	1.249.513,73	0,00	13.186,27
12150131 - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	65.166.328,00	58.489.342,99	0,00	6.676.985,01
1215013101 - Contribuição dos Pensionistas - Assembleia	0,00	1.362.815,62	1.362.815,62	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	1.362.815,62	1.362.815,62	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
1215013102 - Contribuição dos Pensionistas - TCE	0,00	441.919,16	441.919,16	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	441.919,16	441.919,16	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1215013103 - Contribuição dos Pensionistas - TJ	427.147,00	3.347.435,61	2.920.288,61	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	427.147,00	3.347.435,61	2.920.288,61	0,00
1215013104 - Contribuição dos Pensionistas - PGJ	81.260,00	1.189.276,31	1.108.016,31	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	81.260,00	1.189.276,31	1.108.016,31	0,00
1215013105 - Contribuição dos Pensionistas Cíveis - Poder Executivo	64.615.838,00	52.063.125,96	0,00	12.552.712,04
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	64.615.838,00	52.063.125,96	0,00	12.552.712,04
1215013106 - Contribuição dos Pensionistas - Defensoria Pública	0,00	43.095,43	43.095,43	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	43.095,43	43.095,43	0,00
1215013107 - Contribuição dos Pensionistas para o FPP	42.083,00	41.674,90	0,00	408,10
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	42.083,00	41.674,90	0,00	408,10
12150211 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	1.909.344,00	1.147.531,47	0,00	761.812,53
1215021103 - Contribuição Patronal - Cessão/Autopatrocínio	829.558,00	528.700,68	0,00	300.857,32
206 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	829.558,00	528.700,68	0,00	300.857,32
1215021104 - Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores - Cessão/Autopatrocínio	1.079.786,00	618.830,79	0,00	460.955,21
206 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	1.079.786,00	618.830,79	0,00	460.955,21
12155211 - Contribuição do Militar Ativo - Principal	156.086.737,00	181.990.536,45	25.903.799,45	0,00
1215521101 - Contribuição para o SPSM do Militar Ativo	156.086.737,00	181.990.536,45	25.903.799,45	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	156.086.737,00	181.990.536,45	25.903.799,45	0,00
12155221 - Contribuição do Militar Inativo - Principal	58.032.835,00	47.620.132,19	0,00	10.412.702,81
1215522101 - Contribuição para o SPSM do Militar Inativo	58.032.835,00	47.620.132,19	0,00	10.412.702,81
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	58.032.835,00	47.620.132,19	0,00	10.412.702,81



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
12155231 - Contribuição dos Pensionistas Militares - Principal	28.194.346,00	28.645.379,56	451.033,56	0,00
1215523101 - Contribuição para o SPSM dos Pensionistas Militares	28.194.346,00	28.645.379,56	451.033,56	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28.194.346,00	28.645.379,56	451.033,56	0,00
13 - Receita Patrimonial	602.580.078,88	1.296.282.037,73	693.701.958,85	0,00
131 - Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.032.308,00	13.714.019,10	3.681.711,10	0,00
13110111 - Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.245.612,00	6.420.305,76	2.174.693,76	0,00
1311011101 - Aluguéis	4.245.612,00	6.420.305,76	2.174.693,76	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	923.427,00	553.195,48	0,00	370.231,52
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.322.185,00	5.867.110,28	2.544.925,28	0,00
13110121 - Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal	0,00	21.872,60	21.872,60	0,00
1311012101 - Foros	0,00	1.083,48	1.083,48	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	1.083,48	1.083,48	0,00
1311012102 - Laudêmos	0,00	20.789,12	20.789,12	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	20.789,12	20.789,12	0,00
13110201 - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	5.086.696,00	6.780.011,95	1.693.315,95	0,00
1311020102 - Concessão de Terminal Rodoviário	0,00	71.848,62	71.848,62	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	71.848,62	71.848,62	0,00
1311020103 - Receita de Concessões e Permissões - Cinturão Digital	2.955.794,00	3.371.611,26	415.817,26	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.955.794,00	3.371.611,26	415.817,26	0,00
1311020104 - Permissão de Uso de Faixa de Domínio	2.030.902,00	1.890.893,34	0,00	140.008,66
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.030.902,00	1.890.893,34	0,00	140.008,66
1311020105 - Permissão de Uso de Area Aeroportuária	0,00	797.912,34	797.912,34	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	797.912,34	797.912,34	0,00
1311020199 - Outras Receitas de Concessões e Permissões	100.000,00	647.746,39	547.746,39	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	100.000,00	627.202,57	527.202,57	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	20.543,82	20.543,82	0,00
13119901 - Outras Receitas Imobiliárias - Principal	700.000,00	491.828,79	0,00	208.171,21



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1311990199 - Outras Receitas Imobiliárias	700.000,00	491.828,79	0,00	208.171,21
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	700.000,00	491.828,79	0,00	208.171,21
132 - Valores Mobiliários	581.429.433,88	1.261.303.837,89	679.874.404,01	0,00
13210101 - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	52.206.358,88	285.949.872,77	233.743.513,89	0,00
1321010101 - Remuneração de Depósitos Bancários - Royalties Obs: Fonte xx	0,00	0,00	0,00	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
1321010102 - Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB Obs: Fonte 50	4.857.096,00	62.430.164,25	57.573.068,25	0,00
250 - RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	4.857.096,00	44.893.093,91	40.035.997,91	0,00
251 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	0,00	17.537.070,34	17.537.070,34	0,00
1321010103 - Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo de Saúde - FT 91	5.372.520,00	26.875.460,09	21.502.940,09	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	5.372.520,00	26.875.460,09	21.502.940,09	0,00
1321010107 - Remuneração de Depósitos Bancários - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	0,00	310.703,66	310.703,66	0,00
211 - COTA-PARTE DA CIDE	0,00	310.703,66	310.703,66	0,00
1321010108 - Remuneração de Depósitos Bancários - Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	0,00	371.505,83	371.505,83	0,00
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	0,00	371.505,83	371.505,83	0,00
1321010110 - Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos do RPPS Fonte 03	0,00	0,00	0,00	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
1321010111 - Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos FECOP Fonte 10	9.700.000,00	22.021.217,62	12.321.217,62	0,00
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	9.700.000,00	22.021.217,62	12.321.217,62	0,00
1321010113 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios Federal Adm Direta - Fonte 82	0,00	67.399.255,51	67.399.255,51	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	648,37	648,37	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
280 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	0,00	45.364,34	45.364,34	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	67.353.242,80	67.353.242,80	0,00
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
682 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00
1321010114 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios Federal AdmIndireta - Fonte 83	9.383.289,00	4.406.321,61	0,00	4.976.967,39
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	0,00	161.128,19	161.128,19	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	9.383.289,00	4.245.012,59	0,00	5.138.276,41
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	0,00	180,82	180,82	0,00
682 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,01	0,01	0,00
1321010115 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Municipal - Adm Direta - Fonte 86	0,00	1.608.368,03	1.608.368,03	0,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	0,00	1.608.368,03	1.608.368,03	0,00
686 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00
1321010116 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Municipal - Adm Indireta - Fonte 87	1.444.000,00	363.934,09	0,00	1.080.065,91
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	1.444.000,00	363.934,09	0,00	1.080.065,91
1321010117 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Privado - Adm Direta - Fonte 88	0,00	5.886,54	5.886,54	0,00
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	0,00	5.886,54	5.886,54	0,00
1321010118 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Privado - Adm Indireta - Fonte 89	6.537.062,00	1.526.035,71	0,00	5.011.026,29





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	6.537.062,00	1.526.035,71	0,00	5.011.026,29
1321010119 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Internacional - Adm Direta - Fonte 80	0,00	26.989,95	26.989,95	0,00
280 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	0,00	26.989,95	26.989,95	0,00
1321010120 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Internacional - Adm Indireta - Fonte 81	0,00	449,87	449,87	0,00
280 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	0,00	60,06	60,06	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	389,81	389,81	0,00
680 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00
1321010121 - Remuneração de Depósitos Bancários - Fundo de Defesa Civil - FT 79	0,00	609.572,52	609.572,52	0,00
279 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	0,00	609.572,52	609.572,52	0,00
1321010122 - Remuneração de Depósitos Bancários - FPP - FT 05	0,00	0,00	0,00	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
1321010124 - Remuneração de Depósitos Bancários - Compensação Ambiental - FT 16	0,00	1.008.657,60	1.008.657,60	0,00
216 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	0,00	1.008.657,60	1.008.657,60	0,00
1321010125 - Remuneração de Depósitos Bancários - Salário Educação - FT 07	0,00	11.048.694,83	11.048.694,83	0,00
207 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	11.048.694,83	11.048.694,83	0,00
1321010126 - Remuneração de Depósitos Bancários - Selos de Autenticidade - FT 29	945.904,00	2.512.738,61	1.566.834,61	0,00
229 - RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	945.904,00	2.512.738,61	1.566.834,61	0,00
1321010127 - Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	0,00	25.284.427,99	25.284.427,99	0,00
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	25.284.427,99	25.284.427,99	0,00
1321010128 - Remuneração de Depósitos Bancários - FDI - FT 76	5.600.000,00	5.933.436,53	333.436,53	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
250 - RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	5.600.000,00	5.933.436,53	333.436,53	0,00
1321010129 - Remuneração de Depósitos Bancários - Cota-Parte Royalties - FT 44	0,00	1.035.239,59	1.035.239,59	0,00
144 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	0,00	1.035.239,59	1.035.239,59	0,00
1321010130 - Remuneração de Depósitos de Poupança	0,00	1.122.405,30	1.122.405,30	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	1.122.405,30	1.122.405,30	0,00
1321010131 - Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	8.366.487,88	16.705.012,08	8.338.524,20	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.366.487,88	9.537.279,90	1.170.792,02	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	7.167.732,18	7.167.732,18	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
682 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00
1321010132 - Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Operações de Crédito Interna	0,00	8.385.913,75	8.385.913,75	0,00
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	0,00	0,00	0,00	0,00
144 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	0,00	6.523.321,85	6.523.321,85	0,00
211 - COTA-PARTE DA CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	1.862.591,90	1.862.591,90	0,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	0,00	0,00	0,00	0,00
1321010133 - Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferência FUNPEN	0,00	3.451.039,95	3.451.039,95	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	364.832,55	364.832,55	0,00
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	0,00	3.086.207,40	3.086.207,40	0,00
1321010136 - Remuneração de Depósitos Bancários - FET - FT 92.02	0,00	224.495,31	224.495,31	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	0,00	224.495,31	224.495,31	0,00
1321010137 - Remuneração de Depósitos Bancários - FNSP - FT 92.03	0,00	170.129,05	170.129,05	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
FUNDO 292 - REPASSE FUNDO A	0,00	170.129,05	170.129,05	0,00
1321010141 - Remuneração de Depósitos Bancários-Precatórios do FUNDEF	0,00	21.111.816,90	21.111.816,90	0,00
234 - RECURSOS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF	0,00	21.111.816,90	21.111.816,90	0,00
13210401 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	53.319.611,00	133.841.551,51	80.521.940,51	0,00
1321040101 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Fixa	53.319.611,00	133.841.551,51	80.521.940,51	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	49.119.611,00	93.978.604,55	44.858.993,55	0,00
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	0,00	25.439.956,36	25.439.956,36	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	4.200.000,00	14.422.990,60	10.222.990,60	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
1321040103 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Fundo Imobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
13210501 - Juros de Títulos de Renda - Principal	431.537.255,00	775.882.677,29	344.345.422,29	0,00
1321050101 - Juros e Títulos de Renda	431.537.255,00	775.882.677,29	344.345.422,29	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	423.690.432,00	639.732.431,46	216.041.999,46	0,00
101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	0,00	0,00	0,00	0,00
112 - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	3.977.815,00	3.977.815,00	0,00
136 - TRANSFERENCIA ESPECIAL DA UNIAO	0,00	48.328,63	48.328,63	0,00
144 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	0,00	0,00	0,00	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
211 - COTA-PARTE DA CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00
215 - DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPJ	0,00	0,00	0,00	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	2.545.296,39	2.545.296,39	0,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	7.846.823,00	124.593.892,54	116.747.069,54	0,00
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	0,00	0,00	0,00	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	0,00	4.984.913,27	4.984.913,27	0,00
300 - RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
670 - OUT. FONTES, RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
13210601 - Juros sobre o Capital Próprio - Principal	8.337.717,00	19.875.032,78	11.537.315,78	0,00
1321060101 - Juros sobre o Capital Próprio	8.337.717,00	19.875.032,78	11.537.315,78	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.337.717,00	19.875.032,78	11.537.315,78	0,00
13220101 - Dividendos - Principal	36.008.776,00	45.754.703,54	9.745.927,54	0,00
1322010101 - Dividendos	36.008.776,00	45.754.703,54	9.745.927,54	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	36.008.776,00	45.754.703,54	9.745.927,54	0,00
13299901 - Outros Valores Mobiliários - Principal	19.716,00	0,00	0,00	19.716,00
1329990199 - Outros Valores Mobiliários	19.716,00	0,00	0,00	19.716,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	19.716,00	0,00	0,00	19.716,00
133 - Delegação de Serviços Públicos mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	11.118.337,00	7.229.086,82	0,00	3.889.250,18
13310101 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	1.361.390,00	1.118.054,09	0,00	243.335,91
1331010101 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	1.361.390,00	1.118.054,09	0,00	243.335,91
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.361.390,00	1.118.054,09	0,00	243.335,91
13399901 - Outras Delegações de Serviços Públicos - Principal	9.756.947,00	6.111.032,73	0,00	3.645.914,27
1339990101 - Receita da Loteria Estadual	9.756.947,00	6.095.948,82	0,00	3.660.998,18
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.056.947,00	914.392,32	0,00	142.554,68
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	8.700.000,00	5.181.556,50	0,00	3.518.443,50
1339990199 - Outras Delegações para a Prestação - Serviços	0,00	15.083,91	15.083,91	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	15.083,91	15.083,91	0,00
135 - Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	80.211,08	80.211,08	0,00
13510101 - Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica - Principal	0,00	80.211,08	80.211,08	0,00
1351010101 - Royalties - Elmo - Equipamento de Respiração Assistida	0,00	80.211,08	80.211,08	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	80.211,08	80.211,08	0,00
136 - Cessão de Direitos	0,00	13.954.882,84	13.954.882,84	0,00
13610111 - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	0,00	13.954.882,84	13.954.882,84	0,00
1361011104 - Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal, Benefícios e Fornecedores	0,00	13.954.882,84	13.954.882,84	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	13.954.882,84	13.954.882,84	0,00
14 - Receita Agropecuária	0,00	8.528,44	8.528,44	0,00
141 - Receita Agropecuária	0,00	8.528,44	8.528,44	0,00
14110101 - Receita Agropecuária - Principal	0,00	8.528,44	8.528,44	0,00
1411010102 - Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	8.528,44	8.528,44	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	8.528,44	8.528,44	0,00
16 - Receita de Serviços	295.495.374,59	403.815.701,45	108.320.326,86	0,00
161 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	129.190.374,59	247.880.861,09	118.690.486,50	0,00
16110101 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	53.249.300,35	126.716.100,48	73.466.800,13	0,00
1611010101 - Serviços de Venda de Editais	0,00	1.561,34	1.561,34	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	1.561,34	1.561,34	0,00
1611010103 - Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Materiais Escolares e Publicidade	0,00	495,00	495,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	495,00	495,00	0,00
1611010107 - Outros Serviços de Comunicação	1.115.812,00	36.958.475,30	35.842.663,30	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.115.812,00	36.958.475,30	35.842.663,30	0,00
1611010114 - Outros Serviços Administrativos	200.000,00	60.990,00	0,00	139.010,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	200.000,00	60.990,00	0,00	139.010,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
670 - OUT. FONTES, RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
1611010116 - Serviços Educacionais	18.652,00	3.840,00	0,00	14.812,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	18.652,00	3.840,00	0,00	14.812,00
1611010118 - Equipam Turísticos - Centro de Convenções	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
1611010119 - Equipam Turísticos - Centro de Turismo	30.000,00	290.881,58	260.881,58	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	290.881,58	290.881,58	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
1611010122 - Serviços de Estudos e Pesquisas	0,00	1.536.844,35	1.536.844,35	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	1.536.844,35	1.536.844,35	0,00
1611010123 - Equipam Turísticos - Teleférico de Ubajara	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
1611010125 - Equipamentos Turísticos - Centro de Eventos	1.030.000,00	12.061.400,32	11.031.400,32	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	12.061.400,32	12.061.400,32	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.030.000,00	0,00	0,00	1.030.000,00
1611010152 - Serviço de Gestão Descentralizada de Energia Elétrica	1.837.397,00	1.850.104,66	12.707,66	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.837.397,00	1.850.104,66	12.707,66	0,00
1611010154 - Fornecimento de Refeições	432.494,00	704.279,10	271.785,10	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	432.494,00	704.279,10	271.785,10	0,00
1611010156 - Venda de Produtos e Consignáveis	2.067.840,08	8.943,59	0,00	2.058.896,49
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.067.840,08	8.943,59	0,00	2.058.896,49
1611010157 - Serviços de Exames Laboratoriais	0,00	242.367,55	242.367,55	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	242.367,55	242.367,55	0,00
1611010158 - Serviços de Cadastro em Geral	0,00	1.294.194,48	1.294.194,48	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	1.294.194,48	1.294.194,48	0,00
1611010160 - Serviço pelo Uso da Estrutura Arrecadatária	11.712.000,00	30.236.794,16	18.524.794,16	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	11.712.000,00	30.236.794,16	18.524.794,16	0,00
1611010161 - Serviços de Gravames	0,00	9.478.587,00	9.478.587,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	9.478.587,00	9.478.587,00	0,00
1611010164 - Serviço de Distribuição de Títulos para Protesto	1.023,00	78,34	0,00	944,66
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.023,00	78,34	0,00	944,66
1611010167 - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	350.000,00	3.810,00	0,00	346.190,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	350.000,00	3.810,00	0,00	346.190,00
1611010168 - Serviços Veterinários	300.000,00	278.711,80	0,00	21.288,20
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	300.000,00	278.711,80	0,00	21.288,20
1611010174 - Serviço de Estacionamento	0,00	2.968,00	2.968,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	2.968,00	2.968,00	0,00
1611010177 - Tarifa pelo Uso de Recursos Hídricos	4.248.930,27	5.089.686,19	840.755,92	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	848.450,68	848.450,68	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	4.248.930,27	4.241.235,51	0,00	7.694,76
1611010178 - Tarifa sobre Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário	7.500.000,00	19.946.753,23	12.446.753,23	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	7.500.000,00	19.946.753,23	12.446.753,23	0,00
1611010180 - Receitas - Estampagem Placas	0,00	2.256.153,32	2.256.153,32	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	2.256.153,32	2.256.153,32	0,00
1611010198 - Outros Serviços Comerciais	0,00	2.489.660,92	2.489.660,92	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	2.489.660,92	2.489.660,92	0,00
1611010199 - Outros Serviços	22.325.152,00	1.918.520,25	0,00	20.406.631,75
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	22.325.152,00	1.918.520,25	0,00	20.406.631,75
670 - OUT. FONTES, RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
16110201 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	5.935.558,00	14.376.150,61	8.440.592,61	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1611020101 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	5.935.558,00	14.376.150,61	8.440.592,61	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.845.558,00	6.719.220,00	873.662,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	90.000,00	7.656.930,61	7.566.930,61	0,00
16110301 - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	18.472.522,24	22.986.965,07	4.514.442,83	0,00
1611030104 - Serviços de Expedição de Certificados	177.506,00	67.549,75	0,00	109.956,25
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	177.506,00	67.549,75	0,00	109.956,25
1611030107 - Serviços de Registro do Comércio	18.295.016,24	22.919.415,32	4.624.399,08	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	18.295.016,24	22.919.415,32	4.624.399,08	0,00
16110401 - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	51.532.994,00	83.801.644,93	32.268.650,93	0,00
1611040103 - Serviços Tecnológicos	1.126.094,00	1.816.625,21	690.531,21	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.126.094,00	1.816.625,21	690.531,21	0,00
1611040105 - Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas	0,00	2.661.619,42	2.661.619,42	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	2.661.619,42	2.661.619,42	0,00
1611040108 - Transmissão de Vídeo	0,00	7.434.658,59	7.434.658,59	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	7.434.658,59	7.434.658,59	0,00
1611040111 - Serviços em Nuvem	39.851.738,00	68.881.234,05	29.029.496,05	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	39.851.738,00	68.881.234,05	29.029.496,05	0,00
1611040113 - VOIP	10.555.162,00	2.329.659,86	0,00	8.225.502,14
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	10.555.162,00	2.329.659,86	0,00	8.225.502,14
1611040115 - Serviços de Blockchain	0,00	677.847,80	677.847,80	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	677.847,80	677.847,80	0,00
162 - Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	4.655.000,00	6.243.942,64	1.588.942,64	0,00
16210111 - Serviços de Navegação Aérea - Principal	0,00	263.555,87	263.555,87	0,00
1621011101 - Tarifa de Navegação Aérea	0,00	263.555,87	263.555,87	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	263.555,87	263.555,87	0,00
16210411 - Tarifa Aeroportuária - Principal	4.655.000,00	5.980.386,77	1.325.386,77	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1621041101 - Tarifa Aeroportuária	4.655.000,00	5.980.386,77	1.325.386,77	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	4.655.000,00	5.980.386,77	1.325.386,77	0,00
163 - Serviços e Atividades Referentes à Saúde	160.500.000,00	147.475.249,13	0,00	13.024.750,87
16315001 - Serviços Hospitalares - Principal	0,00	641.503,81	641.503,81	0,00
1631500101 - Serviços Hospitalares	0,00	641.503,81	641.503,81	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	641.503,81	641.503,81	0,00
16315201 - Serviços Radiológicos e Laboratoriais - Principal	500.000,00	1.669.542,71	1.169.542,71	0,00
1631520101 - Serviços Radiológicos e Laboratoriais	500.000,00	1.669.542,71	1.169.542,71	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	1.596,15	1.596,15	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	500.000,00	1.667.946,56	1.167.946,56	0,00
16319901 - Outros Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	160.000.000,00	145.164.202,61	0,00	14.835.797,39
1631990101 - Contribuição Mensal - Saúde Suplementar	160.000.000,00	145.163.932,61	0,00	14.836.067,39
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	14.627.573,24	14.627.573,24	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	160.000.000,00	130.536.359,37	0,00	29.463.640,63
1631990102 - Co-participação - Saúde Suplementar	0,00	270,00	270,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	270,00	270,00	0,00
164 - Serviços e Atividades Financeiras	1.150.000,00	2.215.648,59	1.065.648,59	0,00
16410101 - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1.150.000,00	2.213.592,66	1.063.592,66	0,00
1641010101 - Serviços de Juros de Empréstimos	1.050.000,00	0,00	0,00	1.050.000,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.050.000,00	0,00	0,00	1.050.000,00
1641010102 - Recuperação de Ativos - BEC	0,00	906.841,87	906.841,87	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	906.841,87	906.841,87	0,00
1641010103 - FCVS - Principal	0,00	14.426,83	14.426,83	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	14.426,83	14.426,83	0,00
1641010199 - Outros Serviços Financeiros	100.000,00	1.292.323,96	1.192.323,96	0,00
101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	0,00	1.262.660,04	1.262.660,04	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	100.000,00	29.663,92	0,00	70.336,08



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
16410102 - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Multas e Juros de Mora	0,00	2.055,93	2.055,93	0,00
1641010201 - FCVS - Juros	0,00	2.055,93	2.055,93	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	2.055,93	2.055,93	0,00
17 - Transferências Correntes	15.225.175.318,65	16.451.821.772,14	1.226.646.453,49	0,00
171 - Transferências da União e de suas Entidades	13.179.592.913,42	14.462.722.986,14	1.283.130.072,72	0,00
17115001 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE - Principal	10.271.850.340,90	10.848.197.902,14	576.347.561,24	0,00
1711500101 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	10.271.850.340,90	10.848.197.902,14	576.347.561,24	0,00
101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	10.271.850.340,90	10.848.197.902,14	576.347.561,24	0,00
17115301 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados - Principal	62.716.821,00	49.631.843,44	0,00	13.084.977,56
1711530101 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	62.716.821,00	49.631.843,44	0,00	13.084.977,56
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	62.716.821,00	49.631.843,44	0,00	13.084.977,56
17115401 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	23.234.905,22	26.108.570,61	2.873.665,39	0,00
1711540101 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	23.234.905,22	26.108.570,61	2.873.665,39	0,00
211 - COTA-PARTE DA CIDE	23.234.905,22	26.108.570,61	2.873.665,39	0,00
17115501 - Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro - Principal	0,00	550,49	550,49	0,00
1711550101 - Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro	0,00	550,49	550,49	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	550,49	550,49	0,00
17125101 - Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal	2.291.304,00	3.051.729,21	760.425,21	0,00
1712510101 - Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	2.291.304,00	3.051.729,21	760.425,21	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.291.304,00	3.051.729,21	760.425,21	0,00
17125211 - Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89 - Principal	2.516.723,00	2.855.840,98	339.117,98	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1712521101 - Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	2.516.723,00	2.855.840,98	339.117,98	0,00
144 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	2.516.723,00	2.855.840,98	339.117,98	0,00
17125221 - Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principa	1.058.284,00	1.203.179,92	144.895,92	0,00
1712522101 - Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	1.058.284,00	1.203.179,92	144.895,92	0,00
144 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	1.058.284,00	1.203.179,92	144.895,92	0,00
17125241 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	54.961.618,90	58.127.272,96	3.165.654,06	0,00
1712524101 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	54.961.618,90	58.127.272,96	3.165.654,06	0,00
144 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	54.961.618,90	58.127.272,96	3.165.654,06	0,00
17129901 - Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais - Principal	108.939.787,90	108.939.787,91	0,01	0,00
1712990102 - Bônus de Cessão Onerosa - Lei nº 13885/2019	108.939.787,90	108.939.787,91	0,01	0,00
144 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	108.939.787,90	108.939.787,91	0,01	0,00
17135011 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Principal	18.494.707,00	18.924.161,62	429.454,62	0,00
1713501110 - Atenção Primária - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	18.494.707,00	18.924.161,62	429.454,62	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	18.494.707,00	18.924.161,62	429.454,62	0,00
17135021 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - Principal	705.796.387,00	595.466.195,38	0,00	110.330.191,62
1713502102 - MAC TF - SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	47.104.960,00	51.020.949,00	3.915.989,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	47.104.960,00	51.020.949,00	3.915.989,00	0,00
1713502106 - MAC TF - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	652.807.184,00	532.526.015,35	0,00	120.281.168,65
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	652.807.184,00	532.526.015,35	0,00	120.281.168,65
1713502114 - MAC FAEC - Transplantes - Outros	5.884.243,00	4.984.831,03	0,00	899.411,97





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	5.884.243,00	4.984.831,03	0,00	899.411,97
1713502151 - MAC - CORONAVÍRUS (COVID-19)	0,00	6.934.400,00	6.934.400,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	6.934.400,00	6.934.400,00	0,00
17135031 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde - Principal	21.529.088,00	22.402.306,56	873.218,56	0,00
1713503102 - V SAÚDE - Vigilância Sanitária	3.943.861,00	4.232.174,00	288.313,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	3.943.861,00	4.232.174,00	288.313,00	0,00
1713503199 - V SAÚDE - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	17.585.227,00	18.170.132,56	584.905,56	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	17.585.227,00	18.170.132,56	584.905,56	0,00
17135041 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica - Principal	47.532.260,00	60.354.028,08	12.821.768,08	0,00
1713504101 - A FARM - Componente Básico da Assistência Farmacêutica	37.326.200,00	43.788.842,31	6.462.642,31	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	37.326.200,00	43.788.842,31	6.462.642,31	0,00
1713504103 - A FARM - Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	10.206.060,00	16.141.438,77	5.935.378,77	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	10.206.060,00	16.141.438,77	5.935.378,77	0,00
1713504199 - A FARM - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	423.747,00	423.747,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	423.747,00	423.747,00	0,00
17135051 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS - Principal	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00
1713505199 - G SUS - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00
17135091 - Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	8.948.593,00	0,00	0,00	8.948.593,00
1713509102 - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Combate a COVID-19	8.948.593,00	0,00	0,00	8.948.593,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	8.948.593,00	0,00	0,00	8.948.593,00
17145001 - Transferências do Salário-Educação - Principal	72.000.000,00	81.941.229,56	9.941.229,56	0,00
1714500101 - Transferências do Salário-Educação	72.000.000,00	81.941.229,56	9.941.229,56	0,00
207 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	72.000.000,00	81.941.229,56	9.941.229,56	0,00
17145101 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Principal	0,00	1.320,00	1.320,00	0,00
1714510101 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	1.320,00	1.320,00	0,00
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	1.320,00	1.320,00	0,00
17145201 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal	52.000.000,00	51.061.140,59	0,00	938.859,41
1714520101 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	52.000.000,00	51.061.140,59	0,00	938.859,41
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	52.000.000,00	51.061.140,59	0,00	938.859,41
17145301 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal	2.500.000,00	2.690.508,78	190.508,78	0,00
1714530101 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	2.500.000,00	2.690.508,78	190.508,78	0,00
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	2.500.000,00	2.690.508,78	190.508,78	0,00
17149901 - Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal	203.317.108,81	27.678.352,81	0,00	175.638.756,00
1714990101 - Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	203.317.108,81	0,00	0,00	203.317.108,81
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	203.317.108,81	0,00	0,00	203.317.108,81
1714990102 - Transferências referentes ao Programa de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral - Custeio	0,00	27.678.352,81	27.678.352,81	0,00
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	27.678.352,81	27.678.352,81	0,00
17155101 - Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF - Principal	775.895.996,39	830.184.207,71	54.288.211,32	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1715510101 - Complementação da União ao FUNDEB do Exercício -VAAF - Principal	775.895.996,39	798.903.393,63	23.007.397,24	0,00
250 - RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
251 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	775.895.996,39	798.903.393,63	23.007.397,24	0,00
1715510102 - Complementação da União ao FUNDEB de Exercícios Anteriores -VAAF - Principal	0,00	31.280.814,08	31.280.814,08	0,00
250 - RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
251 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	0,00	31.280.814,08	31.280.814,08	0,00
17165001 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	3.235.559,00	2.596.149,77	0,00	639.409,23
1716500101 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	3.235.559,00	2.596.149,77	0,00	639.409,23
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	3.235.559,00	2.596.149,77	0,00	639.409,23
17175001 - Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	1.050.035,00	0,00	0,00	1.050.035,00
1717500101 - Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	1.050.035,00	0,00	0,00	1.050.035,00
101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	1.050.035,00	0,00	0,00	1.050.035,00
17175101 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal	3.940.585,40	20.404.503,37	16.463.917,97	0,00
1717510101 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	3.940.585,40	20.404.503,37	16.463.917,97	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	3.940.585,40	20.404.503,37	16.463.917,97	0,00
17175201 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal	9.693.124,00	0,00	0,00	9.693.124,00
1717520101 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	9.693.124,00	0,00	0,00	9.693.124,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	9.693.124,00	0,00	0,00	9.693.124,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
17179901 - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	58.926.056,53	28.512.150,62	0,00	30.413.905,91
1717990101 - Outras Transferências de Convênios da União	58.926.056,53	28.512.150,62	0,00	30.413.905,91
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	58.926.056,53	28.512.150,62	0,00	30.413.905,91
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
682 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00
17195301 - Transferências de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen - Principal	250.910,00	441.409,37	190.499,37	0,00
1719530101 - Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	250.910,00	441.409,37	190.499,37	0,00
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	250.910,00	441.409,37	190.499,37	0,00
17195601 - Transferências Decorrentes de Decisão Judicial (precatórios) Relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF - Principal	623.232.963,66	1.218.366.710,75	595.133.747,09	0,00
1719560101 - Transferências Decorrentes de Decisão Judicial (precatórios) Relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF	623.232.963,66	1.218.366.710,75	595.133.747,09	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	384.226.450,00	0,00	0,00	384.226.450,00
234 - RECURSOS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF	239.006.513,66	1.218.366.710,75	979.360.197,09	0,00
17196101 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Principal	0,00	31.135.668,65	31.135.668,65	0,00
1719610101 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	0,00	31.135.668,65	31.135.668,65	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	31.135.668,65	31.135.668,65	0,00
17199901 - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal	43.679.754,71	372.296.264,86	328.616.510,15	0,00
1719990101 - Transferências ao Fundo de Defesa Civil	12.000.000,00	0,00	0,00	12.000.000,00
279 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	12.000.000,00	0,00	0,00	12.000.000,00
1719990102 - Transferências Oriundas da Lei Pelé	3.500.000,00	3.874.390,07	374.390,07	0,00







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.500.000,00	3.874.390,07	374.390,07	0,00
1719990103 - Bônus de Cessão Onerosa do Pré-Sal	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO 292 - REPASSE FUNDO A	0,00	0,00	0,00	0,00
1719990104 - Transferências ao Fundo de Amparo ao Trabalhador	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
FUNDO 292 - REPASSE FUNDO A	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
1719990105 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	6.300.000,00	11.288.222,90	4.988.222,90	0,00
FUNDO 292 - REPASSE FUNDO A	6.300.000,00	11.288.222,90	4.988.222,90	0,00
1719990109 - Emendas Parlamentares Individuais Impositivas	0,00	300.000,00	300.000,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	300.000,00	300.000,00	0,00
1719990110 - Emendas Parlamentares de Bancada	0,00	87.902.509,00	87.902.509,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	87.902.509,00	87.902.509,00	0,00
1719990111 - Transferências Emergencias ao Setor Cultural - Lei Aldir Blanc	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
FUNDO 292 - REPASSE FUNDO A	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
1719990112 - Transferência LC 176/2020 - Compensação de Créditos Lei Kandir	0,00	31.500.300,72	31.500.300,72	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	31.500.300,72	31.500.300,72	0,00
1719990113 - Transferências Provenientes da Lei 14.172/2021	0,00	210.296.143,63	210.296.143,63	0,00
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	210.296.143,63	210.296.143,63	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
1719990114 - Assistência Financeira Transporte Coletivo – Art. 5º, inciso IV - EC nº 123/2022	21.849.754,71	24.706.334,01	2.856.579,30	0,00
230 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA TRANSPORTE COLETIVO - Art. 5º, INCISO IV - EC 123/2022	21.849.754,71	24.706.334,01	2.856.579,30	0,00
1719990115 - Transferências destinadas ao Fundo Estadual do Trabalho - FET	0,00	1.635.250,56	1.635.250,56	0,00
FUNDO 292 - REPASSE FUNDO A	0,00	1.635.250,56	1.635.250,56	0,00
1719990199 - Outras Transferências da União	0,00	793.113,97	793.113,97	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	793.113,97	793.113,97	0,00
173 - Transferências dos Municípios e de suas Entidades	115.799.989,57	54.357.694,63	0,00	61.442.294,94
17325001 - Transferências de Convênios dos Municípios para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	0,00	9.687.334,86	9.687.334,86	0,00
1732500101 - Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	9.687.334,86	9.687.334,86	0,00
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	0,00	9.687.334,86	9.687.334,86	0,00
17329901 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal	36.930.569,57	4.135.328,35	0,00	32.795.241,22
1732990101 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios	36.930.569,57	4.135.328,35	0,00	32.795.241,22
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	36.930.569,57	4.135.328,35	0,00	32.795.241,22
17399901 - Outras Transferências dos Municípios - Principal	78.869.420,00	40.535.031,42	0,00	38.334.388,58
1739990101 - Transferências SUS - Assistência Farmacêutica - Municípios	33.799.030,00	36.742.021,64	2.942.991,64	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	33.799.030,00	36.742.021,64	2.942.991,64	0,00
1739990102 - Transferências SUS - Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Municípios	44.570.390,00	3.285.493,29	0,00	41.284.896,71
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	44.570.390,00	3.285.493,29	0,00	41.284.896,71
1739990199 - Outras Transferências dos Municípios	500.000,00	507.516,49	7.516,49	0,00
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	507.516,49	507.516,49	0,00
174 - Transferências de Instituições Privadas	48.732.337,56	20.916.538,26	0,00	27.815.799,30
17415001 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas para Programas de Saúde - Principal	0,00	4.239.113,52	4.239.113,52	0,00
1741500101 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas com Fins Lucrativos para Programas de Saúde - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
1741500102 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos para Programas de Saúde - Principal	0,00	4.239.113,52	4.239.113,52	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	0,00	4.239.113,52	4.239.113,52	0,00
17419901 - Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	48.732.337,56	16.677.424,74	0,00	32.054.912,82
1741990101 - Transferências de Instituições Privadas	30.000.000,00	2.690.846,67	0,00	27.309.153,33
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	30.000.000,00	2.690.846,67	0,00	27.309.153,33
1741990102 - Transferência de Convênios de Instituições Privadas	18.732.337,56	13.986.578,07	0,00	4.745.759,49
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	18.732.337,56	13.986.578,07	0,00	4.745.759,49
688 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
175 - Transferências de Outras Instituições Públicas	1.881.050.078,10	1.913.824.553,11	32.774.475,01	0,00
17515001 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	1.881.050.078,10	1.913.824.553,11	32.774.475,01	0,00
1751500101 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	1.881.050.078,10	1.913.824.553,11	32.774.475,01	0,00
250 - RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	1.881.050.078,10	1.913.824.553,11	32.774.475,01	0,00
251 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
19 - Outras Receitas Correntes	664.440.961,79	823.127.325,96	158.686.364,17	0,00
191 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	127.019.153,00	234.730.545,93	107.711.392,93	0,00
19110101 - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	107.949.060,00	187.320.762,36	79.371.702,36	0,00
1911010101 - Multas Previstas na Legislação Sanitária	291.075,00	421.719,00	130.644,00	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	40.777,82	40.777,82	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	291.075,00	380.941,18	89.866,18	0,00
1911010103 - Multas Previstas na Legislação de Trânsito	77.642.400,00	151.771.086,67	74.128.686,67	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	77.642.400,00	151.771.086,67	74.128.686,67	0,00
1911010104 - Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	3.742.989,00	4.569.420,65	826.431,65	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.742.989,00	4.569.420,65	826.431,65	0,00
1911010106 - Multas advindas da ARCE	0,00	189.020,88	189.020,88	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	183.207,95	183.207,95	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	5.812,93	5.812,93	0,00
1911010110 - Multas de Obrigações Acessórias	26.257.596,00	30.352.719,21	4.095.123,21	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	26.257.596,00	30.352.719,21	4.095.123,21	0,00
1911010114 - Multa por Infração à Legislação de Recursos Hídricos	0,00	5.487,54	5.487,54	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	5.487,54	5.487,54	0,00
1911010116 - Multa por Não Uso de Máscara - Lei 17.261/2020	15.000,00	2.836,41	0,00	12.163,59
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	15.000,00	2.836,41	0,00	12.163,59
1911010117 - Outras Multas	0,00	8.472,00	8.472,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	8.472,00	8.472,00	0,00
19110102 - Multas Previstas em Legislação Específica - Multa e Juros	6.568.219,00	7.047.853,12	479.634,12	0,00
1911010201 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	0,00	88,68	88,68	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	88,68	88,68	0,00
1911010202 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Outros	6.368.219,00	0,00	0,00	6.368.219,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	6.368.219,00	0,00	0,00	6.368.219,00
1911010205 - Multas causadas a qualquer outro interesse difuso ou coletivo	0,00	7.022.756,08	7.022.756,08	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	7.022.756,08	7.022.756,08	0,00
1911010298 - Outras Multas e Juros de Mora	200.000,00	25.008,36	0,00	174.991,64
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	9,49	9,49	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	200.000,00	24.998,87	0,00	175.001,13
19110103 - Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	9.776.168,00	14.104.388,32	4.328.220,32	0,00
1911010301 - Outras Multas Administrativas da Dívida Ativa - Obrigações Acessórias	7.401.609,00	12.005.447,78	4.603.838,78	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.401.609,00	12.005.447,78	4.603.838,78	0,00
1911010302 - Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas - Administrativa	1.726.870,00	663.792,23	0,00	1.063.077,77
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.726.870,00	663.792,23	0,00	1.063.077,77
1911010304 - Repasses de Emolumentos FAADEP - Dívida Ativa	500.000,00	271.462,38	0,00	228.537,62



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	500.000,00	271.462,38	0,00	228.537,62
1911010305 - Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	147.689,00	1.129.272,49	981.583,49	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	147.689,00	1.129.272,49	981.583,49	0,00
1911010307 - Multas Administrativas - Dívida Ativa	0,00	27.827,47	27.827,47	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	27.827,47	27.827,47	0,00
1911010309 - Multas Penais da Dívida Ativa	0,00	6.585,97	6.585,97	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	6.585,97	6.585,97	0,00
19110401 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	0,00	8.252.028,12	8.252.028,12	0,00
1911040106 - Multas por danos ao consumidor	0,00	8.252.028,12	8.252.028,12	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	8.252.028,12	8.252.028,12	0,00
19110403 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa	0,00	4.203.200,59	4.203.200,59	0,00
1911040301 - Receita da Dívida Ativa - Multas do DECON	0,00	4.203.200,59	4.203.200,59	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	4.203.200,59	4.203.200,59	0,00
19110611 - Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	4.148.457,58	4.148.457,58	0,00
1911061101 - Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	4.148.457,58	4.148.457,58	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	4.148.457,58	4.148.457,58	0,00
19110613 - Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	250.000,00	929.501,55	679.501,55	0,00
1911061301 - Receita da Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	250.000,00	929.501,55	679.501,55	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250.000,00	929.501,55	679.501,55	0,00
19110701 - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	0,00	870.123,78	870.123,78	0,00
1911070101 - Multas TCM	0,00	7.478,35	7.478,35	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	7.478,35	7.478,35	0,00
1911070103 - Multas do TCE	0,00	862.645,43	862.645,43	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	862.645,43	862.645,43	0,00
19110703 - Dívida Ativa - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	2.107.432,90	2.107.432,90	0,00
1911070301 - Multas TCM - Dívida Ativa	0,00	937.223,83	937.223,83	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	937.223,83	937.223,83	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1911070302 - Multas TCE - Dívida Ativa	0,00	1.170.209,07	1.170.209,07	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	1.170.209,07	1.170.209,07	0,00
19110801 - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	445.786,00	915.685,48	469.899,48	0,00
1911080101 - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	445.786,00	915.685,48	469.899,48	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	445.786,00	915.685,48	469.899,48	0,00
19110901 - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.029.920,00	4.831.112,13	2.801.192,13	0,00
1911090101 - Multas e Juros Previstos em Contratos	1.659.920,00	16.932,24	0,00	1.642.987,76
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.659.920,00	16.932,24	0,00	1.642.987,76
1911090199 - Outras Multas Contratuais	370.000,00	4.814.179,89	4.444.179,89	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	4.814.179,89	4.814.179,89	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	370.000,00	0,00	0,00	370.000,00
192 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	128.717.988,79	161.003.705,70	32.285.716,91	0,00
19210101 - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	29.499.361,00	10.594.996,02	0,00	18.904.364,98
1921010101 - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	0,00	29.068,20	29.068,20	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	29.068,20	29.068,20	0,00
1921010102 - Indenização por Descumprimento de Termo de Apreensão e Depósito	0,00	9.615,54	9.615,54	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	9.615,54	9.615,54	0,00
1921010103 - Compensação Ambiental	29.499.361,00	10.556.312,28	0,00	18.943.048,72
216 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	29.499.361,00	10.556.312,28	0,00	18.943.048,72
19210311 - Indenização por Sinistro - Principal	0,00	267.738,50	267.738,50	0,00
1921031101 - Indenização por Sinistro	0,00	267.738,50	267.738,50	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	267.738,50	267.738,50	0,00
19219901 - Outras Indenizações - Principal	285.677,00	557.002,64	271.325,64	0,00
1921990199 - Outras Indenizações	285.677,00	557.002,64	271.325,64	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	285.677,00	557.002,64	271.325,64	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
670 - OUT. FONTES, RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
19220111 - Restituição de Convênios - Primárias - Principal	35.921.920,00	37.360.272,36	1.438.352,36	0,00
1922011102 - Restituições de Convênios	35.921.920,00	37.360.272,36	1.438.352,36	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	35.921.920,00	35.188.282,24	0,00	733.637,76
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	11.190,39	11.190,39	0,00
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	0,00	537,98	537,98	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	2.132.346,98	2.132.346,98	0,00
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	0,00	24.033,10	24.033,10	0,00
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	0,00	3.881,67	3.881,67	0,00
19220631 - Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	0,00	84.226,28	84.226,28	0,00
1922063101 - Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	0,00	84.226,28	84.226,28	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	35.958,87	35.958,87	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	48.267,41	48.267,41	0,00
19229901 - Outras Restituições - Principal	26.000.395,00	74.619.128,46	48.618.733,46	0,00
1922990101 - Devolução de Diárias	0,00	152.612,82	152.612,82	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	69.824,68	69.824,68	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	82.434,14	82.434,14	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	354,00	354,00	0,00
1922990106 - Restituições de Folha de Pagamento	12.349.684,00	3.505.514,76	0,00	8.844.169,24
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.349.684,00	3.447.691,92	0,00	8.901.992,08
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	57.822,84	57.822,84	0,00
1922990107 - Restituições de Vale-Transporte	2.187.272,00	3.701.491,67	1.514.219,67	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.187.272,00	3.693.970,41	1.506.698,41	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	7.521,26	7.521,26	0,00
1922990111 - Reembolso pelo Processamento de Dados	0,00	209.701,81	209.701,81	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	209.701,81	209.701,81	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1922990198 - Restituições Diversas	0,00	46.696.656,93	46.696.656,93	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	22.114.896,28	22.114.896,28	0,00
216 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	0,00	121.683,76	121.683,76	0,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	16.179,82	16.179,82	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	20.949.373,63	20.949.373,63	0,00
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	5.103,61	5.103,61	0,00
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	0,00	3.482.952,76	3.482.952,76	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	6.467,07	6.467,07	0,00
1922990199 - Outras Restituições	11.463.439,00	20.353.150,47	8.889.711,47	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.439.372,00	6.457.169,93	0,00	4.982.202,07
207 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	128.101,29	128.101,29	0,00
250 - RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	0,00	19.133,72	19.133,72	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	24.067,00	8.601.576,25	8.577.509,25	0,00
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	118.079,25	118.079,25	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	5.016.963,39	5.016.963,39	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	12.126,64	12.126,64	0,00
19230201 - Ressarcimento de Custos - Principal	37.010.635,79	37.107.448,55	96.812,76	0,00
1923020101 - Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	36.426.901,00	36.150.083,01	0,00	276.817,99
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	36.426.901,00	34.949.863,73	0,00	1.477.037,27
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	1.200.219,28	1.200.219,28	0,00
1923020102 - Ressarcimento de Despesas com Condenados pela Justiça	583.734,79	957.365,54	373.630,75	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	583.734,79	957.365,54	373.630,75	0,00
19239901 - Outros Ressarcimentos - Principal	0,00	412.892,89	412.892,89	0,00
1923990102 - Outros Ressarcimentos - Transferências Emergências ao Setor Cultural - Lei Aldir Blanc	0,00	143.770,85	143.770,85	0,00
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	0,00	143.770,85	143.770,85	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1923990103 - Ressarcimento por Regularização de Domínio/Regularização Fundiária	0,00	269.122,04	269.122,04	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	269.122,04	269.122,04	0,00
194 - Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	3.150.000,00	0,00	0,00	3.150.000,00
19440602 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais - Multas e Juros de Mora	3.150.000,00	0,00	0,00	3.150.000,00
1944060201 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais	3.150.000,00	0,00	0,00	3.150.000,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.150.000,00	0,00	0,00	3.150.000,00
199 - Demais Receitas Correntes	405.553.820,00	427.393.074,33	21.839.254,33	0,00
19990301 - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	10.603.326,00	0,00	0,00	10.603.326,00
1999030100 - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	10.603.326,00	0,00	0,00	10.603.326,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10.603.326,00	0,00	0,00	10.603.326,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
19991221 - Ônus de Sucumbência - Principal	2.500.000,00	3.724.231,93	1.224.231,93	0,00
1999122101 - Ônus de Sucumbência	2.500.000,00	3.724.231,93	1.224.231,93	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.500.000,00	3.724.231,93	1.224.231,93	0,00
19999911 - Outras Receitas Administradas pela RFB - Principal	350.133.462,00	339.073.183,67	0,00	11.060.278,33
1999991104 - Receita sobre Programa de Sementes	2.460.000,00	1.539.514,34	0,00	920.485,66
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	72,00	72,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.460.000,00	1.539.442,34	0,00	920.557,66
1999991105 - Saldo de Exercícios Anteriores	7.000.000,00	438.191,40	0,00	6.561.808,60
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.000.000,00	438.191,40	0,00	6.561.808,60
1999991113 - Ressarcimento	3.268.533,00	5.996.527,80	2.727.994,80	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.268.533,00	5.996.527,80	2.727.994,80	0,00
1999991114 - Doações em Dinheiro	6.000.000,00	17.798.198,77	11.798.198,77	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	6.000.000,00	17.798.198,77	11.798.198,77	0,00
1999991117 - Receita de Leilão de Bens Apreendidos	7.608.600,00	13.039.662,44	5.431.062,44	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	7.608.600,00	13.039.662,44	5.431.062,44	0,00
1999991121 - Recursos Provenientes do FEEF	22.603.118,00	11.482.731,74	0,00	11.120.386,26
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	22.603.118,00	11.482.731,74	0,00	11.120.386,26
1999991123 - Outras Receita FECOP	0,00	707.130,69	707.130,69	0,00
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	0,00	707.130,69	707.130,69	0,00
1999991124 - Receita de Honorários de Advogados	10.541,00	4.525,34	0,00	6.015,66
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	10.541,00	4.525,34	0,00	6.015,66
1999991125 - Receita da "Terceirização" da Folha de Pagamento dos Agentes Públicos	0,00	1.094.861,06	1.094.861,06	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	1.094.861,06	1.094.861,06	0,00
1999991130 - Recursos DRE EC 93/2016	298.860.413,00	284.325.359,95	0,00	14.535.053,05
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	298.860.413,00	284.325.359,95	0,00	14.535.053,05
1999991198 - Outras Receitas Eventuais	2.322.257,00	2.516.014,80	193.757,80	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.322.257,00	2.516.014,80	193.757,80	0,00
1999991199 - Outras Receitas	0,00	130.465,34	130.465,34	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	121.047,77	121.047,77	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	9.417,57	9.417,57	0,00
19999931 - Outras Receitas Não Arrecadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Principal	42.317.032,00	84.595.658,73	42.278.626,73	0,00
1999993101 - Encargos do FDI / PROAPI	174.985,00	461.637,46	286.652,46	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	174.985,00	461.637,46	286.652,46	0,00
1999993102 - Participação nos Encargos do FDI - Diferido	32.586.998,10	47.267.755,99	14.680.757,89	0,00
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	32.586.998,10	47.267.755,99	14.680.757,89	0,00
1999993103 - Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	894.494,00	12.452.329,68	11.557.835,68	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	894.494,00	12.452.329,68	11.557.835,68	0,00
1999993104 - Rendas	0,00	97.481,39	97.481,39	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	95.837,90	95.837,90	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	1.643,49	1.643,49	0,00
1999993107 - Encargos do FDI / PROADE	3.699.155,90	7.690.754,67	3.991.598,77	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.679.095,90	7.690.754,67	4.011.658,77	0,00
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	20.060,00	0,00	0,00	20.060,00
1999993108 - Spread sobre Rendimentos de Depósitos Judiciais	4.710.376,00	15.116.892,35	10.406.516,35	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	4.710.376,00	15.116.892,35	10.406.516,35	0,00
1999993110 - Spread sobre Rendimentos de Fianças Criminais	251.023,00	0,00	0,00	251.023,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	251.023,00	0,00	0,00	251.023,00
1999993111 - Encargos FDI PROVIN / PROADE	0,00	1.508.807,19	1.508.807,19	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	1.508.807,19	1.508.807,19	0,00
2 - Receitas de Capital	2.062.348.355,96	783.845.422,00	0,00	1.278.502.933,96
21 - Operações de Crédito	1.396.009.307,00	593.504.606,13	0,00	802.504.700,87
211 - Operações de Crédito - Mercado Interno	576.948.140,00	101.871.389,28	0,00	475.076.750,72
21125201 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento - Principal	5.630.000,00	25.519,39	0,00	5.604.480,61
2112520101 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	5.630.000,00	25.519,39	0,00	5.604.480,61
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.630.000,00	25.519,39	0,00	5.604.480,61
21125401 - Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública - Principal	5.317.496,00	2.906.232,11	0,00	2.411.263,89
2112540101 - Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	5.317.496,00	2.906.232,11	0,00	2.411.263,89
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.317.496,00	2.906.232,11	0,00	2.411.263,89
21125601 - Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular - Principal	6.761.763,00	952.939,65	0,00	5.808.823,35
2112560101 - Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	6.761.763,00	952.939,65	0,00	5.808.823,35
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	6.761.763,00	952.939,65	0,00	5.808.823,35
21199901 - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	559.238.881,00	97.986.698,13	0,00	461.252.182,87
2119990102 - Operações de Crédito Internas para Programas de Infraestrutura	0,00	7.042.507,71	7.042.507,71	0,00
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	7.042.507,71	7.042.507,71	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
2119990103 - Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	254.020.257,00	90.560.704,55	0,00	163.459.552,45
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	254.020.257,00	90.560.704,55	0,00	163.459.552,45
646 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
2119990104 - Operações de Crédito Internas para Programas de Ação Social	0,00	383.485,87	383.485,87	0,00
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	383.485,87	383.485,87	0,00
2119990109 - Operações de Crédito Internas - CEF/CPAC - MARANGUAPINHO	390.000,00	0,00	0,00	390.000,00
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	390.000,00	0,00	0,00	390.000,00
2119990110 - Operações de Crédito Internas - Amortização da Dívida	304.828.624,00	0,00	0,00	304.828.624,00
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	304.828.624,00	0,00	0,00	304.828.624,00
212 - Operações de Crédito - Mercado Externo	819.061.167,00	491.633.216,85	0,00	327.427.950,15
21225101 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde - Principal	64.156.496,00	60.099.386,63	0,00	4.057.109,37
2122510101 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	64.156.496,00	60.099.386,63	0,00	4.057.109,37
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	64.156.496,00	60.099.386,63	0,00	4.057.109,37
21225201 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento - Principal	17.716.000,00	26.485.908,99	8.769.908,99	0,00
2122520101 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	17.716.000,00	26.485.908,99	8.769.908,99	0,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	17.716.000,00	26.485.908,99	8.769.908,99	0,00
21225401 - Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública - Principal	115.963.367,00	82.262.297,87	0,00	33.701.069,13
2122540101 - Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	115.963.367,00	82.262.297,87	0,00	33.701.069,13
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	115.963.367,00	82.262.297,87	0,00	33.701.069,13
21226001 - Operações de Crédito Externas para Programas de Segurança Pública - Principal	0,00	5.654.254,48	5.654.254,48	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
2122600101 - Operações de Crédito Externas para Programas de Segurança Pública	0,00	5.654.254,48	5.654.254,48	0,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	5.654.254,48	5.654.254,48	0,00
21299901 - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal	621.225.304,00	317.131.368,88	0,00	304.093.935,12
2129990101 - Operações de Crédito Externas para Programas de Turismo	36.000.000,00	0,00	0,00	36.000.000,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	36.000.000,00	0,00	0,00	36.000.000,00
2129990102 - Operações de Crédito Externas para Programas de Infraestrutura	121.271.085,00	0,00	0,00	121.271.085,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	121.271.085,00	0,00	0,00	121.271.085,00
2129990103 - Operações de Crédito Externas para Programas de Transportes	0,00	21.698.202,21	21.698.202,21	0,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	21.698.202,21	21.698.202,21	0,00
2129990104 - Operações de Crédito Externas para Programas de Ação Social	33.553.697,00	125.251.313,23	91.697.616,23	0,00
101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	33.553.697,00	125.251.313,23	91.697.616,23	0,00
2129990109 - Operações de Crédito Externas - IPFCeará	215.450.121,00	84.524.326,79	0,00	130.925.794,21
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	215.450.121,00	84.524.326,79	0,00	130.925.794,21
2129990199 - Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	214.950.401,00	85.657.526,65	0,00	129.292.874,35
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	214.950.401,00	85.657.526,65	0,00	129.292.874,35
22 - Alienação de Bens	74.004,00	93.021,98	19.017,98	0,00
221 - Alienação de Bens Móveis	74.004,00	8.121,98	0,00	65.882,02
22130101 - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	74.004,00	8.121,98	0,00	65.882,02
2213010101 - Alienação de Bens Móveis e Semoventes	74.004,00	8.121,98	0,00	65.882,02
112 - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	8.121,98	8.121,98	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	74.004,00	0,00	0,00	74.004,00
222 - Alienação de Bens Imóveis	0,00	84.900,00	84.900,00	0,00
22210101 - Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	84.900,00	84.900,00	0,00
2221010102 - Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	84.900,00	84.900,00	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
112 - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	84.900,00	84.900,00	0,00
23 - Amortização de Empréstimos	19.340.000,00	6.536.010,84	0,00	12.803.989,16
231 - Amortização de Empréstimos	19.340.000,00	6.536.010,84	0,00	12.803.989,16
23110601 - Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	19.340.000,00	0,00	0,00	19.340.000,00
2311060101 - Amortização de Empréstimos Contratuais	19.340.000,00	0,00	0,00	19.340.000,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	19.340.000,00	0,00	0,00	19.340.000,00
23110711 - Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	0,00	6.536.010,84	6.536.010,84	0,00
2311071101 - Amortização de Financiamentos de Projetos	0,00	602.472,47	602.472,47	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	602.472,47	602.472,47	0,00
2311071103 - Amortização de Financiamentos PROAPI	0,00	5.933.538,37	5.933.538,37	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	5.933.538,37	5.933.538,37	0,00
24 - Transferências de Capital	646.925.044,96	183.711.783,05	0,00	463.213.261,91
241 - Transferências da União e de suas Entidades	633.235.330,79	179.434.829,85	0,00	453.800.500,94
24115011 - Transferência de Recursos do SUS - Atenção Primária - Principal	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
2411501101 - Transferência de Recursos do SUS - Atenção Primária	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
24115091 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas - Principal	12.948.593,00	0,00	0,00	12.948.593,00
2411509102 - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Combate COVID-19	12.948.593,00	0,00	0,00	12.948.593,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	12.948.593,00	0,00	0,00	12.948.593,00
24115111 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Principal	0,00	1.101.980,00	1.101.980,00	0,00
2411511101 - Transferências de Recursos do SUS - Atenção Primária	0,00	1.101.980,00	1.101.980,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	1.101.980,00	1.101.980,00	0,00
24115121 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - Principal	14.965.453,00	869.986,00	0,00	14.095.467,00
2411512101 - Transferências de Recursos do SUS - Atenção Especializada	14.965.453,00	869.986,00	0,00	14.095.467,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	14.965.453,00	869.986,00	0,00	14.095.467,00
24125091 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal	0,00	50.407.840,00	50.407.840,00	0,00
2412509101 - Transferências do FNDE para Programa de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral - Capital	0,00	50.407.840,00	50.407.840,00	0,00
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	50.407.840,00	50.407.840,00	0,00
24145001 - Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	2.959.820,00	0,00	0,00	2.959.820,00
2414500101 - Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	2.959.820,00	0,00	0,00	2.959.820,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	2.959.820,00	0,00	0,00	2.959.820,00
24145101 - Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação - Principal	28.297.114,60	0,00	0,00	28.297.114,60
2414510101 - Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	28.297.114,60	0,00	0,00	28.297.114,60
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	28.297.114,60	0,00	0,00	28.297.114,60
24145201 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal	72.718.708,74	0,00	0,00	72.718.708,74
2414520101 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	72.718.708,74	0,00	0,00	72.718.708,74
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	72.718.708,74	0,00	0,00	72.718.708,74
24145401 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal	108.738.500,26	0,00	0,00	108.738.500,26
2414540101 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	108.738.500,26	0,00	0,00	108.738.500,26
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	108.738.500,26	0,00	0,00	108.738.500,26
24149901 - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	355.470.566,19	98.401.796,73	0,00	257.068.769,46
2414990101 - Outras Transferências de Convênios da União	355.470.566,19	98.401.796,73	0,00	257.068.769,46
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
280 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	0,00	820.134,10	820.134,10	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	355.470.566,19	97.581.662,63	0,00	257.888.903,56
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
24195001 - Transferências da União a Consórcios Públicos - Principal	36.636.575,00	28.653.227,12	0,00	7.983.347,88
2419500102 - Transferências do Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN	9.653.615,00	4.538.812,95	0,00	5.114.802,05
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	9.653.615,00	4.538.812,95	0,00	5.114.802,05
2419500104 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	26.500.000,00	21.912.432,67	0,00	4.587.567,33
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	26.500.000,00	21.912.432,67	0,00	4.587.567,33
2419500105 - Emendas Parlamentares Individuais Impositivas	482.960,00	861.786,50	378.826,50	0,00
136 - TRANSFERENCIA ESPECIAL DA UNIAO	482.960,00	861.786,50	378.826,50	0,00
2419500106 - Emendas Parlamentares de Bancada	0,00	1.340.195,00	1.340.195,00	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	592.250,00	592.250,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	747.945,00	747.945,00	0,00
243 - Transferências dos Municípios e de suas Entidades	5.500.023,00	4.276.953,20	0,00	1.223.069,80
24325101 - Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação - Principal	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
2432510101 - Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
24329901 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal	5.000.023,00	4.276.953,20	0,00	723.069,80
2432990101 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios	5.000.023,00	4.276.953,20	0,00	723.069,80
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	5.000.023,00	4.276.953,20	0,00	723.069,80
686 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00
244 - Transferências de Instituições Privadas	2.704.691,17	0,00	0,00	2.704.691,17





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
24415001 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde - Principal	2.694.691,17	0,00	0,00	2.694.691,17
2441500101 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde	2.694.691,17	0,00	0,00	2.694.691,17
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	2.694.691,17	0,00	0,00	2.694.691,17
24419901 - Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2441990101 - Outras Transferências de Instituições Privadas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
246 - Transferências do Exterior	5.485.000,00	0,00	0,00	5.485.000,00
24619901 - Outras Transferências do Exterior - Principal	5.485.000,00	0,00	0,00	5.485.000,00
2461990103 - Transferências do Exterior	5.485.000,00	0,00	0,00	5.485.000,00
280 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	5.485.000,00	0,00	0,00	5.485.000,00
7 - Receitas Intraorçamentárias	2.117.218.060,00	2.316.241.955,48	199.023.895,48	0,00
71 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.623.830,00	45.385,26	0,00	7.578.444,74
712 - Taxas	7.623.830,00	45.385,26	0,00	7.578.444,74
71210401 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	2.322.197,00	0,00	0,00	2.322.197,00
7121040103 - Taxa de Licenciamento Ambiental	2.322.197,00	0,00	0,00	2.322.197,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.322.197,00	0,00	0,00	2.322.197,00
71220101 - Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	5.301.633,00	45.385,26	0,00	5.256.247,74
7122010106 - Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	301.633,00	45.385,26	0,00	256.247,74
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	301.633,00	45.385,26	0,00	256.247,74
7122010123 - Editorial e Gráfica	5.000.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00
72 - Contribuições	1.545.587.857,00	1.769.890.938,80	224.303.081,80	0,00
721 - Contribuições Sociais	1.545.587.857,00	1.769.890.938,80	224.303.081,80	0,00
72150211 - CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo	1.220.902.857,00	1.419.679.398,08	198.776.541,08	0,00
7215021101 - Contribuição Patronal para o FPP	1.520.857,00	1.490.512,92	0,00	30.344,08
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
206 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	1.520.857,00	1.490.512,92	0,00	30.344,08
7215021102 - Contribuição Patronal para o FPP de Exercícios Anteriores	350.000,00	124.079,20	0,00	225.920,80
206 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	350.000,00	124.079,20	0,00	225.920,80
7215021106 - Contribuição Patronal da Assembleia Legislativa	24.175.307,00	32.306.644,82	8.131.337,82	0,00
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	24.175.307,00	32.306.644,82	8.131.337,82	0,00
206 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
7215021107 - Contribuição Patronal do TCE	28.423.326,00	36.002.306,90	7.578.980,90	0,00
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	28.423.326,00	36.002.306,90	7.578.980,90	0,00
7215021108 - Contribuição Patronal do Tribunal de Justiça	187.728.054,00	193.024.941,14	5.296.887,14	0,00
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	187.728.054,00	193.024.941,14	5.296.887,14	0,00
7215021109 - Contribuição Patronal da Procuradoria Geral de Justiça	76.007.262,00	73.681.495,02	0,00	2.325.766,98
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	76.007.262,00	73.681.495,02	0,00	2.325.766,98
7215021110 - Contribuição Patronal do Poder Executivo Civil	857.413.283,00	1.041.720.371,44	184.307.088,44	0,00
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	857.413.283,00	1.041.720.371,44	184.307.088,44	0,00
206 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
7215021111 - Contribuição Patronal da Defensoria Pública	45.284.768,00	41.329.046,64	0,00	3.955.721,36
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	45.284.768,00	41.329.046,64	0,00	3.955.721,36
72155311 - Contribuição Patronal - Militar Ativo - Principal	324.685.000,00	350.211.540,72	25.526.540,72	0,00
7215531101 - Contribuição Patronal - Militar Ativo	324.685.000,00	350.211.540,72	25.526.540,72	0,00
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	324.685.000,00	350.211.540,72	25.526.540,72	0,00
76 - Receita de Serviços	92.444.621,00	23.804.891,72	0,00	68.639.729,28



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
761 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	92.444.621,00	23.804.891,72	0,00	68.639.729,28
76110101 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	23.501.639,00	23.804.891,72	303.252,72	0,00
7611010155 - Serviço de Elaboração de Concursos e Processos Seletivos	50.274,00	0,00	0,00	50.274,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	50.274,00	0,00	0,00	50.274,00
7611010167 - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	0,00	700.000,00	700.000,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	700.000,00	700.000,00	0,00
7611010176 - Taxa de Administração	23.191.365,00	23.104.891,72	0,00	86.473,28
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	23.191.365,00	23.104.891,72	0,00	86.473,28
7611010198 - Outros Serviços Comerciais	260.000,00	0,00	0,00	260.000,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	260.000,00	0,00	0,00	260.000,00
76110401 - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	68.942.982,00	0,00	0,00	68.942.982,00
7611040103 - Serviços Tecnológicos	384.406,00	0,00	0,00	384.406,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	384.406,00	0,00	0,00	384.406,00
7611040104 - Serviço de Tráfego de Dados	68.558.576,00	0,00	0,00	68.558.576,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	68.558.576,00	0,00	0,00	68.558.576,00
79 - Outras Receitas Correntes	471.561.752,00	522.500.739,70	50.938.987,70	0,00
792 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	455.048.513,00	264.435.002,10	0,00	190.613.510,90
79229901 - Outras Restituições - Principal	25.048.513,00	262.628.421,80	237.579.908,80	0,00
7922990101 - Compensação pela Transferência de Riscos\Encargos Previdenciários- LC 227/2020	0,00	225.063.059,37	225.063.059,37	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	225.063.059,37	225.063.059,37	0,00
7922990114 - Complementacao CEFIC	0,00	25.618.400,00	25.618.400,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	25.618.400,00	25.618.400,00	0,00
7922990115 - Repasse FASSEC	14.000.000,00	11.946.962,43	0,00	2.053.037,57
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	14.000.000,00	11.946.962,43	0,00	2.053.037,57



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
7922990199 - Outras Restituições	11.048.513,00	0,00	0,00	11.048.513,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.048.513,00	0,00	0,00	11.048.513,00
79230201 - Ressarcimento de Custos - Principal	5.000.000,00	1.806.580,30	0,00	3.193.419,70
7923020101 - Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	5.000.000,00	1.806.580,30	0,00	3.193.419,70
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000.000,00	1.806.580,30	0,00	3.193.419,70
79239901 - Outros Ressarcimentos - Principal	425.000.000,00	0,00	0,00	425.000.000,00
7923990101 - Ressarcimento - Compras de Vidas entre Regimes Previdenciários	425.000.000,00	0,00	0,00	425.000.000,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	425.000.000,00	0,00	0,00	425.000.000,00
799 - Demais Receitas Correntes	16.513.239,00	258.065.737,60	241.552.498,60	0,00
79909911 - Outras Receitas - Principal	16.513.239,00	258.065.737,60	241.552.498,60	0,00
7990991106 - Superávit Financeiro das Autarquias	85.803,00	245.091.558,46	245.005.755,46	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	85.803,00	245.091.558,46	245.005.755,46	0,00
7990991118 - Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	16.427.436,00	12.973.692,77	0,00	3.453.743,23
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	16.427.436,00	12.973.692,77	0,00	3.453.743,23
7990991130 - Recursos DRE EC 93/2016	0,00	486,37	486,37	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	486,37	486,37	0,00
<b>II - DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>-8.620.495.502,00</b>	<b>-10.271.027.973,61</b>	<b>0,00</b>	<b>1.650.532.471,61</b>
<b>FUNDEB</b>	<b>-4.249.232.402,00</b>	<b>-5.030.586.963,26</b>	<b>0,00</b>	<b>781.354.561,26</b>
1 - Receitas Correntes	-4.249.232.402,00	-5.030.586.963,26	0,00	781.354.561,26
11 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-2.520.156.312,00	-2.848.832.256,43	0,00	328.675.944,43
111 - Impostos	-2.520.156.312,00	-2.848.832.256,43	0,00	328.675.944,43
11125101 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Principal	-119.657.952,00	-140.779.904,88	0,00	21.121.952,88
1112510105 - IPVA - Principal - FUNDEB	-119.657.952,00	-5,01	119.657.946,99	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-119.657.952,00	-5,01	119.657.946,99	0,00
1112510199 - IPVA - Principal - FUNDEB	0,00	-140.779.899,87	0,00	140.779.899,87
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-140.779.899,87	0,00	140.779.899,87
11125102 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Multas e Juros	-4.390.080,00	-4.966.881,93	0,00	576.801,93



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1112510204 - IPVA - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-4.390.080,00	0,00	4.390.080,00	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-4.390.080,00	0,00	4.390.080,00	0,00
1112510298 - IPVA - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	0,00	-4.966.881,93	0,00	4.966.881,93
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-4.966.881,93	0,00	4.966.881,93
11125103 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa	-2.940.491,00	-2.907.769,21	32.721,79	0,00
1112510303 - IPVA - Dívida Ativa - FUNDEB	-2.940.491,00	0,00	2.940.491,00	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-2.940.491,00	0,00	2.940.491,00	0,00
1112510399 - IPVA - Dívida Ativa - FUNDEB	0,00	-2.907.769,21	0,00	2.907.769,21
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-2.907.769,21	0,00	2.907.769,21
11125104 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	-1.194.428,00	-1.042.164,80	152.263,20	0,00
1112510498 - IPVA - Dívida Ativa - Multa e Juros de Mora - FUNDEB	-1.194.428,00	-1.042.164,80	152.263,20	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-1.194.428,00	-1.042.164,80	152.263,20	0,00
11125201 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Principal	-14.683.009,00	-27.945.872,13	0,00	13.262.863,13
1112520199 - ITCD - Principal - FUNDEB	-14.683.009,00	-27.945.872,13	0,00	13.262.863,13
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-14.683.009,00	-27.945.872,13	0,00	13.262.863,13
11125202 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Multas e Juros	-596.770,00	-1.478.634,77	0,00	881.864,77
1112520298 - ITCD - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-596.770,00	-1.478.531,05	0,00	881.761,05
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-596.770,00	-1.478.531,05	0,00	881.761,05
1112520299 - ITCD - Multas e Juros de Penalidades - FUNDEB	0,00	-103,72	0,00	103,72
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-103,72	0,00	103,72
11125203 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa	-1.077.830,00	-1.394.664,96	0,00	316.834,96
1112520399 - ITCD - Dívida Ativa - FUNDEB	-1.077.830,00	-1.394.664,96	0,00	316.834,96
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-1.077.830,00	-1.394.664,96	0,00	316.834,96





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
11125204 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa - Multas e Juros	-543.936,00	-504.340,52	39.595,48	0,00
1112520498 - ITCD - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-543.936,00	-504.340,52	39.595,48	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-543.936,00	-504.340,52	39.595,48	0,00
11145011 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Principal	-2.209.697.646,00	-2.483.559.978,72	0,00	273.862.332,72
1114501199 - ICMS - Principal - FUNDEB	-2.209.697.646,00	-2.483.559.978,72	0,00	273.862.332,72
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-2.209.697.646,00	-2.483.559.978,72	0,00	273.862.332,72
11145012 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Multas e Juros	-16.345.996,00	-14.984.438,58	1.361.557,42	0,00
1114501298 - ICMS - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-10.409.277,00	-10.784.899,67	0,00	375.622,67
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-10.409.277,00	-10.784.899,67	0,00	375.622,67
1114501299 - ICMS - Multas e Juros de Penalidade - FUNDEB	-5.936.719,00	-4.199.538,91	1.737.180,09	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-5.936.719,00	-4.199.538,91	1.737.180,09	0,00
11145013 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa	-4.921.075,00	-13.704.886,73	0,00	8.783.811,73
1114501399 - ICMS - Dívida Ativa - FUNDEB	-4.921.075,00	-13.704.886,73	0,00	8.783.811,73
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-4.921.075,00	-13.704.886,73	0,00	8.783.811,73
11145014 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa - Multas e Juros	-5.363.982,00	-2.894.402,62	2.469.579,38	0,00
1114501498 - ICMS - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - FUNDEB	-1.373.640,00	-1.287.474,34	86.165,66	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-1.373.640,00	-1.287.474,34	86.165,66	0,00
1114501499 - ICMS - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - FUNDEB	-3.990.342,00	-1.606.928,28	2.383.413,72	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-3.990.342,00	-1.606.928,28	2.383.413,72	0,00
11145021 - Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Principal	-138.743.117,00	-152.433.623,18	0,00	13.690.506,18
1114502199 - Adicional ICMS - FECOP - Principal - FUNDEB	-138.743.117,00	-152.433.623,18	0,00	13.690.506,18
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	-138.743.117,00	-152.433.623,18	0,00	13.690.506,18
11145022 - Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Multa e Juros	0,00	-234.693,40	0,00	234.693,40
1114502298 - Adicional ICMS - FECOP - Multa e Juros de Mora - FUNDEB	0,00	-234.693,40	0,00	234.693,40
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	0,00	-234.693,40	0,00	234.693,40
17 - Transferências Correntes	-1.729.076.090,00	-2.181.754.706,83	0,00	452.678.616,83
171 - Transferências da União e de suas Entidades	-1.729.076.090,00	-2.181.754.706,83	0,00	452.678.616,83
17115001 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE - Principal	-1.719.668.567,00	-2.169.639.580,16	0,00	449.971.013,16
1711500199 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FUNDEB	-1.719.668.567,00	-2.169.639.580,16	0,00	449.971.013,16
101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	-1.719.668.567,00	-2.169.639.580,16	0,00	449.971.013,16
17115301 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados - Principal	-9.407.523,00	-7.444.776,37	1.962.746,63	0,00
1711530199 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados - FUNDEB	-9.407.523,00	-7.444.776,37	1.962.746,63	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-9.407.523,00	-7.444.776,37	1.962.746,63	0,00
17196101 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Principal	0,00	-4.670.350,30	0,00	4.670.350,30
1719610101 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	0,00	-4.670.350,30	0,00	4.670.350,30
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-4.670.350,30	0,00	4.670.350,30
<b>TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS A MUNICÍPIOS</b>	<b>-4.371.263.100,00</b>	<b>-4.867.306.106,57</b>	<b>0,00</b>	<b>496.043.006,57</b>
1 - Receitas Correntes	-4.371.263.100,00	-4.867.306.106,57	0,00	496.043.006,57
11 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-4.351.584.152,00	-4.839.873.126,20	0,00	488.288.974,20
111 - Impostos	-4.351.584.152,00	-4.839.873.126,20	0,00	488.288.974,20





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
11125101 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Principal	-598.289.763,00	-695.230.182,43	0,00	96.940.419,43
1112510104 - Cota-Parte dos Municípios - IPVA - Principal	-598.289.763,00	-695.230.182,43	0,00	96.940.419,43
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-598.289.763,00	-695.230.182,43	0,00	96.940.419,43
11125102 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Multas e Juros	-21.950.400,00	-24.833.953,50	0,00	2.883.553,50
1112510203 - Cota-Parte dos Municípios - IPVA - Multas e Juros de Mora	-21.950.400,00	-24.833.953,50	0,00	2.883.553,50
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-21.950.400,00	-24.833.953,50	0,00	2.883.553,50
11125103 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa	-14.702.454,00	-14.538.721,92	163.732,08	0,00
1112510302 - Cota-Parte dos Municípios - IPVA - Dívida Ativa	-14.702.454,00	-14.538.721,92	163.732,08	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-14.702.454,00	-14.538.721,92	163.732,08	0,00
11125104 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	-5.972.138,00	-5.210.714,20	761.423,80	0,00
1112510497 - Cota-Parte dos Municípios - IPVA - Dívida Ativa - Multa e Juros de Mora	-5.972.138,00	-5.210.714,20	761.423,80	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-5.972.138,00	-5.210.714,20	761.423,80	0,00
11145011 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Principal	-3.682.829.410,00	-4.057.097.481,50	0,00	374.268.071,50
1114501197 - Cota-Parte dos Municípios - ICMS - Principal	-3.682.829.410,00	-4.057.097.481,50	0,00	374.268.071,50
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-3.682.829.410,00	-4.057.097.481,50	0,00	374.268.071,50
11145012 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Multas e Juros	-17.348.796,00	-17.974.808,99	0,00	626.012,99
1114501297 - Cota-Parte dos Municípios- ICMS - Multas e Juros de Mora	-17.348.796,00	-17.974.808,99	0,00	626.012,99
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-17.348.796,00	-17.974.808,99	0,00	626.012,99
11145013 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa	-8.201.791,00	-22.841.475,53	0,00	14.639.684,53
1114501397 - Cota-Parte dos Municípios- ICMS - Dívida Ativa	-8.201.791,00	-22.841.475,53	0,00	14.639.684,53
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-8.201.791,00	-22.841.475,53	0,00	14.639.684,53







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
11145014 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa - Multas e Juros	-2.289.400,00	-2.145.788,13	143.611,87	0,00
1114501497 - Cota-Parte dos Municípios ICMS - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa	-2.289.400,00	-2.145.788,13	143.611,87	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-2.289.400,00	-2.145.788,13	143.611,87	0,00
17 - Transferências Correntes	-19.678.948,00	-27.432.980,37	0,00	7.754.032,37
171 - Transferências da União e de suas Entidades	-19.678.948,00	-27.432.980,37	0,00	7.754.032,37
17115301 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados - Principal	-15.679.205,00	-12.407.960,34	3.271.244,66	0,00
1711530101 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	0,00	-0,11	0,00	0,11
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-0,11	0,00	0,11
1711530197 - Dedução aos Municípios - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	-15.679.205,00	-12.407.960,23	3.271.244,77	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-15.679.205,00	-12.407.960,23	3.271.244,77	0,00
17115401 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	-3.370.562,00	-6.527.142,65	0,00	3.156.580,65
1711540197 - Dedução aos Municípios - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-3.370.562,00	-6.527.142,65	0,00	3.156.580,65
211 - COTA-PARTE DA CIDE	-3.370.562,00	-6.527.142,65	0,00	3.156.580,65
17125211 - Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89 - Principal	-629.181,00	-713.960,27	0,00	84.779,27
1712521197 - Dedução aos Municípios - Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	-629.181,00	-713.960,27	0,00	84.779,27
144 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	-629.181,00	-713.960,27	0,00	84.779,27
17196101 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Principal	0,00	-7.783.917,11	0,00	7.783.917,11
1719610101 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	0,00	-7.783.917,11	0,00	7.783.917,11
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-7.783.917,11	0,00	7.783.917,11
<b>OUTRAS TRANSFERÊNCIAS LEGAIS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RENÚNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
<b>OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA REALIZADA</b>	<b>0,00</b>	<b>-373.134.903,78</b>	<b>0,00</b>	<b>373.134.903,78</b>
1 - Receitas Correntes	0,00	-373.101.243,78	0,00	373.101.243,78
11 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	-260.881.074,90	0,00	260.881.074,90
111 - Impostos	0,00	-33.162.636,90	0,00	33.162.636,90
11125101 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Principal	0,00	-907.955,51	0,00	907.955,51
1112510101 - IPVA - Principal	0,00	-907.955,51	0,00	907.955,51
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-907.955,51	0,00	907.955,51
11125103 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa	0,00	-2.907,23	0,00	2.907,23
1112510301 - IPVA - Dívida Ativa	0,00	-2.907,23	0,00	2.907,23
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-2.907,23	0,00	2.907,23
11125201 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Principal	0,00	-2.547.981,76	0,00	2.547.981,76
1112520101 - ITCD - Principal	0,00	-2.547.981,76	0,00	2.547.981,76
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-2.547.981,76	0,00	2.547.981,76
11130341 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	0,00	-77.434,16	0,00	77.434,16
1113034101 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	0,00	-77.434,16	0,00	77.434,16
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-76.761,58	0,00	76.761,58
101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	0,00	-672,58	0,00	672,58
11145011 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Principal	0,00	-29.220.133,23	0,00	29.220.133,23
1114501101 - ICMS Combustível	0,00	-12.772,90	0,00	12.772,90
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-12.772,90	0,00	12.772,90
1114501102 - ICMS Comércio Atacadista	0,00	-4.993.152,92	0,00	4.993.152,92
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-4.993.152,92	0,00	4.993.152,92
1114501103 - ICMS Comércio Varejista	0,00	-15.404.134,76	0,00	15.404.134,76
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-15.404.134,76	0,00	15.404.134,76
1114501104 - ICMS Comunicação	0,00	-7.700,30	0,00	7.700,30
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-7.700,30	0,00	7.700,30
1114501105 - ICMS Construção Civil	0,00	-3.138,08	0,00	3.138,08





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-3.138,08	0,00	3.138,08
Elétrica 1114501106 - ICMS Energia	0,00	-91.821,31	0,00	91.821,31
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-91.821,31	0,00	91.821,31
1114501107 - ICMS Indústria	0,00	-7.861.465,05	0,00	7.861.465,05
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-7.861.465,05	0,00	7.861.465,05
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços 1114501108 - ICMS Outros	0,00	-189.575,39	0,00	189.575,39
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-189.575,39	0,00	189.575,39
Física 1114501109 - ICMS Pessoa	0,00	-16.601,53	0,00	16.601,53
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-16.601,53	0,00	16.601,53
Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil 1114501110 - ICMS Pessoa	0,00	-18.347,26	0,00	18.347,26
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-18.347,26	0,00	18.347,26
Agropecuário 1114501111 - ICMS Produtor	0,00	-95.344,93	0,00	95.344,93
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-95.344,93	0,00	95.344,93
1114501112 - ICMS Transporte	0,00	-526.078,80	0,00	526.078,80
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-526.078,80	0,00	526.078,80
11145021 - Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Principal	0,00	-406.225,01	0,00	406.225,01
1114502101 - Adicional ICMS - FECOP - Principal	0,00	-406.225,01	0,00	406.225,01
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-95,81	0,00	95,81
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	0,00	-406.129,20	0,00	406.129,20
11145022 - Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Multa e Juros	0,00	0,00	0,00	0,00
1114502201 - Adicional ICMS - FECOP - Multa e Juros	0,00	0,00	0,00	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
112 - Taxas	0,00	-227.718.438,00	0,00	227.718.438,00
11210101 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	0,00	-429.777,78	0,00	429.777,78
1121010102 - Taxa de Inspeção de Produtos de Origem Animal	0,00	-39.404,45	0,00	39.404,45
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-39.404,45	0,00	39.404,45
1121010107 - Taxa do Exercício do Poder de Polícia - Polícia Civil	0,00	-1.695,84	0,00	1.695,84
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-1.695,84	0,00	1.695,84
1121010112 - Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	-31.548,17	0,00	31.548,17





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-31.548,17	0,00	31.548,17
1121010113 - Taxa de Habite-se	0,00	-47.435,56	0,00	47.435,56
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-47.435,56	0,00	47.435,56
1121010114 - Taxa de Parecer Técnico	0,00	-2.593,12	0,00	2.593,12
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-2.593,12	0,00	2.593,12
1121010117 - Taxa de Regulação do Serviço de Transporte Rodoviário	0,00	-37.228,98	0,00	37.228,98
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-37.228,98	0,00	37.228,98
1121010123 - Taxa de Aproveitamento de Crédito Extemporâneo	0,00	-44.666,19	0,00	44.666,19
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-44.666,19	0,00	44.666,19
1121010125 - Taxa de Concessão de Registro, Cadastro e Renovação	0,00	-17.356,12	0,00	17.356,12
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-17.356,12	0,00	17.356,12
1121010130 - Taxa de Transporte Animal e Vegetal	0,00	-207.849,35	0,00	207.849,35
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-207.849,35	0,00	207.849,35
11210401 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	0,00	-47.767,56	0,00	47.767,56
1121040101 - Taxa Ambientais	0,00	-14.763,96	0,00	14.763,96
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-14.763,96	0,00	14.763,96
1121040103 - Taxa de Licenciamento Ambiental	0,00	-33.003,60	0,00	33.003,60
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-33.003,60	0,00	33.003,60
11215001 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	0,00	-7.046,11	0,00	7.046,11
1121500101 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	-7.046,11	0,00	7.046,11
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-7.046,11	0,00	7.046,11
11220101 - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	0,00	-222.753.628,20	0,00	222.753.628,20
1122010106 - Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	0,00	-222.654.546,44	0,00	222.654.546,44
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-222.654.546,44	0,00	222.654.546,44
1122010109 - Taxas de Serviços Cadastrais	0,00	-21.156,32	0,00	21.156,32





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-21.156,32	0,00	21.156,32
1122010111 - Taxa de Serviços Educacionais	0,00	-337,50	0,00	337,50
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-337,50	0,00	337,50
1122010120 - Taxa pela Emissão de Documentos	0,00	-497,84	0,00	497,84
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-497,84	0,00	497,84
1122010137 - Venda de Selos de Autenticidade	0,00	-1.465,39	0,00	1.465,39
229 - RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	0,00	-1.465,39	0,00	1.465,39
1122010198 - Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	0,00	-74.258,90	0,00	74.258,90
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-74.258,90	0,00	74.258,90
1122010199 - Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	-1.365,81	0,00	1.365,81
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-1.365,81	0,00	1.365,81
11220201 - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	0,00	-4.480.218,35	0,00	4.480.218,35
1122020101 - Emolumentos e Custas Judiciais	0,00	-4.480.218,35	0,00	4.480.218,35
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-4.480.218,35	0,00	4.480.218,35
12 - Contribuições	0,00	-8.235.506,89	0,00	8.235.506,89
121 - Contribuições Sociais	0,00	-8.235.506,89	0,00	8.235.506,89
12150111 - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	0,00	-6.164.828,23	0,00	6.164.828,23
1215011105 - Contribuição do Servidor Ativo Civil - Poder Executivo	0,00	-6.164.828,23	0,00	6.164.828,23
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	-4.464.237,62	0,00	4.464.237,62
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	0,00	-1.700.590,61	0,00	1.700.590,61
12150121 - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	0,00	-229.687,03	0,00	229.687,03
1215012105 - Contribuição do Servidor Inativo Civil - Poder Executivo	0,00	-229.687,03	0,00	229.687,03
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	0,00	-229.687,03	0,00	229.687,03
12150131 - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	0,00	-1.840.991,63	0,00	1.840.991,63
1215013105 - Contribuição dos Pensionistas Cíveis - Poder Executivo	0,00	-1.840.991,63	0,00	1.840.991,63





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	-1.840.991,63	0,00	1.840.991,63
13 - Receita Patrimonial	0,00	-26.305.724,41	0,00	26.305.724,41
131 - Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	-292.732,67	0,00	292.732,67
13110111 - Aluguéis e Arrendamentos - Principal	0,00	-257.498,84	0,00	257.498,84
1311011101 - Aluguéis	0,00	-257.498,84	0,00	257.498,84
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-257.498,84	0,00	257.498,84
13110201 - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	0,00	-35.233,83	0,00	35.233,83
1311020102 - Concessão de Terminal Rodoviário	0,00	-21.554,60	0,00	21.554,60
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-21.554,60	0,00	21.554,60
1311020104 - Permissão de Uso de Faixa de Domínio	0,00	-9.935,75	0,00	9.935,75
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-9.935,75	0,00	9.935,75
1311020199 - Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	-3.743,48	0,00	3.743,48
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-3.743,48	0,00	3.743,48
132 - Valores Mobiliários	0,00	-26.012.991,74	0,00	26.012.991,74
13210101 - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	0,00	-1.938.892,36	0,00	1.938.892,36
1321010113 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios Federal Adm Direta - Fonte 82	0,00	-508.353,51	0,00	508.353,51
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	-502.006,47	0,00	502.006,47
682 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	-6.347,04	0,00	6.347,04
1321010118 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Privado - Adm Indireta - Fonte 89	0,00	-28.076,81	0,00	28.076,81
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	0,00	-28.076,81	0,00	28.076,81
1321010131 - Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	0,00	-1.402.462,04	0,00	1.402.462,04
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-1.402.462,04	0,00	1.402.462,04
13210401 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	0,00	-24.073.868,60	0,00	24.073.868,60



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1321040101 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Fixa	0,00	-9.880.511,23	0,00	9.880.511,23
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	-8.372.304,32	0,00	8.372.304,32
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	0,00	-739.379,98	0,00	739.379,98
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	0,00	-768.826,93	0,00	768.826,93
1321040102 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Variável	0,00	-14.193.357,37	0,00	14.193.357,37
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	-9.065.338,84	0,00	9.065.338,84
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	0,00	-5.128.018,53	0,00	5.128.018,53
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
13210501 - Juros de Títulos de Renda - Principal	0,00	-230,78	0,00	230,78
1321050101 - Juros e Títulos de Renda	0,00	-230,78	0,00	230,78
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-230,78	0,00	230,78
16 - Receita de Serviços	0,00	-12.800.915,02	0,00	12.800.915,02
161 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	-12.795.559,09	0,00	12.795.559,09
16110101 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	0,00	-12.731.873,37	0,00	12.731.873,37
1611010107 - Outros Serviços de Comunicação	0,00	-138.813,31	0,00	138.813,31
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-138.813,31	0,00	138.813,31
1611010154 - Fornecimento de Refeições	0,00	-12,50	0,00	12,50
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-12,50	0,00	12,50
1611010158 - Serviços de Cadastro em Geral	0,00	-1.586,92	0,00	1.586,92
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-1.586,92	0,00	1.586,92
1611010160 - Serviço pelo Uso da Estrutura Arrecadatória	0,00	-9.071.038,54	0,00	9.071.038,54
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-9.071.038,54	0,00	9.071.038,54





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1611010161 - Serviços de Gravames	0,00	-2.843.576,10	0,00	2.843.576,10
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-2.843.576,10	0,00	2.843.576,10
1611010180 - Receitas - Estampagem Placas	0,00	-676.846,00	0,00	676.846,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-676.846,00	0,00	676.846,00
16110201 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	0,00	-1.340,00	0,00	1.340,00
1611020101 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	0,00	-1.340,00	0,00	1.340,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-180,00	0,00	180,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-1.160,00	0,00	1.160,00
16110301 - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	0,00	-62.345,72	0,00	62.345,72
1611030107 - Serviços de Registro do Comércio	0,00	-62.345,72	0,00	62.345,72
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-62.345,72	0,00	62.345,72
163 - Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	-5.355,93	0,00	5.355,93
16319901 - Outros Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	0,00	-5.355,93	0,00	5.355,93
1631990101 - Contribuição Mensal - Saúde Suplementar	0,00	-5.355,93	0,00	5.355,93
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-5.355,93	0,00	5.355,93
17 - Transferências Correntes	0,00	-6.294,79	0,00	6.294,79
174 - Transferências de Instituições Privadas	0,00	-6.294,79	0,00	6.294,79
17419901 - Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	0,00	-6.294,79	0,00	6.294,79
1741990102 - Transferência de Convênios de Instituições Privadas	0,00	-6.294,79	0,00	6.294,79
288 - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS PRIVADOS	0,00	-6.294,79	0,00	6.294,79
19 - Outras Receitas Correntes	0,00	-64.871.727,77	0,00	64.871.727,77
191 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	-51.217.182,42	0,00	51.217.182,42
19110101 - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	0,00	-45.983.142,04	0,00	45.983.142,04
1911010101 - Multas Previstas na Legislação Sanitária	0,00	-49.835,40	0,00	49.835,40
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-49.835,40	0,00	49.835,40
1911010103 - Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	-45.755.387,38	0,00	45.755.387,38







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-45.755.387,38	0,00	45.755.387,38
1911010104 - Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	0,00	-167.082,23	0,00	167.082,23
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-167.082,23	0,00	167.082,23
1911010106 - Multas advindas da ARCE	0,00	-2.325,17	0,00	2.325,17
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-2.325,17	0,00	2.325,17
1911010110 - Multas de Obrigações Acessórias	0,00	-8.511,86	0,00	8.511,86
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-8.511,86	0,00	8.511,86
19110102 - Multas Previstas em Legislação Específica - Multa e Juros	0,00	-223.348,22	0,00	223.348,22
1911010205 - Multas causadas a qualquer outro interesse difuso ou coletivo	0,00	-223.348,22	0,00	223.348,22
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-223.348,22	0,00	223.348,22
19110401 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	0,00	-3.143.228,47	0,00	3.143.228,47
1911040106 - Multas por danos ao consumidor	0,00	-3.143.228,47	0,00	3.143.228,47
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-3.143.228,47	0,00	3.143.228,47
19110403 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa	0,00	-1.672.948,48	0,00	1.672.948,48
1911040301 - Receita da Dívida Ativa - Multas do DECON	0,00	-1.672.948,48	0,00	1.672.948,48
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-1.672.948,48	0,00	1.672.948,48
19110611 - Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	-192.437,90	0,00	192.437,90
1911061101 - Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	-192.437,90	0,00	192.437,90
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-192.437,90	0,00	192.437,90
19110701 - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	0,00	-556,88	0,00	556,88
1911070103 - Multas do TCE	0,00	-556,88	0,00	556,88
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-556,88	0,00	556,88
19110901 - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	0,00	-1.520,43	0,00	1.520,43
1911090101 - Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	-1.520,43	0,00	1.520,43
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-1.520,43	0,00	1.520,43





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
192 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	-3.790.189,58	0,00	3.790.189,58
19210101 - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	0,00	-1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
1921010103 - Compensação Ambiental	0,00	-1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
216 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	0,00	-1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
19220111 - Restituição de Convênios - Primárias - Principal	0,00	-139.840,93	0,00	139.840,93
1922011102 - Restituições de Convênios	0,00	-139.840,93	0,00	139.840,93
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-115.807,83	0,00	115.807,83
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	0,00	-24.033,10	0,00	24.033,10
19220631 - Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	0,00	-5.450,22	0,00	5.450,22
1922063101 - Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	0,00	-5.450,22	0,00	5.450,22
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-5.450,22	0,00	5.450,22
19229901 - Outras Restituições - Principal	0,00	-284.784,12	0,00	284.784,12
1922990101 - Devolução de Diárias	0,00	-24.400,42	0,00	24.400,42
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-24.400,42	0,00	24.400,42
1922990198 - Restituições Diversas	0,00	-10.005,67	0,00	10.005,67
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-735,46	0,00	735,46
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	0,00	-9.270,21	0,00	9.270,21
1922990199 - Outras Restituições	0,00	-250.378,03	0,00	250.378,03
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-239.025,72	0,00	239.025,72
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-11.352,31	0,00	11.352,31
19230201 - Ressarcimento de Custos - Principal	0,00	-1.860.114,31	0,00	1.860.114,31
1923020101 - Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	0,00	-1.860.114,31	0,00	1.860.114,31
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-1.860.114,31	0,00	1.860.114,31
199 - Demais Receitas Correntes	0,00	-9.864.355,77	0,00	9.864.355,77
19991221 - Ônus de Sucumbência - Principal	0,00	-1.900,00	0,00	1.900,00
1999122101 - Ônus de Sucumbência	0,00	-1.900,00	0,00	1.900,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-1.900,00	0,00	1.900,00
19999911 - Outras Receitas Administradas pela RFB - Principal	0,00	-3.963.983,82	0,00	3.963.983,82
1999991114 - Doações em Dinheiro	0,00	-2.000,00	0,00	2.000,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-2.000,00	0,00	2.000,00
1999991117 - Receita de Leilão de Bens Apreendidos	0,00	-3.959.087,47	0,00	3.959.087,47
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-3.959.087,47	0,00	3.959.087,47
1999991130 - Recursos DRE EC 93/2016	0,00	0,00	0,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
1999991198 - Outras Receitas Eventuais	0,00	-2.896,35	0,00	2.896,35
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-2.896,35	0,00	2.896,35
19999931 - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Principal	0,00	-5.898.471,95	0,00	5.898.471,95
1999993103 - Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	0,00	-5.898.471,95	0,00	5.898.471,95
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-5.898.471,95	0,00	5.898.471,95
7 - Receitas Intraorçamentárias	0,00	-33.660,00	0,00	33.660,00
71 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	-31.454,00	0,00	31.454,00
712 - Taxas	0,00	-31.454,00	0,00	31.454,00
71220101 - Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	0,00	-31.454,00	0,00	31.454,00
7122010106 - Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	0,00	-31.454,00	0,00	31.454,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-31.454,00	0,00	31.454,00
76 - Receita de Serviços	0,00	-2.206,00	0,00	2.206,00
761 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	-2.206,00	0,00	2.206,00
76110301 - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	0,00	-2.206,00	0,00	2.206,00
7611030107 - Serviços de Registro do Comércio	0,00	-2.206,00	0,00	2.206,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-2.206,00	0,00	2.206,00
79 - Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
791 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
79110101 - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00
7911010103 - Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	0,00	0,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
79110102 - Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
7911010206 - Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	0,00	0,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>III - RECEITAS LÍQUIDAS</b>	<b>32.842.576.173,63</b>	<b>34.942.850.771,66</b>	<b>2.100.274.598,03</b>	<b>0,00</b>
1 - Receitas Correntes	28.663.009.757,67	31.842.797.054,18	3.179.787.296,51	0,00
11 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.440.719.456,76	13.845.908.283,06	1.405.188.826,30	0,00
111 - Impostos	11.670.101.238,93	12.933.086.980,94	1.262.985.742,01	0,00
11125101 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Principal	683.201.439,93	554.450.389,56	0,00	128.751.050,37
1112510101 - IPVA - Principal	1.401.149.154,93	1.390.460.476,87	0,00	10.688.678,06
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.401.149.154,93	1.390.460.476,87	0,00	10.688.678,06
1112510104 - Cota-Parte dos Municípios - IPVA - Principal	-598.289.763,00	-695.230.182,43	0,00	96.940.419,43
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-598.289.763,00	-695.230.182,43	0,00	96.940.419,43
1112510105 - IPVA - Principal - FUNDEB	-119.657.952,00	-5,01	119.657.946,99	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-119.657.952,00	-5,01	119.657.946,99	0,00
1112510199 - IPVA - Principal - FUNDEB	0,00	-140.779.899,87	0,00	140.779.899,87
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-140.779.899,87	0,00	140.779.899,87
11125102 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Multas e Juros	17.560.320,00	19.867.210,55	2.306.890,55	0,00
1112510201 - IPVA - Multas e Juros de Mora	43.900.800,00	49.668.045,98	5.767.245,98	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	43.900.800,00	49.668.045,98	5.767.245,98	0,00
1112510203 - Cota-Parte dos Municípios - IPVA - Multas e Juros de Mora	-21.950.400,00	-24.833.953,50	0,00	2.883.553,50
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-21.950.400,00	-24.833.953,50	0,00	2.883.553,50
1112510204 - IPVA - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-4.390.080,00	0,00	4.390.080,00	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-4.390.080,00	0,00	4.390.080,00	0,00
1112510298 - IPVA - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	0,00	-4.966.881,93	0,00	4.966.881,93
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-4.966.881,93	0,00	4.966.881,93
11125103 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa	11.761.964,00	11.631.012,30	0,00	130.951,70



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
Ativa 1112510301 - IPVA - Dívida	29.404.909,00	29.077.503,43	0,00	327.405,57
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	29.404.909,00	29.077.503,43	0,00	327.405,57
1112510302 - Cota-Parte dos Municípios - IPVA - Dívida Ativa	-14.702.454,00	-14.538.721,92	163.732,08	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-14.702.454,00	-14.538.721,92	163.732,08	0,00
Ativa - FUNDEB 1112510303 - IPVA - Dívida	-2.940.491,00	0,00	2.940.491,00	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-2.940.491,00	0,00	2.940.491,00	0,00
Ativa - FUNDEB 1112510399 - IPVA - Dívida	0,00	-2.907.769,21	0,00	2.907.769,21
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-2.907.769,21	0,00	2.907.769,21
11125104 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	4.777.709,00	4.168.605,67	0,00	609.103,33
Ativa - Multa e Juros de Mora 1112510401 - IPVA - Dívida	11.944.275,00	10.421.484,67	0,00	1.522.790,33
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.944.275,00	10.421.484,67	0,00	1.522.790,33
1112510497 - Cota-Parte dos Municípios - IPVA - Dívida Ativa - Multa e Juros de Mora	-5.972.138,00	-5.210.714,20	761.423,80	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-5.972.138,00	-5.210.714,20	761.423,80	0,00
Ativa - Multa e Juros de Mora - FUNDEB 1112510498 - IPVA - Dívida	-1.194.428,00	-1.042.164,80	152.263,20	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-1.194.428,00	-1.042.164,80	152.263,20	0,00
11125201 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Principal	58.732.038,00	96.525.168,56	37.793.130,56	0,00
Principal 1112520101 - ITCD - Principal	73.415.047,00	124.471.040,69	51.055.993,69	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	73.415.047,00	124.471.040,69	51.055.993,69	0,00
FUNDEB 1112520199 - ITCD - Principal	-14.683.009,00	-27.945.872,13	0,00	13.262.863,13
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-14.683.009,00	-27.945.872,13	0,00	13.262.863,13
11125202 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Multas e Juros	2.387.079,00	5.914.538,72	3.527.459,72	0,00
Multas e Juros de Mora 1112520201 - ITCD - Multas e Juros de Mora	2.983.849,00	7.392.654,87	4.408.805,87	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.983.849,00	7.392.654,87	4.408.805,87	0,00
Juros de Penalidades 1112520202 - ITCD - Multas e Juros de Penalidades	0,00	518,62	518,62	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	518,62	518,62	0,00
Juros de Mora - FUNDEB 1112520298 - ITCD - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-596.770,00	-1.478.531,05	0,00	881.761,05
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-596.770,00	-1.478.531,05	0,00	881.761,05
Juros de Penalidades - FUNDEB 1112520299 - ITCD - Multas e Juros de Penalidades - FUNDEB	0,00	-103,72	0,00	103,72
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-103,72	0,00	103,72





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
11125203 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa	4.311.320,00	5.578.660,13	1.267.340,13	0,00
1112520301 - ITCD - Dívida Ativa	5.389.150,00	6.973.325,09	1.584.175,09	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.389.150,00	6.973.325,09	1.584.175,09	0,00
1112520399 - ITCD - Dívida Ativa - FUNDEB	-1.077.830,00	-1.394.664,96	0,00	316.834,96
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-1.077.830,00	-1.394.664,96	0,00	316.834,96
11125204 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.175.745,00	2.017.362,03	0,00	158.382,97
1112520401 - ITCD - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora	2.719.681,00	2.521.702,55	0,00	197.978,45
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.719.681,00	2.521.702,55	0,00	197.978,45
1112520498 - ITCD - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-543.936,00	-504.340,52	39.595,48	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-543.936,00	-504.340,52	39.595,48	0,00
11130311 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.343.359.170,00	1.807.592.825,74	464.233.655,74	0,00
1113031101 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.343.359.170,00	1.807.592.825,74	464.233.655,74	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.343.359.170,00	1.807.592.825,74	464.233.655,74	0,00
11130341 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	41.547.191,00	68.545.084,67	26.997.893,67	0,00
1113034101 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	41.547.191,00	68.545.084,67	26.997.893,67	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	41.547.191,00	68.545.757,25	26.998.566,25	0,00
101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	0,00	-672,58	0,00	672,58
11145011 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Principal	8.838.790.583,00	9.687.732.481,63	848.941.898,63	0,00
1114501101 - ICMS Combustível	2.960.113.689,00	3.378.208.741,85	418.095.052,85	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.960.113.689,00	3.378.208.741,85	418.095.052,85	0,00
1114501102 - ICMS Comércio Atacadista	3.566.309.003,00	3.738.123.124,07	171.814.121,07	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.566.309.003,00	3.738.123.124,07	171.814.121,07	0,00
1114501103 - ICMS Comércio Varejista	2.133.425.373,00	2.327.594.012,94	194.168.639,94	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.133.425.373,00	2.327.594.012,94	194.168.639,94	0,00
1114501104 - ICMS Comunicação	620.380.443,00	517.244.994,64	0,00	103.135.448,36
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	620.380.443,00	517.244.994,64	0,00	103.135.448,36



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
Civil 1114501105 - ICMS Construção	0,00	38.907.802,00	38.907.802,00	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	38.907.802,00	38.907.802,00	0,00
Elétrica 1114501106 - ICMS Energia	1.883.923.822,00	2.125.869.721,86	241.945.899,86	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.883.923.822,00	2.125.869.721,86	241.945.899,86	0,00
1114501107 - ICMS Indústria	3.315.431.153,00	3.525.275.007,02	209.843.854,02	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.315.431.153,00	3.525.275.007,02	209.843.854,02	0,00
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços 1114501108 - ICMS Outros	0,00	66.825.873,00	66.825.873,00	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	66.825.873,00	66.825.873,00	0,00
Física 1114501109 - ICMS Pessoa	0,00	24.415.450,60	24.415.450,60	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	24.415.450,60	24.415.450,60	0,00
Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil 1114501110 - ICMS Pessoa	0,00	143.286.588,94	143.286.588,94	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	143.286.588,94	143.286.588,94	0,00
Agropecuário 1114501111 - ICMS Produtor	0,00	18.519.318,50	18.519.318,50	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	18.519.318,50	18.519.318,50	0,00
1114501112 - ICMS Transporte	251.734.156,00	295.323.712,92	43.589.556,92	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	251.734.156,00	295.323.712,92	43.589.556,92	0,00
1114501113 - ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	0,00	28.795.593,51	28.795.593,51	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	28.795.593,51	28.795.593,51	0,00
Municípios - ICMS - Principal 1114501197 - Cota-Parte dos	-3.682.829.410,00	-4.057.097.481,50	0,00	374.268.071,50
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-3.682.829.410,00	-4.057.097.481,50	0,00	374.268.071,50
FUNDEB 1114501199 - ICMS - Principal -	-2.209.697.646,00	-2.483.559.978,72	0,00	273.862.332,72
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-2.209.697.646,00	-2.483.559.978,72	0,00	273.862.332,72
11145012 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Multas e Juros	65.383.983,00	58.290.635,38	0,00	7.093.347,62
Multa e Juros de Mora - ICMS Combustível 1114501201 -	2.710.280,00	377.898,96	0,00	2.332.381,04
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.710.280,00	377.898,96	0,00	2.332.381,04
Multa e Juros de Mora - ICMS Comércio Atacadista 1114501202 -	13.810.247,00	10.417.474,93	0,00	3.392.772,07
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.810.247,00	10.417.474,93	0,00	3.392.772,07
Multa e Juros de Mora - ICMS Varejista 1114501203 -	21.279.016,00	15.481.029,16	0,00	5.797.986,84
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	21.279.016,00	15.481.029,16	0,00	5.797.986,84



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1114501204 - Multas e Juros de Mora - ICMS Comunicação	2.727.135,00	1.673.331,23	0,00	1.053.803,77
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.727.135,00	1.673.331,23	0,00	1.053.803,77
1114501205 - Multas e Juros de Mora - ICMS Construção Civil	0,00	135.972,58	135.972,58	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	135.972,58	135.972,58	0,00
1114501206 - Multas e Juros de Mora - ICMS Energia Elétrica	3.434.400,00	21.901.802,98	18.467.402,98	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.434.400,00	21.901.802,98	18.467.402,98	0,00
1114501207 - Multas e Juros de Mora - ICMS Indústria	21.791.160,00	17.692.801,37	0,00	4.098.358,63
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	21.791.160,00	17.692.801,37	0,00	4.098.358,63
1114501208 - Multas e Juros de Mora - ICMS Outros Serviços	1.049.467,00	539.276,74	0,00	510.190,26
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.049.467,00	539.276,74	0,00	510.190,26
1114501209 - Multas e Juros de Mora - ICMS Pessoa Física	0,00	381.008,23	381.008,23	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	381.008,23	381.008,23	0,00
1114501210 - Multas e Juros de Mora - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	0,00	1.133.360,32	1.133.360,32	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	1.133.360,32	1.133.360,32	0,00
1114501211 - Multas e Juros de Mora - ICMS Produtor Agropecuario	0,00	456.354,59	456.354,59	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	456.354,59	456.354,59	0,00
1114501212 - Multas e Juros de Mora - ICMS Transporte	2.593.477,00	1.689.478,75	0,00	903.998,25
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.593.477,00	1.689.478,75	0,00	903.998,25
1114501213 - Multas e Juros de Mora - ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	0,00	19.480,39	19.480,39	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	19.480,39	19.480,39	0,00
1114501221 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Combustível	532.873,00	313.381,51	0,00	219.491,49
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	532.873,00	313.381,51	0,00	219.491,49
1114501222 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Atacadista	4.358.090,00	3.107.626,23	0,00	1.250.463,77
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.358.090,00	3.107.626,23	0,00	1.250.463,77
1114501223 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Varejista	5.132.451,00	2.679.087,36	0,00	2.453.363,64
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.132.451,00	2.679.087,36	0,00	2.453.363,64
1114501224 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comunicação	412.754,00	610.229,30	197.475,30	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	412.754,00	610.229,30	197.475,30	0,00
1114501225 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Construção Civil	0,00	39.255,15	39.255,15	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	39.255,15	39.255,15	0,00
1114501226 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Energia Elétrica	0,00	254.479,31	254.479,31	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	254.479,31	254.479,31	0,00
1114501227 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Indústria	12.316.282,00	3.959.226,59	0,00	8.357.055,41
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.316.282,00	3.959.226,59	0,00	8.357.055,41
1114501228 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Outros Serviços	0,00	59.840,89	59.840,89	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	59.840,89	59.840,89	0,00
1114501229 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Pessoa Física	572.942,00	1.679.538,10	1.106.596,10	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	572.942,00	1.679.538,10	1.106.596,10	0,00
1114501230 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	4.983.859,00	4.960.555,26	0,00	23.303,74
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.983.859,00	4.960.555,26	0,00	23.303,74
1114501231 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	91.705,10	91.705,10	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	91.705,10	91.705,10	0,00
1114501232 - Multas e Juros de Penalidade - ICMS Transporte	1.374.342,00	1.595.687,92	221.345,92	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.374.342,00	1.595.687,92	221.345,92	0,00
1114501297 - Cota-Parte dos Municípios- ICMS - Multas e Juros de Mora	-17.348.796,00	-17.974.808,99	0,00	626.012,99
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-17.348.796,00	-17.974.808,99	0,00	626.012,99
1114501298 - ICMS - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-10.409.277,00	-10.784.899,67	0,00	375.622,67
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-10.409.277,00	-10.784.899,67	0,00	375.622,67
1114501299 - ICMS - Multas e Juros de Penalidade - FUNDEB	-5.936.719,00	-4.199.538,91	1.737.180,09	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-5.936.719,00	-4.199.538,91	1.737.180,09	0,00
11145013 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa	19.684.298,00	54.819.631,86	35.135.333,86	0,00
1114501301 - Dívida Ativa - ICMS Combustível	752.042,00	554.726,08	0,00	197.315,92
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	752.042,00	554.726,08	0,00	197.315,92
1114501302 - Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	2.921.874,00	5.385.153,82	2.463.279,82	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.921.874,00	5.385.153,82	2.463.279,82	0,00
1114501303 - Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	4.134.509,00	6.259.422,52	2.124.913,52	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.134.509,00	6.259.422,52	2.124.913,52	0,00
1114501304 - Dívida Ativa - ICMS Comunicação	376.166,00	2.177.400,65	1.801.234,65	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	376.166,00	2.177.400,65	1.801.234,65	0,00
1114501305 - Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	0,00	103.291,27	103.291,27	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	103.291,27	103.291,27	0,00
1114501306 - Dívida Ativa - ICMS Energia Elétrica	0,00	77.921,41	77.921,41	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	77.921,41	77.921,41	0,00
1114501307 - Dívida Ativa - ICMS Indústria	9.856.824,00	21.337.367,76	11.480.543,76	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.856.824,00	21.337.367,76	11.480.543,76	0,00
1114501308 - Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	0,00	580.398,10	580.398,10	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	580.398,10	580.398,10	0,00
1114501309 - Dívida Ativa - ICMS Pessoa Física	0,00	33.094,34	33.094,34	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	33.094,34	33.094,34	0,00
1114501310 - Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	11.312.588,00	50.030.615,65	38.718.027,65	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.312.588,00	50.030.615,65	38.718.027,65	0,00
1114501311 - Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	371.124,23	371.124,23	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	371.124,23	371.124,23	0,00
1114501312 - Dívida Ativa - ICMS Transporte	3.453.161,00	4.455.478,29	1.002.317,29	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.453.161,00	4.455.478,29	1.002.317,29	0,00
1114501397 - Cota-Parte dos Municípios- ICMS - Dívida Ativa	-8.201.791,00	-22.841.475,53	0,00	14.639.684,53
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-8.201.791,00	-22.841.475,53	0,00	14.639.684,53
1114501399 - ICMS - Dívida Ativa - FUNDEB	-4.921.075,00	-13.704.886,73	0,00	8.783.811,73
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-4.921.075,00	-13.704.886,73	0,00	8.783.811,73
11145014 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa - Multas e Juros	21.455.931,00	11.093.349,27	0,00	10.362.581,73
1114501401 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Combustível	275.452,00	48.609,99	0,00	226.842,01
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	275.452,00	48.609,99	0,00	226.842,01
1114501402 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	658.436,00	384.252,77	0,00	274.183,23
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	658.436,00	384.252,77	0,00	274.183,23
1114501403 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	1.029.542,00	821.232,55	0,00	208.309,45
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.029.542,00	821.232,55	0,00	208.309,45
1114501404 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comunicação	0,00	46.720,69	46.720,69	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	46.720,69	46.720,69	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1114501405 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	0,00	2.040,19	2.040,19	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	2.040,19	2.040,19	0,00
1114501406 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Energia Elétrica	0,00	18.096,66	18.096,66	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	18.096,66	18.096,66	0,00
1114501407 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Indústria	3.251.670,00	2.671.702,08	0,00	579.967,92
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.251.670,00	2.671.702,08	0,00	579.967,92
1114501408 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	0,00	75.498,57	75.498,57	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	75.498,57	75.498,57	0,00
1114501410 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	2.967.118,00	3.843.459,50	876.341,50	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.967.118,00	3.843.459,50	876.341,50	0,00
1114501411 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	66.279,33	66.279,33	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	66.279,33	66.279,33	0,00
1114501412 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Transporte	975.382,00	605.263,19	0,00	370.118,81
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	975.382,00	605.263,19	0,00	370.118,81
1114501421 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Combustível	0,00	1.062,49	1.062,49	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	1.062,49	1.062,49	0,00
1114501422 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	3.304.888,00	526.426,84	0,00	2.778.461,16
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.304.888,00	526.426,84	0,00	2.778.461,16
1114501423 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	2.737.841,00	942.576,91	0,00	1.795.264,09
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.737.841,00	942.576,91	0,00	1.795.264,09
1114501424 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comunicação	0,00	457.714,57	457.714,57	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	457.714,57	457.714,57	0,00
1114501425 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	0,00	63.097,43	63.097,43	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	63.097,43	63.097,43	0,00
1114501427 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Indústria	3.140.008,00	1.456.001,97	0,00	1.684.006,03
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.140.008,00	1.456.001,97	0,00	1.684.006,03



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1114501428 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	0,00	144.628,00	144.628,00	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	144.628,00	144.628,00	0,00
1114501429 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Física	0,00	25.928,53	25.928,53	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	25.928,53	25.928,53	0,00
1114501430 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	10.363.142,00	3.728.273,66	0,00	6.634.868,34
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.363.142,00	3.728.273,66	0,00	6.634.868,34
1114501431 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	7.833,10	7.833,10	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	7.833,10	7.833,10	0,00
1114501432 - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Transporte	405.834,00	196.841,00	0,00	208.993,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	405.834,00	196.841,00	0,00	208.993,00
1114501497 - Cota-Parte dos Municípios ICMS - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa	-2.289.400,00	-2.145.788,13	143.611,87	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-2.289.400,00	-2.145.788,13	143.611,87	0,00
1114501498 - ICMS - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - FUNDEB	-1.373.640,00	-1.287.474,34	86.165,66	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-1.373.640,00	-1.287.474,34	86.165,66	0,00
1114501499 - ICMS - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - FUNDEB	-3.990.342,00	-1.606.928,28	2.383.413,72	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-3.990.342,00	-1.606.928,28	2.383.413,72	0,00
11145021 - Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Principal	554.972.468,00	544.136.866,84	0,00	10.835.601,16
1114502101 - Adicional ICMS - FECOP - Principal	693.715.585,00	696.570.490,02	2.854.905,02	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-95,81	0,00	95,81
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	693.715.585,00	696.570.585,83	2.855.000,83	0,00
1114502199 - Adicional ICMS - FECOP - Principal - FUNDEB	-138.743.117,00	-152.433.623,18	0,00	13.690.506,18
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	-138.743.117,00	-152.433.623,18	0,00	13.690.506,18
11145022 - Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Multa e Juros	0,00	723.158,03	723.158,03	0,00
1114502201 - Adicional ICMS - FECOP - Multa e Juros	0,00	957.851,43	957.851,43	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	0,00	957.851,43	957.851,43	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1114502298 - Adicional ICMS - FECOP - Multa e Juros de Mora - FUNDEB	0,00	-234.693,40	0,00	234.693,40
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	0,00	-234.693,40	0,00	234.693,40
112 - Taxas	770.618.217,83	912.821.302,12	142.203.084,29	0,00
11210101 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	23.715.653,00	45.691.410,71	21.975.757,71	0,00
1121010101 - Taxa de Regulação do Serviço de Saneamento Básico	11.430.501,00	10.895.955,21	0,00	534.545,79
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	11.430.501,00	10.895.955,21	0,00	534.545,79
1121010102 - Taxa de Inspeção de Produtos de Origem Animal	187.825,00	492.152,57	304.327,57	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	187.825,00	492.152,57	304.327,57	0,00
1121010104 - Taxa pela Emissão de Laudo Pericial	0,00	101.810,97	101.810,97	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	101.810,97	101.810,97	0,00
1121010107 - Taxa do Exercício do Poder de Polícia - Polícia Civil	0,00	35.035,66	35.035,66	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	35.035,66	35.035,66	0,00
1121010108 - Taxa de Concessão de Alvará de Funcionamento	0,00	780.493,65	780.493,65	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	780.493,65	780.493,65	0,00
1121010112 - Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	4.921.425,07	4.921.425,07	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	4.921.425,07	4.921.425,07	0,00
1121010113 - Taxa de Habite-se	0,00	9.436.474,19	9.436.474,19	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	9.436.474,19	9.436.474,19	0,00
1121010114 - Taxa de Parecer Técnico	0,00	12.965,60	12.965,60	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	12.965,60	12.965,60	0,00
1121010115 - Taxa de Vistoria	0,00	80.280,47	80.280,47	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	80.280,47	80.280,47	0,00
1121010116 - Taxa de Análise de Projeto	0,00	278.238,55	278.238,55	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	3.111,75	3.111,75	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	275.126,80	275.126,80	0,00
1121010117 - Taxa de Regulação do Serviço de Transporte Rodoviário	6.178.635,00	7.526.492,62	1.347.857,62	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	6.178.635,00	7.526.492,62	1.347.857,62	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1121010118 - Taxa de Concessão Especial de Regime de Tributação	2.400.000,00	3.106.301,11	706.301,11	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.400.000,00	3.106.301,11	706.301,11	0,00
1121010119 - Taxa de Autorização de Equipamento de Uso Fiscal	0,00	2.359,76	2.359,76	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	2.359,76	2.359,76	0,00
1121010120 - Taxa pela Emissão de Documento Fiscal Avulso	0,00	893.546,50	893.546,50	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	893.546,50	893.546,50	0,00
1121010121 - Taxa de Reavaliação de Bens ou Direitos Objeto de Sucessão Causa Mortis ou Doação	0,00	87.907,22	87.907,22	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	87.907,22	87.907,22	0,00
1121010122 - Taxa de Declaração de Não Similiridade por Item\Produto	1.011.353,00	2.308.303,09	1.296.950,09	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.011.353,00	2.308.303,09	1.296.950,09	0,00
1121010123 - Taxa de Aproveitamento de Crédito Extemporâneo	0,00	-323,80	0,00	323,80
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	-323,80	0,00	323,80
1121010124 - Taxas do Contencioso Administrativo Fiscal	0,00	1.851.262,31	1.851.262,31	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	1.851.262,31	1.851.262,31	0,00
1121010125 - Taxa de Concessão de Registro, Cadastro e Renovação	0,00	0,00	0,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
1121010130 - Taxa de Transporte Animal e Vegetal	2.507.339,00	2.880.729,96	373.390,96	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.507.339,00	2.880.729,96	373.390,96	0,00
11210401 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	27.239.864,00	31.423.667,94	4.183.803,94	0,00
1121040101 - Taxa Ambientais	5.100.000,00	17.046.782,59	11.946.782,59	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	5.100.000,00	17.046.782,59	11.946.782,59	0,00
1121040103 - Taxa de Licenciamento Ambiental	22.139.864,00	14.376.885,35	0,00	7.762.978,65
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	22.139.864,00	14.376.885,35	0,00	7.762.978,65
11215001 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	110.681,00	108.270,52	0,00	2.410,48
1121500101 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	110.681,00	108.270,52	0,00	2.410,48
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	110.681,00	108.270,52	0,00	2.410,48



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
11220101 - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	577.601.064,83	649.023.566,98	71.422.502,15	0,00
1122010102 - Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	1.358.550,00	2.022.758,63	664.208,63	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.358.550,00	2.022.758,63	664.208,63	0,00
1122010106 - Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	454.660.443,00	520.591.672,80	65.931.229,80	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	61,82	61,82	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	454.660.443,00	520.591.610,98	65.931.167,98	0,00
1122010109 - Taxas de Serviços Cadastrais	138.043,00	256.396,05	118.353,05	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	138.043,00	256.396,05	118.353,05	0,00
1122010111 - Taxa de Serviços Educacionais	10.809.726,00	1.813.230,09	0,00	8.996.495,91
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	10.809.726,00	1.813.230,09	0,00	8.996.495,91
1122010116 - Taxa pela Prestação de Serviços Técnicos	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
1122010120 - Taxa pela Emissão de Documentos	2.534,00	8.757.411,69	8.754.877,69	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.534,00	8.757.411,69	8.754.877,69	0,00
1122010123 - Editorial e Gráfica	23.500.000,00	20.641.974,71	0,00	2.858.025,29
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	23.500.000,00	20.641.974,71	0,00	2.858.025,29
1122010124 - Taxa de Concessão de Licenças	348.219,00	287.792,07	0,00	60.426,93
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	348.219,00	287.792,07	0,00	60.426,93
1122010125 - Taxa de Serviços Hemoterápicos	3.934.286,83	3.179.646,71	0,00	754.640,12
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.934.286,83	3.179.646,71	0,00	754.640,12
1122010126 - Taxa de Registro ou Validação de Documentos	0,00	95.270,20	95.270,20	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	95.270,20	95.270,20	0,00
1122010127 - Taxa pelo Fornecimento de Cópia/Download de Documentos	0,00	642.448,09	642.448,09	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	642.448,09	642.448,09	0,00
1122010128 - Taxa de Consulta Escrita da Interpretação/Aplicação da Legislação Tributária	0,00	200.707,66	200.707,66	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	200.707,66	200.707,66	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1122010130 - Taxa de Levantamento de Informações para Fins de Instrução Processual	0,00	33.204,86	33.204,86	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	33.204,86	33.204,86	0,00
1122010131 - Taxa de Análise e Controle de Produtos Sujeitos a Normas de Vigilância Sanitária	0,00	52.511,28	52.511,28	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	52.511,28	52.511,28	0,00
1122010136 - Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	0,00	45.900,76	45.900,76	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	45.900,76	45.900,76	0,00
1122010137 - Venda de Selos de Autenticidade	32.021.027,00	34.863.110,33	2.842.083,33	0,00
229 - RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	32.021.027,00	34.863.110,33	2.842.083,33	0,00
1122010138 - Emolumentos de Fiscalização de Recursos Hídricos	2.500.000,00	842.394,96	0,00	1.657.605,04
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.500.000,00	842.394,96	0,00	1.657.605,04
1122010198 - Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	48.253.245,00	54.677.957,10	6.424.712,10	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	48.253.245,00	54.677.957,10	6.424.712,10	0,00
1122010199 - Outras Taxas pela Prestação de Serviços	44.991,00	19.178,99	0,00	25.812,01
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	44.991,00	19.178,99	0,00	25.812,01
11220201 - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	141.950.955,00	186.574.385,97	44.623.430,97	0,00
1122020101 - Emolumentos e Custas Judiciais	141.950.955,00	186.574.385,97	44.623.430,97	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	141.950.955,00	186.574.385,97	44.623.430,97	0,00
12 - Contribuições	1.183.353.605,00	1.335.005.754,59	151.652.149,59	0,00
121 - Contribuições Sociais	1.183.353.605,00	1.335.005.754,59	151.652.149,59	0,00
12150111 - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	672.472.570,00	778.721.091,06	106.248.521,06	0,00
1215011101 - Contribuição do Servidor Ativo - Assembleia	14.278.489,00	16.177.779,33	1.899.290,33	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14.278.489,00	16.177.779,33	1.899.290,33	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
1215011102 - Contribuição do Servidor Ativo - TCE	13.977.475,00	18.002.885,60	4.025.410,60	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.977.475,00	18.002.885,60	4.025.410,60	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1215011103 - Contribuição do Servidor Ativo - TJ	99.988.017,00	103.726.020,21	3.738.003,21	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	99.988.017,00	103.726.020,21	3.738.003,21	0,00
1215011104 - Contribuição do Servidor Ativo - PGJ	36.081.493,00	37.046.708,09	965.215,09	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	36.081.493,00	37.046.708,09	965.215,09	0,00
1215011105 - Contribuição do Servidor Ativo Civil - Poder Executivo	486.539.520,00	582.422.051,85	95.882.531,85	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	486.539.520,00	584.122.642,46	97.583.122,46	0,00
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	0,00	-1.700.590,61	0,00	1.700.590,61
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
1215011106 - Contribuição do Servidor Ativo - Defensoria Pública	19.210.854,00	19.283.591,59	72.737,59	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19.210.854,00	19.283.591,59	72.737,59	0,00
1215011108 - Contribuição dos Serventuários da Justiça para o RPPS	46.307,00	8.519,44	0,00	37.787,56
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	46.307,00	8.519,44	0,00	37.787,56
1215011109 - Contribuição dos Deputados para o FPP - Obrigatórios	1.520.857,00	1.524.834,27	3.977,27	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	1.520.857,00	1.524.834,27	3.977,27	0,00
1215011110 - Contribuição dos Deputados para o FPP - Facultativos	829.558,00	528.700,68	0,00	300.857,32
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	829.558,00	528.700,68	0,00	300.857,32
206 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
12150121 - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	201.491.445,00	240.232.732,50	38.741.287,50	0,00
1215012101 - Contribuição do Servidor Inativo - Assembleia	0,00	3.633.766,32	3.633.766,32	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	3.633.766,32	3.633.766,32	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
1215012102 - Contribuição do Servidor Inativo - TCE	2.921,00	3.884.322,68	3.881.401,68	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.921,00	3.884.322,68	3.881.401,68	0,00
1215012103 - Contribuição do Servidor Inativo - TJ	17.996,00	12.366.428,46	12.348.432,46	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17.996,00	12.366.428,46	12.348.432,46	0,00
1215012104 - Contribuição do Servidor Inativo - PGJ	0,00	3.991.195,28	3.991.195,28	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	3.991.195,28	3.991.195,28	0,00
1215012105 - Contribuição do Servidor Inativo Civil - Poder Executivo	200.207.828,00	212.632.118,42	12.424.290,42	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	200.207.828,00	212.861.805,45	12.653.977,45	0,00
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	0,00	-229.687,03	0,00	229.687,03
1215012106 - Contribuição do Servidor Inativo - Defensoria Pública	0,00	2.475.387,61	2.475.387,61	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	2.475.387,61	2.475.387,61	0,00
1215012108 - Contribuição do Segurado Inativo do FPP	1.262.700,00	1.249.513,73	0,00	13.186,27
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	1.262.700,00	1.249.513,73	0,00	13.186,27
12150131 - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	65.166.328,00	56.648.351,36	0,00	8.517.976,64
1215013101 - Contribuição dos Pensionistas - Assembleia	0,00	1.362.815,62	1.362.815,62	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	1.362.815,62	1.362.815,62	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
1215013102 - Contribuição dos Pensionistas - TCE	0,00	441.919,16	441.919,16	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	441.919,16	441.919,16	0,00
1215013103 - Contribuição dos Pensionistas - TJ	427.147,00	3.347.435,61	2.920.288,61	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	427.147,00	3.347.435,61	2.920.288,61	0,00
1215013104 - Contribuição dos Pensionistas - PGJ	81.260,00	1.189.276,31	1.108.016,31	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	81.260,00	1.189.276,31	1.108.016,31	0,00
1215013105 - Contribuição dos Pensionistas Cíveis - Poder Executivo	64.615.838,00	50.222.134,33	0,00	14.393.703,67
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	64.615.838,00	50.222.134,33	0,00	14.393.703,67
1215013106 - Contribuição dos Pensionistas - Defensoria Pública	0,00	43.095,43	43.095,43	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	43.095,43	43.095,43	0,00
1215013107 - Contribuição dos Pensionistas para o FPP	42.083,00	41.674,90	0,00	408,10
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	42.083,00	41.674,90	0,00	408,10
12150211 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	1.909.344,00	1.147.531,47	0,00	761.812,53
1215021103 - Contribuição Patronal - Cessão/Autopatrocínio	829.558,00	528.700,68	0,00	300.857,32
206 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	829.558,00	528.700,68	0,00	300.857,32
1215021104 - Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores - Cessão/Autopatrocínio	1.079.786,00	618.830,79	0,00	460.955,21
206 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	1.079.786,00	618.830,79	0,00	460.955,21
12155211 - Contribuição do Militar Ativo - Principal	156.086.737,00	181.990.536,45	25.903.799,45	0,00
1215521101 - Contribuição para o SPSM do Militar Ativo	156.086.737,00	181.990.536,45	25.903.799,45	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	156.086.737,00	181.990.536,45	25.903.799,45	0,00
12155221 - Contribuição do Militar Inativo - Principal	58.032.835,00	47.620.132,19	0,00	10.412.702,81
1215522101 - Contribuição para o SPSM do Militar Inativo	58.032.835,00	47.620.132,19	0,00	10.412.702,81





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	58.032.835,00	47.620.132,19	0,00	10.412.702,81
12155231 - Contribuição dos Pensionistas Militares - Principal	28.194.346,00	28.645.379,56	451.033,56	0,00
1215523101 - Contribuição para o SPSM dos Pensionistas Militares	28.194.346,00	28.645.379,56	451.033,56	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28.194.346,00	28.645.379,56	451.033,56	0,00
13 - Receita Patrimonial	602.580.078,88	1.269.976.313,32	667.396.234,44	0,00
131 - Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.032.308,00	13.421.286,43	3.388.978,43	0,00
13110111 - Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.245.612,00	6.162.806,92	1.917.194,92	0,00
1311011101 - Aluguéis	4.245.612,00	6.162.806,92	1.917.194,92	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	923.427,00	553.195,48	0,00	370.231,52
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.322.185,00	5.609.611,44	2.287.426,44	0,00
13110121 - Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	0,00	21.872,60	21.872,60	0,00
1311012101 - Foros	0,00	1.083,48	1.083,48	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	1.083,48	1.083,48	0,00
1311012102 - Laudêmios	0,00	20.789,12	20.789,12	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	20.789,12	20.789,12	0,00
13110201 - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	5.086.696,00	6.744.778,12	1.658.082,12	0,00
1311020102 - Concessão de Terminal Rodoviário	0,00	50.294,02	50.294,02	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	50.294,02	50.294,02	0,00
1311020103 - Receita de Concessões e Permissões - Cinturão Digital	2.955.794,00	3.371.611,26	415.817,26	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.955.794,00	3.371.611,26	415.817,26	0,00
1311020104 - Permissão de Uso de Faixa de Domínio	2.030.902,00	1.880.957,59	0,00	149.944,41
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.030.902,00	1.880.957,59	0,00	149.944,41
1311020105 - Permissão de Uso de Area Aeroportuária	0,00	797.912,34	797.912,34	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	797.912,34	797.912,34	0,00
1311020199 - Outras Receitas de Concessões e Permissões	100.000,00	644.002,91	544.002,91	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	100.000,00	627.202,57	527.202,57	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	16.800,34	16.800,34	0,00
13119901 - Outras Receitas Imobiliárias - Principal	700.000,00	491.828,79	0,00	208.171,21
1311990199 - Outras Receitas Imobiliárias	700.000,00	491.828,79	0,00	208.171,21
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	700.000,00	491.828,79	0,00	208.171,21
132 - Valores Mobiliários	581.429.433,88	1.235.290.846,15	653.861.412,27	0,00
13210101 - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	52.206.358,88	284.010.980,41	231.804.621,53	0,00
1321010101 - Remuneração de Depósitos Bancários - Royalties Obs: Fonte xx	0,00	0,00	0,00	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
1321010102 - Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB Obs: Fonte 50	4.857.096,00	62.430.164,25	57.573.068,25	0,00
250 - RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	4.857.096,00	44.893.093,91	40.035.997,91	0,00
251 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	0,00	17.537.070,34	17.537.070,34	0,00
1321010103 - Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo de Saúde - FT 91	5.372.520,00	26.875.460,09	21.502.940,09	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	5.372.520,00	26.875.460,09	21.502.940,09	0,00
1321010107 - Remuneração de Depósitos Bancários - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	0,00	310.703,66	310.703,66	0,00
211 - COTA-PARTE DA CIDE	0,00	310.703,66	310.703,66	0,00
1321010108 - Remuneração de Depósitos Bancários - Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	0,00	371.505,83	371.505,83	0,00
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	0,00	371.505,83	371.505,83	0,00
1321010110 - Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos do RPPS Fonte 03	0,00	0,00	0,00	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
1321010111 - Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos FECOP Fonte 10	9.700.000,00	22.021.217,62	12.321.217,62	0,00
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	9.700.000,00	22.021.217,62	12.321.217,62	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1321010113 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios Federal Adm Direta - Fonte 82	0,00	66.890.902,00	66.890.902,00	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	648,37	648,37	0,00
280 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	0,00	45.364,34	45.364,34	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	66.851.236,33	66.851.236,33	0,00
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
682 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	-6.347,04	0,00	6.347,04
1321010114 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios Federal Adm Indireta - Fonte 83	9.383.289,00	4.406.321,61	0,00	4.976.967,39
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	0,00	161.128,19	161.128,19	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	9.383.289,00	4.245.012,59	0,00	5.138.276,41
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	0,00	180,82	180,82	0,00
682 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,01	0,01	0,00
1321010115 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Municipal - Adm Direta - Fonte 86	0,00	1.608.368,03	1.608.368,03	0,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	0,00	1.608.368,03	1.608.368,03	0,00
686 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00
1321010116 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Municipal - Adm Indireta - Fonte 87	1.444.000,00	363.934,09	0,00	1.080.065,91
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	1.444.000,00	363.934,09	0,00	1.080.065,91
1321010117 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Privado - Adm Direta - Fonte 88	0,00	5.886,54	5.886,54	0,00
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	0,00	5.886,54	5.886,54	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1321010118 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Privado - Adm Indireta - Fonte 89	6.537.062,00	1.497.958,90	0,00	5.039.103,10
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	6.537.062,00	1.497.958,90	0,00	5.039.103,10
1321010119 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Internacional - Adm Direta - Fonte 80	0,00	26.989,95	26.989,95	0,00
280 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	0,00	26.989,95	26.989,95	0,00
1321010120 - Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios com Órgão Internacional - Adm Indireta - Fonte 81	0,00	449,87	449,87	0,00
280 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	0,00	60,06	60,06	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	389,81	389,81	0,00
680 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00
1321010121 - Remuneração de Depósitos Bancários - Fundo de Defesa Civil - FT 79	0,00	609.572,52	609.572,52	0,00
279 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	0,00	609.572,52	609.572,52	0,00
1321010122 - Remuneração de Depósitos Bancários - FPP - FT 05	0,00	0,00	0,00	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
1321010124 - Remuneração de Depósitos Bancários - Compensação Ambiental - FT 16	0,00	1.008.657,60	1.008.657,60	0,00
216 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	0,00	1.008.657,60	1.008.657,60	0,00
1321010125 - Remuneração de Depósitos Bancários - Salário Educação - FT 07	0,00	11.048.694,83	11.048.694,83	0,00
207 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	11.048.694,83	11.048.694,83	0,00
1321010126 - Remuneração de Depósitos Bancários - Selos de Autenticidade - FT 29	945.904,00	2.512.738,61	1.566.834,61	0,00
229 - RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	945.904,00	2.512.738,61	1.566.834,61	0,00
1321010127 - Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	0,00	25.284.427,99	25.284.427,99	0,00
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	25.284.427,99	25.284.427,99	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1321010128 - Remuneração de Depósitos Bancários - FDI - FT 76	5.600.000,00	5.933.436,53	333.436,53	0,00
250 - RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	5.600.000,00	5.933.436,53	333.436,53	0,00
1321010129 - Remuneração de Depósitos Bancários - Cota-Parte Royalties - FT 44	0,00	1.035.239,59	1.035.239,59	0,00
144 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	0,00	1.035.239,59	1.035.239,59	0,00
1321010130 - Remuneração de Depósitos de Poupança	0,00	1.122.405,30	1.122.405,30	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	1.122.405,30	1.122.405,30	0,00
1321010131 - Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	8.366.487,88	15.302.550,04	6.936.062,16	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.366.487,88	9.537.279,90	1.170.792,02	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	5.765.270,14	5.765.270,14	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
682 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00
1321010132 - Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Operações de Crédito Interna	0,00	8.385.913,75	8.385.913,75	0,00
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	0,00	0,00	0,00	0,00
144 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	0,00	6.523.321,85	6.523.321,85	0,00
211 - COTA-PARTE DA CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	1.862.591,90	1.862.591,90	0,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	0,00	0,00	0,00	0,00
1321010133 - Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferência FUNPEN	0,00	3.451.039,95	3.451.039,95	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	364.832,55	364.832,55	0,00
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	0,00	3.086.207,40	3.086.207,40	0,00
1321010136 - Remuneração de Depósitos Bancários - FET - FT 92.02	0,00	224.495,31	224.495,31	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	0,00	224.495,31	224.495,31	0,00







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1321010137 - Remuneração de Depósitos Bancários - FNSP - FT 92.03	0,00	170.129,05	170.129,05	0,00
FUNDO 292 - REPASSE FUNDO A	0,00	170.129,05	170.129,05	0,00
1321010141 - Remuneração de Depósitos Bancários-Precatórios do FUNDEF	0,00	21.111.816,90	21.111.816,90	0,00
234 - RECURSOS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF	0,00	21.111.816,90	21.111.816,90	0,00
13210401 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	53.319.611,00	109.767.682,91	56.448.071,91	0,00
1321040101 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Fixa	53.319.611,00	123.961.040,28	70.641.429,28	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	49.119.611,00	85.606.300,23	36.486.689,23	0,00
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	0,00	24.700.576,38	24.700.576,38	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	4.200.000,00	13.654.163,67	9.454.163,67	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
1321040102 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Variável	0,00	-14.193.357,37	0,00	14.193.357,37
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	-9.065.338,84	0,00	9.065.338,84
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	0,00	-5.128.018,53	0,00	5.128.018,53
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
1321040103 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Fundo Imobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
13210501 - Juros de Títulos de Renda - Principal	431.537.255,00	775.882.446,51	344.345.191,51	0,00
1321050101 - Juros e Títulos de Renda	431.537.255,00	775.882.446,51	344.345.191,51	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	423.690.432,00	639.732.200,68	216.041.768,68	0,00
101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	0,00	0,00	0,00	0,00
112 - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	3.977.815,00	3.977.815,00	0,00
136 - TRANSFERENCIA ESPECIAL DA UNIAO	0,00	48.328,63	48.328,63	0,00
144 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	0,00	0,00	0,00	0,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
211 - COTA-PARTE DA CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00
215 - DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPJ	0,00	0,00	0,00	0,00
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	2.545.296,39	2.545.296,39	0,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	7.846.823,00	124.593.892,54	116.747.069,54	0,00
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	0,00	0,00	0,00	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	0,00	4.984.913,27	4.984.913,27	0,00
300 - RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
670 - OUT. FONTES, RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
13210601 - Juros sobre o Capital Próprio - Principal	8.337.717,00	19.875.032,78	11.537.315,78	0,00
1321060101 - Juros sobre o Capital Próprio	8.337.717,00	19.875.032,78	11.537.315,78	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.337.717,00	19.875.032,78	11.537.315,78	0,00
13220101 - Dividendos - Principal	36.008.776,00	45.754.703,54	9.745.927,54	0,00
1322010101 - Dividendos	36.008.776,00	45.754.703,54	9.745.927,54	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	36.008.776,00	45.754.703,54	9.745.927,54	0,00
13299901 - Outros Valores Mobiliários - Principal	19.716,00	0,00	0,00	19.716,00
1329990199 - Outros Valores Mobiliários	19.716,00	0,00	0,00	19.716,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	19.716,00	0,00	0,00	19.716,00
133 - Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	11.118.337,00	7.229.086,82	0,00	3.889.250,18
13310101 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	1.361.390,00	1.118.054,09	0,00	243.335,91



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1331010101 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	1.361.390,00	1.118.054,09	0,00	243.335,91
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.361.390,00	1.118.054,09	0,00	243.335,91
13399901 - Outras Delegações de Serviços Públicos - Principal	9.756.947,00	6.111.032,73	0,00	3.645.914,27
1339990101 - Receita da Loteria Estadual	9.756.947,00	6.095.948,82	0,00	3.660.998,18
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.056.947,00	914.392,32	0,00	142.554,68
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	8.700.000,00	5.181.556,50	0,00	3.518.443,50
1339990199 - Outras Delegações para a Prestação - Serviços	0,00	15.083,91	15.083,91	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	15.083,91	15.083,91	0,00
135 - Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	80.211,08	80.211,08	0,00
13510101 - Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica - Principal	0,00	80.211,08	80.211,08	0,00
1351010101 - Royalties - Elmo - Equipamento de Respiração Assistida	0,00	80.211,08	80.211,08	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	80.211,08	80.211,08	0,00
136 - Cessão de Direitos	0,00	13.954.882,84	13.954.882,84	0,00
13610111 - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	0,00	13.954.882,84	13.954.882,84	0,00
1361011104 - Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal, Benefícios e Fornecedores	0,00	13.954.882,84	13.954.882,84	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	13.954.882,84	13.954.882,84	0,00
14 - Receita Agropecuária	0,00	8.528,44	8.528,44	0,00
141 - Receita Agropecuária	0,00	8.528,44	8.528,44	0,00
14110101 - Receita Agropecuária - Principal	0,00	8.528,44	8.528,44	0,00
1411010102 - Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	8.528,44	8.528,44	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	8.528,44	8.528,44	0,00
16 - Receita de Serviços	295.495.374,59	391.014.786,43	95.519.411,84	0,00
161 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	129.190.374,59	235.085.302,00	105.894.927,41	0,00
16110101 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	53.249.300,35	113.984.227,11	60.734.926,76	0,00
1611010101 - Serviços de Venda de Editais	0,00	1.561,34	1.561,34	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	1.561,34	1.561,34	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1611010103 - Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Materiais Escolares e Publicidade	0,00	495,00	495,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	495,00	495,00	0,00
1611010107 - Outros Serviços de Comunicação	1.115.812,00	36.819.661,99	35.703.849,99	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.115.812,00	36.819.661,99	35.703.849,99	0,00
1611010114 - Outros Serviços Administrativos	200.000,00	60.990,00	0,00	139.010,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	200.000,00	60.990,00	0,00	139.010,00
670 - OUT. FONTES, RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
1611010116 - Serviços Educacionais	18.652,00	3.840,00	0,00	14.812,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	18.652,00	3.840,00	0,00	14.812,00
1611010118 - Equipam Turísticos - Centro de Convenções	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
1611010119 - Equipam Turísticos - Centro de Turismo	30.000,00	290.881,58	260.881,58	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	290.881,58	290.881,58	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
1611010122 - Serviços de Estudos e Pesquisas	0,00	1.536.844,35	1.536.844,35	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	1.536.844,35	1.536.844,35	0,00
1611010123 - Equipam Turísticos - Teleférico de Ubajara	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
1611010125 - Equipamentos Turísticos - Centro de Eventos	1.030.000,00	12.061.400,32	11.031.400,32	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	12.061.400,32	12.061.400,32	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.030.000,00	0,00	0,00	1.030.000,00
1611010152 - Serviço de Gestão Descentralizada de Energia Elétrica	1.837.397,00	1.850.104,66	12.707,66	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.837.397,00	1.850.104,66	12.707,66	0,00
1611010154 - Fornecimento de Refeições	432.494,00	704.266,60	271.772,60	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	432.494,00	704.266,60	271.772,60	0,00
1611010156 - Venda de Produtos e Consignáveis	2.067.840,08	8.943,59	0,00	2.058.896,49



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.067.840,08	8.943,59	0,00	2.058.896,49
1611010157 - Serviços de Exames Laboratoriais	0,00	242.367,55	242.367,55	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	242.367,55	242.367,55	0,00
1611010158 - Serviços de Cadastro em Geral	0,00	1.292.607,56	1.292.607,56	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	1.292.607,56	1.292.607,56	0,00
1611010160 - Serviço pelo Uso da Estrutura Arrecadatória	11.712.000,00	21.165.755,62	9.453.755,62	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	11.712.000,00	21.165.755,62	9.453.755,62	0,00
1611010161 - Serviços de Gravames	0,00	6.635.010,90	6.635.010,90	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	6.635.010,90	6.635.010,90	0,00
1611010164 - Serviço de Distribuição de Títulos para Protesto	1.023,00	78,34	0,00	944,66
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.023,00	78,34	0,00	944,66
1611010167 - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	350.000,00	3.810,00	0,00	346.190,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	350.000,00	3.810,00	0,00	346.190,00
1611010168 - Serviços Veterinários	300.000,00	278.711,80	0,00	21.288,20
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	300.000,00	278.711,80	0,00	21.288,20
1611010174 - Serviço de Estacionamento	0,00	2.968,00	2.968,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	2.968,00	2.968,00	0,00
1611010177 - Tarifa pelo Uso de Recursos Hídricos	4.248.930,27	5.089.686,19	840.755,92	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	848.450,68	848.450,68	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	4.248.930,27	4.241.235,51	0,00	7.694,76
1611010178 - Tarifa sobre Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário	7.500.000,00	19.946.753,23	12.446.753,23	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	7.500.000,00	19.946.753,23	12.446.753,23	0,00
1611010180 - Receitas - Estampagem Placas	0,00	1.579.307,32	1.579.307,32	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	1.579.307,32	1.579.307,32	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1611010198 - Outros Serviços Comerciais	0,00	2.489.660,92	2.489.660,92	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	2.489.660,92	2.489.660,92	0,00
1611010199 - Outros Serviços	22.325.152,00	1.918.520,25	0,00	20.406.631,75
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	22.325.152,00	1.918.520,25	0,00	20.406.631,75
670 - OUT. FONTES, RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
16110201 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	5.935.558,00	14.374.810,61	8.439.252,61	0,00
1611020101 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	5.935.558,00	14.374.810,61	8.439.252,61	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.845.558,00	6.719.040,00	873.482,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	90.000,00	7.655.770,61	7.565.770,61	0,00
16110301 - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	18.472.522,24	22.924.619,35	4.452.097,11	0,00
1611030104 - Serviços de Expedição de Certificados	177.506,00	67.549,75	0,00	109.956,25
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	177.506,00	67.549,75	0,00	109.956,25
1611030107 - Serviços de Registro do Comércio	18.295.016,24	22.857.069,60	4.562.053,36	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	18.295.016,24	22.857.069,60	4.562.053,36	0,00
16110401 - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	51.532.994,00	83.801.644,93	32.268.650,93	0,00
1611040103 - Serviços Tecnológicos	1.126.094,00	1.816.625,21	690.531,21	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.126.094,00	1.816.625,21	690.531,21	0,00
1611040105 - Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas	0,00	2.661.619,42	2.661.619,42	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	2.661.619,42	2.661.619,42	0,00
1611040108 - Transmissão de Vídeo	0,00	7.434.658,59	7.434.658,59	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	7.434.658,59	7.434.658,59	0,00
1611040111 - Serviços em Nuvem	39.851.738,00	68.881.234,05	29.029.496,05	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	39.851.738,00	68.881.234,05	29.029.496,05	0,00
1611040113 - VOIP	10.555.162,00	2.329.659,86	0,00	8.225.502,14
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	10.555.162,00	2.329.659,86	0,00	8.225.502,14
1611040115 - Serviços de Blockchain	0,00	677.847,80	677.847,80	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	677.847,80	677.847,80	0,00
162 - Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	4.655.000,00	6.243.942,64	1.588.942,64	0,00
16210111 - Serviços de Navegação Aérea - Principal	0,00	263.555,87	263.555,87	0,00
1621011101 - Tarifa de Navegação Aérea	0,00	263.555,87	263.555,87	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	263.555,87	263.555,87	0,00
16210411 - Tarifa Aeroportuária - Principal	4.655.000,00	5.980.386,77	1.325.386,77	0,00
1621041101 - Tarifa Aeroportuária	4.655.000,00	5.980.386,77	1.325.386,77	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	4.655.000,00	5.980.386,77	1.325.386,77	0,00
163 - Serviços e Atividades Referentes à Saúde	160.500.000,00	147.469.893,20	0,00	13.030.106,80
16315001 - Serviços Hospitalares - Principal	0,00	641.503,81	641.503,81	0,00
1631500101 - Serviços Hospitalares	0,00	641.503,81	641.503,81	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	641.503,81	641.503,81	0,00
16315201 - Serviços Radiológicos e Laboratoriais - Principal	500.000,00	1.669.542,71	1.169.542,71	0,00
1631520101 - Serviços Radiológicos e Laboratoriais	500.000,00	1.669.542,71	1.169.542,71	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	1.596,15	1.596,15	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	500.000,00	1.667.946,56	1.167.946,56	0,00
16319901 - Outros Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	160.000.000,00	145.158.846,68	0,00	14.841.153,32
1631990101 - Contribuição Mensal - Saúde Suplementar	160.000.000,00	145.158.576,68	0,00	14.841.423,32
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	14.627.573,24	14.627.573,24	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	160.000.000,00	130.531.003,44	0,00	29.468.996,56
1631990102 - Co-participação - Saúde Suplementar	0,00	270,00	270,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	270,00	270,00	0,00
164 - Serviços e Atividades Financeiras	1.150.000,00	2.215.648,59	1.065.648,59	0,00
16410101 - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1.150.000,00	2.213.592,66	1.063.592,66	0,00
1641010101 - Serviços de Juros de Empréstimos	1.050.000,00	0,00	0,00	1.050.000,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.050.000,00	0,00	0,00	1.050.000,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1641010102 - Recuperação de Ativos - BEC	0,00	906.841,87	906.841,87	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	906.841,87	906.841,87	0,00
1641010103 - FCVS - Principal	0,00	14.426,83	14.426,83	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	14.426,83	14.426,83	0,00
1641010199 - Outros Serviços Financeiros	100.000,00	1.292.323,96	1.192.323,96	0,00
101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	0,00	1.262.660,04	1.262.660,04	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	100.000,00	29.663,92	0,00	70.336,08
16410102 - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Multas e Juros de Mora	0,00	2.055,93	2.055,93	0,00
1641010201 - FCVS - Juros	0,00	2.055,93	2.055,93	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	2.055,93	2.055,93	0,00
17 - Transferências Correntes	13.476.420.280,65	14.242.627.790,15	766.207.509,50	0,00
171 - Transferências da União e de suas Entidades	11.430.837.875,42	12.253.535.298,94	822.697.423,52	0,00
17115001 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE - Principal	8.552.181.773,90	8.678.558.321,98	126.376.548,08	0,00
1711500101 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	10.271.850.340,90	10.848.197.902,14	576.347.561,24	0,00
101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	10.271.850.340,90	10.848.197.902,14	576.347.561,24	0,00
1711500199 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FUNDEB	-1.719.668.567,00	-2.169.639.580,16	0,00	449.971.013,16
101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	-1.719.668.567,00	-2.169.639.580,16	0,00	449.971.013,16
17115301 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados - Principal	37.630.093,00	29.779.106,73	0,00	7.850.986,27
1711530101 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	62.716.821,00	49.631.843,33	0,00	13.084.977,67
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	62.716.821,00	49.631.843,33	0,00	13.084.977,67
1711530197 - Dedução aos Municípios - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	-15.679.205,00	-12.407.960,23	3.271.244,77	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-15.679.205,00	-12.407.960,23	3.271.244,77	0,00
1711530199 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados - FUNDEB	-9.407.523,00	-7.444.776,37	1.962.746,63	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-9.407.523,00	-7.444.776,37	1.962.746,63	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
17115401 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	19.864.343,22	19.581.427,96	0,00	282.915,26
1711540101 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	23.234.905,22	26.108.570,61	2.873.665,39	0,00
211 - COTA-PARTE DA CIDE	23.234.905,22	26.108.570,61	2.873.665,39	0,00
1711540197 - Dedução aos Municípios - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-3.370.562,00	-6.527.142,65	0,00	3.156.580,65
211 - COTA-PARTE DA CIDE	-3.370.562,00	-6.527.142,65	0,00	3.156.580,65
17115501 - Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro - Principal	0,00	550,49	550,49	0,00
1711550101 - Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro	0,00	550,49	550,49	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	550,49	550,49	0,00
17125101 - Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal	2.291.304,00	3.051.729,21	760.425,21	0,00
1712510101 - Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	2.291.304,00	3.051.729,21	760.425,21	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.291.304,00	3.051.729,21	760.425,21	0,00
17125211 - Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89 - Principal	1.887.542,00	2.141.880,71	254.338,71	0,00
1712521101 - Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	2.516.723,00	2.855.840,98	339.117,98	0,00
144 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	2.516.723,00	2.855.840,98	339.117,98	0,00
1712521197 - Dedução aos Municípios - Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	-629.181,00	-713.960,27	0,00	84.779,27
144 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	-629.181,00	-713.960,27	0,00	84.779,27
17125221 - Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principa	1.058.284,00	1.203.179,92	144.895,92	0,00
1712522101 - Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	1.058.284,00	1.203.179,92	144.895,92	0,00
144 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	1.058.284,00	1.203.179,92	144.895,92	0,00
17125241 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	54.961.618,90	58.127.272,96	3.165.654,06	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1712524101 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	54.961.618,90	58.127.272,96	3.165.654,06	0,00
144 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	54.961.618,90	58.127.272,96	3.165.654,06	0,00
17129901 - Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais - Principal	108.939.787,90	108.939.787,91	0,01	0,00
1712990102 - Bônus de Cessão Onerosa - Lei nº 13885/2019	108.939.787,90	108.939.787,91	0,01	0,00
144 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	108.939.787,90	108.939.787,91	0,01	0,00
17135011 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Principal	18.494.707,00	18.924.161,62	429.454,62	0,00
1713501110 - Atenção Primária - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	18.494.707,00	18.924.161,62	429.454,62	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	18.494.707,00	18.924.161,62	429.454,62	0,00
17135021 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - Principal	705.796.387,00	595.466.195,38	0,00	110.330.191,62
1713502102 - MAC TF - SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	47.104.960,00	51.020.949,00	3.915.989,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	47.104.960,00	51.020.949,00	3.915.989,00	0,00
1713502106 - MAC TF - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	652.807.184,00	532.526.015,35	0,00	120.281.168,65
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	652.807.184,00	532.526.015,35	0,00	120.281.168,65
1713502114 - MAC FAEC - Transplantes - Outros	5.884.243,00	4.984.831,03	0,00	899.411,97
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	5.884.243,00	4.984.831,03	0,00	899.411,97
1713502151 - MAC - CORONAVÍRUS (COVID-19)	0,00	6.934.400,00	6.934.400,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	6.934.400,00	6.934.400,00	0,00
17135031 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde - Principal	21.529.088,00	22.402.306,56	873.218,56	0,00
1713503102 - V SAÚDE - Vigilância Sanitária	3.943.861,00	4.232.174,00	288.313,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	3.943.861,00	4.232.174,00	288.313,00	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1713503199 - V SAÚDE - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	17.585.227,00	18.170.132,56	584.905,56	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	17.585.227,00	18.170.132,56	584.905,56	0,00
17135041 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica - Principal	47.532.260,00	60.354.028,08	12.821.768,08	0,00
1713504101 - A FARM - Componente Básico da Assistência Farmacêutica	37.326.200,00	43.788.842,31	6.462.642,31	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	37.326.200,00	43.788.842,31	6.462.642,31	0,00
1713504103 - A FARM - Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	10.206.060,00	16.141.438,77	5.935.378,77	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	10.206.060,00	16.141.438,77	5.935.378,77	0,00
1713504199 - A FARM - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	423.747,00	423.747,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	423.747,00	423.747,00	0,00
17135051 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS - Principal	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00
1713505199 - G SUS - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00
17135091 - Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	8.948.593,00	0,00	0,00	8.948.593,00
1713509102 - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Combate a COVID-19	8.948.593,00	0,00	0,00	8.948.593,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	8.948.593,00	0,00	0,00	8.948.593,00
17145001 - Transferências do Salário-Educação - Principal	72.000.000,00	81.941.229,56	9.941.229,56	0,00
1714500101 - Transferências do Salário-Educação	72.000.000,00	81.941.229,56	9.941.229,56	0,00
207 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	72.000.000,00	81.941.229,56	9.941.229,56	0,00
17145101 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Principal	0,00	1.320,00	1.320,00	0,00
1714510101 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	1.320,00	1.320,00	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	1.320,00	1.320,00	0,00
17145201 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal	52.000.000,00	51.061.140,59	0,00	938.859,41
1714520101 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	52.000.000,00	51.061.140,59	0,00	938.859,41
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	52.000.000,00	51.061.140,59	0,00	938.859,41
17145301 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal	2.500.000,00	2.690.508,78	190.508,78	0,00
1714530101 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	2.500.000,00	2.690.508,78	190.508,78	0,00
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	2.500.000,00	2.690.508,78	190.508,78	0,00
17149901 - Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal	203.317.108,81	27.678.352,81	0,00	175.638.756,00
1714990101 - Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	203.317.108,81	0,00	0,00	203.317.108,81
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	203.317.108,81	0,00	0,00	203.317.108,81
1714990102 - Transferências referentes ao Programa de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral - Custeio	0,00	27.678.352,81	27.678.352,81	0,00
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	27.678.352,81	27.678.352,81	0,00
17155101 - Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF - Principal	775.895.996,39	830.184.207,71	54.288.211,32	0,00
1715510101 - Complementação da União ao FUNDEB do Exercício -VAAF - Principal	775.895.996,39	798.903.393,63	23.007.397,24	0,00
250 - RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
251 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	775.895.996,39	798.903.393,63	23.007.397,24	0,00
1715510102 - Complementação da União ao FUNDEB de Exercícios Anteriores -VAAF - Principal	0,00	31.280.814,08	31.280.814,08	0,00
250 - RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
251 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	0,00	31.280.814,08	31.280.814,08	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
17165001 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	3.235.559,00	2.596.149,77	0,00	639.409,23
1716500101 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	3.235.559,00	2.596.149,77	0,00	639.409,23
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	3.235.559,00	2.596.149,77	0,00	639.409,23
17175001 - Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	1.050.035,00	0,00	0,00	1.050.035,00
1717500101 - Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	1.050.035,00	0,00	0,00	1.050.035,00
101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	1.050.035,00	0,00	0,00	1.050.035,00
17175101 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal	3.940.585,40	20.404.503,37	16.463.917,97	0,00
1717510101 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	3.940.585,40	20.404.503,37	16.463.917,97	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	3.940.585,40	20.404.503,37	16.463.917,97	0,00
17175201 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal	9.693.124,00	0,00	0,00	9.693.124,00
1717520101 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	9.693.124,00	0,00	0,00	9.693.124,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	9.693.124,00	0,00	0,00	9.693.124,00
17179901 - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	58.926.056,53	28.512.150,62	0,00	30.413.905,91
1717990101 - Outras Transferências de Convênios da União	58.926.056,53	28.512.150,62	0,00	30.413.905,91
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	58.926.056,53	28.512.150,62	0,00	30.413.905,91
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
682 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
17195301 - Transferências de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen - Principal	250.910,00	441.409,37	190.499,37	0,00
1719530101 - Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	250.910,00	441.409,37	190.499,37	0,00
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	250.910,00	441.409,37	190.499,37	0,00
17195601 - Transferências Decorrentes de Decisão Judicial (precatórios) Relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF - Principal	623.232.963,66	1.218.366.710,75	595.133.747,09	0,00
1719560101 - Transferências Decorrentes de Decisão Judicial (precatórios) Relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF	623.232.963,66	1.218.366.710,75	595.133.747,09	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	384.226.450,00	0,00	0,00	384.226.450,00
234 - RECURSOS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF	239.006.513,66	1.218.366.710,75	979.360.197,09	0,00
17196101 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Principal	0,00	18.681.401,24	18.681.401,24	0,00
1719610101 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	0,00	18.681.401,24	18.681.401,24	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	18.681.401,24	18.681.401,24	0,00
17199901 - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal	43.679.754,71	372.296.264,86	328.616.510,15	0,00
1719990101 - Transferências ao Fundo de Defesa Civil	12.000.000,00	0,00	0,00	12.000.000,00
279 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	12.000.000,00	0,00	0,00	12.000.000,00
1719990102 - Transferências Oriundas da Lei Pelé	3.500.000,00	3.874.390,07	374.390,07	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.500.000,00	3.874.390,07	374.390,07	0,00
1719990103 - Bônus de Cessão Onerosa do Pré-Sal	0,00	0,00	0,00	0,00
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	0,00	0,00	0,00	0,00
1719990104 - Transferências ao Fundo de Amparo ao Trabalhador	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
1719990105 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	6.300.000,00	11.288.222,90	4.988.222,90	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
FUNDO 292 - REPASSE FUNDO A	6.300.000,00	11.288.222,90	4.988.222,90	0,00
1719990109 - Emendas Parlamentares Individuais Impositivas	0,00	300.000,00	300.000,00	0,00
PROVENIENTES DO SUS 291 - RECURSOS	0,00	300.000,00	300.000,00	0,00
1719990110 - Emendas Parlamentares de Bancada	0,00	87.902.509,00	87.902.509,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	87.902.509,00	87.902.509,00	0,00
1719990111 - Transferências Emergencias ao Setor Cultural - Lei Aldir Blanc	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
FUNDO 292 - REPASSE FUNDO A	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
1719990112 - Transferência LC 176/2020 - Compensação de Créditos Lei Kandir	0,00	31.500.300,72	31.500.300,72	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	31.500.300,72	31.500.300,72	0,00
1719990113 - Transferências Provenientes da Lei 14.172/2021	0,00	210.296.143,63	210.296.143,63	0,00
DIRETAS DO FNDE 273 - TRANSFERÊNCIAS	0,00	210.296.143,63	210.296.143,63	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
1719990114 - Assistência Financeira Transporte Coletivo – Art. 5º, inciso IV - EC nº 123/2022	21.849.754,71	24.706.334,01	2.856.579,30	0,00
FINANCEIRA TRANSPORTE COLETIVO - Art. 5º, INCISO IV - EC 123/2022	21.849.754,71	24.706.334,01	2.856.579,30	0,00
1719990115 - Transferências destinadas ao Fundo Estadual do Trabalho - FET	0,00	1.635.250,56	1.635.250,56	0,00
FUNDO 292 - REPASSE FUNDO A	0,00	1.635.250,56	1.635.250,56	0,00
1719990199 - Outras Transferências da União	0,00	793.113,97	793.113,97	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	793.113,97	793.113,97	0,00
173 - Transferências dos Municípios e de suas Entidades	115.799.989,57	54.357.694,63	0,00	61.442.294,94
17325001 - Transferências de Convênios dos Municípios para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	0,00	9.687.334,86	9.687.334,86	0,00
1732500101 - Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	9.687.334,86	9.687.334,86	0,00
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	0,00	9.687.334,86	9.687.334,86	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
17329901 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal	36.930.569,57	4.135.328,35	0,00	32.795.241,22
1732990101 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios	36.930.569,57	4.135.328,35	0,00	32.795.241,22
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	36.930.569,57	4.135.328,35	0,00	32.795.241,22
17399901 - Outras Transferências dos Municípios - Principal	78.869.420,00	40.535.031,42	0,00	38.334.388,58
1739990101 - Transferências SUS - Assistência Farmacêutica - Municípios	33.799.030,00	36.742.021,64	2.942.991,64	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	33.799.030,00	36.742.021,64	2.942.991,64	0,00
1739990102 - Transferências SUS - Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Municípios	44.570.390,00	3.285.493,29	0,00	41.284.896,71
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	44.570.390,00	3.285.493,29	0,00	41.284.896,71
1739990199 - Outras Transferências dos Municípios	500.000,00	507.516,49	7.516,49	0,00
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	507.516,49	507.516,49	0,00
174 - Transferências de Instituições Privadas	48.732.337,56	20.910.243,47	0,00	27.822.094,09
17415001 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas para Programas de Saúde - Principal	0,00	4.239.113,52	4.239.113,52	0,00
1741500101 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas com Fins Lucrativos para Programas de Saúde - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
1741500102 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos para Programas de Saúde - Principal	0,00	4.239.113,52	4.239.113,52	0,00
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	0,00	4.239.113,52	4.239.113,52	0,00
17419901 - Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	48.732.337,56	16.671.129,95	0,00	32.061.207,61
1741990101 - Transferências de Instituições Privadas	30.000.000,00	2.690.846,67	0,00	27.309.153,33
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	30.000.000,00	2.690.846,67	0,00	27.309.153,33
1741990102 - Transferência de Convênios de Instituições Privadas	18.732.337,56	13.980.283,28	0,00	4.752.054,28
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	18.732.337,56	13.980.283,28	0,00	4.752.054,28







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
688 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
175 - Transferências de Outras Instituições Públicas	1.881.050.078,10	1.913.824.553,11	32.774.475,01	0,00
17515001 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	1.881.050.078,10	1.913.824.553,11	32.774.475,01	0,00
1751500101 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	1.881.050.078,10	1.913.824.553,11	32.774.475,01	0,00
250 - RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	1.881.050.078,10	1.913.824.553,11	32.774.475,01	0,00
251 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
19 - Outras Receitas Correntes	664.440.961,79	758.255.598,19	93.814.636,40	0,00
191 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	127.019.153,00	183.513.363,51	56.494.210,51	0,00
19110101 - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	107.949.060,00	141.337.620,32	33.388.560,32	0,00
1911010101 - Multas Previstas na Legislação Sanitária	291.075,00	371.883,60	80.808,60	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	40.777,82	40.777,82	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	291.075,00	331.105,78	40.030,78	0,00
1911010103 - Multas Previstas na Legislação de Trânsito	77.642.400,00	106.015.699,29	28.373.299,29	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	77.642.400,00	106.015.699,29	28.373.299,29	0,00
1911010104 - Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	3.742.989,00	4.402.338,42	659.349,42	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.742.989,00	4.402.338,42	659.349,42	0,00
1911010106 - Multas advindas da ARCE	0,00	186.695,71	186.695,71	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	183.207,95	183.207,95	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	3.487,76	3.487,76	0,00
1911010110 - Multas de Obrigações Acessórias	26.257.596,00	30.344.207,35	4.086.611,35	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	26.257.596,00	30.344.207,35	4.086.611,35	0,00
1911010114 - Multa por Infração à Legislação de Recursos Hídricos	0,00	5.487,54	5.487,54	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	5.487,54	5.487,54	0,00
1911010116 - Multa por Não Uso de Máscara - Lei 17.261/2020	15.000,00	2.836,41	0,00	12.163,59
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	15.000,00	2.836,41	0,00	12.163,59
1911010117 - Outras Multas	0,00	8.472,00	8.472,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	8.472,00	8.472,00	0,00
19110102 - Multas Previstas em Legislação Específica - Multa e Juros	6.568.219,00	6.824.504,90	256.285,90	0,00
1911010201 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	0,00	88,68	88,68	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	88,68	88,68	0,00
1911010202 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Outros	6.368.219,00	0,00	0,00	6.368.219,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	6.368.219,00	0,00	0,00	6.368.219,00
1911010205 - Multas causadas a qualquer outro interesse difuso ou coletivo	0,00	6.799.407,86	6.799.407,86	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	6.799.407,86	6.799.407,86	0,00
1911010298 - Outras Multas e Juros de Mora	200.000,00	25.008,36	0,00	174.991,64
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	9,49	9,49	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	200.000,00	24.998,87	0,00	175.001,13
19110103 - Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	9.776.168,00	14.104.388,32	4.328.220,32	0,00
1911010301 - Outras Multas Administrativas da Dívida Ativa - Obrigações Acessórias	7.401.609,00	12.005.447,78	4.603.838,78	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.401.609,00	12.005.447,78	4.603.838,78	0,00
1911010302 - Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas - Administrativa	1.726.870,00	663.792,23	0,00	1.063.077,77
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.726.870,00	663.792,23	0,00	1.063.077,77
1911010304 - Repasses de Emolumentos FAADEP - Dívida Ativa	500.000,00	271.462,38	0,00	228.537,62
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	500.000,00	271.462,38	0,00	228.537,62
1911010305 - Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	147.689,00	1.129.272,49	981.583,49	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	147.689,00	1.129.272,49	981.583,49	0,00
1911010307 - Multas Administrativas - Dívida Ativa	0,00	27.827,47	27.827,47	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	27.827,47	27.827,47	0,00
1911010309 - Multas Penais da Dívida Ativa	0,00	6.585,97	6.585,97	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	6.585,97	6.585,97	0,00
19110401 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	0,00	5.108.799,65	5.108.799,65	0,00
1911040106 - Multas por danos ao consumidor	0,00	5.108.799,65	5.108.799,65	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	5.108.799,65	5.108.799,65	0,00
19110403 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa	0,00	2.530.252,11	2.530.252,11	0,00
1911040301 - Receita da Dívida Ativa - Multas do DECON	0,00	2.530.252,11	2.530.252,11	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	2.530.252,11	2.530.252,11	0,00
19110611 - Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	3.956.019,68	3.956.019,68	0,00
1911061101 - Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	3.956.019,68	3.956.019,68	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	3.956.019,68	3.956.019,68	0,00
19110613 - Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	250.000,00	929.501,55	679.501,55	0,00
1911061301 - Receita da Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	250.000,00	929.501,55	679.501,55	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250.000,00	929.501,55	679.501,55	0,00
19110701 - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	0,00	869.566,90	869.566,90	0,00
1911070101 - Multas TCM	0,00	7.478,35	7.478,35	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	7.478,35	7.478,35	0,00
1911070103 - Multas do TCE	0,00	862.088,55	862.088,55	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	862.088,55	862.088,55	0,00
19110703 - Dívida Ativa - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	2.107.432,90	2.107.432,90	0,00
1911070301 - Multas TCM - Dívida Ativa	0,00	937.223,83	937.223,83	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	937.223,83	937.223,83	0,00
1911070302 - Multas TCE - Dívida Ativa	0,00	1.170.209,07	1.170.209,07	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	1.170.209,07	1.170.209,07	0,00
19110801 - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	445.786,00	915.685,48	469.899,48	0,00
1911080101 - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	445.786,00	915.685,48	469.899,48	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	445.786,00	915.685,48	469.899,48	0,00
19110901 - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.029.920,00	4.829.591,70	2.799.671,70	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1911090101 - Multas e Juros Previstos em Contratos	1.659.920,00	15.411,81	0,00	1.644.508,19
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.659.920,00	15.411,81	0,00	1.644.508,19
1911090199 - Outras Multas Contratuais	370.000,00	4.814.179,89	4.444.179,89	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	4.814.179,89	4.814.179,89	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	370.000,00	0,00	0,00	370.000,00
192 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	128.717.988,79	157.213.516,12	28.495.527,33	0,00
19210101 - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	29.499.361,00	9.094.996,02	0,00	20.404.364,98
1921010101 - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	0,00	29.068,20	29.068,20	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	29.068,20	29.068,20	0,00
1921010102 - Indenização por Descumprimento de Termo de Apreensão e Depósito	0,00	9.615,54	9.615,54	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	9.615,54	9.615,54	0,00
1921010103 - Compensação Ambiental	29.499.361,00	9.056.312,28	0,00	20.443.048,72
216 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	29.499.361,00	9.056.312,28	0,00	20.443.048,72
19210311 - Indenização por Sinistro - Principal	0,00	267.738,50	267.738,50	0,00
1921031101 - Indenização por Sinistro	0,00	267.738,50	267.738,50	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	267.738,50	267.738,50	0,00
19219901 - Outras Indenizações - Principal	285.677,00	557.002,64	271.325,64	0,00
1921990199 - Outras Indenizações	285.677,00	557.002,64	271.325,64	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	285.677,00	557.002,64	271.325,64	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
670 - OUT. FONTES, RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
19220111 - Restituição de Convênios - Primárias - Principal	35.921.920,00	37.220.431,43	1.298.511,43	0,00
1922011102 - Restituições de Convênios	35.921.920,00	37.220.431,43	1.298.511,43	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	35.921.920,00	35.072.474,41	0,00	849.445,59
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	11.190,39	11.190,39	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	0,00	537,98	537,98	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	2.132.346,98	2.132.346,98	0,00
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	0,00	3.881,67	3.881,67	0,00
19220631 - Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	0,00	78.776,06	78.776,06	0,00
1922063101 - Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	0,00	78.776,06	78.776,06	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	35.958,87	35.958,87	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	42.817,19	42.817,19	0,00
19229901 - Outras Restituições - Principal	26.000.395,00	74.334.344,34	48.333.949,34	0,00
1922990101 - Devolução de Diárias	0,00	128.212,40	128.212,40	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	69.824,68	69.824,68	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	58.033,72	58.033,72	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	354,00	354,00	0,00
1922990106 - Restituições de Folha de Pagamento	12.349.684,00	3.505.514,76	0,00	8.844.169,24
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.349.684,00	3.447.691,92	0,00	8.901.992,08
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	57.822,84	57.822,84	0,00
1922990107 - Restituições de Vale-Transporte	2.187.272,00	3.701.491,67	1.514.219,67	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.187.272,00	3.693.970,41	1.506.698,41	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	7.521,26	7.521,26	0,00
1922990111 - Reembolso pelo Processamento de Dados	0,00	209.701,81	209.701,81	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	209.701,81	209.701,81	0,00
1922990198 - Restituições Diversas	0,00	46.686.651,26	46.686.651,26	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	22.114.160,82	22.114.160,82	0,00
216 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	0,00	121.683,76	121.683,76	0,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	16.179,82	16.179,82	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	20.949.373,63	20.949.373,63	0,00
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	5.103,61	5.103,61	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	0,00	3.473.682,55	3.473.682,55	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	6.467,07	6.467,07	0,00
1922990199 - Outras Restituições	11.463.439,00	20.102.772,44	8.639.333,44	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.439.372,00	6.218.144,21	0,00	5.221.227,79
207 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	128.101,29	128.101,29	0,00
250 - RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	0,00	19.133,72	19.133,72	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	24.067,00	8.590.223,94	8.566.156,94	0,00
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	118.079,25	118.079,25	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	5.016.963,39	5.016.963,39	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	12.126,64	12.126,64	0,00
19230201 - Ressarcimento de Custos - Principal	37.010.635,79	35.247.334,24	0,00	1.763.301,55
1923020101 - Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	36.426.901,00	34.289.968,70	0,00	2.136.932,30
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	36.426.901,00	33.089.749,42	0,00	3.337.151,58
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	1.200.219,28	1.200.219,28	0,00
1923020102 - Ressarcimento de Despesas com Condenados pela Justiça	583.734,79	957.365,54	373.630,75	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	583.734,79	957.365,54	373.630,75	0,00
19239901 - Outros Ressarcimentos - Principal	0,00	412.892,89	412.892,89	0,00
1923990102 - Outros Ressarcimentos - Transferências Emergências ao Setor Cultural - Lei Aldir Blanc	0,00	143.770,85	143.770,85	0,00
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	0,00	143.770,85	143.770,85	0,00
1923990103 - Ressarcimento por Regularização de Domínio/Regularização Fundiária	0,00	269.122,04	269.122,04	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	269.122,04	269.122,04	0,00
194 - Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	3.150.000,00	0,00	0,00	3.150.000,00
19440602 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais - Multas e Juros de Mora	3.150.000,00	0,00	0,00	3.150.000,00
1944060201 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais	3.150.000,00	0,00	0,00	3.150.000,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.150.000,00	0,00	0,00	3.150.000,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
199 - Demais Receitas Correntes	405.553.820,00	417.528.718,56	11.974.898,56	0,00
19990301 - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	10.603.326,00	0,00	0,00	10.603.326,00
1999030100 - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	10.603.326,00	0,00	0,00	10.603.326,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10.603.326,00	0,00	0,00	10.603.326,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
19991221 - Ônus de Sucumbência - Principal	2.500.000,00	3.722.331,93	1.222.331,93	0,00
1999122101 - Ônus de Sucumbência	2.500.000,00	3.722.331,93	1.222.331,93	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.500.000,00	3.722.331,93	1.222.331,93	0,00
19999911 - Outras Receitas Administradas pela RFB - Principal	350.133.462,00	335.109.199,85	0,00	15.024.262,15
1999991104 - Receita sobre Programa de Sementes	2.460.000,00	1.539.514,34	0,00	920.485,66
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	72,00	72,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.460.000,00	1.539.442,34	0,00	920.557,66
1999991105 - Saldo de Exercícios Anteriores	7.000.000,00	438.191,40	0,00	6.561.808,60
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.000.000,00	438.191,40	0,00	6.561.808,60
1999991113 - Ressarcimento	3.268.533,00	5.996.527,80	2.727.994,80	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.268.533,00	5.996.527,80	2.727.994,80	0,00
1999991114 - Doações em Dinheiro	6.000.000,00	17.796.198,77	11.796.198,77	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	6.000.000,00	17.796.198,77	11.796.198,77	0,00
1999991117 - Receita de Leilão de Bens Apreendidos	7.608.600,00	9.080.574,97	1.471.974,97	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	7.608.600,00	9.080.574,97	1.471.974,97	0,00
1999991121 - Recursos Provenientes do FEEF	22.603.118,00	11.482.731,74	0,00	11.120.386,26
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	22.603.118,00	11.482.731,74	0,00	11.120.386,26
1999991123 - Outras Receita FECOP	0,00	707.130,69	707.130,69	0,00
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	0,00	707.130,69	707.130,69	0,00
1999991124 - Receita de Honorários de Advogados	10.541,00	4.525,34	0,00	6.015,66
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	10.541,00	4.525,34	0,00	6.015,66





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1999991125 - Receita da "Terceirização" da Folha de Pagamento dos Agentes Públicos	0,00	1.094.861,06	1.094.861,06	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	1.094.861,06	1.094.861,06	0,00
1999991130 - Recursos DRE EC 93/2016	298.860.413,00	284.325.359,95	0,00	14.535.053,05
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	298.860.413,00	284.325.359,95	0,00	14.535.053,05
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
1999991198 - Outras Receitas Eventuais	2.322.257,00	2.513.118,45	190.861,45	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.322.257,00	2.513.118,45	190.861,45	0,00
1999991199 - Outras Receitas	0,00	130.465,34	130.465,34	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	121.047,77	121.047,77	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	9.417,57	9.417,57	0,00
19999931 - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Principal	42.317.032,00	78.697.186,78	36.380.154,78	0,00
1999993101 - Encargos do FDI / PROAPI	174.985,00	461.637,46	286.652,46	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	174.985,00	461.637,46	286.652,46	0,00
1999993102 - Participação nos Encargos do FDI - Diferido	32.586.998,10	47.267.755,99	14.680.757,89	0,00
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	32.586.998,10	47.267.755,99	14.680.757,89	0,00
1999993103 - Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	894.494,00	6.553.857,73	5.659.363,73	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	894.494,00	6.553.857,73	5.659.363,73	0,00
1999993104 - Rendas	0,00	97.481,39	97.481,39	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	95.837,90	95.837,90	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	1.643,49	1.643,49	0,00
1999993107 - Encargos do FDI / PROADE	3.699.155,90	7.690.754,67	3.991.598,77	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.679.095,90	7.690.754,67	4.011.658,77	0,00
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	20.060,00	0,00	0,00	20.060,00
1999993108 - Spread sobre Rendimentos de Depósitos Judiciais	4.710.376,00	15.116.892,35	10.406.516,35	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	4.710.376,00	15.116.892,35	10.406.516,35	0,00
1999993110 - Spread sobre Rendimentos de Fianças Criminais	251.023,00	0,00	0,00	251.023,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	251.023,00	0,00	0,00	251.023,00







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
1999993111 - Encargos FDI PROVIN / PROADE	0,00	1.508.807,19	1.508.807,19	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	1.508.807,19	1.508.807,19	0,00
2 - Receitas de Capital	2.062.348.355,96	783.845.422,00	0,00	1.278.502.933,96
21 - Operações de Crédito	1.396.009.307,00	593.504.606,13	0,00	802.504.700,87
211 - Operações de Crédito - Mercado Interno	576.948.140,00	101.871.389,28	0,00	475.076.750,72
21125201 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento - Principal	5.630.000,00	25.519,39	0,00	5.604.480,61
2112520101 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	5.630.000,00	25.519,39	0,00	5.604.480,61
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.630.000,00	25.519,39	0,00	5.604.480,61
21125401 - Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública - Principal	5.317.496,00	2.906.232,11	0,00	2.411.263,89
2112540101 - Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	5.317.496,00	2.906.232,11	0,00	2.411.263,89
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.317.496,00	2.906.232,11	0,00	2.411.263,89
21125601 - Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular - Principal	6.761.763,00	952.939,65	0,00	5.808.823,35
2112560101 - Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	6.761.763,00	952.939,65	0,00	5.808.823,35
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	6.761.763,00	952.939,65	0,00	5.808.823,35
21199901 - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	559.238.881,00	97.986.698,13	0,00	461.252.182,87
2119990102 - Operações de Crédito Internas para Programas de Infraestrutura	0,00	7.042.507,71	7.042.507,71	0,00
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	7.042.507,71	7.042.507,71	0,00
2119990103 - Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	254.020.257,00	90.560.704,55	0,00	163.459.552,45
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	254.020.257,00	90.560.704,55	0,00	163.459.552,45
646 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
2119990104 - Operações de Crédito Internas para Programas de Ação Social	0,00	383.485,87	383.485,87	0,00
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	383.485,87	383.485,87	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
211990109 - Operações de Crédito Internas - CEF/CPAC - MARANGUAPINHO	390.000,00	0,00	0,00	390.000,00
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	390.000,00	0,00	0,00	390.000,00
211990110 - Operações de Crédito Internas - Amortização da Dívida	304.828.624,00	0,00	0,00	304.828.624,00
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	304.828.624,00	0,00	0,00	304.828.624,00
212 - Operações de Crédito - Mercado Externo	819.061.167,00	491.633.216,85	0,00	327.427.950,15
21225101 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde - Principal	64.156.496,00	60.099.386,63	0,00	4.057.109,37
2122510101 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	64.156.496,00	60.099.386,63	0,00	4.057.109,37
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	64.156.496,00	60.099.386,63	0,00	4.057.109,37
21225201 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento - Principal	17.716.000,00	26.485.908,99	8.769.908,99	0,00
2122520101 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	17.716.000,00	26.485.908,99	8.769.908,99	0,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	17.716.000,00	26.485.908,99	8.769.908,99	0,00
21225401 - Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública - Principal	115.963.367,00	82.262.297,87	0,00	33.701.069,13
2122540101 - Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	115.963.367,00	82.262.297,87	0,00	33.701.069,13
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	115.963.367,00	82.262.297,87	0,00	33.701.069,13
21226001 - Operações de Crédito Externas para Programas de Segurança Pública - Principal	0,00	5.654.254,48	5.654.254,48	0,00
2122600101 - Operações de Crédito Externas para Programas de Segurança Pública	0,00	5.654.254,48	5.654.254,48	0,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	5.654.254,48	5.654.254,48	0,00
21299901 - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal	621.225.304,00	317.131.368,88	0,00	304.093.935,12
2129990101 - Operações de Crédito Externas para Programas de Turismo	36.000.000,00	0,00	0,00	36.000.000,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	36.000.000,00	0,00	0,00	36.000.000,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
2129990102 - Operações de Crédito Externas para Programas de Infraestrutura	121.271.085,00	0,00	0,00	121.271.085,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	121.271.085,00	0,00	0,00	121.271.085,00
2129990103 - Operações de Crédito Externas para Programas de Transportes	0,00	21.698.202,21	21.698.202,21	0,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	21.698.202,21	21.698.202,21	0,00
2129990104 - Operações de Crédito Externas para Programas de Ação Social	33.553.697,00	125.251.313,23	91.697.616,23	0,00
101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	33.553.697,00	125.251.313,23	91.697.616,23	0,00
2129990109 - Operações de Crédito Externas - IPFCeará	215.450.121,00	84.524.326,79	0,00	130.925.794,21
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	215.450.121,00	84.524.326,79	0,00	130.925.794,21
2129990199 - Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	214.950.401,00	85.657.526,65	0,00	129.292.874,35
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	214.950.401,00	85.657.526,65	0,00	129.292.874,35
22 - Alienação de Bens	74.004,00	93.021,98	19.017,98	0,00
221 - Alienação de Bens Móveis	74.004,00	8.121,98	0,00	65.882,02
22130101 - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	74.004,00	8.121,98	0,00	65.882,02
2213010101 - Alienação de Bens Móveis e Semoventes	74.004,00	8.121,98	0,00	65.882,02
112 - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	8.121,98	8.121,98	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	74.004,00	0,00	0,00	74.004,00
222 - Alienação de Bens Imóveis	0,00	84.900,00	84.900,00	0,00
22210101 - Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	84.900,00	84.900,00	0,00
2221010102 - Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	84.900,00	84.900,00	0,00
112 - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	84.900,00	84.900,00	0,00
23 - Amortização de Empréstimos	19.340.000,00	6.536.010,84	0,00	12.803.989,16
231 - Amortização de Empréstimos	19.340.000,00	6.536.010,84	0,00	12.803.989,16
23110601 - Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	19.340.000,00	0,00	0,00	19.340.000,00
2311060101 - Amortização de Empréstimos Contratuais	19.340.000,00	0,00	0,00	19.340.000,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	19.340.000,00	0,00	0,00	19.340.000,00
23110711 - Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	0,00	6.536.010,84	6.536.010,84	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
2311071101 - Amortização de Financiamentos de Projetos	0,00	602.472,47	602.472,47	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	602.472,47	602.472,47	0,00
2311071103 - Amortização de Financiamentos PROAPI	0,00	5.933.538,37	5.933.538,37	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	5.933.538,37	5.933.538,37	0,00
24 - Transferências de Capital	646.925.044,96	183.711.783,05	0,00	463.213.261,91
241 - Transferências da União e de suas Entidades	633.235.330,79	179.434.829,85	0,00	453.800.500,94
24115011 - Transferência de Recursos do SUS - Atenção Primária - Principal	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
2411501101 - Transferência de Recursos do SUS - Atenção Primária	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
24115091 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas - Principal	12.948.593,00	0,00	0,00	12.948.593,00
2411509102 - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Combate COVID-19	12.948.593,00	0,00	0,00	12.948.593,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	12.948.593,00	0,00	0,00	12.948.593,00
24115111 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Principal	0,00	1.101.980,00	1.101.980,00	0,00
2411511101 - Transferências de Recursos do SUS - Atenção Primária	0,00	1.101.980,00	1.101.980,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	1.101.980,00	1.101.980,00	0,00
24115121 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - Principal	14.965.453,00	869.986,00	0,00	14.095.467,00
2411512101 - Transferências de Recursos do SUS - Atenção Especializada	14.965.453,00	869.986,00	0,00	14.095.467,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	14.965.453,00	869.986,00	0,00	14.095.467,00
24125091 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal	0,00	50.407.840,00	50.407.840,00	0,00
2412509101 - Transferências do FNDE para Programa de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral - Capital	0,00	50.407.840,00	50.407.840,00	0,00
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	50.407.840,00	50.407.840,00	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
24145001 - Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	2.959.820,00	0,00	0,00	2.959.820,00
2414500101 - Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	2.959.820,00	0,00	0,00	2.959.820,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	2.959.820,00	0,00	0,00	2.959.820,00
24145101 - Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação - Principal	28.297.114,60	0,00	0,00	28.297.114,60
2414510101 - Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	28.297.114,60	0,00	0,00	28.297.114,60
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	28.297.114,60	0,00	0,00	28.297.114,60
24145201 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal	72.718.708,74	0,00	0,00	72.718.708,74
2414520101 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	72.718.708,74	0,00	0,00	72.718.708,74
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	72.718.708,74	0,00	0,00	72.718.708,74
24145401 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal	108.738.500,26	0,00	0,00	108.738.500,26
2414540101 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	108.738.500,26	0,00	0,00	108.738.500,26
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	108.738.500,26	0,00	0,00	108.738.500,26
24149901 - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	355.470.566,19	98.401.796,73	0,00	257.068.769,46
2414990101 - Outras Transferências de Convênios da União	355.470.566,19	98.401.796,73	0,00	257.068.769,46
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
280 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	0,00	820.134,10	820.134,10	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	355.470.566,19	97.581.662,63	0,00	257.888.903,56
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
24195001 - Transferências da União a Consórcios Públicos - Principal	36.636.575,00	28.653.227,12	0,00	7.983.347,88
2419500102 - Transferências do Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN	9.653.615,00	4.538.812,95	0,00	5.114.802,05





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
FUNDO 292 - REPASSE FUNDO A	9.653.615,00	4.538.812,95	0,00	5.114.802,05
2419500104 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	26.500.000,00	21.912.432,67	0,00	4.587.567,33
FUNDO 292 - REPASSE FUNDO A	26.500.000,00	21.912.432,67	0,00	4.587.567,33
2419500105 - Emendas Parlamentares Individuais Impositivas	482.960,00	861.786,50	378.826,50	0,00
136 - TRANSFERENCIA ESPECIAL DA UNIAO	482.960,00	861.786,50	378.826,50	0,00
2419500106 - Emendas Parlamentares de Bancada	0,00	1.340.195,00	1.340.195,00	0,00
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	592.250,00	592.250,00	0,00
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	0,00	747.945,00	747.945,00	0,00
243 - Transferências dos Municípios e de suas Entidades	5.500.023,00	4.276.953,20	0,00	1.223.069,80
24325101 - Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação - Principal	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
2432510101 - Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
24329901 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal	5.000.023,00	4.276.953,20	0,00	723.069,80
2432990101 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios	5.000.023,00	4.276.953,20	0,00	723.069,80
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	5.000.023,00	4.276.953,20	0,00	723.069,80
686 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00
244 - Transferências de Instituições Privadas	2.704.691,17	0,00	0,00	2.704.691,17
24415001 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde - Principal	2.694.691,17	0,00	0,00	2.694.691,17
2441500101 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde	2.694.691,17	0,00	0,00	2.694.691,17
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	2.694.691,17	0,00	0,00	2.694.691,17
24419901 - Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
2441990101 - Outras Transferências de Instituições Privadas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
288 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
246 - Transferências do Exterior	5.485.000,00	0,00	0,00	5.485.000,00
24619901 - Outras Transferências do Exterior - Principal	5.485.000,00	0,00	0,00	5.485.000,00
2461990103 - Transferências do Exterior	5.485.000,00	0,00	0,00	5.485.000,00
280 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	5.485.000,00	0,00	0,00	5.485.000,00
7 - Receitas Intraorçamentárias	2.117.218.060,00	2.316.208.295,48	198.990.235,48	0,00
71 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.623.830,00	13.931,26	0,00	7.609.898,74
712 - Taxas	7.623.830,00	13.931,26	0,00	7.609.898,74
71210401 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	2.322.197,00	0,00	0,00	2.322.197,00
7121040103 - Taxa de Licenciamento Ambiental	2.322.197,00	0,00	0,00	2.322.197,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.322.197,00	0,00	0,00	2.322.197,00
71220101 - Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	5.301.633,00	13.931,26	0,00	5.287.701,74
7122010106 - Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	301.633,00	13.931,26	0,00	287.701,74
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	301.633,00	13.931,26	0,00	287.701,74
7122010123 - Editorial e Gráfica	5.000.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00
72 - Contribuições	1.545.587.857,00	1.769.890.938,80	224.303.081,80	0,00
721 - Contribuições Sociais	1.545.587.857,00	1.769.890.938,80	224.303.081,80	0,00
72150211 - CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo	1.220.902.857,00	1.419.679.398,08	198.776.541,08	0,00
7215021101 - Contribuição Patronal para o FPP	1.520.857,00	1.490.512,92	0,00	30.344,08
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
206 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	1.520.857,00	1.490.512,92	0,00	30.344,08
7215021102 - Contribuição Patronal para o FPP de Exercícios Anteriores	350.000,00	124.079,20	0,00	225.920,80
206 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	350.000,00	124.079,20	0,00	225.920,80
7215021106 - Contribuição Patronal da Assembleia Legislativa	24.175.307,00	32.306.644,82	8.131.337,82	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	24.175.307,00	32.306.644,82	8.131.337,82	0,00
206 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
7215021107 - Contribuição Patronal do TCE	28.423.326,00	36.002.306,90	7.578.980,90	0,00
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	28.423.326,00	36.002.306,90	7.578.980,90	0,00
7215021108 - Contribuição Patronal do Tribunal de Justiça	187.728.054,00	193.024.941,14	5.296.887,14	0,00
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	187.728.054,00	193.024.941,14	5.296.887,14	0,00
7215021109 - Contribuição Patronal da Procuradoria Geral de Justiça	76.007.262,00	73.681.495,02	0,00	2.325.766,98
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	76.007.262,00	73.681.495,02	0,00	2.325.766,98
7215021110 - Contribuição Patronal do Poder Executivo Civil	857.413.283,00	1.041.720.371,44	184.307.088,44	0,00
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	857.413.283,00	1.041.720.371,44	184.307.088,44	0,00
206 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00
7215021111 - Contribuição Patronal da Defensoria Pública	45.284.768,00	41.329.046,64	0,00	3.955.721,36
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	45.284.768,00	41.329.046,64	0,00	3.955.721,36
72155311 - Contribuição Patronal - Militar Ativo - Principal	324.685.000,00	350.211.540,72	25.526.540,72	0,00
7215531101 - Contribuição Patronal - Militar Ativo	324.685.000,00	350.211.540,72	25.526.540,72	0,00
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	324.685.000,00	350.211.540,72	25.526.540,72	0,00
76 - Receita de Serviços	92.444.621,00	23.802.685,72	0,00	68.641.935,28
761 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	92.444.621,00	23.802.685,72	0,00	68.641.935,28
76110101 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	23.501.639,00	23.804.891,72	303.252,72	0,00
7611010155 - Serviço de Elaboração de Concursos e Processos Seletivos	50.274,00	0,00	0,00	50.274,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	50.274,00	0,00	0,00	50.274,00







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
7611010167 - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	0,00	700.000,00	700.000,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	700.000,00	700.000,00	0,00
7611010176 - Taxa de Administração	23.191.365,00	23.104.891,72	0,00	86.473,28
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	23.191.365,00	23.104.891,72	0,00	86.473,28
7611010198 - Outros Serviços Comerciais	260.000,00	0,00	0,00	260.000,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	260.000,00	0,00	0,00	260.000,00
76110301 - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	0,00	-2.206,00	0,00	2.206,00
7611030107 - Serviços de Registro do Comércio	0,00	-2.206,00	0,00	2.206,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	-2.206,00	0,00	2.206,00
76110401 - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	68.942.982,00	0,00	0,00	68.942.982,00
7611040103 - Serviços Tecnológicos	384.406,00	0,00	0,00	384.406,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	384.406,00	0,00	0,00	384.406,00
7611040104 - Serviço de Tráfego de Dados	68.558.576,00	0,00	0,00	68.558.576,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	68.558.576,00	0,00	0,00	68.558.576,00
79 - Outras Receitas Correntes	471.561.752,00	522.500.739,70	50.938.987,70	0,00
791 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
79110101 - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00
7911010103 - Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	0,00	0,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
79110102 - Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
7911010206 - Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	0,00	0,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
792 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	455.048.513,00	264.435.002,10	0,00	190.613.510,90
79229901 - Outras Restituições - Principal	25.048.513,00	262.628.421,80	237.579.908,80	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:38

Anexo X, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)	
			PARA MAIS	PARA MENOS
7922990101 - Compensação pela Transferência de Riscos\Encargos Previdenciários- LC 227/2020	0,00	225.063.059,37	225.063.059,37	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	225.063.059,37	225.063.059,37	0,00
7922990114 - Complementacao CEFIC	0,00	25.618.400,00	25.618.400,00	0,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	25.618.400,00	25.618.400,00	0,00
7922990115 - Repasse FASSEC	14.000.000,00	11.946.962,43	0,00	2.053.037,57
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	14.000.000,00	11.946.962,43	0,00	2.053.037,57
7922990199 - Outras Restituições	11.048.513,00	0,00	0,00	11.048.513,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.048.513,00	0,00	0,00	11.048.513,00
79230201 - Ressarcimento de Custos - Principal	5.000.000,00	1.806.580,30	0,00	3.193.419,70
7923020101 - Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	5.000.000,00	1.806.580,30	0,00	3.193.419,70
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000.000,00	1.806.580,30	0,00	3.193.419,70
79239901 - Outros Ressarcimentos - Principal	425.000.000,00	0,00	0,00	425.000.000,00
7923990101 - Ressarcimento - Compras de Vidas entre Regimes Previdenciários	425.000.000,00	0,00	0,00	425.000.000,00
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	425.000.000,00	0,00	0,00	425.000.000,00
799 - Demais Receitas Correntes	16.513.239,00	258.065.737,60	241.552.498,60	0,00
79909911 - Outras Receitas - Principal	16.513.239,00	258.065.737,60	241.552.498,60	0,00
7990991106 - Superávit Financeiro das Autarquias	85.803,00	245.091.558,46	245.005.755,46	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	85.803,00	245.091.558,46	245.005.755,46	0,00
7990991118 - Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	16.427.436,00	12.973.692,77	0,00	3.453.743,23
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	16.427.436,00	12.973.692,77	0,00	3.453.743,23
7990991130 - Recursos DRE EC 93/2016	0,00	486,37	486,37	0,00
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	486,37	486,37	0,00
<b>SUBTOTAL DA RECEITA</b>	<b>41.463.071.675,63</b>	<b>45.213.878.745,27</b>	<b>3.750.807.069,64</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>-8.620.495.502,00</b>	<b>-10.271.027.973,61</b>	<b>0,00</b>	<b>1.650.532.471,61</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>32.842.576.173,63</b>	<b>34.942.850.771,66</b>	<b>3.750.807.069,64</b>	<b>1.650.532.471,61</b>

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:39  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
<b>3 - DESPESAS CORRENTES</b>	<b>29.890.767.667,70</b>	<b>162.246.016,51</b>	<b>30.053.013.684,21</b>	<b>29.131.506.398,59</b>	<b>921.507.285,62</b>
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.258.749.905,27	0,00	17.258.749.905,27	16.927.044.748,92	331.705.156,35
71 - Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90 - Aplicações Diretas	15.463.681.886,88	0,00	15.463.681.886,88	15.149.088.979,48	314.592.907,40
01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	3.491.404.128,25	0,00	3.491.404.128,25	3.485.868.555,93	5.535.572,32
03 - PENSÕES	1.144.725.834,54	0,00	1.144.725.834,54	982.008.088,50	162.717.746,04
04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	617.501.336,18	0,00	617.501.336,18	609.698.304,07	7.803.032,11
07 - CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	8.412.649,96	0,00	8.412.649,96	7.865.298,21	547.351,75
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.551.279.616,31	0,00	7.551.279.616,31	7.459.695.783,04	91.583.833,27
12 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	2.039.246.429,41	0,00	2.039.246.429,41	2.031.792.281,38	7.454.148,03
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	188.861.216,08	0,00	188.861.216,08	171.871.089,96	16.990.126,12
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	32.567.559,54	0,00	32.567.559,54	31.935.940,94	631.618,60
17 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	3.379,00	0,00	3.379,00	0,00	3.379,00
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	249.826.740,10	0,00	249.826.740,10	243.852.460,06	5.974.280,04
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	60.010.635,50	0,00	60.010.635,50	50.724.656,06	9.285.979,44
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	26.954.170,70	0,00	26.954.170,70	25.146.912,56	1.807.258,14
96 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	52.888.191,31	0,00	52.888.191,31	48.629.608,77	4.258.582,54
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	1.795.068.018,39	0,00	1.795.068.018,39	1.777.955.769,44	17.112.248,95
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.785.399.985,24	0,00	1.785.399.985,24	1.770.273.541,81	15.126.443,43
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	1.658.708,08	0,00	1.658.708,08	0,00	1.658.708,08
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.271.912,64	0,00	1.271.912,64	1.265.785,68	6.126,96





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:39  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
96 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	6.737.412,43	0,00	6.737.412,43	6.416.441,95	320.970,48
32 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	855.173.888,00	9.100.000,00	864.273.888,00	855.325.594,66	8.948.293,34
90 - Aplicações Diretas	855.173.888,00	9.100.000,00	864.273.888,00	855.325.594,66	8.948.293,34
21 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	838.605.506,00	0,00	838.605.506,00	830.128.489,33	8.477.016,67
22 - OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	16.568.382,00	0,00	16.568.382,00	16.110.151,78	458.230,22
27 - ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	0,00	9.100.000,00	9.100.000,00	9.086.953,55	13.046,45
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.776.843.874,43	153.146.016,51	11.929.989.890,94	11.349.136.055,01	580.853.835,93
20 - Transferências à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41 - CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22 - Execução Orçamentária Delegada à União	35.136,77	0,00	35.136,77	0,00	35.136,77
14 - DIÁRIAS - CIVIL	3.500,00	0,00	3.500,00	0,00	3.500,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	1.636,77	0,00	1.636,77	0,00	1.636,77
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	551.200,00	0,00	551.200,00	501.843,20	49.356,80
41 - CONTRIBUIÇÕES	550.000,00	0,00	550.000,00	501.843,20	48.156,80
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
31 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41 - CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	10.206,84	0,00	10.206,84	0,00	10.206,84
18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.206,84	0,00	10.206,84	0,00	10.206,84
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:39  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
40 - Transferências a Municípios	159.304.245,03	59.374.904,00	218.679.149,03	207.780.468,02	10.898.681,01
41 - CONTRIBUIÇÕES	159.304.245,03	45.000.000,00	204.304.245,03	193.408.202,78	10.896.042,25
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	14.374.904,00	14.374.904,00	14.372.265,24	2.638,76
41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	690.195.368,51	3.000.000,00	693.195.368,51	687.540.528,03	5.654.840,48
31 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	12.000.000,00	2.000.000,00	14.000.000,00	14.000.000,00	0,00
41 - CONTRIBUIÇÕES	671.999.368,51	1.000.000,00	672.999.368,51	671.944.528,03	1.054.840,48
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.596.000,00	0,00	1.596.000,00	1.596.000,00	0,00
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.600.000,00	0,00	4.600.000,00	0,00	4.600.000,00
42 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.767.888.186,37	12.664.676,76	1.780.552.863,13	1.717.908.420,15	62.644.442,98
30 - MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13.336.657,60	0,00	13.336.657,60	8.952.999,98	4.383.657,62
41 - CONTRIBUIÇÕES	251.954.692,90	12.664.676,76	264.619.369,66	254.900.417,79	9.718.951,87
43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	4.526.535,00	0,00	4.526.535,00	4.173.845,07	352.689,93
85 - CONTRATO DE GESTÃO	1.489.648.443,37	0,00	1.489.648.443,37	1.441.469.395,75	48.179.047,62
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.956.199,46	0,00	7.956.199,46	7.956.103,82	95,64
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	455.658,04	0,00	455.658,04	455.657,74	0,30
60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	37.023.531,88	24.849.754,71	61.873.286,59	45.443.552,98	16.429.733,61
41 - CONTRIBUIÇÕES	5.877.426,50	0,00	5.877.426,50	5.816.794,50	60.632,00
45 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	30.793.027,38	24.849.754,71	55.642.782,09	39.273.680,48	16.369.101,61
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	353.078,00	0,00	353.078,00	353.078,00	0,00
67 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP	47.888.686,51	0,00	47.888.686,51	47.888.686,45	0,06





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:39  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
83 - DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECONÔMICAS, APORTE E FUNDO GARANTIDOR	47.888.686,51	0,00	47.888.686,51	47.888.686,45	0,06
71 - Transferências a Consórcios Públicos	138.935.342,66	0,00	138.935.342,66	125.726.321,15	13.209.021,51
70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	138.386.871,64	0,00	138.386.871,64	125.328.150,13	13.058.721,51
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	548.471,02	0,00	548.471,02	398.171,02	150.300,00
80 - Transferências ao Exterior	2.607.940,16	0,00	2.607.940,16	1.643.439,00	964.501,16
04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	1,00	0,00	1,00	0,00	1,00
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	170.000,00	0,00	170.000,00	0,00	170.000,00
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.431.939,16	0,00	2.431.939,16	1.643.439,00	788.500,16
90 - Aplicações Diretas	8.245.815.267,42	53.256.681,04	8.299.071.948,46	7.859.824.939,91	439.247.008,55
03 - PENSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	264.489,04	0,00	264.489,04	0,00	264.489,04
08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	64.132.290,42	0,00	64.132.290,42	62.895.550,83	1.236.739,59
09 - SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 - SEGURO DESEMPREGO E ABONO SALARIAL	516.557,82	0,00	516.557,82	0,00	516.557,82
14 - DIÁRIAS - CIVIL	30.402.544,25	0,00	30.402.544,25	24.347.707,66	6.054.836,59
15 - DIÁRIAS - MILITAR	8.586.712,49	0,00	8.586.712,49	8.039.114,23	547.598,26
18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	62.490.704,60	0,00	62.490.704,60	58.659.153,71	3.831.550,89
20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	66.102.409,98	0,00	66.102.409,98	55.247.570,26	10.854.839,72
26 - OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE POLÍTICA MONETÁRIA	11.720,87	0,00	11.720,87	0,00	11.720,87





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:39  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINARIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
28 - REMUNERAÇÃO DE COTAS DE FUNDOS AUTÁRQUICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	872.991.585,34	0,00	872.991.585,34	823.522.903,25	49.468.682,09
31 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	8.568.091,30	0,00	8.568.091,30	8.330.464,12	237.627,18
32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	392.615.734,10	0,00	392.615.734,10	374.205.376,30	18.410.357,80
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	37.355.926,04	0,00	37.355.926,04	34.718.633,08	2.637.292,96
34 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	798.003.962,50	0,00	798.003.962,50	783.555.549,16	14.448.413,34
35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	12.051.687,70	0,00	12.051.687,70	7.611.720,77	4.439.966,93
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	298.104.056,56	5.569.000,00	303.673.056,56	259.377.747,24	44.295.309,32
37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.262.720.208,06	1.837.569,93	1.264.557.777,99	1.209.160.443,90	55.397.334,09
38 - ARRENDAMENTO MERCANTIL	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.302.589.606,93	5.050.111,11	2.307.639.718,04	2.163.493.339,89	144.146.378,15
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	314.520.928,15	0,00	314.520.928,15	296.180.806,24	18.340.121,91
41 - CONTRIBUIÇÕES	11.940.174,00	0,00	11.940.174,00	8.896.552,00	3.043.622,00
45 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	188.267.196,76	0,00	188.267.196,76	187.967.196,76	300.000,00
46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	281.721.801,48	0,00	281.721.801,48	277.972.974,70	3.748.826,78
47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	307.191.261,40	0,00	307.191.261,40	297.767.012,41	9.424.248,99
48 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	224.816.466,05	0,00	224.816.466,05	221.316.784,38	3.499.681,67
49 - AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.932.409,69	0,00	1.932.409,69	1.496.780,14	435.629,55
59 - PENSÕES ESPECIAIS	10.697.177,40	0,00	10.697.177,40	10.620.567,73	76.609,67
62 - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	327.110,00	0,00	327.110,00	201.059,10	126.050,90
85 - CONTRATO DE GESTÃO	172.724.018,83	40.000.000,00	212.724.018,83	210.310.610,07	2.413.408,76
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	20.414.779,74	0,00	20.414.779,74	18.830.435,37	1.584.344,37
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	106.435.092,62	0,00	106.435.092,62	100.101.795,69	6.333.296,93
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	387.268.563,30	800.000,00	388.068.563,30	354.997.090,92	33.071.472,38





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:39  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
95 - INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	686.585.484,98	0,00	686.585.484,98	654.877.856,12	31.707.628,86
32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	100.000,00	0,00	100.000,00	39.613,91	60.386,09
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	34.276.487,44	0,00	34.276.487,44	31.133.542,13	3.142.945,31
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	105.250.022,89	0,00	105.250.022,89	89.600.540,03	15.649.482,86
41 - CONTRIBUIÇÕES	484.240.420,93	0,00	484.240.420,93	482.101.580,26	2.138.840,67
47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.058.118,31	0,00	3.058.118,31	2.357.754,65	700.363,66
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	148.060,62	0,00	148.060,62	77.160,19	70.900,43
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	59.512.374,79	0,00	59.512.374,79	49.567.664,95	9.944.709,84
93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal com Consórcio Público do qual o Ente Participe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe	3.277,30	0,00	3.277,30	0,00	3.277,30
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.277,30	0,00	3.277,30	0,00	3.277,30
95 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:39  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DESPESAS CORRENTES</b>	<b>29.890.767.667,70</b>	<b>162.246.016,51</b>	<b>30.053.013.684,21</b>	<b>29.131.506.398,59</b>	<b>921.507.285,62</b>
<b>4 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>6.921.863.889,46</b>	<b>52.832.353,98</b>	<b>6.974.696.243,44</b>	<b>5.460.446.452,94</b>	<b>1.514.249.790,50</b>
44 - INVESTIMENTOS	5.297.856.503,14	30.832.353,98	5.328.688.857,12	3.863.883.324,29	1.464.805.532,83
20 - Transferências à União	1,00	0,00	1,00	0,00	1,00
41 - CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42 - AUXÍLIOS	1,00	0,00	1,00	0,00	1,00
22 - Execução Orçamentária Delegada à União	1,00	0,00	1,00	0,00	1,00
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1,00	0,00	1,00	0,00	1,00
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - Transferências a Municípios	626.984.229,81	0,00	626.984.229,81	546.921.935,95	80.062.293,86
41 - CONTRIBUIÇÕES	66.257.734,00	0,00	66.257.734,00	9.750.000,00	56.507.734,00
42 - AUXÍLIOS	559.826.082,42	0,00	559.826.082,42	536.625.312,31	23.200.770,11
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	900.413,39	0,00	900.413,39	546.623,64	353.789,75
41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41 - CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	48.484.972,19	0,00	48.484.972,19	31.344.455,40	17.140.516,79
30 - MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.500.200,00	0,00	5.500.200,00	2.456.000,00	3.044.200,00
41 - CONTRIBUIÇÕES	247.886,09	0,00	247.886,09	0,00	247.886,09
42 - AUXÍLIOS	27.044.646,84	0,00	27.044.646,84	13.480.062,65	13.564.584,19
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
85 - CONTRATO DE GESTÃO	15.586.239,26	0,00	15.586.239,26	15.408.392,75	177.846,51
67 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP	9.817.422,03	0,00	9.817.422,03	9.808.526,15	8.895,88





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:39  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
83 - DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECONÔMICAS, APORTE E FUNDO GARANTIDOR	9.817.422,03	0,00	9.817.422,03	9.808.526,15	8.895,88
80 - Transferências ao Exterior	15.732,26	0,00	15.732,26	0,00	15.732,26
42 - AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	15.732,26	0,00	15.732,26	0,00	15.732,26
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90 - Aplicações Diretas	4.580.936.403,57	30.632.353,98	4.611.568.757,55	3.246.957.101,38	1.364.611.656,17
04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - DIÁRIAS - CIVIL	258.914,80	0,00	258.914,80	65.668,44	193.246,36
18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	2.653.000,00	0,00	2.653.000,00	2.516.643,41	136.356,59
30 - MATERIAL DE CONSUMO	9.665.541,57	0,00	9.665.541,57	5.940.051,85	3.725.489,72
32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.787.120,46	0,00	5.787.120,46	0,00	5.787.120,46
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	89.340,08	0,00	89.340,08	59.062,83	30.277,25
35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	97.560.695,51	4.928.932,00	102.489.627,51	53.842.413,59	48.647.213,92
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.784.376,56	0,00	2.784.376,56	178.125,09	2.606.251,47
37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	3.224.628,82	0,00	3.224.628,82	3.008.594,34	216.034,48
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	853.896.793,01	650.000,00	854.546.793,01	772.796.016,71	81.750.776,30
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	63.084.327,41	500.000,00	63.584.327,41	47.165.733,61	16.418.593,80
41 - CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42 - AUXÍLIOS	521.000,00	0,00	521.000,00	0,00	521.000,00
45 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	679.245,38	0,00	679.245,38	511.008,01	168.237,37
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	2.274.698.706,77	21.350.871,98	2.296.049.578,75	1.384.698.437,50	911.351.141,25
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	979.834.041,79	3.202.550,00	983.036.591,79	733.156.690,36	249.879.901,43
61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	28.837.318,24	0,00	28.837.318,24	27.592.270,87	1.245.047,37
65 - CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	15.853.825,38	0,00	15.853.825,38	10.331.020,74	5.522.804,64





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:39  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	3.706.296,41	0,00	3.706.296,41	1.971.544,37	1.734.752,04
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	92.049.539,97	0,00	92.049.539,97	81.546.142,82	10.503.397,15
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	145.741.691,41	0,00	145.741.691,41	121.577.676,84	24.164.014,57
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	31.617.741,28	200.000,00	31.817.741,28	28.851.305,41	2.966.435,87
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	30.475.121,30	200.000,00	30.675.121,30	28.285.694,26	2.389.427,04
47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	912.185,63	0,00	912.185,63	436.176,80	476.008,83
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	229.434,35	0,00	229.434,35	129.434,35	100.000,00
93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal com Consórcio Público do qual o Ente Participe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45 - INVERSÕES FINANCEIRAS	195.443.281,94	0,00	195.443.281,94	155.869.890,48	39.573.391,46
90 - Aplicações Diretas	195.443.281,94	0,00	195.443.281,94	155.869.890,48	39.573.391,46
07 - CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	7.500.000,00	0,00	7.500.000,00	7.500.000,00	0,00
41 - CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
62 - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	2.657.609,53	0,00	2.657.609,53	2.494.451,93	163.157,60
65 - CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	79.013.841,46	0,00	79.013.841,46	78.398.789,66	615.051,80





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:39  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
66 - CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	106.261.830,95	0,00	106.261.830,95	67.476.648,89	38.785.182,06
46 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.428.564.104,38	22.000.000,00	1.450.564.104,38	1.440.693.238,17	9.870.866,21
71 - Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90 - Aplicações Diretas	1.428.564.104,38	22.000.000,00	1.450.564.104,38	1.440.693.238,17	9.870.866,21
27 - ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	100.000,00	22.000.000,00	22.100.000,00	22.079.450,57	20.549,43
71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.428.464.104,38	0,00	1.428.464.104,38	1.418.613.787,60	9.850.316,78
<b>TOTAL DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>6.921.863.889,46</b>	<b>52.832.353,98</b>	<b>6.974.696.243,44</b>	<b>5.460.446.452,94</b>	<b>1.514.249.790,50</b>
<b>99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>142.506.133,00</b>	<b>0,00</b>	<b>142.506.133,00</b>	<b>0,00</b>	<b>142.506.133,00</b>
99 - A Classificar	142.506.133,00	0,00	142.506.133,00	0,00	142.506.133,00
99 - A CLASSIFICAR	142.506.133,00	0,00	142.506.133,00	0,00	142.506.133,00
<b>TOTAL DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>142.506.133,00</b>	<b>0,00</b>	<b>142.506.133,00</b>	<b>0,00</b>	<b>142.506.133,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>36.955.137.690,16</b>	<b>215.078.370,49</b>	<b>37.170.216.060,65</b>	<b>34.591.952.851,53</b>	<b>2.578.263.209,12</b>

Fonte: SIAFE-CE / SEFAZ-CE





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
<b>010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA</b>	<b>702.959.017,18</b>	<b>0,00</b>	<b>702.959.017,18</b>	<b>702.639.162,20</b>	<b>319.854,98</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	682.279.300,73	0,00	682.279.300,73	682.029.880,67	249.420,06
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	398.685.963,82	0,00	398.685.963,82	398.635.119,69	50.844,13
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	283.593.336,91	0,00	283.593.336,91	283.394.760,98	198.575,93
4 - DESPESAS DE CAPITAL	20.679.716,45	0,00	20.679.716,45	20.609.281,53	70.434,92
44 - INVESTIMENTOS	20.679.716,45	0,00	20.679.716,45	20.609.281,53	70.434,92
<b>010101 - FUNDO DE PREVIDENCIA PARLAMENTAR DA ASSEMB LEGISL DO CE</b>	<b>11.935.399,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.935.399,00</b>	<b>10.734.576,97</b>	<b>1.200.822,03</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	11.654.939,00	0,00	11.654.939,00	10.734.576,97	920.362,03
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.854.839,00	0,00	10.854.839,00	10.378.199,60	476.639,40
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	800.100,00	0,00	800.100,00	356.377,37	443.722,63
9 - RESERVA DE CONTIGENCIA	280.460,00	0,00	280.460,00	0,00	280.460,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	280.460,00	0,00	280.460,00	0,00	280.460,00
<b>020001 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO</b>	<b>280.780.097,54</b>	<b>0,00</b>	<b>280.780.097,54</b>	<b>266.084.153,06</b>	<b>14.695.944,48</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	269.184.516,03	0,00	269.184.516,03	255.309.495,79	13.875.020,24
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	222.661.955,00	0,00	222.661.955,00	211.130.894,11	11.531.060,89
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	46.522.561,03	0,00	46.522.561,03	44.178.601,68	2.343.959,35
4 - DESPESAS DE CAPITAL	11.595.581,51	0,00	11.595.581,51	10.774.657,27	820.924,24
44 - INVESTIMENTOS	11.595.581,51	0,00	11.595.581,51	10.774.657,27	820.924,24
<b>040001 - TRIBUNAL DE JUSTICA</b>	<b>1.484.666.493,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.484.666.493,00</b>	<b>1.456.278.699,87</b>	<b>28.387.793,13</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	1.456.689.778,00	0,00	1.456.689.778,00	1.430.791.000,45	25.898.777,55
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.237.329.181,00	0,00	1.237.329.181,00	1.223.524.305,65	13.804.875,35
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	219.360.597,00	0,00	219.360.597,00	207.266.694,80	12.093.902,20
4 - DESPESAS DE CAPITAL	27.976.715,00	0,00	27.976.715,00	25.487.699,42	2.489.015,58
44 - INVESTIMENTOS	27.976.715,00	0,00	27.976.715,00	25.487.699,42	2.489.015,58
<b>040101 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZ DO JUDICIA</b>	<b>198.385.060,34</b>	<b>0,00</b>	<b>198.385.060,34</b>	<b>186.138.821,53</b>	<b>12.246.238,81</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	163.761.623,69	0,00	163.761.623,69	155.325.113,89	8.436.509,80
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	163.761.623,69	0,00	163.761.623,69	155.325.113,89	8.436.509,80
4 - DESPESAS DE CAPITAL	34.623.436,65	0,00	34.623.436,65	30.813.707,64	3.809.729,01
44 - INVESTIMENTOS	34.623.436,65	0,00	34.623.436,65	30.813.707,64	3.809.729,01
<b>040301 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS</b>	<b>3.916.006,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.916.006,00</b>	<b>2.103.179,75</b>	<b>1.812.826,25</b>





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
3 - DESPESAS CORRENTES	690.396,00	0,00	690.396,00	551.061,97	139.334,03
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	690.396,00	0,00	690.396,00	551.061,97	139.334,03
4 - DESPESAS DE CAPITAL	3.225.610,00	0,00	3.225.610,00	1.552.117,78	1.673.492,22
44 - INVESTIMENTOS	3.225.610,00	0,00	3.225.610,00	1.552.117,78	1.673.492,22
<b>040401 - FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA</b>	<b>16.133.943,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16.133.943,00</b>	<b>14.507.075,69</b>	<b>1.626.867,31</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	16.133.943,00	0,00	16.133.943,00	14.507.075,69	1.626.867,31
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.133.943,00	0,00	16.133.943,00	14.507.075,69	1.626.867,31
<b>060001 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL</b>	<b>222.450.830,11</b>	<b>0,00</b>	<b>222.450.830,11</b>	<b>217.830.292,91</b>	<b>4.620.537,20</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	213.901.834,11	0,00	213.901.834,11	211.036.432,95	2.865.401,16
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	197.076.209,36	0,00	197.076.209,36	194.372.301,30	2.703.908,06
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.825.624,75	0,00	16.825.624,75	16.664.131,65	161.493,10
4 - DESPESAS DE CAPITAL	8.548.996,00	0,00	8.548.996,00	6.793.859,96	1.755.136,04
44 - INVESTIMENTOS	8.548.996,00	0,00	8.548.996,00	6.793.859,96	1.755.136,04
<b>060101 - FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA</b>	<b>35.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>35.000.000,00</b>	<b>34.107.905,19</b>	<b>892.094,81</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	34.990.000,00	0,00	34.990.000,00	34.107.905,19	882.094,81
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	34.990.000,00	0,00	34.990.000,00	34.107.905,19	882.094,81
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
44 - INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>080001 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA</b>	<b>701.150.702,88</b>	<b>0,00</b>	<b>701.150.702,88</b>	<b>426.077.252,54</b>	<b>275.073.450,34</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	207.337.408,24	0,00	207.337.408,24	207.081.578,74	255.829,50
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.687.188,00	0,00	6.687.188,00	6.590.091,99	97.096,01
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.650.220,24	0,00	200.650.220,24	200.491.486,75	158.733,49
4 - DESPESAS DE CAPITAL	493.813.294,64	0,00	493.813.294,64	218.995.673,80	274.817.620,84
44 - INVESTIMENTOS	416.809.452,18	0,00	416.809.452,18	142.596.883,14	274.212.569,04
45 - INVERSÕES FINANCEIRAS	77.003.842,46	0,00	77.003.842,46	76.398.790,66	605.051,80
<b>080301 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO</b>	<b>797.757.333,03</b>	<b>0,00</b>	<b>797.757.333,03</b>	<b>709.169.179,56</b>	<b>88.588.153,47</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	724.415.343,03	0,00	724.415.343,03	690.769.820,89	33.645.522,14
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	86.748.060,00	0,00	86.748.060,00	81.069.515,73	5.678.544,27





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	637.667.283,03	0,00	637.667.283,03	609.700.305,16	27.966.977,87
4 - DESPESAS DE CAPITAL	73.341.990,00	0,00	73.341.990,00	18.399.358,67	54.942.631,33
44 - INVESTIMENTOS	73.341.990,00	0,00	73.341.990,00	18.399.358,67	54.942.631,33
<b>081401 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS</b>	<b>2.062.577.498,21</b>	<b>24.350.871,98</b>	<b>2.086.928.370,19</b>	<b>1.921.202.791,43</b>	<b>165.725.578,76</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	122.374.626,72	0,00	122.374.626,72	110.934.092,13	11.440.534,59
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	60.660.852,00	0,00	60.660.852,00	56.895.363,89	3.765.488,11
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	61.713.774,72	0,00	61.713.774,72	54.038.728,24	7.675.046,48
4 - DESPESAS DE CAPITAL	1.940.202.871,49	24.350.871,98	1.964.553.743,47	1.810.268.699,30	154.285.044,17
44 - INVESTIMENTOS	1.940.202.871,49	24.350.871,98	1.964.553.743,47	1.810.268.699,30	154.285.044,17
<b>100001 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL</b>	<b>182.433.523,44</b>	<b>0,00</b>	<b>182.433.523,44</b>	<b>173.176.135,43</b>	<b>9.257.388,01</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	158.273.493,00	0,00	158.273.493,00	154.107.906,85	4.165.586,15
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.777.126,00	0,00	13.777.126,00	13.538.590,23	238.535,77
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	144.496.367,00	0,00	144.496.367,00	140.569.316,62	3.927.050,38
4 - DESPESAS DE CAPITAL	24.160.030,44	0,00	24.160.030,44	19.068.228,58	5.091.801,86
44 - INVESTIMENTOS	24.160.030,44	0,00	24.160.030,44	19.068.228,58	5.091.801,86
<b>100601 - FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>11.269.640,40</b>	<b>0,00</b>	<b>11.269.640,40</b>	<b>8.708.780,59</b>	<b>2.560.859,81</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	5.949.153,00	0,00	5.949.153,00	5.035.288,87	913.864,13
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.949.153,00	0,00	5.949.153,00	5.035.288,87	913.864,13
4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.320.487,40	0,00	5.320.487,40	3.673.491,72	1.646.995,68
44 - INVESTIMENTOS	5.320.487,40	0,00	5.320.487,40	3.673.491,72	1.646.995,68
<b>100607 - FDS POLICIA CIVIL</b>	<b>11.630.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.630.750,00</b>	<b>10.369.425,73</b>	<b>1.261.324,27</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	4.402.989,93	0,00	4.402.989,93	3.914.859,19	488.130,74
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.402.989,93	0,00	4.402.989,93	3.914.859,19	488.130,74
4 - DESPESAS DE CAPITAL	7.227.760,07	0,00	7.227.760,07	6.454.566,54	773.193,53
44 - INVESTIMENTOS	7.227.760,07	0,00	7.227.760,07	6.454.566,54	773.193,53
<b>100608 - FDS POLICIA MILITAR</b>	<b>21.935.420,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.935.420,00</b>	<b>17.043.017,87</b>	<b>4.892.402,13</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	8.367.362,58	0,00	8.367.362,58	6.110.794,86	2.256.567,72
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.367.362,58	0,00	8.367.362,58	6.110.794,86	2.256.567,72
4 - DESPESAS DE CAPITAL	13.568.057,42	0,00	13.568.057,42	10.932.223,01	2.635.834,41
44 - INVESTIMENTOS	13.568.057,42	0,00	13.568.057,42	10.932.223,01	2.635.834,41
<b>100609 - FDS CORPO DE BOMBEIROS</b>	<b>11.399.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.399.000,00</b>	<b>8.963.740,71</b>	<b>2.435.259,29</b>





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
3 - DESPESAS CORRENTES	1.971.000,00	0,00	1.971.000,00	1.140.668,21	830.331,79
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.971.000,00	0,00	1.971.000,00	1.140.668,21	830.331,79
4 - DESPESAS DE CAPITAL	9.428.000,00	0,00	9.428.000,00	7.823.072,50	1.604.927,50
44 - INVESTIMENTOS	9.428.000,00	0,00	9.428.000,00	7.823.072,50	1.604.927,50
<b>100610 - FSPDS COLEGIO POLICIA MILITAR</b>	<b>3.300.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.300.000,00</b>	<b>2.520.855,54</b>	<b>779.144,46</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	2.890.000,00	0,00	2.890.000,00	2.143.918,59	746.081,41
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.890.000,00	0,00	2.890.000,00	2.143.918,59	746.081,41
4 - DESPESAS DE CAPITAL	410.000,00	0,00	410.000,00	376.936,95	33.063,05
44 - INVESTIMENTOS	410.000,00	0,00	410.000,00	376.936,95	33.063,05
<b>100611 - FSPDS COLEGIO CORPO DE BOMBEIROS</b>	<b>1.210.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.210.000,00</b>	<b>1.015.070,03</b>	<b>194.929,97</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	1.080.000,00	0,00	1.080.000,00	1.005.870,03	74.129,97
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.080.000,00	0,00	1.080.000,00	1.005.870,03	74.129,97
4 - DESPESAS DE CAPITAL	130.000,00	0,00	130.000,00	9.200,00	120.800,00
44 - INVESTIMENTOS	130.000,00	0,00	130.000,00	9.200,00	120.800,00
<b>101021 - SUPERINTENDENCIA DA POLICIA CIVIL</b>	<b>823.209.154,93</b>	<b>0,00</b>	<b>823.209.154,93</b>	<b>808.880.072,49</b>	<b>14.329.082,44</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	790.705.776,00	0,00	790.705.776,00	784.846.354,22	5.859.421,78
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	693.730.674,00	0,00	693.730.674,00	688.639.179,08	5.091.494,92
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	96.975.102,00	0,00	96.975.102,00	96.207.175,14	767.926,86
4 - DESPESAS DE CAPITAL	32.503.378,93	0,00	32.503.378,93	24.033.718,27	8.469.660,66
44 - INVESTIMENTOS	32.503.378,93	0,00	32.503.378,93	24.033.718,27	8.469.660,66
<b>101031 - POLICIA MILITAR DO CEARA</b>	<b>2.343.259.607,38</b>	<b>0,00</b>	<b>2.343.259.607,38</b>	<b>2.321.709.882,58</b>	<b>21.549.724,80</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	2.330.874.115,38	0,00	2.330.874.115,38	2.315.086.870,04	15.787.245,34
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.118.600.664,00	0,00	2.118.600.664,00	2.105.433.784,47	13.166.879,53
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	212.273.451,38	0,00	212.273.451,38	209.653.085,57	2.620.365,81
4 - DESPESAS DE CAPITAL	12.385.492,00	0,00	12.385.492,00	6.623.012,54	5.762.479,46
44 - INVESTIMENTOS	12.385.492,00	0,00	12.385.492,00	6.623.012,54	5.762.479,46
<b>101041 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARA</b>	<b>277.696.333,34</b>	<b>0,00</b>	<b>277.696.333,34</b>	<b>274.524.252,59</b>	<b>3.172.080,75</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	277.191.108,32	0,00	277.191.108,32	274.261.045,19	2.930.063,13
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	257.572.721,00	0,00	257.572.721,00	255.001.832,87	2.570.888,13
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.618.387,32	0,00	19.618.387,32	19.259.212,32	359.175,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	505.225,02	0,00	505.225,02	263.207,40	242.017,62
44 - INVESTIMENTOS	505.225,02	0,00	505.225,02	263.207,40	242.017,62







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/Modalidade/Natureza	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
<b>101071 - PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>152.870.909,02</b>	<b>1.800.000,00</b>	<b>154.670.909,02</b>	<b>143.522.407,62</b>	<b>11.148.501,40</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	139.191.709,02	1.800.000,00	140.991.709,02	136.859.510,67	4.132.198,35
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	105.970.992,38	0,00	105.970.992,38	103.529.587,27	2.441.405,11
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.220.716,64	1.800.000,00	35.020.716,64	33.329.923,40	1.690.793,24
4 - DESPESAS DE CAPITAL	13.679.200,00	0,00	13.679.200,00	6.662.896,95	7.016.303,05
44 - INVESTIMENTOS	13.679.200,00	0,00	13.679.200,00	6.662.896,95	7.016.303,05
<b>101081 - ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANCA PUBLICA DO CEARÁ</b>	<b>37.792.951,80</b>	<b>0,00</b>	<b>37.792.951,80</b>	<b>34.072.315,73</b>	<b>3.720.636,07</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	37.454.639,20	0,00	37.454.639,20	33.811.265,04	3.643.374,16
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.997.945,00	0,00	24.997.945,00	22.146.692,82	2.851.252,18
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.456.694,20	0,00	12.456.694,20	11.664.572,22	792.121,98
4 - DESPESAS DE CAPITAL	338.312,60	0,00	338.312,60	261.050,69	77.261,91
44 - INVESTIMENTOS	338.312,60	0,00	338.312,60	261.050,69	77.261,91
<b>101091 - SUP DE PESQUISA E ESTRATEGIA DE SEGURANCA PUBLICA DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>4.832.253,56</b>	<b>0,00</b>	<b>4.832.253,56</b>	<b>3.905.964,82</b>	<b>926.288,74</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	3.762.725,00	0,00	3.762.725,00	3.617.299,26	145.425,74
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.653.720,00	0,00	1.653.720,00	1.648.521,69	5.198,31
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.109.005,00	0,00	2.109.005,00	1.968.777,57	140.227,43
4 - DESPESAS DE CAPITAL	1.069.528,56	0,00	1.069.528,56	288.665,56	780.863,00
44 - INVESTIMENTOS	1.069.528,56	0,00	1.069.528,56	288.665,56	780.863,00
<b>105001 - FUNDO DE DEFESA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>14.998.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.998.000,00</b>	<b>1.819.817,75</b>	<b>13.178.182,25</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	10.648.000,00	0,00	10.648.000,00	1.819.817,75	8.828.182,25
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.648.000,00	0,00	10.648.000,00	1.819.817,75	8.828.182,25
4 - DESPESAS DE CAPITAL	4.350.000,00	0,00	4.350.000,00	0,00	4.350.000,00
44 - INVESTIMENTOS	4.350.000,00	0,00	4.350.000,00	0,00	4.350.000,00
<b>130001 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO</b>	<b>95.405.625,35</b>	<b>0,00</b>	<b>95.405.625,35</b>	<b>88.533.727,47</b>	<b>6.871.897,88</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	94.568.163,75	0,00	94.568.163,75	88.533.727,47	6.034.436,28
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	74.743.448,05	0,00	74.743.448,05	72.425.006,28	2.318.441,77
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.824.715,70	0,00	19.824.715,70	16.108.721,19	3.715.994,51
4 - DESPESAS DE CAPITAL	837.461,60	0,00	837.461,60	0,00	837.461,60
44 - INVESTIMENTOS	837.461,60	0,00	837.461,60	0,00	837.461,60





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
<b>130101 - AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DO EST. DO CEARA</b>	<b>35.770.399,00</b>	<b>24.849.754,71</b>	<b>60.620.153,71</b>	<b>49.133.504,20</b>	<b>11.486.649,51</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	30.130.660,00	24.849.754,71	54.980.414,71	48.973.546,62	6.006.868,09
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.331.302,00	0,00	20.331.302,00	19.774.501,69	556.800,31
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.799.358,00	24.849.754,71	34.649.112,71	29.199.044,93	5.450.067,78
4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.639.739,00	0,00	5.639.739,00	159.957,58	5.479.781,42
44 - INVESTIMENTOS	5.639.739,00	0,00	5.639.739,00	159.957,58	5.479.781,42
<b>130201 - FUNDO DE MODERNIZACAO E REAPARELHAMENTO DA PGE</b>	<b>20.737.543,71</b>	<b>0,00</b>	<b>20.737.543,71</b>	<b>14.451.669,11</b>	<b>6.285.874,60</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	17.574.942,67	0,00	17.574.942,67	13.859.571,11	3.715.371,56
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.980.054,47	0,00	13.980.054,47	13.280.899,75	699.154,72
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.594.888,20	0,00	3.594.888,20	578.671,36	3.016.216,84
4 - DESPESAS DE CAPITAL	3.162.601,04	0,00	3.162.601,04	592.098,00	2.570.503,04
44 - INVESTIMENTOS	3.162.601,04	0,00	3.162.601,04	592.098,00	2.570.503,04
<b>130301 - Fundo Estadual de Fortalecimento ao Controle Administrativo</b>	<b>1.949.920,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.949.920,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.949.920,00</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	1.749.920,00	0,00	1.749.920,00	0,00	1.749.920,00
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.749.920,00	0,00	1.749.920,00	0,00	1.749.920,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
44 - INVESTIMENTOS	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
<b>150001 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA</b>	<b>562.321.392,88</b>	<b>0,00</b>	<b>562.321.392,88</b>	<b>559.603.803,34</b>	<b>2.717.589,54</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	562.120.518,88	0,00	562.120.518,88	559.499.516,53	2.621.002,35
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	456.033.317,94	0,00	456.033.317,94	455.160.900,30	872.417,64
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	106.087.200,94	0,00	106.087.200,94	104.338.616,23	1.748.584,71
4 - DESPESAS DE CAPITAL	200.874,00	0,00	200.874,00	104.286,81	96.587,19
44 - INVESTIMENTOS	200.874,00	0,00	200.874,00	104.286,81	96.587,19
<b>150201 - FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARA</b>	<b>4.067.892,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.067.892,00</b>	<b>106.337,15</b>	<b>3.961.554,85</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	2.510.000,00	0,00	2.510.000,00	90.802,15	2.419.197,85
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.510.000,00	0,00	2.510.000,00	90.802,15	2.419.197,85
4 - DESPESAS DE CAPITAL	1.557.892,00	0,00	1.557.892,00	15.535,00	1.542.357,00
44 - INVESTIMENTOS	1.557.892,00	0,00	1.557.892,00	15.535,00	1.542.357,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
<b>150301 - Fundo de Segurança Insti e Inteligência do Ministério Público do Estado do Ceará</b>	<b>405.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>405.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>405.000,00</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	255.000,00	0,00	255.000,00	0,00	255.000,00
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	255.000,00	0,00	255.000,00	0,00	255.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
44 - INVESTIMENTOS	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
<b>150501 - FUNDO DE REA. DE MODERNIZAÇÃO DO MP DO CEARÁ</b>	<b>34.966.373,00</b>	<b>4.640.000,00</b>	<b>39.606.373,00</b>	<b>37.760.441,85</b>	<b>1.845.931,15</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	24.026.205,99	4.640.000,00	28.666.205,99	27.319.846,30	1.346.359,69
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.026.205,99	4.640.000,00	28.666.205,99	27.319.846,30	1.346.359,69
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.940.167,01	0,00	10.940.167,01	10.440.595,55	499.571,46
44 - INVESTIMENTOS	10.940.167,01	0,00	10.940.167,01	10.440.595,55	499.571,46
<b>170001 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO</b>	<b>6.754.679,05</b>	<b>42.000,00</b>	<b>6.796.679,05</b>	<b>6.290.576,35</b>	<b>506.102,70</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	5.905.298,38	42.000,00	5.947.298,38	5.467.681,68	479.616,70
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.045.663,12	0,00	4.045.663,12	3.599.551,29	446.111,83
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.859.635,26	42.000,00	1.901.635,26	1.868.130,39	33.504,87
4 - DESPESAS DE CAPITAL	849.380,67	0,00	849.380,67	822.894,67	26.486,00
44 - INVESTIMENTOS	849.380,67	0,00	849.380,67	822.894,67	26.486,00
<b>180001 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA</b>	<b>774.147.257,99</b>	<b>0,00</b>	<b>774.147.257,99</b>	<b>759.933.234,32</b>	<b>14.214.023,67</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	749.427.267,01	0,00	749.427.267,01	735.769.397,88	13.657.869,13
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	451.332.380,67	0,00	451.332.380,67	451.089.799,73	242.580,94
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	298.094.886,34	0,00	298.094.886,34	284.679.598,15	13.415.288,19
4 - DESPESAS DE CAPITAL	24.719.990,98	0,00	24.719.990,98	24.163.836,44	556.154,54
44 - INVESTIMENTOS	24.719.990,98	0,00	24.719.990,98	24.163.836,44	556.154,54
<b>180401 - FUNDO PENITENCIARIO DO ESTADO DO CEARA</b>	<b>16.715.167,35</b>	<b>0,00</b>	<b>16.715.167,35</b>	<b>10.870.463,54</b>	<b>5.844.703,81</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	3.978.605,39	0,00	3.978.605,39	443.073,00	3.535.532,39
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.978.605,39	0,00	3.978.605,39	443.073,00	3.535.532,39
4 - DESPESAS DE CAPITAL	12.736.561,96	0,00	12.736.561,96	10.427.390,54	2.309.171,42
44 - INVESTIMENTOS	12.736.561,96	0,00	12.736.561,96	10.427.390,54	2.309.171,42
<b>190001 - SECRETARIA DA FAZENDA</b>	<b>869.175.175,46</b>	<b>0,00</b>	<b>869.175.175,46</b>	<b>853.162.618,47</b>	<b>16.012.556,99</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	776.964.622,60	0,00	776.964.622,60	766.591.839,73	10.372.782,87





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	664.923.673,60	0,00	664.923.673,60	659.644.087,77	5.279.585,83
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	112.040.949,00	0,00	112.040.949,00	106.947.751,96	5.093.197,04
4 - DESPESAS DE CAPITAL	92.210.552,86	0,00	92.210.552,86	86.570.778,74	5.639.774,12
44 - INVESTIMENTOS	92.210.552,86	0,00	92.210.552,86	86.570.778,74	5.639.774,12
<b>190401 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>37.184.164,69</b>	<b>0,00</b>	<b>37.184.164,69</b>	<b>32.050.338,54</b>	<b>5.133.826,15</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	37.094.498,20	0,00	37.094.498,20	31.967.247,54	5.127.250,66
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.163.534,00	0,00	5.163.534,00	5.114.419,94	49.114,06
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.930.964,20	0,00	31.930.964,20	26.852.827,60	5.078.136,60
4 - DESPESAS DE CAPITAL	89.666,49	0,00	89.666,49	83.091,00	6.575,49
44 - INVESTIMENTOS	89.666,49	0,00	89.666,49	83.091,00	6.575,49
<b>191011 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO</b>	<b>3.096.580.457,71</b>	<b>45.474.904,00</b>	<b>3.142.055.361,71</b>	<b>3.086.474.052,46</b>	<b>55.581.309,25</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	1.657.838.620,33	23.474.904,00	1.681.313.524,33	1.636.836.812,21	44.476.712,12
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	190.287.289,86	0,00	190.287.289,86	186.609.763,34	3.677.526,52
32 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	855.173.388,00	9.100.000,00	864.273.388,00	855.325.594,66	8.947.793,34
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	612.377.942,47	14.374.904,00	626.752.846,47	594.901.454,21	31.851.392,26
4 - DESPESAS DE CAPITAL	1.438.741.837,38	22.000.000,00	1.460.741.837,38	1.449.637.240,25	11.104.597,13
44 - INVESTIMENTOS	1.317.734,00	0,00	1.317.734,00	0,00	1.317.734,00
45 - INVERSÕES FINANCEIRAS	9.499.999,00	0,00	9.499.999,00	9.499.999,00	0,00
46 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.427.924.104,38	22.000.000,00	1.449.924.104,38	1.440.137.241,25	9.786.863,13
<b>210001 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO</b>	<b>338.142.929,32</b>	<b>0,00</b>	<b>338.142.929,32</b>	<b>293.246.552,30</b>	<b>44.896.377,02</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	196.057.254,06	0,00	196.057.254,06	184.822.877,75	11.234.376,31
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.180.649,00	0,00	27.180.649,00	26.986.848,94	193.800,06
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	168.876.605,06	0,00	168.876.605,06	157.836.028,81	11.040.576,25
4 - DESPESAS DE CAPITAL	142.085.675,26	0,00	142.085.675,26	108.423.674,55	33.662.000,71
44 - INVESTIMENTOS	142.085.675,26	0,00	142.085.675,26	108.423.674,55	33.662.000,71
<b>210101 - EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL DO CEARÁ</b>	<b>133.483.193,41</b>	<b>0,00</b>	<b>133.483.193,41</b>	<b>122.936.353,13</b>	<b>10.546.840,28</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	129.984.278,91	0,00	129.984.278,91	119.913.181,61	10.071.097,30
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	107.627.336,87	0,00	107.627.336,87	106.171.588,63	1.455.748,24
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.356.942,04	0,00	22.356.942,04	13.741.592,98	8.615.349,06
4 - DESPESAS DE CAPITAL	3.498.914,50	0,00	3.498.914,50	3.023.171,52	475.742,98





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
44 - INVESTIMENTOS	3.098.914,50	0,00	3.098.914,50	2.634.723,36	464.191,14
46 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	400.000,00	0,00	400.000,00	388.448,16	11.551,84
<b>210301 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ</b>	<b>41.566.987,83</b>	<b>0,00</b>	<b>41.566.987,83</b>	<b>39.156.783,19</b>	<b>2.410.204,64</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	33.318.566,26	0,00	33.318.566,26	31.370.012,03	1.948.554,23
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.264.228,53	0,00	8.264.228,53	8.260.731,14	3.497,39
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.054.337,73	0,00	25.054.337,73	23.109.280,89	1.945.056,84
4 - DESPESAS DE CAPITAL	8.248.421,57	0,00	8.248.421,57	7.786.771,16	461.650,41
44 - INVESTIMENTOS	8.248.421,57	0,00	8.248.421,57	7.786.771,16	461.650,41
<b>211101 - AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>37.130.057,70</b>	<b>0,00</b>	<b>37.130.057,70</b>	<b>32.322.990,10</b>	<b>4.807.067,60</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	31.211.557,70	0,00	31.211.557,70	28.753.280,29	2.458.277,41
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.788.455,00	0,00	20.788.455,00	20.136.720,45	651.734,55
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.423.102,70	0,00	10.423.102,70	8.616.559,84	1.806.542,86
4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.918.500,00	0,00	5.918.500,00	3.569.709,81	2.348.790,19
44 - INVESTIMENTOS	5.868.500,00	0,00	5.868.500,00	3.524.677,94	2.343.822,06
46 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	50.000,00	0,00	50.000,00	45.031,87	4.968,13
<b>211301 - FUNDO EST DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR</b>	<b>10.150.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.150.000,00</b>	<b>9.504.941,92</b>	<b>645.058,08</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	520.000,00	0,00	520.000,00	520.000,00	0,00
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	520.000,00	0,00	520.000,00	520.000,00	0,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	9.630.000,00	0,00	9.630.000,00	8.984.941,92	645.058,08
45 - INVERSÕES FINANCEIRAS	9.630.000,00	0,00	9.630.000,00	8.984.941,92	645.058,08
<b>240301 - ESCOLA DE SAUDE PUBLICA</b>	<b>3.117.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.117.500,00</b>	<b>1.728.620,14</b>	<b>1.388.879,86</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	2.948.300,00	0,00	2.948.300,00	1.720.312,34	1.227.987,66
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.948.300,00	0,00	2.948.300,00	1.720.312,34	1.227.987,66
4 - DESPESAS DE CAPITAL	169.200,00	0,00	169.200,00	8.307,80	160.892,20
44 - INVESTIMENTOS	169.200,00	0,00	169.200,00	8.307,80	160.892,20
<b>240344 - CENTRO ODONTOLOGICO TIPO II - RODOLFO TEOFILIO</b>	<b>1.508.224,03</b>	<b>0,00</b>	<b>1.508.224,03</b>	<b>1.302.771,88</b>	<b>205.452,15</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	1.508.224,03	0,00	1.508.224,03	1.302.771,88	205.452,15
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	390.951,66	0,00	390.951,66	296.980,57	93.971,09
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.117.272,37	0,00	1.117.272,37	1.005.791,31	111.481,06





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
4 - DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44 - INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>240401 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE</b>	<b>4.417.375.913,40</b>	<b>40.510.600,00</b>	<b>4.457.886.513,40</b>	<b>4.230.693.120,63</b>	<b>227.193.392,77</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	4.212.213.321,50	40.210.600,00	4.252.423.921,50	4.088.933.586,11	163.490.335,39
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.207.076.634,46	0,00	1.207.076.634,46	1.176.785.039,60	30.291.594,86
32 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.005.136.187,04	40.210.600,00	3.045.346.787,04	2.912.148.546,51	133.198.240,53
4 - DESPESAS DE CAPITAL	205.162.591,90	300.000,00	205.462.591,90	141.759.534,52	63.703.057,38
44 - INVESTIMENTOS	205.052.591,90	300.000,00	205.352.591,90	141.702.219,58	63.650.372,32
45 - INVERSÕES FINANCEIRAS	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
46 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.000,00	0,00	100.000,00	57.314,94	42.685,06
<b>240424 - CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO CEARA</b>	<b>136.095.930,14</b>	<b>0,00</b>	<b>136.095.930,14</b>	<b>126.497.723,14</b>	<b>9.598.207,00</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	132.872.651,75	0,00	132.872.651,75	124.256.743,56	8.615.908,19
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.918.773,93	0,00	7.918.773,93	7.525.582,11	393.191,82
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	124.953.877,82	0,00	124.953.877,82	116.731.161,45	8.222.716,37
4 - DESPESAS DE CAPITAL	3.223.278,39	0,00	3.223.278,39	2.240.979,58	982.298,81
44 - INVESTIMENTOS	3.223.278,39	0,00	3.223.278,39	2.240.979,58	982.298,81
<b>240479 - HOSP.GERAL POLICIA MILITAR JOSE MARTINIANO DE ALENCAR-HGPM</b>	<b>46.121.511,00</b>	<b>0,00</b>	<b>46.121.511,00</b>	<b>42.694.640,94</b>	<b>3.426.870,06</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	45.509.776,22	0,00	45.509.776,22	42.157.997,69	3.351.778,53
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.367.522,62	0,00	3.367.522,62	3.305.702,97	61.819,65
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.142.253,60	0,00	42.142.253,60	38.852.294,72	3.289.958,88
4 - DESPESAS DE CAPITAL	611.734,78	0,00	611.734,78	536.643,25	75.091,53
44 - INVESTIMENTOS	611.734,78	0,00	611.734,78	536.643,25	75.091,53
<b>241281 - HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA</b>	<b>433.910.983,29</b>	<b>0,00</b>	<b>433.910.983,29</b>	<b>417.894.873,31</b>	<b>16.016.109,98</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	431.753.770,12	0,00	431.753.770,12	416.861.119,66	14.892.650,46
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.250.387,13	0,00	13.250.387,13	13.031.357,81	219.029,32
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	418.503.382,99	0,00	418.503.382,99	403.829.761,85	14.673.621,14
4 - DESPESAS DE CAPITAL	2.157.213,17	0,00	2.157.213,17	1.033.753,65	1.123.459,52
44 - INVESTIMENTOS	2.157.213,17	0,00	2.157.213,17	1.033.753,65	1.123.459,52
<b>241291 - HOSPITAL DR CARLOS ALBERTO STUART GOMES - MESSEJANA</b>	<b>310.077.129,16</b>	<b>0,00</b>	<b>310.077.129,16</b>	<b>288.280.228,67</b>	<b>21.796.900,49</b>



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
3 - DESPESAS CORRENTES	308.645.328,27	0,00	308.645.328,27	288.221.799,35	20.423.528,92
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.304.997,35	0,00	12.304.997,35	11.393.375,09	911.622,26
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	296.340.330,92	0,00	296.340.330,92	276.828.424,26	19.511.906,66
4 - DESPESAS DE CAPITAL	1.431.800,89	0,00	1.431.800,89	58.429,32	1.373.371,57
44 - INVESTIMENTOS	1.431.800,89	0,00	1.431.800,89	58.429,32	1.373.371,57
<b>241301 - HOSPITAL GERAL DR. CESAR CALS DE OLIVEIRA</b>	<b>133.586.148,42</b>	<b>0,00</b>	<b>133.586.148,42</b>	<b>126.922.159,93</b>	<b>6.663.988,49</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	133.024.712,42	0,00	133.024.712,42	126.837.234,60	6.187.477,82
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.282.007,85	0,00	9.282.007,85	9.080.018,68	201.989,17
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	123.742.704,57	0,00	123.742.704,57	117.757.215,92	5.985.488,65
4 - DESPESAS DE CAPITAL	561.436,00	0,00	561.436,00	84.925,33	476.510,67
44 - INVESTIMENTOS	561.436,00	0,00	561.436,00	84.925,33	476.510,67
<b>241311 - HOSPITAL INFANTIL DR. ALBERT SABIN</b>	<b>218.961.713,52</b>	<b>0,00</b>	<b>218.961.713,52</b>	<b>212.165.191,89</b>	<b>6.796.521,63</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	214.169.571,51	0,00	214.169.571,51	208.422.077,26	5.747.494,25
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.643.770,41	0,00	8.643.770,41	8.507.877,89	135.892,52
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	205.525.801,10	0,00	205.525.801,10	199.914.199,37	5.611.601,73
4 - DESPESAS DE CAPITAL	4.792.142,01	0,00	4.792.142,01	3.743.114,63	1.049.027,38
44 - INVESTIMENTOS	4.792.142,01	0,00	4.792.142,01	3.743.114,63	1.049.027,38
<b>241321 - HOSPITAL DE SAUDE MENTAL DE MESSEJANA</b>	<b>35.295.236,01</b>	<b>0,00</b>	<b>35.295.236,01</b>	<b>33.081.779,04</b>	<b>2.213.456,97</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	35.260.372,90	0,00	35.260.372,90	33.063.369,49	2.197.003,41
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.241.781,00	0,00	2.241.781,00	1.866.615,60	375.165,40
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.018.591,90	0,00	33.018.591,90	31.196.753,89	1.821.838,01
4 - DESPESAS DE CAPITAL	34.863,11	0,00	34.863,11	18.409,55	16.453,56
44 - INVESTIMENTOS	34.863,11	0,00	34.863,11	18.409,55	16.453,56
<b>241331 - HOSPITAL SAO JOSE DE DOENCAS INFECCIOSAS</b>	<b>62.373.609,09</b>	<b>0,00</b>	<b>62.373.609,09</b>	<b>60.645.921,69</b>	<b>1.727.687,40</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	61.981.567,67	0,00	61.981.567,67	60.514.325,05	1.467.242,62
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.138.420,99	0,00	6.138.420,99	5.953.939,81	184.481,18
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	55.843.146,68	0,00	55.843.146,68	54.560.385,24	1.282.761,44
4 - DESPESAS DE CAPITAL	392.041,42	0,00	392.041,42	131.596,64	260.444,78
44 - INVESTIMENTOS	392.041,42	0,00	392.041,42	131.596,64	260.444,78
<b>241501 - CENTRO ODONTOLOGICO - TIPO I</b>	<b>10.745.186,48</b>	<b>0,00</b>	<b>10.745.186,48</b>	<b>8.609.753,34</b>	<b>2.135.433,14</b>





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
3 - DESPESAS CORRENTES	10.560.254,48	0,00	10.560.254,48	8.541.466,38	2.018.788,10
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.820.370,66	0,00	1.820.370,66	1.405.987,52	414.383,14
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.739.883,82	0,00	8.739.883,82	7.135.478,86	1.604.404,96
4 - DESPESAS DE CAPITAL	184.932,00	0,00	184.932,00	68.286,96	116.645,04
44 - INVESTIMENTOS	184.932,00	0,00	184.932,00	68.286,96	116.645,04
<b>241521 - INSTITUTO DE PREVENÇÃO DO CANCER</b>	<b>8.472.267,20</b>	<b>0,00</b>	<b>8.472.267,20</b>	<b>6.127.834,72</b>	<b>2.344.432,48</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	8.116.744,87	0,00	8.116.744,87	5.798.444,56	2.318.300,31
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.635.164,97	0,00	1.635.164,97	1.375.500,69	259.664,28
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.481.579,90	0,00	6.481.579,90	4.422.943,87	2.058.636,03
4 - DESPESAS DE CAPITAL	355.522,33	0,00	355.522,33	329.390,16	26.132,17
44 - INVESTIMENTOS	355.522,33	0,00	355.522,33	329.390,16	26.132,17
<b>241531 - LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA</b>	<b>66.486.512,67</b>	<b>0,00</b>	<b>66.486.512,67</b>	<b>56.934.160,76</b>	<b>9.552.351,91</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	62.888.037,42	0,00	62.888.037,42	55.856.239,28	7.031.798,14
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.118.878,00	0,00	11.118.878,00	11.095.125,26	23.752,74
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	51.769.159,42	0,00	51.769.159,42	44.761.114,02	7.008.045,40
4 - DESPESAS DE CAPITAL	3.598.475,25	0,00	3.598.475,25	1.077.921,48	2.520.553,77
44 - INVESTIMENTOS	3.598.475,25	0,00	3.598.475,25	1.077.921,48	2.520.553,77
<b>241561 - CENTRO INTEGRADO DE DIABETES E HIPERTENSAO</b>	<b>5.490.239,49</b>	<b>0,00</b>	<b>5.490.239,49</b>	<b>4.334.434,96</b>	<b>1.155.804,53</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	4.914.847,38	0,00	4.914.847,38	4.248.028,23	666.819,15
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.154.012,00	0,00	1.154.012,00	961.500,81	192.511,19
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.760.835,38	0,00	3.760.835,38	3.286.527,42	474.307,96
4 - DESPESAS DE CAPITAL	575.392,11	0,00	575.392,11	86.406,73	488.985,38
44 - INVESTIMENTOS	575.392,11	0,00	575.392,11	86.406,73	488.985,38
<b>241581 - CENTRO DE REFERENCIA NACIONAL EM DERMATOLOGIA SANITARIA DONA LIBANIA</b>	<b>4.459.613,59</b>	<b>0,00</b>	<b>4.459.613,59</b>	<b>3.663.090,02</b>	<b>796.523,57</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	4.400.675,59	0,00	4.400.675,59	3.643.379,88	757.295,71
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	946.086,05	0,00	946.086,05	784.251,20	161.834,85
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.454.589,54	0,00	3.454.589,54	2.859.128,68	595.460,86
4 - DESPESAS DE CAPITAL	58.938,00	0,00	58.938,00	19.710,14	39.227,86
44 - INVESTIMENTOS	58.938,00	0,00	58.938,00	19.710,14	39.227,86
<b>241591 - CENTRO SAUDE ESCOLA - MEIRELES</b>	<b>30.718.369,96</b>	<b>0,00</b>	<b>30.718.369,96</b>	<b>30.125.338,42</b>	<b>593.031,54</b>







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
3 - DESPESAS CORRENTES	30.718.369,96	0,00	30.718.369,96	30.125.338,42	593.031,54
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	431.074,63	0,00	431.074,63	159.980,29	271.094,34
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.287.295,33	0,00	30.287.295,33	29.965.358,13	321.937,20
4 - DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44 - INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>241621 - CENTRO ODONTOLÓGICO - TIPO II - JOAQUIM TAVORA</b>	<b>2.730.992,83</b>	<b>0,00</b>	<b>2.730.992,83</b>	<b>1.843.127,14</b>	<b>887.865,69</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	2.654.730,95	0,00	2.654.730,95	1.796.865,26	857.865,69
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.052.801,91	0,00	1.052.801,91	790.830,56	261.971,35
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.601.929,04	0,00	1.601.929,04	1.006.034,70	595.894,34
4 - DESPESAS DE CAPITAL	76.261,88	0,00	76.261,88	46.261,88	30.000,00
44 - INVESTIMENTOS	76.261,88	0,00	76.261,88	46.261,88	30.000,00
<b>270001 - SECRETARIA DA CULTURA</b>	<b>270.240.563,57</b>	<b>0,00</b>	<b>270.240.563,57</b>	<b>240.920.573,81</b>	<b>29.319.989,76</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	173.868.299,49	0,00	173.868.299,49	166.557.599,98	7.310.699,51
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.640.744,00	0,00	17.640.744,00	15.972.674,61	1.668.069,39
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	156.227.555,49	0,00	156.227.555,49	150.584.925,37	5.642.630,12
4 - DESPESAS DE CAPITAL	96.372.264,08	0,00	96.372.264,08	74.362.973,83	22.009.290,25
44 - INVESTIMENTOS	96.372.264,08	0,00	96.372.264,08	74.362.973,83	22.009.290,25
<b>270401 - FUNDO ESTADUAL DE CULTURA</b>	<b>35.154.746,50</b>	<b>0,00</b>	<b>35.154.746,50</b>	<b>33.160.876,50</b>	<b>1.993.870,00</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	35.154.746,50	0,00	35.154.746,50	33.160.876,50	1.993.870,00
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.154.746,50	0,00	35.154.746,50	33.160.876,50	1.993.870,00
<b>290001 - SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS</b>	<b>472.882.990,78</b>	<b>0,00</b>	<b>472.882.990,78</b>	<b>139.223.431,18</b>	<b>333.659.559,60</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	21.277.079,33	0,00	21.277.079,33	16.196.317,02	5.080.762,31
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.300.121,00	0,00	8.300.121,00	8.168.650,17	131.470,83
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.976.958,33	0,00	12.976.958,33	8.027.666,85	4.949.291,48
4 - DESPESAS DE CAPITAL	451.605.911,45	0,00	451.605.911,45	123.027.114,16	328.578.797,29
44 - INVESTIMENTOS	451.605.911,45	0,00	451.605.911,45	123.027.114,16	328.578.797,29
<b>290101 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRAULICAS</b>	<b>91.787.562,91</b>	<b>0,00</b>	<b>91.787.562,91</b>	<b>80.516.161,74</b>	<b>11.271.401,17</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	34.813.657,16	0,00	34.813.657,16	33.264.033,73	1.549.623,43
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.515.136,00	0,00	4.515.136,00	4.351.106,63	164.029,37
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.298.521,16	0,00	30.298.521,16	28.912.927,10	1.385.594,06
4 - DESPESAS DE CAPITAL	56.973.905,75	0,00	56.973.905,75	47.252.128,01	9.721.777,74





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
44 - INVESTIMENTOS	56.973.905,75	0,00	56.973.905,75	47.252.128,01	9.721.777,74
<b>300001 - CASA CIVIL</b>	<b>264.021.964,31</b>	<b>2.576.511,11</b>	<b>266.598.475,42</b>	<b>256.777.651,68</b>	<b>9.820.823,74</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	257.217.366,10	2.576.511,11	259.793.877,21	250.074.363,47	9.719.513,74
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.492.427,00	0,00	28.492.427,00	27.258.627,51	1.233.799,49
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	228.724.939,10	2.576.511,11	231.301.450,21	222.815.735,96	8.485.714,25
4 - DESPESAS DE CAPITAL	6.804.598,21	0,00	6.804.598,21	6.703.288,21	101.310,00
44 - INVESTIMENTOS	6.804.598,21	0,00	6.804.598,21	6.703.288,21	101.310,00
<b>300101 - FUNDAÇÃO DE TELEDUCACAO DO CEARA</b>	<b>11.272.497,54</b>	<b>0,00</b>	<b>11.272.497,54</b>	<b>9.864.559,93</b>	<b>1.407.937,61</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	10.733.557,66	0,00	10.733.557,66	9.828.152,03	905.405,63
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.252.673,00	0,00	5.252.673,00	5.196.106,77	56.566,23
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.480.884,66	0,00	5.480.884,66	4.632.045,26	848.839,40
4 - DESPESAS DE CAPITAL	538.939,88	0,00	538.939,88	36.407,90	502.531,98
44 - INVESTIMENTOS	538.939,88	0,00	538.939,88	36.407,90	502.531,98
<b>310001 - SECRETARIA DA CIENCIA, TECNOLOGIA E EDUCACAO SUPERIOR</b>	<b>199.258.019,99</b>	<b>0,00</b>	<b>199.258.019,99</b>	<b>104.928.831,19</b>	<b>94.329.188,80</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	37.985.718,06	0,00	37.985.718,06	35.242.982,88	2.742.735,18
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.142.258,99	0,00	5.142.258,99	4.310.824,10	831.434,89
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.843.459,07	0,00	32.843.459,07	30.932.158,78	1.911.300,29
4 - DESPESAS DE CAPITAL	161.272.301,93	0,00	161.272.301,93	69.685.848,31	91.586.453,62
44 - INVESTIMENTOS	161.272.301,93	0,00	161.272.301,93	69.685.848,31	91.586.453,62
<b>310101 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA</b>	<b>366.165.500,25</b>	<b>0,00</b>	<b>366.165.500,25</b>	<b>347.747.621,43</b>	<b>18.417.878,82</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	361.777.110,43	0,00	361.777.110,43	344.527.130,93	17.249.979,50
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	288.952.111,46	0,00	288.952.111,46	280.655.080,27	8.297.031,19
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	72.824.998,97	0,00	72.824.998,97	63.872.050,66	8.952.948,31
4 - DESPESAS DE CAPITAL	4.388.389,82	0,00	4.388.389,82	3.220.490,50	1.167.899,32
44 - INVESTIMENTOS	4.388.389,82	0,00	4.388.389,82	3.220.490,50	1.167.899,32
<b>310201 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU</b>	<b>120.382.078,18</b>	<b>0,00</b>	<b>120.382.078,18</b>	<b>112.732.344,84</b>	<b>7.649.733,34</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	116.066.363,18	0,00	116.066.363,18	110.512.331,07	5.554.032,11
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	94.588.014,14	0,00	94.588.014,14	91.466.364,59	3.121.649,55
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.478.349,04	0,00	21.478.349,04	19.045.966,48	2.432.382,56
4 - DESPESAS DE CAPITAL	4.315.715,00	0,00	4.315.715,00	2.220.013,77	2.095.701,23





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
44 - INVESTIMENTOS	4.315.715,00	0,00	4.315.715,00	2.220.013,77	2.095.701,23
<b>310301 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI</b>	<b>153.836.019,89</b>	<b>0,00</b>	<b>153.836.019,89</b>	<b>144.461.885,52</b>	<b>9.374.134,37</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	149.166.011,89	0,00	149.166.011,89	142.062.409,24	7.103.602,65
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	127.289.076,07	0,00	127.289.076,07	125.159.034,15	2.130.041,92
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.876.935,82	0,00	21.876.935,82	16.903.375,09	4.973.560,73
4 - DESPESAS DE CAPITAL	4.670.008,00	0,00	4.670.008,00	2.399.476,28	2.270.531,72
44 - INVESTIMENTOS	4.670.008,00	0,00	4.670.008,00	2.399.476,28	2.270.531,72
45 - INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>310401 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HIDRICOS</b>	<b>35.640.586,42</b>	<b>0,00</b>	<b>35.640.586,42</b>	<b>29.046.239,32</b>	<b>6.594.347,10</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	24.918.148,42	0,00	24.918.148,42	23.446.111,98	1.472.036,44
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.692.727,00	0,00	18.692.727,00	17.498.883,34	1.193.843,66
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.225.421,42	0,00	6.225.421,42	5.947.228,64	278.192,78
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.722.438,00	0,00	10.722.438,00	5.600.127,34	5.122.310,66
44 - INVESTIMENTOS	10.722.438,00	0,00	10.722.438,00	5.600.127,34	5.122.310,66
<b>310501 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO</b>	<b>132.076.683,60</b>	<b>0,00</b>	<b>132.076.683,60</b>	<b>115.341.834,24</b>	<b>16.734.849,36</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	128.622.683,60	0,00	128.622.683,60	112.256.558,42	16.366.125,18
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.810.834,00	0,00	2.810.834,00	2.527.442,97	283.391,03
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	125.811.849,60	0,00	125.811.849,60	109.729.115,45	16.082.734,15
4 - DESPESAS DE CAPITAL	3.454.000,00	0,00	3.454.000,00	3.085.275,82	368.724,18
44 - INVESTIMENTOS	3.454.000,00	0,00	3.454.000,00	3.085.275,82	368.724,18
<b>310601 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ - NUTEC</b>	<b>21.815.512,04</b>	<b>0,00</b>	<b>21.815.512,04</b>	<b>21.222.283,10</b>	<b>593.228,94</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	20.525.175,93	0,00	20.525.175,93	20.026.270,99	498.904,94
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.523.793,00	0,00	9.523.793,00	9.137.308,20	386.484,80
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.001.382,93	0,00	11.001.382,93	10.888.962,79	112.420,14
4 - DESPESAS DE CAPITAL	1.290.336,11	0,00	1.290.336,11	1.196.012,11	94.324,00
44 - INVESTIMENTOS	1.290.336,11	0,00	1.290.336,11	1.196.012,11	94.324,00
<b>360001 - SECRETARIA DO TURISMO</b>	<b>103.851.187,64</b>	<b>800.000,00</b>	<b>104.651.187,64</b>	<b>81.687.896,09</b>	<b>22.963.291,55</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	58.748.664,47	800.000,00	59.548.664,47	58.713.441,84	835.222,63
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.542.236,00	0,00	2.542.236,00	2.396.487,89	145.748,11





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.206.428,47	800.000,00	57.006.428,47	56.316.953,95	689.474,52
4 - DESPESAS DE CAPITAL	45.102.523,17	0,00	45.102.523,17	22.974.454,25	22.128.068,92
44 - INVESTIMENTOS	45.102.523,17	0,00	45.102.523,17	22.974.454,25	22.128.068,92
<b>360101 - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>1.140.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.140.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.140.000,00</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	880.000,00	0,00	880.000,00	0,00	880.000,00
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.000,00	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	835.000,00	0,00	835.000,00	0,00	835.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	260.000,00	0,00	260.000,00	0,00	260.000,00
44 - INVESTIMENTOS	260.000,00	0,00	260.000,00	0,00	260.000,00
<b>410001 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO</b>	<b>44.084.603,54</b>	<b>0,00</b>	<b>44.084.603,54</b>	<b>41.691.177,66</b>	<b>2.393.425,88</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	41.322.707,97	0,00	41.322.707,97	40.867.990,33	454.717,64
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.845.912,00	0,00	29.845.912,00	29.721.346,39	124.565,61
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.476.795,97	0,00	11.476.795,97	11.146.643,94	330.152,03
4 - DESPESAS DE CAPITAL	2.761.895,57	0,00	2.761.895,57	823.187,33	1.938.708,24
44 - INVESTIMENTOS	2.761.895,57	0,00	2.761.895,57	823.187,33	1.938.708,24
<b>420001 - SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>72.324.899,45</b>	<b>0,00</b>	<b>72.324.899,45</b>	<b>64.947.838,70</b>	<b>7.377.060,75</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	58.652.536,03	0,00	58.652.536,03	56.269.164,85	2.383.371,18
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.626.569,00	0,00	4.626.569,00	4.400.778,21	225.790,79
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	54.025.967,03	0,00	54.025.967,03	51.868.386,64	2.157.580,39
4 - DESPESAS DE CAPITAL	13.672.363,42	0,00	13.672.363,42	8.678.673,85	4.993.689,57
44 - INVESTIMENTOS	13.672.363,42	0,00	13.672.363,42	8.678.673,85	4.993.689,57
<b>420101 - FUNDO DO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE</b>	<b>15.300.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.300.000,00</b>	<b>13.108.434,76</b>	<b>2.191.565,24</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	14.463.020,00	0,00	14.463.020,00	13.096.454,76	1.366.565,24
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.463.020,00	0,00	14.463.020,00	13.096.454,76	1.366.565,24
4 - DESPESAS DE CAPITAL	836.980,00	0,00	836.980,00	11.980,00	825.000,00
44 - INVESTIMENTOS	836.980,00	0,00	836.980,00	11.980,00	825.000,00
<b>430001 - SECRETARIA DAS CIDADES</b>	<b>491.441.345,75</b>	<b>500.000,00</b>	<b>491.941.345,75</b>	<b>344.516.676,82</b>	<b>147.424.668,93</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	49.256.222,91	0,00	49.256.222,91	42.299.876,62	6.956.346,29





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.985.433,64	0,00	7.985.433,64	7.519.071,10	466.362,54
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	41.270.789,27	0,00	41.270.789,27	34.780.805,52	6.489.983,75
4 - DESPESAS DE CAPITAL	442.185.122,84	500.000,00	442.685.122,84	302.216.800,20	140.468.322,64
44 - INVESTIMENTOS	442.185.122,84	500.000,00	442.685.122,84	302.216.800,20	140.468.322,64
<b>430801 - FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO BASICO</b>	<b>19.803.217,23</b>	<b>0,00</b>	<b>19.803.217,23</b>	<b>14.574.817,96</b>	<b>5.228.399,27</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	663.728,09	0,00	663.728,09	0,00	663.728,09
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	663.728,09	0,00	663.728,09	0,00	663.728,09
4 - DESPESAS DE CAPITAL	19.139.489,14	0,00	19.139.489,14	14.574.817,96	4.564.671,18
44 - INVESTIMENTOS	19.139.489,14	0,00	19.139.489,14	14.574.817,96	4.564.671,18
<b>460001 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO</b>	<b>186.206.572,49</b>	<b>1.831.750,00</b>	<b>188.038.322,49</b>	<b>156.326.528,35</b>	<b>31.711.794,14</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	136.897.855,99	0,00	136.897.855,99	134.862.500,89	2.035.355,10
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	89.449.847,00	0,00	89.449.847,00	88.589.431,46	860.415,54
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.448.008,99	0,00	47.448.008,99	46.273.069,43	1.174.939,56
4 - DESPESAS DE CAPITAL	24.308.716,50	1.831.750,00	26.140.466,50	21.464.027,46	4.676.439,04
44 - INVESTIMENTOS	24.308.716,50	1.831.750,00	26.140.466,50	21.464.027,46	4.676.439,04
9 - RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00
<b>460101 - INSTITUTO DE SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARA</b>	<b>24.067.499,06</b>	<b>0,00</b>	<b>24.067.499,06</b>	<b>17.113.390,38</b>	<b>6.954.108,68</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	23.529.538,06	0,00	23.529.538,06	16.732.478,62	6.797.059,44
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.043.038,06	0,00	10.043.038,06	9.589.242,47	453.795,59
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.486.500,00	0,00	13.486.500,00	7.143.236,15	6.343.263,85
4 - DESPESAS DE CAPITAL	537.961,00	0,00	537.961,00	380.911,76	157.049,24
44 - INVESTIMENTOS	447.961,00	0,00	447.961,00	315.709,81	132.251,19
46 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	90.000,00	0,00	90.000,00	65.201,95	24.798,05
<b>460201 - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO CEARA</b>	<b>193.276.231,38</b>	<b>0,00</b>	<b>193.276.231,38</b>	<b>184.251.637,69</b>	<b>9.024.593,69</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	167.892.376,89	0,00	167.892.376,89	162.695.760,14	5.196.616,75
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.866.794,21	0,00	46.866.794,21	45.451.154,38	1.415.639,83
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	121.025.582,68	0,00	121.025.582,68	117.244.605,76	3.780.976,92
4 - DESPESAS DE CAPITAL	25.383.854,49	0,00	25.383.854,49	21.555.877,55	3.827.976,94





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
44 - INVESTIMENTOS	25.383.854,49	0,00	25.383.854,49	21.555.877,55	3.827.976,94
<b>460301 - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATEGIA ECONOMICA DO CEARÁ</b>	<b>16.705.833,40</b>	<b>0,00</b>	<b>16.705.833,40</b>	<b>15.074.583,79</b>	<b>1.631.249,61</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	13.291.715,40	0,00	13.291.715,40	12.916.738,70	374.976,70
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.387.716,00	0,00	8.387.716,00	8.143.534,09	244.181,91
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.903.999,40	0,00	4.903.999,40	4.773.204,61	130.794,79
4 - DESPESAS DE CAPITAL	3.414.118,00	0,00	3.414.118,00	2.157.845,09	1.256.272,91
44 - INVESTIMENTOS	3.414.118,00	0,00	3.414.118,00	2.157.845,09	1.256.272,91
<b>460401 - FUNDO FINANCEIRO FUNAPREV</b>	<b>3.012.431.449,79</b>	<b>0,00</b>	<b>3.012.431.449,79</b>	<b>3.004.868.247,27</b>	<b>7.563.202,52</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	3.012.431.449,79	0,00	3.012.431.449,79	3.004.868.247,27	7.563.202,52
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.004.700.994,79	0,00	3.004.700.994,79	2.997.166.616,67	7.534.378,12
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.730.455,00	0,00	7.730.455,00	7.701.630,60	28.824,40
<b>460501 - FUNDO FINANCEIRO PREVMILITAR DO RPPS/SUPSEC DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>949.753.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>949.753.400,00</b>	<b>948.321.267,31</b>	<b>1.432.132,69</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	949.553.400,00	0,00	949.553.400,00	948.321.267,31	1.232.132,69
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	941.822.945,00	0,00	941.822.945,00	940.619.636,75	1.203.308,25
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.730.455,00	0,00	7.730.455,00	7.701.630,56	28.824,44
4 - DESPESAS DE CAPITAL	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
44 - INVESTIMENTOS	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
<b>460601 - COMPANHIA DE HABITACAO DO CEARÁ</b>	<b>4.977.675,22</b>	<b>0,00</b>	<b>4.977.675,22</b>	<b>4.582.185,76</b>	<b>395.489,46</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	4.962.675,22	0,00	4.962.675,22	4.575.888,21	386.787,01
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.962.675,22	0,00	4.962.675,22	4.575.888,21	386.787,01
4 - DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	0,00	15.000,00	6.297,55	8.702,45
44 - INVESTIMENTOS	15.000,00	0,00	15.000,00	6.297,55	8.702,45
<b>460701 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO PREVID DO RPPS/SUPSEC DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>802.151.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>802.151.000,00</b>	<b>525.107.073,25</b>	<b>277.043.926,75</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	684.925.327,00	0,00	684.925.327,00	525.107.073,25	159.818.253,75
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	677.194.872,00	0,00	677.194.872,00	517.405.442,69	159.789.429,31
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.730.455,00	0,00	7.730.455,00	7.701.630,56	28.824,44
9 - RESERVA DE CONTINGENCIA	117.225.673,00	0,00	117.225.673,00	0,00	117.225.673,00
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	117.225.673,00	0,00	117.225.673,00	0,00	117.225.673,00
<b>460801 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>321.432.216,48</b>	<b>0,00</b>	<b>321.432.216,48</b>	<b>304.712.669,76</b>	<b>16.719.546,72</b>





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
3 - DESPESAS CORRENTES	321.432.216,48	0,00	321.432.216,48	304.712.669,76	16.719.546,72
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	321.432.216,48	0,00	321.432.216,48	304.712.669,76	16.719.546,72
<b>460901 - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>25.576.964,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.576.964,00</b>	<b>23.631.415,00</b>	<b>1.945.549,00</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	25.422.283,00	0,00	25.422.283,00	23.572.230,48	1.850.052,52
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.385.599,00	0,00	2.385.599,00	2.315.123,86	70.475,14
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.036.684,00	0,00	23.036.684,00	21.257.106,62	1.779.577,38
4 - DESPESAS DE CAPITAL	154.681,00	0,00	154.681,00	59.184,52	95.496,48
44 - INVESTIMENTOS	154.681,00	0,00	154.681,00	59.184,52	95.496,48
<b>461031 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>4.644.449,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.644.449,00</b>	<b>4.461.558,94</b>	<b>182.890,06</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	4.131.745,23	0,00	4.131.745,23	3.950.306,68	181.438,55
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.286.099,00	0,00	1.286.099,00	1.221.686,33	64.412,67
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.845.646,23	0,00	2.845.646,23	2.728.620,35	117.025,88
4 - DESPESAS DE CAPITAL	512.703,77	0,00	512.703,77	511.252,26	1.451,51
44 - INVESTIMENTOS	512.703,77	0,00	512.703,77	511.252,26	1.451,51
<b>470001 - SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DH</b>	<b>484.887.504,54</b>	<b>16.701.978,69</b>	<b>501.589.483,23</b>	<b>446.145.425,51</b>	<b>55.444.057,72</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	333.486.620,62	14.502.246,69	347.988.867,31	333.923.314,90	14.065.552,41
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	77.462.720,00	0,00	77.462.720,00	74.061.142,11	3.401.577,89
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	256.023.900,62	14.502.246,69	270.526.147,31	259.862.172,79	10.663.974,52
4 - DESPESAS DE CAPITAL	151.400.883,92	2.199.732,00	153.600.615,92	112.222.110,61	41.378.505,31
44 - INVESTIMENTOS	151.400.883,92	2.199.732,00	153.600.615,92	112.222.110,61	41.378.505,31
<b>470101 - FUNDO ESTADUAL PARA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA</b>	<b>4.700.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.700.000,00</b>	<b>3.694.210,88</b>	<b>1.005.789,12</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	4.102.814,73	0,00	4.102.814,73	3.300.663,34	802.151,39
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.102.814,73	0,00	4.102.814,73	3.300.663,34	802.151,39
4 - DESPESAS DE CAPITAL	597.185,27	0,00	597.185,27	393.547,54	203.637,73
44 - INVESTIMENTOS	597.185,27	0,00	597.185,27	393.547,54	203.637,73
<b>470104 - SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO</b>	<b>127.361.426,62</b>	<b>0,00</b>	<b>127.361.426,62</b>	<b>117.168.645,70</b>	<b>10.192.780,92</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	114.052.078,22	0,00	114.052.078,22	111.438.206,60	2.613.871,62
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	43.860.637,47	0,00	43.860.637,47	43.216.379,55	644.257,92





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.191.440,75	0,00	70.191.440,75	68.221.827,05	1.969.613,70
4 - DESPESAS DE CAPITAL	13.309.348,40	0,00	13.309.348,40	5.730.439,10	7.578.909,30
44 - INVESTIMENTOS	13.309.348,40	0,00	13.309.348,40	5.730.439,10	7.578.909,30
46 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>470201 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA</b>	<b>247.202.022,97</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>250.202.022,97</b>	<b>246.715.595,40</b>	<b>3.486.427,57</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	244.915.754,24	3.000.000,00	247.915.754,24	245.066.757,93	2.848.996,31
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	244.915.754,24	3.000.000,00	247.915.754,24	245.066.757,93	2.848.996,31
4 - DESPESAS DE CAPITAL	2.286.268,73	0,00	2.286.268,73	1.648.837,47	637.431,26
44 - INVESTIMENTOS	2.286.268,73	0,00	2.286.268,73	1.648.837,47	637.431,26
<b>470301 - FUNDO EST ESP DO DES E COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO</b>	<b>2.735.452,69</b>	<b>0,00</b>	<b>2.735.452,69</b>	<b>2.555.463,73</b>	<b>179.988,96</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	77.843,16	0,00	77.843,16	61.011,80	16.831,36
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	77.843,16	0,00	77.843,16	61.011,80	16.831,36
4 - DESPESAS DE CAPITAL	2.657.609,53	0,00	2.657.609,53	2.494.451,93	163.157,60
44 - INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45 - INVERSÕES FINANCEIRAS	2.657.609,53	0,00	2.657.609,53	2.494.451,93	163.157,60
<b>470501 - FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ</b>	<b>4.023.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.023.000,00</b>	<b>3.917.126,58</b>	<b>105.873,42</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	3.705.606,56	0,00	3.705.606,56	3.601.962,50	103.644,06
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.705.606,56	0,00	3.705.606,56	3.601.962,50	103.644,06
4 - DESPESAS DE CAPITAL	317.393,44	0,00	317.393,44	315.164,08	2.229,36
44 - INVESTIMENTOS	317.393,44	0,00	317.393,44	315.164,08	2.229,36
<b>480201 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL</b>	<b>16.163.112,20</b>	<b>0,00</b>	<b>16.163.112,20</b>	<b>11.803.390,97</b>	<b>4.359.721,23</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	16.163.112,20	0,00	16.163.112,20	11.803.390,97	4.359.721,23
44 - INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
45 - INVERSÕES FINANCEIRAS	16.153.112,20	0,00	16.153.112,20	11.803.390,97	4.349.721,23
<b>480401 - FUNDO DE INCENTIVO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA</b>	<b>3.805.177,90</b>	<b>0,00</b>	<b>3.805.177,90</b>	<b>2.466.785,44</b>	<b>1.338.392,46</b>
4 - DESPESAS DE CAPITAL	3.805.177,90	0,00	3.805.177,90	2.466.785,44	1.338.392,46
44 - INVESTIMENTOS	3.805.177,90	0,00	3.805.177,90	2.466.785,44	1.338.392,46







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
<b>490101 - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE</b>	<b>81.942.199,10</b>	<b>0,00</b>	<b>81.942.199,10</b>	<b>72.788.114,16</b>	<b>9.154.084,94</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	68.696.110,60	0,00	68.696.110,60	60.766.171,00	7.929.939,60
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.513.256,09	0,00	38.513.256,09	36.646.332,49	1.866.923,60
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.182.854,51	0,00	30.182.854,51	24.119.838,51	6.063.016,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	13.246.088,50	0,00	13.246.088,50	12.021.943,16	1.224.145,34
44 - INVESTIMENTOS	13.246.088,50	0,00	13.246.088,50	12.021.943,16	1.224.145,34
<b>530001 - CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGAOS DE SEGURANCA PUBLICA E SISTEMA PENITENCIARIO</b>	<b>14.085.930,72</b>	<b>0,00</b>	<b>14.085.930,72</b>	<b>13.271.380,60</b>	<b>814.550,12</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	12.438.520,21	0,00	12.438.520,21	11.808.592,25	629.927,96
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.555.791,00	0,00	8.555.791,00	8.306.503,45	249.287,55
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.882.729,21	0,00	3.882.729,21	3.502.088,80	380.640,41
4 - DESPESAS DE CAPITAL	1.647.410,51	0,00	1.647.410,51	1.462.788,35	184.622,16
44 - INVESTIMENTOS	1.647.410,51	0,00	1.647.410,51	1.462.788,35	184.622,16
<b>560001 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TRABALHO</b>	<b>71.967.005,47</b>	<b>45.000.000,00</b>	<b>116.967.005,47</b>	<b>70.011.955,58</b>	<b>46.955.049,89</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	36.229.437,08	45.000.000,00	81.229.437,08	66.315.272,02	14.914.165,06
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.625.641,00	0,00	3.625.641,00	3.505.550,52	120.090,48
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.603.796,08	45.000.000,00	77.603.796,08	62.809.721,50	14.794.074,58
4 - DESPESAS DE CAPITAL	35.737.568,39	0,00	35.737.568,39	3.696.683,56	32.040.884,83
44 - INVESTIMENTOS	35.727.568,39	0,00	35.727.568,39	3.696.683,56	32.030.884,83
45 - INVERSÕES FINANCEIRAS	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>560901 - FUNDO ESTADUAL DO TRABALHO</b>	<b>740.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>740.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>740.000,00</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	740.000,00	0,00	740.000,00	0,00	740.000,00
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	740.000,00	0,00	740.000,00	0,00	740.000,00
<b>561001 - FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO DO CEARA</b>	<b>94.422.484,75</b>	<b>0,00</b>	<b>94.422.484,75</b>	<b>57.222.081,68</b>	<b>37.200.403,07</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	13.943.766,00	0,00	13.943.766,00	10.533.765,68	3.410.000,32
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.943.766,00	0,00	13.943.766,00	10.533.765,68	3.410.000,32
4 - DESPESAS DE CAPITAL	80.478.718,75	0,00	80.478.718,75	46.688.316,00	33.790.402,75
45 - INVERSÕES FINANCEIRAS	80.478.718,75	0,00	80.478.718,75	46.688.316,00	33.790.402,75





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR UG  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45  
R\$ 1,00

Anexo XI, da Lei 4.320/64

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
<b>561101 - FUNDO DE DEFESA AGROPECUARIO DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>301.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>301.000,00</b>	<b>17.409,52</b>	<b>283.590,48</b>
4 - DESPESAS DE CAPITAL	301.000,00	0,00	301.000,00	17.409,52	283.590,48
44 - INVESTIMENTOS	301.000,00	0,00	301.000,00	17.409,52	283.590,48
<b>570001 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE</b>	<b>83.276.937,83</b>	<b>0,00</b>	<b>83.276.937,83</b>	<b>70.767.286,08</b>	<b>12.509.651,75</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	70.017.526,83	0,00	70.017.526,83	65.202.094,16	4.815.432,67
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.822.460,00	0,00	2.822.460,00	2.765.780,97	56.679,03
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	67.195.066,83	0,00	67.195.066,83	62.436.313,19	4.758.753,64
4 - DESPESAS DE CAPITAL	13.259.411,00	0,00	13.259.411,00	5.565.191,92	7.694.219,08
44 - INVESTIMENTOS	13.259.411,00	0,00	13.259.411,00	5.565.191,92	7.694.219,08
<b>570301 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE</b>	<b>-1.500.000,00</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	-1.350.000,00	1.350.000,00	0,00	0,00	0,00
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-1.350.000,00	1.350.000,00	0,00	0,00	0,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	-150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
44 - INVESTIMENTOS	-150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>580001 - ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA</b>	<b>17.554.967,06</b>	<b>0,00</b>	<b>17.554.967,06</b>	<b>15.467.936,96</b>	<b>2.087.030,10</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	13.902.275,74	0,00	13.902.275,74	13.598.162,17	304.113,57
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.203.105,00	0,00	2.203.105,00	2.085.191,75	117.913,25
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.699.170,74	0,00	11.699.170,74	11.512.970,42	186.200,32
4 - DESPESAS DE CAPITAL	3.652.691,32	0,00	3.652.691,32	1.869.774,79	1.782.916,53
44 - INVESTIMENTOS	3.652.691,32	0,00	3.652.691,32	1.869.774,79	1.782.916,53
<b>220001 - SECRETARIA DA EDUCACAO</b>	<b>4.778.034.977,01</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>4.779.534.977,01</b>	<b>4.666.830.360,53</b>	<b>112.704.616,48</b>
3 - DESPESAS CORRENTES	4.299.672.916,28	0,00	4.299.672.916,28	4.245.200.179,29	54.472.736,99
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.872.840.264,06	0,00	2.872.840.264,06	2.855.107.746,38	17.732.517,68
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.426.832.652,22	0,00	1.426.832.652,22	1.390.092.432,91	36.740.219,31
4 - DESPESAS DE CAPITAL	478.362.060,73	1.500.000,00	479.862.060,73	421.630.181,24	58.231.879,49
44 - INVESTIMENTOS	478.362.060,73	1.500.000,00	479.862.060,73	421.630.181,24	58.231.879,49
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>36.955.137.690,16</b>	<b>215.078.370,49</b>	<b>37.170.216.060,65</b>	<b>34.591.952.851,53</b>	<b>2.578.263.209,12</b>

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE





Govorno do Estado do Ceará  
Secretaria da Fazenda

Secretaria Executiva do Tesouro Estadual e de Metas Fiscais

**Execução da Despesa por Fonte, Modalidade e Elemento de Despesa - CONSOLIDADO - ANEXO 15**

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	Total Fonte		12.320.053.767,72	12.013.966.232,72	306.087.535,00
	30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	Total Modalidade	501.843,20	384.808,95	117.034,25
		41 - CONTRIBUIÇÕES	501.843,20	384.808,95	117.034,25
	40 - Transferências a Municípios	Total Modalidade	173.154.472,13	168.970.337,90	4.184.134,23
		41 - CONTRIBUIÇÕES	42.545.808,28	42.495.808,28	50.000,00
		42 - AUXÍLIOS	130.171.908,39	126.037.774,16	4.134.134,23
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	436.755,46	436.755,46	0,00
	41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	Total Modalidade	112.733.619,53	112.368.508,82	365.110,71
		31 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	714.214,00	714.214,00	0,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	112.019.405,53	111.654.294,82	365.110,71
	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Total Modalidade	295.153.149,43	293.009.739,29	2.143.410,14
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.669.032,05	5.669.032,05	0,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	94.250.234,11	93.628.519,31	621.714,80
		42 - AUXÍLIOS	10.850.140,40	10.813.842,40	36.298,00
		43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	4.173.845,07	4.173.845,07	0,00
		85 - CONTRATO DE GESTÃO	178.889.282,46	177.480.787,46	1.408.495,00
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	864.957,60	864.957,60	0,00
	60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	455.657,74	378.755,40	76.902,34
		Total Modalidade	2.962.395,30	2.833.968,22	128.427,08
		45 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.962.395,30	2.833.968,22	128.427,08

Impresso em 03/04/2023 11:30 - Consulta: 008745

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	67 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP	Total Modalidade	51.468.869,91	51.171.829,39	297.040,52
		83 - DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARceria PÚBLICO-PRIVADA - PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECONÔMICAS, APORTE E FUNDO GARANTIDOR	51.468.869,91	51.171.829,39	297.040,52
	71 - Transferências a Consórcios Públicos	Total Modalidade	10.736.439,20	10.736.438,20	1,00
		70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	10.736.439,20	10.736.438,20	1,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	10.239.662.865,24	9.971.420.900,20	268.241.965,04
		03 - PENSÕES	4.127.686,10	4.127.686,10	0,00
		04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	81.500.565,85	80.047.027,19	1.453.538,66
		07 - CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	7.770.773,81	7.622.139,86	148.633,95
		08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	53.762.735,05	53.761.535,05	1.200,00
		11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.612.386.610,76	4.597.779.128,65	14.607.482,11
		12 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.504.873.088,47	1.504.873.088,47	0,00
		13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	156.814.891,27	148.910.783,69	7.904.107,58
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	14.706.777,34	14.400.554,08	306.223,26
		15 - DIÁRIAS - MILITAR	7.920.726,13	7.905.540,89	15.185,24
		16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.459.702,39	1.459.702,39	0,00
		18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	30.757.000,89	30.757.000,89	0,00
		20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	14.031.717,69	14.031.717,69	0,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	219.554.845,18	162.183.331,84	57.371.513,34
	31 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	188.840,00	180.640,00	8.200,00	
	32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	44.005.851,52	31.428.920,82	12.576.930,70	
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17.046.063,24	15.930.785,70	1.115.277,54		
34 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	211.424.223,94	206.681.371,12	4.742.852,82		

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	90 - Aplicações Diretas	35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15.243.484,34	14.212.442,43	1.031.041,91
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	102.655.380,13	101.811.844,03	843.536,10
		37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	577.788.230,47	548.500.652,42	29.287.578,05
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.056.149.749,33	997.031.351,50	59.118.397,83
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	99.755.009,04	87.482.567,96	12.272.441,08
		45 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	147.100.648,00	147.100.648,00	0,00
		46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	170.297.925,43	170.292.288,43	5.637,00
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	66.514.450,40	50.424.662,43	16.089.787,97
		48 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	6.490.431,58	6.437.836,18	52.595,40
		49 - AUXÍLIO-TRANSPORTE	637.758,81	618.575,11	19.183,70
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	413.764.824,80	403.598.965,92	10.165.858,88
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	95.866.248,47	68.561.868,03	27.304.380,44
		59 - PENSÕES ESPECIAIS	234.535,29	234.535,29	0,00
		61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	13.753.929,97	12.937.930,70	815.999,27
		65 - CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	5.303.842,44	5.303.842,44	0,00
		66 - CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	11.803.390,97	11.803.390,97	0,00
		71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	445.763,10	445.763,10	0,00
		85 - CONTRATO DE GESTÃO	87.714.339,29	87.714.339,29	0,00
		91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	69.892.155,45	68.651.110,91	1.241.044,54
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	104.464.007,43	103.837.384,11	626.623,32
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	147.750.912,03	139.799.823,53	7.951.088,50		
94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15.649.723,64	15.643.064,65	6.658,99		
96 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	48.054.025,20	46.895.058,34	1.158.966,86		

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar	
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	Total Modalidade	1.433.680.113,78	1.403.069.701,75	30.610.412,03	
		13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.138.378.019,40	1.112.817.014,71	25.561.004,69	
		32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	39.613,91	39.613,91	0,00	
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.233.019,66	1.161.098,88	71.920,78	
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	43.978.897,07	39.874.962,79	4.103.934,28	
		41 - CONTRIBUIÇÕES	231.063.059,37	231.063.059,37	0,00	
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.446.104,26	1.414.260,08	31.844,18	
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.273.578,93	1.273.578,93	0,00	
		93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.851.379,23	9.851.379,23	0,00	
		96 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	6.416.441,95	5.574.733,85	841.708,10	
		Total Fonte	8.329.502.157,70	8.114.022.190,97	215.479.966,73	
101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	40 - Transferências a Municípios	Total Modalidade	217.723.664,96	211.762.298,69	5.961.366,27	
		41 - CONTRIBUIÇÕES	42.352.760,90	40.356.753,78	1.996.007,12	
		42 - AUXÍLIOS	175.370.904,06	171.405.544,91	3.965.359,15	
	41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	Total Modalidade	552.748.108,50	551.492.346,13	1.255.762,37	
		31 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	13.285.786,00	12.385.786,00	900.000,00	
		41 - CONTRIBUIÇÕES	537.866.322,50	537.510.560,13	355.762,37	
			92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.596.000,00	1.596.000,00	0,00
	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Total Modalidade	906.909.513,31	905.191.777,32	1.717.735,99	
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.530.391,99	3.530.391,99	0,00	
		41 - CONTRIBUIÇÕES	57.900.438,53	57.002.475,57	897.962,96	
		42 - AUXÍLIOS	1.839.960,47	1.839.960,47	0,00	
		85 - CONTRATO DE GESTÃO	836.771.348,47	835.951.575,44	819.773,03	
			92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.867.373,85	6.867.373,85	0,00

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	67 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP	Total Modalidade	2.467.074,08	2.320.044,13	147.029,95
		83 - DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECONÔMICAS, APORTE E FUNDO GARANTIDOR	2.467.074,08	2.320.044,13	147.029,95
	71 - Transferências a Consórcios Públicos	Total Modalidade	91.893.177,10	91.863.176,10	30.001,00
		70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	91.495.006,08	91.465.005,08	30.001,00
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	398.171,02	398.171,02	0,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	6.290.044.014,98	6.086.469.707,47	203.574.307,51
		01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	372.240.464,59	372.240.464,59	0,00
		03 - PENSÕES	323.863.531,28	323.634.781,31	228.749,97
		07 - CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	7.500.000,00	7.500.000,00	0,00
		08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	8.742,85	8.742,85	0,00
		11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.001.308.679,10	1.000.196.424,55	1.112.254,55
		12 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	180.028,05	180.028,05	0,00
		13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.547.079,46	86.374,11	2.460.705,35
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	236.257,15	236.033,19	223,96
		16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.023.349,76	6.023.349,76	0,00
		18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	223.138,50	223.138,50	0,00
		21 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	830.128.489,33	830.128.489,33	0,00
		22 - OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	16.110.151,78	16.110.151,78	0,00
		27 - ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	31.166.404,12	31.166.404,12	0,00
	30 - MATERIAL DE CONSUMO	161.929.787,19	97.177.265,15	64.752.522,04	
31 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	6.923.349,67	5.780.349,67	1.143.000,00		

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	90 - Aplicações Diretas	32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	135.697.172,41	107.669.027,22	28.028.145,19
		33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.121.711,80	1.038.138,58	83.573,22
		34 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	453.658.621,72	449.637.514,92	4.021.106,80
		35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1.304.326,42	1.304.326,42	0,00
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	19.601.353,36	19.529.251,53	72.101,83
		37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	182.159.961,76	164.184.857,35	17.975.104,41
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	618.538.622,70	577.204.117,67	41.334.505,03
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	6.494.107,02	3.618.714,47	2.875.392,55
		45 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	18.141.018,41	18.141.018,41	0,00
		46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	5.850.128,24	5.850.128,24	0,00
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	100.303.351,28	96.427.163,30	3.876.187,98
		48 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	136.800,00	136.800,00	0,00
		49 - AUXÍLIO-TRANSPORTE	12.940,20	12.940,20	0,00
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	312.541.121,16	303.679.803,85	8.861.317,31
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	60.635.295,65	37.574.090,85	23.061.204,80
		59 - PENSÕES ESPECIAIS	10.386.032,44	10.386.032,44	0,00
		61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	8.912.122,31	8.764.122,33	147.999,98
		65 - CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	3.267.974,38	3.267.974,38	0,00
		71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.074.727.199,30	1.074.727.199,30	0,00
		85 - CONTRATO DE GESTÃO	90.843.353,70	90.843.353,70	0,00
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	183.910.544,06	183.821.183,89	89.360,17		
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	70.413.716,13	68.445.974,45	1.967.741,68		
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	170.714.555,36	169.231.444,67	1.483.110,69		
96 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	282.532,34	282.532,34	0,00		

Impresso em 03/04/2023 11:30 - Consulta: 008745



Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	Total Modalidade	267.716.604,77	264.922.841,13	2.793.763,64
		13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	207.790.141,59	206.184.427,71	1.605.713,88
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	152.075,44	135.309,46	16.765,98
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	20.248.885,84	19.088.965,83	1.159.920,01
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	42.520,00	31.156,23	11.363,77
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.933,96	20.933,96	0,00
	93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	39.462.047,94	39.462.047,94	0,00	
	Total Fonte	502.957.743,54	458.607.599,87	44.350.143,67	
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	40 - Transferências a Municípios	Total Modalidade	1.000.000,00	850.000,00	150.000,00
		42 - AUXÍLIOS	1.000.000,00	850.000,00	150.000,00
	41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	Total Modalidade	11.075.700,00	11.075.700,00	0,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	11.075.700,00	11.075.700,00	0,00
	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Total Modalidade	61.390.458,84	61.190.458,84	200.000,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	46.632.335,97	46.632.335,97	0,00
		42 - AUXÍLIOS	81.250,16	81.250,16	0,00
	60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	85 - CONTRATO DE GESTÃO	14.676.872,71	14.476.872,71	200.000,00
		Total Modalidade	11.008.250,00	10.210.750,00	797.500,00
		45 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	11.008.250,00	10.210.750,00	797.500,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	418.483.334,70	375.280.691,03	43.202.643,67
		18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	16.371.657,50	16.371.657,50	0,00
		20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	3.252.860,00	3.252.860,00	0,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	141.535.536,89	103.422.645,28	38.112.891,61
		32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	23.056.855,24	23.046.594,51	10.260,73
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		15.537.146,63	14.468.234,00	1.068.912,63	
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		25.522.290,37	22.329.834,92	3.192.455,45	
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	11.292,00	11.292,00	0,00		

Impresso em 03/04/2023 11:30 - Consulta: 008745

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
110 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	90 - Aplicações Diretas	41 - CONTRIBUIÇÕES	8.896.552,00	8.896.552,00	0,00
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	14.739,94	14.739,94	0,00
		48 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	98.268.400,00	98.268.400,00	0,00
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	4.300.000,00	3.481.876,75	818.123,25
		66 - CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	46.688.316,00	46.688.316,00	0,00
		93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	35.027.688,13	35.027.688,13	0,00
136 - TRANSFERENCIA ESPECIAL DA UNIAO	90 - Aplicações Diretas	Total Fonte	482.960,00	331.750,00	151.210,00
		Total Modalidade	482.960,00	331.750,00	151.210,00
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	482.960,00	331.750,00	151.210,00
144 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	90 - Aplicações Diretas	Total Fonte	165.545.897,28	165.428.877,51	117.019,77
		Total Modalidade	165.545.897,28	165.428.877,51	117.019,77
		01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	103.929.486,10	103.929.486,10	0,00
		03 - PENSÕES	4.978.396,44	4.978.396,44	0,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	138.708,87	128.808,87	9.900,00
		35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	6.169.371,82	6.169.371,82	0,00
		37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	168.966,83	168.847,06	119,77
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	49.369.930,67	49.262.930,67	107.000,00
203 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	90 - Aplicações Diretas	Total Fonte	1.232.401.025,63	1.231.988.020,25	413.005,38
		Total Modalidade	1.232.401.025,63	1.231.988.020,25	413.005,38
		01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	1.050.320.739,86	1.050.038.731,60	282.008,26
		03 - PENSÕES	181.557.251,52	181.426.254,40	130.997,12
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	523.034,25	523.034,25	0,00
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	90 - Aplicações Diretas	Total Fonte	1.422.813.597,84	1.417.506.439,51	5.307.158,33
		Total Modalidade	1.399.708.706,12	1.394.401.547,79	5.306.848,73
		01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	1.317.107.639,98	1.311.800.791,25	5.306.848,73

Impresso em 03/04/2023 11:30 - Consulta: 008745

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
204 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	90 - Aplicações Diretas	03 - PENSÕES	81.498.009,53	81.497.699,93	309,60
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.103.056,61	1.103.056,61	0,00
	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	Total Modalidade	23.104.891,72	23.104.891,72	0,00
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	23.104.891,72	23.104.891,72	0,00
205 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	Total Fonte		7.132.030,79	7.132.030,79	0,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	7.132.030,79	7.132.030,79	0,00
		01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	6.245.448,00	6.245.448,00	0,00
		03 - PENSÕES	329.189,25	329.189,25	0,00
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	201.016,17	201.016,17	0,00
	93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	356.377,37	356.377,37	0,00	
206 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	Total Fonte		3.602.546,18	3.602.546,18	0,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	3.602.546,18	3.602.546,18	0,00
		01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	3.602.546,18	3.602.546,18	0,00
207 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	Total Fonte		59.686.988,25	58.026.983,12	1.660.005,13
	40 - Transferências a Municípios	Total Modalidade	14.097.109,07	14.097.059,07	50,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	14.097.109,07	14.097.059,07	50,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	45.296.318,27	43.636.363,14	1.659.955,13
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	135.700,97	134.519,20	1.181,77
		18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	3.859,94	3.859,94	0,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	4.451.305,93	4.150.039,71	301.266,22
		31 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	2.314,65	2.314,65	0,00
		33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	267.897,26	267.618,63	278,63
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.357.844,12	2.354.292,01	3.552,11
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		26.069.819,06	24.847.300,59	1.222.518,47	
46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	945,00	945,00	0,00		

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
207 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	90 - Aplicações Diretas	47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.885,87	1.885,87	0,00
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	850.000,00	849.999,99	0,01
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.715.397,08	10.584.547,16	130.849,92
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	439.348,39	439.040,39	308,00
	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	Total Modalidade	293.560,91	293.560,91	0,00
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	293.560,91	293.560,91	0,00
		Total Fonte	19.685.136,75	19.685.136,75	0,00
211 - COTA-PARTE DA CIDE	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	19.685.136,75	19.685.136,75	0,00
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	19.685.136,75	19.685.136,75	0,00
		Total Fonte	19.359.050,18	18.829.808,92	529.241,26
216 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	18.903.644,44	18.374.403,18	529.241,26
		04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	97.296,48	96.167,47	1.129,01
		13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	23.154,60	17.869,42	5.285,18
		20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.768.700,00	1.768.700,00	0,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	240.114,08	234.987,11	5.126,97
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17.800,00	17.800,00	0,00
		37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	9.044.029,45	8.640.734,02	403.295,43
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.651.406,06	2.643.452,90	7.953,16
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	847.799,90	829.811,22	17.988,68
		46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	14.130,00	14.130,00	0,00
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	249,44	249,44	0,00
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.940.275,08	1.937.094,73	3.180,35
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	343.872,46	258.589,98	85.282,48
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	119.116,02	119.116,02	0,00
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.795.700,87	1.795.700,87	0,00		

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
216 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	Total Modalidade	455.405,74	455.405,74	0,00
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	275.878,31	275.878,31	0,00
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	127.862,41	127.862,41	0,00
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	28.897,72	28.897,72	0,00
		93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.767,30	22.767,30	0,00
Total Fonte			32.563.940,93	32.514.785,90	49.155,03
229 - RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	32.563.940,93	32.514.785,90	49.155,03
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	217.215,00	217.215,00	0,00
		33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	18.511,91	18.511,91	0,00
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.097.002,04	1.096.288,50	713,54
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.516.468,02	3.507.465,02	9.003,00
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	310.235,43	310.235,43	0,00
		62 - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	201.059,10	201.059,10	0,00
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.883.593,43	2.883.466,26	127,17
Total Fonte			20.698.498,52	20.698.498,52	0,00
230 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA TRANSPORTE COLETIVO - Art. 5º, INCISO IV - EC 123/2022	60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	Total Modalidade	20.698.498,52	20.698.498,52	0,00
		45 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	20.698.498,52	20.698.498,52	0,00
Total Fonte			214.937.237,02	155.822.762,67	59.114.474,35
234 - RECURSOS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	214.937.237,02	155.822.762,67	59.114.474,35
		34 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	14.258.013,03	12.068.726,71	2.189.286,32
		37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	50.406.285,85	48.587.162,20	1.819.123,65
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	29.400.412,35	18.632.196,11	10.768.216,24
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	55.824.467,49	42.040.112,20	13.784.355,29
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	65.048.058,30	34.494.565,45	30.553.492,85

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	Total Fonte		367.142.794,74	360.680.684,20	6.462.110,54
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	367.142.794,74	360.680.684,20	6.462.110,54
		35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	65.660,02	65.660,02	0,00
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	57.558.233,99	51.832.069,45	5.726.164,54
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.930.185,70	1.194.239,70	735.946,00
		65 - CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	1.816.811,32	1.816.811,32	0,00
		71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	304.828.624,00	304.828.624,00	0,00
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	943.279,71	943.279,71	0,00		
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	Total Fonte		422.365.355,08	378.053.381,77	44.311.973,31
	40 - Transferências a Municípios	Total Modalidade	398.006,40	398.006,40	0,00
		42 - AUXÍLIOS	398.006,40	398.006,40	0,00
	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Total Modalidade	17.408.392,75	17.408.392,75	0,00
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
		85 - CONTRATO DE GESTÃO	15.408.392,75	15.408.392,75	0,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	392.714.230,53	349.956.670,70	42.757.559,83
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	10.469,17	10.469,17	0,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	208.529,59	208.529,59	0,00
		35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	37.648.063,53	32.668.139,29	4.979.924,24
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	162.824,09	89.517,66	73.306,43
		37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.419.807,60	1.419.807,60	0,00
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.470.349,29	13.338.207,47	1.132.141,82
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	25.056.049,84	20.819.464,30	4.236.585,54
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	525.510,33	430.592,78	94.917,55
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	144.434.958,30	139.648.787,05	4.786.171,25

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
248 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	90 - Aplicações Diretas	52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	143.170.326,60	115.757.821,21	27.412.505,39
		65 - CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	1.946.234,06	1.946.234,06	0,00
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.175.356,59	4.149.335,11	26.021,48
		93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	19.485.751,54	19.469.765,41	15.986,13
		Total Modalidade	11.844.725,40	10.290.311,92	1.554.413,48
	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	11.745.184,71	10.190.771,23	1.554.413,48
		93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	99.540,69	99.540,69	0,00
	Total Fonte	1.878.508.590,49	1.867.064.635,43	11.443.955,06	
250 - RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	1.510.965.767,68	1.499.521.812,62	11.443.955,06
		04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	520.359.650,63	509.189.670,55	11.169.980,08
		11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	990.606.117,05	990.332.142,07	273.974,98
	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	Total Modalidade	367.542.822,81	367.542.822,81	0,00
		13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	367.542.822,81	367.542.822,81	0,00
	Total Fonte	772.997.572,35	718.200.098,20	54.797.474,15	
251 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	40 - Transferências a Municípios	Total Modalidade	40.512.736,07	40.512.736,07	0,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	40.512.736,07	40.512.736,07	0,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	730.602.337,85	675.804.863,70	54.797.474,15
		11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	390.381.986,96	390.376.194,72	5.792,24
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	13.375,74	12.760,68	615,06
		18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	12.115,37	11.973,42	141,95
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	2.275.312,56	2.236.604,86	38.707,70
		33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	287.783,22	287.783,22	0,00
		34 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	34.556.617,46	27.395.196,53	7.161.420,93
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	37.152.943,67	29.874.873,25	7.278.070,42
		37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	120.720.066,31	93.838.309,04	26.881.757,27

Impresso em 03/04/2023 11:30 - Consulta: 008745

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
251 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	90 - Aplicações Diretas	39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	76.159.959,21	63.905.288,68	12.254.670,53
		46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	51.495.385,10	51.495.385,10	0,00
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	11.314.362,53	10.194.207,24	1.120.155,29
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.564.965,90	4.564.965,90	0,00
		93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.667.463,82	1.611.321,06	56.142,76
		Total Modalidade	1.882.498,43	1.882.498,43	0,00
	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	1.882.498,43	1.882.498,43	0,00
Total Fonte			1.401.137.345,10	1.274.043.242,71	127.094.102,39
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	40 - Transferências a Municípios	Total Modalidade	4.873.600,52	4.873.600,52	0,00
		42 - AUXÍLIOS	4.873.600,52	4.873.600,52	0,00
	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Total Modalidade	14.524.222,92	14.290.186,92	234.036,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	13.815.511,30	13.581.475,30	234.036,00
		42 - AUXÍLIOS	708.711,62	708.711,62	0,00
	60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	Total Modalidade	5.556.794,50	5.501.794,50	55.000,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	5.556.794,50	5.501.794,50	55.000,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	1.326.675.378,50	1.202.943.351,77	123.732.026,73
		01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	21.696,70	21.696,70	0,00
		03 - PENSÕES	268.548.079,91	268.548.079,91	0,00
		08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	31.445,64	31.445,64	0,00
		11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	87.990.983,52	87.656.950,45	334.033,07
		13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.798.011,46	1.650.330,59	147.680,87
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	6.849.770,18	6.849.770,18	0,00
		15 - DIÁRIAS - MILITAR	100.330,68	100.330,68	0,00
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		11.503.835,46	11.503.835,46	0,00	
18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		471.118,97	460.486,50	10.632,47	
	30 - MATERIAL DE CONSUMO	20.736.174,53	16.387.447,57	4.348.726,96	

Impresso em 03/04/2023 11:30 - Consulta: 008745



Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	90 - Aplicações Diretas	31 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	1.215.359,80	1.215.359,80	0,00
		32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	358.447,96	123.158,40	235.289,56
		33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.668.204,67	3.334.324,75	333.879,92
		35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	580.416,26	468.636,96	111.779,30
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	18.960.863,35	18.578.903,12	381.960,23
		37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	127.993.394,98	121.446.966,53	6.546.428,45
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	446.943.419,04	375.463.497,04	71.479.922,00
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	171.556.916,13	158.852.772,58	12.704.143,55
		46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	4.656.443,30	4.650.443,30	6.000,00
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	18.445.562,86	17.798.831,63	646.731,23
		48 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	34.514.812,80	34.005.682,80	509.130,00
		49 - AUXÍLIO-TRANSPORTE	842.781,73	837.950,93	4.830,80
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	17.532.204,71	11.705.730,46	5.826.474,25
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	37.232.280,29	20.055.519,51	17.176.760,78
		62 - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	2.086.843,59	2.086.843,59	0,00
		66 - CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.900.783,44	1.697.650,86	203.132,58
		71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	110.233,82	110.233,82	0,00
		91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	4.168.533,95	2.328.895,67	1.839.638,28
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	26.189.524,47	25.687.780,52	501.743,95
		93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.666.327,01	9.283.218,53	383.108,48
	94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	577,29	577,29	0,00	
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	Total Modalidade	49.507.348,66	46.434.309,00	3.073.039,66	
	13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	14.039.392,67	14.039.392,67	0,00	
	39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.711.132,39	5.035.056,82	676.075,57	

Impresso em 03/04/2023 11:30 - Consulta: 008745

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	22.256.464,21	20.199.300,12	2.057.164,09
		41 - CONTRIBUIÇÕES	5.946.962,43	5.946.962,43	0,00
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.254.963,98	1.165.163,98	89.800,00
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	48.432,98	48.432,98	0,00
		93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	250.000,00	0,00	250.000,00
		Total Fonte	247.363.784,68	219.178.486,02	28.185.298,66
273 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	247.363.784,68	219.178.486,02	28.185.298,66
		18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	825.200,00	713.008,00	112.192,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	51.884.431,94	45.458.101,70	6.426.330,24
		34 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	3.008.991,97	2.948.475,76	60.516,21
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.201.470,00	1.127.650,00	73.820,00
		37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	13.741.895,36	12.728.748,53	1.013.146,83
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.136.850,15	3.136.850,15	0,00
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	15.982.130,32	15.275.194,89	706.935,43
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	948,86	948,86	0,00
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	4.044.882,93	2.914.900,44	1.129.982,49
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	153.536.983,15	134.874.607,69	18.662.375,46
		93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
		Total Fonte	32.788.586,91	31.151.017,26	1.637.569,65
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Total Modalidade	1.495.900,00	1.495.900,00	0,00
		85 - CONTRATO DE GESTÃO	1.495.900,00	1.495.900,00	0,00
	60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	Total Modalidade	2.837.204,10	2.837.204,10	0,00
		45 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.837.204,10	2.837.204,10	0,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	28.305.696,81	26.668.127,16	1.637.569,65
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	2.336,23	2.336,23	0,00
		18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.035.254,00	1.035.254,00	0,00

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
276 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	90 - Aplicações Diretas	20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	23.879.074,53	23.635.874,53	243.200,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	323.903,01	180.643,19	143.259,82
		33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12.598,62	12.598,62	0,00
		34 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	883.327,05	842.156,33	41.170,72
		37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	416.473,17	406.094,76	10.378,41
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.065.846,89	355.411,32	710.435,57
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	239.329,14	173.581,26	65.747,88
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	442.229,17	18.851,92	423.377,25
	93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.325,00	5.325,00	0,00	
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	Total Modalidade	149.786,00	149.786,00	0,00	
	39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	149.786,00	149.786,00	0,00	
	Total Fonte	1.815.549,51	1.815.549,51	0,00	
279 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	1.815.549,51	1.815.549,51	0,00
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.664.731,24	1.664.731,24	0,00
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	39.950,35	39.950,35	0,00
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	110.867,92	110.867,92	0,00
	Total Fonte	1.275.287,11	1.275.287,11	0,00	
280 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	1.275.287,11	1.275.287,11	0,00
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	686.313,37	686.313,37	0,00
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	588.973,74	588.973,74	0,00
	Total Fonte	167.052.698,41	150.129.448,99	16.923.249,42	
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Total Modalidade	3.812.881,05	3.768.500,50	44.380,55
		41 - CONTRIBUIÇÕES	2.739.108,79	2.739.108,79	0,00
		85 - CONTRATO DE GESTÃO	849.999,89	849.999,89	0,00
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	223.772,37	179.391,82	44.380,55

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
282 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	Total Modalidade	1.565.777,66	1.565.777,66	0,00
		45 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	1.565.777,66	1.565.777,66	0,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	161.662.675,56	144.783.806,69	16.878.868,87
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	1.401.404,94	1.401.404,94	0,00
		18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.606.443,76	1.603.729,76	2.714,00
		20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	3.653.159,91	3.653.159,91	0,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	1.474.050,83	1.074.487,76	399.563,07
		32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.129.792,31	5.014.489,80	115.302,51
		33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	151.935,89	151.935,89	0,00
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.808.238,50	3.682.757,82	125.480,68
		37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	2.940.013,59	2.624.109,46	315.904,13
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	32.065.032,94	23.460.528,76	8.604.504,18
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	3.580,00	3.580,00	0,00
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	84.851,29	47.860,80	36.990,49
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	76.057.819,59	75.800.157,74	257.661,85
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.997.169,37	4.977.901,96	7.019.267,41
	92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.074.327,97	5.072.847,42	1.480,55	
	93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.214.854,67	16.214.854,67	0,00	
	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	Total Modalidade	11.364,14	11.364,14	0,00
		93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.364,14	11.364,14	0,00
286 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	Total Fonte		13.042.211,11	12.117.346,74	924.864,37
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	13.042.211,11	12.117.346,74	924.864,37
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	1.120,00	1.120,00	0,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	115.991,63	115.991,63	0,00
		33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	22.152,62	22.152,62	0,00

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
286 - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS	90 - Aplicações Diretas	36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	8.454.093,16	7.743.341,62	710.751,54
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.500,00	0,00	7.500,00
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.543.502,40	1.401.508,01	141.994,39
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	2.131.131,98	2.069.885,16	61.246,82
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	360.441,64	357.070,02	3.371,62
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	406.277,68	406.277,68	0,00
Total Fonte			10.344.408,45	9.909.993,02	434.415,43
288 - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS PRIVADOS	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	5.836.011,88	5.409.436,07	426.575,81
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	41.103,90	41.103,90	0,00
		20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	2.514.283,00	2.514.283,00	0,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	388.380,96	388.380,96	0,00
		33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	121.180,70	121.180,70	0,00
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.536.067,38	1.528.664,18	7.403,20
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	510.119,73	356.330,73	153.789,00
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	12.000,00	12.000,00	0,00
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.936,00	0,00	1.936,00
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	393.528,22	130.080,61	263.447,61
	93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	317.411,99	317.411,99	0,00	
	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	Total Modalidade	4.508.396,57	4.500.556,95	7.839,62
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	4.508.396,57	4.500.556,95	7.839,62
	Total Fonte			810.786.603,54	738.380.656,12
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	Total Modalidade	570.000,00	555.000,00	15.000,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	570.000,00	555.000,00	15.000,00
	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Total Modalidade	248.089.070,91	245.689.070,91	2.400.000,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	914.150,00	914.150,00	0,00

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	85 - CONTRATO DE GESTÃO	247.174.920,91	244.774.920,91	2.400.000,00
		Total Modalidade	23.096.704,85	23.096.704,85	0,00
	71 - Transferências a Consórcios Públicos	70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	23.096.704,85	23.096.704,85	0,00
		Total Modalidade	1.643.439,00	0,00	1.643.439,00
	80 - Transferências ao Exterior	39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.643.439,00	0,00	1.643.439,00
		Total Modalidade	537.174.191,08	468.881.582,51	68.292.608,57
		08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	1.561.576,34	1.557.940,34	3.636,00
		11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	49.841.129,34	49.841.129,34	0,00
		13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	276.827,97	276.827,97	0,00
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	132.780,83	130.994,10	1.786,73
		16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	12.949.053,33	12.948.626,84	426,49
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	191.010.435,68	172.323.563,74	18.686.871,94
		32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	112.200.291,10	68.585.585,21	43.614.705,89
		33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	7.271.362,20	6.180.639,12	1.090.723,08
		34 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	4.992.307,55	4.972.790,19	19.517,36
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.259.477,16	2.007.907,90	251.569,26
		37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	16.042.467,11	15.304.580,58	737.886,53
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	98.839.688,11	96.322.365,14	2.517.322,97
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	2.293.928,49	2.246.737,62	47.190,87
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	158.517,19	111.515,19	47.002,00
	52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.002.514,88	1.455.423,34	547.091,54	
	85 - CONTRATO DE GESTÃO	25.598.916,55	24.978.243,21	620.673,34	
	91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	466.607,40	427.723,45	38.883,95	

Impresso em 03/04/2023 11:30 - Consulta: 008745

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
291 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	90 - Aplicações Diretas	92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.866.328,27	3.864.605,80	1.722,47
		93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.409.981,58	5.344.383,43	65.598,15
	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	Total Modalidade	213.197,70	158.297,85	54.899,85
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	213.197,70	158.297,85	54.899,85
Total Fonte			41.089.848,12	32.054.495,57	9.035.352,55
292 - REPASSE FUNDO A FUNDO	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Total Modalidade	1.763.419,56	1.763.419,56	0,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	1.763.419,56	1.763.419,56	0,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	39.326.428,56	30.291.076,01	9.035.352,55
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	40.233,33	40.233,33	0,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	4.455.588,66	3.040.635,29	1.414.953,37
		33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	77.215,63	77.215,63	0,00
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.723,00	2.723,00	0,00
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.282.022,69	1.122.909,06	159.113,63
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	82.168,60	14.107,00	68.061,60
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	5.891.827,06	2.772.972,67	3.118.854,39
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	27.494.649,59	23.220.280,03	4.274.369,56		
Total Fonte			1.489.635.685,49	1.416.064.222,27	73.571.463,22
300 - RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	40 - Transferências a Municípios	Total Modalidade	110.272.204,91	110.079.098,45	193.106,46
		41 - CONTRIBUIÇÕES	2.865.000,00	2.865.000,00	0,00
		42 - AUXÍLIOS	92.956.529,68	92.841.833,21	114.696,47
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.450.675,23	14.372.265,24	78.409,99
	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Total Modalidade	45.311.413,84	43.232.294,33	2.079.119,51
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	209.575,94	209.575,94	0,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	19.035.107,32	18.854.454,02	180.653,30
		85 - CONTRATO DE GESTÃO	26.066.730,58	24.168.264,37	1.898.466,21

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
300 - RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	Total Modalidade	353.078,00	353.078,00	0,00
		45 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	353.078,00	353.078,00	0,00
	67 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP	Total Modalidade	3.092.085,44	2.366.758,40	725.327,04
		83 - DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARceria PÚBLICO-PRIVADA - PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECONÔMICAS, APORTE E FUNDO GARANTIDOR	3.092.085,44	2.366.758,40	725.327,04
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	1.315.677.021,35	1.255.798.362,85	59.878.658,50
		01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	275.906.483,48	275.906.483,48	0,00
		03 - PENSÕES	79.105.944,47	79.105.944,47	0,00
		04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	3.167.569,28	2.626.978,00	540.591,28
		07 - CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	94.524,40	94.524,40	0,00
		08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	7.531.050,95	7.455.303,53	75.747,42
		11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	144.059.904,01	143.385.513,24	674.390,77
		12 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	139.710.965,14	139.710.965,14	0,00
		13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.025.906,95	818.168,98	1.207.737,97
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	182.253,10	174.784,79	7.468,31
		15 - DIÁRIAS - MILITAR	2.534,22	2.534,22	0,00
		18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	35.675,66	35.675,66	0,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	10.641.635,46	9.095.535,40	1.546.100,06
		32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	526.407,28	70.680,00	455.727,28
		33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.948.233,72	3.876.367,31	71.866,41
		34 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	42.215.931,33	42.052.118,26	163.813,07
	35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	442.154,66	442.154,66	0,00	



Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
300 - RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	90 - Aplicações Diretas	36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	18.200.863,87	18.165.896,61	34.967,26
		37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	22.783.493,36	19.827.553,86	2.955.939,50
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	192.257.370,74	182.093.197,60	10.164.173,14
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	9.679.977,74	6.701.420,62	2.978.557,12
		46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	33.902.271,48	33.902.271,48	0,00
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	108.954.040,30	108.954.040,30	0,00
		48 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	45.600,00	45.600,00	0,00
		49 - AUXÍLIO-TRANSPORTE	3.299,40	3.299,40	0,00
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	79.936.208,35	78.700.796,29	1.235.412,06
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	75.996.482,94	38.386.938,68	37.609.544,26
		61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	4.924.163,59	4.924.163,59	0,00
		65 - CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
		91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	6.216.598,94	6.216.598,94	0,00
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.062.211,48	10.905.588,89	156.622,59
	93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.620.653,42	22.620.653,42	0,00	
	94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	9.496.611,63	9.496.611,63	0,00	
	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	Total Modalidade	14.929.881,95	4.234.630,24	10.695.251,71
	13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	11.447.729,90	3.833.881,70	7.613.848,20	
	40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	3.482.152,05	400.748,54	3.081.403,51	
	Total Fonte	1.310.162.775,30	1.296.826.253,33	13.336.521,97	
301 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	40 - Transferências a Municípios	Total Modalidade	121.042.870,35	120.256.261,52	786.608,83
		41 - CONTRIBUIÇÕES	1.224.541,06	1.139.541,06	85.000,00
		42 - AUXÍLIOS	119.786.871,10	119.085.262,27	701.608,83
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	31.458,19	31.458,19	0,00
	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Total Modalidade	14.674.711,79	14.661.211,79	13.500,00
	41 - CONTRIBUIÇÕES	691.841,68	691.841,68	0,00	

Impresso em 03/04/2023 11:30 - Consulta: 008745

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
301 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	85 - CONTRATO DE GESTÃO	13.982.870,11	13.969.370,11	13.500,00
		Total Modalidade	669.183,17	644.155,72	25.027,45
	67 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP	83 - DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARceria PÚBLICO-PRIVADA - PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECONÔMICAS, APORTE E FUNDO GARANTIDOR	669.183,17	644.155,72	25.027,45
		Total Modalidade	1.143.166.572,43	1.130.958.904,40	12.207.668,03
		01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	271.513.376,35	271.513.376,35	0,00
		03 - PENSÕES	38.000.000,00	38.000.000,00	0,00
		04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	4.573.221,83	4.339.957,76	233.264,07
		11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	123.317.961,33	122.176.009,56	1.141.951,77
		12 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	387.028.199,72	387.028.199,72	0,00
		13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	8.385.218,25	6.566.615,47	1.818.602,78
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	103.641,13	103.641,13	0,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	736.998,83	208.090,56	528.908,27
		33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	121.060,61	121.060,61	0,00
		34 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	332.494,62	307.001,82	25.492,80
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	126.136,10	126.136,10	0,00
		37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	19.692.066,87	17.234.177,86	2.457.889,01
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	114.302.078,58	110.991.809,88	3.310.268,70
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	5.116.704,42	4.238.740,48	877.963,94
		45 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	22.725.530,35	22.725.530,35	0,00
		46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	88.729,22	88.729,22	0,00
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	6.173,70	6.173,70	0,00
	51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	132.939.091,84	132.615.537,80	323.554,04	

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
301 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	90 - Aplicações Diretas	52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.903.013,35	1.416.714,90	1.486.298,45
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	86.323,19	86.323,19	0,00
		93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.775.500,91	10.772.026,71	3.474,20
		96 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	293.051,23	293.051,23	0,00
	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	Total Modalidade	30.609.437,56	30.305.719,90	303.717,66
		13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.459.073,76	30.155.356,10	303.717,66
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	150.363,80	150.363,80	0,00
		<b>Total Fonte</b>	<b>178.657.204,01</b>	<b>157.912.089,87</b>	<b>20.745.114,14</b>
310 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP - EXERCÍCIOS ANTERIORES	40 - Transferências a Municípios	Total Modalidade	15.384.615,43	15.384.615,43	0,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	15.384.615,43	15.384.615,43	0,00
	41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	Total Modalidade	9.413.100,00	9.409.950,00	3.150,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	9.413.100,00	9.409.950,00	3.150,00
	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Total Modalidade	9.931.012,83	9.931.012,83	0,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	9.931.012,83	9.931.012,83	0,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	143.928.475,75	123.186.511,61	20.741.964,14
		18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	5.200.000,00	4.579.200,00	620.800,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	1.697.774,99	1.381.514,40	316.260,59
		32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	43.581.064,54	27.752.508,94	15.828.555,60
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	9.244.537,50	9.244.536,50	1,00
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.290.245,07	5.486.270,06	3.803.975,01
		48 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	70.491.700,00	70.491.700,00	0,00
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.423.153,65	4.250.781,71	172.371,94		
	<b>Total Fonte</b>	<b>66.567.977,30</b>	<b>66.567.977,30</b>	<b>0,00</b>	
312 - ALIENAÇÃO DE BENS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	66.567.977,30	66.567.977,30	0,00
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	173.029,10	173.029,10	0,00

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
312 - ALIENAÇÃO DE BENS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	90 - Aplicações Diretas	65 - CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	66.394.948,20	66.394.948,20	0,00
		Total Fonte	14.097.844,74	14.097.844,74	0,00
344 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	14.097.844,74	14.097.844,74	0,00
		35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	50.877,33	50.877,33	0,00
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.046.967,41	14.046.967,41	0,00
		Total Fonte	20.000.000,00	20.000.000,00	0,00
603 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	20.000.000,00	20.000.000,00	0,00
		01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	20.000.000,00	20.000.000,00	0,00
		Total Fonte	64.980.674,69	64.980.674,69	0,00
604 - RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	64.980.674,69	64.980.674,69	0,00
		01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	64.980.674,69	64.980.674,69	0,00
		Total Fonte	71.002.027,19	62.749.629,31	8.252.397,88
607 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	40 - Transferências a Municípios	Total Modalidade	22.999.996,97	22.999.996,97	0,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	22.999.996,97	22.999.996,97	0,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	48.002.030,22	39.749.632,34	8.252.397,88
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	77.370,80	77.163,75	207,05
		18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	68.712,12	68.712,12	0,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	281.857,79	176.025,61	105.832,18
		31 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	600,00	600,00	0,00
		32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	14.220,00	14.220,00	0,00
		33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	566.539,79	563.291,63	3.248,16
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.367.495,44	5.159.626,89	207.868,55
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.712.412,63	33.309.703,69	7.402.708,94
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	29.243,65	29.243,65	0,00		

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
607 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	90 - Aplicações Diretas	52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	883.578,00	351.045,00	532.533,00
616 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	Total Fonte		1.471.668,44	1.135.002,39	336.666,05
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	1.471.668,44	1.135.002,39	336.666,05
		37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.471.668,44	1.135.002,39	336.666,05
629 - RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	Total Fonte		4.547.606,33	4.344.333,23	203.273,10
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	4.547.606,33	4.344.333,23	203.273,10
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	686.683,82	631.807,45	54.876,37
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	715.152,82	715.152,82	0,00
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	137.336,76	0,00	137.336,76
		93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.008.432,93	2.997.372,96	11.059,97
646 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	Total Fonte		38.501.967,38	38.501.967,38	0,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	38.501.967,38	38.501.967,38	0,00
		71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	38.501.967,38	38.501.967,38	0,00
648 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	Total Fonte		21.903.998,22	10.092.386,95	11.811.611,27
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	21.903.998,22	10.092.386,95	11.811.611,27
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	518.181,41	518.181,41	0,00
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	8.707.645,82	8.682.600,55	25.045,27
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.352.211,60	565.645,60	11.786.566,00
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	325.959,39	325.959,39	0,00
650 - RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	Total Fonte		186.090.869,45	186.089.314,73	1.554,72
	40 - Transferências a Municípios	Total Modalidade	5.591.773,00	5.591.773,00	0,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	5.591.773,00	5.591.773,00	0,00
	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Total Modalidade	119.999.999,98	119.999.999,98	0,00
		85 - CONTRATO DE GESTÃO	119.999.999,98	119.999.999,98	0,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	60.499.096,47	60.497.541,75	1.554,72

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
650 - RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	90 - Aplicações Diretas	11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	52.273.049,19	52.271.494,47	1.554,72
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.318.255,28	5.318.255,28	0,00
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	631.063,10	631.063,10	0,00
		46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	2.276.728,90	2.276.728,90	0,00
Total Fonte			77.098.681,17	77.098.681,08	0,09
651 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	40 - Transferências a Municípios	Total Modalidade	15.583.862,00	15.583.862,00	0,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	15.583.862,00	15.583.862,00	0,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	61.514.819,17	61.514.819,08	0,09
		34 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	13.928.208,27	13.928.208,25	0,02
		37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	35.122.921,99	35.122.921,92	0,07
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.073.400,88	3.073.400,88	0,00
		46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	9.390.288,03	9.390.288,03	0,00
	Total Fonte			398.912.160,25	340.109.963,19
670 - OUT. FONTES, RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	40 - Transferências a Municípios	Total Modalidade	12.067.492,16	12.067.492,16	0,00
		42 - AUXÍLIOS	12.067.492,16	12.067.492,16	0,00
	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Total Modalidade	6.829.757,70	6.829.557,70	200,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	6.829.757,70	6.829.557,70	200,00
	60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	Total Modalidade	260.000,00	260.000,00	0,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	260.000,00	260.000,00	0,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	130.371.025,79	71.714.429,70	58.656.596,09
		11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.529.361,78	7.529.361,78	0,00
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	12.796,10	12.796,10	0,00
		15 - DIÁRIAS - MILITAR	1.914,64	1.914,64	0,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO		3.688.786,02	2.957.693,30	731.092,72	
35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15.440,00	15.440,00	0,00		

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
670 - OUT. FONTES, RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	90 - Aplicações Diretas	36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	974.466,49	950.318,80	24.147,69
		37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	19.869.789,45	18.109.776,56	1.760.012,89
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	46.588.028,55	12.697.981,43	33.890.047,12
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	6.442.776,35	254.237,25	6.188.539,10
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.104.592,21	705.173,13	399.419,08
		48 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	11.369.040,00	11.332.845,00	36.195,00
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	21.802.016,71	12.258.361,37	9.543.655,34
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.289.797,00	32.402,00	2.257.395,00
		62 - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	407.608,34	407.608,34	0,00
		66 - CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	7.084.158,48	3.259.321,40	3.824.837,08
	92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.992,40	1.992,40	0,00	
	93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.188.461,27	1.187.206,20	1.255,07	
		Total Modalidade	249.383.884,60	249.238.483,63	145.400,97
	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	616.361,68	616.361,68	0,00
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	3.654.518,97	3.509.118,00	145.400,97
		41 - CONTRIBUIÇÕES	245.091.558,46	245.091.558,46	0,00
47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		21.445,49	21.445,49	0,00	
	Total Fonte	31.758.317,13	30.550.902,34	1.207.414,79	
673 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - OUTRAS	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	31.758.317,13	30.550.902,34	1.207.414,79
		18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	314.064,00	286.888,00	27.176,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	1.628.542,39	1.301.882,36	326.660,03
		34 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	4.296.812,22	4.294.008,16	2.804,06
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	316.328,00	299.248,00	17.080,00
		37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	10.387.505,65	10.383.633,49	3.872,16

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
673 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - OUTRAS	90 - Aplicações Diretas	39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	970.333,81	864.593,68	105.740,13
		52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.844.731,06	13.120.648,65	724.082,41
Total Fonte			6.557.504,08	6.549.664,89	7.839,19
676 - RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	6.557.504,08	6.549.664,89	7.839,19
		20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	5.549.525,09	5.549.525,09	0,00
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.007.978,99	1.000.139,80	7.839,19
Total Fonte			4.268,24	4.268,24	0,00
679 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	4.268,24	4.268,24	0,00
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	4.268,24	4.268,24	0,00
Total Fonte			964.051,74	964.051,74	0,00
680 - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	964.051,74	964.051,74	0,00
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	964.051,74	964.051,74	0,00
Total Fonte			43.792.232,45	36.299.792,58	7.492.439,87
682 - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	43.792.232,45	36.299.792,58	7.492.439,87
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	460.324,23	460.324,23	0,00
		15 - DIÁRIAS - MILITAR	13.608,56	13.608,56	0,00
		18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.734.913,00	1.734.913,00	0,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	139.814,47	128.592,62	11.221,85
		32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.172.870,51	3.008.957,59	163.912,92
		33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	28.198,12	28.198,12	0,00
		36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.851.148,00	2.851.148,00	0,00
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.009.835,69	978.266,30	3.031.569,39
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00
		47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	55.000,00	0,00	55.000,00
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	29.375.775,65	26.459.966,05	2.915.809,60
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.842.695,47	574.590,20	1.268.105,27		

Impresso em 03/04/2023 11:30 - Consulta: 008745



Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
682 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	90 - Aplicações Diretas	61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	2.055,00	2.055,00	0,00
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	66.555,51	19.734,67	46.820,84
		93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	39.438,24	39.438,24	0,00
Total Fonte			1.832.651,61	1.713.772,68	118.878,93
686 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	1.832.651,61	1.713.772,68	118.878,93
		51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.832.651,61	1.713.772,68	118.878,93
		Total Fonte	9.290.686,94	9.290.686,94	0,00
688 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS	60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	Total Modalidade	201.554,90	201.554,90	0,00
		45 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	201.554,90	201.554,90	0,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	3.238.121,81	3.238.121,81	0,00
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	3.548,40	3.548,40	0,00
		20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	3.114.893,45	3.114.893,45	0,00
		33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	47.045,91	47.045,91	0,00
		92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.048,00	3.048,00	0,00
		93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	69.586,05	69.586,05	0,00
	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal	Total Modalidade	5.851.010,23	5.851.010,23	0,00
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	5.851.010,23	5.851.010,23	0,00
Total Fonte			27.149.028,78	13.397.346,94	13.751.681,84
691 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Total Modalidade	1.561.470,64	1.561.470,64	0,00
		85 - CONTRATO DE GESTÃO	1.561.470,64	1.561.470,64	0,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	25.587.558,14	11.835.876,30	13.751.681,84
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	9.644.620,35	5.816.656,72	3.827.963,63
		32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	6.462.403,43	0,00	6.462.403,43
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.363.612,98	2.053.930,54	309.682,44
		40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	12.100,00	12.100,00	0,00
		85 - CONTRATO DE GESTÃO	6.154.000,53	3.179.362,67	2.974.637,86
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	24.521,48	0,00	24.521,48		

Impresso em 03/04/2023 11:30 - Consulta: 008745

Fonte de Recurso	Modalidade	Elemento	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
691 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	90 - Aplicações Diretas	93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	926.299,37	773.826,37	152.473,00
		Total Fonte	7.839.756,67	2.952.533,78	4.887.222,89
692 - REPASSE FUNDO A FUNDO	41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	Total Modalidade	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Total Modalidade	397.500,00	397.500,00	0,00
		41 - CONTRIBUIÇÕES	397.500,00	397.500,00	0,00
	90 - Aplicações Diretas	Total Modalidade	6.442.256,67	1.555.033,78	4.887.222,89
		14 - DIÁRIAS - CIVIL	2.112,56	2.112,56	0,00
		30 - MATERIAL DE CONSUMO	62.612,27	30.810,31	31.801,96
		39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	312.460,21	298.162,49	14.297,72
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		6.065.071,63	1.223.948,42	4.841.123,21	
Total			34.591.952.851,53	33.370.511.346,92	1.221.441.504,61



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**COORDENADORIA DO TESOUREIADO ESTADUAL**  
**CEDIP - CÉLULA DA DÍVIDA PÚBLICA**

**1014311X**  
**06/02/2023 10:04**  
**DATA-BASE: 31/12/2022**

**ANEXO 16**

NUM	CREADOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO			MOVIMENTO DO EXERCÍCIO							SALDO PARA EXERC SIZG	
				PRZ	JURO	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS		
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS</b>															
1	CEF	ESTADO DO CEARÁ	111.02.01.166/01-0	30/06/2020	2,67	5,10	UNID.PAD.REFIN.	214.431,30	482.132,65	0,00	4.866,31	285.998,90	18.085,70	3.546,22	201.000,06
2	CEF	ESTADO DO CEARÁ	111.02.01.167/01-4	30/06/2020	3,25	5,00	UNID.PAD.REFIN.	288.665,51	951.911,15	0,00	11.205,55	412.272,20	38.476,54	7.695,31	550.844,50
3	CEF	ESTADO DO CEARÁ	111.02.01.168/01-8	30/06/2020	3,25	5,00	UNID.PAD.REFIN.	364.579,75	1.199.372,88	0,00	14.118,57	519.447,74	48.479,05	9.695,81	694.043,71
4	CEF	ESTADO DO CEARÁ	111.02.01.172/01-0	30/06/2020	1,17	6,50	UNID.PAD.REFIN.	126.958,73	51.950,37	0,00	15,75	51.966,12	422,56	216,60	0,00
5	CEF	ESTADO DO CEARÁ	111.02.01.173/01-4	30/06/2020	1,42	6,50	UNID.PAD.REFIN.	113.725,27	107.923,37	0,00	106,78	108.030,15	1.761,19	1.047,36	0,00
6	CEF	ESTADO DO CEARÁ	111.02.01.174/01-8	30/06/2020	13,17	6,00	UNID.PAD.REFIN.	10.433.966,26	109.156.340,19	25.519,39	1.714.678,04	6.320.968,23	6.412.954,44	2.458.376,72	104.575.569,39
7	CEF	ESTADO DO CEARÁ	111.02.01.175/01-1	30/06/2020	13,25	5,00	UNID.PAD.REFIN.	3.628.625,58	43.748.354,91	952.939,65	692.552,22	2.691.172,88	2.153.792,84	990.792,43	42.702.673,90
8	CEF	ESTADO DO CEARÁ	111.02.01.176/01-5	30/06/2020	13,67	5,50	UNID.PAD.REFIN.	8.387.312,46	118.700.489,34	14.398.183,18	1.978.736,49	7.005.649,16	6.642.325,58	3.022.111,31	128.071.759,85
9	CEF	ESTADO DO CEARÁ	111.02.01.177/01-9	30/06/2020	13,67	5,50	UNID.PAD.REFIN.	1.637.992,79	17.428.339,31	1.807.712,65	271.875,25	1.046.458,01	994.028,56	452.075,02	18.461.469,20
10	CEF	ESTADO DO CEARÁ	111.02.01.178/01-2	30/06/2020	12,42	8,10	314-URTJLP	36.792.194,07	60.483.919,79	0,00	428.407,76	4.478.075,64	4.638.873,90	0,00	56.434.251,91
11	CEF	ESTADO DO CEARÁ	111.02.01.179/01-6	30/06/2020	12,67	8,10	314-URTJLP	61.040.248,10	95.447.000,79	383.485,87	679.014,52	6.945.373,03	7.342.259,23	0,00	89.564.128,15
12	CEF	ESTADO DO CEARÁ	111.02.01.180/01-8	30/06/2020	6,83	8,10	314-URTJLP	45.426.922,21	52.542.712,85	14.354.808,72	398.464,12	10.010.870,62	4.191.940,88	7.200,00	57.285.115,07
13	BNDES	ESTADO DO CEARÁ	111.03.01.045/01-0	07/07/2020	6,25	7,90	314-URTJLP	319.383.883,51	367.555.000,95	7.042.507,71	2.439.591,42	71.153.428,71	26.272.760,64	0,00	305.883.671,37
14	BNDES	ESTADO DO CEARÁ	111.03.01.046/01-4	07/08/2020	3,50	8,00	314-URTJLP	72.286.635,42	28.340.976,12	0,00	156.041,65	11.366.269,42	1.809.111,51	0,00	17.130.748,35
15	BNDES	ESTADO DO CEARÁ	111.03.01.048/01-1	10/08/2020	6,00	7,90	314-URTJLP	178.080.498,26	144.202.699,39	0,00	931.881,72	28.916.554,06	10.115.801,30	0,00	116.218.027,05
16	BNDES	ESTADO DO CEARÁ	111.03.01.049/01-5	20/08/2020	4,00	7,90	314-URTJLP	299.844.332,55	215.549.296,95	0,00	1.255.505,69	72.039.138,01	14.097.773,06	0,00	144.765.664,63
17	BNDES	ESTADO DO CEARÁ	111.03.01.050/01-7	20/08/2020	7,00	3,40	143-UMSELIC	98.181.421,49	119.233.495,59	0,00	13.402.804,70	20.999.087,24	3.889.775,42	0,00	111.637.213,05
18	BNDES	ESTADO DO CEARÁ	111.03.01.051/01-0	25/08/2020	28,83	7,10	REAL	1.000.000.000,00	349.724.797,87	60.000.000,00	0,00	14.372.191,66	42.270.085,42	0,00	395.352.606,21
19	BNDES	ESTADO DO CEARÁ	111.03.01.052/01-4	20/08/2020	9,42	7,10	314-URTJLP	222.997.041,66	142.569.414,03	0,00	994.603,40	13.918.303,54	11.043.061,38	0,00	129.645.713,89
20	BNDES	ESTADO DO CEARÁ	111.03.01.053/01-8	20/08/2020	22,00	7,10	314-URTJLP	126.984.426,39	223.633.041,04	0,00	1.616.721,89	9.344.808,90	17.684.376,77	0,00	215.904.954,03
21	BNDES	ESTADO DO CEARÁ	111.03.01.054/01-1	20/08/2020	10,00	8,20	321-URTJLP 365/366	10.528.813,99	5.422.939,35	2.906.232,11	45.125,00	639.482,59	467.960,37	0,00	7.734.813,87
22	BNDES	ESTADO DO CEARÁ	111.03.01.055/01-5	02/09/2020	5,83	8,00	314-URTJLP	96.244.212,06	100.275.524,51	0,00	644.703,76	20.801.341,56	7.095.929,03	0,00	80.118.886,71
23	BB	ESTADO DO CEARÁ	111.04.01.013/01-8	22/11/2017	9,00	16,38	REAL	1.150.000.000,00	831.867.333,52	0,00	0,00	138.644.555,56	110.062.733,46	0,00	693.222.777,96
24	BB	ESTADO DO CEARÁ	111.04.01.014/01-1	22/12/2017	21,08	7,10	314-URTJLP	424.958.652,47	743.636.335,53	0,00	5.369.891,02	32.424.916,27	58.767.965,23	0,00	716.581.310,28
25	BB	ESTADO DO CEARÁ	111.04.01.015/01-5	22/12/2017	12,58	8,10	314-URTJLP	34.574.789,27	59.095.548,76	0,00	418.847,78	4.317.342,32	5.260.533,19	0,00	55.197.054,22
26	BB	ESTADO DO CEARÁ	111.04.01.016/01-9	02/12/2019	9,50	16,38	REAL	183.466.666,67	154.498.245,62	0,00	0,00	19.312.280,70	21.029.294,83	0,00	135.185.964,92
27	BB	ESTADO DO CEARÁ	111.04.01.017/01-2	13/05/2020	9,50	16,11	REAL	800.000.000,00	724.253.146,69	0,00	0,00	85.206.252,52	94.288.801,09	72,00	639.046.894,17
28	BB	ESTADO DO CEARÁ	111.04.01.018/01-6	15/06/2021	9,50	16,24	REAL	940.000.000,00	940.000.000,00	0,00	0,00	98.947.368,42	129.593.528,62	0,00	841.052.631,58
29	BNB	ESTADO DO CEARÁ	111.05.01.027/01-5	23/09/2020	7,50	4,38	DÓLAR	21.900.000,00	43.370.854,41	0,00	-3.109.144,81	5.665.517,56	1.040.100,69	708.619,63	34.596.192,04
30	BNB	ESTADO DO CEARÁ	111.05.01.028/01-9	23/09/2020	7,50	4,38	DÓLAR	38.100.000,00	76.887.904,35	0,00	-5.512.113,85	10.043.836,57	1.832.231,91	1.244.229,37	61.331.953,93
31	STN	ESTADO DO CEARÁ	111.21.01.019/01-3	22/12/2017	29,83	4,00	URCAM	954.224.000,00	1.058.417.382,81	0,00	77.273.664,78	28.256.888,08	39.920.407,91	743.853,46	1.107.434.161,51
32	SANTANDER	ESTADO DO CEARÁ	111.35.01.001/01-1	02/12/2019	9,50	16,38	REAL	183.466.666,66	154.498.245,61	0,00	0,00	19.312.280,70	21.029.294,83	0,00	135.185.964,91
33	ITAU	ESTADO DO CEARÁ	111.36.01.001/01-0	02/12/2019	9,50	16,38	REAL	183.466.666,67	154.498.245,62	0,00	0,00	19.312.280,70	21.029.294,83	0,00	135.185.964,92
<b>TOTAL GERAL</b>								<b>7.137.830.876,32</b>	<b>101.871.389,28</b>	<b>102.122.165,51</b>	<b>764.870.405,77</b>	<b>671.084.221,96</b>	<b>9.649.459,24</b>	<b>6.576.954.025,34</b>	
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA - PARCELAMENTO</b>															
1	RFB	ESTADO DO CEARÁ	111.28.01.001/01-7	14/06/2002	25,25	0,00	SELIC	2.412.050,17	9.707.193,09	0,00	651.561,22	1.824.120,47	0,00	0,00	8.534.633,84
2	RFB	ESTADO DO CEARÁ	111.28.01.013/01-9	09/05/2019	5,00	0,00	SELIC	737.557,78	2.434.797,71	0,00	211.873,90	1.098.012,89	0,00	0,00	1.548.658,72
3	RFB	ESTADO DO CEARÁ	111.28.01.015/01-6	09/05/2019	5,00	0,00	SELIC	5.091.082,97	16.806.492,64	0,00	1.462.484,73	7.579.169,69	0,00	0,00	10.689.807,68



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**COORDENADORIA DO TESOIRO ESTADUAL**  
**CEDIP - CÉLULA DA DÍVIDA PÚBLICA**

**1014311X**  
**06/02/2023 10:04**  
 DATA-BASE: 31/12/2022

**ANEXO 16**

NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO			MOVIMENTO DO EXERCÍCIO								
				DATA	PRZ ANOS	JURO AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
							<b>TOTAL GERAL</b>	<b>28.948.483,44</b>	<b>0,00</b>	<b>2.325.919,85</b>	<b>10.501.303,05</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.773.100,24</b>	
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA - PARCELAMENTO INDIRETO</b>															
1	RFB	INSTITUTO DE SAÚDE DOS	421.28 15 010-01-1	22/08/2017	12,50	0,00	SELIC	75.368,82	505.853,17	0,00	41.496,83	65.201,95	0,00	0,00	482.148,05
2	RFB	AGÊNCIA DE DEFESA	421.28 17 006-01-1	23/08/2013	19,58	0,00	SELIC	65.018,36	353.182,86	0,00	27.827,24	45.031,87	0,00	0,00	335.978,23
3	RFB	ESCOLA DE SAÚDE	421.28 18 007-01-1	23/08/2013	19,58	0,00	SELIC	76.475,90	551.346,80	0,00	38.797,92	57.314,94	0,00	0,00	532.829,78
4	RFB	EMPRESA DE ASSIST. TEC.	421.28 20 018-01-6	24/12/2021	5,00	0,00	SELIC	108.551,43	0,00	976.691,50	112.041,09	192.984,29	0,00	0,00	895.748,30
5	PGFN	EMPRESA DE ASSIST. TEC.	421.33 20 002-01-8	16/12/2020	4,58	0,00	SELIC	518.097,87	765.196,47	0,00	72.770,15	195.463,87	0,00	0,00	642.502,75
							<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.175.579,30</b>	<b>976.691,50</b>	<b>292.933,23</b>	<b>555.996,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.889.207,11</b>	
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA - PRECATORIOS</b>															
1		ESTADO DO CEARA	111.29 01 001-01-5	09/12/2009	17,50	0,00	REAL	406.147.962,85	465.267.285,40	193.059.623,05	18.194.405,65	107.937.027,06	0,00	0,00	568.584.287,04
							<b>TOTAL GERAL</b>	<b>465.267.285,40</b>	<b>193.059.623,05</b>	<b>18.194.405,65</b>	<b>107.937.027,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>568.584.287,04</b>	
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA - DEPOSITOS JUDICIAIS</b>															
1	TJ - DJ	ESTADO DO CEARA	411.34 01 001-01-3	31/12/2018	30,00	0,00	REAL	595.528.609,64	647.134.187,22	0,00	46.211.464,03	0,00	0,00	693.345.651,25	
							<b>TOTAL GERAL</b>	<b>647.134.187,22</b>	<b>0,00</b>	<b>46.211.464,03</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>693.345.651,25</b>	
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA - GARANTIAS</b>															
1	CEF	COHAB	121.02 05 165-01-3	30/08/2018	15,00	3,08	UNID.PAD.REFIN.	17.006.731,11	303.395.643,14	0,00	4.717.471,81	22.079.450,57	9.086.953,55	0,00	286.033.664,38
							<b>TOTAL GERAL</b>	<b>303.395.643,14</b>	<b>0,00</b>	<b>4.717.471,81</b>	<b>22.079.450,57</b>	<b>9.086.953,55</b>	<b>0,00</b>	<b>286.033.664,38</b>	
<b>DÍVIDA FUNDADA EXTERNA - CONTRATOS</b>															
1	BIRD	ESTADO DO CEARA	211.10 01 008-01-1	07/07/2006	12,00	3,56	DÓLAR	37.500.000,00	26.012.106,80	0,00	-785.533,95	17.223.924,27	108.201,37	2.200,00	8.002.648,58
2	BIRD	ESTADO DO CEARA	211.10 01 009-01-5	19/03/2009	18,00	4,59	DÓLAR	240.000.000,00	1.001.598.603,49	0,00	-66.947.773,10	81.132.799,25	12.632.279,17	0,00	853.518.031,14
3	BIRD	ESTADO DO CEARA	211.10 01 010-01-7	22/09/2009	15,00	5,91	DÓLAR	103.000.000,00	301.702.626,07	0,00	-21.103.008,96	33.706.292,69	4.858.464,39	0,00	246.893.324,42
4	BIRD	ESTADO DO CEARA	211.10 01 011-01-0	22/12/2009	15,00	5,39	DÓLAR	46.000.000,00	205.413.741,27	0,00	-14.030.514,32	15.308.809,00	3.177.586,32	0,00	176.074.417,95
5	BIRD	ESTADO DO CEARA	211.10 01 012-01-0	03/10/2012	20,00	3,21	DÓLAR	100.000.000,00	427.330.930,91	0,00	-27.855.413,53	26.550.673,62	8.382.830,64	0,00	372.924.843,76
6	BIRD	ESTADO DO CEARA	211.10 01 013-01-4	19/12/2013	24,00	5,28	DÓLAR	350.000.000,00	1.853.368.613,83	0,00	-121.348.381,46	55.024.468,25	19.361.849,58	0,00	1.676.995.764,12
7	BIRD	ESTADO DO CEARA	211.10 01 014-01-8	30/12/2019	26,00	5,81	DÓLAR	100.000.000,00	59.990.375,00	68.365.150,00	-6.522.230,00	0,00	1.532.387,35	1.084.537,71	121.833.295,00
8	BIRD	ESTADO DO CEARA	211.10 01 015-01-1	30/12/2019	26,00	5,77	DÓLAR	139.880.000,00	23.882.311,93	84.524.326,79	-565.371,24	0,00	453.205,43	1.735.451,60	107.841.267,48
9	BID	ESTADO DO CEARA	211.18 01 005-01-6	21/05/1997	18,00	3,99	DÓLAR	42.000.000,00	7.617.414,14	0,00	-867.461,10	6.749.953,04	144.988,98	1.100,00	0,00
10	BID	ESTADO DO CEARA	211.18 01 007-01-3	20/05/2009	16,00	4,27	DÓLAR	41.000.000,00	117.045.905,45	0,00	-7.585.489,14	14.615.444,56	2.657.034,69	0,00	94.844.971,75
11	BID	ESTADO DO CEARA	211.18 01 008-01-7	22/12/2009	20,00	4,27	DÓLAR	77.000.000,00	279.513.007,53	0,00	-17.141.851,40	21.133.050,42	3.810.361,55	0,00	241.238.105,71
12	BID	ESTADO DO CEARA	211.18 01 009-01-0	22/12/2009	20,00	4,27	DÓLAR	158.620.000,00	575.366.291,56	0,00	-39.156.140,11	39.631.207,00	10.731.034,37	0,00	496.578.944,45
13	BID	ESTADO DO CEARA	211.18 01 010-01-2	22/12/2009	20,00	4,27	DÓLAR	45.000.000,00	166.778.779,47	0,00	-10.228.135,98	12.609.589,81	2.273.552,32	0,00	143.941.053,68
14	BID	ESTADO DO CEARA	211.18 01 011-01-6	25/11/2010	20,00	4,27	DÓLAR	150.000.000,00	452.517.590,40	0,00	-30.216.685,87	29.423.750,55	8.024.517,32	0,00	392.877.153,98



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**COORDENADORIA DO TESOIRO ESTADUAL**  
**CEDIP - CÉLULA DA DÍVIDA PÚBLICA**

**1014311X**  
**06/02/2023 10:04**  
 DATA-BASE: 31/12/2022

**ANEXO 16**

NUM	CREDO	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ ANOS	JURO AA	MOED	CONDICÕES DA OPERAÇÃO				MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			
								VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
<b>DÍVIDA FUNDADA EXTERNA - CONTRATOS</b>															
15	BID	ESTADO DO CEARÁ	211.18.01 012/01-6	02/09/2013	11,00	4,27	DÓLAR	66.500.000,00	332.684.997,10	0,00	-21.734.042,60	13.418.699,67	7.175.993,09	0,00	297.532.254,83
16	BID	ESTADO DO CEARÁ	211.18.01 013/01-0	27/12/2013	20,00	4,27	DÓLAR	400.000.000,00	1.897.370.000,00	0,00	-124.766.000,00	102.940.000,00	25.245.007,63	0,00	1.669.664.000,00
17	BID	ESTADO DO CEARÁ	211.18.01 014/01-3	01/06/2016	20,00	4,27	DÓLAR	200.000.000,00	1.064.444.125,75	21.698.202,21	-67.177.228,04	50.972.403,57	15.724.272,59	40.907,09	967.992.696,35
18	BID	ESTADO DO CEARÁ	211.18.01 015/01-7	01/06/2016	20,00	4,27	DÓLAR	50.000.000,00	178.686.559,30	56.886.163,23	-11.391.241,22	10.496.434,26	4.039.592,00	302.765,08	213.685.047,05
19	BID	ESTADO DO CEARÁ	211.18.01 016/01-0	28/12/2017	20,00	4,27	DÓLAR	123.000.000,00	483.756.481,78	60.099.386,63	-33.241.382,23	0,00	9.856.347,93	823.783,99	510.614.486,18
20	BID	ESTADO DO CEARÁ	211.18.01 017/01-4	17/10/2018	20,00	4,27	DÓLAR	70.000.000,00	239.489.376,47	53.709.502,95	-16.858.694,14	0,00	5.085.569,59	613.166,78	276.340.185,28
21	BID	ESTADO DO CEARÁ	211.18.01 018/01-8	30/12/2021	19,50	4,27	DÓLAR	52.156.000,00	0,00	5.654.254,48	-202.493,68	0,00	33.383,68	732.145,36	5.451.760,80
22	BID	ESTADO DO CEARÁ	211.18.01 019/01-1	29/12/2021	19,50	4,27	DÓLAR	28.000.000,00	0,00	28.552.794,92	900.686,16	0,00	0,00	286.677,06	29.453.481,08
23	BID	ESTADO DO CEARÁ	211.18.01 020/01-3	17/11/2022	20,00	4,27	DÓLAR	31.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	BID	ESTADO DO CEARÁ	211.18.01 021/01-7	29/11/2022	20,00	4,27	DÓLAR	150.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	KFW	ESTADO DO CEARÁ	211.19.01 002/01-3	07/12/2005	15,00	4,50	EURO	8.691.961,98	14.670.800,68	0,00	-1.757.137,03	3.217.550,00	542.787,32	0,00	9.696.113,65
26	KFW	ESTADO DO CEARÁ	211.19.01 003/01-3	26/06/2019	10,00	2,30	EURO	50.000.000,00	5.069.107,49	26.485.908,99	-152.625,41	0,00	179.844,99	620.942,92	31.402.391,07
27	OECF	ESTADO DO CEARÁ	211.23.01 002/01-3	01/08/1997	18,50	2,30	IENE	778.000.000,00	553.527,40	0,00	-65.893,40	487.634,00	8.690,38	5.254,00	0,00
28	MLW	ESTADO DO CEARÁ	211.24.01 021/01-3	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	3.744.684,47	8.453.625,31	0,00	-1.016.895,84	2.967.662,41	194.727,45	0,00	4.469.067,06
29	MLW	ESTADO DO CEARÁ	211.24.01 022/01-7	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	3.744.684,47	10.144.350,34	0,00	-1.289.214,64	2.896.379,67	231.912,53	0,00	5.958.756,03
30	MLW	ESTADO DO CEARÁ	211.24.01 023/01-0	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	5.349.549,25	14.491.928,95	0,00	-1.730.923,08	4.248.497,38	340.656,47	0,00	8.512.508,49
31	MLW	ESTADO DO CEARÁ	211.24.01 024/01-4	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	5.349.549,25	16.907.250,44	0,00	-2.091.291,66	4.175.323,18	397.194,96	0,00	10.640.635,60
32	MLW	ESTADO DO CEARÁ	211.24.01 025/01-8	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	2.581.104,87	9.322.950,93	0,00	-1.001.855,88	2.160.292,55	237.330,65	0,00	6.160.802,50
33	MLW	ESTADO DO CEARÁ	211.24.01 026/01-1	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	2.714.143,30	11.028.921,25	0,00	-1.265.992,75	2.204.853,71	274.495,52	0,00	7.558.074,79
34	MLW	ESTADO DO CEARÁ	211.24.01 027/01-5	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	2.938.322,50	14.593.178,67	0,00	-1.857.523,53	2.215.495,18	338.924,55	0,00	10.020.159,96
35	MLW	ESTADO DO CEARÁ	211.24.01 028/01-9	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	3.568.708,00	22.557.803,27	0,00	-2.762.613,33	2.758.993,60	544.846,22	0,00	17.036.196,34
36	MLW	ESTADO DO CEARÁ	211.24.01 029/01-2	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	3.971.816,25	0,00	24.512.858,35	-2.404.253,86	1.568.016,31	320.502,55	0,00	20.540.588,18
37	MLW	ESTADO DO CEARÁ	211.24.01 030/01-4	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	2.551.491,75	0,00	15.633.245,10	-1.425.591,34	1.012.395,47	206.933,64	0,00	13.195.258,29
38	MLW	ESTADO DO CEARÁ	211.24.01 031/01-8	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	3.299.431,40	0,00	16.633.423,52	1.742.429,72	0,00	0,00	0,00	18.375.853,24
39	MLW	ESTADO DO CEARÁ	211.24.01 032/01-1	09/09/2022	7,00	2,92	EURO	830.723,70	0,00	4.306.803,95	319.828,62	0,00	0,00	0,00	4.626.632,57
40	MLW	ESTADO DO CEARÁ	211.24.01 033/01-5	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	4.386.773,50	0,00	24.571.195,73	-139.499,40	0,00	0,00	0,00	24.431.696,33
41	MLW	ESTADO DO CEARÁ	211.24.01 034/01-9	11/05/2016	8,50	2,92	EURO	12.607.517,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	CAF	ESTADO DO CEARÁ	211.26.01 001/01-0	28/08/2013	8,00	6,25	DÓLAR	112.000.000,00	309.610.393,35	0,00	-22.062.618,59	70.436.295,11	7.898.481,79	211.760,95	217.111.479,65
43	CAF	ESTADO DO CEARÁ	211.26.01 002/01-4	29/11/2022	13,00	3,29	DÓLAR	60.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	FIDA	ESTADO DO CEARÁ	211.27.01 001/01-9	28/06/2013	15,00	1,40	SDR	20.624.403,00	108.057.049,66	0,00	-12.900.770,94	9.252.085,86	1.753.169,66	0,00	85.904.192,86
45	FIDA	ESTADO DO CEARÁ	211.27.01 002/01-2	28/06/2013	15,00	0,99	EURO	5.948.482,00	25.066.886,29	0,00	-3.042.111,25	2.147.107,47	265.308,70	0,00	19.877.667,57
								<b>TOTAL GERAL</b>	<b>10.265.097.612,28</b>	<b>491.633.216,85</b>	<b>-693.728.939,50</b>	<b>642.686.081,86</b>	<b>159.044.267,37</b>	<b>6.460.692,54</b>	<b>9.420.315.807,77</b>
								<b>TOTAL CONTRATOS / PARCELAMENTOS / PRECATÓRIOS / DEPÓSITOS JUDICIAIS / GARANTIAS</b>	<b>18.849.849.677,10</b>	<b>787.540.920,68</b>	<b>-519.864.579,42</b>	<b>1.548.630.265,23</b>	<b>839.215.442,88</b>	<b>16.110.151,78</b>	<b>17.568.895.743,13</b>
<b>DÍVIDA FUNDADA EXTERNA - GARANTIAS</b>															
1	BID	CAGECE - CIA.DE AGUAS E	421.18.02 001/01-2	22/10/2004	20,00	4,11	DÓLAR	100.000.000,00	226.226.790,09	0,00	-15.077.486,90	26.423.176,69	12.379.478,80	0,00	184.726.126,50
								<b>TOTAL GERAL</b>	<b>226.226.790,09</b>	<b>0,00</b>	<b>-15.077.486,90</b>	<b>26.423.176,69</b>	<b>12.379.478,80</b>	<b>0,00</b>	<b>184.726.126,50</b>
								<b>TOTAL GARANTIAS INTERNA E EXTERNA</b>	<b>226.226.790,09</b>	<b>0,00</b>	<b>-15.077.486,90</b>	<b>26.423.176,69</b>	<b>12.379.478,80</b>	<b>0,00</b>	<b>184.726.126,50</b>



ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
COORDENADORIA DO TESOIRO ESTADUAL  
CEDIP - CÉLULA DA DÍVIDA PÚBLICA

1014311X  
06/02/2023 10:04  
DATA-BASE: 31/12/2022

**ANEXO 16**

CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO										MOVIMENTO DO EXERCÍCIO					
NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ ANOS	JURO AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45

Anexo XII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) =(c-b)
<b>Receitas Correntes (I)</b>	<b>27.677.596.106,00</b>	<b>30.780.227.817,67</b>	<b>34.159.005.349,66</b>	<b>3.378.777.531,99</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.231.512.066,00	12.448.343.286,76	13.845.922.214,32	1.397.578.927,56
Receita de Contribuições	2.571.941.462,00	2.728.941.462,00	3.104.896.693,39	375.955.231,39
Receita Patrimonial	593.453.591,00	602.580.078,88	1.269.976.313,32	667.396.234,44
Receita Agropecuária	0,00	0,00	8.528,44	8.528,44
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	381.748.432,00	387.939.995,59	414.817.472,15	26.877.476,56
Transferências Correntes	10.776.127.904,00	13.476.420.280,65	14.242.627.790,15	766.207.509,50
Outras Receitas Correntes	1.122.812.651,00	1.136.002.713,79	1.280.756.337,89	144.753.624,10
<b>Receitas de Capital (II)</b>	<b>2.051.771.395,00</b>	<b>2.062.348.355,96</b>	<b>783.845.422,00</b>	<b>-1.278.502.933,96</b>
Operações de Crédito	1.386.245.478,00	1.396.009.307,00	593.504.606,13	-802.504.700,87
Alienação de Bens	74.004,00	74.004,00	93.021,98	19.017,98
Amortização de Empréstimos	19.340.000,00	19.340.000,00	6.536.010,84	-12.803.989,16
Transferências de Capital	646.111.913,00	646.925.044,96	183.711.783,05	-463.213.261,91
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>29.729.367.501,00</b>	<b>32.842.576.173,63</b>	<b>34.942.850.771,66</b>	<b>2.100.274.598,03</b>
<b>Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)</b>	<b>29.729.367.501,00</b>	<b>32.842.576.173,63</b>	<b>34.942.850.771,66</b>	<b>2.100.274.598,03</b>
<b>Déficit (VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>29.729.367.501,00</b>	<b>32.842.576.173,63</b>	<b>34.942.850.771,66</b>	<b>2.100.274.598,03</b>
<b>Saldos de Exercícios Anteriores</b>	<b>0,00</b>	<b>6.837.749.969,47</b>	<b>4.315.600.612,39</b>	<b>-2.522.149.357,08</b>
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	6.837.749.969,47	4.315.600.612,39	-2.522.149.357,08
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:45

Anexo XII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
<b>Despesas Correntes (VIII)</b>	<b>24.985.210.390,00</b>	<b>30.053.013.684,21</b>	<b>29.131.506.398,59</b>	<b>28.403.408.372,30</b>	<b>28.268.139.238,51</b>	<b>921.507.285,62</b>
Pessoal e Encargos Sociais	15.340.166.110,00	17.258.749.905,27	16.927.044.748,92	16.926.370.395,07	16.838.329.676,63	331.705.156,35
Juros e Encargos da Dívida	606.273.888,00	864.273.888,00	855.325.594,66	855.325.594,66	855.325.594,66	8.948.293,34
Outras Despesas Correntes	9.038.770.392,00	11.929.989.890,94	11.349.136.055,01	10.621.712.382,57	10.574.483.967,22	580.853.835,93
<b>Despesas de Capital (IX)</b>	<b>4.440.757.559,00</b>	<b>6.974.696.243,44</b>	<b>5.460.446.452,94</b>	<b>5.117.905.894,48</b>	<b>5.102.372.108,41</b>	<b>1.514.249.790,50</b>
Investimentos	2.782.537.423,00	5.328.688.857,12	3.863.883.324,29	3.525.370.735,49	3.509.836.949,42	1.464.805.532,83
Inversões Financeiras	138.557.999,00	195.443.281,94	155.869.890,48	151.841.920,82	151.841.920,82	39.573.391,46
Amortização da Dívida	1.519.662.137,00	1.450.564.104,38	1.440.693.238,17	1.440.693.238,17	1.440.693.238,17	9.870.866,21
<b>Reserva de Contingência (X)</b>	<b>303.399.552,00</b>	<b>142.506.133,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>142.506.133,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)</b>	<b>29.729.367.501,00</b>	<b>37.170.216.060,65</b>	<b>34.591.952.851,53</b>	<b>33.521.314.266,78</b>	<b>33.370.511.346,92</b>	<b>2.578.263.209,12</b>
<b>Amortização da Dívida / Refinanciamento ( XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)</b>	<b>29.729.367.501,00</b>	<b>37.170.216.060,65</b>	<b>34.591.952.851,53</b>	<b>33.521.314.266,78</b>	<b>33.370.511.346,92</b>	<b>2.578.263.209,12</b>
<b>Superávit (XIV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>350.897.920,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL ( XV) = ( XIII + XIV)</b>	<b>29.729.367.501,00</b>	<b>37.170.216.060,65</b>	<b>34.942.850.771,66</b>	<b>33.521.314.266,78</b>	<b>33.370.511.346,92</b>	<b>2.578.263.209,12</b>
Reserva do RPPS	278.399.552,00	117.506.133,00	0,00	0,00	0,00	117.506.133,00

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:47

Anexo XII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
<b>Despesas Correntes</b>	<b>65.879.292,56</b>	<b>605.136.287,29</b>	<b>517.107.597,70</b>	<b>516.314.866,73</b>	<b>89.347.995,70</b>	<b>65.352.717,42</b>
Pessoal e Encargos Sociais	380.914,59	1.061.078,95	960.281,13	960.281,13	420.136,94	61.575,47
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	65.498.377,97	604.075.208,34	516.147.316,57	515.354.585,60	88.927.858,76	65.291.141,95
<b>Despesas de Capital</b>	<b>104.379.678,48</b>	<b>1.201.288.310,20</b>	<b>1.037.655.540,71</b>	<b>1.037.108.471,18</b>	<b>168.936.062,81</b>	<b>99.623.454,69</b>
Investimentos	104.305.761,84	1.196.284.399,58	1.032.655.540,71	1.032.108.471,18	168.862.146,17	99.619.544,07
Inversões Financeiras	73.916,64	5.003.910,62	5.000.000,00	5.000.000,00	73.916,64	3.910,62
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>170.258.971,04</b>	<b>1.806.424.597,49</b>	<b>1.554.763.138,41</b>	<b>1.553.423.337,91</b>	<b>258.284.058,51</b>	<b>164.976.172,11</b>

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:48

Anexo XII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)= (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
<b>Despesas Correntes</b>	<b>217.353,07</b>	<b>248.255.276,92</b>	<b>243.280.150,18</b>	<b>3.905.523,73</b>	<b>1.286.956,08</b>
Pessoal e Encargos Sociais	60.429,99	150.158.674,74	149.601.815,38	47.806,73	569.482,62
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	156.923,08	98.096.602,18	93.678.334,80	3.857.717,00	717.473,46
<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.713.962,98</b>	<b>5.190.974,40</b>	<b>5.112.461,92</b>	<b>908.422,17</b>	<b>884.053,29</b>
Investimentos	1.713.962,98	5.190.974,40	5.112.461,92	908.422,17	884.053,29
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.931.316,05</b>	<b>253.446.251,32</b>	<b>248.392.612,10</b>	<b>4.813.945,90</b>	<b>2.171.009,37</b>

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**BALANÇO FINANCEIRO**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:48

Anexo XIII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

<b>INGRESSOS</b>		
	<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>EXERCÍCIO ANTERIOR</b>
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>34.942.850.771,66</b>	<b>34.196.353.410,12</b>
Ordinária	24.909.789.452,42	25.303.254.148,09
Vinculada	10.033.067.666,27	8.893.099.262,03
Recursos Vinculados à Educação	2.806.458.058,79	2.413.242.059,19
Recursos Vinculados à Saúde	1.043.632.610,15	1.125.294.055,54
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	3.439.782.098,46	2.686.285.531,84
Recursos Vinculados à Assistência Social	71.363.633,47	69.692.251,26
Outras Destinações de Recursos	2.671.831.265,40	2.598.585.364,20
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>32.296.165.950,03</b>	<b>25.090.312.716,45</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	30.257.331.937,66	23.993.024.486,11
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	569.505.405,57	1.097.288.230,34
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	1.082.978.587,83	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o Sistema de Pagamento de Pensões Militares	386.350.018,97	0,00
<b>Recebimentos Extra-orçamentários (III)</b>	<b>59.667.419.619,98</b>	<b>36.859.574.269,79</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.070.638.584,75	1.806.424.597,49
Inscrição em Restos a Pagar Processados	150.802.919,86	253.446.251,32
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	58.032.588.746,17	34.459.681.312,31
Outros Recebimentos Extraorçamentários	413.389.369,20	340.022.108,67
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>10.251.207.760,07</b>	<b>8.165.792.227,85</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.172.191.041,11	8.129.159.796,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	79.016.718,96	36.632.431,35
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>	<b>137.157.644.101,74</b>	<b>104.312.032.624,21</b>



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**BALANÇO FINANCEIRO**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:48

Anexo XIII, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

<b>DISPÊNDIOS</b>		
	<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>EXERCÍCIO ANTERIOR</b>
<b>Despesas Orçamentárias (VI)</b>	<b>34.591.952.851,53</b>	<b>32.891.618.159,15</b>
Ordinária	18.526.869.886,38	24.025.834.732,33
Vinculada	16.065.082.965,15	8.865.783.426,82
Recursos Destinados à Educação	2.914.695.713,46	2.249.880.593,21
Recursos Destinados à Saúde	5.780.234.061,74	1.171.681.095,98
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS	3.019.474.131,99	2.718.169.303,17
Recursos Destinados à Assistência Social	75.861.973,51	37.256.388,95
Outras Destinações de Recursos	4.274.817.084,45	2.688.796.045,51
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	<b>32.296.165.950,03</b>	<b>25.090.312.716,45</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	30.257.331.937,66	23.993.024.486,11
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	569.505.405,57	1.097.288.230,34
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	1.082.978.587,83	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o Sistema de pagamento de Pensões Militares	386.350.018,97	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>	<b>61.111.405.605,86</b>	<b>36.078.893.988,54</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.553.423.337,91	974.388.020,05
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	299.083.261,68	212.253.889,34
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	58.886.359.673,93	34.546.511.394,51
Outros Pagamentos Extraorçamentários	372.539.332,34	345.740.684,64
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</b>	<b>9.158.119.694,32</b>	<b>10.251.207.760,07</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.035.646.324,28	10.172.191.041,11
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	122.473.370,04	79.016.718,96
<b>TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>	<b>137.157.644.101,74</b>	<b>104.312.032.624,21</b>

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
BALANÇO FINANCEIRO - QUADRO ANEXO  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:53  
R\$ 1,00

Anexo XIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a-b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d-e)
Ordinária	34.968.925.597,70	-10.059.136.145,28	24.909.789.452,42	29.845.648.171,87	-4.542.394.023,78	25.303.254.148,09
Vinculada	10.244.953.147,56	-211.885.481,29	10.033.067.666,27	9.089.249.823,88	-196.150.561,85	8.893.099.262,03
Recursos Vinculados à Educação	2.806.458.058,79	0,00	2.806.458.058,79	2.424.980.450,42	-11.738.391,23	2.413.242.059,19
Recursos Vinculados à Saúde	1.043.637.966,08	-5.355,93	1.043.632.610,15	1.125.294.055,54	0,00	1.125.294.055,54
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	3.472.091.473,95	-32.309.375,49	3.439.782.098,46	2.745.438.953,79	-59.153.421,95	2.686.285.531,84
Recursos Vinculados à Assistência Social	71.363.633,47	0,00	71.363.633,47	69.692.251,26	0,00	69.692.251,26
Outras Destinações de Recursos	2.851.402.015,27	-179.570.749,87	2.671.831.265,40	2.723.844.112,87	-125.258.748,67	2.598.585.364,20
<b>TOTAL</b>	<b>45.213.878.745,26</b>	<b>-10.271.021.626,57</b>	<b>34.942.857.118,69</b>	<b>38.934.897.995,75</b>	<b>-4.738.544.585,63</b>	<b>34.196.353.410,12</b>

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:56

R\$ 1,00

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>19.634.084.897,40</b>	<b>24.667.504.191,41</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.035.646.324,28	10.172.191.041,11
Créditos a Curto Prazo	8.422.680.635,60	13.515.679.825,78
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	550.397.309,11	347.704.430,96
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	375.071.366,97	16.674.165,68
Estoques	1.179.398.391,53	583.409.881,18
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	70.890.869,91	31.844.846,70
<i>Total do Ativo Circulante</i>	19.634.084.897,40	24.667.504.191,41
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>47.021.346.911,48</b>	<b>42.799.027.806,35</b>
Realizável a Longo Prazo	11.753.178.415,67	11.573.678.067,92
Investimentos	5.907.057.255,93	4.804.428.855,83
Imobilizado	29.103.043.038,42	26.167.616.344,24
Intangível	258.068.201,46	253.304.538,36
Diferido	0,00	0,00
<i>Total do Ativo Não Circulante</i>	47.021.346.911,48	42.799.027.806,35
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>66.655.431.808,88</b>	<b>67.466.531.997,76</b>





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:56

R\$ 1,00

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>66.655.431.808,88</b>	<b>67.466.531.997,76</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.681.530.526,42</b>	<b>3.476.944.270,73</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	72.303.306,16	161.216.180,67
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	1.631.538.249,95	1.498.860.597,56
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	277.071.846,72	194.709.842,21
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2.760.387,21	106.247,40
Transferências Fiscais de Curto Prazo	52.043.991,46	90.838.011,15
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.645.812.744,92	1.531.213.391,74
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>18.307.984.885,67</b>	<b>19.230.128.736,21</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	20.823.881,82
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	15.105.755.703,99	16.607.080.790,34
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	518.284.877,77	475.060.284,45
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	1.990.598.652,66	1.480.029.592,38
Demais Obrigações a Longo Prazo	693.345.651,25	647.134.187,22
Resultado Diferido	0,00	0,00
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>44.665.916.396,79</b>	<b>44.759.458.990,82</b>
Patrimônio Social e Capital Social	29.404.405,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	376.231.485,59	0,00
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>44.260.280.506,20</b>	<b>44.759.458.990,82</b>
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:56

R\$ 1,00

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>66.655.431.808,88</b>	<b>67.466.531.997,76</b>
---	--------------------------	--------------------------

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 16:59

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Ativo (I)</b>		
Ativo Financeiro	10.535.349.814,87	10.594.786.896,65
Ativo Permanente	56.120.081.994,01	56.871.745.101,11
<b>Total do Ativo</b>	<b>66.655.431.808,88</b>	<b>67.466.531.997,76</b>
<b>Passivo (II)</b>		
Passivo Financeiro	3.017.036.299,30	3.757.036.927,18
Passivo Permanente	20.203.968.289,12	20.926.719.648,29
<b>Total do Passivo</b>	<b>23.221.004.588,42</b>	<b>24.683.756.575,47</b>
<b>Saldo Patrimonial (III) = (I - II)</b>	<b>43.434.427.220,46</b>	<b>42.782.775.422,29</b>

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:00

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Atos Potenciais Ativos</b>		
Garantias e Contragarantias Recebidas	492.839.241,45	529.622.433,22
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	1.190.861.612,77	0,00
Direitos Contratuais	23.830.513.953,81	23.137.586.237,42
Outros Atos Potenciais Ativos	19.990.100,85	19.990.100,85
<b>Total dos Atos Potenciais Ativos</b>	<b>25.534.204.908,88</b>	<b>23.687.198.771,49</b>
<b>Atos Potenciais Passivos</b>		
Garantias e Contragarantias concedidas	137.184,26	137.184,26
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	2.414.800.769,50	2.279.216.411,67
Obrigações contratuais	80.143.971.657,75	35.415.143.678,59
Outros atos potenciais passivos	381.605.221,52	374.214.688,03
<b>Total dos Atos Potenciais Passivos</b>	<b>82.940.514.833,03</b>	<b>38.068.711.962,55</b>

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:00

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
00.00	2.034.872.745,63	0,00
00.02	175.819.676,02	0,00
00.03	7.583.672,99	0,00
00.05	1.251.913,66	0,00
00.06	1.579.733,02	0,00
00.07	494.801,30	0,00
00.22	18.447.883,75	0,00
01.00	158.950.940,21	0,00
03.00	1.075.184.977,45	0,00
04.00	544.033.706,23	0,00
05.00	107.646.263,66	0,00
06.00	28.619.453,69	0,00
07.00	53.492.633,24	0,00
10.00	119.607.976,63	0,00
11.00	109.222,28	0,00
12.00	5.806.430,51	0,00
15.00	76.385,21	0,00
16.00	1.017.133,05	0,00
29.00	20.738.664,62	0,00
30.00	4.007.835,49	0,00
34.00	1.024.541.290,63	0,00
36.00	427.155,13	0,00
44.00	5.475.825,93	0,00
44.04	4.661.365,04	0,00
46.45	1.048.721,01	0,00
46.49	38.627.908,49	0,00
46.56	601.268,56	0,00
48.40	282.113,19	0,00
48.49	15.663.469,74	0,00
48.57	16.386.719,53	0,00
48.58	51.960.574,16	0,00
48.59	18.732.386,03	0,00
48.64	587.130,67	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:00

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

<b>FONTES DE RECURSOS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
48.65	4.846.721,75	0,00
48.69	3.053.378,09	0,00
50.00	80.188.072,46	0,00
51.00	81.224.472,29	0,00
70.00	862.748.608,90	0,00
70.01	539.023,65	0,00
70.02	12.685.400,43	0,00
73.01	9.442.489,47	0,00
73.02	757.815,55	0,00
73.03	165.651.989,28	0,00
76.00	58.771.681,87	0,00
79.00	5.833.513,30	0,00
80.80	32.162,09	0,00
80.81	1.395,61	0,00
82.82	432.932.090,26	0,00
82.83	32.010.815,92	0,00
86.86	7.591.790,05	0,00
86.87	5.440.649,64	0,00
88.88	62.832,09	0,00
88.89	13.513.698,89	0,00
91.00	114.001.362,50	0,00
92.00	3.087.122,70	0,00
92.01	20.444.150,39	0,00
92.02	1.859.487,44	0,00
92.03	61.858.133,82	0,00
92.04	1.396.680,38	0,00
<b>Total</b>	<b>7.518.313.515,57</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRAÇÃO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA POR PODER E FONTE  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:01  
R\$ 1,00

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>1 - LEGISLATIVO</b>	<b>104.235.385,83</b>	<b>0,00</b>
00.00	-24.764.320,24	0,00
01.00	-4.163.574,72	0,00
05.00	107.646.263,66	0,00
06.00	28.619.453,69	0,00
48.49	-2.366.204,95	0,00
48.58	-736.231,61	0,00
<b>2 - JUDICIÁRIO</b>	<b>221.681.240,05</b>	<b>0,00</b>
00.00	-22.225.349,48	0,00
01.00	-417.736,92	0,00
12.00	1.738.215,47	0,00
15.00	76.385,21	0,00
29.00	20.738.664,62	0,00
48.59	-952.040,88	0,00
70.00	222.723.102,03	0,00
<b>3 - MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>74.997.975,78</b>	<b>0,00</b>
00.00	11.301.424,06	0,00
12.00	183.556,97	0,00
70.00	63.350.337,21	0,00
82.82	99.825,46	0,00
88.88	62.832,08	0,00
<b>4 - EXECUTIVO</b>	<b>7.111.174.594,35</b>	<b>0,00</b>
00.00	2.072.013.185,72	0,00
00.02	175.819.676,02	0,00
00.03	7.583.672,99	0,00
00.05	1.251.913,66	0,00
00.06	1.579.733,02	0,00
00.07	494.801,30	0,00
00.22	18.447.883,75	0,00
01.00	163.591.331,75	0,00
03.00	1.075.184.977,45	0,00
04.00	544.033.706,23	0,00
07.00	53.492.633,24	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRAÇÃO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA POR PODER E FONTE  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:01

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
10.00	119.607.976,63	0,00
11.00	109.222,28	0,00
12.00	3.884.658,07	0,00
16.00	1.017.133,05	0,00
30.00	4.007.835,49	0,00
34.00	1.024.541.290,63	0,00
36.00	427.155,13	0,00
44.00	5.475.825,93	0,00
44.04	4.661.365,04	0,00
46.45	1.848.406,32	0,00
46.49	38.627.908,49	0,00
46.56	601.268,56	0,00
48.40	282.113,19	0,00
48.49	18.029.674,69	0,00
48.57	16.386.719,53	0,00
48.58	52.696.805,77	0,00
48.59	19.684.426,91	0,00
48.64	587.130,67	0,00
48.65	4.846.721,75	0,00
48.69	3.053.378,09	0,00
50.00	80.188.072,46	0,00
51.00	81.224.472,29	0,00
70.00	568.149.140,13	0,00
70.01	539.023,65	0,00
70.02	12.685.400,43	0,00
73.01	9.442.489,47	0,00
73.02	757.815,55	0,00
73.03	165.651.989,28	0,00
76.00	58.771.681,87	0,00
79.00	5.833.513,30	0,00
80.80	32.162,09	0,00
80.81	1.395,61	0,00
82.82	432.823.015,13	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRAÇÃO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA POR PODER E FONTE  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:01  
R\$ 1,00

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
82.83	32.010.815,92	0,00
86.86	7.591.790,05	0,00
86.87	5.440.649,64	0,00
88.88	0,01	0,00
88.89	13.513.698,89	0,00
91.00	114.001.362,50	0,00
92.00	3.087.122,70	0,00
92.01	20.444.150,39	0,00
92.02	1.859.487,44	0,00
92.03	61.858.133,82	0,00
92.04	1.396.680,38	0,00
<b>5 - EXECUTIVO AUTONOMO</b>	<b>6.224.319,56</b>	<b>0,00</b>
00.00	-1.452.194,43	0,00
01.00	-59.079,90	0,00
46.45	-799.685,31	0,00
70.00	8.526.029,53	0,00
82.82	9.249,67	0,00
<b>Total</b>	<b>7.518.313.515,57</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:02  
R\$ 1,00

Anexo XV, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS AUMENTATIVAS</b>	<b>86.439.957.954,98</b>	<b>78.486.826.322,97</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>24.766.147.723,67</b>	<b>21.511.980.870,92</b>
Impostos	23.631.232.625,75	20.487.133.951,17
Taxas	1.134.915.097,92	1.024.846.919,75
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
<b>Contribuições</b>	<b>3.125.888.718,19</b>	<b>2.628.858.612,09</b>
Contribuições Sociais	3.125.888.718,19	2.628.858.612,09
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>470.679.868,73</b>	<b>386.700.952,18</b>
Venda de Mercadorias	2.499.099,51	1.390.591,05
Venda de Produtos	8.528,44	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	468.172.240,78	385.310.361,13
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>4.578.658.836,36</b>	<b>2.018.205.661,53</b>
Juros e Encargos de Emp. e Fin. Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	976.127.592,78	166.375.024,46
Variações Monetárias e Cambiais	2.125.752.964,87	1.425.969.904,24
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.232.986.011,19	425.768.490,81
Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos	1.262.660,04	0,00
Outras Variações Pat. Aumentativas - Financeiras	242.529.607,48	92.242,02
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>51.216.605.894,03</b>	<b>38.467.586.090,48</b>
Transferências Intra Governamentais	34.551.784.350,47	25.315.518.283,22
Transferências Inter Governamentais	16.643.556.700,92	13.118.319.777,05
Transferências de Instituições Privadas	21.243.945,82	30.630.431,31
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	2.380.175,14
Execução Orçamentária Delegada	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	737.423,76
Outras Transferências e Delegações Recebidas	20.896,82	0,00
<b>Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>5.693.104,82</b>	<b>920.546.971,95</b>
Reavaliação de Ativos	0,00	920.546.971,95
Ganhos com Alienação	0,00	0,00







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:02  
R\$ 1,00

Anexo XV, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	5.693.104,82	0,00
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>2.276.283.809,18</b>	<b>12.552.947.163,82</b>
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	325.455.553,32	314.674.880,06
Operações da Autoridade Monetária	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Reversões de Provisões e Ajustes de Perdas	286.828.716,76	823.624.186,32
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.663.999.539,10	11.414.648.097,44
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>	<b>86.439.957.954,98</b>	<b>78.486.826.322,97</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS DIMINUTIVAS</b>	<b>81.607.857.104,91</b>	<b>76.834.993.316,63</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>12.529.386.238,35</b>	<b>10.043.003.279,73</b>
Remuneração a Pessoal	10.109.694.538,46	8.132.368.936,83
Encargos Patronais	2.061.851.865,62	1.651.158.150,08
Benefícios a Pessoal	278.051.174,27	217.275.393,23
Outras Variações Pessoal e Encargos	79.788.660,00	42.200.799,59
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>4.541.416.562,19</b>	<b>3.826.665.660,45</b>
Aposentadorias e Reformas	3.485.868.555,93	2.880.689.817,62
Pensões	992.653.655,43	931.331.489,41
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	56.786.914,54	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.107.436,29	14.644.353,42
<b>Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>5.345.145.151,49</b>	<b>6.409.653.110,16</b>
Uso de Material de Consumo	441.954.798,65	1.315.145.190,90
Utilização de Serviços	4.774.322.029,55	4.989.371.488,13
Depreciação, Amortização e Exaustão	128.868.323,29	105.136.431,13
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>2.519.803.502,23</b>	<b>2.909.025.565,93</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	855.325.594,66	506.666.440,81
Juros e Encargos de Mora	157.137,56	116.314,36
Variações Monetárias e Cambiais	1.604.551.957,95	2.347.447.482,33
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:02  
R\$ 1,00

Anexo XV, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Remuneração Negativa de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	59.768.812,06	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00	54.795.328,43
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>48.659.636.491,36</b>	<b>37.139.368.668,25</b>
Transferências Intra Governamentais	34.551.784.350,47	25.315.518.283,22
Transferências Inter Governamentais	11.273.334.114,78	9.668.419.875,81
Transferências para Instituições Privadas	2.005.574.278,72	1.666.195.793,39
Transferências a instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	125.298.148,13	118.469.885,15
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentaria Delegada	0,00	0,00
Outras Transferências Concedidas	703.645.599,26	370.764.830,68
<b>Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>4.433.067.048,43</b>	<b>3.541.077.355,27</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	4.016.111.863,10	2.786.559.340,22
Perdas com alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	8.791.156,93	0,00
Desincorporação de Ativos	408.164.028,40	754.518.015,05
<b>Tributárias</b>	<b>292.255.054,71</b>	<b>243.125.502,83</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.981.407,79	5.598.051,22
Contribuições	285.273.646,92	237.527.451,61
<b>Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados</b>	<b>2.231.228,98</b>	<b>1.925.388,03</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	2.231.228,98	1.925.388,03
Custo dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo dos Serviços Prestados	0,00	0,00
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>3.284.915.827,17</b>	<b>12.721.148.785,98</b>
Premiações	29.390.199,12	67.837.671,77
Resultado Negativo de Participações	42.473.269,22	213.718.067,83
Operações da Autoridade Monetária	0,00	0,00
Incentivos	116.752.391,40	79.488.379,80
Subvenções Econômicas	229.140.147,64	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões	796.626.857,86	989.190.596,30
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.070.532.961,93	11.370.914.070,28





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:02  
R\$ 1,00

Anexo XV, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	81.605.625.875,93	76.833.067.928,60
Resultado Patrimonial do Período	4.832.100.850,07	1.651.833.006,34

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:02

R\$ 1,00

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

AUTORIZAÇÕES	QUANTIDADE	VALOR DA EMISSÃO	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
				EMISSÃO	REAJUSTAMENTO	RESGATE	QUANTIDADE	EM R\$
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA</b>								
<b>2.1.2.1.1.00.00 - CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS</b>		<b>746.481.797,38</b>	<b>0,00</b>	<b>35.540.809,55</b>	<b>782.022.606,93</b>			
0000000000 - Sem contrato		0,00	0,00	0,00	0,00			
9001202762 - 111.04.01.014/01-1 - PROINVESTE - BB		32.332.014,59	0,00	3.200.942,89	35.532.957,48			
9001202763 - 111.04.01.015/01-5 - CPAC PMCMV BB		4.316.298,22	0,00	427.307,96	4.743.606,18			
9001202764 - 111.04.01.013/01-8 - CT-BB-Amort. Dívida 2017-2018		138.644.555,59	0,00	0,04	138.644.555,63			
9001202765 - 111.04.01.016/01-9 - CT-BB-Am. Div. 19-21		19.312.280,70	0,00	0,00	19.312.280,70			
9001202766 - 111.04.01.017/01-2 - CT-BB-Am. Div. 20-22		85.206.252,55	0,00	0,04	85.206.252,59			
9001202767 - 111.04.01.018/01-6 - CT-BB-Am. Div. 21-23		98.947.368,42	0,00	0,00	98.947.368,42			
9001202769 - 111.02.01.166/01-0 - COSTA OESTE 1ª ETAP		284.359,10	0,00	-83.359,04	201.000,06			
9001202770 - 111.02.01.167/01-4 - COSTA OESTE SEG. ETAPA		409.908,94	0,00	28.137,90	438.046,84			
9001202771 - 111.02.01.168/01-8 - COSTA OESTE- TERC. ETAPA		516.470,12	0,00	35.302,79	551.772,91			
9001202772 - 111.02.01.172/01-0 - ESG.SAN.DE JERICOACOARA		51.950,37	0,00	-51.950,37	0,00			
9001202773 - 111.02.01.173/01-4 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITA-RIO DE GRANJA/CE		107.923,37	0,00	-107.923,37	0,00			
9001202774 - 111.02.01.174/01-8 - RIO COCÓ		9.256.344,30	0,00	3.818.169,68	13.074.513,98			
9001202775 - 111.02.01.175/01-1 - FAV. DENDÊ		3.467.561,89	0,00	1.089.968,68	4.557.530,57			
9001202776 - 111.02.01.176/01-5 - VLT PPROG. PRÓ-TRANSPORTE		7.736.583,36	0,00	1.705.872,79	9.442.456,15			
9001202777 - 111.02.01.177/01-9 - EST. METRÔ DE FORTALEZA		1.423.347,15	0,00	548.255,88	1.971.603,03			
9001202778 - 111.02.01.178/01-2 - CPAC MARANGUAPINHO		4.481.132,77	0,00	446.699,40	4.927.832,17			
9001202779 - 111.02.01.179/01-6 - CPAC - MINHA CASA MINHA VIDA CEF		7.238.427,75	0,00	1.023.138,77	8.261.566,52			
9001202780 - 111.02.01.180/01-8 - CPAC VLT PARANGABA MUCURIBE		11.344.530,43	0,00	3.076.492,76	14.421.023,19			
9001202789 - 111.05.01.027/01-5 - PRODETUR II SUBC 01		6.672.439,14	0,00	624.699,18	7.297.138,32			





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:02

R\$ 1,00

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

AUTORIZAÇÕES	QUANTIDADE	VALOR DA EMISSÃO	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
				EMISSÃO	REAJUSTAMENTO	RESGATE	QUANTIDADE	EM R\$
9001202790 - 111.05.01.028/01-9 - PRODETUR II SUBC 02		11.828.908,36	0,00	1.107.427,79	12.936.336,15			
9001202792 - 111.03.01.045/01-0 - AMPLIAÇÃO PORTO DO PECÉM - TMUT- 2ª ETAPA		70.456.871,52	0,00	1.515.757,08	71.972.628,60			
9001202793 - 111.03.01.046/01-4 - 1º EST.DO TREM METRO		11.336.390,45	0,00	84.108,43	11.420.498,88			
9001202794 - 111.03.01.048/01-1 - PROCOPA 2014		28.840.539,88	0,00	213.966,92	29.054.506,80			
9001202795 - 111.03.01.049/01-5 - BNDES ESTADOS - SUBCRÉDITO A		72.762.755,35	0,00	1.876.632,53	74.639.387,88			
9001202796 - 111.03.01.050/01-7 - BNDES ESTADOS - SUBCRÉDITO B		19.872.249,26	0,00	2.455.193,38	22.327.442,64			
9001202797 - 111.03.01.051/01-0 - LINHA LESTE DO METRÔ DE FORTALEZA		16.223.499,38	0,00	9.665.243,30	25.888.742,68			
9001202798 - 111.03.01.052/01-4 - PROG. EMERG. FINANC.PEF II		13.878.438,53	0,00	1.373.998,39	15.252.436,92			
9001202799 - 111.03.01.053/01-8 - PROINVESTE - REFINANC. Nº 12.211.291/017		9.318.043,38	0,00	922.507,74	10.240.551,12			
9001202800 - 111.03.01.054/01-1 - PMAE - DPGE		843.130,87	0,00	390.299,09	1.233.429,96			
9001202801 - 111.03.01.055/01-5 - TSID - 2ª ETAPA -SUBC A		20.746.660,24	0,00	153.918,92	20.900.579,16			
9001202802 - 111.36.01.001/01-0 - CT-ITAU-Am.Div.19-21		19.312.280,70	0,00	0,00	19.312.280,70			
9001202803 - 111.35.01.0001/01-1 - CT-SANT-Am.Div.19-21		19.312.280,70	0,00	0,00	19.312.280,70			
<b>2.1.2.1.3.00.00 - PARCELAMENTOS</b>		<b>10.300.180,92</b>	<b>0,00</b>	<b>1.557.090,69</b>	<b>11.857.271,61</b>			
0000000000 - Sem contrato		0,00	0,00	0,00	0,00			
22000387 - 421.28.20.018/01-6 - PARCELAMENTO EMATERCE INSS 02		0,00	0,00	280.717,35	280.717,35			
9001202781 - 111.28.01.001/01-7 -CT-PASEP Lei 12.810		1.713.034,07	0,00	129.729,69	1.842.763,76			
9001202782 - 111.28.01.013/01-9 - PARCELAMENTO PASEP 10380-008.842/2004-78		1.043.484,73	0,00	133.481,15	1.176.965,88			
9001202783 - 111.28.01.015/01-6 - PARCELAMENTO PASEP 10380-004.625/2009-13		7.202.782,56	0,00	888.186,07	8.090.968,63			
9001202784 - 421.28.15.010/01-1 - PARCELAMENTO ISSEC - PASEP - MP 783		61.211,52	0,00	7.066,01	68.277,53			





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:02

R\$ 1,00

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

AUTORIZAÇÕES	QUANTIDADE	VALOR DA EMISSÃO	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
				EMISSÃO	REAJUSTAMENTO	RESGATE	QUANTIDADE	EM R\$
9001202785 - 421.28.17.006/01-1 - PARCELAMENTO - ADAGRI PASEP		38.855,49	0,00	-9.626,55	29.228,94			
9001202786 - 421.28.18.007/01-1 - PARCELAMENTO - ESP PASEP		43.994,05	0,00	45.999,72	89.993,77			
9001202787 - 421.33.20.002/01-8 - PARCELAMENTO EMATERCE - INSS - LEI 13.988/2020		196.818,50	0,00	81.537,25	278.355,75			
<b>2.1.2.2.1.00.00 - EMPRÉSTIMOS EXTERNOS - EM CONTRATOS</b>		<b>691.114.760,83</b>	<b>0,00</b>	<b>81.883.705,48</b>	<b>772.998.466,31</b>			
0000000000 - Sem contrato		0,00	0,00	0,00	0,00			
9001202778 - 111.02.01.178/01-2 - CPAC MARANGUAPINHO		0,00	0,00	0,00	0,00			
9001202779 - 111.02.01.179/01-6 - CPAC - MINHA CASA MINHA VIDA CEF		0,00	0,00	0,00	0,00			
9001202804 - 211.18.01.008/01-7 - SAÚDE		21.501.000,58	0,00	-1.029.874,94	20.471.125,64			
9001202805 - 211.18.01.010/01-2 - PROARES II		12.829.136,88	0,00	-614.502,01	12.214.634,87			
9001202806 - 211.18.01.013/01-0 - CEARÁ-IV-A		111.610.000,00	0,00	1.414.000,00	113.024.000,00			
9001202807 - 211.18.01.014/01-3 - CEARÁ-IV-2ª Fase		55.274.512,08	0,00	1.351.525,97	56.626.038,05			
9001202808 - 211.18.01.011/01-6 - PRODETUR NACIONAL		32.322.685,03	0,00	797.568,99	33.120.254,02			
9001202810 - 211.18.01.005/01-6 - PROARES I		7.617.414,14	0,00	-7.617.414,14	0,00			
9001202811 - 211.18.01.007/01-3 - PROFISCO-CE I		15.606.120,73	0,00	-23.910,44	15.582.210,29			
9001202812 - 211.18.01.009/01-0 -PROG. RODOVIÁRIO CEARÁ III		44.258.945,50	0,00	1.750.371,70	46.009.317,20			
9001202813 - 211.18.01.012/01-6 - CT-2826-BR.CIDADESII		15.416.370,96	0,00	14.917.705,55	30.334.076,51			
9001202814 - 211.18.01.015/01-7 - PROARES III - 1ª FASE		10.522.887,33	0,00	1.957.272,92	12.480.160,25			
9001202815 - 211.18.01.016/01-0 - SAÚDE CEARÁ II PROEXMAES		0,00	0,00	28.893.868,25	28.893.868,25			
9001202819 - 211.10.01.008/01-1 - SÃO JOSÉ II		17.341.404,53	0,00	-9.338.755,95	8.002.648,58			
9001202820 - 211.10.01.013/01-4 - PforR		70.727.257,00	0,00	31.808.495,15	102.535.752,15			
9001202822 - 211.10.01.009/01-5 - SWAP II		88.733.284,91	0,00	1.831.748,85	90.565.033,76			
9001202824 - 211.10.01.010/01-7 - PROGERIRH CT- 7630		38.281.113,90	0,00	2.086.085,77	40.367.199,67			
9001202825 - 211.10.01.011/01-0 - CIDADES DO CEARÁ CARIRI CENTRAL		17.117.811,77	0,00	697.956,26	17.815.768,03			





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:02

R\$ 1,00

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

AUTORIZAÇÕES	QUANTIDADE	VALOR DA EMISSÃO	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
				EMISSÃO	REAJUSTAMENTO	RESGATE	QUANTIDADE	EM R\$
9001202826 - 211.10.01.012/01-0 - SÃO JOSÉ III		28.488.728,73	0,00	86.815,22	28.575.543,95			
9001202827 - 211.24.01.025/01-8 - PROMOTEC II-TCP02/18		0,00	0,00	0,00	0,00			
9001202828 - 211.24.01.026/01-1 - PROMOTEC II-TCP01/19		0,00	0,00	0,00	0,00			
9001202829 - 211.24.01.028/01-9 - PROMOTEC II-TCP01/21		0,00	0,00	0,00	0,00			
9001202830 - 211.24.01.024/01-4 - PROMOTEC II-TCP01/18		0,00	0,00	0,00	0,00			
9001202831 - 211.24.01.021/01-3 - PROMOTEC II-TCP01/17		0,00	0,00	0,00	0,00			
9001202832 - 211.24.01.022/01-7 - PROMOTEC II-TCP02/17		0,00	0,00	0,00	0,00			
9001202833 - 211.24.01.023/01-0 - PROMOTEC II-TCP03/17		0,00	0,00	0,00	0,00			
9001202834 - 211.24.01.027/01-5 - PROMOTEC II-TCP01/20		0,00	0,00	0,00	0,00			
9001202837 - 211.23.01.002/01-3 - JBIC JAPAN		553.527,40	0,00	-553.527,40	0,00			
9001202838 - 211.19.01.002/01-3 - PROG. DE SANEAM. BÁSICO CE II - KFW		3.666.180,00	0,00	12.702,00	3.678.882,00			
9001202840 - 211.26.01.001/01-0 - PROG. VALORIZ. INFRAESTRUT. TURIST. LIT. OESTE - CEARÁ		85.932.702,81	0,00	13.099.960,41	99.032.663,22			
9001202841 - 211.27.01.001/01-9 - FIDA-SDR		10.806.987,92	0,00	294.091,07	11.101.078,99			
9001202842 - 211.27.01.002/01-2 - FIDA-EURO		2.506.688,63	0,00	61.522,25	2.568.210,88			
<b>2.1.3.1.1.00.00 - PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR</b>		<b>183.266.624,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-35.507.840,00</b>	<b>147.758.784,00</b>			
- - -		183.266.624,00	0,00	-35.507.840,00	147.758.784,00			
<b>2.1.2.4.1.00.00 - FINANCIAMENTOS EXTERNOS A PAGAR</b>	22000250 - -	0,00	0,00	2.625.121,90	2.625.121,90			
	22000495 - -	0,00	0,00	660.947,52	660.947,52			
	22000496 - -	0,00	0,00	2.236.089,42	2.236.089,42			
	9001202827 - 211.24.01.025/01-8 - PROMOTEC II-TCP02/18	2.330.737,73	0,00	-106.691,71	2.224.046,02			
	9001202828 - 211.24.01.026/01-1 - PROMOTEC II-TCP01/19	2.450.871,39	0,00	-45.403,77	2.405.467,62			





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:02

R\$ 1,00

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

	AUTORIZAÇÕES		SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
	QUANTIDADE	VALOR DA EMISSÃO		EMISSÃO	REAJUSTAMENTO	RESGATE	QUANTIDADE	EM R\$
2.1.2.4.1.00.00 - FINANCIAMENTOS EXTERNOS A PAGAR	9001202829 - 211.24.01.028/01-9 - PROMOTEC II-TCP01/21	3.222.543,32	0,00	80.372,46	3.302.915,78			
	9001202830 - 211.24.01.024/01-4 - PROMOTEC II-TCP01/18	4.830.642,98	0,00	80.931,06	4.911.574,04			
	9001202831 - 211.24.01.021/01-3 - PROMOTEC II-TCP01/17	3.381.450,13	0,00	11.715,63	3.393.165,76			
	9001202832 - 211.24.01.022/01-7 - PROMOTEC II-TCP02/17	3.381.450,11	0,00	82.998,35	3.464.448,46			
	9001202833 - 211.24.01.023/01-0 - PROMOTEC II-TCP03/17	4.830.642,98	0,00	7.756,86	4.838.399,84			
	9001202834 - 211.24.01.027/01-5 - PROMOTEC II-TCP01/20	2.653.305,21	0,00	122.318,14	2.775.623,35			
	9001202835 - 211.24.01.029/01-2 - PROMOTECII-TCP01/22	0,00	0,00	3.160.090,48	3.160.090,48			
	9001202836 - 211.24.01.030/01-4 - PROMOTECII-TCP02/22	0,00	0,00	2.030.039,74	2.030.039,74			
	<b>Total</b>	<b>1.631.163.363,13</b>	<b>0,00</b>	<b>83.473.765,72</b>	<b>1.714.637.128,85</b>			
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA</b>								
2.2.2.1.1.00.00 - EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS LONGO PRAZO	5.626.482.669,53	1.874.005.383,34	1.221.053.635,09	4.973.530.921,28				
0000000000 - Sem contrato	0,00	0,00	0,00	0,00				







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:02

R\$ 1,00

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

AUTORIZAÇÕES	QUANTIDADE	VALOR DA EMISSÃO	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
				EMISSÃO	REAJUSTAMENTO	RESGATE	QUANTIDADE	EM R\$
9001202762 - 111.04.01.014/01-1 - PROINVESTE - BB		711.304.320,94	36.914.037,90	6.658.069,76	681.048.352,80			
9001202763 - 111.04.01.015/01-5 - CPAC PMCMV BB		54.779.250,54	4.845.134,19	519.331,69	50.453.448,04			
9001202764 - 111.04.01.013/01-8 - CT-BB-Amort. Dívida 2017-2018		693.222.777,93	138.644.555,60	0,00	554.578.222,33			
9001202765 - 111.04.01.016/01-9 - CT-BB-Am. Div. 19-21		135.185.964,92	19.312.280,70	0,00	115.873.684,22			
9001202766 - 111.04.01.017/01-2 - CT-BB-Am. Div. 20-22		639.046.894,14	85.206.252,56	0,00	553.840.641,58			
9001202767 - 111.04.01.018/01-6 - CT-BB-Am. Div. 21-23		841.052.631,58	98.947.368,42	-0,00	742.105.263,16			
9001202768 - 121.02.05.165/01-3 - COHAB CEF		293.550.973,40	23.969.916,58	16.452.607,56	286.033.664,38			
9001202769 - 111.02.01.166/01-0 - COSTA OESTE 1ª ETAP		197.773,55	203.950,04	6.176,49	0,00			
9001202770 - 111.02.01.167/01-4 - COSTA OESTE SEG. ETAPA		542.002,21	443.386,42	14.181,87	112.797,66			
9001202771 - 111.02.01.168/01-8 - COSTA OESTE- TERC. ETAPA		682.902,76	558.516,31	17.884,35	142.270,80			
9001202772 - 111.02.01.172/01-0 - ESG.SAN.DE JERICOACOARA		0,00	15,75	15,75	0,00			
9001202773 - 111.02.01.173/01-4 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITA-RIO DE GRANJA/CE		0,00	213,56	213,56	0,00			
9001202774 - 111.02.01.174/01-8 - RIO COCÓ		99.899.995,89	10.585.200,42	2.186.259,94	91.501.055,41			
9001202775 - 111.02.01.175/01-1 - FAV. DENDÊ		40.280.793,02	3.960.816,67	1.825.166,98	38.145.143,33			
9001202776 - 111.02.01.176/01-5 - VLT PPROG. PRÓ-TRANSPORTE		110.963.905,98	14.669.282,92	22.334.680,64	118.629.303,70			
9001202777 - 111.02.01.177/01-9 - EST. METRÔ DE FORTALEZA		16.004.992,16	1.644.977,31	2.129.851,32	16.489.866,17			
9001202778 - 111.02.01.178/01-2 - CPAC MARANGUAPINHO		56.002.787,02	5.027.555,44	531.188,16	51.506.419,74			
9001202779 - 111.02.01.179/01-6 - CPAC - MINHA CASA MINHA VIDA CEF		88.208.573,04	8.131.215,71	1.225.204,30	81.302.561,63			
9001202780 - 111.02.01.180/01-8 - CPAC VLT PARANGABA MUCURUPE		41.198.182,42	13.182.260,68	14.848.170,14	42.864.091,88			
9001202789 - 111.05.01.027/01-5 - PRODETUR II SUBC 01		36.698.415,27	16.379.984,28	6.980.622,73	27.299.053,72			
9001202790 - 111.05.01.028/01-9 - PRODETUR II SUBC 02		65.058.995,99	29.038.480,66	12.375.102,45	48.395.617,78			
9001202791 - 111.21.01.019/01-3 - FEDER. BEC-LC 156/16		0,00	1.034.535.168,23	1.034.535.168,23	0,00			





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:02

R\$ 1,00

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

AUTORIZAÇÕES	QUANTIDADE	VALOR DA EMISSÃO	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
				EMISSÃO	REAJUSTAMENTO	RESGATE	QUANTIDADE	EM R\$
9001202792 - 111.03.01.045/01-0 - AMPLIAÇÃO PORTO DO PECÉM - TMUT- 2ª ETAPA		297.098.129,43	73.253.745,28	10.066.658,62	233.911.042,77			
9001202793 - 111.03.01.046/01-4 - 1º EST.DO TREM METRO		17.004.585,67	11.487.869,81	193.533,61	5.710.249,47			
9001202794 - 111.03.01.048/01-1 - PROCOPA 2014		115.362.159,51	29.354.207,71	1.155.568,45	87.163.520,25			
9001202795 - 111.03.01.049/01-5 - BNDES ESTADOS - SUBCRÉDITO A		142.786.541,60	74.217.322,25	1.557.057,40	70.126.276,75			
9001202796 - 111.03.01.050/01-7 - BNDES ESTADOS - SUBCRÉDITO B		99.361.246,33	28.491.722,39	18.440.246,47	89.309.770,41			
9001202797 - 111.03.01.051/01-0 - LINHA LESTE DO METRÔ DE FORTALEZA		333.501.298,49	24.037.434,96	60.000.000,00	369.463.863,53			
9001202798 - 111.03.01.052/01-4 - PROG. EMERG. FINANC.PEF II		128.690.975,50	15.530.927,53	1.233.229,00	114.393.276,97			
9001202799 - 111.03.01.053/01-8 - PROINVESTE - REFINANC. Nº 12.211.291/017		214.314.997,66	10.655.149,52	2.004.554,77	205.664.402,91			
9001202800 - 111.03.01.054/01-1 - PMAE - DPGE		4.579.808,48	1.041.854,08	2.963.429,51	6.501.383,91			
9001202801 - 111.03.01.055/01-5 - TSID - 2ª ETAPA -SUBC A		79.528.864,27	21.110.018,06	799.461,34	59.218.307,55			
9001202802 - 111.36.01.001/01-0 - CT-ITAU-Am.Div.19-21		135.185.964,92	19.312.280,70	0,00	115.873.684,22			
9001202803 - 111.35.01.0001/01-1 - CT-SANT-Am.Div.19-21		135.185.964,91	19.312.280,70	0,00	115.873.684,21			
<b>2.2.2.1.3.00.00 - EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS E CONTRIBUIÇÕES</b>		<b>1.055.359.050,05</b>	<b>1.124.513.019,30</b>	<b>1.161.761.191,33</b>	<b>1.092.607.222,08</b>			
0000000000 - Sem contrato		0,00	2.213,55	2.213,55	0,00			
22000387 - 421.28.20.018/01-6 - PARCELAMENTO EMATERCE INSS 02		0,00	743.360,59	1.358.391,54	615.030,95			
9001202781 - 111.28.01.001/01-7 -CT-PASEP Lei 12.810		7.994.159,02	2.228.580,33	926.291,39	6.691.870,08			
9001202782 - 111.28.01.013/01-9 - PARCELAMENTO PASEP 10380-008.842/2004-78		1.391.312,98	1.365.725,91	346.105,77	371.692,84			
9001202783 - 111.28.01.015/01-6 - PARCELAMENTO PASEP 10380-004.625/2009-13		9.603.710,08	9.393.905,64	2.389.034,61	2.598.839,05			
9001202784 - 421.28.15.010/01-1 - PARCELAMENTO ISSEC - PASEP - MP 783		444.641,65	77.705,89	46.934,76	413.870,52			





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:02

R\$ 1,00

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

AUTORIZAÇÕES	QUANTIDADE	VALOR DA EMISSÃO	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
				EMISSÃO	REAJUSTAMENTO	RESGATE	QUANTIDADE	EM R\$
9001202785 - 421.28.17.006/01-1 - PARCELAMENTO - ADAGRI PASEP		314.327,37	37.312,47	29.734,39	306.749,29			
9001202786 - 421.28.18.007/01-1 - PARCELAMENTO - ESP PASEP		507.352,75	319.780,22	255.263,48	442.836,01			
9001202786 - -		0,00	0,00	0,00	0,00			
9001202787 - 421.33.20.002/01-8 - PARCELAMENTO EMATERCE - INSS - LEI 13.988/2020		568.377,97	290.765,29	86.534,32	364.147,00			
9001202791 - 111.21.01.019/01-3 - FEDER. BEC-LC 156/16		1.034.535.168,23	1.110.053.669,41	1.156.320.687,52	1.080.802.186,34			
<b>2.2.2.4.00.00 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS - EM CONTRATOS</b>		<b>9.546.901.207,60</b>	<b>3.568.115.852,42</b>	<b>2.630.504.056,35</b>	<b>8.609.289.411,53</b>			
0000000000 - Sem contrato		0,00	31.970.400,00	31.970.400,00	0,00			
22000250 - 211.24.01.031/01-8 - PROMOTECII-TCP03/22		0,00	3.753.197,50	19.503.928,84	15.750.731,34			
22000495 - 211.24.01.032/01-1 - PROMOTECII-TCP04/22		0,00	826.095,39	4.791.780,44	3.965.685,05			
22000496 - 211.24.01.033/01-5 - PROMOTECII-TCP05/22		0,00	2.375.588,82	24.571.195,73	22.195.606,91			
9001202804 - 211.18.01.008/01-7 - SAÚDE		258.012.006,95	84.525.074,09	47.280.047,21	220.766.980,07			
9001202805 - 211.18.01.010/01-2 - PROARES II		153.949.642,59	50.434.106,11	28.210.882,33	131.726.418,81			
9001202806 - 211.18.01.013/01-0 - CEARÁ-IV-A		1.785.760.000,00	554.659.000,00	325.539.000,00	1.556.640.000,00			
9001202807 - 211.18.01.014/01-3 - CEARÁ-IV-2ª Fase		1.009.169.613,67	307.834.511,81	210.031.556,44	911.366.658,30			
9001202808 - 211.18.01.011/01-6 - PRODETUR NACIONAL		420.194.905,37	138.334.199,36	77.896.193,95	359.756.899,96			
9001202809 - 211.18.01.018/01-8 - PREVIO		0,00	716.877,77	6.168.638,57	5.451.760,80			
9001202810 - 211.18.01.005/01-6 - PROARES I		0,00	902.814,75	902.814,75	0,00			
9001202811 - 211.18.01.007/01-3 - PROFISCO-CE I		101.439.784,72	42.050.672,02	19.873.648,76	79.262.761,46			
9001202812 - 211.18.01.009/01-0 - PROG. RODOVIÁRIO CEARÁ III		531.107.346,06	179.666.891,26	99.129.172,45	450.569.627,25			
9001202813 - 211.18.01.012/01-6 - CT-2826-BR.CIDADESII		317.268.626,14	109.466.013,74	59.395.565,92	267.198.178,32			
9001202814 - 211.18.01.015/01-7 - PROARES III - 1ª FASE		168.163.671,97	64.666.532,53	97.707.747,36	201.204.886,80			
9001202815 - 211.18.01.016/01-0 - SAÚDE CEARÁ II PROEXMAES		483.756.481,78	154.445.028,71	152.409.164,86	481.720.617,93			
9001202816 - 211.18.01.017/01-4 - PROFISCO II		239.489.376,47	118.489.650,79	155.340.459,60	276.340.185,28			
9001202817 - 211.18.01.019/01-1 - PROMOJUD		0,00	2.574.375,49	32.027.856,57	29.453.481,08			





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:02

R\$ 1,00

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

AUTORIZAÇÕES	QUANTIDADE	VALOR DA EMISSÃO	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
				EMISSÃO	REAJUSTAMENTO	RESGATE	QUANTIDADE	EM R\$
9001202819 - 211.10.01.008/01-1 - SÃO JOSÉ II		8.670.702,27	11.269.092,10	2.598.389,83		0,00		
9001202820 - 211.10.01.013/01-4 - PforR		1.782.641.356,83	533.139.096,96	324.957.752,10		1.574.460.011,97		
9001202821 - 211.10.01.015/01-1 - IPF SEGURANÇA HÍDRICA		23.882.311,93	30.168.933,73	114.127.889,28		107.841.267,48		
9001202822 - 211.10.01.009/01-5 - SWAP II		912.865.318,58	318.040.419,67	168.128.098,47		762.952.997,38		
9001202823 - 211.10.01.014/01-8 - São José III - 2ª Fase		59.990.375,00	24.618.170,00	86.461.090,00		121.833.295,00		
9001202824 - 211.10.01.010/01-7 - PROGERIRH CT- 7630		263.421.512,17	107.532.303,21	50.636.915,79		206.526.124,75		
9001202825 - 211.10.01.011/01-0 - CIDADES DO CEARÁ CARIRI CENTRAL		188.295.929,50	65.307.238,30	35.269.958,72		158.258.649,92		
9001202826 - 211.10.01.012/01-0 - SÃO JOSÉ III		398.842.202,18	161.541.958,98	107.049.056,61		344.349.299,81		
9001202827 - 211.24.01.025/01-8 - PROMOTEC II-TCP02/18		6.992.213,20	18.150.514,14	15.095.057,42		3.936.756,48		
9001202828 - 211.24.01.026/01-1 - PROMOTEC II-TCP01/19		8.578.049,86	21.930.859,33	18.505.416,64		5.152.607,17		
9001202829 - 211.24.01.028/01-9 - PROMOTEC II-TCP01/21		19.335.259,95	66.574.757,61	60.972.778,22		13.733.280,56		
9001202830 - 211.24.01.024/01-4 - PROMOTEC II-TCP01/18		12.076.607,46	32.505.619,02	26.158.073,12		5.729.061,56		
9001202831 - 211.24.01.021/01-3 - PROMOTEC II-TCP01/17		5.072.175,18	15.262.344,49	11.266.070,61		1.075.901,30		
9001202832 - 211.24.01.022/01-7 - PROMOTEC II-TCP02/17		6.762.900,23	19.095.162,77	14.826.570,11		2.494.307,57		
9001202833 - 211.24.01.023/01-0 - PROMOTEC II-TCP03/17		9.661.285,97	27.278.803,71	21.291.626,39		3.674.108,65		
9001202834 - 211.24.01.027/01-5 - PROMOTEC II-TCP01/20		11.939.873,46	30.026.885,49	25.831.548,64		7.744.536,61		
9001202835 - 211.24.01.029/01-2 - PROMOTECII-TCP01/22		0,00	10.700.016,22	28.080.513,92		17.380.497,70		
9001202836 - 211.24.01.030/01-4 - PROMOTECII-TCP02/22		0,00	6.759.885,79	17.925.104,34		11.165.218,55		
9001202837 - 211.23.01.002/01-3 - JBIC JAPAN		0,00	90.275,10	90.275,10		0,00		
9001202838 - 211.19.01.002/01-3 - PROG. DE SANEAM. BÁSICO CE II - KFW		11.004.620,68	7.018.695,35	2.031.306,32		6.017.231,65		
9001202839 - 211.19.01.003/01-3 - PROGRAMA DE SANEAMENTO RURAL - CEARÁ IV		5.069.107,49	16.252.077,76	42.585.361,34		31.402.391,07		
9001202840 - 211.26.01.001/01-0 - PROG. VALORIZ. INFRAESTRUT. TURIST. LIT. OESTE - CEARÁ		223.677.690,54	150.798.357,56	45.199.483,45		118.078.816,43		
9001202841 - 211.27.01.001/01-9 - FIDA-SDR		97.250.061,74	37.550.328,61	15.103.380,74		74.803.113,87		





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA**  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:02

R\$ 1,00

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

AUTORIZAÇÕES	QUANTIDADE	VALOR DA EMISSÃO	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
				EMISSÃO	REAJUSTAMENTO	RESGATE	QUANTIDADE	EM R\$
9001202842 - 211.27.01.002/01-2 - FIDA-EURO		22.560.197,66	8.813.026,38	3.562.285,41	17.309.456,69			
2.2.3.1.0.00.00 - PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR	---	282.000.661,40	72.429.187,06	211.254.028,70	420.825.503,04			
2.2.8.9.0.00.00 - DEPÓSITOS JUDICIAIS	---	647.134.187,22	0,00	46.211.464,03	693.345.651,25			
<b>Total</b>		<b>17.157.877.775,80</b>	<b>6.639.063.442,12</b>	<b>5.270.784.375,50</b>	<b>15.789.598.709,18</b>			
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>3.316.490.013,96</b>	<b>0,00</b>	<b>188.840.103,60</b>	<b>3.505.330.117,56</b>			

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:03

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		DÉBITO	CRÉDITO	
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS</b>				
<b>212110201 - CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS</b>	<b>746.481.797,38</b>	<b>1.486.473.181,65</b>	<b>1.522.013.991,20</b>	<b>782.022.606,93</b>
0000000000 - Sem contrato	0,00	0,00	0,00	0,00
9001202762 - 111.04.01.014/01-1 - PROINVESTE - BB	32.332.014,59	64.849.832,54	68.050.775,43	35.532.957,48
9001202763 - 111.04.01.015/01-5 - CPAC PMCMV BB	4.316.298,22	8.634.684,64	9.061.992,60	4.743.606,18
9001202764 - 111.04.01.013/01-8 - CT-BB-Amort. Dívida 2017-2018	138.644.555,59	277.289.111,12	277.289.111,16	138.644.555,63
9001202765 - 111.04.01.016/01-9 - CT-BB-Am. Div. 19-21	19.312.280,70	38.624.561,40	38.624.561,40	19.312.280,70
9001202766 - 111.04.01.017/01-2 - CT-BB-Am. Div. 20-22	85.206.252,55	170.412.505,04	170.412.505,08	85.206.252,59
9001202767 - 111.04.01.018/01-6 - CT-BB-Am. Div. 21-23	98.947.368,42	197.894.736,84	197.894.736,84	98.947.368,42
9001202769 - 111.02.01.166/01-0 - COSTA OESTE 1ª ETAP	284.359,10	595.145,57	511.786,53	201.000,06
9001202770 - 111.02.01.167/01-4 - COSTA OESTE SEG. ETAPA	409.908,94	857.927,72	886.065,62	438.046,84
9001202771 - 111.02.01.168/01-8 - COSTA OESTE- TERC. ETAPA	516.470,12	1.080.957,23	1.116.260,02	551.772,91
9001202772 - 111.02.01.172/01-0 - ESG.SAN.DE JERICOACOARA	51.950,37	103.932,24	51.981,87	0,00
9001202773 - 111.02.01.173/01-4 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITA-RIO DE GRANJA/CE	107.923,37	216.060,30	108.136,93	0,00
9001202774 - 111.02.01.174/01-8 - RIO COCÓ	9.256.344,30	12.641.936,46	16.460.106,14	13.074.513,98
9001202775 - 111.02.01.175/01-1 - FAV. DENDÊ	3.467.561,89	5.382.345,76	6.472.314,44	4.557.530,57
9001202776 - 111.02.01.176/01-5 - VLT PPROG. PRÓ-TRANSPORTE	7.736.583,36	14.011.298,32	15.717.171,11	9.442.456,15
9001202777 - 111.02.01.177/01-9 - EST. METRÔ DE FORTALEZA	1.423.347,15	2.092.916,02	2.641.171,90	1.971.603,03
9001202778 - 111.02.01.178/01-2 - CPAC MARANGUAPINHO	4.481.132,77	8.956.151,28	9.402.850,68	4.927.832,17
9001202779 - 111.02.01.179/01-6 - CPAC - MINHA CASA MINHA VIDA CEF	7.238.427,75	14.518.776,22	15.541.914,99	8.261.566,52
9001202780 - 111.02.01.180/01-8 - CPAC VLT PARANGABA MUCURIBE	11.344.530,43	20.784.538,46	23.861.031,22	14.421.023,19
9001202789 - 111.05.01.027/01-5 - PRODETUR II SUBC 01	6.672.439,14	11.331.035,12	11.955.734,30	7.297.138,32
9001202790 - 111.05.01.028/01-9 - PRODETUR II SUBC 02	11.828.908,36	20.087.673,14	21.195.100,93	12.936.336,15
9001202792 - 111.03.01.045/01-0 - AMPLIAÇÃO PORTO DO PECÉM - TMUT- 2ª ETAPA	70.456.871,52	142.306.857,42	143.822.614,50	71.972.628,60
9001202793 - 111.03.01.046/01-4 - 1º EST.DO TREM METRO	11.336.390,45	22.732.538,84	22.816.647,27	11.420.498,88
9001202794 - 111.03.01.048/01-1 - PROCOPA 2014	28.840.539,88	57.833.108,12	58.047.075,04	29.054.506,80
9001202795 - 111.03.01.049/01-5 - BNDES ESTADOS - SUBCRÉDITO A	72.762.755,35	144.078.276,02	145.954.908,55	74.639.387,88





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:03

R\$ 1,00

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		DÉBITO	CRÉDITO	
9001202796 - 111.03.01.050/01-7 - BNDES ESTADOS - SUBCRÉDITO B	19.872.249,26	45.372.820,60	47.828.013,98	22.327.442,64
9001202797 - 111.03.01.051/01-0 - LINHA LESTE DO METRÔ DE FORTALEZA	16.223.499,38	33.655.595,80	43.320.839,10	25.888.742,68
9001202798 - 111.03.01.052/01-4 - PROG. EMERG. FINANC.PEF II	13.878.438,53	30.368.374,22	31.742.372,61	15.252.436,92
9001202799 - 111.03.01.053/01-8 - PROINVESTE - REFINANC. Nº 12.211.291/017	9.318.043,38	19.536.786,97	20.459.294,71	10.240.551,12
9001202800 - 111.03.01.054/01-1 - PMAE - DPGE	843.130,87	1.370.892,32	1.761.191,41	1.233.429,96
9001202801 - 111.03.01.055/01-5 - TSID - 2ª ETAPA - SUBC A	20.746.660,24	41.602.683,12	41.756.602,04	20.900.579,16
9001202802 - 111.36.01.001/01-0 - CT-ITAU-Am.Div.19-21	19.312.280,70	38.624.561,40	38.624.561,40	19.312.280,70
9001202803 - 111.35.01.0001/01-1 - CT-SANT-Am.Div.19-21	19.312.280,70	38.624.561,40	38.624.561,40	19.312.280,70
<b>212130201 - CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS</b>	<b>23.882.214,58</b>	<b>60.866.435,36</b>	<b>63.616.195,95</b>	<b>26.631.975,17</b>
0000000000 - Sem contrato	0,00	0,00	0,00	0,00
9001202791 - 111.21.01.019/01-3 - FEDER. BEC-LC 156/16	23.882.214,58	60.866.435,36	63.616.195,95	26.631.975,17
<b>222110201 - EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS</b>	<b>5.332.931.696,13</b>	<b>1.850.035.466,76</b>	<b>1.204.601.027,53</b>	<b>4.687.497.256,90</b>
0000000000 - Sem contrato	0,00	0,00	0,00	0,00
9001202762 - 111.04.01.014/01-1 - PROINVESTE - BB	711.304.320,94	36.914.037,90	6.658.069,76	681.048.352,80
9001202763 - 111.04.01.015/01-5 - CPAC PMCMV BB	54.779.250,54	4.845.134,19	519.331,69	50.453.448,04
9001202764 - 111.04.01.013/01-8 - CT-BB-Amort. Divida 2017-2018	693.222.777,93	138.644.555,60	0,00	554.578.222,33
9001202765 - 111.04.01.016/01-9 - CT-BB-Am. Div. 19-21	135.185.964,92	19.312.280,70	0,00	115.873.684,22
9001202766 - 111.04.01.017/01-2 - CT-BB-Am. Div. 20-22	639.046.894,14	85.206.252,56	0,00	553.840.641,58
9001202767 - 111.04.01.018/01-6 - CT-BB-Am. Div. 21-23	841.052.631,58	98.947.368,42	0,00	742.105.263,16
9001202769 - 111.02.01.166/01-0 - COSTA OESTE 1ª ETAP	197.773,55	203.950,04	6.176,49	0,00
9001202770 - 111.02.01.167/01-4 - COSTA OESTE SEG. ETAPA	542.002,21	443.386,42	14.181,87	112.797,66
9001202771 - 111.02.01.168/01-8 - COSTA OESTE- TERC. ETAPA	682.902,76	558.516,31	17.884,35	142.270,80
9001202772 - 111.02.01.172/01-0 - ESG.SAN.DE JERICOACOARA	0,00	15,75	15,75	0,00
9001202773 - 111.02.01.173/01-4 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITA-RIO DE GRANJA/CE	0,00	213,56	213,56	0,00
9001202774 - 111.02.01.174/01-8 - RIO COCÓ	99.899.995,89	10.585.200,42	2.186.259,94	91.501.055,41
9001202775 - 111.02.01.175/01-1 - FAV. DENDÊ	40.280.793,02	3.960.816,67	1.825.166,98	38.145.143,33
9001202776 - 111.02.01.176/01-5 - VLT PPROG. PRÓ-TRANSPORTE	110.963.905,98	14.669.282,92	22.334.680,64	118.629.303,70





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:03

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		DÉBITO	CRÉDITO	
9001202777 - 111.02.01.177/01-9 - EST. METRÔ DE FORTALEZA	16.004.992,16	1.644.977,31	2.129.851,32	16.489.866,17
9001202778 - 111.02.01.178/01-2 - CPAC MARANGUAPINHO	56.002.787,02	5.027.555,44	531.188,16	51.506.419,74
9001202779 - 111.02.01.179/01-6 - CPAC - MINHA CASA MINHA VIDA CEF	88.208.573,04	8.131.215,71	1.225.204,30	81.302.561,63
9001202780 - 111.02.01.180/01-8 - CPAC VLT PARANGABA MUCURIBE	41.198.182,42	13.182.260,68	14.848.170,14	42.864.091,88
9001202789 - 111.05.01.027/01-5 - PRODETUR II SUBC 01	36.698.415,27	16.379.984,28	6.980.622,73	27.299.053,72
9001202790 - 111.05.01.028/01-9 - PRODETUR II SUBC 02	65.058.995,99	29.038.480,66	12.375.102,45	48.395.617,78
9001202791 - 111.21.01.019/01-3 - FEDER. BEC-LC 156/16	0,00	1.034.535.168,23	1.034.535.168,23	0,00
9001202792 - 111.03.01.045/01-0 - AMPLIAÇÃO PORTO DO PECÉM - TMUT- 2ª ETAPA	297.098.129,43	73.253.745,28	10.066.658,62	233.911.042,77
9001202793 - 111.03.01.046/01-4 - 1º EST.DO TREM METRO	17.004.585,67	11.487.869,81	193.533,61	5.710.249,47
9001202794 - 111.03.01.048/01-1 - PROCOPA 2014	115.362.159,51	29.354.207,71	1.155.568,45	87.163.520,25
9001202795 - 111.03.01.049/01-5 - BNDES ESTADOS - SUBCRÉDITO A	142.786.541,60	74.217.322,25	1.557.057,40	70.126.276,75
9001202796 - 111.03.01.050/01-7 - BNDES ESTADOS - SUBCRÉDITO B	99.361.246,33	28.491.722,39	18.440.246,47	89.309.770,41
9001202797 - 111.03.01.051/01-0 - LINHA LESTE DO METRÔ DE FORTALEZA	333.501.298,49	24.037.434,96	60.000.000,00	369.463.863,53
9001202798 - 111.03.01.052/01-4 - PROG. EMERG. FINANC.PEF II	128.690.975,50	15.530.927,53	1.233.229,00	114.393.276,97
9001202799 - 111.03.01.053/01-8 - PROINVESTE - REFINANC. Nº 12.211.291/017	214.314.997,66	10.655.149,52	2.004.554,77	205.664.402,91
9001202800 - 111.03.01.054/01-1 - PMAE - DPGE	4.579.808,48	1.041.854,08	2.963.429,51	6.501.383,91
9001202801 - 111.03.01.055/01-5 - TSID - 2ª ETAPA -SUBC A	79.528.864,27	21.110.018,06	799.461,34	59.218.307,55
9001202802 - 111.36.01.001/01-0 - CT-ITAU-Am.Div.19-21	135.185.964,92	19.312.280,70	0,00	115.873.684,22
9001202803 - 111.35.01.0001/01-1 - CT-SANT-Am.Div.19-21	135.185.964,91	19.312.280,70	0,00	115.873.684,21
<b>222130201 - EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS</b>	<b>1.034.535.168,23</b>	<b>1.110.053.669,41</b>	<b>1.156.320.687,52</b>	<b>1.080.802.186,34</b>
9001202791 - 111.21.01.019/01-3 - FEDER. BEC-LC 156/16	1.034.535.168,23	1.110.053.669,41	1.156.320.687,52	1.080.802.186,34
<b>Total</b>	<b>7.137.830.876,32</b>	<b>4.507.428.753,18</b>	<b>3.946.551.902,20</b>	<b>6.576.954.025,34</b>
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA - PARCELAMENTO</b>				
<b>212130292 - Parcelamento PASEP - Inter</b>	<b>9.959.301,36</b>	<b>23.170.815,03</b>	<b>24.322.211,94</b>	<b>11.110.698,27</b>
0000000000 - Sem contrato	0,00	0,00	0,00	0,00
9001202781 - 111.28.01.001/01-7 -CT-PASEP Lei 12.810	1.713.034,07	4.392.085,57	4.521.815,26	1.842.763,76
9001202782 - 111.28.01.013/01-9 - PARCELAMENTO PASEP 10380-008.842/2004-78	1.043.484,73	2.376.265,20	2.509.746,35	1.176.965,88







GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:03

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		DÉBITO	CRÉDITO	
9001202783 - 111.28.01.015/01-6 - PARCELAMENTO PASEP 10380-004.625/2009-13	7.202.782,56	16.402.464,26	17.290.650,33	8.090.968,63
<b>222130292 - DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PARCELAMENTO PASEP</b>	<b>18.989.182,08</b>	<b>13.081.757,37</b>	<b>3.754.977,26</b>	<b>9.662.401,97</b>
0000000000 - Sem contrato	0,00	0,00	0,00	0,00
9001202781 - 111.28.01.001/01-7 -CT-PASEP Lei 12.810	7.994.159,02	2.228.580,33	926.291,39	6.691.870,08
9001202782 - 111.28.01.013/01-9 - PARCELAMENTO PASEP 10380-008.842/2004-78	1.391.312,98	1.365.725,91	346.105,77	371.692,84
9001202783 - 111.28.01.015/01-6 - PARCELAMENTO PASEP 10380-004.625/2009-13	9.603.710,08	9.393.905,64	2.389.034,61	2.598.839,05
9001202784 - 421.28.15.010/01-1 - PARCELAMENTO ISSEC - PASEP - MP 783	0,00	5.402,56	5.402,56	0,00
9001202785 - 421.28.17.006/01-1 - PARCELAMENTO - ADAGRI PASEP	0,00	1.907,15	1.907,15	0,00
9001202786 - 421.28.18.007/01-1 - PARCELAMENTO - ESP PASEP	0,00	86.235,78	86.235,78	0,00
<b>Total</b>	<b>28.948.483,44</b>	<b>36.252.572,40</b>	<b>28.077.189,20</b>	<b>20.773.100,24</b>
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA - PARCELAMENTO INDIRETO</b>				
<b>212130291 - Parcela a Curto Prazo - Parcelamento INSS - Inter</b>	<b>196.818,50</b>	<b>1.389.882,40</b>	<b>1.752.137,00</b>	<b>559.073,10</b>
0000000000 - Sem contrato	0,00	113.551,98	113.551,98	0,00
22000387 - 421.28.20.018/01-6 - PARCELAMENTO EMATERCE INSS 02	0,00	769.529,64	1.050.246,99	280.717,35
9001202787 - 421.33.20.002/01-8 - PARCELAMENTO EMATERCE - INSS - LEI 13.988/2020	196.818,50	506.800,78	588.338,03	278.355,75
<b>212130292 - Parcelamento PASEP - Inter</b>	<b>144.061,06</b>	<b>435.771,41</b>	<b>479.210,59</b>	<b>187.500,24</b>
0000000000 - Sem contrato	0,00	40.197,75	40.197,75	0,00
9001202784 - 421.28.15.010/01-1 - PARCELAMENTO ISSEC - PASEP - MP 783	61.211,52	146.886,04	153.952,05	68.277,53
9001202785 - 421.28.17.006/01-1 - PARCELAMENTO - ADAGRI PASEP	38.855,49	90.063,74	80.437,19	29.228,94
9001202786 - 421.28.18.007/01-1 - PARCELAMENTO - ESP PASEP	43.994,05	158.623,88	204.623,60	89.993,77
<b>222130291 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - PARCELAMENTO INSS</b>	<b>568.377,97</b>	<b>1.012.256,85</b>	<b>1.423.056,83</b>	<b>979.177,95</b>
0000000000 - Sem contrato	0,00	0,00	0,00	0,00
22000387 - 421.28.20.018/01-6 - PARCELAMENTO EMATERCE INSS 02	0,00	735.255,73	1.350.286,68	615.030,95
9001202786 - - -	0,00	0,00	0,00	0,00
9001202787 - 421.33.20.002/01-8 - PARCELAMENTO EMATERCE - INSS - LEI 13.988/2020	568.377,97	277.001,12	72.770,15	364.147,00
<b>222130292 - DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PARCELAMENTO PASEP</b>	<b>1.266.321,77</b>	<b>357.131,47</b>	<b>254.265,52</b>	<b>1.163.455,82</b>
0000000000 - Sem contrato	0,00	2.213,55	2.213,55	0,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:03

R\$ 1,00

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		DÉBITO	CRÉDITO	
22000387 - 421.28.20.018/01-6 - PARCELAMENTO EMATERCE INSS 02	0,00	8.104,86	8.104,86	0,00
9001202784 - 421.28.15.010/01-1 - PARCELAMENTO ISSEC - PASEP - MP 783	444.641,65	72.303,33	41.532,20	413.870,52
9001202785 - 421.28.17.006/01-1 - PARCELAMENTO - ADAGRI PASEP	314.327,37	35.405,32	27.827,24	306.749,29
9001202786 - 421.28.18.007/01-1 - PARCELAMENTO - ESP PASEP	507.352,75	233.544,44	169.027,70	442.836,01
9001202787 - 421.33.20.002/01-8 - PARCELAMENTO EMATERCE - INSS - LEI 13.988/2020	0,00	5.559,97	5.559,97	0,00
<b>Total</b>	<b>2.175.579,30</b>	<b>3.195.042,13</b>	<b>3.908.669,94</b>	<b>2.889.207,11</b>
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA - PRECATÓRIOS</b>				
213110702 - PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - VENCIDOS E NÃO PAGOS	183.266.624,00	215.874.054,12	180.366.214,12	147.758.784,00
223110602 - PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - VENCIDOS E NÃO PAGOS	282.000.661,40	72.429.187,06	211.254.028,70	420.825.503,04
<b>Total</b>	<b>465.267.285,40</b>	<b>288.303.241,18</b>	<b>391.620.242,82</b>	<b>568.584.287,04</b>
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA - DEPÓSITOS JUDICIAIS</b>				
228919801 - Depósitos Judiciais de Terceiros	647.134.187,22	0,00	46.211.464,03	693.345.651,25
<b>Total</b>	<b>647.134.187,22</b>	<b>0,00</b>	<b>46.211.464,03</b>	<b>693.345.651,25</b>
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA - GARANTIAS</b>				
222110201 - EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	293.550.973,40	23.969.916,58	16.452.607,56	286.033.664,38
0000000000 - Sem contrato	0,00	0,00	0,00	0,00
9001202768 - 121.02.05.165/01-3 - COHAB CEF	293.550.973,40	23.969.916,58	16.452.607,56	286.033.664,38
<b>Total</b>	<b>293.550.973,40</b>	<b>23.969.916,58</b>	<b>16.452.607,56</b>	<b>286.033.664,38</b>
<b>DÍVIDA FUNDADA EXTERNA - CONTRATOS</b>				
212210201 - EMPRÉSTIMOS EXTERNOS - EM CONTRATOS	691.114.760,83	1.305.434.676,08	1.387.318.381,56	772.998.466,31
0000000000 - Sem contrato	0,00	0,00	0,00	0,00
9001202778 - 111.02.01.178/01-2 - CPAC MARANGUAPINHO	0,00	3.251.458,55	3.251.458,55	0,00
9001202779 - 111.02.01.179/01-6 - CPAC - MINHA CASA MINHA VIDA CEF	0,00	5.037.491,66	5.037.491,66	0,00
9001202804 - 211.18.01.008/01-7 - SAÚDE	21.501.000,58	42.266.100,84	41.236.225,90	20.471.125,64
9001202805 - 211.18.01.010/01-2 - PROARES II	12.829.136,88	25.219.179,62	24.604.677,61	12.214.634,87
9001202806 - 211.18.01.013/01-0 - CEARÁ-IV-A	111.610.000,00	205.880.000,00	207.294.000,00	113.024.000,00





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:03

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		DÉBITO	CRÉDITO	
9001202807 - 211.18.01.014/01-3 - CEARÁ-IV-2ª Fase	55.274.512,08	101.944.807,14	103.296.333,11	56.626.038,05
9001202808 - 211.18.01.011/01-6 - PRODETUR NACIONAL	32.322.685,03	58.847.501,10	59.645.070,09	33.120.254,02
9001202810 - 211.18.01.005/01-6 - PROARES I	7.617.414,14	21.117.320,22	13.499.906,08	0,00
9001202811 - 211.18.01.007/01-3 - PROFISCO-CE I	15.606.120,73	29.230.889,12	29.206.978,68	15.582.210,29
9001202812 - 211.18.01.009/01-0 - PROG. RODOVIÁRIO CEARÁ III	44.258.945,50	79.262.414,00	81.012.785,70	46.009.317,20
9001202813 - 211.18.01.012/01-6 - CT-2826-BR.CIDADESII	15.416.370,96	26.837.399,34	41.755.104,89	30.334.076,51
9001202814 - 211.18.01.015/01-7 - PROARES III - 1ª FASE	10.522.887,33	20.992.868,52	22.950.141,44	12.480.160,25
9001202815 - 211.18.01.016/01-0 - SAÚDE CEARÁ II PROEXMAES	0,00	0,00	28.893.868,25	28.893.868,25
9001202819 - 211.10.01.008/01-1 - SÃO JOSÉ II	17.341.404,53	34.447.848,54	25.109.092,59	8.002.648,58
9001202820 - 211.10.01.013/01-4 - PforR	70.727.257,00	110.048.936,50	141.857.431,65	102.535.752,15
9001202822 - 211.10.01.009/01-5 - SWAP II	88.733.284,91	162.265.598,50	164.097.347,35	90.565.033,76
9001202824 - 211.10.01.010/01-7 - PROGERIRH CT- 7630	38.281.113,90	67.412.585,38	69.498.671,15	40.367.199,67
9001202825 - 211.10.01.011/01-0 - CIDADES DO CEARÁ CARIRI CENTRAL	17.117.811,77	30.617.618,00	31.315.574,26	17.815.768,03
9001202826 - 211.10.01.012/01-0 - SÃO JOSÉ III	28.488.728,73	53.101.347,24	53.188.162,46	28.575.543,95
9001202827 - 211.24.01.025/01-8 - PROMOTEC II-TCP02/18	0,00	6.992.213,19	6.992.213,19	0,00
9001202828 - 211.24.01.026/01-1 - PROMOTEC II-TCP01/19	0,00	4.901.742,78	4.901.742,78	0,00
9001202829 - 211.24.01.028/01-9 - PROMOTEC II-TCP01/21	0,00	6.445.086,64	6.445.086,64	0,00
9001202830 - 211.24.01.024/01-4 - PROMOTEC II-TCP01/18	0,00	9.661.285,96	9.661.285,96	0,00
9001202831 - 211.24.01.021/01-3 - PROMOTEC II-TCP01/17	0,00	6.762.900,26	6.762.900,26	0,00
9001202832 - 211.24.01.022/01-7 - PROMOTEC II-TCP02/17	0,00	6.762.900,22	6.762.900,22	0,00
9001202833 - 211.24.01.023/01-0 - PROMOTEC II-TCP03/17	0,00	9.661.285,96	9.661.285,96	0,00
9001202834 - 211.24.01.027/01-5 - PROMOTEC II-TCP01/20	0,00	5.306.610,42	5.306.610,42	0,00
9001202837 - 211.23.01.002/01-3 - JBIC JAPAN	553.527,40	1.053.209,50	499.682,10	0,00
9001202838 - 211.19.01.002/01-3 - PROG. DE SANEAM. BÁSICO CE II - KFW	3.666.180,00	6.435.100,00	6.447.802,00	3.678.882,00
9001202840 - 211.26.01.001/01-0 - PROG. VALORIZ. INFRAESTRUT. TURIST. LIT. OESTE - CEARÁ	85.932.702,81	140.872.590,22	153.972.550,63	99.032.663,22
9001202841 - 211.27.01.001/01-9 - FIDA-SDR	10.806.987,92	18.504.171,72	18.798.262,79	11.101.078,99
9001202842 - 211.27.01.002/01-2 - FIDA-EURO	2.506.688,63	4.294.214,94	4.355.737,19	2.568.210,88





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:03

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		DÉBITO	CRÉDITO	
<b>212410191 - FINANCIAMENTOS EXTERNOS A PAGAR</b>	<b>27.081.643,85</b>	<b>108.909.844,35</b>	<b>119.856.130,43</b>	<b>38.027.929,93</b>
22000250 - -	0,00	0,00	2.625.121,90	2.625.121,90
22000495 - -	0,00	0,00	660.947,52	660.947,52
22000496 - -	0,00	0,00	2.236.089,42	2.236.089,42
9001202827 - 211.24.01.025/01-8 - PROMOTEC II-TCP02/18	2.330.737,73	11.312.798,29	11.206.106,58	2.224.046,02
9001202828 - 211.24.01.026/01-1 - PROMOTEC II-TCP01/19	2.450.871,39	9.311.450,20	9.266.046,43	2.405.467,62
9001202829 - 211.24.01.028/01-9 - PROMOTEC II-TCP01/21	3.222.543,32	11.963.073,84	12.043.446,30	3.302.915,78
9001202830 - 211.24.01.024/01-4 - PROMOTEC II-TCP01/18	4.830.642,98	18.011.932,32	18.092.863,38	4.911.574,04
9001202831 - 211.24.01.021/01-3 - PROMOTEC II-TCP01/17	3.381.450,13	12.698.225,08	12.709.940,71	3.393.165,76
9001202832 - 211.24.01.022/01-7 - PROMOTEC II-TCP02/17	3.381.450,11	12.555.659,56	12.638.657,91	3.464.448,46
9001202833 - 211.24.01.023/01-0 - PROMOTEC II-TCP03/17	4.830.642,98	18.158.280,72	18.166.037,58	4.838.399,84
9001202834 - 211.24.01.027/01-5 - PROMOTEC II-TCP01/20	2.653.305,21	9.737.600,78	9.859.918,92	2.775.623,35
9001202835 - 211.24.01.029/01-2 - PROMOTECII-TCP01/22	0,00	3.136.032,62	6.296.123,10	3.160.090,48
9001202836 - 211.24.01.030/01-4 - PROMOTECII-TCP02/22	0,00	2.024.790,94	4.054.830,68	2.030.039,74
<b>222210201 - EMPRÉSTIMOS EXTERNOS - EM CONTRATOS</b>	<b>9.466.482.842,29</b>	<b>3.396.022.110,17</b>	<b>2.424.830.379,96</b>	<b>8.495.291.112,08</b>
000000000 - Sem contrato	0,00	31.970.400,00	31.970.400,00	0,00
9001202804 - 211.18.01.008/01-7 - SAÚDE	258.012.006,95	84.525.074,09	47.280.047,21	220.766.980,07
9001202805 - 211.18.01.010/01-2 - PROARES II	153.949.642,59	50.434.106,11	28.210.882,33	131.726.418,81
9001202806 - 211.18.01.013/01-0 - CEARÁ-IV-A	1.785.760.000,00	554.659.000,00	325.539.000,00	1.556.640.000,00
9001202807 - 211.18.01.014/01-3 - CEARÁ-IV-2ª Fase	1.009.169.613,67	307.834.511,81	210.031.556,44	911.366.658,30
9001202808 - 211.18.01.011/01-6 - PRODETUR NACIONAL	420.194.905,37	138.334.199,36	77.896.193,95	359.756.899,96
9001202809 - 211.18.01.018/01-8 - PREVIÓ	0,00	716.877,77	6.168.638,57	5.451.760,80
9001202810 - 211.18.01.005/01-6 - PROARES I	0,00	902.814,75	902.814,75	0,00
9001202811 - 211.18.01.007/01-3 - PROFISCO-CE I	101.439.784,72	42.050.672,02	19.873.648,76	79.262.761,46
9001202812 - 211.18.01.009/01-0 -PROG. RODOVIÁRIO CEARÁ III	531.107.346,06	179.666.891,26	99.129.172,45	450.569.627,25
9001202813 - 211.18.01.012/01-6 - CT-2826-BR.CIDADESII	317.268.626,14	109.466.013,74	59.395.565,92	267.198.178,32
9001202814 - 211.18.01.015/01-7 - PROARES III - 1ª FASE	168.163.671,97	64.666.532,53	97.707.747,36	201.204.886,80





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:03

R\$ 1,00

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		DÉBITO	CRÉDITO	
9001202815 - 211.18.01.016/01-0 - SAÚDE CEARÁ II PROEXMAES	483.756.481,78	154.445.028,71	152.409.164,86	481.720.617,93
9001202816 - 211.18.01.017/01-4 - PROFISCO II	239.489.376,47	118.489.650,79	155.340.459,60	276.340.185,28
9001202817 - 211.18.01.019/01-1 - PROMOJUD	0,00	2.574.375,49	32.027.856,57	29.453.481,08
9001202819 - 211.10.01.008/01-1 - SÃO JOSÉ II	8.670.702,27	11.269.092,10	2.598.389,83	0,00
9001202820 - 211.10.01.013/01-4 - PforR	1.782.641.356,83	533.139.096,96	324.957.752,10	1.574.460.011,97
9001202821 - 211.10.01.015/01-1 - IPF SEGURANÇA HÍDRICA	23.882.311,93	30.168.933,73	114.127.889,28	107.841.267,48
9001202822 - 211.10.01.009/01-5 - SWAP II	912.865.318,58	318.040.419,67	168.128.098,47	762.952.997,38
9001202823 - 211.10.01.014/01-8 - São José III - 2ª Fase	59.990.375,00	24.618.170,00	86.461.090,00	121.833.295,00
9001202824 - 211.10.01.010/01-7 - PROGERIRH CT- 7630	263.421.512,17	107.532.303,21	50.636.915,79	206.526.124,75
9001202825 - 211.10.01.011/01-0 - CIDADES DO CEARÁ CARIRI CENTRAL	188.295.929,50	65.307.238,30	35.269.958,72	158.258.649,92
9001202826 - 211.10.01.012/01-0 - SÃO JOSÉ III	398.842.202,18	161.541.958,98	107.049.056,61	344.349.299,81
9001202827 - 211.24.01.025/01-8 - PROMOTEC II-TCP02/18	0,00	6.992.213,20	6.992.213,20	0,00
9001202828 - 211.24.01.026/01-1 - PROMOTEC II-TCP01/19	0,00	8.578.049,86	8.578.049,86	0,00
9001202829 - 211.24.01.028/01-9 - PROMOTEC II-TCP01/21	0,00	38.670.519,90	38.670.519,90	0,00
9001202830 - 211.24.01.024/01-4 - PROMOTEC II-TCP01/18	0,00	12.076.607,46	12.076.607,46	0,00
9001202831 - 211.24.01.021/01-3 - PROMOTEC II-TCP01/17	0,00	5.072.175,18	5.072.175,18	0,00
9001202832 - 211.24.01.022/01-7 - PROMOTEC II-TCP02/17	0,00	6.762.900,23	6.762.900,23	0,00
9001202833 - 211.24.01.023/01-0 - PROMOTEC II-TCP03/17	0,00	9.661.285,97	9.661.285,97	0,00
9001202834 - 211.24.01.027/01-5 - PROMOTEC II-TCP01/20	0,00	11.939.873,46	11.939.873,46	0,00
9001202837 - 211.23.01.002/01-3 - JBIC JAPAN	0,00	90.275,10	90.275,10	0,00
9001202838 - 211.19.01.002/01-3 - PROG. DE SANEAM. BÁSICO CE II - KFW	11.004.620,68	7.018.695,35	2.031.306,32	6.017.231,65
9001202839 - 211.19.01.003/01-3 - PROGRAMA DE SANEAMENTO RURAL - CEARÁ IV	5.069.107,49	9.115.006,64	35.448.290,22	31.402.391,07
9001202840 - 211.26.01.001/01-0 - PROG. VALORIZ. INFRAESTRUT. TURIST. LIT. OESTE - CEARÁ	223.677.690,54	141.327.791,45	35.728.917,34	118.078.816,43
9001202841 - 211.27.01.001/01-9 - FIDA-SDR	97.250.061,74	37.550.328,61	15.103.380,74	74.803.113,87
9001202842 - 211.27.01.002/01-2 - FIDA-EURO	22.560.197,66	8.813.026,38	3.562.285,41	17.309.456,69
<b>222410103 - FINANCIAMENTOS EXTERNOS - EM CONTRATOS</b>	<b>80.418.365,31</b>	<b>172.093.742,25</b>	<b>205.673.676,39</b>	<b>113.998.299,45</b>
22000250 - 211.24.01.031/01-8 - PROMOTECII-TCP03/22	0,00	3.753.197,50	19.503.928,84	15.750.731,34





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
CONSOLIDADO  
Acumulado até Dezembro/2022

Emitido em: 31/03/23 17:03

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

R\$ 1,00

	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		DÉBITO	CRÉDITO	
22000495 - 211.24.01.032/01-1 - PROMOTECII-TCP04/22	0,00	826.095,39	4.791.780,44	3.965.685,05
22000496 - 211.24.01.033/01-5 - PROMOTECII-TCP05/22	0,00	2.375.588,82	24.571.195,73	22.195.606,91
9001202827 - 211.24.01.025/01-8 - PROMOTEC II-TCP02/18	6.992.213,20	11.158.300,94	8.102.844,22	3.936.756,48
9001202828 - 211.24.01.026/01-1 - PROMOTEC II-TCP01/19	8.578.049,86	13.352.809,47	9.927.366,78	5.152.607,17
9001202829 - 211.24.01.028/01-9 - PROMOTEC II-TCP01/21	19.335.259,95	27.904.237,71	22.302.258,32	13.733.280,56
9001202830 - 211.24.01.024/01-4 - PROMOTEC II-TCP01/18	12.076.607,46	20.429.011,56	14.081.465,66	5.729.061,56
9001202831 - 211.24.01.021/01-3 - PROMOTEC II-TCP01/17	5.072.175,18	10.190.169,31	6.193.895,43	1.075.901,30
9001202832 - 211.24.01.022/01-7 - PROMOTEC II-TCP02/17	6.762.900,23	12.332.262,54	8.063.669,88	2.494.307,57
9001202833 - 211.24.01.023/01-0 - PROMOTEC II-TCP03/17	9.661.285,97	17.617.517,74	11.630.340,42	3.674.108,65
9001202834 - 211.24.01.027/01-5 - PROMOTEC II-TCP01/20	11.939.873,46	18.087.012,03	13.891.675,18	7.744.536,61
9001202835 - 211.24.01.029/01-2 - PROMOTECII-TCP01/22	0,00	10.700.016,22	28.080.513,92	17.380.497,70
9001202836 - 211.24.01.030/01-4 - PROMOTECII-TCP02/22	0,00	6.759.885,79	17.925.104,34	11.165.218,55
9001202839 - 211.19.01.003/01-3 - PROGRAMA DE SANEAMENTO RURAL - CEARÁ IV	0,00	7.137.071,12	7.137.071,12	0,00
9001202840 - 211.26.01.001/01-0 - PROG. VALORIZ. INFRAESTRUT. TURIST. LIT. OESTE - CEARÁ	0,00	9.470.566,11	9.470.566,11	0,00
<b>Total</b>	<b>10.265.097.612,28</b>	<b>4.982.460.372,85</b>	<b>4.137.678.568,34</b>	<b>9.420.315.807,77</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>19.066.231.787,44</b>	<b>9.938.491.248,12</b>	<b>8.625.881.330,31</b>	<b>17.753.621.869,63</b>

DÍVIDA FUNDADA EXTERNA - GARANTIAS				
811110113 - GARANTIAS DA DÍVIDA PÚBLICA A EXECUTAR	226.226.790,08	96.881.349,80	55.380.686,22	184.726.126,50
9001202818 - 421.18.02.001/01-2 - SANEAM.BÁSICO NO CE CAGECE	226.226.790,08	96.881.349,80	55.380.686,22	184.726.126,50
<b>TOTAL GARANTIAS INTERNA E EXTERNA</b>	<b>226.226.790,08</b>	<b>96.881.349,80</b>	<b>55.380.686,22</b>	<b>184.726.126,50</b>

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE



# OUTROS DEMONSTRATIVOS





# **EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEI Nº 6.404/1976 E  
SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES**



**BALANÇO PATRIMONIAL**

(R\$ 1.00)

ATIVO	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ETICE	METROFOR	CEARAPAR	TOTAL
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>140.223.369</b>	<b>1.112.693.000</b>	<b>252.016.000</b>	<b>3.790.559</b>	<b>216.113.000</b>	<b>68.785.681</b>	<b>276.111</b>	<b>2.314.602</b>	<b>19.588.078</b>	<b>38.582.224</b>	<b>3.076.907</b>	<b>1.857.459.532</b>
DISPONIBILIDADES	84.200.115	670.230.000	211.190.000	569.600	84.843.000	37.983.141	227.409	865.219	11.177.113	27.617.176	2.991.781	1.131.894.553
DIREITOS REALIZÁVEIS	55.986.956	392.751.000	39.144.000	2.802.299	128.824.000	25.680.717	43.024	1.008.888	8.316.109	1.340.954	85.126	
ESTOQUES	34.555	46.907.000	540.000	202.200	1.732.000	5.101.380	5.678	436.445	94.856	9.607.223		64.661.337
DESPESAS ANTECIPADAS	1.743	2.805.000	1.142.000	216.460	714.000	20.443		4.051		16.872		4.920.569
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>147.759.715</b>	<b>3.921.562.000</b>	<b>1.018.138.000</b>	<b>7.372.738</b>	<b>214.530.000</b>	<b>243.274.473</b>	<b>418.468.183</b>	<b>15.555.375</b>	<b>5.434.339</b>	<b>1.642.582.925</b>	<b>9.602</b>	<b>7.634.687.350</b>
REALIZÁVEL LONGO PRAZO	305.620	170.387.000	90.643.000		45.418.000	16.646.790	403.219.723	7.802.107	33.498	13.143.048		747.598.785
INVESTIMENTOS	140.083.772	14.018.000	89.095.000	42.916	0	0	16.994	31.878		1.000		243.289.559
IMOBILIZADO	6.982.389	85.458.000	9.722.000	7.329.822	12.800.000	225.888.535	15.231.466	7.721.391	3.807.288	1.622.142.655	9.602	1.997.093.148
INTANGÍVEL DIFERIDO	387.934	3.651.699.000	828.678.000		156.312.000	739.148			1.593.553	27.508		4.639.437.144
										7.268.714		7.268.714
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>287.983.084</b>	<b>5.034.255.000</b>	<b>1.270.154.000</b>	<b>11.163.297</b>	<b>430.643.000</b>	<b>312.060.154</b>	<b>418.744.294</b>	<b>17.869.978</b>	<b>25.022.417</b>	<b>1.681.165.149</b>	<b>3.086.509</b>	<b>9.492.146.882</b>
PASSIVO	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ETICE	METROFOR	CEARAPAR	TOTAL
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>53.794.810</b>	<b>588.389.000</b>	<b>86.041.000</b>	<b>4.109.433</b>	<b>111.226.000</b>	<b>22.819.747</b>	<b>2.914.425</b>	<b>46.199.417</b>	<b>10.112.617</b>	<b>17.511.871</b>	<b>226.387</b>	<b>943.344.707</b>
FORNECEDORES	905.860	256.477.000	13.111.000	1.892.647	84.938.000	8.922.371	88.280	399.082	4.402.540	10.671.968	1.900	381.810.649
OBRIG. SOCIAS/TRIBUTÁRIA	8.364.596	74.373.000	8.683.000	624.155	9.992.000	6.929.271	98.001	4.085.384	3.150.207	4.358.021	224.487	120.882.122
CONVÊNIO	40.304.469			687.290		829.900				16.691		41.838.350
EMPRÉST./FINANCIAMENTOS	2.191	62.122.000			1.231.000		2.624.619					65.979.810
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.217.694	195.417.000	64.247.000	503.402	14.799.000	6.138.205		23.849.014	171.819	465.765		309.808.899
PROVISÕES				401.939	266.000		103.525	17.865.937	2.388.051	1.999.425		23.024.877
<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>41.514.369</b>	<b>1.657.972.000</b>	<b>369.000</b>	<b>3.022.810</b>	<b>67.664.000</b>	<b>54.704.227</b>	<b>714.468.301</b>	<b>75.466.557</b>	<b>2.091.000</b>	<b>640.952.350</b>	<b>0</b>	<b>3.258.224.614</b>
FORNECEDORES	1.229.668	2.007.000										3.236.668
MPRÉST./FINANCIAMENTOS		344.763.000		1.610.772	29.497.000		714.468.301					1.090.339.073
OUTRAS OBRIGAÇÕES	40.284.701	1.311.202.000	369.000	1.412.038	38.167.000	54.704.227		75.466.557	2.091.000	640.952.350		2.164.648.873
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>192.673.904</b>	<b>2.787.894.000</b>	<b>1.183.744.000</b>	<b>4.031.054</b>	<b>251.753.000</b>	<b>234.536.180</b>	<b>-298.638.432</b>	<b>-103.795.996</b>	<b>12.818.800</b>	<b>1.022.700.929</b>	<b>2.860.122</b>	<b>5.290.577.561</b>
CAPITAL SOCIAL	151.568.606	2.251.558.000	1.069.658.000	823.759	176.877.000	149.561.737	29.404.405	2.511.584	50.000	2.487.453.000	5.000.000	6.324.466.091
RESERVAS	41.105.298	223.489.000	114.050.000	3.207.295	47.344.000	84.974.443	0		12.768.800			526.938.836
AJUSTES / OUTROS		312.847.000	36.000		27.532.000		17.230.181	15.363.395		8.399.569		381.408.145
LUCRO/PREJ. ACUMULADO							-345.273.018	-121.670.975		-	-2.139.878	-1.942.235.511
										1.473.151.640		
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>287.983.084</b>	<b>5.034.255.000</b>	<b>1.270.154.000</b>	<b>11.163.297</b>	<b>430.643.000</b>	<b>312.060.154</b>	<b>418.744.294</b>	<b>17.869.978</b>	<b>25.022.417</b>	<b>1.681.165.149</b>	<b>3.086.509</b>	<b>9.492.146.881</b>

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITÓRIAS EXTERNAS.

(\* ) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE DEZEMBRO DE 1999, CONFORME LEI Nº 12.961 /1999.

DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

(R\$ 1,00)

GRUPOS	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ETICE	METROFOR	CEARAPAR	TOTAL
<b>RECEITA BRUTA OPERACIONAL</b>	<b>42.817.428</b>	<b>2.348.869.000</b>	<b>218.004.000</b>	<b>27.616.207</b>	<b>678.699.000</b>	<b>183.263.737</b>	<b>901.123</b>	<b>118.378.145</b>	<b>193.920.669</b>	<b>225.638.488</b>	<b>0</b>	<b>4.038.107.797</b>
(-)DEDUÇÕES						14.648.466		5.322	10.200.636			24.854.424
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>42.817.428</b>	<b>2.348.869.000</b>	<b>218.004.000</b>	<b>27.616.207</b>	<b>678.699.000</b>	<b>168.615.271</b>	<b>901.123</b>	<b>118.372.823</b>	<b>183.720.033</b>	<b>225.638.488</b>	<b>0</b>	<b>4.013.253.373</b>
(-)CUSTOS DE VENDA	12.683.982	1.513.810.000	124.808.000	12.976.856	617.359.000	150.219.787		73.922.848	179.265.223	164.521.881		2.849.567.578
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>30.133.446</b>	<b>835.059.000</b>	<b>93.196.000</b>	<b>14.639.351</b>	<b>61.340.000</b>	<b>18.395.484</b>	<b>901.123</b>	<b>44.449.975</b>	<b>4.454.810</b>	<b>61.116.607</b>	<b>0</b>	<b>1.163.685.796</b>
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	24.859.083	570.055.000	44.164.000	16.079.092	36.200.000	40.560.572	5.087.015	46.508.211	4.875.861	126.323.512	<b>2.362.328</b>	917.074.674
(+)RECEITAS OPERACIONAIS	32.027.514	345.000	27.999.000		28.879.000	6.665.129		117.727	59.798	34.418.604		130.511.771
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>37.301.877</b>	<b>265.349.000</b>	<b>77.031.000</b>	<b>-1.439.741</b>	<b>54.019.000</b>	<b>-15.499.959</b>	<b>-4.185.892</b>	<b>-1.940.509</b>	<b>-361.254</b>	<b>-30.788.301</b>	<b>-2.362.328</b>	<b>377.122.893</b>
(-)OUTRAS DESPESAS	12.356	183.546.000	19.885.000	303.058	16.998.000	126	13.789.576	197.647	129.461	8.055	1.225	234.870.503
(+)OUTRAS RECEITAS	6.677.178	171.457.000	39.111.000	424.959	20.057.000	5.327.589	3.436.487	735	1.465.459	1.812.060	396.943	250.166.409
(-)PROVISÕES	15.275.937	55.258.000	23.229.000	45.135	-5.838.000	0			273.124			88.243.196
<b>RESULT. LÍQ. DO EXERCÍCIO</b>	<b>28.690.762</b>	<b>198.002.000</b>	<b>73.028.000</b>	<b>-1.362.975</b>	<b>62.916.000</b>	<b>-10.172.496</b>	<b>-14.538.981</b>	<b>-2.137.420</b>	<b>701.621</b>	<b>-28.984.296</b>	<b>-1.966.610</b>	<b>304.175.604</b>

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(\*) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE NOVEMBRO DE 1999, CONFORME LEI Nº 12.961 /99.

DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

**DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS**

(R\$ 1,00)

GRUPOS	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ETICE	METROFOR	CEARAPAR	TOTAL
SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO	0	0	0	0	0	0	-330.807.288	-118.737.529	0	-1.444.167.344	-173.268	-1.893.885.429
AJUSTE DE EXERC. ANTERIOR	0	25.060.000					73.251					25.133.251
SALDO AJUST. E CORRIGIDO	0	25.060.000	0	0	0	0	-330.734.037	-118.737.529		-1.444.167.344	-173.268	-1.868.752.178
REVERSÃO DE RESERVAS												0
LUCRO(PREJ.) LÍQ. EXERCÍCIO	28.690.762	198.002.000	73.028.000	-1.362.975	62.916.000	-10.172.496	-14.538.981	-2.137.420	701.620,51	-28.984.296	-1.966.610	304.175.604
FORMAÇÃO DE RESERVAS	-28.690.762	-177.069.000	-70.103.000		-14.265.000	10.172.496			-701.620,51			-280.656.887
DIVIDENDOS			-2.925.000		-34.423.000							-37.348.000
OUTROS		-45.993.000			-14.228.000			-796.025				-61.017.025
<b>SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-1.362.975</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-345.273.018</b>	<b>-121.670.975</b>	<b>0</b>	<b>-1.473.151.640</b>	<b>-2.139.878</b>	<b>-1.943.598.486</b>

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(\* ) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE NOVEMBRO DE 1999, CONFORME LEI Nº 12.961 /99.

DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

(R\$ 1,00)

FLUXOS	COMPANHIAS											TOTAL
	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ETICE	METROFOR	CEARAPAR	
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	33.921.202	413.502.000	35.552.000	1.100.416	20.131.000	-16.106.234	0	0	-5.494.464	57.594.520	-1.898.240	536.033.161
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	28.690.762	253.260.000	73.028.000	1.362.975	71.305.000	-10.172.496			701.621	-28.984.296	-1.966.610	384.499.005
VALORES QUE NÃO AFETAM CAIXA	898.636	320.918.000	-21.058.000	493.547	22.912.000	20.017.827			-667.803	92.070.141	163	435.584.511
VARIAÇÃO NO ATIVO/PASSIVO	4.331.804	160.676.000	-16.418.000	-230.988	74.086.000	-25.951.565			-5.528.282	-5.491.324	68.207	-284.050.355
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	14.529.432	359.817.000	-54.655.000	-583.418	26.030.000	-19.259.836			-196.763	-22.384.833	-9.765	-468.397.418
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	2.549.150	-53.728.000	-48.383.000	0	-5.584.000	1.946.234	0			-22.602.202	1.999.999	-123.801.819
<b>TOTAL DE FLUXO DE CAIXA</b>	50.999.784	-43.000	-67.485.000	1.683.834	11.484.000	-33.419.837	0	0	-5.691.227	12.607.485	91.994	-56.107.634
CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	33.200.331	94.000	278.675.000	2.253.435	96.327.000	71.402.978			16.868.340	15.009.690	2.899.787	516.730.561
CAIXA NO FIM DO PERÍODO	84.200.115	51.000	211.190.000	569.600	84.843.000	37.983.141			11.177.113	27.617.176	2.991.781	460.622.925
<b>SALDO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>	50.999.784	-43.000	-67.485.000	1.683.834	11.484.000	-33.419.837	0	0	-5.691.227	12.607.485	91.994	-56.107.634

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(\* ) COMPANHIA DESOBRIGADA À ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO, LEI 6.404/76 ART 176, § 6º (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.638 /2007).

DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

Obs: A empresa EMATERCE não encaminhou a demonstração DFC do exercício 2022.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

(R\$ 1.00)

ELEMENTOS	ADECE*	CAGECE	CIPP S/A*	CEASA*	CEGÁS	COGERH*	COHAB*	EMATERCE*	ETICE*	METROFOR*	CEARAPAR	TOTAL
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>												
RECEITA BRUTA		2.515.809.000			928.684.000				193.921.775			3.638.414.775
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		-1.440.350.000			-	810.008.000			-133.549.540			-2.383.907.540
TRANSFERÊNCIA DE OUTRAS SOCIEDADES		177.446.000			20.057.000				1.465.459			198.968.459
RETENÇÕES		-181.041.000			-23.770.000				-2.305.893			-207.116.893
<b>TOTAL DO VALOR ADICIONADO GERADO</b>	<b>0</b>	<b>1.071.864.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>114.963.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>59.531.800</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.246.358.800</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>												
PESSOAL		364.947.000			17.437.000				48.201.206			430.585.206
GOVERNO		324.619.000			25.358.000				10.499.513			360.476.513
FINANCIADORES		184.296.000			9.252.000				129.461			193.677.461
ACIONISTAS		198.002.000			62.916.000							260.918.000
RETENÇÃO PARA INVESTIMENTOS									701.621			701.621
<b>TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>	<b>0</b>	<b>1.071.864.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>114.963.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>59.531.800</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.246.358.800</b>

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(\*) COMPANHIAS DESOBRIGADAS À ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO, LEI 6.404/76 ART 176, INCISO V (INCLUÍDO PELA LEI Nº 11.638/2007).

DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(R\$ 1.00)


ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVA DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO	44.893.405	10.500.000	17.639.572	0	-4.218.009	-338.833.287	-270.018.319
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						-73.251	-73.251
AUMENTO DE CAPITAL							0
FORMAÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS							0
RESULTADO DO EXERCÍCIO						-14.538.981	-14.538.981
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL			3.808.618				3.808.618
DIVIDENDOS							0
OUTROS							0
<b>SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>44.893.405</b>	<b>10.500.000</b>	<b>21.448.190</b>	<b>0</b>	<b>-4.218.009</b>	<b>-353.445.519</b>	<b>-280.821.933</b>

NOTA: \* DADOS EXTRAÍDOS APENAS DOS DEMONSTRATIVOS DA EMPRESA DEPENDENTE CONSTITUÍDA SOB A FORMA DE SOCIEDADES ANÔNIMAS: COHAB.  
DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA



# AUDIÊNCIAS PÚBLICAS




	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-02
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	DATA REVISÃO:	11/01/2023

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A APRESENTAÇÃO DO DEMONSTRATIVO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2022 NO ESTADO DO CEARÁ DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO NA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.**

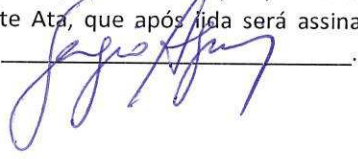
Às dezesseis horas do dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e dois, nos Auditórios 2 e 4 – Deputados Almir Pinto e Abelardo Costa Lima, do Complexo de Comissões Técnicas Permanentes, sob a presidência do deputado Sérgio Aguiar, deu-se início à Audiência Pública para a Apresentação do Demonstrativo e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de 2022 no Estado do Ceará. Compuseram a Mesa o presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, deputado Sérgio Aguiar, a Excelentíssima Senhora Secretária da Fazenda do Estado do Ceará, Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, o Ilustríssimo Senhor Coordenador da Coordenadoria de Gestão da Execução Orçamentária Patrimonial e Contábil – Copac, Talvani Rabelo Aguiar, o Ilustríssimo Senhor Orientador da Célula de Planejamento e Qualidade do Gasto, Takeshi Cardoso Koshima, e os(as) deputados(as) Augusta Brito, Júlio César Filho, Pedro Lobo e Walter Cavalcante. Registrou-se ainda a presença da seguinte autoridade: Saulo Moreira Braga, Orientador da Célula de Contabilidade Geral do Estado – CECOG; além dos servidores da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará Fábio Duarte e Pedro Barros. Aberta a Audiência Pública, o deputado Sérgio Aguiar ressaltou que a audiência ocorria em cumprimento do artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, e, após breves considerações sobre a queda de arrecadação no Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), o deputado Sérgio Aguiar concedeu a palavra à Exma. Sra. Fernanda Pacobahyba, para que ela fizesse a exposição sobre os resultados fiscais do segundo quadrimestre de 2022. Em sua exposição, a Exma. Sra. Fernanda Pacobahyba analisou o perfil das contas públicas do Estado do Ceará, analisando as Receitas, as Despesas, os investimentos, a Dívida Pública, o Resultado Primário, as Operações de Crédito, os Gastos com Educação, Saúde e Pessoal, e todas as outras matérias pertinentes à saúde financeira do Estado do Ceará. Entre os pontos mencionados, merece destaque o fato de que a Excelentíssima Senhora Secretária da Fazenda do Estado do Ceará informou que, no tocante à receita total, considerando-se apenas os dados nominais, foi constatado um aumento de 28% em relação à receita inicialmente prevista para o quadrimestre. Destacou, contudo, que é importante considerar que boa parte desse aumento na arrecadação ocorreu por conta do aumento da inflação no período analisado e do aumento da arrecadação federal no mesmo período, o que impactou no repasse aos estados por meio do Fundo de Participação dos Estados – (FPE), o qual teve um incremento de 41% nos meses analisados. Em relação ao período analisado, a Exma. Sra. Fernanda Pacobahyba informou ainda que o ICMS teve um incremento nominal de 12%, mas que, para se chegar ao valor real, seria necessário abater a inflação nesse mesmo período. A Exma. Sra. Fernanda Pacobahyba informou ainda que, no mês de agosto, que é um dos meses nesse quadrimestre, foi constatada uma queda real bem significativa no ICMS, em torno de 14%, em decorrência da aprovação da Lei Complementar n.º 194, de 23/06/2022, que reduziu a alíquota do ICMS para 18% em relação aos combustíveis, à energia elétrica e à comunicação, uma vez que essa Lei Complementar foi aprovada em julho de 2022 com vigência nos Estados especialmente a partir de agosto do corrente ano. No mesmo sentido, a Exma. Sra. Fernanda Pacobahyba informou que em setembro do corrente ano foi constatada uma queda real em torno de 8% na arrecadação do ICMS, queda essa que deve reverberar no próximo relatório das metas fiscais. De fato, a Exma. Sra. Fernanda Pacobahyba esclareceu que o ICMS da energia elétrica, da comunicação e dos combustíveis, cuja arrecadação foi afetada pela Lei Complementar n.º 194, de 23/06/2022, representa cerca de 40% do total da arrecadação de ICMS no Estado do Ceará. Por fim, a Exma. Sra.


Av. Desembargador Moreira, 2807 | Dionísio Torres | CEP: 60170.900 | Fortaleza – Ceará.



	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-02
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	DATA REVISÃO:	11/01/2023

**Ata da Audiência Pública para a Apresentação do Demonstrativo e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de 2022 no Estado do Ceará**

Fernanda Pacobahyba informou que, não obstante as expressivas perdas por parte dos estados, ainda não havia nada de concreto em relação a uma eventual compensação por parte da União, situação que está sendo discutida por muitos estados junto ao STF. Em relação às despesas, a Exma. Sra. Fernanda Pacobahyba informou que houve um aumento do investimento público nesse quadrimestre, pois, por conta do período eleitoral, foi preciso dar cadência em alguns contratos que são continuados. Assim, no período analisado, houve um aumento nos investimentos de cerca de 1,43 bilhão de reais. Ao todo, considerando-se os valores desde o início do ano, já houve um aporte de cerca de 2,5 bilhões de reais em investimentos, o que demonstra que este ano, apesar de todas as dificuldades, foi possível alocar bastantes recursos em investimentos. Retomando a palavra, o deputado Sérgio Aguiar concedeu a palavra aos deputados presentes que apresentaram o desejo de se manifestar. Dentre as manifestações dos deputados, destaque-se que o deputado Sérgio Aguiar questionou qual o impacto da redução no ICMS para o próximo ano nas contas públicas do Estado do Ceará, principalmente no que diz respeito aos investimentos do Estado, informando que a queda na arrecadação já começou a repercutir na queda no repasse do valor do ICMS aos municípios, e questionou se o Estado do Ceará já havia incluído, na apresentação das metas do segundo quadrimestre de 2022, os cerca de mil policiais militares aprovados no último concurso para a carreira. O deputado Walter Cavalcante, por sua vez, questionou sobre o impacto nos municípios com a redução da arrecadação no ICMS, principalmente no que diz respeito ao cumprimento das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal; questionou se a redução na arrecadação de ICMS poderia afetar os convênios celebrados entre o Estado do Ceará e os municípios; e questionou se existiria alguma perspectiva do Confaz alterar a alíquota do ICMS. O deputado Júlio César Filho expôs algumas considerações sobre o PLOA 2023, especialmente no que diz respeito aos investimentos previstos e ao gasto com pessoal, destacando que o Estado procura se manter sempre abaixo do limite prudencial, e solicitou que a Excelentíssima Senhora Secretária da Fazenda do Estado do Ceará, Fernanda Pacobahyba, tecesse algumas considerações sobre o PLOA 2023. A deputada Augusta Brito declarou que iria questionar sobre uma possível compensação por parte da União em relação às perdas sofridas pelos estados na arrecadação do ICMS, mas que essa questão já foi respondida pela Excelentíssima Senhora Secretária da Fazenda do Estado do Ceará no sentido de não haver nada de concreto em relação a essa compensação, de modo que a deputada Augusta Brito questionou apenas se haveria alguma previsão de compensação para o próximo ano. O deputado Pedro Lobo, por sua vez, teceu comentários acerca da redução na arrecadação do ICMS e questionou como o Estado do Ceará pretende ajudar os pequenos municípios, sobretudo os municípios mais afetados com essa redução de arrecadação. A cada questionamento, o deputado Sérgio Aguiar concedeu a palavra à Exma. Sra. Fernanda Pacobahyba, a qual prestou, de maneira técnica, todos os esclarecimentos solicitados pelos deputados. Por fim, não havendo mais quem quisesse utilizar a palavra, o deputado Sérgio Aguiar concedeu a palavra à Excelentíssima Senhora Secretária da Fazenda do Estado do Ceará para que ela fizesse suas considerações finais. A Exma. Sra. Fernanda Pacobahyba agradeceu a oportunidade de estar ali e se colocou à disposição da Casa. E nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença dos convidados, dos parlamentares e demais presentes. E, para constar, eu, Isabela Veras Brito *Isabela Veras Brito*, secretária, lavrei a presente Ata, que após *Isabela Veras Brito* ser assinada pelo presidente da Audiência Pública, deputado Sérgio Aguiar .


	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-02
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	DATA REVISÃO:	11/01/2023

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A APRESENTAÇÃO DO DEMONSTRATIVO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2022 NO ESTADO DO CEARÁ DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO NA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.**

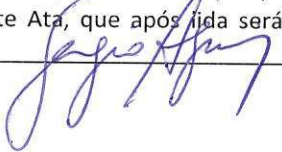
Às dezesseis horas do dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e dois, nos Auditórios 2 e 4 – Deputados Almir Pinto e Abelardo Costa Lima, do Complexo de Comissões Técnicas Permanentes, sob a presidência do deputado Sérgio Aguiar, deu-se início à Audiência Pública para a Apresentação do Demonstrativo e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de 2022 no Estado do Ceará. Compuseram a Mesa o presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, deputado Sérgio Aguiar, a Excelentíssima Senhora Secretária da Fazenda do Estado do Ceará, Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, o Ilustríssimo Senhor Coordenador da Coordenadoria de Gestão da Execução Orçamentária Patrimonial e Contábil – Copac, Talvani Rabelo Aguiar, o Ilustríssimo Senhor Orientador da Célula de Planejamento e Qualidade do Gasto, Takeshi Cardoso Koshima, e os(as) deputados(as) Augusta Brito, Júlio César Filho, Pedro Lobo e Walter Cavalcante. Registrou-se ainda a presença da seguinte autoridade: Saulo Moreira Braga, Orientador da Célula de Contabilidade Geral do Estado – CECOG; além dos servidores da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará Fábio Duarte e Pedro Barros. Aberta a Audiência Pública, o deputado Sérgio Aguiar ressaltou que a audiência ocorria em cumprimento do artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, e, após breves considerações sobre a queda de arrecadação no Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), o deputado Sérgio Aguiar concedeu a palavra à Exma. Sra. Fernanda Pacobahyba, para que ela fizesse a exposição sobre os resultados fiscais do segundo quadrimestre de 2022. Em sua exposição, a Exma. Sra. Fernanda Pacobahyba analisou o perfil das contas públicas do Estado do Ceará, analisando as Receitas, as Despesas, os investimentos, a Dívida Pública, o Resultado Primário, as Operações de Crédito, os Gastos com Educação, Saúde e Pessoal, e todas as outras matérias pertinentes à saúde financeira do Estado do Ceará. Entre os pontos mencionados, merece destaque o fato de que a Excelentíssima Senhora Secretária da Fazenda do Estado do Ceará informou que, no tocante à receita total, considerando-se apenas os dados nominais, foi constatado um aumento de 28% em relação à receita inicialmente prevista para o quadrimestre. Destacou, contudo, que é importante considerar que boa parte desse aumento na arrecadação ocorreu por conta do aumento da inflação no período analisado e do aumento da arrecadação federal no mesmo período, o que impactou no repasse aos estados por meio do Fundo de Participação dos Estados – (FPE), o qual teve um incremento de 41% nos meses analisados. Em relação ao período analisado, a Exma. Sra. Fernanda Pacobahyba informou ainda que o ICMS teve um incremento nominal de 12%, mas que, para se chegar ao valor real, seria necessário abater a inflação nesse mesmo período. A Exma. Sra. Fernanda Pacobahyba informou ainda que, no mês de agosto, que é um dos meses nesse quadrimestre, foi constatada uma queda real bem significativa no ICMS, em torno de 14%, em decorrência da aprovação da Lei Complementar n.º 194, de 23/06/2022, que reduziu a alíquota do ICMS para 18% em relação aos combustíveis, à energia elétrica e à comunicação, uma vez que essa Lei Complementar foi aprovada em julho de 2022 com vigência nos Estados especialmente a partir de agosto do corrente ano. No mesmo sentido, a Exma. Sra. Fernanda Pacobahyba informou que em setembro do corrente ano foi constatada uma queda real em torno de 8% na arrecadação do ICMS, queda essa que deve reverberar no próximo relatório das metas fiscais. De fato, a Exma. Sra. Fernanda Pacobahyba esclareceu que o ICMS da energia elétrica, da comunicação e dos combustíveis, cuja arrecadação foi afetada pela Lei Complementar n.º 194, de 23/06/2022, representa cerca de 40% do total da arrecadação de ICMS no Estado do Ceará. Por fim, a Exma. Sra.


Av. Desembargador Moreira, 2807 | Dionísio Torres | CEP: 60170.900 | Fortaleza – Ceará.



	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-02
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	DATA REVISÃO:	11/01/2023

**Ata da Audiência Pública para a Apresentação do Demonstrativo e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de 2022 no Estado do Ceará**

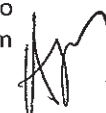
Fernanda Pacobahyba informou que, não obstante as expressivas perdas por parte dos estados, ainda não havia nada de concreto em relação a uma eventual compensação por parte da União, situação que está sendo discutida por muitos estados junto ao STF. Em relação às despesas, a Exma. Sra. Fernanda Pacobahyba informou que houve um aumento do investimento público nesse quadrimestre, pois, por conta do período eleitoral, foi preciso dar cadência em alguns contratos que são continuados. Assim, no período analisado, houve um aumento nos investimentos de cerca de 1,43 bilhão de reais. Ao todo, considerando-se os valores desde o início do ano, já houve um aporte de cerca de 2,5 bilhões de reais em investimentos, o que demonstra que este ano, apesar de todas as dificuldades, foi possível alocar bastantes recursos em investimentos. Retomando a palavra, o deputado Sérgio Aguiar concedeu a palavra aos deputados presentes que apresentaram o desejo de se manifestar. Dentre as manifestações dos deputados, destaque-se que o deputado Sérgio Aguiar questionou qual o impacto da redução no ICMS para o próximo ano nas contas públicas do Estado do Ceará, principalmente no que diz respeito aos investimentos do Estado, informando que a queda na arrecadação já começou a repercutir na queda no repasse do valor do ICMS aos municípios, e questionou se o Estado do Ceará já havia incluído, na apresentação das metas do segundo quadrimestre de 2022, os cerca de mil policiais militares aprovados no último concurso para a carreira. O deputado Walter Cavalcante, por sua vez, questionou sobre o impacto nos municípios com a redução da arrecadação no ICMS, principalmente no que diz respeito ao cumprimento das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal; questionou se a redução na arrecadação de ICMS poderia afetar os convênios celebrados entre o Estado do Ceará e os municípios; e questionou se existiria alguma perspectiva do Confaz alterar a alíquota do ICMS. O deputado Júlio César Filho expôs algumas considerações sobre o PLOA 2023, especialmente no que diz respeito aos investimentos previstos e ao gasto com pessoal, destacando que o Estado procura se manter sempre abaixo do limite prudencial, e solicitou que a Excelentíssima Senhora Secretária da Fazenda do Estado do Ceará, Fernanda Pacobahyba, tecesse algumas considerações sobre o PLOA 2023. A deputada Augusta Brito declarou que iria questionar sobre uma possível compensação por parte da União em relação às perdas sofridas pelos estados na arrecadação do ICMS, mas que essa questão já foi respondida pela Excelentíssima Senhora Secretária da Fazenda do Estado do Ceará no sentido de não haver nada de concreto em relação a essa compensação, de modo que a deputada Augusta Brito questionou apenas se haveria alguma previsão de compensação para o próximo ano. O deputado Pedro Lobo, por sua vez, teceu comentários acerca da redução na arrecadação do ICMS e questionou como o Estado do Ceará pretende ajudar os pequenos municípios, sobretudo os municípios mais afetados com essa redução de arrecadação. A cada questionamento, o deputado Sérgio Aguiar concedeu a palavra à Exma. Sra. Fernanda Pacobahyba, a qual prestou, de maneira técnica, todos os esclarecimentos solicitados pelos deputados. Por fim, não havendo mais quem quisesse utilizar a palavra, o deputado Sérgio Aguiar concedeu a palavra à Excelentíssima Senhora Secretária da Fazenda do Estado do Ceará para que ela fizesse suas considerações finais. A Exma. Sra. Fernanda Pacobahyba agradeceu a oportunidade de estar ali e se colocou à disposição da Casa. E nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença dos convidados, dos parlamentares e demais presentes. E, para constar, eu, Isabela Veras Brito *Isabela Veras Brito*, secretária, lavrei a presente Ata, que após *Isabela Veras Brito* ser assinada pelo presidente da Audiência Pública, deputado Sérgio Aguiar .


	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-02
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	DATA REVISÃO:	11/01/2023

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A APRESENTAÇÃO DO DEMONSTRATIVO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2022 NO ESTADO DO CEARÁ DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO NA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.**

Às dezesseis horas e três minutos do dia vinte de março de dois mil e vinte e três, nos Auditórios 2 e 4 – Deputados Almir Pinto e Abelardo Costa Lima, do Complexo de Comissões Técnicas Permanentes, sob a presidência do deputado Sérgio Aguiar, deu-se início à Audiência Pública para Demonstração do Cumprimento das Metas Fiscais dos Poderes e do Ministério Público Referentes ao Terceiro Quadrimestre de 2022 no Estado do Ceará. Compuseram a Mesa o presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, deputado Sérgio Aguiar, o Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda do Estado do Ceará, Fabrício Gomes Santos, o Excelentíssimo Senhor Secretário-Executivo do Tesouro e Metas Fiscais, Márcio Cardeal Queiroz da Silva, o Ilustríssimo Senhor Coordenador da Coordenadoria de Gestão da Execução Orçamentária Patrimonial e Contábil – Copac, Talvani Rabelo Aguiar, o Ilustríssimo Senhor Coordenador da Coordenadoria de Gestão Fiscal – Cofis, Takeshi Cardoso Koshima, e os deputados De Assis Diniz, Guilherme Sampaio, Missias Dias, Nizo Costa, Romeu Aldigueri. Registrou-se a presença dos(as) deputados(as) Agenor Neto, Antônio Henrique, Bruno Pedrosa, Carmelo Neto, Dra. Silvana, Felipe Mota, Jô Farias, Juliana Lucena, Lia Gomes, Osmar Baquit, Queiroz Filho, Sargento Reginauro; e da seguinte autoridade: Liana Maria Machado de Souza, Secretária-Executiva da Receita; além dos servidores da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, Pedro Barros, James Uchoa e Guilherme Moraes. Aberta a Audiência Pública, o deputado Sérgio Aguiar ressaltou que a audiência ocorria em cumprimento ao artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, e agradeceu a presença e a participação de todos os deputados, deputadas, autoridades e público em geral que estavam prestigiando esta Audiência Pública. Após as apresentações iniciais, o deputado Sérgio Aguiar concedeu a palavra ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda do Estado do Ceará, Fabrício Gomes, para que ele fizesse a exposição sobre os resultados fiscais do terceiro quadrimestre de 2022. Em sua exposição, o Exmo. Sr. Fabrício Gomes analisou o perfil das contas públicas do Estado do Ceará, avaliando as Receitas, as Despesas, os Investimentos, a Dívida Pública, o Resultado Primário, as Operações de Crédito, os Gastos com Educação, Saúde e Pessoal, e todas as outras matérias pertinentes à saúde financeira do Estado do Ceará. Entre os pontos mencionados, merece destaque o fato de que o Exmo. Sr. Fabrício Gomes informou que o Estado do Ceará deixou de arrecadar cerca de R\$ 1,13 bilhão com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) em 2022. Segundo o Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda do Estado do Ceará, as perdas foram provocadas pela Lei Federal Complementar 194/2022, que determinou a redução das alíquotas dos combustíveis, energia elétrica e serviços de comunicação para 18%. Apenas no segmento de combustíveis, a arrecadação caiu R\$ 680 milhões. Não obstante, o Exmo. Sr. Fabrício Gomes esclareceu que todas as metas constitucionais, estipuladas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), foram cumpridas pelo Estado do Ceará. De acordo com o gestor da SEFAZ, o impacto negativo nas contas de 2022 só não foi maior por causa do bom desempenho fiscal alcançado no primeiro semestre, fruto de uma gestão equilibrada e eficiente. Segundo o Secretário, as mudanças na legislação do ICMS causaram um descompasso nas finanças estaduais, retirando cerca de R\$ 2 bilhões do Orçamento do Estado para 2023. Isso impactou políticas públicas de saúde, segurança, educação, entre outras áreas. O Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda do Estado do Ceará explicou que a União e os estados fecharam um acordo de R\$ 26,9 bilhões para compensar as perdas do ICMS, uma quantia que, segundo ele, minimiza os efeitos nas contas públicas, mas não repõe todos os prejuízos. De acordo com o Exmo. Sr. Fabrício Gomes, para o Estado do Ceará devem

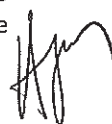
Av. Desembargador Moreira, 2807 | Dionísio Torres | CEP: 60170.900 | Fortaleza – Ceará.




	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-02
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	DATA REVISÃO:	11/01/2023

**Ata da Audiência Pública para a Apresentação do Demonstrativo e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre de 2022 no Estado do Ceará**

vir R\$ 646,3 milhões, sendo 25% pagos em 2023, 50% em 2024 e 25% em 2025. Dessa forma, para o ano de 2023, o valor previsto gira em torno de R\$ 160 milhões. O Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda do Estado do Ceará aduziu, contudo, que 20% desse valor é distribuído para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e 25% para os municípios, de modo que, no ano de 2023, deve restar para o Tesouro do Estado do Ceará um montante de cerca de R\$ 97 milhões de reais. De acordo com o Exmo. Sr. Fabrício Gomes, em consequência da Lei Federal Complementar 194/2022, todos os estados, exceto o Amapá, tiveram resultados primários piores em 2022. Em relação à dívida pública, o gestor da SEFAZ ressaltou que a situação é sustentável, pois as contas públicas estão todas totalmente dentro dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. O Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda do Estado do Ceará também mencionou os gastos com educação e saúde, que, no ano de 2022, atingiram, respectivamente, 26,17% e 17,03% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), frente a um mínimo anual previsto na Constituição Federal de 25% para a educação e de 12% para a saúde, o que demonstra que o Estado do Ceará vem cumprindo com boa margem os índices mínimos previstos na Constituição Federal. Quanto ao ano de 2023, ainda que o relatório apresentado não se proponha a analisá-lo, o Exmo. Sr. Fabrício Gomes ressaltou que a arrecadação do Estado com o ICMS nos dois primeiros meses do ano de 2023 sofreu uma redução nominal de 3,5% e de 8,6% em valores reais. Por fim, deve-se destacar que o Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda do Estado do Ceará ressaltou a importância da função social do tributo, uma vez que, dos 9,2 milhões de habitantes do Estado do Ceará, 4,3 milhões estão na pobreza, dos quais 1,4 milhão estão na extrema pobreza, de modo que a existência dos tributos se justificaria para distribuir um pouco a riqueza do Estado para a população mais carente. Retomando a palavra, o deputado Sérgio Aguiar concedeu a palavra aos deputados presentes. Dentre as manifestações dos deputados, destaque-se que o deputado Carmelo Neto questionou sobre a arrecadação do ICMS no ano de 2022, indagando se, ao longo do ano de 2022, houve verdadeiramente uma queda na arrecadação do tributo. O deputado Felipe Mota questionou sobre o Fundo de Combate à Pobreza no Estado do Ceará (Fecop). A deputada Dra. Silvana indagou sobre a queda de arrecadação do ICMS no ano de 2022, reforçando o caráter fiscalizatório da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. O deputado Romeu Aldigueri questionou a maneira como o Governo Federal pretendia compensar a perda de ICMS do Estado do Ceará, fazendo uma comparação entre a política de pagamento de dívidas do Estado do Ceará e do Estado de São Paulo. O deputado Sargento Reginauro questionou sobre a queda de ICMS no Estado do Ceará e sobre a suspensão da cobrança de ICMS sobre a tarifação na transmissão e distribuição de energia (Tust e Tusd) prevista na Lei Federal Complementar 194/2022, a qual, em sua opinião, deveria ter sido aplicada no período entre a publicação da Lei e a decisão do STF, que afastou a aplicação dessa previsão legal. O deputado Osmar Baquit trouxe comentários esclarecendo a redução de arrecadação no ICMS no ano de 2022. O deputado De Assis Diniz discorreu sobre o Fundo de Combate à Pobreza no Estado do Ceará (Fecop) e sobre a perda de arrecadação no ICMS, questionando, por fim, sobre a capacidade de recomposição do Estado do Ceará com a nova modal do ICMS aprovada no ano de 2023. O deputado Guilherme Sampaio discorreu sobre a perda de arrecadação no ICMS apontada pela SEFAZ, mencionando a evolução da gestão fiscal do Estado do Ceará e questionando sobre os impactos das medidas federais na gestão fiscal e no planejamento do estado. O deputado Agenor Neto trouxe algumas observações acerca da transparência no Estado do Ceará e pediu que fosse pontuada a evolução das finanças no estado. O deputado Sérgio Aguiar fez um apanhado geral sobre a queda de arrecadação do ICMS, esclarecendo que, conforme a exposição do Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda do Estado do Ceará, este





	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-02
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	DATA REVISÃO:	11/01/2023

**Ata da Audiência Pública para a Apresentação do Demonstrativo e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre de 2022 no Estado do Ceará**

estado deixou de arrecadar cerca de R\$ 1,13 bilhão com o ICMS em 2022, sendo que já existem tratativas de uma compensação de parte do valor que se deixou de arrecadar, de modo que o Estado do Ceará deve receber da União um montante total de R\$ 646,3 milhões, sendo 25% pagos em 2023, 50% em 2024 e 25% em 2025. O deputado Queiroz Filho comentou acerca do impacto da Lei Federal Complementar 194/2022 na arrecadação do Estado do Ceará e questionou se existe alguma operação de crédito com vencimento já neste ano, qual o papel do Fundo Estadual de Sustentabilidade Fiscal (Fesf) na saúde das contas públicas do Estado e se o Estado do Ceará tem previsão para o pagamento do reajuste aos servidores e para o pagamento do piso dos professores. O deputado Nizo Costa discorreu sobre a queda de arrecadação do ICMS e elogiou a gestão fiscal do Estado do Ceará. A cada questionamento ou a cada bloco de questionamentos, o deputado Sérgio Aguiar concedeu a palavra ao Exmo. Sr. Fabrício Gomes, o qual prestou, de maneira técnica, todos os esclarecimentos solicitados pelos deputados. Por fim, não havendo mais quem quisesse utilizar a palavra, o deputado Sérgio Aguiar concedeu a palavra ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda do Estado do Ceará para que ele fizesse suas considerações finais. O Exmo. Sr. Fabrício Gomes agradeceu a oportunidade de estar ali e se colocou à disposição da Casa. E nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença dos convidados, dos parlamentares e demais presentes. E, para constar, eu, Matheus de Lavor Araújo Matheus de Lavor Araújo, secretário, lavrei a presente Ata, que após lida, será assinada pelo presidente da Audiência Pública, deputado Sérgio Aguiar Sérgio Aguiar.



# **PROJETOS CONCLUÍDOS E EM CONCLUSÃO – Art. 45 DA LEI 101/2000**



Órgão	Nº	Mapp	Programado	Empenhado	Pago
SDA	457	Implantação de 11.603 cisternas de polietileno no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - Á	121.317.957,47	121.282.695,92	121.253.246,04
SDA	230	Construção de 49.000 cisternas de placas - Convênio MDS	84.297.631,24	84.297.631,24	84.297.631,21
SEINFRA	321	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DAS UTILIDADES DO TERMINAL DE MULTIPLO USO - TMUT NO TERMINAL PORTUÁRIO DO PECÉM	58.742.770,03	50.142.151,56	50.142.151,56
FUNDES	4651	AQUISIÇÃO DO HOSPITAL SÃO FRANCISCO (SESA 1786)	38.670.000,00	38.670.000,00	38.670.000,00
CAGECE	19	PAC OGU - Ampliação do SES da Bacia SD-7 em Fortaleza	38.554.824,93	38.554.824,93	38.554.824,93
CAGECE	27	PAC OGU/SANEAR II - Ampliação do SES da Bacia SD-6 em Fortaleza	33.185.506,93	33.185.506,93	33.185.506,93
SDA	408	Programa Garantia Safra - Pagamento Parcela Extra 2012 com Recursos Governo do Estado do Ceará	32.476.878,83	32.476.878,83	32.476.878,83
CAGECE	13	PAC MC/SANEAR II - Implantação do SES em Crateús	31.086.162,55	31.086.162,55	31.086.162,55
CAGECE	23	PAC OGU/SANEAR II - Implantação de SES em Maranguape	30.791.241,78	30.791.241,78	30.791.241,78
CAGECE	21	PAC MC/SANEAR II - Implantação de SES em Quixadá	30.625.094,98	30.625.094,98	30.520.163,53
SAP	388	Construção de uma Cadeia Pública Masculina com 600 Vagas, em Itaitinga - Ceará. Convênio MJ.36554/2012	27.784.485,65	25.996.786,66	25.995.081,13
SPS	574	VALE GÁS - Concessão de Vale Gás às famílias cearenses vulnerabilizadas	27.536.928,00	27.536.928,00	27.536.928,00
SAP	298	Construção da CPPL V no município de Itaitinga com 1.016 vagas	26.308.805,51	26.308.805,51	26.308.805,51
SDA	190	Construção do Parque de Exposição da Região Norte - EXPONORTE em Sobral	23.354.304,77	23.354.304,77	23.354.304,77
SAP	157	Elaboração de Projeto e Construção da Casa de Privação Provisória de Liberdade (CPPL IV) no Município de Itaitinga	19.990.152,10	19.990.152,10	19.990.152,10
SDA	298	Construção de 1.500 Cisterna de Enxurrada para Quintais Produtivos	18.860.688,15	18.860.688,15	18.860.688,15
FEAS	24	FORTALECIMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL (SUBVENÇÃO SOCIAL BÁSICA)	17.149.528,06	17.149.528,06	17.149.528,06
FEAS	31	FORTALECIMENTO DE REDE SÓCIO ASSISTENCIAL ( SUBVENÇÃO SOCIAL - ESPECIAL)	16.247.871,56	16.247.871,56	16.247.871,56
CAGECE	133	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza - Conj. Habitacional São Cristóvão	16.106.037,72	16.106.037,72	16.106.037,72
CAGECE	6	SANEAR II - Ampliação do SES de Maranguape	14.674.087,34	14.674.087,34	14.674.087,34
SEMA	44	TELEFÉRICO DO ARARIPE	13.918.438,12	13.896.982,14	13.896.982,14
FUNPEN/CI	16	Construção de uma Unidade de Semi-aberto com 944 vagas na região metropolitana de Fortaleza - município de Itaitinga (SAP 3: ZPECEARÁ	13.596.959,75	13.596.959,75	13.596.959,75
ZPECEARÁ	2	Ampliação da Zona de Processamento ZPE	13.100.000,00	13.055.657,14	13.055.657,14
SPS	620	AQUISIÇÃO DE 184 VEÍCULOS PARA APOIAR OS CENTROS DE REFERÊNCIA SOCIAL (CRAS) DOS MUNICÍPIOS CEARENSES	12.823.888,48	12.811.868,48	12.811.868,48
SAP	92	Elaboração de Projetos e Construção de 8 Cadeias Públicas com 26 vagas nos municípios de Amontada, Araripe, Cruz, Fortim, Jat	12.613.060,56	12.613.060,56	12.588.786,95
CAGECE	149	Recuperação de 1.000 metros do Interceptor Oeste de Fortaleza	12.165.331,64	12.165.331,64	12.165.331,64
FEAS	152	Construção de 01 Unidade de Internação Masculina em Sobral/CE (Centro Educacional de Medidas sócioeducativas)	11.250.657,32	11.250.657,32	11.250.657,32
SDA	417	Implantação de 50 Sistemas de Abastecimento d'água em Comunidades Rurais - São José 2012	10.844.930,82	10.844.930,82	10.844.930,82
SAP	7	Conclusão da Construção de Penitenciária de 500 Vagas no Município de Pacatuba	10.389.090,48	10.389.090,48	10.389.090,48
SAP	363	Convênio 149/2011 - Aquisição e instalação de equipamentos de segurança para inspeção corporal (BODY SCANNER) e inspeção c	10.351.902,37	10.351.902,37	10.351.902,37
FEAS	201	PROJETO CEARÁ ACESSÍVEL: Gestão Intersetorial de Políticas Públicas	10.309.690,00	10.309.690,00	10.309.690,00
SDA	434	Projetos Produtivos Para Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará.	10.287.356,35	9.635.933,71	9.635.933,71
CAGECE	121	ACC - Implantação de Emissário de Efluentes Industriais do Setor I - Fase I - CIPP	9.843.385,10	9.843.385,10	9.843.385,10
FUNDES	335	FASTS - Construção de Policlínica Tipo 2 com 13 Especialidades em Maracanaú	9.032.282,38	8.977.680,12	8.977.680,12
SECITECE	316	Atração da pós-graduação do ITA para o Ceará	8.194.970,75	8.131.043,54	8.131.043,54
FEAS	95	INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DE FAMILIAS CEARENSES CADASTRADAS NO CADÚNICO	8.186.627,30	8.186.627,30	8.186.627,30
SDA	371	Construção do Centro de Agronegócio de Brejo Santo/CE - 2ª FASE	8.002.440,93	8.002.440,93	8.002.440,93
CAGECE	305	Melhorias nas ETEs do Município de Pacoti	7.790.144,71	7.500.048,37	7.500.048,37
CAGECE	123	PAC 2 / G1 - Abastecimento de Água - Adutora de Cascavel	7.574.985,28	7.574.985,28	7.574.985,28
SEFAZ	12	Combate ao Crime Contra a Ordem Tributária	6.447.946,96	6.447.946,96	6.447.946,96
SAP	93	Elaboração de Projetos e Construção de Cadeias Públicas com 272 vagas no município de Juazeiro do Norte	6.416.399,55	6.416.399,55	6.416.399,55
SPS	307	PRIMEIRO PASSO - ESTAGIÁRIOS DO TRE/BIOMETRIA	6.267.556,43	6.266.769,99	6.266.769,99
SPS	587	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PARA FAMÍLIAS VULNERÁVEIS DURANTE A PANDEMIA	5.819.378,00	5.719.378,00	5.719.378,00
FUNDES	3107	PROEXMAES II - Fortalecimento da Gestão e Melhoria da Qualidade dos Serviços	5.511.729,71	2.469.385,82	2.469.385,79
SEDUC	1835	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO EXTERNA , PARA DAR CONTINUIDADE A REALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO	5.511.011,98	5.496.485,36	5.496.485,36
SEMA	73	Construção de areninhas no parque do Cocó	5.038.351,53	5.038.351,53	5.038.351,53
SOP	1194	Pavimentação asfáltica no município de Granja	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
FEDAF	25	Financiamento de Projetos Produtivos - FETRAECE	4.992.701,74	4.992.701,74	4.992.701,74
SDA	711	Projeto Paulo Freire - Componente I - Desenvolvimento de capacidades	4.488.942,66	4.477.866,88	4.477.866,88
SAP	1	Elaboração de Projetos e Construção de 3 Cadeias Públicas com 51 vagas nos municípios de Acaraú, Santa Quitéria e Trairi	4.408.440,40	4.408.440,40	4.408.440,40
SOP	102	Recuperação de Estrada no Trecho que liga Jaguaratama - Polo Bezerra de Menezes. (DER 1334)	4.207.506,53	3.900.000,00	3.900.000,00
SAP	8	Recuperação de 37 Cadeias Públicas (Aurora, Baturité, Ereré, Farias Brito, Campos Sales, Aracoiaba, Boa Viagem, Brejo Santo, Cai	3.750.844,78	3.750.844,78	3.750.844,78
SAP	590	Contratação de Instituição para Realização do Concurso para Cargo de Agente Penitenciário - 1.000 cargos de provimento efetiv	3.675.000,00	3.675.000,00	3.675.000,00
SSPDS	925	Adequação e estruturação das instalações da CIOPS e COTIC	3.500.000,00	3.424.097,20	3.424.097,20
NUTECE	211	DESENVOLVIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS INOVADORAS PARA ATENDIMENTO AO SETOR PRODUTIVO DO ESTAD	3.420.646,00	3.070.702,00	3.070.702,00
SAP	145	Construção de Cadeia Pública (127 vagas) em Crato.	3.298.495,86	3.298.495,86	3.298.495,86
SAP	91	Elaboração de Projetos e Construção de 1 Cadeia Pública com 153 vagas no Município de Sobral	3.067.344,97	3.067.344,97	3.067.344,97
CAGECE	258	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS RELATIVOS A OBRA EMERGENCIAL DE ADUTORA DE ÁGUA TRATADA PARA O MUNICÍPIO DE AQUIRAZ	3.051.876,46	3.051.876,46	3.051.876,46
SOP	619	Obras de Prolongamento da Contenção do Processo de Erosão Marinha e Estabilização da Linha de Costa da Praia da Redonda, n	3.028.344,84	2.939.472,91	2.939.472,91
SEMA	8	ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO DO CEARÁ (CONPAM 73)	2.934.856,15	2.934.856,15	2.934.856,15
ADECE	67	Construção de galpão no município de Irauçuba	2.689.199,78	2.689.199,78	2.689.199,78
SOP	44	Recuperação de Estradas Vicinais com adição de material no Município de Icó - CE. (DER 1234)	2.647.662,40	2.528.425,70	2.528.425,70
SECITECE	340	Feira do Conhecimento do Ceará	2.641.918,10	2.641.704,10	2.641.704,10
CAGECE	209	COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE CARIRÉ - CE	2.633.541,32	2.633.541,32	2.633.541,32
SDA	388	2a Etapa - Construção do Parque de Exposição da Região Norte em Sobral	2.453.339,87	2.453.339,87	2.453.339,87
FEAS	340	Fortalecimento Institucional dos CRAS do Estado do Ceará.	2.385.027,00	2.385.027,00	2.385.027,00
SEDUC	21127	REFORMA DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE IBIQUITINGA	2.209.981,06	2.099.481,96	2.099.481,96
ADECE	55	Construção de um galpão industrial no município de Pentecoste	2.194.376,95	2.194.376,95	2.194.376,95
CAGECE	239	EXECUÇÃO DA ADUTORA DE ÁGUA TRATADA PARA ATENDER AO PÓLO FARMOQUÍMICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE EUSÉBIO-I	2.109.999,03	2.109.999,03	2.109.999,03
FEAS	199	Programa CapacitaSUAS - Estado do Ceará	2.021.779,69	2.021.774,69	2.021.774,69
SDA	664	Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Ceará - ATER	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
FUNDES	4220	PROEXMAES II - Melhoria da Eficiência Operacional - UGP	1.950.000,00	1.908.586,90	1.908.586,90
SSPDS	1019	Apoio a Segurança e ao Sigilo da Distribuição e aplicação dos instrumentos de avaliação do INEP (ENEM) - Convênio nº 802004/2	1.914.924,90	1.914.324,90	1.914.324,90
SDA	542	Construção de Abatedouro no município de Parambu	1.900.000,00	248.237,35	248.237,35
SDA	619	Construção de Abatedouro Público no Município de Marco/CE	1.900.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00
FUNDES	3342	Construção de clínica de retaguarda (posto iv) no hospital de Messejana - HM	1.871.850,41	681.014,52	681.014,52
COGERH	206	Recuperação das Barragens Monitoradas	1.864.154,78	1.864.154,78	1.864.154,78
SPS	409	PROARES III - ARENINHA MARANGUAPE - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Mar:	1.739.146,53	1.739.146,53	1.739.146,53

Órgão	Nº	Mapp	Programado	Empenhado	Pago
SAP	602	Bolsa Auxílio dos alunos do Curso de Formação - Concurso Público Agente Penitenciário do Estado	1.715.379,55	1.715.379,55	1.715.379,55
SPS	417	PROARES III - ARENINHA SÃO GONÇALO DO AMARANTE - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no m	1.699.866,45	1.699.866,43	1.699.866,43
SOP	390	CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DAS SEDES DOS BATALHÕES DO RAI0 (DAE 123)	1.645.877,93	1.585.426,11	1.585.426,11
SOP	578	Obra de Recuperação de Estradas Vicinais, no Município de Marco/CE.	1.630.000,00	1.548.500,00	1.548.500,00
SPS	398	PROARES III - ARENINHA CRATO - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Crato.	1.566.492,71	1.564.029,89	1.564.029,89
SPS	414	PROARES III - ARENINHA QUIXADÁ - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Quixadá.	1.544.643,86	1.544.628,47	1.544.628,47
SPS	403	PROARES III - ARENINHA ITAITINGA- Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Itaitinga.	1.536.620,96	1.536.605,14	1.536.605,14
SDA	295	Construção do Abatedouro Público, no município de Iguatu	1.522.755,67	1.522.755,67	1.522.755,67
SPS	208	PROARES MASSAPÉ - Construir, equipar e treinar equipe da equipe de 01 Polo de Convivência Social padrão I, Construir, equipai	1.495.717,80	1.495.717,80	1.495.717,80
SAP	130	Construção de Cadeia Pública com 36 Vagas no Município de Caridade	1.470.186,05	1.470.186,05	1.470.186,05
SECITECE	277	Organização e Execução de Eventos para Popularização da Ciência e Tecnologia	1.470.123,60	1.460.123,60	1.460.123,60
SPS	440	PROARES III - ARENINHA GUARACIABA DO NORTE - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no municípi	1.443.901,68	1.443.901,68	1.443.901,68
FEDAF	1	Cultivo Protegido de Hortaliças e Flores para Agricultura Familiar	1.414.639,00	1.414.639,00	1.414.639,00
SDA	550	Construção de Abatedouro Público no Município de Pereiro/CE.	1.277.973,16	1.277.973,16	1.277.973,16
SAP	24	Elaboração do Projeto e Reforma do Prédio da SEJUS - Antigo CREDE	1.264.098,58	1.264.098,58	1.264.098,58
FUNPEN/CI	10	Aquisição um Sistema Guardiã para o Sistema Penitenciário do Estado do Ceará	1.261.634,00	1.261.634,00	1.261.634,00
SDA	698	Elaboração de documentos técnicos e assessoria aos processos de licenciamento e inspeção sanitária para implantação de proj	1.250.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00
SOP	1973	RESTITUIÇÃO AO TERMO DE COMPROMISSO TC-574/2014/DNIT / Obras de Duplicação da Rodovia CE-155, no Trecho: Porto do F	1.245.012,10	1.245.012,10	1.245.012,10
SAP	546	Projeto de Aparelhamento de 10 Unidades Básicas de Saúde no Estado do Ceará.	1.233.206,11	1.233.206,11	1.199.442,31
SEDUC	2031	AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS PARA O MUNICÍPIO DE JAGUARUANA	1.220.000,00	1.178.000,00	1.178.000,00
SOP	104	Recuperação de Estradas Vicinais no Município de Orós - Ce. (DER 1341)	1.171.669,81	1.071.669,81	1.071.669,81
CAGECE	172	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - ETE COMPACTA DO BAIRRO BOA VISTA	1.156.820,59	1.156.820,59	1.156.820,59
SPSDS	1078	Aquisição de equipamentos para subsidiar estudos científicos de desenvolvimento de soluções tecnológicas para a Segurança Pú	1.142.394,00	1.135.691,75	1.135.691,75
SOP	808	Recuperação das Cobertas dos Prédios da Secretaria da Fazenda, localizadas nos municípios de Fortaleza e Crateús.	1.120.448,37	1.120.448,37	1.118.998,74
SAP	78	Reforma das Unidades Penitenciárias IPPS e IPF	1.110.688,05	1.110.688,05	1.110.688,05
SOP	661	Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas no município de Cascavel	1.077.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
SPS	333	Recuperação das Instalações Físicas da Casa do Estudante - Fortaleza-CE	1.037.578,98	1.037.578,98	1.037.578,98
SOP	24	Construção da Ponte sobre o Rio Coreau, no Município de Moraujo - CE (DER 1044)	1.025.716,96	973.217,00	973.217,00
SDA	465	PCF - CONSTRUÇÃO DO ABATEDOURO PÚBLICO, NO MUNICÍPIO DE TAUÁ/CE.	1.015.600,00	944.432,55	944.432,55
SEDUC	2183	Aquisição de ônibus escolares para o município de Tamboril	1.000.000,00	935.000,00	935.000,00
SOP	927	PCF - Piçarramento na Estrada São Gonçalo a CE-366 (Machadinho) - ITATIRA (3710)	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
SOP	900	PCF - Pavimentação Asfáltica no município - ITAPIPOCA (3685)	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
SOP	840	PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
SOP	883	PCF - Construção de Passagens Molhadas na localidade de São Joaquim - ITATIRA (3657)	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
SOP	675	PCF - Pavimentação Asfáltica em diversas ruas da Sede do município - ORÓS (3107)	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
IDACE	220	Aquisição do imóvel rural Fazenda Santa Clara, em Ibareta/CE.	966.437,63	966.437,63	966.437,63
SOP	396	CONCLUSÃO DA PRIMEIRA ETAPA DO ESTÁDIO LACERDÃO NO MUNICÍPIO DE MILAGRES (DAE 140)	950.981,03	943.563,77	943.563,77
ARCE	32	Subsídios à concessionários e permissionários de transporte intermunicipal em decorrência da crise provocada pela COVID-19 (L	949.829,55	949.829,55	949.829,55
SPS	581	VIVA VIDA - INTEGRAÇÃO SISTÊMICA RESTAURATIVA	923.132,62	917.127,68	917.127,68
SEMA	13	PLANO DE MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO E FAMILIAR (CONPAM 140)	920.731,59	920.731,59	920.731,59
SEMA	30	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA O POLO CERAMISTA DO BAIXO JAGUARIBE (CONPAM 124)	911.340,76	911.340,76	911.340,76
SOP	601	Pavimentação da via de acesso à Espinho dos Lopes, no Município de Morrinhos	900.000,00	900.000,00	900.000,00
SAP	636	AQUISIÇÃO DE BODYSCANNER SIGLE VIEW PARA AS NOVAS UNIDADES PRISIONAIS.	880.940,00	876.040,00	876.040,00
CAGECE	255	IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO POLO DE SAÚDE, NO M Projeto de Aquisição de Equipamento de TIC para Estruturação da Rede Saúde Escola.	874.112,69	874.112,69	874.112,69
ESP	244		826.297,32	821.397,32	821.397,32
SAP	320	Contratação de serviços técnicos para a execução do Projeto Censo Penitenciário.	819.368,00	819.368,00	819.368,00
SEDUC	1992	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL BATISTINA BRAGA EM ASSARÉ - CE	752.869,28	550.000,00	550.000,00
SAP	127	Projeto Maria Marias - Convênio MJ/Nº 027/2008	745.128,67	745.128,67	745.128,67
SCIDADES	3810	Reforma e urbanização do entorno do Ginásio Acende Candeia e urbanização da Praça UBS Siupé no município de São Gonçalo d	739.916,40	379.737,96	379.737,96
CAGECE	188	PAC 2 - ESTIAGEM-MCIDADES - SAA CANOA QUEBRADA EM ARACATI - AMPLIAÇÃO	719.275,39	719.275,39	719.275,39
SPS	196	PROARES APUARÉS - Construir, equipar e treinar equipe de 01 Centro de Educação Infantil - CEI padrão I e Reformar, equipar e i	712.006,28	712.006,28	712.006,28
SOP	397	MANUTENÇÃO DA VILA OLÍMPICA NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO-CE (DAE 141)	656.155,62	192.201,63	192.201,63
SDA	376	PCF - Reforma e Ampliação do Abatedouro Público no Município de Cariré/CE	652.925,23	652.925,23	652.925,23
SDA	491	PCF - Construção de um Matadouro Público no Município de Massapê/CE.	650.000,00	650.000,00	650.000,00
SEDUC	1903	CONSTRUÇÃO DE QUADRA NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL JOÃO FRANCELINO SOBRINHO, NO DISTRITO DE CAIPÚ, MUNI	630.000,00	600.000,00	600.000,00
SDA	277	Construção do Matadouro Público do município de Várzea Alegre-CE.	612.301,64	612.301,64	487.271,82
IDACE	200	Aquisição do Imóvel rural Fazenda Xique Xique no município de Lavras da Mangabeira.	601.800,00	601.218,91	601.218,91
SDA	258	PCF - Construção do Matadouro Público Municipal, no município de Itarema - CE.	600.000,00	600.000,00	600.000,00
SEPLAG	500	Atualização da Avaliação do Patrimônio Público Imobiliário Estadual	577.500,00	577.500,00	577.500,00
SEMA	32	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E REFLORESTAMENTO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (CONPAM 146)	570.329,25	570.329,25	570.329,25
SPS	252	Apoio a Serviços de Engenharia e Arquitetura da STDS	541.691,23	541.691,23	541.691,23
SOP	677	Recuperação de Estradas Vicinais - Boa Esperança ao São Luís e Curralinho I - MORRINHOS (2738)	500.000,00	498.922,81	498.922,81
SOP	672	PCF - Construção de Passagem Molhada no Distrito de Lagoa do Mato e na Localidade de Grota do Pedreira - ITATIRA	500.000,00	500.000,00	500.000,00
SEDUC	21130	Reforma da Escola Luís Leitão - MONSENHOR TABOSA (2793)	500.000,00	498.435,90	498.435,90
SOP	813	Recuperação de Estradas Vicinais no município - GUARACIABA DO NORTE (3280)	500.000,00	500.000,00	500.000,00
SEDUC	1897	RECUPERAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE HIDROLÂNDIA	500.000,00	475.000,00	475.000,00
SCIDADES	4257	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca nos Bairros de Muriti, São Bento, Vila Palmeiral e Batateira - CRATO (857)	500.000,00	500.000,00	500.000,00
SEDUC	2032	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ	500.000,00	470.612,30	470.612,30
SCIDADES	4259	Pavimentação em Pedra Tosca nos Bairros de Muriti, São Bento, Vila Palmeiral e Batateira - CRATO (1429)	500.000,00	500.000,00	500.000,00
SEDUC	21131	Aquisição de Ônibus Escolares - MISSÃO VELHA (2797)	500.000,00	500.000,00	500.000,00
SOP	1033	Pavimentação Asfáltica no município - GRANJA (3859)	500.000,00	500.000,00	500.000,00
SEDUC	1969	REFORMA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE IBICUITINGA	500.000,00	500.000,00	500.000,00
SOP	901	Pavimentação Asfáltica no município - ITAPIPOCA (3686)	500.000,00	500.000,00	500.000,00
SDA	475	Projeto de abastecimento de água na comunidade de Poço de Areia - Tianguá, CE.	496.126,10	496.126,10	496.126,10
FUNDES	4218	Pagamento de desapropriação de terreno - Policlínica de Crateús	495.000,00	495.000,00	495.000,00
SAP	404	Implantação do Projeto de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes - PROCAP voltados para a profiss	483.442,26	483.442,26	483.442,26
SOP	909	Pavimentação Asfáltica no município - GRANJA (3612)	450.000,00	450.000,00	450.000,00

Órgão	Nº	Mapp	Programado	Empenhado	Pago
SOP	778	Pavimentação em Pedra Tosca na Estrada do Campestre - CHOROZINHO (3358)	440.000,00	440.000,00	440.000,00
SDA	461	Apoio para realização da SEMANA INTERNACIONAL DA FRUTICULTURA, FLORICULTURA E AGRINDUSTRIA - FRUTAL.	440.000,00	440.000,00	440.000,00
SOP	886	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca trecho Sucesso-Poço Escuro - TAMBORIL (3681)	408.000,00	408.000,00	408.000,00
SOP	365	Construção de Passagens Molhadas nas localidades de Belém II e Ingá no município de ITATIRA (2399) (DER 1391)	400.000,00	400.000,00	400.000,00
SOP	1145	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO	400.000,00	400.000,00	400.000,00
CAGECE	154	DESVIO DA ADUTORA DE QUITAÍUS - LAVRAS DA MANGABEIRA	393.547,10	393.547,10	393.547,10
SEDUC	21156	AMPLIAÇÃO DE DUAS SALAS DE AULA NA ESCOLA RAIMUNDA CAMELO GOMES, LOCALIDADE PASSAGEM E CONSTRUÇÃO DE QU	386.069,87	366.766,00	366.766,00
SDA	237	Fortalecimento da agricultura familiar urbana e periurbana na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) - Convênio MDS	384.513,64	384.513,64	384.513,64
SOHIDRA	615	Instalação de Poços Profundos - ESTADO DO CEARÁ (3514)	380.000,00	380.000,00	380.000,00
SOP	107	Recuperação de Estradas Vicinais - QUITERIANÓPOLIS (2198) (DER 1346)	375.000,00	324.693,20	324.693,20
SDA	264	PCF - Construção de Matadouro Público, no município de Abaiara-CE.	367.500,00	367.500,00	367.500,00
SECITECE	305	Reforma da Infraestrutura Física da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	359.042,86	359.042,86	359.042,86
NUTEC	3	Produção de gel hidroalcoólico desinfetante para o combate ao COVID-19	353.682,89	352.057,90	352.057,90
SEDUC	2196	Repasse de recursos para apoio de ações na área de educação do Município de Itapipoca	350.000,00	350.000,00	350.000,00
SDA	784	PCF - Aquisição de 02 (dois) Tratores - SENADOR POMPEU (3829)	350.000,00	350.000,00	350.000,00
SEAS	36	Seleção SEAS	349.000,00	344.870,82	308.870,82
NUTEC	173	Saneamento Básico do NUTEC com a Instalação de um Sistema de Coleta de Efluentes para serem Lançados na Estação de Tratar	345.000,00	341.109,60	341.109,60
SOP	71	Construção de Passagem Molhada sobre o Rio Groaíras, na localidade de Barro Duro, Angico, Juá e Areal, no Município de Groaír	328.964,12	293.438,00	293.438,00
SDA	484	PCF - Aquisição de equipamentos para o Matadouro Público Municipal de Várzea Alegre/CE.	315.000,00	315.000,00	315.000,00
SEDUC	2137	Adequação da Estrutura Física e Aquisição de Equipamentos para o Matadouro Público no Município de Camocim/CE	300.000,00	300.000,00	300.000,00
SEDUC	2127	PCF - Construção de Coberta de Quadra na Creche Vila Feliz - NOVO ORIENTE (3565)	300.000,00	300.000,00	300.000,00
SAP	154	Recuperação e Reforma da Colônia Agrícola Padre José Esmeraldo de Melo - Santana do Cariri.	296.595,64	296.595,64	296.595,64
FEAS	239	Envelhecimento saudável. (Aquisição de Materiais)	295.856,10	295.856,10	295.856,10
SOP	911	Pavimentação Asfáltica no município - GRANJA (3716)	285.000,00	285.000,00	285.000,00
SDA	281	PCF - Aquisição de equipamentos para matadouro público, no município de Trairi-CE.	281.572,00	281.572,00	281.572,00
SPS	585	CASA DO CAMINHO - NOVOS CAMINHOS PARA PROTEÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DE MULHERES VITIMAS DE VIOLÊNCIA.	278.716,55	278.716,55	277.685,97
SEDUC	1947	REFORMA DA QUADRA E CONSTRUÇÃO DE COBERTURA METÁLICA NA QUADRA DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTI	266.730,66	150.000,00	150.000,00
SPS	552	I CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	250.000,00	250.000,00	250.000,00
SOP	1010	Pavimentação na localidade do Sítio Paturi - IBIAPINA (3749)	250.000,00	250.000,00	250.000,00
SDA	380	PCF - Adequação da Estrutura Física e Aquisição de Equipamentos para o Matadouro Público no Município de Camocim/CE	231.128,50	231.128,50	231.128,50
SOHIDRA	621	RECUPERAÇÃO DAS DIVISÓRIAS E ESTRUTURA FÍSICA DA SEDE DA SOHIDRA	225.000,00	214.833,37	214.833,37
SOP	99	Construção de 03 (três) Passagens Molhadas nas Localidades de Volta do Caxitoré, Venâncio e Logradouro - TEJUÇUOCA	224.000,00	223.867,53	223.867,53
SOP	97	Pavimentação Asfáltica em Ruas do Município de Pacajus - Ce. (DER 1327)	224.000,00	224.000,00	224.000,00
SOP	127	Recuperação de Estradas Vicinais com Adição de Material na localidade de Kms 11 até a CE-085, no Município de Camocim - CE.	216.637,01	209.362,01	209.362,01
SEINFRA	519	Obras de infraestrutura elétrica para atender, com fornecimento de energia, o Centro Cultural do Cariri, no Município do Crato	211.863,80	211.863,80	211.863,80
FEDAF	16	Apoio a Agroindústrias Familiares	210.741,00	210.741,00	210.741,00
SEDUC	21128	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EEIF OSÓRIO JULIÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SERRA DO EVARISTO - BATURITÉ	210.000,00	200.000,00	200.000,00
SOP	916	PCF - Construção de 01 (uma) Areninha no Distrito de Jaibas - SOBRAL (3630)	200.000,00	200.000,00	200.000,00
SAP	595	Aquisição de Equipamentos e Materiais Hospitalares e odontológicos, Equipamentos de Informática, Mobiliários e Eletrodomésti	199.648,37	199.648,37	199.648,37
SAP	88	Construção de Galpão para Ampliação da Cerâmica do IPPS	196.287,50	196.287,50	196.287,50
SAP	600	Aquisição de Arquivos Deslizantes	184.792,00	184.792,00	184.792,00
SAP	233	Aquisição de móveis para as cadeias públicas dos municípios de: Crato, Cruz, Jati, Milhã, Umirim, Araripe, Amontada.	179.208,86	179.208,86	179.208,86
SDA	866	Apoio a produção agrícola através da Implantação de Sistema de Tratamento de efluentes domésticos - (CG - SDA)	170.000,00	170.000,00	170.000,00
SEINFRA	445	Reforço de Redes Elétricas em Estruturas Hospitalares	168.323,13	168.323,13	168.323,13
SEDUC	2083	PCF - Reforma e Adaptação da Escola de Ensino Infantil e Fundamental São Francisco - CRATO (1720)	150.000,00	150.000,00	150.000,00
SOP	117	PCF - Construção de 02 (duas) Passagens Molhadas nas localidades de Pendência e Pereiro - CRATEÚS (755) (D)	150.000,00	135.350,00	135.350,00
SCIDADES	3961	Pavimentação do Acesso ao Monumento de São Pedro - Distrito de Quixariú - 1ª ETAPA - CAMPOS SALES (1395)	150.000,00	143.685,49	143.685,49
FEDAF	5	Cultivo de Plantas Medicinais em Áreas da Agricultura Familiar	149.620,00	149.620,00	149.620,00
FEDAF	3	Energia Solar para Irrigação em Áreas da Agricultura Familiar	145.500,00	145.500,00	145.500,00
SOP	40	Revestimento primário na estrada que liga a BR 020 à comunidade de Bom Jesus em Boa Viagem (SCIDADES/SCIDADES 3135) (DI	144.000,00	140.850,00	140.850,00
FUNDES	4101	Aquisição de Equipamentos para o Hospital e Maternidade José Martiniano de Alencar (Hospital da Polícia) - FORTALEZA	120.000,00	120.000,00	120.000,00
SPS	481	Curso de Formação de Servidores da Casa da Mulher Brasileira de Fortaleza - Ceará (GABGOV 168)	112.802,64	111.893,55	111.893,55
SDA	266	PCF - Reforma do Matadouro Público do município de Tabuleiro do Norte-CE.	112.729,51	112.729,51	112.729,51
SAP	569	Fortalecimento das Ações de Inclusão Social do Preso e do Egresso	112.424,00	112.424,00	112.424,00
SOHIDRA	653	Perfuração e Instalação de Poços Profundos (4450)	100.000,00	100.000,00	100.000,00
SDA	734	Apoio ao projeto de construção de cisternas no Estado do Ceará	100.000,00	94.965,42	25.106,82
SDA	816	Aquisição de Matrizes e Reprodutores do Projeto de Ovinocaprinocultura no município de Jardim	100.000,00	99.180,00	99.180,00
SAP	152	Reforma e recuperação da Cadeia Pública de Beberibe	93.176,26	93.176,26	93.176,26
SEINFRA	489	Troca de transformador para atender a Paróquia Imaculada Conceição, no município de Crateús	84.521,71	84.521,71	84.521,71
SEDUC	1884	REFORMAR E AMPLIAR ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE BEBERIBE	82.000,00	82.000,00	82.000,00
SDA	265	PCF - Reforma e Aquisição de Equipamentos para o Matadouro Público, no município de Redenção-CE.	80.585,00	80.585,00	80.585,00
SEINFRA	438	EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA PARA ALIMENTAÇÃO DO MIRANTE N S DA PENHA, EM CAMPOS SALES	75.118,33	75.118,33	75.118,33
SOP	43	PCF - Regularização (Piçarramento de Estrada Vicinal na localidade de Ladeira - IPAPORANGA (942) (SEINFRA/SE	75.000,00	75.000,00	75.000,00
SOHIDRA	646	Instalação de Dessalinizador no Estado do Ceará (4306)	70.000,00	70.000,00	70.000,00
SOHIDRA	454	Perfuração de Poços Profundos no município	60.000,00	60.000,00	60.000,00
FEAS	335	Aquisição de 01 (um) Veículo para o Conselho Tutelar - IGUATU (3670)	50.000,00	50.000,00	50.000,00
SEINFRA	442	REFORÇO DE REDE ELÉTRICA PARA ESCOLA EM ITAREMA	26.632,04	26.632,04	26.632,04
FEAS	348	Apoio a Políticas Públicas das Pessoas com Deficiência Visual - UBAJARA (3940)	25.000,00	25.000,00	25.000,00
SOHIDRA	561	Perfuração e Instalação de Poços Profundos - PACOTTI (1354)	20.000,00	20.000,00	20.000,00
SPS	607	Manutenção das Atividades do Projeto de Leitura "Aprender a Ler é um Prazer" - Frente de Assistência à Criança Carente - FACC	20.000,00	20.000,00	20.000,00
SEINFRA	508	Remoção ou remanejamento das redes elétricas existentes que venham a interferir na execução da obra de Urbanização do Den	17.713,96	17.713,96	17.713,96
SDA	231	PCF - Construção de um Bebedouro, na comunidade Monte Nebo, no município de Crateús - CE.	16.000,00	16.000,00	16.000,00

Órgão	Nº	Mapp	Programado	Empenhado	Pago
METROFOR	58	PAC OGU/BNDES Metrô de Fortaleza - Primeiro Estágio - Linha Sul (CIDADES/METROFOR 4)	154.023.506,24	127.528.092,61	127.528.092,61
SDA	390	Construção de 7.845 Quintais Produtivos mantidos por cisternas de enxurradas nas áreas semiáridas do Estado do Ceará,	120.376.721,47	112.608.571,40	112.422.463,40
SOP	411	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTÁDIO MAURO SAMPAIO-ROMEIRÃO, EM JUAZEIRO DO NORTE. (DAE 166)	99.249.693,43	98.601.011,07	98.037.470,29
SDA	353	Construção de 33.400 cisternas de placas - Aditivo ao Convênio MDS Construção de 49.000 cisternas	83.514.832,29	83.514.832,29	83.514.832,29
SEINFRA	421	NOVO AEROPORTO DE SOBRAL	76.900.656,54	72.963.788,00	67.048.307,89
SCIDADES	2081	MCMV - Construção de 1.216 Unidades Habitacionais - Residencial José Lino da Silveira - Etapa (I, III,V,VII) (Município de Caucaia	73.517.426,50	73.517.426,50	73.517.426,50
SCIDADES	1378	Projeto Pró-Moradia 2 - Regularização de Assentamento Precários na Favela do Dendê com Construção de 1080 UH	66.553.361,71	65.181.330,32	65.181.330,32
SEDUC	1805	APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO AS AÇÕES DO PROGRAMA APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA - MAIS PAIC.	56.725.932,30	56.558.958,51	56.388.450,72
SEDUC	2161	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE TI PARA ESCOLAS DO ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO	50.000.000,00	49.997.036,72	48.614.764,72
SRH	297	MI / PAC PREVENÇÃO SECA - CONSTRUÇÃO, DESAPROPRIAÇÃO E SUPERVISÃO DA BARRAGEM MELANCIA - SÃO LUIS DO CURU	43.997.133,89	31.954.780,93	31.954.780,93
SEMA	45	criação da Unidade de Conservação do Parque do Cocó	41.504.068,41	40.575.080,93	40.575.080,93
SEDUC	2164	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI PARA ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR DE ENSINO	40.700.412,00	40.676.003,02	33.804.829,42
SEDUC	2153	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TREINAMENTO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	40.000.000,00	40.000.000,00	40.000.000,00
SOP	66	IMPLANTAÇÃO DA 4ª ETAPA DO ANEL VIÁRIO CARIRI - CONTORNO DO JUAZEIRO DO NORTE - ENTR. CE-292 (ACESSO A CRATO) EI	39.683.380,00	37.761.557,45	37.761.557,45
SOP	584	ESPAÇO ABOLIÇÃO	37.783.039,21	37.689.099,93	37.689.099,93
SOP	10	Pavimentação Asfáltica da Rodovia CE 467, no Trecho:Entr. CE 266 (Nossa Senhora do Livramento) - Monsenhor Tabosa (28,08 ki	35.026.521,36	26.231.243,90	25.262.344,69
SRH	359	PAC Prevenção Seca - Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Amarelas - Município de Beberibe	27.910.878,08	25.022.615,82	25.022.615,82
SOP	563	Pavimentação da Rodovia CE-263, Trecho: Entr. BR-304 - Jaguaruana (35,14 km) (DER 1422)	27.362.094,01	27.096.676,06	27.096.676,06
SOP	38	Duplicação da Rodovia CE-293, no Trecho: Entr. CE-060 (Barbalha) - Missão Velha (22,44 km) (DER 1208)	25.881.723,69	23.645.244,31	23.645.244,31
METROFOR	61	Estações Linha Sul - Juscelino Kubitschek e Padre Cícero (CIDADES/SCIDADES 3064)	25.627.246,55	11.396.864,54	11.396.864,54
CAGECE	125	PAC 2 / G1 - Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede de Horizonte - 2ª Etapa.	25.058.347,28	22.489.564,73	21.400.770,50
SAP	389	Construção de uma Cadeia Pública Feminina com 502 Vagas, em Aquiraz - Ceará. Convênio MJ - 36553/2012.	24.887.633,15	24.887.633,15	24.887.633,15
SETUR	425	Restauração da CE341. Trecho: Paracuru Entr. BR222 (Croata), com total de 28,57 Km de extensão	23.887.428,62	11.481.787,58	11.317.993,68
SCIDADES	3018	CIDADES II - Comp. 5: Contratação de Serviços de Apoio Técnico Operacional à Unidade de Gerenciamento do Programa de Dese	21.028.533,45	20.606.916,68	20.606.916,68
SEMACE	62	AUXILIO CATORR - Programa Estadual de Reforço à Renda	20.902.673,25	19.978.035,15	19.002.606,25
CAGECE	95	PAC 50 A 150 MIL / MCIDADES - Ampliação do SES de Tianguá (Palmeira Comprida)	19.820.543,92	17.780.540,36	17.780.540,36
SETUR	371	Projeto de melhoria da Praça do CPTA e do Calçadão para pedestres até a Praça da Barra do Mundau, no município de Trairi/CE.	18.644.058,14	13.124.851,02	12.942.731,09
SEDUC	1703	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE SOLONÓPOLE PAR Nº 38146/2014	17.340.708,30	16.428.256,01	16.428.256,01
SOP	688	PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA CE-173, TRECHO: ENTR. BR-222 (IRAUCUBA) PARA JUÁ, COM EXTENSÃO DE 18,30 KM (CEARÁ IV F.	17.009.446,02	12.613.306,56	12.613.306,56
SEDUC	1553	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - ITATIRA - PAR Nº 38146/2014	16.684.805,52	15.827.723,15	15.827.723,15
SOP	334	Implantação do Contorno de Farias Brito (7,00 km). (DER 1292)	16.676.512,56	16.064.352,76	16.064.352,76
SEDUC	1555	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - ICAPUI - PAR Nº 38146/2014	16.265.557,86	14.505.168,50	14.505.168,50
SOP	561	Pavimentação da Rodovia CE-187, Trecho: Entr. CE-187 (Barão de Aquiraz) - Entr. BR-230 (Campos Sales) (25,96 km) (DER 1420)	16.118.165,20	15.360.018,66	15.360.018,66
SEDUC	1465	CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE ALTO SANTO	15.084.439,17	14.716.012,90	14.716.012,90
SEDUC	1563	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - OCARA - PAR 38146/2014	14.716.731,35	14.349.063,09	14.349.063,09
SEDUC	1570	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - COREAU - PAR Nº 38146/2014	14.554.176,00	13.241.047,35	12.768.667,11
CAGECE	142	PAC 2 / G2 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE VIÇOSA DO CEARÁ	14.129.722,96	13.648.527,95	13.648.527,95
CAGECE	187	PAC 2 - ESTIAGEM e MCIDADES - SAA CAPUAN EM CAUCAIA - AMPLIAÇÃO	14.065.252,29	13.966.973,50	13.966.973,50
SEDUC	1561	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - MONSENHOR TABOSA - PAR Nº 38146/2014	13.719.585,85	12.249.530,90	12.133.811,02
SOP	705	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO NA RODOVIA CE-475 TRECHO: PIQUET CARNEIRO - IBIUÁ, EXTENSÃO 17,25 KM	13.391.842,55	11.962.424,42	11.904.679,22
SEDUC	1568	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - JIJOCA DE JERICÓ/ACOARA - PAR Nº 38146/2014	13.127.048,07	12.326.200,44	12.326.200,44
SRH	269	PAC ESTIAGEM - Desapropriação, Construção e Supervisão das Obras da Adutora de Palmácia	13.052.249,48	10.330.018,76	10.330.018,76
SEDUC	1564	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - HORIZONTE - PAR 38146/2014	12.630.205,67	12.234.750,22	12.234.750,22
SEDUC	695	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - EEP LIMOIRO DO NORTE	12.258.513,98	12.172.726,30	12.056.404,71
SSPDS	1083	MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE ARMAMENTOS, COLETES BALÍSTICOS E VEÍCULOS	12.173.656,86	11.153.890,17	11.153.890,17
SEDUC	645	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CANINDÉ	11.971.709,89	11.159.933,95	11.126.231,46
SETUR	302	PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO TELEFÉRICO DE UBIAJARA	11.667.080,99	11.225.562,26	11.091.193,16
CAGECE	183	PMCMV - SAA E SES - RESIDENCIAL CIDADE JARDIM - 5.536 UH	11.462.899,49	7.617.500,00	7.617.500,00
SEDUC	1693	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA PROJETO VERTICAL , PARA ATENDER A EEFM PARQUE PRESIDENTE PRESIDENTE VARGAS - FORTALEZ	11.264.481,85	8.407.867,88	8.407.867,88
SEDUC	21150	Fortalecimento do Ensino Médio em Língua Portuguesa e Matemática - Foco na Aprendizagem	9.917.390,00	9.239.368,13	8.108.712,55
CAGECE	127	ACC - Interferências da Cagece nas obras do VLT	9.198.314,84	7.837.841,18	7.837.841,18
SEDUC	1698	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA , PROJETO VERTICAL PARA ATENDER A EEFM DONA HILZA DIOGO DE OLIVEIRA - FORTALEZA - PAR Nº :	8.873.796,01	8.474.526,59	8.474.526,59
CAGECE	195	PAC 2 - MCIDADES 3ª SELEÇÃO - SAA AÇUDE MAL COZINHADO EM CASCAVEL	8.644.696,17	8.639.188,65	8.639.188,65
CAGECE	191	PAC 2 - ESTIAGEM - MCIDADES - SAA QUIXADÁ - IMPLANTAÇÃO	8.637.577,54	8.364.147,00	7.837.917,20
SOP	84	Restauração da Rodovia CE-065, no trecho: Acesso Sul p/ Maranguape - Entr. CE-455 (Ladeira Grande) (8,56 km) (DER 1298)	8.402.139,24	7.506.127,81	7.506.127,81
SCIDADES	3087	PNHR - Construção de 926 Unidades Habitacionais no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural em diversos municípios	8.257.084,00	8.257.084,00	8.257.084,00
SCIDADES	3720	Requalificação Urbana do Parque da Lagoa da Fazenda no município de Sobral	8.000.000,00	6.600.851,13	6.600.851,13
SCIDADES	2327	Revitalização do Centro Comercial de Tauá	7.800.000,00	7.376.828,43	7.376.828,43
SRH	400	Construção da Barragem Quinqueleré, município de Potengi	7.469.303,49	7.213.564,69	7.213.564,69
SEDUC	1690	Construção de escola, projeto vertical, para atender a EEFM Deputado Manoel Rodrigues - Fortaleza.	7.127.560,70	6.072.000,47	6.072.000,47
SCIDADES	3109	Pavimentação em diversas ruas do município de Sobral	7.124.000,00	4.124.000,00	4.124.000,00
FUNDES	1831	Construção da policlínica tipo II no município de Crato.	6.875.333,56	6.810.274,23	6.810.274,23
SEDUC	531	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM 08 SALAS DE AULA EM JUAZEIRO DO NORTE - HORTO	6.779.319,84	5.603.428,97	5.603.428,97
SEMA	22	IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (CONPAM 122)	6.487.911,22	4.745.911,88	4.308.685,24
SEDUC	1204	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE .	6.365.313,36	5.832.896,86	5.832.896,86
SOP	781	Construção do Novo Museu da Imagem e do Som - MIS (SECULT 791)	6.237.819,95	3.921.540,84	3.921.540,84
SAP	599	Elaboração de Projetos e execução da obra de construção de uma Penitenciária de Segurança Máxima em Aquiraz/ce	6.152.470,61	6.152.470,61	6.152.470,61
SOP	706	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO NA RODOVIA CE-187 TRECHO: CONTORNO DE IBIAPINA, EXTENSÃO 6,00 KM	6.000.000,00	4.717.514,67	4.378.001,38
SEDUC	1225	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE SANTA QL	5.895.710,96	4.053.498,37	4.053.498,37
SEDUC	1580	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA, PROJETO PADRÃO , PARA ATENDER A EEFM TAMBORIL - SUCESSO - PAR Nº 40456/2014	5.673.915,69	4.849.344,59	4.753.559,23
CAGECE	190	PAC 2 - ESTIAGEM MCIDADES - SAA - RODRIGUES, PONTAL, MAJORLÂNDIA E QUIXABA EM ARACATI AMPLIAÇÃO	5.646.618,16	4.671.000,70	4.671.000,70
SEDUC	1219	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE MOMBAC	5.425.882,26	5.280.346,51	5.280.346,51
SCIDADES	3719	Urbanização do Parque da Cidade (Trecho I) no município de Sobral	5.400.000,00	4.859.381,93	4.859.381,93
SCIDADES	4838	Recapeamento asfáltico em diversas ruas da Sede e Distrito de Aranaú e Lagoa do Carneiro no município de Acaraú	5.284.701,72	5.040.464,33	5.040.464,33
SEDUC	1577	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA, PROJETO PADRÃO , PARA ATENDER A EEFM GRANJA - PARAZINHO - PAR Nº 40456/2014	5.179.114,93	4.961.056,95	4.961.056,95
SCIDADES	2793	Implantação do Parque na Urbanização da Lagoa José Euclides Ferreira Gomes no Município de Sobral	4.988.865,65	4.933.305,81	4.933.305,81
SOP	618	Pavimentação da Rodovia de Acesso, no trecho: Entr. BR-116 (Limoeiro do Norte) - Distrito de Bixopá (15,90 km).	4.847.963,91	4.443.004,15	4.443.004,15
SEDUC	1578	CONSTRUÇÃO DE ESCOL DE ENSINO MÉDIO ESCOLA PADRÃO NO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO - TRIÂNGULO - PAR Nº 40456/201	4.785.134,83	4.583.330,27	4.433.515,13
SEDUC	1473	CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE ACOPIARA, DISTRITO SÃO PAULINO.	4.730.444,15	4.555.203,69	4.544.070,16



"Órgão"	Nº	Mapp	Programado	Empenhado	Pago
SEDUC	1316	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE POTIRETAI	4.319.590,17	3.918.700,66	3.918.700,66
SEDUC	1745	Construção de 5 quadras cobertas na EDEFM Rosa Suzana da Rocha, EDEFM José Augusto da Silva, EDEFM Deputado Tomás Brai	4.169.518,56	3.448.821,00	3.332.638,24
SSPDS	1084	MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE VIATURAS DIVERSAS, EQUIPAMENTOS EI	4.158.421,60	2.968.706,33	2.967.383,05
SCIDADES	3603	CIDADES II - Comp. 1: Implantação das Centrais Municipais de Reciclagem (CMR) - Cidades Polos de Sobral, Limoeiro do Norte, M	4.100.000,00	3.708.896,46	3.708.896,46
SPS	531	PROARES III - PLANO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - MADALENA - Implantação de 02 Centros de Educação Infantil (CEI) padrão III	3.925.003,84	2.905.646,53	2.876.785,53
SOP	304	Obras de Pavimentação da Via de Acesso, no Trecho: Entr. CE 187 (São João) - Entr. CE 327 (Guarani), no Município de IPU-CE, cr	3.889.452,06	3.843.145,51	3.843.145,51
SEDUC	21120	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SOBRAL e CAMPO DOS'	3.778.802,44	1.937.271,15	1.936.857,79
SECULT	833	ESTAÇÃO ANTONIO DIOGO DE REDEÇÃO: RESTAURO E URBANIZAÇÃO	3.748.187,84	3.670.199,81	3.670.199,81
DETRAN	132	OBRAS DE INSTALAÇÃO DE GRADIL COM MURETA E MURO DE CONTORNO PARA AS UNIDADES OPERACIONAIS DE RESPONSABILI	3.576.676,08	353.439,35	353.439,35
SEJUV	292	Construção da Praça da Juventude no município de Quixeramobim	3.524.823,41	3.524.823,40	3.524.823,40
SOP	822	Recuperação Funcional, no Trecho da CE - 401 no Sub - trecho: Av. Alberto Craveiro - Rua Peru (Extensão 4,68 km).	3.471.358,14	3.235.559,39	3.176.392,38
FUNDES	3458	Policlínica de Fortaleza (HZAM) - Equipamentos	3.395.978,23	3.002.262,81	3.002.262,81
SEDUC	1207	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE CARIDADE	3.332.017,46	3.329.183,69	3.329.183,69
SEDUC	1220	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE MORRINH	3.317.907,66	3.311.303,69	3.311.303,69
SEDUC	1851	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE ALCANTARAS.	3.251.471,01	1.835.409,44	1.825.490,08
SEDUC	1871	INCENTVO A PARTICIPAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO PARA PROFESSORES/TÉCNICOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.226.175,65	3.210.931,47	3.210.931,47
SEDUC	1728	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE TAMBORIL.	3.181.031,01	1.446.258,27	1.445.843,91
SSPDS	1082	MODERNIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DA PERÍCIA FORENSE POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS FUNERÁRIOS TIPO RABECÃO -	3.178.672,00	1.404.922,87	1.404.841,20
SEDUC	1766	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE.	3.105.742,22	1.881.935,85	1.881.661,49
SEDUC	1862	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE JUCÁS.	3.103.000,42	1.687.557,58	1.680.829,67
SEDUC	1753	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO ( 4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE IBIAPINA.	3.094.832,06	1.758.106,36	1.753.841,85
SEDUC	21121	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE TRAIRI.	3.087.913,92	2.025.262,98	2.015.328,30
CAGECE	307	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE PARAJURU	3.021.099,51	2.907.229,66	2.907.229,66
SEDUC	1769	CONSTRUIR E EQUIPAR CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SOBRAL - DOM EXPEDITI	2.999.182,63	1.689.250,15	1.687.032,08
SEDUC	1724	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA.	2.958.470,53	1.746.770,98	1.746.357,62
PM	144	Expansão das Equipes do Batalhão RAI0 em Fortaleza	2.944.664,88	2.812.877,16	2.812.877,16
COGERH	183	Elaboração do projeto Executivo da Barragem Poço Comprido	2.898.429,79	2.240.757,45	2.240.757,45
SEDUC	1855	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SOBRAL.	2.828.565,01	1.466.192,33	1.465.778,97
SEDUC	1733	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE.	2.749.413,10	1.647.159,48	1.646.970,12
SEDUC	1726	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE MARCO.	2.729.526,33	54.436,98	54.436,98
SEDUC	1735	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE ITAIRA.	2.728.930,39	1.775.405,01	1.686.211,27
SEDUC	1771	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO NA LOCALIDADE SANTOS	2.702.825,80	1.533.809,31	1.533.534,95
SPS	459	PROARES III - ARENINHA MARACANAÚ II - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Ma	2.686.038,94	2.083.689,28	1.965.636,04
SEINFRA	432	Internalização da Rede Elétrica na Av. Tabellião Ildefonso Cavalcante, no Município de Sobral.	2.677.479,35	2.677.479,35	2.677.479,35
SEDUC	1738	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE ORÓS.	2.631.065,99	1.541.856,33	1.528.089,89
SCIDADES	4332	REFORMA DO MERCADO PÚBLICO DE MESSEJANA	2.615.755,64	1.496.050,03	1.496.050,03
SEDUC	1734	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE EUSÉBIO.	2.604.659,02	1.443.051,40	1.440.162,04
SEDUC	1853	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE URUOCA.	2.584.524,19	1.528.512,48	1.523.935,46
SEDUC	1718	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE CEDRO.	2.450.829,07	1.703.142,85	1.702.947,21
DETRAN	91	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU.	2.441.542,20	1.746.928,92	1.608.377,72
SEDUC	21119	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA	2.423.592,97	1.419.490,74	1.273.865,53
SOP	929	Reforma do entorno da Igreja Divina Misericórdia no município de Barro - CE	2.415.083,12	2.415.083,12	2.427.846,30
SOP	828	Pavimentação da Rodovia CE-595, no Trecho: Entr. CE-187 (Distrito de São Raimundo), no Município de Novo Oriente - CE (4,68 t	2.383.169,31	2.263.249,63	1.575.654,77
SEDUC	1749	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE COREAÚ.	2.358.607,98	1.396.868,26	1.387.293,02
SOP	393	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO EM ICAPUI (DAE 130)	2.320.371,58	2.238.014,85	2.237.528,03
SETUR	390	Projeto de Reforma e ampliação da área principal de acesso a Praia do Pecém	2.313.531,66	1.276.299,63	1.276.299,63
SPS	509	PROARES III - ARENINHA CAUCAIA II - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Caucaia I	2.272.171,06	1.894.482,74	1.893.726,77
SSPDS	1081	REESTRUTURAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ, POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO	2.266.466,20	1.634.402,90	1.634.358,05
SCIDADES	2655	PCF - Urbanização de vias de Acesso ao Parque de Eventos - Trecho 02 no município de Brejo Santo	2.176.534,89	2.055.898,07	2.055.898,07
SEDUC	2088	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA - MESSEJANA	2.112.853,65	1.849.574,33	1.849.574,33
SEDUC	1739	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE PENTECOSTE.	2.068.114,48	1.713.054,01	1.712.830,01
SCIDADES	4667	Construção do Centro Administrativo do município de Ipu	2.040.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00
SPS	435	PROARES III - ARENINHA PARACURU - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Paracur	2.036.276,19	1.385.446,10	1.385.446,10
SOP	848	Pavimentação em Pedra Tosca em Diversas Ruas do Município de Crateús, e nas Localidades Denominadas de Assentamento São	2.013.064,74	2.013.064,74	2.013.064,74
SEDUC	1758	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO ( 4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA.	2.003.790,03	1.907.752,43	1.907.563,07
FEAS	344	Incremento dos serviços da Proteção Social Básica no município de Tauá.	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
SEDUC	1762	CONSTRUIR E EQUIPAR CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS ) NO MUNICÍPIO DE CROATA.	1.968.182,67	1.632.199,18	1.576.875,77
SEDUC	1752	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO GUARACIABA DO NORTE	1.956.443,20	1.456.522,50	1.455.939,06
SCIDADES	2853	Reforma do Mercado Público e feira de Redenção	1.950.000,00	1.850.000,00	1.850.000,00
SPS	455	PROARES III - ARENINHA BEBERIBE - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Beberibe.	1.940.700,32	1.859.024,58	1.859.024,58
SCIDADES	3251	Pavimentação asfáltica em diversas ruas no município de Eusébio	1.882.724,38	1.759.517,10	1.759.517,10
SSPDS	1080	MODERNIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR, POR MEIO DE AQUISIÇÃO DE VIATURAS O	1.723.500,00	1.331.369,30	1.331.369,30
SEDUC	1854	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE PIRES FERREIRA.	1.704.409,31	1.564.523,74	1.564.306,86
SEINFRA	424	Expansão de rede de iluminação pública no município de Aracati.	1.683.749,36	1.489.751,47	1.489.751,47
SPS	436	PROARES III - ARENINHA SANTA QUITÉRIA - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Sa	1.666.162,97	1.408.288,22	1.408.288,22
SCIDADES	5025	Construção de 07 (sete) passagens molhadas no Município de Massapé.	1.634.900,00	1.603.683,53	1.574.450,00
SEDUC	1544	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESCOLAS ESTADUAIS - TERMO COMPROMISSO Nº 201401716 - FNDE	1.632.313,43	1.623.168,23	1.623.168,23
SEDUC	1856	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE.	1.619.350,84	1.469.826,17	1.469.466,73
SEDUC	1727	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE NOVA RUSSAS.	1.618.280,05	1.524.349,71	1.523.688,87
SEDUC	1754	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS ) NO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA.	1.617.889,68	1.471.049,98	1.467.472,48
SEDUC	1740	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SABOIEIRO.	1.608.962,84	1.538.049,42	1.538.049,42
SEDUC	1760	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SOBRAL - JOSÉ EUCLII	1.589.633,76	1.367.749,77	1.367.483,01
SOP	745	Construção de Areninhas no Município de Acaraú - CE	1.589.061,30	1.484.542,48	1.484.542,48
SEDUC	1748	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO ( 4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE CARNAUBAL.	1.580.154,49	1.489.342,05	1.487.531,99
SEDUC	1720	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ.	1.566.343,18	1.479.892,48	1.424.166,18
SEDUC	1722	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU.	1.560.955,99	1.435.896,51	1.435.483,15
SEDUC	1725	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS.	1.551.656,10	1.400.107,04	1.400.107,04
SEDUC	1732	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE ARARIPE.	1.546.029,09	1.464.522,63	1.464.298,63
SEDUC	1765	CONSTRUIR E EQUIPAR CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE IRAUCUBA.	1.541.134,50	1.498.090,55	1.498.090,55

"Órgão"	Nº	Mapp	Programado	Empenhado	Pago
SEDUC	1741	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SALITRE.	1.514.605,44	1.380.039,72	1.379.626,36
SEDUC	1770	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ.	1.508.401,86	1.341.165,78	1.338.466,15
SEDUC	1751	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE GRANJA.	1.504.382,08	1.444.161,37	1.444.161,37
SEDUC	1737	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE MOMBACA.	1.504.332,69	1.300.261,78	1.300.261,78
SOP	925	PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA DE CONTORNO DO DISTRITO DE VARZANTES, NO MUNICÍPIO DE ARACOIABA-CE COM EXTENSÃO	1.498.925,87	1.425.888,94	1.425.888,94
SEDUC	1764	CONSTRUIR E EQUIPAR CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE .	1.448.420,39	1.404.492,04	1.404.492,04
SEDUC	1736	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE.	1.442.109,43	1.347.771,77	1.344.772,68
PM	96	Aquisição de carabinas.40 e espingardas calibre 12	1.437.127,35	1.379.724,74	1.379.724,74
SCIDADES	3631	Construção da Entrada do Município de Itaiçaba	1.415.859,13	741.830,34	741.830,34
SEDUC	1774	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DIFERENCIADA INDIGENA PARA ATENDER OS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO ALDEIA TAP	1.402.727,14	1.402.719,66	1.402.719,66
SEDUC	1868	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA.	1.390.770,89	1.305.263,21	1.305.263,21
SOP	90	Pavimentação da Estrada da Sede do Município de Jijoca de Jericoacoara ao Córrego da Forquilha. (DER 1309)	1.372.992,63	1.156.282,73	1.156.282,73
SEDUC	1750	CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DO CAMOCIM.	1.351.726,50	1.295.372,38	1.295.372,38
SOP	1027	REFORMA DA PRAÇA DO TEATRO MUNICIPAL DE GUARAMIRANGA - CEARÁ	1.333.758,93	1.312.614,83	1.312.614,83
IDACE	147	Aquisição de imóvel rural Fazenda Pouso Alegre em Quixeramobim	1.306.268,20	1.306.268,20	1.306.268,20
SPS	381	PROARES III - MAIS INFÂNCIA QUIXADÁ - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Quixadá	1.279.087,09	996.634,85	996.634,85
SPS	385	PROARES III - MAIS INFÂNCIA TRAIRI - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Trairi.	1.279.087,09	998.992,50	998.992,50
SOP	795	RECUPERAÇÃO E REFORMA DA UNIDADE PRISIONAL DESEMBARGADOR FRANCISCO ADALBERTO DE OLIVEIRA BARROS LEAL (CPP)	1.274.145,04	742.194,13	742.194,13
SCIDADES	3789	Pavimentação em diversas ruas do município de Crato	1.203.395,01	1.088.975,92	1.088.975,92
SOP	1059	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE GROÁIRAS	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00
SPS	375	PROARES III - MAIS INFÂNCIA JUAZEIRO DO NORTE - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no munic	1.151.178,38	887.442,55	887.442,55
SCIDADES	4769	Pavimentação em pedra tosca em ruas diversas no município de Camocim	1.134.634,49	1.077.902,76	1.077.902,76
SCIDADES	4666	Construção do Centro Administrativo do município de Ipu	1.122.287,12	815.151,06	815.151,06
SCIDADES	4792	Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas no município de Ararendá	1.100.000,00	953.224,29	953.224,29
NUTEC	210	Implantação do Laboratório de Ensaios e Análises de Resíduos Sólidos e Efluentes	1.097.910,65	876.155,27	876.155,27
SCIDADES	4305	Pavimentação em diversas ruas no município de Icapuí	1.070.000,00	706.269,69	706.269,69
SOP	825	Pavimentação da Rodovia de Acesso no Trecho: CE-187, Distrito de Flores, no Município de Tauá, com extensão de 2,062 km.	1.062.026,04	1.061.479,06	1.053.148,49
SOP	608	Obra de Conclusão da Construção da Delegacia Padrão Tipo III, em Horizonte - Ce.	1.056.801,92	904.331,96	904.331,96
SCIDADES	2486	Pavimentação em diversas ruas no município de Ipu	1.050.000,00	867.479,30	867.479,30
SCIDADES	3779	Pavimentação em pedra tosca nas localidades de carnaúba, Lagoa Nova, Bairro Mearim dos Julião e sede do município de Barreir	1.031.321,43	956.242,31	956.242,31
CAGECE	160	PAC 2 / G3 - IMPLANTAÇÃO DO SAA DE MINEIRO EM JAGUARIBARA	1.014.239,16	402.383,02	402.383,02
IDACE	205	Aquisição do imóvel rural Fazenda Ramalhete, em Tamboril/Ce.	1.004.116,35	1.004.116,35	1.004.116,35
SCIDADES	4583	PCF - Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas - JUIÇA DE JERICOACOARA (1976)	1.000.000,00	924.513,60	924.513,60
SEMA	75	Implantação de brinquedopraças	999.840,00	999.840,00	999.840,00
SCIDADES	3814	PCF - Construção de Praça no distrito de Lima Campos - ICÓ (1413)	975.000,00	916.295,58	916.295,58
SOP	829	Instalação de Escadas Rolantes, no Mercado Central de Fortaleza - CE.	974.054,05	974.044,05	974.054,05
SCIDADES	3175	PCF 2015 - 2ª Etapa da Requalificação Urbana da Rua Padre Zacarias Ramalho compreendendo a pavimentação em intertravado,	972.007,00	856.250,00	856.250,00
SCIDADES	4343	Reforma de Praças na área Urbana - CRATO (1883)	800.000,00	800.000,00	666.666,66
SCIDADES	4806	Pavimentação em pedra tosca, no trecho compreendido entre a Sede e a localidade de Bom Gosto, no Município de Pacuja.	766.164,01	700.000,00	700.000,00
SEINFRA	462	Rede elétrica trifásica no Distrito de Gameleira em Novo Oriente	765.179,35	765.179,35	765.179,35
SCIDADES	2877	Pavimentação em Pedra Tosca na sede do município de Acauá	736.842,11	726.399,84	726.399,84
SRH	438	Construção da Barragem Sítio Bom no município de Dep. Irapuan Pinheiro	715.329,74	714.635,76	714.635,76
SCIDADES	4148	Pavimentação em paralelepípedo da comunidade rural do Cabeça Preta no município de Limoeiro do Norte	712.562,20	469.113,43	469.113,43
SCIDADES	4641	Pavimentação em Pedra Tosca em diversas ruas, município de Ipu (2702)	707.000,00	679.022,21	679.022,21
SCIDADES	4147	Calçamento no município de Quixeré	695.000,00	652.759,74	652.759,74
SCIDADES	4067	Pavimentação de trecho I da Rua Seminarista Antônio Gomes Batista, Trecho I da Rua João Gomes Basílio, Maria Emília de Lucen	683.522,20	642.854,45	642.854,45
SCIDADES	3084	Pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas no município de Baixo	682.500,00	345.243,13	345.243,13
SDA	728	Reforma do Parque de Exposição, no Município de Senador Pompeu - CE.	650.000,00	650.000,00	650.000,00
IDACE	154	Aquisição de Imóvel Rural Faz Saco do Souza para Movimento Indígena Potiguar Tapuia - Monsenhor Tabosa	626.000,00	625.566,14	625.566,14
SCIDADES	4253	Pavimentação em paralelepípedo no município de Fortim	577.500,00	530.449,77	140.000,00
IDACE	209	Aquisição de imóvel rural Fazenda Nova Olinda II, em Monsenhor Tabosa , Ceará	559.694,86	559.694,86	559.694,86
IDACE	206	Aquisição do imóvel rural Caracol, em Madalena/Ce.	559.643,35	559.580,86	559.580,86
FEAS	313	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do município - TRAI	552.740,00	50.000,00	50.000,00
SCIDADES	3191	Pavimentação em pedra tosca com rejunte na localidade de Alto do São Luis e Canto da Cruz no município de Palhano	550.000,00	138.229,44	138.229,44
SCIDADES	3946	Construção de Pórticos e Revitalização das principais ruas da sede no município de Jaguaribe	528.957,37	486.946,31	486.946,31
SCIDADES	2531	Pavimentação em Pedra Tosca na ladeira da Caieira, Ladeira das Carnaúba, Ladeira da Encruzilhada, Ladeira do Bonito, Ladeira d	526.315,79	483.458,02	483.458,02
SCIDADES	3047	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca na localidade de Barros no município de Pires Ferreira	525.000,00	480.133,83	480.133,83
SCIDADES	4036	Pavimentação em diversas ruas do município de Granjeiro	525.000,00	493.718,71	493.718,71
SCIDADES	3982	Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas do município de Morada Nova	525.000,00	125.000,00	125.000,00
SCIDADES	4035	Pavimentação em diversas ruas do município de Altaneira	525.000,00	491.379,12	491.379,12
SCIDADES	3505	Pavimentação em diversas ruas do município de Jaguaratama	525.000,00	485.041,46	485.041,46
SCIDADES	4034	Pavimentação em diversas ruas do município de Marco	525.000,00	492.181,96	492.181,96
SCIDADES	4038	Cobertura de Quadras Poliesportivas no município de Barreira.	523.809,52	125.000,00	125.000,00
SCIDADES	4056	Construção de praças nas localidades de Porteiras, Lagoa Velha e Cedro no município de Cruz.	520.000,00	425.000,00	425.000,00
SCIDADES	4092	Pavimentação em paralelepípedo nas ruas do Sítio Santana no Distrito de Pedrinhas no município de Icó	510.000,00	400.000,00	400.000,00
SCIDADES	4168	Reforma da Praça da Matriz no município de Granjeiro	510.000,00	481.170,72	481.170,72
SCIDADES	4692	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca na Localidade de Angicos - PIRES FERREIRA (2698)	500.000,00	400.000,00	400.000,00
SCIDADES	4742	Pavimentação em ruas do município - MILAGRES (2773)	500.000,00	490.372,23	490.372,23
SCIDADES	4745	Construção de Praça - FARIAS BRITO (2789)	500.000,00	386.921,59	386.921,59
SCIDADES	2696	PCF - Construção do Mercado Público no distrito de Betânia no município de Croatá	500.000,00	452.146,70	452.146,70
SCIDADES	4916	Pavimentação em Pedra Tosca em diversas ruas da Localidade de Juá no município - IRAUCUBA (3232)	500.000,00	337.335,40	337.335,40
SCIDADES	4237	PCF - Pavimentação em Paralelepípedo na Avenida Joaquim de Sousa Barreto no Bairro Várzea Alegre - RUSSAS	500.000,00	492.906,94	492.906,94
SCIDADES	3960	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca na Rua Miguel Braga e Avenida Manoel Filomeno Bastos - CARIRÉ (870)	500.000,00	375.000,00	375.000,00
SCIDADES	3993	Pavimentação em Pedra Tosca nas ruas João Farias, SDO Vila de Campanário e localidades de Barreiros, Canto das Pedras e Batat	500.000,00	475.753,42	475.753,42
SCIDADES	4751	Pavimentação em ruas do município - ALTANEIRA (2799)	500.000,00	400.000,00	400.000,00
SOP	849	Requalificação de Praça no município de Itapipoca	500.000,00	500.000,00	500.000,00
SOHIDRA	622	Construção de Passagem Molhada no Rio Araibu - JAGUARUANA (3585)	500.000,00	425.488,00	425.488,00
SCIDADES	5445	Pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas do Município de Quixeré	500.000,00	482.228,01	482.228,01
SCIDADES	4946	Pavimentação no Distrito de Várzea da Volta - MORAUIJO (3309)	500.000,00	485.952,40	485.952,40

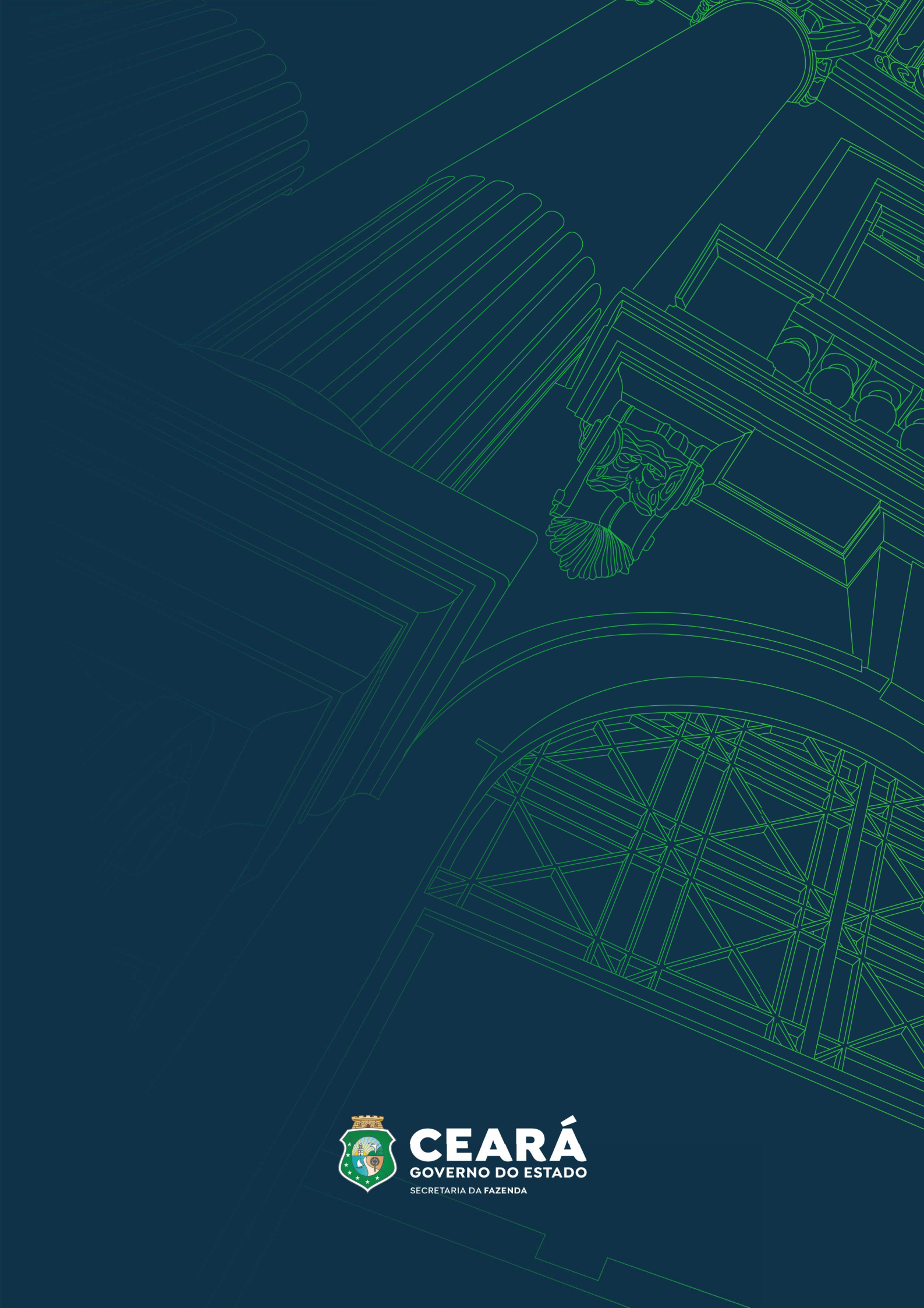
## Em Conclusão 2022

"Órgão"	Nº	Mapp	Programado	Empenhado	Pago
SCIDADES	4827	Pavimentação em Paralelepípedo na Avenida Dr Adolfo Bezerra de Menezes - JAGUARETAMA (2931)	500.000,00	484.950,74	484.950,74
SCIDADES	3159	PCF 2015 - Pavimentação em Pedra Tosca com rejuntamento nas ruas: Travessa Boa Vista I, Travessa Boa Vista II, Santa Rita I, Sa	500.000,00	496.452,20	496.452,20
SCIDADES	3510	Pavimentação em Paralelepípedo com rejuntamento na Rua Boa Vista, Travessa José Romão, Rua São Luís, Rua Frei Damiano, Tra	500.000,00	350.000,00	350.000,00
SEDUC	1878	REFORMA DE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE HIDROLÂNDIA	500.000,00	491.600,33	491.600,33
SCIDADES	4356	Pavimentação em Pedra Tosca nas localidades de Bom Jardim, Sabonete e Passarinha - TAMBORIL (1299)	500.000,00	472.089,26	472.089,26
SCIDADES	5221	Pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas do Município de Quixeré.	500.000,00	400.000,00	400.000,00
SOP	645	Cosntrução de Passagem Molhada na Estrada que liga a comunidade de Feijão ao Distrito de Lagoa do Mato sobre o Riacho Sant	500.000,00	495.000,00	495.000,00
SCIDADES	4851	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca em diversas ruas do Distrito de Lagoa do Mato - ITATIRA (3041)	500.000,00	474.575,59	474.575,59
SCIDADES	3161	PCF 2015 - Pavimentação em Pedra Tosca com rejuntamento de cimento em ruas do Bairro Vila Nova (sede), Rua B e Vila dos Rc	500.000,00	497.866,85	497.866,85
SCIDADES	3842	Pavimentação em pedra tosca de diversas ruas no município de Senador Sá	500.000,00	430.020,62	430.020,62
SCIDADES	4768	Melhorias no sistema de iluminação pública no município de Pindoretama	497.847,67	370.000,00	370.000,00
SCIDADES	3643	Pavimentação em Pedra Tosca nas Ruas Francisca Amélia, Francisco Maia, Maria do Carmo Oliveira, Maria Alice e Dona Catô no f	495.305,27	200.000,00	200.000,00
IDACE	208	Aquisição de imóvel rural Fazenda Nova Olinda I, em Monsenhor Tabosa, Ceará	494.503,32	494.503,32	494.503,32
SCIDADES	4066	Pavimentação nas ruas Historiador Juca Tobias no Bairro Centro (Emboque), Heráclito Alves no Bairro Centro (Emboque), Veread	493.847,19	486.909,12	486.909,12
SCIDADES	3877	Pavimentação em Pedra Tosca na Rua Chico Lão na sede e no Acesso a Escola Antonio Otaviano de Melo na localidade de Baixa l	491.886,82	491.886,82	491.886,82
SCIDADES	4962	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca na localidade de Chora - MORAUIO (3508)	480.000,00	469.562,42	469.562,42
SEDUC	1804	SELEÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DE BANCO DE GESTORES ESCOLARES PARA PROVIMENTO DOS CARGOS EM COMISSÃO DE DIRETOI	472.301,14	464.974,97	464.974,97
SCIDADES	3554	Requalificação do Corredor Cultural de Nova Olinda	470.000,00	396.267,38	396.267,38
SCIDADES	3997	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca nas localidades de Juritiahna, Aranaú, Marambaia, Santa Fé e nos bairros Morada Nova, Ped	470.000,00	443.665,71	443.665,71
SCIDADES	2744	Pavimentação em pedra tosca na localidade de Monte Castelo, no município de Choró.	450.000,00	443.261,54	443.261,54
SCIDADES	3650	Recuperação da Pavimentação das Ruas do Entorno da Praça José Vidal no município de Meruoca	442.108,97	361.000,00	361.000,00
SCIDADES	4781	Construção de praça no Município de Acaraú	440.000,00	385.888,92	385.888,92
SCIDADES	3859	Construção de Passeio Público, no município de Monsenhor Tabosa	439.082,42	350.000,00	350.000,00
SCIDADES	3633	Construção de duas quadras poliesportivas no município de Redenção	420.000,00	404.636,52	404.636,52
SCIDADES	4125	Pavimentação em paralelepípedo na sede do município de Jaguaribe	420.000,00	384.669,31	384.669,31
SCIDADES	3345	Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas no município de Acaraú	420.000,00	404.811,99	404.811,99
SECITECE	345	Emenda Parlamentar - II Feira do Conhecimento do Estado do Ceará.	418.720,91	286.141,50	286.141,50
SCIDADES	4455	Pavimentação em pedra tosca, no município de Ocara	404.000,00	360.387,23	360.387,23
SCIDADES	3616	Pavimentação em pedra tosca da Rua Francisco Lailson Pinto, Travessa João Ivo Xavier e Rua Justo Alexandre no município de Ru	400.000,00	393.549,83	393.549,83
SCIDADES	4535	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca na estrada que liga Timbaúba a Novo Horizonte - MORAUIO (2428)	400.000,00	382.534,10	382.534,10
SCIDADES	2759	Pavimentação em pedra tosca na localidade de Boa Vista no município de Groaíras	400.000,00	371.734,47	371.734,47
SCIDADES	3313	PCF 2015 - Pavimentação em Pedra Tosca na Rua Lagoa Grande, Avenida Alderico Magalhães, Rua do Amor, Travessa São Sebast	400.000,00	240.000,00	240.000,00
SCIDADES	3630	Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas no município de Cascavel	400.000,00	313.677,63	313.677,63
SCIDADES	3615	Reforma do Estádio Municipal no município de Pires Ferreira	400.000,00	360.000,00	360.000,00
SCIDADES	3852	Pavimentação em pedra tosca nas localidades de Ladeiras do Socorro, Ladeira da Carnaúbas, Ladeira do Roçado de Dentro, Ladei	400.000,00	383.913,33	383.913,33
SCIDADES	4298	Pavimentação em pedra tosca na Agrovila no município de Cedro	398.254,53	328.000,00	328.000,00
SCIDADES	3642	Pavimentação em Pedra Tosca nas Ruas Alexandre Joca, Luis Ribeiro da Silva, Pio Rodrigues e José Boa Ventura no Município de l	396.295,07	346.977,23	346.977,23
SCIDADES	3712	Pavimentação em pedra tosca e paralelepípedo nas ruas do Distrito de Córrego no município de Barreira	387.065,94	350.664,33	350.664,33
SCIDADES	4243	Pavimentação em paralelepípedo no município de Alto Santo	377.400,00	291.447,49	291.447,49
SCIDADES	3226	PCF 2015 - Pavimentação em Pedra Tosca sem rejuntamento nas Ruas MariaMoura, Antonio Minelvino, Manoel Barbosa, Manoe	377.221,83	321.221,20	321.221,20
SCIDADES	2904	PCF - Pavimentação em pedra tosca na Rua da AAB e Rua José Ribeiro Oliveira localizadas no Bairro Pedra de Fogo e Rua Projeti	364.087,75	338.228,71	338.228,71
SCIDADES	4456	Pavimentação em pedra tosca, no município de Pentecoste	354.000,00	300.000,00	300.000,00
SCIDADES	4990	Pavimentação em Pedra Tosca em diversas ruas do município de Ipaoranga	350.000,00	319.628,53	319.628,53
SRH	466	Reconstrução do Açude Jandira, na localidade de Cachoeira, no Município de Irauçuba-CE	347.930,24	297.735,86	297.735,86
SCIDADES	3356	Construção da Praça Cosme Pinheiro de Miranda no Distrito de Nova Floresta, no município de Jaguaribe	341.051,82	310.634,87	310.634,87
SCIDADES	4775	Urbanização e Iluminação publica no município - PARAMBU (2019)	340.000,00	330.142,28	330.142,28
SCIDADES	4433	Pavimentação em Paralelepípedo no Bairro Vila Maceno e Comunidade da Pedra Preta - TABULEIRO DO NORTE (216)	340.000,00	285.000,00	285.000,00
NUTEC	248	AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA TRATAMENTO DA FRAÇÃO ORGÂNICA DO RESÍDUO SÓLIDO URBANO (FORSU)	331.356,82	307.933,45	307.933,45
SCIDADES	3830	Pavimentação no Bairro Sítio Córrego de Areia no município de Limoeiro do Norte	322.074,67	200.000,00	200.000,00
PC	188	Estruturação da Delegacia do Aeroporto	320.217,82	94.495,99	94.495,99
SCIDADES	3932	Pavimentação paralelepípedo no município de Ereré	315.000,00	276.515,73	276.515,73
SCIDADES	3555	Pavimentação no município de Nova Olinda	315.000,00	300.000,00	300.000,00
SCIDADES	4785	Reconstrução da cobertura e alambrados da Quadra do Pólo Francisco Heliônidas Diógenes Pinheiro no município de Jaguaribe	312.159,49	294.145,96	294.145,96
SCIDADES	4571	Construção de Praças no Bairro Sossego - CHOROZINHO (2188)	310.000,00	285.492,59	285.492,59
SCIDADES	3971	Pavimentação em paralelepípedo na Comunidade de Boqueirão no município de Quixeré	301.838,27	256.609,89	256.609,89
SCIDADES	3876	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca na Rua Chico Lão na sede e no Acesso a Escola Antonio Otaviano de Melo na localidade de B	300.000,00	300.000,00	300.000,00
SCIDADES	4907	Pavimentação em pedra tosca sem rejuntamento das ruas Sérgio Souza Nunes, José Almeida Chaves e Valderi Gomes de Almeid	281.153,06	259.136,82	259.136,82
SCIDADES	4940	PCF - Pavimentação Paralelepípedo na localidade de Volta - ARACATI (3279)	280.000,00	62.500,00	62.500,00
SCIDADES	4402	Pavimentação de diversas ruas do município de Campos Sales	265.000,00	247.697,17	247.697,17
SCIDADES	4401	Pavimentação em paralelepípedo de diversas ruas do município de Campos Sales	265.000,00	179.166,45	179.166,45
SECULT	758	Instalação de elevadores para pessoa com deficiência e outros equipamentos no Theatro José de Alencar	264.835,00	170.864,86	170.864,86
SCIDADES	4944	PCF 2019 - CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA NO MUNICÍPIO DE ALTO SANTO - CE.	260.000,00	206.206,35	206.206,35
SCIDADES	3844	Pavimentação de pedra tosca em diversas ruas no município de São Luis do Curu	252.000,00	237.641,93	237.641,93
SCIDADES	4520	Reforma do Entorno do Mercado Público - ICÓ (1414)	250.000,00	244.315,87	244.315,87
SCIDADES	4829	Pavimentação em Pedra Tosca na Localidade de Paraguai - CRUZ (2967)	250.000,00	167.121,10	167.121,10
SCIDADES	4804	Reforma do Ginásio Poliesportivo Dr. Jorge Luiz Chagas Maia - MORADA NOVA (2658)	250.000,00	236.526,54	236.526,54
SCIDADES	5069	Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas do município - SABOIEIRO (3740)	250.000,00	250.000,00	250.000,00
SCIDADES	3607	Construção do calçadão na localidade da Volta no município de Aracati	250.000,00	209.907,37	209.907,37
NUTEC	260	Implantação do Laboratório de Práticas Construtivas Inovadoras (LPCI).	242.000,00	219.408,00	208.425,00
SCIDADES	2917	PCF - Construção de Passarela Metálica sobre o Rio Conceição no município de Campos Sales	238.859,02	163.072,35	163.072,35
SCIDADES	4746	Pavimentação em Pedra Tosca - GRAÇA (2792)	230.000,00	230.000,00	230.000,00
FEAS	301	Estruturação da Rede de Proteção Social Especial - Aquisição de equipamento/material permanente para o Lar Torres de Melo.	224.009,00	224.009,00	224.009,00
SCIDADES	3332	Pavimentação em pedra tosca em diversar ruas do município de General Sampaio	210.000,00	150.000,00	150.000,00
SCIDADES	4421	Pavimentação na Zona Rural, no município de Baturité	206.000,00	139.820,48	139.820,48
SCIDADES	3956	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca no Bairro Mearim I - BARREIRA (1644)	200.000,00	176.600,19	176.600,19
SCIDADES	4419	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca na Localidade de Tucum - PACAJUS (2174)	200.000,00	193.021,59	193.021,59
SDA	724	PCF - Reforma do Abatedouro Municipal - SENADOR POMPEU (2968)	200.000,00	200.000,00	200.000,00
SEDUC	2152	REFORMA DE EEF LUIZ LEITÃO NO MUNICÍPIO DE MONSENHOR TABOSA	200.000,00	100.000,00	100.000,00
SCIDADES	4554	Pavimentação em Paralelepípedo das ruas Vereador Antonio Fortunato da Silva, Rua Vereador Basílio Vidal, Rua José Rodrigues c	200.000,00	108.729,77	108.729,77

## Em Conclusão 2022

"Órgão"	Nº	Mapp	Programado	Empenhado	Pago
SCIDADES	4960	Construção de 01 (uma) Praça no Distrito de Planalto - ARNEIROZ (3186)	200.000,00	193.665,69	193.665,69
SCIDADES	4828	Pavimentação em Pedra Tosca na Rua Filomeno Vicente no Bairro Tucuns e Rua Projetada 03 no Bairro Teodósio - CRUZ	200.000,00	157.234,00	157.234,00
SCIDADES	3855	PCF - Pavimentação em Paralelepípedo e Urbanização no entorno do Hospital Municipal - CAMPOS SALES (1531)	200.000,00	150.000,00	150.000,00
SCIDADES	3921	Reforma do Terminal Rodoviário - BREJO SANTO (1609)	200.000,00	126.220,10	126.220,10
SCIDADES	4424	Pavimentação em pedra tosca na Sede do município de Arneiroz	200.000,00	144.213,24	144.213,24
SCIDADES	3884	Pavimentação em Pedra Tosca na Rua 13 de Maio - PALHANO (1296)	200.000,00	60.000,00	60.000,00
FUNDES	3836	PCF - Construção de Unidade Básica de Saúde no Sítio São Felix - IPU (1621)	200.000,00	200.000,00	200.000,00
SCIDADES	2912	PCF - Construção da praça no distrito de Irajá no município de Hidrolândia	198.365,36	184.681,37	184.681,37
SCIDADES	3962	PCF - Pavimentação EM Pedra Tosca na Rua Pedro Salvino, Travessa Luís Porfírio e Rua SDO (Fazenda Marina Ximenes) - MARTIN	190.000,00	141.202,05	141.202,05
SCIDADES	4510	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca na Localidade de São José - IRAUCUBA (2372)	168.364,30	146.802,85	146.802,85
SCIDADES	4897	Construção de 01 (uma) Praça na localidade de Picada Nova no Distrito de Araras - BARROQUINHA (2902)	165.000,00	161.767,79	161.767,79
SCIDADES	4906	Pavimentação em pedra tosca sem rejuntamento da rua Joaquim Rosendo Sobrinho no bairro Jatobá do município de Iracema	150.427,31	142.304,85	142.304,85
SOP	744	Reforma da Praça Fagundes - AQUIRAZ (3306)	150.000,00	135.032,39	135.032,39
SCIDADES	4157	PCF - Reforma da Lavanderia Pública no Distrito de Mapuã - JAGUARIBE (1479)	150.000,00	149.102,17	149.102,17
SCIDADES	4088	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca nas ruas Mestre Julião, Odete Julião e Martins Torres da Gama no Bairro Mearim I - BARREIF	150.000,00	132.564,43	132.564,43
SCIDADES	4276	PCF - Instalação de Iluminação no Monumento de Nossa Senhora da Penha - CAMPOS SALES (886)	150.000,00	145.976,01	145.976,01
FUNDES	3662	PCF - Ampliação do Centro de Fisioterapia - PACUJÁ (1419)	150.000,00	122.500,00	122.500,00
SCIDADES	3808	Pavimentação em paralelepípedo em trechos das Ruas Projetadas SDO - 01, SDO - 02, SDO - 03, SDO - 04, SDO - 05 e SDO - 06, lo	142.793,30	100.000,00	100.000,00
SCIDADES	4104	Pavimentação em Pedra Tosca das ruas Alto da Escola do São Pedro, Alto da Dona Fátima, Projetada 84, Alto Tia Flor, Alto Goitiz	141.113,14	123.092,93	123.092,93
SCIDADES	5175	Construção de uma praça no Distrito de Silva no Município de Alcântaras	140.000,00	136.964,38	70.000,00
SCIDADES	1437	Pavimentação em pedra tosca da Estrada Murara - Aquiraz	140.000,00	126.099,12	126.099,12
SCIDADES	3657	Pavimentação em pedra tosca no Bairro Esmerindo Arruda, no município de Itapajé	140.000,00	122.239,29	75.200,00
SCIDADES	5425	Pagamento de desapropriações no Município de Boa Viagem	140.000,00	109.900,00	109.900,00
SEINFRA	478	Expansão de rede de energia elétrica, de monofásico para trifásico, no município de Saboeiro, no perímetro da sede do municípi	129.374,71	129.374,71	129.374,71
SCIDADES	4870	Construção de praça pública na comunidade Aldeia Velha no município de Tabuleiro do Norte	126.935,97	117.022,88	117.022,88
SCIDADES	3738	PCF - Pavimentação em Paralelepípedo na Rua Felipe Santiago Trecho I e II no Bairro Cidade Universitária - RUSSAS	125.000,00	120.167,69	120.167,69
SCIDADES	3958	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca da Localidade de Iguaçú - CANINDÉ (1675)	120.000,00	99.131,43	99.131,43
SCIDADES	2457	PCF - Construção da Praça São Caetano na localidade Sítio Fortuna no distrito de Ibicatu no município de Várzea Alegre	120.000,00	114.910,55	114.910,55
SCIDADES	3988	Ampliação de pavimentação de acesso ao Bairro Castelo Branco, na sede no município de Antonina do Norte	115.646,16	113.967,91	113.967,91
CBMCE	126	Realização de Curso de Formação Profissional no Ambiente do Combate ao Suicídio e Violência Auto Provocada	111.000,00	63.681,70	46.332,00
SCIDADES	3813	PCF - Pavimentação Asfáltica na Rua Serrinha na localidade denominada Serrinha - GRANJEIRO (1390)	100.000,00	98.512,65	98.512,65
SCIDADES	4536	PCF - Pavimentação da rua Manoel de Rosa na Comunidade de Vila Nova - ICAPEJÁ (1782)	100.000,00	66.299,13	66.299,13
FEAS	336	PCF - Aquisição de 02 (dois) carros para a Secretaria de Ação Social - AURORA (3789)	100.000,00	100.000,00	100.000,00
SCIDADES	1870	PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NAS RUAS FRANCISCO DE ASSIS MORAES PINHO, IRAÍDE FERREIRA LIMA E ANTONIO GONÇAL	100.000,00	97.159,99	18.750,00
SCIDADES	2243	PCF - Reforma do Centro Comunitário da localidade de Vila Soares no município de Apuiarés	100.000,00	25.000,00	25.000,00
SCIDADES	4278	PCF - Pavimentação em Pedra Tosca na Rua SDO 01, e na Rua Maria Giselda Cruz Sampaio na sede - NOVA OLINDA	100.000,00	77.849,43	77.849,43
SEINFRA	493	Remanejamento de rede elétrica que se situa a 300m da cabeceira do Aeródromo de Crateús	99.135,77	49.567,89	49.567,89
SPS	690	Apoio financeiro para realização da XXI Parada pela Diversidade Sexual do Ceará.	87.600,00	87.600,00	87.600,00
SOP	56	PCF - Regularização (Piçarramento) de Estrada Vicinal na localidade de Ladeira Humaitá/Palmeira - IPAPORANGA	75.000,00	75.000,00	75.000,00
DETRAN	25	Construção da Sede Regional do Município de IGUATU (SEINFRA/DETRAN 118)	34.732,39	13.024,33	13.024,33





**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DA FAZENDA